



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
DOUTORADO EM HISTÓRIA

ARTHUR DANILLO CASTELO BRANCO DE SOUZA

**CORROENDO A ÁRVORE DA ESCRAVIDÃO: O CLUBE DO CUPIM E O
MOVIMENTO ABOLICIONISTA EM PERNAMBUCO 1880-1900.**

RECIFE

2023

ARTHUR DANILLO CASTELO BRANCO DE SOUZA

**CORROENDO A ÁRVORE DA ESCRAVIDÃO: O CLUBE DO CUPIM E O
MOVIMENTO ABOLICIONISTA EM PERNAMBUCO 1880-1900.**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em História, junto ao Programa de Pós-Graduação em História. Área de Concentração: Sociedades, Culturas e Poderes. Linha de pesquisa: Mundo Atlântico

Orientador: Prof. Dr. José Bento Rosa da Silva.

Co-Orientador: Petrônio José Domingues.

RECIFE

2023

Catálogo na Fonte
Bibliotecário: Rodrigo Leopoldino Cavalcanti I, CRB4-1855

S729c Souza, Arthur Danilo Castelo Branco de.
Corroendo a árvore da escravidão : o Clube do Cupim e o movimento abolicionista em Pernambuco 1880-1900 / Arthur Danilo Castelo Branco de Souza. – 2023.
554 f. : il. ; 30 cm.

Orientador : José Bento Rosa da Silva.
Coorientador : Petrônio José Domingues.
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2023.

Inclui referências.

1. História. 2. Abolicionismos. 3. Clube do Cupim. 4. Brasil - História - Abolição da escravidão, 1888. 5. Racismo. 6. Pernambuco. I. Silva, José Bento Rosa da (Orientador). II. Domingues, Petrônio José (Coorientador). III. Título.

981 CDD (22.ed.) UFPE (BCFCH2023-161)

ARTHUR DANILLO CASTELO BRANCO DE SOUZA

**CORROENDO A ÁRVORE DA ESCRAVIDÃO: O CLUBE DO CUPIM E O
MOVIMENTO ABOLICIONISTA EM PERNAMBUCO 1880-1900.**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em História, junto ao Programa de Pós-Graduação em História. Área de Concentração: Sociedades, Culturas e Poderes. Linha de pesquisa: Mundo Atlântico

Aprovado em: 28/08/2023.

BANCA EXAMINADORA

Profº Dr. Petrônio José Domingues
Co-orientador (Universidade Federal de Sergipe)

Profº Dr. Cristiano Luís Christillino
Membro Titular Interno (Universidade Federal de Pernambuco)

Profª Dr. Solange Pereira da Rocha
Membro Titular Externo (Universidade Federal da Paraíba)

Profº Dr. Felipe Azevedo e Souza
Membro Titular Externo (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro)

Profº Dr. Lucian Souza da Silva
Membro Titular Externo (Rede Municipal de João Pessoa)

Dedico esse trabalho as 6.950.642 vítimas da Covid-19, no mundo. Principalmente, as 704.159 vítimas brasileiras, que sofreram como descaso do Estado e da Necropolítica de quem estava no poder. Para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça.

AGRADECIMENTOS

Agradecer não é tão fácil quanto parece, no fim, sempre fica aquela sensação de que esquecemos de agradecer a alguém, por isso, quero iniciar meus agradecimentos com um pedido de desculpas para todo mundo que me ajudou na jornada e que não aparecerá aqui. Agradeço a Deus e aos meus pais por todo o apoio e amor que me deram ao longo desses 28 anos de vida, sem vocês nada disso seria possível. Dona Bena e seu Chico, muito obrigado por tudo. Agradeço ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, pelas políticas de expansão do Ensino Superior Público e pelas possibilidades que essas políticas trouxeram a minha vida. Não é à toa que cheguei tão longe na carreira acadêmica, em outros contextos políticos isso seria um trabalho muito mais difícil para o filho de um comerciante, que começou no camelódromo, e de uma professora do magistério. Um casal de nordestinos periféricos e pobres que plantaram a semente do amor pela Educação e pela História no coração do seu filho.

Agradeço também a minha irmã Danielle por todo cuidado comigo durante boa parte de minha infância e adolescência, lembro-me de muitas lições passadas por você que me fizeram chegar até aqui e me ajudam na busca de quem quero ser. Agradeço a você também pelos seus filhos: Caio e Júlio que são para mim dois dos meus melhores feixes de luz, nos momentos escuros da vida. Também agradeço ao meu cunhado, Artur Lúcio, pela sua alegria contagiante e vibrante, toda vez que eu ligo para contar sobre minhas conquistas. Da minha família quero agradecer também a minha Tia Alcinéa que é como uma segunda mãe para mim, obrigado por me ajudar sempre. Agradeço a minha parceira Joyce Ferreira e ao seu filho, Lorenzo Miguel, que me trouxeram conforto e amor, em tempos difíceis, como foram os anos de 2016-2022. Agradeço também a minha prima Rafaela Spindola, ao seu marido P. Almeida e a sua filhinha Maria Júlia, vocês moram no meu coração e não pagam aluguel, como diz o ditado.

Quero agradecer ao meu orientador, o professor José Bento, por ter me ensinado o valor das diversas possibilidades e das diversas narrativas históricas, mas principalmente por ter me ensinado sobre como é chegar ao topo e manter a humildade acesa. Minha admiração e respeito, sempre. Agradeço também ao professor Petrônio Domingues que aceitou o nosso convite para ajudar nesse projeto. Quero agradecer ao professor Marcus Carvalho que me orientou no mestrado e me ensinou muito sobre como escrever textos que possam ser lidos por pessoas das mais variadas formações, textos que falem sobre algo interessante de uma forma que todo mundo possa ter acesso.

Agradeço também aos meus amigos de faculdade, principalmente aos que sempre estavam comigo nos trabalhos acadêmicos da graduação e do mestrado: João Henrique, Lucian Souza, Fred Cândido, João Felipe, Ramon Marques e Jadson Tavares. Meu muito obrigado por acompanharem toda minha trajetória e por todo apoio e palavras bondosas em tempos difíceis.

A João, Lucian e Fred, que me acompanharam até hoje no mestrado e no doutorado, agradeço ainda mais, pois sem vocês nada disso seria possível. Vocês são inspiração, apoio, espelhos, pilares, enfim, vocês têm todas as qualidades e defeitos que amigos precisam ter. Muito obrigado.

Agradeço também aos professores e a professora Solange Rocha, que se disponibilizaram para participar da minha banca de doutorado. Meu muito obrigado aos professores: Cristiano Luís Christillino, Felipe Azevedo e Souza e a professora Solange Rocha. Espero que essa tese seja digna das suas atenções e colaborações.

Agradeço também ao PPGH-UFPE, nas pessoas do professor George Cabral e a Sandra e Raquel que tanto me ajudaram quando eu mais precisei tirar dúvidas e buscar auxílio durante toda a trajetória acadêmica, principalmente a Sandra que me acompanhou do mestrado ao doutorado.

Agradeço a todos os meus amigos e professores que me auxiliaram, de alguma forma, até aqui. A minha amiga e coordenadora/conselheira Fernanda Rozendo, aos meus amigos-irmãos: João Henrique, Lucas (Lukedoamor), Paulino Máximo, Victor Paz, Wanderson Cleyton, talvez vocês nem leiam esses agradecimentos, mas quero que as pessoas saibam que vocês são pessoas que eu admiro muito, amo e confio. De amigos vocês se tornaram família.

Por fim, quero agradecer ao povo brasileiro e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) que financiaram essa pesquisa, sem o apoio e o incentivo à Educação que partiram das contribuições da sociedade brasileira e da distribuição dessas contribuições pela CAPES, dificilmente esse trabalho se concretizaria. Meu muito obrigado ao povo brasileiro, principalmente àqueles que acreditam no potencial transformador e emancipador da Educação.

“Até que os leões inventem as suas próprias histórias, os caçadores serão sempre os heróis das narrativas de caça”. (**Provérbio Africano**)

“Histórias, registros, escritos, não é conto, nem fábula, lenda ou mito...” (**RACIONAIS MC’S, 2003**)

O cronista que narra os acontecimentos, sem distinguir entre os grandes e os pequenos, leva em conta a verdade de que nada que um dia aconteceu pode ser considerado perdido para a História, sem dúvida, somente a humanidade redimida poderá apropriar-se totalmente do seu passado. Isso quer dizer: somente para a humanidade redimida o passado é citável, em cada um dos seus momentos. Cada momento vivido transforma-se numa citation à l’ordre du jour e esse dia é justamente o do juízo final. (**BENJAMIN, 1992, p.223.**)

“Somos assim, capoeiras das ruas do rio, será sem fim o sofrer do povo do Brasil. Nele, em mim, vive o refrão: As camélias da segunda abolição virão.” (**GIL e VELOSO, 2015.**)

Envolvimentos de abolicionistas e escravos, constrangedores para todas as partes – para a polícia que se veria obrigada a assumir o perigo concreto das insurreições de escravos, e para os abolicionistas, que em geral não referendavam atitudes como estas – ficaram esquecidas nas páginas de ocorrências policiais e nos livros de correspondência reservada. Recuperá-los talvez seja algo a mais do que torná-los meros episódios da história do movimento abolicionista. Trata-se de lembrar que, no alarido da vitória, ainda se pode escutar o coro dos descontentes. (**MACHADO, 1994, p.164.**)

Viva Zapata! Viva Sandino! Viva Zumbi! Antônio Conselheiro! Todos os Panteras Negras Lamião, sua imagem e semelhança. Eu tenho certeza, eles também cantaram um dia. (**NAÇÃO ZUMBI, 1994.**)

O cupim foi o agente mais enérgico que Pernambuco empregou para atacar pela raiz o pinheiro secular da escravidão, até derrubar e fazê-lo desaparecer no pó. (**A Academia: homenagem dos estudantes de Direito ao dia 13 de maio, 13 de maio de 1888. p.1.**)

RESUMO

Estudar a formação e a atuação do Clube do Cupim se constituiu numa tentativa de enxergar o movimento abolicionista no Império, e mais especificamente em Pernambuco, por todos os ângulos possíveis. Longe de ser uma instituição exclusivamente de “elite”, como eram a maior parte das associações emancipacionistas, o Cupim aceitou em suas fileiras membros de diversas camadas sociais. Fundado oficialmente em 15 de outubro de 1884, sua formação foi incentivada pelo conjunto de processos que, desde pelo menos o início da década de 1880, vinham se desenrolando no Império. Estudar o Clube do Cupime a interligação dos seus membros com diversos acontecimentos é, para além de estudar a história do movimento abolicionista, investigar os movimentos das classes populares, principalmente da população negra, na virada do século XIX para o XX, por cidadania, educação e trabalho. Essa tese teve como objetivo principal perscrutar e revelar histórias de pessoas que foram silenciadas e excluídas e que emergiram, a partir da análise pormenorizada das fontes deixadas por alguns abolicionistas, libertos e escravizados. Procuramos com isso trazer à tona um conjunto de projetos que foram vencidos e de ações que, apesar de menos divulgadas e homenageadas, muito contribuíram para a crise e para o fim da escravidão no Brasil.

Palavras-chave: abolicionismos; Clube do Cupim; abolição; racismo; Pernambuco

ABSTRACT

Studying the formation and activities of the "Clube do Cupim" constitutes an attempt to understand the abolitionist movement in the Empire, specifically in Pernambuco, from every possible angle. Far from being an institution exclusively for the "elite," like most emancipationist associations, the Cupim welcomed members from various social strata. Officially founded on October 15, 1884, its formation was motivated by a series of processes unfolding in the Empire since at least the beginning of the 1880s. Examining the Clube do Cupim and the interconnectedness of its members with various events is not only studying the history of the abolitionist movement but also investigating the popular classes, especially the black population, at the turn of the 19th to the 20th century, through citizenship, education, and work. The main objective of this thesis was to delve into and uncover the stories of individuals who were silenced and marginalized but emerged through a detailed analysis of the sources left by some abolitionists and enslaved people. In doing so, we aimed to shed light on a range of projects that were overshadowed and actions that, despite being less publicized and commemorated, made significant contributions to the crisis and ultimate abolition of slavery in Brazil.

Key words: abolitionism; Clube do Cupim; abolition; racism; Pernambuco

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1	João Ramos	44
Imagem 2	Senespleda Battaglia	57
Imagem 3	Patrizio de Castiglione	57
Imagem 4	Membros da Sociedade Cearense Libertadora	77
Imagem 5	Ribeiro da Silva: aos seus 37 anos, um “moço-velho”.	114
Imagem 6	Cigarros Córa	116
Imagem 7	José do Patrocínio	160
Imagem 8	Cartão de José Mariano apresentando um escravo fugido “Carapina”.	169
Imagem 9	Francisco José do Nascimento	172
Imagem 10	Isaac do Amaral	183
Imagem 11	Cartão de Manoel Gomes de Mattos para João Ramos.	188
Imagem 12	Numa Pompílio: Dentista Americano.	215
Imagem 13	João Ramos (Ceará)	217
Imagem 14	Alfredo Pinto Vieira de Melo (Robespierre – Minas Gerais)	219
Imagem 15	Alfredo Ferreira Pinto (Bahia)	222
Imagem 16	Cigarros a General Deodoro da Fonseca.	223
Imagem 17	Manoel Joaquim Pessoa (Rio Grande do Norte)	224
Imagem 18	Fernando de Castro Paes Barreto (Maranhão)	228
Imagem 19	Espeto dos juramentos do Clube do Cupim.	230
Imagem 20	Sebastião Grande Arruda	231
Imagem 21	Sebastião Grande Arruda (Mucuriipe)	231
Imagem 22	Guilherme Ferreira Pinto (Pernambuco)	235
Imagem 23	Numa Pompílio (Mato Grosso)	244
Imagem 24	José Mariano (Deputado pelo 2º Distrito)	253
Imagem 25	Manoel do Nascimento Machado Portella	254
Imagem 26	Joaquim Nabuco	256
Imagem 27	Dr. Antônio Epaminondas de Mello	297
Imagem 28	Dr. Barros Sobrinho (S. Paulo)	304
Imagem 29	D. Leonor Porto	312
Imagem 30	Cartão de Maria Amélia de Queiróz para João Ramos	313

Imagem 31	A Barcacinha do Club do Cupim.	316
Imagem 32	O Celebre Club do Cupim (Tela de Telles Júnior)	318
Quadro 1	Valores e Libertações pelo Fundo de Emancipação Geral Aplicado entre 1880-1884.	324
Imagem 33	José Maria de Albuquerque Mello	368
Quadro 2	População escravizada do Brasil em relação à idade (1888)	371
Imagem 34	João Luís Gonçalves Ferreira (o Barão de Arariba)	386
Imagem 35	O Club do Cupim contra o Barão de Arariba	392
Imagem 36	O Barão de Arariba vendendo seu voto a Cotegipe	395
Imagem 37	“Consórcio Hybrido. Um leão e um rato!”	396
Imagem 38	Eleições do dia 14 de setembro de 1887	397
Imagem 39	“Derby Político Pernambucano”	402
Imagem 40	Meeting de Nabuco, em 29 de setembro de 1887	403
Imagem 41	Fuga em massa dos escravos	406
Imagem 42	Um escravizado lendo uma edição do jornal O Paiz com seus companheiros.	407
Imagem 43	Escravos fugidos castigando soldados da polícia	408
Imagem 44	Escravos castigando a polícia	409
Imagem 45	Conflito entre a cavalaria e os escravos fugidos	409
Imagem 46	O amor pela liberdade	410
Imagem 47	Escravos fugidos de Capivary em confronto com a Polícia	414
Imagem 48	O Gabinete Cotegipe vs o Marechal Deodoro da Fonseca	416
Imagem 49	Alforrias em troca de títulos	420
Imagem 50	Os Cupins negros	421
Imagem 51	Capitães de campo e o chefe de polícia	424
Imagem 52	Escravos do Senador Paulino fugindo	430
Imagem 53	Homenagem da Revista Ilustrada ao 13 de maio de 1888	433
Imagem 54	Abolicionistas pernambucanos	438
Imagem 55	Francisco Phaelante da Câmara Lima	440
Imagem 56	José Hygino Duarte Pereira	443
Imagem 57	Cartão postal da Estátua Joaquim Nabuco	447
Imagem 58	Quintino de Lacerda	473

Imagem 59	Medalhas do Cupim e da campanha abolicionista de 1880 a 1888	483
Imagem 60	Cartão comemorativo do 13 de maio de 1888	484
Imagem 61	Homenagem da União Nacional à Princesa Isabel	498
Imagem 62	Ambrósio Machado da Cunha Cavalcanti	501

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO: PORQUE OS CUPINS?	15
1.1	HISTÓRIAS E HISTORIOGRAFIAS DA ABOLIÇÃO	24
2	SOB OS AUSPÍCIOS DA LEGALIDADE: A FUNDAÇÃO DA NOVA EMANCIPADORA E O MOVIMENTO EMANCIPACIONISTA-LEGAL.	40
3	O SOL CEARENSE E A IRRADIAÇÃO DA LIBERDADE: O MOVIMENTO LIBERTADOR DE TERRITÓRIOS	103
3.1	OS DIFERENTES MEIOS DE SE VENCER UMA CAUSA: EMANCIPAÇÃO LENTA, GRADUAL E LEGAL OU ABOLIÇÃO IMEDIATA E RADICAL?	137
4	UNIÃO ESCRAVISTA E DESUNIÃO ABOLICIONISTA.	156
4.1	O 2º CONGRESSO AGRÍCOLA DO RECIFE (1884): A RESPOSTA DA LAVOURA AO “ABOLICIONISMO INTRANSIGENTE.”	192
5	O CLUBE DO CUPIM E OS “CIDADÃOS ESCRAVIZADOS” NA DIREÇÃO DO MOVIMENTO ABOLICIONISTA EXTRALEGAL.	214
5.1	COM O APOIO DA POPULAÇÃO: O PARTIDO ABOLICIONISTA VS O PARTIDO DO CHICOTE.	249
5.2	AS DIVERSAS VISÕES PARA A LIBERDADE: DISCORDÂNCIAS ENTRE ABOLICIONISTAS E ESCRAVIZADOS.	261
6	A CAPITULAÇÃO ESCRAVISTA E O RECRUDESCIMENTO ABOLICIONISTA.	294
6.1	“AS PANELOS DOS CUPINS”: OS QUILOMBOS ABOLICIONISTAS E A AGÊNCIA NEGRA.	307
6.2	“A ÚLTIMA BASTILHA DO IMPÉRIO”: REPUBLICANOS E MONARQUISTAS UNIDOS PELA ABOLIÇÃO.	338
6.3	“VIVEMOS EM UM PAÍS DE NEGROS”: O IMPACTO POLÍTICO E MORAL DAS FUGAS EM MASSA.	364
7	A PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO NEGRA NAS ELEIÇÕES DE 1887.	383
7.1	UM POUCO ANTES DO 13 DE MAIO: ABOLICIONISTAS E PROJETOS DE ÚLTIMA HORA.	417
7.2	AS FESTAS DA ABOLIÇÃO: RUPTURAS E PERMANÊNCIAS DA ESCRAVIDÃO.	434

8	REPÚBLICA E RACISMO: AS DISPUTAS E CONSTRUÇÕES DO IMAGINÁRIO POLÍTICO-RACIAL NO IMEDIATO PÓS-ABOLIÇÃO.	464
9	CONSIDERAÇÕES FINAIS.	519
	LISTA DE ARQUIVOS E FONTES.	529
	REFERÊNCIAS.	538

1 INTRODUÇÃO: POR QUE OS CUPINS?

Estudar a formação e a atuação do *Clube do Cupim*¹ constituiu uma tentativa de enxergar o movimento abolicionista em Pernambuco por todos os ângulos possíveis, pois, longe de ser uma instituição exclusivamente de “elite”, como eram a maior parte das associações emancipacionistas², o Cupim aceitou em suas fileiras membros de diversas camadas sociais. O Cupim foi oficialmente fundado, com o nome de *Clube Relâmpago*, em 15 de outubro de 1884³, e sua formação foi incentivada pelo conjunto de processos que, desde pelo menos o ano de 1880, vinham se desenrolando no Império.

Nos capítulos que tratam do período antes de 1884 foi necessário acompanhar a trajetória do seu principal fundador, João Ramos, fazendo da ação dele o nosso fio de Ariadne. Como veremos, não podemos desprender o entendimento sobre o *Clube do Cupim* da própria trajetória desse abolicionista e, principalmente, das atividades da *Sociedade Nova Emancipadora*, tendo em vista que foi ele o principal idealizador e fundador dessas duas instituições.⁴

Acreditamos, assim como Celso Castilho, que a importância histórica dada à figura de Joaquim Nabuco e também à de José Mariano, ofuscou, e muito, outros sujeitos do movimento em Pernambuco, não sendo diferente com os membros do *Clube do Cupim*. O enaltecimento da imagem desses homens, a força de Nabuco – como político, abolicionista, monarquista, embaixador republicano e historiador – e a de José Mariano como um dos políticos mais

¹ A instituição era chamada e aparece na documentação com o nome “Club Cupim”, mas preferimos utilizar a nomenclatura posterior “Clube do Cupim”.

² Veremos, por exemplo, para os casos específicos da Nova Emancipadora e do Clube Abolicionista que os seus membros eram, em sua maior parte, homens da classe média urbana. Comerciantes, no caso da Nova Emancipadora e acadêmicos, professores e médicos no caso do Club Abolicionista. Como veremos no quarto capítulo, o Clube do Cupim foi uma das primeiras associações abolicionistas a relacionar e a se utilizar politicamente de homens e mulheres das diversas categorias sociais em Pernambuco em prol da causa.

³ Em 08 de outubro de 1884, os abolicionistas fundaram uma associação chamada Club Relâmpago, mas a quebra de sigilo por parte de um membro do Club fez com que eles mudassem o nome da associação para Clube do Cupim já na segunda reunião do grupo. (8 de outubro de 1884). IAHGP. Caixa 20. Doc 0810. Livro de actas do Clube do Cupim. **Acta da 1ª sessão do Club “Relâmpago” em 8 de outubro de 1884.** Presidência de Guerrison. 1º Anno da Libertação total do Ceará e Amazonas e **Acta da 2ª sessão do Club “Relâmpago” em 15 de outubro de 1884.** Presidência de Guerrison. 1º Anno da Libertação total do Ceará e Amazonas.

⁴ Seguindo as indicações de Alexandre Karsburg, baseado nos estudos de Carlo Ginzburg e Giovanni Levi, acreditamos que João Ramos pode ser entendido como um personagem representativo de um grupo abolicionista radical em Pernambuco e que o estudo de sua trajetória, acompanhado de um esboço prosopográfico, permite-nos compreender os comportamentos dinâmicos e específicos diante das transformações vivenciadas pela sociedade brasileira entre o fim do Império e o início da primeira república, possibilitando novas interpretações não somente sobre o movimento abolicionista, mas também sobre todo um contexto social e político do Brasil daquele período. KARSBURG, Alexandre. *A micro-história e o método da microanálise na construção de trajetórias*. In: **Micro-história, trajetórias e imigração**. / Organizadores Máira Ines Vendrame, Alexandre Karsburg, Beatriz Weber e Luis Augusto Farinatti. – São Leopoldo: Oikos, 2015. pp. 36-37.

populares da época, acabaram por supervalorizar a ação dos “homens das instituições” nas narrativas, secundarizando outros projetos, acontecimentos e grupos.⁵

Flávia Braga também apontou essa situação, que podemos chamar de esquecimento histórico seletivo⁶, ao tratar do grupo republicano positivista em Pernambuco, liderado por Martins Júnior e Aníbal Falcão. Segundo a autora, “a existência desses republicanos foi relegada em nome das biografias de renomados membros da sociedade pernambucana, tais como Joaquim Nabuco, José Mariano, Tobias Barreto e Sílvio Romero.”⁷ Braga procurou explicar como esses personagens conseguiram perpetuar uma determinada memória sobre sua atuação na década de 1880.

Segundo a autora, enquanto Nabuco, “o grande abolicionista”, deixou seus registros e seus documentos para a posteridade, escrevendo diversos trabalhos sobre sua perspectiva da abolição, “Romero foi o memorialista do que ele mesmo inventou: a Escola do Recife.” Em termos de política local, o destaque ficou para José Mariano Carneiro da Cunha que rejeitou a diretoria da *Comissão Central Emancipadora do Recife*, e segundo Braga, “só esteve na diretoria de um clube abolicionista, a *Sociedade Pernambucana Contra a Escravidão*”, fundada tardiamente, em 20 de março de 1887.⁸

Para além do que discutiu Flávia Braga, podemos afirmar que a invisibilidade histórica dos positivistas pode também ser considerada uma consequência da própria forma de se construir narrativas históricas, dentro da lógica do positivismo. Segundo Benito Schmidt, Auguste Comte - o fundador do positivo - postulava que o homem deveria exercer pouca influência sobre a história, pois essa seria determinada por “forças exteriores [...] segundo leis sobre as quais ele nada pode”. Portanto, para Schmidt, em contradição ao que prega certo senso comum historiográfico, o positivismo, enquanto teoria da história, não valorizava os chamados

⁵ José Mariano saiu candidato pelo 2º Distrito e Joaquim Nabuco pelo 1º Distrito. Nos meetings (comícios) ambos subiram ao palanque por diversas vezes e aqueciam os ânimos dos populares com discursos pró abolição e em favor de mais direitos políticos para as classes menos abastadas. Joaquim Nabuco inclusive se utilizou das ideias de André Rebouças sobre a democratização do território nacional, devido a isso foi chamado de comunista. SOUZA, Felipe Azevedo e. **A participação política das classes populares em três movimentos, Recife (c. 1880 – c. 1900)**. Tese de Doutorado. UNICAMP, 2018. p.43.

⁶ Em seu trabalho, sobre os movimentos sociais na década da Abolição, Maria Helena Machado afirma que o papel e desafio do historiador social “é resgatar os movimentos que foram varridos para debaixo do tapete da História bem comportada.” MACHADO, Maria Helena Machado, **O plano e o pânico. Os movimentos sociais na década da abolição**. São Paulo: Rio de Janeiro: Edusp/Editora da UFRJ, 1994. p. 82.

⁷ BRAGA, Flávia Bruna Ribeiro da Silva. BRAGA, Flávia Bruna Ribeiro da Silva. **“DITADURA”, ABOLIÇÃO E REPÚBLICA: A propaganda da geração positivista em Pernambuco (1875-1889)**. Dissertação de mestrado. UFPE. 2017. p.13.

⁸ **Idem**. MELLO, Evaldo Cabral de. Notas. NABUCO, Joaquim. **Diários de Joaquim Nabuco (1873-1910)**. Edição de texto, prefácio e notas de Evaldo Cabral de Mello. Rio de Janeiro: Bem-Te-Vi, 2006. p. 252.

“grandes homens”.⁹ Todavia, após uma determinada apropriação do positivismo pelos historiadores, a ênfase historiográfica passou a recair, sobretudo, nas ações individuais dos grandes líderes políticos, militares e religiosos, que aparecem muito mais nos documentos oficiais, “matéria-prima dos historiadores ditos “positivistas”, que aspiravam estabelecer uma relação neutra e objetiva com o passado.”¹⁰ Schmidt também afirmou

que o positivismo guarda uma perspectiva política claramente elitista, segundo a qual cabe aos “mais capazes” – ou seja, àqueles que compreendem e colocam em marcha as “leis da história” – dirigirem a sociedade, o que possivelmente colaborou para que a historiografia inspirada por essa matriz filosófica conferisse destaque em suas narrativas ao papel desempenhado pelos membros das elites.¹¹

Além do “eclipse dos positivistas”, podemos também apontar a confusão histórica que adviria da participação de José Mariano no Clube do Cupim. Devido principalmente a sua popularidade, a falsa imagem de “fundador” foi passada à posteridade e ainda se destaca em detrimento dos membros fundadores como João Ramos, Numa Pompílio e Guilherme Ferreira Pinto, salientando-se ainda mais sobre os membros das classes populares da sociedade pernambucana à época. Alguns dos principais abolicionistas pernambucanos, dentre os quais estavam alguns homens e mulheres negros(as), como Sebastião Grande de Arruda e Gertrudes Maria de Jesus, que foram quase completamente esquecidos nas narrativas posteriores à Abolição.¹²

Segundo Maria Helena Machado, a causa abolicionista se transformou num guarda-chuva político sob o qual se agasalharam, nos momentos finais e no imediato pós abolição, diferentes tendências políticas e aproveitadores. Abolicionistas *après coup*, como disse Machado de Assis - “depois do gato morto” - ¹³ abolicionistas do 14 de maio, devido a sua influência política e econômica no contexto entre a Abolição e a proclamação da República, ficaram com os reconhecimentos devidos a outros homens e mulheres, que fizeram muito mais pela causa. O envolvimento entre abolicionistas radicais, homens e mulheres das classes

⁹ SCHMIDT, Benito B. História e biografia. In: Ronaldo Vainfas e Ciro Flamarion Cardoso. (Org.). **Novos domínios da História**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 2011, p.190.

¹⁰ **Idem.**

¹¹ **Ibidem.**

¹² Vários autores apontam José Mariano como fundador e como principal líder do Clube. ALONSO, Angela. **Flores, votos e balas. O movimento abolicionista brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p.292. OTSUKA, Alexandre Ferro. **Antônio Bento: discurso e prática abolicionista na São Paulo da década de 1880**. Dissertação de mestrado. USP. 2015. p.33. José Mariano só entrou no Clube do Cupim em 15 de outubro de 1885. Todavia, seu nome aparece em 4º lugar na lista de membros do Cupim, que receberam as medalhas em 1889, vindo, antes dele, somente os três fundadores: Ramos, Pompílio e Guilherme Pinto. IAHGP. Caixa.21, maço 2, doc. 0828. Documentos do Clube do Cupim: **Lista de membros**.

¹³ Crônica publicada no jornal Gazeta de Notícias, em 19 de maio de 1888. ASSIS, Machado de. **Obra Completa**, Vol III. 3ª edição. José Aguilar, Rio de Janeiro. 1973. pp. 489-491.

intermediárias e populares e os movimentos escravos no interior, por exemplo, permaneceram, propositalmente, silenciados ou secundarizados historicamente¹⁴.

Para Helena Machado, o reconhecimento de que a vitória contou diretamente com a ação popular e com a agência escrava era visto pelas elites dirigentes como algo perigoso demais. Os controladores do Estado, com receios da continuação de movimentos que lutavam por reformas sociais, buscaram e conseguiram, principalmente após a proclamação da República, ofuscar a história do movimento abolicionista popular, fazendo com que fossem retiradas dos relatórios oficiais, das páginas de periódicos e dos próprios anais da história do movimento. A versão dos “vencedores”, que fizeram valer sua vontade através da pressão popular, foi silenciada para que suas ações não servissem de exemplo às gerações futuras. Melhor seria atestar o pacifismo, o equilíbrio de forças, a legalidade do processo, do que propagandear o movimento das ruas, das sociedades abolicionistas que auxiliavam os escravos nas fugas, dos próprios escravizados que lutavam contra a autoridade senhorial e estatal, das mulheres em busca de direitos, enfim, de todo um conjunto de lutas por direitos e cidadania.¹⁵

Reestruturar essas narrativas escondidas e trazer à tona as ações e intenções de diversas pessoas que lutaram pelo fim da escravidão no Brasil nos conduziu a esta pesquisa. Assim como uma indagação de Ricardo Salles que, ao resenhar dois trabalhos fundantes para esta tese, perguntou-se: “a partir de quando principalmente e em que medida as resistências e lutas escravas, o movimento social abolicionista e o movimento político se interpenetraram?”¹⁶

Como buscaremos provar, para nós, foi somente com a subida de Cotegipe ao poder - momento que Angela Alonso denominou de “fase das Balas” - que isso ocorreu de forma definitiva e necessária até 1888. Para nós, a única coisa que afetou a interpretação de Angela Alonso, no sentido de confirmar o que estamos dizendo, foi que, segundo ela, o resultado obtido em 1888 não “foi nem obra dos escravos, nem de princesa”.¹⁷ Contestamos esse posicionamento ao longo de todo nosso trabalho, buscando provar que, se não fosse a união abolicionista entre pessoas escravizadas e livres e a justaposição complementar do movimento abolicionista radical ao movimento escravos, principalmente a partir da repressão montada com a ascensão de

¹⁴ MACHADO, Maria Helena. O Plano e o Pânico. **Op.Cit.** pp.157-158.

¹⁵ **Idem.** pp.166-167. Na literatura de reminiscências dos participantes da causa abolicionista, como Nabuco, Patrocínio, Rui Barbosa, podemos encontrar avisos sobre os esquecimentos a que foram lançados os “verdadeiros abolicionistas”. BARBOSA, Rui. **Abolição no Brasil : discurso pronunciado pelo Sr. Conselheiro Ruy Barbosa no meeting convocado pela Confederação Abolicionista no Theatro Polytheama a 28 de agosto de 1887 e mandado publicar pelos alumnos da Escola Militar da Corte.** Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/174478>; NABUCO, Joaquim. Minha Formação. **Op. Cit.** CASTAN, **Scenas da Abolição e Scenas Várias Imprensa Methodista**, 1ª edição, 1924, 214 págs.

¹⁶ SALLES, Ricardo. A ABOLIÇÃO REVISITADA: ENTRE CONTINUIDADES E RUPTURAS. **Rev. hist.** (São Paulo), n.176, 2017. p.11.

¹⁷ ALONSO, Angela. Flores, votos e balas. **Op. Cit.** p.17.

Cotegipe, em 1885, dificilmente a abolição aconteceria do modo como ocorreu em 1888: imediata e sem indenização.

Eduardo Silva, em seu estudo sobre os quilombos do Leblon e Jabaquara, indicou a necessidade de se realizar uma tese específica para o *Clube do Cupim* ou, como ele chamou, “quilombo do Cupim”.¹⁸ Para Silva, a importância dada aos quilombos abolicionistas se deve ao fato deles terem conseguido potencializar e agilizar o processo de libertação de escravos no Brasil devido as alianças estabelecidas entre os cativos, libertos e os livres. Ou seja, aquilo que ele chama de “quilombos abolicionistas” representaram a complexidade e a massificação do processo na década de 1880.

Apesar das ressalvas que faremos ao longo do trabalho sobre a aplicação do conceito de “quilombo abolicionista” proposto por Silva, acredito que podemos, inicialmente, resumir o Clube do Cupim como uma instituição composta de negros(as) e brancos(as) livres, pessoas letradas e iletradas, “ricas” e “pobres”, que construíram uma rede de apoio para auxiliar nos projetos de liberdade de milhares de pessoas escravizadas, as quais assumiram os rumos dos seus destinos, escolherem e trabalharam para não mais se submeterem às formas de cativeiro que foram impostas a elas e que tiveram como objetivo principal à busca pela liberdade através da resistência direta ao cativeiro, seja através das fugas, seja através das armas.¹⁹

Até então, apesar de alguns autores já terem trabalhado o movimento abolicionista em Pernambuco e terem se utilizado da mesma documentação que estamos analisando, nenhum deles restringiu os seus estudos ao *Clube do Cupim*, a sua ação política, aos seus membros de maneira específica, que é o que procuraremos fazer nesta tese.²⁰

¹⁸ SILVA, Eduardo, **As camélias do Leblon e a abolição da escravatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p.9.

¹⁹ Essa questão já se tornou um consenso na historiografia mais recente da escravidão e da abolição, que busca se afastar das análises mais oficiais e macropolíticas para dar visibilidade a agência escrava e a interrelação entre os movimentos abolicionistas e os movimentos de resistência escrava. Segundo Ana Flávia Magalhães Pinto sintetiza, “a questão é que as atividades abolicionistas empreendidas só tiveram sucesso justamente porque mobilizaram amplos setores da sociedade, incluindo homens e mulheres escravizados, além de libertos e livres. Obviamente, nem todos desempenharam as mesmas funções, mas é indiscutível que o fim do escravismo foi construído por muito mais pessoas do que os jornalistas e os parlamentares, e eles souberam disso.” PINTO, Ana Flávia Magalhães. **Fortes laços em linhas rotas: literatos negros, racismo e cidadania na segunda metade do século XIX**. 2014. Tese de doutorado - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. 2014. p.215. MACHADO. Maria Helena, O Plano e o Pânico. **Op. Cit.** SILVA, Eduardo, **As camélias do Leblon**. **Op. Cit.**

²⁰ Afirmamos o mesmo que Felipe Azevedo e Souza, acreditamos que o Clube do Cupim é o caso mais bem documentado de uma agremiação radical abolicionista. SOUZA, Felipe Azevedo e. **Huguenotes, ingleses, abacaxis: associativismo abolicionista e escravizados nas rotas de fuga entre Pernambuco e Ceará na década de 1880**. Topoi (Rio J.), Rio de Janeiro, v. 23, n. 50, p. 408-431, maio./ago. 2022 | www.revistatopoi.org. CASTILHO, Celso Thomas. **Slave Emancipation and Transformations in Brazilian Political Citizenship**. University of Pittsburgh, Pittsburgh. 2016. BRAGA, Flávia Bruna Ribeiro da Silva. “DITADURA”, **ABOLIÇÃO E REPÚBLICA**. **Op. Cit** OZANAM, Israel. **Capoeira e Capoeiras entre a Guarda Negra e a educação física no Recife**. Dissertação de mestrado em História, PPGH-UFPE, 2013. CASTILHO, Celso. **Agitação**

Nos dois primeiros capítulos da tese, a trajetória do abolicionista maranhense João Ramos, fundador de duas grandes associações libertadoras em Pernambuco, a *Sociedade Nova Emancipadora* (1881) - legalista e emancipadora - e o *Clube do Cupim* (1884) - que se utilizou de meios e artifícios ilegais para combater a escravidão - serviu-nos como um fio condutor para podermos perscrutar os pormenores do movimento, ou como preferimos chamar, os subterrâneos da Abolição. Seguimos o conselho de François Dosse, iniciando o estudo com o indivíduo²¹, com seu nome próprio servindo de indício a nossa narrativa. Ao analisarmos o movimento através da vida de João Ramos, das pessoas com as quais ele se relacionou e das associações fundadas por ele, não desprezamos, na medida do possível, a complexidade do tecido social, econômico, político e cultural ao qual aquelas pessoas estavam inseridas, percebendo então o movimento abolicionista não como algo harmônico e coeso, mas como um processo de tensão, de crise, de reformulação e sem linearidade.²²

Apesar de iniciarmos nosso trabalho com a análise da ação do João Ramos, asseveramos mais uma vez que este trabalho não se trata de uma biografia do maranhense²³. Interessa-nos, sobretudo, sua atuação como abolicionista e como membro fundador de sociedades libertadoras na década de 1880. O enredo, que começa com o indivíduo, servirá como introdução para uma história social e política do movimento abolicionista radical que parte do Norte, principalmente do Ceará e de Pernambuco para diversas partes do Império do Brasil. A trajetória de João Ramos e de várias outras pessoas - sabemos que um nome se liga a vários outros - serão vistas como caminhos para que possamos entender o processo histórico do

Abolicionista, Transtornos Políticos: O Recife na véspera da campanha abolicionista in: JACKSON, Kenneth David; ALBUQUERQUE, Severino João (Orgs.). CASTILHO, Celso Thomas. **O ‘25 de março’ e a radicalização dos embates abolicionistas no Recife**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300628970_ARQUIVO_Castilho.ANPUH.25demarco.pdf acessado em 10 de agosto de 2019 às 11:00. CASTILHO, Celso. COWLING, Camillia. BANCANDO A LIBERDADE, POPULARIZANDO A POLÍTICA: ABOLICIONISMO E FUNDOS LOCAIS DE EMANCIPAÇÃO NA DÉCADA DE 1880 NO BRASIL. *Afro-Ásia*, 47 (2013).

²¹ DOSSE, François. **O Desafio Biográfico: escrever uma vida**. Tradução Gilson César Cardoso de Souza. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009. pp. 255-259.

²² François Dosse se baseia nos estudos de Carlo Ginzburg para construir suas justificativas acerca dos estudos biográficos, segundo Ginzburg, “as linhas que convergem para o nome e que dele partem, compondo uma espécie de teia de malha fina, dão ao observador a imagem gráfica do tecido social em que o indivíduo está inserido.” GINZBURG, Carlo. O nome e o como: Troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo. **A Micro-história e outros ensaios**. Lisboa: Difel, 1989, p. 175. Ao seguirmos as indicações de Dosse, procuramos estudar o movimento abolicionista em suas passagens furtivas, dispensando a ideia de finalidade, de teleologia, encontrando as identidades nas singularidades, nas escolhas e mudanças de visões de mundo e projetos dos indivíduos, que muitas vezes foram derrotados ou silenciados. DOSSE, François. **O renascimento do acontecimento: Um desafio para o historiador: entre Esfinge e fênix**. São Paulo, Editora UNESP, 2013. pp.3-8.

²³ Espécie de contador.

movimento abolicionista. Processo que, apesar de “acabado” em 1888, continua cheio de imagens distorcidas e aberto a múltiplas interpretações.²⁴

Através da vida do abolicionista nos conectamos ao mundo de diversos homens e mulheres com os quais ele se relacionou: escravizados, libertos e livres que viveram e contribuíram para fazer da década de 1880 um dos períodos mais intensos da História social e política brasileira.²⁵ Os leitores se depararão com uma narrativa que procurou entrelaçar vidas e ações políticas tanto dos de cima quanto dos de baixo. Não estudamos e analisamos a vida de uma pessoa, mas de várias, livres, libertas, escravizadas, buscando construir uma narrativa de História Social e Política da Abolição e da Escravidão no Brasil que navegasse entre o singular e o coletivo, entre o micro e o macro.

Nos três capítulos seguintes – do 3º ao 5º - estudamos mais especificamente a formação e a atuação do *Clube do Cupim* e sua contribuição para o movimento abolicionista, procurando evidenciar, para além da participação dos abolicionistas de “cima” e dos de “baixo”, a agência escrava. Tentamos demonstrar, ao longo desses três capítulos, que, apesar de não compartilharem objetivos específicos e projetos de futuro idênticos, tanto os escravizados quanto os abolicionistas, partilhavam de um objetivo em comum: o fim imediato da escravidão, unindo-se de maneira radical e extra-legal para concretizá-lo.

Procuramos montar nanoperfis socioeconômicos, políticos e sociais dos cupins que conseguimos encontrar na documentação. A investigação das trajetórias, além de nos permitir visualizar a diversidade de categorias sociais envolvidas no movimento, fez-nos problematizar e criar hipóteses sobre as relações que essas pessoas mantinham umas com as outras. Seguimos as indicações da micro-história e tentamos evitar a compreensão do “social”, do “contexto”, como uma realidade de contornos previamente definidos e estruturados, na qual o historiador deve somente encontrar o “lugar coerente e correto” dos sujeitos da pesquisa. A nossa pretensão foi a de analisar, por intermédio do estudo em escala reduzida e, quando esta não foi possível,

²⁴ Procuramos entender os sujeitos e agentes que aparecem nesta tese não como seres completamente racionais, impassíveis de erros e imunes às dúvidas e incertezas da vida, estudando-os em sua rede de relações, como sujeitos condicionados, mas não petrificados pelas estruturas sociais. LEVI, Giovanni. **A herança imaterial. Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. pp.36-38. Seguimos as indicações de Giovanni Levi, em vários momentos possíveis, acreditando “que a observação microscópica revelará fatores previamente não observados”, reduzindo e aumentando, ao longo da narrativa, as escalas de observação dos fenômenos examinados. LEVI, Giovanni. **Sobre a micro-história**. In: BURKE, Peter (org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Ed. UNESP, 1992p. 136-139.

²⁵ Ao seguirmos as indicações de Alexandre Karsburg, acreditamos que enquanto João Ramos pode ser entendido como representativo de um grupo, “os abolicionistas radicais”, o estudo de sua trajetória, como “abolicionista radical”, assume uma característica prosopográfica, pois, envolve biografias coletivas, “demonstrando que certos indivíduos, se analisados em ações corriqueiras, podem revelar comportamentos dinâmicos e específicos diante das transformações mais amplas, possibilitando novos questionamentos à história geral.” KARSBURG, Alexandre. *A micro-história*. **Op. Cit.** pp.36-37.

por meio das informações mais gerais sobre o movimento, a trama fina do tecido social, os subterrâneos da Abolição, as histórias não contadas. Dimensões desconhecidas desse “contexto” e da dinâmica complexa das suas transformações, procurando trazer à tona as tradições contestatórias que foram derrotadas, mas, que podem nos ajudar a iluminar e inspirar as lutas do presente.²⁶

Precisamos ainda explicar aos leitores que, por ser uma associação discreta – diferentemente do que muitos trabalhos apontam, o *Clube do Cupim* não era secreto, pois, como provaremos, os senhores tinham ciência da existência desse grupo desde 1883 e, em 1885, algumas notificações foram publicadas na imprensa pelos seus próprios membros²⁷ - temos uma certa dificuldade em encontrar documentos sobre a instituição.

Todavia, diferentemente dos tão famosos Caifazes (SP)²⁸, que já serviram como tema para vários trabalhos acadêmicos²⁹ e muitas vezes são estudados a partir do jornal *A Redenção*³⁰ e do relato entusiasta e saudosista de Antônio Manuel Bueno de Andrada³¹, João Ramos deixou alguns documentos, que foram doados pelo seu filho, Frederico Ramos, ao

²⁶ REVEL, Jacques (org.) **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

²⁷ **HDBN**: Jornal do Recife. 20 de maio de 1885. Nº113. p.2; Jornal do Recife. 9 de junho de 1885. Nº129. p.2; Jornal do Recife. 10 de junho de 1885. Nº130. p.2.

²⁸ MACHADO, Maria Helena. O Plano e o Pânico. **Op. Cit.** pp. 153-154.

²⁹ **Idem**. OTSUKA, Alexandre Ferro. Antônio Bento. **Op. Cit.** AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. Onda Negra.. **Op. Cit.** MACHADO, Maria Helena. O Plano e o Pânico. **Op. Cit.** COSTA, Emília Viotti da. **A abolição**. 9. ed. São Paulo: Unesp, 2010, 144p. Jacob Gorender chamou a instituição dos Caifazes “da mais ramificada organização abolicionista subversiva.” O que de certa forma entra em contradição quando analisamos a fundo a composição social do movimento abolicionista no Norte, representado pela Sociedade Cearense Libertadora e pelo Clube do Cupim e até mesmo pelo movimento ao Sul, representado pela Confederação Abolicionista, que conectava a Corte ao interior escravista da província e até mesmo a outras províncias. A grande questão acerca das fugas em massa dos escravos em São Paulo, a partir do ano de 1886, é que, auxiliados ou não pelos Caifazes, de cima ou de baixo, muitos destes cativos migraram para dentro da própria província, tendo o principal ponto de encontro no quilombo do Jabaquara em Santos. Como a maior parte dos fugitivos que partiam de São Paulo tinham este refúgio como preferencial, tendo em vista que o porto de Santos oferecia algumas oportunidades de trabalho para os cativos, o quilombo do Jabaquara chegou a reunir em torno de 10 mil pessoas no seu auge. Enquanto que os escravos do Rio e das províncias nortistas fugiam para outras localidades, não se concentrando em uma zona de fuga somente, procurando encontrar asilo e estabelecerem-se em territórios livres de acordo com as possibilidades abertas ou menos precárias naquele momento. GORENDER, Jacob. GORENDER, Jacob. **A escravidão reabilitada**. São Paulo: Editora Ática, 1990. pp.176-177.

³⁰ Jornal fundado por Antônio Bento e publicado entre 1887 e 1888 em São Paulo.

³¹ O jornal dos Caifazes só teve um pouco mais de um ano, surgindo algumas edições comemorativas entre 1889 e 1897, já a maior parte das informações sobre as ações deles são retiradas do artigo de Bueno de Andrada, publicado em 1918 em *O Estado de São Paulo*, “A Abolição em São Paulo – Depoimento de uma testemunha”. Alice Aguiar de Barros Fontes chegou a escrever uma dissertação de mestrado sobre a atuação dos caifazes em São Paulo intitulada: *A Prática Abolicionista em São Paulo: os Caifazes (1882-1888)*. Ao citar o Clube do Cupim em seu estudo sobre a atuação de Antônio Bento e dos Caifazes no processo abolicionista, Alexandre Ferro Otsuka, comete o mesmo equívoco de Angela Alonso ao dizer que José Mariano seria o líder do Clube do Cupim em Pernambuco. Ao citar o trabalho de Robert Toplin, que aponta o nome de João Ramos e de Antônio Bento como organizadores das fugas de escravos no Brasil, tanto Otsuka quanto Toplin valorizam mais a atuação de Bento, acreditando que a ação dele teria inspirado homens como Carlos de Lacerda a promover e apoiar revoltas e fugas de escravos em Campos dos Goitacazes e Américo Luz, em Ouro Preto. ALONSO, Angela. Flores, Votos e Balas. **Op. Cit.** p.292. OTSUKA, Alexandre Ferro. Antônio Bento. **Op. Cit.** pp. 34 e 98.

acervo do *Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano* (IAHGP), sendo reunidos na coleção de *Correspondência de João Ramos* e na *Coleção de atas do Clube do Cupim*.³² Daí porque também conseguimos enxergar mais coisas sobre a ação desse homem do que de outros membros do Clube. A maior parte das lentes que temos foram deixadas por ele. Foi a partir dessa documentação que partimos e tentamos entender a organização dos cupins, suas formas de agir, seus interesses, sua atividade nos anos de existência oficial (1884-1885) e extraoficial (1885-1888).³³

Outra questão sobre a documentação analisada é que, parte de sua rarefação nos remete à própria composição social da instituição que, muito embora fosse liderada por homens das camadas médias urbanas: comerciantes, estudantes de direito, médicos, dentistas, jornalistas, etc. tinha em maior número a presença de homens e mulheres dos setores populares, os quais receberam menor visibilidade em relação aos tipos de documentação produzidos.

Para combatermos essa rarefação, mas também para adensarmos a pesquisa nominal, de maneira geral e de forma refinada, passamos a procurar os membros do Cupim, que aparecem nas listas e nas correspondências do João Ramos, nome por nome, no site da *Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional* (HDBN) e também no site da *CEPE-Digital* (Companhia Editora de Pernambuco). Esses dois arquivos digitais, juntamente com as bibliotecas digitais do Senado Federal, da Câmara Federal, da Fundação Joaquim Nabuco, forneceram uma grande contribuição para esse trabalho, principalmente em tempos pandêmicos, como foram os anos de 2020-2021.

Do 6º ao 7º capítulo, procuramos entender as concordâncias e discordâncias ideológicas dos membros do Clube, que apesar de reunir um grupo predominantemente de republicanos, estava muito mais preocupado com a luta pela reforma social (Abolição imediata e sem indenização) do que pela reforma política (proclamação da República), o que, de certa forma, dividiu os grupos e as opiniões, no imediato pós-abolição, prejudicando a organização de um movimento político coeso que viesse a propor e concretizar mais reformas sociais.

³² IAHGP. Caixa 20. Doc 0810. Livro de atas do Clube do Cupim. IAHGP. Caixa.21, maço 2, doc. 0828.

Documentos do Clube do Cupim

³³ João Ramos fala sobre a criação de uma Sociedade Comemorativa da Abolição Protetora da Infância Desvalida, idealizada por José Mariano, que não foi avante, devido aos movimentos políticos que se seguiram a Abolição. As atas e os papeis da Sociedade, segundo ele, ficaram em posse de Phaelante da Câmara, que era secretário da instituição. Ou seja, a maior parte destes documentos ficavam em mãos de particulares, geralmente dos seus secretários. Por isso é tão difícil encontrarmos documentos, sobre algumas associações abolicionistas, que não foram doados aos arquivos públicos. Muitos destes documentos ou estão adormecidos e em posse de particulares, ou o que é muito mais provável, foram destruídos ao longo do tempo. A própria documentação do Clube do Cupim e provavelmente a da Sociedade Nova Emancipadora também foram entregues ao Instituto Arqueológico por Frederico Ramos, filho de João, após a morte do seu pai. SILVA, Leonardo Dantas. **A Abolição em Pernambuco**. Recife: Editora Massangana, FUNDAJ. 1988. p.66.

Ainda no último capítulo, intitulado: *República e Racismo: as disputas e construções do imaginário político-racial no imediato pós-abolição*, tentamos demonstrar como as disputas e discussões políticas no pós-abolição se utilizaram de um repertório racista que acabou afastando ainda mais as classes populares do centro das narrativas sobre o movimento abolicionista. Como veremos, os grupos concêntricos que lutaram juntos pela Abolição se dividiram no final do Segundo Reinado e iniciaram uma disputa pelo poder político que envolveu diretamente a população negra no centro das discussões. Enquanto alguns membros do movimento abolicionista elogiavam a participação dessa população e afirmavam sua agência, outros grupos procuraram minar, o quanto possível, tanto as narrativas quanto a expansão dos direitos e da participação dessa população na política brasileira. Algo que se asseverou com a Proclamação da República e a subsequente instauração de uma ditadura civil-militar republicana, positivista e, como veremos, racista.

1.1 HISTÓRIAS E HISTORIOGRAFIAS DA ABOLIÇÃO

Desde o momento seguinte à Abolição, muito se escreveu a respeito do movimento abolicionista brasileiro. Até certo ponto, boa parte dessas análises focaram mais no movimento em seu nível oficial, Parlamentar e macro político do que no popular.³⁴

Durante muito tempo as memórias e a narrativa do político abolicionista Joaquim Nabuco, principalmente as extraídas da sua autobiografia: *Minha Formação*, foram utilizadas como a versão oficial e principal do acontecimento.³⁵ Apesar de reconhecer a ação das ruas, o

³⁴ NABUCO, Joaquim. *Minha Formação*. São Paulo: Martin Claret, 2004. [1900]. VIANA, Oliveira. **O ocaso do Império**. Brasília: Senado Federal, 2004. DUQUE ESTRADA, Osório. **Abolição. Um esboço histórico**. Brasília: Editora do Senado Federal, 2005. MORAES, Evaristo de, **Escravidão africana no Brasil (das origens à extinção)**. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1933. MORAES, Evaristo. **A Campanha abolicionista (1879-1888)**. 2ª edição, Brasília, Universidade de Brasília, 1986. COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república: momentos decisivos** – 9.ed. – São Paulo: Fundação Editora da UNESP.

³⁵ As posições de destaque e a influência política de Nabuco e de Mariano, tanto no Império quanto na República dizem muito sobre a preservação da memória destes dois políticos pernambucanos. Nabuco se tornaria embaixador do Brasil nos EUA, enquanto José Mariano teria uma vida mais agitada na política estadual. Para um debate mais aprofundado ver: BRAGA, Flávia Bruna Ribeiro da Silva. **“DITADURA”, ABOLIÇÃO E REPÚBLICA: A propaganda da geração positivista em Pernambuco (1875-1889)**. Dissertação de mestrado. UFPE. 2017. SOUZA, Felipe Azevedo e. **A participação política das classes populares em três movimentos, Recife (c. 1880 – c. 1900)**. Tese de Doutorado. UNICAMP, 2018. OZANAM, Israel. **Capoeira e Capoeiras entre a Guarda Negra e a educação física no Recife**. Dissertação de mestrado em História, PPGH-UFPE, 2013. CASTILHO, Celso. **Agitação Abolicionista, Transtornos Políticos: O Recife na véspera da campanha abolicionista** in: JACKSON, Kenneth David; ALBUQUERQUE, Severino João (Orgs.). **Conferências sobre Joaquim Nabuco – Joaquim Nabuco e Wisconsin**. Centenário da Conferência na Universidade. Ensaios comemorativos. Rio de Janeiro: Bem-Te-Vi Produções Literárias Ltda., 2010. AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. Quem precisa de São Nabuco?. **Estud. afro-asiát.** [online]. 2001, vol.23, n.1, pp.85-97.

Nabuco historiador lançou ao segundo plano a participação popular e a dos que lutaram “radicalmente” para acabar com a instituição. Em suas palavras,

Cinco ações ou concursos diferentes cooperaram para o resultado final: 1º a ação motora dos espíritos que criavam a opinião pela ideia, pela palavra, pelo sentimento, e que a faziam valer por meio do Parlamento, dos meetings, da imprensa, do ensino superior, do púlpito, dos tribunais; 2º **a ação coerciva dos que se propunham a destruir materialmente o formidável aparelho da escravidão, arrebatando os escravos ao poder dos senhores**; 3º a ação complementar dos próprios proprietários, que, à medida que o movimento se precipitava, diminuía diante dele as resistências, libertando em massa as suas fábricas; 4º a ação política dos estadistas, representando as concessões do governo; 5.º a ação dinástica.³⁶

Para Nabuco, as duas primeiras categorias formavam círculos concêntricos, “compostos como eram em grande parte dos mesmos elementos”, afirmando que a este círculo pertenciam os líderes do processo no Parlamento e nas ruas. Para ele, o movimento se dissolvia sobre os partidos políticos: liberais, conservadores e republicanos, que agiam em conjunto, mais próximos ou mais afastados entre si, mas lutando pela mesma causa.

Segundo Marco Aurélio Nogueira, o Nabuco, autor de *Minha Formação* e de *Um Estadista do Império*, seria o historiador de si, do pai e do trono destruído, o “embelezador do passado que apenas assistematicamente se entrega à crítica do presente político; seria enfim o *liberal conservador*, que não mais apelará ao povo”.³⁷ A história do movimento abolicionista, na narrativa de Nabuco, atendeu à necessidade de elogiar o regime monárquico destronado, abrindo, ele mesmo, mão das honrarias, dizendo-se “ninguém”, para dar à Coroa os créditos pela vitória final, criticando a proclamação da República como um movimento fomentado por escravocratas derrotados e por políticos e militares ressentidos.³⁸

Como historiador, Nabuco se eximiu de falar sobre todas as figuras que formavam o movimento sob a justificativa de que: “visto na luta e no esforço cada um dos veteranos dessa campanha, eu não me perdoaria a mim mesmo a menor injustiça involuntária que fizesse a

³⁶ NABUCO, Joaquim. *Minha formação*. **Op. Cit.** 192.

³⁷ NOGUEIRA, Marco Aurélio. **As desventuras do Liberalismo**. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1984. p.147 e 158. Segundo Roberto Ventura, “o novo liberalismo estimulava a indústria e o trabalho livre e a necessidade de reforma do sistema político com a introdução das eleições diretas. E ao mesmo tempo estava atento as ideias filosóficas e científicas como o naturalismo, o positivismo e o evolucionismo, que trazem a crença do progresso e da evolução...” VENTURA, Roberto. **Um Brasil Mestiço: Raça e Cultura na Passagem da Monarquia à República** in: *Viagem Incompleta. A Experiência Brasileira*, SENAC, São Paulo, 1999. Estas doutrinas foram adaptadas a diferentes contextos e utilizadas de acordo com diferentes interpretações, “guardando conclusões singulares, das suas decorrências teóricas distintas, funcionando a evolução social como um paradigma da época, não implicando em única visão ou uma só interpretação” como afirmou Schwarcz. SCHWARCZ, Lília Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo. Companhia das Letras. 2001, p.43.

³⁸ **Idem.**

qualquer um deles.”³⁹ Reconheceu que, apesar dos “dissentimentos profundos” que o separava de muitos no pós-abolição, deveria manter uma certa imparcialidade ao tratar “dos auxiliares da Abolição”. Sem citar muitos nomes, fez um elogio a Dantas, como o primeiro político que colocou um partido (o liberal) a serviço da Abolição, em 1884, a Antônio Prado, por ter retirado o veto de São Paulo à lei 13 de maio, em 1887, quebrando a resistência do Sul e, por último, a João Alfredo, que apresentou a lei de extinção imediata, em 1888.⁴⁰

Todavia, Nabuco reconheceu que, quando falava um nome estava deixando subentendido um extenso calendário cheio de outros, defendendo-se, ao perguntar aos seus leitores: “quem faria esta História dentre os seus contemporâneos com imparcialidade, justeza e penetração, sem deixar entrar nela a paixão política, o preconceito sectário, a fascinação ou sujeição pessoal?”⁴¹ Ou seja, ele sabia que não haveria imparcialidade ao elaborar a narrativa histórica naquele momento pois, entre os contemporâneos, no pós-abolição, as disputas políticas afetavam a construção da memória, como veremos no Capítulo 6.⁴² Nabuco preconizou que no futuro surgiriam diversas histórias e que sua contribuição seria seu arquivo – do qual nos valem os - e alguns fragmentos sobre os acontecimentos dos quais participou.⁴³

Como ele afirmou, os dois primeiros grupos da ação, o primeiro, um conjunto de membros do parlamento, das faculdades de Direito e Medicina, das tribunas e o segundo, uma mistura de categorias sociais que praticaram diversas ações radicais, trabalharam juntos. Como veremos, apesar do *Clube do Cupim* – associação abolicionista que estudaremos mais a fundo - ter sido uma instituição que representava esse círculo concêntrico, divisões internas separavam aqueles que estavam dentro do campo do planejamento e da ação. Os primeiros eram, majoritariamente, os representantes da ação política oficial, enquanto os segundos representavam a “revolucionária”.

Na visão de Nabuco, de 1879 a 1884, os revolucionários combateram sós, enquanto que a partir de 1884 a 1888, tiveram o auxílio dos partidos monarquistas. Apoio supervalorizado pelo abolicionista, por considerar que sem o espírito governamental dos homens de Estado, como Dantas, Prado e Alfredo, “não se teria chegado pacificamente ao fim, nem tão cedo” e por menosprezar a ação dos grupos republicanos que combateram pela causa. Segundo ele, sem o espírito dos estadistas, que não levaram a causa ao Parlamento por interesses coletivos e sim

³⁹ NABUCO, Joaquim. Minha. **Op. Cit.** p.193

⁴⁰ **Idem.**

⁴¹ **Ibidem.**

⁴² BRAGA, Flávia Bruna Ribeiro da Silva. “DITADURA”, ABOLIÇÃO E REPÚBLICA: A propaganda da geração positivista em Pernambuco (1875-1889). Dissertação de mestrado. UFPE. 2017. Ver principalmente o Capítulo 5: Reagir e Atacar.

⁴³ NABUCO, Joaquim. Minha Formação. **Op. Cit.** p.194.

por imposição das ruas, “a abolição teria degenerado em uma guerra de raças ou em um encontro de facções.”⁴⁴

Na sua tentativa de pacificar ainda mais o movimento das ruas, Nabuco afirmou que até mesmo esse campo de batalha tinha líderes que organizavam e controlavam a ação popular. “Sem o trabalho de João Cordeiro no Ceará, de Antônio Bento em São Paulo e de João Ramos em Pernambuco, tomando estes nomes como coletivos, o resultado teria sido funesto.”⁴⁵ Para ele, esses homens representavam, como Patrocínio, a própria Revolução, muitos dos quais lutavam somente contra a escravidão, poderiam ser considerados uma “raça de cegos de boa vontade, senão voluntários, que as revoluções empregam para lhes abrirem a primeira brecha”.⁴⁶

Ao tomar as Revoluções como o princípio das oportunidades para os homens comuns, Nabuco reconheceu que,

se o abolicionismo, no dia seguinte ao seu triunfo, dispersou-se e logo depois aliou-se a grande propriedade contra a Monarquia foi porque o espírito revolucionário havia escapado à sociedade e as reformas complementares foram contidas.⁴⁷

Era esse o motivo da mágoa dos liberais democratas, que desejavam uma Monarquia Popular e apoiavam um possível Terceiro Reinado - como em seu próprio caso - contra os republicanos positivistas que se aliaram aos republicanos conservadores ou “neorrepublicanos” e ao grupo de militares que derrubou a Monarquia.

Notamos que, ao hierarquizar as ações, Nabuco colocou a Parlamentar em primeiro plano, a dos abolicionistas radicais em segundo, considerando até mesmo a ação dos proprietários, a qual ele deu a terceira posição e por último elogiou a agência dos estadistas e da monarquia. Para nós, esta visão sobre a Abolição serviu mais como uma tentativa histórica de conciliar os fatos, de apaziguar processos históricos que foram mais complexos e

⁴⁴ **Idem.** p.205.

⁴⁵ **Ibidem.**

⁴⁶ **Ibid.**

⁴⁷ Concordamos com esta visão de contenção dos ideais reformistas e revolucionários por parte das camadas dirigentes que assumiram o poder após o 15 de novembro de 1889. As reformas sociais, que começaram com a Abolição, foram contidas pelo golpe político (Proclamação da República) e não complementada. Segundo Graham, a adesão dos latifundiários ao republicanismo-federalista e a queda do Império esteve mais ligada às ameaças quanto à reforma agrária, vindas principalmente dos projetos da Sociedade Central de Imigração, da qual fazia parte Rebouças, dentre outros abolicionistas reformistas. Para o historiador, o problema para os agricultores estava no que os abolicionistas poderiam fazer após a Abolição, procurando dar prosseguimento a outras reformas, como era o caso da proposta de Reforma Agrária que estavam discutindo. Devido a isso, o apoio das camadas latifundiárias paulistas à abolição, por volta de 1887, foi mais uma tentativa de neutralizar os discursos e propostas mais radicais que acompanhavam as reformas do que uma conversão abolicionista sincera, tendo esta categoria apoiado a República logo em seguida. Ver: *Escravidão, Reforma e Imperialismo*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1979.

conturbados do que os narradores e memorialistas tentaram nos fazer acreditar, lembrando que, ao falar dos abolicionistas radicais, o historiador não citou, em momento algum, a ação dos escravizados, ofuscando a agência de milhares de homens e mulheres que participaram ativamente do movimento pela abolição.⁴⁸

Este jeito apaziguador de narrar a história e fazer política, a própria decisão dele pelas vias parlamentares, o seu discurso conciliatório, mesmo que considerado perigoso para os senhores de escravos à época, foi escolhido como a melhor versão a ser contada após o fato ter sido consumado.⁴⁹ Apesar do próprio Nabuco, nas vésperas da Abolição⁵⁰, ter entendido que não seria possível lutar somente através das vias legais para acabar com a escravidão, a versão “radical” do movimento não foi privilegiada em sua narrativa pós-abolição.⁵¹

No aniversário de 50 anos da abolição em Pernambuco, um discurso de Carolina Nabuco foi lembrado pelo professor Rodrigues dos Anjos, numa conferência realizada no Ginásio Pernambucano intitulada: “os abolicionistas pernambucanos esquecidos”. Em maio de 1936, Carolina reproduziu as seguintes palavras do professor:

inúmeros obreiros da Abolição foram esquecidos, [...] toda campanha precisa de soldados anonymos, as batalhas são ganhas pelos desconhecidos. O peso do número e da resistência não contribue menos para a vitória que o talento ou a energia de alguns. Os humildes, os dedicados são mesmo o simbolo mais admirável do espírito de luta porque representam o esforço sem a recompensa da glória.”⁵²

⁴⁸ NABUCO, Joaquim. Minha Formação. **Op. Cit.** p.192. Essa crítica também está expressa no artigo pioneiro de AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. **Quem precisa de São Nabuco?**. Estud. afro-asiát. [online]. 2001, vol.23, n.1, pp.85-97.

⁴⁹ O livro de Nabuco, *O Abolicionismo (1883)*, pode ser considerado uma verdadeira obra representante do emancipacionismo legal. Nele, Nabuco descreveu a situação escravista do Brasil até 1883, e paradoxalmente criticou os partidos monarquistas de serem sustentados pela escravidão, defendendo ao mesmo tempo que a abolição deveria ser resolvida dentro do Parlamento. Embora tenha radicalizado sua opinião após ser “expulso do Parlamento em 1886”, segundo Jeffrey D. Needell, Nabuco enfatizou que o movimento abolicionista, apesar de envolver todas as classes, foi iniciado e encerrado dentro de um contexto parlamentar de administração de gabinete ministerial, debate na Câmara e legislação. “O movimento popular, em que o papel crítico dos escravos deve ser compreendido, foi explicitamente direcionado para uma lei que colocaria um fim à escravidão, passada dentro de instituições formais de uma monarquia constitucional, e esse movimento começou apoiando discursos parlamentares que levantaram a necessidade de uma reforma abolicionista em 1879, os mais críticos dos quais eram de Nabuco.” NEEDELL, Jeffrey D. O chamado às armas: o abolicionismo radical de Nabuco em 1885-1886. *The Call to Arms: Nabuco's Radicalized Abolitionism of 1885-1886*. Tradução: Flavia Uliana Lima. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 33, nº 65, 2013. p.292.

⁵⁰ No ano de 1887, Joaquim Nabuco mudou a retórica utilizada em “O Abolicionismo”. Como sabemos, neste livro ele defendeu a via da emancipação legal. Mas, quando as portas do Parlamento se fecharam em 1886, escrevendo sua coluna política no jornal *O Paiz*, alterou a lógica da argumentação e chegou a defender a tática dos cupins, publicando que [...] o caminho de ferro subterrâneo vai ser organizando como já está a navegação submarina, e quando em todos os pontos da província funcionar o chamado Club do Cupim, como poderá a escravidão, sobretudo a escravidão desumana e bárbara das sevícias, viver em contato com o abolicionismo? NABUCO, Joaquim. O movimento abolicionista em Pernambuco. **HDBN: Jornal O Paiz** (Rio de Janeiro). 19 de abril de 1887.

⁵¹ NABUCO, Joaquim. Minha formação. **Op. Cit.** O tom legalista e saudosista se sobressai nesta obra.

⁵² O CLUB DO CUPIM: Os abolicionistas pernambucanos esquecidos. Conferência promovida pelo professor Rodrigues dos Anjos pronunciada na sexta feira na semana da abolição do Gymnasio Pernambucano a seguinte

O próprio Joaquim Nabuco, falando aos estudantes da *Faculdade de Direito do Recife*, comparou-se a Ulysses, quando este falou ao ciclope Polípheno que se chamava “Ninguém”. A causa da abolição para Nabuco era “a causa de ninguém”, ou seja, a abolição, em sua visão, foi uma luta vencida através da força de muitos homens e mulheres que não seriam lembrados. Para ele, as glórias da Abolição eram mais coletivas do que individuais. Esse tipo de discurso fez com que diversos nomes, como o do próprio João Ramos - fundador da Sociedade Nova Emancipadora e do Clube do Cupim - fossem lançados na penumbra, nas margens da História, em razão de algumas narrativas mais oficiais, desenvolvidas inclusive pelo próprio Joaquim Nabuco, que, apesar de ter declarado, na sua autobiografia, não desejar determinadas glórias individuais, acabou recebendo várias.⁵³

Como bem percebeu Jacob Gorender, não somente autores monarquistas, como Joaquim Nabuco e Pedro Calmon⁵⁴ enalteceram a Casa de Bragança e as instituições imperiais como a principal condutora da Abolição. Muitos outros historiadores e ensaístas, não monarquistas, também o fizeram, na intenção de apagar da memória nacional o conteúdo revolucionário-popular das lutas abolicionistas. Nessas narrativas, a Monarquia, suas instituições e, principalmente, a Princesa Isabel, tornaram-se os principais agentes redentores dos escravizados através da consumação do ato da assinatura da Lei Áurea.⁵⁵

Após *Minha Formação*, uma das primeiras obras, das mais completas sobre a Abolição e o movimento abolicionista e que, de certa forma, destoou das narrativas mais oficiais, sem desprezá-las por completo, foi o livro de Osório Duque Estrada, intitulado: *A Abolição: esboço histórico, 1831-1888* e publicado no aniversário de 30 anos da Abolição, em 1918.⁵⁶

conferencia: O Clube do Cupim e outras associações abolicionistas neste estudo. **HDBN**: Diário de Pernambuco. 8 de maio de 1938. Pág. 2.

⁵³ NABUCO, Joaquim. *Minha Formação*. **Op. Cit.** p.191.

⁵⁴ CALMON, Pedro. **História Social do Brasil. 2º Tomo: Espírito da Sociedade Imperial**. Série 5.ª Editora Brasileira. Vol. 88. Ver: O Drama da Abolição. pp.340-357. – Calmon, apesar de ter reconhecido que “o movimento abolicionista desceu, do alto para as ruas, e também subiu, do povo para o trono” prefere confirmar o que para ele foi a fundamental participação do trono e da elite imperial e sua contribuição para o fim da escravidão, chegando até mesmo ao exagero de chamar João Alfredo, Antônio Prado e Rodrigo Silva, de “abolicionistas”. CALMON, Pedro. **HISTÓRIA DA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA**. Coleção Biblioteca Básica Brasileira. Brasília. 2002. pp.255-261.

⁵⁵ GORENDER, Jacob. **A escravidão reabilitada**. São Paulo: Editora Ática, 1990. p.146. TOBIAS MONTEIRO, Pesquisas e Depoimentos para a História, p. 170, Rio, 1913. Disponível em: <https://bibdig.biblioteca.unesp.br/handle/10/6623> acessado em 18 de dezembro de 2021 às 10:58. LIMA, Oliveira. **O Império brasileiro:1822-1928**. Nova ed., com texto atualizado baseado na 1. ed. de 1927. Brasília. Ed. Universidade de Brasília, 1986. TORRES, João Camilo de Oliveira, 1915-1973. **A democracia coroada [recurso eletrônico]: teoria política do Império do Brasil**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2017.

⁵⁶ DUQUE-ESTRADA, Osório. **A Abolição: esboço histórico, 1831-1888**. Brasília: Senado Federal, Conselho editorial, 2005 [1918].

Duque-Estrada analisou o processo final da escravidão a partir das leis anteriores à Lei Áurea, criticando as instituições e as medidas legais pelo fim do cativo, apontando por exemplo a ação de Ruy Barbosa, que já falava, desde pelo menos 1874, contra as ilegalidades cometidas pelos senhores e contra o descumprimento da lei do Ventre Livre (1871). Estrada também tratou das ações do movimento popular abolicionista, apresentando as ações das sociedades abolicionistas, principalmente da Confederação Abolicionista, da qual fez parte, analisando o movimento de formação de Quilombos Urbanos no Rio de Janeiro e o processo de libertação das ruas na Corte. Como membro do movimento republicano de sua época, também teceu críticas à imagem de abolicionistas monarquistas como Joaquim Nabuco, considerando-o um “simples emancipador” e a imagem da princesa Isabel como “redentora” da população escravizada.⁵⁷

Outra obra inicial que podemos destacar é a do criminalista Evaristo de Moraes que se dedicou aos estudos da escravidão, da abolição e do abolicionismo no Brasil. Também autor-coevo, Evaristo de Moraes se propôs a escrever uma narrativa histórica que, segundo ele, não seria a “dos propagandistas da Abolição; abstraí, mesmo, de considerações pessoais, de amizade ou inimizade; fui, até onde me permitiu a fragilidade humana, historiador-juiz.”⁵⁸

Em *A campanha abolicionista (1879- 1888)*, publicado em 1924, o ponto nevrálgico das discussões de Moraes é a “grande política”, especialmente a construída e discutida nas instituições como o Parlamento e os Ministérios em torno de medidas referentes à escravidão e à abolição, privilegiando muito mais o debate político oficial, institucional, do que a Campanha Popular e “radical”. Segundo Joseli Mendonça, como um homem dos tribunais, Moraes acreditava nas instituições e entendia que somente por meio delas poderiam se praticar reformas necessárias para alcançar uma sociedade mais justa. Para a autora, o “historiador-juiz” buscou associar a campanha abolicionista à sua militância como advogado do operariado brasileiro.⁵⁹ Segundo o próprio Evaristo resumiu em uma de suas passagens,

A mais dolorosa e prolongada experiência tem convencido de que, nos problemas em que o sentimento altruístico colide com os interesses econômicos, não há porque

⁵⁷ DUQUE-ESTRADA, Osório. **A Abolição: esboço histórico, 1831-1888**. Brasília: Senado Federal, Conselho editorial, 2005 [1918]. p.78, 81 e 155. MORAES, Renata Figueiredo. **Os maíolos de 1888. História e Memória na escrita da História da Abolição. O caso de Osório Duque-Estrada**. Dissertação de Mestrado. UFF, Niterói. 2007.

⁵⁸ Entrevista de Evaristo de Moraes publicada n' O Mundo Literário, Editora Leite Ribeiro, Rio de Janeiro, nº XXII, v. VIII, 5 de fevereiro de 1924, pp. 71-74. Fragmentos desta entrevista também aparecem em Evaristo de Moraes Filho. Prefácio de Evaristo de Moraes, **A Campanha abolicionista**, 2ª edição, Brasília, Universidade de Brasília, 1986, p. 3.

⁵⁹ MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. **EVARISTO DE MORAES: O JUÍZO E A HISTÓRIA**. ANPUH – XXII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – João Pessoa, 2003.

confiar na espontaneidade individual, em impulsos pessoais, raramente humanitários. A intervenção direta do poder público é necessária, ao menos para estimular.⁶⁰

A partir da década de 1960, alguns historiadores e sociólogos, sob influência do pensamento marxista, passaram a desenvolver estudos sobre a escravidão e o racismo no Brasil, discutindo também questões sobre a implantação do sistema capitalista e da luta de classes, principalmente no pós Abolição. Esse grupo de intelectuais procurou elaborar análises que partiam do perscrutamento da estrutura econômica e social do país, na qual a escravidão apareceu como parte integrante e constituidora do sistema capitalista que foi sendo forjado após o período colonial. Dentro dessa perspectiva, a abolição foi explicada a partir dos limites do liberalismo brasileiro e das especificidades de sua expansão, que exigiam a “transição” para o trabalho livre.⁶¹

As interpretações elaboradas sobre a Abolição, com exceção dos estudos de Emília Viotti da Costa e de Florestan Fernandes⁶², em sua maioria, procuraram privilegiar a ação dos políticos e cafeicultores do Oeste Paulista, como se o seu “progressismo capitalista” tivesse sido a principal ação para a eliminação da instituição no Brasil.

Um dos principais nomes desse período, o sociólogo Octavio Ianni, chegou a afirmar que “em sua significação histórico-estrutural, a abolição foi sempre um negócio de brancos, o resultado de antagonismo entre os interesses da casta dos senhores brancos e os interesses da burguesia branca emergente.”⁶³ A partir desse tipo de perspectiva, o abolicionismo urbano-popular radical que, em conjunto com a ação dos próprios escravizados, formou a principal frente contra a instituição na década de 1880, foi silenciado ou aparecia nas entrelinhas como ações impensadas e desorganizadas. Numa tentativa de fazer crítica ao que ficou conhecido como “o mito da Democracia Racial brasileira”, os escravizados foram não somente

⁶⁰ MORAES, Evaristo de. A Campanha abolicionista. **Op. Cit.** p. 31.

⁶¹ BEIGUELMAN, Paula. **A formação do povo no complexo cafeeiro: aspectos políticos**. São Paulo: Edusp, 2005. (1º ed. 1967). IANNI, Octavio. **Escravidão e racismo**. São Paulo. Hucitec, 1978. CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul**. 5ª edição revista. Civilização Brasileira. 2003. IANNI, Octávio, **As metamorfoses do escravo**, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1962.

⁶² Emília Viotti da Costa desenvolveu estudos que mostram como as pressões de baixo foram tão importantes para o fim da escravidão quanto as de cima, respeitando também as análises estruturais, econômicas, principalmente, Viotti da Costa consagrou os estudos dialéticos com esta perspectiva. COSTA, Emilia Viotti da. **Coroas de Gloria, Lagrimas de Sangue — A rebelião em Demerara em 1823**. São Paulo, Companhia das Letras, 1998. COSTA, Emilia Viotti da. **A dialética invertida e outros ensaios**. São Paulo. UNESP, 2014. 239p. COSTA, Emilia Viotti da. **A abolição**. 9. ed. São Paulo: Unesp, 2010, 144p. MARQUESE, Rafael de Bivar. “Estrutura e agência na historiografia da escravidão: a obra de Emília Viotti da Costa. In: FERREIRA, Antônio Celso; BEZERRA, Holien Gonçalves; DE LUCA, Tania Regina. **Os historiadores e seu tempo**. São Paulo: UNESP, 2008. COSTA, Emília Viotti da. Da monarquia. **Op. Cit.** FERNANDES, Florestan. **A integração do Negro na sociedade de classes**. Dominus Editora. São Paulo, 2 vols.1965.

⁶³ IANNI, Octavio. **Escravidão**. **Op. Cit.** p. 40.

objetificados como silenciados, transformados em testemunhos mudos da história, e a abolição passou a ser sintetizada como resultado da ação da elite política brasileira, ou como uma guerra intraelite.

O trabalho de Robert Conrad, *Os últimos anos da escravidão no Brasil*, publicado em 1973, foi crucial para constatar as teses de que teria sido o progressismo dos cafeicultores do Oeste paulista a principal causa da Abolição. Conrad mostrou como muitos desses senhores de escravos procuraram manter suas prerrogativas senhoriais e sua propriedade escrava até mesmo após a Abolição, passando a valorizar a eficácia do movimento abolicionista urbano-popular que se aliou com os movimentos escravos na década de 1880. Outra importante contribuição do trabalho de Conrad, foi a tentativa de analisar a Abolição como um movimento nacional, interligado e dinâmico, com a participação de diversas categorias sociais, até então subvalorizadas ou silenciadas por outras análises.⁶⁴

Um ano antes do centenário da Abolição, em 1987, a historiadora Celia Maria Marinho Azevedo publicou um trabalho sobre o imaginário da elite brasileira, mais especificamente a paulista, a respeito da população negra. Nessa obra, Azevedo buscou desconstruir a ação do movimento abolicionista, que teria, segundo seu pensamento, propagandeado um ideário mais falsamente filantrópico - devido principalmente ao racismo científico vigente e ao impulsionamento do processo imigrantista na tentativa de branqueamento da sociedade brasileira - do que desenvolvido uma ação efetiva contra a escravidão no Brasil. Para a autora, os escravizados foram muito mais prejudicados pela campanha abolicionista, abandonados no pós abolição, do que teriam sido ajudados durante o processo.⁶⁵

Para Jacob Gorender, tanto as interpretações que enxergavam nos escravizados uma resistência passiva quanto as que viram no movimento abolicionista um “fator negativo, um freio reacionário”, estavam equivocadas. Para o autor, na década de 1880, as ações autônomas dos escravos constituíram componente essencial do movimento abolicionista. Para ele, a autonomia das ações escravas não poderia ser enfocada no isolamento absoluto, nem o movimento abolicionista “urbano popular” enxergado como um falso humanismo. Ambos movimentos se complementaram e agiram em conjunto pela causa, ainda que tivessem objetivos específicos diferentes, compartilhavam de um senso comum e se uniram para alcançá-lo: queriam o fim imediato da escravidão.⁶⁶

⁶⁴ CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravidão no Brasil: 1850-1888**. 1978. Trad. de Fernando de Castro Ferro, 2. ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

⁶⁵ AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. **Onda Negra, Medo Branco: O Negro no Imaginário das Elites - Século XIX**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987. 267 p.

⁶⁶ GORENDER, Jacob. **Op.Cit.** p.159.

Uma virada historiográfica no ano do centenário da abolição, em 1988, promoveu acalorados debates sobre um possível retorno a ótica freyriana paternalista da história e sobre a visão marxista-estruturalista de se abordar a história da escravidão no Brasil. Algumas obras, publicadas naquele ano, passaram a legitimar uma nova corrente historiográfica da História Social da escravidão, da Abolição e do Pós-Abolição no Brasil. Influenciados principalmente pelos princípios teórico-metodológicos dos estudos desenvolvidos por E.P. Thompson⁶⁷, Carlo Ginzburg⁶⁸, Robert Danton⁶⁹, Clifford Geertz⁷⁰, Sidney Mintz⁷¹ e Eugene Genovese⁷², muitos historiadores buscaram trazer as pessoas “de baixo” para os centros das atenções políticas, considerando-as como agentes históricos ativos e transformadores da realidade política-social da sua época.⁷³

A partir de então, centrados mais no perscrutamento interno, micro-político, alguns historiadores, como Maria Helena P. T. Machado, passaram a analisar o movimento abolicionista a partir da conjunção de forças entre os movimentos e demandas dos escravos, das classes populares e das classes médias urbanas/rurais, mostrando como essa “união” possibilitou a crise estrutural da escravidão, culminando com a abolição na década de 1880.⁷⁴

⁶⁷ THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006; THOMPSON, Edward Palmer. **Senhores e caçadores**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987.

⁶⁸ GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006; GINZBURG, C. “Sinais: raízes de um paradigma indiciário” In: **Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, pp. 143-179.

⁶⁹ DARTON, Robert. **O Grande Massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa**. Rio de Janeiro: Graal, 1996.

⁷⁰ GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

⁷¹ MINTZ, SIDNEY W. E PRICE, RICHARD. **O NASCIMENTO DA CULTURA AFRO-AMERICANA: UMA PERSPECTIVA ANTROPOLÓGICA**. TRAD. VERA RIBEIRO. RIO DE JANEIRO: PALLAS/UNIVERSIDADE CÂNDIDO MENDES, 2003, 138p.

⁷² GENOVESE, Eugene. **A terra prometida: O mundo que os senhores de escravos criaram**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

⁷³ Para saber mais sobre o debate historiográfico entre estes anos ver: GORENDER, Jacob. **A escravidão reabilitada**. Editora Ática. São Paulo. 1990. LARA, Silvia Hunold. **Campos da violência**. São Paulo, Paz e Terra, 1988, 384 p. ALGRANTI, Leila Mezan. **O feitor ausente estudo sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro**. Petrópolis, Vozes, 1988, 224 p. SOUZA, Laura de Mello e. **O Escravismo Brasileiro nas Redes do Poder: comentário de quatro trabalhos recentes sobre escravidão colonial**. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewFile/2272/1411>. Acessado em 17/05/2017 às 18:05. CHALHOUB, Sidney. **Visões de Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte**. São Paulo: companhia das letras, 2011. p.12-31.

⁷⁴ Alguns trabalhos, utilizados por nós no decorrer das discussões historiográficas desta tese, procuraram dar conta, em suas análises, tanto do movimento abolicionista popular quanto das iniciativas tomadas pelo Estado para resolver a questão do elemento servil. MACHADO, Maria Helena Machado, **O plano e o pânico. Os movimentos sociais na década da abolição**. São Paulo: Rio de Janeiro: Edusp/Editora da UFRJ, 1994; FRAGA, Walter. **Encruzilhadas da liberdade**. Campinas: Editora da Unicamp, 2006. CASTILHO, Celso; MACHADO, Maria Helena P. T. (Org.), **Tornando-se livre. Agentes históricos e lutas sociais no processo de abolição**, São Paulo, Edusp, 2015, p. 335-368. Finalmente, ALONSO, Angela. **Flores, votos e balas. O movimento abolicionista brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. CASTILHO, Celso Thomas. **Slave Emancipation and Transformations in Brazilian Political Citizenship**. University of Pittsburgh, Pittsburgh. 2016.

Mais recentemente, outro trabalho que deu prosseguimento a esse tipo de análise foi o de Celso Thomas Castilho, que estudou o movimento abolicionista em Pernambuco, buscando renovar a temática da luta pela cidadania política e social no Império. A obra de Castilho, assim como a de Maria Helena P. T. Machado, reduziram as lentes e observaram com acuidade a atuação e o engajamento dos setores distanciados do jogo político maior.⁷⁵

Para Celso Castilho, as mobilizações pela abolição englobaram tanto o abolicionismo legislativo, parlamentarista, quanto à agência escrava e as atividades associativas em conjunto com as iniciativas judiciais. A interligação destes fatores e agentes, em conjunto com a entrada no movimento de grupos minoritários, excluídos do cenário político parlamentar, como as mulheres e os escravizados, foram componentes cruciais para o fim da escravidão.⁷⁶ Teria sido essa amplificação do movimento, nas ruas, nos clubes, nos teatros, nos jornais, a principal responsável pela destruição da instituição tanto quanto ou até mais do que os processos políticos-parlamentares e as mudanças da economia-mundo.⁷⁷

Já Angela Alonso, que desenvolveu o mais recente e completo trabalho sobre o movimento abolicionista brasileiro, analisou a campanha a partir de três fases. A primeira, entre 1868 e 1871, marcada por um abolicionismo de elite, cuja atuação esteve ligada ao espaço público, às associações emancipadoras e às lutas na Justiça, a qual ela denominou “fase das Flores”. Outra, que logo após a decretação da Lei do Ventre Livre, em 1871, e a ascensão dos liberais, em 1878 - quando o abolicionismo iniciou sua fase de nacionalização, aumentando suas formas de atuação, principalmente no campo político - chamada de “fase dos Votos”. E, por último, mas não menos importante, a fase que se iniciou com o retorno dos conservadores ao poder, gerando, por parte do governo, uma atuação repressiva do Gabinete Cotegeipe, a qual, Alonso denominou “fase das Balas”. Segundo Alonso, foi justamente nessa fase - privilegiada em nosso estudo pelo nosso recorte temporal - que os abolicionistas e os escravizados adotaram, como mostraremos, de uma vez por todas, a desobediência civil e a confrontação com a

⁷⁵ CASTILHO, Celso Thomas. **Slave Emancipation and Transformations in Brazilian Political Citizenship**. University of Pittsburgh, Pittsburgh. 2016.

⁷⁶ A Ave Libertas foi uma das mais importante associações femininas do Brasil. Constituída por senhoras e senhoritas da elite social pernambucana, que contribuiriam com empenho na causa da emancipação e da Abolição, com apenas um ano de atividade já havia libertado aproximadamente 200 escravizados em sua atividade legal. Várias mulheres da associação também eram ligadas ao movimento abolicionista extra-legal, como tentaremos mostrar. Leonor Porto por exemplo, presidente da associação, teve suas atividades reconhecida pelo Club do Cupim após a Abolição, recebendo, junto com Maria Amelia de Queiroz, medalhas em reconhecimento aos serviços prestados. CASTILHO, Celso Thomas. **Slave Emancipation and Transformations in Brazilian Political Citizenship**. ., Pittsburgh, PA: University of Pittsburgh Press, 2016.

⁷⁷ CASTILHO, Celso; MACHADO, Maria Helena P. T. (Org.), Tornando-se livre.. **Op. Cit.** pp. 286-287.

promoção de fugas em massa, contribuindo de vez para a abolição imediata da escravidão sem indenização, em 1888.⁷⁸

Uma nova corrente historiográfica, que se propôs a defender a tese de uma possível “Segunda escravidão”, procurou impulsionar a análise do movimento abolicionista num sentido global, enxergando no processo de destruição da instituição no Brasil dois momentos principais: o primeiro que vai da Revolução haitiana entre 1791-1804 até 1850, com o fim do Tráfico Atlântico de escravos, e outro que começou com a Guerra Civil dos EUA e foi até a aprovação da lei Áurea em 1888.⁷⁹

O historiador Alain El Youssef, um dos representantes dessa corrente, ao criticar as análises políticas, principalmente as de Angela Alonso, tentou resumir a influência que as transformações do cenário econômico e demográfico do Mundo Atlântico tiveram no processo abolicionista brasileiro. Para ele, sem essas transformações, criadoras das condições políticas “ideais” para que os acontecimentos viessem a se configurar, o movimento abolicionista não teria tido tanto êxito quanto teve na década de 1880. Segundo ele:

O Ceará – primeiro território libertado pelos abolicionistas – foi uma das províncias brasileiras mais afetadas pela paralisação da produção algodoeira norte-americana que se seguiu à Guerra Civil (1861-1865). Na década de 1860, incentivados pela forte demanda da indústria britânica, ávida pela matéria-prima que lhe faltava, muitos pequenos e médios agricultores locais passaram a se dedicar ao cultivo da fibra, abandonando a produção de gêneros alimentícios. A crise do setor, contudo, chegou mais rápido do que se esperava. Incapazes de competir com os novos produtores que ditavam o preço do produto no mercado mundial (Índia e Egito) e cada vez mais prensados pela recuperação da produção norte-americana no início dos anos 1870, os cearenses foram aos poucos abandonando a cultura algodoeira. Em resultado, desfizeram-se paulatinamente de seus cativos, vendendo-os para os cafeicultores de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, necessitados de mão-de-obra para tocar a

⁷⁸ ALONSO, Angela. **Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-88)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

⁷⁹ MARQUESE, Rafael, “As desventuras de um conceito: capitalismo histórico e a historiografia sobre a escravidão brasileira”. **Revista de História**, 169: 223-253, jul./dez. 2013; Rafael Marquese & Ricardo Salles (org.), **Escravidão e capitalismo histórico no século XIX: Cuba, Brasil e Estados Unidos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. MARQUESE, Rafael. Capitalismo, Escravidão e a Economia Cafeeira do Brasil no longo século XIX. **Saeculum (UFPB)**, v. 29, 2013, p. 289-321. SALLES, Ricardo. **E o Vale era o escravo. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. PARRON, Tâmis. **A política da escravidão no Império do Brasil, 1826-1865**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. TOMICH, Dale. **Pelo prisma da escravidão: trabalho, capital e economia mundial**. Trad. Port. São Paulo: EDUSP, 2011; BLACKBURN, Robin. **The American Crucible: Slavery, Emancipation, and Human Rights**. London; New York: Verso, 2011; BERBEL, Marcia; MARQUESE, Rafael; PARRON, Tâmis. **Escravidão e política: Brasil e Cuba, c.1790-1850**. São Paulo: Hucitec, 2010; De fato, até mesmo os abolicionistas à época entendiam que os acontecimentos do Brasil reverberavam em todo continente americano e até mesmo no mundo. Numa publicação de 12 de novembro de 1888, no Cidade do Rio, um abolicionista – provavelmente Nabuco – escreveu um artigo sobre as eleições presidenciais americanas de 1888, disputada entre Grover Cleveland (Democrata) e Benjamin Harrison (Republicano), afirmando que a abolição da escravidão no Brasil impulsionou a opinião pública nos EUA em favor do último candidato, que era membro do Partido de Lincoln e um veterano da Guerra-Civil. **A eleição de Harrison. HDBN**: Cidade do Rio. (RJ) 12 de novembro de 1888. Nº254. p.1.

expansão de sua produção. No início dos anos 1880, em razão da dinâmica da economia global, eram poucos os cativos que restavam na província, abrindo o caminho para a formulação de uma política abolicionista local. No Rio Grande do Sul, outro processo histórico, mais lento, levou a resultados parecidos. Desde a revogação das Corn Laws, em 1846, os produtores de grãos argentinos souberam tirar proveito da abertura do mercado britânico de cereais, avançando suas fronteiras agrícolas. Para atender às crescentes demandas de trigo no centro da economia mundial e dar vazão aos grãos cultivados cada vez mais no interior do país, Estado e investidores privados fizeram investimentos maciços em transporte ferroviário a partir dos anos 1870. Com isso, conseguiram não apenas transformar a Argentina em um dos principais fornecedores de trigo para a Grã-Bretanha, mas também auxiliaram indiretamente os criadores de gado, que se valeram de toda infraestrutura criada para exportação de cereais, especialmente do barateamento do custo dos transportes, para tornarem seu produto mais competitivo. Na década de 1870, já era patente aos produtores rio-grandenses que seu charque não era capaz de concorrer com seus rivais argentinos, até mesmo no mercado interno. Em crise, desfizeram-se paulatinamente de seus escravos, vendendo-os para os pujantes centros produtores de café, os mesmos para os quais estavam rumando os escravos do Ceará. Sem as condições materiais criadas pela economia global, os abolicionistas teriam encontrado uma realidade muito diversa para livrar a província do Ceará, a cidade de Porto Alegre e outros municípios gaúchos da existência de escravos na década de 1880. Foi graças às crescentes desigualdades regionais do Brasil induzidas pela dinâmica econômica global que a militância deles se tornou viável e apareceu, como Alonso destaca, a figura dos presidentes de província favoráveis à causa, elemento importante para sacramentar a abolição nos territórios mencionados. Como se vê, é discutível afirmar, nesse caso, que a política foi um fator mais decisivo que os demais. Uma explicação que dê conta da totalidade da libertação de alguns territórios, assim como de todo o processo abolicionista, precisa trabalhar com as intersecções entre política e economia.⁸⁰

Apesar de aproveitarmos e balizarmos nosso trabalho pelo conjunto de boa parte dessas análises e dos estudos que precederam esta tese, a nossa lente se aproxima mais das análises políticas e micro-políticas, sendo a nossa intenção principal a de tentar investigar o movimento abolicionista no seu sentindo extralegal ou, como podemos dizer também, ilegal, “subterrâneo”. Em síntese, fomos atrás daquilo que a historiografia macroanalítica deixou de fora das suas narrativas, dos esquecidos da História, do povo “sem nome”, das ações que foram invisibilizadas, procurando trazer à tona a ação cotidiana e complementar daqueles que destruíram a escravidão e se sentiram participantes e autores de tal feito.

Em termos de metodologia, podemos dizer que fomos influenciados e nos baseamos em vários trabalhos de trajetórias, biografias e prosopografia histórica, que acompanham a formação das complexas redes dos seus personagens e nos indicaram os meios e como analisar os documentos sem nos limitarmos somente a um estudo memorialístico ou biográfico. Diversos são os exemplos de estudos sobre figuras do movimento abolicionista que mostram os caminhos traçados pelos líderes do movimento, suas vinculações político-partidárias,

⁸⁰ YOUSSEF, Alain El. Nem só de flores, votos e balas: abolicionismo, economia global e tempo histórico no Império do Brasil. **Revista Almanack**. Guarulhos, n.13, p. 205-209. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/alm/a/YXWgYBgysdBMjtMfWY3bdTK/?format=pdf&lang=pt> acessado em 12 de dezembro de 2021 às 11:22.

associativas, sociais, a partir de trajetórias de vida como as de Luiz Gama⁸¹, Ângelo Agostini⁸², José do Patrocínio⁸³, Osório Duque Estrada⁸⁴, obras que vão muito além da história individual e que nos servirão de referência ao longo da tese.

Seguimos as indicações de Rebecca Scott e Jean Hébrard que, em *Provas de Liberdade*, desenvolveram um trabalho de prosopografia histórica mostrando como a pesquisa de trajetórias de vida e suas interconexões podem revelar muitas coisas sobre acontecimentos que somente eram vistos do ponto de vista da História política tradicional, ou seja, de forma macro. Esse estudo foi iniciado a partir de algumas perguntas feitas pelos historiadores após encontrarem uma carta no Arquivo Nacional de Cuba, que havia sido enviada da Bélgica por Edourd Tinchant - um homem negro, “descendente de haitianos”, nascido em New Orleans, sul dos Estados Unidos e que foi diretor de uma escola de crianças libertas, além de veterano do Exército da União na Guerra Civil - ao general cubano Máximo Gomez. Ao se aprofundarem nos arquivos, atrás dos nomes dos seus sujeitos históricos, Scott e Hébrard conseguiram dados sobre cinco gerações da família do seu personagem inicial. Como eles mesmo afirmaram, sua obra procurou desenvolver “micro-histórias em movimento” acerca de diversos indivíduos que participaram de acontecimentos históricos maiores, como a Revolução haitiana, a Revolução Francesa de 1848, a Guerra Civil norte-americana (1861-65) e a Reconstrução nos Estados Unidos (1865-1877).⁸⁵ O método utilizado por eles consistiu em seguir o rastro documental da família de Tinchant, duas gerações para frente e para trás, através de documentos privados e públicos, pesquisados em oito países de três continentes.

Outro trabalho referencial para nossa tese foi: *O Alufá Rufino*. Nessa obra, João José Reis, Marcus Joaquim M. de Carvalho e Flávio Gomes se utilizaram da história de Rufino - um ex escravo que se envolveu nos negócios do tráfico no Brasil - para compreender os resultados, micro e macrossocial e espacial, do que foi o tráfico transatlântico de escravos africanos para o Império do Brasil no século XIX. Segundo as palavras dos autores, que explicam muito bem a sua metodologia:

A história de Rufino não foi de maneira alguma típica. O interesse em narrá-la decorre de que a história não é somente feita do que é norma, e esta pode amiúde ser mais bem

⁸¹ AZEVEDO, Elciene. **Orfeu de Carapinha: a trajetória de Luís Gama na imperial cidade de São Paulo**. Campinas: Editora da Unicamp / Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 1999.

⁸² BALABAN, Marcelo. **Poeta do Lápis. Sátira e política na trajetória de Angelo Agostini no Brasil Imperial (1864-1888)**. São Paulo: Editora da UNICAMP, 2009.

⁸³ ORICO, Osvaldo. **O Tigre da Abolição**. Ediouro, s/d. ALVES, Ueliton Farias. **José do Patrocínio: a imorredoura cor do bronze**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

⁸⁴ MORAES, Renata Figueiredo. Os maios de 1888. **Op. Cit.**

⁸⁵ SCOTT, Rebecca J.; HÉBRARD, Jean M. **Provas de liberdade: uma odisseia atlântica na era da emancipação**. Trad. Vera Joscelyne. Campinas: Ed. Unicamp, 2014. p.17.

assimilada em combinação e em contraste com o que é pouco comum. Foi, aliás, o que buscamos aqui fazer: nosso personagem nos serviu de guia para uma história bem maior do que caberia na sua experiência pessoal. Ele foge com enorme regularidade de nosso campo de visão para dar lugar ao drama colossal da escravidão no mundo atlântico no qual desempenhou seu pequeno mas interessante, às vezes nefasto, papel.⁸⁶

Assim como estes historiadores, fomos atrás do que James C. Scott chamou de “discursos ocultos” e “ações infrapolíticas”. Baseando-nos nos estudos de Scott, entendemos que, ao admitirmos como ações políticas somente as ações oficiais, declaradas publicamente contra ou a favor do sistema, deveríamos concluir que os grupos subalternos, em sua maioria alijados de direitos políticos, careciam de vida política, ou então que sua atuação histórica estaria somente ligada a momentos excepcionais de explosão e revolta.⁸⁷ Ao trabalhar os conceitos desenvolvidos por Michel Foucault e E. P. Thompson, Scott definiu a infrapolítica como a forma estratégica que a resistência dos subordinados toma em momentos de perigo. Segundo ele, apesar de muitos homens e mulheres não declararem abertamente as suas intenções e projetos, as ações de determinados grupos visavam alcançar seus objetivos a partir de uma lógica própria do sistema de relações sociais e dos códigos sociais estabelecidos. No entender de Scott, um mesmo sujeito produz sobre a sociedade um discurso público e um oculto.⁸⁸

Segundo Scott, em condições adversas e situações de tirania e perseguição constantes em que vive a grande maioria dos sujeitos históricos subordinados, a infrapolítica, os discursos e ações ocultas, seriam a única vida política possível. O discurso oculto é, inclusive, preferível ao público, pois, este pressupõe a opressão, a morte, o desaparecimento, etc. Nestas condições e sob determinadas circunstâncias, a acumulação de atos ditos ou vistos pelo poder como insignificantes – os quais nomeamos de “abolicionismo-subterrâneo”, abolicionismo radical e/ou extralegal - pode, “como flocos de neve numa íngreme vertente montanhosa, desencadear uma avalanche”.⁸⁹ Em se tratando do movimento abolicionista no Brasil, como veremos, uma “avalanche negra”, representada pelas fugas em massa, pelo protesto escravo, pela desobediência civil, etc.

Analisar o que está além da História oficial do movimento abolicionista, além das leis, dos debates parlamentares e do processo de aceleração do fim da escravidão devido ao avanço

⁸⁶ REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos; CARVALHO, Marcus Joaquim de. **O Alufá Rufino: tráfico, escravidão e liberdade no Atlântico negro (1822-1853)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p.360.

⁸⁷ SCOTT, James C. **A dominação e a arte da resistência: discursos ocultos**. Lisboa: Livraria Letra Livre, 1ª edição, tradução de Pedro Serras Pereira, 2013. p. 273.

⁸⁸ **Ibidem.**

⁸⁹ **Idem.** p. 264.

de uma economia mundo capitalista, foi o que nos moveu a desenvolver essa tese. Apesar de termos consciência de que todos estes fatores se interrelacionam e se influenciaram mutuamente - o movimento abolicionista foi um movimento social e como todo movimento social foi influenciado pelas crises e transformações dos sistemas políticos e econômicos – acreditamos que a participação de diversos atores e grupos foram relegadas à condição de secundários ou até mesmo ao esquecimento/silenciamento histórico em detrimento de outras histórias.

Ao acompanharmos os conselhos de James C. Scott, tentamos trazer à superfície os discursos e as ações ocultas dos indivíduos e dos grupos esquecidos, as memórias subterrâneas acerca do movimento abolicionista na Província de Pernambuco e no Império do Brasil. Histórias que foram silenciadas e que podem emergir a partir de uma análise pormenorizada da ação de alguns abolicionistas, de libertos e dos próprios escravizados⁹⁰, ações que, apesar de menos divulgadas e homenageadas, muito contribuíram para a crise e para o fim da escravidão no Brasil.

⁹⁰ Não raramente nos acostumamos a ver trabalhos, de certa forma ainda recentes, reproduzindo a ideia de que os escravos foram excluídos do movimento abolicionista, “cujos líderes se proclamavam representantes dos interesses da massa de cativos, até que os senhores, corroídos pelo remorso e arrependimento, encaminhassem a resolução da questão.”. VENTURA, Roberto. Um Brasil Mestiço. **Op. Cit.** pp. 341-342.

2 SOB OS AUSPÍCIOS DA LEGALIDADE: A FUNDAÇÃO DA NOVA EMANCIPADORA E O MOVIMENTO EMANCIPACIONISTA-LEGAL.

“Não se extirpa o cancro sem dor”, com essas palavras, Joaquim Manuel de Macedo iniciou a sua trilogia de romances-teses intitulada: “As Vítimas-Algozes”.⁹¹ O autor publicou seus romances em 1869, logo após a Guerra de Secessão dos EUA (1861-1865), quando o país ainda lutava a Guerra do Paraguai (1864-1870) e um pouco antes da lei do Ventre Livre (1871). Na verdade, sua obra foi publicada, nesse contexto, para convencer os senhores de escravos brasileiros a apoiarem a proposta de emancipação gradual dos cativos.⁹² Segundo Macedo, a escravidão, “cancro social, abuso inveterado que entrou em nossos costumes, árvore venenosa plantada no Brasil pelos primeiros colonizadores, fonte de desmoralização, de vícios e de crimes”, só poderia ser extirpada de forma dolorosa, pois, ainda simbolizava “a riqueza agrícola, um manancial do trabalho dos campos, dependência de inumeráveis interesses, imenso capital que representa a fortuna de milhares de proprietários”.⁹³

A intenção principal do escritor não era convencer os escravizados a tomarem a iniciativa para acabar com a escravidão, escrevendo para o público senhorial tentava convencer os proprietários de escravos de que a melhor forma de abolir a escravidão, ou melhor, de emancipar os cativos, seria confiar no Estado e promover libertações privadas. Para tanto, Macedo desenvolveu três histórias que, segundo ele, poderiam ser confundidas com a realidade brasileira do seu tempo, pois, de acordo com Macedo, a sua narrativa tinha a intenção de apresentar “a verdadeira face da escravidão no Brasil”.⁹⁴

Segundo o literato, caso os senhores não resolvessem o problema da escravidão, a emancipação imediata e absoluta dos escravos poderia acontecer forçosamente, pondo “em convulsão o país, em desordem descomunal e em soçobro a riqueza particular e pública, em miséria o povo, em bancarrota o Estado”.⁹⁵ A melhor saída seria, portanto, “a emancipação gradual iniciada pelos ventres livres das escravas e completadas por meios indiretos no correr de prazo não muito longo”⁹⁶. Algo que asseguraria aos senhores tanto seu direitos

⁹¹ MACEDO, Joaquim Manuel de. **As Vítimas-Algozes: Quadros da escravidão**. 3ª Ed. Fundação Casa de Rui Barbosa. Editora Scipione. In: Aos nossos leitores. p.3.

⁹² Segundo David Brookshaw, havia boatos de que D. Pedro II teria pedido a Macedo para escrever um romance anti-escravista, na intenção de preparar a opinião pública para os debates que seriam travados no Parlamento. BROOKSHAW, David. **Raça e cor na literatura brasileira**. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1983. p.33.

⁹³ MACEDO, Joaquim Manuel de. **As Vítimas-Algozes: Quadros da escravidão**. **Op. Cit.**

⁹⁴ **Idem.**

⁹⁵ **Ibidem.**

⁹⁶ **Idem.** p.4.

indenizatórios, ainda que a longo prazo, quanto a estabilidade da sua moral política e econômica, seguindo os conselhos “da prudência e o recurso providente dos proprietários”.⁹⁷

Apesar de fazer propaganda aos senhores, Macedo reconhecia que os interesses das classes senhoriais poderiam dificultar as coisas, pois, estes não queriam disputar com o Estado a “opressão e o domínio do escravo”. O autor entendia que a classe senhorial era avessa às intromissões nos assuntos particulares e defenderia a sua propriedade privada com unhas e dentes. Mas, para ele, esse conflito seria “a dor que faz gemer na extração do cancro”.⁹⁸

Enquanto algumas das previsões de Macedo não se observaram, pois, após a abolição, o Brasil não passou por uma bancarrota - o Estado não faliu, assim como muitos senhores de escravos não ficaram miseráveis -⁹⁹ alguns dos seus receios se concretizaram. Como previu Macedo, a classe senhorial se agarrou, até o último momento e até mesmo depois da Abolição, aos seus interesses privados, a sua moral senhorial e ao domínio que buscavam exercer sobre a população pobre brasileira, fosse ela livre ou liberta, principalmente sobre a população negra recém egressa do cativeiro, contra quem continuaram a lançar as suas piores ações e previsões.

Observadores privilegiados, pois, distantes temporalmente do que Macedo presenciou em vida, temos como objetivo principal, nesta tese, analisar o processo de derrocada da escravidão no Brasil nos seus últimos anos, procurando entender quais foram os principais agentes e acontecimentos desse processo, tentando trazer à tona narrativas, memórias e acontecimentos que ficaram durante muito tempo “guardados” nos arquivos ou que simplesmente foram filtrados e “escondidos” pelos construtores da memória histórica do movimento abolicionista brasileiro, adeptos, assim como Macedo, da ideia de que a tarefa de acabar com a escravidão deveria ser do Estado ou se resumiria ao âmbito da particularidade senhorial, para não dizer, da “benevolência senhorial”.

Esse movimento emancipador, defendido pelas elites políticas e por boa parte da camada livre da sociedade, que provavelmente não queria ver o país envolvido em uma guerra civil, certamente teve as suas contribuições, mas como veremos, o emancipacionismo teve suas limitações. O que seria da escravidão caso o emancipacionismo vingasse e o abolicionismo não tomasse rumos radicais é uma pergunta que começaremos a responder ao longo desse primeiro capítulo. Começaremos com os projetos e as ações do movimento emancipador-legalista

⁹⁷ **Ibidem.**

⁹⁸ **Ibid.**

⁹⁹ SCHULZ, John. **A crise financeira da Abolição**. Tradução Denis Augusto Fracalossi. 2º Ed. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo. 2013. MELLO, Evaldo Cabral de. **O norte agrário e o Império: 1871-1889**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999. EISENBERG, Peter. **Modernização sem Mudança: a indústria açucareira em Pernambuco 1840-1910**. Rio de Janeiro, Paz e Terra; Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 1977.

organizado principalmente por membros bem posicionados e influentes da camada de livres da sociedade. Todavia, poderemos observar também que alguns agentes, como João Ramos, envolveram-se em momentos e contextos diferentes ora com um movimento mais legalista, ora com alternativas e organizações mais radicais. Para entendermos como se deu esse processo, comecemos pelo primeiro: o movimento emancipador e legalista em Pernambuco.

Em 23 de setembro de 1880, alguns comerciantes do Recife convocaram uma reunião para o domingo, dia 26, nos salões do *Club Commercial Euterpe*¹⁰⁰. O tema do encontro seria o “fim do elemento servil”. Ao final do anúncio, alguns comerciantes assinaram seus nomes foram ele: João Ramos, Affonso Taborda, José Gomes Ganchas, Adolpho Cavalcante, Adolpho Guedes Alcoforado, Antônio Guedes Valente, Firmino de Moraes, José Ribeiro Pessoa e Manoel Lício Marques.¹⁰¹

A reunião foi exclusivamente para os membros da classe comercial de Pernambuco, estando presentes em torno de quarenta pessoas que fundaram a *Sociedade Nova Emancipadora* naquele mesmo dia.¹⁰² João Ramos, o principal nome dos sócios fundadores, abriu a sessão com um discurso, expondo suas ideias e detalhando as vantagens de se instalar em Pernambuco uma associação de comerciantes com o fim “humanitário e civilizador de emancipar escravos”, apresentando em sua fala as bases para os estatutos provisórios. Ao final, os aplausos encheram o salão e Ramos recebeu promessas de cada uma das pessoas envolvidas de que se esforçariam para iniciar as atividades da associação.

Nascido no Maranhão, em 22 de dezembro de 1843, João Ramos recebeu o mesmo nome do pai. Sua mãe era a D. Rita Monica dos Reis Ramos.¹⁰³ Filho adotivo de Pernambuco, veio morar no Recife em 01 de agosto de 1857, com apenas 14 anos de idade. Sabemos que foi empregado numa loja de miudezas, Gouveia & Araújo, na rua do Queimado e que trabalhou também na loja da Viúva Amorim & Filho, para Antônio Marques de Amorim. Em 1862,

¹⁰⁰ O *Club Commercial Euterpe* foi fundado no dia 18 de janeiro de 1880 como foi comunicado no *Jornal do Recife* pelo seu 1º secretário, Alexandre de Faria Godinho. O *Euterpe* foi criado para organizar as festividades e recreações oferecidas aos funcionários do comércio que pagavam mensalidades para poderem participar das atividades recreativas como: bilhar, dominó, danças, entre outras permitidas pelos estatutos da associação. A instituição ficava aberta das 9 da manhã às 10 horas da noite e permitia o acesso dos salões aos sócios efetivos do Club e as suas famílias. **HDBN**: Jornal do Recife. 22 de janeiro de 1880. **HDBN**: Jornal do Recife. 1 de abril de 1880. **HDBN**: Diário de Pernambuco. 6 de março de 1880.

¹⁰¹ **HDBN**: Diário de Pernambuco. 24 de setembro de 1880. Nº220. p.3.

¹⁰² Segundo Celso Castilho e Camillia Cowling, “no Recife, a mobilização abolicionista local começou também por volta do momento em que Nabuco formou sua Sociedade Brasileira. O Club Abolicionista do Recife, por exemplo, foi estabelecido por alunos da Escola de Direito em 11 de agosto de 1880, data do aniversário da fundação da instituição. Seis semanas depois, um grupo de comerciantes médios fundou a Sociedade Nova Emancipadora que, ao lado do Club Abolicionista, iniciou o desenvolvimento de um movimento abolicionista no início da década de 1880 no Recife.” CASTILHO, Celso. COWLING, Camillia. *BANCANDO A LIBERDADE*. **Op. Cit.** p.169.

¹⁰³ **HDBN**: Jornal do Recife. 11 de fevereiro de 1882. Nº34. p.1. **HDBN**: Gazeta de notícias. 20 de fevereiro de 1882. Nº51. p.2.

conseguiu um trabalho na *Companhia Pernambucana de Navegação Costeira*, tendo sido nomeado caixeiro da Companhia em 1865.¹⁰⁴ Nestas companhias e casas de comércio, João Ramos aprendeu uma profissão, que lhe serviu durante boa parte de sua vida profissional, a de guarda-livros (espécie de contador). Após ter adquirido experiência profissional suficiente, conseguiu montar uma loja de móveis no seu escritório, na rua da Companhia Pernambucana nº6, por cima do Trapiche do Dantas, em 1872.¹⁰⁵

Ao ser convocado, em 1865, para servir como Guarda Nacional do primeiro batalhão na Guerra do Paraguai, Ramos preferiu oferecer a contribuição legal de 1:000\$000 (um conto de réis) para ser isentado do serviço e, assim que o Estado rejeitou a sua proposta, libertou Joaquim, um jovem negro avaliado em “1:500\$000 réis, um rapaz que aspirava ser livre e bater-se”.¹⁰⁶ Quando nomeado por Deodoro da Fonseca, após a proclamação da República, para ser Tenente Coronel comandante de um esquadrão de cavalaria da Guarda Nacional das Graças, não aceitou, pois, segundo ele, “faltava-me jeito para acompanhar procissão fardado”. Convidado para camarista no governo estadual de Rosa e Silva recusou. O próprio Ramos afirmava: “não me presto a aguentar cabresto político”. Era uma “besta sem título”.¹⁰⁷ João Ramos recusou muitos outros cargos e patentes militares, chegando a dizer ironicamente: “sempre achei a farda uma cousa sedutora nas costas do próximo, em mim ficaria mal, sou desajeitado. Parece que me assentaria melhor um habito fradesco!”.¹⁰⁸

Casou-se em 1869, com D. Elvira Annes de Souza, filha de um despachante da Alfândega.¹⁰⁹ Teve com sua esposa dois filhos, Frederico e Alberto Ramos, este último faleceu com apenas seis meses de vida. Quando sua primeira esposa faleceu, em 28 de maio de 1904, João Ramos declarou que este acontecimento foi “a maior desventura de sua vida”.¹¹⁰ Após a morte de D. Elvira, ele “tomou a seu serviço uma rapariga de bons costumes, natural do Ceará,

¹⁰⁴ **HDBN**: Jornal do Recife. 15 de fevereiro de 1865. Nº37. p.3.

¹⁰⁵ **HDBN**: Almanach de Pernambuco ano 1913. pp.168-172. edição 15. A firma Salgado & Cia se dissolveu em 1894. Francisco da Rocha Salgado vendeu sua parte para João Ramos e seu filho Frederico Ramos. In: **HDBN**: Diário de Pernambuco. 16 de maio de 1894. Nº109. p.7. Jornal do Recife 20 de novembro de 1872. Nº271. p.4; Jornal do Recife 6 de dezembro de 1872 nº285

¹⁰⁶ **HDBN**: Jornal do Recife. 17 de janeiro de 1868. Nº13. p.2.

¹⁰⁷ Almanach de Pernambuco para o anno de 1902. 4º anno. p.55 e p.61. Almanach de Pernambuco 1913 15º anno. Diretor Julio Pires Ferreira. S/n.

¹⁰⁸ **HDBN**: Almanach de Pernambuco ano 1913. pp.168-172. edição 15.

¹⁰⁹ D. Elvira Ramos entrou no ano de 1884 para a Sociedade Ave Libertas, exercendo a função de tesoureira da instituição. Veremos que estas mulheres abolicionistas mantinham uma ligação com o Clube do Cupim que estava para além das relações matrimoniais. FERREIRA, Luzilá Gonçalves; ALVES, Ivia; FONTES, Nancy Rita. **Suaves amazonas: mulheres e abolição da escravatura no Nordeste**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1999, Anexo, p.205-209. DP. 30 de novembro de 1884. Nº 277. p.3. Diário de Pernambuco. 21 de maio de 1884. Nº117. p.5.

¹¹⁰ Notas autobiográficas de João Ramos, manuscritas do próprio punho em 4 folhas de papel almasso, pertencentes ao Sr. Eugenio Ramos e redigidas nos seguintes termos: In: SILVA, Leonardo Dantas. A abolição em Pernambuco. **Op. Cit.** p.52.

bastante recomendada por uma família de minha íntima amizade e confiança”. O nome da moça: Anna Thereza de Queiroz, provavelmente uma mulher negra com a qual ele teve “alguns filhos”. Na época do seu relato deu conhecimento de seis: Lucia, Rosalia, Ogarista, Belisário, Ticiano e Samuel, todos legitimados por ele, que dizia não ligar para comentários sobre sua relação fora dos meios judiciais e religiosos.¹¹¹

Imagem 1: João Ramos



HDBN. Jornal Pequeno. 15 de maio de 1905. Nº108.

No ano de 1873, Ramos fez uma excursão pela Europa, passando por Paris, Bordeaux, Hamburgo, Frankfurt, Wiesbaden, Hanover, Londres, Lisboa e Porto, voltando a Pernambuco em 1875.¹¹² Ao regressar da Europa, passou a trabalhar para Luiz Gonçalves da Silva Pinto, estabelecendo logo depois casa própria com capital inicial de 600\$000 (seiscentos mil réis). O nome do estabelecimento de Ramos, em sociedade com Francisco Salgado e Eugenio de Barros Falcão de Lacerda, era Casa João Ramos.¹¹³

João Ramos deixou algumas notas autobiográficas manuscritas que podemos encontrar transcritas na compilação de documentos sobre a *Abolição em Pernambuco* que fez Leonardo

¹¹¹ **HDBN:** Almanach de Pernambuco para o anno de 1902. 4º anno. p.55 e p.61. Almanach de Pernambuco 1913 15º anno. Diretor Julio Pires Ferreira. S/n.

¹¹² **HDBN:** A Província: órgão do Partido Liberal. 8 de dezembro de 1875. Nº750. p.2.

¹¹³ **HDBN:** Jornal do Recife. 29 de maio de 1894. Nº119. p.1.

Dantas Silva.¹¹⁴ O que mais nos chamou atenção nestas notas foi o fato do abolicionista ter deixado para tratar de sua participação no movimento apenas no final e de forma muito rápida e incompleta. Falou de seus pais, dos filhos, da sua vinda para Pernambuco, do seu casamento, dos trabalhos que exerceu, das firmas que abriu, das viagens que fez, pulando o período da Campanha Abolicionista em Pernambuco. Após falar sobre sua relação no comércio com Francisco Salgado e sobre a Casa João Ramos com bastante saudosismo, passou toda campanha abolicionista e continuou sua narrativa falando sobre sua prisão em 15 de novembro de 1892, fato que se deu, segundo ele, devido unicamente a sua amizade com José Mariano.¹¹⁵

José Mariano foi preso, no dia 14 de novembro de 1892, 9 dias após publicar um manifesto apoiando a Revolta da Armada (que iniciou em 6 de setembro de 1892), no qual escreveu: “é preciso que a nação inteira levante-se fazendo uma última intimação ao Marechal Floriano Peixoto para que deixe o poder por bem da paz e salvação da República.”¹¹⁶ No mesmo dia em que Mariano foi preso no Forte do Brum, a redação d’*A Província* foi varejada por militares e suas publicações ficaram suspensas, sendo ainda dois de seus redatores presos: Lourenço de Sá e Gonçalves Maia. O motivo das prisões, segundo a versão dos militares, foi por conta da captura de um emissário de Mariano no Rio de Janeiro, com o qual foram apreendidas diversas cartas dirigidas ao Almirante Custódio José de Mello, explicando um possível apoio em Pernambuco aos revoltosos. Lourenço de Sá e Gonçalves Maia foram presos por terem assinado com algumas pessoas um boletim sobre negócios da Revolta.

Foram emitidas ordem de prisão, por conta do boletim, para José Maria Albuquerque de Mello, Arthur Orlando, Gaspar Drummond (Senador federal), Manoel Caetano, Carneiro Villela e Phaelante da Câmara. Barbosa Lima, governador de Pernambuco, que auxiliou Floriano Peixoto nesta empreitada, ainda mandou prender, no dia 15 de novembro de 1892, Menna da Costa, João Ramos, Francisco Campello, Alfredo Pinto, entre outras pessoas.¹¹⁷ Consequências políticas da Ditadura republicana que comemorava seu 3º ano de existência com prisões e assassinatos políticos.

Talvez, este acontecimento tenha sido narrado primeiro pela marca que deixou em sua vida, pois, segundo Ramos:

¹¹⁴ Notas autobiográficas de João Ramos, manuscritas do próprio punho em 4 folhas de papel almasso, pertencentes ao Sr. Eugenio Ramos e redigidas nos seguintes termos: In: SILVA, Leonardo Dantas. *A abolição em Pernambuco. Op. Cit.* p.52.

¹¹⁵ **Ibidem.**

¹¹⁶ **HDBN:** Almanach de Pernambuco ano 1902. p.54. Para saber mais sobre a Revolta da Armada na visão dos revoltosos ver: MAIA, J. Gonçalves. **Horas de prisão (Notas Históricas)**. 2ª edição. Recife. Imprensa universitária. 1967. pp.43-68.

¹¹⁷ **HDBN:** Almanach de Pernambuco ano 1902. p.55.

foi uma triste e cruel surpresa para mim achar-se comprometido sem culpa alguma em uma causa política revolucionária que nenhuma sympathia me inspirava, da qual nem mesmo as notícias telegráficas publicadas nos jornais eu lia.¹¹⁸

Para ele, “ser preso político, era pior do que ser acusado por ser ladrão de cavalos”. O último encontrava advogados para defendê-lo, sua comida não era revistada, nem sua comunicação censurada, o abandono dos encarcerados políticos era certo, pois ninguém queria ser associado a estes com medo de retaliações, o preso político era, para Ramos, um condenado sem julgamento.¹¹⁹ Veremos, ao longo do trabalho, que este medo de ser preso esteve presente na vida do comerciante também durante a Campanha Abolicionista. João Ramos acusou que a culpa de sua prisão era de seu amigo José Mariano, que em respeito a sua amizade citou por algumas vezes em cartas trocadas com os revoltosos. Ramos passou nove meses e cinco dias na prisão, segundo suas contas: “275 comerciais perdidos”. Ainda segundo ele, seu desespero partia da ciência de que os militares receberam ordens de fuzilamento para matar ele, José Mariano, Alfredo Pinto, Aníbal Falcão e José Maria de Albuquerque Mello.¹²⁰

Segundo Gonçalves Maia, que ficou preso com João Ramos no 14º batalhão de infantaria, alguns homens foram presos porque desejavam a vitória da Revolução, outros porque desejavam a morte de Floriano, mas João Ramos não, e ele:

Tinha razão de andar de um lado para o outro da sala a vociferar contra tudo e contra todos. Ele nunca fora revoltoso. Vivia sua vida fora da política. A política não lhe interessava. Os seus dias de luta haviam cessado com a vitória abolicionista. Irritava-o aquela prisão. Se na correspondência apreendida, se falava em seu nome, que culpa tinha ele?¹²¹

Parece-nos que a versão de João Ramos de que foi preso por ter ligações com José Mariano e que o princípio da culpa dele seria somente essa ligação está de acordo com os fatos. Segundo o negociante, José Mariano “confiante de sua amizade” - relações construídas ao longo do movimento abolicionista e que se mantiveram após o fim da campanha como veremos - usou o nome de João Ramos em papéis da revolta sem consultar o amigo, nem o avisar. Pensava Mariano que o movimento começaria pela manhã e terminaria pela tarde com a vitória, havia se enganado. Para Ramos, na verdade, tudo não havia passado de um “engano”, mas sua prisão foi ordenada pelo próprio Marechal Floriano e a ordem foi cumprida. Após três meses de cadeia, João Ramos adoeceu e foi enviado para a enfermaria do Hospital Militar, um dia antes da fuga

¹¹⁸ **Idem.** p.53.

¹¹⁹ **Ibidem.**

¹²⁰ **HDBN:** Almanach de Pernambuco para o anno de 1902. 4º anno. p.55 e p.61. Almanach de Pernambuco 1913 15º anno. Diretor Julio Pires Ferreira. S/n.

¹²¹ **MAIA, J. Gonçalves.** Horas de prisão. **Op. Cit.** p.82.

de Gonçalves Maia. No Hospital, segundo contou aos militares, teve toda a facilidade para fugir, mas não fugiu. Em 17 de agosto de 1893, foi posto em liberdade. Estava livre do fuzilamento e da cadeia. Mas esses meses, certamente, marcaram a sua vida, a ponto de retraí-lo ainda mais da vida política.¹²²

No final da narrativa, Ramos, enfim, falou da Campanha Abolicionista. Informou que tomou parte dela por certo despeito e que a mesma absorveu, durante alguns anos, sua atividade de negociante e talvez até certa sagacidade. João Ramos disse que entrou na campanha firmado na ideia de que “para libertação dos escravos todos os meios são bons”.¹²³ Diz que foi até o fim tendo a felicidade de assistir o triunfo da causa, em sua opinião, “a mais nobre que se agitou no Brasil”. Após expor essas poucas memórias, informou que mais adiante justificaria o pensamento, não o fazendo. Voltando a tratar do assunto somente para dizer que, após decretada a Abolição, ofereceram-lhe um título honorífico, o qual foi recusado.¹²⁴

Por que João Ramos se conteve e não escreveu mais sobre a campanha “mais nobre de sua vida”, como ele mesmo citou? Teria sido devido a sua opção de agir em prol da abolição através de todos os meios possíveis? Algum medo de retaliações políticas ou do movimento de indenização que ainda poderia atingi-lo de certa forma? Vimos que o homem não era muito afeito a questões militares e que já havia passado por alguns processos, os quais certamente deixaram marcas, como a prisão política, em 1892. A nossa hipótese é a de que, em anos posteriores à abolição, devido ao posicionamento radical de João Ramos, acerca dos meios pelos quais lutar e das medidas tomadas pelo Cupim, o negociante preferiu se retrair para não ter que se retratar constantemente nos jornais e/ou nos tribunais. A vitória do movimento havia sido alcançada, nada mais de se envolver em processos polêmicos. Como ele mesmo afirmou acerca dos acontecimentos que lhe pegaram de surpresa, em 1892.

Num relato biográfico, que apareceu no *Almanach de Pernambuco* de 1913, somos informados que a vida de Ramos como comerciante não foi tão afortunada quanto a de

¹²² Presos políticos: consta que foram mandados pôr em liberdade os presos políticos deste Estado Srs. Alfredo Pinto, João Ramos e Menna da Costa. O primeiro e último estão no Rio de Janeiro e o segundo se acha aqui, em tratamento na enfermaria militar. **HDBN**: Jornal do Recife. 12 de agosto de 1894. Nº183. P.2 Posto em liberdade por ordem do governo federal foi solto ontem o preso político Sr. João Ramos, comerciante d’ esta praça, que desde novembro do ano passado se achava privado de sua liberdade. **HDBN**: Jornal do Recife. 19 de agosto de 1894. Nº188. p.2. O Dr. José Maria de Albuquerque Mello afirmou por meio de carta que a exceção de um preso são todos os outros inocentes. João ramos e Alfredo Pinto, diz ele, considerados cúmplices, são completamente inocentes.” **HDBN**: Jornal do Recife. 18 de novembro de 1893. Nº263. P.2. **HDBN**: Almanach de Pernambuco ano 1913. pp.168-172. edição 15.

¹²³ Notas autobiográficas de João Ramos, manuscritas do próprio punho em 4 folhas de papel almasso, pertencentes ao Sr. Eugenio Ramos e redigidas nos seguintes termos: In: SILVA, Leonardo Dantas. A abolição em Pernambuco. Op. Cit. p.55.

¹²⁴ **Idem**. p.54

aboliconista. Não tendo alcançado riquezas, “andava ora para frente ora para traz como caranguejo.” Trabalhou na Companhia Pernambucana de Vapores durante dois períodos de sua vida e também na Companhia de Seguros Paraense, na qual foi agente por pelo menos 15 anos. Veremos que seus conhecimentos e contatos adquiridos nessas instituições serviram nos anos da campanha, ajudando-o a dar prosseguimento aos transportes de cativos para as diversas províncias do Império.

Nesse relato, produzido por terceiros, a Campanha Abolicionista foi considerada a “parte mais importante de sua existência, por ter empregado nela todas as suas energias, todas as suas coragens, sem desfalecimentos, com prejuízo de seus haveres, de seus interesses, e até com risco de vida.”¹²⁵ A partir desse texto ficamos cientes de que ele fundou, junto com alguns amigos de vida e de profissão, várias sociedades abolicionistas como a *Sociedade Nova Emancipadora* e o *Clube do Cupim* e que devido ao auxílio do seu trabalho subterrâneo, “centenas de escravos foram libertados ou embarcados para o Ceará, escondidos, disfarçados, por todos os meios possíveis e impossíveis.”¹²⁶ Fora o título honorífico que recusou, João Ramos recebeu várias distinções: uma medalha de bronze da princesa Isabel, cinco medalhas de associações libertadoras de Pernambuco e de outras Províncias, tendo recebido uma homenagem da Câmara Municipal, que mudou o nome da rua em que ele morava para seu nome.¹²⁷

O republicano e abolicionista negro Lopes Trovão também lembrou de João Ramos ao escrever um artigo para comemorar o 13 de maio de 1889. Trovão elencou vários atores políticos que ajudaram os cativos a atravessar “a pés enxutos o mar vermelho no Brasil”, aproveitando para saudar de passagem o líder do *Clube do Cupim* na coluna republicana, informando ainda que o combate dos abolicionistas foi muito além de bandeiras partidárias e que André Rebouças o havia ensinado muito bem isso.¹²⁸ O artigo de Trovão talvez tenha inspirado o Dr. Ennes de Souza a escrever na coluna republicana, seis dias após seu amigo de partido, sobre a participação dos republicanos na abolição. O escrito servia para registrar não somente a presença de republicanos no movimento como para demarcar os personagens e o terrenos de atuação, para que não fossem esquecidos e substituídos por outros atores. No texto

¹²⁵ **HDBN:** Almanach de Pernambuco ano 1913. pp.168-172. edição 15.

¹²⁶ **Idem.**

¹²⁷ **HDBN:** Gazeta da tarde 21 de maio de 1889. Nº136. P.2; **HDBN:** Cidade do Rio. 21 de maio de 1889. Nº113. p.2; **HDBN:** Gazeta de notícias. 27 de maio de 1889. N 147. p.2; **HDBN:** Almanach de Pernambuco ano 1913. pp.168-172. edição 15. A rua das Crioulas foi renomeada de Rua João Ramos. A rua das Crioulas, no antigo beco do Corimboque é tida como um dos quilombos urbanos do João Ramos. **HDBN:** Jornal do Recife 24 de maio de 1888. Nº117. p.1. “Aluga-se o chalet Minerva da rua do Cupim, a tratar com João Ramos, na rua deste nome.” **HDBN:** Jornal do Recife. 19 de março de 1896. Nº65. p.1

¹²⁸ **HDBN:** Diário de notícias. 13 de maio de 1889. Nº1429. p.2

de Ennes de Souza, mais uma vez lá estava João Ramos em destaque. Para Ennes de Souza, a participação das fileiras republicanas foi de primeira ordem em qualidade e quantidade. Republicanos como Maciel Pinheiro e João Ramos, “que a frente das forças, que ali tanto advogavam a abolição como a república, faziam em Pernambuco triunfar com José Mariano, a causa superior e imediata da abolição contra o escravagismo de Cotegipe, João Alfredo e companhia”, representados em Pernambuco por Machado Portela.¹²⁹

Teriam razão Trovão e Ennes de Souza em pontuar a participação dos republicanos no movimento, não somente porque o Governo buscou tornar-se, após maio de 1888, autor do feito, como também pelo aumento do movimento “indenizista” que fez com que crescesse o número de adeptos pós morte do abolicionismo e que se tornavam republicanos “de última hora”.

De acordo com um necrológio, que saiu nas páginas do jornal *A Província* e foi transcrito no *Diário de Pernambuco*, “João Ramos foi a alma e o braço de toda a Campanha Abolicionista em Pernambuco. O *Clube do Cupim* era ele principalmente.”¹³⁰ Em continuação ao elogio, o autor do texto (anônimo) diz que o primeiro escravo embarcado para o Ceará foi Ramos quem embarcou, assim como também o último que seguiu viagem para o território livre cearense. *A Província*, autoproclamada quartel-general do abolicionismo, fez um elogio post mortem completo, associando João Ramos ao fim do cativeiro em Pernambuco, como chefe do movimento abolicionista radical pernambucano afirmando que

se o Brasil é livre de escravos pretos, deve-o em grande parte a ele, a esse João Ramos, magro, franzino, nervoso, doente, mas de uma vontade de ferro e de uma bravura indomável, cobrindo uma alma generosa e boa.¹³¹

Sylvio Romero, autor de *História da Literatura Nacional*¹³², expondo suas conclusões acerca da abolição, no imediato pós-abolição, afirmou que nenhuma das três soluções propostas pelo Governo foram postas em execução. Segundo ele, nos oito principais anos da campanha, entre 1880 e 1888, nem o *status quo* foi mantido intacto, nem os prazos estipulados em lei para a morte da escravidão chegaram a seu fim, nem o imediatismo político, tanto por parte dos abolicionistas como por parte dos escravistas serviu para nada. Colocando-se como participante da luta, Romero afirmou que “a solução que pregamos, a que demos o nome de *emancipação*

¹²⁹ HDBN: Coluna republicana. Orientemo-nos. Diário de notícias. 19 de maio de 1889. Nº 1435. pp.2 e 3.

¹³⁰ HDBN: Diário de Pernambuco. 9 de novembro de 1919. Nº303. p.4.

¹³¹ **Idem.**

¹³² Esta obra foi publicada posteriormente com outro título. ROMERO, Sylvio. **História da literatura brasileira.** tomo 1. Rio de Janeiro: José Olympio, 1953.

autônômica e popular foi a única que se pôs em prática”. Os abolicionistas e o povo não esperaram que o governo resolvesse a situação geral do país na ordem social e econômica que era definida pela escravidão. Lutaram pelo fim da instituição e, segundo ele, dentre os “obreiros os mais meritórios do abolicionismo” estavam: “Francisco Nascimento, João Cordeiro, João Ramos, Antônio Bento, Carlos de Lacerda e vinte outros.” Para Romero, ainda que as ações fossem encorajadas e até estimuladas por algumas vozes na Câmara, como as de Antônio de Souza Pinto, Amaro Bezerra, José Mariano, Joaquim Nabuco, Ruy Barbosa e Frederico Borges, foram os líderes do movimento nas províncias, nos municípios, com suas famílias, que mais auxiliaram a causa da Abolição ajudando os escravizados nos protestos, nas fugas e nas barras dos tribunais. A ação governamental, segundo Romero, só cedeu ao movimento e a ação popular.¹³³

Mas como tudo isso começou? Como esse movimento de ação abolicionista popular se iniciou? Como se deu a sua gênese em Pernambuco? Ou melhor, como se deu a sua poligênese, já que, como veremos, o movimento abolicionista deve ser abordado muito mais no seu sentido múltiplo: plurirracial, pluriclassista, pluri-intencional e pluriprovincial ou interprovincial.

Para nós, o início desse movimento, na província de Pernambuco, teve como ponto de partida justamente a ação de João Ramos, a sua ligação com outros movimentos abolicionistas ao redor do Império e a fundação de duas das principais associações abolicionistas pernambucanas: o *Club Abolicionista*, fundado em agosto de 1880 e a *Sociedade Nova Emancipadora* (SNE), fundada por Ramos, em setembro de 1880.¹³⁴ Por isso, acreditamos ser imprescindível analisar e discutir a ação dele e dessas instituições no chamado movimento abolicionista de Pernambuco, a partir do ano de 1880.

Logo após a fundação da SNE, João Ramos foi proclamado presidente interino e o 1º secretário interino escolhido foi Affonso Taborda¹³⁵. Por não conseguirem completar a diretoria provisória, convidaram para fazer parte dessa os senhores: Alexandre de Faria Godinho (secretário do Euterpe), Elpídio de Vasconcelos, Antônio M. Ferreira, I. Lemos, Assêncio Ramires, Américo de Mattos Ferreira e Manoel dos S. Guimarães, comerciantes que estavam

¹³³ **HDBN**: Gazeta da tarde 15 de junho de 1888. Nº 135. p.1.

¹³⁴ CASTILHO, Celso. COWLING, Camillia. BANCANDO A LIBERDADE. **Op. Cit.** p.169.

¹³⁵ Sabemos por meio dos anúncios que Taborda negociou na década de 1880 com açúcar e algodão para fora de Pernambuco e que teria pelo menos um armazém de açúcar, fazendo parte também da Associação Comercial de Pernambuco. **HDBN**: Diário de Pernambuco. 25 de outubro de 1884. p.3. nº247. **HDBN**: Almanach de Pernambuco. Dr. Júlio Pires Ferreira. 9º ano. 1907. **HDBN**: Almanach de Pernambuco. Dr. Júlio Pires Ferreira. 14º ano. 1912.

presentes e aceitaram o convite. Ramos e Taborda apresentaram na reunião os estatutos primários da nova associação que foram aprovados por unanimidade.¹³⁶

Segundo Martiniano Veras, um dos futuros fundadores do *Centro Republicano de Pernambuco*¹³⁷, o programa da Sociedade estava focado em “efetuar as compras de cartas de liberdade, que concederiam a um grande número de infelizes submetidos a dura, cruel e anti-social escravidão.”¹³⁸ O futuro deveria preparar para esses libertos “o soerguimento à classe de cidadãos, bons, úteis e dignos.”¹³⁹ Ainda nessa primeira reunião, foi lido um ofício do senhor Elpídio de Vasconcellos¹⁴⁰, falando sobre a conveniência de obter-se um benefício teatral para ajudar a sociedade, escolhendo João Ramos uma comissão para resolver a questão. Após a fundação da SNE, não tendo mais ninguém pedido a palavra, Ramos agradeceu a diretoria do *Club Euterpe* pela concessão que fizera dos seus salões e móveis e encerrou a reunião.¹⁴¹

O estatuto da SNE foi publicado em 2 de outubro de 1880. Os fundadores estabeleceram que somente comerciantes e agentes do comércio poderiam ser sócios efetivos e que pessoas de outras profissões poderiam ser contribuintes. Quem doasse aos cofres da SNE um valor igual ou superior a 100\$000 mil réis, receberia o título de sócio benfeitor, já os sócios honorários seriam listados nos números das senhoras que prestassem à sociedade serviços relevantes, dos senhores de escravos que abatessem valores notáveis para a indenização sobre seus escravos e das pessoas que se destacassem na causa abolicionista.¹⁴²

A SNE marcava o seu campo de ação, através dos seus estatutos, pelas vias legais e conciliatórias. No artigo 5, os membros descreveram como deveriam se comportar os escravos que quisessem ser ajudados na compra da alforria. Era necessário prestar provas de boa conduta para poderem entrar na lista dos que seriam auxiliados. Já no artigo 27, a SNE se eximia de prestar auxílio judicial aos escravos, em ações de liberdade. Informavam que em “caso algum a sociedade pleiteará em juízo a libertação de escravos”, marcando assim os seus limites legais

¹³⁶ **IAHGP**. Caixa 21. Maço 1. Doc. 816. Acta do Club Commercial Euterpe aos 26 de setembro de 1880. Sessão Preparatória e de Instalação.

¹³⁷ Farmacêutico de profissão foi dono de diversas farmácias no Recife e um dos fundadores do Partido Republicano de Pernambuco. Verás chegou a ser eleito deputado estadual por Pernambuco. **HDBN**: Almanach de Pernambuco. Dr. Júlio Pires Ferreira. 4º anno. 1901; **HDBN**: Revista de Farmácia: destinada aos interesses da classe. Órgão do Congresso Pharmaceutico de Pernambuco. 20 de outubro de 1884. Nº4. p.6; **HDBN**: Jornal do Recife. 14 de dezembro de 1887. Nº284. p.2.

¹³⁸ **IAHGP**. Caixa 21. Maço 1. Doc. 816. Acta do Club Commercial Euterpe aos 26 de setembro de 1880. Sessão Preparatória e de Instalação.

¹³⁹ **Idem**.

¹⁴⁰ Comerciante e empreendedor Elpídio era também representante do Diário do Gram Pará em Pernambuco. **HDBN**: O Binocular: Publicação semanal. 3 de fevereiro de 1883. Nº5. p.4; **HDBN**: Diário de Pernambuco. 17 de maio de 1884. Nº114. p.4

¹⁴¹ **IAHGP**. Caixa 21. Maço 1. Doc. 816. Acta do Club Commercial Euterpe aos 26 de setembro de 1880. Sessão Preparatória e de Instalação.

¹⁴² **IAHGP**. Caixa 20. Maço 2. Doc. 810. Estatutos da Nova Emancipadora. s/n.

e delimitando seu campo de atuação às compras de alforrias e as negociações com os senhores pela libertação de escravos que conseguissem entrar para a lista de ajuda da instituição. O estatuto da SNE mantinha o objetivo emancipacionista legal prescrito pela lei de 1871, sem desprezar a propriedade privada e sem buscar conflitos com a classe senhorial.¹⁴³

Sem sede própria, as atividades da SNE, no restante do ano de 1880, resumiram-se a alguns encontros na sede do *Club Carlos Gomes* e na *Recreativa Juventude*.¹⁴⁴ Em seus primeiros meses de existência, angariaram poucos recursos com alguns benefícios, como o dado pela *Companhia das Maravilhas*, no teatro Santa Isabel, organizado pelo Conde Patrizio de Castiglione, que destinou a receita do espetáculo, do dia 05 de outubro de 1880, para os fundos sociais da SNE e em bazares de prendas nas ruas da cidade. Num desses bazares, organizado no Arco da Conceição, os membros venderam 600 prendas entre 500 e 1.000 réis, sendo notabilizado no *Jornal do Recife* que: “a totalidade dos compradores foram de pessoas do povo, gente de cor e algumas até escrava, que assim mostrou a sua boa vontade em prol da extinção do cancro social, que avilta o nosso paiz, a hedionda escravidão. [sic]”¹⁴⁵ Era o início pacato de uma associação que coadjuvava os escravizados ao longo dos anos 1880.

João Ramos, presidente interino da sociedade, já na primeira reunião registrada em atas (21 de novembro de 1880), reclamou dos problemas estruturais com os quais a instituição teria de lidar durante toda sua existência, como a ausência dos sócios efetivos para dar prosseguimento aos serviços da sociedade e o não pagamento das mensalidades.¹⁴⁶ Após censurar os sócios que estavam ausentes, procurou ajustar com os presentes¹⁴⁷ a criação de mais um bazar de fazendas no dia da festa do Poço da Panella, para arrecadar provimentos com fins sociais. Todavia, mesmo com as dificuldades, já no segundo encontro, em 22 de janeiro de 1881, os membros discutiram sobre a possibilidade de proteger em juízo a escravizada Izidória Maria da Conceição, propriedade do bacharel Antônio de Holanda Wanderlei, pedido que foi remetido ao procurador da sociedade, o Dr. Alcides Barata.¹⁴⁸

¹⁴³ **IAHGP**. Caixa 20. Maço 2. Doc. 810. Estatutos da Nova Emancipadora. s/n.

¹⁴⁴ **HDBN**: *Jornal do Recife*. 1 de outubro de 1880. Nº226. p.2. **HDBN**: *Diário de Pernambuco*. 18 de novembro de 1880. Nº267. p.3.

¹⁴⁵ **HDBN**: *Diário de Pernambuco*. 5 de outubro de 1880. Nº229. p.1. **HDBN**: 10 de dezembro de 1880. Nº285. p.1.

¹⁴⁶ Houve convocações para reuniões após a fundação em setembro de 1880, uma delas deveria acontecer no salão da Sociedade Recreativa Juventude no dia 21 de novembro de 1880. **HDBN**: *Diário de Pernambuco*. 19 de novembro de 1880. nº267. p.4

¹⁴⁷ Adolpho Carneiro Cavalcante (secretário interino), Manoel Licio Marques Américo e Elpidio Vasconcellos foram os únicos que compareceram a esta primeira sessão.

¹⁴⁸ **IAHGP**. Caixa 20. Maço 2. Doc. 815. Acta da Sessão Ordinária da Sociedade Nova Emancipadora em 22 de Janeiro de 1881. Presidência do Sr. João Ramos (presidente interino).

Na terceira reunião, em 29 de janeiro de 1881, compareceram somente mais dois sócios, Adolpho Guedes Alcoforado¹⁴⁹, que se desculpou por não participar da sessão anterior e Arthur Godinho. Não tendo quórum suficiente para elegerem a presidência efetiva, João Ramos aproveitou a sessão para falar de como angariariam fundos para o caixa da associação. Além do bazar no Poço da Panella, que rendeu 161\$000 réis, fora as despesas¹⁵⁰, o presidente apresentou uma proposta de Afonso Taborda para que nos dias de Carnaval fosse apresentado um quadro alegórico do reinado do Congo, ficando as despesas que se fizesse com o quadro, por conta dos sócios e dos não sócios que fossem para a festa.¹⁵¹

Tanto o dinheiro recolhido na feirinha quanto o da alegoria carnavalesca foram utilizados para cobrir os fundos sociais – emancipacionistas - da associação.¹⁵² Na ausência das mensalidades dos membros, esses pequenos esforços, que saíam do âmbito privado e ocupavam os espaços públicos, serviam para buscar apoio e conscientizar a população e, apesar de muito limitados, ajudavam nas causas da liberdade. Nessa mesma sessão, o pedido de auxílio do cativo Eugenio foi registrado na ata, a mando de João Ramos, para que fosse atendido quando a oportunidade financeira permitisse.¹⁵³

A eleição para diretoria e cargos efetivos da SNE aconteceu em 6 de fevereiro de 1881. Foram eleitos para diretores diversos comerciantes que não se achavam presentes.¹⁵⁴

¹⁴⁹ Adolpho Guedes Alcoforado foi fundador e presidente do Club Carlos Gomes, um clube fundado em homenagem ao maestro brasileiro, formado por homens estabelecidos no comércio e músicos por vocação, como se autodefiniam. Guedes exerceu a presidência em 1879 e em 1881 ainda aparecia como presidente do Clube. Juntamente com Euclides Fonseca, compositor e pianista afamado em Pernambuco, Guedes organizou concertos instrumentais e vocais em favor de diversas causas sociais. Em 1880, em conjunto com João Ramos e outros comerciantes, fundou a Nova Emancipadora. Amigo pessoal de Ramos estaria com ele tanto na NE quanto no Clube do Cupim. **HDBN**: Almanak: Administrativo, Mercantil, Industrial e Agrícola da Província de Pernambuco para o anno de 1881. Recife. Typographia Mercantil. 1881. p.148. **HDBN**: Diário de Pernambuco. 24 de setembro de 1880 nº220. p.3. **HDBN**: Jornal do Recife. 19 de agosto de 1879. Nº189. p.1. **IAHGP**. Caixa 20. Maço 2. Doc. 815. Acta da Sessão Ordinária da Sociedade Nova Emancipadora 25 de setembro de 1881. Presidência do Sr. Francisco Ignácio Pinto.

¹⁵⁰ **IAHGP**. Caixa 20. Maço 2. Doc. 815. Acta da sessão de eleição da Sociedade Nova Emancipadora em 6 de fevereiro de 1881. Presidência do Sr. João Ramos (presidente interino).

¹⁵¹ **Idem**.

¹⁵² Os fundos sociais dizem respeito, principalmente, as despesas com as cartas de alforria, ou melhor, com o complemento dos valores que os escravizados já possuíam para adquirir suas cartas.

¹⁵³ **IAHGP**. Caixa 20. Maço 2. Doc. 815. Acta da Sessão Ordinária da Sociedade Nova Emancipadora em 29 de janeiro de 1881. Presidência do Sr. João Ramos (presidente interino).

¹⁵⁴ **IAHGP**. Caixa 20. Maço 2. Doc. 815. Acta da sessão de eleição da Sociedade Nova Emancipadora em 6 de fevereiro de 1881. Presidência do sr. João Ramos (presidente interino) Os diretores eleitos foram: Francisco Ignácio Pinto, Dr. Manoel Gomes de Mattos, João Ramos, Frederico F. da Silva, Arthur Carvalho, Adolpho Guedes Alcoforado, Adolpho Castro, João Fontes, Manoel Lício Marques, Américo Leopoldo, Alexandre Gondinho, Elpidio Vasconcellos, Firmino Moraes, José F. Marques, Afonso Taborda, Torquato Silva, todos efetivos. Os suplentes eleitos e que não votaram foram: Caetano Marques, Francisco de Assis Brito, Antônio Matheus Ferreira, Francisco Santos Alves e José Ribeiro Pessoa.

Nove sócios¹⁵⁵ elegeram para presidente o senhor Francisco Ignácio Pinto (7 votos), para vice presidente Dr. Manoel Gomes de Mattos (7 votos), 1º secretário João Ramos (6 votos), 2º secretário Frederico F. Silva (7 votos) e para tesoureiro Arthur Carvalho com 7 votos. Ao final da sessão, Ramos pediu que fossem notificados os administradores eleitos pela assembleia geral para que, reunidos no dia 9 de fevereiro, assumissem as sessões da SNE. No dia 9, Francisco Ignácio Pinto foi convidado pelo presidente interino para assumir a cadeira presidencial, agradecendo a todos que estavam presentes e encerrando a reunião após a troca de cargos.¹⁵⁶

Francisco Ignácio Pinto era um conhecido leiloeiro da *Junta Comercial do Recife*, tendo trabalhado como agente de leilões de 1865 até pelo menos 1894, era tanto um homem influente e experiente como muito ocupado no comércio.¹⁵⁷ Manoel Gomes de Mattos, o vice presidente, era outro homem deveras envolvido com questões administrativas e comerciais.¹⁵⁸ Bacharel formado pela *Faculdade de Direito do Recife* (FDR), em 1862, em 3 de janeiro de 1870, Mattos deixou a vida de advogado para se unir a seus irmãos, entrando como sócio na firma: *Gomes de Mattos Irmãos*.¹⁵⁹ Gomes de Mattos é um nome do qual nós não nos conseguiremos afastar, pois, junto com João Ramos, não só tinha em comum o comércio como profissão, como foi um dos muitos personagens que assumiu papel crucial no movimento abolicionista em Pernambuco.¹⁶⁰

¹⁵⁵ **Idem.** Estavam presentes na sessão: Adolpho Castro Melo, Lício Marques, João Fontes, Adolpho Guedes Alcoforado, Firmino Ricardo Pimentel, José Ribeiro, Alfredo Moreira, Manoel Armênio Roiz e o presidente interino João Ramos.

¹⁵⁶ **IAHGP.** Caixa 20. Maço 2. Doc. 815. Acta da Sessão de posse da Sociedade Nova Emancipadora em 9 de fevereiro de 1881. Presidência dos senhores João Ramos e Francisco Ignácio Pinto.

¹⁵⁷ **HDBN:** Jornal do Recife. 12 de julho de 1865. Nº158. p.1. **HDBN:** Almanak: Administrativo, Mercantil, Industrial e Agrícola da Província de Pernambuco para o anno de 1870. 3º edição. p.214. **HDBN:** Almanak: Administrativo, Mercantil, Industrial e Agrícola da Província de Pernambuco para o anno de 1894. Organizado por Veríssimo de Toledo. 2º anno. p.106.

¹⁵⁸ Gomes de Mattos nasceu na cidade de Icó, em 8 de março de 1841. Formou-se bacharel pela Faculdade de Direito do Recife (FDR), em 1862, chegando a trabalhar como promotor público em Ipú e no Crato. Gomes de Mattos retornou ao Recife em 1868, advogando com escritório na rua Nova nº48. Manoel Gomes de Mattos se tornou o presidente da *Associação Comercial Beneficente* em 1886. **HDBN:** Almanak: Administrativo, Mercantil, Industrial e Agrícola da Província de Pernambuco para o anno de 1870. 3º edição. p.217. MELLO, Evaldo Cabral de. **O norte agrário e o Império: 1871-1889.** Rio de Janeiro: Topbooks, 1999, p. 246-281.

¹⁵⁹ **HDBN:** Jornal do Recife. 5 de janeiro de 1870. Nº3. p.3 **IAHGP.** Caixa 20. Maço 2. Doc. 815. Acta da Sessão Ordinária da Sociedade Nova Emancipadora em 7 de março de 1881. Presidência de Francisco Ignácio Pinto. O irmão de Manoel, Antônio Gomes de Mattos iria entrar na SNE alguns dias depois, em 7 de março de 1881, seu nome foi indicado por Torquato Silva que argumentou sobre seu bom estabelecimento como comerciante na praça do Recife, sendo logo aceita a proposta.

¹⁶⁰ Segundo Celso Castilho, “Gomes de Mattos e João Ramos eram os dois principais nomes da Nova Emancipadora.” Compartilhamos também da visão de Castilho, porém, veremos ao longo do trabalho que, outros homens como Jovino César Paes Barreto, Antônio Carlos Ferreira da Silva e Adolpho Guedes Alcoforado, por exemplo, também trabalharam muito em conjunto para o desenvolvimento das atividades da SNE. Inclusive durante o processo de radicalização do movimento. CASTILHO, Celso Thomas. *Slave Emancipation and Transformations.* **Op. Cit.** p.83

A SNE, ao menos no que diz respeito às suas primeiras reuniões, tinha um pequeno número de sócios contribuintes, utilizando-se, como vimos, de bazares e festividades para poder angariar recursos, métodos e estratégias que foram utilizadas ao longo de sua existência e que faziam parte do repertório emancipacionista-legalista.

Após a posse da nova presidência, o artista circense Vicente Pontes de Oliveira concedeu um benefício “equestre pastoril”, que aconteceu no dia 15 de fevereiro de 1881 no Circo Pavilhão. Novamente, o objetivo era angariar recursos, dessa vez com a venda de bilhetes de 15 camarotes e 200 cadeiras. Metade do valor do espetáculo (125\$000 mil réis) foi para os cofres da SNE.¹⁶¹ Na reunião seguinte, João Ramos informou que o professor de música da *Escola Normal*, Francisco de Paula Neves Seixas¹⁶² compôs e ofereceu à SNE uma música intitulada: “Súplica do escravo”. Ficou decidido então que o valor dos exemplares vendidos seria revertido ao caixa da associação. O presidente ficou incumbido de enviar o pedido para alguma gravadora europeia, visto que no Brasil as impressões saíam mais caras.¹⁶³

Para além desses auxílios particulares, o movimento emancipador de Recife conseguiu alguns benefícios políticos advindos das prováveis influências dos comerciantes e dos profissionais ligados à FDR com o poder público da província. Em 28 de abril de 1881, o presidente da província de Pernambuco, o bacharel José Antônio de Souza Lima, sancionou a lei de nº 1.537 decretada pela Câmara, autorizando-a a contratar uma Companhia Lírica para dar espetáculos no teatro Santa Isabel, subvencionando a companhia com o valor de 20:000\$000 (vinte contos de réis). Devido ao artigo 3º da mesma lei, a Companhia que contratasse o serviço estava obrigada a dar dois benefícios, um em favor da SNE e outro em favor do Clube Abolicionista.¹⁶⁴

¹⁶¹ **IAHGP**. Caixa 20. Maço 2. Doc. 815. Acta da Sessão Ordinária da Sociedade Nova Emancipadora em 14 de fevereiro de 1881. Presidência do Sr. Francisco Ignácio Pinto. **IAHGP**. Caixa 20. Maço 2. Doc. 815. Acta da Sessão Ordinária da Sociedade Nova Emancipadora em 22 de fevereiro de 1881. Presidência do Sr. Francisco Ignácio Pinto.

¹⁶² A Escola Normal funcionava no pavimento superior do Ginásio Pernambucano. O curso era misto, dividido em três anos e conferia título de capacidade profissional para diversas áreas. Nesta Escola, Francisco era professor de música vocal e instrumental. **HDBN**: Almanak: Administrativo, Mercantil, Industrial e Agrícola da Província de Pernambuco para o anno de 1894. Organizado por Veríssimo de Toledo. 2º anno. p.394. Para além de professor da Escola Normal, Francisco de Paula foi membro da *Sociedade de Artistas Mecânicos e Liberais de Pernambuco*. **HDBN**: A Província: Órgão do Partido Liberal. 6 de junho de 1873. Nº76. p.3 **HDBN**: A Província: Órgão do Partido Liberal. 11 de abril de 1875. Nº556. p.1 **HDBN**: A Província: Órgão do Partido Liberal. 10 de fevereiro de 1877. Nº1073. p.2

¹⁶³ **IAHGP**. Caixa 20. Maço 2. Doc. 815. Acta da Sessão Ordinária da Sociedade Nova Emancipadora em 7 de março de 1881. Presidência de Francisco Ignácio Pinto.

¹⁶⁴ **HDBN**: Diário de Pernambuco. 1 de maio de 1881. Nº98. p.1. O *Clube Abolicionista* foi fundado antes da *Sociedade Nova Emancipadora*. O médico Antônio Joaquim de Barros sobrinho já aparecia como membro do Clube Abolicionista no mês de sua fundação, em agosto de 1880. Enquanto a Nova Emancipadora tinha uma composição social mais vinculada ao comércio, o Clube Abolicionista era formado em sua maioria por estudantes e professores ligados à Faculdade de Direito do Recife, como no caso de Barros Sobrinho. O Dr. Barros Sobrinho foi tanto professor do Curso Preparatório para a FDR quanto examinador dos exames do curso, participando da

Thomaz Passini, empresário da *Companhia Lyrica Italiana* e beneficiário do contrato, organizou por dois meses espetáculos no teatro Santa Isabel com um elenco de 22 músicos e 1 regente. Esses artistas apresentaram em torno de dez óperas, sendo o seu repertório composto de obras como *Força do Destino*, *Fausto*, *Barbeiro de Sevilha*, *Traviata*, *Baile de Máscara*, *Ruy Blas*, *O Trovador* e *Somnambula*.¹⁶⁵ No dia 24 de maio de 1881, a última representação da ópera *O Trovador* teve sua bilheteria dedicada à SNE, arcando os membros da Sociedade com as custas do teatro.¹⁶⁶

O espetáculo não deve ter dado grande “lucro” para o caixa da SNE, na verdade, segundo Celso Castilho, o contrato com a Companhia não foi bom nem mesmo ao governo da Província.¹⁶⁷ Todavia, antes de partirem, contrariando a proibição de Passini, a prima dona italiana Giuseppina Senespleda Battaglia ofereceu outro espetáculo em favor da *Nova Emancipadora*. No intervalo da cerimônia, Senespleda foi até o encontro de João Ramos e da escrava Maria Rosalina, recebendo das mãos daquele uma carta de liberdade, numa cena “cheia de emoção”, entre beijos e abraços, entregou a carta a Rosalina, uma parda de 16 anos.¹⁶⁸ Apesar do aspecto paternalista contido nesse evento e na cena, a decisão da prima dona de desobedecer o empregador em nome da causa, deve ter sido vista como algo radical. A prima dona ainda doou a quantia de 50\$000 mil réis à SNE, recebendo pelos serviços prestados, um impresso único, chamado *A Lyra*, com uma miscelânea de homenagens escritas por Tobias Barreto de Menezes, João Ramos, Martins Júnior e diversos intelectuais pernambucanos.¹⁶⁹

banca examinadora de História e Geografia. **HDBN**: Jornal do Recife. 19 de agosto de 1880. Nº190. p.1. Jornal de Recife 4 de fevereiro de 1880. Nº27. p.2.

¹⁶⁵ **HDBN**: Diário de Pernambuco. 17 de maio de 1881. Nº111. p.3.

¹⁶⁶ **HDBN**: Diário de Pernambuco. 19 de maio de 1881. Nº113. p.5.

¹⁶⁷ CASTILHO, Celso Thomas. Performing Abolitionism, Enacting Citizenship: The Social Construction of Political Rights in 1880s Recife, Brazil. **Hispanic American Historical Review**. Nº93, 2013. Duke University Press. p.388.

¹⁶⁸ **Idem**.

¹⁶⁹ **HDBN**: A lyra: a exímia artista Giuseppina de Senespleda Battaglia. Recife. 12 de julho de 1881. **IAHGP**. Carta da atriz Senespleda à Nova Emancipadora. 25 de maio de 1881. **IAHGP**. Caixa 20. Maço 2. Doc. 815. Acta da Sessão Ordinária da Sociedade Nova Emancipadora a 5 de junho de 1881. Presidência de Francisco Ignácio Pinto. **HDBN**: Jornal do Recife. 14 de julho de 1881. Nº 157. p.1. Enquanto não se estruturavam economicamente e politicamente, os membros das sociedades emancipacionistas iam angariando recursos como podiam, recorrendo aos espaços públicos e privados para conquistar apoio financeiro, recebendo ajuda de membros da classe média urbana, estudantes de direito, políticos, professores, jornalistas, artistas, etc, mas também assegurando nos bazares de rua a contribuição das classes populares. Inicialmente a SNE se virou como pôde, seus membros sabiam que os recursos eram poucos e que deveriam procurar outras alternativas. As libertações não saíam de graça, muito menos a preços baixos e cómodos. Os emancipadores sabiam que deveriam organizar a situação financeira e administrativa da sociedade para poderem auxiliar os escravizados e indenizar os senhores.

Imagem 2: Senespleda Battaglia



Imagem 3: Patrizio de Castiglione



Fonte: HDBN: Senespleda Battaglia A lyra. A exímia artista Giuseppina de Senespleda Battaglia Recife 12 de julho de 1881 primeiro e único número. Patrizio de Castiglione: Diário de Pernambuco. 4 de outubro de 1880 nº228. p.O SO

De fato, a SNE, enquanto instituição legalista, prezava pelo respeito à propriedade privada e obedecia as regras do jogo. Evidenciamos isso quando analisamos os pedidos de auxílio pecuniário emitidos pelos escravizados. Mariana, uma cativa com 30 anos de idade, repassou aos representantes da SNE um documento do seu senhor, Dr. Lourenço Bezerra Carneiro da Cunha, informando que ela possuía 140\$000 mil réis para comprar sua liberdade. O senhor de Mariana a autorizou procurar a instituição para que ela pudesse completar o valor de 500\$000 pedido por ele, como não havia dinheiro em caixa, o nome de Mariana foi registrado no livro da sociedade para ser atendida quando as condições permitissem. Na mesma reunião foi lido um pedido da preta Leonoria, escrava de Monteiro Correia, que peticionou o valor de 100\$000 para completar o pagamento de sua alforria, ficando decidido que este valor seria repassado pela sociedade através de um intercessor, chamado Hemetério Nogueira. Todavia, o valor só seria liberado quando a SNE organizasse uma solenidade para alforriar os escravizados que fossem escolhidos. As peticionárias teriam que esperar um pouco pelo auxílio, que não era certo. O caixa da SNE ainda estava se formando de modo que até os alugueis de casas para as reuniões foram cancelados, passando as reuniões a acontecerem na casa do presidente Francisco Ignácio Pinto.¹⁷⁰

¹⁷⁰ **Idem.** Para além do auxílio de alguns artistas, como a cantora italiana Giuseppina de Senespleda in Batalia (Josephina Senespleda Battaglia), que ofereceu a Sociedade a quantia de 50\$000 mil réis, João Ramos recorreria

Apesar da associação evitar lutas judiciais em prol da libertação dos escravos, algumas questões de liberdade foram mesmo parar na justiça. O que de certa forma não deixava de ser um caminho legal, porém conflitivo, para alcançarem os fins desejados. Essas ações judiciais nos provam que nem todos os membros pensavam e agiam da mesma forma ou iriam obedecer aos estatutos ao pé da letra. Como veremos, havia dentro da SNE homens mais conservadores e outros mais “radicais”.

Na reunião de 14 de março de 1881, Manoel Lício apresentou uma carta de liberdade de uma parda menor de idade chamada Justina. Segundo constava, Justina estava no engenho São José, freguesia da Luz, trabalhando como escrava do senhor Justino Epaminondas Neves. O sócio pediu a intervenção da instituição para amparar Justina, através da justiça, em sua busca para fazer valer seu direito de liberdade. Na mesma reunião formaram uma comissão composta por Manoel Lício, Elpídio de Vasconcelos e João Ramos, com ordens para, antes de procurar a justiça, tentar pedir providências ao Chefe de Polícia.¹⁷¹ Este alegou que não poderia se meter na matéria, pois, segundo ele, quem deveria interferir nessas questões, por vias judiciais, era o Juiz de órfãos.¹⁷²

As medidas emancipacionistas eram morosas, somente em junho Justina chegou ao Recife e, após o aviso do juiz de órfãos, a SNE tratou logo de compor uma comissão jurídica formada pelo advogado Dr. João Barbalho e pelo procurador Alcides Barata. Justina foi interrogada na presença destes homens acerca de como era sua vida no engenho. Essas foram as últimas notícias sobre a situação da parda na documentação, parecendo-nos, devido à falta de louvores ou comentários posteriores, que ela não conseguiu se libertar pela via judicial.¹⁷³

Em junho de 1881, os comerciantes apresentaram ao Chefe de Polícia outra petição, dessa vez para explicar sobre a venda de ingênuos como se fossem escravos. Dois menores, “Joaquim, aparentando ter 9 anos e Antônio, de 8 anos”, vindos da vila de Bom Conselho, estavam na casa comercial *Severino & Irmãos*, prontos para serem vendidos para fora da província. “Depositadas as crianças”, sob a guarda dos Srs. Severino & Irmãos, não poderiam sair de Pernambuco até que tivessem cientes de qual era a situação deles, se eram “escravos ou

à abolicionistas, comerciantes e pessoas influentes na Europa e na região do Rio da Prata solicitando auxílio pecuniário em favor do cofre social da Sociedade. **IAHGP**. Caixa 21. Maço 1. Doc. 816. Carta da atriz Senespleda à Nova Emancipadora. 25 de maio de 1881. **IAHGP**. Caixa 20. Maço 2. Doc. 815. Acta da Sessão Ordinária da Sociedade Nova Emancipadora a 5 de Junho de 1881. Presidência de Francisco Ignácio Pinto.

¹⁷¹ **IAHGP**. Caixa 20. Maço 2. Doc. 815. Acta da Sessão Ordinária da Sociedade Nova Emancipadora a 14 de março de 1881. Presidência de Francisco Ignácio Pinto.

¹⁷² **IAHGP**. Caixa 20. Maço 2. Doc. 815. Acta da Sessão Ordinária da Sociedade Nova Emancipadora a 21 de março de 1881. Presidência de Francisco Ignácio Pinto.

¹⁷³ **IAHGP**. Caixa 20. Maço 2. Doc. 815. Acta da Sessão Ordinária da Sociedade Nova Emancipadora a 5 de junho de 1881. Presidência de Francisco Ignácio Pinto.

ingênuos.”¹⁷⁴ A idade de ambos acusava a ilegalidade da escravidão dos menores. A luta e a negociação travada no âmbito da justiça mostrava ser um recurso limitado e assim como a justiça nada pôde fazer por Justina, assim também não o fez por Joaquim e Manoel. Aquelas duas crianças, que pela lei de 1871 deveriam ser consideradas ingênuas, apesar dos protestos, foram vendidas e separadas de suas mães. Mais uma derrota para a SNE e para as pessoas escravizadas ilegalmente.

No dia 28 de abril de 1881, uma comissão formada por Francisco Ignácio Pinto, Manoel Gomes de Mattos e João Ramos foi ao palácio da presidência solicitar ao presidente da província, o senhor Dr. Souza Lima, que este abreviasse o trabalho de libertação dos escravos, tentando fazer com que os classificados pela junta fossem libertados com antecedência. Geralmente as libertações, com o auxílio do Fundo de Emancipação, aconteciam no dia 28 de setembro de cada ano, para comemorar a lei do ventre livre (1871), que instituiu o fundo nacional.¹⁷⁵ A comissão pediu ainda que a presidência enviasse uma representação ao Ministro da Agricultura para peticionar a quantia de 11:000\$000 (onze contos de réis) que ainda faltava para libertarem os escravos incluídos na classificação da junta.¹⁷⁶ A SNE conseguiu alguma coisa, pois, em 15 de junho, comemoraram a libertação de alguns escravos auxiliados pelo *Fundo de Emancipação Provincial*.

Sabemos, todavia, que o adiantamento dessas alforrias também obedeceu a uma interferência externa, paternalista. No dia 05 de junho de 1881, João Ramos apresentou a carta do “abolicionista major Prisciano Lins”, intercedendo em favor do pardo Eustáquio, pai da parda Nympha escrava de Joviano Antônio da Cunha. O pai de Nympha havia iniciado um processo judicial para conseguir alforriar a filha lhe faltando, para completar o valor dela, 200\$000 mil réis. O presidente Francisco Ignácio Pinto concordou com João Ramos que fosse prestado o devido auxílio pecuniário, não somente porque o “valor era pequeno”, mas devido ao pedido feito por um “cidadão digno da estima brasileira pela filantropia de seus atos em relação ao elemento servil”.¹⁷⁷

¹⁷⁴ HDBN: Diário de Pernambuco. 4 de junho de 1881. N°123. p.3.

¹⁷⁵ Para saber mais sobre a lei do ventre livre ver: MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. **Entre a mão e os anéis: a lei dos sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil**. São Paulo: Unicamp, 1999. LARA, Silvia Hunold. **Legislação sobre escravos africanos na América portuguesa**. Madri: Fundación Histórica Tavera, 2000. PENA, Eduardo Spiller. **Pajens da Casa Imperial: jurisconsultos, escravidão e a Lei de 1871**. São Paulo: UNICAMP, 2001. CHALHOUB, Sidney. **Escravidão e Cidadania: a experiência histórica de 1871**. In: **Machado de Assis, Historiador**. São Paulo: Cia da Letras, 2003.

¹⁷⁶ HDBN: Diário de Pernambuco. 29 de abril de 1881. N°9. p.3.

¹⁷⁷ O major Prisciano de Barros Accioli Lins era senhor do engenho Tinoco, localizado em Gamela de Sirinhaém e ficou conhecido como “ilustre abolicionista” por alforriar, sem indenização, 50 escravos seus, sendo homenageado por diversas associações abolicionistas como a Nova Emancipadora e o Club Abolicionista. HDBN: Jornal do Recife. 26 de outubro de 1876. N244. p.2 HDBN: Jornal do Recife. 18 de outubro de 1887. N°237. p.4.

O presidente ainda lembrou que já era hora de libertar alguma escrava por pequena quantia, não só para deixar os escravos com o espírito tranquilo, trabalhando desde logo por conta própria, como para fazer cumprir o objetivo pelo qual se instalou a sociedade. Acertaram que, na próxima reunião, libertariam a escrava que estivesse em melhores condições e já fosse registrada no livro de alforrias da SNE.¹⁷⁸ Conseguimos perceber que a condição principal da liberdade de Nympha para os membros da SNE, não dependeu dela, nem do seu pai, nem da justiça, mas sim da intervenção de um homem livre, de posses e com boas relações - Prisciano de Barros Accioli Lins era o segundo Barão de Rio Formoso e seu irmão, Sebastião Antônio Accioli Lins era o Barão de Goiacana - seguindo a ideia paternalista da concessão senhorial.¹⁷⁹

Outro exemplo que temos dessas negociações entre livres é o pedido que Izabel Pinto fez a João Ramos pela liberdade de Henrique, que, segundo ela, “de preto só tinha a cor”.¹⁸⁰ Após agradecer a Ramos por ter intercedido a favor de uma “escravinha” para que essa pudesse visitar seus avós em São Lourenço da Mata, Izabel elogiou a quantidade de alforrias que as sociedades emancipadoras haviam conseguido até aquele momento (junho de 1881), segundo ela, algo em torno de 60 a 70 cartas.¹⁸¹ Izabel pediu, ao “valoroso protetor da escravatura”,¹⁸² que olhasse para Henrique, “pois este deveria ser o primeiro a receber a liberdade”, informando que “era bem conhecido e servia a todos como se sabe, sendo fiel como tem sido.” A mulher já havia tentado negociar a liberdade de Henrique e também pediu a ajuda de seu irmão Francisco Ignácio Pinto, todavia, o senhor pediu “muito conto” frustrando as negociações. Provavelmente, Henrique era de algum membro da família ou de algum conhecido, pois, ela chegou a falar que

HDBN: O Bióculo: publicação semanal. 16 de junho de 1883. Nº24. p.1. Prisciano também chegou a acoitar escravos fugidos no engenho Tinoco disputando os serviços destes homens com seus senhores que, segundo ele, o acusavam de “ladrão” e ameaçavam de morte constantemente. **IAHGP, Documentos do Clube do Cupim.** Fundo FIA, Cx.21, maço 2. Cartão de Prisciano de Barros Accioli Lins para João Ramos. Goiana. 03 de fevereiro de 1888.

¹⁷⁸ **IAHGP.** Caixa 20. Maço 2. Doc. 815. Acta da Sessão Ordinária da Sociedade Nova Emancipadora a 5 de junho de 1881. Presidência do Sr. Francisco Ignácio Pinto

¹⁷⁹ Para saber mais sobre a família Accioli Lins veja: MELLO, Evaldo Cabral de. O fim das casas-grandes. In: **História da vida privada no Brasil. Vol. 2 Império: a corte e a modernidade nacional.** Org. Luiz Felipe de Alencastro, Companhia das Letras. 2008. pp.384-437.

¹⁸⁰ **IAHGP. Documentos do Clube do Cupim.** Fundo FIA, Cx.21, maço 2. Carta de Izabel Pinto a João Ramos. 14 de junho de 1881.

¹⁸¹ **Idem.**

¹⁸² João Ramos era um homem que estava antenado aos pequenos detalhes do mundo que os brancos criavam para os escravos. Certa vez, Alfredo Alves recorreu a ele para saber acerca do casamento de escravos, se era necessário ou não o consentimento do senhor. O abolicionista respondeu rapidamente, dizendo que a notícia sobre esta questão estava no Jornal do Recife do dia 25 de março de 1883. Mas não só isso, disse que foi conversar com o secretário do bispado acerca da informação, recebendo a confirmação de que os escravos poderiam casar sem o consentimento do seu senhor, pois, não havendo lei que proibisse, não haveria empecilho. **IAHGP.** Caixa 21. Maço 2. Doc. 827. Correspondência do João Ramos. Carta de Alfredo Alves a João Ramos. Recife. 18 de abril de 1883. 2 páginas. Resposta dada na mesma folha.

os “santos de casa não fazem os milagres”, recorrendo a João Ramos para interceder a favor do cativo, que foi pessoalmente entregar o pedido.¹⁸³

O caminho para a liberdade de Henrique passava por essa negociação entre pessoas bem relacionadas. Segundo Izabel Pinto, ele era um “preto que merecia a liberdade” pois tinha “capacidade de trabalhar e servir”. Novamente podemos observar que, não obstante a ótica paternalista, Henrique administrou a situação a seu favor. Apesar de ter sua alforria dificultada pelo alto valor pedido por ele, trabalhou, juntou recursos, buscou a influência de terceiros, já que suas tentativas de negociar haviam sido frustradas. Seu senhor não queria deixá-lo livre, pela sua capacidade, pelo seu valor e tanto ele quanto Izabel Pinto sabiam disso. Muito embora esse pedido de intercessão ateste o discurso paternalista e emancipador-legalista, Henrique estava lá, tentando, batendo na porta, indo entregar a carta que poderia começar o seu processo de liberdade, a qual seria paga, em grande parte, com seus próprios recursos. O maior interessado no assunto não se manteve submisso diante da situação. Em 28 de setembro, dois Henriques foram libertados, um deles foi este “preto que merecia a liberdade”.¹⁸⁴

Antes da solenidade, em comemoração à lei do Ventre Livre, a SNE publicou nas folhas do *Jornal do Recife* o que havia feito em dez meses de existência. Suas tarefas propagandeadas incluíam, reivindicações de liberdade, apreensão de ingênuos e a inclusão de escravos com preferências de lei na classificação. Basicamente auxiliavam o Estado no processo de emancipação. Nada que causasse tanto espanto aos senhores de escravos. Vale salientar também que todos os escravos alforriados pela SNE tiveram seus valores completados pelos cofres da sociedade, seja com auxílio pecuniário particular, seja com o que foi repassado pelo Governo Provincial. Em média, segundo relatório da administração, a SNE desembolsou algo em torno de 172\$000 mil réis, mais ou menos, para cada alforriado, em 28 de setembro de 1881.¹⁸⁵ A maior parte dos custos das alforrias foi paga pelos mais interessados na questão: os próprios escravizados.

Nympha, por exemplo precisava, para completar seu valor, de 200\$000, já Mariana precisava de 360\$000, mesmo sendo auxiliadas, ambas também bancaram sua própria liberdade.¹⁸⁶ Tendo em vista os poucos recursos pecuniários disponíveis nos cofres da

¹⁸³ **Idem.**

¹⁸⁴ Henrique, do Sr. Antônio José de Souza e Henrique, da Sra. D. Anna Josepha Pereira dos Santos **HDBN: Jornal do Recife**. 28 de setembro de 1881. Nº 220. p.2.

¹⁸⁵ **HDBN: Jornal do Recife**. 14 de julho de 1881. Nº157. p.1.

¹⁸⁶ O termo bancar a liberdade é utilizado por Celso Castilho e Camillia Cowling para designar a ação conjunta entre a população escrava e as sociedades emancipacionistas no final do século XIX. Na verdade, acreditamos que boa parte dos escravos que conquistaram suas alforrias, seja através dos fundos de emancipação de uma associação, seja através da compra de sua carta, foram os principais promotores da sua liberdade, contradizendo a crença de

associação, seria muito difícil agir sem dividir a carga da indenização com os escravizados, os maiores interessados na questão e os maiores financiadores das alforrias. No final da notícia, encontramos um elogio especial ao sócio que “mais tem concorrido para o brilho da associação, o Sr. João Ramos, primeiro secretário, esforçado e incansável defensor da liberdade dos míseros captivos” [sic].¹⁸⁷

No mesmo dia do elogio, 14 de julho de 1881, João Ramos participou de uma festa promovida pela colônia francesa no *Hotel d'Europa*, onde cerca de 40 franceses se reuniram para comemorar a data magna da sua pátria. Após ouvirem tocar o hino da independência e a Marselhesa, brindaram à República francesa. A sessão, que foi presidida pelo Sr. Destibeaux, “o francês mais antigo de Pernambuco entre os presentes”, teve seu momento de “liberdade, igualdade e fraternidade” antes de iniciar o banquete. A comissão organizadora da festa pediu que a SNE indicasse um escravo para ser alforriado num ato de “filantropia condigna dos sentimentos de um povo christão e livre”. [sic] João Ramos ficou incumbido de realizar tal ato, escolhendo Esperança, parda, com 20 anos de idade e que pertencia a Sra. D. Maria Cordeiro, “que nenhuma dificuldade opôs a sua libertação”, indenizada que fora diga-se de passagem.¹⁸⁸

Esperança compareceu na sala do banquete para receber das mãos do Sr. Destibeaux sua alforria mas, antes de lhe entregar a carta, o presidente proferiu um discurso e “fez ver a pobre rapariga, cujos olhos estavam arrasados de lágrimas de alegria e reconhecimento, que ela devia sua liberdade, não só a colônia francesa, como especialmente a sociedade *Nova Emancipadora* que dela tratara”.¹⁸⁹ Aquela comemoração, apresentada como uma festa da civilização contra a barbárie, não destoava dos princípios republicanos liberais, reconhecia a precedência do direito de propriedade sobre o direito natural da liberdade, resumindo o evento, podemos dizer que o lema da festa deveria ser: “liberdade com respeito a propriedade”.

Nas próximas reuniões, até o dia 28 de setembro, foram listados 14 escravos, dos quais 12 foram libertados numa sessão solene. Duas escravas, Nympha e Maria Rosalina, receberam suas cartas com antecedência. Como já vimos, a primeira devido a intervenção de Prisciano Lins e a segunda após ser sorteada para ir receber a carta das mãos da cantora Senespleda no teatro Santa Isabel.¹⁹⁰ João Ramos pediu que avisassem, através da imprensa, todos os listados

que as alforrias concedidas por meio de pagamento eram ações benéficas e paternalistas dos senhores. CASTILHO, Celso. COWLING, Camillia. BANCANDO A LIBERDADE. **Op. Cit.** pp.161-197.

¹⁸⁷ **HDBN**: Jornal do Recife. 14 de julho de 1881. Nº157. p.1

¹⁸⁸ **HDBN**: Jornal do Recife 16 de julho de 1881. Nº159. p.1

¹⁸⁹ **Idem**.

¹⁹⁰ Ver nota 28. **HDBN**: Jornal do Recife 14 de julho de 1881. Nº157. p.1. Até 4 de setembro de 1881 a lista contava com 14 escravos, dez mulheres e quatro homens, para serem alforriados: José, Justina, Maria Luiza, Maria, Henrique, Domingos, Priscila, Balbina, Maria Thereza, Balbina, Anna, Clementina, Egidio e Maria, os quais

para que se apresentassem no lugar e na hora a fim de receberem suas cartas de liberdade.¹⁹¹ Os escravizados receberam a notícia pelos jornais.¹⁹² É interessante notar que João Ramos não direcionou a notícia aos senhores, o que demonstra o reconhecimento por parte dele da capacidade do libertando de agenciar sua própria alforria, levando-nos a crer que algumas daquelas pessoas ficaram sabendo por si mesmas que estavam prestes a se tornarem livres. Outra questão que pode ser deduzida a partir da circulação de notícias como essa é que elas fomentaram o crescimento do movimento abolicionista, pois, muitos escravizados deviam ter acesso a essas informações, através do “boca a boca”, ou pela leitura coletiva dos jornais, ficando cientes das oportunidades que se abriam a eles.¹⁹³

No dia 28 de setembro de 1881, o evento aconteceu no teatro Santa Isabel às 19:00 horas, em solenidade mista, pois o *Club Abolicionista* foi convidado para fazer sua festa na mesma ocasião. Arthur Gomes de Mattos, um dos irmãos de Manoel Gomes de Mattos, foi o orador.¹⁹⁴ A SNE ajudou a libertar, com dinheiro dos seus cofres, 19 escravos (11 mulheres e 8 homens), com o dinheiro recebido da Assembleia Provincial (1\$500\$000, um conto e quinhentos mil réis), 9 escravos (8 mulheres e 1 homem) e com o dinheiro da venda dos

achavam-se nas melhores condições. **IAHGP**. Caixa 20. Maço 2. Doc. 815. Acta da Sessão Ordinária da Sociedade Nova Emancipadora 4 de setembro de 1881. Presidência do Sr. Francisco Ignácio Pinto.

¹⁹¹ A imprensa serviu como grande divulgadora dos interesses abolicionistas durante boa parte da década de 1880. Tanto os abolicionistas quanto os contra-abolicionistas e escravistas se utilizaram dos meios de comunicação de massa para divulgarem propostas, indignações, ideias, apartes, etc. Para Angela Alonso, o final da década de 1870 e início de 1880 foi o momento de construção de um “microespaço público paralelo à vida parlamentar”. ALONSO, Angela. **Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil Império**, São Paulo, 2002. Paz e Terra, p.95. Na sessão de 8 de maio de 1881, João Ramos pediu que fossem elevados a sócios honorários, José de Vasconcellos (proprietário do Jornal do Recife) não só aos serviços prestados a causa abolicionista como a sociedade, dispensando o pagamento que era devido ao Jornal do Recife pelos anúncios de notícias da sociedade. E ao Dr. Manoel Figueiroa de Faria (proprietário do Diário de Pernambuco) por haver franqueado gratuitamente a esta sociedade as colunas do Diário. ¹⁹¹ **IAHGP**. Caixa 20. Maço 2. Doc. 815. Acta da Sessão Ordinária da Sociedade Nova Emancipadora a 8 de maio de 1881. Presidência do Sr. Francisco Ignácio Pinto.

¹⁹² Segundo Marco Morel, as pessoas tinham contato com as notícias de diversas maneiras. Uma delas era no próprio modelo de venda pois os vendedores anunciavam publicamente as notícias, dando informações sobre parte das notícias. Os jornais também eram expostos em locais frequentados por pessoas das diversas camadas sociais. Existiam também as leituras em grupo, características, segundo Morel, de um modelo de sociabilização que se tornaria comum na segunda metade do século XIX. MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro de. **Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 9.

¹⁹³ MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro de. **Op.Cit.** PINA, Patrícia Kátia da Costa. O jornal o leitor e a leitura no Oitocentos brasileiro. In: **Labirintos: revista eletrônica do núcleo de estudos portugueses**, n.8, 2º sem., 2010.

¹⁹⁴ **IAHGP**. Caixa 20. Maço 2. Doc. 815. Acta da Sessão Ordinária da Sociedade Nova Emancipadora 4 de setembro de 1881. Presidência do Sr. Francisco Ignácio Pinto.

exemplares da música *Súplica do Escravo*¹⁹⁵, do maestro Francisco de Paula, alforriariam 3 pessoas (uma mulher e 2 homens).¹⁹⁶

No ano de 1881, ao total, a SNE auxiliou na alforria de 31 pessoas,¹⁹⁷ 11 homens e 20 mulheres, acompanhando a tendência de alforrias femininas. Essa situação se dava, segundo Celso Castilho e Camillia Cowling, não somente por mera vontade senhorial expressa na lei de classificação¹⁹⁸, como também pela atividade constante das mulheres que procuravam

¹⁹⁵ Já haviam sido impressos e já estavam em poder do presidente Francisco Ignácio 1000 exemplares da música composta pelo senhor Francisco de Paula Neves. Venderiam alguns exemplares pela quantia de 2\$000 mil réis na festa do dia 28. **IAHGP**. Caixa 20. Maço 2. Doc. 815. Acta da Sessão Ordinária da Sociedade Nova Emancipadora 25 de setembro de 1881. Presidência do Sr. Francisco Ignácio Pinto. Em seguida O presidente informa sobre a venda das músicas e quanto arrecadou com elas, 63\$000 na festa do dia 28. **IAHGP**. Caixa 20. Maço 2. Doc. 815. Acta da Sessão Ordinária da Sociedade Nova Emancipadora em 2 de outubro de 1881. Presidência do Sr. Francisco Ignácio Pinto.

¹⁹⁶ A cerimônia aconteceu no Teatro Santa Isabel às 7 horas da noite do dia 28 de setembro de 1881. Os escravos alforriados com o auxílio da Sociedade foram: Júlia, do Dr. Luiz Lopes Castello Branco; José, do Sr. Marcolino Travassos, Balbina do mesmo senhor; Justina, da Sra. D. Umbelina de Souza; Henrique, do Sr. Antônio José de Souza; Clementino, do Sr. Flávio Gonçalves Lima; Maria, do Sr. Joaquim Ignácio Pessoa de Siqueira; Anna, do Sr. Samuel de Sá Montenegro; Priscilla, da Sra. Anna Galvão; Maria, da Sra. D. Rosa da Cunha Freiras, Egdio da mesma; Nympha, do Sr. Major Joviano A. Duarte Cunha; Maria Rosalina, do Sr. Joaquim Nicolao Ferreira; Domingos, do Sr. Dr. Constâncio Pontual; Benedicto, do Sr. Henrique Ferreira Pontes; Narcisa, do Sr. Dr. José Ladislao Pereira da Silva. Alberto, do Sr. Dr. Mario Felício da Silva Santos; Maria das Dores, da Sr. D. Joaquina Angellica B. Corte Real; Benedicto, do Sr. Manoel Joaquim de Almeida Moeda. Os alforriados pela Sociedade com o auxílio da subvenção concedida pela Assembleia Provincial foram: Januária, do Sr. Antônio Machado Pereira Vianna; Balbina, da Sra. D. Joaquina Cândida de Oliveira Borges; Leandra, da Sra. D. Ismênia Cândida Lins de Albuquerque; Christina, da Sra. D. Josepha Francisca Pessoa de Mello; Bianor, da Sra. D. Maria Leopoldina de Mattos Ferreira; Felicidade, do Sr. Caetano C. da Costa Moreira; Justina, da Sra. D. Francisca Guilhermina Costa Guimarães; Henrique, da Sra. D. Anna Josepha Pereira dos Santos; Marianna, do Sr. Dr. Lourenço B. Carneiro da Cunha. Os escravos alforriados com o dinheiro arrecadado pela venda da música *Súplica do escravo* foram: Benedicta, do Sr. José Duarte Coutinho; Amaro, da Sra. D. Maria Venância de A. Lins Bastos; Firmino, do Sr. Aristides Coimbra. **HDBN**: Jornal do Recife. 28 de setembro de 1881. Nº 220. p.2. Recolhendo informações sobre escravos libertados pelo fundo de emancipação do Club Abolicionista, Castilho aponta que este Club, em setembro de 1882, libertou um total de 33 pessoas. 30 mulheres e 3 homens, mantendo-se o padrão da preferência pelas libertações femininas. CASTILHO, Celso Thomas. *Slave Emancipation*. **Op. Cit.** Pág. 88.

¹⁹⁷ O total de libertações foi de 64, sendo passadas 33 cartas pela *Nova Emancipadora*, incluindo Maria Rosalina e Nympha e 31 distribuídas pelo *Club Abolicionista*. Ainda expediram, no final da festa, telegramas para a Sociedade Cearense Libertadora, recebendo após alguns dias uma mensagem de João Cordeiro, informando que no Ceará haviam libertado 106 escravos. Receberiam ainda uma promessa: “brevemente Ceará não terá um escravo mais.” **HDBN**: Diário de Pernambuco. 30 de setembro de 1881. Nº 222. p.2.

¹⁹⁸ Segundo o artigo 27 do DECRETO Nº 5.135, DE 13 DE NOVEMBRO DE 1872, a classificação para as alforrias pelo fundo de emancipação era a seguinte,

I. Famílias;

II. Indivíduos.

§ 1º Na libertação por famílias, preferirão:

I. Os conjuges que forem escravos de diferentes senhores;

II. Os conjuges, que tiverem filhos, nascidos livres em virtude da lei e menores de oito annos;

III. Os conjuges, que tiverem filhos livres menores de 21 annos;

IV. Os conjuges com filhos menores escravos;

V. As mãis com, filhos menores escravos;

VI. Os conjuges sem filhos menores.

§ 2º Na libertação por indivíduos, preferirão:

I. A mãe ou pai com filhos livres;

II. Os de 12 a 50 annos de idade, começando pelos mais moços no sexo feminino, e pelos mais velhos no sexo masculino. [sic] **Coleção de Leis do Império do Brasil - 1872**, Página 1053 Vol. 2 pt. II (Publicação Original)

conquistar a liberdade através dos fundos de emancipação, o que conseguimos observar também. Para Castilho e Cowling,

Ao mesmo tempo que predominava o sentido paternalista da emancipação, as mulheres participavam do processo com articulações, mandavam cartas aos representantes dos fundos, juntavam pecúlio para auxiliar na compra de sua alforria, demandavam a liberdade por questões particulares que diziam respeito somente a elas ou que eram compartilhadas a fim de gerar uma espécie de comoção.¹⁹⁹

Além das regras de classificação, percebemos que os alforriados, com o auxílio da SNE, pertenciam a senhores(as) mais bem posicionados(as) na sociedade pernambucana da época. Notamos isso quando comparamos as petições dos que recorreram à SNE e foram citados nas reuniões, com os nomes dos que conseguiram se libertar através dos fundos, muitos cativos nem sequer apareceram nas listas. Os maiores beneficiados, pelo sistema de indenização, eram senhores de vantajosas condições sociais e econômicas, alguns deles, como Marcolino de Souza Travassos e da Sra. D. Rosa da Cunha Freitas, conseguiam alforriar duas pessoas no mesmo dia.

O senhor Marcolino Travassos, capitão da 2ª Companhia do 4º Batalhão de Infantaria do Poço da Panela e Várzea, foi indenizado pela liberdade dos seus escravos José e Balbina. Para além de capitão, Marcolino de Souza Travassos era comerciante de grosso trato, com armazém em frente ao cais da *Companhia Pernambucana* no Forte do Mattos. Travassos, devido as suas boas relações com os comerciantes ligados à SNE, conseguiu um bom negócio.²⁰⁰ Já a senhora D. Rosa da Cunha Freitas apresentou, em 1880, seis escravos à junta de classificação do município do Recife: Maria, Rosa, Egydio, Manoel, Merência e Rogério, conseguindo receber, através da SNE, indenização por Maria e Egydio.

Para os senhores, a indenização e o direito de propriedade reconhecidos, para os escravizados, uma certa liberdade, que na maior parte das vezes já se iniciava de forma precária.²⁰¹ Apesar de sabermos que só quem poderia julgar a real dimensão desse processo eram os envolvidos - senhores e recém libertos - constatamos que, naquela sociedade escravista, hierarquicamente organizada, era muito mais difícil para cativos de senhores menos influentes

Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-5135-13-novembro-1872-551577-norma-pe.html> acessado em 19 de abril de 2020 às 12:06.

¹⁹⁹ CASTILHO, Celso. COWLING, Camillia. BANCANDO A LIBERDADE. **Op. Cit.** p.177.

²⁰⁰ **HDBN**: Almanak: Administrativo, Mercantil, Industrial e Agrícola da Província de Pernambuco para o anno de 1875. 1º ano. p.78. **HDBN**: Jornal do Recife. 10 de janeiro de 1879. Nº7. p.3

²⁰¹ Ver nota 35. D. Rosa era senhora de diversos escravos e aparecia constantemente nos jornais associada à sua propriedade escrava. **HDBN**: Diário de Pernambuco. 6 de dezembro de 1880. Nº 281. p.4. **HDBN**: Diário de Pernambuco. 30 de dezembro de 1880. Nº 300. p.3.

conseguirem se alforriar através dos fundos de emancipação ou terem acesso aos recursos das sociedades emancipadoras.²⁰²

Enquanto os cativos dos senhores com boas relações foram alforriados, Eugenio foi registrado, mas não apareceu na lista dos alforriados.²⁰³ Leonoria, escrava de Monteiro Correia, recebeu a promessa de ter o valor liberado, mas não constou como alforriada. Maria, escrava de Manoel Carpinteiro Peres, contava com 100\$000 mil réis e também não conseguiu completar seu valor. Amélia, escrava do senhor Francisco Venâncio Abreu e Lima Bastos, pediu 400\$000 mil réis para completar sua libertação, foi registrada, mas não atendida. Florência, escrava de Manoel Pontes Guimarães e Eduarda Maria, escrava de D. Henriqueta Teixeira Lopes de Sá, pediram ambas 100\$000 mil réis para completar seus valores, mas não conseguiram. E, por último, podemos citar o caso de Silvéria Maria Raymunda, que pediu ajuda a Sociedade para libertar suas duas filhas, não aparecendo nem os nomes delas, nem os dos seus senhores. Diferentemente do pedido de Prisciano, que comoveu os membros da SNE, o de Silvéria só conseguiu mesmo ser registrado, nada de liberdade para suas filhas.²⁰⁴

Tobias Barreto²⁰⁵ chegou a acusar o fato de que o *Fundo de Emancipação Provincial* era usado indevidamente, beneficiando alguns senhores mais importantes e influentes da província. Segundo ele,

²⁰² Outras evidências que temos deste jogo de cartas marcadas e das trocas de favores, acerca das libertações alcançadas pelos fundos, são os pedidos feitos por José Mariano a João Ramos. Certa vez, infelizmente o documento não estava datado, o político deu uma ordem ao abolicionista para que um determinado escravo fosse contemplado na classificação, pois, segundo ele, além dos filhos ingênuos que tinha, já era liberto também o seu filho mais velho, estando somente o pai em cativo esperando a sua vez de ser alforriado. Mariano pedia que Ramos “tomasse todo o empenho neste negócio”. Em outro momento, também sem data, José Mariano enviou a Ramos um cartão seu pedindo “objetiva proteção ao portador do cartão” para ajuda-lo em sua busca pela liberdade. Estas relações políticas e sociais mais diretas entre os escravizados e homens influentes no cenário político local favoreciam alguns escravizados em detrimentos de outros. **IAHGP**. Caixa 21. Maço 1. Doc. s/n. Pedido de José Mariano Carneiro da Cunha a João Ramos para favorecer um escravo. Sem data. **IAHGP**. Caixa 21. Maço 2. Doc. 827. Correspondência do João Ramos. Cartão de José Mariano a João Ramos. Sem data.

²⁰³ Ver nota 43.

²⁰⁴ Machado de Assis trabalhou no processo de efetivação e fiscalização da execução da lei do Ventre Livre e, segundo Sidney Chalhoub, o funcionário do Ministério da Agricultura denunciou tanto oficialmente quanto através de seus escritos literários (Manassés) as práticas ilegais dos senhores que procuravam burlar as disposições da lei de 1871. Segundo Chalhoub, “as redes de poder, parentesco e favor nas localidades continuaram a interferir nos processos de classificação e arbitramento”. CHALHOUB, Sidney. Machado de Assis, Historiador. **Op. Cit.** pp.235-239.

²⁰⁵ Tobias Barreto de Menezes foi uma figura expoente da chamada “Escola do Recife”, bacharel em Direito pela Faculdade do Recife, o sergipano chegou a lecionar na Faculdade em começos da década de 1880, após ter sido “expulso” da cidade de Escada, perseguido segundo ele pelos escravocratas da região. Em seus escritos suas posições se mostram contrárias a escravidão em certa medida chegando a afirmar que: “Assim, e por exemplo, se alguém ainda hoje ousa repetir com Aristóteles que há homens nascidos para escravos, não vejo motivos de estranheza. Sim, é natural a existência da escravidão; há até espécies de formigas, como a *Polyerga rubescens*, que são escravocratas; porém é cultural que a escravidão não exista.” Tobias Barreto postulava que, a escravidão deveria existir somente na ambiência do mundo “animal irracional”, já que os homens possuíam cultura, pensava ele influenciado pelos filósofos alemães, principalmente por Kant, não deveriam escravizar seus iguais. BARRETO, Tobias apud PAIM, Antônio. A trajetória filosófica de Tobias Barreto. In: **Tobias Barreto (1839-**

um escravo já idoso, pertencente ao Dr. Epaminondas de Barros Correia, Vice-Presidente da Província foi avaliado em 1:800\$000, ao passo que um outro, mais moço e mais sadio, de profissão igual a daquele, mas de propriedade de Francisco Urbano, que não tem posição política do seu Epaminondas, foi avaliado em 900\$000.”²⁰⁶

O próprio exemplo de Tobias Barreto pode nos explicar um pouco mais sobre essas relações de favores desiguais. Visto como um exemplo de abolicionista pelo seu biógrafo Luiz Antônio Barreto²⁰⁷, por, dentre outras coisas, ter alforriado todos os escravos do seu sogro, João Félix dos Santos Pontual, após a sua morte – fato que levou Tobias Barreto a ser “expulso” da cidade da Escada pelas autoridades em 1881²⁰⁸ – o próprio bacharel não estava acima das

1889) bibliografia e estudos críticos. Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro, p. 70. Disponível em: http://www.cdpb.org.br/tobias_barreto.pdf. Acessado em 19 de abril de 2021 às 12:59.

²⁰⁶ BARRETO, Luiz Antônio. **Tobias Barreto: A abolição da escravatura e a Organização da Sociedade.** FUNDAJ. Recife. 1988. p.13. Joaquim Nabuco também acusava o fato da má utilização do Fundo de Emancipação no sentido geral. Segundo ele, 25% do fundo era usado para a educação dos ingênuos, sendo que a função principal dele não era essa, apesar de ser uma boa causa, o Fundo deveria ter como ideia principal a alforria do maior número de escravizados possíveis. Outra acusação de Nabuco era a de que recursos do Fundo eram desviados para cobrir o déficit do orçamento e outros gastos públicos. Orçamento da Agricultura. Sessão de 10 de agosto de 1880. In: NABUCO, Joaquim. **Joaquim Nabuco: perfis parlamentares.** Seleção e introdução de Gilberto Freyre, prefácio de Munhoz da Rocha Netto. 3º ed. Brasília. Câmara dos Deputados. Edições Câmara. 2019. pp. 327-346.

²⁰⁷ Recolhendo alguns excertos e estudos de Tobias Barreto, Luiz Antônio Barreto procura afirmar a figura abolicionista do intelectual sergipano. Em um texto de 1879, intitulado *Contra a Hipocrisia*, Barreto chega a afirmar, “eu desejo a abolição de todas as instituições caducas, que são outras tantas afrontas à dignidade do homem, desejo a extinção de todas as excrescências, de todos os órgãos rudimentares e deturpantes da sociedade humana. Neste caso está, sem dúvida, a escravidão. Porém, entendamo-nos neste caso está também a monarquia.” BARRETO, Luiz Antônio. Tobias Barreto. **Op. Cit.** p.12.

²⁰⁸ Segundo escreveu a Silvio Romero, em 24 de outubro de 1887, Barreto expôs os motivos de sua mudança para o Recife, dizendo que, ao reagir contra o inventariante dos bens do seu sogro, tendo sua casa cercada por ele e pelas autoridades para apreender os escravos do inventário, alforriou a todos. Segundo Luiz Barreto, “a atitude foi a gota d’água, pois cercada a casa pela polícia, tendo a justiça em seu encalço como incurso por delito de imprensa, Tobias Barreto não teve outra alternativa, que não a de retornar ao Recife, para continuar vivo”. BARRETO, Luiz Antônio. Tobias Barreto. **Op. Cit.** p.12-13. Encontramos a notícia no *Jornal do Recife*. Segundo foi divulgado pela imprensa, Tobias Barreto e Sinfrônio, cunhado de Tobias, que morava com o bacharel e sua esposa, queriam libertar, após a morte do seu sogro e pai, seis escravizados da quota de Sinfrônio, mas não conseguiram concretizar seus atos na justiça pois o juiz municipal da Escada pediu ao delegado de polícia e testamenteiro de João Félix dos Santos Pontual, o Dr. Samuel dos Santos Pontual, que fosse tirar os escravizados do poder de seus proprietários para açoitá-los. Segundo a notícia, Tobias Barreto ainda tentou alforriar um deles pagando o preço que estava estipulado por ele, algo que lhe era permitido pela lei de 1871 (decreto nº5135, artigo 90, 2º parágrafo), mas foi impedido pelo juiz municipal de concretizar o ato juridicamente. Além disso, precisou se proteger, saindo da cidade, tendo em vista que o delegado foi a sua casa, tomar-lhe os escravizados, com o auxílio de moradores dos engenhos Riqueza, Aripibu, Bosque, Refresco e Cabeça de Negro, pessoas encarregadas de “desfeitem ao Dr. Tobias, ou mesmo fazer-lhe mais alguma coisa se opusesse qualquer resistência.” **HDBN: Jornal do Recife.** 04 de agosto de 1881. Nº175. p.1. Samuel Pontual foi deputado da Província de Pernambuco, durante o Império e deputado estadual durante a República. Familiar do sogro de Tobias Barreto, O Dr. Samuel Pontual fazia parte da açucarocracia escadense, era proprietário de diversos engenhos no município de Escada, como o Braço do Meio, Irmandade e também irmão do Barão de Frexeiras: Antônio dos Santos Pontual. **HDBN: Jornal do Recife.** 31 de março de 1868. Nº75. p.1; 29 de novembro de 1878. Nº275. p.2. Almanach de Pernambuco para o anno de 1900. 2º Anno. 1899. pp. 140-141. BARRETO, Luiz Antônio. **Tobias Barreto.** SOCIEDADE EDITORIAL DE SERGIPE. 1994. p.222.

influências políticas e sociais que permeavam o mundo da escravidão, seu mundo familiar até pelo menos a morte do sogro e sua expulsão da Escada.²⁰⁹

Tobias Barreto, advogado de profissão, envolveu-se na defesa de Luiz de Vasconcellos, senhor do engenho Sibiró (Ipojuca), numa ação de liberdade movida pelo escravo Domingos, no ano de 1874. O homem, que entrou para a história da Abolição em Pernambuco como um intelectual abolicionista, quando convocado, pelas obrigações políticas e familiares, a defender a propriedade escrava, teve de atender ao chamado. A história merece ser contada por exemplificar um pouco mais o que estamos tentando mostrar.

Vasconcellos, ao pedir para Domingos capturar um fugitivo de sua propriedade, teve que lidar fuga com a fuga de Domingos também. Após alguns dias, recebeu uma intimação judicial,²¹⁰ Domingos havia aberto uma ação de liberdade, alegando ter sido importado em 1849 da região de Angola, buscando a confirmação de sua liberdade na justiça. O impetrante foi reconhecido pelas autoridades como angolano, todavia, perdeu a causa para seu senhor, que levou ao tribunal uma penca de “testemunhas idôneas” e um bom advogado, algo que faltou ao cativo. As testemunhas do senhor alegaram que ele havia sido importado antes de 1831 e que sua aparência física demonstraria sua idade. Todos testemunhos muito subjetivos e duvidosos. O senhor, Luiz de Vasconcellos, não chegou nem mesmo a apresentar a documentação requisitada pela justiça, alegando que,

tendo eu comprado o dito escravo Domingos em tempo que não costumava dar documento, pagar siza [sic] por escravos novos, não tenho título que ajuntar, mais do que a justificação que (Domingos entrou) em mil oito centos e trinta.²¹¹

Como a acusação havia sido baseada somente na declaração de Domingos e a defesa também foi baseada em testemunhos orais, nesse caso, a justiça teve que escolher em quem acreditar. Forte foi a construção retórica da defesa para comprovar a inocência de Vasconcelos. Já Domingos não teve muito com quem contar. Tobias Barreto, advogado do senhor, alegou o caráter exemplar e perigoso da forma como a ação foi aberta, afirmando:

²⁰⁹ Em estudo clássico sobre Tobias Barreto, Hermes Lima apontou a contradição que o bacharel sergipano teve de enfrentar ao se associar, por meio do casamento, às elites escravocratas da cidade da Escada. Para Hermes Lima, apesar de ser um crítico das “instituições caducas”, como a escravidão e a monarquia, as relações de Tobias Barreto com a elite da Escada, num momento de inserção política e econômica, adiaram por alguns anos o radicalismo abolicionista do sergipano. LIMA, Hermes. **Tobias Barreto (A Época e o Homem)**. Série 5, Brasileira. Vol. 140. Biblioteca Pedagógica Brasileira. CIA EDITORA NACIONAL. São Paulo - Rio - Recife - Porto-Alegre. 1939. pp.72-73.

²¹⁰ **MJPE**. Translado de ação de liberdade. Autor: O juízo de órfãos da comarca do Cabo de Santo Agostinho. Polo passivo: o escravo Domingos. 1874. Caixa: 30.

²¹¹ **Idem**. Folha 23.

[...] que a presente causa digo, questão importava em um exemplo perigoso para a agricultura, aos senhores de escravos em geral, por quanto dado precedente de um escravo que fugiu do poder de seu senhor e foi apresentar-se em município estranho declarando ser livre, só por isso poder propor a acção de liberdade, temos que a consequência será a mais desastrosa e por isto como o mesmo direito será permitido a todos os escravos Africanos ou os que quizerem ser o com o fim de atingirem a liberdade [...]²¹²

Casado com Grata Mafalda dos Santos, filha do Coronel João Félix dos Santos²¹³, em 26 de março de 1878, no jornal *O Escadense*, Barreto chegou a defender, a criação de escolas para o ensino agrícola, a abertura de vias de comunicação, a fundação de bancos rurais, para fugir da agiotagem dos correspondentes, que emprestavam dinheiro a juros elevados aos plantadores, postulando que a missão do governo era animar e facilitar o trabalho e a economia agrícola.²¹⁴ Acreditamos que, após ter sido “expulso” da Escada, por ter brigado contra os interesses econômico-escravocratas de autoridades e familiares, Tobias Barreto tenha conseguido se posicionar com mais severidade sobre a questão da escravidão.²¹⁵ Indo residir no

²¹² **MJPE**. Defesa que fez Tobias Barreto. Translado de ação de liberdade. Autor: O juízo de órfãos da comarca do Cabo de Santo Agostinho. Polo passivo: o escravo Domingos. 1874. Caixa: 30 Folha 12 verso. A sentença foi desfavorável ao fujão, mas a ação foi tomada como muito perigosa pela defesa do réu. Segundo Elciene Azevedo, as ações movidas nos tribunais dos interiores, das zonas rurais resultavam raramente em sentença favorável aos cativos, a solução destas causas judiciais dependia muito das relações estabelecidas entre os curadores, juizes, testemunhas, etc. Luiz de Vasconcellos, mesmo sem confirmar documentalmente o seu título de posse legal sobre Domingos, conseguiu, através de suas relações, barrar a liberdade do seu cativo, que deveria ser mesmo um africano livre. Ações movidas nos foros urbanos parecem ter sido mais possíveis e com mais desfechos positivos para os cativos do que as rurais. Porém, vemos na causa de Domingos, na questão considerada perigosa por Tobias Barreto, uma outra possibilidade. A possibilidade da expansão da liberdade, ou ao menos da tentativa de liberdade. AZEVEDO, Elciene. **O direito dos escravos: lutas jurídicas e abolicionismo na província de São Paulo**. Campinas, SP; Editora da Unicamp, 2010. pp. 232-233.

²¹³ João Félix dos Santos foi proprietário dos engenhos Riachão do Sul, Refrigerante, Refresco, Serra Nova, Serra Redonda e Belmonte, todos na freguesia de Escada. Genro de André Dias de Araújo, o Barão de Jundiá, também era o pai de Grata Mafalda dos Santos que foi casada com Tobias Barreto. Figurando entre a proeminência política de Escada no século XIX. Disponível em: <http://amarajidobaronatoaoano2000.blogspot.com.br/2013/08/joao-felix-da-silva.html> Acessado em 24/05/2018 às 12:27. João Félix dos Santos aderiu à Insurreição Praieira e fortificou alguns de seus engenhos para receber aliados e simpatizantes da causa praieira segundo EISENBERG, Peter. EISENBERG, Peter. **Modernização sem Mudança: a indústria açucareira em Pernambuco 1840-1910**. Rio de Janeiro, Paz e Terra; Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 1977. p. 155.

²¹⁴ BARRETO, Luiz Antônio. Tobias Barreto. **Op. Cit.** p.15.

²¹⁵ Segundo Flávia Braga, apesar de ter características republicanas, Tobias Barreto foi eleito Deputado Provincial em 1878, pelo partido Liberal, que lhe deu o apoio necessário para tal conquista. Ou seja, ele permanecia no Partido Liberal por conveniência política, segundo a autora. Tobias Barreto passou a falar mais abertamente em Abolição e Emancipação feminina a partir de 1878, quando alcançou certa independência econômica com o cargo de Deputado. BRAGA, Flávia Bruna Ribeiro da Silva. “DITADURA”, ABOLIÇÃO E REPÚBLICA. **Op. Cit.** pp. 74-76. Provavelmente, o mesmo se deu após sua aprovação para o cargo de lente substituto da FDR, em abril de 1882. Tobias Barreto, tendo assegurado sua sobrevivência, ainda que de forma precária, com um emprego público, alcançou determinada independência para poder disseminar suas ideias à mocidade da FDR. Sabemos que na década de 1880 ele chegou a fazer parte da Sociedade Nova Emancipadora, da Comissão Central Emancipadora do Recife, que discursou em diversos eventos abolicionistas e que era ligado, ao menos em termos abolicionistas, aos professores e alunos da FDR como José Hygino, Martins Júnior, Artur Orlando, entre outros. Todavia, os posicionamentos de Tobias Barreto, suas escolhas políticas, não deixaram de ser definidas pelos nuances da Sociedade do Favor. Apesar de liberal em política, quando do Ministério Dantas, escreveu a Silvio Romero que preferiria ver os conservadores no poder, pois, “só eles podem vir restabelecer a ordem perturbada.” Reclamava

Recife, adentrando no âmbito da Faculdade do Recife, mantendo contato com muitos professores e estudantes de tendência abolicionista, Tobias deve ter se sentido mais confortável para disseminar suas ideias abolicionistas.

Na década de 1870, quando a ação de Domingos foi movida, o homem ainda estava atrelado aos interesses e as influências do mundo da escravidão. Ao aplicarmos ao Brasil escravista a ideia de “economia da dádiva”, podemos entender melhor a cultura política que, apesar de ter sido acusada por homens como Tobias Barreto e Joaquim Nabuco, fazia parte do contexto no qual viviam e não conseguiam se desvencilhar por completo.

O conceito de “economia da dádiva” foi desenvolvido pelo sociólogo e antropólogo francês Marcel Mauss.²¹⁶ Segundo Mauss, as atividades sociais se desenrolam enquanto um sistema de prestações e contraprestações de serviços, envolvendo todos os membros de uma comunidade. Estabelecendo ligações e relações que estão muitas vezes acima dos interesses pessoais de um indivíduo. Felipe Azevedo, instrumentalizando Mauss, utilizou e renomeou o conceito para “economia do favor” ou “sociedade do favor”.²¹⁷ Para Azevedo,

É muito difícil pensar em um aspecto da vida social (**na sociedade escravista brasileira**) que não fosse mediado por certa economia do favor. O acesso à educação, a empregos públicos e privados, assim como favorecimentos na Justiça, querelas com autoridades policiais, e em muitos outros domínios, eram eivados pelos princípios da pessoalidade. Portanto, as ações e motivações políticas estabelecidas nesses termos devem ser examinadas em relação direta com as lógicas de poder e negociação instituídas pelas dinâmicas de apadrinhamento e dependência, de modo que as opacidades das narrativas sobre participação política sejam abrandadas. Fornecendo, ao mesmo tempo, subsídios para compreensão dos fundamentos econômicos que

que algumas reformas, encetadas pelo Ministro dos Negócios do Império do Gabinete Dantas, Filipe Franco de Sá, haviam o prejudicado e beneficiado outros professores da FDR. Tobias faleceu de problemas decorrentes de uma nefrite, ele tinha albuminúria, doença renal, chegando a escrever sobre sua morte e dificuldades financeiras a Silvio Romero: “É engano seu: eu não me restabeleço mais, a moléstia tem sido rebelde, o único remédio é morrer. Como estou reduzido a proporções de pensionista da caridade pública, e me fala nisto em sua carta, peço-lhe que dê pressa às entradas das contribuições da sua lista, visto como meus últimos recursos estão se esgotando. Faço votos pelo seu restabelecimento e adeus; quem assina por mim é o meu Pedro. Do amigo velho. Tobias.” BARRETO, Luiz Antônio. Tobias Barreto. **Op. Cit.** LIMA, Hermes. Tobias Barreto. **Op. Cit.** BEVILAQUA, Clóvis. **História da Faculdade de Direito do Recife**. 2ª ed. Brasília: Instituto Nacional do Livro, Conselho Federal de Cultura, 1977. PINTO, Ferreira. A Faculdade de Direito e a Escola do Recife. **Revista de informação legislativa**, v. 14, n. 55, p. 5-20, jul./set. 1977. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/181024>. **HDBN**: Diário de Pernambuco. 24 de fevereiro de 1883. Nº45. p.3. DOCUMENTOS DE INTERESSE AUTOBIOGRÁFICO CORRESPONDÊNCIA. Tobias Barreto a Silvio Romero. Recife (Afogados), 24 de janeiro de 1885; 01 de abril de 1885 e 19 de junho de 1889. In: **Tobias Barreto (1839- 1889) bibliografia e estudos críticos**. Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro, pp.84, 86 e 98. Disponível em: http://www.cdpb.org.br/tobias_barreto.pdf. Acessado em 19 de abril de 2021 às 12:59.

²¹⁶ MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**. São Paulo, Cosac Naify, 2003. Em especial, o capítulo: “Ensaio sobre a dádiva – forma e razão da troca em sociedades arcaicas”.

²¹⁷ Roberto Schwarz também fala deste processo sociológico, nomeando-o de ideologia do favor. SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro**, São Paulo, Duas Cidades, 1977. pp.13-28.

sustentavam um sistema de trocas que não era essencialmente guiado por uma racionalidade capitalista.²¹⁸

Sendo assim, podemos afirmar que, não somente as relações de Tobias Barreto, mas as decisões de muitas pessoas e grupos políticos extrapolavam o campo dos seus princípios para diversas outras áreas da vida.²¹⁹ Enquanto Barreto estava ligado diretamente aos plantadores de cana de açúcar através de relações matrimoniais e patrimoniais, a ação dos comerciantes-emancipadores da SNE - da qual o sergipano também fez parte²²⁰ - estava muito mais atreladas aos interesses dos membros de uma certa “classe média” vinculada ao comércio e as profissões liberais, principalmente da área urbana, engendrando o que Angela Alonso chamou de “abolicionismo de elite”, organizado por pessoas com cargos públicos, com direitos políticos, em sua maior parte profissionais liberais.²²¹

Ao seguir a lógica da sociedade do favor, o movimento emancipacionista, dentro do âmbito legal, servia muito mais a elite senhorial do que aos cativos. Este emancipacionismo legalista ou formal nos mostra que o movimento abolicionista, no início da década de 1880, estava mais preocupado com os interesses senhoriais do que com os excluídos do sistema, sendo algo muito mais limitado do que revolucionário.

Todavia, longe de descaracterizarmos ou desmerecermos essa face do movimento, ao fazermos uma leitura à contrapelo, podemos asseverar ainda mais a agência escrava, pois, entendemos que os cativos deveriam negociar não somente com os abolicionistas, mas com os seus senhores, muitos desses homens e mulheres que não necessitavam alforriá-los. Juntar recursos, montar estratégias e saber a quem recorrer dentro da sociedade do favor, entender o mundo dos livres antes de conquistar a alforria era imprescindível. Muitos, como Henrique, Nympha e Mariana, por exemplo, utilizaram-se desses “canais paternalistas” para obterem seus objetivos. Enquanto que para muitos senhores e emancipadores, qualquer coisa que diferisse desse modelo, poderia ser associado ao abolicionismo radical e extralegal.²²²

²¹⁸ SOUZA, Felipe Azevedo e. A participação política. **Op. Cit.** p. 21. Grifos nossos. GORENDER, Jacob. **A escravidão. Op. Cit.** p.165.

²¹⁹ Para saber mais sobre o conceito da dádiva veja: MARTINS, Paulo Henrique. "A sociologia de Marcel Mauss: dádiva, simbolismo e associação". **Revista crítica de Ciências Sociais**, n°73, 2005. MOTA, Leonardo de Araújo e. "Dádiva e sociabilidade no Brasil". **Revista Antropológicas**, v. 13, n° 2, 2002.

²²⁰ **HDBN**: Jornal do Recife. 6 de abril de 1883. N°78. p.2.

²²¹ ALONSO, Angela. Flores, votos e balas. **Op. Cit.** p.39.

²²² Procuramos distinguir os termos abolicionismo e emancipacionismo, pois acreditamos que eles diferem em suas formas de ação para alcançar um mesmo objetivo final, com resultados e consequências extremamente diferentes. Enquanto o emancipacionismo tem por objetivo impor limites à escravidão, executando medidas protetadoras e protetoras do status quo econômico e social, o abolicionismo visa a mobilização popular para o fim imediato da escravidão sem necessariamente se preocupar com a manutenção de uma determinada ordem econômica que dependa da mão de obra escrava. As medidas emancipacionistas refletiam a posição do governo imperial que, até a Lei de abolição em 13 de maio de 1888, não trabalhou por uma lei específica que estabelecesse

Ao continuarmos nossa leitura a contrapelo entendemos que nem todos os membros da SNE compactuavam com a manutenção dos interesses senhoriais. E é justamente sobre abolicionismo radical e extrapolação dos limites legais que devemos tratar quando falamos de João Ramos. Esse membro específico da SNE não seguiu à risca os seus estatutos e não era um fundamentalista da propriedade escrava. A ação de João Ramos era reconhecida tanto por parte da classe dos comerciantes (portugueses, franceses e brasileiros) quanto pela parcela da população menos abastada, incluindo os escravizados e até mesmo por alguns senhores. Ele representou, como veremos, uma espécie de agente duplo do movimento abolicionista.

Já no início da década de 1880, sua ação subterrânea, assim como a de alguns membros da *Cearense Libertadora*, desviava do emancipacionismo legal, agindo em duas frentes: uma pública, através das associações emancipadoras e outra mais escondida pela via subterrânea e extralegal.²²³

Além de atuar na SNE, João Ramos praticava o que Angela Alonso chamou de tática bumerangue,²²⁴ enviando cartas para a Europa e para a região do rio da Prata, na expectativa de conseguir apoio internacional. Seu bumerangue ia e vinha de todas as partes, conectando-se, já

uma data para o fim da escravidão. Já o abolicionismo se fortaleceu como corrente através da convergência dos movimentos nas ruas, nos teatros, na imprensa e no movimento político partidário provincial, principalmente o de libertação de territórios que aconteceu no Ceará e no Amazonas em 1884. Para mais detalhes sobre os dois processos ver: CASTILHO, Celso Thomas. *Slave Emancipation*. **Op. Cit.** MACHADO, Maria Helena P. T.; CASTILHO, Celso Thomas(org.). *Tornando-se livre*. **Op. Cit.** ALONSO, Angela. Flores, votos e balas. **Op. Cit.**

²²³ Analisando somente o que chamamos de a parte pública-legalista do processo, Eurípedes Funes e Adelaide Gonçalves, em trabalho clássico, colocaram os abolicionistas da *Sociedade Cearense Libertadora* somente como homens que queriam a libertação pelos meios formais e indenizatórios, o que não constituí, como provaremos, a totalidade dos fatos. José Hilário Ferreira Sobrinho, seguindo esta ótica, de certa forma, analisa a ação dos abolicionistas cearenses somente como homens garantidores da ordem e, apesar de tratar a greve dos Jangadeiros de 1881, para ele, os abolicionistas da *Perseverança e Porvir* – alguns dos quais ingressos nas fileiras da *Sociedade Cearense Libertadora* – estavam mais comprometidos com a legalidade do que com a ilegalidade. Sabemos que um grupo de abolicionistas, ligados a *Sociedade Cearense Libertadora* e a *Nova Emancipadora* (PE), já estavam lutando, como agentes duplos do movimento, às claras, de forma legal, e às escondidas, juntamente com os escravizados, de maneira ilegal, coordenando fugas e agindo de maneiras que eram vistas como radicais pela elite senhorial. Portanto, por mais que os abolicionistas tivessem interesses pessoais e grupais no fim da escravidão, que se beneficiassem privativamente com a causa, não podemos tomá-los somente como homens mantenedores da ordem. Acreditamos e procuramos provar que, se o movimento abolicionista dependesse apenas das ações legais e espontâneas do Estado, o fim da escravidão não teria acontecido em 1888 e, apesar de considerarmos a lei de 1888 como conservadora – pois não procurou dispor sobre o futuro dos libertos e dos ingênuos – devemos entendê-la, coetaneamente, como uma vitória acelerada pelo movimento abolicionista, que agregou o protesto dos escravizados às ações de desobediência civil por parte de membros das associações abolicionistas mais radicais. GONÇALVES, Adelaide e FUNES, Eurípedes. *Abolição – manifestação e herança. A Abolição da Escravatura no Ceará: uma abordagem crítica - Cadernos do NUDOC*. N° 1 - Departamento de História / UFC. 1988. Págs. 41-57. SOBRINHO, José Hilário Ferreira. "Catirina minha nega, Teu sinhô ta te querendo vende, Pero Rio de Janeiro, Pero nunca mais ti vê, Amaru Mambirã": O Ceará no tráfico interprovincial 1850-1881. **Dissertação de Mestrado**. UFC, Fortaleza. 2005.

²²⁴ O efeito bumerangue segundo Alonso era uma tática dos “defensores de certas ideias de reforma, que ao enfrentarem um Estado refratário, buscariam aliados fora do Estado-nação. Esses aliados, por sua vez, pressionariam o Estado a fazer as reformas demandadas. ALONSO, Angela. O ABOLICIONISMO COMO MOVIMENTO SOCIAL. **Revista Novos Estudos**. N°100. Novembro. 2014. p.123.

nos primeiros anos de 1880, ao movimento abolicionista cearense, com o qual procurou aprender e compartilhar experiências e causas. Enquanto Pernambuco estava caminhando lentamente, com suas associações emancipacionistas, ressarcindo os senhores de escravos, o movimento abolicionista no Ceará, já no ano de 1881, tomava proporções consideradas extremamente radicais pela classe senhorial.²²⁵

João Ramos, assim como Tobias Barreto, administrou suas relações sociais de acordo com os contextos e comunidades as quais estava inserido. Em Pernambuco, manteve-se até certo ponto no campo da legalidade, atuando dentro das instituições emancipadoras, trabalhando ao mesmo tempo a favor da abolição imediata, organizando fugas de escravos entre a província que habitava e o Ceará já no início da década de 1880. Homem de sua época, João Ramos não fugiu à ótica da sociedade do favor. Como comerciante procurou se utilizar sua rede abolicionista em prol de negócios pessoais. Percebemos isso a partir de sua comunicação com o negociante sediado em Mossoró-RN, Joaquim Bezerra da Costa Mendes (presidente da *Libertadora Northeriogrاندense*).

Em 28 de maio de 1884, Costa Mendes avisou a João Ramos que poderia enviar os “31 (fugitivos) a Libânio da Costa Pinheiro”²²⁶, porém, com toda cautela possível. Na cidade de Mossoró, onde ele havia participado da libertação municipal (30 de setembro de 1883), os senhores do local e do interior ameaçavam tirar-lhe a vida. Costa Mendes avisou que, antes dos senhores darem um tiro, “faria negro virar homem que forma exército e então seria algo horroroso, porque perderei o escrúpulo e direi ao negro, na frente dos senhores, que façam deles cavalos”.²²⁷

Além de tratar de assuntos referentes a escravos fugidos e perseguição senhorial, o abolicionista nos deu informações sobre outros interesses do abolicionista em Mossoró. João

²²⁵ Já no 1º de janeiro de 1881 começou a circular o jornal “O Libertador”, que ajudou a dar publicidade ao movimento abolicionista e viria a ser um dos maiores propagadores do movimento abolicionista no Ceará, organizado pela Sociedade Cearense Libertadora. No dia 27 de janeiro de 1881, os jangadeiros se aliaram aos abolicionistas e se recusaram a embarcar os escravos no navio Pará. Os líderes dos jangadeiros eram os libertos José Luiz Napoleão e Francisco José do Nascimento, que ficou conhecido como Dragão do Mar. O movimento no Ceará passaria a tomar outro rumo, o da radicalidade. Na festa de 28 de setembro de 1881 a Cearense Libertadora registrou 386 libertações, terminando seu primeiro ano de existência com 400 alforrias concedidas. Para uma narrativa coetânea do que aconteceu entre os dias 27 e 30 de janeiro de 1881 no porto de Fortaleza veja BEZERRA, Antônio. **O Ceará e os cearenses**. Fortaleza: Typ. Minerva. 1906. pp.57-63. (fac. Símile). MOREL, Edmar. **Vendaval da Liberdade: a luta do povo pela abolição**. 3ª edição. São Paulo: Global, 1988, pp.113-118. **HDBN: Jornal do Recife**. 18 de dezembro de 1881. Nº288. p.1. **HDBN: Jornal do Recife**. 16 de abril de 1882. Nº86. p.1.

²²⁶ Libânio da Costa Pinheiro, morador em Mossoró, era o auxiliar externo do Clube na cidade. **Relação das pessoas a quem são conferidas as medalhas comemorativas da abolição da escravidão no Brasil**. **HDBN: Diário de Pernambuco**. 11 de maio de 1889.

²²⁷ **IAHGP**. Carta de Joaquim Bezerra da Costa Mendes para João Ramos. Mossoró, 28 de maio de 1884. MAIA, América Fernandes Rosado. **A saga da Abolição Mossoroense**. Livro III. Fundação Vingt-Un Rosado. Acervo Virtual Osvaldo Lamartine de Faria. pp.16-18. Disponível em: <https://colecaomossoroense.org.br/site/> acessado em 21 de abril de 2020 às 15:25.

Ramos mandou cartões e detalhes sobre os preços dos produtos que vendia em Pernambuco e remetia para casas comerciais no Norte. Após informá-lo que havia distribuído esses cartões, Costa Mendes evidenciou quais eram as intenções do amigo. O negociante procurava disseminar a ideia de que, seria melhor para os comerciantes, favoráveis à abolição, comprarem produtos e negociarem entre si do que comprarem ou tomarem crédito emprestado de pessoas que não faziam nada pela “ideia santa”. O abolicionista tentava convencer alguns negociantes a comprarem produtos somente de homens comprometidos com a abolição, tentando abrir via de mão dupla, comum à sociedade do favor.²²⁸ Utilizava-se da bandeira a favor de si e dos seus negócios e usava os seus contatos comerciais para firmar ainda mais alianças pela causa.²²⁹ Costa Mendes desiludiu o correspondente, pois, achava “impossível as coisas acontecerem desta forma”. Em sua visão, os comerciantes do lugar, especializados na venda de algodão, tratavam negócios somente como negócios.²³⁰

Homem experiente nas negociações²³¹, João Ramos fazia parte de uma rede comercial ampla que se tornou também uma ampla rede abolicionista. Em 9 de junho de 1881, ele recebeu

²²⁸ Para saber mais sobre o conceito de Sociedade do Favor ver: SOUZA, Felipe Azevedo e. A participação política. **Op. Cit.** p.21.

²²⁹ Marília dos Santos faz esta leitura acerca do consumo de produtos que faziam referências a líderes ou a instituições ligadas ao movimento abolicionista. Comprar e incentivar o uso dos cigarros, *Os Libertos, Príncipes da Liberdade*, adquirir objetos em certos bazares, beber o vinho Ave Libertas, indicava, segundo a autora, os ideais e o posicionamento político-social de seus consumidores. Segundo ela, se por um lado, existiram aqueles que tinham como maior objetivo vender seus produtos, sem se importar com o que defendiam, por outro, existiram, também, os que se esforçaram para imprimir suas escolhas políticas nos espaços em que atuavam. SANTOS, Maria Emília de Vasconcellos dos. ANTES DO 13 DE MAIO: O 25 DE MARÇO NO CEARÁ E O MOVIMENTO ABOLICIONISTA EM PERNAMBUCO. **Afro-Ásia**, 53 (2016). pp. 149-150. Interessante notar também em como nos anos de maior censura do movimento abolicionista, como entre 1885-1887, começam a surgir cada vez mais anúncios nos jornais sobre estes produtos, como o que divulgava uma “Nova marca de cerveja” chamada “Ave Libertas” e com o retrato de Leonor Porto em seu rótulo. “Experimentamos e achamos de boa qualidade e credora do apreço público.” **HDBN: Diário de Pernambuco**. 12 de junho de 1886. Nº133. p.2. **Jornal do Recife**. 12 de junho de 1886. Nº133. p.1.

²³⁰ Era comum que nas cartas de José Correia do Amaral a Nabuco, recomendando médicos e negociantes que iam tratar de assuntos particulares em Londres, o abolicionismo destas pessoas fosse destacado como para favorecê-los perante o chefe do abolicionismo. Para que eles encontrassem facilidades em suas acomodações e em seus negócios na Europa era de suma importância o apoio de Nabuco e, sabendo disso, Correia do Amaral constantemente atinava para o abolicionismo dos seus “enviados”. **FUNDAJ**. Correspondência de Joaquim Nabuco. Doc. 6411, 6379, 6443. Cartas de José Correia do Amaral a Joaquim Nabuco. Fortaleza, 11 de abril de 1882, 18 de agosto de 1881, 10 de outubro de 1882. José Correia do Amaral também pediu a Joaquim Nabuco que tentasse realocar Francisco José do Nascimento no seu posto de pratico mor do porto de Fortaleza, alegando que sua demissão não havia sido comunicada oficialmente em 1881. **FUNDAJ**. Correspondências de Joaquim Nabuco. Doc. 6628. Carta de José Correia do Amaral a Joaquim Nabuco. Ceará. 9 de julho de 1885.

²³¹ Perceberemos que os contatos estabelecidos pelo caixeiro, depois guarda livros e negociante e as funções exercidas ao longo de sua vida, permitiram-lhe a obtenção de uma extensa rede de amigos, parceiros comerciais, conhecidos, clientes e concorrentes, algo que nos revela muito sobre como conseguiu manter ligações regionais e nacionais que lhe serviriam e se serviriam dele nos anos da campanha abolicionista. **HDBN: Jornal do Recife**. 15 de fevereiro de 1865 nº 37. p.3; 22 de agosto de 1885. Nº190. p.3; 20 de novembro de 1872. Nº271. P.4; 6 de dezembro de 1872 nº285.

uma carta do líder do movimento abolicionista no Ceará, o republicano João Cordeiro²³². Este foi presidente da *Associação Comercial de Fortaleza* e era considerado um republicano exaltado. Cordeiro fundou, juntamente com José Correia do Amaral - outro grande comerciante cearense - no dia 08 de dezembro de 1880, a *Sociedade Cearense Libertadora* (SCL), tendo essa saído do seio de uma outra sociedade, fundada em 28 de setembro de 1879, chamada *Perseverança e Porvir*. A SCL se tornaria uma das maiores associações abolicionistas do Império brasileiro em termos de resultados alcançados.²³³

O presidente da *Sociedade Cearense Libertadora*²³⁴ estava ajudando, desde maio de 1881, o seu xará e companheiro de luta a encontrar informações sobre Joanna Adelina de Oliveira, que alegava ter nascido livre e tinha sido vendida como escrava para negreiros do Rio de Janeiro, parando depois nos açougues de Minas Gerais. Após muita procura, pedindo informações em Icó e até de outras províncias como a do Piauí e do Maranhão, Cordeiro descobriu a certidão de batismo de Joana, provando que ela havia nascido em Icó e foi batizada como livre, sendo seus padrinhos o padre Leandro e Feliciano de tal.²³⁵ Publicou então no *O Libertador*²³⁶, órgão de imprensa da SCL, uma denúncia contra a escravização ilegal de Joana.

Segundo Cordeiro, João Ramos havia informado a SCL, que Joana, uma mulher livre com 31 anos de idade, solteira, com filhos e que trabalhava como costureira, foi vendida de

²³² Os principais membros da Libertadora, os considerados mais radicais foram: João Cordeiro, José Correia do Amaral, Frederico Borges e Antônio Bezerra de Menezes. Vários destes como veremos trocaram cartas com João Ramos e mantiveram contato direto e constante com o abolicionista. SILVA, Pedro Alberto de Oliveira. **História da escravidão no Ceará: das origens à extinção**. 2º Ed. Fortaleza: Instituto do Ceará, 2011. pp.191-226. **HDBN**: Jornal do Recife. 11 de fevereiro de 1881. Nº33. p.1. Segundo Carneiro Vilela, desde pelo menos 1880, João Ramos era acusado de comprar alforrias falsas com tabeliões para entregar a escravos fugitivos nas mãos do seu 'compadre' político, João Cordeiro, no Ceará. VILELA, Joaquim M.C. O Clube do Cupim. **Revista do IAHGP**. V. 27, n. 127-130, p. 416-427, jan./dez. 1925. p.418.

²³³ SILVA, Pedro Alberto de Oliveira. História da escravidão no Ceará. **Op. Cit.** pp.191-226. OLIVEIRA, João Hipólito C. de. "Cronologia da abolição no Ceará". In: **Revista do Instituto Histórico** – Tomo especial, 1984 - (1º Centenário da Abolição dos Escravos no Ceará). Fortaleza, 1984, p. 147.

²³⁴ Segundo Raimundo Girão, a rapaziada da Libertadora vivia, antecipadamente, a radicalização do movimento abolicionista. Enquanto na Corte o movimento ainda não havia perdido o tom da emancipação lenta e respeitosa aos direitos dos senhores, o Ceará já vivia seus momentos máximos de combate ao tipo de propriedade privada que a escravidão simbolizava: ilegal e ilegítima. Girão ainda aponta o que disse Isaac do Amaral, irmão de José Correia do Amaral, numa entrevista em 1934, o qual explicou que a Libertadora ficou com a maioria do povo, na luta por todos os meios, enquanto que do lado dos legalistas estiveram à frente da luta homens como Dr. Guilherme Studart (Barão de Studart), Júlio César da Fonseca Filho, João Lopes Ferreira Filho, Antônio Miranda e muitos outros que fundaram o Centro Abolicionista, homens que faziam parte do funcionalismo público ou eram proprietários, amigos de proprietários. Homens que não podiam ou não queriam se envolver em lutas subversivas. GIRÃO, Raimundo. A Abolição no Ceará. In: **Das Senzalas para os Salões**. Fortaleza. Secretaria de Cultura, Turismo e Desporto. 1988. pp.87 e 101-102.

²³⁵ Não sabemos o desfecho da história de Joana, mas provavelmente a mulher nascida livre readquiriu sua liberdade após o envolvimento dos abolicionistas cearenses e de João Ramos na sua causa. Em anúncio no jornal *O Cearense*, João Cordeiro informava que estava procurando documentos e notícias sobre Joana no Ceará, no Piauí e no Maranhão, prometendo pagar todas as despesas de quem achasse e as remetesse a ele. Caso não conseguissem arrancar Joana das garras da escravidão, segundo ele, o Ceará deixaria de ser uma província eminentemente abolicionista. **HDBN**: O Cearense. 22 de dezembro de 1881. Nº 277. P.2

²³⁶ A partir de agora utilizaremos os termos, Libertadora e Cearense Libertadora, ou somente as iniciais SCL.

Pernambuco aos negreiros *Callas & Paulino*. No Rio, após reclamar de sua situação por diversas vezes, Joana conseguiu convencer a polícia da Corte a se dirigir a do Recife para ficar ciente do seu caso e logo em seguida foi vendida para Minas Gerais, numa tentativa ilegal de mantê-la escravizada.²³⁷ Joana, Cordeiro e Ramos agiram em conjunto, cada um com seus meios, para tentar vencer mais um caso de ilegalidade dentre tantos do sistema escravista brasileiro.²³⁸ O que poderia ter sido somente um favor, virou na imprensa um brado contra a escravização ilegal de pessoas livres, contra o tráfico interprovincial de escravos, contra o qual estavam combatendo os abolicionistas nortistas.

Ao continuar com a carta, Cordeiro informou a João Ramos que os negreiros do Ceará não paravam de ameaçar os membros da SCL. Entretanto, apesar de todas as ameaças, segundo ele, as fileiras cresciam, a ideia progredia e os representantes da *Libertadora* estavam “dispostos a lutar até mesmo de carabina em punho”.²³⁹ Explicou ainda que, as reuniões abolicionistas eram secretas, e que, para conseguirem seus fins, proibiram o embarque de escravos e estavam criando associações em toda a província para proteger a fuga dos negros em larga escala. Segundo ele, “mais de 100 escravizados, arbitrariamente, gozão dos doces atrativos da liberdade.” Por último, fez uma previsão, escrevendo em letras garrafais que nos próximos cinco anos o Ceará poderia mandar dizer a D. Pedro II, “não temos mais escravos”, exigindo ao Imperador a exclusão da província do mapa do Império, “que tem padres, freiras e ESCRAVOS, somos incompatíveis com esses elementos, que simbolizam o passado.”²⁴⁰

Os membros da SCL, João Cordeiro, José Correia do Amaral, Antônio Bezerra de Menezes, José Marrocos, dentre outros, assumiram um discurso e uma ação considerada radical pelas autoridades e pelos senhores de escravos já a partir do início da década de 1880.²⁴¹ Estes homens se inspiravam em alguns rituais maçônicos e carbonários²⁴², tendo o próprio João

²³⁷ **HDBN**: O Libertador: Órgão da Sociedade Cearense Libertadora (CE). 16 de junho de 1881. Nº11. p.1

²³⁸ Para saber mais sobre a precariedade estrutural do sistema escravista brasileiro veja: CHALHOUB, Sidney. Precariedade estrutural: o problema da liberdade no Brasil escravista (século XIX). *História Social*, (19), 33-62. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/rhs/article/view/315> acessado em 27 de maio de 2020 às 12:34.

²³⁹ Segundo Angela Alonso, a SCL era a única associação em 1883 que fazia uso aberto do confronto contra as autoridades provinciais e imperiais. ALONSO, Angela. Flores, votos e balas. **Op. Cit.** p.200.

²⁴⁰ IAHGP. Caixa 21. Maço 2. Doc. 827. **Correspondência de João Cordeiro a João Ramos**. 9 de junho de 1881. Esta é a primeira carta na qual João Cordeiro assume que estavam praticando o roubo de escravos em larga escala.

²⁴¹ Já na primeira publicação do jornal *O Libertador*, os abolicionistas da *Cearense Libertadora* estabeleceram suas divisas ao escreverem: “amar o próximo como a si mesmo, mas lutar pela liberdade com a espada. **HDBN**: O Libertador: Órgão da Sociedade Cearense Libertadora (CE). 1º de janeiro de 1881. Nº01. p.1.

²⁴² Segundo Adalmir Leonidio, a carbonária foi uma associação secreta de vocação conspirativa. Em Portugal ela enraizou-se nos setores de classe média mais politizados, bem como entre os militares de baixa patente, mas admitindo indivíduos de todas as classes sociais. Nos anos noventa ela começou por ter grande força na cidade de Coimbra, sob a tutela da loja maçônica Perseverança. Em Lisboa tudo parece ter resultado da confluência de dois núcleos secretos: um de origem “anarco-republicano”, outro de base “maçônica-acadêmica”. LEONIDIO,

Cordeiro assumindo que, as reuniões abolicionistas eram secretas e que, para conseguirem seus fins, praticavam a desobediência civil, criando associações em toda a província para proteger a fuga dos cativos.²⁴³ Utilizando-se também, se fosse preciso, das armas. Os ideais anarco-republicanos dos abolicionistas cearenses são confirmados por suas ações antimonarquistas, anticlericalistas e pela sua alusão ao uso da força contra as autoridades constituídas.²⁴⁴

Imagem 4: Membros da Sociedade Cearense Libertadora



Em pé: Isaac Correia do Amaral, Papi Junior, William Ayres, Abel Garcia, João Cordeiro, Antônio Bezerra de Menezes, Francisco José do Nascimento (Dragão do Mar), Alfredo Salgado – **Sentados:** Manoel de Oliveira Paiva, João Lopes Ferreira Filho, José Correia do Amaral e Antônio Dias Martins. Acervo Carlos Alberto Salgado.²⁴⁵

A relação entre João Ramos e os membros da SCL, no que diz respeito aos embates pela libertação dos escravos, intensificaram-se ao longo da década de 1880. Futuramente,

Adalmir. CARBONÁRIOS, MAÇONS, POSITIVISTAS E A QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL NA VIRADA DO SÉCULO XIX. **Revista de História e Estudos Culturais**. Vol. 5. Nº3. p.8.

²⁴³ Para Adalmir Leonidio, “no Brasil a carbonária encontrou respaldo entre os adeptos do republicanismo”, mas também de alguns monarquistas, sobretudo aqueles que mantinham certa preocupação com as questões sociais e que, por isso, tendiam a se aproximar das ideias socialistas em voga. Os carbonários brasileiros fundaram pelo menos um jornal, o Carbonário, que publicou entre os anos de 1881 e 1890, defendendo a existência no país de “sociedades políticas-secretas”. Acreditavam eles que, somente através das “conspirações” seria possível a vitória das “classes baixas. Apesar disso, segundo Leonidio, os redatores do Jornal não assumiam um discurso violento, deixando claro que não “doutrinavam” com “a luz sinistra do archote incendiário”, mas que zelavam pela “supremacia única que a razão aceita – verdade e justiça”. **Ibidem**.

²⁴⁴ Para saber um pouco mais sobre a Carbonária e outras sociedades secretas influentes na política ver: GALT, Anthony H. The Good Cousins' Domain of Belonging: Tropes in Southern Italian Secret Society Symbol and Ritual, 1810-1821. **Man New Series**, Vol. 29, No. 4 (Dec., 1994), pp. 785-807. LEONIDIO, Adalmir. CARBONÁRIOS, MAÇONS, POSITIVISTAS. **Op. Cit.**

²⁴⁵ A primeira diretoria foi composta por: João Cordeiro (presidente), José Correia do Amaral (Vice-presidente), Frederico Borges (1º secretário), Antônio Bezerra de Menezes (2º secretário), Manuel Portal e Justino Francisco Xavier (Advogados), João Crisóstomo da Silva Jataí, João Batista Perdigão e Eugênio Marçal procuradores. GIRÃO, Raimundo. A Abolição no Ceará. In: Das Senzalas para os Salões. **Op. Cit.** pp.87-88.

quando fundou o *Clube do Cupim*, o modo de operar escolhido foi o praticado pela SCL, “secreto” e por todos os meios possíveis, inclusive o da carabina. Não somente João Ramos, mas todo o movimento abolicionista radical e extralegal aprendeu muito com o movimento abolicionista no Ceará.

No caso pernambucano, o futuro líder dos cupins esteve disposto, em conjunto com outros membros do *Clube*, a seguir os caminhos e os métodos dos cearenses.²⁴⁶ A diferença é que, enquanto o Ceará se tornou, devido a um conjunto de acontecimentos²⁴⁷, um território praticamente livre no Império²⁴⁸, em 25 de março de 1884, Pernambuco era uma província onde o escravismo estava muito arraigado e permaneceu resistente até o golpe final em 13 de maio de 1888.²⁴⁹ Todavia, a comunicação abolicionista entre Pernambuco e o Ceará, começada no início de 1881, tornou-se crucial no caminho até a erradicação da escravidão.

Em 9 de agosto de 1881, João Cordeiro voltou a se comunicar com João Ramos, dessa vez muito apressadamente, pois, segundo o mesmo, as preocupações dele eram dez vezes maiores que as do amigo em Pernambuco. A luta no Ceará “era terrível, cinco amigos nossos

²⁴⁶ Celso Castilho já apontou que, as maneiras de agir da Libertadora Cearense, principalmente no que diz respeito ao movimento de libertação de territórios, reformulou os métodos de atuação da Nova Emancipadora em Pernambuco. E como ele indica, também acreditamos na influência que teve para a criação do Club do Cupim após a Abolição no Ceará em 1884. A amizade entre João Ramos e os membros da SLC, principalmente com suas lideranças, João Cordeiro, Antônio Bezerra e José Correia do Amaral, também já evidenciada por Castilho e que será mais explorada por nós, diz muito sobre a agência do abolicionista e sobre seu repertório de experiências, e de como ele intentou seguir o exemplo do Ceará. CASTILHO, Celso Thomas. *Slave Emancipation*. **Op. Cit.** pp. 94-98.

²⁴⁷ Os preços dos escravos estavam em crescente desvalorização devido a diversos motivos. A seca de 1877-1879, a escassez de recursos advinda com esta, o fechamento dos portos da província ao comércio negreiro, e a cooperação entre os abolicionistas e os escravos pela liberdade, alcançada através de meios legais e ilegais, foram alguns dos fatores que permitiram uma agitação maior por parte do movimento abolicionista. Outros apontam também a crescente utilização da mão de obra livre na Província e a pouca dependência que sentiam da mão de obra escrava. O Abolicionismo no Ceará. **HDBN**: Diário de Pernambuco. 17 de janeiro de 1883. Nº 13. p.3. **HDBN**: Diário de Pernambuco. 24 de janeiro de 1883. Nº19. p.3. **HDBN**: Diário de Pernambuco. 26 de janeiro de 1883. Nº19. p.3.

²⁴⁸ A alcunha de terra da luz foi dada ao Ceará por José do Patrocínio (1874-1905). Segundo o abolicionista, o Ceará foi a primeira Província onde irradiou a luz da liberdade no Império do Brasil, pois aboliu a escravidão em 1884, anos antes da total extinção legal em 1888. DUQUE ESTRADA, Osório. **Abolição. Um esboço histórico**. Brasília: Editora do Senado Federal, 2005, p.99.

²⁴⁹ Terceiro maior porto negreiro das Américas a economia açucareira em Pernambuco e a escravidão tiveram destaque não somente durante o período colonial, mas durante todo o Império. No período que estamos estudando aqui, Pernambuco ainda era a segunda maior província em mão de obra escrava do Norte, perdendo somente para a Bahia e os senhores de engenho, muito embora tivessem condições suficientes de empregar mão de obra livre e liberta em suas plantações, ainda davam muita importância a sua mão de obra escrava não somente no sentido econômico, mas no sentido moral e político. Segundo Galloway, no Norte, a abolição representou “apenas um problema financeiro, político e emocional, mas não um problema de mão de obra”. CARVALHO, Marcus J. M. de. O Desembarque nas Praias: o Funcionamento do Tráfico de Escravos Depois de 1831. **Revista de História**. Nº167. (2012). Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/49091> acessado em 27 de maio de 2020 às 12:46. ELTIS, David, e RICHARDSON, David. **Atlas of the Transatlantic Slave Trade**. New Haven & Londres: Yale University Press, 2010. 307p. REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos; CARVALHO, Marcus Joaquim de. O alufá Rufino. **Op. Cit.** MELLO, Evaldo Cabral de. O norte agrário. **Op. Cit.** pp. 29-36. EISENBERG, Peter. Modernização sem Mudança. **Op. Cit.** pp. 202-203.

estão sendo processados”. Em Fortaleza e nos arredores, mais de 100 negros fugidos se amontoavam a pedir auxílio a SCL, pedidos que, legalmente, não poderiam atender. O cearense pediu ao amigo que não mandasse os fugitivos que tinha acoitado, pois, pretendia acabar com os escravos do Ceará para depois importar os de Pernambuco e de outras províncias.²⁵⁰ Ficamos sabendo, portanto, que João Ramos, mesmo sendo membro de uma sociedade que não permitiria envolvimento ilegal (SNE), já estava, em meados de 1881, acoitando e tentando mandar escravos para o Ceará, iniciando a rota marítima subterrânea que seria seguida por milhares de homens e mulheres nos próximos anos.²⁵¹

Abolicionista ponte²⁵² como era, não ficou em Pernambuco para as comemorações do 28 de setembro de 1881. Avisou a SNE que precisaria partir numa viagem ao Norte, no dia 7 de setembro. Nomearam, para seu lugar de secretário, Adolpho Guedes Alcoforado.²⁵³ Ramos regressou em 2 de outubro e foi recepcionado no Cais da Lingueta por alguns de seus amigos e sócios.²⁵⁴ Podemos conjecturar que ele foi ao Ceará para tratar de negócios, mas também para ver com os próprios olhos o que havia sido exposto por João Cordeiro. Passou um mês fora fazendo negócios e, provavelmente, estabelecendo contatos, dos quais se aproximou ainda mais devido ao movimento.

²⁵⁰ **IAHGP**. Caixa 21. Maço 2. Doc. 827. Correspondência de João Cordeiro a João Ramos. 9 de agosto de 1881. 2 páginas.

²⁵¹ A própria Sociedade Cearense Libertadora reconhecia que seus meios eram mais radicais, ou que poderiam ser considerados meios mais reprovados e dignos de censura e fiscalização por parte do Governo Geral. Em 10 de setembro de 1881, Antônio Bezerra de Menezes e Joaquim Teles Marrocos pediam, em nome da SCL, que a Nova Emancipadora repassasse os telegramas enviados para a Corte, pois, o governo conhecia os conteúdos dos telegramas antes de serem expedidos pelo telégrafo. Os abolicionistas queriam que a SNE servisse como intermediária entre o Ceará e a Corte, o que não deve ter acontecido desta forma, pois, como sabemos, a Nova Emancipadora prezava pelo legalismo e a Cearense estava longe de representar isto. Reconheciam que os telegramas da Nova Emancipadora não seriam fiscalizados, pois “partiam de um ponto estranho a luta e, portanto, isento de qualquer suspeita e parcialidade”. **IAHGP**. Caixa 21. Maço 1. Doc. s/n Carta da Cearense Libertadora a Sociedade Nova Emancipadora. Ceará. 10 de setembro de 1883.

²⁵² Este conceito de abolicionista ponte ou homem ponte é desenvolvido por Angela Alonso para tratar dos homens que mantinham contatos abolicionistas para além das suas fronteiras provinciais e de seus grupos sociais. ALONSO, Angela. Flores, votos e balas. **Op. Cit.** p.43.

²⁵³ Adolpho Guedes Alcoforado foi fundador e presidente do Club Carlos Gomes, um clube fundado em homenagem ao maestro brasileiro, formado por homens estabelecidos no comércio e músicos por vocação, como se autodefiniam. Guedes exerceu a presidência em 1879 e em 1881 ainda aparecia como presidente do Clube. Juntamente com Euclides Fonseca, compositor e pianista afamado em Pernambuco, Guedes organizou concertos instrumentais e vocais em favor de diversas causas sociais. Em 1880, em conjunto com João Ramos e outros comerciantes, fundou a Nova Emancipadora. Amigo pessoal de Ramos estaria com ele tanto na NE quanto no Club do Cupim. **HDBN**: Almanak: Administrativo, Mercantil, Industrial e Agrícola da Província de Pernambuco para o anno de 1881. Recife. Typographia Mercantil. 1881. p.148. **HDBN**: Diário de Pernambuco. 24 de setembro de 1880 nº220. p.3. **HDBN**: Jornal do Recife. 19 de agosto de 1879. Nº189. p.1. **IAHGP**. Caixa 20. Maço 2. Doc. 815. Acta da Sessão Ordinária da Sociedade Nova Emancipadora 25 de setembro de 1881. Presidência do Sr. Francisco Ignácio Pinto.

²⁵⁴ **IAHGP**. Caixa 20. Maço 2. Doc. 815. Acta da Sessão Ordinária da Sociedade Nova Emancipadora em 2 de outubro de 1881. Presidência do Sr. Francisco Ignácio Pinto.

Em 6 de novembro de 1881, por exemplo, João Ramos mandou 100 exemplares da música “Súplica do escravo” para a província do Pará a Antônio Freire da Silva, 100 para o Maranhão a Joaquim Belchior e 100 para o Ceará a Gualter R. Silva, conectando os portos do Norte em favor da causa e de si próprio.²⁵⁵

Sem dinheiro em caixa, depois das comemorações do 28 de setembro de 1881, os membros da SNE tentaram vender o restante das músicas e as reuniões passaram a acontecer no escritório do sr. Alcides Barata, advogado da sociedade. A *Emancipadora* contraiu um débito de 550\$000 mil réis, dinheiro tomado emprestado do próprio tesoureiro, para pagar indenizações, pois o total das alforrias não batiam com o que foi arrecadado. Somado a isto, deviam 300\$000 mil réis da impressão das músicas. No final do ano de 1881 e no início de 1882, enquanto o movimento no Ceará sofria retaliações, em Pernambuco, a ação da SNE ia se tornando rarefeita. O dia 6 de novembro de 1881 marcou a última sessão do ano e os membros só voltariam a se reunir em 4 de julho de 1882.²⁵⁶ Após as festas de 28 de setembro ficaram endividados. O movimento que favorecia a libertação gradual era penoso, custoso e extremamente limitado.

A maior parte dos membros da SNE deram uma pausa nos trabalhos tanto pela agitação do comércio no final do ano quanto pelos problemas financeiros que estavam passando, após as cerimônias libertadoras de setembro. Já a ação de João Ramos, que vinha crescendo devido a seu envolvimento com os abolicionistas no Ceará e também com os do Rio de Janeiro²⁵⁷, sofreu uma investida irremediável do destino. O entusiasmado abolicionista perdeu sua mãe, em fevereiro de 1882.²⁵⁸ Após alguns meses de luto, Ramos apareceu novamente nas páginas dos jornais.

Severina Anna dos Prazeres, libertada durante as comemorações do centenário do Marquês de Pombal, agradeceu no *Diário de Pernambuco* aos “cavaleiros humanitários” João Ramos e Marcolino Lopes Catão pelos seus esforços.²⁵⁹ Ao seguir o padrão cerimonialista das alforrias festivas, Ramos voltou a se reunir com os sócios da SNE, em 4 de julho de 1882, dia da comemoração da independência dos EUA. A diretoria da sociedade pediu que ele

²⁵⁵ **IAHGP**. Caixa 20. Maço 2. Doc. 815. Acta da Sessão Ordinária da Sociedade Nova Emancipadora em 6 de novembro de 1881. Presidência do Sr. Francisco Ignácio Pinto.

²⁵⁶ **Idem**.

²⁵⁷ João Ramos era agente em Pernambuco da Revista Ilustrada. Esta folha humorística era dirigida e ilustrada pelo pintor abolicionista Ângelo Agostini no Rio de Janeiro. Ramos manteria ligação direta com os abolicionistas e republicanos da Corte, o que veremos mais a frente. **HDBN**: Jornal do Recife. 8 de janeiro de 1882. Nº6. p.3

²⁵⁸ Os três filhos de D. Rita Monica dos Reys Ramos, Daniel Cezar Ramos, Francisco Ramos e João Ramos, radicados no Rio de Janeiro e em Pernambuco, receberam a notícia de que sua mãe havia falecido no Maranhão em fevereiro de 1882. **HDBN**: Jornal do Recife. 11 de fevereiro de 1882. Nº34. p.1. **HDBN**: Gazeta de notícias. 20 de fevereiro de 1882. Nº51. p.2.

²⁵⁹ **HDBN**: Diário de Pernambuco. 20 de maio de 1882. Nº114. p.3.

apresentasse o relatório do último ano, pois, segundo o presidente, era “o mais habilitado e o mais identificado com os negócios sociais.” O secretário expôs a situação, criticando a diretoria, em especial o presidente, por irregularidades no cumprimento das obrigações, aceitando as desculpas “somente por conhecer as circunstâncias da vida laboriosa do comércio, que nem sempre permite ser bom devoto a causa”.²⁶⁰ As finanças continuavam atrasadas, a cobrança das mensalidades não era feita desde outubro de 1881 e como não houve sessões, desde novembro de 1881, perdendo 16 encontros, não havia condições de reverter os problemas econômicos.²⁶¹

A continuação do relatório demonstra que João Ramos executou uma ação extra institucional, desde a paralisação das atividades da SNE, que ajudou na alforria de 34 pessoas escravizadas, no ano de 1881. Enquanto Ramos já “havia trabalhado para a alforria de 58 escravos”. Desses, 32 foram libertados pelo Fundo de Emancipação Provincial, “havendo sido necessária energia, constância, força de vontade para consegui-lo”, pois o orador era da opinião de que “todo abolicionista sincero deve ser mais amigo do escravo do que do senhor”.²⁶² João Ramos escreveu essas palavras entre aspas nas atas da sessão, demonstrando que essa era uma opinião sua e não de todos os membros. Relatou também a precariedade da vida dos alforriados pela SNE, que haviam sido libertos no ano passado, informando que somente 4 não estavam em más condições. O abolicionista fez uma crítica ao modo de agir da instituição, pois, para ele, não bastaria só pensar em cerimônias e emancipação, precisariam pensar também nas consequências da liberdade e na vida do liberto.

O segundo secretário, Antônio Gomes de Mattos acompanhou João Ramos e fez suas críticas também, todavia, pediu que fossem relevados alguns acontecimentos para que pudessem dar prosseguimento as questões do dia. Iniciadas as votações para a nova diretoria, os dois secretários foram os mais votados, cada um somando 14 votos. João Ramos e Antônio Gomes de Mattos tinham, para além de boa fama no grupo, as principais tarefas para executar, eram da comissão de frente para tudo.²⁶³ Após a formação dos diretores foram eleitos novos

²⁶⁰ **IAHGP.** Caixa 20. Maço 2. Doc. 815. Acta da Sessão Ordinária da Sociedade Nova Emancipadora em 4 de julho de 1882. Presidência de Francisco Ignácio Pinto.

²⁶¹ **Idem.**

²⁶² **Idem.**

²⁶³ **Ibidem.**

representantes administrativos.²⁶⁴ Jovino César Paes Barreto²⁶⁵ foi eleito para presidente, depois da recusa de Joaquim José Gonçalves Beltrão.²⁶⁶ O vice presidente eleito foi Arthur Augusto de Almeida, o 1º secretário Antônio Gomes de Mattos e o tesoureiro escolhido foi João Gonçalves Fonte. A mudança radical da diretoria, deu-se devido a necessidade de não falhar mais com os compromissos, afinal, estavam passando por problemas financeiros, administrativos e poderiam ter que desfazer a instituição se não optassem por uma mudança geral no quadro de representantes. No caso de João Ramos, que recebeu 14 votos dos sócios para diretor, acreditamos que deve ter articulado e optado por não fazer parte da administração obrigatória da sociedade, passando o posto de 1º secretário para Antônio de Mattos e estando mais “livre” para agir por conta própria e como contribuinte.²⁶⁷

Na primeira reunião, sob a presidência da nova diretoria, Adolpho Guedes falou sobre um problema envolvendo um escravo que não havia conseguido se alforriar pela sociedade em 1881. Guedes alertou que o problema de Frutuoso deveria ser resolvido o quanto antes para que não pudessem ter problemas futuros, visto que, “neste país se maneja a faca muito facilmente”.

²⁶⁴ A diretoria eleita em 4 de julho foi composta por 16 membros efetivos: Antônio Gomes de Mattos, João Ramos, Arthur Augusto de Almeida, José Ferreira Marques, Domingos Manoel Martins, João Gonçalves da Fonte, Alexandre de Faria Godinho, Francisco Ignácio Pinto, Adolpho Guedes Alcoforado, Manoel Lício Marques, Aérico Leopoldo de Mattos Ferreira, Dr. Manoel Gomes de Mattos, Antônio Guedes Valente, Arthur de Souza Carvalho, Jovino Cesar Paes Barreto e Joaquim José Gonçalves Beltrão Júnior. **IAHGP**. Caixa 20. Maço 2. Doc. 815. Acta da Sessão Ordinária da Sociedade Nova Emancipadora em 4 de julho de 1882. Presidência de Francisco Ignácio Pinto. **HDBN**: Diário de Pernambuco. 9 de julho de 1882. Nº171. p.2.

²⁶⁵ Jovino César Paes Barreto era outro experiente comerciante da praça do Recife que mantinha contatos com os portos do Norte desde pelo menos 1868. **HDBN**: Jornal do Recife. 31 de janeiro de 1868. Nº25. p.3. Paes Barreto aparece listado como comerciante nacional, pela Junta Comercial da Cidade do Recife, numa lista com 177 comerciantes. A lista contém desde homens que como Jovino se associariam as atividades abolicionistas, a exemplo de, Antônio Gomes de Mattos a cinco Barões da província (Bemfica, Soledade, Nazareth, Santa Cruz e Águas Belas), proprietários de terras e de gente. O que demonstra a extensão dos representantes do comércio na Praça pernambucana. Importante lembrar que, até a data em que os nomes destes homens foram apresentados ao público nas folhas diárias, a SNE só aceitava em seus quadros administrativos e executivos homens vinculados ao comércio. **HDBN**: Jornal do Recife. 01 de agosto de 1882. Nº173. p.1. **HDBN**: Diário de Pernambuco. 05 de maio de 1880. Nº103. p.4.

²⁶⁶ José Beltrão e Jovino Paes Barreto foram eleitos para a diretoria ambos com sete votos. Não necessariamente os cargos administrativos de maior prestígio eram assumidos pelos diretores mais votados. Em sua recusa Beltrão apontou dois motivos para tal: primeiro a falta de conhecimento sobre os negócios da sociedade e como funcionava o mecanismo interno e porque já fazia parte de duas associações, nas quais exercia cargos trabalhosos e não podia acumular mais tantos serviços. Considerando-se sectário e batalhador na causa da emancipação, “continuará ajudando a sociedade como pudesse”, mas não queria a responsabilidade de presidi-la. Como podemos ver, a responsabilidade de gerir a sociedade e a cobrança sobre o bom andamento dos serviços, recaía principalmente sobre presidentes e tesoueiros, porém, nem sempre os homens eleitos para tais cargos aceitavam as tarefas. Os representantes administrativos maiores realmente eram os que mais sofriam com as cobranças, como podemos notar a partir das críticas de João Ramos. Estes homens, ocupados com o comércio e com seus próprios negócios, nem sempre estavam dispostos a assumir tal responsabilidade. **IAHGP**. Caixa 21. Maço 1. Doc. Número inelegível. Carta de José Beltrão a João Ramos, 1º secretário da Sociedade Nova Emancipadora. 3 de agosto de 1882. Três páginas. **IAHGP**. Caixa 20. Maço 2. Doc. 815. Acta da Sessão de posse e nova eleição a fazer da Nova Emancipadora a 6 de Agosto de 1882. Presidências dos senhores. F. Ignácio Pinto, Arthur de Almeida, e Jovino C. Paes Barreto.

²⁶⁷ **IAHGP**. Caixa 20. Maço 2. Doc. 815. Acta da Sessão Ordinária da Sociedade Nova Emancipadora em 31 de julho de 1882. Presidência de Antônio Gomes de Mattos.

O sócio disse ter sido procurado pelo próprio escravo que se queixou muito sobre a sua situação. Certamente Frutuoso tinha esperanças de se alforriar com a ajuda da SNE e não conseguiu, sendo que alguém havia lhe informado o motivo pelo qual ele não teria sido contemplado.²⁶⁸ Para Alcoforado, a informação poderia estigmatizar a sociedade e o procedimento das alforrias, entendendo que o que se passa no recinto entre os sócios deveria ser segredo interno. Alguém havia informado a Frutuoso que ele não tinha relações boas o suficiente para conquistar sua liberdade através dos fundos da SNE e ele poderia falar demais sobre como se davam as alforrias e as negociatas internas? Ao menos era nisso que acreditava o relator do fato.²⁶⁹

João Ramos pediu a palavra para acusar o procurador e advogado da sociedade, Alcides Barata. Segundo ele, a revelação feita a Frutuoso era culpa de Barata, “por se interessar pela alforria do referido escravo”, pedindo explicações ao procurador sobre a questão. João Ramos ofereceu ainda sua casa ou uma sala, na rua do Imperador nº 61, para que pudessem se reunir em um local mais “seguro”, tendo em vista que estavam se reunindo no escritório do advogado. O exemplo de Frutuoso mais uma vez nos dá provas de como aquelas pessoas submetidas à escravidão não estavam alheias ao processo. Frutuoso procurou por vários meios conquistar sua liberdade e quando não conseguiu foi atrás de respostas, justificativas, entrando em choque até mesmo contra os homens que, em teoria, deveriam ajudá-lo.

Devido aos problemas financeiros, principalmente na cobrança das mensalidades, o presidente pediu que fosse criado um fundo de donativos, para que os sócios pudessem oferecer a sociedade um valor qualquer, “sem constrangimentos”, iniciando o fundo com a contribuição de 500\$000 mil réis, metade destinados para arranjar uma casa e impressões e a outra metade para manumissões.²⁷⁰ João Ramos foi nomeado para chefe da comissão de donativos juntamente com Francisco Ignácio Pinto, Antônio Almeida e Guedes Alcoforado, ficando estes

²⁶⁸ Flávio dos Santos Gomes, ao trabalhar uma revolta de escravos da Fazenda do Queimado, em 1877, cita o caso do escravo crioulo Manuel do Sacramento que sabia ler e escrever e tinha o hábito de “comprar o ‘Monitor’ e outras folhas incendiárias da cidade”. Segundo Gomes, Manuel do Sacramento lia e em seguida repassava a seus companheiros de senzala as informações sobre os processos de emancipação. Manuel e seus companheiros ao suspeitarem que os sorteios do Fundo de Emancipação local estavam sendo manipulados, se organizaram para invadir a sede da fazenda e exigir que seu senhor assinasse suas cartas de liberdade, procurando receber também seus salários do ano anterior. O plano foi delatado e os líderes da possível insurreição foram presos à noite, enquanto dormiam na senzala. GOMES, Flávio dos Santos. **Histórias de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro - século XIX**. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1995, pp. 363-364.

²⁶⁹ **IAHGP**. Caixa 20. Maço 2. Doc. 815. Acta da Sessão de posse e nova eleição a fazer da Nova Emancipadora a 6 de Agosto de 1882. Presidências dos senhores. Francisco Ignácio Pinto, Arthur de Almeida e Jovino C. Paes Barreto.

²⁷⁰ **IAHGP**. Caixa 20. Maço 2. Doc. 815. Acta da Sessão Ordinária da Sociedade Nova Emancipadora em 20 de agosto de 1882. Presidência do Sr. Jovino César Paes Barreto. Arthur de Almeida doou 50\$000, Antônio Gomes de Mattos 500\$000, João Fontes 20\$000, Manoel Lício Marques 20\$000, Ferreira Marques 50\$000 e Adolpho Guedes 20\$000 mil réis, entrando estes valores para os ativos da NE.

responsáveis pelo recolhimento de donativos e também pelas mensalidades.²⁷¹ O financeiro deveria ser levado mais a sério, portanto, acharam melhor colocar para tomar conta dessa parte os homens mais comprometidos com a SNE.²⁷² Afinal de contas, não conseguiriam retomar as libertações se não conseguissem acumular valores suficientes para poderem indenizar os senhores. Nada de voluntariedade, emancipar significava recompensar alguém por algo e eles sabiam que a liberdade custava caro. Se os escravizados desejavam ser livres, os senhores se interessavam pelos recursos advindos da libertação, por isso, muitos permitiam que os seus escravos fossem tentar a sorte solicitando ajuda da SNE para se alforriar. Nessa mesma reunião, ao menos 4 escravos foram se apresentar, todos com autorização senhorial.²⁷³

Para tentar angariar apoio da opinião pública, defasada após as faltas de reuniões e das atividades da *Emancipadora*, João Ramos pediu que fossem lançados nos jornais avisos acerca da reconstrução da Sociedade. Utilizando-se novamente do efeito bumerangue²⁷⁴ pediu que escrevessem cartas aos estrangeiros radicados em Pernambuco, como o português Faustino Porto, para que esses mandassem informações aos monarcas europeus, cidadãos proeminentes e negociantes no estrangeiro, visando conseguir todo apoio possível.²⁷⁵

Por falar em apoio, Jovino Paes Barreto pediu que fosse redigido um telegrama ao Bispo de Olinda (Dom José da Silveira Barros), na data do seu aniversário, para fazer com que o representante mor da Igreja em Pernambuco conseguisse animar a campanha abolicionista no campo da religião oficial do Estado. Haja vista a influência que tinha o Bispo de Olinda com a

²⁷¹ A cobrança das mensalidades era um grande problema para a Sociedade, pois vários membros estavam ocupados com seus afazeres comerciais, sendo difícil encontrá-los em suas casas comerciais. O tesoureiro, Domingos Martins, ocupado também com seus afazeres comerciais propôs que fosse paga uma comissão de 500 réis para alguém efetuar a cobrança. Proposta pela qual votou a favor João Ramos, por conhecer as ocupações do comércio, ficando o tesoureiro como fiador das faltas monetárias que viessem a acontecer. **IAHGP**. Caixa 20. Maço 2. Doc. 815. Acta da Sessão Ordinária da Sociedade Nova Emancipadora aos 27 de agosto de 1882.

²⁷² **Idem**. As questões financeiras marcaram negativamente as ações da NE. Em reunião, no dia 13 de agosto de 1882, o tesoureiro, sr. Domingo Manoel Martins, disse estar sofrendo embaraços na cobrança das mensalidades, pois alguns sócios alegavam não saber que pertenciam a NE, outros diziam que haviam deixado de pertencer a sociedade há muito tempo, arrecadando das cobranças de mensalidades restantes de 1881, apenas 25\$000 mil réis, fora os gastos que dispendeu. João Ramos endossou a cobrança das mensalidades pelos meios mais persuasivos possíveis, para aumentar a receita da sociedade, sendo necessária inclusive a cobrança dos meses do ano de 1881 e do respectivo ano de 1882. Pediu ainda que fossem retirados, dos anúncios de jornais e das atas, os nomes dos sócios que não estivessem contribuindo com as mensalidades. **IAHGP**. Caixa 20. Maço 2. Doc. 815. Acta da Sessão Ordinária da Sociedade Nova Emancipadora em 13 de agosto de 1882. Presidência do Sr. Jovino César Paes Barreto.

²⁷³ **IAHGP**. Caixa 20. Maço 2. Doc. 815. Acta da Sessão Ordinária da Sociedade Nova Emancipadora em 20 de agosto de 1882. Presidência do Sr. Jovino César Paes Barreto. Apresentaram-se na sede durante a sessão os escravos Antônio de Sebastião Alves da Silva, Dianna de D. Maria, Eusébio de D. Anna da Costa Brito, e em casa do 1º secretário Dianna de Justino Campos os quais ficam escriturados no livro de registro.

²⁷⁴ ALONSO, Angela. O ABOLICIONISMO COMO MOVIMENTO SOCIAL. **Op. Cit.** p.123.

²⁷⁵ **IAHGP**. Caixa 20. Maço 2. Doc. 815. Acta da Sessão Ordinária da Sociedade Nova Emancipadora em 24 de agosto de 1882. Presidência do Sr. Jovino César Paes Barreto.

elite política e econômica da província, seria muito bom receber do representante uma mensagem favorável à causa, na perspectiva dos emancipadores.²⁷⁶

Diferentemente do presidente, que tentava apelar para um homem da religião, João Ramos apelou para um homem da política. Propôs, logo após o presidente, que fosse enviado um telegrama ao Dr. José Mariano²⁷⁷, deputado provincial por Pernambuco, agradecendo-lhe a apresentação do projeto que tentava aumentar os fundos de emancipação das províncias. Do Bispo e de Mariano, a Sociedade só recebeu os agradecimentos. Mariano ainda enviou uma pequena mensagem resumida em: “agradeço e asseguro que tudo envidarei em favor dos infelizes escravos.”²⁷⁸ Enquanto isso, João Ramos recebeu do deputado uma resposta mais completa. O que evidencia ainda mais que esses homens tinham duas formas de se comportar, uma em público e uma de acordo com sua vida e interesses privados.²⁷⁹

Ao contrário do amigo Nabuco, José Mariano saiu vitorioso nas eleições de 1881 pelo partido liberal de Pernambuco. O deputado, que mantinha um contato direto com os representantes das classes comerciais da província²⁸⁰, mandou uma carta a João Ramos, desculpando-se pela demora em responder o “amigo”, devido as obrigações e enxurradas de mensagens que estava recebendo. Informou-lhe que não pôde levar adiante o projeto de aumento do Fundo de Emancipação porque “a gente do sul impôs ao Paranaguá, e este precisava dos votos das deputações de Minas e São Paulo, que não podiam resignar-se a ficar sem a parte

²⁷⁶ HDBN: Jornal do Recife. 30 de agosto de 1882. Nº197. p.1.

²⁷⁷ José Mariano Carneiro da Cunha nasceu em Ribeirão (PE) no dia 8 de agosto de 1850, filho de Mariano Xavier Carneiro da Cunha e de Amália Veloso da Silveira. Seu pai foi tenente-coronel da Guarda Nacional e senhor de engenho. Formou-se pela Faculdade de Direito do Recife em 1870. Ainda durante o Império, foi membro do Partido Liberal, fundou o jornal A Província, órgão do partido, o qual dirigiu até ser eleito deputado geral pelo estado de Pernambuco em 1878, exercendo a deputação até a 1885. Em 1886 foi novamente eleito, mas não teve seu mandato reconhecido. Mariano, juntamente com outros liberais, fundou o Club Popular, tornando as reuniões em massa uma tática política comum nos anos 1870-1880. O Club era visto como radical por algumas autoridades, principalmente por conta dos riscos de promover distúrbios públicos. As reuniões aconteciam, principalmente, em locais públicos no interesse de atrair o maior número de ouvintes, de todas as classes possíveis, informando o povo das pautas que estavam discutindo. Tratava-se, segundo Castilho, de um estilo de política que marcaria a ascensão dos liberais populares. CASTILHO, Celso Thomas. “Já é lei no Brasil nascer-se livre!”: a politização da lei de 1871 em Pernambuco. p.27. in: **Políticas da Raça: experiências e legados da abolição e da pós-abolição no Brasil**. Org. GOMES, Flávio e DOMINGUES, Petrônio. São Paulo: Selo Negro Edições. 2014.

²⁷⁸ HDBN: Jornal do Recife. 30 de agosto de 1882. Nº197. p.1.

²⁷⁹ Segundo Angela Alonso, a Igreja e o movimento abolicionista permaneceriam contrários até o final da escravidão no Império. Poucos foram os membros dos mais altos escalões que se posicionaram publicamente contra a propriedade escrava. Eram contrários por interesses institucionais, tendo em vista que a Igreja era parte integrante do Estado. A campanha no Brasil, diferentemente do que havia sido na Inglaterra - com a presença marcante de lideranças religiosas quakers pressionando o Parlamento - seria laica. ALONSO, Angela. Flores, votos e balas. **Op. Cit.** p.127.

²⁸⁰ BRAGA, Flávia Bruna Ribeiro da Silva. “DITADURA”, ABOLIÇÃO E REPÚBLICA. **Op. Cit.** p.127.

que lhes devia caber”. Naquele momento, eram duros os embates com os escravocratas do Sul que detinham maioria na Câmara e faziam valer sua vontade.²⁸¹

Em disputa estava o aumento das verbas para os fundos de emancipação provinciais, que os deputados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro não queriam liberar às provinciais do Norte do Império. Mesmo quando Mariano apresentou uma proposta para que 1/3 dos fundos fossem destinados às suas respectivas províncias, não aceitaram, pois, não queriam distribuir os outros 2/3 para as outras partes do Império. Esses políticos, representantes dos interesses escravocratas, tinham receio de que o pacto político das elites fosse cindido devido à crescente onda abolicionista no Norte.²⁸² Olhavam com medo para os acontecimentos no Ceará, como veremos, e não queriam que a unidade política do Império, fundada no escravismo, fosse abalada por uma possível abolição no Norte, como aconteceu nos EUA.²⁸³ O ministro do Império (Paranaguá)²⁸⁴, para se manter no poder, segundo Mariano, submetia-se aos interesses dos conservadores e dos liberais escravocratas do Centro-Sul.²⁸⁵

Neste momento de acirramento das disputas políticas entre escravistas e emancipadores, os deputados filiados ao último grupo, dentro dos limites que a política partidária lhes impunha, enquanto não conseguissem a emancipação completa, estavam lutando pelo aumento de leis que restringissem o avanço da escravidão, tentando conter o que ainda não podiam destruir. Mariano, que fazia parte deste grupo, prometeu a João Ramos lutar no Parlamento pela proibição total do tráfico interprovincial, comprometendo-se a votar em favor de leis que proibissem a venda, a partilha e a herança de escravos, que, segundo ele, deveriam ter preferência de libertação pelos fundos de emancipação, ao invés de serem transmitidos em herança. Tarefa difícil de conseguir, segundo o deputado, pois, a maioria da Câmara estava interessada na manutenção do *status quo*.²⁸⁶

²⁸¹ **IAHGP**. Caixa 21. Maço 2. Doc. 816. Carta do deputado José Mariano a João Ramos. 11 de setembro de 1882. 6 páginas.

²⁸² Segundo Robert Conrad, os representantes das elites escravocratas do Sul buscavam afastar a aprovação de qualquer medida que pudesse ser um risco à sobrevivência da escravidão. CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravidão no Brasil: 1850-1888**. 1978. Trad. de Fernando de Castro Ferro, 2. ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, pp.207-212.

²⁸³ MARQUESE. Rafael de Bivar. A Guerra Civil dos Estados Unidos e a crise da escravidão no Brasil. **Afro-Ásia**, 51. (2015), 37-71.

²⁸⁴ O Gabinete Paranaguá (liberal) esteve no poder de 3 de julho de 1881 a 24 de maio de 1883.

²⁸⁵ Segundo Evaldo Cabral, muitos plantadores do Sul viam com maus olhos o declínio da mão de obra escrava no Norte, associando a isto o crescimento do sentimento abolicionista que, na visão deles, prejudicaria economicamente muito mais os plantadores do Sul do que os agricultores ao Norte. A existência, por exemplo, de “províncias livres” e escravocratas criaria uma situação de instabilidade no momento em que a abolição, mediante indenização, tivesse de ser feita. O Sul perderia muito mais que o Norte, daí a resistência destes representantes dos latifundiários no Parlamento em frear qualquer movimento parlamentar-emancipacionista. MELLO, Evaldo Cabral de. O norte agrário. **Op. Cit.** pp.50-59.

²⁸⁶ **Idem**.

A ligação de José Mariano com João Ramos seria de longa duração, formariam juntos a liga do movimento em Pernambuco com as outras províncias do Império. Enquanto um se estreitava no Parlamento, falando em emancipação com os membros da Corte, o outro lutava pela abolição dentro das associações nas províncias mais ao Norte. Apesar de ser republicano, João Ramos, já um notável comerciante da província, entretinha relações com o político liberal, que era um dos grandes representantes do comércio de Pernambuco na Câmara dos deputados. Ambos atuaram juntos por interesses próprios e coletivos, trocando favores até depois da Abolição.²⁸⁷

Apesar de estarem em contato, diferentemente de Mariano, limitado pela política partidária e pelas estruturas institucionais do Império, João Ramos já estava indo além das atitudes emancipacionistas e se mostrava estar muito mais atento as causas cotidianas dos cativos. Aproveitando-se da influência local de Ramos nas causas dos escravizados, em 18 de janeiro de 1882, o próprio José Mariano recomendou a ele uma preta, chamada Francisca Tereza de Jesus, que estava lutando na justiça pela liberdade da sua filha, uma criança com 10 anos de idade.²⁸⁸

Antônio Barroso, senhor da menor, respondeu a João Ramos que aceitaria alforriá-la pelo valor de 500\$000 mil réis, pedindo, todavia, que a mesma continuasse morando com ele, justificando que os seus filhos nutriam uma certa amizade com por ela.²⁸⁹ Podemos até imaginar que tipo de amizade seria, relações abusivas, pedido mais abusivo ainda. Infelizmente não conseguimos mais relatos sobre o que aconteceu com a “escravinha Maria”, mas podemos conjecturar que sua mãe não deve ter aceitado os termos do senhor para a libertação. O que

²⁸⁷ A conexão de Ramos com José Mariano é muito acentuada como veremos, mesmo fazendo parte do partido Republicano, o contato entre Ramos e o político liberal era constante. Por diversos momentos, João Ramos organizou juntamente com acadêmicos e membros de outras sociedades libertadoras os eventos de embarque e desembarque deste político que, sempre eram marcados por grandes festas e aglomerações populares. O contato dos dois acabaria desembocando também na amizade comum com Joaquim Nabuco, algo que afasta, em certo sentido, João Ramos da ala mais positivista dos republicanos em Pernambuco, grupo formado em torno de Martins Júnior. Silva Jardim, em suas memórias, dá mérito ao movimento abolicionista em Pernambuco a João Ramos e Aníbal Falcão e reconhece que os dois republicanos eram de orientações políticas distintas. A relação de José Mariano com os homens do comércio era tão intensa, que chegou a receber um palacete de presente, sendo defendido pelo seu amigo, das críticas que a oposição levantou acerca deste “presente”. No discurso pronunciado no teatro Santa Isabel em 26 de outubro de 1884 Nabuco saiu em defesa da honra de Mariano. NABUCO, Joaquim. **Campanha abolicionista no Recife: eleições 1884**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005. p.36. JARDIM, Antônio da Silva. **Memórias e viagens: campanha de um propagandista (1887-1890)**. Lisboa: Tipografia da Cia. Nacional, 1891. pp. 187-188. **IAHGP**. Caixa 20. Maço 2. Doc. 815. Acta da Sessão de 29 de abril de 1883. Vice presidência do senhor Francisco Floro Leal.

²⁸⁸ **IAHGP**. Caixa 21. Maço 2. Doc. 827. Correspondência do João Ramos. Carta de José Mariano a João Ramos. Recife. 18 de janeiro de 1882.

²⁸⁹ **IAHGP**. Caixa 21. Maço 2. Doc. 827. Correspondência do João Ramos. Carta de Antônio Barroso a João Ramos. Estrada Nova. 25 de janeiro de 1882.

sabemos é que João Ramos estava lá tentando, intermediando a negociação, a pedido de José Mariano, entre a preta liberta Francisca Tereza de Jesus e o senhor de sua filha, Antônio Barroso.

Acreditamos que, após se envolver em muitas causas sem soluções favoráveis e ser encorajado pelo exemplo dos seus amigos cearenses, João Ramos procurou auxiliar os cativos de outras formas. Diferentemente dos que agiam com respeito pelos senhores e pela propriedade escrava, Ramos começou a apontar, como um bom crítico social, os nomes das pessoas que queriam se passar por benfeitores e a combater a ideia de que todo bom senhor era responsável pela liberdade de seu escravo. Insistiu na publicação pela imprensa das falsas generosidades, como a de D. Francisca Miranda Costa Doria, que dizia ter libertado o escravo José. A senhora Francisca informou no *Jornal do Recife*, com o título “*acto humanitário*”, que concedeu a liberdade a José, dizendo ter cedido ao sentimento da humanidade.²⁹⁰ Porém, a liberdade dele veio, segundo o abolicionista, por meio da força da lei. D. Francisca recebeu uma visita do advogado da SNE que lhe apresentou provas de que José estava escravizado ilegalmente. Não havido ela cedido aos sentimentos humanitários, mas à vontade de não ser chamada a resolver o caso em juízo.²⁹¹

E, quando Jovino César Paes Barreto pediu que não fosse publicada denúncia nenhuma, apelando para não se envolverem em polêmicas, João Ramos jurou concordar, com uma condição, queria que fosse formada uma comissão para se entender com D. Francisca acerca de outras pessoas que, como José, não estavam matriculadas, ameaçando-a de protestar e defender os escravizados caso ela não concedesse a liberdade a todos eles. Foram nomeados para tentar convencer a senhora, o próprio presidente e os senhores Francisco Ignácio Pinto e Manoel Gomes de Mattos. Preferiram deixar João Ramos de fora.²⁹² Atritos entre senhores e escravos, que haviam sido tratados na privacidade das casas grandes e dos sobrados durante muito tempo, foram parar nas salas dessas associações e estavam sendo revelados para o público através das folhas dos jornais e do “boca a boca”, apelando para o julgamento da opinião pública.²⁹³

²⁹⁰ **HDBN**: Jornal do Recife. 14 de setembro de 1882. Nº209. p.1.

²⁹¹ **IAHGP**. Caixa 20. Maço 2. Doc. 815. Acta da Sessão Ordinária da Nova Emancipadora aos 14 de setembro de 1882. Presidência do Sr. Jovino César Paes Barreto.

²⁹² **IAHGP**. Caixa 20. Maço 2. Doc. 815. Acta da Sessão Ordinária da Nova Emancipadora aos 11 de setembro de 1882. Presidência do Sr. Jovino César Paes Barreto.

²⁹³ João Ramos, provavelmente, tentava reproduzir em Pernambuco o que seus amigos da Sociedade Cearense Libertadora faziam no Libertador-CE. Desde o início de suas publicações, os abolicionistas cearenses citavam nomes de pessoas envolvidas em casos de escravidão ilegal. Certamente esta prática, considerada radical por alguns emancipadores, diferenciava aqueles que procuravam agir com mais envolvimento pelo movimento abolicionista, lutando contra os senhores e desmoralizando-os em público. Por isso esses homens passaram a ser

Exemplo máximo disso foi o caso do escravo Pedro. No dia 20 de setembro de 1882, vários nomes do abolicionismo em Pernambuco se uniram para tentar fazer-lhe justiça. Uma comissão composta por membros da *Nova Emancipadora*, do *Clube Abolicionista* e da *Emancipadora Pedro Pereira* entraram com uma petição no Tribunal da Justiça contra o senhor de engenho de Escada, Manoel Birro, que foi levado a julgamento por júri na mesma cidade e foi inocentado. Birro foi julgado pelo assassinado do escravo Pedro e, mesmo com provas efetivas contra ele, conseguiu ser inocentado por unanimidade pelos doze membros do júri. Segundo os abolicionistas, “um acordo secreto, um acordo de classe, havia sido feito entre os senhores para inocentar Manoel Birro”, sabendo disso, precisaram formar também o seu acordo e entrar na justiça como classe. Assinaram a petição o Dr. Antônio Joaquim de Barros Sobrinho, presidente do *Club Abolicionista*²⁹⁴ e João de Oliveira, representante da mesma instituição,²⁹⁵ Jovino César Paes Barreto e João Ramos pela SNE. Esses homens não só apelaram para as instituições judiciais, como denunciariam o crime nos jornais, apelando para o juízo público.²⁹⁶

Na reunião extraordinária que aconteceu entre os membros destas três sociedades, João Ramos sinalizou que entregar jornais com matérias de protesto em Escada não era algo seguro, tendo em vista que a maior parte das autoridades locais eram escravistas e seriam, senão todos, em sua maior parte coniventes com o crime praticado.²⁹⁷ Tudo isso estava acontecendo próximo

considerados radicais inclusive pelos seus pares. **HDBN:** O Libertador: Órgão da Sociedade Cearense Libertadora (CE). 12 de janeiro de 1881. Nº01. p.4; 16 de junho de 1881. Nº11. p.1. e 29 de julho de 1881. Nº15. p.1.

²⁹⁴ Antônio de Barros Sobrinho, além de ter sido presidente do Clube abolicionista, foi presidente da *Comissão Central Emancipadora do Recife* e um importante membro do *Club do Cupim*, tesoureiro do Clube a partir do ano de 1885, alcunhado São Paulo. Barros Sobrinho era médico, formado pela *Faculdade de Medicina da Bahia* e além de exercer sua profissão no hospital D. Pedro II, atendia também em sua residência e ensinava inglês no Curso anexo à *Faculdade de Direito do Recife*, servindo como examinador das provas de Geografia e História. O Dr. Antônio Joaquim de Barros Sobrinho aparece como representante do *Club Abolicionista* desde o ano de sua fundação, em 1880, tendo sido um dos mais relevantes líderes do movimento abolicionista em Pernambuco. **HDBN:** Jornal de Recife 4 de fevereiro de 1880. Nº27. p.2; Jornal do Recife. 8 de março de 1880. Nº55. p.2; Jornal do Recife. 19 de agosto de 1880. Nº190. p.1; Jornal do Recife. 3 de setembro de 1881. Nº200. p.4. CASTILHO, Celso Thomas. *Slave Emancipation and Transformations*. **Op. Cit.** p.146.

²⁹⁵ **HDBN:** Jornal do Recife. 29 de outubro de 1882. Nº248. p.1. O Dr. Pedro Pereira era considerado um ilustre e dedicado abolicionista, apesar disso só libertaria seus últimos 3 escravos em 1883, quando do nascimento de sua filha, sendo elogiado por Tobias Barreto de Menezes. Todas as vezes que escravos eram libertados por estes homens, os contemporâneos acreditavam que a nobreza do ato contribuía cada vez mais para o crescimento da civilização e da humanidade. Discurso civilizatório de lado, podemos ver que era possível manter escravos sob seu domínio e ser considerado abolicionista durante os anos finais da escravidão no Brasil. **CEPE Digital:** O Propulsor: Órgão de interesses Abolicionistas, Industriais, Agrícolas, Literários, etc. 9 de abril de 1883. Nº1. p.2.

²⁹⁶ **HDBN:** Jornal do Recife. 15 de setembro de 1882. Nº210. p.1. Vale salientar que alguns representantes do abolicionismo em Pernambuco, como João de Oliveira, membro do *Club Abolicionista* desde sua fundação, ainda possuíam escravos em seu poder. No caso do sergipano Oliveira, que também era membro da *CCER* em 1883, ele alforriou três pessoas no aniversário de sua filha, com a presença de Tobias Barreto de Menezes como orador da festividade. **CEPE Digital:** O Propulsor: *órgão de interesses abolicionistas, industriais, agrícolas, literários, etc.* 09 de abril de 1883. Nº01. p.2.

²⁹⁷ **IAHGP.** Caixa 20. Maço 2. Doc. 815. Acta da Sessão extraordinária das Sociedades Nova Emancipadora, Club Abolicionista e Emancipadora Pedro Pereira. 20 de setembro de 1882. João Ramos daria o exemplo do Jornal do Recife, que perdeu as assinaturas destes senhores por estar denunciando em suas páginas os crimes cometidos contra escravos.

do dia 28 de setembro de 1882, agitando os ânimos dos senhores, dos escravos, dos abolicionistas e de todos os envolvidos.

Ainda com problemas estruturais, o tesoureiro da SNE, Domingos Martins se demitira no dia 25 de setembro, acusando urgência nos seus negócios.²⁹⁸ Perto da festa, no dia 14, João Ramos havia pedido que fosse trocado o teatro, queria o Santo Antônio, pois iriam emancipar menos escravos que o *Clube Abolicionista*, devido aos problemas financeiros. Caso contrário ficaria muito óbvio que o Comércio seria, naquele ano, um ator secundário. O presidente disse não haver mais tempo para a troca de teatro, a não ser que quisessem fazer a festa no dia 02 de dezembro, data do aniversário de D. Pedro II. Manoel Gomes de Mattos, de tendências republicanas, e João Ramos foram da opinião que não, poucos ou muitos escravos, seria melhor passar as cartas no dia 28 do que comemorar o aniversário do Imperador. Pegaria mal para republicanos festejar a liberdade numa data festiva do Império escravista.²⁹⁹ No dia 17, Jovino informou que a comissão designada para pedir ao presidente da província o pagamento de 2:000\$000 (dois contos de réis) de subvenção, dada em favor da Sociedade, recebeu um negativa, alegando a presidência não haver dinheiro para o auxílio.³⁰⁰

Para tentar resolver os problemas financeiros, a SNE havia incluído na administração o seu ex-vice-presidente, Manoel Gomes de Mattos que, com sua influência comercial,³⁰¹ ficou a cargo de uma nova subscrição para arrecadar fundos, tendo em vista que o método estava dando certo, pois a sociedade já havia arrecadado 1:600\$000 (um conto e seiscentos mil réis) de doações por parte dos sócios. No ano de 1882, tiveram que contar, na ausência da subvenção estatal, com estes valores arrecadados dos sócios contribuintes, com doações de particulares e com o pecúlio dos escravizados. Até o dia 05 de setembro, haviam declarado ter somente 1:670\$000 (um conto seiscentos e setenta mil reis) para auxiliar nas alforrias³⁰², sendo que o número de petições chegou a 231, em 14 de setembro de 1882, e a 251, em 24 de setembro de

²⁹⁸ **IAHGP**. Caixa 21. Maço 1. Doc. S/n. Pedido de demissão do tesoureiro Domingo Martins da Nova Emancipadora. 25 de setembro de 1882.

²⁹⁹ **IAHGP**. Caixa 20. Maço 2. Doc. 815. Sessão Ordinária da Nova Emancipadora aos 14 de setembro de 1882. Presidência do Sr. Jovino César Paes Barreto.

³⁰⁰ **IAHGP**. Caixa 20. Maço 2. Doc. 815. Sessão Ordinária da Nova Emancipadora aos 17 de setembro de 1882. Presidência do Sr. Jovino César Paes Barreto.

³⁰¹ Já em 1875, Manoel Gomes de Mattos aparece como secretário da Associação Commercial Beneficente, viria ser presidente desta Associação futuramente. Em 1881 aparece como um dos três diretores da Companhia de Seguros Marítimos e Terrestres Phenix Pernambucana e na primeira administração eleita da Nova Emancipadora ele figurou como vice-presidente. **HDBN**: Almanak: Administrativo, Mercantil, Industrial e Agrícola da Província de Pernambuco para o anno de 1875. Primeiro Anno. p.161. **HDBN**: Almanak: Administrativo, Mercantil, Industrial e Agrícola da Província de Pernambuco para o anno de 1881 p.127. e p.317.

³⁰² **HDBN**: Jornal do Recife. 5 de setembro de 1882. Nº202. p.1.

1882.³⁰³ Os escravizados estavam ansiosos para receberem algum tipo de ajuda pecuniária e os emancipadores sabiam que não poderiam ajudar muita gente contanto só com aquele dinheiro. O 2º secretário, João Fonte avisou, no dia 27 de setembro, que devido ao acúmulo de trabalhos urgentíssimos, a festa anual de libertações seria transferida para o mês de outubro.³⁰⁴

Enquanto o financeiro caminhava lentamente, Ramos cobrava que fossem resolvidas algumas questões sociais. Permanecia indignado com o caso de D. Francisca, pois a comissão enviada para verificar a situação dos outros escravizados foi avisada pela senhora que as pessoas em seu poder não estavam no nome dela, todas eram do seu genro e por isso ela não poderia dar mais informações. João Ramos, acusando a ilegalidade da questão, exigiu que a sociedade colasse em D. Francisca, colocando um advogado em seu encalço para que pudessem descobrir se o que foi dito era verídico e qual a verdadeira situação dos escravizados. Queria prosseguir com a investigação até Sergipe, local onde residia o genro de D. Francisca, caso não recebessem informações da recebedoria de Pernambuco.³⁰⁵ O cotidiano era de muita luta, não era à toa que os amigos de João Ramos publicavam nos jornais adjetivando-o de “o incansável abolicionista”.³⁰⁶

A batalha do dia 23 de setembro de 1882 foi informada pela SCL à SNE. João Cordeiro telegrafou para a sociedade para pedir ajuda a um escravo chamado Teophilo. Quem interveio pessoalmente na questão foi justamente seu amigo, João Ramos.³⁰⁷ Segundo Cordeiro informou, Teophilo estava tentando se libertar através da justiça e quando o seu senhor, Raimundo Pinheiro, viu que estava prestes a perder por um valor que não era o desejado procurou vendê-lo.³⁰⁸ Ramos, sem perder tempo, conseguiu de um juiz substituto a ordem de apreensão de Teophilo, que seria entregue a oficiais de justiça para seguir de volta ao Ceará. Quando o abolicionista subiu no vapor, o qual supostamente Teophilo teria vindo, em

³⁰³ **IAHGP**. Caixa 20. Maço 2. Doc. 815. Sessão Ordinária da Nova Emancipadora aos 14 de setembro de 1882. Presidência do Sr. Jovino César Paes Barreto. **Sessão Ordinária da Emancipadora aos 24 de setembro de 1882**. Presidência do senhor Jovino César Paes Barreto.

³⁰⁴ **HDBN**: Diário de Pernambuco. 27 de setembro de 1882. Nº 220. p.4.

³⁰⁵ **IAHGP**. Caixa 20. Maço 2. Doc. 815. Sessão Ordinária da Nova Emancipadora aos 14 de setembro de 1882. Presidência do Sr. Jovino César Paes Barreto. Sessão Ordinária da Emancipadora aos 24 de setembro de 1882 sob a presidência do senhor Jovino César Paes Barreto.

³⁰⁶ **HDBN**: Jornal do Recife 14 de julho de 1881. Nº157. p.1 **HDBN**: Jornal do Recife 16 de julho de 1881. Nº159. p.1.

³⁰⁷ Segundo Angela Alonso, o telégrafo facilitou a expansão do abolicionismo conectando diversas partes e pessoas do Império ao movimento. ALONSO, Angela. Flores, Votos e Balas. **Op. Cit.** 2015.

³⁰⁸ **IAHGP**. Caixa 20. Maço 2. Doc. 815. Sessão Ordinária da Emancipadora aos 24 de setembro de 1882 sob a presidência do senhor Jovino César Paes Barreto.

companhia dos oficiais de justiça e de policiais, não encontrou o cativo e ainda foi informado por pessoas “circumspectas e insuspeitas” que ele não teria embarcado naquele navio.³⁰⁹

Assim que a SNE informou aos membros da SCL sobre o ocorrido receberam resposta telegrafada.³¹⁰ Teophilo havia seguido por terra, no dia 02 de setembro, para ser entregue a Gustavo Furtado de Mendonça com procuração para venda em Pernambuco. Não havia embarcado no *Paquete Nacional Ceará*, como pensavam, poderia ter seguido por terra até Aracati ou Mossoró e ali ter embarcado em algum paquete costeiro da *Companhia Pernambucana*, com o nome trocado.³¹¹

Teophilo, que havia saído no dia 02 de setembro de 1882, foi remetido de volta ao Ceará em novembro do mesmo ano, passados dois meses de procura, estava tratando de sua liberdade, auxiliado pela SCL, em Cachoeira. Segundo Antônio Bezerra de Menezes escreveu, em 20 de dezembro de 1882, depois de ter percorrido todo o interior de Pernambuco e da Paraíba e de ter regressado para o Ceará, Teophilo conseguiu sua carta.³¹² Menos um para conta do comércio ilegal entre as províncias. Ilegal, porque achava-se depositado quando o senhor decidiu não perder economicamente e moralmente com a liberdade dele. Se não fosse a ligação entre os movimentos e principalmente entre os dois Joões³¹³, dificilmente Teophilo retornaria para tratar de sua liberdade, viraria estatística.

A comemoração do dia 28 de setembro de 1882, pelo *Club Abolicionista*, não foi o que os membros dessa sociedade esperavam. Informaram a *Nova Emancipadora* que não realizaram a sua sessão magna como queriam. Sem o subsídio do governo, as festas do dia 28 tiveram que ficar a cargo de particulares dispostos a contribuir com dinheiro ou com alforrias privadas. Uma senhora, que teve seu nome resguardado a pedido, concedeu a sociedade 600\$000 mil réis para ser usado na negociação da alforria de uma escrava que pertencia a João

³⁰⁹ **IAHGP**. Caixa 21. Maço 1. Doc. 816. Mandado de apreensão do escravo Teophilo. Passado pelo Juiz substituto do civil, José Jacinto Borges Diniz. Recife, 23 de setembro de 1882.

³¹⁰ O desenvolvimento tecnológico e a modernização das comunicações, do comércio e do transporte iriam tanto auxiliar as fugas organizadas entre os abolicionistas e os escravos, quanto auxiliariam nestas questões que exigiam mais celeridade por parte dos abolicionistas. A utilização do telégrafo, por exemplo, foi crucial para casos como este de Teophilo. Se as informações certas não chegassem no tempo mínimo o desenrolar dos acontecimentos provavelmente seria outro. Eduardo Silva discorre sobre este fator na década da abolição. SILVA, Eduardo. “Sinhás e sinhazinhas avançadas no tempo”: a participação de mulheres brancas e negras no underground abolicionista. In: **Instituições nefandas [recurso eletrônico] : o fim da escravidão e da servidão no Brasil, nos Estados Unidos e na Rússia** / organizadores Ivana Stolze Lima, Keila Grinberg, Daniel Aarão Reis. – Rio de Janeiro : Fundação Casa de Rui Barbosa, 2018 .

³¹¹ **IAHGP**. Caixa 21. Maço 1. Doc. 816. Petição de Jovino César Paes Barreto ao Juiz substituto do civil, José Jacinto Borges Diniz. Recife, 3 de outubro de 1882.

³¹² **IAHGP**. Caixa 21. Maço 2. Doc. 827. Correspondência do João Ramos. Carta de Antônio Bezerra de Menezes a João Ramos. 20 de dezembro de 1882.

³¹³ Cordeiro se tonou, a pedido de João Ramos, sócio honorário da Nova Emancipadora em 05 de outubro de 1882. **IAHGP**. Caixa 20. Maço 2. Doc. 815. Sessão Ordinária da Emancipadora a 5 de outubro de 1882. Presidência do Senhor Jovino César Paes Barreto.

Severiano.³¹⁴ Já Levino Carvalho doou 50 exemplares do seu drama “Gratidão” para serem vendidos e convertidos ao fundo social de emancipação. Contaram bastante com doações e iniciativas privadas para as libertações daquele ano.

Após o dia 28, João Ramos pediu que fossem escritos votos de louvor ao senhor Antônio Ferreira Alves, pela libertação de Belarmina, Genoveva, Miquelina e Lucia todas elas, pertencentes a massa falida de Joaquim Monteiro da Cruz, receberam suas alforrias sem ônus devido a intervenção de Ferreira Alves com os credores. Outro louvor foi dado ao senhor José Silva Loyo, pelo ato filantrópico que libertou cinco escravos: Pedro, Manoel, Benta, Venância e Emília, sem ônus. Pediu João Ramos, baseado no artigo 2º parágrafo 4 dos estatutos que esses dois senhores fossem considerados sócios honorários da Sociedade, “pelos trabalhos prestados à causa”.³¹⁵ Esses votos de louvores e as alforrias privadas sem ônus possuíam seu lado paternalista, mas ajudavam. Ao evidenciar e publicar notícias e informações sobre o exemplo desses senhores, elogiando-os, citando-os como exemplos, os emancipadores procuravam ampliar o alcance das contribuições recebidas pela SNE em favor dos escravizados.

Na véspera da festa da SNE, o tesoureiro Domingos Manoel Martins, que estava deixando a sociedade, entregou os valores possuídos em caixa, 794\$000 mil réis e mais 15 cartas de liberdade que já haviam sido compradas. Para infelicidade dos membros, o *Club Carlos Gomes* informou que não poderia comparecer com sua banda na festa emancipadora, sem expor os motivos. Além disso, só para termos uma noção da situação de infelicidade econômica da festa daquele ano, foram registradas duas escravas na reunião do dia 08 de outubro, Rosa, uma preta de 50 anos, escrava de Antônio Batista de Nogueira, avaliada no valor de 800\$000 mil réis e possuidora de 100\$000 mil réis e Januária, preta de 34 anos, sem filho, grávida, residente em Afogados, avaliada no valor de 250\$000, possuidora de 100\$000 mil réis. Os 794\$000 mil réis que havia no caixa da instituição não era suficiente para auxiliar nem mesmo essas duas mulheres.³¹⁶

³¹⁴ **IAHGP**. Caixa 20. Maço 2. Doc. 815. Sessão Ordinária da Nova Emancipadora aos 11 de setembro de 1882. Presidência do Sr. Jovino César Paes Barreto. **HDBN**: Jornal do Recife. 10 de outubro de 1882. Nº231. p.1. Guedes Alcoforado, em sessão do dia 05 de outubro de 1882, pediu para que esta senhora fosse alçada ao cargo de sócia honorária e seu nome foi aprovado, sendo revelado também para a expedição do diploma. Tratava-se de D. Mathilda Antônia Gomes. **IAHGP**. Caixa 20. Maço 2. Doc. 815. Sessão Ordinária da Emancipadora a 5 de outubro de 1882. Presidência do Senhor Jovino César Paes Barreto.

³¹⁵ **IAHGP**. Caixa 20. Maço 2. Doc. 815. Sessão Ordinária da Emancipadora a 1 de outubro de 1882 sob a presidência do Senhor Jovino César Paes Barreto.

³¹⁶ **IAHGP**. Caixa 20. Maço 2. Doc. 815. Sessão Ordinária da Emancipadora em 8 de outubro de 1882. Presidência do Sr. Jovino César Paes Barreto.

O número de petições chegou a 271, na última reunião, antes da festa do dia 15 de outubro, e nem de perto a sociedade poderia ajudar todo mundo.³¹⁷ As vias legais estavam abertas, mas não constituíam a melhor forma de se ter um resultado eficaz no combate à escravidão. Os valores arrecadados não eram suficientes para auxiliar os escravizados. Embora legal, o negócio não era promissor, muito trabalho e esforço para poucos resultados.

Mesmo assim, a festa aconteceu no Jardim do Campo das Princesa, às 17:00 horas do dia 15 de outubro.³¹⁸ Festa modesta, sem teatro, sem banda, sem muitas libertações, apenas 30 “cidadãos” para alforriar, de 271 petições. Festa que representava o ideal emancipacionista: lento, gradual e dentro dos limites da propriedade privada. Nesse passo e utilizando somente destes meios, dificilmente a abolição total da escravidão no Brasil viria acontecer em poucos anos. A oficialidade do evento pode ser observada pela presença de figuras ilustres da política Pernambucana, como o presidente da província, Antônio Epaminondas de Barros Correia, o Barão de Contendas, que foi o presidente da sessão, participando também o Juiz do Comércio, Dr. João Capistrano Bandeira de Mello³¹⁹ (futuro fundador e presidente da *Sociedade Emancipadora Acadêmica* - 1883)³²⁰ e o diretor da instrução pública Dr. João Barbalho Uchôa Cavalcanti³²¹, além de outros representantes das associações abolicionistas e da imprensa da capital, todos os membros da diretoria da SNE estavam presentes.

³¹⁷ **IAHGP**. Caixa 20. Maço 2. Doc. 815. Sessão Ordinária da Emancipadora em 13 de outubro de 1882. Presidência do Sr. Jovino César Paes Barreto.

³¹⁸ **IAHGP**. Caixa 20. Maço 2. Doc. 815. Sessão Ordinária da Emancipadora em 15 de outubro de 1882. Presidência do Sr. Jovino César Paes Barreto.

³¹⁹ O Dr. Capistrano Bandeira de Mello, filho do Conselheiro de mesmo nome, ambos filiados ao Partido Conservador, foi designado diretor geral da instrução pública da província de Pernambuco no ano de 1865. Foi professor de Direito Público Eclesiástico da FDR desde o ano de 1869, tendo sido jubulado no ano de 1887. Foi uma das figuras mais importantes da *Faculdade de Direito do Recife*, participando sempre dos exames de admissão desta instituição como presidente das bancas de História, Geografia, Francês, trabalhava nestas bancas desde o início da década de 1880 com homens como João de Oliveira e Barros Sobrinho, membros do *Clube Abolicionista*. Assumiu o cargo de presidente interino da instituição em dezembro de 1883. Bandeira de Mello figurava também como representante de instituições como a Santa Casa de Misericórdia e de irmandades religiosas como a de Nossa Senhora do Frontespício do Carmo, tendo acesso através destas a diversos canais sociais e políticos, afirmando ainda mais sua influência na sociedade pernambucana de sua época. Fez também parte do Instituto Literário Olindense e Limoeirense. Em outubro de 1885, foi nomeado presidente da Província do Maranhão, deixando o cargo no dia 29 de abril de 1886. Acabou sendo nomeado novamente como presidente de Província da Bahia em 04 de setembro de 1886. **HDBN**: Jornal do Recife. 22 de julho de 1865. Nº168. p.1; Jornal do Recife. 19 de novembro de 1881. Nº264. p.1; Jornal do Recife. 04 de maio de 1882. Nº101. p.1; Jornal do Recife. 17 de dezembro de 1882. Nº288. p.1; Jornal do Recife. 23 de outubro de 1885. Nº242. p.1; Jornal do Recife. 05 de maio de 1886. Nº101. p.1; Jornal do Recife. 14 de setembro de 1886. Nº210. p.1. **HDBN**: Almanak Administrativo, mercantil, industrial e agrícola da Província de Pernambuco para o anno de 1870. 3º anno. Typographia Universal. 1869. p.40. **HDBN**: Diário de Pernambuco. 04 de março de 1870. Nº51. p.2; Diário de Pernambuco. 04 de fevereiro de 1880. Nº27. p.3; Diário de Pernambuco. 19 de fevereiro de 1880. Nº40. p.2; Diário de Pernambuco. 15 de julho de 1880. Nº160. p.3.

³²⁰ **HDBN**: Jornal do Recife. 05 de maio de 1883. Nº 102. p.1.

³²¹ João Barbalho Uchôa Cavalcanti era Inspetor Geral e Presidente do Conselho Literário desde pelo menos 1875. Membro do partido conservador, não era um político com grande influência, assim como Mariano e Nabuco, eram considerados desviantes dentro do Partido Liberal, João Barbalho era um desviante dentro do Partido Conservador. Porém sua influência se dava em outro âmbito, o da instrução pública, que se utilizava segundo seus adversários

Após os discursos dos oradores inscritos, José Faustino Porto (SNE), João Brígido Júnior (*Caixa Pedro Pereira*), João de Oliveira (*Club Abolicionista*), e algumas poesias recitadas por Duarte Filho e Vicente da Silva Leal, as cartas de liberdade foram passadas aos libertandos. Na verdade, somente 20 cartas foram entregues nesse dia, pois 6 já haviam sido dadas pelo Sr. Antônio José Conrado, que libertou suas escravizadas espontaneamente e as outras 4 libertações foram feitas em função da massa falida de Monteiro da Cruz. Sendo assim, apenas 20 pessoas receberam da SNE a ajuda para se libertarem em 15 de outubro de 1882. Enquanto isso, algo em torno de 240 a 250 cativos teriam que aguardar mais. Como dito, festa modesta de poucos resultados.³²²

Após a festa, provavelmente para criar uma atmosfera de animosidade e dar exemplo, João Ramos propôs que quatro cartas, conseguidas ainda ano de 1882, fossem confiadas a José Mariano para que o deputado pudesse fazer as honras e entregar aos cidadãos quando de sua chegada em Recife.³²³ Ao chegar na *Associação Comercial*, no dia 16 de novembro, José Mariano recebeu das mãos de João Ramos quatro diplomas, que repassou “a quatro novos libertos”.³²⁴ Para complementar a grandeza do evento, o deputado libertou os três últimos escravos que possuía, “para delírio dos que lá estavam”.³²⁵

João Ramos, provavelmente, quis fazer daquele evento um grande acontecimento libertador. Podemos conjecturar ainda que Mariano foi constrangido a libertar os seus últimos escravizados, pois não poderia defender honestamente a emancipação no Parlamento se fosse acusado de possuir escravos. Mensagens sobre o ocorrido foram enviadas para vários jornais: *O Globo*, *Jornal do Comércio*, *Gazeta da Tarde*, *Gazeta de Notícias* e o *Cruzeiro*, todos do Rio de Janeiro. Telegramas também foram enviados para a redação do *Libertador*, *órgão da Cearense Libertadora* informando o que havia acontecido. O abolicionismo, ao longo da década de 1880, ganhava um público cada vez maior.³²⁶

e críticos a favor dos seus amigos. **HDBN**: A Lanterna de Diógenes: Jornal político, literário, satírico e joco-sério. 21 de abril de 1883. Nº3. p.1. **HDBN**: Almanak: Administrativo, Mercantil, Industrial e Agrícola da Província de Pernambuco para o anno de 1875. Primeiro anno. p.19.

³²² **HDBN**: Diário de Pernambuco. 19 de outubro de 1882. Nº239. p.2. **HDBN**: Jornal do Recife. 19 de outubro de 1882. Nº239. p.1.

³²³ IAHP. Caixa 20. Maço 2. Doc. 815. **Sessão Ordinária da Emancipadora em 29 de outubro de 1882**. Presidência do Sr. Jovino César Paes Barreto.

³²⁴ Receberam as cartas Albina, Ignez, Irineu e Rita. **HDBN**: Diário de Pernambuco. 19 de novembro de 1882. Nº265. p.1.

³²⁵ Na verdade, José Mariano comunicou à diretoria da *Sociedade Nova Emancipadora* que além dos escravos Irineu, Ignez e Albina que ele havia declarado livres, quando lhe foi entregue em nome da mesma sociedade o diploma de sócio honorário, ele libertou mais a escrava Rita, a qual deixou de mencionar na ocasião, porque não se lembrou que também a possuía. **HDBN**: Jornal do Recife. 19 de novembro de 1882. Nº265. p.1.

³²⁶ **IAHP**. Caixa 21. Maço 2. Doc. 827. Carta enviada a Sociedade Cearense Libertadora pela Nova Emancipadora. **HDBN**: Diário de Pernambuco. 17 de novembro de 1882. Nº263. p.2. IAHP. Caixa 20. Maço 2. Doc. 815. Acta da sessão ordinária em 19 de novembro de 1882. Presidência do Sr. Jovino César Paes Barreto.

Em 20 de dezembro de 1882, João Ramos recebeu uma carta de Antônio Bezerra de Menezes, secretário da *Cearense Libertadora*. Menezes informou ao amigo que o africano entregue por Gualter R. Silva “achava-se debaixo de coberta enxuta”, havia chegado ao Ceará. Poderia o abolicionista descansar que nada iria lhe faltar na terra dos livres, “era como se estivesse no seu país natal”. Esse foi o primeiro registro, de que temos notícia, do envio de pessoas fugidas de Pernambuco ao Ceará, envolvendo João Ramos. Ainda segundo a comunicação, os senhores do Ceará já estavam “se rendendo ao movimento libertador”. Segundo Bezerra, bastava a *Libertadora* demonstrar interesse por algum cativo que os senhores procuravam alforriá-lo ou vendê-lo, para não os verem fugir.³²⁷ Os abolicionistas cearenses conseguiram fazer aprovar uma lei que cobrava 10\$000 mil réis por cada escravo da capital e 6\$000 mil réis pelos que estivessem próximos do centro, depreciando ainda mais a mercadoria humana naquela província, facilitando as libertações compradas.³²⁸

Menezes ainda falou da formação de uma associação feminina abolicionista, a Sociedade das Senhoras “*Cearense Libertadora*”, no dia 18 de dezembro de 1882, que iniciou suas atividades com seis libertações.³²⁹ As mulheres, na visão paternalista dos abolicionistas, complementariam o movimento como “mães necessárias no cuidado dos filhos”. Por último, informou a libertação total do município de Acarape, no dia 01 de janeiro de 1883. Era o primeiro município da província a declarar “extinta a escravidão”.³³⁰ Podemos dizer que a aceleração do movimento no Ceará, animava João Ramos muito mais do que a estagnação e lentidão do emancipacionismo em Pernambuco.

Apesar disso, ele também continuou se movimentando no Recife. Quando Jovino Paes Barreto pediu a sociedade que liberassem o valor de 200\$000 mil réis para completar a alforria do escravo André, possuidor de 400\$000 mil réis, foi-lhe negada a intervenção por não haver

Segundo Bezerra Neto, alforriar seus próprios escravos, não significava ser abolicionista de fato, não reconhecer a propriedade escrava. Na verdade, os senhores que alforriavam seus próprios cativos poderiam fazer isso a qualquer momento sem desprezar a propriedade de uma pessoa sobre outra. Não reconhecer esta propriedade, não admitir que outros tenham escravos está muito mais dentro da ótica abolicionista radical. Os primeiros poderiam sem prejuízos serem considerados emancipadores. NETO, José Maia Bezerra. **Por todos os meios legítimos e legais: as lutas contra a escravidão e os limites da abolição. (Brasil, Grão-Pará: 1850-1888)**. 2009. Tese de Doutorado. UFPA. p.365.

³²⁷ **IAHGP**. Caixa 21. Maço 2. Doc. 827. Correspondência do João Ramos. Carta de Antônio Bezerra de Menezes a João Ramos. 20 de dezembro de 1882.

³²⁸ **Idem**.

³²⁹ Em 18 de dezembro de 1882 foi fundada numa Chácara de José Correia do Amaral a Sociedade das Cearenses Libertadoras, que teve como principais lideranças: Maria Tomásia Figueira de Lima, Carolina Cordeiro, Luduvina Borges, Jacinta Augusto Souto, Elvira Pinho e Eugenia Amaral. Muitas destas eram esposas, filhas, irmãs e até mães dos abolicionistas atuantes na SCL. SILVA, Pedro Alberto de Oliveira. História da escravidão no Ceará. **Op. Cit.** pp. 229-230.

³³⁰ **IAHGP**. Caixa 21. Maço 2. Doc. 827. Correspondência do João Ramos. Carta de Antônio Bezerra de Menezes a João Ramos. 20 de dezembro de 1882.

dinheiro no caixa, sendo aprovada uma ajuda a André bem ao modelo gradual e tutelar. Os sócios concordaram em tentar arrumar um emprego para o libertando, para que este pudesse pagar os outros 200\$000 mil e poucos a seu senhor, caso este concordasse.³³¹ João Ramos entrou de cabeça no negócio, arrumando em menos de dez dias um emprego para André, que poderia tratar de sua liberdade como um homem quase livre e com um trabalho.³³² Geralmente quando não havia intransigência por parte dos senhores era isso que acontecia, nada de fugas para alguns, desde que a negociação da liberdade e de um emprego pudessem servir aos anseios dos alforriados.

Para os cativos, que optavam pela fuga, a ideia de dar um rumo a própria vida, poder escolher uma rota ou um lugar, o que vestir, o que comer, onde e no quê trabalhar, representava muito mais do que uma negociação de liberdade que exigisse deles deferência pelos seus ex-senhores.³³³

No dia 24 de dezembro de 1882, João Ramos pediu que fosse enviado um ofício ao Ministro da Agricultura, o pernambucano Lourenço Cavalcanti de Albuquerque, para que fossem remetidas informações da recebedoria e da coletoria. Ele queria saber quem ainda se achava matriculado e escravizado, desde 1871, e quem havia sido libertado desse ano até 1882. Sabia que ainda tinham muito trabalho a fazer.³³⁴ Esses pedidos dos registros de matrícula serviam às intenções de mover na justiça ou de levantar contra os senhores acusações de propriedade ilegal, ausência de registro, entre outros artifícios que poderiam ser utilizados pelos abolicionistas, a partir da lei do Ventre Livre, para barganhar ou brigar com os senhores.

Apesar dos pequenos resultados de 1882, os abolicionistas e a população escravizada mostravam que estavam ativos. Adolpho Guedes, sem perder tempo, acertou para o início de 1883, com o *Clube Carlos Gomes*, um concerto a favor da *Nova Emancipadora*.³³⁵ João Ramos tirou uma parte dos fundos para alforriar um escravo em comemoração do aniversário de um membro. Alguns levantaram a ideia de criar um jornal emancipacionista, órgão da associação,

³³¹ **IAHGP.** Caixa 20. Maço 2. Doc. 815. Acta da sessão ordinária em 14 de dezembro de 1882. Presidência do senhor Jovino César Paes Barreto.

³³² **IAHGP.** Caixa 20. Maço 2. Doc. 815. Acta da sessão ordinária em 24 de dezembro de 1882. Presidência do senhor Jovino César Paes Barreto.

³³³ Segundo Sidney Chalhoub a esperança da alforria passava necessariamente pela obediência e fidelidade aos senhores. Levando-se em consideração este argumento as fugas, como uma negação do cativo, poderia ser tanto uma iniciativa após uma falta de esperança de libertação, como uma forma de negociar alguns aspectos do cativo sem necessariamente romper radicalmente com a sua condição. Geralmente as tentativas iniciais eram de negociação, muitos escravizados e abolicionistas tentavam resolver suas pendências com os senhores de maneira formal e legal, todavia, nem todos aceitavam conversar. Neste momento as ações radicais surgiam como última medida possível para sair da escravidão. CHALHOUB, Sidney. Machado de Assis Historiador. **Op. Cit.** p.51.

³³⁴ **IAHGP.** Caixa 20. Maço 2. Doc. 815. Acta da sessão ordinária em 24 de dezembro de 1882. Presidência do senhor Jovino Cesar Paes Barreto.

³³⁵ **Idem.**

que se chamaria *Tabyra*³³⁶ e Manoel Gomes de Mattos pediu para que imprimissem cartas para se dirigirem as pessoas que maltratassem escravos.³³⁷ Se as autoridades públicas não vinham fazendo muito pelo fim da escravidão, muitos civis, envolvidos por motivos diversos com a causa, começavam a mostrar sua força de vontade e articulação, continuando com os serviços que, em tese, deveriam ser prestados pelo Estado.³³⁸

No início do ano de 1883, João Ramos recebeu outra carta de Bezerra de Menezes,³³⁹ atualizando-o acerca do Ceará. Bezerra iniciou a missiva falando sobre uma criada que Ramos enviou, através de Gualter R. Silva, o mesmo intermediário que recebeu as músicas para vender na província. Segundo o remetente, a criada estava bem e arranjada, porque João Cordeiro a tinha debaixo da sua proteção, estando ela “muito satisfeita”, dizendo que só Deus poderia arrancar ela do Ceará.³⁴⁰

Antônio Bezerra ainda atualizou sobre o movimento libertador de territórios da província. Segundo ele, Acarape já havia entrado para a história, pois havia se tornado o primeiro município livre do Império no dia 01 de janeiro, Pacatuba era a promessa de secundar a honra no dia 02 de fevereiro, mas Maranguape desejava chegar primeiro e prometia libertar 100 escravos no mesmo dia. De acordo com as previsões do secretário da SCL, não seriam mais

³³⁶ Tabyra ou Tabira é o nome de um grande guerreiro indígena, que segundo a lenda, em um combate, foi atingido por uma flecha no olho e, após retirá-la com bravura, continuou lutando até vencer seus inimigos. Provavelmente os emancipadores queriam fazer referência justamente à coragem e à bravura deles, comparada a de Tabira, frente às rixas e oposições dos senhores de escravos ao movimento. [IBGE | Cidades@ | Pernambuco | Tabira | História & Fotos](#) consultado em 04 de julho de 2023 às 18:02.

³³⁷ **IAHGP**. Caixa 20. Maço 2. Doc. 815. Acta da sessão ordinária em 31 de dezembro de 1882. Presidência do senhor Jovino Cesar Paes Barreto.

³³⁸ Não encontramos nenhuma edição do *Tabyra*, nem sabemos se um jornal abolicionista foi publicado com esse nome, mas, em 15 de janeiro de 1883, um jornal de propriedade da Fábrica Apollo, chamado *O Industrial*, foi lançado. De cunho abolicionista-liberal, suas publicações versaram sobre o estado da indústria e das artes em Pernambuco. Seus principais redatores eram professores da FDR, como José Hygino, Tobias Barreto, Barros Guimarães e Graciliano Baptista que tiveram seus nomes publicados na capa. *O Industrial* estava ligado aos interesses dos abolicionistas, tanto dos membros do comércio quanto dos bacharéis e profisses da FDR, que discutiram em suas páginas sobre liberalismo, industrialização, melhoramento do trabalho livre, abolição, entre outros temas. Já na sua primeira publicação buscava demonstrar que o progresso da indústria começaria com a abolição da escravidão, “que caminha com uma tenacidade irresistível”. **HDBN**: *O Industrial*. 15 de janeiro de 1883. Nº01.

³³⁹ Antônio Bezerra de Menezes foi jornalista, abolicionista e membro de vários clubes literários e científicos no Ceará. Tornando-se membro da Academia Cearense de Letras e do Instituto Histórico do Ceará. Dentre os seus trabalhos se destacam um sobre a gênese do povo cearense, onde também descreveu o movimento abolicionista e sua participação na SCL. **BEZERRA, Antônio**. *O Ceará e os cearenses*. **Op. Cit.** Segundo Carlos Rafael Vieira Caxilé, mesmo depois de iniciada a campanha abolicionista alguns sócios e membros da diretoria da Libertadora Cearense ainda possuíam escravos. João Cordeiro, presidente da SCL concedeu liberdade as suas escravas Camila, acompanhada de três filhos ingênuos e Francisca, em abril de 1881 e Antônio Bezerra de Menezes, 2º secretário, somente veio a libertar seus escravos João e Maria, no dia 17 de abril de 1882. Todavia, alforriaram seus cativos sem condições nem obrigações ulteriores. **CAXILÉ, Carlos Rafael Vieira**. **Olhar que Enxerga além das Efemérides: o movimento abolicionista na Província do Ceará (1871-1884)**. Anais do XVII Encontro Regional de História. Campinas: Unicamp, 2004. p.7.

³⁴⁰ **IAHGP**. Caixa 21. Maço 2. Doc. 827. Correspondência do João Ramos. Carta de Antônio Bezerra de Menezes a João Ramos. 11 de janeiro de 1883.

uma província escravista até o final do ano de 1884. Por sua vez, João Ramos mostrava interesse em saber como andava o movimento no Ceará, um interesse que se expressa na quantidade de cartas trocadas entre ele e os cearenses durante todo o ano de 1883.³⁴¹

A partir do ano de 1883, quando as notícias sobre o movimento libertador de territórios no Ceará começaram a ser disseminadas pelo Império, a voz dos favoráveis aos senhores de escravos começaram a ressoar acusando os abolicionistas de radicalidade e de praticarem atos ilegais. Muitos representantes do escravismo tentaram, através de diversos meios, inclusive o associativo, impedir o avanço das ideias abolicionistas do Ceará para Pernambuco.

Num artigo intitulado: *O Abolicionismo no Ceará*, o crítico, que preferiu não se expor e adotou o nome “*O agricultor*”, acusou os abolicionistas cearenses de desordeiros e destruidores da propriedade particular. Segundo ele, os abolicionistas cearenses estavam se aproveitando da situação econômica e social gerada pelas constantes secas, que “atacavam o Ceará desde pelo menos 1792”. Algo que, na sua visão, obrigou os senhores a vender seus escravos para tentarem sobreviver, pois os cativos concorriam para o consumo dos alimentos, dos recursos e prejudicavam mais em tempos de crise do que ajudavam. *O agricultor* ponderava que o Ceará era a província onde havia a menor proporcionalidade entre escravos e livres, que, segundo ele, já ocupavam muito mais os postos de trabalho. Também criticou os valores tomados pelos abolicionistas da SCL como injustos, pois, ao invés de alforriar os escravos, “roubavam e prejudicavam a camada senhorial”.³⁴²

Segundo ele, os preços definidos pela *Libertadora* para indenizar os senhores eram absurdos, 100\$000 mil réis por escravos entre 12 e 20 anos, 50\$000 mil pelos de 21 a 30 anos, sem defeitos físicos, pelos de 31 a 40 anos, 30\$000 mil e para aqueles entre 41 e 50 anos – “sem cabelos brancos e faltas de dentes” - pagariam 25\$000 mil. Aos que se encontrassem entre 51 e 100 anos nada seria pago, a liberdade deveria vir sem indenização. Para completar a afronta abolicionista, segundo *o agricultor*, os valores só seriam pagos pelos escravos que não tivessem marcas de chicote, nem de queimaduras, em qualquer parte do corpo. Ou seja, os senhores que torturassem seus cativos não mereciam receber nada em troca da liberdade dos infelizes, sendo a fuga o meio mais encorajado de alcançar a liberdade contra estes tipos de senhores. Apesar de acusar os membros da SCL de ladrões de escravos, informava que eles ainda ofereceriam a

³⁴¹ José do Patrocínio, inclusive, passou alguns meses no Ceará, entre o final de 1882 e o início de 1883, participando dos eventos da campanha junto aos abolicionistas, inclusive da festa em Acarape. GIRÃO, Raimundo. *A Abolição no Ceará*. **Op. Cit.** pp.133-144.

³⁴² Como vimos nas cartas de João Cordeiro e de Antônio Bezerra, um pouco mais acima, os preços dos escravos vinham numa crescente desvalorização devido a motivo diversos. Dentre estes podemos citar: as próprias secas, a escassez de recursos advinda com esta, o fechamento dos portos da província ao comércio negreiro e a cooperação entre os abolicionistas e os escravos pela liberdade, alcançada através de meios legais e ilegais.

metade dos preços da cotação acima para os escravos fugidos. Fora o desaforo, na visão do agricultor, os senhores ainda deveriam pagar 16\$000 mil réis pelo imposto geral e 10\$000 mil do provincial, o que somava 26\$000 mil réis a menos, na hora das contas finais.³⁴³

Ao apontar o que estava acontecendo no Ceará, indignado, *o agricultor* perguntava o que mais queria a lavoura de Pernambuco para se mover contra essa afronta abolicionista. Indagava se eles esperariam outras sociedades surgirem para poderem tomar providências. Sua ideia era a de que, como os pernambucanos não sofriam com as secas, como dependiam muito mais da mão de obra escrava, deveriam retirar as assinaturas das folhas e associações emancipadoras e criar um Clube da Lavoura, seguindo o exemplo dos proprietários do Sul. Freguesia por freguesia deveriam os senhores de escravos lutar pela propriedade escrava, pois isso era um interesse coletivo senhorial, de classe. Para ele, sem leis severas de locação de serviço, sem colonato oficial, que livrasse o liberto de viver do roubo ou da caridade pública, nada de aceitar medidas emancipadoras forçadas pelo governo ou por particulares.

No final da sua exposição, *o agricultor* apelou ainda para um argumento moral. Em sua visão, seria uma “caridade cruel” alforriar “um milhão de escravos subitamente, atirando-os a vida civil, sem autonomia, sem meios de vida, sem amor ao trabalho e sem hábitos de economia.” Pedia a união da lavoura para não ver sua destruição, atendendo ao chamado, os senhores de escravos se uniram.³⁴⁴

No mesmo dia que o artigo foi publicado, foi lido e respondido pela direção da SNE. Segundo eles, não poderia um agricultor, em nome de fins particulares, vir por meio de uma redação séria, “criticar a briosa província do Ceará”. Nada que fosse dito pelo agricultor, ou pelos Clubes da Lavoura, que estavam sendo fundados na ideia de impedir a abolição, “poderia destruir a glória imorredoura daquela terra”. Para contradizer as palavras do agricultor, os membros da Emancipadora afirmaram que “o Império aplaudia a redenção de Acarape”. Por último, a direção da SNE ainda pediu para que os redatores publicassem não somente este artigo, mas os telegramas informando sobre o feito do Acarape, que haviam sido enviados desde o dia 03 de janeiro, mas que ainda não haviam sido publicados, de propósito, pelo jornal conservador *Diário de Pernambuco*.³⁴⁵ Certamente, a classe senhorial não queria que as notícias sobre o Ceará se espalhassem em Pernambuco.

³⁴³ O Abolicionismo no Ceará. **HDBN**: Diário de Pernambuco. 17 de janeiro de 1883. Nº 13. p.3.

³⁴⁴ **Idem**.

³⁴⁵ **HDBN**: Diário de Pernambuco. 18 de janeiro de 1883. Nº14. p.3. Assinaram a resposta: Jovino César Paes Barreto, Antônio Gomes de Mattos, João Gonçalves da Fonte, José Affonso de Araújo, João Ramos, Manoel Lício Marques e Arthur de Souza Carvalho.

Os telegramas foram passados ao Imperador, que respondeu moderadamente, afirmando estar muito satisfeito com a iniciativa individual e particular no Ceará. Em sua visão, os cearenses estavam cumprindo algo previsto pela lei de 28 de setembro de 1871. A *Gazeta da Tarde* (RJ) recebeu a informação de que José do Patrocínio, um dos principais abolicionistas negros da Corte, foi o orador da festa em Acarape e que discursou com entusiasmo delirante.³⁴⁶ Festa para uns, problema para outros. Ao lado da denúncia do agricultor, encontramos o convite feito por diversos senhores de escravos de Escada, cuja liderança estava nas mãos do Major João Manoel Pontual³⁴⁷, para a formação de um Clube da Lavoura.³⁴⁸ O que parecia ser um simples convite, para a organização de um grêmio de plantadores, tornou-se uma guerra que não se resumiu somente em palavras nos jornais. Esse conflito entre os proprietários de escravos contra os abolicionistas que já estavam associados há algum tempo, tornou-se um divisor de águas no movimento abolicionista em Pernambuco. O choque entre os dois grupos gerou tantas dissensões que não atingiu somente os adversários, mas também os “amigos”, gerando uma cisão no movimento emancipador em Pernambuco e colocando em xeque a ação daqueles que se diziam abolicionistas.

A ação subterrânea de Ramos, seu contato com o Ceará e o movimento dos que queriam mais do que reproduzir o emancipacionismo moroso, gradual e legalista, só estava começando. Em Pernambuco, o ideal emancipacionista e oficial ainda era muito mais forte do que o apelo a ação extralegal. Todavia, conseguimos observar que a população escravizada já havia percebido que uns conseguiam se alforriar e outros ficavam apenas no meio do caminho, ou eram interrompidos por questões diversas, dentre elas, o orgulho dos senhores que não desejavam “dar a cara a tapa” aos emancipacionistas e aos seus “subalternos”. Ao interpretar a situação emancipacionista dessa forma, provavelmente, tanto os escravizados quanto alguns

³⁴⁶ **Idem.**

³⁴⁷ João Manoel Antônio Pontual era um dos maiores proprietários de terra e gente, chegando a possuir diversos engenhos em vários lugares da província. Alguns deles foram o Aurora (Escada), Mariquita (Escada), Muçú (Escada), Flor do Dia (Gameleira), Linda Flor (Gameleira), Aguas Bellas (Altos Montes), Caxias (Gameleira), Macaco (Gameleira), entre outros. **HDBN:** Almanak: Administrativo, Mercantil, Industrial e Agrícola da Província de Pernambuco para o ano de 1870, 1875 e 1881. Peter Eisenberg que se equivocou sobre o primeiro nome do senhor, chamando-o de José, informa-nos que os Pontual possuíam 17 engenhos e um sítio em Escada, tendo construído as Usinas Aripibú e Cabeça de Negro em 1888, e as Usinas Bosque e Mussú na década de 1890. EISENBERG, Peter. Modernização sem mudança. **Op. Cit.** p.152. Notem que alguns nomes de engenhos chamam atenção pela sua ofensividade contra a população negra, dois nomes de cunho raciais, sendo um deles em tom ameaçador: Macaco e Cabeça de Negro.

³⁴⁸ **Idem.** Assinaram o comunicado para a formação do Club da Lavoura: o Barão de Frexeiras, João Alves de Oliveira, Marcionillo da Silveira Lins, Davino dos Santos Pontual, Gonçalo José de Mello e Laurindo Feijó de Mello. Estes senhores de engenho de Escada eram filiados à Sociedade Auxiliadora da Agricultura em Pernambuco e buscaram promover a fundação destes clubes da lavoura para defenderem o gradualismo e a legalidade do processo de transição do trabalho escravo. Opondo-se ao que consideravam “abolicionismo intransigente”. EISENBERG, Peter. **Op. Cit.** pp.184-185.

homens mais envolvidos com o movimento libertador, sabiam que deviam tomar medidas mais drásticas, cada um com seus motivos mais imediatos, quando o momento exigisse e estavam se preparando para isso.

3 O SOL CEARENSE E A IRRADIAÇÃO DA LIBERDADE: O MOVIMENTO LIBERTADOR DE TERRITÓRIOS

“A liberdade.”

O mundo clama de espanto,
Derroga-se a servidão!
A liberdade abre as asas
E vôa pela amplidão;
E vê-se por entre as plagas,
Ou no mar por sobre as vagas,
Os laureis da humanidade
Erguer-se, sempre brilhantes
Surgirem, sempre atroantes,
Nos échos da liberdade.

E a humanidade seguindo
Na asa senda de bravos.
Apparece sempre ativa
Na redenção dos escravos.
E sobre o lar do prescrito,
Já se vê rir o bemdicto
Da aurora da salvação:
E assim raiando, enleia
Este fumo escuro e negro
Que se chama escravidão.

Erguei-vos gênios, falanges,
Que sois dos céos: democratas
Persegui, sempre altaneiros,
Estes vis escravocratas,
E depois teres da victoria
Estas hozanas de glória
Que entoam as multidões,
E assim tereis o renome
De conquistar os trophéos
Das nobres revoluções.³⁴⁹

Adolpho Paes de Andrade publicou esse poema no dia 22 de março de 1883, em homenagem à SNE, conclamando as “falanges democratas” a se levantarem e “perseguirem altaneiros” os “vis escravocratas”. O clima entre os senhores de escravos e os abolicionistas em Pernambuco esquentava conforme as “festas da liberdade”, no Ceará, eram propagadas pela imprensa. Para cada tentativa abolicionista, os proprietários lançavam publicações, ameaças e também buscaram conter os avanços do movimento emancipador formando associações

³⁴⁹ A liberdade. Poema oferecido à Sociedade Nova Emancipadora. Escrito por Adolpho de C. Paes de Andrade. Recife, 22 de março de 1883. **HDBN**: Jornal do Recife: 25 de março de 1883. Nº68. p.2.

escravagistas. Em tom romântico, Paes de Andrade colocava no topo do rol da humanidade “os abolicionistas democratas”, “propulsores da revolução e da liberdade”, enquanto que do lado da barbárie estavam os “vis escravocratas” que não assistiram apáticos e pacificamente a destruição da escravidão e se prepararam para revidar.

Entre os anos de 1883 e 1884, a campanha abolicionista se intensificou nas ruas, principalmente na província do Ceará, sendo propagado, em boa parte do seu território, um movimento de libertação nunca antes visto na história do Império brasileiro. A luta pelo fim e pela continuidade da escravidão, a partir daqueles dois anos, tomou grandes proporções em todo o Império. Os senhores e os seus representantes lutaram como puderam para fazer valer o que eles acreditavam que fossem seus direitos. Para defender sua propriedade, criaram associações e utilizaram de artifícios legais e ilegais. Em Pernambuco, foram fundados diversos Clubes da Lavoura, que se uniriam no Congresso agrícola de 1884 para combater o avanço do movimento de libertação de territórios. Apesar disso, abolicionistas pressionavam através da imprensa e das ruas. Todavia, com um detalhe, enquanto os senhores de escravos formaram um grupo mais coeso, em prol da defesa da escravidão, os abolicionistas se dividiram em dois grupos. Os considerados radicais, utilizavam-se de expedientes considerados ilegais, como o auxílio e cooperação na fuga dos escravos, enquanto outros mais moderados, definidos muitas vezes como emancipadores, procuravam levar o movimento das ruas para o Parlamento, numa tentativa de conciliar a causa e acabar com a questão ordeiramente.

A radicalidade e a resistência, o conflito entre os grupos aumentou, justamente no momento em que a onda do abolicionismo inundava o Norte. Enquanto nas províncias do Ceará e do Amazonas, no ano de 1884, a abolição da escravidão foi administrada pelas autoridades públicas, juntamente com os vários grupos de civis envolvidos no processo, o choque entre os senhores de escravos e os interesses abolicionistas na província de Pernambuco crescia dia após dia. Nessa província, os proprietários de escravos buscaram conter o avanço das ideias abolicionistas “revolucionárias” da província vizinha, utilizando-se das associações, das petições ao Parlamento e do principal canal de comunicação da época, a imprensa, expondo suas opiniões, acusaram, rebateram críticas e apontaram quais caminhos desejavam trilhar.

Apontavam, em uníssono, que diferentemente do Ceará, Pernambuco era uma província muito mais arraigada e dependente da mão de obra escrava, e, infelizmente, nisso estavam certos. Por volta de 1883, a província só não tinha mais escravos do que a Bahia no Norte e Minas, São Paulo e Rio de Janeiro no Sul.³⁵⁰ Na visão dos senhores, em Pernambuco, os

³⁵⁰ Segundo Peter Eisenberg em 1883 a província de Pernambuco contava com um total de 83.835 pessoas escravizadas. EISENBERG, Peter. **Op. Cit.** Em 1873, segundo Robert Slenes, baseado na matrícula do mesmo

abolicionistas não poderiam aplicar as mesmas medidas que estavam sendo tomadas no Ceará, pois os problemas dos pernambucanos eram outros. As discussões pela expansão ou não da ideia de emancipar territórios, começando pelo município do Recife, capital de Pernambuco, aparecem nos jornais como batalhas que sintetizam bem a situação de conflito entre os abolicionistas e os escravistas. A cada novo município libertado no Ceará, ondas de acusações e defesas surgiam nas páginas das folhas pernambucanas.

A crítica contra o movimento no Ceará rendeu longos debates e defesas em nome de abolicionistas pernambucanos e de cearenses residentes na província de Pernambuco. Todavia, nem todo cearense era abolicionista, e os escravocratas do ceará também apareceram para defender a sua moral senhorial e a sua propriedade. Um senhor chamado Napoleão da Costa Moreira³⁵¹ saiu em defesa dos agricultores. Segundo ele, não seria digna a aprovação dos acontecimentos do Ceará, pois não poderiam fazer vista grossa aos desatinos e ilegalidades “que ultimamente os nossos comprovincianos estavam praticando.”³⁵² Para ele, melhor seria se as outras províncias não imitassem o exemplo cearense, pois, “a revolução seria inevitável e desastrosa”. O resultado seria a anarquia e o desmoronamento social. Palavras de efeito para colocar medo em muita gente, principalmente nos proprietários de escravos.³⁵³

O homem, que levava o nome de um dos mais ilustres personagens da história francesa, finalizou seu texto criticando dois grandes vultos franceses do seu tempo, Victor Hugo e Auguste Comte. Segundo ele, o primeiro “é apenas um grande poeta, não passa aos nossos olhos senão por um homem palavroso e por um grande insuportável visionário político”. Já o segundo, que seria mais “ilustrado”, “não é mais do que um sumo sacerdote de um culto novo, isto é, um outro Moisés à cata de uma nova terra da promessa, sem norte e sem rumo, apesar de ter alguns conhecimentos de matemática.”³⁵⁴ [sic]

ano, Pernambuco possuía um total de 93.496 escravos, enquanto que no Ceará ainda existiam 33.960. Já na matrícula do ano de 1887, as vésperas da abolição, Pernambuco possuía ainda 41.122 pessoas em condições de cativo, enquanto que no Ceará ainda restavam 108 escravos. Sabemos por estes dados que a província não foi liberta por inteiro, mas o fato de diminuir drasticamente a sua população escrava e de ser declarada livre com a anuência das autoridades marcou a grandeza do acontecimento de 1884. Fonte: SLENES, Robert. **Demography and economics of brazilian slavery: 1850-1888**. Doutorado, Stanford University, 1975, apêndice B, p. 691-697. Segundo estudos recentes sobre o tráfico de escravos para as Américas, os três principais portos de desembarque de escravizados africanos foram respectivamente: Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco. ELTIS, David. RICHARDSON, David. *Atlas of the Transatlantic...* **Op. Cit.** p. 307.

³⁵¹ Flávia Braga encontra Napoleão da Costa Moreira apoiando a causa republicana logo após a abolição da escravidão, em nome da propriedade e da família que constituiriam, segundo ele, “a base de todos os princípios sociais e econômicos”. BRAGA, Flávia Bruna Ribeiro da Silva. “DITADURA”, ABOLIÇÃO E REPÚBLICA. **Op. Cit.** p.183.

³⁵² **HDBN**: Jornal do Recife. 19 de janeiro de 1883. Nº15. p.2.

³⁵³ **Idem.**

³⁵⁴ **Idem.**

A crítica a Victor Hugo, certamente, devia-se a sua influência nos assuntos referentes a causa dos oprimidos sociais, como operários da indústria e camponeses na Europa.³⁵⁵ Transplantada para o Brasil, a poesia de Victor Hugo influenciou um grupo de poetas que ficaram conhecidos como condoreiros, denunciadores, assim como Hugo, das opressões e injustiças sociais. No Brasil, a poesia condoreira assumiu feições abolicionistas e republicanas, retratando, através da literatura, o lado problemático da sociedade escravista brasileira.³⁵⁶ Já a crítica a Comte, também republicano, “pai do positivismo”, referia-se a seu projeto político e a tentativa de alguns republicanos brasileiros de executá-lo, certamente fazendo referência a alguns membros da SCL, como João Cordeiro, republicano radical confesso.³⁵⁷ Comte também era um homem de letras políticas e literárias, além de ser um estudioso da matemática e, na visão do crítico, associar a sua influência política, em conjunto com a de Victor Hugo, significava demarcar a bandeira pela qual os abolicionistas cearenses estavam lutando. Esses não queriam somente a abolição da escravidão para alcançar o progresso da civilização moral do povo brasileiro, queriam a derrocada do Império e a ascensão da República. Adaptando as visões Hugoana e Comtiana ao contexto brasileiro, os abolicionistas republicanos acreditavam que o progresso político e civilizacional dependeria da abolição da escravidão.³⁵⁸ O Napoleão

³⁵⁵ Victor Hugo marcaria sua época com a obra, *Os Miseráveis*. No seu romance idealista Hugo trabalha a ideia de que até mesmo homens e mulheres que viviam em condições miseráveis de vida poderiam mudar, através do esforço pessoal, se lhes fossem concedidas oportunidades para tanto. HUGO, Victor. *Os Miseráveis*. São Paulo: Cosac & Naif, 2002. ROBB, Graham. Victor Hugo, uma biografia. São Paulo: Record, 2000. GALLO, Max. *Victor Hugo*. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2006.

³⁵⁶ O autor mais importante desta corrente foi Castro Alves com seu *Navio Negreiro*: uma tragédia no mar. Enfim em 1884, um ano antes de sua morte, Hugo vai se regozijar com a abolição da escravatura no estado do Ceará, em um discurso lido durante um banquete presidido por Victor Schoelcher. REIS, Dennys da Silva. SILVA, Jocileide da Costa. NOTAS HISTORIOGRÁFICAS DOS POEMAS DE VICTOR HUGO TRADUZIDOS NO BRASIL. Tradução em *Revista. Puc- Rio*. 2013. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/22592/22592.PDFXXvmi>. Acessado em 28/10/2019. Às 17:40. OLIVEIRA, Júlia de Carvalho Almeida de. NAVIO NEGREIRO: IDEALIZAÇÃO, LIBERDADE E IDENTIDADE. *Revista Mackenzie*. 2016. Disponível em: <http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/cpgl/article/viewFile/9606/5891>. Acessado em 28/10/2019 às 17:37. GIRÃO, Raimundo. A Abolição no Ceará. *Op. Cit.* MAGALHÃES JR., Raimundo de. *A vida turbulenta de José de Patrocínio*. 2ª edição revista pelo autor. São Paulo. LISA; Rio de Janeiro: INL, 1972. MOREL, Edmar. *Vendaval da Liberdade*. *Op. Cit.*

³⁵⁷ Muitos dos homens envolvidos com o movimento emancipador em Pernambuco não queriam se comprometer a ponto de serem acusados e processados na justiça como ladrões de escravos ou injuriados publicamente pela imprensa. A via legal era a mais expressiva forma de luta para os que tinham muito a perder. Moral, dinheiro, boa fama na política (visto que muitos eram filiados aos partidos monarquistas), crédito, etc. tudo estava em jogo. Os republicanos eram mais radicais nesta questão, foram além das imposições legais das leis monarquistas, talvez por não reconhecerem de fato a legitimidade do sistema político que as criava, expressavam assim uma coerência para com suas ações políticas. Ver: BRAGA, Flávia Bruna Ribeiro da Silva. “DITADURA”, ABOLIÇÃO E REPÚBLICA. *Op. Cit.* CASTILHO, Celso Thomas. Slave Emancipation and Transformations. *Op. Cit.* SILVA, Roger Anibal Lambert da. JOAQUIM NABUCO, OS “INSURRECIONADOS” E OS “ANARQUISTAS”: BATALHAS NA IMPRENSA E O PROCESSO POLÍTICO DA ABOLIÇÃO. Passagens. *Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica*. Rio de Janeiro: vol. 6, no .3, setembro-dezembro, 2014, p. 509-534.

³⁵⁸ Segundo Flávia Braga, para Comte, há cinco bases da moral necessárias para o funcionamento da república: 1) Exaltação do sentimento e do altruísmo; 2) Dedicção dos fortes aos fracos; 3) Veneração dos fracos pelos fortes; 4) Negação dos direitos em favor dos deveres; 5) Regime de liberdade. BRAGA, Flávia Bruna Ribeiro da Silva.

cearense acusou ambos os autores de disseminadores de ideais de liberdade inoportunos, deturpadores de contratos sociais e de direitos adquiridos.

Manoel Gomes de Mattos, que, como sabemos, também era natural do Ceará e representava a *SNE*, não deixou passar tal afronta sem dar uma resposta pública aos agricultores e a seu comprovinciano. Levou a injúria para o lado pessoal. Mattos, considerando-se filho de Pernambuco, onde segundo ele, havia sido educado, “terra de seus filhos e dos seus negócios”, achou-se no dever de defender a honra dos cearenses e da república.³⁵⁹ Mostrou ser um bom conhecedor da história de Pernambuco, afirmando que se os cearenses tinham a honra de poder dizer que o primeiro município livre do Império estava no Ceará, os pernambucanos poderiam dizer que foi nessa província onde pela primeira vez se proclamou, além de uma república, a liberdade dos escravos, fazendo referência a Revolução de 1817. Enquanto um detratava os abolicionistas e a República, o outro fazia o caminho inverso, associando os regimes republicanos e a abolição à civilização e ao progresso.

Mattos retomou, cronologicamente, a luta pela libertação no Ceará, dizendo não ser o movimento motivado por falta de escravos, nem pela seca, ou pela venda destes para o Sul, pois, segundo ele, já em 1852, o deputado cearense, Pedro Pereira da Silva Guimarães, apresentou na Câmara um projeto de lei que visava libertar o ventre da mãe escrava, muito antes da lei de 1871.³⁶⁰ Acusou os negreiros de terem sido os responsáveis por tentar vender todos os escravos do Ceará para o Sul. Para ele, eram os escravistas que especulavam com a miséria do povo e não os abolicionistas. Esses, pelo contrário, tentaram e conseguiram conter o tráfico interprovincial de escravos com o fechamento do porto de Fortaleza.³⁶¹

Gomes de Mattos se definiu como emancipador sem medo do código criminal, “pois nada podia este fazer contra as sociedades que trabalhavam dentro dos princípios da justiça e da moralidade”, disse ainda não acreditar no cataclisma social e econômico que os escravistas estavam profetizando. Para ele, não havia sido a liberdade e sim a ausência desta que produziu

“DITADURA”, ABOLIÇÃO E REPÚBLICA. **Op. Cit.** p.42. Outro defensor do abolicionismo no Ceará, que se intitulou, *Um cearense*, associava as ideias abolicionistas às de progresso e civilização. **HDBN**: Diário de Pernambuco. 24 de janeiro de 1883. Nº19. p.3.

³⁵⁹ **HDBN**: Diário de Pernambuco. 24 de janeiro de 1883. Nº19. p.3.

³⁶⁰ Pedro Pereira elaborou pelo menos três propostas de mudança sobre a “questão do elemento servil”, durante o seu primeiro mandato entre 1850-1854 chegou a apresentar duas delas, uma em 1850 e a outra em 1852. Segundo Eylo Rodrigues, apesar do esquecimento da historiografia da abolição, Pedro Pereira teve como sua maior contribuição, ao pensamento crítico da época, os projetos que enviou à Câmara do Império de 1850 a 1852. Estes concorreram, segundo o autor, como ponto de inflexão para os estudos de juristas dos anos de 1860, chegando a influenciar na construção da Lei 2.040 de 1871. RODRIGUES, Eylo Fagner Silva. PEDRO PEREIRA E O EMANCIPACIONISMO: OS “TRÊS PONTOS CARDEAIS”. CONTRAPONTO – **Revista Eletrônica de História**, Teresina, n. 1, v. 1, jun. 2011.

³⁶¹ **HDBN**: Diário de Pernambuco. 24 de janeiro de 1883. Nº19. p.3.

a desordem e anarquia nas colônias e, citando Montesquieu, afirmou que, quando se propaga a liberdade, o homem não se conserva por muito tempo na escravidão. Por último, criticou os resultados da lei do ventre livre, o governo imperial e a lavoura, associando os dois últimos aos mesmos interesses. Para Mattos, os escravistas não poderiam parar a ideia abolicionista, assim como “ninguém poderia parar uma pedra que rola do topo de uma montanha”.³⁶² Os acadêmicos cearenses estudantes da FDR seguiram o coro de Gomes de Mattos e elogiaram a ação da *SNE* e dos abolicionistas cearenses, agradecendo a defesa que o comerciante fez da sua terra e dos seus comprovincianos.³⁶³

Para os críticos do movimento cearense, os abolicionistas de lá eram aproveitadores, especuladores, que haviam se livrado dos escravos na seca de 1877-1879 e agora queriam prejudicar outras províncias ou ganhar com o pecúlio dos escravos. Para os defensores, o Ceará havia sofrido com a seca de 1877-79, mas os abolicionistas não se aproveitaram desse fato para lucrar, muito pelo contrário, quem assim o fez foram os escravistas. Na visão deles, os cearenses, devido a experimentação do trabalho livre durante os períodos de seca, observaram empiricamente que esse era suficiente para suprir a demanda por mão de obra e que o escoamento de cativos servia a um cálculo simples, pois a mão de obra livre era mais barata. A prova disso, segundo eles, era que os escravos, no Ceará, estavam muito mais empregados em serviços domésticos do que nas indústrias e na lavoura.³⁶⁴ E a maior prova oficial que podiam dar, de que o Ceará não dependia de escravos, havia sido a tentativa de um deputado cearense, o senhor Pedro Pereira, que levantou na Câmara a ideia de liberdade do ventre, em 1852, muito antes do Governo Imperial (1871).³⁶⁵

Outro defensor dos abolicionistas cearenses questionou a ideia de que esses estivessem diminuindo o valor da propriedade escrava. Afirmou que a tabela apresentada pelo *agricultor*, que vimos acima, não se referia ao preço total pago pela liberdade dos cativos, mas sim ao limite do que seria oferecido pela *Cearense Libertadora* juntamente com o pecúlio reunido pelo

³⁶² **Idem.**

³⁶³ **HDBN:** Diário de Pernambuco. 26 de janeiro de 1883. Nº21. p.4.

³⁶⁴ Segundo dados do Censo de 1872, a província do Ceará tinha 721.686 habitantes, 31.913 deles eram pessoas escravizadas. Todavia, enquanto 7.375 destes trabalhavam na lavoura, 21.613 indivíduos foram listados como jornaleiros e criados e outros 11.363 foram descritos como de outros serviços. Ou seja, os abolicionistas estavam corretos em apontar o Ceará como uma terra onde o trabalho livre era mais utilizado na lavoura do que a mão de obra escrava majoritariamente urbana. A agricultura no Ceará contava com 182.760 pessoas, deste total, 7.375 eram escravizadas. Censo populacional de 1872. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/> a partir da página 172 encontramos os números relativos à província do Ceará.

³⁶⁵ **HDBN:** Diário de Pernambuco. 24 de janeiro de 1883. Nº19. p.3. **HDBN:** Jornal do Recife. 19 de janeiro de 1883. Nº15. p.2. **HDBN:** Diário de Pernambuco. 17 de janeiro de 1883. Nº 13. p.3. **HDBN:** Diário de Pernambuco. 27 de janeiro de 1883. Nº22. p.3.

libertando.³⁶⁶ Ou seja, se um escravo de 20 anos fosse avaliado, pelo seu senhor, no valor de 400\$000 mil réis, ele teria que desembolsar, ou bancar do seu próprio bolso $\frac{3}{4}$ (300\$000 mil réis) de sua alforria, enquanto que a sociedade entraria com o restante (100 mil réis).³⁶⁷

Era um trabalho de alforria muito parecido com o feito pela SNE. Na reunião de 11 de fevereiro de 1883, os sócios liberaram as seguintes verbas, 100\$000 mil réis para a libertação da escrava Angélica, 130\$000 mil réis para a de Brígida e 70\$000 mil para Constância. Para alforriar a escrava Josepha, pertencente ao Sr. Martins Fiuza, que pediu 600\$000 mil réis de indenização, a sociedade tratou de conceder 130\$000 mil réis para completar seu valor. Ou seja, Josepha, teve que pagar do seu bolso 470\$000 mil réis, arcando com 78% do seu valor. Recebeu uma ajuda mínima, porém, bem-vinda. Em uma outra reunião, João Ramos propôs e ficou acordado que só seriam registrados os nomes de escravos que tivessem pecúlio suficiente para juntar com os valores com os quais entrava a sociedade, com a justificava de que esses conseguiriam sua liberdade mais facilmente.³⁶⁸

Ou seja, a partir de então, a *SNE* passaria a auxiliar somente as pessoas escravizadas que tivessem condições financeiras para tanto, ratificando ainda mais a ideia de que eram eles quem “bancavam sua própria liberdade”. Ajudavam como podiam e quando podiam, dentro dos limites da propriedade, para evitar problemas e mesmo assim sofriam com as acusações de espoliadores de pecúlios, ladrões da propriedade alheia, por parte de alguns escravistas mais emperrados.³⁶⁹ Todavia, a verdade é que muitos desses se aproveitavam das negociações feitas pelos escravos com as sociedades libertadoras, chegando a auferir milhares de réis. Como o Vice-presidente da Província em 1883 (o Visconde de Suassuna), que estimou sua escrava Luiza em 1:000\$000 (um conto de réis). Caso ela quisesse ficar livre, deveria reunir seus recursos e forças com os emancipadores e arcar com esse valor, ou nada feito.³⁷⁰

³⁶⁶ **HDBN**: Diário de Pernambuco. 27 de janeiro de 1883. Nº22. p.3.

³⁶⁷ CASTILHO, Celso. COWLING, Camillia. *BANCANDO A LIBERDADE*. **Op. Cit.** pp.161-197.

³⁶⁸ **IAHGP**. Caixa 20. Maço 2. Doc. 815. Acta da Sessão de 29 de abril de 1883. Vice presidência do senhor Francisco Floro Leal.

³⁶⁹ Provavelmente o auxílio repassado a estes escravos vieram de uma coleta feita pelo Club Pedinchão, que recolheu no carnaval de 1883, 512\$060 mil réis os quais foram repassados à SNE. **IAHGP**. Caixa 20. Maço 2. Doc. 815. Acta da Sessão Ordinária da Sociedade Nova Emancipadora em 11 de fevereiro de 1883. Presidência do Sr. Jovino César Paes Barreto. **HDBN**: Jornal do Recife. 30 de janeiro de 1883. Nº24. p.2. O escravo José de Antônio Ferreira entrou em contato com a Emancipadora, afirmando ter 260\$000 mil réis e pedindo ajuda para completar seu valor. O pedido foi anotado para ser atendido. O escravo Getúlio havia entregue 350\$000 mil réis na tesouraria da fazenda, em dinheiro, valor que estava juntando para pagar sua alforria. Todos estes cativos tiveram que dispor de seus próprios recursos acumulados para poderem tentar convencer seus senhores economicamente a venderem a sua liberdade. **IAHGP**. Caixa 20. Maço 2. Doc. 815. Acta da sessão ordinária em 11 de março de 1883. Presidência do Sr. Jovino César Paes Barreto. **IAHGP**. Caixa 20. Maço 2. Doc. 815. Acta da sessão ordinária em 18 de março de 1883. Presidência do Sr. Jovino César Paes Barreto.

³⁷⁰ **IAHGP**. Caixa 20. Maço 2. Doc. 815. Acta da sessão ordinária em 14 de junho de 1883. vice presidência do Sr. Francisco Floro Leal.

É certo que nem todo senhor de escravos desejava ser indenizado, muito menos perder vários mil réis nas negociações, alguns achavam melhor vender sua propriedade do que barganhar com abolicionistas ou com os próprios cativos. No dia 16 de fevereiro de 1883, a SNE recebeu um telegrama da SCL, informando que alguns escravos haviam sido embarcados no porto de Aracaty, todos tinham pecúlio e estavam lutando na justiça ou juntamente com a SCL para alcançar a alforria. Os cearenses pediram auxílio aos membros da SNE para apreender e remeter as pessoas de volta.³⁷¹ No mesmo dia, os abolicionistas receberam a visita do professor da Escola Politécnica e “ardente abolicionista, membro da *Comissão Central Emancipadora do Município Neutro*” (da Corte), Dr. José Agostinho dos Reis. Este veio a Pernambuco com a missão de apresentar um projeto de emancipação para o município do Recife.

Segundo Bezerra Neto, José Agostinho dos Reis, era um abolicionista paraense radicado no Rio de Janeiro, com relações e interesses comerciais no Pará, visitando a província ao longo da década de 1880. Agostinho dos Reis foi membro da *Confederação Abolicionista*³⁷², fundada na Corte, em 12 de maio de 1883, portanto, quando veio para Pernambuco essa associação ainda não havia sido fundada mas ele já integrava o núcleo que a organizaria.³⁷³ Reis foi eleito delegado da CA no Norte do Império e fez várias excursões entre o Ceará, Pernambuco, Pará e Amazonas à serviço da *Confederação*. Teve papel central na fundação da *Comissão Central de Emancipação de Belém*, assim como estava tentando fazer em Pernambuco. O objetivo principal dessa comissão, assim como a da SNE, era o de libertar todos os escravos da capital provincial, algo que não foi alcançado, até 1888, nem em Belém, nem no Recife.³⁷⁴

³⁷¹ **IAHGP**. Caixa 21. Maço 1. Doc. S/n. Telegrama passado pela Cearense Libertadora à Sociedade Nova Emancipadora. 16 de fevereiro de 1883.

³⁷² A partir de agora somente CA.

³⁷³ A diretoria da Confederação era composta por: presidente, João Clapp; vice-presidente, Luís de Andrade; tesoureiro, André Rebouças; secretário, Inácio von Doelinger; 2º, Jerônimo Simões; orador, José do Patrocínio; procurador, Serpa Júnior. DUQUE ESTRADA, Osório. *Abolição*. **Op. Cit.** p. 85. Antes mesmo da fundação da instituição seus líderes também já organizavam as fugas escravas entre as províncias de São Paulo e do Rio de Janeiro. Em 05 de janeiro de 1883, Antônio Bento, o líder dos caifazes, pediu para que Clapp recebesse o escravo fugido Francisco, perseguido por seu senhor. Tornando-se, Francisco, um dos muitos trabalhadores do quilombo do Leblon, segundo Eduardo Silva. SILVA, Eduardo apud: ARGON, Maria de Fátima Moraes e CERQUEIRA, Bruno da Silva Antunes de. **Alegrias e Tristezas: estudos sobre a autobiografia de D. Isabel do Brasil**. São Paulo. Lenotipo Digital. 2019. p.335.

³⁷⁴ NETO, José Maia Bezerra. Por todos os meios. **Op. Cit.** p.360-371. BARBOZA, Edson Holanda Lima. COLÔNIA-QUILOMBO: Retirantes cearenses e abolicionismo na Colônia Benevides (Pará, 1877-1884). **Outros Tempos**, vol. 12, n.19, 2015. DUQUE-ESTRADA, Osório. *Abolição*. **Op. Cit.** p. 104-105. Segundo Angela Alonso, no Ceará o movimento emancipador provincial teve êxito dentre outros fatores, principalmente, pela baixa articulação política do escravismo local. Algo que não existia em Pernambuco, pois as áreas escravistas iriam resistir até as vésperas de diversas formas, sem facilitar para o movimento abolicionista do centro (Recife). ALONSO, Angela. Flores, votos e balas. **Op. Cit.** p.212. O primeiro município do Recife a proclamar a libertação total de seu território foi Goiana, comemorando o acontecimento em 25 de março de 1888, numa clara alusão à

Bezerra Neto também observou que o radicalismo de Agostinho dos Reis provinha muito mais do movimento no Ceará do que da Corte. A campanha de libertação de territórios, de desvalorização da propriedade escrava e da coordenação das fugas escravas, não havia reverberado somente nas províncias mais próximas, como Pernambuco, Amazonas e Rio Grande do Norte, como também estava se expandindo para o Sul, através dos esforços desses homens ponte, que se conectavam ao Norte por interesses econômicos, políticos e sociais.³⁷⁵ Após o discurso de Agostinho Reis e de algumas deliberações, ficou acertado pelos sócios que seria feita uma reunião pública, convocando para isso todos os abolicionistas, a fim de formar uma *Comissão Central* para tratar da libertação total do Recife.³⁷⁶

No dia 22 de fevereiro de 1883, reuniram-se, em sessão extraordinária, alguns sócios da SNE: João Ramos, Jovino César Paes Barreto, Manoel Gomes de Mattos, Adolpho Guedes Alcoforado e alguns homens de fora da associação como o Dr. Capistrano Bandeira de Mello e Antônio de Souza Pinto. O objetivo da reunião foi “tratar da Redenção do Município do Recife”. Bandeira de Mello, juiz do comércio e professor da FDR³⁷⁷, pedindo a palavra, deu a ideia de organizar uma comissão para negociarem com os poderes públicos, principalmente com o Bispo Diocesano e vigário do Recife, Dom José da Silveira.³⁷⁸

libertação do Ceará. Ao noticiar a libertação em Goiana, o jornal republicano-abolicionista *A Lanterna Mágica* criticou o fato do Recife, capital da Província, ainda ter escravos. "Vede! Enquanto Goiana se liberta E entrega a seus escravos a alforria, o Recife inda os seus traz em agonia. E a voz da liberdade não desperta!". NASCIMENTO, Luiz do. **História da imprensa de Pernambuco**. Recife: Imprensa Universitária, 1966. v.6. p.114. CASTILHO, Celso Thomas. *Slave Emancipation and Transformations*. **Op. Cit.** p.138.

³⁷⁵ NETO, José Maia Bezerra. Por todos os meios legítimos e legais. **Op. Cit.** p.360.

³⁷⁶ **IAHGP**. Caixa 20. Maço 2. Doc. 815. Acta da Sessão Ordinária da Sociedade Nova Emancipadora em 16 de fevereiro de 1883. Presidência do Sr. Jovino César Paes Barreto.

³⁷⁷ Em maio de 1883, o Dr. Bandeira de Mello, juntamente com alguns alunos da FDR, Arthur Montenegro, Linhares Albuquerque, Alfredo Lima, José Salazar, João Firmino, Martins Júnior, Adelino Correia e João Bandeira, fundou uma Sociedade Emancipadora Acadêmica que tinha como centro gravitacional a Faculdade de Direito do Recife, convertendo a Academia em um centro de ações de grupos abolicionistas. Acreditamos que ao assumir a diretoria interina da FDR em dezembro de 1883, Bandeira de Mello, junto com outros professores como Tobias Barreto, aproveitando-se do clima instaurado pelo movimento abolicionista no Ceará, transformaram a instituição em um dos principais centros de irradiação do movimento abolicionista em Pernambuco. Em novembro de 1883, por exemplo, quando o aluno Virgílio Bohemia Sampaio, um paraense formado na FDR, terminou o seu curso, libertou o seu escravo de nome Pedro, o único que possuía. O evento ocorreu na formatura de Virgílio Sampaio, que também era secretário da SNE e foi presidido pelo Dr. Bandeira de Mello. O ato foi muito comemorado pelos seus amigos republicanos da Folha do Norte. **HDBN**: Jornal do Recife. 05 de maio de 1883. Nº102. p.1; Jornal do Recife. 13 de novembro de 1883. Nº261. p.1; Jornal do Recife. 25 de dezembro de 1883. Nº296. p.296.

³⁷⁸ O Bispo Dom José da Silveira Barros desagradava gregos e troianos quando o assunto era emancipação dos escravos. Os escravistas acusavam-no de pregar a rebelião das senzalas contra as leis do Império e diziam que o prelado não poderia “vestido a pontifical” professar a liberdade dos escravos dentro das igrejas. Já os abolicionistas, como Luís Anselmo da Fonseca, acusavam ele de tentar agradar o Papa Leão XIII com pedidos de liberdade em homenagem ao aniversário de 50 anos da primeira missa do pontífice. Afirmava ele que, se o Bispo quisesse realmente dar exemplo de sua filantropia deveria ordenar que seus subordinados alforriassem seus escravos, tendo em vista que a escravidão não combinava nem com o cristianismo primitivo, nem com a filantropia, nem com a civilização. As medidas paliativas não poderiam servir de exemplo, apesar de ter sido ele o primeiro Bispo a tratar diretamente da questão do elemento servil com seus subordinados. Porém, para Luís Anselmo ou o

D. José possuía, além de influência, informações cruciais para a missão, pois tinha poder sobre os registros de batismos e óbitos da população escrava, poderia dar informações cruciais sobre pessoas que estivessem ilegalmente escravizadas, etc. Souza Pinto, concordando com o amigo, divergiu em uma questão. Pensou que a reunião seria para tratar de um congresso abolicionista. Para ele, um congresso abolicionista iria proporcionar uma maior adesão da opinião pública. Apesar de acreditarem na medida, os membros da SNE queriam agilidade e procuraram formar uma comissão independente de ter congresso ou não. A ideia era atrair o máximo possível de pessoas para concretizarem os planos de libertar o município do Recife.³⁷⁹

Convites foram enviados aos presidentes das sociedades emancipadoras, ao presidente do *Lyceu de Artes e Offícios*, a redatores de jornais, a homens como João Alfredo, Tobias Barreto, Aníbal Falcão, José Mariano, Dr. Raymundo Bandeira, Antônio Carlos Ferreira da Silva, Arthur Orlando, Martins Júnior, entre outros. Partidários de diversas bandeiras políticas, com os quais os projetistas da emancipação do Recife, em sua maioria membros da SNE, tentavam tratar. Desde João Alfredo³⁸⁰, monarquista e conservador, passando por José Mariano, um liberal dissidente, a Martins Júnior, republicano positivista, diversos homens, influentes na sociedade pernambucana receberam o chamado para participarem da tarefa de libertar o Recife, porém, nem todos aceitaram a missão.³⁸¹

No dia 01 de fevereiro de 1883, os membros da SNE formaram a administração da *Comissão Central Emancipadora do Recife* (CCER). Após a recusa de José Mariano – que

prelado poderia ser quente (abolicionista), ou frio (escravista), pois em sua tentativa de amornar a escravidão, de justificar a sua existência pela necessidade econômica do país, terminava não agindo muito mais como aliado dos “frios” do que dos “quentes”. HDBN: Diário de Pernambuco. 25 de março de 1883 e 27 de março de 1883. FONSECA, Anselmo Luís. **A Escravidão, o Clero e o Abolicionismo**. Bahia. Imprensa Econômica. 1887. pp. 443-476.

³⁷⁹ **IAHGP**. Caixa 20. Maço 2. Doc. 815. Acta da sessão extraordinária da Nova Emancipadora em 22 de fevereiro de 1883. Presidência do Sr. Jovino César Paes Barreto.

³⁸⁰ Agricultores de Escada fizeram, por meio dos jornais, uma pergunta ao senhor João Alfredo. Se ele realmente estava participando ou não da Comissão Emancipadora do Recife. Acreditavam eles que, pela sua posição de destaque no Partido Conservador, cercado de pessoas que o consideram, não poderia ficar sem responder a esta pergunta. Deixando que seu nome fosse usado pelos emancipacionistas intransigentes, como forma de adquirir o apoio dos conservadores na província. Os agricultores colocavam João Alfredo contra a parede, esperando dele uma resposta. Se participa ou não de uma Comissão que desejava fazer o que fizeram no Ceará, atentar contra a propriedade privada. **HDBN**: Jornal do Recife. 25 de março de 1883. Nº68. p.2.

³⁸¹ Tanto Joaquim Nabuco quanto José do Patrocínio chegaram a falar acerca da superioridade da causa abolicionista contra as disparidades políticas entre alguns conservadores, liberais e republicanos que se uniram por uma causa em comum. Apesar de que, os meios para se alcançar a abolição eram pensados de maneiras diferentes de acordo com as visões políticas de cada um. Alguns republicanos, segundo Flávia Braga, chegaram até mesmo a pedir indenizações para os escravos, outros como Arthur Orlando “apelavam para “evitar-se toda luta violenta com os possuidores de escravos” e pedia que se utilizassem de “divertimentos públicos” para arrecadar dinheiro.” NABUCO, Joaquim. Minha formação. **Op. Cit.** p.191. ORICO, Oswaldo, O tigre da abolição. **Op. Cit.** BRAGA, Flávia Bruna Ribeiro da Silva. “DITADURA”, ABOLIÇÃO E REPÚBLICA. **Op. Cit.** p.109. **IAHGP**. Caixa 20. Maço 2. Doc. 815. Acta da sessão extraordinária da Nova Emancipadora em 22 de fevereiro de 1883. Presidência do Sr. Jovino César Paes Barreto.

alegou não poder estar tão presente - Gomes de Mattos assumiu a presidência. A vice-presidência ficou com Jovino César Paes Barreto, o segundo vice, o Dr. Barros Sobrinho, presidente do *Clube Abolicionista*, completava a gestão. Mista, a Comissão só não contava com um nome dentre os seus correligionários.

No meio de tantos republicanos³⁸² e monarquistas, conservadores e liberais, João Ramos, não estava presente, ao menos oficialmente.³⁸³ Faria ele parte de outra sociedade que também visava a emancipação do Recife, a *Emancipadora Pernambucana* (EP).³⁸⁴ Ramos foi, além de diretor, vice-presidente da associação, que tinha por presidente, o “moreno”, Ribeiro da Silva.³⁸⁵ Essa sociedade contou ainda com o auxílio de Antônio Gomes de Mattos, Numa Pompílio, Aníbal Falcão, Jovino Paes Barreto, Dr. Cunha de Mello Sobrinho, Ovídio Filho,

³⁸² Martins Júnior, Aníbal Falcão, Gomes de Mattos, Barros Sobrinho, Arthur Orlando, são alguns dos republicanos presentes na Comissão. BRAGA, Flávia Bruna Ribeiro da Silva. “DITADURA”, ABOLIÇÃO E REPÚBLICA. **Op. Cit.**

³⁸³ Quando João Ramos enviou mensagens à direção da SNE e a Barros Sobrinho, presidente da CCER em 1884, pedindo demissão de ambas as instituições, ficamos sabendo que ele também era membro da Comissão Central Emancipadora do Recife, apesar do seu nome não ter aparecido explicitamente no manifesto da Comissão, nem nos jornais, talvez para não “manchar” as atividades da instituição. Ver: **HDBN: Jornal do Recife**. 1 de junho de 1884. Nº126. p.2.

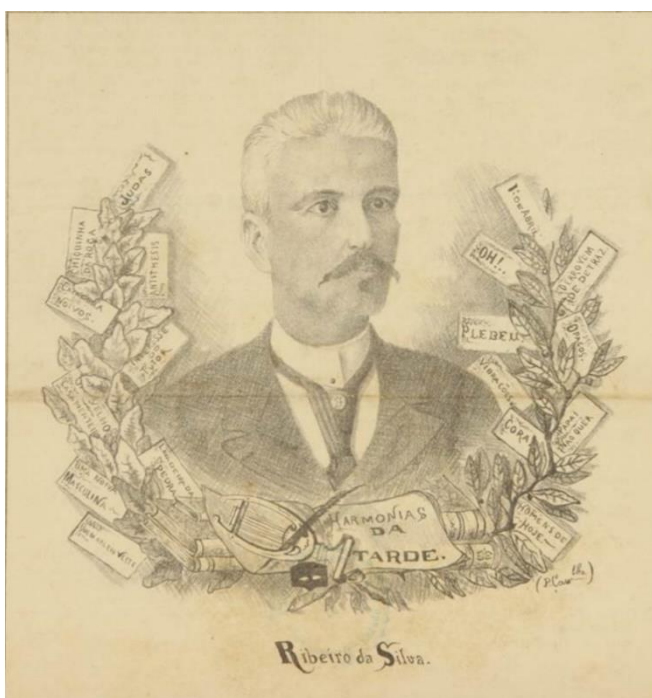
³⁸⁴ A Emancipadora Pernambucana - a partir de agora EP - fundada em 04 de março de 1883, tinha teoricamente um programa para trabalhar dentro dos limites da legalidade, assim como a Comissão Central e a Nova Emancipadora. Os meios utilizados para angariar recursos e utilizá-los no pagamento de indenizações iam desde bazares de prendas a tocatas públicas e espetáculos nos teatros. Segundo Flávia Braga, a EP tinha sua diretoria composta exclusivamente de republicanos e isso afetava na forma como a Sociedade agia. Por exemplo, “as conferências marcadas pela Emancipadora Pernambucana não eram no tradicional lócus abolicionista do Teatro de Santa Isabel, mas no Teatro Santo Antônio, onde também aconteciam as conferências republicanas. Uma delas, feita por Pepes de Vasconcelos, em 27 de maio de 1883, imbricava abolicionismo e republicanismo. Apesar do alto número de republicanos, a EP mesclou membros representantes de 7 sociedades e redatores de 3 jornais. Somente Joaquim Nabuco, monarquista membro do partido liberal, participaria da associação, mesmo assim em caráter honorário. Nabuco, que estava na Inglaterra, recebeu o título de presidente honorário da EP em 22 de abril de 1883. **HDBN: Diário de Pernambuco**. 24 de abril de 1883. Nº93. p.2. **HDBN: Jornal do Recife**. 06 de março de 1883. Nº53. p.1. **HDBN: Jornal do Recife**. 27 de abril de 1883. Nº96. p.3. **HDBN: Diário de Pernambuco**. 10 de maio de 1883. Nº106. p.7. **HDBN: Diário de Pernambuco**. 19 de agosto de 1883. Nº190. p.3. **HDBN: Gazeta da Tarde (RJ)** 01 de maio de 1883. Nº98. p.1. BRAGA, Flávia Bruna Ribeiro da Silva. “DITADURA”, ABOLIÇÃO E REPÚBLICA. **Op. Cit.** p.112.

³⁸⁵ José de Cavalcanti Ribeiro da Silva foi descrito como “moreno feio” por um amigo seu que escreveu algumas notas biográficas sobre ele. Ribeiro Silva começou sua vida literária com escritos dramáticos e segundo seu amigo tinha uma queda pelo teatro. É descrito como um evolucionista, estudou na Faculdade de Direito do Recife, na verdade quando da fundação da Emancipadora Pernambucana ainda era estudante de Direito. Colaborou como redator no *Etna*, na *Gazeta de Notícias* e no *Jornal do Recife*. Escreveu pelo menos dois dramas de propaganda abolicionista chamados: *os Escravocratas* e *Córa, a filha de Agar*. Na descrição que faz dele, o seu amigo o chama de abolicionista moderado, pois, segundo ele, tratando-se de política, era conservador demais. Ao escrever para Silvio Romero, em 06 de abril de 1888, Tobias Barreto chegou a perguntar: “Se o Sr. na sua História fala de Aníbal Falcão, por que não fala de Ribeiro da Silva, o autor de *Córa* e outros butões de igual quilate?” Em 1895, J.R.S. Duarte descreve Ribeiro da Silva como um moço-velho, aos 37 anos de idade, “consumido em incessantes lutas pela vida”. Poeta e Dramaturgo, “pobre, honesto e talentoso, únicos defeitos que tem” era “por demais conhecido no círculo literário do Paiz.” **HDBN: O Binóculo: Publicação Semanal**. 10 de novembro de 1883. Nº45. p.4. Tobias Barreto a Silvio Romero. Recife, 06 de abril de 1888. In: **Tobias Barreto (1839- 1889) bibliografia e estudos críticos**. Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro, p.94. Disponível em: http://www.cdpb.org.br/tobias_barreto.pdf. Acessado em 19 de abril de 2020 às 12:59. **CEPE Digital: O Polichinello: Ilustração e Crítica**. 12 de agosto de 1895. Nº03. p.2. **CEPE Digital: O Telegrapho: periódico satyrico, joco sério e noticioso**. 27 de janeiro de 1884. Nº3. p.3.

Alfredo Pinto, Alcides Barata e Guedes Alcoforado, todos republicanos e membros de outras associações emancipadoras.³⁸⁶ Era a semente do Clube do Cupim sendo plantada. Enquanto a *Emancipadora Pernambucana* reuniu os abolicionistas considerados mais radicais, a *Comissão Central* foi organizada pelos mais legalistas.

Inicialmente, foram formadas duas comissões pela diretoria da *Emancipadora Pernambucana*: uma de redatores, para propagandear a campanha, composta por cinco membros, coordenados pelo presidente da associação, Ribeiro da Silva³⁸⁷ e outra “investigadora de meios de alforrias”. Essa foi composta por 6 membros, encabeçada por João Ramos, Adolpho Guedes Alcoforado, Alfredo Odilon, João Alfredo Machado, tenente Crispiniano Buarque e João Duarte Filho, que deveriam se entender com os senhores acerca das condições para alforriar os cativos.³⁸⁸

Imagem 5: Ribeiro da Silva: aos seus 37 anos, um “moço-velho”.



Fonte: CEPE Digital. O Polichinello: Ilustração e Crítica. 12 de agosto de 1895. Nº03. Capa.

³⁸⁶ Aníbal Falcão também nos informa que a Comissão Central Emancipadora, muito embora presidida por um conservador, Gomes de Mattos, era composta em sua maioria de republicanos e apoiou o Diretório Liberal nas campanhas de 1884, fortalecendo as candidaturas de Joaquim Nabuco e José Mariano. NABUCO, Joaquim. Campanha Abolicionista no Recife. **Op. Cit.** p. XI.

³⁸⁷ Redator da Gazeta de Notícias e do Jornal do Recife. **HDBN: Jornal do Recife.** 9 de janeiro de 1883. Nº 6. p.2. **HDBN: Diário de Pernambuco.** 10 de maio de 1884. Nº108. p.3.

³⁸⁸ **HDBN: Jornal do Recife** 6 de março de 1883. Nº53. p.1. **HDBN: Diário de Pernambuco.** 6 de março de 1883. Nº 53. p.2. **HDBN: Diário de Pernambuco.** 10 de maio de 1884. Nº108. p.3.

Ribeiro da Silva, presidente da EP, escreveu a peça: *Corá, a filha de Ágar*. Essa obra abolicionista romântica, mas de cunho realista, foi apresentada pela primeira vez às vésperas das eleições de 1884, em 20 de setembro de 1884, pela *Sociedade Distração Dramática Familiar*.³⁸⁹ Na obra, a personagem principal, Córa, uma mulher descrita como “negra branca” - escravizada com atributos de pessoa “livre e civilizada” - foge com Pedro, o feitor do seu senhor, seguindo de Belém para Recife. No seu escrito, Ribeiro da Silva buscou muito mais retratar o movimento abolicionista considerado pelos senhores como radical, deixando a entender que somente através da união de forças entre as pessoas escravizadas e livres e dos processos de fugas coordenadas, o abolicionismo poderia concretizar seus planos. Diferentemente das “vítimas-algozes”, de Macedo, os sujeitos de Ribeiro da Silva eram as pessoas escravizadas. Nada de fazer propaganda aos senhores, Ribeiro da Silva elogiava os escravizados e fazia campanha para que eles ousassem escolher os seus próprios destinos.

Ribeiro da Silva deixou claro o posicionamento dos abolicionistas “radicais” que consideravam a coordenação das fugas como a melhor alternativa viável para o fim da escravidão, principalmente contra os senhores mais renitentes. Nas falas dos seus personagens, conseguimos identificar o posicionamento dos abolicionistas. Um deles, o Sr. Júlio Lemos, chega a dizer: “já que a evolução é tardia em produzir os seus efeitos, venha a revolução. Eu acompanho a opinião de um sábio pensador: para grandes males grandes remédios. É a minha fraca opinião a respeito desse grande problema”.³⁹⁰ Outro personagem de *Córa*, partidário da abolição, Carlos – um 1º tenente da marinha que passa a nutrir sentimentos por Córa - aciona o dístico utilizado pelos abolicionistas radicais de que a escravidão é um roubo, afirmando ainda que:

muitas vezes, senhor Pedro, no alto mar a manga da água que ameaça a tormenta (**ou seja, o movimento antiabolicionista**) é expelida e destruída por uma corrente de vento mais benigna que ela (**o movimento abolicionista**).³⁹¹

³⁸⁹ SILVA, Ribeiro da. *Córa, A filha de Ágar*. Drama abolicionista em 4 atos. Pernambuco. 1884. Disponível em: https://digital.bbm.usp.br/bitstream/bbm/5258/1/016894_COMPLETO.pdf acessado em 17 de maio de 2021 às 21:34. Apesar de estar disponível na internet, o primeiro contato que tivemos com esta obra foi a partir da dissertação de mestrado de Jefferson Gonçalo do Carmo, que dedicou um tópico de seu trabalho ao trabalho de Ribeiro da Silva. Gostaríamos, inclusive, de poder, futuramente, ler algum trabalho específico sobre este homem e outros literatos negros de Pernambuco que estão para ser “descobertos”. Ver: CARMO. Jefferson Gonçalo do. **“AO TEATRO, POIS, TODOS OS ABOLICIONISTAS”: O TEATRO ABOLICIONISTA E MOVIMENTO ANTIESCRAVISTA EM RECIFE ENTRE 1880 E 1886**. Dissertação de mestrado. Recife, UFPE. 2020. Especificamente o tópico 4.1: ANALISANDO CORA, A FILHA DE ÁGAR: EMOÇÃO E ABOLICIONISMO.

³⁹⁰ SILVA, Ribeiro da. *Córa, A filha de Ágar*. **Op Cit.** p. 69.

³⁹¹ **Idem.** p.104. Grifos nossos.

Já o proprietário de *Córa*, o tenente-coronel Andrada, sintetiza o sentimento dos escravocratas ao afirmar que,

o mal hoje que sofremos, senhor Jorge de Almeida, devemos a esses abolicionistas acelerados, que nada tendo a perder procuram prejudicar-nos a nós, que não vivemos de vento, como camaleão. Este movimento que ora se opera no Brasil há de ser a nossa desgraça.³⁹²

Apesar de não ter ficado famoso nacionalmente ou de ter sua obra se tornado um clássico da literatura brasileira como *A escrava Isaura*³⁹³, da qual, certamente, Ribeiro da Silva se valeu, *Córa* marcou ainda mais o cenário político pernambucano, servindo de inspiração para os adesistas do movimento abolicionista. A obra foi utilizada até mesmo pelo cigarreiro José Antônio dos Santos³⁹⁴ como símbolo de uma das suas marcas de cigarros e provavelmente deveria ser comprada pelos partidários da Abolição, assim como os cigarros *Nabuquistas*, *Os Príncipes da Liberdade*, *Emancipadores*, *Abolicionistas*, *Ave Libertas*, dentre outros.³⁹⁵

Imagem 6: Cigarros *Córa*



Fonte: FUNDAJ – CEHIBRA

http://digitalizacao.fundaj.gov.br/fundaj2/modules/visualizador/i/ult_frame.php?cod=1075³⁹⁶

³⁹² **Idem.** p.106.

³⁹³ FARIA, João Roberto. Teatro romântico e escravidão. **Teresa revista de Literatura Brasileira** [12|13]: São Paulo, pp. 94-111, 2013. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/teresa/article/view/99061> acessado em 04 de julho de 2021 às 14:24.

³⁹⁴ **HDBN**: Jornal do Povo: publicação à tarde. 16 de março de 1889. Nº51. p.2.

³⁹⁵ Todas estas marcas e suas respectivas estampilhas podem ser encontradas em: http://digitalizacao.fundaj.gov.br/fundaj2/modules/busca/listar_projeto.php?cod=26&from=351 acessado em 04 de julho de 2021 às 14:19.

³⁹⁶ Um dos litógrafos da estampilha foi Epaminondas Mariano de Sousa Gouveia, ilustrador do jornal republicano *Lanterna Mágica*. NASCIMENTO, Luiz do. História da imprensa de Pernambuco. **Op. Cit.** pp.112-114. Autor: Litografia Epaminondas & Krauss Notas: Fabricante/proprietário José Antônio dos Santos, sucessores de Bourgard & Cia. Centro Comercial. Rótulo de cigarro, coleção Brito Alves. Disponível em: http://digitalizacao.fundaj.gov.br/fundaj2/modules/busca/listar_projeto.php?cod=26&from=416 acessado em 04 de julho de 2021 às 14:43.

Na sexta reunião da *Emancipadora Pernambucana*, o sócio Dr. Pepes de Vasconcellos propôs a criação de uma escola para o povo, dando preferência aos cativos e libertos, sendo a proposta aprovada, deveria ser conduzida pelo próprio Pepes, por Ovídio Filho, Silveira Carvalho e Arthur Fenelon. Infelizmente, as únicas atas que encontramos acerca dos trabalhos da EP foram as publicadas nos *Jornal do Recife* e no *Diário de Pernambuco*. Apesar dos poucos registros (19 ocorrências no *Diário de Pernambuco* e 46 no *Jornal do Recife*), ao fazer uma análise das sessões publicadas, sentimos a ausência da participação de João Ramos que, mesmo sendo vice-presidente e um dos diretores da associação, apareceu muito pouco nas realizações das atividades internas.³⁹⁷ Talvez João Ramos tenha sido escolhido como vice-presidente para dar uma certa visibilidade à sociedade, já que ele era reconhecido como uma das principais lideranças do movimento abolicionista em Pernambuco. A EP tentou contribuir com a emancipação do município do Recife criando comissões que agenciaram bazares e recolhimento de donativos pelas freguesias do município.³⁹⁸ Em maio de 1884, Ribeiro da Silva formou uma comissão com Alfredo Pinto e Numa Pompílio para tratar da libertação completa da rua Barão da Vitória, onde ficava localizada a sede da EP. Nessa mesma rua seria fundado, em casa de Numa Pompílio, no mês de outubro de 1884, o *Clube do Cupim*.³⁹⁹

Já na direção da *Comissão Central Emancipadora*⁴⁰⁰, Manoel Gomes de Mattos nomeou João Barbalho e Aníbal Falcão para secretários. Além disso, criaram três comissões.

³⁹⁷ **HDBN:** Jornal do Recife. 3 de abril de 1883. Nº75. p.1. **HDBN:** Jornal do Recife. 26 de maio de 1883. Nº119. p.2. **HDBN:** Jornal do Recife. 14 de julho de 1883. Nº160. p.1. Estas iniciativas não eram inéditas e já existiam escolas para libertos criadas por abolicionistas brancos e negros. O Club dos Libertos contra a Escravidão, em Niterói é um exemplo disso. Criado com o apoio de João Clapp, desde a sua fundação em março de 1881, foi viabilizado pela articulação entre sujeitos negros e brancos. Os membros do Clube trabalhavam para garantir a libertação de escravizados, a educação primária gratuita a “todas as pessoas que [necessitassem] desse benefício”, bem como buscar a implementação de práticas pedagógicas inovadoras em educação infantil para os filhos de libertos e escravizados. PINTO, Ana Flávia Magalhães. FORTES LAÇOS EM LINHAS ROTAS. **Op. Cit.** p.215.

³⁹⁸ **HDBN:** Jornal do Recife. 3 de abril de 1883. Nº75. p.1. **HDBN:** Jornal do Recife. 26 de maio de 1883. Nº119. p.2.

³⁹⁹ **HDBN:** Diário de Pernambuco. 10 de maio de 1884. Nº108. p.3. **HDBN:** Diário de Pernambuco. 21 de maio de 1884. Nº117. p.3.

⁴⁰⁰ A Comissão Central Emancipadora, fundada em 1883 era composta inicialmente por 45 membros. 5 cearenses: Dr. João Thomé da Silva, professor da faculdade de direito, Dr. José Anstregesilo Rodrigues Lima, secretário do governo, Dr. Manoel Gomes de Mattos e Antônio Gomes de Mattos, negociantes de grosso trato e o estudante Linhares de Albuquerque. 2 sergipanos: Tobias Barreto e João de Oliveira; 1 maranhense: Dr. Malaquias Antônio Gonçalves; 1 paraibano: Dr. Luiz Emigdio Rodrigues Vianna; 1 paraense: Dr. Afonso Otaviano P. Guimarães; 1 riograndense e negociante em grosso, deputado comercial: Joaquim Olinto Bastos; 3 portugueses: os negociantes em grosso, João José Rodrigues Mendes, José Joaquim Moreira e comendador Henrique da Silva Ferreira. 1 suíço, o negociante em grosso, Oscar Falkeisen; 1 brasileiro naturalizado: o Dr. Souza Pinto e 29 pernambucanos entre os quais se nota os lentes da faculdade Dr. Bandeira Mello, Barros Guimarães e Graciliano Baptista. O deputado geral Dr. José Mariano, que recusou a presidência, passada a Manoel Gomes de Mattos. Os advogados Dr. Costa Ribeiro e José Domingos, os médicos Dr. Barros Sobrinho e Raymundo Bandeira, o diretor da Instrução Pública Dr. João Barbalho, os negociantes em grosso comendador Joaquim Felipe, Dias Fernandes e Antonio Carlos Ferreira da Silva, o presidente da Câmara Municipal coronel Décio e os redatores do Diário, Jornal do Recife, Tribuna, Tempo, Gazeta de Notícias, Gazeta do Recife, etc. **HDBN:** Jornal do Recife. 3 de maio de 1883. Nº101.

A primeira foi composta por Bandeira de Mello, João Barbalho e Souza Pinto, para tratarem com os tipógrafos. Uma segunda foi formada por Bandeira de Mello, Emigídio Vianna e Jovino Barreto, para se entender com o bispo e vigário do Recife e a terceira, composta por Antônio Carlos Ferreira da Silva, Oscar Falkeinsem (um suíço radicado em Pernambuco) e pelo comendador Joaquim Felipe da Costa, os quais deveriam se dirigir às associações Comercial e Agrícola.

Estavam traçadas as metas da Comissão: propagandear os trabalhos pela imprensa e pedir apoio da Igreja, do Comércio e também de membros da classe agrícola.⁴⁰¹ Formada por atores políticos de diversos partidos e categorias sociais, ainda assim a instituição prezava por um programa legalista e gradual. A *CCER*⁴⁰² teve mais destaque do que a *Emancipara Pernambucana*, que agiu com maior discrição.⁴⁰³ Todavia, foi dessa última que saíram boa parte dos sócios que fundaram, juntos com João Ramos, – sendo ele o elemento agregador do grupo - o *Clube do Cupim*, organização que mudou radicalmente o movimento abolicionista em Pernambuco.⁴⁰⁴ Importante salientar aqui que, tanto a *CCER* quanto a *EP*, ao menos a partir dos indícios que temos, não agiram fora do campo da legalidade.

No dia 31 de março de 1883, a *CCER* lançou o seu manifesto, assinado por 45 homens. Deixavam claro o seu interesse, queriam repetir o exemplo do Município Neutro, onde várias pessoas estavam se reunindo para acabar com a escravidão na cidade do Rio de Janeiro, com “os aplausos da imprensa” e com as congratulações “não só do chefe do atual ministério e da

p.2 Tanto as reuniões da Caixa Emancipadora Pedro Pereira quanto a da Comissão Central funcionavam na sala de sessões da Nova Emancipadora com reuniões as quartas, sábados e domingos. IAHGP. Caixa 20. Maço 2. Doc. 815. Acta da sessão ordinária em 18 de março de 1883.

⁴⁰¹ **HDBN**: Diário de Pernambuco. 14 de março de 1883. Nº60. p.3.

⁴⁰² Num Manifesto intitulado *Redenção do Município do Recife*, os membros da Central Emancipadora expuseram seus ideais e suas formas de agir para alcançar o resultado desejado: a libertação da capital pernambucana. O manifesto que foi assinado por 45 pessoas, incluindo Manoel Gomes de Mattos, Jovino César Paes Barreto, Dr. Barros Sobrinho, João Barbalho, Aníbal Falcão, Dr. Bandeira de Mello, Dr. Tobias Barreto, José Mariano Carneiro da Cunha, Dr. Raymundo Bandeira, Antônio Gomes de Mattos, Antônio Carlos Ferreira da Silva, Antônio José da Costa Ribeiro, dentre tantos outros eminentes atores políticos, não contou com a assinatura de João Ramos. Talvez a sua presença no grupo não fosse positiva para a imagem da Comissão, já que diversos membros tinham ciência dos movimentos de Ramos como acoitador de escravos fugidos e sabiam que os senhores poderiam e iriam denunciar a sua ligação com o movimento cearense prejudicando assim toda a Comissão Central. **HDBN**: Jornal do Recife. 5 de abril de 1883. Nº77. p.2

⁴⁰³ A Emancipadora Pernambucana teria uma vida curta, ao menos segundo o que conseguimos encontrar nos jornais sobre sua atuação como sociedade emancipadora. A sua fundação e as reuniões começaram a acontecer no ano de 1883 e a última notícia que temos sobre a sociedade é de 26 de julho de 1884. Neste dia Alfredo Viera Pinto felicitou, em nome da EP, o senhor Theodureto Souto pela libertação da Província do Amazonas. **HDBN**: Jornal do Recife. 26 de julho de 1883. Nº171. p.1.

⁴⁰⁴ Fernando de Castro Paes Barreto, Guilherme Pinto, Alfredo Pinto Vieira de Mello, João Ramos e Numa Pompílio, todos estes fizeram parte da Emancipadora Pernambucana e constam como sócios fundadores do Clube do Cupim como veremos mais adiante. **HDBN**: Jornal do Recife. 24 de maio de 1884. Nº119. p.1. **HDBN**: Diário de Pernambuco. 10 de maio de 1884. Nº108. p.3. **HDBN**: Diário de Pernambuco. 21 de maio de 1884. Nº117. p.3.

suprema autoridade eclesiástica da diocese do Rio de Janeiro, mas com a adesão fervorosa do próprio imperante”. Contra as críticas dos escravocratas, perguntaram se todos aqueles representantes e autoridades pretendiam conflagrar a nação e violar a propriedade?

Queriam a liberdade do Recife, mas de que forma? Apelavam para o Estado, para a caridade pública e para a liberalidade particular. Deixavam claro que não pretendiam decretar a abolição imediata da escravidão no município, pois, somente com o tempo (gradualmente) poderiam alcançar tal fim sem incorrer em desordens socioeconômicas e políticas. Segundo os membros da Comissão, “somente um espírito cego e revolucionário, em absoluto oposto aos precedentes e critério dos indivíduos que a comissão constituí poderiam sugerir tal solução”. [sic] Reconheciam que sem os poderes públicos, sem a ajuda dos “homens bons” e das “classes conservadoras”, inclusive dos agricultores, não conseguiriam resultados positivos, pois, alcançavam ultimamente pouco para o que estavam propondo. Manifestaram a necessidade de obter o apoio do Estado, da Igreja e de todas as pessoas interessadas no futuro da sociedade brasileira. A intenção principal da *CCER* era o fim da escravidão, visando implantar um regime da servidão ao solo, com o controle do trabalhador através de um novo conjunto de leis sobre o trabalho. “Moralizada e próspera seria a agricultura” após a execução desses projetos. Avisaram aos senhores que eles poderiam dormir tranquilos, pois os projetos da *Comissão Central* visavam a emancipação, a transição gradual do trabalho escravo à servidão vinculada ao solo e prometiam não sair do campo legal para executar esse objetivo.⁴⁰⁵

Essa proposta tímida e conservadora da *CCER* foi assinada por 45 nomes. Homens como Manoel Gomes de Mattos, Jovino César Paes Barreto, Antônio Joaquim de Barros Sobrinho, João Barbalho Uchoa Cavalcanti, Aníbal Falcão, João Capistrano Bandeira de Mello, Tobias Barreto, José Mariano Carneiro da Cunha, Antônio Carlos Ferreira da Silva, José Izidoro Martins Júnior, Arthur Orlando, Francisco Ignácio Pinto, dentre outros, comerciantes, políticos, professores e estudantes, conservadores, liberais e republicanos conhecidos em Pernambuco como os cabeças do movimento emancipacionista.

A ausência do nome de João Ramos, ligado às sociedades emancipadoras, desde o começo da década, amigo de muitos dos homens acima, faz-nos levantar algumas hipóteses. Ou ele não estava vinculado a *CCER* naquele momento, como vimos, por não querer somente o que os emancipadores queriam, ou seu nome não foi escrito justamente porque a sua associação à *CCER* poderia manchar as atividades das sociedades emancipadoras devido à sua atividade, considerada, até pelos seus amigos de causa, como mais radical.

⁴⁰⁵ BARRETO, Luiz Antônio. Tobias Barreto. **Op. Cit.** Ver o Anexo da obra.

Enquanto o movimento emancipador (em sua tentativa de libertação de territórios) se desenvolvia lentamente em Pernambuco, João Ramos recebia informações de como andava o movimento no Ceará. Antônio Bezerra escreveu a ele, no dia 20 de fevereiro de 1883, dando informações sobre a *Sociedade Redentora de Baturité*, dizendo que, no mesmo dia de sua fundação, foram libertados 105 escravos. Segundo ele, o povo de Baturité estava entusiasmado para declarar o município livre e já havia marcado data para o fato, 30 de junho próximo. Os sócios da SCL ficariam em Baturité esperando a comissão que havia seguido para Canindé, “onde sabemos que foi boa colheita”. De lá partiriam para Quixadá, Quixeramobim e Pedra Branca. João Cordeiro estava em Sobral, que segundo Bezerra era a “Escada do Ceará”, pois “o escravagismo ali é horroroso”. (sic)⁴⁰⁶

Nesse depoimento de Antônio Bezerra de Menezes, podemos ver que não eram somente os plantadores pernambucanos que tinham conhecimento dos abolicionistas cearenses, esses também sabiam do que se passava em Pernambuco e de como os senhores de engenho de Escada, por exemplo, resistiam ao abolicionismo tentando montar grupos anti-abolicionistas (os Clubes da Lavoura⁴⁰⁷), na província. Segundo Bezerra, João Cordeiro havia seguido para Sobral, devido à forte influência da escravidão naquela cidade e somente ele poderia cumprir a tarefa, pois “era o mais destemido abolicionista que conhecia. É um canhão, nada lhe resiste”.⁴⁰⁸

Cordeiro escreveu para Ramos logo em seguida. No dia 03 de março de 1883, convidou o amigo para ir ao Ceará, quando quisesse, “para ver as jangadas desta terra, o prelo do *Libertador* (o jornal da SCL) e os quilombos do Bezerra.” Falava ele do movimento libertador no Ceará por completo. Da luta popular que começou com os jangadeiros e que agora estava no ponto dos agrupamentos de escravos fugidos.⁴⁰⁹ O quilombo do Bezerra provavelmente fazia referência ao conjunto de casas de membros e colaboradores da SCL que acoitavam escravos nos municípios do Ceará. Segundo Cordeiro, tudo era paz na província, mas o governo, “corrupto e corruptor”, achava por bem fazer a guerra. Informou ao amigo da substituição do 15º batalhão que, ao ter confraternizado com os homens responsáveis por fechar o porto ao tráfico de escravos, estava sendo trocado pelo 11º Batalhão, vindo do Pará. Este era

⁴⁰⁶ **IAHGP**. Caixa 21. Maço 2. Doc. 827. Correspondência do João Ramos. Carta de Antônio Bezerra de Menezes a João Ramos. 20 de fevereiro de 1883. Página 2.

⁴⁰⁷ Os Clubes da Lavoura começaram a ser fundados em São Paulo e no Rio de Janeiro quando o movimento abolicionista se expandiu por estas províncias. Em ambas as províncias os senhores de escravos, associados nestas instituições, chegaram a espancar agentes da ordem, delegados, policiais, advogados, nem mesmo juízes escapavam da fúria dos escravistas. Os abolicionistas sofreram diversos reveses e combateram os Clubes da Lavoura legalmente e ilegalmente. MACHADO, Maria Helena. O Plano e o Pânico. **Op. Cit.** p.75.

⁴⁰⁸ **IAHGP**. Caixa 21. Maço 2. Doc. 827. Correspondência do João Ramos. Carta de Antônio Bezerra de Menezes a João Ramos. 20 de fevereiro de 1883. Página 3.

⁴⁰⁹ **IAHGP**. Caixa 21. Maço 2. Doc. 827. Correspondência do João Ramos. Carta de João Cordeiro a João Ramos. 3 de março de 1883. 3 páginas.

composto por 700 homens e 2 navios de guerra. Para Cordeiro, o governo queria fazer medo e a vinda do novo batalhão fez com que os abolicionistas cearenses se movimentassem. O governo tinha, segundo ele, “1.700 soldados e 2 navios de guerra”, enquanto que os libertadores tinham:

100 jangadas, 200 jangadeiros. 12 libertadores, 2 prelos, 1.000 quilos de typos, algumas caixas, 8 tinteiros, 16 canetas, 50 fardos de papel de impressões, **200 negros em quilombos** e 2.000 cartas de liberdade adquiridas em janeiro e fevereiro com as quais faremos as nossas barricadas!⁴¹⁰

Essa seria a resposta dada ao governo que “se assusta com a luz porque só vive nas trevas”. O líder do movimento no Ceará deixava bem claro os meios pelos quais estavam lutando para conseguirem o fim desejado de libertar toda a província, demonstrando também que a força do movimento provinha muito mais das classes populares e dos escravizados do que dos representantes da classe média urbana. Ele mesmo confirmou que o número de quilombolas e de jangadeiros, homens essenciais para conter o tráfico de escravos, para agir pela causa nas ruas e para transportar os escravos fugidos de uma região a outra, era muito maior do que o de sócios da SCL.

Ao cogitar um confronto com as forças imperiais enviadas à província, João Cordeiro demonstrou que o poder do movimento provinha da participação popular, deixando-nos entrever que os 200 quilombolas escondidos pela SCL mais os 100 jangadeiros eram os principais agentes daquele processo. Os abolicionistas publicavam no jornal *Libertador* na intenção de fazer frente aos escravistas, buscando angariar apoio da opinião pública, denunciando, apontando, informando sobre o andamento do movimento.⁴¹¹ E, por último, auxiliavam os escravos com cartas de liberdade.

Sinalizou a Ramos qual seria o último expediente caso o governo promovesse uma guerra. “Se formos agredidos, a nossa represália será tremenda, sem igual na história do país, porque as nossas mulheres formarão a 1º fila dos combatentes.” As cearenses libertadoras: esposas, amigas e partidárias dos membros da SCL, seriam as primeiras a entrar na linha de frente num provável conflito entre os dois lados.⁴¹² Esse chamado às armas por parte das

⁴¹⁰ **Idem.**

⁴¹¹ **HDBN:** O Libertador: Órgão da Sociedade Cearense Libertadora (CE). 15 de janeiro de 1881. nº 2, p. 4.

⁴¹² Desde pelo menos 1881, o papel das mulheres cearenses era divulgado no Libertador, como forma de agradecer pelas suas ações em prol do movimento. **HDBN:** O Libertador: Órgão da Sociedade Cearense Libertadora. 17 de fevereiro de 1881. Nº4. p.2. Segundo Eduardo Silva, longe de terem assumido o papel que lhes foi imputado, as mulheres parecem ter ocupado a vanguarda abolicionista no século XIX. Superar o sistema patriarcal-escravista implicava não apenas na “libertação” de escravos, um conceito muito amplo e impreciso. Na prática, comprando sua própria “liberdade”, o que o escravo adquiriria eram os direitos básicos de cidadania, algo que era negado às

mulheres, segundo Angela Alonso, tinha duas faces. Os abolicionistas convocavam as mulheres não só para avolumar a campanha, como para protegê-los das ameaças diretas e contra atentados nos comícios e reuniões. Todavia, muitas mulheres acabaram abrindo espaços e achando outros lugares para além do de “escudo”. Algumas, devido as constantes idas aos meetings e as conferências-concerto, “passaram de politicamente incapazes a cidadãs da política das ruas.”⁴¹³

As notícias do Ceará movimentavam a vida política de João Ramos, muito mais do que as de Pernambuco. Um dia após a carta de Cordeiro, o comerciante Gualter da Silva escreveu a João Ramos para tratar de questões particulares: o envio de “abacaxis” para o Ceará. Diferentemente do que poderiam pensar as autoridades e para ludibriá-las, abacaxi era um codinome para escravos fugidos. Silva chegou a informar que já estava com o Américo mas que não havia visto o Henrique, que poderia estar com Antônio Bezerra. Acerca de Esperança, outra embarcada, deu informações de que ela não havia sido vista ainda e nem havia chegado na casa dele. Finalizou dizendo que, apesar das dificuldades, as providências para o desembarque de abacaxis já estavam sendo dadas, poderia confiar o envio da “mercadoria” para o Ceará.⁴¹⁴

Celso Castilho e Flávia Braga já apontaram o contato entre João Ramos e os abolicionistas cearenses, principalmente no que diz respeito ao envio de escravos fugidos para o Ceará, desde pelo menos 1880-1881. Indo além, podemos acrescentar que, mesmo em pequena escala - algo que mudaria a partir de 1884 - o modelo de fugas coordenadas para territórios livres foi praticado e disseminado por esses homens antes das ações de fugas coordenadas por Antônio Bento, João Clapp, José do Patrocínio, Eduardo Carigé, Luiz Carlos

mulheres, mesmo as que possuísem escravos. Um ex-escravo podia adquirir também o direito de votar; uma ex-escrava, não. Tampouco teria esse direito uma senhora – “sinhá” ou “sinhazinha” na linguagem dos escravos – branca, educada, rica e poderosa. Aí está o ponto. Libertar e conceder tais direitos aos escravos implicava num desequilíbrio profundo nas relações tradicionais de gênero. Como justificar que o liberto pudesse votar e sua companheira, não? Como justificar que o ex-escravo pudesse votar e sua ex-senhora, não? O processo de “libertação” dos escravos, no caso brasileiro, puxava por questões de gênero. Uma coisa implicava necessariamente na outra. A questão da libertação dos escravizados e do avanço dos direitos civis e políticos, de certa forma também pode ser confundido e amalgamado com a busca por direitos civis e políticos por parte das mulheres no final do século XIX. A reforma política promovida pelo ministério Dantas em relação a questão do voto pode ser uma pedra encontrada no sapato do caminho daqueles que estavam buscando conquistar direitos políticos e que almejando participar das tomadas de decisões na sociedade encontraram através dos movimentos abolicionistas um percurso obrigatório a ser trilhado. SILVA, Eduardo. “Sinhás e sinhazinhas avançadas. **Op. Cit.** FERREIRA. Luzilá Gonçalves. A luta das mulheres pernambucanas. in: Suaves amazonas: mulheres e abolição da escravatura no Nordeste. **Op. Cit.** pp. 41-110.

⁴¹³ ALONSO, Angela. A teatralização da política A propaganda abolicionista. *Tempo Social, revista de sociologia da USP*, v. 24, 2012. n. 2. p.116.

⁴¹⁴ **IAHGP**. Caixa 21. Maço 1. Doc. S/n. Correspondência do João Ramos. Carta de Gualter R. da Silva a João Ramos. 04 de março de 1883.

de Lacerda⁴¹⁵ e muitos outros que se utilizaram dos mesmos expedientes radicais. Abolicionistas, de todo o Império que se utilizaram dos mesmos meios para acabar com a escravidão, espelharam-se no movimento de fugas coordenadas que acontecia entre Pernambuco e o Ceará, com João Ramos e João Cordeiro como líderes desse movimento.⁴¹⁶

Acreditamos que o repertório do movimento radical abolicionista ao Norte, baseado na coordenação das fugas, formação de quilombos urbanos, serviram de exemplo para as outras províncias e para o movimento abolicionista nacional. Encabeçavam esse movimento no eixo Norte, João Ramos em Pernambuco e João Cordeiro no Ceará, esse último com um grupo chefiado por ele, desde o início da década de 1880, a *Sociedade Cearense Libertadora* que era, na visão das autoridades e dos senhores de escravos, um verdadeiro “reduto de negros fugidos”.⁴¹⁷ Enquanto o primeiro ainda iria fundar, oficialmente, o *Clube do Cupim*, em 1884, mas já se envolvia, intimamente, com o processo de fugas coordenadas e com a SCL, além de fundar sociedades emancipadoras, atuando como agente duplo do abolicionismo por vias legais e ilegais.⁴¹⁸

Os sinais de ciência do movimento abolicionista extralegal, ou do que os senhores de escravos chamavam de “radical”, começaram a aparecer com mais frequência nos jornais, a

⁴¹⁵ MONNERAT, Taniza do Couto Costa. **ABOLICIONISMO EM AÇÃO: O JORNAL VINTE E CINCO DE MARÇO EM CAMPOS DOS GOYTACAZES (1884 – 1888)**. Dissertação de mestrado. UNIRIO. 2013.

⁴¹⁶ Angela Alonso reconhece que, enquanto no Rio de Janeiro os abolicionistas ainda estavam segundo o repertório das conferências concerto, entre 1880-1881, no Norte as coisas já estavam avançando para as ações mais radicais. ALONSO, Angela. Flores, votos e balas. **Op. Cit.** pp. 134,170-178. Pedro Alberto de Oliveira Silva também afirma que os cearenses já estavam envolvidos com o acoitamento e o roubo de escravizados desde pelo menos 1880-1881. SILVA, Pedro Alberto de Oliveira. História da escravidão no Ceará. **Op. Cit.** p.209.

⁴¹⁷ **HDBN**: Jornal do Recife. 24 de novembro de 1880. Nº272. p.2.

⁴¹⁸ Segundo Celso Castilho, a ligação entre os republicanos abolicionistas cearenses, considerados radicais, em torno de João Cordeiro e José do Amaral, presidente e vice-presidente da SCL, com o grupo ligado à Nova Emancipadora e a João Ramos se fortaleceu ainda mais após o 25 de março de 1884 com a libertação “total” do Ceará. Tanto ele quanto Flávia Braga apontam que as fugas coordenadas eram empreendidas desde 1881. Perceberemos que, mesmo em menor escala, estas fugas abriram rotas, estabeleceram procedimentos, criaram precedentes que foram aproveitados até mesmo no pós-abolição. CASTILHO, Celso Thomas. *Slave Emancipation and Transformations*. **Op. Cit.** pp.94-95. BRAGA, Flávia Bruna Ribeiro da Silva. **ROENDO A MADEIRA DA ESCRAVIDÃO: O Club do Cupim como espaço de luta política (Pernambuco, 1884-1888)** Anais Caravana Anpuh 2015. p.1. Disponível em: https://www.pe.anpuh.org/conteudo/view?ID_CONTEUDO=2129&impressao acessado em 25 de janeiro de 2020 às 13:04. “DITADURA”, ABOLIÇÃO E REPÚBLICA. **Op. Cit.** p.123. SILVA, Ricardo Tadeu Caíres. **EDUARDO BARAÚNA CARIGÉ (1851-1905): O ANTÔNIO BENTO BAIANO**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História. ANPUH. São Paulo, julho 2011. SILVA, Ricardo Tadeu Caíres. **INDUSTRIOSOS ABOLICIONISTAS”: LUTAS POLÍTICAS E OUTROS INTERESSES ENVOLTOS NA CAMPANHA ABOLICIONISTA (1880-1888)**. 7º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, Curitiba (UFPR). 2015. disponível em <http://www.escravidaoeliberdade.com.br/> acessado em 31/10/2019 às 18:40. OTSUKA, Alexandre Ferro. Antônio Bento. **Op. Cit.** MORAES, Renata Figueiredo. As festas da Abolição. **Op. Cit.** MORAES, Renata Figueiredo. OS DIFERENTES 13 DE MAIO. HISTÓRIA, MEMÓRIA E FESTA DA ABOLIÇÃO. **OPIS**, vol. 7, nº 9, jul-dez 2007.

partir de 1883. Afonso de Albuquerque Mello⁴¹⁹, num artigo intitulado, *A insidia Satânica*, comparou os abolicionistas da *Nova Emancipadora* a falsos profetas, homens que se utilizavam do nome de Deus para roubar e destruir.⁴²⁰ Inconsequentes que justificavam todos os horrores dos seus meios pelos seus fins. O Autodenominado “advogado dos agricultores”, Afonso Mello afirmou que “eram bandidos aqueles que queriam a libertação dos escravos pelo roubo, pela violência, pelo envio de escravos para o Ceará, que já estava imerso no mal do desrespeito a propriedade alheia.”⁴²¹

Afonso de Albuquerque atizou os senhores de escravos a reagirem, pois, em sua visão, “os donos de escravos de Pernambuco não eram tão fracos e impotentes quanto os do Ceará para se renderem a bandidos.” Para ele, somente o Estado poderia, através de meios legais, declarar a liberdade de onze mil escravos (aproximadamente o número de cativos registrados no Recife). Mello acusou os membros da SNE que, como sabemos, prezavam pela legalidade do processo emancipador e ainda afirmou ter provas para seus argumentos, pois, segundo ele, havia sido informado de algumas tabelas e dos telegramas que os membros das SNE trocavam com os da *Cearense Libertadora*. Na sua versão, as trocas de informações e mensagens eram constantes e poderiam ser provadas.⁴²² O advogado dos agricultores citou, como exemplo, o envio de dois escravos para o Ceará, promovido pela SNE. Segundo ele, estes eram propriedade de senhores miseráveis, um que esmolava para seu dono e o outro que trabalhava para sustentar o seu senhor que era pobre, ficando ambos na miséria e na fome. Por último, Mello fez um

⁴¹⁹ Affonso de Albuquerque Mello, formado em Direito no Recife, foi secretário da tesouraria da fazenda da Província de Pernambuco. **HDBN**: Diário de Pernambuco. 17 de março de 1880. Nº63. p.4. **HDBN**: Diário de Pernambuco. 5 de março de 1882. Nº53. p.4.

⁴²⁰ Adolpho Guedes chegaria a propor que a Emancipadora requeresse um exame de sanidade contra Affonso de Albuquerque Mello. Alegando que sem motivos algum atacava a Sociedade e atrapalhava a propaganda. IAHP. Caixa 20. Maço 2. Doc. 815. Acta da sessão ordinária em 18 de março de 1883. Presidência do senhor Jovino Cezar Paes Barreto. De fato, a Sociedade publicaria um aviso informando que não responderia os insultos de Affonso de Albuquerque, pois estavam convencidos de que ele era vítima de uma moléstia mental que o perseguia há muitos anos, chamada lypemania. Uma depressão moral que faz o doente ver um punhal em cada canto da casa. **HDBN**: Diário de Pernambuco. 21 de março de 1883. Nº66. p.5.

⁴²¹ **Idem**.

⁴²² **HDBN**: Diário de Pernambuco. 20 de março de 1883. Nº65. p.1. Pode ser que o título do artigo fizesse referência ao passado de alguns dos homens envolvidos com a Comissão Central e com o movimento abolicionista em Pernambuco. Alguns dos membros e fundadores tanto da Nova Emancipadora quanto da Comissão eram redatores do jornal *O Diabo a Quatro*. Um jornal ilustrado joco-sério que circulou pelo Recife na década de 1870, do qual participavam Adolfo Generino dos Santos, Aníbal e Alfredo Falcão, Antônio Souza Pinto e João Ramos. Thomas Espiuca também nos dá indícios de que João Ramos pudesse ter um apelido associado ao diabo, mas num sentido inverso do atribuído por Affonso de Mello. Ao dedicar a peça, *O Club do Cupim e A lei 13 de maio* a João Ramos, Espiuca chamou o amigo de “o mais indemoninhado inimigo que a escravidão encontrou nesta capital e quiçá em todo o Brasil”. (sic) ESPIUCA, Thomaz. **O Cupim e a Lei 13 de maio**. Pernambuco: Tipografia Comercial, 1889. p.3. Outra peça publicada sobre a sociedade foi: *A Escravidão e o Club do Cupim* de autor desconhecido. **HDBN**: A Epocha: Órgão do Partido Conservador. 12 de novembro de 1889. Nº69. p.2. BRAGA, Flávia Bruna Ribeiro da Silva. “DITADURA”, ABOLIÇÃO E REPÚBLICA. **Op. Cit.** p.63.

elogio aos senhores de Escada que estavam organizando um Clube da Lavoura para fazer frente, “com punhais se preciso fosse”, ao roubo de escravos.⁴²³

Muitos proprietários de escravos estavam assustados com a ideia de libertação total do Recife por diversos motivos. Primeiro, eles previam que a libertação do Recife traria consequências irremediáveis, como as tentativas de fugas para o território livre que seria criado na capital. Segundo, temiam a ligação dos escravos com abolicionistas extremados. Terceiro, acreditavam que a libertação em massa de cativos criaria um cenário de euforia e aumentaria os furtos e roubos praticados por escravos de outras regiões, com o fim de comprarem suas alforrias. O medo desses senhores mais emperrados de perderem sua propriedade escrava diz muito sobre o quanto ainda estavam agarrados a ela, principalmente os senhores da Zona da Mata Sul, sedentos dos seus direitos senhoriais de propriedade, principais promotores dos Clubes da Lavoura de Pernambuco.⁴²⁴

Talvez, tentando se aproveitar desse medo ou para provar o contrário, os membros da SNE convidaram os libertos a se reunirem, no dia 11 de março de 1883, para participarem da fundação de uma associação que ajudaria na emancipação total do município do Recife. A intenção de pedir ajuda aos libertos, provavelmente, foi uma resposta aos críticos que apontavam a desorganização social após a emancipação.⁴²⁵ Os emancipadores queriam provar que as previsões de desordem social, econômica e moral, não tinham fundamento.⁴²⁶

No discurso pronunciado pelo presidente da *CCER*, Gomes de Mattos, na reunião do dia 11 de março de 1883, o comerciante expôs que a ideia não era a emancipação do Império, ou da Província – “mesmo que fosse o desejo de todo abolicionista” - mas sim da cidade do Recife. Segundo ele, para fazer com que essa ideia fosse levada adiante seriam necessárias medidas complementares como o aumento do fundo de emancipação provincial e municipal⁴²⁷,

⁴²³ **HDBN**: Diário de Pernambuco. 20 de março de 1883. Nº65. p.1.

⁴²⁴ **HDBN**: Diário de Pernambuco. 20 de março de 1883. Nº65. p.2. Não eram somente os representantes da lavoura pernambucana que temiam que a formação de territórios livres no Império fosse sinônimo para a criação de verdadeiros redutos de negros fugidos e quilombolas. Segundo Edson Barboza, o deputado pelo Pará, Samuel Wallace Mac-Dowell, chegou a afirmar na Câmara dos Deputados que após os eventos do Ceará, a legislação do Império passava a não ter mais efeito em alguns lugares, como na Colônia de Benevides-PA, que estava se tornando um verdadeiro quilombo oficial do Governo liberal do Visconde de Maracajú. BARBOZA, Edson Holanda Lima. COLÔNIA-QUILOMBO. **Op. Cit.** pp. 32-33.

⁴²⁵ No Ceará também foi fundado, em 20 de maio de 1882, um Clube dos Libertos, constituídos por ex escravos que ajudavam os libertadores em suas campanhas. SILVA, Pedro Alberto de Oliveira. História da escravidão no Ceará. **Op. Cit.** p.231.

⁴²⁶ **HDBN**: Jornal do Recife. 9 de março de 1883. Nº56. p.2. **HDBN**: Jornal do Recife. 11 de março de 1883. Nº58. p.2.

⁴²⁷ O fundo imperial de emancipação libertou 2.600 jovens em 1888, já o fundo provincial de Pernambuco, criado em maio de 1883 libertou, somente, 150 escravos, segundo Peter Eisenberg. Entre outubro de 1873 e junho de 1886 foram registrados um total de 6.8000 emancipações privadas, uma média anual de 600 indivíduos. Todavia, este número cresce ainda mais quando limitamos a análise entre os anos de 1880-1888. Pois, segundo Eisenberg, somente nos quatro primeiros meses de 1888 foram registrados, no Diário de Pernambuco, em torno de 700

a proibição do tráfico interprovincial e intermunicipal, a liberdade dos escravos idosos, o cumprimento da lei de 1831, “para que se não diga que a lei é mentirosa ou o poder covarde” e, por último, a revisão da lei de locação de serviços, que havia caído em desuso, sendo necessária a aprovação de novas leis que obrigassem ao trabalho não dando margens à vadiagem.⁴²⁸

Enquanto Gomes de Mattos discursava sobre como extinguir a escravidão utilizando medidas legais e explicitamente tutelares e reguladoras, João Ramos recebia informações sobre os “huguenotes”, outro nome dado aos escravos fugidos,⁴²⁹ que enviou para o Ceará. Segundo Bezerra de Menezes, eles haviam chegado e já estavam arranjados. Novamente, o cearense atualizou o abolicionista sobre o movimento em sua província, informando que Camôa, distrito de Baturité, já se achava totalmente livre. Icó também, com festa marcada para o dia 25 de março. No dia 12 de março de 1883, os abolicionistas fundaram em Sobral uma associação e no primeiro dia conseguiram 22 cartas de liberdade. Até o ponto mais negreiro do Ceará, nas palavras de Bezerra, rendia-se ao abolicionismo. Em Cachoeira, uma associação de senhoras cearenses libertou 22 escravos, no dia de sua fundação. Baturité tinha festa marcada para o dia 25 de março assim como Icó. Em Pentecostes, segundo ele, faltavam apenas cinco cativos receberam suas alforrias.⁴³⁰

Gualter da Silva também escreveu informando que os huguenotes Herculano e Juvenal já estavam em sua Chácara. Segundo ele, “tudo estava umas mil maravilhas no Ceará”, o mês de março tinha sido bastante proveitoso. Do dia 01 ao dia 14 de março, mais de 600 cartas de liberdade já haviam sido passadas, algo, em suas próprias palavras, “assombroso de se ver”.⁴³¹

alforrias. EISENBERG, Peter. **Op. Cit.** pp. 178-180. A única referência a valores recebidos pela Nova Emancipadora dentro do orçamento previsto pela presidência da província se encontra no relatório de 1882. Ficamos sabendo por meio deste relatório que foi passado ao Club Abolicionista e a Nova Emancipadora o valor de 4:000\$000 (quatro contos de réis). Depois disso não aparecem mais valores relativos ao orçamento da presidência sendo destinados à SNE. Relatório do Presidente da Província de Pernambuco. Falla com que o Exm. Sr. Dr. Epaminondas de Barros Correia abriu em 20 de setembro de 1882 a sessão extraordinária da Assembleia Legislativa Provincial de Pernambuco. Mapa 13. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/180?terms=Nova%20Emancipadora&item_id=4393#?h=Nova%20Emancipadora&c=4&m=80&s=0&cv=1&r=0&xywh=-1251%2C0%2C4373%2C3084 acessado em 02/11/2019 às 15:45.

⁴²⁸ **HDBN**: Jornal do Recife. 14 de março de 1883. Nº60. p.2. Gomes de Mattos fez um longo discurso baseado no exemplo da revolução de 1817 e da moral religiosa cristã, levantando a bandeira do cristianismo e da república para contestar os princípios escravistas, contraditórios as últimas duas tendências ou linhas de pensamento.

⁴²⁹ Huguenotes era outro nome dado aos escravos fugidos. Estes também aparecem na documentação chamados de “abacaxis, ébanos, americanos e ingleses”, neste último termo, provavelmente, os abolicionistas faziam referência a lei de 1831.

⁴³⁰ **IAHGP**. Caixa 21. Maço 2. Doc. 827. Correspondência do João Ramos. Carta de Antônio Bezerra de Menezes a João Ramos. 13 de março de 1883. 4 páginas.

⁴³¹ **IAHGP**. Caixa 21. Maço 1. Doc. S/n. Correspondência do João Ramos. Carta de Gualter R. da Silva a João Ramos. 14 de março de 1883. É possível ver nos relatórios da secretaria de polícia do Ceará, anexados nos relatórios do Presidente de Província, o aumento das denúncias de fugas de escravos de várias províncias para o Ceará, com destaque para Pernambuco. Florêncio, Fulgêncio e Felizardo haviam fugido após desembarcarem no

O movimento no Ceará ganhou proporções inimagináveis até mesmo para os abolicionistas. Enquanto lá, o “vendaval da liberdade”⁴³² ia soprando a escravidão dos municípios, em Pernambuco, o medo desse fenômeno, afetou as relações entre abolicionistas, senhores e escravos. Enquanto os redutos mais escravistas no Ceará, como Sobral e Cachoeira, estavam cedendo à pressão do movimento, as associações emancipadoras que se formavam nas áreas mais escravistas de Pernambuco ainda tinham propostas tímidas, procurando conservar o movimento dentro do campo da legalidade.

No dia 27 de março de 1883, a SNE recebeu a visita de uma comissão do recém fundado *Clube Abolicionista Escadense*⁴³³, composta dos Srs. Luiz Martins de Araújo, João Gomes Ferraz e Miguel Archanjo Fernandes Vianna. Além de procurarem ajuda para criarem os seus estatutos, o orador, Miguel Archanjo pediu a filiação para representar a SNE na cidade de Escada. Os membros da comissão escadense afirmavam que se comprometiam em acabar com a escravidão com base na “patriótica lei de 28 de setembro de 1871, o que sempre tem feito a *Sociedade Nova Emancipadora*”, demonstrando assim as delimitações de sua ação, dentro dos ideais emancipacionistas e legalistas. Vários dos membros da diretoria do *Clube Escadense* eram senhores de terras e familiares de proprietários de escravos na cidade de Escada, portanto, além de quererem preservar sua propriedade, queriam se aproveitar da lógica indenizatória para resolverem seus problemas. Presente na reunião, João Ramos não pediu a palavra em nenhum momento, talvez por estranhar a presença de homens ligados à potentes representantes de um dos maiores redutos escravistas de Pernambuco.⁴³⁴

Ceará e constava que os três estavam acoitados nas serras de Baturité, “onde também existem, como em outros pontos próximos a esta capital, centenas de escravos fugidos, scientemente acoitados por pessoas que vão auferindo seus menores serviços a troco de uma falada liberdade, que lhes não concedem, nem podem conceder”. (sic) No dia 20 de agosto de 1883, um escravo chamado Manoel, que estava indo para Recife em companhia de Antônio José Correa Filho, foi furtado a bordo do vapor Pernambuco e em 9 de setembro de 1883. Outros três escravos, pertencentes a um dos filhos do Dr. Belford, fugiram e estavam indo do Maranhão para Pernambuco, mas ficaram mesmo no Ceará. A rede de fugas abolicionista tinha como principal ponto de origem o Norte, e o seu maior ponto de recepção sem dúvida era a província do Ceará. Relatório da Secretaria de Polícia do Ceará. Fortaleza, 10 de setembro de 1883, p.9 e 10. **Anexos ao Relatório do Presidente da Província do Ceará, 1883**. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/> acessado em 02/11/2019 às 15:34.

⁴³² Expressão de MOREL, Edmar. Vendaval da Liberdade. **Op. Cit.** pp.113-118.

⁴³³ O Clube foi fundado oficialmente no dia 06 de maio de 1883. Em sua festa de fundação, “que não foi uma festa esplêndida”, como reconheciam os próprios sócios, passaram duas cartas de liberdade a escravos de serviços domésticos: Phelipa e Antônia. A diretoria foi composta por: José Amaro da Costa e Silva (presidente), João Pinheiro Salgado Lins (Vice-Presidente), Emílio Agrício dos Santos (1º Secretário), Francisco Pinheiro Salgado Lins (2º secretário), José Joaquim da Rocha (Tesoureiro). E os vogais eleitos foram: Capitão Luiz Martins de Araújo, Marcelino de Andrade Lima, Caetano Delfino de Carvalho, José Antônio Gonçalves Ferreira, Luiz Ernesto da Silva, Antônio Carlos Ferreira, João Ignácio da Silva, Heliodoro Acacio Rangel, Melchides da Silva Chaves e Constâncio Emílio de Souza. Sendo o orador no dia, Miguel Archanjo Fernandes Vianna. **HDBN: Jornal do Recife**. 10 de maio de 1883. Nº106. p.2.

⁴³⁴ **IAHGP**. Caixa 20. Maço 2. Doc. S/n. Carta do Club Abolicionista Escadense. 21 de março de 1883. **IAHGP**. Caixa 20. Maço 2. Doc. S/n. **Visita Abolicionista**. 27 de março de 1883. **HDBN: Diário de Pernambuco**. 28 de março de 1883. Nº70. p.3.

Acreditamos que essa associação “aboliconista escadense” só tenha sido criada devido às pressões e ao medo que o movimento aboliconista no Ceará gerou na camada senhorial pernambucana. Em meio às notícias de libertações, com muitas adesões por parte das províncias nortistas, incluindo a formação de comissões emancipadoras em Recife, em Belém, em Mossoró (RN), etc. os senhores pernambucanos buscavam assegurar antes da liberdade do escravo, os valores de suas indenizações.

Os emissários do *Clube Aboliconista Escadense*, por mais que não fossem proprietários de terras, estavam vinculados à elite escadense por meio dos cargos públicos que exerciam. Luiz Martins de Araújo era, desde 1882, capitão da 3ª companhia da Guarda Nacional⁴³⁵ e já nesse mesmo ano ocupou o cargo de subdelegado do 1º distrito de Escada.⁴³⁶ Miguel Archanjo Fernandes Vianna atuava como avaliador em autos de arbitramento no mesmo distrito⁴³⁷ e, em 12 de janeiro de 1884, apareceu como membro da comissão examinadora da Inspetoria Geral da Instrução Pública ao lado dos professores S. José da Boa Esperança e do Dr. Francisco Dias de Arruda Falcão.⁴³⁸ Foi ele o orador oficial na festa de fundação do *Clube Aboliconista Escadense*.⁴³⁹ Já João Gomes Ferraz foi exonerado do cargo de agente dos correios da cidade de Escada em 1879 e, em 1881, trabalhava como substituto de escrivão na junta de classificação dos escravos.⁴⁴⁰

Uma autoridade civil e policial, um professor e um escrivão representando o movimento emancipacionista escadense que também contava com proprietários de gente e terras. Tendo em vista que estes homens, que pediram para se associar à *Emancipadora*, não eram comerciantes, mas representavam os interesses de senhores de escravos dispostos à alforriar seus cativos, o 1º secretário, Antônio Gomes de Mattos, apresentou uma sugestão para a alteração do estatuto da SNE, pedindo que expandissem a permissão de associação à todas as classes sociais, sendo assim aprovada a proposta em discussão, abrindo as portas da SNE para outras categorias sociais, não se restringindo mais, somente aos comerciantes, os cargos de diretores e sócios efetivos.⁴⁴¹

⁴³⁵ **HDBN**: Diário de Pernambuco. 22 de fevereiro de 1882. Nº43. p.3.

⁴³⁶ **HDBN**: Jornal do Recife. 26 de julho de 1882. Nº168. p.1.

⁴³⁷ Outros avaliadores no termo foram: Edgas Pinto Bandeira e Accioli de Vasconcellos e Manoel da Silva Barros. **HDBN**: 14 de setembro de 1882. Nº209. p.1.

⁴³⁸ **HDBN**: Diário de Pernambuco. 13 de janeiro de 1884. Nº11. p.1.

⁴³⁹ **HDBN**: Jornal do Recife. 10 de maio de 1883. Nº106. p.2.

⁴⁴⁰ **HDBN**: Jornal do Recife. 19 de agosto de 1879. Nº189. p.1. Diário de Pernambuco. 1 de dezembro de 1881. Nº274. p.1. João Gomes Ferraz também aparece como procurador de alguns senhores de escravos, como o major Manoel Antônio Dias. Assinando a procuração para confirmar o registro de posse legal do escravo José, comprado por Dias em janeiro de 1878. **HDBN**: Jornal do Recife. 30 de setembro de 1883. Nº225. p.2.

⁴⁴¹ **IAHGP**. Caixa 20. Maço 2. Doc. 815. Acta da assembleia Geral da Sociedade Nova Emancipadora em 1 de Abril de 1883. Presidência do senhor Jovino Cezar Paes Barreto.

Após essa visita, no dia 03 de abril de 1883, aconteceram as eleições da nova diretoria, sendo eleitos para presidente o Coronel Décio de Aquino Fonseca⁴⁴², Francisco Joaquim de Oliveira Cunha (vice-presidente), Virgílio Sampaio (1º secretário), Vicente da Silva Leal (2º secretário) e Bento de Abreu para tesoureiro.⁴⁴³ Destes, somente Francisco Joaquim rejeitou ser empossado para o cargo. Segundo expôs em sua carta de renúncia, só ficou sabendo da nomeação através do *Jornal do Recife*, agradecendo à sociedade, mas, por “motivos justos”, informou que não poderia aceitar a nomeação, como já “havia avisado”. Francisco Floro Leal foi eleito para ocupar seu lugar.⁴⁴⁴ O novo presidente, Décio de Aquino Fonseca era membro da Ordem da Rosa, tenente coronel do 1º batalhão de artilharia da Guarda Nacional do Recife e presidente do conselho de qualificação da paróquia de São Frei Pedro Gonçalves do Recife, desde 1872, além de acumular outros cargos como o de subdelegado da Boa Vista, secretário da capitania do Porto do Recife e Juiz de Paz.⁴⁴⁵ Ou seja, os membros da SNE, acatando aos pedidos de alguns sócios e à necessidade de estender as alianças, entenderam que não podiam se limitar ao apoio do comércio e passaram, rapidamente, a contar com o apoio de outras pessoas influentes na sociedade pernambucana.

A nova diretoria teria muito trabalho a fazer em conjunto com os velhos membros da sociedade. Não paravam de chegar petições dos escravizados e os desafios aos emancipadores não paravam de surgir. Martinho do Rosário, escravo do senhor Manoel Ignácio Pereira de Moraes, reclamava que havia sido abandonado a própria sorte e pediu auxílio para resolver sua situação. O presidente incumbiu o advogado da SNE para averiguar o caso. Já o senhor Joaquim dos Reis Lisboa, que havia sido procurado para tratar do preço de sua escrava Philomena, de 36 anos, afirmou que não havia preço que pagasse a liberdade de sua cativa. Philomena possuía em seu poder 500\$00 mil réis e procurou a *Nova Emancipadora* justamente pela resistência do seu senhor em aceitar alforriá-la.⁴⁴⁶

⁴⁴² Décio de Aquino Fonseca aparece como subdelegado da freguesia da Boa Vista em 1865. **HDBN**: *Jornal do Recife*. 22 de março de 1865. Nº67. p.1. Já em 1868-1869 aparece como Tenente Coronel e secretário da Capitania do Porto. **HDBN**: *Jornal do Recife*. 14 de maio de 1868. Nº112. p.3. **HDBN**: *Almanak Administrativo, Mercantil, Industrial e Agrícola da Província de Pernambuco para o anno de 1870. 1869. Nº03. pp. 141-142.*

⁴⁴³ **IAHGP**. Caixa 20. Maço 2. Doc. 815. Sessão de posse em 3 de abril de 1883. Presidência do senhor Jovino Cezar Paez Barreto.

⁴⁴⁴ **IAHGP**. Caixa 21. Maço 2. Doc. S/n. Cartas aos diretores da Sociedade Nova Emancipadora. Recusa de Francisco Joaquim de Oliveira Cunha. 4 de abril de 1883. Francisco Joaquim de Oliveira era um negociante com firma aberta em sociedade junto com Francisco dos Santos Macedo até pelo menos 1884 (Santos Macedo e Cia). Foi conselheiro do Club Commercial Euterpe do Recife. **HDBN**: *Diário de Pernambuco*. 6 de janeiro de 1884. Nº5. p.6. **HDBN**: *Diário de Pernambuco*. 8 de fevereiro de 1881. Nº30. p.1.

⁴⁴⁵ **HDBN**: *Jornal do Recife*. 29 de maio de 1872. Nº123. p.2. **HDBN**: *Diário de Pernambuco*. 7 de dezembro de 1880. Nº282. p.3.

⁴⁴⁶ **IAHGP**. Caixa 20. Maço 2. Doc. 815. Acta da sessão ordinária em 15 de abril de 1883. Presidência do Senhor Cel. Décio de Aquino Fonseca

Nessa mesma reunião, uma questão mais secreta foi levantada por Jovino César Paes Barreto contra uma proposta de Antônio Carlos Ferreira da Silva, feita na reunião da *Comissão Central Emancipadora*, no dia 13 de abril de 1883. Infelizmente, essa reunião aconteceu de forma oculta e os membros não escreveram atas, ou as ocultaram, pois não encontramos registros do que foi proposto por Antônio Carlos Ferreira da Silva⁴⁴⁷, nem acusações nos jornais contra ele. O que nos leva a acreditar ainda mais que existiam coisas que aqueles homens falavam e escreviam abertamente e outras cujo teor da conversa impedia o seu registro. Todavia, pelo tom da petição feita por Jovino Paes Barreto, a qual se opuseram o próprio Antônio Carlos e João Ramos, podemos imaginar do que se tratava. As rixas entre os abolicionistas começavam a aparecer, uns queriam continuar com as compras das alforrias, outros queriam mais do que o sistema de indenizações estava oferecendo. Enquanto alguns se pronunciavam publicamente a favor da abolição gradual e indenizada, outros já começavam a cobrar a libertação imediata e sem indenização.⁴⁴⁸

Primeiro, Jovino César propôs que dessem uma pausa nos trabalhos da *CCER* e da *SNE* até que os membros dessas associações tivessem tratado com as autoridades competentes sobre a melhor forma de emancipar o município do Recife. Disse ainda que, seguir a proposta de Antônio Carlos “seria confessar que a *Nova Emancipadora* não estava no terreno legal, como afirmam os adversários de semelhante ideia”. Depois do bate e boca, que também não foi registrado, entre os três membros citados, a proposta de Paes Barreto, de pausar as atividades, não foi aceita.⁴⁴⁹

No *Jornal do Recife*, um crítico, que assinou com o pseudônimo *A. Gorgotha*, apontou a “contradição do espírito dos que se dizem emancipadores”. Segundo ele, o Dr. Antônio de Souza Pinto, em um “artiguete”, pediu a abolição IMEDIATA da escravidão no Brasil, escrevendo assim mesmo, em letras garrafais, para chamar mais atenção do que considerava

⁴⁴⁷ Comerciante, Antônio Carlos Ferreira da Silva vai ser considerado figura crucial para as campanhas políticas de Joaquim Nabuco no Recife em 1884, 1885, 1887 e 1888. Voltaremos a falar um pouco mais sobre esta liderança abolicionista ao longo do trabalho. **HDBN**: Revista Ilustrada. (RJ) 2 de fevereiro de 1889. N°534. p.3

⁴⁴⁸ Segundo Castilho e Cowling, os rituais de emancipação deveriam atender a uma mística senhorial, servindo mais como uma forma de amarrar a liberdade como uma concessão senhorial, respeitando todos os limites legais, o Estado quando decide alforriar decide fazer isso em nome de uma ordem determinada, a da economia da lavoura. Enquanto alguns emancipadores vão obedecer e respeitar esta lógica, outros, desacreditando na legalidade da propriedade escrava, utilizando-se dos argumentos acerca do tráfico ilegal de africanos, irão propor reformas consideradas mais radicais e alteradoras da ordem vigentes. CASTILHO, Celso. COWLING, Camília. *BANCANDO A LIBERDADE, POPULARIZANDO A POLÍTICA*. **Op. Cit.** p.178. MAMIGONIAN Beatriz Gallotti, O Estado nacional e a instabilidade da propriedade escrava: a Lei de 1831 e a matrícula dos escravos de 1872. **Almanack**. Guarulhos, n.02, p.20-37, 2º semestre de 2011. AZEVEDO, Elciene. **O Direito dos Escravos**. **Op. Cit.** p.248.

⁴⁴⁹ **IAHGP**. Caixa 20. Maço 2. Doc. 815. Acta da sessão ordinária em 15 de abril de 1883. Presidência do Senhor Cel. Décio de Aquino Fonseca.

um grande perigo. Ele apontou que Antônio Pinto⁴⁵⁰, como um dos representantes da Comissão formada pela SNE para tratar da emancipação do Recife, caía em contradição consigo mesmo e com a própria instituição a qual servia, pois, “a Comissão não tinha a pretensão de decretar a abolição instantânea da escravidão no Recife.” Essa pretensão só poderia ser sugerida por um “cego e impotente espírito revolucionário, em absoluto oposto aos precedentes e critério dos indivíduos que constituem a Comissão”. Utilizou-se das próprias palavras do Manifesto da CCER para criticar o Dr. Souza Pinto.⁴⁵¹ A organização emancipacionista não queria, segundo ele, “revoltas, nem sedições, nem a violação de direitos”. Algo que poderia ser identificado, segundo pensava, como “incontestavelmente da lavra de algum sectário de Comte.”⁴⁵²

Afonso de Albuquerque Mello, o “advogado da lavoura”, também retornou as páginas do *Jornal do Recife* para dar ciência, segundo ele, do que seria o projeto de emancipação do Recife formulado pela SNE. Ele elencou as razões de sua crítica começando pela ideia de libertarem dez mil escravos do Recife, que “só serviria à glória da *Emancipadora* e dos Srs. Mattos”. Para ele, Manoel Gomes de Mattos e Antônio Gomes de Mattos estavam associados ao abolicionismo radical cearense e transplantavam esse modelo de movimento para Pernambuco. Segundo acreditava, estava no plano da SNE a abolição imediata, que, na visão senhorial, não fazia referência ao projeto emancipador e sim ao abolicionista radical. Para tanto, os abolicionistas pernambucanos apelavam às mulheres, “que tomavam apaixonadas como em todos assuntos de honra” a causa da abolição. Depois pediam o auxílio da Igreja, do padre e do Comércio, “porque com essas três alavancas não haverá poder que resista a pronta abolição do Recife”. Os abolicionistas queriam também, segundo ele, que fossem alforriados os escravos de 50 anos acima e proibida a venda de escravos para fora do Recife. Acusou, por último, a Comissão de “excitar o olhar atento dos escravos”, ou seja, de ameaçar os senhores de escravos com a possibilidade de rebeliões e revoltas caso não recebessem a “coadjuvação dos senhores”.⁴⁵³

⁴⁵⁰ Antônio de Souza Pinto, bacharel português, formou-se pela FDR, tendo frequentado a Faculdade no mesmo período que Tobias Barreto. Souza Pinto era republicano positivista, segundo Flávia Braga, sendo considerado por Nabuco, juntamente com Aníbal Falcão, um dos chefes intelectuais da mocidade que frequentava a FDR na década de 1880. O seu acusador sabia muito bem contra quem estava falando. Contra um republicano “sectário da lavra de Comte”, alguém considerado revolucionário e que não era visto com bons olhos. NABUCO, Joaquim. *Minha Formação*. **Op. Cit.** 158-159. Braga, Flávia. 126 e 134.

⁴⁵¹ Manifesto da CCER. **HDBN**: *Jornal do Recife*. 6 de abril de 1883. Nº78. p.2.

⁴⁵² No mesmo Jornal, no mesmo dia, os agricultores de Ipojuca lançavam uma convocação aos seus colegas de classe para no dia 17 de abril de 1883 fundarem uma Sociedade, “que tenha por base principal a defesa dos direitos da lavoura [...] nas actuais circunstâncias, o de serem os agricultores ouvidos na grave questão de emancipação dos escravos”. [sic] A questão reverberava pela imprensa e chegava as áreas onde estavam se formando o principal grupo antiescravista de Pernambuco. **HDBN**: *Jornal do Recife*. 6 de abril de 1883. Nº78. p.2.

⁴⁵³ **HDBN**: *Jornal do Recife*. 12 de abril de 1883. Nº83. p.2. Outro que publicou críticas a Nova Emancipadora, a Gomes de Mattos e seu projeto de libertação do Recife foi Ambrósio Machado da Cunha Cavalcanti. O alagoano,

Afonso de Albuquerque Mello, após criticar a *Comissão Central Emancipadora do Recife*, a *Nova Emancipadora*, Manoel e Antônio Gomes de Mattos diretamente, desferiu golpes contra João Ramos num artigo intitulado: *O prestígio da corôa, a santidade da Igreja e o olhar atento do escravo*. [sic]⁴⁵⁴ Mello acusou os abolicionistas de estarem “agitando a escravidão”. Para ele, o movimento não precisava incluir os escravos nas discussões sobre a emancipação, pois, essa discussão já estava sendo resolvida no campo das instituições monárquicas e religiosas, que estavam dispostas a resolverem o problema dentro da ordem. Definindo-se como um emancipador, afirmou que bastava pagarem para serem livres.⁴⁵⁵ Acusou João Ramos dizendo que o abolicionista “espalhava aos escravos que todos só não estavam livres por culpa dele”, afirmando que Ramos estava colocando “um punhal na mão de cada escravo contra mim.”⁴⁵⁶ Segundo Mello, no dia 31 de março de 1883, um preto subiu os degraus de sua casa e colocou a cabeça na porta para expiar, vendo somente mulheres desceu a escada e se foi. Algo que considerou uma tentativa de ameaça, culpando o abolicionista pela situação.⁴⁵⁷ O “advogado dos senhores” reconhecia que era João Ramos, “o advogado dos escravos”, quem espalhava as notícias à população escravizada a seu respeito, colocando em risco sua vida.

Em sua defesa, a SNE enviou algumas atas de suas sessões que não foram publicadas no *Diário de Pernambuco*, como de costume, para serem averiguadas pelo deputado provincial José Vicente de Vasconcelos e este, ao ficar ciente das ações da SNE, enviou uma mensagem a Virgílio Sampaio, 1º secretário da instituição, em 30 de abril de 1883. Vicente de Vasconcelos era membro da *Comissão de Constituição e Poderes da Assembleia Provincial de Pernambuco* e estava preparando uma representação, juntamente com Venâncio Cavalcanti de Albuquerque, para pedir ao governo providências contra o envio de cativos para o Ceará, que “estava abrigando todos os escravos fugidos de outras províncias sob a proteção das sociedades

membro do partido Liberal de Pernambuco, senhor de engenho e escravos, tinha parentes poderosos, também senhores de engenhos e escravos em Escada e Ipojuca. O seu cunhado, Belmiro da Silveira Lins, o Barão de Escada, foi assassinado na cidade de Vitória de Santo Antão em virtude de conflitos armados durante uma eleição para o Senado. Segundo aponta Castilho, Ambrósio Machado também citou os contextos econômicos e sociais do Ceará e de Pernambuco apontando que, por serem diferentes, deveriam ser resolvidas as questões do elemento servil de formas diversas. CASTILHO, Celso Thomas. *Slave Emancipation and Transformations*. **Op. Cit.** pp. 100-101.

⁴⁵⁴ **HDBN:** Jornal do Recife. 5 de abril de 1883. Nº77. p.2. **HDBN:** Diário de Pernambuco. 5 de abril de 1883. Nº77. p.3

⁴⁵⁵ **Idem.**

⁴⁵⁶ Como sabemos, Afonso de Albuquerque Mello foi secretário da tesouraria da fazenda da Província de Pernambuco e caberia a ele recolher e dispor dos valores depositados pelos escravizados para conseguirem se alforriar pelo Fundo de Emancipação Provincial. Provavelmente, João Ramos teve muitos problemas com o tesoureiro que o acusou de incitar a fúria dos escravos. **HDBN:** Diário de Pernambuco. 17 de março de 1880. Nº63. p.4. **HDBN:** Diário de Pernambuco. 5 de março de 1882. Nº53. p.4.

⁴⁵⁷ **Idem.**

emancipadoras.”⁴⁵⁸ O deputado agradeceu aos membros da *Nova Emancipadora* pelo envio das atas, que comprovavam o não alinhamento da sociedade com esses “atos contra a propriedade”. Declarando-se “abolicionista”, afirmou que “existiam limites para lutar pela grande causa”, pois, em sua visão, “a honrosa propaganda não pode destoar do grande princípio humanitário e cristão que nos inspira.” Ferir o direito dos senhores à propriedade privada, mesmo que baseada no domínio de um homem sobre outro homem, não era do interesse nem do Governo, nem da maioria dos representantes do alto escalão da SNE ou da CCER, como queriam os defensores da propriedade escrava.

Já na contramão desse movimento, os interesses dos membros da *Cearense Libertadora* ia além da propriedade privada dos senhores e também enfrentava seus algozes.⁴⁵⁹ Em carta enviada a João Ramos, Antônio Bezerra avisou que Icó e Baturité já estavam completamente libertadas e que Fortaleza já havia marcado festa de libertação para o dia 24 de maio de 1883. O governo andava perseguindo os abolicionistas, que estavam perdendo seus empregos públicos. O último deles, segundo Bezerra, foi o Dr. Almino, “cujo único crime é ser libertador”. A demissão foi ainda mais sentida devido ao fato dele “ser pobre e sua esposa ser cega”. O governo, segundo Bezerra, “além de escravista era vingativo”. O abolicionista acreditava que só não havia sido demitido ainda devido a influência da sua família no partido liberal da Província.⁴⁶⁰ Segundo ele, os municípios de Pentecoste, Sobral, Crato, Santana,

⁴⁵⁸ IAHGP. Caixa 21. Maço 2. Doc. S/n. Carta do deputado Vicente de Vasconcelos a Virgílio Sampaio, 1º secretário da Nova Emancipadora. 30 de abril de 1883.

⁴⁵⁹ Isaac do Amaral afirmou, numa entrevista publicada no jornal *O Nordeste* em 1934, que existiam dois grupos de libertadores no Ceará. O dos vinculados a SCL, que “ficaram com o povo” e o grupo liderado pelo Barão de Studart, “que ficou com o apoio oficial e grande parte do funcionalismo público e dos proprietários, que não queriam se aventurar em lutas subversivas, que atentavam contra a constituição do Império”. Por mais que este relato possa ser considerado saudosistas e ufanista, já que Isaac do Amaral e sua família foram membros integrantes e ativos da SCL, podemos considerar suas afirmações como verossímeis. A única grande fonte pública que restou das atividades oficiais dos libertadores cearenses, que organizaram a SCL foi o jornal *O Libertador*. Ao procurarmos fontes e registros históricos das ações radicais deste grupo no Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará fundado, em 1887, pelo grupo vinculado ao Barão de Studart ou até mesmo no Arquivo Público Estadual, não encontramos muitas informações sobre aquela instituição. O que nos leva a crer na verossimilhança do relato de Isaac e confirmar a ideia de que os membros da SCL formaram uma instituição extraoficial e estavam mais vinculados aos movimentos subversivos e “ao povo” que não aparecem na documentação oficial da província. Entrevista apresentada no jornal *O Nordeste*, Fortaleza, 24 de março de 1934. Apud. GIRÃO, Raimundo. *A Abolição no Ceará*. **Op. Cit.**

⁴⁶⁰ Segundo Patrícia Pereira Xavier, após a greve de 1881, o governo do Ceará em represália à atitude dos jangadeiros e dos abolicionistas exonerou o Promotor Público da Província, Frederico Borges, o Administrador da Recebedoria, Antônio Bezerra, ambos membros da SCL, o prático da Barra, Francisco José do Nascimento, dois intendentess e degredou, para a província do Pará, o 11º Batalhão do Exército, por terem negado ajuda ao Major Carmerino que tentou embarcar suas escravas. Todas estas demissões nos fazem pensar na honestidade do abolicionismo destes homens, que apesar de terem noção dos riscos que corriam, das perseguições, continuaram trabalhando pela causa até 1888. Como veremos tanto Frederico Borges quanto Antônio Bezerra e o Francisco José do Nascimento atuaram em favor das fugas e das libertações dos escravizados até a Abolição. XAVIER, Patrícia Pereira. **O Dragão do Mar na “Terra da Luz”: a construção do herói jangadeiro (1934-1958)**. Dissertação de mestrado. PUC-SP. 2010. p.78. José Hilário Ferreira Sobrinho confirma a versão recolhida nas atas da Perseverança e Porvir. “O integríssimo T. Cel. da força de linha do patriótico batalhão da 16ª infantaria...

Camocim, Vila Viçosa, São Mateus, Tamboril e Cachoeira estavam dando exemplo com seus esforços alcançando resultados inimagináveis. Já Pedra Branca estava livre. Para Bezerra, a escravidão teria seu fim imediato após a libertação geral de Fortaleza, marcada para o dia 24 de maio, pois, o exemplo do centro seria seguido pelas municipalidades periféricas. O clima era de luta e de festa ao mesmo tempo.⁴⁶¹

A ideia dos abolicionistas cearenses de que ao conquistarem a liberdade do centro teriam mais facilmente a adesão das periferias também estava presente no pensamento dos membros da CCER, assim como agitavam os ânimos dos escravistas de Pernambuco. E, enquanto toda essa luta era travada, João Ramos continuava com sua ação subterrânea. Em 27 de abril de 1883, ele recebeu um pedido de um morador nos Afflitos, Joaquim Francisco, que o procurou para tentar enviar um “moleque” para fora da província. O rapaz estava acoitado numa casa de louça, na rua da Cadeia. O dono da loja, Deodato Gonçalves Torres, era um conhecido em comum de Joaquim e do abolicionista. Joaquim Francisco deixou com Deodato 16\$000 mil réis para pagar a passagem do fugitivo. Pediu que João Ramos desse um jeito no “moleque o mais rápido possível”, enviando para o Ceará assim que chegasse um vapor.⁴⁶² Não somente os escravizados, mas os homens livres também recorriam ao abolicionista como uma espécie de mediador para resolver seus problemas.⁴⁶³

Francisco de Lima e Silva, foi por isso accintosamente removido; Dr. Frederico A. Borges demittido de promotor público da capital, demittidos dois officiaes da guarda urbana... ameaçados todos que dependiam do governo, e em remate dessa opressão mandou-se vir uma esquadra da marinha de guerra para ‘proteger o trafico ou... bombardear a cidade dos revoltosos [...] O Dragão do mar foi destituído de seus posto de práctico mor do porto, solicitação prezumimos de amigos do governo” Cf. Livro de Actas da Sociedade Perseverança e porvir apud SOBRINHO FERREIRA, José Hilário. “Catirina minha nega. **Op. Cit.** p.152. Posteriormente, em 09 de julho de 1885, José Correia do Amaral pediu a Joaquim Nabuco que ajudasse Francisco José do Nascimento a retomar o seu posto como pratico mor do porto de Fortaleza, tendo em vista que sua demissão não havia sido comunicada oficialmente em 1881. **FUNDAJ.** Correspondências de Joaquim Nabuco. Doc. 6628. Carta de José Correia do Amaral a Joaquim Nabuco. Ceará. 9 de julho de 1885.

⁴⁶¹ **IAHGP.** Caixa 21. Maço 2. Doc. 827. Correspondência do João Ramos. Carta de Antônio Bezerra de Menezes a João Ramos. 21 de abril de 1883.

⁴⁶² **IAHGP.** Caixa 21. Maço 2. Doc. S/n. Carta de Joaquim Francisco a João Ramos. 27 de abril de 1883.

⁴⁶³ Estes pedidos configuravam um costume praticado pelos escravizados e pelos homens livres, provavelmente desde tempos coloniais. A recorrência a um tipo de padrinho para retornar de uma fuga e evitar represálias maiores era muito praticada pelos escravizados. A vinda de um homem livre de Portugal para o Brasil também dependia destas malhas de solidariedade entre familiares, amigos, parentes, etc. Segundo Melendéz, num estudo sobre a formação de empresas durante o período regencial, apesar da incrível diversidade entre os membros dessas empresas em termos de profissão, proveniência e status, o verdadeiro sucesso desses empreendimentos estava vinculado aos padrinhos políticos que escolheram. O que abria margens para negociações e favores futuros que poderiam beneficiar tanto os padrinhos quanto os “afilhados”. Podemos até conjecturar que João Ramos não chegou a ser preso durante o período de repressão ao movimento abolicionista, justamente por conta das malhas e das redes de favores que estabeleceu com homens livres importantes, influentes na política Pernambucana e imperial. KARASCH, Mary. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro 1808-1850.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 413. CUNHA, Manuela Carneiro da. **Negros, estrangeiros: os escravos libertos e sua volta à África.** São Paulo: Companhia das Letras, 2ª edição, 2012. p.113.

Todos estes acontecimentos, principalmente os do Ceará, não se restringiram somente ao Norte do Império, chegando até a Corte no Rio de Janeiro, principalmente através das notícias veiculadas pela *Gazeta da Tarde* (RJ).⁴⁶⁴ Na visão dos redatores da *Gazeta da Tarde*⁴⁶⁵, o movimento em Pernambuco girava em torno do “enorme sol cearense”. A redação abolicionista criticou os senhores da província, uma “aristocracia territorial, empobrecida pela baixa do algodão e do açúcar”, por se apegarem tenazmente à escravidão como sua última riqueza. Mostravam-se atentos às “scenas da escravidão” que se passavam na província, citando o exemplo do escravo Pedro, que foi castrado e assassinado por Manoel Birro, absolvido pelo júri de Escada, como um exemplo típico da barbárie do sistema escravista.⁴⁶⁶

Ainda de acordo com a redação, o movimento cearense, ao invés de ser comemorado na imprensa pernambucana, foi amaldiçoado pelos escravistas, recebendo como resposta a formação das sociedades emancipacionistas, tendo como seus principais representantes os “imortais trabalhadores”, João Ramos, Jovino Paes Barreto, os irmãos Gomes de Mattos, entre outros. Homens que sofriam, constantemente, ameaças de morte, anunciadas até mesmo nas folhas da capital como o *Diário de Pernambuco*.⁴⁶⁷ A redação da *Gazeta* clamava por justiça pública contra estas ameaças, afirmando que “se os abolicionistas estabelecessem como divisa – morte por morte – dentro e fora do parlamento se levantariam milheiros de vozes para pedir a punição dos que assim procedessem.”⁴⁶⁸ Todavia, prometiam “não assistir de braços cruzados a imolação dos companheiros de luta e irmãos em ideias.”⁴⁶⁹ Insistiam que seria melhor o Sr. Paulino de Souza – Senador escravocrata - disciplinar os seus sequazes do que ter que enfrentar um exército de mais de um milhão de pessoas (escravizados e ingênuos), algo que não seria da vontade dos abolicionistas, mas que ao ser aventado pela imprensa tinha o objetivo de incutir medo nos escravistas. “Qualquer atentado contra um abolicionista seria um toque de rebate”,

⁴⁶⁴ Este jornal abolicionista marcou seus títulos, a partir de 1883, com frases que comemoravam a redenção do município de Acarape (CE), o primeiro no Império a se tornar totalmente livre e que serviu como modelo abolicionista a ser seguido.

⁴⁶⁵ A *Gazeta da Tarde* foi adquirida por José do Patrocínio, quando da morte do seu antigo dono, Ferreira de Menezes, em 1881. Patrocínio levou junto consigo diversos amigos para dar o ânimo abolicionista que a *Gazeta* teria. Dentre estes os mais destacados foram: Luís de Andrade, Júlio de Lemos, Gonzaga Duque, Campos Porto, Leite Ribeiro, Dias da Cruz e o gerente João Ferreira Serpa Júnior. ORICO, Osvaldo. *O Tigre da Abolição*. **Op. Cit.** 72-73.

⁴⁶⁶ **HDBN:** *Gazeta da Tarde*. (RJ) 1 de maio de 1883. Nº98. p.1. Uma escravizada de nome Maria de Assumpção, propriedade de Manoel Antônio dos Santos Dias, senhor do engenho Jundiá, de Escada, chegou a implorar socorro em favor de sua liberdade, por não poder mais suportar os massacres que lhe infligia seu senhor. Manoel Antônio dos Santos Dias se tornaria um dos homens mais poderosos da cidade de Escada alguns anos depois. Chegando sua família a possuir algo em torno de nove engenhos e duas Usinas, Santa Philonila (1889) e Bom Fim (1895). **IAHGP.** Caixa 20. Maço 2. Doc. 815. Acta da sessão ordinária em 1º de julho de 1883. Vice presidência do sr. Francisco Floro Leal. **EISENBERG,** Peter. *Modernização sem Mudança*. **Op. Cit.**

⁴⁶⁷ **HDBN:** *Gazeta da Tarde*. (RJ) 1 de maio de 1883. Nº98. p.1.

⁴⁶⁸ **Idem.**

⁴⁶⁹ **Ibidem.**

melhor seria trabalharem todos pela paz, pois a abolição da escravidão seria feita, segundo os abolicionistas, “quer queiram quer não, os senhores de escravos e seus protetores.”

Provavelmente esse artigo foi escrito por Luís de Andrade, um republicano pernambucano, futuro vice-presidente da *Confederação Abolicionista*, redator da *Gazeta da Tarde* e também da *Revista Illustrada*. Andrade manteve contato constante com João Ramos e se tornou o principal intermediário entre este e a *Confederação Abolicionista*. O próprio João Ramos passou a representar em Pernambuco, através da intermediação de Andrade, a *Revista Illustrada*, dirigida por Ângelo Agostini e a *Gazeta da Tarde*.⁴⁷⁰ O redator salientou a ligação e o exemplo que o Ceará vinha dando às outras províncias nortistas, apontando as províncias de Pernambuco, do Rio Grande do Norte, do Amazonas, do Maranhão, do Piauí e da Paraíba como astros que giravam em torno do “sol cearense”.⁴⁷¹

O estreitamento do movimento abolicionista do Norte com o movimento da Corte, fortaleceu-se a partir de 1883. Ainda em maio daquele ano, a *CCER* chegou a pedir, por intermédio do Dr. Nicolau Moreira, presidente da *Comissão Central Emancipadora do Município Neutro*, ao presidente do conselho e Ministro da Fazenda, a licença para obter da recebedoria do Recife cópia das matrículas dos escravos.⁴⁷² A partir de então, os abolicionistas de Norte à Sul, ao menos os considerados mais radicais, assumiram o lema: “um por todos e todos por um!”⁴⁷³

⁴⁷⁰ **HDBN**: Jornal do Recife 8 de janeiro de 1882. Nº6. p.3.

⁴⁷¹ **HDBN**: *Gazeta da Tarde*. (RJ) 1 de maio de 1883. Nº98. p.1. Numa carta enviada a Nabuco, em 11 de fevereiro de 1884, José Correia do Amaral afirmou que o *Libertador* cumpria o papel de estigmatizar os negreiros das províncias vizinhas do Sul, afirmando também que os verdadeiros abolicionistas, do Rio Grande do Norte, da Parahyba, do Piauí e do Maranhão estavam prontos para pegar em armas e ajudar o Ceará no processo de redenção do Norte. **FUNDAJ**. Correspoências de Joaquim Nabuco. Doc. 6522,2. Carta de José Correia do Amaral a Joaquim Nabuco. Ceará, 11 de fevereiro de 1884. 2 páginas.

⁴⁷² **HDBN**: Jornal do Recife. 17 de maio de 1883. Nº112. p.1. Até julho de 1883 eram 15 as “Instituições abolicionistas em Pernambuco”, algumas com ações tão esparsas que não tiveram muito destaque na imprensa pernambucana e que são difíceis de serem encontradas nos arquivos. Todavia, ao observarmos os nomes de algumas destas associações podemos ver que, o movimento estava alcançando pessoas das mais diversas províncias nortistas e de municípios, tanto mais escravistas quanto menos. Em Pernambuco funcionavam a Caixa Emancipadora Piauiense, a Caixa Emancipadora Maranhense Marques Rodrigues, a Libertadora Norte Rio Grandense, o Club Abolicionista da Escada, o Club Abolicionista de Goyanna, a Emancipadora Salgueirense, a Sociedade Musical 28 de Setembro, a Emancipadora Acadêmica 11 de agosto, a Libertadora Sergipana e a Libertadora Parahybana. As mais atuantes, entretanto, são as que estamos dando destaque até agora, como, a Comissão Central Emancipadora do Município do Recife, que, tomou para si a liderança do movimento, sendo seguida pelo Club Abolicionista, pela Nova Emancipadora, pela Caixa Pedro Pereira e pela Emancipadora Pernambucana. **HDBN**: Jornal do Recife. 17 de julho de 1883. Nº162. p.2. A Caixa Pedro Pereira era uma sociedade abolicionista formada por estudantes cearenses radicados na Faculdade de Direito do Recife. COSTA. Francisco Augusto Pereira da. **Pernambuco ao Ceará: o dia 25 de março de 1884**. Secretaria de Cultura e Desporto. Fortaleza, 1984. p.216.

⁴⁷³ Este lema foi utilizado na imprensa pelos abolicionistas, como numa resposta dada pela Nova Emancipadora aos senhores que estavam organizando os clubes da lavoura e a propaganda contrária. **HDBN**: Jornal do Recife. 16 de março de 1883. Nº 62. p.2.

3.1 OS DIFERENTES MEIOS DE SE VENCER UMA CAUSA: EMANCIPAÇÃO LENTA, GRADUAL E LEGAL OU ABOLIÇÃO IMEDIATA E RADICAL?

Apesar do sentimento e da ideia de unidade no movimento abolicionista, segundo a interpretação de alguns abolicionistas, como Ubaldino do Amaral Fontoura, nem todos estavam fazendo sua parte para combater a escravidão. Fontoura, um dos fundadores do Partido Republicano de São Paulo e advogado da *Sociedade Brasileira Contra a Escravidão (SBCE)*, fundada em 7 de setembro de 1880)⁴⁷⁴, criticou Joaquim Nabuco, acusando o fato de que, “sendo um dos chefes que aventou a questão do elemento servil no Parlamento, tivesse se retirado da arena do combate para fora do país”. Segundo ele, a SBCE, fundada por Nabuco, havia deixado de trabalhar e até os ataques dirigidos ao abolicionista estavam cessando.⁴⁷⁵ Para Ubaldino do Amaral, que afirmou ser um admirador pessoal do abolicionista pernambucano, esses sinais simbolizavam que tanto Nabuco estava deixando de trabalhar quanto seus inimigos não consideravam mais a sua força como liderança no movimento abolicionista.

Ubaldino divergia de Patrocínio, que via na ida de Nabuco à Europa uma prova de inteligência e de tino político. Para ele, se Nabuco fosse uma figura vulgar poderia escolher morar onde quisesse, mas como homem “destinado a representar um papel de um chefe de partido e ocupar as mais elevadas posições no seu paiz, não poderia desertar o seu posto no mais aceso da batalha”. [sic] Para Ubaldino, a derrota eleitoral em 1881, não era motivo suficiente para justificar sua retirada. “Advogado, orador, escritor e chefe de um partido que em breve dominará no paiz,”⁴⁷⁶ Nabuco deveria voltar e lutar pela causa *in loco*.⁴⁷⁷

O Pernambucano não se calou perante as acusações e respondeu de Londres, em 31 de maio de 1883. O abolicionista iniciou sua carta chamando Ubaldino de correligionário, pois,

⁴⁷⁴ **Fundação Casa de Rui Barbosa.** Acervo On-line. UA. CR. 62 – 04-03-1880. Carta de Américo Braziliense de Almeida e Melo para Ubaldino do Amaral Fontoura informando-lhe a lista de correligionários solicitada. Assunto: Partido Republicano. São Paulo (SP). Data: 04-03-1880. UA. CR. 62 – 27-03-1880. Carta de Américo Braziliense de Almeida e Melo para Ubaldino do Amaral Fontoura pedindo para que não descuide dos negócios do partido republicano. Assunto: Partido Republicano. São Paulo (SP). Data: 27-03-1880.

⁴⁷⁵ Na administração da SBCE Nabuco figurava como presidente, Adolpho de Barros vice-presidente, Nicolau Moreira secretário, Ubaldino do Amaral advogado, José Américo dos Santos secretário efetivo, Antônio Pedro Alencastre advogado, Joaquim Serra redator do Abolicionista, órgão de imprensa da SBCE, André Rebouças, tesoureiro, José do Patrocínio, Dr. Vicente de Souza e João Clapp eram alguns dos vogais. **HDBN:** Diário de Pernambuco. 18 de maio de 1881. N112. p.1.

⁴⁷⁶ Ubaldino do Amaral, republicano e amigo pessoal de Campos Sales, provavelmente ao falar de Nabuco como líder de um Partido, fazia referência ao aglomerado de membros das diversas cores e bandeiras políticas, monarquistas liberais e conservadores e Republicanos históricos que lutavam pela causa da abolição. **Fundação Casa de Rui Barbosa.** Acervo On-line. Coleção Ubaldino do Amaral. UA. CR 87 – 22-02-1887. Carta de Campos Sales para Ubaldino do Amaral Fontoura, na qual comenta a conferência de Ubaldino do Amaral Fontoura no Clube Republicano e oferece hospedagem em sua casa. Assunto: Clube Republicano. Campinas (SP).

⁴⁷⁷ **HDBN:** Gazeta da Tarde. (RJ) 24 de abril de 1883. Nº92. p.1.

segundo ele, “ambos subordinavam tudo ao abolicionismo e faziam dele uma religião política, que estava muito acima de outras divergências partidárias.” De resto discordou do amigo, afirmando que não poderia fazer nada pela causa se não estivesse bem consigo mesmo. O desejo de Nabuco, segundo ele, era a Abolição, contudo, estava convencido de que não poderia lutar contra a escravidão e sua clientela através de “meios de vida independentes”, ou seja, sem desempenhar cargos que o ajudassem na empreitada. Em sua visão, o posto de combate que precisava para lutar contra a escravidão, uma vaga na Câmara dos Deputados, foi perdido em 1881, por isso, achou melhor recuar para avançar de outras formas.

Nabuco se reconhecia como um combatente oficial e legalista, como um homem das leis, do Parlamento e via dificuldades em lutar fora desses ambientes contra uma instituição sustentada por homens que detinham cargos, dinheiro e poder. Em resumo, que controlavam a sociedade através da política dos favores⁴⁷⁸

Segundo ele, sua missão pessoal era servir a “causa da emancipação” de dois modos: “1º fazendo da minha vida toda um protesto contra a escravidão; nada querendo dela, esperando como os escravos o meu dia” e “2º dedicando o meu trabalho a tarefa de envergonhar os meus compatriotas de acoitarem ainda neste período da história aquela pirataria.”⁴⁷⁹ Em sua visão, para conseguir concretizar o primeiro, deveria se manter longe do Império, para não ocupar cargos e se tornar dependente político de homens interessados na continuidade do sistema. Sabia muito bem como funcionava a sociedade do favor, havia sido eleito em 1878 para ocupar o posto de Deputado Geral e, como ele mesmo reconheceu, essa conquista se deveu aos esforços do Barão de Vila Bela, Domingos de Sousa Leão.⁴⁸⁰ Por isso, Nabuco optou por viver no estrangeiro, não gozando das benesses políticas do seu país. Para realizar o segundo, fazia o que podia na Europa, propagando as ideias entre os compatriotas e estrangeiros.⁴⁸¹

Nabuco chegou a dizer que apesar de ausente havia sido ele quem deu o grito de alarme contra o tráfico de ingênuos em Valença⁴⁸² e que estava para publicar um livro sobre o elemento

⁴⁷⁸ **Fundação Biblioteca Nacional (FBN)** /MSS Doc.I02,19,001. Autor: Joaquim Nabuco. Título: Carta a Ubaldino do Amaral. Londres, 31/05/1883. pp.1-2.

⁴⁷⁹ **Idem.** p.3.

⁴⁸⁰ Nabuco explica para nós, “O fato que me lançou na política foi a morte de meu pai, em março de 1878, ano em que seria eleito pela primeira vez deputado... Ele morreu a tempo ainda de assegurar a minha eleição que tinha ficado resolvida entre ele e o barão de Vila Bela, chefe político de Pernambuco. Sousa Carvalho, que muito impugnou, depois de morto meu pai, a minha candidatura, foi a Vila Bela e referindo-se àquela morte, disse-lhe: Sublata causa, tollitur effectus. Domingos de Sousa Leão, porém, tinha a religião da amizade e da lealdade, e a morte de Nabuco, em vez de diluir o seu compromisso, tornara-o de honra... Meu desejo íntimo era então continuar na diplomacia...” NABUCO, Joaquim. Minha formação. **Op. Cit.** p.174.

⁴⁸¹ **Idem.**

⁴⁸² Nabuco enviou uma crítica ao Marquês de Paranaguá a respeito de um desses editais no qual dizia: “A lei de 7 de novembro de 1831 está de fato revogada; chegou o momento de o governo mostrar que essa não pode ser a sorte da lei de 28 de setembro de 1871. É preciso impedir esse tráfico de ingênuos que desponta. Não é abafando

servil, o *Abolicionismo* foi lançado no mesmo ano (1883). Finalizou a carta apontando para Ubalino a sua vontade de viver no Brasil, onde estava o “seu futuro e seu campo de ação político maior”. Pela emancipação, Nabuco disse ter deixado a carreira diplomática⁴⁸³ e inutilizado sua carreira política, ganhando somente, no momento de escrita da carta, uma pequena quantia para subsistência na imprensa e na advocacia, em Londres. Algo melhor do que se lançar ao desconhecido, que poderia ser a dívida, prendendo seu espírito, criando uma dependência que abateria sua moral, prejudicando não somente ele como a causa abolicionista. A sua ausência, portanto, em sua visão, era necessária.⁴⁸⁴

Voltando um pouco no tempo, podemos observar, através de uma carta enviada por Nabuco ao Barão de Penedo,⁴⁸⁵ em 08 de outubro de 1881, que o abolicionista já esperava a sua derrota nas eleições do mesmo ano. Informou a Carvalho Moreira (o Barão de Penedo), diplomata brasileiro em Londres e amigo pessoal de seu pai, que “não acreditava em um resultado favorável”, culpando o sistema eleitoral e a forma como os outros deputados andavam agindo, comprando votos, pedindo votos em troca de favores, demonstrando também um receio de se endividar.⁴⁸⁶ Antes das eleições, Nabuco já estava acertando sua “saída honrosa e tão de acordo com os seus desejos” com destino a Londres, pedindo ao ministro que intervisse para

escândalos dessa ordem que se o pode conseguir. Esse edital de Valença abre uma página tristíssima na história do Brasil, e cabe a V. Exa. rasgá-la quanto antes. A começar a venda, por editais ou sem eles, dos serviços dos ingênuos, a lei de 28 de setembro de 1871 será em breve reputada pelo mundo como a mais monstruosa mentira a que uma nação jamais recorreu para esconder um crime. A questão é a seguinte: Podem ou não os ingênuos ser vendidos? Pertence ao governo salvar a dignidade de toda essa imensa classe criada pela lei de 28 de setembro”. NABUCO, Joaquim. **O Abolicionismo**. Rio de Janeiro. BestBolso, 2010. p.113. Em 1879, ainda na Câmara dos Deputados, Nabuco chegou a levantar a questão dos “escravos do Morro Velho”. A companhia inglesa de mineração do Morro Velho se utilizava ainda em 1879 da mão de obra de mais de 200 pessoas ilegalmente submetidas ao cativeiro, 20 anos depois de extinguido o prazo dos serviços destes (1859). Nabuco não diz se estas eram pessoas eram africanos livres, mas, provavelmente, a maior parte delas, que em 1845 pertenciam a companhia Brasileira de Cata Branca, ou eram africanos livres ou seus descendentes diretos. Nas acusações contra os funcionários da companhia do Morro Velho, em sua maior parte súditos britânicos, Nabuco deixa claro que tanto o governo britânico quanto o brasileiro sabiam do fato e fechavam os olhos para a questão. Escravos do Morro Velho. 30 de setembro de 1879. In NABUCO, Joaquim. Joaquim Nabuco: perfis parlamentares... **Op. Cit.** pp. 259-265.

⁴⁸³ Joaquim Nabuco serviu como adido à Legação do Brasil em Londres durante cinco anos (1873-1878). Um Diplomata na Corte da Inglaterra. MENDONÇA, Renato. **Um diplomata na Corte da Inglaterra: O Barão de Penedo e sua época**. Edições do Senado Federal – Vol. 74. Brasília – 2006. pp. 286.

⁴⁸⁴ **FBN/MSS** Doc. 102,19,001. Autor: Joaquim Nabuco. Título: Carta a Ubalino do Amaral. Londres, 31/05/1883. pp.3-4.

⁴⁸⁵ O Barão de Penedo, Francisco Inácio de Carvalho Moreira, foi nomeado em 1852 para representar o Brasil junto aos Estados Unidos, entrando para o serviço diplomático. Chegou a exercer vários cargos na Europa, entre eles o de Ministro plenipotenciário na Grã-Bretanha. Era amigo pessoal de Nabuco de Araújo, pai do abolicionista. Segundo Renato Mendonça, foi na companhia de Penedo, servindo como seu adido na Legação de Londres entre os anos de 1873-1878, que Nabuco faz a sua aprendizagem diplomática e aprendeu bastante sobre os serviços que deveria prestar como diplomata, que lhe seria, inclusive, bastante útil durante a República. MENDONÇA, Renato. Um diplomata na Corte da Inglaterra. **Op. Cit.** pp. 298-299.

⁴⁸⁶ **FBN/MSS** Arquivo Barão de Penedo. Doc. 63,3,5.27. Autor: Joaquim Nabuco. Título: Carta ao Barão de Penedo. Rio de Janeiro, 08/10/1881. pp.1-2.

lhe arranjar um emprego como correspondente do *Jornal do Comércio* na capital inglesa.⁴⁸⁷ Cogitou trabalhar no jornal, advogar e começar a escrever a vida de seu pai, “algo que é a minha grande ambição”. O pernambucano pediu ao Barão que convencesse seus amigos - futuros empregadores dele em Londres - Francisco Picot, diretor do Jornal e Villeneuve⁴⁸⁸, pois estes tinham medo de que as correspondências contivessem “maior dose de abolicionismo do que a homeopathica prescrita pelo jornal” [sic], ou seja, tinham receio de que as ideias divulgadas fossem mais radicais do que desejavam. Todavia, garantiu ao Barão de Penedo que, “não faria política na correspondência de Londres”, não intrometeria o jornal na “sua causa, utilizaria para tanto de outros meios”.⁴⁸⁹

A carta de Nabuco nos chama atenção pela sua vontade em demonstrar seu interesse no emprego, “mesmo que isso significasse não agir pela emancipação”.⁴⁹⁰ Algo que também pode ser interpretado como uma jogada retórica importante, na hora de convencer seus empregadores, que conheciam a fama do abolicionista. Afinal de contas, Nabuco não estava disputando um cargo eletivo e sim uma vaga de emprego numa empresa privada. Deveria acatar as ordens dos seus empregadores, chegando a afirmar que desejava o emprego sem necessidade de tocar no assunto da abolição, mesmo que censurado, “ao passo que não aceitaria nem mesmo uma legação para ter pessoalmente liberdade de acção nas minhas relações com o movimento abolicionista dentro e fora do país, no que está empenhada minha honra” [sic], prometendo que os leitores de Londres não o conheceriam senão como repórter de notícias oficiais e crítico de acontecimentos europeus.⁴⁹¹

Apesar disso, novamente, fez um adendo de que teria outros meios de fazer o país ver que “ele continuaria sempre identificado com o movimento que ajudou a iniciar e pelo qual está sofrendo”. Nabuco estava ansioso pelo emprego, arriscando inclusive perder parte de sua imagem como líder do movimento abolicionista no Brasil, como criticaria Ubaldino do Amaral, dois anos depois. Após acertar condições salariais e outras questões de liberdade de expressão, do que poderia ser escrito ou não por ele no jornal conservador, finalizou a carta com um tom de ansiedade e desejo de que essa fosse a melhor solução para sua carreira política, caso fosse derrotado nas eleições, o que aconteceu logo em seguida, como ele havia previsto.⁴⁹²

⁴⁸⁷ **Idem.** p.3.

⁴⁸⁸ MENDONÇA, Renato. Um diplomata na Corte da Inglaterra... **Op. Cit.** p.328.

⁴⁸⁹ **FBN/MSS** Arquivo Barão de Penedo. Doc. 63,3,5.27. Autor: Joaquim Nabuco. Título: Carta ao Barão de Penedo. Rio de Janeiro, 08/10/1881. pp.3-4.

⁴⁹⁰ **Idem.**

⁴⁹¹ **FBN/MSS** Arquivo Barão de Penedo. Doc. 63,3,5.27. Autor: Joaquim Nabuco. Título: **Carta ao Barão de Penedo.** Rio de Janeiro, 08/10/1881. pp.5-6

⁴⁹² Segundo Angela Alonso, as eleições de 1881 entraram para a história do Império devido a lisura inédita. A oposição conservadora conseguiu fazer um terço da Câmara, “sacramentando os leões” Paulino Soares de Sousa e

Nabuco reconheceu, em carta a seu amigo e futuro presidente da província de Pernambuco, Sancho de Barros Pimentel, que era melhor viver em Londres do que tentar fazer política do seu jeito no Brasil. Segundo ele,

“o caráter, o escrúpulo, a independência, o patriotismo, tudo isso não vale nada – não tem curso entre os eleitores [...] triste e infeliz nação – onde a escravidão tem triunfos aos quais todo mundo se associa com alegria selvagem!”.⁴⁹³

Seria esse o resumo da situação imposta a Nabuco em 1881, que ele, pelos motivos explicados, escolheu rejeitar ao invés de se sujeitar. Não mudando o fato de que, enquanto muitos estavam lutando diretamente pela abolição no Brasil, ele estava tentando “sobreviver”, conciliando sua vida de advogado, jornalista e escritor abolicionista bem distante do olho do furacão e não poderia, até mesmo como uma garantia de emprego, distanciar-se da imagem de legalista que procurava manter em se tratando de abolição. Algo que pode ser reconhecido em seu livro *O Abolicionismo* (1883), muito mais uma obra de propaganda oficial do emancipacionismo do que do abolicionismo extremado, propondo as vias legais e não as vias de fato.⁴⁹⁴

No livro, Nabuco descreveu a situação escravista do Brasil até 1883 e, ao mesmo tempo em que defendeu a ideia de que a abolição deveria ser resolvida dentro do Parlamento, criticou

João Alfredo Correia de Oliveira como grandes lideranças até o final do regime. Nabuco, dentre outros novos liberais como Rui Barbosa, Joaquim Serra, Barros Pimentel e republicanos como Quintino Bocaiúva, Saldanha Marinho, não foram eleitos. ALONSO, Angela. **JOAQUIM NABUCO: OS SALÕES E AS RUAS**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

⁴⁹³ A Sancho de Barros Pimentel Rio, 8 de novembro de 1881.” Meu querido Barros, fomos companheiros de infortúnio, com essa diferença, tu não aprendeste nada, eu aprendi tudo. A votação que tive ensinou-me o que tenho a esperar dos meus compatriotas e o ideal do meu país. Tu já sabias tudo isso pela tua parte. A minha estrela, porém, não se apagou ainda. A minha única aspiração pessoal, ir viver em Londres, independente, por uma longa série de anos, vai ser realizada em breve. Conto partir no dia 24 deste mês ou, então, no dia 1º do próximo. Dizem que serei o correspondente do Jornal do Commercio. Suponho que é exato. Sem dependência do governo — livre quanto posso sê-lo, — viverei feliz e esquecido na sociedade que mais aprecio, na cidade que é o centro político do mundo, com os meus melhores amigos — tu só ausente — no estudo da marcha dos povos e da circulação dos capitais, como ofício, e das letras e artes como distração. Adeus, meu querido Barros. Decididamente não fui feito para o que chamam entre nós política. A palavra, a pena, as ideias são armas que de nada servem, e aí de quem não tem outras. O caráter, o escrúpulo, a independência, o patriotismo, tudo isso não vale nada, não tem curso entre os eleitores. Felizmente não é mais o Imperador que está em causa, não é dele mais que nos podemos queixar — é de nós mesmos. Triste e infeliz nação — onde a escravidão tem triunfos aos quais todo o mundo se associa com alegria selvagem! Adeus, uma vez mais, meu caro amigo. Meus respeitosos cumprimentos a Mme. Barros Pimentel e até lá. Todo teu JOAQUIM NABUCO.” NABUCO, Carolina. **Obras Completas de Joaquim Nabuco**. VOL XIII. **CARTAS A AMIGOS: Coligidas e anotadas por Carolina Nabuco**. Vol I. Instituto Progresso Editorial. São Paulo. 1949. p.60-61.

⁴⁹⁴ A palavra emancipação aparece 79 vezes no livro de Nabuco, enquanto que a palavra abolição aparece 26 vezes. No livro, que se tornou uma das principais obras de propaganda da abolição, Nabuco faz um apanhando histórico de como homens do poder, estadistas, como José Bonifácio e Rio Branco, ligados e comprometidos com a emancipação, contribuíram para a causa histórica que vinha sendo debatida desde pelo menos a Revolução pernambucana de 1817 e a Constituinte de 1823. Nabuco trabalhou na obra o fim do tráfico de escravos e a do ventre livre, divulgando que estas medidas já haviam cumprido seu papel, mas que o momento impunha outras medidas que não mais fossem paliativas para solucionar o problema sem gerar grandes consequências. NABUCO, Joaquim. *O Abolicionismo*. **Op. Cit.** 223p.

os partidos monarquistas de serem sustentados pela escravidão, o que por si só constituía uma contradição sistemática.⁴⁹⁵ Em estilo de propaganda, as teses que Nabuco divulgou no livro buscavam, principalmente, convencer as elites políticas e econômicas do país de que a escravidão era incompatível com o progresso do Império. Incompatível com a indústria, com o comércio, com a educação do povo, enfim, com a “civilização” no século XIX.⁴⁹⁶ O livro não foi escrito para revolucionar a sociedade, não ataçava os escravos contra os senhores, não incentivava à desobediência civil, pois, para ele: “os abolicionistas querem conciliar todas as classes e não indispor umas contra as outras; não pedem a emancipação no interesse tão somente do escravo, mas do próprio senhor e da sociedade toda”.⁴⁹⁷

Nas melhores das hipóteses, a partir das alforrias anuais, pagas pelos fundos de emancipação, segundo ele, a escravidão desaparecia do Brasil em 1903 ou 1908.⁴⁹⁸ Ao abordar o assunto dentro da lei, o Nabuco emancipador dizia não haver condições de que a escravidão acabasse antes de 1890.⁴⁹⁹ Podemos dizer que o único ponto “radical” das ideias de Nabuco, no livro, foi a defesa da abolição sem indenização, pois, ele acreditava que a propriedade escrava atual não era legalmente constituída, sendo a maior parte dos cativos, em 1883, descendentes de africanos entrados depois de 1831.⁵⁰⁰ O que constituía outra contradição das ideias apresentadas no livro. Como emancipar sem indenizar? Como o governo faria isso? No final, Nabuco fez questão de explicar que não lutava contra a lavoura, mas sim contra a escravidão e contra o mal que esta fazia ao país.⁵⁰¹ Apesar de não defender a indenização da propriedade escrava, *O Abolicionismo* era uma obra propaganda do movimento legal, emancipacionista e representava o interesse de uma classe política que tentava resolver o problema por meio das vias legais.

⁴⁹⁵ **Idem.** p.52.

⁴⁹⁶ **Idem.** pp.152-162.

⁴⁹⁷ **Idem.** p.51.

⁴⁹⁸ Para a primeira data (1908), Nabuco considerava que ela se concretizaria se de 1,5 milhão de escravos fossem alforriados, anualmente, 60 mil, o dobro da média em 1883. Já para a segunda (1903), considerava um total de 75 mil por ano, ou seja, com uma velocidade duas vezes maior que a de 1883, que era de 35 mil por ano, segundo ele. Desconsiderando ainda o número de ingênuos que permaneceriam em uma situação análoga à escravidão até pelo menos 1938. NABUCO, Joaquim. *O Abolicionismo*. **Op. Cit.** pp.173-174

⁴⁹⁹ De fato, Nabuco apresentou um projeto em 26 de agosto de 1880 com duas propostas conservadoras de abolição: fim da escravidão em 1890 e indenização para os senhores que, em 1890, ainda possuíam cativos. Contrário a qualquer tipo de desorganização social pelo bem maior, Nabuco concedeu um artigo aos senhores de escravos, estabelecendo aos cativos que fugissem penas como prestação de serviço por tempo dobrado e a perda dos benefícios da lei. Se esta lei fosse aprovada, o movimento abolicionista estaria comprometido com a repressão policial às fugas dos escravos já no início da década de 1880. **HDBN: Um projecto de Abolição**. O Abolicionista. Nº3 e 4, 1 de janeiro e 1º de fevereiro de 1881.

⁵⁰⁰ Nabuco defendeu no Parlamento, em sua primeira legislatura, que fosse marcada a data de 01 de janeiro de 1890 para o fim da escravidão no Brasil. GOUVÊA. Fernando da Cruz. **Abolição: A liberdade veio do Norte**. Recife: Massangana, 1988. p. 141.

⁵⁰¹ **Idem.** p.190.

Também no ano de 1883, a *Confederação Abolicionista*, mais próxima da realidade brasileira e lutando dentro dos campos de batalha, lançou um panfleto, escrito por André Rebouças, intitulado *Abolição imediata e sem indenização* e um manifesto, escrito por José do Patrocínio com o título *Manifesto da Confederação Abolicionista do Rio de Janeiro*.⁵⁰²

No escrito de Rebouças, os abolicionistas defendiam que o movimento queria fomentar a grandeza e a prosperidade da pátria, restituindo a liberdade de um milhão de africanos e seus descendentes, acabando com o monopólio territorial, valorizando o solo, abrindo espaço para a imigração, cobrando o imposto territorial, destruindo o sistema obsoleto da lavoura escravista para criar uma *Democracia Rural no Brasil*.⁵⁰³ O primeiro passo, para tanto, era a abolição imediata e sem indenização, pois, essa seria injusta, visto que a maior parte dos escravizados eram africanos ilegalmente importados, após 1831, ou descendiam desses. Todavia, não bastaria só abolir para resolver o problema mor do Brasil. Na visão de Rebouças, seria necessário criar o imposto territorial, que já havia sido implantado na República dos EUA, e que tanto favorecia a imigração e o desenvolvimento econômico daquele país. Então, além de acabar com a escravidão⁵⁰⁴, deveriam taxar os terrenos não utilizados⁵⁰⁵, distribuir o território ao pequeno e médio lavrador, nacional e estrangeiro, para fazer a economia movimentar a partir da utilização efetiva do solo⁵⁰⁶. A obra da abolição só estaria completa após uma reforma agrária, que seria fundamental para complementar a grande reforma social. Sem isso, a abolição não teria sentido, pois, seria o mesmo que lançar milhares de homens e mulheres na miséria e sujeitá-los à dependência senhorial, mesmo após sua libertação.⁵⁰⁷ Rebouças era um grande visionário.

Tanto a Confederação Abolicionista quanto Nabuco, estavam tentando convencer os representantes políticos da nação de que a abolição era fundamental para o desenvolvimento interno e externo, para o futuro do Império e da sociedade brasileira. A diferença era que, enquanto os que estavam no Brasil, como Rebouças e Patrocínio, pediam a abolição imediata, Nabuco, por enquanto, procurava estimular os meios graduais. Podemos observar a partir dos escritos e das ações que os abolicionistas e os emancipacionistas divergiam e procuravam

⁵⁰² Este foi publicado em 11 de agosto de 1883 assinado por diversos abolicionistas como: João Clapp, Patrocínio, Serpa Júnior, André Rebouças, entre outras figuras. PATROCÍNIO, José do. **Manifesto da Confederação Abolicionista do Rio de Janeiro**. Typographia da Gazeta da Tarde, Rio de Janeiro, 1883. 26p. Disponível em <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/174454> acessado em 16/12/2019 às 11:54.

⁵⁰³ CONFEDERAÇÃO ABOLICIONISTA. **Abolição imediata e sem indenização**. Pamphleto nº1. Typographia Central. Rio de Janeiro. 1883. p.18. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/174442> acessado em 16/12/2019 às 11:00.

⁵⁰⁴ **Idem**. pp.3-24

⁵⁰⁵ **Idem**. pp.34-39

⁵⁰⁶ **Idem**. pp.40-48

⁵⁰⁷ **Ibidem**.

acabar com a escravidão de formas diferenciadas. Uns queriam tudo e logo, outros queriam tudo gradualmente e muitos dos contrários, principalmente os senhores, não queriam nada ou queriam o respeito pela sua propriedade, fosse ela legal ou não.

Em Pernambuco, também havia uma cisão no ceio do movimento abolicionista. Segundo o presidente da CCER, Manoel Gomes de Mattos, que pode ser definido como um emancipador, um legalista, “até 1883 a abolição era só uma ideia, a ação de fato começaria em 1884”.⁵⁰⁸ Apesar de também reconhecermos que o movimento sofreu uma espécie de “aceleração” no ano de 1884, devido à “libertação total do Ceará”, conseguimos fornecer provas de que a ação abolicionista, por parte de alguns membros do movimento, como os republicanos ligados à *Cearense Libertadora* e à *Confederação Abolicionista*, representados em Pernambuco por João Ramos, já havia ultrapassado a propaganda. Contrastando com a ação de muitos que ainda lutavam dentro do campo legalista, principalmente devido aos cargos políticos que exerciam. A própria instituição criada em Pernambuco, presidida por Gomes de Mattos, para dar coesão ao movimento, recebeu o nome de *Comissão Central Emancipadora do Recife*, sinalizando que, até 1883, o movimento seguia muito mais os projetos oficiais: legais, lentos e indenizatórios.

Manoel Gomes de Mattos, em uma conversa com o comerciante Antônio Carlos Ferreira da Silva, perguntou porque este não se associava a causa, recebendo a resposta de que o “objetivo não lhe agradava; o escravo, além de ignorante é sempre um ingrato e não merece tão grande sacrifício.” Mattos lhe disse que “não trabalhava pelos escravos somente, mas trabalhava pelos brancos, pela pátria, que era a verdadeira vítima da escravidão”, convencendo Antônio Carlos que o fim da escravidão levaria o país ao desenvolvimento social, político e econômico.⁵⁰⁹ De fato, para estes homens envolvidos com o comércio, a escravidão trazia grandes desvantagens.

Ao pensarem na mão de obra escrava pelo prisma dos princípios econômicos liberais, muitos entendiam que as pessoas escravizadas não eram consumidores ativos e, portanto, não fomentavam um mercado interno. Na visão de alguns propagandistas da abolição, a mão de obra escrava depreciava os salários, aviltava a ideia de trabalhar fisicamente e prejudicava o desenvolvimento de um proletariado livre, na maior parte do país. No ambiente urbano, muitos desses homens, representantes das camadas médias, geralmente alheios do cenário político

⁵⁰⁸ Manoel Gomes de Mattos deixou uma memória da sua vida, que foi datilografada e encontramos no seu arquivo pessoal no Arquivo Público Jordão Emerenciano, em Pernambuco. Não há referência do ano em que foi escrito. APEJE. AMGM – Arquivo Manoel Gomes de Matos. MATTOS, Gomes Manoel de. **A campanha abolicionista em Pernambuco.** p.3.

⁵⁰⁹ **Idem.** pp. 2-3.

parlamentar - lócus privilegiado dos representantes de grandes proprietários de terra e gente - aderiram à causa com o objetivo de lutar, não pelo escravo, mas contra a ordem patrimonialista, que lhes impunham as forças conservadoras do status quo escravocrata.⁵¹⁰ Com esses argumentos contra a escravidão, Gomes de Mattos disse que convenceu converter o amigo a um “dedicado batalhador”.⁵¹¹ Para ele, a escravidão e a grande propriedade não faziam mal somente à população escravizada, mas aos livres distanciados dos espaços políticos e econômicos que ainda eram dominados pelos donos de terra e gente.⁵¹² Distanciados, política e economicamente, dos interesses escravocratas, estes homens assumiram a ofensiva, em boa parte legal, contra o regime.⁵¹³

⁵¹⁰ Um exemplo da luta destes representantes do comércio, contra o que eles consideravam desmandos políticos, está na tentativa de revogar a lei provincial que estabelecia um imposto de 10% sobre produtos consumidos internamente. A Associação Comercial formou uma comissão executiva onde figuravam como presidente, Theodoro Christiansen, Manoel Gomes de Mattos vinha como vice, Antônio Carlos como 2º secretário e Oscar Falkeisen como tesoureiro. Esta comissão tinha por fim convencer os comerciantes da praça do Recife da necessidade de redigirem uma petição à Assembleia Geral Legislativa para que ela “revogasse a lei anticonstitucional do imposto sobre o consumo interno”. Manoel Gomes de Mattos, Antônio Carlos e Corbeniano Fonseca ficaram responsáveis por redigir a petição que seria debatida e encaminhada ao Parlamento. **HDBN:** Diário de Pernambuco. 19 de agosto de 1882. Nº188. p.4; Diário de Pernambuco. 17 de outubro de 188. Nº237. p.1. Maria Helena Machado identificou que as relações solidárias entre escravos, libertos, a plebe e os abolicionistas radicalizados, muitas vezes um abolicionismo virtual, serviu-os reciprocamente em determinadas circunstâncias. Pois, mesmo que não tenha aglomerado os grupos numa mesma classe social, deu sustentação ao movimento abolicionista, tornando-se o principal problema das elites escravistas do Império. MACHADO, Maria Helena. O Plano e o Pânico. **Op. Cit.** pp.16-17.

⁵¹¹ Antônio Carlos Ferreira da Silva fez parte da *Sociedade Nova Emancipadora*, a partir de 1883, tornando-se presidente da instituição em 1885. Como vimos também fez parte da *Comissão Central Emancipadora do Recife* e como ainda veremos do *Clube do Cupim*, tendo sido também, segundo Nabuco, o homem por trás de todas suas campanhas abolicionistas em Pernambuco. **HDBN:** Jornal do Recife. 22 de fevereiro de 1885. Nº 67. p.1; Jornal do Recife. 04 de abril de 1883. Nº76. p.1. BRAGA, Flávia Bruna Ribeiro da Silva. **Op. Cit.** p.83. NABUCO, Joaquim. Minha formação. **Op. Cit.** 213-215.

⁵¹² Segundo Maria Tereza Chaves de Mello, “a exceção dos membros da antiga e da nova camada agrária economicamente favorecida, mas não contemplada com posições nos quadros da burocracia, outros agentes sociais insatisfeitos — capitalistas, setores médios e camadas populares — tinham em comum a desvinculação do controle senhorial dos proprietários rurais ou, pelo menos, de sua influência direta. A sociedade adquiriu uma complexidade não prevista pelos construtores do Império. MELLO, Maria Tereza Chaves de. **A República Consentida: cultura democrática e científica do final do Império.** Rio de Janeiro: FGV Editora, 2007. p.65. O abolicionista gaúcho Mucio Scevola, em artigo escrito para o jornal *Vinte e Cinco de Março* (Campos -RJ), descreveu bem esta situação social, segundo ele, “O abolicionismo pertence por enquanto, aos grandes corações que indubitavelmente palpitam no seio da classe média, por estar ela colocada no centro das duas classes que se repelem — a alta e a ínfima; a classe média é perante a melhor filosofia a justiça social, ela é a personificação do esforço intelectual e por conseguinte a alavanca do progresso moral; para poder pregar a sua doutrina e chegar ao seu sublime desiderato é-lhe preciso enfrentar a classe alta, o monopólio personificado em prejuízo de outras classes; esta é a primeira muralha, que principia a ser bombardeada pela classe média, para penetrando em seus redutos, resgatar o escravizado e levá-lo à comunhão social. A segunda muralha é o preconceito, este fruto ostensivo dos povos mesclados e ignorantes, cuja sociabilidade pessoal, o que será combatido pelos elementos reconstituintes, quando extinto o elemento servil, a ordem geral dos acontecimentos, reagir contra a escravidão política e religiosa.” **HDBN:** Vinte e Cinco de Março. (RJ) 18 de dezembro de 1884, pp. 3-4.

⁵¹³ Emília Viotti da Costa, em seus estudos sobre o movimento abolicionista, apontou que para além das transformações econômicas, políticas e sociais, a concentração de profissionais liberais nas áreas urbanas foi uma das principais razões para a intensificação da campanha abolicionista concomitantemente às lutas escravas. Este movimento abolicionista da década de 1880, cuja base social contava com o auxílio de uma classe média urbana e com a ação permanente dos próprios escravizados, foi o fator culminante da abolição, diferente do lento processo emancipacionista da década de 1870, baseado na lei de 1871, que pouco contribuiu para a destruição da instituição.

O mesmo Manoel Gomes de Mattos reconheceu em suas memórias que o fim da CCER era:

fazer a propaganda leal, justa e honesta, tendo em vista a libertação da Província de Pernambuco. Não se tratavam, então, de **abolição** e sim de **emancipação**, como se vê pela quase generalidade dos títulos das sociedades e o mesmo livro de Joaquim Nabuco, publicado nesse ano em Londres, onde se achava, se preocupava com a emancipação. Entretanto o **Cupim** já existia e **João Ramos**, sem protesto pelo nosso programa, carcomia a instituição furtando escravos, que remetia para o Ceará nas barcas de Joaquim Pessoa, que nesse trabalho prestou muitos e reais serviços.⁵¹⁴

Gomes de Mattos distinguiu a ação da CCER da do *Clube do Cupim*, que, segundo ele, já existia, ou melhor, já atuava em 1883. Enquanto aquela trabalhava pela propaganda, representando a emancipação nas instituições oficiais, o Cupim agia audaciosamente, “carcomendo” a escravidão aos poucos, através de medidas drásticas.⁵¹⁵ Os legalistas pelejavam pela emancipação, tentando resolver dentro das instituições o que não queriam que fosse resolvido de qualquer forma, eram homens da “ordem” e não queriam que recaíssem sobre eles o estigma de desordeiros, ladrões, anarquistas, comunistas, etc.⁵¹⁶ Enquanto isso, João Ramos já organizava, juntamente com alguns amigos e com os próprios escravizados, as fugas, o acoitamento e o traslado de escravizados para o Ceará e para outros pontos do Norte.

Os Emancipadores/legalistas acreditavam que a propriedade deveria ser respeitada, desde que fosse legalmente constituída, já os abolicionistas radicais ou “intransigentes”, como

COSTA, Emília Viotti da. A abolição. **Op. Cit.** MARQUESE, Rafael de Bivar. “Estrutura e agência na historiografia da escravidão. **Op. Cit.**

⁵¹⁴ APEJE. AMGM. MATTOS, Gomes Manoel de. **A campanha abolicionista em Pernambuco.** Op. Cit. pp. 2-3.

⁵¹⁵ **Idem.** p.3. A Comissão, por meio de José Mariano, enviou uma representação à Câmara pedindo a apreciação de diversas propostas como: a proibição da transferência dos escravos, a localização do escravo no município do senhor, a proibição das casas de depósito para aluguel de escravos, a inibição da utilização de escravos nas obras públicas ou particulares financiadas pelo Estado, a proibição da utilização dos escravos nos ofícios liberais, a revisão da matrícula para a plena execução da lei de 1831, a obrigatoriedade do trabalho e a revisão das leis de locação de serviços, junto com a revisão dos regulamentos de classificações e a vinculação das juntas de classificação com as sociedades emancipacionistas sob a tutela de um juiz de direito visando alforriar o maior número possível de pessoas. Mariano ainda expôs outras medidas como a libertação dos escravos maiores de 50 anos, permissão para que os escravos pudessem depositar suas economias nas caixas econômicas, aumento do fundo de emancipação e abolição das penas de açoite aos escravos que estavam respondendo por crimes. Enquanto todas estas ideias eram aventadas pelo deputado, os seus contrários, tentando censurar sua colocação, perguntavam se todos os membros da Comissão haviam já libertado seus escravos. Ao que Mariano respondeu que estavam prontos para libertá-los no dia em que for necessário e por isso mesmo que os possuem, não podem ser suspeitos querendo a abolição, cujas consequências terão de sofrer. Acusado de atacar a propriedade escrava, retrucaria que roubo é a exploração do escravo pelos senhores. **HDBN: Jornal do Recife.** 8 de setembro de 1883. pp.1-2.

⁵¹⁶ Segundo Maria Helena Machado, os abolicionistas sofreriam com acusações deste tipo por terem popularizado a propaganda. Ao buscarem atrair a opinião pública para a causa, discutindo e lutando pela abolição nos teatros, nas gazetas, nas praças públicas, os abolicionistas interferiam nos interesses da elite política e econômica imperial que controlavam as decisões oficiais, extrapolando as ações e decisões para fora do Parlamento, algo visto como muito perigoso por parte dos que se acreditavam donos do poder legítimo. MACHADO, Maria Helena. O Plano e o Pânico... **Op. Cit.** p.164.

eram chamados pela classe senhorial, não reconheciam propriedade de homens por outros homens de forma alguma e acusavam a propriedade escrava de ilegal, “um roubo contra a humanidade”.⁵¹⁷

Manoel Gomes de Mattos falou a verdade sobre Ramos. Como vimos, este trabalhava em ambos os lados, envolvendo-se com as sociedades emancipadoras e com o abolicionismo extralegal ao mesmo tempo. No dia 22 de agosto de 1883, João Cordeiro escreveu a ele, informando sobre mais desembarques de “ingleses” (outro nome para os fugitivos). Afirmou ter recebido Felipe e Manoel e mais 4 ingleses os quais estavam “debaixo de coberta enxuta e bem acondicionados”. Segundo Cordeiro, o chefe de polícia (Manivão) havia recebido uma notícia de que os dois rapazes supracitados eram ladrões de uma grande quantia e, logo que eles chegaram, 10 praças armados de rifles cercaram-nos no mercado público. O próprio Cordeiro se deslocou ao lugar da luta e conseguiu, “peitando o espia”, desviar as vistas da tropa, fugindo e levando os dois rapazes para sua casa, onde ficaram três dias. O chefe da *Libertadora* informou que estavam enfrentando uma luta terrível, porém, “a grandeza da ideia permitia que tudo marchasse regularmente”. No mesmo dia que escreveu a carta, disse ter arrancado do vapor *Pernambuco*, 2 ingleses que iriam ser vendidos no Rio de Janeiro, tendo sido auxiliado pelos jangadeiros. Encerrou dizendo estar à espera do amigo, que iria viajar ao Norte poucos dias depois.⁵¹⁸

No dia 7 de setembro de 1883, João Ramos pegou o *Paquete Ceará* com destino a Fortaleza, sendo acompanhando na sua partida por amigos de diversas sociedades, que o seguiram a bordo, saudando “um dos mais esforçados abolicionistas do Norte”. Embarque digno de nota, como seriam os de José Mariano e de Nabuco posteriormente, festa abolicionista no Cais da Lingueta.⁵¹⁹ Ao chegar no Ceará, a SCL o recepcionou em sua sede, no dia 10 de

⁵¹⁷ Em 09 de abril de 1883, alguns representantes da *Comissão Central Emancipadora do Recife*, lançaram um jornal chamado *O Propulsor: órgão de interesses abolicionistas, industriais, agrícolas, literários, etc.* Este periódico assumia o posicionamento da CCER e em seu editorial de apresentação afirmou que: A gazeta era abolicionista, francamente abolicionista, mas se diferenciava do posicionamento de alguns abolicionistas que queriam a abolição imediata com suas conveniências e inconveniências. Queriam a abolição, mas sem violências, sem provocar desgraças, sem se precipitar. “Libertar e prevenir” era o lema dos emancipadores que publicavam n’*O Propulsor*. Na visão deles, se após a abolição o escravo não fosse instruído ao trabalho como o homem livre, se não tivesse um destino certo, continuaria sendo um escravo. Apesar de prometerem proteger os escravizados, em suas publicações, afirmavam que só publicariam fatos contra senhores que ultrapassassem os limites da lei contra seus escravos. Ou seja, desde que eles fizessem o que a legislação permitia sobre o cativo, os senhores não seriam incomodados e não tinham com o que se preocupar. O discurso era legalista e prezava pela ordem social, ou seja, eram mais amigos das classes senhoriais do que dos escravizados como acusavam outros abolicionistas radicais. **CEPE Digital: O Propulsor: órgão de interesses abolicionistas, industriais, agrícolas, literários, etc.** 09 de abril de 1883. Nº01.

⁵¹⁸ **IAHGP**. Caixa 21. Maço 2. Doc. 827. Correspondência do João Ramos. Carta de João Cordeiro a João Ramos. 22 de agosto de 1883.

⁵¹⁹ **HDBN**: Jornal do Recife. 8 de setembro de 1883. Nº207. p.1.

setembro de 1883. Nessa reunião, João Ramos foi chamado de “o grande revolucionário, cuja frente beijam respeitadas as brisas cearenses”.⁵²⁰ Em sua definição, no jornal, os abolicionistas cearenses o adjetivaram como “lutador emérito, abolicionista as direitas”, dizendo ainda que Ramos valia por si só uma associação e que era um prolongamento da *Libertadora Cearense* em Pernambuco. “Moço, trabalhador, simpático, e inteligente ele é um dos representantes mais legítimos da geração que se levanta”, completava o redator. De fato, era ele quem levava e estendia o movimento cearense às terras pernambucanas e ainda levaria muito além. Sem contar o elogio de que Ramos valia por uma associação inteira, algo que, como estamos vendo, condizia com a sua atuação no movimento.⁵²¹ No dia 20 de setembro de 1883, João Ramos, a quem chamaram no jornal de “o bravo libertador”, seguiu viagem ao Pará.⁵²² Em 20 de outubro, retornando pelo Ceará, o *Club Cearense* fez outra homenagem ao homem. Uma manifestação de apreço ao abolicionista, respeitado em Pernambuco e na província vizinha.⁵²³

Talvez, João Ramos tenha empreendido essa viagem a negócios, talvez para articular outras alianças. Uma coisa é certa, ele ficou ainda mais por dentro de tudo que acontecia no Ceará, buscando renovar suas conexões, já que em Pernambuco o movimento emancipador não estava vivendo a sua melhor fase. Assim como em 1882, a festa de 28 de setembro de 1883 não teve muita pompa, nem tantas cartas para serem distribuídas. Novamente, minguiaram os recursos do Fundo de Emancipação, boa parte das alforrias foram distribuídas graças aos auxílios dos sócios e dos pecúlios dos escravos.⁵²⁴

Na reunião da *Sociedade 28 de Setembro*, membros de oito associações distribuíram somente 14 cartas de liberdade. Nove delas foram entregues pelo *Clube Abolicionista*, quatro pela *Emancipadora Pernambucana*, da qual eram membros Alfredo Pinto Vieira de Mello, Fernando de Castro Paes Barreto e João Ramos; outra última pelo sócio da *28 de Setembro*, Francisco Martiniano Moura.⁵²⁵ Já, dos 43 escravos cujas alforrias foram promovidas pela SNE, apenas 28 receberam auxílio do Fundo de Emancipação.

Apesar de terem sido alforriadas poucas pessoas em Pernambuco, através do Fundo de Emancipação, no ano de 1883 (54), a SNE concorreu para a libertação de mais da metade dessas cartas. “Amigavelmente”, conseguiram a alforria de Margarida, da senhora Zulmira da Silva

⁵²⁰ **HDBN**: Libertador: órgão da Sociedade Cearense Libertadora. 10 de setembro de 1883. Nº 196. p.1.

⁵²¹ **Idem**.

⁵²² **HDBN**: Libertador: órgão da Sociedade Cearense Libertadora. 20 de setembro de 1883. Nº 205. p.2.

⁵²³ **HDBN**: Libertador: órgão da Sociedade Cearense Libertadora. 20 de outubro de 1883. Nº 231. p.2.

⁵²⁴ **HDBN**: Jornal do Recife. 30 de setembro de 1883. Nº225. p.1. **HDBN**: Diário de Pernambuco. 3 de outubro de 1883. Nº227. p.4. **IAHGP**. Caixa 20. Maço 2. Doc. 815. Acta da sessão ordinária de 1 de Outubro de 1883. Vice presidência do senhor Francisco Floro Leal.

⁵²⁵ **HDBN**: Jornal do Recife. 30 de setembro de 1883. Nº225. p.1. **HDBN**: Diário de Pernambuco. 3 de outubro de 1883. Nº227. p.4

Rocha e Elvira Francisca da Rocha mediante pagamento. Felicidade, Luiza, Heleonora e Philomena foram libertadas por uma ação judicial, ficando livres após a morte de sua senhora. Ajudaram também na ação de liberdade de Romana, escrava de Antônio Augusto dos Santos Porto, avaliada em 430\$000 mil réis, pagos ao seu senhor. Dentre outras cartas que foram distribuídas graças aos esforços dos próprios escravizados e auxílio dos membros da SNE. Como já sabemos, apesar dessas festas elogiarem a premissa da concessão das cartas de alforria, não foram as sociedades emancipadoras, nem o Estado, os principais contribuidores das libertações, mas sim os próprios escravizados. Nada de esmolas, ou concessões. Muitas daquelas pessoas deveriam enxergar sua liberdade como mais uma conquista pessoal.⁵²⁶

Depois da festa do dia 28 de setembro, os membros da SNE registraram só mais duas atas em 1883, 4 de novembro e 2 de dezembro de 1883. Poucos membros compareceram a essas reuniões, provavelmente devido ao movimento do comércio que era grande no final do ano. Todavia, acreditamos que o esvaziamento das reuniões também tenha se dado por conta da ressaca que vinha sempre após as festas de libertação em setembro. O movimento, até mesmo dentro de uma das maiores instituições emancipacionistas da província, vinha sofrendo com a falta de recursos por parte do Fundo de Emancipação e com a ausência dos seus membros nas reuniões. Os meses de outubro, novembro e dezembro de 1883 foram meses quase parados, em se tratando de atividades emancipadoras.⁵²⁷

Com todos esses problemas estruturais no movimento emancipador, João Ramos continuou com sua ação abolicionista subterrânea. O guarda livros abolicionista, homem bom de cálculos, devia saber que naquele passo, a abolição da escravidão demoraria demais a ser alcançada. Precisavam, os que queriam mais e os que tinham interesses na abolição imediata, acelerar o processo a partir da ação imediata e direta. No dia 05 de novembro de 1883, José Maria de Andrade escreveu uma carta a ele pedindo ajuda para promover a alforria de um escravo, ao qual devia 200\$000 mil réis. O escravo não morava no Recife, mas sua senhora estava na cidade, o homem sabia a quem recorrer, pediu o favor a pessoa certa.⁵²⁸

Outro que veio lhe pedir favores, no final de 1883, foi o presidente da *Confederação Abolicionista* do Rio de Janeiro, o comerciante e republicano abolicionista João Clapp.⁵²⁹ Este

⁵²⁶ **IAHGP.** Caixa 20. Maço 2. Doc. 815. Acta da sessão ordinária de 1 de outubro de 1883. Vice-presidência do senhor Francisco Floro Leal.

⁵²⁷ Entre os meses de outubro a dezembro de 1883 não encontramos muitos registros nos principais jornais divulgadores do movimento das Sociedades Abolicionistas em Pernambuco. Tanto o Jornal do Recife quanto o Diário de Pernambuco só voltariam a registrar acontecimentos e atividades abolicionistas expressivas em 1884.

⁵²⁸ **IAHGP.** Caixa 21. Maço 1. Doc. S/n. Carta de José Maria de Andrade a João Ramos. Pedido de ajuda para alforriar um escravo. 5 de novembro de 1883.

⁵²⁹ João Clapp era filho de estadunidenses, foi gerente do Banco do Brasil e dono de loja de porcelana, segundo Alonso, junto com Patrocínio e Rebouças completava o trio que comandava os assuntos na Gazeta da Tarde e as

entrou em contato com João Ramos, na verdade, para agradecer um favor cumprido no dia 25 de novembro de 1883, que não sabemos qual foi, mas que envolvia a fuga de pessoas escravizadas. Pediu desculpas por não poder ter cumprido um favor em troca. No caso, Clapp perdeu de vista uma senhora que havia embarcado para o Rio de Janeiro com uma escrava, provavelmente em luta pela liberdade, a qual João Ramos estava ajudando. Todavia, no final da carta, João Clapp afirmou que: “muito me apraz ter ocasião de estreitar relações com VS^a, e pode contar que tem aqui um amigo sempre prompto a cumprir suas ordens.”[sic]⁵³⁰ Logo em seguida, João Cordeiro mandou mais informações para João Ramos sobre o movimento no Norte. Instruiu o amigo que em Mossoró, tanto Frederico Antônio de Carvalho quanto Romualdo Galvão podiam receber ingleses sem problemas.⁵³¹ Frederico Antônio de Carvalho era orador da *Sociedade Libertadora Mossoroense* e Romualdo Galvão era vice presidente da instituição.⁵³² A cidade de Mossoró estava livre desde o dia 30 de setembro de 1883 e seria um dos principais entrepostos por onde os fugitivos passariam a caminho do Ceará. O movimento de fugas de escravos se conectava ao Sul através da Confederação Abolicionista e pelo Norte já passava a envolver pelo menos quase todas províncias limítrofes e membros de várias associações como a *Nova Emancipadora*, a *Sociedade Libertadora Mossoroense* e a *Sociedade Cearense Libertadora*.⁵³³

operações da Confederação Abolicionista. Aponta Alonso que, Patrocínio e Clapp representavam, no Rio de Janeiro, a propaganda no espaço público (as flores), enquanto que Nabuco e Mariano buscavam representar no Parlamento (os votos). Podemos acrescentar que, a outra via, a das “balas”, a das fugas, era representada por João Cordeiro (em conjunto com a Cearense Libertadora) e João Ramos, antes mesmo da fundação oficial do Clube do Cupim. Três vias muito importantes para o avanço do movimento. ALONSO, Angela. **Flores, votos e balas... Op. Cit.** p.15 e 135.

⁵³⁰ **IAHGP**. Caixa 21. Maço 1. Doc. 816. Correspondência de João Fernandes Clapp a João Ramos. 17 de dezembro de 1883.

⁵³¹ **IAHGP**. Caixa 21. Maço 2. Doc. 827. Correspondência de João Cordeiro a João Ramos. 22 de dezembro de 1883. p.1. João Cordeiro tinha uma rede de contatos comerciais que se estendia de Fortaleza, passava por Mossoró e chegava até o Recife, onde se conectava com João Ramos. **HDBN**: Jornal do Recife. 28 de setembro de 1880; Gazeta do Norte (CE), 14 de setembro de 1880.

⁵³² **A saga da Abolição Mossoroense. Livro III**. Fundação Vingt-Un Rosado. Acervo Virtual Osvaldo Lamartine de Faria. pp.36-37 Disponível em: <https://colecaomossoroense.org.br/site/> acessado em 21 de abril de 2020 às 15:25. A diretoria da Sociedade Libertadora Mossoroense era composta por Joaquim Bezerra da Costa Mendes (Presidente), Romualdo Lopes Galvão (vice-presidente), Paulo Leitão Loureiro de Albuquerque e Francisco Antônio de Carvalho (oradores), Francisco Gurgel de Oliveira (Secretário) Alexandre Soares do Couto, Miguel Faustino do Monte, Alexandre de Sousa Nogueira, Astério de Souza Pinto, Manuel Benício Guilherme de Melo, Emanuel Cirilo dos Santos, Antônio Filgueira Secundes, Luiz Carlos da Costa, Joaquim de Oliveira Torres, Aristóteles Alcebíades Wanderley e Antônio Fernandes Júnior. (diretores)

⁵³³ Num bilhete reservado, anexado a uma carta, enviado a Nabuco em 30 de agosto de 1881, José Correia do Amaral pediu, ao então deputado, uma lista com os nomes dos fazendeiros que mais possuíam escravos nas províncias do Rio de Janeiro, de São Paulo e Minas Gerais. Não sabemos por qual razão este pedido foi feito em caráter reservado, mas cogitamos que os abolicionistas cearenses já tinham a intenção de prejudicar os interesses dos principais senhores de escravos das três maiores províncias escravistas do Brasil em 1881. Entendiam que o movimento não poderia se restringir somente a província do Ceará, e se quisessem realmente fazer da Abolição da escravidão algo viável teriam que lutar contra os maiores escravistas do Império e estavam dispostos a isso. FUNDAJ. Correspondência de Joaquim Nabuco. Doc. 6383,2. Bilhete reservado de José Correia do Amaral a Joaquim Nabuco. Fortaleza, 30 de agosto de 1881.

Do Ceará, Cordeiro explicou que o amigo só devia escrever a ele chamando-o de *Juarez* e se identificando como *Lastemio*. A partir de agora, final de 1883, todo cuidado era pouco, nos negócios particulares, “especialmente nos de Ébanos”, mais um código para falar dos fugitivos.⁵³⁴ Todos os que chegavam no Ceará estavam “arrumados”, ou seja, tinham trabalho certo. Informou ainda que esperava vir do Piauí ao Ceará, em janeiro, 250 “paranaguás” (em referência ao ex-chefe do Ministério nascido no Piauí, João Lustosa da Cunha Paranaguá), e que planejava “baixar aquela terra completamente”, ou seja, acabar com a escravidão na província atraindo os escravos para “a terra da promessa”.

Mesmo com toda guerra dos escravistas contra ele, Cordeiro afirmou estar disposto a fazer tudo em favor dos escravos, já adiantando que queria o Ceará livre no dia 25 de março de 1884.⁵³⁵ O clima não era só de festa. Cordeiro informou que travava luta contra os escravocratas. O delegado de polícia de Fortaleza autorizou que fossem presos Manoel e Felipe, ao que o abolicionista respondeu rapidamente com um pedido de habeas corpus emitido pelo juiz de direito Dr. Barbosa Lima, “libertando os ingleses.” Segundo Cordeiro, a SCL estava lutando junto ao Tribunal da Relação do Recife para que fosse aprovado o “princípio de que no Ceará não se pega mais negro fugido”.⁵³⁶ Os abolicionistas cearenses queriam que sua província fosse reconhecida pelas autoridades públicas como “território livre”.

Segundo escreveu Heinrich Handelmann em 1860, na sua *História do Brasil*, “escravos fugidos, houve-os naturalmente desde sempre; porém direito legal de liberdade não podia, nem pode aqui ser alcançado pela fuga, porque não existe no Brasil em parte alguma asilo ou território livre”.⁵³⁷ Algo que passou a existir, a partir da libertação total do município de Acarape, no dia 01 de janeiro de 1883 e da subsequente libertação vários outros municípios

⁵³⁴ **IAHGP**. Caixa 21. Maço 2. Doc. 827. Correspondência de João Cordeiro a João Ramos. 22 de dezembro de 1883. p.1. p.2.

⁵³⁵ **Idem**. p.4.

⁵³⁶ **IAHGP**. Caixa 21. Maço 2. Doc. 827. Correspondência de João Cordeiro a João Ramos. 20 de novembro de 1883.

⁵³⁷ **HANDELMANN**, Heinrich. **História do Brasil**. 4a ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1982.

cearenses⁵³⁸, northeriograndeses⁵³⁹, paraenses⁵⁴⁰, gaúchos⁵⁴¹ e da Província do Amazonas.⁵⁴² Os proprietários de escravos temiam a criação de territórios livres nas províncias, justamente por acreditarem que assim que os escravizados tivessem ciência disso fugiriam para conquistar a liberdade. Em Pernambuco, como estamos acompanhando e ainda iremos demonstrar, os escravocratas fizeram de tudo para barrar a libertação do Recife, pois, acreditavam que o município livre não fugiria dessa regra, atraindo ainda mais fugitivos.⁵⁴³

José Correia do Amaral⁵⁴⁴, fundador da *Perseverança e Porvir* e vice-presidente da *Cearense Libertadora*, também escreveu a João Ramos, em 10 de janeiro de 1884, para confirmar a chegada de uma barça, no dia 27 de dezembro de 1883, e o recebimento de diversos “abacaxis”. “As pessoas que recomendou ao Frederico estão aqui e quase todas bem arrumadas e satisfeitas”, os abacaxis tinham agora moradia e trabalhos novos. Alinhado com Cordeiro, informou a Ramos que dos 56 municípios do Ceará, 24 já estavam libertados e que até março libertariam o restante.⁵⁴⁵

⁵³⁸ A partir das medidas oficiais abolicionistas do Ceará adotadas a partir de 1883, várias cidades do Ceará iniciaram a declarar a emancipação do trabalho escravo. Em ordem foram libertados os municípios de: Acarape, 01 de janeiro, Pacatuba e São Francisco [Itapajé] em 02 de fevereiro de 1883, Canoa [Aracoiaba], 04 de março de 1883, Baturité e Icó em 25 de março de 1883, a capital Fortaleza em 24 de maio, entre outros municípios. CAXILÉ, Carlos Rafael Vieira. Olhar que Enxerga. **Op. Cit.** CAXILÉ, Carlos Rafael Vieira. “Abolição do Ceará.” In: HOLANDA, Cristina Rodrigues. (org.) **Negros no Ceará, história, memória e etnicidade**. Fortaleza: Museu do Ceará, 2009. p.181-198.

⁵³⁹ Em Mossoró-RN a libertação municipal aconteceu no dia 30 de setembro de 1883.

⁵⁴⁰ A Colônia Benevides. BARBOZA, Edson Holanda Lima. COLÔNIA-QUILOMBO. **Op. Cit.**

⁵⁴¹ Porto Alegre-RS foi considerado território livre em setembro de 1884. CASTILHO, Celso Thomas. O ‘25 de março’. **Op. Cit.** p.12.

⁵⁴² A Emancipadora Amazonense, fundada em 17 de julho de 1881, contava com uma participação expressiva de de cearenses e escolheu o dia 24 de maio, dia da libertação de Fortaleza em 1883, para declarar a “Igualdade Absoluta”, em Manaus, o que representou a libertação dos [186] escravos da capital. Após a libertação de Manaus, o movimento se expandiu para localidades do interior da Província até promulgar, no dia 10 de julho de 1884, na praça 28 de setembro, a libertação dos 1.501 escravizados matriculados. A medida foi facilitada pelo baixo número de escravizados na província e pelo aumento dos recursos provenientes da arrecadação de impostos advindos das produções seringueiras. LOUREIRO, Antônio. **O Amazonas na época imperial**. Manaus: T. Loureiro LTDA, 1989, p.218. REIS, Arthur César Ferreira. **História do Amazonas**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1989.p.236. CONRAD, Robert. Os últimos anos da escravidão no Brasil... **Op. Cit.** pp. 242-246

⁵⁴³ Segundo Keila Grinberg, a ideia de território estava atrelada à possibilidade de aquisição de direitos. Desta forma, a passagem dos escravos para regiões em que não havia escravidão possibilitava a mudança da condição da pessoa. GRINBERG, Keila. “Escravidão e liberdade na fronteira entre o Império do Brasil e a República do Uruguai: notas de pesquisa”, **Cadernos do CHDD**, v.6. número especial. 2007.

⁵⁴⁴ José Correia do Amaral nasceu em Fortaleza, no dia 23 de agosto de 1847, filho do português João Antônio do Amaral, de quem foi sócio na primeira casa de comércio de ferragens na capital do Ceará. Raimundo Girão descreve Amaral como um homem de temperamento arrebatado e inquebrantável ânimo, um dos mais ativos membros da Perseverança e Porvir, da qual foi presidente. Criada a Cearense Libertadora, Amaral passou a servir com maior disposição, ao ser eleito 1º vice-presidente não deixou a presidência da Perseverança e Porvir. Segundo descrição de Júlio César da Fonseca, não sabia o que era hesitação, só conhecia a decisão. Era a ação e ação era ele em pessoa. Faleceu no Ceará aos 82 anos em 26 de junho de 1929. GIRÃO, Raimundo. A Abolição no Ceará. **Op. Cit.** p.88-89.

⁵⁴⁵ **IAHGP**. Caixa 21. Maço 2. Doc. 827. Correspondências de João Ramos. Carta de José Correia do Amaral a João Ramos. 10 de janeiro de 1884. Segundo Raimundo Girão, José e Isaac do Amaral, juntamente com suas irmãs e mãe foram os mais destacados membros da Cearense Libertadora quando o assunto era acoitar escravos fugidos. Transformaram suas propriedades, uma chácara no Benfica e os sítios dos Barreiros e Porangabuçu, em

Robert Conrad argumentou que o movimento de fugas para o Ceará se espalhou no ano de 1883. Segundo o autor, os abolicionistas do Sul estabeleceram secretamente uma rota ferroviária clandestina com suas origens em São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro e seu destino ideal no Ceará. Movimento do qual temos indícios, a partir da provada ligação entre Clapp, Cordeiro e Ramos. Entretanto, voltando sua atenção para o eixo meridional, Conrad diz que, somente em 1887, os abolicionistas viriam a desenvolver esta tática em alto nível, proporcionando aos fugitivos certidões de liberdade falsificadas, esconderijos, transporte ferroviário para as cidades, etc. Algo que, como estamos demonstrando, já havia começado no Norte, mesmo que em menor escala, desde pelo menos o início da década de 1880, e que se intensificou conforme o avanço da ação do movimento abolicionista.

Os abolicionistas no Norte deram exemplos de como agir, inspirando o movimento abolicionista no Sul do Império, sendo imitados e servindo de exemplo, primeiramente pelos abolicionistas da Corte, depois pelos de São Paulo.⁵⁴⁶ O próprio chefe da *Confederação Abolicionista*, João Clapp, reconheceu isso no primeiro relatório da instituição, informando que juntamente com José do Patrocínio e o Tenente Manoel Joaquim Pereira, fundadores da CA,

verdadeiros quilombos abolicionistas. Isaac do Amaral, que era construtor e conhecia muitos operários e encarregados de obras ficava responsável por fazer o trabalho de alocar os escravos fugidos nas propriedades e provavelmente em lhes dar ocupação. Outro envolvido mais diretamente no processo do roubo era o redator do *Libertador*, José Marrocos, juntamente com Antônio Bezerra, Carlos Jataí, Francisco José do Nascimento e Cândido Maia faziam comumente o trabalho pesado e principal, entrar nos engenhos, sítios, chácaras e fazendas e sair de lá com os escravos fugidos. D. Maria Correia do Amaral, matriarca da família, recebia os cativos na Casa Grande da Chácara do Benfica e remetia-os para as matas dos Barreiros e do Porangabuçu. Outros, quando a necessidade pedia, eram levados para o interior, para sítios nas serras de Aratanha e Maranguape. Vários sítios recebiam escravos fugidos, as comunicações telegráficas davam os sinais de passagem e de tarefa cumprida. Através de mensagens codificadas, chamavam o sistema de Baldeação e denominavam o roubo de Libambo nos telegramas. José Correia do Amaral certa vez pediu a João Ramos que cuidasse de enviar para o Ceará, um menino livre, morador no engenho Matto, localizado no Cabo, de propriedade do Barão de Jaboatão. A mãe do menino, Maria Angélica da Conceição, provavelmente havia sido enviada ao Ceará em fuga, ou, então, havia ido como mulher liberta/livre e estava trabalhando para Amaral ou para alguém conhecido dele. Por isso, o homem pedia muita urgência no negócio. O menino livre se chamava José Floriano e estava sob o poder do padrinho Faustino da Costa. Amaral esperava que o amigo conseguisse de alguma forma enviar o menino para a terra da luz. Quase como se fosse um sequestro relâmpago. Na carta, o amigo não deu mais informações do porquê desejava ter o menino perto de si, mas João Ramos deveria imaginar a partir dos nomes que foram levantados na missiva o motivo e a urgência. Sabemos que muitos dos escravos enviados em fuga, os chamados “auto-emancipados”, eram encaminhados para Amaral, Cordeiro, Gualter Silva, Frederico Borges ou Antônio Bezerra e que, o envio de livres não era tão comum quanto o de pessoas que estavam lutando na justiça pela liberdade, escravos que realmente desejavam fugir, ou parentes de fugitivos os quais requeriam a ajuda para recuperar seus familiares. José Correia do Amaral. 30 de janeiro de 1884. Pedro Alberto de Oliveira Silva informa-nos que Isaac do Amaral aparece encabeçando, no *Almanach do Estado do Ceará* para 1896, uma lista de empreiteiros e contratadores de obras juntamente com Vitorino Gomes de Oliveira, que também consta da lista. Este último era, segundo Silva, um dos líderes do Clube dos Libertos, composto em sua maioria por homens libertos que exerciam diversos ofícios mecânicos, como carpinteiros, mestres de obras, pedreiros, etc. SILVA, Pedro Alberto de Oliveira. *História da escravidão no Ceará...* **Op. Cit.** p.231. José Joaquim Teles Marrocos, nascido no Crato, em novembro de 1849 era professor de Latim, jornalista combativo e fervoroso adepto da libertação dos escravos. Faleceu em 14 de agosto de 1910, na então vila de Juazeiro do Norte. GIRÃO, Raimundo. *A Abolição no Ceará...* **Op. Cit.** p.165, 128-129.

⁵⁴⁶ CONRAD, Robert. Os últimos anos da escravidão no Brasil... **Op.Cit.** pp.230-231.

havam “acordado em estabelecer um plano de continuar a propagar a ideia de abolir a escravidão no Brasil, empregando os meios adoptados na província do Ceará para o mesmo fim”.⁵⁴⁷ Sem sombra de dúvidas, o abolicionismo no Ceará serviu de modelo para as outras escolas abolicionistas.⁵⁴⁸

Diferente do que pensaram Robert Conrad e Jacob Gorender, havia uma direção geral operacional do movimento sendo organizada já no início da década de 1880, e não somente no eixo Centro-sul e no seu final, 1886-1888. A *Confederação Abolicionista*, junto com a *Sociedade Cearense Libertadora* e com a ação de João Ramos, em Pernambuco, não somente planejava as ações do abolicionismo ilegal, como as organizava e as colocava em prática em conjunto com os escravizados.⁵⁴⁹

De Pernambuco, João Ramos não foi requisitado somente por senhores de escravos e pelos próprios escravos, antes, estendeu sua influência do Norte ao Sul. Tratando-se de abolição, o reconhecimento dos serviços prestados junto a João Cordeiro e João Clapp demonstram a importância da sua participação e o crescimento de sua influência no movimento. A fase da ação, que os “Joões” do Norte já haviam iniciado desde pelo menos 1881, se expandia por boa parte do Império. O sol cearense lançou seus raios ao centro do país, incendiando os abolicionistas reunidos em torno da *Gazeta da Tarde* e da *Confederação Abolicionista*. Essa mesma influência lançou João Ramos ao Sul, conectando-o com os abolicionistas do Rio, a partir do final de 1883. Ele só se desligaria de alguns após a vitória, em 1888.⁵⁵⁰ Todavia,

⁵⁴⁷ CLAPP, João. **Relatório do Estado e das Operações da Confederação Abolicionista apresentado à Assembleia Geral anual de seus membros em 12 de maio de 1884**. Rio de Janeiro: Typ. Central. 1884. p.3 Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/174470> acessado em 28 de dezembro de 2019 às 10:20.

⁵⁴⁸ Os próprios abolicionistas cearenses escreveram no *Libertar*: “podemos exclamar cheios de prazer aos nossos irmãos do sul: vinde aprender conosco a ser livres!” **HDBN**: O Libertador: Órgão da Sociedade Cearense Libertadora (CE). 1º de janeiro de 1881. Nº01. p.1. Patrocínio ouviu o chamado e, no ano de 1882, viajou ao Norte, passando pelas províncias da Bahia, de Pernambuco e do Ceará. Presenciou a luta do povo cearense pela abolição, admirou a participação de mulheres como D. Maria Tomásia e D. Elvira Pinto no movimento, foi aclamado pelos jangadeiros, comovido nomeou a província de Terra da Luz, chegando a escrever em 1883, na *Gazeta da Tarde*, que o Ceará era o herói da abolição enquanto São Paulo era o castelo forte do escravismo. ORICO, Osvaldo. O Tigre da Abolição... **Op. Cit.** pp. 90-91.

⁵⁴⁹ Gorender diz que a Confederação Abolicionista, não obstante tivesse assumido a função de coordenação nas numerosas entidades antiescravistas, “não chegou a constituir uma direção geral operacional do movimento, mesmo porque não tiveram interferência nas ações do abolicionismo ilegal e subversivo. Algo que, como estamos provando, não se confirma. GORENDER. Jacob. A escravidão reabilitada... **Op. Cit.** p. 167.

⁵⁵⁰ Em um dos seus muitos relatórios, como presidente da Confederação Abolicionista, João Clapp elogiaria os representantes do abolicionismo nas diversas cidades e províncias do Império: “Em sessão pública, no dia 25 de março de 1885, foi recebido o nosso companheiro **Carlos de Lacerda**, chefe do movimento abolicionista de Campos, que vinha à Corte com a missão de entregar uma mensagem assinada por um grande número de abolicionistas daquela localidade, aderindo aos intuitos da Confederação e exaltando os serviços de seu chefe. Aproveitarei este assunto para referir o fato da vinda a esta cidade em missão especial desse infatigável batalhador, chamando a vossa atenção para os valiosíssimos serviços por ele prestados à causa que defendemos. Com o mesmo denodo e abnegação sem limites, batem-se heroicamente nos postos mais arriscados os honrados abolicionistas **Drs. José Mariano e João Ramos**, em Pernambuco; **Dr. Antônio Bento e Dr. Fernando de Albuquerque**, em São Paulo; **Dr. Carijé e Dr. Frederico Lisboa**, na Bahia; **Dr. Baltasar Carneiro**, em Campinas; **Dr. Leopoldo**

enquanto os escravizados e os abolicionistas empurravam a pedra da abolição, os senhores de escravos tentavam contê-la a todo custo. Os escravocratas se organizavam, através dos Clubes da Lavoura, e queriam frear o movimento, buscando assegurar tanto a sua propriedade quanto aquilo que acreditavam ser a ordem natural das coisas: o sistema escravista brasileiro.

de Bulhões, em Goiás, e muitos outros, cujos nomes seria longo enumerar.” Para Clapp, “esses beneméritos batalhadores, cercados de amigos leais e desinteressados, têm auxiliado a propaganda abolicionista do modo mais honroso para todos os homens que sabem compreender o alcance desse enorme sacrifício. Os abolicionistas desta capital, que se dividem por todas as classes sociais, e que se agrupam em torno do estandarte da Confederação Abolicionista, são, por assim dizer, as sentinelas avançadas que, perto do maior reduto inimigo, observam e contrariam os movimentos das operações reacionárias. A missão evangelizadora e altamente humanitária, confiada a todos esses operários do bem, que se estende do extremo sul ao extremo norte deste vasto Império, é digna da mais séria atenção. Estes eram os homens das ruas, das ações cotidianas, enquanto que “a tribuna sagrada da defesa dos direitos dos míseros escravizados continua a ser ocupada e vantajosamente elevada pelos heróicos esforços dos laureados chefes abolicionistas **Srs. Conselheiros Rui Barbosa, José do Patrocínio, Drs. Joaquim Nabuco e Quintino Bocaiúva.**” Homens de diversas bandeiras políticas, mas aliados em combate pela Abolição, que se afastariam ao longo dos anos e após a realização do grande acontecimento. DUQUE-ESTRADA, Osório. Abolição. **Op. Cit.** p.161.

“Jacta alea est – nós aceitamos a luta com os deuses, nós ousamos querer galgar o cimo da montanha e dar combate ao abutre que rói as entranhas de Prometeu. Nesta conjuntura é muito natural que os rochedos rolados do alto tentem embargar a nossa passagem. E eles, com efeito continuam a rolar, como nós também continuamos a subir.”

Tobias Barreto⁵⁵¹

4 UNIÃO ESCRAVISTA E DESUNIÃO ABOLICIONISTA.

Essas palavras foram proferidas por Tobias Barreto, em 19 de abril de 1883, no intervalo do concerto dado pelo *Clube Carlos Gomes* em nome da *Sociedade Nova Emancipadora*. Neste dia, os membros da SNE auxiliaram na libertação de 9 escravizados, os quais receberam suas cartas durante o espetáculo e ainda arrecadaram 1:886\$000 (um conto oitocentos e oitenta e seis mil réis) com a venda de ingressos.⁵⁵² Além de Tobias Barreto, Martins Júnior também falou em nome da SNE, conclamando os presentes a cooperarem na libertação dos escravos. Todavia, o que mais nos chamou atenção foi o fato do discurso de Barreto – já professor substituto da FDR - ter sido silenciado nas publicações que saíram no *Diário de Pernambuco* e no *Jornal do Recife* e, até mesmo, nas atas da SNE.⁵⁵³ Acreditamos que isso se deu pelo tom da sua fala que, na ótica senhorial e das instituições emancipacionistas, passava dos limites permitidos. Tobias foi censurado, porém, teve suas palavras registradas por seu aluno, Arthur Orlando.⁵⁵⁴

⁵⁵¹ Segundo Luiz Antônio, este discurso de Tobias Barreto foi proferido pela ocasião do evento organizado pela Sociedade Nova Emancipadora juntamente com o Clube Carlos Gomes em 1883. Até agora estamos tentando acessar o acervo da FUNDAJ para recolher estes depoimentos in loco mas, infelizmente, a Pandemia do Novo Coronavírus (COVID-19) está impossibilitando o processo. Todavia, Luiz Antônio Barreto traz a reprodução facsimilar desse documento em BARRETO, Luiz Antônio. Tobias Barreto: A abolição da escravatura. **Op. Cit.** pp. 35v-37. O autor também trabalha parte do documento no corpo do texto nas páginas 18 e 19. **HDBN:** Diário de Pernambuco. 21 de abril de 1883. Nº91. *Jornal do Recife*. 24 de abril de 1883. Nº93. p.2.

⁵⁵² **IAHGP.** Caixa 20. Maço 2. Doc. 815. Acta da Sessão Ordinária da Sociedade Nova Emancipadora em 22 de abril de 1883. Presidência do Sr. Francisco Floro Leal.

⁵⁵³ Tanto na versão do *Jornal do Recife* quanto na do *Diário de Pernambuco* não aparecem menções a fala de Tobias Barreto. O *Diário* somente relata que após a fala de Martins Júnior, um moço acadêmico se levantou do seu assento, num camarote de 2º ordem, e “recitou uma poesia análoga a festa emancipadora que ali se celebrava.” **HDBN:** Diário de Pernambuco. 21 de abril de 1883. Nº91. *Jornal do Recife*. 24 de abril de 1883. Nº93. p.2.

⁵⁵⁴ Segundo Israel Ozanam, Silvio Romero colocou Arthur Orlando, Martins Júnior, Clóvis Bevilacqua, José Hygino e a si próprio na lista de amigos e discípulos de Tobias Barreto. Algo que, como o próprio autor demonstra, não havia tanto sentido e coesão. Ao tentar criar uma narrativa conciliatória para poder forjar uma imagem do que seria a “Escola do Recife”, Silvio Romero terminou por silenciar as divergências ideológicas entre alguns dos seus “membros”, como no caso de Clóvis Bevilacqua que apontou as suas contradições com os pensamentos de Tobias Barreto na sua obra sobre a História da Faculdade de Direito do Recife. OZANAM, Israel. **Quem era o Doutor Anísio? O desafio da ficção étnica à história social do Rio de Janeiro (1889-1916)**. Tese de Doutorado. UNICAMP. 2018. pp.412-413. **HDBN:** Diário de Pernambuco. 21 de abril de 1883. Nº91. *Jornal do Recife*. 24 de abril de 1883. Nº93. p.2. **IAHGP.** Caixa 20. Maço 2. Doc. 815. Acta da Sessão Ordinária da Sociedade Nova

O professor substituto da FDR subiu o tom na sua fala contra a escravidão e contra “o abutre que rói a estranhas de Prometeu”. Para Tobias, os “deuses” - metáfora usada contra a elite escravocrata de Pernambuco - tentavam impedir, a todo custo, o avanço do movimento abolicionista na Província.⁵⁵⁵ Na intenção de “falar sem imagem”, sem rodeios, o professor proclamou no Santa Isabel que,

A Nova Emancipadora, cujo intuito grandioso de remir o município do Recife desencadeou uma tempestade de iras contra os portadores de tão santa idéia, está firme no seu propósito, não cedeu nem cederá jamais um passo dado nesse terreno. ***E não se pergunte de que meios ela dispõe para levar avante o seu desígnio.*** Esta pergunta que tem ares de irresponsável é simplesmente um dislate, e como tal só pode achar eco no espírito daqueles, para quem o mundo inteiro, inclusive a ciência e a virtude, é um conjunto de frações diversas, que se reduzem a um mesmo denominador, o ***denominador comum do dinheiro***. Mas não é assim. No meio das alavancas da mecânica social, ***a par do interesse***, que é muito justo nos ***limites da individualidade***, ***a par da coação que submete as vontades rebeldes à disciplina da vida legal***, também figura ***o dever que faz o homem de bem, e a obrigação que faz os heróis***. Quando nos faltem as duas primeiras molas (***o dinheiro e a coação das leis***), não é lícito contar com as duas últimas (***o dever e a obrigação***), que são tanto mais eficazes quanto mais nobres e elevadas? É possível que se duvide, e eu quero ser generoso com os céticos; quero crer que se tenha razão de duvidar. Mas o que importa? Se acreditam na nossa sinceridade, e não obstante julgam ilusória a nossa pretensão, de modo que tudo isto não passa de uma espécie de metafísica humanitária, permiti que respondamos com os fatos. O coração também. ***Deixem-nos pois arcar com a nossa impossibilidade.***⁵⁵⁶

Com suas palavras, Tobias Barreto resumia o entendimento de que somente dentro da órbita legal do processo emancipador, “através do dinheiro e dos limites da lei”, entre 1871 e 1883, o movimento abolicionista havia conquistado poucas batalhas contra os interesses dos “deuses” escravocratas que se levantavam para reagir ao progresso do movimento libertador.⁵⁵⁷

Emancipadora em 22 de abril de 1883. Presidência do Sr. Francisco Floro Leal. Encontramos a reprodução facsimilar desse documento em BARRETO, Luiz Antônio. Tobias Barreto, **Op. Cit.** pp. 35v-37.

⁵⁵⁵ De fato, Barreto estava criticando a reação dos escravocratas contra o movimento emancipador do Recife. Como já falamos, no dia 17 de abril de 1883, diversos agricultores de Escada e Ipojuca, lançaram um manifesto com a intenção de fundar uma sociedade, “que tenha por base principal a defesa dos direitos da lavoura [...] nas actuais circunstâncias, o de serem os agricultores ouvidos na grave questão de emancipação dos escravos”. **HDBN: Jornal do Recife**. 6 de abril de 1883. Nº78. p.2.

⁵⁵⁶ Encontramos a reprodução facsimilar desse documento em BARRETO, Luiz Antônio. Tobias Barreto, **Op. Cit.** pp. 35v-37. Todos os grifos são nossos.

⁵⁵⁷ Na carta que enviou a Silvio Romero, em 24 de outubro de 1887, Tobias Barreto deu detalhes sobre o conflito que o fez se mudar da Escada pra o Recife e também deixou claro que muitos abolicionistas, que lutavam dentro dos limites da lei, o criticaram quando tentou alforriar todos os escravizados do seu sogro, mas mudaram de opinião com o andamento do processo. Algo que mostraremos ao longo deste trabalho. Segue o relato de Tobias Barreto: “Acabo de receber a sua última carta, à qual respondo. A minha retirada da Escada foi em setembro de 1881, dando-se a singular coincidência de que no 1º de agosto desse ano amanhecera ali cercada a minha casa, e um ano depois (1º de agosto de 82) o Diário” publicava o telegrama, dando conta da minha nomeação para Lente. Outrossim: - não deve passar despercebido (serve para uma notinha) que eu, reagindo contra o inventariante dos bens do meu sogro, que requerera o cerco da casa, para apreensão de escravos do inventário, que me tinha procurado, alforriei a todos, numa parte correspondente ao que poderia caber, e por petição ao Juiz de Órfãos requeri que fosse tomada nos autos a minha declaração de alforriá-los todos! O Juiz não aceitou a petição; e os abolicionistas do Recife, que já começavam a aparecer, e a quem eu comuniquei o fato, disseram que era um

Em termos nacionais, o Gabinete Paranaguá (liberal), que esteve no poder de 3 de julho de 1882 a 24 de maio de 1883, trabalhou com cuidado para governar sem interferir demais nos assuntos do “elemento servil”.⁵⁵⁸ A legislatura sob o comando de Paranaguá permitiu um aumento de crédito para reforço do Fundo de Emancipação, por conta do Estado, e buscou resolver a proibição do tráfico entre as províncias, criando também um imposto sobre a transmissão na venda de escravos, medidas que só foram implantadas pelo ministério seguinte (Lafayette). Podemos afirmar que estas ações não passavam de paliativos, pois não houve um esforço por meio do Ministério para obter apoio político necessário para aprovar leis que causassem mudanças profundas na ordem.⁵⁵⁹

Com a saída de Paranaguá, em 1883, e a subida de Lafayette ao poder, o Parlamento continuou fazendo muito pouco pelos escravizados.⁵⁶⁰

Alguns abolicionistas, como João Ramos e Tobias Barreto, por exemplo, enxergavam neste cenário de mudanças lentas, com muitos problemas estruturais - econômicos principalmente – um empecilho de ordem legal que deveria ser vencido como uma causa de dever e obrigação. A abolição continuava sendo propalada como um mandato de homens civilizados, todavia, o combate de alguns desses homens não aconteceria somente dentro do terreno legal. Naquele cenário de incertezas, alguns membros de sociedades abolicionistas sentiam o peso da falta de interesse por parte do poder legislativo e das elites políticas locais, ligadas ao sistema escravocrata, em resolver a questão. A ideia era mesmo protelar o regime até

despropósito meu, uma iniquidade sem igual, pois eu não tinha o direito de alforriar a todos os escravos!!! Hoje eles julgam-se com direito de furtá-los. Isto é magnífico! **Tobias Barreto (1839-1889)**. Bibliografia e estudos críticos. Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro. pp. 90-91. Disponível em: http://www.cdpb.org.br/antigo/tobias_barreto.pdf acessado em 15 de maio de 2021 às 23:12.

⁵⁵⁸ No seu discurso de apresentação às Câmaras, Paranaguá atentou para a questão do elemento servil, diferentemente de Sinimbu, Saraiva e Martinho Campos, afirmou: há uma questão que tem agitado a opinião, e que não posso deixar em silêncio, pois que a ninguém desejo iludir. Refiro-me à questão do elemento servil. Entre os que, levados por espírito humanitário, não dão à questão toda a importância que ela tem, com relação à desorganização do trabalho, e aqueles que se preocupam exclusivamente dos inconvenientes dessa desorganização, o Gabinete ocupará a posição que lhe é aconselhada pelos verdadeiros interesses do país, de acordo com as luzes do século e os respeitáveis sentimentos de humanidade. O ministério favorecerá, sem quebra do respeito à propriedade a evolução que se opera, do trabalho escravo para o trabalho livre, evolução que se pode conseguir naturalmente pela melhor execução da lei de 28 de setembro. A elevação do fundo de emancipação, o imposto sobre transmissão na venda de escravos, a proibição de semelhante comércio entre as províncias, são medidas propostas e que merecem o assenso geral do país. O Governo as julga no caso de serem adotadas, curando, ao mesmo tempo, da educação dos ingênuos, em número já avultado. MORAES. Evaristo de, *Escravidão africana*. **Op. Cit.** p.169.

⁵⁵⁹ Apesar de todas as dificuldades, Paranaguá ainda conseguiu fazer mais do que os outros três chefes de gabinete liberais que antecederam ele. Tanto Sinimbu quanto Martinho Campos e Saraiva não cogitaram tratar da questão do elemento servil. Representavam, antes de tudo, os interesses das classes dominantes, dos senhores de escravos que acreditavam terem resolvido a questão em 1871. Saraiva chegou a afirmar que, “não cogitava da questão do elemento servil”, já Martinho Campos, fez profissão de fé escravocrata e disse que resistiria ao movimento abolicionista. DUQUE-ESTRADA, Osório. *Abolição*. **Op. Cit.** p. 75. GOUVÊA, Fernando da Cruz. *Abolição: A liberdade*. **Op. Cit.** pp.73-74.

⁵⁶⁰ **Idem**. pp. 80-81. DUQUE-ESTRADA, Osório. *Abolição*. **Op. Cit.** p. 75.

quando fosse possível. O movimento no Parlamento não avançava, as festas de libertação de 28 de setembro de 1883, foram mais frustrantes que as de 1881 e 1882.

Nesse contexto, alguns abolicionistas, contrários a morosidade do processo, remodelaram suas táticas e criaram novas estratégias para expandir ainda mais suas ações. Já que o Parlamento não estava disposto a ceder aos que queriam a abolição pela representação política, os homens e mulheres, envolvidos e interessados por diversos motivos na causa, procuraram combater a escravidão de outras formas, as vias radicais não ficaram somente no campo do discurso nos teatros, de lá, o radicalismo abolicionista tomava cada vez mais as ruas.⁵⁶¹

Em 13 de janeiro de 1884, Luís de Andrade enviou uma carta a João Ramos. Segundo ele, José do Patrocínio, uma das maiores lideranças negras do abolicionismo na Corte e no Brasil, “homem que não se enganava nos juízos que fazia das coisas e dos homens”, havia escrito que: “a abolição está entregue a três Joões. Clapp no Rio de Janeiro, Ramos em Pernambuco e Cordeiro no Ceará. Diga o que quiser em contrário, pois contra fatos não há argumentos”.⁵⁶² Andrade e Patrocínio reconheciam que seus amigos republicanos estavam organizando o movimento do lado de fora do Parlamento, atuando fora das esferas legais para concluir as suas iniciativas. Em tempos de estaque do movimento parlamentar, esses três homens, segundo Patrocínio, comandavam o abolicionismo das ruas, o “abolicionismo radical”. Andrade chegou a dizer que o movimento abolicionista, naquele momento, só era do interesse político na Corte e nas províncias do Norte, acreditando que a situação imposta pelas províncias do Norte às do Sul era a de que, quando a abolição fosse alcançada nas primeiras e na capital do Império, as últimas deveriam ceder forçosamente. Em sua opinião o Norte encabeçava o movimento, sendo seguido pela Corte, numa espécie de “abolicionismo federalista”.⁵⁶³

⁵⁶¹ O movimento abolicionista, com suas diversas fases, organizou uma nova agenda e forma de atuação política, baseada em torno da participação dos setores populares, da imprensa, das associações e das conferências, conseguindo, com isso, extrapolar a ideia para além do Parlamento e até mesmo entrar em choque com os membros deste. Este novo modelo de participação política iria destruir as bases do sistema escravista brasileiro com a ajuda tanto das elites urbanas e intelectuais quanto com o apoio das classes populares, subalternas, os aliados dos direitos políticos.

⁵⁶² **IAHGP**. Caixa 21. Maço 2. Doc. 827. Correspondência do João Ramos. Carta de Luís de Andrade a João Ramos. 13 de janeiro de 1884. p.1.

⁵⁶³ **Idem**. p.2. As próprias palavras do abolicionista Luís de Andrade servem para contestarmos a ideia de que “a abolição teve seu epicentro político na Corte”, como afirmou Ricardo Salles. O próprio Salles reconhece que “a fundação da Libertadora Cearense marcou a passagem do emancipacionismo para o abolicionismo”, portanto, o epicentro da abolição não partiu da Corte. Se levarmos em consideração o significado de epicentro como “o lugar onde o tremor de terra é sentido primeiro”, ou como “ponto nuclear e mais importante de um acontecimento”, salientamos que o movimento abolicionista popular, da década de 1880, tem seu epicentro a partir do Norte e daí foi expandido para o Sul do Império. Diversos eventos e fatores, que estamos buscando atestar aqui, contribuem para este entendimento. O menor número de escravizados na região Norte do Império, que permitiu o crescimento de uma opinião pública contrária à escravidão-concentrada e ao controle político das decisões do Estado por parte de uma elite escravocrata; a ascensão de um movimento abolicionista popular e urbano nas principais capitais das

Imagem 7: José do Patrocínio



Fontes HDBN: Jornal do Recife. 13 de maio de 1914. Nº128. p.3.

Andrade perguntou se João Ramos conhecia Gomes de Mattos, elogiando o presidente da CCER, que a bordo de um navio entrou em discussões acaloradas sobre o assunto. Naquela ocasião, Luiz de Andrade viu que o “negócio ia aceso em nossa terra, com o que julguei, pois desejava ver sempre Pernambuco a frente das grandes ideias e justificando o nome e a reputação de que goza”.⁵⁶⁴ Continuou a carta fazendo uma propaganda de como andava o movimento na

províncias ao Norte, como Fortaleza, Recife, Belém, Natal; O desenvolvimento de um conjunto de ações dentro do campo da desobediência civil, desde as greves dos jangadeiros em janeiro de 1881 até a libertação da quase totalidade do território do Ceará, formou o que podemos considerar o epicentro do movimento abolicionista. Apesar do movimento associativo popular na Corte, envolvido com revoltas sociais como a do Vintém em 1880, ter sido formado ainda na década de 1870, os próprios abolicionistas da Confederação – que só foi fundada em 12 de maio de 1883 – utilizaram, nos seus relatórios e discursos nos jornais – principalmente na Gazeta da Tarde - o exemplo do que acontecia no Ceará como uma escola para o abolicionismo. Na hora de criar uma agremiação que centralizasse as ações do abolicionismo, como foi o caso da Confederação Abolicionista, homens como José do Patrocínio, João Clapp, Luís de Andrade e André Rebouças usaram o movimento nortista como exemplo. SALLES, Ricardo. **Resistência escrava e abolição na província do Rio de Janeiro. O Partido do Abolicionismo**. pp.282-283. In: Instituições nefandas [recurso eletrônico] : o fim da escravidão e da servidão no Brasil, nos Estados Unidos e na Rússia / organizadores Ivana Stolze Lima, Keila Grinberg, Daniel Aarão Reis. – Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2018. SANTOS, Cláudia. “Na rua, nos jornais e na tribuna: a Confederação Abolicionista do Rio de Janeiro, antes e depois da abolição”. In CASTILHO, Celso e MACHADO, Maria Helena P. T (Org.) Tornando-se livre: agentes históricos e lutas sociais no processo de abolição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

⁵⁶⁴ **Idem**. A Comissão Central Emancipadora do Recife estava formada em 1884 por: Manoel Gomes de Mattos (Presidente), Antônio Carlos Ferreira da Silva (Vice-presidente), João Barbalho Uchoa Cavalcanti (1º secretário), João Camillo Linhares de Albuquerque (2º secretário), Jovino César Paes Barreto (tesoureiro), José Affonso de Araújo e Bellarmino Carneiro (vogais). O conselho da Comissão era formado por: Dr. João Capistrano Bandeira de Mello, Dr. Antônio de Souza Pinto, Dr. Emigdio Rodrigues Vianna, Dr. Graciliano de Paula Baptista, Dr. José Diniz Barreto, Dr. Adelino de Luna Freire Júnior, Dr. José Vicente Meira de Vasconcellos, Dr. José Jacintho Borges Diniz, Dr. José Izidoro Martins Júnior, comendador Joaquim Felipe da Costa, comendador José Joaquim Dias Ferraz e José Adolpho de Oliveira Lima. Enquanto os cargos diretores eram formados por homens do comércio os cargos do conselho eram exclusivamente dos homens de Direito, ou melhor, formados pela FDR. A união entre o comércio e os representantes do Direito era uma tentativa de procurar conciliar a emancipação com um movimento mais legalista para pôr fim a escravidão. Muitos destes representantes assumiam uma tática de combate mais oficial, legalista, dentro dos limites do direito. **HDBN**: Jornal do Recife. 03 de julho de 1884. Nº151. p.1.

Corte, atualizando aquele que, reconhecidamente, era o líder do movimento em sua terra natal. Passou então a descrever o que estava acontecendo no Rio de Janeiro, onde já existiam 17 sociedades abolicionistas, das quais saíram dois representantes de cada uma delas para formar uma nova sociedade, a *Confederação Abolicionista*, que dirigia, segundo ele, os trabalhos e que era presidida “pelo incansável, pelo admirável, João Clapp.”⁵⁶⁵

Podemos entender, por meio das correspondências de Andrade, que o movimento abolicionista, no começo de 1884, ainda não havia se unificado nacionalmente. Apesar de muitas informações serem repassadas através dos jornais, do telégrafo e dos viajantes que iam e vinham de Norte a Sul, o movimento ainda seguia o ritmo das províncias, com suas lideranças locais buscando resolver as questões internamente. Todavia, o contato de Andrade com João Ramos, em nome de Patrocínio e Clapp, era, claramente, uma tentativa para fazer o movimento se unir.

Luís de Andrade apresentou formalmente João Clapp a João Ramos, unindo os dois homens ponte que auxiliaram muitos escravizados em fuga. Para o missivista era impossível dizer o quanto o seu chefe trabalhava e lutava pela abolição. Como um bom correligionário, descreveu Clapp como um herói e uma liderança com a qual João Ramos não deveria hesitar em manter contato, pois, assim como este fazia no Norte, aquele praticava os seus

atos heroicos arrancando os escravizados das mãos dos pretensos senhores, passando noites em claro, para impedir o embarque de outros, sendo ele um centro de ação em constante atividade. Um homem com o qual daria gosto trabalhar.⁵⁶⁶

João Ramos havia escrito uma carta negociando para ser representante da *Gazeta da Tarde* em Pernambuco, assim como já era da *Revista Illustrada*⁵⁶⁷. Luís de Andrade avisou que havia repassado a carta para Serpa Júnior, gerente da *Gazeta*, e agradeceu, em nome de Patrocínio, a vontade que ele tinha de ajudar. Finalizou contando ao amigo que, Aquino Fonseca, um republicano nascido em Pernambuco⁵⁶⁸, estava seguindo viagem para propagar,

⁵⁶⁵ **Idem.** p.2.

⁵⁶⁶ **IAHGP.** Caixa 21. Maço 2. Doc. 827. Correspondência do João Ramos. Carta de Luís de Andrade a João Ramos. 13 de janeiro de 1884. p.3.

⁵⁶⁷ **HDBN:** Jornal do Recife 8 de janeiro de 1882. Nº6. p.3

⁵⁶⁸ BRAGA, Flávia Bruna Ribeiro da Silva. “DITADURA”, ABOLIÇÃO E REPÚBLICA... **Op. Cit.** p.126. O Dr. Aquino Fonseca não é a mesma pessoa que o Coronel Décio Aquino da Fonseca, este último que chegou a presidir a Nova Emancipadora era membro do Partido Conservador de Pernambuco, chegando a ocupar cargos como o de 1º delegado de polícia da capital, comandante do corpo de polícia, nomeado pelo comendador José Pedro das Neves. **HDBN:** Jornal do Commercio (RJ). 9 de outubro de 1885. Nº281. p.5.

em nome da *Confederação Abolicionista*, a necessidade de ligação entre os movimentos do Norte e do Sul.⁵⁶⁹

A reunião desses homens era de extrema importância para que o movimento fosse além da propaganda emancipadora, pois, assim como os plantadores se uniam, de Norte a Sul em nome da escravidão, unidos também precisariam estar os abolicionistas que quisessem a abolição imediata e sem indenização.

No relatório que foi apresentado ao público e aos sócios, em 1884, a diretoria da CA declarou somente suas ações dentro do campo da legalidade. Explicaram que lutavam através das ações de liberdade, arbitramento, entre outras causas judiciais e falavam da tentativa de libertação do Município Neutro, a qual não conseguiram conquistar em 1884, alcançando, todavia, alguns resultados, como a libertação da rua da Uruguaiana, onde estava estabelecida a *Gazeta da Tarde*, da rua Nova do Ouvidor, rua do Ouvidor e da Sete de Setembro.⁵⁷⁰ Ações dentro do campo legal que mesmo assim foram vistas e denunciadas como radicais pelos escravistas.⁵⁷¹ Explicitavam nos manifestos e documentos oficiais somente a ação pública-legalista, que ainda assim trazia problemas.

⁵⁶⁹ João Clapp no *Relatório do Estado e das Operações da Confederação Abolicionista apresentado à Assembleia Geral anual de seus membros em 12 de maio de 1884* expôs que: Os nossos delegados pelo norte e sul do Império, levaram a scintilha do movimento abolicionista da capital aos centros em que a luz ainda não penetrava. O nosso ilustrado companheiro **Dr. José Agostinho dos Reis**, ao depois de banhar-se nas águas limpidas e puras das fontes redemptoras do Ceará livre, foi ao Pará e lá fez lavar o incêndio de entusiasmo pela grande idéia, com a magia de sua palavra ardente. O distinto democrata **Dr. Aquino Fonseca, mostrou em Pernambuco, sua terra natal, qual o intuito e vistas dos abolicionistas do sul, os quaes desejavam firmar uma aliança forte e segura contra as tendências anarchicas dos negreiros**. O nosso leal companheiro, **Tenente Manoel Joaquim Pereira**, fundador da Confederação, forçado por circunstancias especiaes, teve necessidade de partir para o Ceará, e ahi assistir em pessoa ao facto grandioso da libertação da sua heroica província. O jovem **Bruno Chaves**, representando a Confederação em Pelotas, desempenhou galhardamente a sua missão. Os nossos delegados na Europa, **José do Patrocínio** e **Dr. Joaquim Nabuco**, com o talento e patriotismo que todos nós reconhecemos neles, mostraram com o necessário critério os males que lhes trouxe a escravidão, e o modo por que os Governos estrangeiros podiam compeler os seus compatriotas a não mais possuir escravos no Brazil. O **Dr. Joaquim Nabuco**, escreveu em Londres o precioso livro que tem por titulo - O Abolicionismo - e apresentou-se no Congresso de Milão a par das primeiras notabilidades estrangeiras, que lhe deram o primeiro lugar como advogado dos direitos do homem escravizado. **José do Patrocínio**, o ardente jornalista, nosso delegado na Europa, conquistou por seu grande talento as sympathias dos primeiros vultos. Ao passar em Lisboa foi alvo de uma imponente manifestação por parte dos jornalistas e coreligionarios politicos. Vai a Paris, escreve em 24 horas uma magnifica Memoria sobre a libertação total dos escravizados do Ceará, reúne em um banquete, no dia 25 de Março último, os mais distintos Senadores, Deputados e jornalistas francezes, e, com elles, commemora e glorifica por esse modo, a epopéa de luz que irradiou o paiz inteiro. [sic]. CLAPP. João. Relatório do Estado e das Operações da Confederação. **Op. Cit.** p.1.

⁵⁷⁰ Esse movimento libertador de ruas se baseou no movimento libertar dos municípios no Ceará. Como no Rio de Janeiro a mão de obra escrava era muito maior e os centros produtores de café do Vale do Paraíba e açúcar de Campos dependiam demais da mão de obra escrava, no Rio de Janeiro, os abolicionistas não conseguiram as libertações dos municípios.

⁵⁷¹ CLAPP. João. Relatório do Estado e das Operações. **Op. Cit.** A comissão incumbida de tratar com os senhores era composta por: Luiz de Andrade, João Clapp. Ernesto Senna, Procópio Russel, Evaristo Costa, Henrique Dias da Cruz, Manoel C. Lopes. Domingos Gomes dos Santos, Bento Joaquim da Costa Pereira Braga, Bernardino Ferreira Lobo e Alfredo Lopes de Miranda Abreu. MORAES. Evaristo de. A campanha abolicionista. **Op. Cit.** p.39.

Assim como os nortistas, os sócios da CA não poderiam expor suas ações extralegais nos documentos oficiais para não correrem o risco de perderem empregos públicos, de serem processados, ou até mesmo de serem presos e/ou assassinados. Todavia, já numa publicação solicitada que saiu no *Jornal do Recife*, em 29 de maio de 1883, os abolicionistas assumiam um tom exaltado, afirmando que o programa da CA incluía: “agitar a questão de modo a fazer medo aos escravocratas, ir além do período sentimental, ou seja, não só propagar a ideia, mas executá-la”⁵⁷². Na opinião deles, sendo a escravidão um crime nacional, a reparação deveria ser feita por todos, cumprindo a opinião pública, o dever de forçar o Governo a tomar medidas enérgicas para resolver o problema. Para tanto, os membros da *Confederação* deveriam escancarar os crimes e escândalos cometidos contra os escravos nos jornais. Também queriam a revisão da matrícula geral, para que pudessem libertar, imediatamente, os africanos ilegalmente exportados, a libertação imediata para os escravizados maiores de 50 anos e a adesão dos estrangeiros à causa com a alforria dos seus escravos. Apresentavam assim o seu programa, considerado progressista pelos aliados e radical pelos inimigos.⁵⁷³

Segundo Evaristo de Moraes, historiador coetâneo, que se baseou nos relatos de Ernesto Senna, membro da *Confederação* e da redação da *Gazeta da Tarde*, os abolicionistas no Rio organizaram um sistema de quilombos urbanos, aproveitando-se do grande número de contribuintes para dar início ao processo de fugas coordenadas já em 1883.⁵⁷⁴ Ainda de acordo com Moraes, quando surgiam problemas que impossibilitavam a liberdade de escravos procedentes de São Paulo, Minas ou do Rio, eram eles remetidos para o Norte, especialmente para o Ceará, sendo recebidos por João Cordeiro, Frederico Borges, Justiniano Serpa, Antônio Pinto Mendonça e João Lopes, seguindo também para Pernambuco, recomendados a João Ramos e para o Maranhão enviados ao comendador Augusto Marques.⁵⁷⁵

⁵⁷² **HDBN:** Jornal do Recife. 29 de maio de 1883. Nº121. p.2.

⁵⁷³ **Idem.**

⁵⁷⁴ Segundo Moraes, a chácara de Seixas Magalhães, negociante de malas com loja na rua Gonçalves Dias, era um dos principais quilombos do Rio de Janeiro; a casa de Emiliano Sena, na rua Imperial Quinta (São Cristóvão); a casa de Ernesto Rodrigues da Costa, que tinha uma tipografia na rua do Ouvidor; as residências de Guilherme Cândido Pinheiro um dono de padaria na rua da Misericórdia e as casas do capitão Côrte Real, rua Conde de Bomfim, de Dona Luísa Regadas, cantora que auxiliou bastante na propaganda, no largo da Mãe do Bispo, a de Serpa Júnior em São Cristóvão, de Henrique Araújo Lima, Miguel Dias, Gabriel Cruz, Esteves Júnior, D. Gabriel Sena, sogra de Ernesto Sena e do Dr. César Marques, na rua Miguel de Frias, todas serviram como uma espécie de ponto de parada para os que estavam saindo do cativeiro por força. Outros nomes de acoitadores são apontados por Evaristo, a partir de uma relação que fez Ernesto Sena, contemporâneo e também acoitador de escravos, os nomes de Luís de Andrade e de José do Patrocínio não poderiam deixar de aparecer. MORAES, Evaristo. A Campanha abolicionista. **Op. Cit.** pp.36-39.

⁵⁷⁵ **Idem.**

Osório Duque Estrada, membro e também contemporâneo da *Confederação*⁵⁷⁶, historiador e escritor de uma das mais consultadas obras sobre a abolição⁵⁷⁷, também informa que, assim como os cupins e os membros da *Cearense Libertadora*, “a benemérita associação organizou-se com sinais e dizeres secretos, para os casos em que houvesse de proceder em desacordo com a lei.” Estrada revela que, após passarem cartas de liberdade falsas aos escravizados, acontecia o seguinte,

Por exemplo: um abolicionista em S. Paulo (como aconteceu com Raul Pompéia) roubava um escravo, calçava-o, vestia-o, dava-lhe passagem para o Rio e dizia-lhe: “Ao chegar à Central, encontrarás à porta da saída dos passageiros um homem de pé em cima de um banco, tendo uma camélia no peito, do lado esquerdo. Chega-te a ele e pronuncia a palavra – Raul –. Se te responder com a palavra – Serpa –, entrega-te a ele de corpo e alma.” Durante a viagem, recebia a Confederação, que estava sempre em sessão permanente o seguinte telegrama: “Segue bagagem trem.” Era o aviso combinado. Recebido o escravo, era este depositado em casa de uma família abolicionista, até a partida, para o Ceará, de algum oficial ou paisano de confiança, figurando o negro como camarada, no passaporte. No Ceará os jangadeiros, sob a direção do célebre Francisco do Nascimento, desembarcavam o camarada, que só entrava, mas não podia mais sair... ficando livre.⁵⁷⁸

Esses homens baseavam suas ações na seguinte hipótese: se a escravidão era ilegal, um roubo, como dizia o dístico de Patrocínio, não estavam cometendo crime algum contra os que se beneficiavam daquela ilegalidade. Positivavam a desobediência civil, ao propagarem a ideia de que somente descumprindo a lei poderiam combater os costumes ilegais que a escravidão havia processado no Brasil.⁵⁷⁹ Num país onde os representantes do Estado se valiam do poder

⁵⁷⁶ Osório Duque Estrada chegou a trabalhar com José do Patrocínio na redação do Jornal Cidade do Rio. MORAES, Renata Figueiredo. Os maios de 1888. **Op. Cit.** p.11.

⁵⁷⁷ Duque Estrada começou a colaborar na imprensa, em 1887, escrevendo os primeiros ensaios na *Cidade do Rio*, como um dos auxiliares de José do Patrocínio na campanha da abolição. Em 1888 alistou-se também nas fileiras republicanas, ao lado de Silva Jardim, entrando para o "Centro Lopes Trovão" e o "Clube Tiradentes", de que foi segundo secretário. Em 1918, pelo aniversário de 30 anos da Abolição, Estrada escreveria uma das suas mais conhecidas obras, *A Abolição: esboço histórico*, com a propriedade e o partidarismo de quem lutou a guerra registrada. Ver prefácio e introdução de: DUQUE-ESTRADA, Osório. Abolição. **Op Cit.**

⁵⁷⁸ **Idem.** pp. 86-87.

⁵⁷⁹ Patrocínio apresenta esta ideia, que não era original, baseado no fato da ilegalidade da mão de obra escrava no Brasil estar fundamentada nas exportações de africanos após 1831. A lei antitráfico de 1831 foi muito utilizada favoravelmente aos escravos nos tribunais brasileiros desde pelo menos a década de 1870, Luís Gama foi um dos principais expoentes na utilização desta lei a favor dos cativos. Porém a opinião que surge entre os anos de 1884 e 1885, quando Patrocínio publicaria sobre o Estado da escravidão no Brasil, é mais reveladora da radicalização do movimento, que não atuaria somente dentro das barras dos tribunais, nem esperaria mais o Parlamento para agir, segundo o próprio Patrocínio “(...) Não temos receio de ser vencidos. Nenhuma lei pode ser invocada para sustentar a escravidão. Basta o confronto da importação de africanos com a emancipação destes, para demonstrar que a escravidão no Brasil é um roubo. Indenizar o que, com que e para que? Só se indeniza o que é propriedade legal e o escravo é uma espoliação praticada por algumas castas contra o estado”. **HDBN: Gazeta da Tarde**, 21 de março de 1885. AZEVEDO, Elciene. O Direito dos escravos. **Op. Cit.** Sobre Luís Gama. Azevedo, Elciene. Orfeu da Carapinha. **Op. Cit.**

para sustentar a escravidão, em determinadas situações, a única solução era contrapor forças por meio das vias extralegis.

De fato, os principais representantes do abolicionismo no Brasil estabeleciam suas ligações formais e informais procurando resolver os problemas cotidianos pelos variados meios, inclusive atacando a propriedade privada baseada na mão de obra escrava, a qual não reconheciam senão como um roubo cometido pelo senhor contra a pessoa escravizada. Em Pernambuco, João Ramos, que já praticava o transporte de escravos entre as províncias, aos poucos se tornou mais uma peça chave na engrenagem do sistema, ou melhor, da “rede abolicionista subterrânea” que passou a funcionar nacionalmente.

O exemplo a ser seguido era o da província do Ceará, onde o governo passou a amparar a sociedade civil, no ano de 1883. Em 21 de agosto de 1883, quando o médico e político baiano, Dr. Sátiro de Oliveira Dias⁵⁸⁰, tomou posse da presidência da província do Ceará, o movimento abolicionista naquela província deslanchou de vez. O Dr. Sátiro Dias conseguiu somar no movimento abolicionista aquilo que faltava aos libertadores de outras províncias. Pela primeira vez, um governo provincial se envolveu diretamente nas questões sobre emancipação do “elemento servil”. Após fazer sua profissão de fé abolicionista⁵⁸¹, o presidente conseguiu apoio dos membros da SCL e buscou respaldar este apoio ampliando, legalmente, a pressão sobre os proprietários de escravos que ainda insistiam em manter sua propriedade.⁵⁸²

Com a aprovação da lei nº2.034, em 19 de outubro de 1883, o governo provincial criou um dispositivo legal que impactou o poder dos senhores de reter a propriedade escrava. A partir de então, o imposto anual sobre a posse de escravos passaria de 10\$000 mil para 100\$000 mil

⁵⁸⁰ Baiano de Inhambupe, Sátiro de Oliveira Dias estudou Humanidades no Ginásio Bahiano, formou-se em Medicina pela Faculdade de Medicina da Bahia em 1870 e ainda quando estudante, prestou serviços em hospitais na Guerra do Paraguai. Também foi Diretor e professor do Ginásio Bahiano, secretário da presidência da Província na Assembleia Provincial, colaborador do Diário da Bahia, sob a direção de Manoel Pinto de Souza Dantas e Pedro Leão Velloso. Partidário liberal presidiu as províncias do Amazonas (1880-1881), Rio Grande do Norte (1881-1882), onde executou a Lei Saraiva, e do Ceará (1883-1884) onde assinou a lei que aumentou o orçamento do Fundo de Emancipação provincial, auxiliando o movimento abolicionista naquela província. A lei facilitou a diminuição do preço dos escravizados e com os impostos cobrados sobre a propriedade escrava, o Ceará alforriou em torno de 28.000 a 32.000 escravizados e os abolicionistas declararam o território “livre da escravidão”. Como veremos, muito embora não conseguissem a total liberdade da província, a ligação entre o movimento das ruas e o governo acelerou o processo emancipador no Ceará como nunca antes na história do Império. GIRÃO, Raimundo. A Abolição no Ceará... **Op. Cit.** p. 200. Sátiro de Oliveira Dias. Galeria dos ex-presidentes da Assembleia Legislativa da Bahia. Disponível em: <http://www.al.ba.gov.br/presidencia/presidente/antes47/40000158> acessado em 03 de março de 2021 às 15:14.

⁵⁸¹ **Idem.** p.172.

⁵⁸² Frederico Borges, membro da Sociedade Cearense Libertadora e redator do Libertador, chegou a elogiar Sátiro Dias, dizendo que o presidente se destacou da turba de negreiros que os governaram. **IAHGP.** Caixa 21. Maço 2. Doc. 827. Correspondência do João Ramos. Carta de Frederico Borges a João Ramos. 3 de abril de 1884. p.1. Sátiro Dias chegou a dizer, numa monografia publicada em 1911, que a SCL era intransigente e invencível nos seus meios de ação e que o apoio dos seus chefes era indispensável para deslocar do mar e das ruas a abolição para a Assembleia Provincial. GIRÃO, Raimundo. A Abolição no Ceará... **Op. Cit.** p. 200.

réis e, para fazer valer ainda mais essa cobrança, foi estipulada a realização de uma nova matrícula.⁵⁸³ Além disso, qualquer senhor que quisesse transferir sua propriedade para fora do Ceará deveria pagar uma taxa no valor de 1:500\$000 (um conto e quinhentos mil réis).⁵⁸⁴

Estava formada a liga pela extinção da escravidão na província: abolicionistas, escravizados, boa parte da imprensa e da opinião pública e governo, todos contra o rescaldo escravista que ainda resistia às ondas de libertação nos municípios cearenses. Todo esse trabalho coordenado entre abolicionistas, com o apoio da força pública, dava provas que era possível, se o Estado tivesse interesse, abolir a escravidão, província por província.

Só para termos uma noção do impacto da execução da lei provincial nº2.034, no Ceará, em 1881, foram passadas 354 cartas de alforria gratuitamente, em 1882, 634 e no ano da aprovação da lei (1883), 8.036 cartas gratuitas foram registradas, aumentando em quase 13 vezes o número de libertações. Já as alforrias onerosas, ou por condição, passaram de 56, em 1881, e de 101, em 1882, para 2.039, no ano de 1883. O Fundo de Emancipação, que auxiliou 487 pessoas, em 1881, e 236 cativo, em 1882, chegou a contribuir para a libertação de 962 escravizados, em 1883.⁵⁸⁵ Um choque de realidade até mesmo para alguns abolicionistas, que chegaram a se surpreender com esses números, como podemos perceber a partir das cartas recebidas por João Ramos, entre os meses de novembro de 1883 e março de 1884.

Vários municípios cearenses, no final de janeiro de 1884, já haviam sido declarados “territórios livres”. Em Jaguaribe-Mirim, Lavras, Brejo Seco, Cachoeira e Santana não existiam mais escravos. Em Santana, a *Libertadora* marcou festa para o dia 2 de fevereiro de 1884, em homenagem ao feito e a chegada da imprensa popular no município.⁵⁸⁶ A previsão da SCL era de que até o dia 1º de março não existissem mais cativos na província, sendo a comemoração marcada para o dia 25 de março. Antônio Bezerra disse a Ramos que no próximo vapor enviariam os convites aos membros da imprensa e das sociedades libertadoras do Império, sendo o dele encaminhado.⁵⁸⁷ Homem de letras, aproveitou a carta para pedir ao amigo que o

⁵⁸³ A matrícula era um registro sobre a posse de escravos, geralmente contendo nome, cor, idade, ofício, entre outros dados básicos sobre os cativos.

⁵⁸⁴ SILVA, Pedro Alberto de Oliveira. História da escravidão no Ceará... **Op. Cit.** pp.240-243.

⁵⁸⁵ **Idem.** p.244.

⁵⁸⁶ **IAHGP.** Caixa 21. Maço 2. Doc. 827. Correspondência do João Ramos. Carta de Antônio Bezerra de Menezes a João Ramos. 31 de janeiro de 1884, p.1. No dia 2 de janeiro de 1884, Sobral, “o mais numeroso foco de cativo da Província”, declarava-se livre da escravidão. Trairi, Santa Quitéria, Aracati, Cachoeira, Lavras, Santana, Independência, Camocim, Cascavel, Morada Nova e Aracá iriam acompanhar Sobral em janeiro de 1884. GIRÃO, Raimundo. A Abolição no Ceará... **Op. Cit.** pp.172-174.

⁵⁸⁷ João Ramos não participou das festas do 25 de março no Ceará, pois ficou em Pernambuco para organizar as festividades no Recife. Em 22 de março de 1884, Frederico Borges, enviou uma carta ao abolicionista na qual falava do êxtase em que se encontrava o Ceará que, “de hoje a três dias proclamara a redenção total!” Borges deu conhecimento a João Ramos que, “no vapor Pará havia chegado da Corte o João Capistrano” e que ele estava surpreso. Tratava-se do historiador cearense, João Capistrano Honório de Abreu, um dos maiores historiadores

enviasse as poesias de Alfred de Musset,⁵⁸⁸ pois havia pedido a José do Patrocínio, mas ele “ou não quis ter o trabalho de enviar-me ou não se lembrou.”⁵⁸⁹ O cearense estava em contato direto com Ramos e com Patrocínio – que fez muitas amizades quando da sua ida ao Ceará e que também era um homem de letras⁵⁹⁰ – informando ambos dos movimentos, interligando cada vez mais os pontos e compartilhando as experiências e nos dando provas de que a ligação entre o Ceará e a Corte passava por Pernambuco.

Enquanto os abolicionistas cearenses estavam se preparando para o seu momento áureo no dia 25 de março de 1884,⁵⁹¹ o movimento emancipador em Pernambuco passava por uma estagnação. Era como se todos estivessem voltados ao que acontecia no Ceará. Depois da última reunião, registrada em 2 de dezembro de 1883, a *Nova Emancipadora* só registrou ata em 20

brasileiros do século XIX. Um ano antes (1883) Capistrano concorreu a Cátedra de História do Brasil do Colégio Pedro II, vaga aberta devido o falecimento de Joaquim Manuel de Macedo, apresentando uma tese intitulada: “O descobrimento do Brasil e seu desenvolvimento no século XVI”. Capistrano certamente estava no Ceará para tomar notas acerca das festividades em sua Província natal. Borges sabia disso, e como que para asseverar ainda mais que a ocasião era um momento histórico grandioso, pediu a presença do amigo de toda forma, pois só faltava a sua pessoa. **IAHGP**. Caixa 21. Maço 2. Doc. 827. Correspondência do João Ramos. Carta de Frederico Borges a João Ramos. Fortaleza, 22 de março de 1884. IGLÉSIAS, Francisco. **Historiadores do Brasil: capítulos de historiografia brasileira**. Rio de Janeiro & Belo Horizonte: Nova Fronteira & UFMG. 2000. 256p. BARROS, José D'Assunção. *Duas fases de Capistrano de Abreu: em torno de uma produção historiográfica*. São Paulo. 2010. Projeto História: **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/6549/4748> acessado em 09 de julho de 2020 às 16:21.

⁵⁸⁸ **Idem**. p.2. Alfred de Musset (1810 - 1857) foi um dramaturgo, poeta e novelista francês do período do Romantismo.

⁵⁸⁹ **Idem**. p.3. Existia uma constante troca e procura por livros da parte dos abolicionistas e muito embora João Ramos não fosse um “homem de letras”, no sentido de não ser formado por alguma das Faculdades de Direito ou de Medicina do Império, também era um amante da leitura como seus amigos. Em 9 de julho de 1884, a diretoria da Imperial Sociedade Reforma Club (CE) agradeceu a João Ramos pelos serviços prestados a honesta causa da instrução popular. O abolicionista doou vários livros para a biblioteca do Clube, que o agradeceu com homenagens públicas, afirmando que, “quem abre escolas fecha cadeias e como uma biblioteca também é uma escola, João Ramos havia contribuído para o desenvolvimento da instrução popular com a remessa de poderoso contingente e com a remessa de preciosas obras”. Sabemos por exemplo que na primeira remessa de livros João Ramos além de enviar 25 volumes, conseguiu que Antônio Gomes de Mattos enviasse 8, Pereira da Costa 1, Belarmino Carneiro 12, a redação do Jornal do Recife 8 volumes. Já na terceira remessa João Ramos mandou 192 volumes, enquanto que Arthur Carvalho enviava 3 folhetos e ninguém mais enviou nada. Posteriormente, em 3 de outubro de 1884, a Sociedade receberia e acolheria Francisco Augusto Pereira da Costa a pedido de João Ramos. Em sua passagem pelo Ceará, por poucos dias antes de assumir seu cargo como secretário da presidência da província do Piauí, Pereira da Costa foi recebido pelos membros do Reforma Club, que apresentaram a ele a biblioteca cuja parte dos livros haviam sido doados por João Ramos. Amigo das letras e de homens de letras, João Ramos não pode ser considerado um homem sem instrução. **IAHGP**. Caixa 21. Maço 2. Doc. 827. Correspondência do João Ramos. Carta da Imperial Sociedade Reforma Clube a João Ramos. 09 de julho de 1884. 2 folhas. **IAHGP**. Caixa 21. Maço 2. Doc. 827. Correspondência do João Ramos. Carta da Imperial Sociedade Reforma Clube a João Ramos. 03 de outubro de 1884. 1 folha. **IAHGP**. Caixa 21. Maço 2. Doc. s/n Recortes do Jornal *Gazeta do Norte*. 1 de junho de 1884.

⁵⁹⁰ THEOPHILO, Rodolpho. **História da Secca do Ceará (1877-1880)**. Rio de Janeiro, Imprensa Inglesa, 1922. NEVES, Frederico de Castro, “A ‘Capital de um Pavoroso Reino’: Fortaleza e a seca de 1877”, **Tempo**, Niterói, v. 5, nº 9, 2000, p. 93-111. PATROCÍNIO, José do. **Os Retirantes, 2 vs.** São Paulo, Editora Três, 1973 (1ª ed. 1879).

⁵⁹¹ Gualter R. Silva, José Correia do Amaral, A. Afonso de Albuquerque. Frederico Augusto Borges, P. Augusto Borges e Antônio Martins convidaram João Ramos para a festa do dia 25 de março, ou como eles disseram para o “alto regozijo abolicionista”. **IAHGP**. Caixa 21. Maço 2. Doc. 827. Correspondência do João Ramos. Carta de abolicionistas e comerciantes cearenses para João Ramos. Fortaleza. 04 de março de 1884.

de abril de 1884. Apesar de terem voltado a se reunir, em caráter extraordinário, no dia 02 de março de 1884, justamente para tratar da organização da festa de libertação.⁵⁹² Só se falava disso, inclusive para o ano de 1884, as notícias no *Diário de Pernambuco* e no *Jornal do Recife* só voltaram a publicar algo sobre a *Nova Emancipadora* quando o assunto era o Ceará.

Para comemorar as festas em Pernambuco, os emancipadores formaram uma comissão responsável pela organização de uma Matiné, pela iluminação do jardim (do Campo das Princesas), para distribuir cartas de liberdade e para confeccionarem um álbum em homenagem a “heroica província”. Formaram a comissão o Dr. Barros Sobrinho (presidente do Clube Abolicionista), Jovino César Paes Barreto (SNE), João Ramos (SNE), Elpidio de Vasconcellos (SNE) e José Affonso de Araújo.⁵⁹³ Mas, ainda é cedo para falarmos das flores e das comemorações, pois, enquanto o movimento emancipador tinha seu momento de paralisia, João Ramos e os abolicionistas cearenses continuavam coordenando as fugas entre as duas províncias.

No dia 04 de fevereiro de 1884, João Cordeiro sofreu uma perda inestimável.⁵⁹⁴ Sua esposa, Carolina Carlota de Castro Cordeiro, faleceu. Apesar disso, o abolicionista telegrafou para João Ramos no mesmo dia, avisando a “Lastemio” (pseudônimo de João Ramos), que haviam chegado dezoito escravos no Ceará, mas que fossem suspendidas as remessas por algumas semanas, pois um havia sido preso.⁵⁹⁵ Os cearenses ainda tinham dificuldades em abrigar todo mundo que saía fugido de outras províncias, alguns senhores estavam atentos aos movimentos dos seus escravos, sendo informados, correndo atrás para recuperar sua propriedade. Mesmo assim, os abolicionistas estavam dando provas de um real comprometimento com a causa, pois, apesar da morte da sua esposa, Cordeiro não deixou de telegrafar e avisar sobre o que estava acontecendo na Província.

No dia 20 de fevereiro de 1884, foi José Mariano quem escreveu a João Ramos para tratar do envio de escravos fugidos. Após a explícita radicalização do movimento no Ceará, Mariano passou a agir, por debaixo dos panos, com maior interesse pela causa.⁵⁹⁶ O parlamentar

⁵⁹² **HDBN**: Jornal do Recife. 02 de março de 1884. Nº52. p.3.

⁵⁹³ **HDBN**: Diário de Pernambuco. 4 de março de 1884. Nº53. p.3.

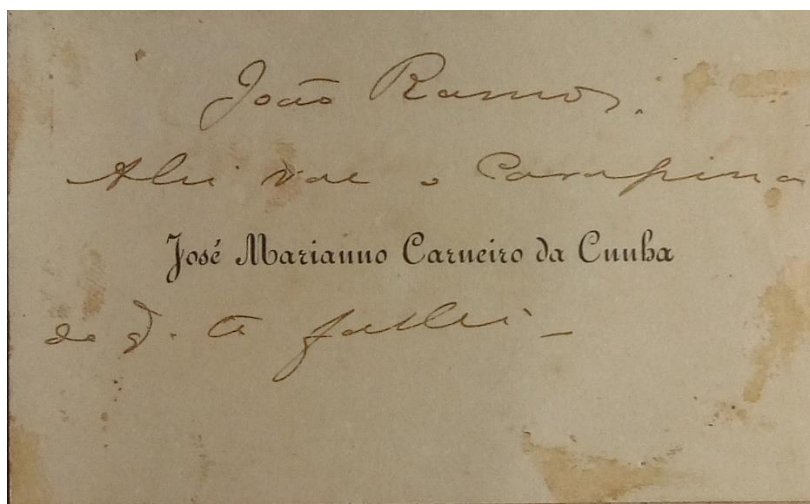
⁵⁹⁴ Frederico Borges avisaria sobre a morte da esposa do chefe João Cordeiro, elogiando a santa senhora, envolvida na causa juntamente com o marido. Disse a Ramos que não poderia haver golpe maior, nem mais fatal contra aquele valente cidadão. **IAHGP**. Caixa 21. Maço 2. Doc. 827. Correspondência do João Ramos. Carta de Frederico Borges a João Ramos. 04 de fevereiro de 1884.

⁵⁹⁵ **IAHGP**. Caixa 21. Maço 2. Doc. 827. Repartição Geral dos Telegraphos. Estação do Recife, 4 de fevereiro de 1884. Procedente de Fortaleza, endereçado a Lastemio, enviado por Juarez.

⁵⁹⁶ Mariano passou a se posicionar contra a escravidão mais efetivamente entre os anos de 1883-84, segundo Castilho seus discursos na eleição de 1881 só tocavam na questão da modernização do porto do Recife, apesar de ter discutido na Câmara alguns projetos de lei sobre o elemento servil. CASTILHO, Celso Thomas. Abolitionism matters: the politics of antislavery in Pernambuco, Brazil, 1869-1888. University of California, PhD, 2008. p.49.

enviou uma mensagem ao amigo pedindo ajuda para enviar seis escravos ao invés de quatro, remetendo, junto com eles, 100\$000 mil réis para dar conta das despesas. Avisou que, se o dinheiro fosse pouco, ficaria responsável pelo que Ramos colocasse do seu bolso, pois, três dos enviados não tinham dinheiro algum e estavam dependendo da ajuda dele.⁵⁹⁷ As notícias sobre envio de escravos e recebimento desses no Ceará, a partir de 1884, multiplicaram-se.

Imagem 8: Cartão de José Mariano apresentando um escravo fugido “Carapina”.



Fonte: Documentos do Clube do Cupim. IAHGP, Fundo CIA, Cx.21, maço 2. Cartão de José Mariano Carneiro da Cunha para João Ramos.

José Correia do Amaral informou, no final de fevereiro, que “o carregamento de ingleses, vindo por Mossoró, ainda não havia chegado completamente”. Informou ao chefe da operação em Pernambuco que o caminho por Mossoró (RN) não era dos melhores, pois ali sempre exigiam passaportes, sendo isso, muitas vezes, causa dos embaraços e atrasos. Segundo ele, a vinda pelo porto de Aracaty (CE) e por Macau (RN) era bem melhor, pois não havia oposição nem muitas dificuldades. Outra informação que aparece na documentação é acerca da ocupação dos escravos fugidos que iam parar no Ceará.⁵⁹⁸

Ao informar que o inverno poderia não ser de muitas chuvas, deixou Ramos ciente que poderia ser difícil arranjar empregos para os “ingleses”. Todavia, se o inverno chegasse e fosse proveitoso, “toda a Grã Bretanha é pouca”.⁵⁹⁹ Ou seja, as pessoas escravizadas que iam parar no Ceará deveriam receber uma ocupação certa, iam trabalhar nas fazendas, ou dependendo do

⁵⁹⁷ **IAHGP.** Caixa 21. Maço 2. Doc. 827. Correspondência do João Ramos. Carta de José Mariano a João Ramos. 20 de fevereiro de 1884.

⁵⁹⁸ **IAHGP.** Caixa 21. Maço 2. Doc. 827. Correspondência do João Ramos. Carta de José Correia do Amaral a João Ramos. 21 de fevereiro de 1884.

⁵⁹⁹ **Idem.**

caso, ficavam nas cidades, trabalhando nas ruas, em lojas, no porto, ou até em instituições oficiais.

João Cordeiro tornou a escrever em 22 de fevereiro de 1884, informando que, apesar do clima de festa, a luta estava truncada. A polícia andava prendendo escravos na capital e ratificou o pedido de que parassem de enviar escravos até que resolvessem a situação dos presos. Disse que um dos presos seria solto no dia 22, segundo prometeu o Chefe de Polícia. O delegado, que prendeu o inglês, recebeu uma intimação, nada agradável, perguntando se ele preferia o cargo de capitão de campo ou de delegado de polícia, agregado a isso uma ameaça de morte.⁶⁰⁰

Cordeiro informou a Ramos que já existiam mais de 100 requisições para apreensão de escravos vindos de Pernambuco. Como ele sabia de tantas informações? Segundo sua versão, 3 criados “íngleses” haviam sido empregados tanto no palácio do governo quanto na polícia e era do conhecimento do Presidente da Província (Sátiro de Oliveira Dias) e do Chefe de Polícia que aqueles três eram fugitivos, porém, devido as suas habilidades, nenhum dos dois queriam despedir aqueles trabalhadores.

Cordeiro disse que, se algum dos dois tentassem alguma coisa, espalharia a notícia de que ambos eram “protetores de ingleses”. No final de fevereiro, os cearenses já contavam com 39 municípios livres, faltando apenas 17, que “talvez ficassem prontos até 25 de março”. Uma grande vitória para a causa.⁶⁰¹ No dia 25 de fevereiro, Cordeiro avisou a João Ramos, “o Aurora Giriquity chegou”, os fugitivos foram todos recebidos e o preso estava solto.⁶⁰²

O mês de março começou com grande agitação abolicionista na província do Ceará. Correia do Amaral elogiou a coragem de João Ramos, desejando que existisse um homem como ele no Piauí e no Maranhão também, “para se vingar de muita gente ruim”. Era certo que os abolicionistas aproveitavam para roubar e acoitar escravos de seus inimigos políticos ou de senhores conhecidos como perversos. Como foi o caso do escravo Miguel Francisco dos Santos, que fugiu do seu senhor no Rio Grande do Norte, o “Chefe Chaves”, e foi parar em terras cearenses. João Cordeiro e José do Amaral andavam procurando o fugitivo que só foi visto no dia do falecimento da esposa de Cordeiro, e depois desapareceu. Como veremos, nem todas as pessoas que fugiam deixavam que os abolicionistas controlassem seu futuro. Amaral informou

⁶⁰⁰ **IAHGP**. Caixa 21. Maço 2. Doc. 827. Correspondência do João Ramos. Carta de João Cordeiro a João Ramos. 22 de fevereiro de 1884.

⁶⁰¹ **Idem**.

⁶⁰² **IAHGP**. Caixa 21. Maço 2. Doc. 827. Repartição Geral dos Telegraphos. Estação do Recife, 25 de fevereiro de 1884. Procedente de Fortaleza, endereçado a Lastemio, enviado por Juarez.

a Ramos que só faltavam 4 ou 5 municípios se declararem livres. Esperava o amigo para o dia 25 e convidava todos os abolicionistas pernambucanos para fazerem parte da grande festa.⁶⁰³

No dia 13 de março de 1884, Correia do Amaral encomendou a João Ramos 2.000 lanternas francesas para iluminação, 1.000 lenços-bandeira de algodão e de diversas nações, sendo a maior parte brasileira. Tudo para a festa do dia 25, que, segundo ele, seria deslumbrante. Pediu ainda que Ramos convidasse José Mariano para ir junto comemorar a “redenção do Ceará”.⁶⁰⁴ No dia 14, Cordeiro avisou, “depois da grande festa de 25 recomeçaremos as negociações de abacaxis, cujos resultados tem sido optimos. As últimas partidas já foram todas colocadas” [sic]⁶⁰⁵ informando ainda que o Dragão do Mar (Francisco José do Nascimento) estava prestes a viajar à Corte com dois companheiros e uma jangada, símbolo da liberdade na província.⁶⁰⁶ Eram os últimos preparativos para a grande festa e para a continuação dos trabalhos subterrâneos.

⁶⁰³ **IAHGP.** Caixa 21. Maço 2. Doc. 827. Correspondência do João Ramos. Carta de José Correia do Amaral a João Ramos. 04 de março de 1884.

⁶⁰⁴ **IAHGP.** Caixa 21. Maço 2. Doc. 827. Correspondência do João Ramos. Carta de José Correia do Amaral a João Ramos. 13 de março de 1884.

⁶⁰⁵ **IAHGP.** Caixa 21. Maço 2. Doc. 827. Correspondência do João Ramos. Carta de João Cordeiro a João Ramos. 14 de março de 1884.

⁶⁰⁶ **Idem.** Em Pernambuco, o Dragão do mar juntamente com seus companheiros, foram recepcionados por João Ramos no Hotel Luzitano. Ramos preparou um “lanche” para os viajantes. Depois disso foram a sala das sessões da Nova Emancipadora, onde Francisco do Nascimento recebeu o diploma de sócio benemérito. Foram ainda recepcionados e festejados pelos membros da Libertadoras Pernambucana, da Caixa Pedro Pereira, pela redação da Folha do Norte, pela Libertadora Goyanense e por outras sociedades. Após seguirem para o Hotel d’Europa. Nascimento e a comissão ofereceram um jantar a João Ramos, “para cujos serviços a grande causa, não encontramos adjetivos encomiásticos na altura do seu elevado merecimento.” O chefe dos catraieiros do Recife, um cearense chamado Joaquim Ferreira de Andrade, também ofereceu um almoço à comissão. Jornal do Recife. 29 de abril de 1884. N°98. P.1. Além das sociedades acima, também foi o Sr. Nascimento cumprimentado por uma comissão do Club Abolicionista, que esteve a tarde a bordo do paquete, onde ele já se achava e entregou-lhe o diploma de sócio honorário, que o mesmo Clube decidiu outorgar-lhe, em apreço aos relevantíssimos serviços por elle prestados a causa da emancipação. A comissão era composta dos Srs. Dr. Barros Sobrinho, Antônio Faria, Álvaro de Faria e Pedro Wergue. Nascimento agradeceu e prometeu que continuaria a empregar os seus esforços em prol da liberdade total dos escravos no Brasil. **HDBN:** Libertador: Orgam da Sociedade Cearense Libertadora. 7 de maio de 1884. N°90. p.2. **HDBN:** Jornal do Recife. 29 de abril de 1884. N°98. p.1. Todos os homens sublinhados agiram a favor das fugas coordenadas e foram listados como membros do Cupim em determinado momento.

Imagem 9: Francisco José do Nascimento



Fonte: HDBN: Revista Illustrada. Nº376. “A testa dos jangadeiros cearense, Nascimento impede o tráfico dos escravos da província do Ceará vendidos para o Sul.”

A comemoração da extinção da escravidão na província não aconteceu no dia 25 de março por acaso. Os abolicionistas cearenses não escolheram o dia 25 de março por ser um feriado (dia da Constituição de 1824), ou para elogiar a Coroa, muito pelo contrário. Como apontou Celso Castilho, os abolicionistas cearenses se decidiram pelo dia 25 para criticar a Monarquia e a ação do Imperador no que se referia à escravidão. Segundo Castilho, os abolicionistas cearenses, em sua maior parte republicanos, escolheram uma das datas magnas do Império para dar um exemplo de civismo, fazendo ao mesmo tempo uma crítica à Coroa e aos apoiadores do regime escravista.⁶⁰⁷

A Comissão organizadora das festas em Pernambuco, composta de membros saídos da *Nova Emancipadora* e do *Club Abolicionista*, foi formada por Barros Sobrinho (presidente do Club Abolicionista e da *Comissão Central Emancipadora do Recife*), Jovino César Paes Barreto (Presidente da *Nova Emancipadora*), João Ramos, Elpidio de Vasconcellos e José Affonso de Araújo. Estes homens arranjaram os principais detalhes para a matiné, para a sessão literária no Santa Isabel, para uma festa noturna no Campo das Princesas e ainda ficaram responsáveis por subscrições para concederem cartas de liberdade⁶⁰⁸ e organizarem um livro de ouro.⁶⁰⁹

⁶⁰⁷ CASTILHO, Celso Thomas. O ‘25 de março’. **Op. Cit.** pp. 6-7.

⁶⁰⁸ Segundo Pereira da Costa foram distribuídos 71 certificados de alforria. COSTA, Francisco Augusto Pereira da. Pernambuco ao Ceará. **Op. Cit.** p.15.

⁶⁰⁹ **HDBN**: Diário de Pernambuco. 4 de março de 1884. Nº53. p.3. COSTA. Francisco Augusto Pereira da. Pernambuco ao Ceará. **Op. Cit.** p.10.

Vários jornais⁶¹⁰ se mobilizaram para eternizar o feito e até mesmo um dos mais proeminentes historiadores pernambucanos foi incumbido, pela CCER⁶¹¹, de escrever um livro, coligindo tudo que havia acontecido naquele dia tão importante.⁶¹² Francisco Augusto Pereira da Costa, contemporâneo dos acontecimentos e amigo pessoal de vários abolicionistas, incluindo o próprio João Ramos, escreveu o que seria, além de uma descrição, uma polianteia sobre o 25 de março em Pernambuco.⁶¹³

Alguns dos testemunhos recolhidos por Pereira da Costa mostram com clareza o que estava acontecendo e como cada grupo reagiu a situação. Um dos grandes críticos dos abolicionistas pernambucanos e cearenses entre 1882-1883, o tesoureiro da fazenda provincial, Affonso de Albuquerque Mello, considerado o “advogado da lavoura”, fez uma retratação elogiando o movimento popular cearense, chegando a afirmar que, “quando o poder dorme e não vê as iniquidades, o povo assume a soberania e faz justiça como pode”.⁶¹⁴ Mello confessou que “errou”, ao tentar convencer os senhores de assumirem a frente do movimento de emancipação, pois, “a justiça não poderia vir dos que pretendiam o fim da escravidão apenas na morte do último escravo”.⁶¹⁵ Por último, se rendeu dando vivas ao povo e aos abolicionistas.⁶¹⁶

Manoel Gomes de Mattos, que chegou a calcular em 28.000 mil o número de escravos libertados na sua província, abriu mão do tom mais moderado e chegou a afirmar que exigir dos representantes uma solução para a questão do elemento servil não seria o suficiente, alguns deveriam dispensar esta exigência e procurar, pelo próprio esforço, libertar Pernambuco, imitando o Ceará.⁶¹⁷

⁶¹⁰ Saíram artigos de comemoração no Diário de Pernambuco, no Jornal do Recife, na Folha do Nordeste, no O Binóculo, Grêmio de Professores Primários, O Rebate, O Eco de Palmares, O Ceará Livre (edição de ocasião), Ave Libertas (Edição de Ocasião), O Incentivo (edição de ocasião), O Globo, 25 de Março (Edição de ocasião) publicada pela Caixa Emancipadora Pedro Pereira. COSTA. Francisco Augusto Pereira da. Pernambuco ao Ceará. **Op. Cit.** p.3.

⁶¹¹ Os membros da Comissão Emancipadora do Município do Recife que “patrocinaram” a publicação foram: Dr. Barros Sobrinho (presidente interino), João Barbalho Uchôa Cavalcanti (1º secretário), Antônio Gomes de Mattos, Manoel Gomes de Mattos, Bellarmino Carneiro, José Mariano Carneiro da Cunha, Jovino César Paes Barreto (Tesoureiro), José Camillo Linhares de Albuquerque, Joaquim Fillipe da Costa, Coronel Décio de Aquino Fonseca, Oscar Falkeinsen, José Isidoro Martins Júnior, João Ramos, Antônio de Souza Pinto, José Joaquim Dias Fernandes e Dr. Raymundo Bandeira. **Idem.** pp. 247-248.

⁶¹² Segundo Castilho, “embora disso não se fale em relatos da época, é bem possível que escravos tenham participado dos eventos do dia e também que sua busca de liberdade por canais legais e extralegais aumentasse com a crescente agitação do movimento abolicionista.” CASTILHO, Celso Thomas. O ‘25 de março’. **Op. Cit.** p.4.

⁶¹³ COSTA. Francisco Augusto Pereira da. Pernambuco ao Ceará. **Op. Cit.**

⁶¹⁴ **Idem.** p.29.

⁶¹⁵ **Ibidem.**

⁶¹⁶ **Idem.** p.30.

⁶¹⁷ **Idem.** pp. 37-39.

A comemoração do 25 de março de 1884, o frenesi causado pela libertação total de uma província, colocou à prova o elemento pacificador, lento e legalista que representava o emancipacionismo. O medo dos senhores e seus apontamentos contra as festas de libertação estavam fundamentados no que viam, ouviam e presenciavam naqueles dias. O abolicionismo se expandia cada vez mais pelo Norte do Império e Pernambuco estava muito próximo do epicentro deste movimento.⁶¹⁸

Em termos materiais, a libertação no Ceará instigou alguns proprietários a alforriarem seus escravizados. Foram passadas 90 cartas de alforria, concedidas e compradas, em comemoração ao dia 25 de março de 1884. Gratuitamente foram libertados 70 escravizados: 42 mulheres e 28 homens. A maior parte das cartas de alforria foram concedidas a escravizados matriculados no Recife (21 libertações), mas as libertações gratuitas, provindas de senhores residentes na Zona da Mata Sul, também foram expressivas (20 alforrias). O tenente Joaquim Gomes do Rego, morador em Vitória de Santo Antão, libertou 13 escravos de sua propriedade, todos registrados naquele município e que deveriam ser do serviço do campo.⁶¹⁹ A comissão organizadora da festividade⁶²⁰ conseguiu auxiliar 13 pessoas, nove mulheres e quatro homens,

⁶¹⁸ O Recife parou para comemorar e teve uma grande adesão por parte de particulares e de empresas que fizeram sua parte para contribuir com o acontecimento do dia 25 de março. Euclides de Aquino Fonseca ficou responsável pela parte principal dos festejos, a sessão literária e musical, sendo que a direção da parte musical ficou toda a seu cargo, inclusive ensaios e regência da orquestra. Telles Junior foi o responsável pela ornamentação do livro de Ouro. A Companhia Bougard concedeu quatro focos de luz elétrica para iluminar o Jardim do Campo das Princesas, na noite do dia 25, sendo todo serviço feito gratuitamente. A empresa de iluminação a gás iluminou a sede da Nova Emancipadora, na rua do Imperador nº31, com o dístico: Ceará Livre, gratuitamente. Os empregados do Telégrafo Nacional pagaram todos os telegramas passados pela comissão, no dia 25. O Comendador Manoel Gonçalves Agra auxiliou na armação do palco do Teatro Santa Isabel, no dia 25, juntamente com o maquinista do teatro. E as redações do Diário de Pernambuco, do Jornal do Recife, da Folha do Norte e da Tribuna fizeram gratuitamente todas as publicações remetidas pela Comissão. Obviamente que todo esse engajamento era visto com maus olhos por parte dos proprietários de escravos mais resistentes a ideia de comemorar a “libertação total de uma província.” **HDBN: Jornal do Recife.** 2 de maio de 1884. Nº101. p.2.

⁶¹⁹ 3 alforrias em Igarassú, uma em São José do Mipibu, Marvão (PI), Santa Quitéria (CE), Sobral (CE), Imperatriz, Barreiros, Assú e Limoeiro. Ficam faltando alguns registros de matrícula na documentação. **HDBN: Jornal do Recife.** 04 de maio de 1884. Nº103. p.3.

⁶²⁰ A comissão foi composta por: Barros Sobrinho, presidente, José A. de Araújo, secretário. Jovino C. Paes Barreto, tesoureiro, João Ramos e Elpídio de Vasconcellos. Esta comissão conseguiu arrecadar 1:232\$000 (um conto duzentos e trinta e dois mil réis) de donativos concedidos por, Gomes de Mattos e irmãos (500\$000), José Adolpho de Oliveira Lima (200\$000), Júlio e Irmão (200\$000), Comendador Joaquim Felipe da Costa (100\$000), Comendador J.J. Dias Fernandes (100\$000) e Oscar Falkeisen (50\$000). **HDBN: Jornal do Recife.** 2 de maio de 1884. Nº101. p.2.

com 1:100\$000 (um conto e cem mil réis).⁶²¹ Nove delas moravam no Recife, uma em Ipojuca e as outras três não tiveram seus endereços declarados.⁶²²

Conquanto essas notícias buscassem demarcar a “humanidade, a filantropia, a bondade e o paternalismo” dos senhores, percebemos que as comemorações pela libertação do Ceará geraram um impacto direto sobre os defensores e possuidores de escravos em Pernambuco, pessoas que, para não se sentirem menos importantes que os cearenses, ou mais atrasados e até mesmo para evitarem o risco de perderem sua autoridade, correndo o risco de verem seus escravizados fugirem em massa, buscaram dar provas dos seus “sentimentos abolicionistas”.⁶²³ E, apesar da festa ter contado com a participação de alguns senhores, de maneira geral, o clima desagradava os representantes da classe dos agricultores.

Pereira da Costa chegou a reproduzir depoimentos negativos sobre as comemorações do 25 de março, informando que alguns membros da *Sociedade Auxiliadora da Agricultura de Pernambuco* (SAAP) foram convidados para fazer parte das comemorações do 25 de março e negaram, expressamente, justificando o seu não. Numa sessão da Superintendência da SAAP⁶²⁴,

⁶²¹ Fortunata, Generosa, Antônio, João, Olympia e Joanna foram libertadas por um valor de 400\$000 mil réis pagos a D. Epiphania Rufina das Candeias, que deve ter recebidos dos escravizados o restante do valor. Geralda, de José Soriano de Souza, Frutuoso, de D. Francisca A. C. Uchôa e Delfina, ambos com 100\$000 mil réis de pecúlio, receberam mais 100\$000 para completarem seu valor. Januária, de Antônio José Moreira também recebeu 100\$000 mil réis, sendo que a cativa dispensou ainda um pecúlio de 300\$000 mil réis, ou seja, pagou por 75% de sua alforria. Fortunata, de D. Maria B. A. Machado, Arminda, de José Caetano da Silva 100\$000 e Maria, do Dr. Luiz José da Silva, receberam todas 100\$000 mil réis. **HDBN: Jornal do Recife.** 2 de maio de 1884. N°101. p.2.

⁶²² Outras alforrias foram compradas. A Libertadora Norteriograndense auxiliou Sabina e Claudemira com 180\$000 mil réis. A Sociedade 28 de setembro auxiliou Alexandrina com 100\$000, a Caixa Emancipadora Parahybana ajudou Joanna com 110\$000 e esta ainda colocou 40\$000 mil réis para completar seu valor. A Caixa Emancipadora Pyauhiense deu 50\$000 mil réis a Marcolina, que acrescentou 150\$000 pela sua alforria. Manoel Gomes de Mattos conseguiu a libertação de Domingas, mas não sabemos qual foi o valor e o Comendador Joaquim Felipe da Costa libertou Maria, de 14 anos, por 220\$000 mil réis. Na verdade, a escravizada foi dada como pagamento de uma dívida e recebeu sua alforria. **HDBN: Jornal do Recife.** 25 de março de 1884. N°71. p.1; **Jornal do Recife.** 04 de maio de 1884. N°103. p.3.

⁶²³ Não sabemos, por exemplo, quais as condições nas quais ficaram os 13 escravos do tenente Joaquim Gomes do Rego residentes em Vitória. Provavelmente se fossem do serviço do campo e/ou “crias da casa” não deveriam sair do domínio deste senhor.

⁶²⁴ Os principais senhores de engenho de Pernambuco faziam parte da SAAP. De norte a sul da província encontramos representantes da lavoura que buscavam fazer seus direitos através da SAAP. Podemos citar nomes como, Dr. Joaquim Tavares de Mello Barreto, Dr. Belarmino Correia de Oliveira, Coronel Amaro Gomes da Cunha Rabelo (principais senhores em Goiana e Itambé), Dr. Gervásio Rodrigues Campelo (representante de Igarassú e Itamaracá), Dr. Joaquim Francisco de Mello Cavalcanti, Major Domingos José da Costa Braga, Dr. José Jeronymo Pacheco de Albuquerque Maranhão, Dr. Herculano Bandeira de Mello (representantes de Nazaré), o Barão de Tracunhãem, Major Felipe Paes de Oliveira (Catende), Dr. Pedro Affonso Ferrira (Palmares e Água Preta), Dr. Henrique Marques de Hollanda Cavalcanti, Major João Manoel Pontual e o Barão de Pirangy (principais senhores de Escada e Bonito), Dr. Ambrósio Machado da Cunha Cavalcanti e Dr. José Manoel de Barros Wanderley (senhores em Ipojuca e parte de Vitória). Estes eram os maiores representantes desta Sociedade na zona da mata pernambucana, preparados para, como o próprio nome diz, auxiliarem a lavoura baseados em seus interesses privados. Os potentados de Pernambuco se reuniam para manter seu interesse como coletividade e assegurar o seu domínio sobre a propriedade escrava. *Sociedade Auxiliadora da Agricultura em Pernambuco*. **HDBN: Diário de Pernambuco.** 30 de novembro de 1883. N°276. p.2. **HDBN: Diário de Pernambuco.** 23 de janeiro de 1881. N°18. p.2. Parte destes membros da elite foram estudados por Peter Eisenberg, principalmente os que formavam a

Ignácio de Barros, gerente da instituição, Henrique Augusto Milet (Secretário geral) e Antônio Pereira Simões (Tesoureiro) expuseram suas opiniões sobre “um assunto melindroso”, referindo-se à libertação do Ceará e ao convite para a festa.⁶²⁵ Na visão dos membros da SAAP, em sua maioria agricultores, as festas de libertação só contribuiriam para aumentar as apreensões na província. Reconheciam a escravidão como “uma iniquidade”, mas argumentavam que o fim dela, “em certos casos e de certo modo, pode importar agravação de outros cativos, não menos reais, embora de ordem diferente”.⁶²⁶ [sic] Desejavam que o doente (o país) não viesse a falecer da cura (a abolição), que poderia atrapalhar os interesses econômicos da nação. Continuaram criticando a libertação do Ceará, afirmando que o Império não poderia compactuar com a exceção de um território livre, pois este se tornaria um “refúgio extra-legal para o cativo”, no caso para os escravos que quisessem fugir.⁶²⁷

Para os membros da SAAP, as festas promovidas pelos abolicionistas visavam propagandar o refúgio e a liberdade, conquistados por meios contrários a lei. O fim principal seria ensinar aos escravos o caminho que deveriam seguir e não dar exemplos de civilidade para que senhores pudessem compartilhar da experiência cearense. Portanto, não poderiam participar de uma festa que celebraria “a ruína da lavoura e do país”.⁶²⁸ Criticaram os meios pelos quais os abolicionistas cearenses haviam alcançado à libertação, reconhecendo que o Ceará se tornava “um novo Canadá, uma terra da promessa”, como chamavam os abolicionistas, “onde as leis do país não terão mais acção real” [sic] e demonstravam medo de que o encaminhamento diário e clandestino de escravos aumentasse, com a ajuda da “filantropia abolicionista”. Ou seja, sabiam que as fugas eram rotineiras, mas temiam a massificação do processo.⁶²⁹ Negaram, assim, participar das celebrações que contradiziam seus interesses e seus valores como proprietários de escravos.

Cabe salientar que a libertação no Ceará não foi total, até 1888⁶³⁰. O município do Milagres, no sertão do Cariri, por exemplo, constituiu-se uma das exceções. A libertação deste

“açucarocracia” em Escada e Ipojuca. Veja: Terra a base do poder em: EISENBERG, Peter. **Op. Cit.** pp. 145-168.

⁶²⁵ Agricultura: Sociedade Auxiliadora da Agricultura de Pernambuco. Resumo da acta de 7 de junho. Conselho Administrativo. **HDBN: Diário de Pernambuco**. 11 de junho de 1884. Nº 134. p.2.

⁶²⁵ **HDBN: Diário de Pernambuco**. 26 de julho de 1884. Nº171. p.3

⁶²⁶ COSTA. Francisco Augusto Pereira da. Pernambuco ao Ceará... **Op. Cit.** p.84.

⁶²⁷ **Idem.** p.85.

⁶²⁸ **Idem.** p.86.

⁶²⁹ **Ibidem.**

⁶³⁰ Segundo o relatório apresentado à assembleia geral, na terceira sessão da vigésima legislatura pelo ministro e secretário de estado dos negócios e obras públicas, Rodrigo Augusto da Silva, em 1888, o Ceará ainda tinha registrado 108 pessoas escravizadas. Todavia, como já frisamos, comparativamente ao número de escravizados que a província tinha, no início da década de 1880, ou aos números de outras províncias nortistas em 1888 (Pernambuco, 41.122; Maranhão, 33.446; Pará, 10.535; Piauí, 8.970; Rio Grande do Norte, 3.167; Paraíba do

município aconteceu somente no final do ano de 1886, quando o presidente da província, Dr. Enéas de Araújo Torreão, exigiu que fossem tomadas as devidas providências para que a lei 2.034 fosse cumprida.⁶³¹ Mesmo com esse “problema”, a ser resolvido pelo governo e posteriormente pela historiografia cearense⁶³², a relevância das comemorações e da criação de uma atmosfera positiva, que a “libertação total” de uma província gerou para o movimento, foi de enormes proporções.

Tanto em termos demográficos, pois em 1881 o presidente da Província, Pedro Leão Veloso declarou que ainda existiam 31.516 escravos registrados⁶³³, enquanto que em 1884 restavam apenas os 298⁶³⁴ de Milagres, quanto em termos econômicos, já que, pela pressão da lei nº 2.034, o preço médio dos escravos baixou de 184\$623 mil réis, em 1882, para 85\$094 mil

Norte, 9.448; Alagoas, 15.269; Sergipe, 16.875 e Bahia, 76.838) o Ceará constituía-se um território praticamente livre. SILVA, Rodrigo Augusto da. **Relatório apresentado à Assembleia Geral na terceira sessão da vigésima legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado Interino dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1888. In: ANAIS DO PARLAMENTO BRASILEIRO CÂMARA DOS SRS. DEPUTADOS TERCEIRA SESSÃO DA VIGÉSIMA LEGISLATURA. Disponível em:

<http://mapa.an.gov.br/images/publicacoes/CadernoMAPA4/files/assets/common/downloads/publication.pdf>

acessado em 20 de junho de 2022.

⁶³¹ Segundo Pedro Alberto de Oliveira Silva o fato se deu provavelmente devido a interferência do Juiz Municipal, Antônio Joaquim do Couto Cartaxo, um grande proprietário de terras e escravos naquele município. Ele, que seria o responsável por fazer cumprir a lei, não teria realizado a matrícula obrigatória pela lei 2.034. Com a promulgação da lei dos sexagenários em 20 de setembro de 1885 e a obrigação da realização de uma nova matrícula o governo não teve como fechar os olhos para o que estava acontecendo em Milagres, pois o imposto de 1:500\$000 um conto e quinhentos mil réis sobre os escravos não havia sido cobrado. A Assembleia Provincial do Ceará prometeu não cobrar este imposto dos senhores que alforriassem seus escravos gratuitamente, mas nem todos assim fizeram. Foi quando em 1886 a ação mais enérgica do presidente de província, Dr. Enéas de Araújo Torreão conseguiu resultados absolutos no município, que foi declarado em 31 de dezembro de 1886 o último município livre do Ceará. SILVA, Pedro Alberto de Oliveira. História da escravidão no Ceará... **Op. Cit.** pp. 247-251.

⁶³² Paulo Henrique de Souza Martins discute como a questão do silenciamento histórico sobre a questão de Milagres, durante um bom tempo, afetou a produção de uma memória sobre a abolição na província do Ceará. Ao fazer uma interpretação diferente da de Paulo Martins, sem entrar no mérito da discussão acerca da memória e das narrativas sobre a abolição, acreditamos que o acontecimento do 25 de março de 1884 foi visto como uma das principais conquistas do movimento abolicionista da época, uma das maiores vitórias contra o sistema escravista naquele momento. Algo que não só mudou a posição de milhares de pessoas – vários senhores passaram a alforriar seus escravos, com condições, temendo uma possível evasão em massa das suas propriedades - como acelerou o processo de abolição no país – pois vários escravos se aproveitariam da situação e fugiram para o Ceará -, como também confirmam diversos historiadores. Os libertadores cearenses procuraram fazer da comemoração um “grande regozijo popular”, oferecendo um grande jantar a pessoas indigentes, presos e pobres, segundo José Correia do Amaral contou a Nabuco. **FUNDAJ**. Correspondências de Joaquim Nabuco. Doc. 6526. Carta de José Correia do Amaral a Joaquim Nabuco. Ceará, 22 de março de 1884. MARTINS, Paulo Henrique de Souza. **Escravidão, Abolição e Pós-Abolição no Ceará: sobre histórias, memórias e narrativas dos últimos escravos e seus descendentes no Sertão cearense**. Dissertação de mestrado. UFF, Niterói. 2012. MARTINS, Paulo Henrique de Souza. Abolição e Pós-Abolição no Ceará: sobre silêncios e memórias de uma história laureada (1881-1934). In: **SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA**, 26., 17-22 jul. 2011, São Paulo. Anais. São Paulo: Associação Nacional de História, 2011. SILVA, Pedro Alberto de Oliveira. História da escravidão no Ceará... **Op. Cit.** GIRÃO, Raimundo. A Abolição no Ceará. **Op. Cit.** 197-203. SANTOS, Maria Emília Vasconcelos dos. Antes do 13 de maio. **Op. Cit.** pp. 154-165. CASTILHO, Celso Thomas. O ‘25 de março’. **Op. Cit.**

⁶³³ **Relatório apresentado á Assembléa Legislativa do Ceará na sessão ordinária de 1881 pelo presidente da província, senador Pedro Leão Velloso**. p.48. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/166> acessado em 11 de janeiro de 2020 às 15:27.

⁶³⁴ SILVA, Pedro Alberto de Oliveira. História da escravidão no Ceará... **Op.Cit.** p. 247.

réis, em 1883, valor inferior ao imposto anual que deveria ser pago por cada pessoa escravizada (100\$000 mil réis).⁶³⁵ E, por último, pelo sentido político que os abolicionistas deram a libertação do território cearense, ao constituírem a província como um território com status de livre, que atrairia milhares de escravizados em busca de se auto-libertarem da escravidão. Os agricultores estavam certos sobre as previsões, a luta se acirrou após o 25 de março de 1884 e alguns abolicionistas optaram por mudar as estratégias, passando a erguerem a bandeira do movimento cearense de libertação de território a todo custo.⁶³⁶

Ao relatar a festa em Pernambuco, Luiz de Andrade deu destaque para uma frase que, segundo ele, foi pronunciada por João Ramos. Segundo o jornalista, o chefe do abolicionismo em Pernambuco afirmou que: “tratando-se da libertação de escravos, todos os meios são lícitos”, algo que definiria a nova fase pela qual passaria o movimento.⁶³⁷ Nabuco, que enviou cartas aos membros da *Cearense Libertadora*, resumiu o estado das coisas, afirmando, “o que o Ceará acaba de fazer não significa, por certo, ainda, o Brasil da liberdade, mas modifica tão profundamente o Brasil da escravidão, que se pode dizer que, a sua nobre província nos deu uma nova pátria.”⁶³⁸ Previu ainda que outras províncias deveriam querer imitar o exemplo cearense.⁶³⁹

Apesar de ser convidado reiterada vezes por seus amigos cearenses⁶⁴⁰, João Ramos não pôde festejar no Ceará, talvez porque teve de organizar a festa em Pernambuco. Entretanto, na fachada da *Perseverança e Porvir*, quando colocaram 12 retratos de abolicionistas, considerados os líderes da causa no Brasil e no mundo, a imagem de João Ramos estava presente.⁶⁴¹ Fulguravam, além da dele, as imagens de Lincoln, Victor Hugo, Joaquim Nabuco, Rio Branco, Pedro Pereira, Luiz Gama, João Clapp, Dr. Álvaro de Oliveira, Dr. Mello de

⁶³⁵ **Idem.** p. 243.

⁶³⁶ Segundo Maria Helena Machado, em agosto de 1884, o cidadão João Christovão Mendes Gonçalves, morador do Pari (distrito policial do Braz), queixava-se à polícia que no dia anterior às 9 horas da noite sua casa foi assaltada por 20 e tantas pessoas que aos gritos Vivão os abolicionistas, morram os escravocratas, o intimaram a trazer seus escravos, sob pena de morrer e praticarem atos de vandalismo na casa. MACHADO, Maria Helena. O Plano e o Pânico... **Op. Cit.** p.155. CONRAD, Robert. Os últimos anos da escravidão no Brasil. **Op. Cit.** pp.229-230. CASTILHO, Celso Thomas. Slave Emancipation and Transformations. **Op. Cit.** pp. 122-123.

⁶³⁷ **HDBN:** Gazeta da Tarde (RJ). 10 de abril de 1884. Nº84. p.1. Este lema, juntamente com “um por todos e todos por um”, apareceu pela primeira vez nos estatutos da Sociedade Cearense Libertadora, ditado por João Cordeiro, segundo ele mesmo, sendo escrito também numa carta, em 30 de janeiro de 1881, por Antônio Bezerra de Menezes. BEZERRA, Antônio. O Ceará e os cearenses. **Op. Cit.** pp.43-45.

⁶³⁸ GIRÃO, Raimundo. A Abolição no Ceará. **Op. Cit.** p.174.

⁶³⁹ **FUNDAJ.** Correspondência de Joaquim Nabuco. Doc. 68. Carta de Joaquim Nabuco a José Correia do Amaral. Rio de Janeiro, 23 de maio de 1884. Londres, 07 de abril de 1884.

⁶⁴⁰ Em 4 de março de 1884, Gualter R. Silva, José Correia do Amaral, A. Afonso de Albuquerque, Frederico Augusto Borges, P. Augusto Borges e Antônio Martins convidaram João Ramos para participar dos festejos no dia do “alto regozijo” abolicionista. **IAHGP.** Caixa 21. Maço 2. Doc. 827. Correspondência do João Ramos. Convite para as comemorações do 25 de março. 4 de março de 1884.

⁶⁴¹ Frederico Borges enviou uma carta ao amigo avisando sobre seu retrato. **IAHGP.** Caixa 21. Maço 2. Doc. 827. Correspondência do João Ramos. Carta de Frederico Borges a João Ramos. 3 de abril de 1884. p.1.

Oliveira, Dr. Sátiro Dias e do Dr. Antônio Pinto, todos eles rodeados dos lenços-bandeiras e iluminados pelas lanternas enviadas pelo maranhense.⁶⁴²

Gualter R. Silva lhe enviou uma nota interessante do dia da festa. Segundo ele, um “huguenote, ao ver o retrato de João Ramos, numa coluna da iluminação da *Perseverança e Porvir*, passou-lhe a mão umas poucas de vezes e o beijou a testa”.⁶⁴³ Apesar do tom paternalista, se realmente o acontecido se deu desta forma, ele pode ser visto muito mais como um sinal de gratidão, de sensibilidade, do que subserviência. Muitos das pessoas que festejaram naquela tarde haviam chegado no Ceará graças à atuação conjunta deles e dos cupins. João Cordeiro telegrafou-lhe no dia 25 de março, dizendo, “Bruto como escravo que recebe carta liberdade, só posso escrever a palavra OBRIGADO. Festa pyramidal”.⁶⁴⁴

Do Rio de Janeiro, onde as comemorações em estilo carnavalesco levaram o povo às ruas durante três dias⁶⁴⁵, escreveu Luiz de Andrade, para agradecer seu amigo por agitar o movimento no Norte. Segundo relatou, a quietação dos pernambucanos e da sua província o incomodava, afirmando que desde que havia chegado na imprensa da Corte trabalhava para recrutar os 3 ou 4 mil pernambucanos que moravam na capital para servirem à causa. Terminou a carta, revelando que escreveu, na edição do dia 10 de abril da *Gazeta da Tarde*, a frase de guerra proferida por João Ramos no dia da festa. Acreditava que a partir daquele momento o movimento entraria de vez na fase da atividade⁶⁴⁶ mas, sabia que não faltariam opositores àquela situação. Nisso estava mais do que certo.

Antônio Coelho Rodrigues⁶⁴⁷, professor de Direito Natural da Faculdade de Direito do Recife, deputado conservador e um ferrenho defensor da escravidão, durante o Segundo

⁶⁴² **HDBN**: Gazeta da Tarde (RJ). 17 de abril de 1884. Nº89. p.1.

⁶⁴³ **IAHGP**. Caixa 21. Maço 2. Doc. 827. Correspondência do João Ramos. Carta de Gualter R. Silva. 28 de março de 1884.

⁶⁴⁴ **IAHGP**. Caixa 21. Maço 2. Doc. 827. Repartição Geral dos Telegraphos. Estação do Recife, 25 de março de 1884. Procedente de Fortaleza, endereçado a Lastemio, enviado por Juarez.

⁶⁴⁵ CONRAD, Robert. Os últimos anos da escravatura. **Op. Cit.** pp. 234-240.

⁶⁴⁶ **IAHGP**. Caixa 21. Maço 2. Doc. 827. Correspondência do João Ramos. Carta de Luiz de Andrade a João Ramos. 11 de abril de 1884.

⁶⁴⁷ Antônio Coelho Rodrigues nasceu em Teresina em 4 de abril de 1846, filho de Manuel Rodrigues Coelho e de Ana Joaquina de Sousa. Ingressou na Faculdade de Direito do Recife em 1862 e bacharelou-se em 1866. Nesse mesmo ano retornou a Teresina e fundou o jornal O Piauí, órgão do Partido Conservador. Em 1867 concorreu a uma vaga na Assembleia Provincial do Piauí e não foi eleito. Dois anos depois conseguiu eleger-se deputado geral pelo Piauí na legenda do Partido Conservador, para a legislatura 1869-1872. Nesse período, em 1871, tornou-se também professor substituto da faculdade em que estudara. Foi eleito deputado provincial no Piauí em 1874, e em 1878 tornou-se catedrático de direito natural da Faculdade de Direito do Recife, além de participar do Congresso Agrícola realizado nessa cidade. Também nesse ano, foi novamente eleito deputado geral. Em 1881 começou a participar nas discussões políticas que propunham reformular o Código Civil e conseguiu destaque junto aos políticos da época. Voltou a exercer o mandato de deputado geral de 1886 a 1889. Voltou à vida política em 1893, quando se tornou senador pelo Piauí na vaga aberta com a morte do então senador Teodoro Alves Pacheco. No Senado, fez parte da Comissão de Constituição e Justiça. Em 1896, ao fim de seu mandato, tentou se reeleger e não teve êxito. Durante a presidência de Campos Sales (1898-1902), disputou com Clóvis Beviláqua a elaboração

Reinado, publicou um livro para criticar a “inércia” do Gabinete Liberal Lafayette à respeito do progresso abolicionista, no ano de 1884.⁶⁴⁸ O livro foi uma compilação de sete cartas que enviou para D. Pedro II e publicou no *Jornal do Comércio* (RJ) e no *Diário do Brasil* (RJ).⁶⁴⁹ O conteúdo das cartas, escritas entre abril e julho de 1884, dizia respeito aos interesses da lavoura e entrava em defesa da propriedade senhorial. Para Coelho Rodrigues, a situação atual era uma prova da falta de respeito com os agricultores.⁶⁵⁰ Numa carta, enviada ao Imperador e escrita no 7 de maio de 1884, Rodrigues relatou alguns acontecimentos recentes que, na visão dele, eram consequências diretas da libertação total no Ceará. Afirmou que estando ausente de sua fazenda apareceu um

emissário da propaganda a missionar meus escravos, anunciando-lhes o advento da liberdade e aconselhando-os a emigrarem para a terra da luz, onde poderiam vagar tranquilos pelas ruas da capital, e ficar muito mais à vontade do que no quilombo vizinho, para onde estava fugindo. [sic]⁶⁵¹

Segundo ele, ao retornar com o dinheiro das passagens de trem, para buscar os quilombolas, que haviam sido convencidos, o emissário se deparou com uma situação complicada, outros tantos escravos estavam esperando para seguir viagem. Mas o dinheiro não dava pra todo mundo. O recurso das passagens, segundo Coelho Rodrigues, havia sido proveniente das “Kermesses” [sic], que os abolicionistas haviam feito no dia 25 de março de 1884, na capital do Império. Acusava-os de estarem repartindo estas arrecadações entre si, afirmando que “até um amigo ausente, que lá anda pela Europa, nadando em saques, a dar jantares opíparos e receber ovações estrondosas” garantia sua parte na “divisão do bolo”.⁶⁵²

do novo projeto de Código Civil, e posteriormente debateu o novo código na Câmara dos Deputados. Antônio Coelho Rodrigues foi o responsável pela elaboração da lei que introduziu o casamento civil no Brasil (Decreto 181, de 24 de janeiro de 1890). Destacam-se, além do Projeto de Código Civil, as seguintes obras de sua autoria: “Da República na América do Sul e o Manual do súdito fiel e outros escritos menores”. BEVILAQUA, Clóvis. História da Faculdade. **Op. Cit.** FILHO, Venceslau Tavares Costa. Antônio Coelho Rodrigues: um súdito fiel? Ruptura e continuidade na transição da monarquia para a república no Brasil. **Revista de Informação Legislativa**. Brasília. Ano 51, nº203. Jul/Set 2014. Senado Federal: Secretaria de editoração e publicações. Disponível em: https://www.academia.edu/9725926/Ant%C3%B4nio_Coelho_Rodrigues_um_s%C3%BAdito_fiel_Ruptura_e_continuidade_na_transi%C3%A7%C3%A3o_da_monarquia_para_a_rep%C3%BAblica_no_Brasil acessado em 24 de janeiro de 2020 às 12:29.

⁶⁴⁸ Gabinete Lafayette (liberal); governou de 24 de maio de 1883 a 4 de junho de 1884. Aceitou a proibição do tráfico entre as províncias e propôs para o imposto de transmissão a irrisória taxa de 500 réis por cabeça. Osório Duque Estrada. A Abolição. **Op. Cit.** p.75-76.

⁶⁴⁹ RODRIGUES, Antônio Coelho. **Manual do súdito fiel, ou Cartas de um lavrador a sua Magestade o Imperador sobre a questão do elemento servil**. Rio de Janeiro: Typ. e Lith. de Moreira, Maximino & C., 1884. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/179443> acessado em 24 de janeiro de 2020 às 11:51.

⁶⁵⁰ Coelho Rodrigues chega a considerar a escravidão como a “irmã gêmea da Monarquia no continente americano”. Para ele, assim que a abolição da escravidão fosse aprovada a Monarquia chegaria ao fim. P. 108.

⁶⁵¹ O quilombo vizinho certamente era o do Leblon, formado e sustentado por membros ligados à Confederação Abolicionista. RODRIGUES, Antônio Coelho. Manual do súdito fiel. **Op. Cit.** p.16.

⁶⁵² **Idem.** p.17.

Falava de José do Patrocínio, que estava em missão abolicionista na Europa.⁶⁵³ Não encontrando condições financeiras suficientes para realizar sua tarefa, “a confederação ou o emissário” voltou sugerindo outro meio de se libertarem. Segundo o “jurista-fazendeiro”, o incendiário estava aconselhando os escravos a assassinares não só o feitor como sua família, para depois apresentarem-se as autoridades confessando o crime na expectativa de serem enviados à Ilha de Fernando de Noronha. Lá, esperariam os “outros para tomarem conta da ilha e formarem uma república igual a de São Domingos.”⁶⁵⁴ Ideia que só não foi posta em prática devido a denúncia que fizeram dois dos escravos “mais velhos e melhores”. Após receber um telégrafo informando a situação, Coelho Rodrigues voltou para sua fazenda a tempo de evitar a “catástrofe” e de “prender o missionário”, que foi solto pelo juiz. Saindo impune e sendo defendido pela justiça, para ele, o abolicionista só causaria mais desordens.⁶⁵⁵

Podemos ver, pelo discurso de Rodrigues, o desespero da elite senhorial, que entendia o movimento abolicionista naquele momento como um movimento perturbador da ordem social. O professor de Direito chegou a cogitar que os abolicionistas tinham a ideia de se juntar com os escravos fugidos para formar, em Fernando de Noronha, uma república como a do Haiti. O medo das revoltas escravas e do auxílio que os homens livres estavam dando aos escravizados foi potencializado após as festas do Ceará, tornando-se uma constante até o fim da escravidão e nas previsões, que os senhores de escravos faziam para o Brasil, depois da abolição.

O “súbdito fiel” [sic], como se auto intitulou, criticou a ação do Gabinete Liberal, chefiado por Lafayette, de enviar, em nome do Imperador, telegramas felicitando a emancipação dos escravos de uma província, com justificativas de terem guardado “o respeito devido a lei e a propriedade.” Este telegrama foi reproduzido na *Gazeta de Notícias* (RJ), no dia 22 de abril de 1884.⁶⁵⁶ Na verdade, ao receber informações sobre as festas do Ceará, Lafayette enviou um agradecimento, em nome de D. Pedro II, informando que “se associava de

⁶⁵³ Em 25 de março de 1884, quando a libertação total do Ceará foi confirmada Patrocínio estava fora do país. Na Corte a Confederação Abolicionista organizava no mesmo dia diversas comemorações, que ficaram conhecidas como Kermesses. Na capital francesa José do Patrocínio organizou um banquete para cerca de trinta importantes representantes políticos e jornalistas que, segundo ele, “trabalhavam pela extinção do cativo em todo mundo”. O abolicionista só retornou ao Rio de Janeiro no dia 23 de maio de 1884, outro dia de festas. Segundo divulgaram os seus amigos na *Gazeta da Tarde*, Patrocínio não só encontrou “o movimento abolicionista muito animado”, como poderia estar mais tranquilo acerca da “temível conspiração que contra ele se urdia”. Algo que pelo visto não condizia com a realidade da crítica feita pelo “súbdito fiel”. José do Patrocínio. **HDBN**: “Banquete comemorativo da libertação do Ceará”, *Gazeta da Tarde*, 19 de abril de 1884. **HDBN**: “José do Patrocínio”, *Gazeta da Tarde*, 24 de maio de 1884. **HDBN**: “A festa nacional de 25 de março”, *Gazeta da Tarde*, 13 de março de 1884. FERREIRA. Lusirene Celestino, “**Cruzando o Atlântico: os ecos da abolição do Ceará no mundo atlântico (1884)**”, in *XIII Encontro de História da Anpuh-Rio, Identidades* (Rio de Janeiro: Anpuh, 2008), p. 1-2.

⁶⁵⁴ RODRIGUES, Antonio Coelho. Manual do súbdito fiel. **Op. Cit.** p.18.

⁶⁵⁵ **Ibidem.**

⁶⁵⁶ **HDBN**: *Gazeta de Notícias*. 22 de abril de 1884.

coração a todos os esforços em prol da emancipação dentro das raias da legalidade.”⁶⁵⁷ Ao que, Coelho Rodrigues contestou, pois, em sua visão, a libertação do Ceará só foi possível devido às diversas práticas rasteiras e ilegais, ou quando legais, devido a utilização do Estado de forma prejudicial aos proprietários de escravos.⁶⁵⁸

Para ele, não foram as ações dos jangadeiros, nos dias 27, 30 e 31 de janeiro de 1881, o motivo da depreciação da propriedade escrava. Antes disso, foram os impostos proibitivos do Sul que fizeram cessar o traslado de pessoas. Em resposta a essas medidas, os “traficantes do norte se vingaram dos seus fregueses, depreciando, graças a boa vontade do governo de V. M. Imperial, o mesmo gênero, que lhes havia vendido.”⁶⁵⁹ A aprovação do imposto anual de 100\$000 mil réis por escravo, numa província onde os escravos chegavam a valer até 50\$000 mil réis, significou “o desaparecimento dessa propriedade comida pelo imposto”.⁶⁶⁰ Cabe salientar que, a desvalorização da propriedade escrava, no ano da abolição do Ceará, levou até mesmo o Banco do Brasil a recusar empréstimos aos senhores que queriam dar como garantias os seus escravizados, diminuindo o poder de crédito dos plantadores não só na província nortista, como em todo o Império.⁶⁶¹

Mas, segundo Rodrigues, não só o imposto excessivo pôs fim a escravidão no Ceará, “o furto e o terror, espalhado e mantido pelos abolicionistas, postos fora e acima da lei, com a mais pública tolerância do governo”, também tinha sua parcela enorme de culpa. Bastava o Imperador ler os informes sobre a festa de libertação que apareceram na *Gazeta de Notícias*, do dia 17 de abril de 1884,⁶⁶² para ver figurando como heróis do Ceará homens como “Isaac do Amaral e Antônio Bezerra, os terríveis ladrões de negros, e José Marrocos, o autor dos boletins incendiários, que punham a cidade inteira em movimento!”⁶⁶³ A fama dos abolicionistas vinculados à *Cearense Libertadora* e ao jornal *Libertador* ecoavam no meio senhorial-escravista de Norte a Sul. Portanto, na visão dele, era falso que a abolição naquela província tivesse acontecido dentro das “raias da legalidade”, como afirmou o Ministro do Império em nome do Imperador.⁶⁶⁴ A província havia sido convertida em território de asilo e estava cheia de escravos de todo o Império, “inclusive de muitos embarcados aqui mesmo, com sciencia e talvez auxílio da polícia.” [sic]⁶⁶⁵

⁶⁵⁷ RODRIGUES, Antonio Coelho. Manual do súbdito fiel. **Op. Cit.** p.18.

⁶⁵⁸ **Idem.** pp. 18-19.

⁶⁵⁹ **Idem.** p. 19.

⁶⁶⁰ **Idem.** p. 21.

⁶⁶¹ SCHULZ, John. A crise financeira da Abolição. **Op. Cit.** p.137.

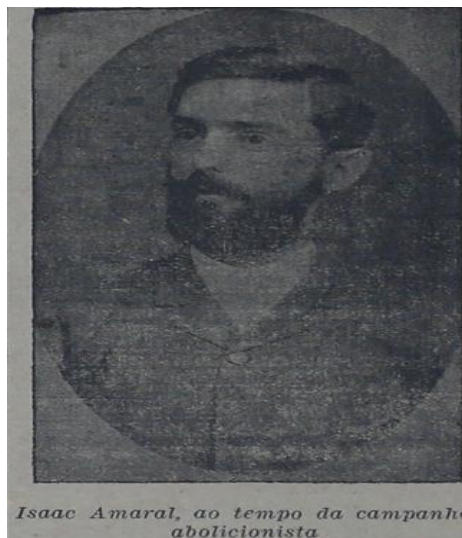
⁶⁶² **HDBN:** Gazeta de Notícias. 17 de abril de 1884.

⁶⁶³ **Idem.**

⁶⁶⁴ RODRIGUES, Antonio Coelho. Manual do súbdito fiel. **Op. Cit.** pp. 19-22.

⁶⁶⁵ **Idem.** p. 22.

Imagem 10: Isaac do Amaral



Fonte: Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico) O Nordeste (CE). 9 de janeiro de 1933. Nº3218. p.1.

Segundo o lastimável senhor, o que seria motivo de guerra contra qualquer nação, “era tolerado e aplaudido pelo governo, considerado legítimo e eficaz na terra da luz e da desordem.”⁶⁶⁶ Ao concluir, afirmou que “não é a ausência de elemento servil o que há no Ceará, é a ausência completa da lei.” Culpa de uma “satyra incarnada e ambulante, que já satyrisou a província inteira com sua inércia e cumplicidade e continua satyrisando todas as nações do direito, do decoro e do bom senso público”. [sic]⁶⁶⁷ O conservador, por não poder atacar diretamente o Imperador, desferia sua retórica contra os representantes liberais, que estavam no poder naquele determinado momento. Lafayette (Chefe ministerial) e Sátiro Dias (presidente da província do Ceará). Além disso, acusou as ações dos “abolicionistas incendiários”, tanto os da *Confederação Abolicionista* quanto os da *Cearense Libertadora*. Os primeiros, segundo ele, além de roubar escravos incentivavam revoltas e assassinatos, enviando os escravos para os quilombos do Rio ou para o Ceará. Os segundos, haviam conseguido a libertação no Ceará furtando escravos e convencendo os senhores, através do medo, de que a abolição era necessária. Ambos os grupos estavam interligados e ele procurava dar provas de que sabia do complô contra a vida e as fazendas dos agricultores, atizando o medo senhorial, citando inclusive o exemplo do Haiti.

De volta a Pernambuco, o envolvimento de João Ramos com o envio de escravos fugidos para o Ceará trouxe algumas consequências negativas para o abolicionista. Em 4 de

⁶⁶⁶ **Ibidem.**

⁶⁶⁷ **Idem.** p.23.

abril de 1884, poucos dias após as comemorações do 25 de março em Pernambuco e no Ceará, João Ramos retomou o envio de escravos fugidos. Saíram de Pernambuco, na *barcaça Apody*,⁶⁶⁸ com destino a Mossoró, 27 pessoas, que foram devidamente listadas. Provavelmente, o destino final era o Ceará. O que sabemos a partir da lista é que foram enviados 21 homens e 6 mulheres. O inverso do que acontecia com as alforrias compradas, onde as mulheres apareciam em maior número.⁶⁶⁹ Alguns fatores contribuíam para esta inversão, como por exemplo, a maternidade. Fugir com filhos não era fácil, segundo João Reis e Eduardo Silva, a perspectiva de abandonar os filhos não deveria estar nos planos das mães, que conheciam a crueldade do cativo.⁶⁷⁰ Para Márcia Amantino, a maternidade era um dos principais fatores da diminuição de fugas femininas.⁶⁷¹ Homens sozinhos, segundo Richard Graham, “sempre tiveram menos a perder por sua resistência ativa”.⁶⁷² Essa questão também se reflete nos dados sobre a condição civil dos fugitivos. 25 pessoas que fugiram eram solteiras, apenas um casal. Inclusive, este casal fugiu e viajaram juntos. Severina (preta de 32 anos) e Severino (preto de 56 anos), ambos propriedade do senhor João Francisco, senhor do engenho Diamante, localizado em Nazaré, não se abandonaram na hora da fuga. Apesar disso não significar que estes fugitivos não tivessem relações sociais bem estabelecidas com outras pessoas livres ou cativas, podemos ver que homens solteiros fugiam com mais frequência. Não ter filhos e/ou parceiras poderia facilitar na hora de decidir se aventurar até uma possível liberdade, que poderia representar, para muitos, o desconhecido e a insegurança.

Dos 27 embarcados, seis foram remetidos diretamente por José Mariano, que enviou cartas pedindo o auxílio de Ramos no negócio, como vimos.⁶⁷³ O “documento de embarque” descreve nome, cor, idade, condição civil, proprietário, município e engenho de onde haviam

⁶⁶⁸ A barcaça Apody fazia o traslado de mercadorias para Mossoró e para Natal desde pelo menos o ano de 1883. Jornal do Recife. 29 de setembro de 1883. Nº224. p.3. **HDBN**: Diário de Pernambuco. 27 de julho de 1883. Nº171. p.4. No dia 17 de janeiro de 1884 um aviso de saída da barcaça Apody para Mossoró dizia que parte do seu carregamento já havia sido contratado e quem quisesse contratar a carga restante procurasse o mestre da barcaça para tratar do assunto. **HDBN**: Jornal do Recife. 17 de janeiro de 1884. Nº14. p.3.

⁶⁶⁹ Como vimos, as maiores beneficiadas pelas libertações, que passavam pelo Fundo de Emancipação, ou pelas sociedades abolicionistas eram as mulheres. Já ao analisarmos uma amostra de 320 escravos fugidos, entre os anos de 1850 e 1870, notamos a superioridade de fugas masculinas (253) em relação as femininas (63). SOUZA, Arthur Danilo Castelo Branco de. **CARAPUÇA A QUEM SERVIR: Fugas, roubos e tráfico de escravos no Pernambuco Imperial (1850-1873)**. Dissertação de mestrado. Recife, UFPE. 2019. p.22. CASTILHO, Celso. COWLING, Camillia. **BANCANDO A LIBERDADE**. Op. Cit. pp.164 e 177.

⁶⁷⁰ REIS, João José. SILVA, Eduardo. **Negociação e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 76.

⁶⁷¹ AMANTINO, Márcia. **O Mundo dos Fugitivos: Rio de Janeiro na Segunda Metade do Século XIX**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em História Social, 1996, pp. 174-176.

⁶⁷² GRAHAM, Richard. Nos tumbeiros mais uma vez: o comércio interprovincial de escravos. **Afro-Ásia**, n. 27, 2002. p. 153.

⁶⁷³ **IAHGP**. Caixa 21. Maço 2. Doc. 827. Correspondência do João Ramos. Carta de José Mariano a João Ramos. 20 de fevereiro de 1884.

fugido, informando ainda os ofícios. Quase todos eram pretos (25), apenas duas pessoas foram registradas como cabras. Outro dado que nos chama a atenção é a jovialidade das pessoas em fuga. Quinze deles estavam dentro da faixa dos 20 anos de idade.⁶⁷⁴ Miguel (16 anos), Zacharias (15 anos), João (15 anos), Bemvinda (16 anos) e Rosa (17 anos) não haviam nem mesmo completado duas décadas. Quatro estavam dentro da casa dos 30, Pascoal (33 anos), Samuel (35 anos), Severina (32 anos) e Floriano (35 anos) e apenas dois eram mais velhos, José com 40 anos e Severino com 56 anos. Uma das fugitivas, Ponciana, não teve sua idade registrada.⁶⁷⁵

Acreditamos que boa parte desses escravizados, em sua maioria homens jovens, foram remetidos a José Correia do Amaral, ficando ele incumbido de arranjar emprego para os fugitivos no Ceará, como podemos entender a partir das suas correspondências.⁶⁷⁶ As ocupações dos fugitivos foram registradas no documento, talvez para dar uma noção de onde poderiam ser empregados, no campo ou nas cidades, em casa ou nas ruas. Dez homens apareceram como “trabalhadores do campo”, cinco como carreiros, um vaqueiro e um estribeiro, todos associados a serviços agrícolas, fugidos de engenhos na Zona da Mata pernambucana. Apenas uma mulher, Inocência, de 20 anos, escrava de João, morador na rua Imperial, foi declarada como lavadeira e fugiu da zona urbana.⁶⁷⁷

Podemos inferir, a partir da análise desse documento, que a tática empregada pelos abolicionistas era tentar alforriar os escravizados das áreas urbanas, de senhores mais próximos e mais bem relacionados com os membros das associações emancipadoras, indenizando-os. Depois disso, procurariam acoitar e remeter para o Ceará os fugitivos das zonas rurais, combatendo os proprietários mais renitentes com estratégias mais “radicais”.

Como afirmamos, a maior parte dos fugitivos, 24 pessoas, fugiram de engenhos localizados na Zona da Mata pernambucana. Enquanto Inocência fugiu da casa do seu senhor, na rua Imperial (Recife), não sabemos o local de onde Ponciana e Alexandra fugiram. A operação deve ter sido muito organizada. A logística, a acomodação, a alimentação, o cuidado com todo mundo, eram tarefas para mais de uma ou duas pessoas, levando em consideração que os fugitivos estavam acoitados há algum tempo. Conseguimos perceber isso tanto pelas

⁶⁷⁴ Olegário (20 anos), Anselmo (27 anos), Clementino (25 anos), Herculano (20 anos), João (20 anos), Francisco (22 anos), Antônio José (21 anos), Vicente (28 anos), João (24 anos), Inocência (20 anos), Severino (22 anos) e Joaquim (26 anos). **IAHGP**. Caixa 21. Maço 2. Doc. 827. Escravos embarcados na barçaça Apody no dia 04 de abril de 1884. 1ª e 2ª Folhas.

⁶⁷⁵ **IAHGP**. Caixa 21. Maço 2. Doc. 827. Escravos embarcados na barçaça Apody no dia 04 de abril de 1884. Folha 1º e 2ª folhas.

⁶⁷⁶ **IAHGP**. Caixa 21. Maço 2. Doc. 827. Correspondência do João Ramos. Carta de José Correia do Amaral a João Ramos. 21 de fevereiro de 1884.

⁶⁷⁷ **IAHGP**. Caixa 21. Maço 2. Doc. 827. Escravos embarcados na barçaça Apody no dia 04 de abril de 1884. Folha 1 verso e 2 verso.

cartas de João Cordeiro, pedindo a Ramos que esperasse a festa passar para voltar a enviar escravos fugidos, quanto pela carta de José Mariano, de fevereiro de 1884, pedindo para ele embarcar os seis cativos, que só seguiram viajar no dia 04 de abril de 1884.⁶⁷⁸

Tratando-se dos senhores, os mais lesados foram Francisco Gonçalves Carneiro e João Francisco Cavalcante. Carneiro, senhor do engenho Macaco, localizado na freguesia de Nazaré,⁶⁷⁹ perdeu de uma só vez: Anselmo, Herculano, Miguel, João e Severino, cinco trabalhadores do campo. Francisco Cavalcante, senhor do engenho Diamante, também localizado em Nazaré⁶⁸⁰, perdeu por igual. Foram cinco fugitivos: Zacharias, Bemvinda, Rosa, Severina e Severino.⁶⁸¹

Do engenho Regalado, em Pau Ferro, fugiu Olegário, escravo do senhor João Carneiro Leitão Mello.⁶⁸² D. Isabel Gadelha, que perdeu o marido, Manoel Cavalcante de Albuquerque Gadelha, em 1883, perdeu também o escravo Vicente, do engenho Jaguaribe em Igarassú. Vale salientar que a senhora Gadelha estava passando por problemas financeiros, devido a morte do seu cônjuge, e por isso estava tentando vender o engenho. Ou seja, a perda de Vicente, um carreiro de 28 anos, deve ter feito falta.⁶⁸³ Do engenho Jacaré, também localizado na comarca de Nazaré, as fugas pareciam não ser algo raro.

Em 1880, o senhor Joaquim Manoel da Mota Silveira, proprietário do engenho, anunciava a fuga de seu escravo, Benedito Orobó, que fugiu quando estava sendo levado de volta ao engenho. Silveira acreditava que ele havia se ocultado, como retirante, em alguma propriedade da mata sul, por ter fugido perto de Vitória de Santo Antão.⁶⁸⁴ Aos 42 anos, “Benedito era muito dado a aguardente e a raparigas, mas também era muito bom trabalhador”. Por isso, ofereceu 100\$000 mil réis de gratificação a quem o recuperasse.⁶⁸⁵ Em 1884, ele perdeu o escravo José, de 40 anos, também trabalhador do campo, só que, desta vez, o senhor não acharia este acoitado em algum engenho de Pernambuco, se o quisesse de volta, teria que ir atrás dele no Rio Grande do Norte ou no Ceará. Os cupins estavam agindo pesado numa das áreas de maior densidade demográfica escrava de Pernambuco. Nazaré, na Zona da Mata Norte,

⁶⁷⁸ IAHGP. Caixa 21. Maço 2. Doc. 827. Correspondência do João Ramos. Carta de João Cordeiro a João Ramos. 14 de março de 1884. **IAHGP**. Caixa 21. Maço 2. Doc. 827. Correspondência do João Ramos. Carta de José Mariano a João Ramos. 20 de fevereiro de 1884.

⁶⁷⁹ **HDBN**: Almanak: Administrativo, Mercantil, Industrial e Agrícola da Província de Pernambuco para o anno de 1881. Recife. Typographia Mercantil. p.250.

⁶⁸⁰ **HDBN**: Jornal do Recife. 4 de fevereiro de 1886. N°27. p.2

⁶⁸¹ **IAHGP**. Caixa 21. Maço 2. Doc. 827. Escravos embarcados na barçaça Apody no dia 04 de abril de 1884. Folha 1a e 2ª.

⁶⁸² **HDBN**: Jornal do Recife. 28 de abril de 1882. N°96. p.2.

⁶⁸³ **HDBN**: Diário de Pernambuco. 27 de setembro de 1883. N°222. p.6.

⁶⁸⁴ **HDBN**: Diário de Pernambuco. 16 de junho de 1880. N°137. p.5.

⁶⁸⁵ **Idem**.

registrou em 1872, o maior número de cativos da província, 5.616 escravos, possuindo a comarca mais escravos do que a cidade da Escada (4.050).⁶⁸⁶

O Dr. Bento José da Costa Júnior, senhor do engenho Salgado em Ipojuca⁶⁸⁷, perdeu o escravo Floriano, de 35 anos. Esse senhor era filho de afamado traficante de escravos de Pernambuco, Bento José da Costa (pai). Essa família de senhores-trafficantes de escravos detinha um dos melhores portos naturais da província e terras muito valiosas em Porto de Galinhas, onde ficava localizado o engenho Salgado.⁶⁸⁸ Bento da Costa (pai), segundo Amanda Barlavento, era um dos maiores traficantes de escravos da província, comercializando com gente desde pelo menos o final do século XVIII, tendo até mesmo o próprio Bento José da Costa Júnior se envolvido com o negócio, na primeira metade do século.⁶⁸⁹

Segundo Marcus de Carvalho e Aline de Biase, que estudaram a participação da família de Bento José da Costa no tráfico de escravos em Pernambuco, só o engenho Salgado valia, em 1849, mais de 140 contos.⁶⁹⁰ Alfredo de Andrade Paes Barreto, senhor do engenho Uchoa no Barro, escrivão de polícia⁶⁹¹, perdeu seu escravo Samuel. Os abolicionistas cobriram as fugas de escravizados por uma vasta área da Província, desde a Mata Sul, em menor escala, passando pela região urbana do Recife até a Zona da Mata Norte, mexendo não somente com pequenos proprietários, mas com senhores poderosos na província desde tempos coloniais, personalidades que não eram tão afetadas pelo poder do Estado, pois, muitas, eram o próprio Estado nas suas comarcas.⁶⁹²

⁶⁸⁶ Quando da distribuição das quotas de libertação pelo Fundo Geral em Pernambuco, os municípios que mais receberam recursos foram respectivamente: Recife, Escada, Nazareth, Cabo, Ipojuca, Goiana, Palmares e Vitória. Tirando o Recife, estes municípios concentravam boa parte da mão de obra escravizada da província, utilizada majoritariamente nas lavouras. HDBN: Diário de Pernambuco. 10 de abril de 1886. Nº82. p.1. Recenseamento do Brasil em 1872, disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=225477&view=detalhes> Acessado em 14 de janeiro de 2020 às 14:00.

⁶⁸⁷ HDBN: Almanak: Administrativo, Mercantil, Industrial e Agrícola da Província de Pernambuco para o anno de 1881. Recife. Typographia Mercantil. p. 365.

⁶⁸⁸ Bento José da Costa Júnior era filho de D. Emília Júlia Pires Ferreira da Costa e Bento José da Costa. Sua irmã, Izabel Maria da Costa Ramos, casou-se com outro grande traficante de escravos de Pernambuco, José de Oliveira Ramos, que também chegou a ser proprietário do engenho Salgado na década de 1840. No inventário de Izabel da Costa Ramos, o patrimônio do casal foi avaliado em 633 contos de réis, incluindo os mais de 140 contos pelo engenho. BIASE, Aline Emanuelle de. CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de. Os desembarques de cativos africanos e as rotinas médicas no Porto do Recife antes de 1831. **Almanack**. Guarulhos, 2016. n.12, p.56. HDBN: Jornal do Recife. 18 de janeiro de 1871. Nº14. p.3.

⁶⁸⁹ Segundo Amanda Barlavento, Bento José da Costa pai comercializava com escravos desde o final do século XVIII. O próprio Bento José da Costa Júnior participou do tráfico junto com o pai e outros negociantes da praça do Recife como, Elias Coelho Cintra, José Ramos de Oliveira, Francisco Antônio de Oliveira. GOMES, Amanda Barlavento. **A TRAJETÓRIA DE VIDA DO BARÃO DE BEBERIBE, UM TRAFICANTE DE ESCRAVOS NO IMPÉRIO DO BRASIL (1820 – 1855)**. Dissertação de mestrado. UFPE. Recife, 2016. pp. 30 e 88.

⁶⁹⁰ BIASE, Aline Emanuelle de. CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de. **Op. Cit.** p.56.

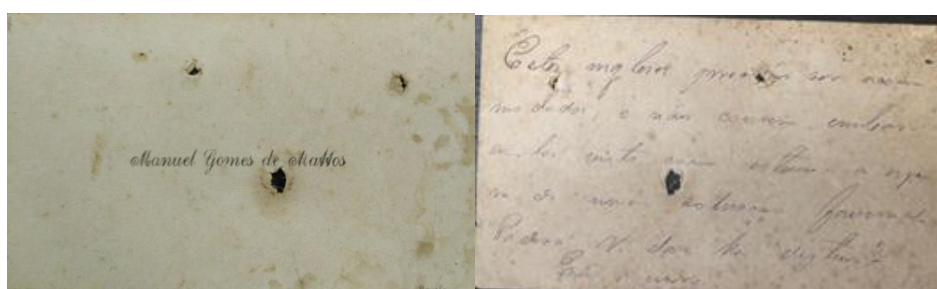
⁶⁹¹ HDBN: Jornal do Recife. 13 de outubro de 1886. Nº235. p.1.

⁶⁹² **IAHGP**. Caixa 21. Maço 2. Doc. 827. Escravos embarcados na barçaça Apody no dia 04 de abril de 1884. Folha 1a e 2ª.

Ao que parece, alguns destes papéis vieram à tona e João Ramos foi censurado por membros da *SNE* e da *CCER* por ter deixado explícito que andava acoitando e enviando escravos para o Ceará. Tanto os senhores quanto alguns emancipadores, que não queriam se envolver com as vias ilegais, deram provas de que sabiam do envolvimento dele com as fugas dos escravos. Mexer com gente grande trouxe algumas consequências. Não encontramos a acusação direta de Gomes de Mattos, mas, segundo Carneiro Vilela supôs e historiadores como Celso Castilho repetiram, foi este representante do comércio, defensor da legalidade de suas ações, quem chamou Ramos de “o intemerato ladrão de escravos” e afirmou que ele estava “manchando as atividades das associações emancipadoras, com sua ação inconveniente.”⁶⁹³

Sabemos que Gomes de Mattos não mudou muito de opinião quanto auxiliar os escravos a fugir. Encontramos na documentação dos cupins um cartãozinho do comerciante, sem data, comunicando a João Ramos que, “estes ingleses precisam ser encomendados, e não convém embarcá-los visto estarem a espera de uma solução favorável” [sic], perguntava, “poderá v. dar-lhes destino? Eu espero.”⁶⁹⁴ [sic]. Pediu ajuda a João Ramos para que eles fossem encomendados, o que pode significar tanto um auxílio para que fossem libertos pelos fundos de emancipação das associações abolicionistas - nas quais ambos tinham influência - quanto no emprego deles até que fossem resolvidas causas judiciais, por exemplo. Gomes de Mattos, talvez pela sua posição como representante da Associação Comercial de Pernambuco tenha optado por seguir, até o último momento, a ordem “legal” das coisas.

Imagem 11 :Cartão de Manoel Gomes de Mattos para João Ramos.



Fonte: IAHGP, Fundo CIA, Cx.21, maço 2. Cartão de Manoel Gomes de Mattos para João Ramos.

⁶⁹³ Joaquim Maria Carneiro Vilela inicia o seu artigo, publicado no ano de 1925, mas escrito em 13 de maio de 1905, com um aviso para os historiadores que se dispusessem a estudar e analisar o movimento abolicionista em Pernambuco. Para Vilela, aquele que tomasse para si a tarefa de escrever a história do movimento abolicionista em Pernambuco não poderia deixar de estudar “largamente o Club do Cupim e de fazer-lhe o merecido panegyrico, porque um dos principais factores, senão o principal d’aquelle movimento humanitário foi incontestavelmente esse Club.” Afirmou que em Pernambuco, na década de 1880, o Club do Cupim foi a primeira organização associativa a sair do campo “abstracto da propaganda tornando-se um dos principais agentes do ideal abolicionista, agente de fato, convicto.” VILELA, Joaquim Maria Carneiro O Clube do Cupim. **Op. Cit.** p.417 e 418. CASTILHO, Celso Thomas. Slave Emancipation and Transformations. **Op. Cit.** p.114.

⁶⁹⁴ IAHGP, Fundo FIA, Cx.21, maço 2. Cartão de Manoel Gomes de Mattos para João Ramos.

Nas suas memórias sobre a campanha abolicionista em Pernambuco, escrita anos depois de consumado o fato, Manoel Gomes de Mattos fez uma distinção dos seus serviços e dos de João Ramos. Segundo ele, enquanto estava “fazendo a propaganda leal, justa e honesta, tendo em vista a libertação a Província de Pernambuco, “não se tratando, então, de abolição e sim de emancipação”, João Ramos e o Cupim, “já existiam, e sem protesto pelo nosso programa, carcomia a instituição furtando escravos, que remetia para o Ceará nas barcas de Joaquim Pessoa, que nesse trabalho prestou muito e reais serviços.”⁶⁹⁵

Para Celso Castilho, reafirmando a narrativa de Vilela, João Ramos foi expulso do movimento legal (emancipacionista) por ser considerado um ladrão de escravos.⁶⁹⁶ Todavia, os fatos são outros. Ramos não chegou a ser expulso do movimento, pelo contrário, ele mesmo se demitiu, em 31 de maio de 1884. Com uma carta endereçada ao 1º secretário da SNE, Dr. Manoel Coelho dos Reis, o abolicionista avisou que resolveu se retirar do movimento, sem informar os motivos no documento.⁶⁹⁷ Também enviou um aviso informando a sua saída ao presidente da *Comissão Central Emancipadora do Recife*, seu amigo, Dr. Barros Sobrinho.⁶⁹⁸

No dia 03 de junho de 1884, um autor, que preferiu não revelar seu nome, publicou uma defesa de João Ramos e aproveitou para pedir ao abolicionista que não se afastasse do movimento de forma alguma. Segundo ele, “o arraial escravista iria exultar a retirada de Ramos do temeroso movimento abolicionista”. João Ramos se demitiu tanto da SNE quanto da CCER, provavelmente por brigas internas e para evitar que seus amigos sofressem por sua ação. Para o defensor, a saída de João Ramos “era de uma violência sem tamanho, aos sentimentos abolicionistas e a sua consciência.” Acrescentou que João Ramos poderia retirar-se da *Nova Emancipadora* e deixar de fazer parte da *Comissão Central*, se estas duas sociedades reprimiam seus ideais, porém, não deveria retirar-se do movimento abolicionista como um todo. “Não, mil vezes não”, pedia o homem. Para ele, “recordar os serviços prestados por João Ramos seria

⁶⁹⁵ MATTOS, Gomes Manoel de. A campanha abolicionista. **Op. Cit.** p.3.

⁶⁹⁶ CASTILHO, Celso Thomas. Slave Emancipation and Transformations. **Op. Cit.** p.114.

⁶⁹⁷ **IAHGP**. Caixa 21. Maço 2. Doc. 827. Correspondência do João Ramos. Carta de João Ramos ao Dr. Manoel Coelho dos Reis. 31 de maio de 1884.

⁶⁹⁸ Ficamos sabendo, por meio desse aviso de demissão, que em algum momento Ramos teria sido vinculado a Comissão Central Emancipadora do Recife. **HDBN**: Jornal do Recife. 1 de junho de 1884. Nº126. p.2. Em maio de 1884, José Correia do Amaral enviou uma carta, por intermédio de João Ramos, a Joaquim Nabuco, informando da prisão de Francisco José Alves, o fundador e presidente da Sociedade Libertadora Cabana do Pai Thomaz, de Aracaju. Segundo Amaral, Alves foi preso acusado do crime de roubar escravos e também devido as publicações na sua imprensa contra os escravagistas da região. As tensões e as perseguições após a Libertação do Ceará aumentaram e, desta forma, fazia muito sentido que João Ramos saísse, ao menos formalmente, das associações emancipadoras, até mesmo para não ver seu nome figurar na imprensa escravocrata ou para não ser preso. **FUNDAJ**. Correspondência de Joaquim Nabuco. Doc. 6534. Carta de José Correia do Amaral a Joaquim Nabuco. Fortaleza, 04 de maio de 1884.

recordar quase todos os fatos, que na atualidade, fazem honra aos abolicionistas de Pernambuco.”⁶⁹⁹

A SNE ainda sofreu outro desfalque de peso. Em junho de 1884, Adolpho Guedes Alcoforado, amigo pessoal de Ramos, pediu demissão, também devido a problemas com a direção.⁷⁰⁰ Guedes havia sido eleito vice-presidente, em 23 de abril de 1884.⁷⁰¹ Ao assumir a presidência da última reunião registrada naquele ano, em 27 de abril, Adolpho Guedes propôs a criação de uma aula primária para ingênuos e libertos, oferecendo-se para lecionar em três dias de cada semana. A proposta foi aprovada, ficando designados os dias seguintes: quintas, sextas e segundas, para terem lugar as aulas que funcionariam nesses dias às 8 horas da noite na sede da *Nova Emancipadora*.⁷⁰²

Sem o seu vice-presidente e também com a ausência de Jovino César Paes Barreto (presidente), que se ausentou por alguns meses, a SNE estava desfalcada demais para poder continuar com os seus trabalhos emancipadores.⁷⁰³ Havendo, por trás de tudo isso, interesses contrários à abolição, voltaram a se reunir somente em 8 de março de 1885, sem João Ramos e Guedes Alcoforado. O próprio Jovino Barreto fez uma exposição das dificuldades pelas quais passavam, alegando que não haviam prestado, nos últimos meses, bons serviços aos infelizes cativos, tanto pela ausência de alguns sócios quanto por “motivos imperiosos que obrigou a quase suspenderem os trabalhos da sociedade”.⁷⁰⁴ Após as festas do 25 de março, os senhores generalizavam e acusavam todos os membros das sociedades emancipadoras de ladrões de escravos, ameaçando muitos deles, perseguindo-os politicamente. O próprio Gomes de Mattos registrou que recebia, constantemente, cartas anônimas com punhais pintados e avisos de que seria metido no tronco destinado aos escravos se aparecesse em algum engenho.⁷⁰⁵

João Ramos se complicou um pouco mais com as autoridades, chegando a ser investigado, em junho de 1884, devido a um roubo de joias praticado por escravas do Coronel Sebastiano Alves. Uma parda, de nome Maria, procurou-o para tratar do embarque de uma escrava do Coronel, que desejava ir para o Ceará junto com outra moça. O abolicionista pediu, para as custas da viagem, 10\$000 mil réis a cada uma, só que, quando as fugitivas tentaram

⁶⁹⁹ **HDBN**: Jornal do Recife. 3 de junho de 1884. Nº127. p.2.

⁷⁰⁰ Ver nota 75. **IAHGP**. Caixa 21. Maço 2. Doc. 827. Pedido de Demissão Adolpho Guedes Alcoforado. 23 de junho de 1884.

⁷⁰¹ **IAHGP**. Caixa 21. Maço 2. Doc. 827. Acta da sessão ordinária em 23 de abril de 1884. Presidência do sr. Arthur de Almeida.

⁷⁰² **IAHGP**. Caixa 21. Maço 2. Doc. 827. Acta da sessão ordinária em 27 de abril de 1884. Vice presidência do Sr. Adolpho Guedes.

⁷⁰³ **IAHGP**. Caixa 21. Maço 2. Doc. 827. Pedido de licença de Jovino César Paes Barreto. 27 de junho de 1884.

⁷⁰⁴ **IAHGP**. Caixa 21. Maço 2. Doc. 827. Acta da Assembleia Geral da Sociedade Nova Emancipadora em 8 de março de 1885. Presidência do sr. Juvino Barreto.

⁷⁰⁵ **MATTOS**, Gomes Manoel de. A campanha abolicionista em Pernambuco. **Op. Cit.** p.3.

pagar o valor das passagens em joias, João Ramos não aceitou, pois havia sido informado que o pagamento era fruto de um roubo. A parda Maria, como que para se limpar, pagou as passagens e devolveu as joias para sua dona, a preta Olância. Quando confrontado pelas autoridades se havia embarcado as ladras, Ramos jurou que não tinha feito e Maria testemunhou em seu favor, sendo ambos absolvidos.⁷⁰⁶

Esse caso, que se tornou público, colocou João Ramos ainda mais em maus lençóis e na mira dos senhores de escravos, que certamente ficaram revoltados com suas ações e com seu envolvimento no “roubo de escravos”. Através do processo conseguimos enxergar também a rede de solidariedade que os escravizados mantinham para concretizarem seus planos de fuga, interconectando experiências e até se aproveitando dos homens livres para isso. Provavelmente, devido a estes casos públicos de envolvimento com o roubo, acoitamento, fugas, enfim, com tudo que era considerado perigoso pelos emancipadores e senhores, João Ramos preferiu se afastar oficialmente, ao menos por um tempo, das associações emancipadoras.

Todavia, sua saída não representou o abandono das atividades extralegais, pelo contrário, o movimento subterrâneo se fortaleceu ainda mais, pois, a partir da segunda metade de 1884, o Cupim foi oficializado e expandiu suas atividades. O próprio José Correia do Amaral escreveu a João Ramos para lhe encorajar, dizendo estar ciente dos motivos da sua saída e aconselhou ao amigo: “há causas que pedem mais que as leis, e conforme o que houve, talvez, só faça mais porque não tem por quem esperar.”⁷⁰⁷ Era a hora de alguns agirem de vez fora das instituições que negociavam com os senhores, que lhes pagavam indenizações, que favoreciam muitas vezes mais os algozes do que as vítimas. Porém, o contramovimento, liderado pelos senhores de escravos de Pernambuco se levantou contra os abolicionistas para combatê-los ferozmente. Ao mesmo tempo em que os abolicionistas se radicalizavam, a camada senhorial de Pernambuco passou a agir de forma radical. Organizando-se como classe no 2º Congresso Agrícola da província, os senhores de escravos mostravam que não estavam felizes com a situação abolicionista e que não deixariam as coisas acontecerem em Pernambuco como haviam acontecido no Ceará.

⁷⁰⁶ **IAHGP**. Caixa 21. Maço 2. Doc. s/n. Autos de processo, 25 de junho de 1884. Autoamento de João Ramos e da parda Maria de propriedade de Agostinho Santos sobre o roubo praticado por escravas de Coronel Sebastião Alves.

⁷⁰⁷ **IAHGP**. Caixa 21. Maço 2. Doc. 827. Correspondência do João Ramos. Carta de José Correia do Amaral a João Ramos. 19 de julho de 1884.

4.1 O 2º CONGRESSO AGRÍCOLA DO RECIFE (1884): A RESPOSTA DA LAVOURA AO “ABOLICIONISMO INTRANSIGENTE.”

Vimos parar aqui, informando aos leitores dos movimentos que precederam a formação dos Clubes da Lavoura e que incentivaram a organização do 2º Congresso Agrícola em Pernambuco, no ano de 1884. Sabemos que enquanto, o movimento emancipacionista sofria com os limites impostos pelo sistema escravista, os abolicionistas mais exaltados, considerados radicais, começaram a promover ações ilegais, expandindo sua agência e coordenando as fugas dos escravos de Norte a Sul do Império.

Em seu estudo, sobre o movimento abolicionista em Pernambuco, Celso Castilho, ao abordar a organização e os debates entre os abolicionistas e os senhores de escravos aglomerados nos Clubes da Lavoura, afirmou que as repercussões de longo prazo dos Clubes agrícolas necessitam de um estudo mais aprofundado.⁷⁰⁸ Seguindo a indicação do historiador, nesta parte do trabalho, tentaremos discutir justamente este momento de embate entre o movimento abolicionista pernambucano e os Clubes da Lavoura organizados na Província.

O movimento abolicionista “intransigente” que aglomerava, na visão dos senhores, todos os apoiadores e envolvidos com as fugas coordenadas, com as festas do 25 de março e com as tentativas de libertação do Recife, teve uma resposta imediata em julho de 1884. Os agricultores, que desde pelo menos o Congresso Agrícola de 1878 discutiam a questão da escassez da mão de obra⁷⁰⁹, levantaram-se novamente, como classe, contra o progresso abolicionista considerado destruidor para a lavoura. Essa tensão não era algo exclusivo deste ano, pois, em janeiro de 1883, como vimos, alguns agricultores, membros da SAAP, já haviam fundado o Clube da Lavoura de Escada e foram acompanhados por lideranças de diversos municípios na defesa do gradualismo e do cumprimento da lei 28 de setembro de 1871, lutando de frente contra o abolicionismo que eles chamavam de “radical”.⁷¹⁰ Criticavam os abolicionistas de Pernambuco por estarem tentando imitar os feitos do Ceará que, segundo eles, era uma província com problemas diferentes.⁷¹¹

⁷⁰⁸ CASTILHO, Celso Thomas. *Slave Emancipation and Transformations*. **Op. Cit.** p.100.

⁷⁰⁹ COSTA, Vivian Chierigati & DANTAS, Monica Duarte. O “pomposo nome de liberdade do cidadão”: tentativas de arregimentação e coerção da mão-de-obra livre no Império do Brasil. **ESTUDOS AVANÇADOS**. 30 (87), 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v30n87/0103-4014-ea-30-87-00029.pdf>. Acessado em 17/01/2020 às 12:51. CONGRESSO Agrícola do Recife, 1878. Trabalhos. Introdução de Gadiel Perruci. Recife: Fundação Estadual de Planejamento Agrícola de Pernambuco – CEPA-PE, 1978. (Edição facsimilar reproduzida do original publicado em 1879 pela Sociedade Auxiliadora da Agricultura de Pernambuco).

⁷¹⁰ CASTILHO, Celso Thomas. O ‘25 de março’. **Op. Cit.** SANTOS, Maria Emília Vasconcelos dos. Antes do 13 de maio. **Op. Cit.** pp. 154-165. EISENBERG, Peter. Modernização. **Op. Cit.** pp. 182-193.

⁷¹¹ Segundo Henrique Augusto Milet, numa representação ao governo encaminhada pela SAAP, “os desmandos abolicionistas nesta província ainda estão longe de chegar ao ponto que atingiram no Ceará, (onde, entretanto, por

Ainda no ano de 1883, 109 agricultores, membros do Clube da Lavoura de Ipojuca⁷¹², redigiram um abaixo-assinado protestando contra as autoridades provinciais por estarem,

[...]sob a pressão e ameaça dos **abolicionistas intransigentes** desta Capital, muitos dos quais não receiam dos meios mais reprovados para porem em prática os seus criminosos intentos contra a propriedade alheia. Assim é que de propósito se insinua aos escravos, que não devem mais trabalhar aos seus senhores por estarem libertos, acontecendo que muitos destes infelizes se têm apresentado às sociedades emancipadoras e os diversos advogados desta Capital, como consta pelos jornais, exigindo-lhes as suas cartas de emancipação [...] **escravos fugidos das fazendas para aí correm, contando com a proteção dos abolicionistas exaltados, que os acoitam e escondem.** Os que são reclamados pelos senhores são protegidos e animados em sua revolta por homens exaltados, quase todos desconhecidos e sem responsabilidade, que se opõem a volta dos mesmos escravos para as fazendas, incitando e amotinando o povo ignaro das ruas, os vadios e os próprios escravos [...] **toda vigilância e fiscalização pela polícia do porto do Recife, a fim de não embarcarem para fora da província escravos subtraídos a seus senhores.**⁷¹³

O Club de Escada, que já havia liderado a organização dos clubes da lavoura, utilizou-se da *Sociedade Auxiliadora da Agricultura de Pernambuco* (SAAP)⁷¹⁴ para cobrar que os seus

causa das condições especiais da produção, que ali não depende exclusivamente do elemento servil, talvez fique limitado o mal a destruição de um capital de 30,000 contos e as suas consequências) mas nem por isso deixaram de affectar sensivelmente as fontes do trabalho e prosperidade pública, baseada aqui sobre a lavoura da canna, que ainda não pode pensar o concurso dos braços cativos. O avultado número de escravos alforriados contra a vontade dos respectivos senhores, a ausência de outros, em número ainda maior, que aliciados pelos Srs. Abolicionistas deixaram o trabalho da canna para servirem a seus inculcados protectores, ou serem por eles encaminhados a nova terra da promessa, já teve produzido sensível desfalque nas fábricas dos engenhos, ao mesmo tempo, os ataques diariamente produzidos contra o direito dos proprietários de escravos, nas folhas e conferências públicas, onde pessoas altamente colocadas chegaram a reclamar a emancipação imediata e sem indenização, e onde se aconselha a violação das leis e a própria insurreição, têm feito como que não possa mais o agricultor contar com os braços que ainda lhe deixaram, reine a indisciplina nas fábricas; não seja mais possível obter delas a somma de trabalho necessária a manutenção das explorações agrícolas e muitas destas se achem a bem dizer paralisadas.” [sic] **HDBN**: Diário de Pernambuco. 16 de julho de 1884. Nº164. p.2.

⁷¹² Ver também: GOUVÊA, Fernando da Cruz. **Op. cit.**, p.270. Sobre essa função do Clube da Lavoura, ver HOFFNAGEL, Marc Jay. O Partido Liberal de Pernambuco e a questão abolicionista, 1880-88. **Clio: revista de pesquisa histórica**, Recife, n. 23, p. 7-24, 2005.

⁷¹³ Abaixo-assinado de proprietários de escravos do município de Ipojuca, comarca do Cabo, solicitando providências ao Presidente da Província de Pernambuco no sentido de obstar a ação dos abolicionistas do Recife. **APEJE**, Série de documentos Avulsos, 17 de abril de 1883.

⁷¹⁴ O presidente da SAAP era ninguém menos que o Dr. Manoel do Nascimento Machado Portella, o homem que travaria duro embate com Nabuco nas eleições deste mesmo ano (1884). Representante dos interesses senhoriais, Machado Portella era a pessoa de confiança do Conselheiro João Alfredo Correia de Oliveira em Pernambuco. Conservador foi por diversas vezes presidente interino da província e chegou a ser em 1887 Ministro do Gabinete Cotegeipe, sofrendo, neste mesmo ano, uma derrota eleitoral para Joaquim Nabuco, que se tornou um sinônimo da vitória abolicionista sobre os interesses dos escravocratas. **HDBN**: Diário de Pernambuco. 26 de julho de 1884. Nº171. p.2. Para saber mais sobre Machado Portella veja: MAC CORD, Marcelo. A década de 1870 e as políticas de “instrução popular”: a complexa arquitetura do Liceu de Artes e Ofícios do Recife. **Revista UNIABEU Belford Roxo** V.1 Número 1 setembro- dezembro 2010. SOUZA, Felipe Azevedo. DE REPENTE “POVO”: maneiras de pensar a participação política a partir da campanha abolicionista de 1884. **Revista Clio** (UFPE) v. 34, n. 1 (2016). GOUVÊA, Fernando da Cruz. **Joaquim Nabuco entre a Monarquia e a República**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Edit. Massangana, 1989. pp. 178-189. Coleção João Alfredo_Correspondências Recebidas. JA_CR_000.397 **Carta enviada por Manoel do Nascimento Machado Portella para o conselheiro João Alfredo Correia de Oliveira**. 07 de julho de 1888. p.4 Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/14547> acessado em 18 de janeiro de 2020 às 14:25.

direitos fossem resguardados pelo Estado.⁷¹⁵ Esse mesmo grupo, juntamente com o de Ipojuca, organizou o Segundo Congresso Agrícola de Pernambuco (que ocorreu entre os dias 17 e 18 julho de 1884, dois dias após a apresentação do Projeto Dantas na Câmara dos Deputados).⁷¹⁶ As discussões dos congressistas da lavoura focavam em dois pontos centrais. Primeiro, o que o poder legislativo e a administração deveriam fazer, dada as condições atuais da questão servil? Segundo, quais medidas deveriam tomar para combater as ações perigosas dos abolicionistas intransigentes?⁷¹⁷ O Congresso foi organizado com a finalidade de discutir a preservação dos direitos dos proprietários de escravos e não priorizou os debates sobre a supressão do elemento servil ou a substituição do trabalho escravo pelo livre, pautas presentes até mesmo no Congresso de 1878. Muitos dos críticos do Congresso de 1884 consideraram ele ainda mais conservador do que o de 1878.⁷¹⁸

Mesmo convidando membros da *Associação Comercial Beneficente do Recife* (ACBR), da *Associação Comercial Agrícola* (ACA) e enviando petições ao governo em nome do comércio, a maior parte dos representantes no Congresso, tanto na formação da mesa provisória quanto na mesa definitiva, eram agricultores filiados aos Clubes da Lavoura e a SAAP.⁷¹⁹

⁷¹⁵ Ver a Nota 30. Provavelmente, o receio senhorial não se ampliou somente devido ao possível apoio do Imperador e do Ministério com a Libertação no Ceará, mas a todo clima gerado por este acontecimento. Em 14 de abril de 1884, por exemplo, foi publicado o manifesto-programa do Clube dos Advogados contra a escravidão. No texto, redigido por Tristão de Alencar Araripe e assinado por 26 dos maiores advogados brasileiros com escritório no Rio de Janeiro, ficou patente a ideia de que a escravidão no Brasil era uma instituição social reconhecida como de “direito positivo”, mas que não era legítima segundo as legislações reinóis e havia sido repugnada pelo artigo 179 da Constituição de 1824, nos seus parágrafos 1º e 6º. Os assinantes do manifesto, que contou com a colaboração de Saldanha Marinho e Joaquim Nabuco, proclamaram a jurisprudência de que, para efeitos de consultoria jurídica e prática processual, seria um erro considerar que houvesse dúvida sobre a liberdade dos escravizados, sendo o direito dos proprietários de apreensão e posse sobre os africanos e seus descendentes somente ilusório. ARGON, Maria de Fátima Moraes e CERQUEIRA, Bruno da Silva Antunes de. Alegrias e Tristezas... **Op. Cit.** p.638.

⁷¹⁶ Celso Castilho já contribuiu com análises importantes acerca do 2º Congresso Agrícola em Pernambuco, todavia, desejamos frisar, nesta parte do trabalho, as propostas que os membros presentes expuseram acerca do fim da escravidão. E, por outro lado, também enfatizar o conhecimento e a disputa dos proprietários contra os abolicionistas que roubavam, acoitavam, enfim, ajudavam de alguma maneira os escravos em suas fugas, algo bastante presente nos acalorados debates do Congresso. CASTILHO, Celso. "Agitação abolicionista. **Op. Cit.**

⁷¹⁷ **HDBN:** Diário de Pernambuco. 17 de julho de 1884. Nº163. p.2. No convite os signatários do Congresso avisaram que este “tinha por fim representar aos poderes do Estado solicitando as medidas legislativas e administrativas, indispensáveis ao restabelecimento da ordem e confiança do trabalho nacional, profundamente abalados pelas doutrinas e prédicas incendiárias do abolicionismo ilegal e intransigente”. Para os agricultores e proprietários de escravos aquele evento “convinha resolver sobre a convivência de tão importante medida, que em sua opinião reputava de grande alcance, em vista do perigo que ameaçava a ordem pública, ocasionando a perturbação do trabalho agrícola, afetando o comércio e todas as demais classes e indústrias produtivas do país”. **HDBN:** Diário de Pernambuco. 29 de julho de 1884.

⁷¹⁸ **HDBN:** Diário de Pernambuco. 16 de julho de 1884. Nº164. p.2.

⁷¹⁹ Na ata da reunião da SAAP, o secretário geral da sociedade, Henrique Augusto Milet, deixou expresso que, “seria de imprescindível necessidade, que a lavoura seja representada no Congresso pelo maior número possível de agricultores”. Pois, na sua visão, “os representantes do comércio, muitos deles representantes de casas estrangeiras, os quais se fosse arruinada a praça do Recife se mudariam para Belém ou Manaus, Montevideu ou Buenos Aires, não entendiam os problemas peculiares da lavoura. Todavia, segundo Evaldo Cabral de Mello, a discussão sobre a indenização da mão de obra escrava também interessava aos correspondentes, credores dos

Todavia, alguns abolicionistas, representantes do comércio, da *Faculdade de Direito do Recife* e também da imprensa, estiveram presentes e denunciariam as intenções dos congressistas.⁷²⁰

Os agricultores acreditavam que, devido a propalada audácia e violência do movimento abolicionista, eles deveriam agir para inibirem as intenções “anárquicas dos abolicionistas intransigentes.”⁷²¹ Ameaçavam ainda os “senhores do governo”, acusando-os de gozarem das vantagens de suas posições oficiais enquanto os “desordeiros e anarquistas tomavam conta da situação.”⁷²² Convocavam as autoridades a se responsabilizar pela ordem e pela tranquilidade pública, pedindo que acabassem com as conferências abolicionistas, feitas em lugares públicos, anunciadas em todos os jornais, nos quais se pregava “desaforadamente, o escandaloso roubo de escravos, embarcados no porto do Recife ostensivamente, diante das autoridades, por indivíduos vadios, sem nome e sem reputação.”⁷²³ Na visão dos agricultores, já que o governo não era capaz de proteger os seus interesses eles precisariam fazê-lo. E, assim como os abolicionistas estavam ultrapassando os limites das leis para poderem agir, eles se achavam no direito de seguir o mesmo caminho.

Henrique Augusto Milet, o engenheiro civil-agricultor (secretário da SAAP)⁷²⁴, remeteu os interesses da classe ao maior líder da nação: D. Pedro II.⁷²⁵ Clamou ao imperador para que

senhores de engenho, que tinham nos escravos uma garantia de reembolso dos seus empréstimos. **HDBN:** Diário de Pernambuco. 16 de julho de 1884. MELLO, Evaldo Cabral de. O norte agrário e o império. **Op. Cit.** pp. 184-185. Ambrósio Machado da Cunha Cavalcanti, 1º vice-presidente da SAAP, Henrique Milet e João Augusto, formaram a mesa provisória. Lourenço de Sá Albuquerque (Visconde de Guararapes), Dr. Olimpio Marques da Silva, Laurino de Moraes Pinheiro, Manoel José da Silva Guimarães e José da Silva Loyo Júnior foram os que formaram a mesa definitiva. **HDBN:** Diário de Pernambuco. 18 de julho de 1884. Nº164. p.2.

⁷²⁰ Discursaram, Manoel Gomes de Mattos, o Barão de Muribeca (Manuel Francisco de Paula Cavalcanti), Dr. José Jeronymo Maranhão, Dr. Pinto Pessoa, Dr. Ambrósio Machado, engenheiro Milet, Dr. José Maria de Albuquerque, Vicente Cisneiro, Domingos Martins, Dr. Izidoro Martins Júnior, Dr. Pedro Beltrão, Dr. Moreira Alves, Olympio Marques e Dr. Ignácio de Barros. **HDBN:** Diário de Pernambuco. 18 de julho de 1884. Nº164. p.2. Em novembro do mesmo ano, a Associação Comercial recusou os salões de sua sede a Nabuco, que pretendia dar sua penúltima conferência neste local. A Associação, que ficava localizada no Largo do Corpo Santo do Recife, encontrava-se muito próximo ao Porto e reunia os membros das principais casas comerciais do Recife em sua organização. O próprio Gomes de Mattos, presidente da Comissão Central Emancipadora, que organizou a logística da campanha de Nabuco fazia parte da Instituição, mas não conseguiu obter da direção os seus salões. Nabuco, por sua vez, criticou o fato de que eles não recusaram os salões para os membros do Clube da Lavoura. Nem todos os membros do Comércio estavam de acordo com as ideias abolicionistas professadas por Nabuco e defendidas pelo Gabinete Dantas. Alguns comerciantes e correspondentes se mantinham aliados aos senhores de engenho até mesmo para poderem receber o pagamento dos seus empréstimos feitos a estes seus clientes. Os interesses econômicos falavam a alguns muito mais alto do que os morais/sociais. NABUCO, Joaquim. Campanha Abolicionista. **Op. Cit.** p. XLII.

⁷²¹ **HDBN:** Diário de Pernambuco. 16 de julho de 1884. Nº164. p.2.

⁷²² **HDBN:** Diário de Pernambuco. 8 de junho de 1884. Nº132. p.2.

⁷²³ **Idem.**

⁷²⁴ **HDBN:** Diário de Pernambuco. 21 de junho de 1880. Nº141. p.4.

⁷²⁵ Os agricultores enviaram telegramas em nome da lavoura e do comércio de Pernambuco, Alagoas e da Paraíba para o Imperador, para o presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro e para o presidente do Centro da Lavoura e Comércio do Rio de Janeiro. Devido a esta atitude foram criticados por diversos membros do comércio que não aceitavam a representação e não consideravam os interesses da lavoura como sendo os seus. Muitos destes comerciantes, filiados à Nova Emancipadora, ao Club Abolicionista, entre outras sociedades, que não foram

este recomendasse aos presidentes das províncias que não sancionassem leis impondo sobre a propriedade escrava taxas excessivas, obrigando-os a abandonarem esse tipo de propriedade.⁷²⁶ Com este pedido, os membros da Lavoura buscavam conter o avanço dos projetos abolicionistas encaminhados pelo Estado, protestando não somente contra os recentes acontecimentos do Ceará, como contra a forma como se processava a abolição naquela província e o projeto apresentado pelo atual gabinete chefiado pelo liberal Manoel Pinto de Souza Dantas (1831-1894) que foi nomeado em junho de 1884.

O deputado Rodolfo Dantas (1854-1901), filho do chefe ministerial, apresentou, na Câmara, um projeto pela emancipação imediata e sem indenização para todos os escravos com mais de 60 anos de idade. De acordo com Castilho, “99 deputados assinaram este projeto causando uma profunda crise política no Império”.⁷²⁷ Para os agricultores, o projeto era um atentado ao direito de propriedade e “um novo incentivo para maiores perturbações na vida economia-social”, que poderia lançar o país a uma guerra “fratricida”.⁷²⁸

O medo dos agricultores não estava baseado somente na disposição legal do Projeto Dantas de libertar os sexagenários sem indenização pecuniária, segundo Robert Conrad e Angela Alonso, pelo menos outros dois fatores deixaram a classe agrícola em polvorosa. Primeiro, eles teriam que lidar com um novo registro de matrículas. Segundo, como a lei previa a fixação do liberto a terra, os senhores eram obrigados a pagar uma espécie de salário mínimo e a concederem gradualmente terras aos libertos e aos imigrantes.⁷²⁹

A primeira das disposições tocava na questão da legalidade da propriedade escrava. Entre 1872-1873, quando os senhores foram obrigados a matricular seus escravos, muitos aumentaram as idades dos africanos, importados ilegalmente após 1831, para fugirem dos problemas que a sua propriedade ilegal poderia suscitar. Obrigados a registrarem novamente seus escravos, em 1885, teriam que libertar pessoas mais novas, que haviam sido registradas com idades avançadas ou então declarar a ilegalidade de suas propriedades. O outro receio era

representados, eram abolicionistas ferrenhos. **HDBN**: Diário de Pernambuco. 26 de julho de 1884. Nº 171. p.2
HDBN: Jornal do Recife. 19 de julho de 1884. Nº165. p.2.

⁷²⁶ **Idem**.

⁷²⁷ CASTILHO, Celso Thomas. O ‘25 de março’. **Op. Cit.** pp. 11-12.

⁷²⁸ **HDBN**: Diário de Pernambuco. 30 de julho de 1884. Nº174. p.3. O projeto de lei apresentado pelo senador Manuel Pinto de Souza Dantas em junho de 1884 propunha, além da liberdade dos escravos (acima de 60 anos, por omissão de matrícula, pelo fundo de manumissão, etc) a distribuição de terras, inclusive privadas, para trabalhadores. Visava também a criação de colônias de libertos nas quais os colonos poderiam adquirir progressivamente o título de propriedade da terra. Segundo Francisco Carlos Teixeira foi essa proposta, e não a libertação dos sexagenários, a principal causa do emperramento do projeto Dantas, motivo principal para a queda do Gabinete 6 de Junho. TEIXEIRA, Francisco Carlos, “**Terra e política no Rio de Janeiro na época da abolição**”, in SILVA, Jaime (org.), **Cativeiro e Liberdade**, Rio de Janeiro, UERJ, 1989, pp 61-83.

⁷²⁹ Conrad, Robert. Os últimos anos da. **Op. Cit.** pp.260-263. ALONSO, Angela. Flores, Votos e Balas. **Op. Cit.** pp.242-243. TEIXEIRA, Francisco Carlos, “Terra e política no Rio de Janeiro. **Op. Cit.** pp 61-83.

sobre a obrigação em contratar o trabalho dos libertos, pesando a possibilidade de lhes concederem terras. Sem explicar muito bem como se daria esta redistribuição de terras a colonos e libertos, essa proposta do Ministério desagradou severamente a elite latifundiária.⁷³⁰ Os receios senhoriais contribuíram para as acusações que o Projeto e os abolicionistas sofreram. “Comunista”, “anarquista” e “socialista”, foram alguns dos adjetivos proferidos contra a reforma Dantas e contra os seus defensores, que na verdade acabavam de propor uma reforma liberal.⁷³¹

Henrique Millet pediu que os presidentes das províncias fossem orientados a proibirem passeatas e mais demonstrações, com a presença de oficialidades, que tivessem a intenção de promover “discursos incendiários e a insubordinação dos escravos”, fazendo com que os proprietários alforriassem seus escravos pelo medo e não por opção.⁷³² Os agricultores buscavam das autoridades o compromisso para que não fosse permitida a “chamada libertação de províncias, municípios, cidades e até ruas”, pois, este exemplo ameaçava destruir a unidade e integridade do Império, criando territórios onde as leis não vigeriam. Nas petições, ainda solicitaram ajuda às autoridades policiais para manterem seus direitos, desejando que as sociedades emancipadoras e abolicionistas estivessem sujeitas a inspeções dos juízes de órfãos, que os libertos fossem fiscalizados pelo prazo de cinco anos e que continuassem obrigados a contratar o seus serviços, medidas estas já previstas pela lei de 28 de setembro de 1871.⁷³³ Ao mesmo tempo que o movimento avançava em algumas províncias, atingindo Pernambuco, a classe agrícola pernambucana se unia para se defender das intervenções públicas e de terceiros. O escravismo resistia.

Alguns “agricultores abolicionistas” publicaram nos jornais, antes do Congresso, um projeto de lei (conservador e retrógrado) que foi apresentado no primeiro dia de reunião. Segundo eles, “seria interessante divulgarem suas intenções ao público”.⁷³⁴ O que foi uma boa aposta, pois o projeto não pôde ser totalmente apresentado e discutido nas reuniões, devido as

⁷³⁰ **Ibidem.**

⁷³¹ Jacob Goreneder, acertadamente, salientou para a questão dos equívocos anacrônicos e ideológicos tanto por parte de alguns historiadores quanto por parte dos homens que criticavam os abolicionistas à época. Segundo ele, querer que os abolicionistas fossem socialistas era inteiramente fora de propósito para o Brasil da escravidão. Para Goreneder, “os abolicionistas, inclusive os radicais, tinham o pensamento balizado pelas linhas da ideologia burguesa. O seu objetivo fundamental consistia em desonerar o país da escravidão sem protelações gradualistas, fazer do escravo um trabalhador livre e abrir o caminho da modernidade capitalista à sociedade brasileira”. Não eram hipócritas, mas homens do seu tempo, com suas limitações e intenções primordiais (que podemos chamar de filantrópicas) e secundárias (políticas, econômicas, sociais, etc), boa parte delas balizadas por percepções liberais de mundo. GORENEDER, Jacob. A escravidão reabilitada... **Op. Cit.** p. 172.

⁷³² **Idem.**

⁷³³ **HDBN:** Diário de Pernambuco. 16 de julho de 1884. Nº164. p.3.

⁷³⁴ **HDBN:** Diário de Pernambuco. 10 de julho de 1884. Nº162. p.3

escaramuças entre escravistas e abolicionistas presentes na ocasião. Os agricultores pediram acréscimos no fundo de emancipação, criado em 1871, instigando o Estado a cobrar, por um período de 10 anos, um imposto adicional de 10% sobre os direitos de importação e exportação e outros impostos gerais. Pediram também a cobrança de um imposto de 10% sobre todos os ordenados e honorários dos funcionários públicos de todas as categorias, taxando igualmente possuidores de apólices gerais, dividendos de bancos e outras sociedades anônimas.⁷³⁵

Em resumo, os representantes da lavoura mostravam que tinham a intenção de passarem para um público maior, majoritariamente urbano, o dever de indenizá-los, o que não deveria ser do interesse dos representantes do comércio e dos serviços. Com o total arrecadado por esses impostos, os agricultores acreditavam que, ao final de cada ano, o governo conseguiria alforriar 100 mil escravos. Pediam também a supressão do processo de arbitramento sobre os valores de escravos, criando uma tabela única para indenizações, com valores que iam de 600\$000 mil réis, por cativos de 13 a 19 anos, até alforrias gratuitas para cativos de 60 anos ou mais.⁷³⁶ Tencionavam formar dispositivos para protegerem os proprietários que não tivessem contribuído com os impostos sobre sua propriedade. Aqueles que alforriassem sem condições estariam isentos de pagar impostos atrasados.

Numa tentativa de não ceder as prerrogativas senhoriais ao Estado, os senhores ainda desejavam poder opinar sobre a preferência dos escravos que seriam libertados, favorecendo os que “tivessem bom comportamento e serviços prestados”.⁷³⁷ Na perspectiva destes “agricultores abolicionistas”, como se autodenominaram, após 10 anos de promulgação da lei, provavelmente em 1895, todos os escravos estariam livres e eles satisfeitos. Em termos gerais, se essas intenções se realizassem, tanto as propriedades quanto a moral senhorial não seriam abaladas.

Segundo Manoel Gomes de Mattos - que participou do Congresso como representante do comércio e da *CCER* - devido às comemorações de libertação do Ceará⁷³⁸, “o escravagismo quis dar um sinal de vida e de força, talvez querendo nos amedrontar”, conseguindo do presidente do *Edifício da Associação Comercial*, autorização para realizar o Congresso Agrícola de 1884 em seu recinto. Algo que revoltou bastante os abolicionistas.⁷³⁹ Mattos relatou que chegou a discutir, antes do Congresso, com o presidente da *Associação Comercial*

⁷³⁵ **Idem.**

⁷³⁶ **Ibidem.**

⁷³⁷ **Ibid.**

⁷³⁸ Discurso Pronunciado, no dia 17 de julho, no Segundo Congresso Agrícola, pelo Dr. Manoel Gomes de Mattos. **HDBN**: Jornal do Recife. 19 de julho de 1884. Nº165. p.2.

⁷³⁹ MATTOS, Gomes Manoel de. A campanha abolicionista em Pernambuco. **Op. Cit.** p.5

Beneficente (ACB), o português Manoel da Silva Guimarães.⁷⁴⁰ Enquanto este o interpelou perguntando: “como é que você, um comerciante de grosso trato, que tem a perder e que tem representando o comércio como membro da ACB, se coloca a frente da canalha para furtar escravos?”⁷⁴¹ Mattos respondeu: “até esta data, não concorri com um vintém para o furto de escravos. Não suponha que seja pelo respeito à propriedade, que não merece respeito por ser injusta, contra direito, bárbara e imoral”.⁷⁴² Expôs ainda que nem queria a destruição da grande propriedade nem queria fazer de sua Pátria Livre (o Ceará) um presente para uma grande leva de escravizados, convidando o senhor Manoel Guimarães da Silva para trabalhar com ele pela causa, para substituir, na direção do movimento, aqueles aos quais ele chamava de “canalhas”.⁷⁴³

O Congresso, em si, foi uma confusão, todavia, serviu para demonstrar a relutância dos senhores de escravos em aceitarem a expansão do abolicionismo na província. A introdução ficou a cargo de Ambrósio Machado, que substituiu Machado Portela como preletor inicial. O senhor de engenho fez uma intervenção acalorada e ofensiva contra os abolicionistas intransigentes, afirmando que além de “injuriarem os plantadores, roubavam a sua propriedade

⁷⁴⁰ O pedido dos Salões da Associação Comercial Beneficente e o convite feito a esta associação pela Sociedade Auxiliadora da Agricultura foi reproduzido na íntegra e demonstra como os mais altos representantes do comércio e da lavoura tinham interesses em comum acerca da extinção do elemento servil. Realmente, ficamos sabendo que, quem convocou a SAAP a se reunir no 2º Congresso agrícola de Pernambuco foram os Clubes da Lavoura da Escada e de Ipojuca. A SAAP pediu não somente os salões, mas também a presença de representantes do Comércio e da ACB para discutirem a questão do elemento servil. Segundo os membros da SAAP, “todos aspiramos a resolução da magna questão do elemento servil, mas em termos tais, que não pertube a ordem econômico-social do país; que não acarrete o desrespeito as leis vigentes do império; e que não ameace até a integridade deste ou não a torne uma irrisão; finalmente que não leve de rojo a confiança nos poderes públicos.” Quando requisitaram os salões da ACB deixaram claro que “sendo um dos fins dessa ilustre associação atender também aos interesses agrícolas, tão ligados com os comerciais, é lícito esperarmos, que este nosso pedido seja plenamente atendido pela digna associação.” A resposta da ACB veio em 19 de junho de 1884. Além de disponibilizarem o salão de honra, a diretoria afirmava que, “certa de que a SAAP desejava a extinção da escravidão no Brasil, no menor espaço de tempo possível, com respeito ao direito de propriedade e sem perturbação da ordem econômica-social do país, aceitava o convite e afirmava sua participação.” Quem assinou foi Manoel José da Silva Guimarães (presidente da ACB), o mesmo homem que interpelou Gomes de Mattos e José Adolpho de Oliveira Lima, o secretário. **HDBN**: Diário de Pernambuco. **HDBN**: Diário de Pernambuco. 22 de junho de 1884. Nº143. p.3. Devemos salientar que nem todos os comerciantes estavam de acordo com as ideias que foram levantadas neste Congresso Agrícola. Manoel Gomes de Mattos se levantou contra as intenções dos agricultores, posicionando-se a favor da emancipação e quando José Adolpho de Oliveira Lima tentou fazer com que a representação, que seria enviada à Assembleia Geral, não tivesse em sua assinatura o nome do Comércio, os membros da SAAP silenciaram o seu protesto, não deixando nem mesmo que este falasse. Segundo um comerciante, este fato só demonstrava que apesar da pretensão da Lavoura de conquistar as adesões dos comerciantes, nem todos eram a favor de suas ideias. E sobre a atitude dos agricultores no Congresso, este articulista pontuou, “é que os agricultores, acostumados a tratar os negros a azorrague, a falar ao escravo de cima para baixo, a impor sua vontade nos seus domínios, entendem que todos se devem curvar a sua potestade. Enganam-se, porém, os Srs. Agricultores.” **HDBN**: Jornal do Recife. 19 de julho de 1884. Nº165. p.2.

⁷⁴¹ **Idem**.

⁷⁴² **Ibidem**.

⁷⁴³ MATTOS, Gomes Manoel de. A campanha abolicionista em Pernambuco. **Op. Cit.** p.3.

e ameaçavam, com prédicas criminosas, as vidas de suas famílias”.⁷⁴⁴ Ignácio de Barros, que afirmou estar sobressaltado com a situação e apreensivo, disse que a motivação principal para a reunião foram as festas que aconteceram no dia 25 de março.⁷⁴⁵ Para ele, a participação de representantes do Império, como o presidente do Amazonas, do Ceará e de grande parte do povo em várias partes do Brasil nas confraternizações abolicionistas eram motivos mais do que suficientes para alertar a lavoura sobre os problemas que poderiam encontrar pela frente.⁷⁴⁶

Henrique Millet apresentou a proposta de criação do *Diretório da União dos Clubes da Lavoura de Pernambuco*.⁷⁴⁷ Essa instituição serviria como o oposto da CCER. Objetivava “restabelecer, na medida do possível, a propriedade moral e material, indispensável na manutenção das explorações agrícolas e o crédito dos agricultores, tão desastrosamente abalado pela depreciação da propriedade servil e territorial.”⁷⁴⁸ Peter Eisenberg apontou que essa foi uma tentativa dos agricultores de criarem uma polícia privada para se defenderem dos abolicionistas.⁷⁴⁹ Todavia, Henrique Millet, ao discorrer sobre o Diretório, disse que não se tratava de um grupo ilegal, ou de um Estado no Estado, pois a instituição não representaria uma força armada, como existiam no Sul.⁷⁵⁰

A intenção era criar, na cidade do Recife, uma comissão ativa de 3 membros, que deveriam ficar atentos às reclamações dos senhores para que pudessem, por meio da imprensa, denunciar a ilegalidade e o perigo do abolicionismo. A possível “Comissão Central dos Senhores” ainda teria por obrigação protestar junto à justiça contra os abusos e decisões injustas

⁷⁴⁴ HDBN: Diário de Pernambuco. 26 de julho de 1884. Nº171. p.3.

⁷⁴⁵ **Idem.** Segundo Celso Castilho, “a partir de 25 de março de 1884 surgiu uma posição nova, mais radical, e a vanguarda do movimento abolicionista passou a rejeitar cada vez mais o direito legal à escravidão. A opção pela ação direta para libertar escravos tornou-se bem mais plausível após 1884, alterando a significação da lei de abolição gradual de 1871. É interessante notar que os que antes tinham resistido à sua aplicação e entravado seus efeitos insistiam agora que a lei de 1871 e não o exemplo cearense é que deveria indicar os rumos da abolição. As consequências da libertação no Ceará modificaram assim os modos de discutir a abolição pelo Brasil afora, ainda que as repercussões imediatas do fato tenham sido mais sentidas em Pernambuco do que, digamos, em São Paulo, devido à proximidade geográfica das duas províncias e à extensão dos vínculos que uniam seus movimentos abolicionistas. CASTILHO, Celso Thomas. O ‘25 de março’. **Op. Cit.** p.9.

⁷⁴⁶ **Idem.** O cearense Theodureto Souto, presidente da província do Amazonas, chefou o movimento abolicionista na província. Segundo Robert Conrad, Souto fez aprovar, juntamente com a Assembleia Provincial, uma lei que concedeu 300 contos para a libertação de escravos, numa província onde só haviam 1.501 escravos, contando sua capital com 571 deles. Para Manaus foram reservados 200 contos e a cidade foi libertada no dia 23 de maio de 1884. No dia 14 de maio diversas sociedades abolicionistas, junto com o pessoal de 4 redações, membros da Assembleia Provincial, da Câmara Municipal, duas lojas maçônicas e outras organizações realizaram em Manaus um Congresso Abolicionista. Devido à agitação abolicionista, liderada pelo presidente da província, o governo decidiu afastar o representante que foi recebido pela população no dia 10 de julho com uma festa popular, celebrando a libertação de todos os escravos no Amazonas. CONRAD, Robert. Os últimos anos da escravidão no Brasil. **Op. Cit.** pp. 242-246.

⁷⁴⁷ Este Diretório seria formado pelos sócios e pelos presidentes dos Clubes da Lavoura de Pernambuco. HDBN: Diário de Pernambuco. 26 de julho de 1884. Nº171. p.3.

⁷⁴⁸ **Idem.**

⁷⁴⁹ EISENBERG, Peter. Modernização sem mudança. **Op. Cit.** p.185.

⁷⁵⁰ **Idem.**

ou ilegais amparando as “vítimas” - no caso os senhores lesados - nas causas judiciais favoráveis aos cativos.⁷⁵¹

O próprio Millet se contradisse, acerca da legalidade da instituição, quando afirmou que devido à falta de vontade da polícia em restaurar a propriedade dos senhores era necessário a criação de uma polícia rural. Um dos próprios membros da SAAP, Pereira Simões, perguntou se essa ideia de criar um grupo de agentes não havia sido recusada em reunião. Ao que o engenheiro escravista respondeu que a ideia havia sido rejeitada pela SAAP, mas fazia parte da iniciativa dos Clubes da Lavoura, principalmente por interesse do Major Manoel Pontual, presidente do Clube de Escada. Miller também lançou contra Pereira Simões as suas próprias palavras, pronunciadas numa reunião da SAAP, no dia 07 de junho de 1884. Segundo ele, Simões havia dito que: “Elles, os **abolicionistas intransigentes**, têm uma **polícia secreta** que **furta o escravo e o embarca**: tenham igualmente os agricultores uma polícia assim, que nos limites das leis vigentes substitua a inerte polícia do governo.”⁷⁵²

Como podemos ver, além de já terem ciência dos processos de coordenação de fugas dos escravizados, os agricultores não poupavam nem mesmo seus companheiros ligados à SAAP, que expunham suas ideias mais radicais na segurança dos recintos privados da instituição.

Os senhores mostravam que tinham ciência e também que sofriam com a atividade dos “abolicionistas radicais”. Justificava Millet que não tinham a intenção de ferir os princípios do Estado e de que, se o governo resolvesse a situação, não havia necessidade alguma de criarem uma polícia rural. Todavia, o representante da lavoura deixou claro que se os agentes da administração e da segurança pública falhassem na tarefa de protegê-los, a defesa seria necessária com a formação de corpos militarmente organizados, espécies de milícias rurais para garantir a ordem das senzalas. Após expor estas opiniões, os ânimos se agitaram, abolicionistas e agricultores interromperam a exposição dos objetivos e o secretário não conseguiu passar do 2º artigo do projeto.

Depois disso, a palavra foi passada ao Dr. Manoel Gomes de Mattos, que falou em nome dos “abolicionistas ordeiros e moderados”. Apresentando-se como “conservador em política”, sem nunca se ter filiado a partido algum. Manoel Gomes de Mattos iniciou seu discurso se defendendo de várias acusações, afirmando ser emancipacionista e lutar pela causa

⁷⁵¹ **Ibidem.**

⁷⁵² **Ibid.**

somente através dos “actos de moderação e respeito à lei”.⁷⁵³ Afirmou que a *Comissão Central Emancipadora* jamais havia praticado um só ato contrário às leis do país. Utilizando-se de uma retórica pacifista, tentou convencer os agricultores de que o combate dos emancipadores era contra a escravidão, não contra os indivíduos que dependiam dela.⁷⁵⁴ A intenção dos “abolicionistas sinceros”, como pregava, era a de se unirem com os agricultores para resolverem a questão de uma vez por todas de forma “ordeira e eficaz”. Para que não saíssem prejudicados nem o comércio nem a lavoura, ambos interdependentes. Criticou a finalidade do Congresso, que não atendia as expectativas nem dos abolicionistas, nem do comércio, pois, ao invés de discutirem medidas para solucionar a questão servil, os agricultores só discutiam como melhor poderiam defender sua propriedade escrava e protelar o seu domínio sobre ela. Em se tratando das acusações contra sua pessoa e contra a *CCER*, Mattos se defendeu acusando outros:

se há entre abolicionistas e emancipadores alguns **desordeiros ou traficantes**, porque de tudo se abusa, até das ideas mais puras e mais santas, não é isto motivo sufficiente para fazer esquecer a abnegação e heroísmo, que distinguem em geral os sectários de tão nobre causa! [sic]⁷⁵⁵

Sem deixar de apontar a diferença entre os grupos que estavam lutando pela abolição naquele momento, em sua visão, a *CCER* era o baluarte que lutava de forma pacífica e respeitava as leis do Império, por isso, não merecia os títulos que os senhores de escravos atribuíam aos seus membros. Gomes de Mattos foi claro ao distinguir os grupos de emancipadores e abolicionistas radicais, afirmando que haviam homens “desordeiros e traficantes” lutando pelo fim da escravidão através de meios ilícitos, abusando da ideia. Provavelmente, o negociante se referia ao grupo liderado por João Ramos e João Cordeiro, aos homens que organizavam as fugas de escravos entre Pernambuco e o Ceará. Em sua visão, enquanto alguns “traficavam ilegalmente escravos”, os verdadeiros emancipadores pediam esmolas e se sacrificavam para libertar os cativos.⁷⁵⁶

Gomes de Mattos teve de enfrentar os senhores de escravos mais emperrados da província e certamente culpabilizou, sem citar nomes, João Ramos e seu grupo por “estarem manchando as atividades das associações emancipadoras”. Então, mesmo que não tenhamos alguma prova, além do relato de Carneiro Vilela, de que Mattos acusou Ramos diretamente de

⁷⁵³ Discurso Pronunciado, no dia 17 de julho, no Segundo Congresso Agrícola, pelo Dr. Manoel Gomes de Mattos. **HDBN**: Jornal do Recife. 19 de julho de 1884. Nº165. p.2.

⁷⁵⁴ **Idem.**

⁷⁵⁵ **Ibidem.**

⁷⁵⁶ **Ibid.**

“ladroão de escravos”⁷⁵⁷, podemos perceber que não somente os senhores, mas alguns emancipadores acusavam os radicais de “ladroões de escravos”.

Ou seja, a verdadeira motivação do 2º Congresso Agrícola do Recife foi a ação das pessoas que estavam roubando, acoitando e enviando escravos para fora da província. Não eram as festas da liberdade que incomodavam tanto os senhores, eram as “desordens” que os “abolicionistas intransigentes” estavam causando. Na visão senhorial, as festas não passavam de mais uma afronta pública, enquanto que os ataques à propriedade passavam do público para o privado, daí a intenção de reagirem, de se protegerem de alguma forma.

Castilho apontou a força dos senhores de escravos em Pernambuco e o sua tentativa de emperramento ao avanço do movimento, pois, segundo ele, mesmo com uma onda de libertações de territórios inundando todo o Império - do Ceará (de janeiro de 1881 a março de 1884), Amazonas (junho de 1884), Mossoró (setembro de 1883), Porto Alegre (setembro de 1884) - as elites pernambucanas, produtoras de cana, conseguiram sufocar as iniciativas para estabelecer territórios “livres” na Província.⁷⁵⁸ Para os senhores, a emancipação deveria acontecer, dentro dos limites da legalidade e através de indenizações. Desejavam morrer agarrados à lei de 28 de setembro de 1871.⁷⁵⁹

Diferentemente de Gomes de Mattos, José Maria de Albuquerque Mello⁷⁶⁰, Deputado provincial pelo partido liberal, entrou em defesa dos abolicionistas intransigentes e disparou contra alguns agricultores. Iniciou seu discurso dizendo que estava disposto a “sacrificar tudo, pela causa santa da abolição do escravo.”⁷⁶¹ Apesar disso, talvez para poder continuar a falar e

⁷⁵⁷ VILELA, Joaquim M.C. O Clube do Cupim. **Op. Cit.** p.417.

⁷⁵⁸ CASTILHO, Celso Thomas. O ‘25 de março’. **Op. Cit.** p.12.

⁷⁵⁹ CASTILHO, Celso Thomas. Slave Emancipation and Transformations. **Op. Cit.** p.100.

⁷⁶⁰ José Maria de Albuquerque Mello, segundo Felipe Azevedo, era um dos políticos mais carismáticos do seu tempo, juntamente com José Mariano constituíam a ala popular do Partido Liberal de Pernambuco, considerados radicais até pelos seus pares. Ambos estavam envolvidos com o Clube do Cupim, Mariano enviando escravos para o Ceará junto com João Ramos e José Maria acoitando escravos e utilizando-se de suas influências na capital para dar proteção aos membros do Clube. Outro detalhe importante é que José Maria estava intimamente ligado com o movimento abolicionista desde a década de 1870. Chegando a afirmar que acoitava escravos desde pelo menos 1875. Também advogava causas tanto para escravos quanto para sociedades abolicionistas, como era o caso da Nova Emancipadora. Esta agradeceu na reunião de 8 de maio de 1881 os serviços de advocacia prestados por José Maria em prol da libertação de escravos. Na reunião de 18 de março de 1883 José Maria repassou a João Ramos 300\$000 mil réis que faltavam para dar conta da indenização de Rita escrava do Dr. Miguel. O Dr. José Maria chegou a alugar a casa que pertencia a Nova Emancipadora para fazer funcionar o seu escritório de advocacia. Sendo também um dos diretores da Sociedade mais votados em abril de 1884. O homem aprofundava sua pauta política na questão da abolição e pode ser considerado um dos abolicionistas radicais do seu tempo, chegando a participar das operações do Clube do Cupim como auxiliar externo. SOUZA, Felipe Azevedo e. A participação política. **Op. Cit.** pp.56-57. **IAHGP.** Caixa 20. Maço 2. Doc. 815. Acta da Sessão Ordinária da Sociedade Nova Emancipadora a 8 de maio de 1881; Acta da sessão ordinária em 18 de março de 1883; Acta da sessão ordinária em 14 de junho de 1883 vice presidência do Sr. Francisco Floro Leal. **IAHGP.** Caixa.21, maço 2, doc. 0828. Documentos do Clube do Cupim: **Lista de membros.**

⁷⁶¹ **HDBN:** Diário de Pernambuco. 30 de julho de 1884. Nº174. p.3.

acalmar os ânimos, informou que queria a abolição dentro da “órbita legal das coisas”.⁷⁶² Todavia, José Maria, contraditoriamente, ao fazer a defesa da abolição imediata, tornou a falar o que muitos ali não queriam escutar: “eu penso assim, que um dia que se passa, permanecendo a escravidão, é um século de opróbrio para nós, não lançarei jamais mão de meios reprovados e indignos para extingui-la.”⁷⁶³

Corajosamente pregou a desobediência civil quando o assunto era combater a escravidão. Sobre essa fala, foi reprovado pelos agricultores, mas, como bom advogado que era, inverteu a retórica dos senhores contra eles mesmos. José Maria afirmou que os culpados pelas fugas dos escravos eram os proprietários, que, ao se desesperarem e discutirem em público, ou nos salões das casas grandes, o que acontecia no Ceará, acabavam animando os cativos e fazendo com que eles demandassem sua liberdade por todos os meios possíveis.⁷⁶⁴ Ao ser indagado por um agricultor sobre “quem paga a passagem?” José Maria respondeu:

eles vão por terra, servindo-lhes de guia os postes telegráficos e quando embarcados pagam as passagens, que são insignificantiíssimas, com o resultado de suas economias; com o pouco que podem conseguir as horas, que lhes sobram do *quingungú*.⁷⁶⁵

O deputado-abolicionista demonstrou aos senhores que tinha ciência do que acontecia nos processos de fugas dos escravos de Pernambuco ao Ceará. Ele mesmo estava envolvido diretamente com esse processo, só não poderia falar disso naquela reunião, ainda.

Certa vez, José Maria enviou uma carta a João Ramos apresentando um escravo pronto pra fugir para “Caledonia”, pedindo um salvo-conduto para que ele pudesse encontrar ajuda na “terra da liberdade”.⁷⁶⁶ Estava por dentro do negócio, falando a verdade sem citar os nomes dos envolvidos, chegando até mesmo a colocar a culpa nos agricultores para defender os seus amigos, os “abolicionistas intransigentes”, grupo ao qual ele próprio era filiado.⁷⁶⁷ Deu explicações precisas sobre o processo, falou como iam, mas não disse o caminho, falou como se guiavam contra os capturadores, atestando a agência escrava e a logística do processo,

⁷⁶² **Idem.**

⁷⁶³ **Idem. Ibidem.**

⁷⁶⁴ Maria Helena Machado afirma que os escravos tinham os ouvidos muito atentos, ficando sempre por dentro do que se passava e se comentava nas estações de trem, nos sobrados das fazendas, nas cidades. Mesmo na maioria das vezes, alheios a uma cultura escrita, os escravos recepcionavam as notícias espiando as conversas dos seus senhores. Como podemos perceber, os escravos que recorreram a João Ramos conheciam ele e tinham, muitas vezes, “certeza” de que ele os poderia ajudar. MACHADO, Maria Helena. O Plano e o Pânico. **Op. Cit.** p.105.

⁷⁶⁵ **Idem.** Do bantú, quingungu pode ter alguns significados, como o serviço feito fora das horas normais de trabalho ou o próprio resultado do trabalho agrícola. LOPES, Nei. **Novo Dicionário Banto do Brasil: contendo mais de 250 propostas etimológicas acolhidas pelo dicionário Houassiss.** Rio de Janeiro: Pallas, 2003, pp. 188-189.

⁷⁶⁶ **IAHGP.** Caixa 21. Maço 2. Doc. 827. Correspondência do João Ramos. Carta de José Maria de Albuquerque Mello a João Ramos. Sem data.

⁷⁶⁷ **HDBN:** Diário de Pernambuco. 30 de julho de 1884. Nº174. p.3.

informando como conseguiam suas passagens e como eles mesmos, com o suor do seu trabalho, pagavam por elas. Finalizou avisando que a causa do negro estava ganha, não adiantando mais contestar, aconselhando ainda a concederem alguma coisa ao “negro”, pois, só assim conseguiriam que o escravo não se vingasse, já que a indenização era “uma verdadeira utopia”.⁷⁶⁸

Outro abolicionista, o republicano e ainda estudante da *FDR*, Martins Júnior⁷⁶⁹ também entrou em defesa de um projeto mais imediatista, porém, com objetivos que, seriam muito mais favoráveis às classes agrícolas do que aos escravizados. Martins Júnior foi o único a apresentar um plano substitutivo ao projeto encaminhando pela SAAP, assinado, além dele, pelo deputado José Maria e por Phaelante da Câmara.

O acadêmico afirmou que não seria devido à reclamação de “agricultores e negociantes de uma pobre província depauperada e sem prestígio, como o Pernambuco actual, que o governo repudiará um projeto”, [sic] referindo-se ao projeto Dantas.⁷⁷⁰ Como republicano não deixou de criticar o imperador, afirmando que abolicionistas, agricultores e comerciantes deveriam declarar D. Pedro II “o principal inimigo de todos”, pois não estava sabendo conduzir a questão. Sobre seu projeto⁷⁷¹, disse que ele requereria um golpe decisivo na instituição do cativeiro, pedindo a “abolição da escravidão, imediatamente e sem indenização!” Todavia, além da

⁷⁶⁸ **Idem.**

⁷⁶⁹ José Izidoro Martins Júnior foi um recifense advogado, professor, literato, abolicionista e republicano positivista. Flávia Braga, historiadora que desenvolve atualmente uma tese de Doutorado acerca da vida dele, em seu trabalho de dissertação estuda a atuação dos republicanos positivistas em Pernambuco e coloca Martins Júnior, juntamente com Aníbal Falcão, como as duas lideranças republicanas mais combativas que atuaram em Pernambuco entre as décadas de 1880-1890. Martins Júnior já fazia parte de um Clube Republicano Acadêmico em 1881. Este grupo também era formado por Arthur Orlando, Costa Ribeiro Júnior, Clóvis Beviláqua, Phaelante da Câmara, entre outros expoentes do republicanismo em Pernambuco. Em 1884 Martins Júnior juntamente com outros abolicionistas fundaria o Clube Ceará Livre, sendo que neste mesmo ano alguns estudantes de direito formariam um Clube com o nome dele. Em 1886 fundaria o Centro Republicano de Pernambuco, centro ao qual João Ramos também era filiado e no ano da abolição (1888) fundou o Partido Republicano de Pernambuco. Sem contar os diversos jornais fundados e administrados por ele. Ver: BRAGA, Flávia Bruna Ribeiro da Silva. “DITADURA”, ABOLIÇÃO E REPÚBLICA. **Op. Cit.** Anexo 3. Tabela 20: Clubes republicanos em Pernambuco (1875-1889). p.261.

⁷⁷⁰ **HDBN:** Diário de Pernambuco. 30 de julho de 1884. Nº174. p.4.

⁷⁷¹ Substitutivo ao projecto apresentado pela superintendência da Auxiliadora da Agricultura. Artigo 1º Que o parlamento trate quanto antes de resolver o problema nacional do trabalho, votando a lei, que deve abolir imediatamente a escravidão no Brasil; Artigo 2º Que essa lei consagre a par do princípio da não indenização dos senhores a salutar disposição da adstrição do escravo ao solo, instituindo-se assim ainda que por um curto prazo a servidão da gleba, a qual constituiu na evolução geral o modo de transição natural; Artigo 3º Que, ao lado da disposição, que estabeleça definitivamente a locação de serviços; Artigo 4º Que imediatamente depois se trabalhe nas leis e regulamentos secundários sobre a repressão da vagabundagem, sobre a obrigatoriedade geral do trabalho, sobre o estabelecimento de colônias militares e sobre a imigração; Artigo 5º Finalmente, que os representantes da nação discutam em seguida a conveniência ou inconveniência, possibilidade ou impossibilidade de (não a título de indenização, mas de simples protecção a indústria agrícola) poder ou não o governo repartir pelos proprietários rurais um quantum em dinheiro ou títulos, que os autorize a organizar o trabalho em suas fábricas. Recife, 17 de julho de 1884. Assignado: José Izidoro Martins Júnior, José Maria de Albuquerque Mello, Phaelante da Câmara. **HDBN:** Diário de Pernambuco. 30 de julho de 1884. Nº174. p.4.

abolição imediata, Martins Júnior requereria a fixação do escravo ao solo, nos campos e com a locação de serviços nas cidades. Algo que significaria evoluir aos poucos, sem desorganizar. Pois, segundo sua visão positivista, o trabalho escravo, modelo principal de mão de obra na antiguidade, “evoluiu”⁷⁷² para a servidão da gleba na Idade Média e para o trabalho livre dos operários na Idade Moderna.⁷⁷³ Assim como no Brasil, o trabalho escravo no campo deveria evoluir, temporariamente, para a servidão ligada à terra e nas cidades para o trabalho com locação de serviços.

Para Martins Júnior, tomando como exemplo os projetos abolicionistas internacionais, existiam três modelos: o da abolição imediata e em massa, o da emancipação progressiva e o da emancipação diferida, mas simultânea.⁷⁷⁴ A emancipação diferida, seria aquela na qual um prazo para o fim era marcado previamente. Ao demonstrar o exemplo das colônias inglesas, apontou as muitas revoltas escravas que esta medida poderia causar.⁷⁷⁵ A emancipação progressiva, que se dava no Brasil naquele momento, pelo exemplo da lei do ventre livre, não mais satisfazia a opinião nacional, segundo o orador, que acusou o modelo como muito mais prejudicial à lavoura e ao comércio do que a extinção imediata, pois, além de demorado, destruiria a agricultura por falta de mão de obra especializada e interessada em trabalhar no campo. Por fim, afirmou sua predileção pela abolição imediata e em massa, desacompanhadas de indenização, porque, segundo o argumento dele, bastaria recorrer a lei de 7 de novembro de 1831 para anular toda e qualquer procura por indenização.⁷⁷⁶

Martins Júnior tentou mostrar aos senhores que a opinião pública já reconhecia a propriedade de escravos no Brasil como fruto de negócios ilegais, informando aos presentes algo que vinha se multiplicando nos tribunais. O reconhecimento das ilegalidades, a partir das ações de liberdade promovidas na justiça, estavam levando os escravizados a se libertarem, e

⁷⁷² Segundo Flávia Braga muito embora Martins Júnior falasse sobre evolução sua ideia de evolução era diferente da de outros pensadores do seu tempo. Para ela, “a diferença entre positivistas e evolucionistas é que os primeiros (Martins Júnior e Aníbal Falcão, por exemplo) acreditavam que as diferenças entre os povos eram principalmente culturais e não biológicas, portanto qualquer povo poderia “chegar ao mais alto estágio civilizatório”, já os evolucionistas (Tobias Barreto e Silvio Romero) tinham uma visão mais pessimista, mas atávica, consideravam que um povo só “superaria seu atraso” pela reprodução com povos mais “adiantados” que lhes tirassem os “vícios de raça”.” BRAGA, Flávia Bruna Ribeiro da Silva. “DITADURA”, ABOLIÇÃO E REPÚBLICA. **Op. Cit.** p.54.

⁷⁷³ **HDBN**: Diário de Pernambuco. 30 de julho de 1884. Nº174. p.3.

⁷⁷⁴ **Idem.**

⁷⁷⁵ Referia-se ao processo abolicionista nas colônias inglesas, principalmente nas quais os escravizados tiveram participação ativa no processo por meio de revoltas: Barbados (1816), Demerara (1823) e Jamaica (1831). Para saber mais sobre estas revoltas e como elas atingiram o mundo escravista colonial inglês, francês e espanhol vejam: BLACKBURN, Robin. *The American Crucible*. **Op. Cit.** BLACKBURN, R. **A queda do escravismo colonial**. Rio de Janeiro: Record, 2002. DRESCHER, Seymour. **Abolição: uma história de escravidão e do antiescravismo**. Tradução: Antonio Penalve Rocha. – São Paulo: Editora Unesp, 2011. 736p.

⁷⁷⁶ **HDBN**: Diário de Pernambuco. 30 de julho de 1884. Nº174. p.3.. pp.3-4.

isto poderia vir a desorganizar muito mais as plantações do que a alforria imediata conduzida por todas as classes.⁷⁷⁷ Não tinha por que os senhores arrumarem mais problemas para si.

Apresentou diversas outras medidas posteriores à abolição imediata, como, “a obrigatoriedade do trabalho, a mais vigorosa repressão da vagabundagem”, a criação de colônias militares no interior das províncias e medidas relativas à imigração e à colonização que serviriam para organizar a lavoura e as propriedades desfalcadas.⁷⁷⁸ A essas medidas, os agricultores responderam estarem de acordo. Porém, por não reconhecer a indenização da propriedade escrava, Martins Júnior ouviu Marcionilo da Silveira Lins chamar os abolicionistas de “comunistas”.⁷⁷⁹ Como representante dos republicanos positivistas e dos abolicionistas, Martins Júnior adicionou ao debate uma outra visão política de futuro acerca da Abolição e das medidas seguintes.⁷⁸⁰

Esse projeto de futuro, apesar de incluir a abolição sem indenização, procurava assegurar aos senhores a locação de serviços, a repressão da vagabundagem, a obrigatoriedade geral do trabalho, o estabelecimento de colônias militares e uma posterior oferta de dinheiro ou títulos, que permitisse a reorganização do trabalho em suas fábricas, fomentando a imigração.⁷⁸¹ Organização social e econômica que começava de cima, não de baixo.

O projeto republicano-positivista, de impor o trabalho aos libertos, alocando-os principalmente em colônias militares, não deveria ser mais atraente para a gente pobre do que

⁷⁷⁷ GRINBERG, Keila. **Escravidão, direito e alforria no Brasil oitocentista: reflexões sobre a lei de 1831 e o “princípio da liberdade” na fronteira sul do Império brasileiro**. In: CARVALHO, José Murilo de (org.). **Nação e cidadania no Império**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p.267-287. MAMIGONIAN, Beatriz G. O direito de ser africano livre: os escravos e as interpretações da lei de 1831. In: LARA, Silvia H.; MENDONÇA, Joseli N. (orgs.). **Direitos e justiça no Brasil: ensaios de História Social**. Campinas: Ed. da Unicamp, 2006. p.129-160. MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. **Africanos Livres: a abolição do tráfico de escravos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. 632p

⁷⁷⁸ **HDBN**: Diário de Pernambuco. 30 de julho de 1884. Nº174. p.4.

⁷⁷⁹ **Idem**. Marcionilo da Silveira Lins era irmão do Barão de Escada, Belmiro da Silveira Lins e filho de Henrique Marques Lins, o Visconde de Utinga. A família Silveira Lins, a mais rica dentre a oligarquia açucareira de Escada, comandava não somente os seus homens e suas terras, como também a política, a justiça e a polícia em Escada. Segundo Eisenberg, em 1861 na Câmara Municipal de Escada tanto o pai quanto o irmão de Marcionilo eram vereadores. O delegado de Escada no começo da década de 1860 era genro de Henrique Marques Lins, que era Tenente-Coronel e comandava o 24º batalhão da Guarda Nacional. EISENBERG, Peter. Modernização sem mudança. **Op. Cit.** pp.153-155.

⁷⁸⁰ Isidoro Martins Júnior chegou a sugerir planos para colônias agrícolas organizadas pelo exército, para que os ex-escravos pudessem aprender as virtudes do trabalho livre. Estas ideias eram criticadas por José Mariano que, aproveitava-se para divulgar ideias sobre o perigo da reescravização nas reuniões públicas que fazia em casa de aliados. Num debate pela imprensa, antes da proclamação da República, Ambrósio Machado e José Mariano, replicavam acusações, o primeiro - que se filiou ao grupo republicano após o 13 de maio - era chamado de “republicano escravista” e o segundo de “abolicionista eleitoreiro”. Na visão de Braga, a questão não pode ser resumida a quem se manteve “puro” e “íntegro” após a Abolição, mas de focar nas estratégias políticas utilizadas para manter-se ou conquistar poder. Para isso, ambos os grupos se transformaram. Veremos mais sobre esta discussão no 6º capítulo desta Tese. OZANAM, Israel. Capoeira e Capoeiras. **Op. Cit.** pp. 77-78. BRAGA, Flávia Bruna Ribeiro da Silva. “DITADURA”, ABOLIÇÃO E REPÚBLICA. **Op. Cit.** p.54. pp.158-159.

⁷⁸¹ **HDBN**: Diário de Pernambuco. 30 de julho de 1884. Nº174. p.4.

a ideia de “Democracia territorial” idealizada por Rebouças e propagada por abolicionistas como Nabuco, Patrocínio e tantos outros. Apesar de ambos defenderem também um projeto de imigração, a proposta de Reforma agrária idealizada por Rebouças, poderia ser considerada muito mais interessante ao futuro da população pobre, majoritariamente negra, do que o projeto do republicano, que recebeu até mesmo apoio dos proprietários rurais naquele Congresso.⁷⁸² Apesar de homens como Martins Júnior, André Rebouças e Joaquim Nabuco concordarem em certos aspectos, como com a abolição imediata e sem indenização, não concordavam quanto aos meios, nem quanto ao futuro que o Estado deveria dar aos libertos no pós-abolição.⁷⁸³

Ao acompanhar os testemunhos dos que falaram na reunião, conseguimos listar ao menos quatro grupos representados no 2º Congresso Agrícola. O dos agricultores, representados principalmente por Ambrósio Machado e Henrique Augusto Milet, líderes da SAAP e dos Clubes da Lavoura. O dos emancipadores legalistas, aí enquadrando-se os membros das sociedades emancipadoras como a *Comissão Central* e a *Nova Emancipadora*, muitos deles comerciantes, que foram representados por Manoel Gomes de Mattos. E, por último, a opinião dos “abolicionistas intransigentes”, que, naquele momento, eram compostos tanto por republicanos positivistas quanto por dissidentes liberais.

Estes dois últimos grupos, apesar de politicamente divergentes, concordavam em um ponto: a abolição deveria acontecer imediatamente e sem indenização. Os liberais foram representados por uma liderança política de peso, o deputado provincial Dr. José Maria de Albuquerque Mello, ligado ao grupo político de José Mariano e ao movimento abolicionista radical liderado por João Ramos. Já os republicanos contaram com a representação do talentoso estudante da Faculdade de Direito, José Isidoro Martins Júnior, ao qual João Ramos também estava vinculado, devido ao republicanismo e abolicionismo de ambos. A união desses dois

⁷⁸² PATROCÍNIO, José do. Manifesto da Confederação Abolicionista. **Op. Cit.** CONFEDERAÇÃO ABOLICIONISTA. Abolição imediata. **Op. Cit.** SANTOS, Cláudia Regina Andrade dos. ABOLICIONISMO E DESIGUALDADES SOCIAIS. ‘Usos do Passado’ — XII Encontro Regional de História ANPUH-RJ 2006. pp.1-10. SANTOS, Cláudia Regina Andrade dos. ABOLICIONISMO E VISÕES DE LIBERDADE. **Revista IHGB**, Rio de Janeiro, a. 168 (437): 319-334, out./dez. 2007. pp.319-334.

⁷⁸³ O apoio dado pela Confederação Abolicionista, pela Comissão Central Emancipadora, na figura de Rebouças, Patrocínio, Nabuco, ao Projeto de lei dos Sexagenários visava não somente conquistar uma lei que libertasse os escravos mais velhos, mas sim, a distribuição de terras, inclusive privadas, para trabalhadores. O senador propôs a criação de colônias de libertos nas quais os colonos poderiam adquirir progressivamente o título de propriedade da terra. Esta seria a perspectiva dos abolicionistas mais progressistas. Uma reforma agrária de cunho liberal visando amenizar os problemas econômicos internos, solapando o poder dos “landlords”, da aristocracia latifundiária, outro problema para além da escravidão que deveria ser sanado na visão daqueles homens. TEIXEIRA, Francisco Carlos, “Terra e política no Rio de Janeiro na época da abolição. **Op. Cit.** pp.61-83.

grupos políticos, ao menos até maio de 1888, juntamente com a ação dos escravizados, como veremos, foi crucial para o avanço do abolicionismo em Pernambuco.⁷⁸⁴

A partir da análise dos discursos, podemos perceber que a discussão no Congresso girou em torno de três propostas: a dos senhores, que queriam a emancipação pela morte do último escravo e do último ingênuo, e quando não, por uma indenização farta; a dos que queriam a emancipação o mais rápido possível, mas somente pelas vias legais, grupo que chamamos de emancipadores-legalistas e, por último, a dos que queriam a abolição imediata e sem indenização, pois consideravam a escravidão um roubo (ilegal) e uma afronta ao progresso e a civilização, considerados, pelos senhores, “abolicionistas radicais” ou “intransigentes”.

Como podemos perceber, o abolicionismo radical, longe de ser um movimento homogêneo, também congregava pessoas de diversos grupos políticos, inclusive de grupos opostos, como monarquistas conservadores ou liberais e republicanos. Não sendo possível generalizarmos as pessoas e os motivos pelas quais lutavam. Como exemplo disso, podemos citar o próprio caso de Martins Júnior, que apresentou um projeto conservador para o pós-abolição. Apesar de ser considerado pelos agricultores ali presente um “abolicionista radical”, o projeto do acadêmico só desagradou aos proprietários quando tratou da “utopia da indenização.” Já a perspectiva da abolição sem indenização e “por todos os meios possíveis”, defendida abertamente pelo deputado liberal José Maria, seria a que os cupins, em sua maioria republicanos liberais, representavam.⁷⁸⁵

Acreditamos que logo após o Congresso, a divisão do grupo abolicionista entre emancipadores legalistas e abolicionistas radicais se acentuou ainda mais, prejudicando o projeto de libertação dos territórios na Província. A cisão entre os dois grupos, tanto serviu para fortalecer os escravistas, que estavam naquele momento mais unidos, quanto para incentivar ainda mais as ações dos que furtavam escravos. Dessa forma, por exemplo, conseguimos entender por que João Ramos saiu da *Nova Emancipadora* e rompeu com o movimento emancipador, em 1884, para fundar o Cupim no mesmo ano. Os membros fundadores dessa

⁷⁸⁴ Notaremos, ao longo do trabalho, a troca de apoio que João Ramos deu a estes dois grupos. O comerciante ora buscava favores dentro do grupo ligado a José Mariano, ora apoiava as causas políticas dos republicanos positivistas, tendo sido membro de Clubes Republicanos, podendo ser mesmo considerado um republicano histórico. Acreditamos que todo o apoio político dado a estes grupos dependia dos retornos que poderiam ser alcançados. Acreditamos, juntamente com Flávia Braga, que não devemos enxergar estas relações como algo “puro” ou “íntegro”, mas sim como estratégias para se manter no poder ou conquistar algo dos que detinham este. Discutiremos melhor estas disputas políticas em nome da Abolição no 6º capítulo.

⁷⁸⁵ Segundo Castilho, até 1884 a mobilização levava em conta a legislação de 1871, utilizando-se das ações de arbitramento, das emancipações por indenização, porém a partir do 25 de março no Ceará há uma virada na forma como o movimento iria dar prosseguimento ao processo. Os senhores que eram contrários às propostas da lei de 1871, passaram a aderir a esta possibilidade ao invés de ter que ceder a abolição sem indenizações e imediata. CASTILHO, Celso. “Agitação abolicionista, transtornos políticos. **Op. Cit.** pp. 322-323.

instituição agiriam para além do que os agricultores ou emancipadores estavam dispostos a permitir ou queriam. O movimento abolicionista não era homogêneo, nem coeso. A classe agrícola brasileira, em sua maioria, composta por proprietários de escravos, tinha muito mais força e unidade política do que o movimento libertador.

Os agricultores também colheram seus frutos políticos, em 1884. Devido às pressões senhoriais, a 13ª festa de libertação, em comemoração à lei do ventre livre, no dia 28 de setembro de 1884, foi organizada de forma muito diferente das festividades em comemoração à libertação do Ceará. A Câmara Municipal do Recife tomou a iniciativa de organizar a festividade, convidando uma comissão composta pelos srs. Dr. Barros Sobrinho, João Ramos e Elpídio de Vasconcellos, para representarem as sociedades emancipadoras. O presidente da Câmara Municipal do Recife, o sr. Comendador José Candido de Moraes, o padre Mello, João Augusto, Natividade Saldanha, capitão Torres e Silva Neves se fizeram presentes. A solenidade contou ainda com a presença do presidente da Província, o liberal, Dr. Sancho de Barros Pimentel⁷⁸⁶, do presidente da Relação, o conselheiro Quintino José de Miranda e do Chefe de Polícia de Pernambuco, estando abarrotadas as galerias, “repleta de gente grada.”⁷⁸⁷

O presidente da Câmara, Cândido de Moraes, iniciou o evento com um discurso típico dos que se posicionavam a favor da lei, da gradualidade e da indenização. Reconheceu que já não estavam mais nas discussões de 1871, as quais levantaram posicionamentos contrários às medidas da liberdade, argumentando que ninguém queria mais ser escravista, mas que os senhores não poderiam deixar de pensar no próprio futuro e no futuro dos escravos.⁷⁸⁸ Utilizando a retórica senhorial, afirmou que “a nação exige um remédio eficaz, porém aplicado com prudência e sem comprometer a tranquilidade de sua existência social.”⁷⁸⁹ Era a ressonância do 2º Congresso Agrícola afetando os posicionamentos oficiais dos representantes da Província de Pernambuco. O Congresso colhia seus frutos. Nada de teatros, de passeatas, de folguedos, de festas, nem de libertações de território. Enquanto naquele ano, o 25 de março

⁷⁸⁶ “Sancho de Barros Pimentel fora colega e amigo de Nabuco desde o primeiro ano na Faculdade de Direito de São Paulo. Na do Recife, onde continuaram os estudos e se formaram, foram, além de colegas e amigos íntimos, companheiros de casa. Fizeram ambos sua estreia parlamentar na Legislatura de 1879-81, onde juntos se bateram pela emancipação, sacrificando assim sua reeleição. Mais tarde, em 1884, defenderam lado a lado na imprensa, como membros da brilhante e anônima plêiade que chamavam os ingleses do sr. Dantas, o curto governo emancipador de Manuel de Sousa Dantas. Barros Pimentel foi presidente da província de Pernambuco quando Nabuco conduziu ali, ao lado de José Mariano, a primeira campanha eleitoral travada sob a bandeira exclusiva da Abolição.” Segundo Carolina Nabuco, “Sancho de Barros Pimentel foi do pequeno grupo de deputados chefiados por Nabuco que, na legislatura de 1879-80, sacrificara toda possibilidade de reeleição para defender o princípio da emancipação.” NABUCO, Carolina. Obras Completas de Joaquim Nabuco. VOL XIII. CARTAS A AMIGOS. **Op. Cit.** p.8 e 61.

⁷⁸⁷ **HDBN**: Diário de Pernambuco. 17 de outubro de 1884. Nº240. p.1.

⁷⁸⁸ **Idem.**

⁷⁸⁹ **Ibidem.**

representou uma afronta aos interesses escravistas, o 28 de setembro representou mais uma vez o interesse da classe agrícola, organizado dentro do âmbito da oficialidade e da legalidade.

Para Cândido de Moraes, o remédio mais eficaz havia começado a ser aplicado em 1871, depois que a lei foi aprovada. Muito embora fosse um paliativo, “já aliviava as dores”. Após tecer elogios ao Barão do Rio Branco e a João Alfredo Correia de Oliveira, o presidente da Câmara passou a palavra para o sr. Dr. José Francisco de Góes Cavalcante que dirigiu seu discurso diretamente aos libertandos ali presentes.

Como um bom respeitador dos direitos de propriedade, que se arrogava o título de emancipador, fez uma crítica da escravidão, mas uma defesa da resolução gradual, assim como o presidente da Câmara. Ambos os principais oradores alegaram que não desejavam o fim pelos meios violentos, mas a transição pacífica. Em seguida, falando diretamente com os “beneficiados da liberdade”, instruiu-os a agradecerem aos legisladores que haviam “concedido” a possibilidade de se tornarem livres e, tentando convencê-los a trabalharem para poderem viver dignamente e angariando recursos para ajudar os seus irmãos que ainda permaneciam na escravidão, aconselhou-os:

não vos deixei embrigar por este gozo da liberdade, sem procurar ser útil a pátria, aos vossos semelhantes e a vós mesmos. Não vos entregueis aos vícios da preguiça e da libertinagem! Agora que acabais de sahir de uma escravidão, não vades cahir em outra peor, que é a da miséria, o jugo mais terrível que se poderá sofrer. [...] Trabalhai, e trabalhai sempre que poderdes, porque só assim vivereis tranquilos. Sedê felizes. [sic].⁷⁹⁰

Ali estava, na visão oficial, da perspectiva senhorial, a única alternativa à escravidão. Para sair do cativeiro e viver bem, eles deveriam trabalhar e trabalhar, o que para muitos libertos não alterava a ordem das coisas. O discurso senhorial estava sendo muito bem representando pelos oradores. A solenidade, marcadamente afetada pelo 2º Congresso Agrícola, refletiu as pressões que os representantes da província e das municipalidades sofreram dos senhores de escravos. Antes do passamento das cartas de liberdade, ao invés de músicas, poesias, flores e palavras contra à propriedade escrava, o que os observadores do momento presenciaram foi a defesa explícita dos meios “legais” para resolução do problema do elemento servil.

No dia, a Câmara Municipal conseguiu alforriar dez pessoas onerosamente, sendo mais onze alforriadas gratuitamente.⁷⁹¹ Ao total, 21 cartas de liberdade. Das gratuitas, seis foram

⁷⁹⁰ **Idem.**

⁷⁹¹ Pela Câmara através de indenização: Francisco do sr. Albino Nasciso Maia, Francelina do sr. Dr. Paulo José de Oliveira, Margarida do sr. Justino Carneiro de Almeida, Albertina da sra. Maria Francisca Moreira de Carvalho, Emilia do sr. Manoel Monteiro da França, Belmira do mesmo sr., Francisca de Manoel Rodrigues da Silva, Emilia de Arthur Augusto de Almeida, Honório de Luiz de França Baptista e Francelina de D. Isabel Maria das Virgens.

passadas pelo sr. Jeronymo Theotonio da Silva Loureiro e uma pelo tenente-coronel Pedro Osório de Cerqueira, que alforriou a preta Innocência. Senhores que também enalteceram, através de cartas enviadas e lidas pelos membros da Câmara, o gradualismo e a “dádiva senhorial de tornar as pessoas livres”. Jeronymo Loureiro, morador em Triunfo, por exemplo, defendeu o seu direito de conceder a liberdade sem a intromissão de ninguém, apenas da sua consciência. Falou sobre a emancipação gradual, apontando uma pretensa falta de atritos entre senhores e escravos, dizendo ele que, “os seus alforriados poderiam escolher continuar morando em suas terras, com trabalho, comida e vestimentas certos.”⁷⁹²

Enquanto tudo isso acontecia, percebemos que João Ramos não se afastou de vez das atividades emancipadoras mais formais, pois ele apareceu encabeçando o livro de ouro do evento, juntamente com Barros Sobrinho e Elpídio de Vasconcellos. Todavia, no mês seguinte – Outubro de 1884 - o *Clube do Cupim* foi formalmente criado e os abolicionistas fizeram das eleições para a deputação geral em Pernambuco, uma causa de liberdade, utilizando-se do apelo popular para sustentar as candidaturas de Joaquim Nabuco, regressado da Europa em abril daquele ano⁷⁹³ e de José Mariano.⁷⁹⁴

Segundo Felipe Azevedo:

Com a campanha abolicionista já amplamente disseminada, principalmente nos centros urbanos, foi ocasião então de transformá-la em plataforma eleitoral, derivando daí uma série de práticas políticas populares que ampliaram o esteio dos debates, com

Os alforriados gratuitamente foram: Innocência do sr. Pedro Osório de Cerqueira, Lia por José Eleutério de Azevedo, Rita e Maria por Joaquim Nicola Ferreira, Francisca, João, Bellarmina, Jeronyma, Renovata e Ignácio, todos do sr. Jeronymo Theotonio da Silva Loureiro e Thiago pelo vereador capitão João Gonçalves Torres. **HDBN**: Diário de Pernambuco. 17 de outubro de 1884. Nº240. p.1.

⁷⁹² Idem.

⁷⁹³ Numa carta enviada para João Ramos, José Correia do Amaral, correspondente direto de Nabuco, diz que, “Nabuco já está no Rio trabalhando para uma revolução abolicionista.” **IAHGP**. Cx 20. Maço 1. doc 0809. Manuscritos – 1884. Manuscritos relativos ao Club do Cupim. Carta de José Correa do Amaral a João Ramos. Ceará, 31 de maio de 1884.

⁷⁹⁴ Segundo o próprio Nabuco, “o movimento abolicionista teve com efeito duas fases bem acentuadamente divididas: a primeira, de 1879 a 1884, em que os abolicionistas combateram sós, entregues aos seus próprios recursos, e a segunda, de 1884 a 1888, em que eles viram sua causa adotada sucessivamente pelos dois grandes partidos do país. Em 1884 deu-se a conversão do Partido Liberal e em 1888 a do Partido Conservador. A fase puramente abolicionista da campanha -- por oposição à fase política que poderia entrar na história dos dois partidos rivais -- foi a primeira. Numa tentativa de engrandecer o apoio e a partidarização do movimento pelo Partido Liberal, Nabuco termina por tentar convencer o seu leitor de que a Abolição havia se tornado bandeira do partido em 1884, todavia, continuaram a existir as dissensões entre os partidários da abolição imediata e os do emancipacionismo gradual e indenizado. Hoffnagel fala sobre a distinção das duas facções do partido liberal a dos “leões” e a dos “cachorros”, da qual faziam parte José Mariano e Joaquim Nabuco, dissidentes. Segundo Angela Alonso a estratégia eleitoral dos abolicionistas se deu em nível nacional, em várias províncias 51 candidatos do movimento disputaram cargos em 1884, essas campanhas se voltaram especialmente ao espaço público. Alonso conseguiu mapear em torno de 587 eventos de propaganda naquela eleição. **NABUCO**, Joaquim. Minha formação. **Op. Cit.** p.194. **ALONSO**, Angela. Flores, votos e balas. **Op. Cit.** p. 268 – 279. **HOFFNAGEL**, Marc. **From monarchy to republic in northeast Brazil: the case of Pernambuco, 1868-1895**. Indiana University, PHD, 1975. p.213.

interesse especial no apelo para a participação de setores sociais marginalizados do direito ao voto.⁷⁹⁵

Celso Castilho apontou que a campanha de 1884 foi um evento forjado a partir de um conjunto de manifestações abolicionistas que inflamavam as capitais provinciais do país. Os debates em torno da aprovação da lei dos sexagenários, o fechamento da Câmara dos deputados, por duas vezes no mesmo ano, pelo poder Moderador, as libertações do Ceará e do Amazonas, a multiplicação das Sociedades abolicionistas e a reação senhorial são alguns dos principais acontecimentos que influenciaram aquelas disputas eleitorais.⁷⁹⁶

Foi neste clima de choque em Pernambuco, entre escravos, senhores e abolicionistas intransigentes e de expansão do apoio e da participação popular no movimento, que o abolicionismo ganhou de vez as ruas, em 1884.⁷⁹⁷ A fundação “oficial” do Cupim foi uma resposta a esta aceleração nos acontecimentos nacionais e a proporção que eles tomaram na segunda metade de 1884. Em meio às pressões senhoriais e à tentativa de conservação da ordem escravocrata perante o avanço do movimento no Parlamento e nas ruas, alguns abolicionistas fundaram a primeira sociedade extralegal de Pernambuco, com o fim de libertar pessoas escravizadas, “por todos os meios possíveis”. Em seu nome de batismo, “Clube Relâmpago”, os fundadores deixaram implícita a mensagem de qual era sua principal intenção: fulminar a escravidão, o mais rápido possível, de uma vez por todas.

⁷⁹⁵ AZEVEDO, Felipe. A participação política. **Op. Cit.** pp. 39-40.

⁷⁹⁶ CASTILHO, Celso. "Agitação abolicionista, transtornos políticos. **Op. Cit.** Isso não é observado somente para Pernambuco, na Bahia, no Rio e em São Paulo, segundo Walter Fraga, Angela Alonso e Elciene Azevedo, a reação senhorial se fortaleceu e reagiu com bastante intensidade a partir de 1883-1884. Sinal de que os acontecimentos da província cearense não ficaram mesmo restritos ao porto de Fortaleza e as outras municipalidades. FILHO, Walter Fraga. Encruzilhadas da Liberdade. **Op. Cit.** pp.101-102. ALONSO, Angela. Flores, votos e balas. **Op. Cit.** p.200. AZEVEDO, Elciene. O direito dos escravos. **Op. Cit.** p.207.

⁷⁹⁷ Segundo Nabuco, “o partido liberal em massa nessa cidade tornou-se abolicionista, e o abolicionismo que era a opinião de alguns tornou-se o partido popular. O Recife nunca viu semelhante espetáculo, novo também no Brasil: o de uma eleição disputada, como nos Estados Unidos ou na Inglaterra, na praça pública, em grandes meetings, com esta diferença somente: que naqueles países ambos os partidos comparecem perante o povo e batem-se diante deles na mais transparente publicidade possível, ao passo que em Pernambuco eram os abolicionistas os únicos a dirigir-nos ao povo, a falar ao povo.” NABUCO, Joaquim. Campanha abolicionista do Recife. **Op. Cit.** p. 170.

5 O CLUBE DO CUPIM E OS “CIDADÃOS ESCRAVIZADOS” NA DIREÇÃO DO MOVIMENTO ABOLICIONISTA EXTRALEGAL

No dia 08 de outubro de 1884, alguns comerciantes e acadêmicos⁷⁹⁸, integrantes de diversas associações emancipadoras, reuniram-se na rua Barão da Vitória nº54, em residência do cirurgião-dentista Numa Pompílio⁷⁹⁹, para deliberarem sobre a organização de uma associação que procuraria “resgatar das mãos dos aventureiros o maior número possível de cidadãos escravizados.”⁸⁰⁰ João Ramos, principal nome da instituição, assumiu o pseudônimo de “Garrison” e propôs que eles passassem a se chamar “Relâmpago”, nome que provavelmente fazia referência a intenção de acabar rapidamente com a escravidão em Pernambuco, contrastando com a lentidão das sociedades emancipadoras e contrariando as demandas senhoriais.⁸⁰¹ A escolha do nome Garrison evidencia a qual tipo de movimento abolicionista pertenciam os cupins e quais posicionamentos eles tinham acerca do futuro dos libertos.

⁷⁹⁸ Na primeira reunião do Cupim compareceram 9 homens: João Ramos (Ceará), Numa Pompílio (Mato Grosso), Alfredo Pinto Vieira de Melo (Minas Gerais), Antônio Faria (Rio Grande do Sul), Gaspar da Costa (Rio de Janeiro), Guilherme Pinto (Goiás), Nuno Alves da Fonseca (Alagoas), Joaquim Lages (Amazonas), Luiz Amaral (Pernambuco), ingressando já na segunda Joaquim Pessoa (Rio Grande do Norte), Fernando de Castro Paes Barreto (Maranhão) e Alfredo Ferreira Pinto (Bahia). **IAHGP**. Caixa.21, maço 2, doc. 0828. Documentos do Clube do Cupim: Lista dos sócios fundadores.

⁷⁹⁹ Numa Pompílio de Loyola e Sá nasceu no Ceará e iniciou sua vida trabalhando como ourives e abridor. Em 1871, aparece listado como um dos homens que assinaram o Manifesto Republicano do Ceará e, no ano de 1873, como tesoureiro do Club Republicano de Pernambuco, podendo ser considerado um republicano histórico. Realizou os exames de habilitação para o exercício da profissão de Dentista pela Faculdade de Medicina da Bahia em 12 de setembro de 1871, obtendo aprovação com o conceito plenamente. Ao se estabelecer em Recife, Pernambuco, atuou como cirurgião dentista no hospital D. Pedro II, juntamente com o Dr. Barros Sobrinho. Pompílio entrou em contato com o movimento abolicionista e foi em sua casa, na Rua Barão da Vitória nº 54 (atual Rua Nova), onde ele, sob a liderança de João Ramos e com mais 7 pessoas fundaram a “Relâmpago” e posteriormente o “Club Cupim”. **HDBN**: O Cearense. 25 de março de 1871. Nº30; 4 de julho de 1854. Nº742; 14 de junho de 1861. Nº1449. **HDBN**: Jornal do Recife. 09 de novembro de 1880. Nº259. p.1; Jornal do Recife. 20 de abril de 1881. Nº88. p.1; Jornal do Recife. 23 de outubro de 1883. Nº 244. p.1. **HDBN**: O Liberal: jornal político, literário e noticioso. 08 de fevereiro de 1873. Nº4. p.2. **HDBN**: Almanak Administrativo, Mercantil, Industrial e Agrícola da Província de Pernambuco. Ano 1875. p.213. FORTUNA. Cristina Maria Mascarenhas. **MEMÓRIAS HISTÓRICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DA BAHIA 1916 - 1923 - 1925 - 1941**. ANEXO 1 Memórias da Participação da FMB em Acontecimentos Notáveis do Século XIX. Abolicionismo. Salvador – Bahia – Brasil 2012. p.199. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/24837/4/Anexo%201.pdf> acessado em 24 de abril de 2020 às 14:51.

⁸⁰⁰ **IAHGP**. Caixa 20. Doc 0810. Livro de actas do Clube do Cupim. Acta da 1ª sessão do Club “Relâmpago” em 8 de outubro de 1884. Presidência de Guerrison. 1º Anno da Libertação total do Ceará e Amazonas.

Imagem 12: Numa Pompílio: Dentista Americano.



Fonte: HDBN. Revista das Artes. 11 de janeiro de 1885.

Nascido em Newburyport, Massachusetts, em 12 de dezembro de 1805, William Lloyd Garrison foi um proeminente abolicionista, jornalista e reformador social dos Estados Unidos da América. Ele era mais conhecido por ser o editor do jornal abolicionista radical *The Liberator*⁸⁰² e um dos fundadores da *Sociedade Antiesclavagista Americana*. Garrison foi considerado um “extremista” e “inflexível” pelos seus opositores, principalmente pelo fato de ter trabalhado algum tempo com Frederick Douglass⁸⁰³ e por pregar o princípio da quebra da União, acusando a Constituição americana de escravista.⁸⁰⁴ Radical em suas palavras e ações, pregando a desobediência civil, inspirou alguns membros do movimento abolicionista radical no Brasil, principalmente os de posicionamento republicano como João Cordeiro e João Ramos que seguiram alguns dos ensinamentos abolicionistas de Garrison. Todavia, como muitos

⁸⁰² The Liberator foi fundado em Boston e o seu primeiro número saiu no dia 1 de janeiro de 1831. O jornal abolicionista circulou até 1 de janeiro de 1866 e o próprio Garrison escreveu, no seu artigo: "Valedictory: The Last Number of The Liberator" de 29 de dezembro de 1865 o motivo do encerramento das atividades. Segundo ele, “o motivo pelo qual o The Liberator foi criado — a exterminação da posse de escravos, estando gloriosamente consumada, parece-me especialmente apropriado deixar que a sua existência cubra o período histórico da grande luta; deixando o que ainda resta por fazer, isto é, completar a tarefa de emancipação com outros instrumentos (dos quais espero aproveitar eu mesmo), sob novos auspícios, com meios mais abundantes, e com milhões em vez de centenas de aliados. Disponível em: <http://fair-use.org/the-liberator/1865/12/29/valedictory> acessado em 05 de março de 2021 às 15:06. O jornal dos abolicionistas cearenses, *O Libertador*, foi inspirado no jornal de Garrison. **HDBN:** O Libertador: Órgão da Sociedade Cearense Libertadora (CE).

⁸⁰³ Frederick Douglass, nascido como Frederick Augustus Washington Bailey (Condado de Talbot, c. fevereiro de 1818— Washington, D.C., 20 de fevereiro de 1895) foi um escravo fugido, abolicionista, estadista e escritor estadunidense. Chamado "O Sábio de Anacostia" ou "O Leão de Anacostia", ele foi dos mais eminentes afro-americanos do seu tempo, e dos mais influentes na história dos Estados Unidos, sobretudo durante o período da Guerra de Secessão e a consequente abolição da escravatura, para o que pressionou o então presidente Abraham Lincoln. Filho de uma escrava com um homem branco, Douglass viveu a experiência da servidão e, instruindo-se, dela fugiu em 1838, adotando novo nome como homem livre e com o qual passou à história; dez anos depois publicou sua primeira autobiografia que o levou a excursionar pela Europa, o que lhe mudou o pensamento para ações mais pragmáticas de luta, durante a guerra civil conseguiu fazer com que os negros pudessem lutar ao lado dos brancos e, terminada esta, continuou suas lutas pela igualdade entre as raças e também entre homens e mulheres. Disponível em: <http://archive.is/jPv0T> Frederick Douglass (1818 - 1895). **Africans in America (PBS)**. Consultado em 13 de abril de 2020 às 17:40.

⁸⁰⁴ SMITH, George H. **William Lloyd Garrison e Frederick Douglass sobre desunionismo**. Disponível em: <https://www.libertarianism.org/columns/william-lloyd-garrison-frederick-douglass-disunionism>. Acessado em 13 de abril de 2020 às 17:34.

abolicionistas do seu tempo, Garrison também empregou em alguns de seus discursos a imagem do escravo bárbaro, bestial e atrasado.

William L. Garrison, atacando a ideia de enviar libertos para auxiliar a *Sociedade de Colonização Americana* nas suas missões no continente africano, afirmou serem os escravos “a parte mais viciosa, degradada e perigosa da população americana e, por isso mesmo, não poderiam ter papel algum na civilização e evangelização da África.”⁸⁰⁵ Mesmo tratando, em alguns dos seus discursos religiosos, o escravo como um irmão e se associando a homens negros livres, como Douglas, Garrison não estava livre dos preconceitos da sua época e do pensamento da inferioridade cultural e até mesmo biológica - chegando a utilizar o termo “degenerados” - da população afro-americana. Essas ideias também influenciaram o imaginário cultural dos abolicionistas brasileiros, incluindo o chefe dos cupins e outros abolicionistas membros da elite ou vinculados às camadas intermediárias da sociedade imperial.⁸⁰⁶ Podiam até trabalhar em prol da abolição com negros livres, libertos ou escravizados, mas não desejavam ser iguais a estes homens.⁸⁰⁷

Ao assumir o nome de Garrison, João Ramos deixava claro qual o modelo de abolicionismo ele tinha escolhido como escola: o “radical americano”. A organização das fugas escravas e a desobediência civil às leis e às instituições escravistas eram a marca desse tipo de movimento. Os abolicionistas americanos usaram a propaganda de massa, fizeram petições,

⁸⁰⁵ AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. Irmão ou inimigo: o escravo no imaginário abolicionista dos Estados Unidos e do Brasil. **REVISTA USP**, SÃO PAULO (28):96 - 109, DEZEMBRO/FEVEREIRO 95/96. p.104.

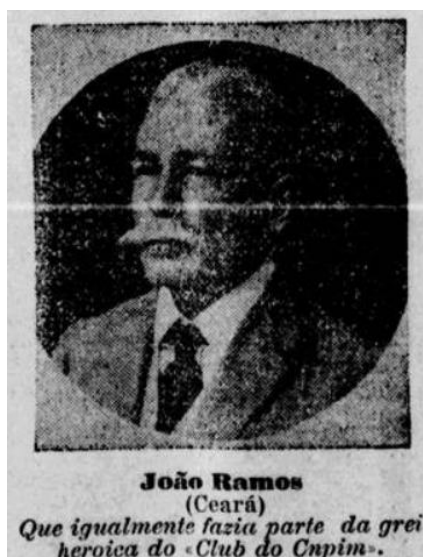
⁸⁰⁶ Além de João Ramos, Joaquim Nabuco também se utilizou do nome de William Lloyd Garrison como pseudônimo. Inicialmente, segundo Alonso, Nabuco preferia se nomear como Gladstone, primeiro ministro do Reino Unido. Este homem, líder do partido liberal britânico, representava mais a posição legalista de Nabuco acerca de como resolver o problema da escravidão no Brasil. Gladstone condenava a política das ruas, o terrorismo e o assassinato político, por exemplo. A influência do primeiro ministro liberal no pensamento de Nabuco fez com que ele defendesse as ideias de Reforma Agrária, de diminuição do poder da Igreja e de reformas eleitorais mais expansivas, pautas sustentadas por Gladstone. E, apesar de ter afirmado, em 28 de novembro de 1884, que não poderia ser comparado como um propagandista ao estilo de Garrison, após ter sido expulso do Parlamento em 1885, Nabuco trocava o nome de Gladstone pelo do abolicionista radical americano, mostrando como estes posicionamentos políticos estavam constantemente passando por mudanças e sendo confirmados ou recusados dependendo da situação. Nas instituições, Nabuco assumia uma posição, vista como conservadora pelos abolicionistas das ruas e radical pelos membros do Parlamento, fora do Parlamento tentava passar a imagem de uma liderança mais radical, tentando se aproximar mais da opinião pública como um líder progressista. ALONSO, Angela. Joaquim Nabuco: os salões. **Op. Cit.** p.142. ALONSO, Angela. Flores, votos e balas. **Op. Cit.** p.247. **HDBN**: Jornal do Recife. 28 de novembro de 1884. Nº275. p.1. Para saber mais sobre a diferença de posições abolicionistas ver: DRESCHER, Seymour. A ABOLIÇÃO BRASILEIRA EM PERSPECTIVA COMPARATIVA. Tradução de Jaime Rodrigues. **Revista de HISTÓRIA SOCIAL**. Campinas – SP. Nº2. 1995. pp.115-162.

⁸⁰⁷ Segundo Célia de Azevedo, “o ideal de uma sociedade patriarcal, hierárquica, desigual, porém humanitária e protetora dos direitos dos humildes, alimentava os argumentos de abolicionistas de elite que se dirigiam às elites escravistas, como era o caso de Ruy Barbosa”, por exemplo, podendo este argumento ser estendido para Nabuco, João Ramos, entre tantos outros abolicionistas. AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. Irmão ou inimigo. **Op. Cit.** p.102.

fundaram jornais, promoveram comícios públicos, ações judiciais e boicotes, apresentando sua ação antiescravista como radical e como um imperativo moral e político.

Segundo Seymour Drescher, os abolicionistas americanos que seguiam esta tendência conquistaram a reputação de fanáticos e assim como os brasileiros eram chamados de “radicais e intransigentes”.⁸⁰⁸ Ao tratar sobre as suas organizações, Drescher pontuou: “esta forma de abolicionismo tendeu a ter sua estrutura descentralizada e amplamente enraizada em comunidades locais.” Ao visarem a unidade, os abolicionistas procuraram atrair participantes excluídos do processo político normal, como escravos, libertos, mulheres, etc. Estratégias que também foram utilizadas pelos “abolicionistas radicais” brasileiros.⁸⁰⁹

Imagem 13: João Ramos (Ceará)



Fonte: HDBN. Jornal do Recife. 13 de maio de 1914. Nº128. p.3.

Em termos institucionais, as resoluções do Clube e as normas de conduta para os sócios foram decididas ainda na primeira reunião. Os encontros deveriam ocorrer pelo menos uma vez

⁸⁰⁸ DRESCHER, Seymour. A ABOLIÇÃO BRASILEIRA EM PERSPECTIVA. **Op. Cit.** p.134.

⁸⁰⁹ O Clube do Cupim representou a fase radical do movimento popular abolicionista em Pernambuco. Seus membros se inspiraram na receita anglo-americana de mobilização: publicidade jornalística, ainda que pouca, agrupamentos de massa, organizações abolicionistas autônomas locais e clandestinidade. Todavia, os abolicionistas brasileiros se diferenciavam dos anglo-americanos em alguns aspectos, inovando em suas formas de agir. Angela Alonso e Seymour Drescher apontam isso. Segundo eles, os primeiros agrupamentos abolicionistas no Brasil foram realizados de preferência em teatros e salas de concertos, ao invés das câmaras municipais, tribunais, igrejas e capelas, que formavam os centros das manifestações abolicionistas da Grã-Bretanha e nos Estados Unidos. E, enquanto o anti-escravismo anglo-americano mobilizou a imagem de estruturas políticas familiares: do início ao fim do movimento, fazendo comícios nas cidades, petições formais e deputações à legislatura, seguindo as regras e os procedimentos dos discursos parlamentares, no Brasil, a libertação popular foi sancionada inteiramente fora da política formal e dos canais burocráticos do governo central, entrando em ação as autoridades locais e nacionais somente para ratificar o que já havia sido realizado na prática. DRESCHER, Seymour. A ABOLIÇÃO. **Op. Cit.** pp.148-150. ALONSO, Angela. Flores, Votos e balas. **Op. Cit.**

por semana e quando se comunicassem deveriam se chamar por “nomes de mar”.⁸¹⁰ Inicialmente, os cupins escolheram nomes que faziam referência a influentes republicanos e abolicionistas americanos e franceses⁸¹¹, como Garrison, nome de João Ramos⁸¹² e Robespierre, nome assumido pelo estudante de direito: Alfredo Pinto Viera de Mello.⁸¹³

Alfredo V. de Mello, segundo seu amigo de faculdade, Claudino dos Santos, era um jovem humilde, inteligente, cursando o segundo ano de Direito, aos 21 anos de idade, em 1883. Portando, tinha somente 22 anos quando ingressou no Cupim. Para Claudino, Alfredo Pinto era “alguém que prometia e que muito pode aprender e muito pode ensinar”.⁸¹⁴ Positivista, o bacharel era um estudioso de Littré, um dos reformadores da doutrina comtiana. Membro ativo do movimento abolicionista em Pernambuco, buscou adaptar os ideais reformistas do positivismo ao Brasil escravista. Numa conferência em homenagem aos cinco anos da morte de Emílio Littré, o jovem bacharel discursou no *Gabinete Português de Leitura*, aproveitando a tribuna para rebater as acusações de serem os republicanos-positivistas “revolucionários” e “loucos”, afirmando publicamente, num ano de intensa perseguição aos abolicionistas - 1886 - que:

São revolucionários, mas querem a ideia em lugar de sangue, os princípios fortificantes da ciência em lugar dos instrumentos de destruição humana. Odeiam os preconceitos e o fanatismo, combatem os privilégios de casta; educam as inteligências sem luz e lamentam uma pátria sem instituições! Pois bem, Senhores, nós os loucos do presente, mas os reconstrutores do porvir, admiremos os homens como Emílio Littré, gravemos os seus exemplos em nossos corações e num vasto sentimento de

⁸¹⁰ O mesmo que nomes de guerra.

⁸¹¹ Aparecem ainda Jean Paul Marat, Lucie Desmoulins, François Antoine, Conde de Boissy d'Anglas e Léon Gambetta, Herval, Solano, Dorme-nu, Marisco e Monte Alverne. A maior parte destes homens foram representantes dos movimentos republicanos na França e na América e demarcam a posição política dos cupins como republicanos. A mudança para o nome das províncias pode ter sido também devido a ideia de agregar membros com posicionamentos políticos favoráveis à monarquia. Como veremos, monarquistas e republicanos se fizeram representar através do Clube do Cupim, que não restringiu a adesão somente aos últimos.

⁸¹² **IAHGP**. Caixa 20. Doc 0810. Livro de actas do Clube do Cupim. Acta da 1ª sessão do Club “Relâmpago” em 8 de outubro de 1884. Presidência de Guerrison. 1º Anno da Libertação total do Ceará e Amazonas.

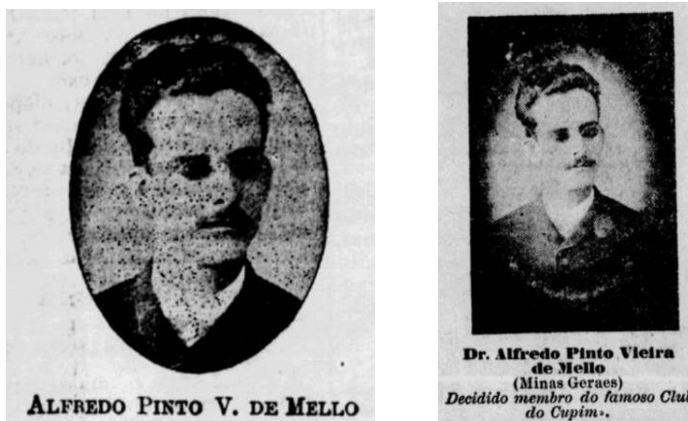
⁸¹³ Alfredo Pinto Viera de Melo teve uma carreira profissional formidável. Nascido na cidade do Recife, em 20 de junho de 1863, formou-se na Faculdade de Direito (PE) em 1886, assumindo o cargo de Promotor Público da Comarca de Baependy, em Minas Gerais, logo depois de formado. Foi também Juiz de Direito da comarca de Ouro-Fino (MG), de 1890 a 1893. Deste último ano ao de 1896, foi Chefe de Polícia nos governos dos Drs. Affonso Penna e Bias Fortes. Em 1897, foi eleito Deputado Federal, tendo sido Presidente da Comissão de Justiça e membro da Comissão Especial que estudou o projeto do Código Civil, como relator da Primeira Parte do Livro IV. Em 1903, abandonou a política e passou a advogar na Capital Federal. Em 1906, exerceu o cargo de Chefe de Polícia na presidência do Conselheiro Affonso Penna, deixando o exercício do mesmo cargo com a morte do Presidente. Professor na antiga Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro, foi convidado pelo Presidente Epitácio Pessoa para Ministro da Justiça, cargo que exerceu até 23 de agosto de 1921 quando foi nomeado Ministro do Supremo Tribunal Federal, Faleceu na Capital da República a 8 de julho de 1923. Foi um dos fundadores do “Club Cupim” e usou o pseudônimo de “Minas Gerais”. Cinquentenário da Abolição em Pernambuco. Catálogo da exposição realizada no Teatro de Santa Isabel de 13 a 31 de maio de 1938. Recife, Imprensa Oficial, 1939. 76 páginas. Reimpressão fac-similar. In: SILVA, Leonardo Dantas. A abolição em Pernambuco. **Op. Cit.**

⁸¹⁴ **CEPE Digital**: O Certamen: jornal litterario e satyrico. 13 de setembro de 1883. Nº1. pp.2-4.

solidariedade cosmopolita, façamos chegar à posteridade o seu nome aureolado pela – sabedoria.⁸¹⁵

Conferencista eloquente, Alfredo Pinto já representava, antes do Cupim, a *Emancipadora Pernambucana* e o *Clube Ceará Livre* como orador.⁸¹⁶ Publicador de artigos instigantes nos jornais *O Porvir*, *órgão do Ensaio Jurídico Litterario* e também na *Folha do Norte*, era um homem de palavra e de ação e, segundo Claudino, “tinha uma satisfação enorme em deprimir um argumento caduco”, fazendo da escravidão e do monarquismo suas caduquices preferenciais.⁸¹⁷ O Cupim contava com pessoas influentes e letradas e Alfredo Pinto, certamente era uma delas.

Imagem 14: Alfredo Pinto Vieira de Melo (Robespierre – Minas Gerais)



Fontes: HDBN. *Jornal Pequeno*. 15 de maio de 1905. Nº108. p.1. *Jornal do Recife*. 13 de maio de 1914. Nº128. p.3.

Logo na segunda reunião, João Ramos decidiu mudar o nome da sociedade, devido a uma quebra de sigilo por parte de um dos membros: eles não deveriam falar sobre a existência da instituição. Passaram a chamar a organização, em 15 de outubro de 1884, de “*Club Cupim*”.

⁸¹⁵ MELLO, Apud. BRAGA, Flávia Bruna Ribeiro da Silva. “DITADURA”, ABOLIÇÃO E REPÚBLICA. **Op. Cit.** p.147. **CEPE Digital:** A Tribuna Acadêmica. 30 de maio de 1886. Nº4. p.8.

⁸¹⁶ Da *Emancipadora Pernambucana* faziam parte, como já demonstramos, Ribeiro da Silva, Honório Silva, Fernando de Castro, Alfredo Pinto, Ovídio Filho, Phaelante da Câmara, Claudino dos Santos, João Ramos e Guilherme Pinto, entre outros nomes que vieram a fazer parte do Clube do Cupim em 1884. **HDBN:** *Diário de Pernambuco*. 24 de abril de 1883. Nº93. p.2. **HDBN:** *Jornal do Recife*. 06 de março de 1883. Nº53. p.1. **HDBN:** *Jornal do Recife*. 27 de abril de 1883. Nº96. p.3. **HDBN:** *Diário de Pernambuco*. 10 de maio de 1883. Nº106. p.7. **HDBN:** *Diário de Pernambuco*. 19 de agosto de 1883. Nº190. p.3. **HDBN:** *Gazeta da Tarde*. 01 de maio de 1883. Nº98. p.1. Já do Clube Ceará Livre, criado para comemorar a libertação da província do Ceará, faziam parte Francisco Campello, Samuel Martins, Fernando de Castro, Lemos Duarte, Phaelante da Câmara, Alfredo Pinto, Claudino dos Santos e Júlio Falcão. BRAGA, Flávia Bruna Ribeiro da Silva. “DITADURA”, ABOLIÇÃO E REPÚBLICA. **Op. Cit.** p.111. **HDBN:** *Diário de Pernambuco*. 27 de agosto de 1884. Nº197. p.3; *Diário de Pernambuco*. 10 de maio de 1884. Nº108. p.3. **CEPE Digital:** *O Ceará Livre*: 3ª edição em homenagem aos escravos. 28 de setembro de 1884. Nº3. p.1.

⁸¹⁷ **CEPE Digital:** *O Certamen*: jornal litterario e satyrico. 13 de setembro de 1883. Nº1. pp.2-4.

Acreditamos que o nome Cupim tenha sido escolhido tanto por fazer referência à maneira pela qual eles procurariam agir, discretamente, pela via subterrânea, quanto para contrapor-se ao nome dos Clubes da Lavoura.

Se os senhores se reuniam, através dos Clubes da Lavoura, para defender a escravidão e a agricultura, os cupins queriam destruir a sua “força motriz” de forma silenciosa. Escolheram assim um dos seus lemas, “destruir sem rumor”⁸¹⁸ e somente um propósito que dispensava estatutos grandes e burocráticos: “a libertação do escravo por todos os meios”.⁸¹⁹ Mudaram também os nomes dos sócios, passando a fazer alusões às províncias do Império, algo que podemos interpretar tanto como uma referência ao movimento de libertação de territórios, que se espalhava pelo Império, quanto para não afastar os abolicionistas monarquistas, já que a maior parte dos primeiros nomes tomados pelas lideranças revelava uma composição majoritariamente republicana.⁸²⁰

Os membros não poderiam faltar as reuniões e deveriam “resgatar das mãos dos aventureiros o maior número possível de cidadãos escravizados.” Notamos aqui, logo de início, algo que para os senhores poderia ser visto como radical. Ao chamarem os escravos de “cidadãos escravizados”, os cupins consideravam que aquelas pessoas possuíam já em cativeiro um grau de cidadania (o direito à liberdade seria o começo do caminho). Além de nomear aquelas pessoas como elas deveriam ser nomeadas. Não como escravas, mas como escravizadas. Termo que desnaturalizava a situação delas e refletia ainda mais o caráter ilegítimo e ilegal da instituição.⁸²¹

Segundo os cupins, o cidadão-escravizado que desejasse embarcar deveria possuir, no mínimo, a quantia de 20\$000 mil réis, oferecendo 5\$000 mil réis ao Clube, para cuidar dos preparativos do embarque, deixando disponível 7\$500 mil réis para as eventuais deliberações e situações que viessem a surgir. Os outros 7\$500 seguiriam com ele para o seu destino e caso

⁸¹⁸ ESPÍUCA, Thomaz. O Cupim e a Lei 13 de maio. **Op. Cit.** p.4.

⁸¹⁹ VILELA, Joaquim Maria Carneiro. O Clube do Cupim. **Op. Cit.** p.418. Este lema, juntamente com “um por todos e todos por um” foi o mesmo da Sociedade Cearense Libertadora, ditado por João Cordeiro e anotado por Antônio Bezerra de Menezes nos seus estatutos, em 30 de janeiro de 1881. BEZERRA, Antônio. O Ceará e os cearenses. **Op. Cit.** pp.43-45.

⁸²⁰ Esta alteração dos pseudônimos foi um pedido de Marat para confundir as autoridades que poderiam ter recebido alguma informação sobre um grupo secreto de maioria republicana que estava se reunindo para planejar “atentados contra a propriedade”. Garrison, Desmoulin, Solano, Dorme-Nú, Marisco, Herval, Goliath, Marat, Robespierre, Boissy, Mont’Alvergue e Gambetta foram os primeiros nomes. Muitos destes homens foram líderes da Revolução e representantes da República francesa. **IAHGP**. Caixa 20. Doc 0810. Livro de actas do Clube do Cupim. Acta da 1ª sessão do Club “Relâmpago” em 8 e 15 de outubro de 1884. Presidência de Guerrison. 1º Anno da Libertação total do Ceará e Amazonas.

⁸²¹ **IAHGP**. Caixa 20. Doc 0810. Livro de actas do Clube do Cupim. Acta da 1ª sessão do Club “Relâmpago” em 8 de outubro de 1884. Presidência de Guerrison. 1º Anno da Libertação total do Ceará e Amazonas.

desistissem de fugir não teriam o reembolso da quantia depositada.⁸²² Ou seja, ainda que o auxílio do processo logístico viesse dos cupins, eram os “cidadãos escravizados” que deveriam dispor de suas condições, de seus ganhos para poderem fugir. Ratificando a ideia de que eram os próprios escravizados que pagavam a maior parte das custas da sua liberdade.

Com essa iniciativa, podemos perceber também que, diferentemente das associações emancipadoras, os cupins assumiam uma estratégia de combate mais “radical”, estabelecendo a relação entre a propaganda das ideias e a realização das ações diretas, contrariando os ensinamentos de abolicionistas moderados como Joaquim Nabuco e André Rebouças⁸²³, cujos projetos descartavam a possibilidade de dirigir a propaganda e a ação aos cativos.⁸²⁴

Ainda na segunda reunião, mais três nomes foram oficializados para sócios efetivos: Fernando de Castro Paes Barreto (Maranhão), amigo de academia de Alfredo Pinto Vieira de Mello. Alfredo Ferreira Pinto (Piauí-Bahia), irmão de Guilherme Ferreira Pinto – chamado de Goiás em 1884 e de Pernambuco em 1885 -⁸²⁵ e Manoel Joaquim Pessoa (Rio Grande do Norte).

Alfredo Ferreira Pinto, era um conhecido comerciante e assim como seu irmão e um dos fundadores do Cupim, Guilherme Ferreira Pinto, militava pela causa abolicionista.⁸²⁶ Como

⁸²² **Idem.**

⁸²³ Todos estes homens dispensavam a utilização dos escravos no processo de transição do trabalho escravo para o livre. Ao procurar apoio da monarquia para as reformas necessárias, como a Abolição e a Reforma agrária, Rebouças pretendia evitar o perigo de uma revolução de caráter nacional-popular. Segundo Trindade, Rebouças acenava para a solução autocrática como forma de empreender o curso evolutivo da modernização e da reforma, em substituir alicerces antigos por novos, instaurar o progresso e consolidar a civilização. TRINDADE, Alexandre Dantas. **André Rebouças: da Engenharia Civil à Engenharia Social**. Tese de Doutorado. UNICAMP. 2004. p. 303

⁸²⁴ Perguntava Nabuco no seu livro, “Quem pode dizer que a raça negra não tem direito de protestar perante o mundo e perante a história contra o procedimento do Brasil? A esse direito de acusação, entretanto, ela própria renunciou; ela não apela para o mundo, mas tão somente para a generosidade do país que a escravidão lhe deu por pátria.” Segundo ele, os próprios escravos abriram mão de lutar pela sua liberdade, entregando o “mandato da raça” aos abolicionistas. NABUCO, Joaquim. O Abolicionismo. **Op. Cit.** pp.15-25. SANTOS, Cláudia Regina Andrade dos. ABOLICIONISMO E VISÕES DE LIBERDADE. **Op. Cit.** MACHADO, Maria Helena. O Plano e o Pânico. **Op. Cit.** pp.165-166.

⁸²⁵ Na lista de membros dos cupins, podemos perceber que João Ramos escreveu os nomes depois de 1885, provavelmente entre 1888-1889. Ele declara quem foram os sócios que entraram primeiro em 1884, os que entraram em 1885 e ainda os que se associaram depois, como José Mariano (Espírito Santo), Barros Sobrinho (São Paulo) e Falcão (Piauí). A lista, por vezes, não bate com as informações contidas nas atas, que foram registradas nos anos de 1884 e 1885. Por exemplo, João Ramos escreve que Fernando de Castro (Maranhão), Joaquim Pessoa (Rio G. do Norte) e Alfredo Ferreira Pinto (Bahia) entraram na segunda reunião, mas na ata, Alfredo Ferreira Pinto aparece como Piauí e não como Bahia. Pode ser que tenha mudado de nome como seu irmão fez - Guilherme Ferreira Pinto aparece em 1884 como “Goiás” e em 1885 como “Pernambuco” - ou ele fez isso, ou João Ramos se confundiu. Boa parte da construção das memórias e dos registros históricos do Cupim foram deixados por João Ramos, sendo importante salientar que encontramos alguns paradoxos na documentação, provavelmente devido a esta prática de fazer registros após os acontecimentos. O que não se deu no caso das atas do Clube, mas sim no da lista que constam os nomes dos membros. **IAHGP**. Caixa.21, maço 2, doc. 0828. Documentos do Clube do Cupim: Lista dos sócios fundadores e actas do Club do Cupim.

⁸²⁶ No ano de 1889, Alfredo Ferreira Pinto, passou a vender, através de sua firma, Antônio Pinto & Cia, cigarros com a marca “General Deodoro da Fonseca”, que adotou para uma qualidade de cigarros do seu comércio na rua 1º de março. Se associava ao grupo de apoiadores do Marechal em Pernambuco. **HDBN**: Diário de Pernambuco. 25 de dezembro de 1889. Nº294. p.3-4. A questão dos nomes dos cupins não era um problema somente para João

muitos outros cupins, Alfredo Pinto tinha trânsito por outras sociedades abolicionistas como a *Ave Libertas*.⁸²⁷ Era eleitor e fazia parte do corpo de juris do Recife e de associações religiosas como a confraria de Nossa Senhora da Soledade da Boa Vista.⁸²⁸ Apesar do comerciante não ter uma atividade econômica e política marcante na sociedade pernambucana, na década de 1880, ele se manteve atrelado ao grupo político de José Mariano na década seguinte⁸²⁹, tornando-se um dos grandes industriais do ramo de cigarros em Pernambuco, na Primeira República.⁸³⁰ Certamente, as conexões políticas e econômicas feitas durante o movimento abolicionista favoreceram os seus negócios.

Imagem 15: Alfredo Ferreira Pinto (Bahia)



Fonte: HDBN. *Jornal Pequeno*. 15 de maio de 1905. Nº108. p.1. *Jornal do Recife*. 13 de maio de 1914. Nº128. p.3.

Ramos. Certa vez elogiaram Alfredo Pinto Vieira de Mello (Minas Gerais) por ter supostamente auxiliado o escravo Sabino em sua alforria, o acadêmico foi ao *Jornal do Recife* para devolver “o seu a seu dono”. O Auxílio havia sido dado pelos irmãos Ferreira Pinto, “distintos abolicionistas” e não por ele. **HDBN:** *Jornal do Recife*. 18 de junho de 1885. Nº137. p.1; 20 de junho de 1885. Nº139. p.1.

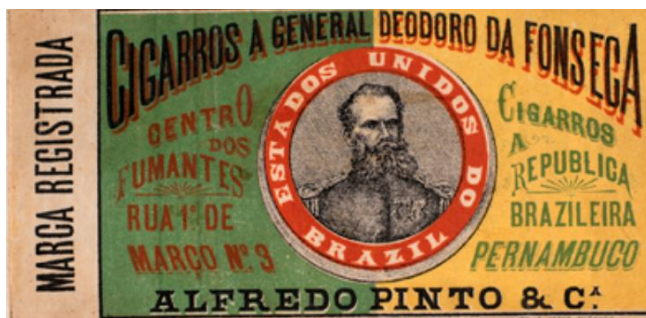
⁸²⁷ **HDBN:** 31 de março de 1885. Nº73. p.1.

⁸²⁸ **HDBN:** *Diário de Pernambuco*. 27 de novembro de 1885. Nº272. p.2. **HDBN:** *Jornal do Recife*. 08 de dezembro de 1885. Nº281. p.1.

⁸²⁹ Devido ao provável apoio recebido e dado ao grupo político de José Mariano, Alfredo Ferreira Pinto foi preso a mando do presidente Floriano Peixoto em 1893, juntamente com João Ramos e o próprio José Mariano. **HDBN:** *Jornal do Recife*. 16 de novembro de 1893. Nº261. p.2.

⁸³⁰ **HDBN:** *A Província*. 4 de abril de 1925. Nº79. p.5; 17 de janeiro de 1925. Nº14. p.6. Faleceu com 66 anos de idade em 1927. Na notícia de sua morte, o jornal *A Província* relembrou os seus serviços prestados ao movimento abolicionista ao lado de José Mariano. **HDBN:** *A Província*. 06 de agosto de 1927. Nº180. P.5.

Imagem 16: Cigarros a General Deodoro da Fonseca.



Fonte: FUNDAJ-CEHIBRA disponível em:

<http://digitalizacao.fundaj.gov.br/fundaj2/modules/visualizador/i/preload.php?cod=1142>

Assim como ele, o outro ingressante, Manuel Joaquim Pessoa, também era comerciante.⁸³¹ Ligado aos portos do Rio Grande do Norte, produtos iam e vinham, principalmente de Macau e de Mossoró - duas regiões de desembarque e embarque de fugitivos - frequentemente consignados a ele, que tomou o nome daquela província.⁸³² Manuel Joaquim era proprietário de “hiates” [sic] e barcas que armava no Recife para enviar a diversos portos do Norte com mercadorias próprias. Um conhecido comerciante de cabotagem na sociedade pernambucana.⁸³³ O seu iate, *Gerequiti*, como veremos, foi uma das embarcações mais utilizadas pelos cupins para fazer o traslado de fugitivos entre Pernambuco, Mossoró e Fortaleza.⁸³⁴

Joaquim Pessoa também chegou a nomear um dos seus iates de “Camellia”, provavelmente fazendo referência as atividades dos abolicionistas no Rio de Janeiro.⁸³⁵

⁸³¹ Manoel Joaquim Pessoa aparece como caixeiro da firma João da Silva Faria & Irmãos já em 1868. No ano de 1874, ele comercializava para si, aparecendo como um comerciante de cabotagem, enviando 3 barricas com 325 quilos de açúcar refinado para Aracajú. Em 1875, enviou 5 barricas com 450 quilos de açúcar refinado e 2 barricas com 67 quilos de açúcar branco para Granja (CE). No ano de 1878, Manoel Joaquim Pessoa enviou 3:061\$170 (três contos sessenta e um mil cento e setenta réis) em mercadorias para diversos portos do Norte. **HDBN**: Jornal do Recife. 22 de novembro de 1880. Nº270. p.1. Em 1882, chegam 462 sacas de algodão, mais 19,200 litros de sal de Macau a sua pessoa. **HDBN**: Jornal do Recife. 05 de dezembro de 1882. Nº278. p.3; 02 de novembro de 1868. Nº253. p.2; 21 de novembro de 1874. Nº266. p.5; 20 de março de 1875. Nº65. p.3; 6 de abril de 1878. Nº80. p.3.

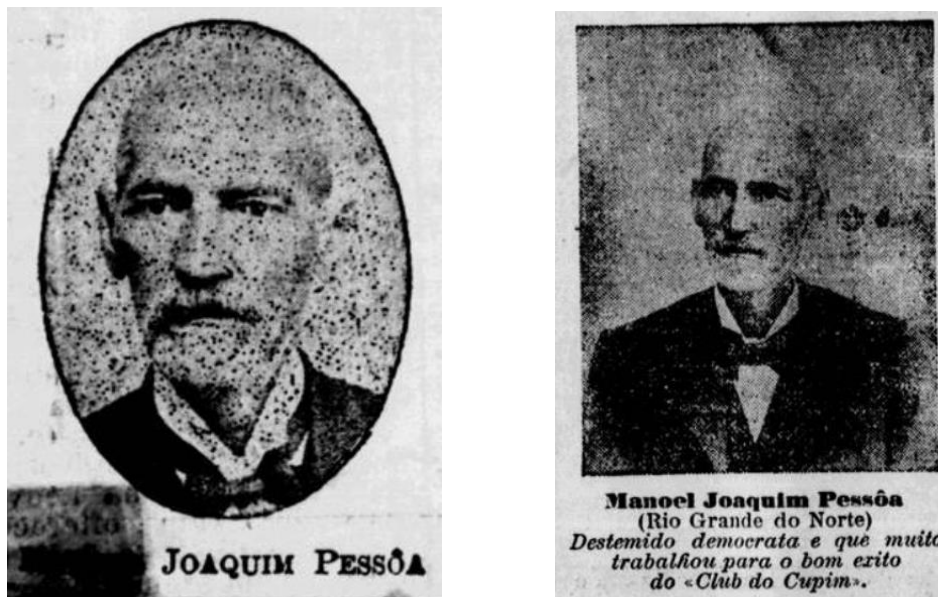
⁸³² **HDBN**: Jornal do Recife. 7 de novembro de 1882. Nº254. p.3. **HDBN**: Jornal do Recife. 5 de dezembro de 1882. Nº278. p.3. **HDBN**: Jornal do Recife. 30 de dezembro de 1882. Nº298. p.3.

⁸³³ Leonor Porto, os irmãos Gomes de Mattos e Manoel Joaquim Pessoa costumavam trazer mercadorias do Ceará no mesmo vapor, como é o caso do vapor nacional Ipojuca, que trouxe um carregamento avaliado nos valores de 528\$000 mil réis a Pessoa, 500\$000 aos Gomes de Mattos e 376\$000 mil a Leonor Porto. **HDBN**: Diário de Pernambuco. 15 de novembro de 1884. Nº264. p.2.

⁸³⁵ O Hiate Nacional Geriquiti, muito utilizado nas ações do Clube viajava constantemente para os portos de Macau e de Mossoró com mercadorias consignadas a Joaquim Pessoa. **HDBN**: Jornal do Recife. 25 de julho de 1883. Nº 169. p.3. Sabemos que ele era proprietário e armador do mesmo hiate, o qual registrou em 15 de setembro de 1883. O Gerequiti era um hiate de 45 toneladas métricas. **HDBN**: Jornal do Recife. 26 de setembro de 1883. Nº221. p.2. Pessoa armava também os hiates Bom Jesus dos Navegantes, Camellia, João Valle, Santo Ambrozio, Adelina dos Anjos, Dous Amigos, Santa Rita, Rainha dos Anjos **HDBN**: Jornal do Recife. 25 de agosto de 1885. Nº192. p.3; 28 de outubro de 1885. Nº246. p.3; 19 de fevereiro de 1886. Nº40. p.3; 5 de maio de 1886. Nº101. p.3; 8 de maio

Morador da rua da Conceição, na Boa Vista, Pessoa possuía, em 1878, 10 casinhas na freguesia, as quais deveria alugar a famílias de origem humilde, chegando também a abrigar escravos fugidos nessas casas.⁸³⁶

Imagem 17: Manoel Joaquim Pessoa (Rio Grande do Norte)



Fonte: HDBN. *Jornal Pequeno*. 15 de maio de 1905. Nº108. p.1. *Jornal do Recife*. 13 de maio de 1914. Nº128. p.3.

O outro sócio, Fernando de Castro Paes Barreto, era membro de uma das famílias mais antigas e proeminentes da província.⁸³⁷ Seu avô paterno, Felipe Paes Barreto, foi dono do engenho Limão Doce, que lhe dava o apelido de Felipe Limão Doce. Seu pai, José de Castro, quando faleceu, era dono do engenho Mato Grosso, que possuía em 1878 (ano da sua morte), 13 cativos⁸³⁸, 13 cativas⁸³⁹, 5 ingênuos⁸⁴⁰, “80 a mais cabeças de gado, sendo algumas de raça especial, 14 mulas de serviço, 2 cavalos de estribaria, 40 a 50 ovelhas, 3.000 pães de açúcar na safra de 1878, 45.000 côvas de roça”, fora outros bens. Em 1878, o engenho tinha 20 escravos

de 1886. Nº104. p.3. **HDBN:** *Diário de Pernambuco*. 4 de dezembro de 1884. Nº280. p.3; 4 de outubro de 1885. Nº226. p.4. Manoel Joaquim Pessoa chegou a doar 10\$000 mil réis para as festas da libertação do Ceará em Pernambuco. **HDBN:** *Jornal do Recife*. 23 de março de 1884. Nº70. p.1.

⁸³⁶ **HDBN:** *Jornal do Recife*. 29 de novembro de 1878. Nº275. p.1. Club do Cupim. “Passeata em despedida, quarta-feira, 23 [de maio de 1888]”. In: Leonardo Dantas Silva, org. *A abolição em Pernambuco*. **Op. Cit.** pp.66-68.

⁸³⁷ Aparece listado como aluno da Faculdade de Direito do Recife em 1881. **HDBN:** *Diário de Pernambuco* 31 de janeiro de 1881. Nº 24.

⁸³⁸ Antônio, Fragoso, Honorato, Roberto, Luiz, Pedro, Raymundo, João, Symphronio, Tibúrcio, Braz, Liberato e Thomaz. Falsificação de 4 letras de terra no valor total de 7:700\$000, a Flávio José Bezerra Cavalcanti. Detalhes fornecidos pelo administrador do engenho Mato Grosso, Candido José da Costa. **HDBN:** *Diário de Pernambuco*. 31 de outubro de 1888. Nº 249.

⁸³⁹ Octavia, Valentina, Maria Luiza, Luiza Grande, Ventina, Maria Anatolia, Germana, Luiza Pequena, Paulina, Gabriela, Antônia, Fortunata e Eugênia. **Idem.**

⁸⁴⁰ Josepha, Henriqueta, Henrique, André e Euzébio. **Idem. Ibidem.**

e 80 sertanejos, “emigrados no auge da seca”, trabalhando nas suas plantações.⁸⁴¹ Segundo Carneiro Vilela, amigo do cupim, quando Fernando de Castro ia passar as férias no engenho do seu tio e tutor, José Bezerra de Barros Cavalcanti, aproveitava para furtar os escravos dele sem que os seus parentes suspeitassem.⁸⁴²

Fernando de Castro chegou a fazer parte de vários clubes abolicionistas como a *Emancipadora Pernambucana* (1883), que contava com um expressivo número de futuros sócios do Cupim⁸⁴³ e o *Clube Ceará Livre* (1884), onde era 1º secretário.⁸⁴⁴ Ainda na Academia – Castro se formou em 1886 – o cupim publicou um folheto em versos, em homenagem aos seus amigos abolicionistas, intitulado *Reforma Social* (1883)⁸⁴⁵ e, posteriormente, uma compilação de seus artigos políticos em forma de livro que saiu com o título: *A Abolição e a Federação*.⁸⁴⁶

Tanto ele quanto seu amigo de faculdade e também Cupim, Alfredo Pinto Vieira de Mello, escreveram diversos artigos e textos literários de críticas à escravidão e ao regime monárquico.⁸⁴⁷

⁸⁴¹ Segundo Cândido José da Costa, o açúcar do engenho Mato Grosso era tido pelos comissários e pelos proprietários vizinhos como um dos melhores da província. **Ibid.**

⁸⁴² VILELA, Carneiro. O Clube do Cupim. **Op. Cit.** p.419. O tio e tutor do cupim foi acusado pelo administrador, Cândido José da Costa, de ter prejudicado os órfãos quando da morte de José de Castro, em 1878. Falsificação de 4 letras de terra no valor total de 7:700\$000, a Flávio José Bezerra Cavalcanti. Detalhes fornecidos pelo administrador do engenho Mato Grosso, Candido José da Costa. **HDBN**: Diário de Pernambuco. 31 de outubro de 1888. Nº 249.

⁸⁴³ **HDBN**: Diário de Pernambuco. 24 de abril de 1883. Nº93. p.2. **HDBN**: Jornal do Recife. 06 de março de 1883. Nº53. p.1. **HDBN**: Jornal do Recife. 27 de abril de 1883. Nº96. p.3. **HDBN**: Diário de Pernambuco. 10 de maio de 1883. Nº106. p.7. **HDBN**: Diário de Pernambuco. 19 de agosto de 1883. Nº190. p.3. **HDBN**: Gazeta da Tarde. 01 de maio de 1883. Nº98. p.1.

⁸⁴⁴ BRAGA, Flávia Bruna Ribeiro da Silva. “DITADURA”, ABOLIÇÃO E REPÚBLICA. **Op. Cit.** p.111. **HDBN**: Diário de Pernambuco. 27 de agosto de 1884. Nº197. p.3; Diário de Pernambuco. 10 de maio de 1884. Nº108. p.3. **CEPE Digital**: O Ceará Livre: 3º edição em homenagem aos escravos. 28 de setembro de 1884. Nº3. p.1.

⁸⁴⁵ **HDBN**. Reforma social: produção poética Fernando de Castro. Jornal do Recife 23 de outubro de 1883. nº 244. Versos de Fernando de Castro Paes Barreto, Reforma social, 2º ano de direito natural de Pernambuco 1883. Diário de Pernambuco. 9 de novembro de 1883 nº258.

⁸⁴⁶ O cupim era favorável à ideia de República com autonomia dos Estados (federação) e quando na residência do Sr. Augusto Gonçalves da Silva, diversos cidadãos se reuniram para fundar, em 1890, o Club Federal, que tinha como objetivo “sustentar a bandeira da verdadeira federação, desprezando todos os ódios pessoais, lá estava Fernando de Castro e Antônio Joaquim de Barros Sobrinho, como redatores dos estatutos e como presidente e vice presidente (provisórios) respectivamente **HDBN**. A Província 11 de novembro de 1890 ano. 258. O abolicionista manteve contato com Joaquim Nabuco até o ano de sua morte, em 1910. O diplomata chegou a elogiar a defesa que Fernando de Castro fez da Abolição e da Federação, afirmando ter recebido seu livro e prometendo que leria quando tivesse tempo e oportunidade. **HDBN**: Jornal Pequeno. 26 de março de 1910. Nº67. p.2. Era Eleitor do sexto quarteirão do Recife, freguesia de Santo Antônio, durante o Império e continuou a ser durante a primeira República: **HDBN**: Diário de Pernambuco 14 de novembro de 1885. Nº261. A Província: 8 de julho de 1890: nº153.

⁸⁴⁷ **CEPE Digital**: O Ceará Livre: 1º edição em favor dos escravos. 25 de março de 1884 e 28 de setembro de 1888. 3º edição em favor dos escravos. **CEPE Digital**: O Certamen: Periódico Litterario Satyrico e Noticioso. 28 de setembro de 1883. Nº3.

Uma das suas teses, indiretamente, sintetiza o seu posicionamento em relação à propriedade privada baseada na escravidão. Ao responder a pergunta, qual o direito primogênito do homem?⁸⁴⁸ Fernando de Castro afirmou que era o “de conservação e aperfeiçoamento”, sendo “natural” que o indivíduo buscasse estas duas necessidades humanas acima mesmo das leis constituídas pela Sociedade (moral) e pelo Estado (Direito). Segundo seu exemplo, “um homem morto de fome e sede, correndo risco de vida, poderia lançar mão de alguma coisa que o salvasse, teria esse direito, ainda mesmo contra a vontade do dono dela.”⁸⁴⁹ Na sua lógica, diante do direito de conservação desapareceria o de propriedade. A conservação seria um “direito primogênito”, não podendo ser limitado nem pela moral, nem pela lei, estando ligada à natureza humana. Endossou sua tese com a frase do filósofo naturalista Rousseau que dizia: “renunciar sua liberdade é renunciar a sua qualidade de homem, aos direitos da humanidade e mesmo aos deveres”.⁸⁵⁰

Na visão do abolicionista, o direito primogênito deveria abranger igualmente o corpo (conservação) e o espírito (aperfeiçoamento), mas este só poderia ser conquistado se aquele o fosse, pois, sem conservar o próprio corpo, o homem não teria como aperfeiçoar sua alma. Ao nos esforçarmos, para pensar um pouco como Fernando de Castro, num país de escravos, onde boa parte das pessoas não tinha condições de conservar o próprio corpo e a própria liberdade, seria muito difícil alcançar o aperfeiçoamento da sociedade. Ou como os positivistas gostavam de falar: “o progresso da civilização”.

Para defender o direito à conservação, o acadêmico citou uma estrofe da fábula *O Lobo e a Ovelha*, do poeta do Bocage, que dizia: “a natureza me instiga, e devo dar-lhe atenção, está primeiro o que tudo a própria conservação!”⁸⁵¹ Conservar o corpo e a liberdade era um estímulo, um impulso natural. A sua crítica à escravidão estava de acordo com seus princípios filosóficos – principalmente com os ideais positivistas e jusnaturalistas - que certamente o influenciaram na hora de se aliar aos cupins. Podemos dizer que ao se associar ao *Clube do Cupim*, o bacharel-abolicionista estava sendo coerente com as ideias expressadas nos seus discursos contra a escravidão e a favor do que ele considerava serem direitos fundamentais do homem: a conservação do corpo, o aperfeiçoamento do espírito e a liberdade.

Esses três homens resumem um pouco a composição da liderança do Clube, formada por agentes do Comércio e do Direito, representantes da classe média urbana e de uma

⁸⁴⁸ Discurso recitado no Ensaio Jurídico e Litterario sobre a these: qual o direito primogenio do homem? **CEPE Digital: O Porvir: órgão da Sociedade Ensaio Jurídico e Litterario**. 11 de setembro de 1882. Nº3. p.2-3.

⁸⁴⁹ **Idem.**

⁸⁵⁰ **Idem. Ibidem.**

⁸⁵¹ **Ibid.**

determinada elite intelectual.⁸⁵² Tendo em vista que muitos deles já eram membros em outras sociedades emancipacionistas, antes de ingressarem no Cupim, podemos afirmar que o grupo procurou amalgamar os componentes mais progressistas daquelas instituições. Pessoas que entendiam como lento e desgastante a atuação dentro dos limites da lei, sendo que muitos deram provas, através dos seus escritos e da sua ação, que não reconheciam e aceitavam mais a escravidão, constituída em “Direito velho”, utilizando-se para isso dos seus conhecimentos e reformulando princípios filosóficos em favor da libertação dos escravizados.⁸⁵³

⁸⁵² Seguindo as indicações da professora Emília Viotti da Costa, tomamos como classe média urbana não somente os profissionais liberais do Direito, da medicina, engenharia, magistratura e do jornalismo. Segundo a historiadora, podemos considerar parte da classe média urbana os profissionais ligados a diversas áreas como: “indústria de transformação, prestação de serviços, alojamento, alimentação, conservação e reparo, diversões e outras atividades remuneradas: comércio de mercadorias, transporte e comunicações, armazenagens, atividades sociais, assistência, beneficência, administração pública, comércio de imóveis e valores imobiliários, crédito, capitalização, seguros, defesa nacional e segurança pública.” COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república*. **Op. Cit.** p.467.

⁸⁵³ Os bacharéis-cupins tinham aulas com professores abolicionistas da FDR, como era o caso de José Hygino Duarte Pereira e Tobias Barreto de Menezes, que provavelmente desenvolviam em suas aulas-palestras estas discussões entre o que eles chamavam de Direito Novo e o Direito Velho. Em julho de 1884, numa solenidade acadêmica, Tobias Barreto explicou o que entendia como as contradições do direito novo e velho: “... o direito in fieri e o direito factum, o que se faz e o que se passa, ou melhor o direito novo e o direito velho, de que é exemplo, quanto ao primeiro, a questão do dia – falava sobre a Abolição – direito que se forma, que está lutando para garantir-se, o direito da liberdade dos escravos, e a propriedade escrava, direito já feito, sobre o qual a lei dispensa proteção.” O Professor Hygino seguia o colega de profissão no entendimento da questão dizendo que, na luta entre os dois “a ação valia mais que a palavra”. Ao defender as ações radicais dos cupins, após a abolição, afirmou: “nenhuma transformação social que fazem época na história da humanidade se operou por meios rigorosamente legais”. Os homens do direito, alguns deles envolvidos diretamente com o Cupim, como no caso de José Hygino, justificaram as ações radicais dos abolicionistas através destes argumentos, baseados no direito de desobediência civil, no direito natural à liberdade, etc. Preleção, na Faculdade de Direito do Recife, em 5 de julho de 1884. In: BARRETO, Tobias. *Vários escritos*. Aracaju, Estado de Sergipe, 1926. (Obras completas, 2). pp. 285-286. **CEPE Digital**: *Victoria. Número único. Homenagem dos habitantes da Freguezia do Poço da Panela ao batalhador incansável, ao benemérito democrata, ao tribuno do povo Dr. José Mariano Carneiro da Cunha em honra ao dia da victoria abolicionista. 13 de maio de 1888*. p.2. José Hygino participou da banca que elegeu Tobias Barreto o 1º lugar para o cargo de lente substituto, em abril de 1882. Barreto de Menezes recebeu seis votos e a maior nota dos professores: José Hygino, Barros Guimarães, João Vieira, Pinto Pessoa, João Thomé Belfort, Correia de Araújo e Bandeira de Mello. O segundo lugar ficou com José Augusto de Freitas e a terceira vaga, disputada por Gomes Parente, que recebeu 3 votos favoráveis, e Machado Portella, 2 votos, não foi ocupada, pois ambos os candidatos não conseguiram a maioria necessária dos votos para tanto. No concurso, dentre as teses que Barreto apresentou, como o monismo alemão de haeckel, ele afirmou sua ideia de que o direito natural não existia, ou de que não era anterior à sociedade, mas sim um produto cultural desta. Criticando aquilo que entendia como uma compreensão ultrapassada e deturpada do Direito que, na sua perspectiva, deveria acompanhar os processos e movimentos sociais em sua evolução. Tobias Barreto de Menezes foi oficialmente nomeado professor substituto da FDR, pelo Ministro do Império, Martinho Álvares da Silva Campos, em 31 de julho de 1882. **HDBN**: *Diário de Pernambuco*. 06 de maio de 1882. Nº103. p.3. 1 de agosto de 1882. Nº173. p.1. BESSA, Gurmésindo. **O CONCURSO DE TOBIAS BARRETO**. In: Tobias Barreto (1839- 1889) bibliografia e estudos críticos. Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro, pp. 113-119. Disponível em: http://www.cdpb.org.br/tobias_barreto.pdf. Acessado em 18 de maio de 2021 às 12:01.

Imagem 18: Fernando de Castro Paes Barreto (Maranhão)



Fonte: Coleção Francisco Rodrigues, da Fundação Joaquim Nabuco (Recife/PE)

Todavia, nem só dos “homens de cima” vivia o Cupim. Provavelmente, se a instituição contasse somente com a participação de pessoas gradas, que dividiam o abolicionismo com suas ocupações profissionais e institucionais, não teria conseguido os resultados que conseguiu. Só para citar um exemplo, dos tantos auxiliares internos, podemos apontar, o abolicionista negro, Sebastião Grande de Arruda (Mucurípe) como um dos grandes representantes do Cupim.

Nascido em Aracati (CE), no dia 24 de dezembro de 1840, aos 19 anos, Sebastião Grande de Arruda veio para o Recife e exerceu por longo tempo o lugar de auxiliar do escritório do *Jornal do Recife*. Serviu durante toda a Campanha do Paraguai na *Armada Imperial*, tendo feito parte da guarnição do transporte de guerra *Jaguaribe* e, após ter sido desligado do serviço da Marinha, voltou aos seus antigos labores, tornando-se zelador da *Sociedade Recreativa Juventude* e mais tarde sacristão da Igreja da Conceição dos Militares. Este “homem pobre, humilde e de tez enegrecida”⁸⁵⁴, como ele mesmo se identificava, dedicou-se à causa de maneira direta e proativa, exercendo o ofício de auxiliar interno do capitão de Numa Pompílio, homem com o qual entretinha relações desde longa data.⁸⁵⁵

⁸⁵⁴ **HDBN**: O Cearense. 21 de maio de 1880. N°55. pp. 3-4.

⁸⁵⁵ Sebastião Grande de Arruda, a quem descobrimos ser um homem alfabetizado e bem articulado neste depoimento, defendeu Numa Pompílio contra algumas acusações que seu irmão, Ignácio de Loyolla proferiu no ano de 1880. Arruda afirmou que era íntimo de toda a família, desde longos anos, conhecendo todos os seus segredos e que tinha a confiança da família. “Embora pobre, humilde e de tez enegrecida”, afirmou que, por isso mesmo, fazia de tudo para ser honrado perante a família, “utilizando-se das virtudes que nobilitam tinha orgulho

Segundo Vilela, “os intermediários mais habituais para passar as informações aos auxiliares eram: Sebastião Grande de Arruda, Juvenal Machado⁸⁵⁶ ou Lino Falcão quase sempre.”⁸⁵⁷ Manoel Gomes de Mattos afirmou, em suas memórias, que, Sebastião Grande liderava todos os libertos auxiliares do Cupim.⁸⁵⁸ Segundo Regina Xavier, a sua casa era o esconderijo onde os “receiosos”, isto é, os não iniciados, iam prestar juramento depois de passarem por 13 provas e terem bebido o Aluá⁸⁵⁹ simbólico, ajoelhando-se em areia do mar, não pisada por pés humanos, onde deviam tocar no espeto (arma sagrada de defesa e punição) com a mão direita. As mulheres, segundo a historiadora, com exceção das libertas, não eram obrigadas a prestar este juramento.⁸⁶⁰ Rituais que simbolizavam, segundo Flávia Braga, uma forma de distinção social para as pessoas que conseguiam se integrar ao grupo.⁸⁶¹ Xavier não faz referência a nenhum documento ou relato onde possa ter recolhido essa informação, que provavelmente foi confiada a ela oralmente. Todavia, apesar de não sabermos a veracidade dos fatos, encontramos no IAHGP um espeto associado ao *Clube do Cupim*, que pode ser o mesmo do qual ela fala.⁸⁶²

em falar a verdade”. Arruda definiu Pompílio como “um homem de ciência, respeitado pelas mais altas instituições médicas, como o Instituto Vaccinico da Côte e de Paris, respeitado entre os médicos de todos os hospitais do Recife.” Afirmou que o dentista não trabalhava no D. Pedro II por dinheiro, pois havia renunciado os provimentos do cargo. Disse ainda que, enquanto uns consumiam-se em folgas e jogatinas, Pompílio se voltava para os livros, durante boa parte do seu tempo livre, trabalhando sem tréguas. Sebastião Grande Arruda ao fazer um trabalho, a pedido de Numa Pompílio, teria colocado o empregador numa situação complicada. Ele foi buscar, no Ceará, a certidão de sua filha, Odila Pompílio, não sendo encontrada a certidão a pedido dele foi emitida uma nova certidão. E que, por isso, o irmão do dentista acusou este de haver cometido um crime, falsificando documentos. Sebastião Grande de Arruda defendeu Pompílio dizendo que havia sido ideia dele e que, portanto, todo juízo recaísse sobre sua pessoa. **HDBN**: O Cearense. 21 de maio de 1880. Nº55. pp. 3-4.

⁸⁵⁶ Assim como encontramos Sebastião Grande de Arruda associado à Numa Pompílio nos jornais, achamos, anos depois da abolição, Juvenal Machado ainda associado a João Ramos. No ano de 1896, Juvenal aparece como representante de Ramos, que estava vendendo um sítio localizado na frente da capela de Belém. A pessoa que quisesse comprar o sítio deveria procurar João Ramos na rua Marquês de Olinda nº 27, Juvenal Machado ou Antônio Moreira Reis na venda contígua ao sítio. **HDBN**: Jornal do Recife. 16 de abril de 1896. Nº86. p.1.

⁸⁵⁷ VILELA, Carneiro. O Clube do Cupim. **Op. Cit.** p.420.

⁸⁵⁸ MATTOS, Gomes Manoel de. A campanha abolicionista. **Op. Cit.** p.2.

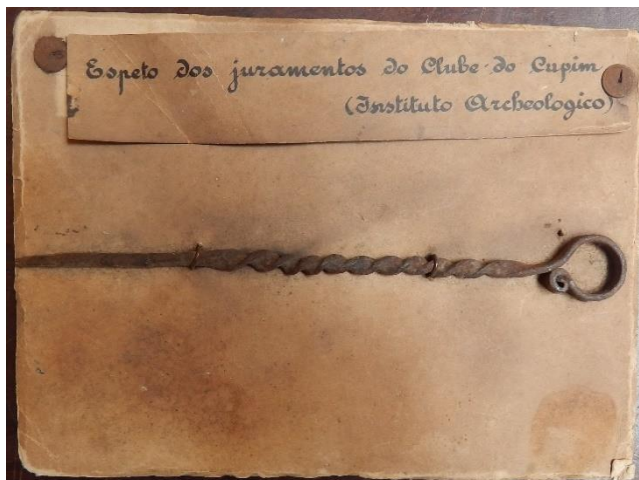
⁸⁵⁹ Segundo Eunice Martins Mórta, ALUÁ é uma bebida refrigerante feita de arroz cozido, açúcar e sumo de limão. Também a fazem de fubá de milho. No Ceará, preparam o Aluá com a farinha do milho torrado e açúcar. No Maranhão dão a uma bebida semelhante o nome de Mócóróró; em São Paulo o de Caramburú; e em Pernambuco o de Quimbembé. Etim. de ualuá, vocábulo da língua bunda que se aplica a uma espécie de cerveja feita de milho e outros ingredientes (Capello e Ivens), também lhe chamam quimbombo e garápa, conforme ao terras. Moraes e outros lexicógrafos escrevem Aloá. Lacerda consagra um artigo a Aloa e outro a Aluá. São da maior extravagância as etimologias com que enfeitam os artigos respectivos. Aulete não menciona este vocábulo. MORRÁ, Eunice Martins. **O LÉXICO NO SÉCULO XVI: UM ESTUDO DO IDIOMA BRASILEIRO**. Dissertação. PUC- SP. 2006. pp. 202-203.

⁸⁶⁰ SALES. Maria Letícia Xavier. O Clube do Cupim e a memória Pernambucana. **Revista do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano**. Recife. v. 40. Nº43. P.168. outubro de 1990. p.111.

⁸⁶¹ BRAGA, Flávia. ROENDO A MADEIR. **Op. Cit.** p.12.

⁸⁶² Não sabemos se as pessoas que ingressavam no Clube eram realmente espetadas, ou faziam algum juramento com sangue, todavia, ao compararmos a utilização do espeto no juramento com as adagas que foram utilizadas por João Cordeiro, na primeira reunião da Sociedade Cearense Libertadora, entendemos que a apresentação de instrumentos cortantes, simbolizavam um chamado às armas por parte dos abolicionistas, que decidiam lutar contra a escravidão de uma forma mais radical do que os emancipadores. BEZERRA, Antônio. O Ceará. **Op. Cit.** pp.43-

Imagem 19: Espeto dos juramentos do Clube do Cupim.



Fonte: IAHGP – Cofre. S/n.

Como veremos, a partir da análise das atas do Clube, conseguimos confirmar os relatos sobre Sebastião Grande de Arruda, que aparece como um dos auxiliares mais ativos, juntamente com Juvenal Machado, Lino Falcão⁸⁶³, José Rufino, João Doudo, José de Mathias e João Canella. Homens pardos e negros, em sua maioria, que faziam o trabalho pesado, embarcando, transportando e guiando os escravizados, coordenando suas fugas.⁸⁶⁴

Logo após a abolição, quando os cupins saíram às ruas, Sebastião Grande de Arruda esteve presente nas comemorações e chegou até mesmo a ser escolhido por Alfredo Duscable para posar – todo altivo - para uma foto com o seu chapéu escrito *Cupim*.

45. Por mais que estes homens fossem representantes de uma elite econômica, política e cultural, em sua maioria brancos, incluindo-se nas plagas dos libertadores cearenses e dos cupins até mesmo homens que haviam sido proprietários de escravos, sabemos que as ações praticadas por eles estiveram além dos limites legais e, por mais que suas ideias de abolição dissessem respeito aos seus interesses privados, a junção de forças pelo fim da escravidão foi crucial para que o movimento abolicionista brasileiro acelerasse o processo libertador.

⁸⁶³ Segundo Vilela, Lino Falcão disfarçava de vendedor de fumo para penetrar nas senzalas, pernoitando nos engenhos, induzia os escravos à fuga, guiando-os depois para o Recife, onde o Clube os recebia e lhes dava destino para fora da província. VILELA, Carneiro. *O Clube do Cupim*. **Op. Cit.** p.419.

⁸⁶⁴ Sebastião Grande de Arruda chegou a gozar de uma pensão fornecida pelo Governo do Estado de Pernambuco no valor de 1:200\$000 anuais, por seus trabalhos prestados à causa da abolição e ao governo durante os primeiros anos republicanos, servindo como mesário do 1º Distrito de São José, por várias ocasiões. **HDBN**: Almanach de Pernambuco. 1924. Anno XXVI. pp.9 e 11. Mensagem do Exm. Sr. Dr. Manoel Antonio Pereira Borbo, governador do Estado. Lida por ocasião da instalação da 3ª sessão da 9 legislatura do Congresso Legislativo do Estado aos 6 de março de 1918. p.34. **HDBN**: A Província, 18 de julho de 1891. Nº 157. **HDBN**: Jornal do Recife. 2 de setembro de 1891. Nº 198.

Imagem 20: Sebastião Grande Arruda



Fonte: Coleção Francisco Rodrigues, da Fundação Joaquim Nabuco (Recife/PE)

Imagem 21: Sebastião Grande Arruda (Mucuripe)



Fonte: HDBN. Jornal Pequeno. 15 de maio de 1905. Nº108. p.1.

Chapéu este que foi usado com muito orgulho em outras ocasiões especiais. Sebastião Grande de Arruda não abandonou a imagem de abolicionista e, durante toda sua vida pós-

abolição, encontramos ele associado a eventos e comemorações em memória do movimento.⁸⁶⁵ Quando o *Instituto Ayres Gama* foi doar ao *Instituto Arqueológico* um quadro comemorativo da Abolição, em 14 de maio de 1905, lá estava Grande de Arruda falando pelo *Clube do Cupim*, ao lado da barcaça do Clube, símbolo de sua atividade extralegal.⁸⁶⁶ Mandou, ainda nesse ano, rezar missas, na *Igreja da Conceição dos Militares*, pelas almas dos abolicionistas falecidos.⁸⁶⁷

No dia do enterro de Joaquim Nabuco, lá estava ele, no cemitério de Santo Amaro, depositando a coroa de flores em nome do Cupim, junto com João Ramos, Gomes de Mattos, Guilherme e Alfredo Pinto.⁸⁶⁸ Assim que José Mariano faleceu e o seu corpo foi transladado para Pernambuco, uma comissão do Cupim, composta pelo então Coronel João Ramos, Guilherme Pinto, José de Mathias e Sebastião Grande de Arruda, foi receber o corpo do abolicionista no porto do Recife.⁸⁶⁹ José Mariano teve o seu corpo exposto por dois dias na *Câmara dos Deputados*, sendo enterrado no terceiro dia no cemitério de Santo Amaro, próximo ao túmulo de Joaquim Nabuco.⁸⁷⁰ Seus túmulos se tornaram espaço de romaria abolicionista e, a cada 13 de maio que se passava, lá estavam os representantes sobreviventes do Clube homenageando os tribunos. Sebastião Grande de Arruda sempre presente.⁸⁷¹

Essa diversidade do Clube do Cupim também foi percebida pelo Alfredo Dusclabe que capturou, pelo menos, dois dos principais membros do Clube. Ao compararmos as fotos de Fernando de Castro Paes Barreto com a de Sebastião Grande de Arruda podemos pensar um pouco sobre os significados implícitos das imagens, que podem nos dizer muito sobre suas participações no movimento. Fernando de Castro posou como um aristocrata, sentado de pernas

⁸⁶⁵ Propagandistas que se distinguiram em Pernambuco. Comemorando o aniversário da abolição da escravidão no Brasil, é dever patriótico dos pernambucanos lembrarem, com entusiasmo e amor, os seguintes nomes que tanto se distinguiram na propaganda abolicionista em Pernambuco: Dr. Joaquim Nabuco, Dr. José Mariano C. da Cunha, Dr. José Maria de A. Mello, João Ramos, Dr. Barros Sobrinho, D. Leonor Porto, Numa Pompílio, Dr. Manoel Gomes de Mattos, Guilherme Pinto, Dr. Alfredo Pinto Vieira de Mello, Dr. Martins Júnior, Dr. Phaelante da Câmara, Argemiro Falcão, Dr. Carneiro Vilella, Sebastião Grande de Arruda, Dr. Cassiano Lopes, Dr. João de Oliveira, Manoel Joaquim Pessoa, José Mathias, Dativo Bastos, Alfredo Marques, Alfredo Ferreira Pinto, Dr. Aníbal Falcão, Alfredo Falcão, D. Guilhermina Falcão, Carlos Falcão, Dr. Antônio de Souza Pinto, Carizio C. do Rego Barros, Dr. Fernando de Castro, dr. Salles Barbosa e Antônio Ferreira Baltar Sobrinho. **HDBN**: *Jornal Pequeno*. 14 de maio de 1909. Nº107. p.1. **HDBN**: *A Província*. 13 de maio de 1914. Nº128. p.1.

⁸⁶⁶ **HDBN**: *Jornal do Recife*. 19 de maio de 1905. Nº112. p.4.

⁸⁶⁷ **HDBN**: *Jornal Pequeno*. 15 de maio de 1905. Nº 108. p.1

⁸⁶⁸ **HDBN**: *Jornal do Recife*. 19 de abril de 1910. Nº87. p.1. Sebastião Grande de Arruda, juntamente com outros membros do Cupim, participou de todo processo cerimonial após a morte de Nabuco em Washington. Desde de seu falecimento nos EUA à chegada do corpo em Pernambuco os abolicionistas lhe prestaram homenagens. **HDBN**: *A Província*. 19 de janeiro de 1910. Nº14. p.1 e 2. *A Província*. 24 de janeiro de 1910. Nº16. p.1 *A Província*. 18 de fevereiro de 1910. Nº38. p.1. *A Província*. 19 de abril de 1910. Nº87. Nº87. p.2. **HDBN**: *Jornal Pequeno*. 13 de abril de 1910. Nº81. p.2; 18 de abril de 1910. Nº85. p.2.

⁸⁶⁹ **HDBN**: *Jornal do Recife*. 12 de junho de 1912. Nº160. p.2.

⁸⁷⁰ **HDBN**: *Jornal do Recife*. 13 de junho de 1912. Nº161. p.2.

⁸⁷¹ **HDBN**: *Jornal do Recife*. 17 de junho de 1912. Nº165. p.1. **HDBN**: *Jornal do Recife*. 14 de maio de 1913. Nº129. p.2. **HDBN**: *A Província*. 14 de maio de 1911. Nº131. p.4.

cruzadas e sem chapéu, segurando um jornal aberto, provavelmente para salientar a sua formação como um homem do Direito, de letras. Sentado em sua cadeira, lendo seu jornal, sem necessidades de sair pelas ruas para poder agir pela causa, o bacharel deveria representar as ideias. Enquanto que, Sebastião Grande de Arruda, em pé, segura uma maleta e um livro na mão esquerda, provavelmente para atestar seu letramento.⁸⁷² Com um guarda-chuva na mão direita e vestindo um chapéu, a imagem parece retratar um homem pronto para sair às ruas, para entrar em ação. Fizesse chuva ou sol, Grande de Arruda era alguém disposto para agir assim que quisesse e precisasse. Orgulhoso também de sua posição, foi fotografado com seu chapéu com o nome CUPIM escrito nele.

Sem essa composição heterogênea, provavelmente o *Clube do Cupim* e sua atividade subterrânea não teriam vingado. Os homens descritos e analisados até aqui, mais do que demarcam a variedade social do movimento, mostram-nos a complexa rede que foi sendo armada para dar prosseguimento às operações de fugas, uma operação logística, que necessitava de um amplo conhecimento das rotas – somente a jornada entre Pernambuco e o Ceará era de cerca de 600 quilômetros por navegação de cabotagem - de embarcações, das leis, da relação com as autoridades e com as populações locais, enfim, sintetizam um conjunto de conhecimentos que somente pessoas das mais variadas categorias sociais poderiam manobrar juntas.

Voltemos às reuniões. Após João Ramos anunciar que havia alugado dois aposentos para servirem de abrigo aos refugiados, acertaram que os sócios efetivos deveriam ser limitados a 21 pessoas, correspondente ao total de províncias do Império mais o município neutro. Para ajudar com as despesas, acertaram o pagamento de uma mensalidade no valor de 3\$000 mil réis.⁸⁷³ Na reunião seguinte, em 22 de outubro de 1884, Alfredo Ferreira Pinto (Bahia) pediu que não se fizesse exposição nos jornais sobre a existência do Clube ou sobre sua atuação, para evitar problemas. Num constante processo de formação, na mesma reunião, Antônio de Faria (Rio Grande do Sul⁸⁷⁴) apresentou para sócio, Mendes Guimarães, que recebeu o nome Pará.

⁸⁷² Arthur Orlando da Silva atesta o conhecimento das primeiras letras e a alfabetização de Sebastião Grande de Arruda. **HDBN**: Jornal do Recife. 18 de fevereiro de 1879. Nº40. p.2. Grande de Arruda também era eleitor da freguesia de São José já durante o ano de 1885. Portanto, era alfabetizado e possuía renda suficiente para votar. **HDBN**: Diário de Pernambuco. 22 de outubro de 1885. Nº241. p.3.

⁸⁷³ **IAHGP**. Caixa 20. Doc 0810. Livro de actas do Clube do Cupim. Acta da 1ª sessão do Club “Relâmpago” em 15 de outubro de 1884. Presidência de Guerrison. 1º Anno da Libertação total do Ceará e Amazonas.

⁸⁷⁴ Antônio de Faria era um acadêmico baiano que antes de ingressar no Cupim já fazia parte do Club Abolicionista auxiliando esta instituição como secretário. Também trabalhou em outras instituições que ajudou a fundar como o Club Emancipador Castro Alves. **HDBN**: Jornal do Recife. 25 de setembro de 1883. Nº220. p.1; Jornal do Recife. 17 de junho de 1884. Nº138. p.1. Faria foi membro da Sociedade Baiana de Beneficência, onde também exerceu o cargo de secretário. Esta instituição auxiliava jovens baianos “pobres” tanto nos custos de matrícula como

Ambos, juntamente com Alfredo Pinto Vieira de Mello e Fernando de Castro Paes Barreto, eram estudantes da FDR.⁸⁷⁵

Antônio de Faria e Wenceslau Guimarães eram amigos de curso e membros do *Clube Abolicionista*⁸⁷⁶, Alfredo Pinto Vieira de Mello e Fernando de Castro Paes Barreto também fizeram curso juntos e estavam associados à *Emancipadora Pernambucana* e ao *Clube Ceará Livre*.⁸⁷⁷ Como podemos observar, era muito comum que os jovens, ainda na Academia, buscassem se associar a instituições abolicionistas. As conferências emancipadoras deveriam ser ótimos eventos para colocarem em prática as ideias estudadas e disseminadas na FDR. Na conferência organizada pelo primeiro ano da *Sociedade 28 de Setembro*, em 1883, além de 100 senhoras, compareceram na sede da *Sociedade Juventude*, no Pátio de São Pedro, jovens como Alfredo Pinto Vieira de Mello (orador pela *Emancipadora Pernambucana*), Pedro Vergne (*Clube Abolicionista*), João Bandeira pela *Emancipadora Acadêmica*, Carlos Porto pela SNE, entre outros estudantes.⁸⁷⁸ Diversos acadêmicos da FDR estavam envolvidos com pelo menos uma associação abolicionista na província, algo que deveria ser visto como uma missão da elite intelectual, em sua maior parte republicana e positivista.⁸⁷⁹

Antônio de Faria avisou que havia recebido 75\$000 mil réis de “duas cidadãs” que pretendiam seguir para a “terra dos livres”. Devido à necessidade de embarcar os cativos, que procuravam os cupins para tratar de suas fugas, formaram duas comissões de embarque. Uma ativa e uma reserva. A ativa foi composta por Guilherme Pinto (inicialmente Goiás, depois alcunhado de Pernambuco, considerado a “pérola dos cupins”), Antônio de Faria e Alfredo Ferreira Pinto. Um comerciante e dois estudantes de direito. A comissão reserva foi formada

abrindo inscrições para cursos preparatórios gratuitos aos candidatos à FDR. **HDBN**: Jornal do Recife. 4 de março de 1884. Nº53. p.2; Jornal do Recife. 25 de março de 1884. Nº71. p.1.

⁸⁷⁵ **IAHGP**. Caixa 20. Doc. 0810. Livro de actas do Clube do Cupim. Acta da 3ª sessão do Club “Cupim” em 22 de outubro de 1884. Presidência de Ceará. 1º anno da libertação total do Ceará e Amazonas. Tanto Antônio de Faria quanto Wenceslau Guimarães eram baianos e cursavam, provavelmente juntos, a Faculdade de Direito do Recife. Ambos também faziam parte do Clube Abolicionista e trabalhavam como secretários e esmolando em favor dos cativos desde pelo menos 1883. Outros acadêmicos membros do Clube Abolicionista que trabalharam juntos com eles foram: Carizio de Barros, Adalberto Guimarães, Pedro Verne (Wergue, Wergne) e Arthur de Barros. O irmão de Antônio de Faria, Álvaro Faria, também foi indicado para fazer parte do Clube Abolicionista, provavelmente pelo seu mano. **HDBN**: Jornal do Recife. 25 de setembro de 1883. Nº220. p.1. Jornal do Recife. 13 de dezembro de 1883. Nº286. p.2; Jornal do Recife. 29 de abril de 1884. Nº98. p.1.

⁸⁷⁶ Antônio de Faria era o 1º secretário do Club Abolicionista. **HDBN**: Diário de Pernambuco. 12 de julho de 1884. Nº156. p.2. Jornal do Recife. 11 de março de 1884. Nº59. p.1. Também participou, junto com seu irmão, Álvaro de Faria do Club Emancipador Castro Alves. **HDBN**: Jornal do Recife. 17 de junho de 1884. Nº138. p.1.

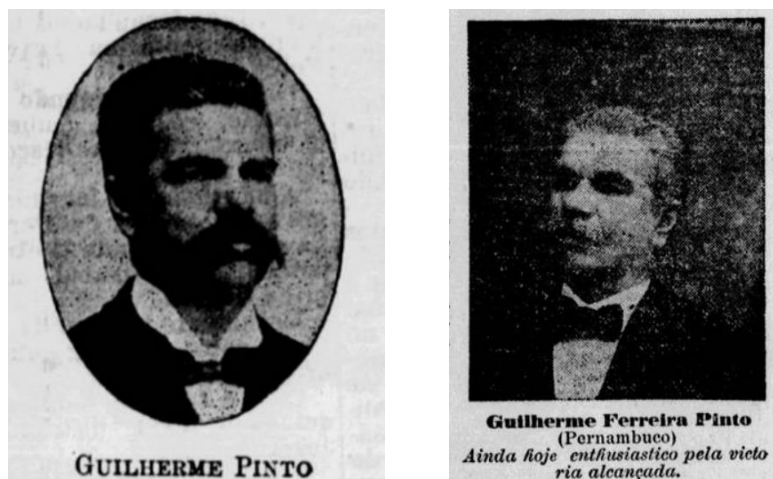
⁸⁷⁷ **HDBN**: Jornal do Recife. 25 de setembro de 1883. Nº220. p.1; Jornal do Recife. 20 de novembro de 1884. Nº268. Nº268. p.1. Jornal do Recife. 21 de março de 1886. Nº66. p.1; Jornal do Recife. 10 de maio de 1884. Nº108. p.1.

⁸⁷⁸ **HDBN**: Jornal do Recife. 30 de setembro de 1883. Nº225. p.1. Salles Barbosa era orador do Clube Ferreira França, Numa Pompílio também fez parte deste Clube, Cyridão Durval outro acadêmico também estava em suas plagas. Jornal do Recife. 31 de agosto de 1884. Nº201. P.1.

⁸⁷⁹ **HDBN**: Jornal do Recife. 31 de agosto de 1884. Nº201. p.1.

por Alfredo Pinto Vieira de Mello (Minas Gerais “o acadêmico secretário do Club”), Mendes Guimarães, que não ficou muito tempo no Cupim, com medo de se comprometer, Fernando de Castro Paes Barreto e Luiz Gonzaga do Amaral e Silva, este último trabalhava no comércio como caixeiro, enquanto os três primeiros eram acadêmicos.⁸⁸⁰

Imagem 22: Guilherme Ferreira Pinto (Pernambuco)



Fonte: HDBN. *Jornal Pequeno*. 15 de maio de 1905. Nº108. p.1; *Jornal do Recife*. 13 de maio de 1914. Nº128. p.3.

Esses homens da elite intelectual e das classes médias urbanas se responsabilizava pelas estratégias de embarque e desembarque dos cativos na rota Pernambuco-Ceará⁸⁸¹, porém, a atividade mais pesada e perigosa não seria de todos eles. Apesar de alguns líderes, como Luiz Gonzaga do Amaral e Guilherme Pinto, empreenderem algumas viagens juntos com os fugitivos, como veremos mais adiante, a maior parte das lideranças não se arriscavam tanto. Enquanto tratavam com as autoridades da província, com os capitães de navio, com os oficiais da Alfândega, com funcionários das companhias de vapor e telégrafos, a missão de “roubar,

⁸⁸⁰ HDBN: *Diário de Pernambuco*. 25 de novembro de 1881. Nº269. p.2.

⁸⁸¹ O envolvimento pela causa abolicionista era tanto que João Ramos, ajudado por amigos, já tinha estabelecido uma rota segura para os escravos fugitivos. Partindo de Recife iam para Mossoró (Rio Grande do Norte), depois para Aracati e Fortaleza, no Ceará. **IAHGP** Caixa 20. Doc 0809. Manuscritos relativos ao Club do Cupim. Carta de José Correa do Amaral a João Ramos. Ceará, 31 de Maio de 1884. “Meo bom amigo João Ramos. Recebi suas 2 cartas de 8 e 24 do expirante e de tudo que nella me disse fico inteirado. Os 29 huguenotes carregados por “Camelia” já chegaram a esta província. Deles, 3 ficaram no Aracaty e 26 nesta capital, já empregados. Ainda não pude me encontrar com o recomendado de meo mano Ananias. Notei o que me disse quanto ao porto do Recife. E realmente não há sahida de escravos para serem vendidos em outra província, nenhuma província há a tomar. Cada vez admiro mais o seu heroísmo, e como V.S também direi: “petit à petit, l’oiseau fait son nid.” (pouco a pouco o pássaro faz seu ninho).

acoitar e salvaguardar” os cidadãos escravizados ficava com os “sócios auxiliares” - internos e externos - em sua maioria pessoas das camadas populares.

Os primeiros auxiliares foram nomeados por João Ramos, juntamente com os outros sócios fundadores. Os primeiros eram chamados de capitães ou tenentes, algo que, provavelmente, servia como fator de distinção social. Ser capitão de João Ramos, por exemplo, um homem ligado ao comércio, respeitado, amigo de políticos como José Mariano, deveria valer de alguma coisa. Os tenentes ou capitães também receberam os nomes de localidades, muitas das quais faziam referência às províncias de Pernambuco e do Ceará.⁸⁸² Euzébio Coimbra (Caxangá), tenente de João José da Cunha Lage⁸⁸³ (Amazonas). João Doudo (Tamarineira), tenente de Fernando de Castro⁸⁸⁴ (Maranhão). Juvenal Machado, o “Chefe Acarape⁸⁸⁵”, tenente de João Ramos⁸⁸⁶ (Ceará). Sebastião Grande de Arruda (Mucuripe), tenente de Numa Pompílio⁸⁸⁷ (Mato Grosso). Virissimo Doce (Aracaty), capitão de Guilherme Pinto⁸⁸⁸ (Pernambuco). Antônio Ceará (Maranguape), tenente de Alfredo Pinto Vieira de Mello⁸⁸⁹ (Minas Gerais). José de Mathias⁸⁹⁰ (Lingueta), capitão de Nuno Alves da Fonseca (Alagoas). Joaquim Cambraia (Laranjeiras)⁸⁹¹, capitão de Gaspar Costa (Rio de Janeiro). João Canella (Beberibe), capitão de Antônio de Faria⁸⁹² (Rio Grande do Sul). Rufino Pereira (da Costa) (Apipucos), capitão de Luiz Gonzaga do Amaral e Silva⁸⁹³ (Goias). Luiz Feliciano

⁸⁸² Os nomes de guerra dos tenentes remetem-nos à Província do Ceará e de Pernambuco. Nomes de municípios, ruas e de diversos lugares destas duas províncias que tiveram grupos associados pela causa abolicionista. O que reforça ainda mais a ideia de Castilho de que a radicalização do movimento abolicionista em Pernambuco se deu após a Abolição da escravidão no Ceará e as iniciativas do grupo cearense que mantinham contato com o Club do Cupim, cujos alguns dos principais membros eram amigos e trocavam correspondência com João Ramos como acompanhamos nos capítulos 1 e 2. **IAHGP**. Caixa.21, maço 2, doc. 0828. Documentos do Clube do Cupim: **Lista de membros**.

⁸⁸³ Comerciante e dono de barcas. **Idem**.

⁸⁸⁴ Estudante de direito. **Idem. Ibidem**.

⁸⁸⁵ Nome do primeiro município do Ceará a ter todos os seus cativos libertados em 1 de janeiro de 1883. MEDEIROS, Coriolano. **O movimento da Abolição no Nordeste**. In: O livro do Nordeste. Recife, Arquivo Público Estadual, 1952, pp 92-96. **IAHGP**. Caixa.21, maço 2, doc. 0828. Documentos do Clube do Cupim: **Lista de membros**.

⁸⁸⁶ Comerciante, guarda livros. **Idem**.

⁸⁸⁷ Cirurgião dentista, farmacêutico. **IAHGP**. Caixa.21, maço 2, doc. 0828. Documentos do Clube do Cupim: **Lista de membros**.

⁸⁸⁸ Comerciante. **Lista de membros**.

⁸⁸⁹ Estudante de direito. Acadêmico. **Lista de membros**.

⁸⁹⁰ Catraieiro conhecido como Almirante. **Lista de membros**.

⁸⁹¹ Não encontramos nenhuma informação sobre ele além do nome listado pelo Cupim. **IAHGP**. Caixa.21, maço 2, doc. 0828. Documentos do Clube do Cupim: **Lista de membros**.

⁸⁹² Estudante de direito. Acadêmico. **Lista de membros**.

⁸⁹³ Comerciante. **Lista de membros**.

(Geriquity) capitão de Manoel Joaquim Pessoa⁸⁹⁴ (Rio Grande do Norte) e Dyonísio Bastos (Pacatuba⁸⁹⁵), que foi tenente de Alfredo Ferreira Pinto⁸⁹⁶ (Bahia).⁸⁹⁷

Posteriormente, ainda entraram José Bezerra (Timbó), que foi capitão de Wenceslau Guimarães⁸⁹⁸ (Paraná), Manoel Francisco (Serrinha), imediato do acadêmico Salles Barbosa⁸⁹⁹ (Paraíba), Francisco Paraguai (Zumby), capitão do Dr. Barros Sobrinho⁹⁰⁰ (São Paulo), Nicolau Duarte⁹⁰¹ (Jaqueira), tenente de José Mariano (Espírito Santo) e Antônio Trindade (Itapissuma), capitão de Joaquim de Oliveira Borges (Pará). Luiz Napoleão (Gururapes), capitão de Antônio Ferreira Baltar Sobrinho⁹⁰² (Santa Catarina), Manoel Vieira (Iracema), tenente de Manoel da Veiga Seixas (Sergipe) e Israel de Barros (Cametá), capitão de Argemiro Falcão⁹⁰³ (Piauí). Infelizmente, não encontramos informações sobre todos.

Muitos destes auxiliares não foram localizados com facilidade nas fontes as quais tivemos acesso, algo que, certamente, diz respeito às suas posições de menor destaque no

⁸⁹⁴ Comerciante, dono de barcas. **Lista de membros.**

⁸⁹⁵ Riscado da lista, foi tenente de Alfredo Ferreira Pinto. Pacatuba foi o segundo município do Ceará, junto com São Francisco, a libertar todos os escravos do lugar no dia 2 de fevereiro de 1883. MEDEIROS, Coriolano. O movimento da Abolição no Nordeste. **Op. Cit.** pp 92-96. **IAHGP.** Caixa.21, maço 2, doc. 0828. Documentos do Clube do Cupim: **Lista de membros.**

⁸⁹⁶ Comerciante. **Lista de membros.**

⁸⁹⁷ Acadêmico. **Lista de membros.** **HDBN:** Jornal Pequeno. 14 de maio de 1909.nº107. p.1.

⁸⁹⁸ Acadêmico que saiu do Cupim. **Lista de membros.**

⁸⁹⁹ Salles Barbosa teve uma vida breve e foi um dos muitos acadêmicos da FDR que lutaram pela abolição da escravidão, tendo falecido no ano de 1888. Foi membro e orador da Comissão Promotora da Libertação dos Escravos de Olinda. **HDBN:** Libertador (PE). 05 de maio de 1883. Nº2. p.4. **HDBN:** Diário de Pernambuco. 01 de maio de 1887. Nº99. p.3. **Lista de membros.**

⁹⁰⁰ Dr. Antônio Joaquim de Barros Sobrinho (14.03.1840 – 13.02.1899) se formou pela Faculdade de Medicina da Bahia (FMB) em 1873, vindo residir em Pernambuco se tornou, além de professor de Inglês do Curso Anexo a Faculdade de Direito de Recife, médico do Hospital D. Pedro II (Recife). Foi sócio da “Sociedade Libertadora 7 de Setembro”, presidente do Club Abolicionista e sócio efetivo do Clube do Cupim, tendo como codinome “São Paulo”. A Faculdade de Medicina da Bahia foi o lócus onde aconteceram as primeiras manifestações de cunho abolicionista da Província. Segundo Ricardo Tadeu Caíres, em 1852, foi fundada a Sociedade Abolicionista 2 de julho, nome dado em homenagem à data da independência da Bahia. Mantida pelos alunos, a Abolicionista 2 de Julho durou alguns anos e libertou vários escravos como forma de sensibilizar a sociedade para o problema da escravidão. FORTUNA, Cristina Maria Mascarenhas. MEMÓRIAS HISTÓRICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DA BAHIA. **Op. Cit.** p.188. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/24837/4/Anexo%201.pdf> acessado em 24 de abril de 2020 às 14:51. **HDBN:** Jornal de Recife 4 de fevereiro de 1880. Nº27. p.2; Jornal do Recife. 8 de março de 1880. Nº55. p.2; Jornal do Recife. 19 de agosto de 1880. Nº190. p.1. CAÍRES, Ricardo Tadeu. **Caminhos e descaminhos da abolição: escravos, senhores e direitos nas últimas décadas da escravidão (Bahia 1850-1888).** Tese de Doutorado. Curitiba, UFPR, 2007. p.225.

⁹⁰¹ Segundo Felipe de Azevedo, que estudou a trajetória de Nicolau Duarte, tanto ele quanto Manoel Rosendo eram acusados pelos conservadores de servirem como capangas aos liberais, liderados por José Mariano. Segundo Azevedo, Nicolau era chamado por Mariano de “o liberto da minha casa”, o que provavelmente atesta o seu passado escravo. Ambos eram descritos como pardos e analfabetos e, segundo os relatos da época, eram funcionários da casa de José Mariano, seus boleeiros. SOUZA, Felipe Azevedo e. A participação política das classes populares em três movimentos. **Op. Cit.** Págs: 23, 52, 56 e 57. **IAHGP.** Caixa.21, maço 2, doc. 0828. Documentos do Clube do Cupim: Acta da 5ª sessão do Clube Cupim em 16 de setembro de 1885. 2ºano da libertação total do Ceará e Amazonas.

⁹⁰² Comerciante. **IAHGP.** Caixa.21, maço 2, doc. 0828. Documentos do Clube do Cupim: **Lista de membros.**

⁹⁰³ Operador de Telégrafos. **Lista de membros.**

cenário macropolítico da história que podemos investigar nos jornais e na documentação primária deixada pelo Cupim. Alguns nomes, por exemplo, dão-nos indicações dos lugares sociais aos quais muitos deles pertenciam, como João Canella, que devia ter este sobrenome-apelido ligado à cor da sua pele. Algo muito comum na caracterização de escravos fugidos.⁹⁰⁴ Outro auxiliar, José de Mathias, que chegou a receber do Clube o título de *Almirante*, era um catraieiro que levou o nome do Cais no qual trabalhava, *Lingueta*.⁹⁰⁵ Homem negro, pobre e livre, que se aproveitou das conexões estabelecidas a partir de suas missões como forma de se distinguir de outros catraieiros, ganhando sua vida embarcando escravos, tornando-se uma liderança para esses homens livres pobres não somente naquele momento como no pós-abolição.⁹⁰⁶ Já Rufino Pereira da Costa, outro homem negro, chegou a morar na casa alugada por João Ramos, na estrada dos Aflitos nº20 A, mostrando que, além de terem conquistado determinada respeitabilidade, alguns desses auxiliares se utilizaram das relações estabelecidas e conseguiram negociar condições básicas de sobrevivência.⁹⁰⁷

Apesar de não podermos ter certeza se são ou não eles, os nomes de alguns desses sujeitos aparecem constantemente nos jornais associados à criminalidade, à vagabundagem, aos distúrbios locais, enfim, a um conjunto de problemas que denotam o posicionamento marginal de muitas daquelas pessoas negras e pobres no período pré e pós-abolição. Como nos ensina Paulo Staudt Moreira:

Quando trabalhamos com trajetórias individuais de populares, certamente a pesquisa é repleta de lacunas e dúvidas. Dentro dos limites, procuraremos recorrer ao que podemos denominar de imaginação histórica, um jogo que não estabeleça uma

⁹⁰⁴ **HDBN**: João Canella, homem preto escravo fugido. Jornal do Recife. 31 de janeiro de 1877. Nº25. p.3.

⁹⁰⁵ O Cais da Lingueta foi o primeiro cais edificado na cidade para embarque e desembarque de cargas e passageiros. O nome, lingueta provém de uma espécie de baía para pequenas embarcações estacionarem. Muitos destes homens ofereciam seus serviços de transporte de pessoas e mercadorias para as embarcações maiores ancoradas fora da Barra do Recife. Segundo Alessandro Gomes, o Boqueirão ou o Mosqueiro concentrava o alto comércio do Recife. Ele se estendia por todo bairro de São Frei Pedro Gonçalves ou do Recife e parte do de Santo Antônio. No primeiro, estavam reunidos o negócio açucareiro e as principais firmas importadoras. A partir da ponte Sete de Setembro tinha-se a guardamoria da Alfândega, os armazéns e trapiches alfandegados do cais do Forte do Matos, o prédio da Companhia Pernambucana de Navegação, alguns armazéns de exportação, o palacete da Associação Comercial Beneficente no cais da Lingueta e o Arsenal da Marinha, cujas instalações estendiam-se até o Cais do Norte. No Cais do Apolo, havia armazéns de açúcar e de gêneros importados, casas de fundição e oficinas de máquinas, estaleiros de construção naval e mais depósitos de açúcar. O Bairro de Santo Antônio, por sua vez, possuía armazéns de farinha de trigo, madeira e carvão de pedra, bem como negócios de algodão, de carne de charque e artigos de couro. GOMES, Alessandro Filipe de Meneses. **DAS DOCAS DE COMÉRCIO AO CAIS CONTÍNUO: as tentativas frustradas de melhoramento do porto do Recife no Oitocentos**. Tese de Doutorado. UFPE. 2016. p.36.

⁹⁰⁶ **HDBN**: Diário de Pernambuco. 11 de maio de 1889. Nº 106. p.3. [sic] **HDBN**: Jornal Pequeno. 19 de setembro de 1905. Nº211. p.2.

⁹⁰⁷ **IAHGP**, Caixa .21, maço 2. Recibo de pagamento do aluguel da casa dos cupins situada na Estrada dos Aflitos nº20 A. Recife. 03 de outubro de 1887.

dicotomia entre verdadeiro e inventado, mas a integração sempre assinalada pontualmente, de “realidades” e “possibilidades”.⁹⁰⁸

Em 29 de dezembro de 1882, um João Doudo, descrito como “tão doido, que andava a dar bordoadas atôa, e a atirar pedradas”[sic], foi ferido a facadas. O motivo? Provavelmente uma tentativa de furto frustrada. Este sobreviveu a punhalada.⁹⁰⁹ Outro homem conhecido como João Doudo, João Alves Ferreira, morador no povoado de Poção “feriu a canivetadas a Camilo de tal no dia 25 de março de 1897.”⁹¹⁰ Em 16 de agosto de 1899, “o facínora João Gaudêncio, conhecido por João Doudo e um seu companheiro divertiam-se em esborear-se mutuamente numa mercearia da rua do Cordoniz, em Recife.” [sic] Quando João Antunes, estivador, entrou no estabelecimento recebeu um encontrão de Gaudêncio e, após reclamar do procedimento, o Doudo respondeu com uma punhalada no braço esquerdo de Antunes, sendo preso pela polícia.⁹¹¹ Em 1905, um homem conhecido pelo nome de João Doudo, “vibrou forte cacetada em Francisco de Barros Pimentel, fazendo-lhe ferimento no crânio”. Apesar de ser perseguido, esse João Doudo conseguiu fugir.⁹¹²

Outro João Doudo, com sobrenome da Costa, catraieiro do bote *União*, naufragou junto com seu bote e passageiros, no dia 29 de janeiro de 1911, quando estava levando-os a bordo do vapor *Sergipe*. O catraieiro foi preso, por ordem do capitão do Porto, provavelmente para prestar depoimentos, já que, segundo as autoridades, a embarcação suportava de 6 a 8 passageiros e o *União* levava 10 pessoas, fora ele. Dos dez náufragos, quatro ainda estavam desaparecidos quando a notícia saiu, sendo “todos homens do comércio.”⁹¹³

Acreditamos que esse último “João Doudo”, o catraieiro, era o que fazia parte do Cupim. Mas só podemos levantar possibilidades. Como podemos perceber, apesar destes Joões, alcunhados “Doidos”, terem seu apelido-sobrenome geralmente associado à criminalidade e a distúrbios sociais, o último João também é identificado como João Alves da Costa⁹¹⁴ e em nenhum momento a sua pessoa foi desmerecida ou associada à vagabundagem ou à capoeiragem, assim como os outros foram. Apesar de ter sido associado a uma “tragédia”, os

⁹⁰⁸ Paulo Moreira estuda a trajetória de uma africana no Rio Grande do Sul Oitocentista, reconhecendo as limitações de estudar a vida de “sujeitos comuns”. MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. Joana Guedes, uma Mina de Jesus: trajetórias africanas do cativo à liberdade. **Nuevo Mundo Mundos Nuevos**: Debates, 2005. Disponível em: <https://journals.openedition.org/nuevomundo/1039> acessado em 15 de junho de 2020 às 22:17.

⁹⁰⁹ HDBN: Jornal do Recife. 12 de março de 1887. Nº58. p.2.

⁹¹⁰ HDBN: Jornal do Recife. 8 de abril de 1897. Nº79. p.2.

⁹¹¹ HDBN: Jornal do Recife. 18 de agosto de 1899. Nº185. p.1.

⁹¹² HDBN: A Província. 14 de dezembro de 1905. Nº281. p.5.

⁹¹³ HDBN: Jornal Pequeno. 30 de janeiro de 1911. Nº24. p.2. HDBN: A Província. 31 de janeiro de 1911. Nº30. p.1.

⁹¹⁴ HDBN: Diário de Pernambuco. 31 de janeiro de 1911. Nº030. p.1.

editores do jornais *A Província* e do *Jornal Pequeno* acabam narrando a sua história de uma forma diferente, procurando salientar a experiência e prática do homem e de certa forma sua inocência na situação.

Segundo o relato encontrado no *Jornal Pequeno*, o bote virou devido não somente ao excesso de pessoas, mas ao desespero dos passageiros que, ao verem entrar água na embarcação, correram todos para o mesmo lado, causando o acidente. O próprio catraieiro se apresentou ao chefe da Polícia Marítima, Major Balbiano, sendo preso pelo capitão do Porto, para prestar depoimentos.⁹¹⁵ A embarcação, o bote *União*, “estava em perfeito estado, não apresentando avaria alguma.” De propriedade de D. Francisca Sancha de Moura, a lotação no registro constava ser de 8 passageiros.⁹¹⁶

Na notícia que saiu n’*A Província*, constava que João da Costa era o proprietário do bote e que, ao saber pelos jornais que o naufrágio estava sendo atribuído à sua imprudência foi se apresentar ao delegado, “afirmando que o seu barco se achava em perfeito estado de navegabilidade.” Segundo ele, o “bote não fez água”, mas virou quando passava por cima de uma das amarras do vapor *Canoé*, próximo ao *Sergipe*, destino final dos passageiros.⁹¹⁷ Talvez, existissem ainda naquelas redações algumas pessoas que lembravam dos serviços prestados por João “Doudo” a causa abolicionista e, apesar de não poderem fazer muito por ele, buscavam, por meio das notícias, incentivar a opinião pública, livrando-o de mais acusações ou de maiores problemas com as autoridades, já que quatro náufragos morreram.⁹¹⁸ Uma coisa foi certa, os redatores da *Província* e do *Jornal Pequeno*, ligados historicamente aos cupins em Pernambuco, construíram, como puderem, uma imagem positiva sobre o homem.⁹¹⁹

⁹¹⁵ João Alves da Costa foi recolhido a Casa de Detenção para prestar maiores esclarecimentos do caso. **HDBN:** Jornal do Recife. 31 de janeiro de 1911. Nº30. p.2.

⁹¹⁶ **HDBN:** Jornal Pequeno. 30 de janeiro de 1911. Nº24. p.2. Jornal Pequeno. 31 de janeiro de 1911. Nº25. p.3. Jornal Pequeno. 01 de fevereiro de 1911. Nº26. p.3. Segundo o relato do Diário de Pernambuco, João Doudo foi detido justamente por excesso de pessoas no bote, que comportava 6 mas estava carregando 11 passageiros. **HDBN:** Diário de Pernambuco. 31 de janeiro de 1911. Nº030. p.1.

⁹¹⁷ **HDBN:** A Província. 31 de janeiro de 1911. Nº30. p.1.

⁹¹⁸ Oscar Bezerra, Ezequiel Moreira de Souza, Bernardino Silva e Carlos Santos morreram afogados. **HDBN:** Almanach de Pernambuco. Anno XIX. 1917. p.24. Outro catraieiro, Thomaz de Aquino, encontrou uma ossada de Oscar Bezerra no dia 01 de fevereiro de 1911. **HDBN:** Diário de Pernambuco. 02 de fevereiro de 1911. Nº32. p.1.

⁹¹⁹ Sabemos que o Clube do Cupim e os seus membros, incluindo aí o João Doudo, foram homenageados nas páginas do Jornal Pequeno em vários momentos comemorativos do 13 de maio no pós-abolição. **HDBN:** Jornal Pequeno. 14 de maio de 1909. Nº107. p.1; Jornal Pequeno. 12 de maio de 1914. Nº105. p.5. O que não impediu João José de Abreu de ir nas páginas da Província acusar o catraieiro de criminoso e dizer que devido as falsas testemunhas ele conseguiria dar “provas de sua inocência”. Ora se o homem estava preso, quem é que estava se movimentando para defendê-lo do lado de fora da Casa de Detenção? Porque pessoas que não haviam se envolvido no processo estavam testemunhando a seu favor? São questões que podem demarcar as forças das relações estabelecidas por estes homens ao longo de suas vidas. O João Alves da Costa não estava só. **HDBN:** A Província. 02 de fevereiro de 1911. Nº32. p.2.

Outra notícia, dentre as poucas que encontramos, sobre os auxiliares no pós-abolição, leva-nos novamente até o Porto do Recife e ao Cais da Lingueta, lócus principal da vida e atividade daqueles catraieiros. No dia 19 de setembro de 1905, o vapor inglês Byron fundeou no lamarão, aproveitando-se da situação, os catraieiros, como de costume, subiram a bordo para oferecer transporte aos passageiros que quisessem desembarcar. Um dos catraieiros, Severino, sobrinho de José Mathias, pediu 30\$000 mil réis aos passageiros, enquanto outro, chamado Pedro, ofereceu-se para transportar os passageiros por 25\$000 mil réis, atizando a raiva de Severino, que prometeu dar um tiro em Pedro quando descessem no porto.⁹²⁰

Pedro recorreu ao capitão do Porto e a polícia, já Severino foi procurar proteção do seu tio, José de Mathias, mestre estivador e também catraieiro. Este aconselhou Severino, na frente do remador da praticagem, que não desse um tiro em Pedro, para não ter problemas com a polícia, mas que se armasse de um cacete e desse uma lição no catraieiro por ter passado em sua frente. No artigo, o articulista criticou justamente a desordem promovida pelos catraieiros do Cais da Lingueta, que “não respeitam os deveres da ordem, do direito e não têm decoro a nossa sociedade.”⁹²¹

Mesmo que não tenha assumido diretamente um tom racial, a crítica recaía contra homens negros, que controlavam essas atividades e se organizavam de acordo com seus costumes. Aquilo que Severino acreditava fazer parte dos seus direitos, o valor cobrado pelo transporte e a primazia na negociação, não estava necessariamente escrito em algum código portuário e, na visão do crítico, o controle dessas atividades por homens “sem decoro” causava desordem, cabendo ao capitão do Porto, juntamente com a polícia marítima, “intervir energeticamente, afim de evitarem desgraças futuras.”⁹²²

Muitos destes homens, trabalhadores humildes, na década de 1880, dividiram as tarefas do Clube com acadêmicos, líderes políticos, comerciantes e pessoas influentes na sociedade “de cima”, que não podiam abrir mão do apoio deles, conhecedores dos códigos da sociedade “de baixo”. Vários homens e mulheres, inclusive, assumiram a responsabilidade de recrutar outros agentes, representando assim a cabeça da ação popular.

Para Castilho, a grande variedade da origem social do Clube foi mais por razões de necessidade logística que por “inclusão social”. Já, para Flávia Braga, apesar de aceitar a interpretação de Castilho, a autora acrescenta que “fazer parte do Clube seria uma indicação de

⁹²⁰ **HDBN:** Jornal Pequeno. 19 de setembro de 1905. Nº211. p.2.

⁹²¹ **Idem.**

⁹²² **Idem. Ibidem.**

distinção social.”⁹²³ Acreditamos que ambos estão certos, todavia, pensamos que é preciso aprofundar um pouco mais o olhar sobre as relações sociais mantidas entre ambas as partes, pois, essas explicações generalizantes, em sua tentativa de estabelecer sentidos, acabam por reforçar o esquecimento de alguns atores menos conhecidos da Abolição, subestimando a participação e os interesses das classes populares como se aquelas pessoas fossem “massa de manobra”.⁹²⁴ Não acreditamos que aqueles homens e mulheres estivessem envolvidos somente como agentes secundários e marionetes dos abolicionistas. Já sabemos que na sociedade do favor os interesses eram ativados dos dois lados e, mesmo que não fossem recíprocos, cada uma daquelas pessoas tinha seus motivos para agir pela causa.

Segundo afirmam Mac Adam, Sidney Tarrow e Charles Tilly,

um movimento social é uma interação sustentada entre pessoas poderosas e outras que não têm poder: um desafio contínuo aos detentores de poder em nome da população cujos interlocutores afirmam estar ela sendo injustamente prejudicada ou ameaçada por isso.⁹²⁵

Para que o movimento abolicionista pudesse avançar, as lideranças do Cupim compreenderam que era necessária a adesão das classes populares e até mesmo dos próprios escravizados, indo atrás desse apoio.⁹²⁶

Concordamos com Felipe Azevedo quando diz que estas pessoas “ocupavam lugares sociais distintos, mas compunham uma micro-linhagem dentro dessa rede, executando papéis diferentes, mas complementares.”⁹²⁷ Dentro da sociedade do favor⁹²⁸, marcados também pela precariedade estrutural da liberdade⁹²⁹, onde muitas pessoas negras e pardas eram recolhidas às

⁹²³ CASTILHO, Celso Thomas. Abolitionism matters. **Op. Cit.** p.174. BRAGA, Flávia Bruna Ribeiro da Silva. ROENDO A MADEIRA DA ESCRAVIDÃO. **Op. Cit.** p.1. Disponível em: https://www.pe.anpuh.org/conteudo/view?ID_CONTEUDO=2129&impressao acessado em 06 de fevereiro de 2020 às 11:53.

⁹²⁴ Só para citar um exemplo quando o corpo de Joaquim Nabuco foi enviado do Rio de Janeiro para o Recife a comissão, designada por José Mariano, para recebe-lo foi composta por João Ramos, Manoel Gomes de Mattos, Alfredo Pinto e Sebastião Grande de Arruda. Os jornais que divulgaram esta informação acabaram por errar o nome de Sebastião, chamando-o de João Grande de Arruda. Algo que precisou ser corrigido por outra redação. **HDBN**: O Paiz (RJ). 5 de abril de 1910. Nº9313. p.3. **HDBN**: A Imprensa (RJ). 5 de abril de 1910. Nº836. p.2; 7 de abril de 1910. Nº838. p.1.

⁹²⁵ MCADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. Para mapear o confronto político. **Lua Nova**, São Paulo, n. 76, 2009, p. 21.

⁹²⁶ Segundo Eduardo Silva, sem a colaboração ou adesão integral dos escravizados não haveria um movimento subterrâneo abolicionista. Ao aderiram com entusiasmo crescente os projetos de fugas em massa, os cativos tiraram a repressão literalmente impossível. SILVA, Eduardo. **“Domingo, dia 13: o Underground Abolicionista, a Tecnologia de Ponta e a Conquista da Liberdade.** In: Martha Abreu e Matheus Serva Pereira (Org.). Caminhos da liberdade: histórias da abolição e do pós-abolição no Brasil. Niterói: PPG História – UFF, 2011, pp.32-34.

⁹²⁷ SOUZA, Felipe Azevedo e. A participação política das classes populares em três movimentos. **Op. Cit.** p.70.

⁹²⁸ **Idem.** p.21.

⁹²⁹ Ver: CHALHOUB, Sidney. "Precariedade estrutural. **Op. Cit.**

prisões, supostamente por serem escravos fugidos, a montagem de uma rede de relações sociais servia como um canal de proteção pessoal. Muitos destes homens e mulheres, representantes das camadas populares, foram chamados para lutar nas ruas e, enquanto algumas lideranças trabalhavam silenciosamente - escondendo-se sobre seus postos e funções – os populares agitavam as massas em favor do abolicionismo. E, apesar de considerarmos a existência de relações hierárquicas - comuns numa sociedade escravocrata - dentro do movimento abolicionista, as negociações políticas e sociais, e por que não econômicas, devem ter servido como válvulas de escape e como alternativas para a reprodução de suas vidas.⁹³⁰

Até a quarta reunião, em 29 de outubro de 1884, eram 17 os membros efetivos e 11 os auxiliares internos. No primeiro ano, a formação do grupo foi um desafio para suas lideranças, pois, ao mesmo tempo que alguns membros entravam, outros saíam e levavam consigo alguns dos segredos da instituição. Por isso, João Jose da Cunha Lages pediu para que proibissem a entrada de pessoas estranhas nas salas de reunião, sendo convidados somente os sócios internos, já que vinham chamando atenção e algumas pessoas estavam comentando demais sobre as sessões.⁹³¹ Os cupins sabiam que a sua atuação não estava dentro do campo legal e a iminência de problemas como, processos, prisões, demissões, denúncias, etc. acompanhou a existência da associação e dos seus membros até mesmo após o 13 de maio.

No mesmo dia, o cirurgião dentista Numa Pompílio pediu a palavra para expor que numa das ruas da cidade existia um homem escravizado cujo “pretenso senhor” deixava “agrilhado” e “castigava-o barbaramente”, rogando aos membros que tomassem uma providência. Após a

⁹³⁰ Criticando o conceito de clientelismo, Felipe Azevedo afirma que a visão tradicional do clientelismo político e sua crença de que essa relação política tem como fim único e último o voto é bastante limitada para entendermos a sociedade brasileira. Na visão do historiador, não há um movimento unilateral, muito embora as relações sociais estejam marcadas por uma verticalidade, comum a uma sociedade escravocrata, que se baseia no binômio mandar e obedecer. O clientelismo, para ele, ganha muito mais sentido se for entendido através do conceito da Economia do Favor, pois, este consegue explicar melhor não somente as relações desiguais como as relações de interdependência e o fluxo bilateral de tarefas e favores realizados por ambas as partes. A Sociedade do favor abrangeria melhor a complexidade dos acordos políticos numa sociedade personalista. SOUZA, Felipe Azevedo e. A participação política das classes populares em três movimentos. **Op. Cit.** 20-21.

⁹³¹ Na lista de sócios ficamos sabendo que Wenceslau Guimarães (Paraná) saiu do Cupim pois teve medo de se comprometer com as autoridades. Já um tal de Octaviano (Sergipe), “acadêmico” saiu por não poder pagar suas contribuições e um sócio chamado Pedro da Costa Rego (Santa Catarina) foi expulso e esculhambado, chamado de pusilânime, pulha, por ter deixado uma escrava que foi pousar na sua casa com fome e ainda, segundo consta nas observações, colocou-a na rua para trabalhar, com todo o risco de que os capitães do campo apanhassem a refugiada. Nem todo mundo estava disposto a ir pro tudo ou nada, nem a lutar pela causa dos cativos. **IAHGP**. Caixa 20. Doc 0810. Livro de actas do Clube do Cupim. Acta da 1ª sessão do Club “Relâmpago” em 15 de outubro de 1884 Presidência de Guerrison; Acta da 3ª sessão do club “Cupim” em 22 de outubro de 1884. Presidência de Ceará. 1º ano da libertação total do Ceará e Amazonas; Acta da 4ª sessão do club “Cupim” em 29 de outubro de 1884. Presidência de Ceará. 1º ano da libertação total do Ceará e Amazonas. Encontramos a carta de despedida de Pedro da Costa Rego, jurando guardar os segredos do Clube. **IAHGP**. Caixa.21, maço 2, doc. 0828. Documentos do Clube do Cupim: Carta de demissão do sócio Santa Catarina (Pedro da Costa Rego) enviada ao Clube do Cupim em 12 de novembro de 1884.

exposição dos fatos, João Ramos formou uma comissão composta por Guilherme Pinto, João José da Cunha Lages e Wenceslau Guimarães para “tirar o infeliz cidadão das garras do abutre escravocrata”. Se as autoridades policiais não haviam se indomado com o caso, os cupins estavam incomodados e, a partir de então, tentariam resolver, “por todos os meios possíveis”, questões mal resolvidas na justiça, tornando-se um braço de apoio ao escravizado.⁹³²

Imagem 23: Numa Pompílio (Mato Grosso)



Fontes: HDBN. *Jornal Pequeno*. 15 de maio de 1905. Nº108. p.1; *Jornal do Recife*. 13 de maio de 1914. Nº128. p.3.

As dificuldades econômicas, que sempre constituíam grandes entraves para as sociedades abolicionistas, também foram um grande problema para os cupins. Na primeira reunião de novembro, eles só haviam recolhido 30\$000 mil réis de mensalidades, referentes ao mês de outubro. Receberam 12\$000 mil réis de um “imigrante”⁹³³, que para viajar precisava desembolsar 4 vezes o valor de uma mensalidade, tirando o dinheiro de um anúncio que fizeram (1\$000) e o valor para alimentação dos imigrantes (12\$000) sobraram apenas 29\$000 mil réis. Todavia, conseguimos observar que os gastos com passagens, alimentação, entre outras coisas, eram bem menores do que os que deveriam pagar para indenizarem os senhores. Fugir era, economicamente, mais viável. Nessa mesma reunião, foram cobrados os 75\$000 mil réis que Antônio de Faria recebeu dos escravizados e recebidos os 51\$000 mil réis recolhidos por

⁹³² **IAHGP**. Caixa 20. Doc 0810. Livro de actas do Clube do Cupim. Acta da 4ª sessão do club “Cupim” em 29 de outubro de 1884. Presidência de Cear á. 1º, anno da libertação total do Ceará e Amazonas.

⁹³³ Um dos muitos nomes dados aos escravizados na documentação do Cupim.

Juvenal Machado (Acarape)⁹³⁴, o chefe dos auxiliares internos, que também angariou esses recursos junto aos fugitivos.

Enquanto as mensalidades de outubro e novembro somavam 45\$000 mil réis, a contribuição dos escravos que pretendiam embarcar totalizava 126\$000 mil réis. Estes valores confirmam que quem mais sustentava o processo logístico, alimentício e até mesmo estrutural do Clube, eram os próprios “cidadãos escravizados”.⁹³⁵

Ao marcarem um embarque para o dia 10 de novembro de 1884, pediram toda ajuda possível dos sócios e dos auxiliares, tanto na questão dos pagamentos quanto nas questões práticas, havendo pouco dinheiro em caixa resolveram que, os “cidadãos” que tivessem dado algum dinheiro ao Clube, se desistissem da fuga, perderiam os valores depositados.⁹³⁶ No dia 10 de novembro de 1884, embarcaram, de última hora, vários cativos no iate *João Valle*⁹³⁷, propriedade de Cunha Lages. O mestre do iate, Joaquim Bazilio, outro auxiliar, foi quem comandou a operação. Pelo menos “34 cidadãos”, que seguiram no iate, chegaram a salvos no Ceará, segundo telegrama passado por Lages, que acompanhou a empreitada.⁹³⁸

Como podemos ver, tanto João José da Cunha Lages (Amazonas, 1º fiscal do Clube) quanto Manoel Joaquim Pessoa (Rio Grande do Norte), ambos proprietários de barcas, transportavam os escravos fugidos para o Ceará em seus hiates e barcas, o que devia deixar algum lucro para eles. O hiate de Lages, *João Valle* e o *Geriquity*, de Joaquim Pessoa, foram

⁹³⁴ Juvenal Machado, o tenente de Ramos, era um dos principais responsáveis por recolher o dinheiro dos fugitivos e repassá-los ao Clube. Entre novembro e dezembro de 1884 só não pegou mais dinheiro do que o sócio Antônio de Farias, que arrecadou 100\$000 mil réis para passagens. Juvenal ficou em segundo lugar recolhendo 75\$500 mil réis. **IAHGP**. Caixa.21, maço 2, doc. 0828. Documentos do Clube do Cupim: Receita e despesa do Club Cupim, de 5 de novembro a 5 de dezembro de 1884. O tesoureiro: Matto Grosso. [sic] **IAHGP**. Caixa 20. Doc 0810. Livro de actas do Club do Cupim. Acta da 9ª sessão do Club Cupim em 27 de novembro de 1884. 1º Ano da libertação do Ceará e Amazonas. Presidência de Matto Grosso. Presidente interino.

⁹³⁵ **IAHGP**. Caixa 20. Doc 0810. Livro de actas do Clube do Cupim. Acta da 5ª sessão do Club Cupim em 4 de novembro de 1884. 1º Anno da Libertação Total do Ceará e Amazonas. Reunião extraordinária. Presidência de Ceará.

⁹³⁶ **IAHGP**. Caixa 20. Doc 0810. Livro de actas do Clube do Cupim. Acta da 5ª sessão do Club Cupim em 7 de novembro de 1884. 1º Anno da Libertação Total do Ceará e Amazonas. Reunião extraordinária. Presidência de Matto Grosso (chefe interino). João Ramos estava ausente da reunião quem comandou o embarque do dia 10 foi Numa Pompílio.

⁹³⁷ Hiате João Valle, Proprietário: Joaquim José da Cunha Lages. Toneladas 108. HDBN. Almanak Administrativo, Mercantil, Industrial e Agrícola da Província de Pernambuco para o anno de 1875. 1º Anno. As saídas comerciais para os portos do Norte eram muito comuns, o João Valle seguia com constância para Aracaty, Mossoró, Macaú, Camossim, Parahyba do Norte, Assú, dentre outras cidades. Diário de Pernambuco, 2 de Março de 1874. Nº 49. Diário de Pernambuco 20 de Março de 1880. Diário de Pernambuco, 23 de outubro de 1884. Nº 245. Diário de Pernambuco. 31 de outubro de 1884. A Província, órgão do Partido Liberal, 24 de Janeiro de 1874. Nº203. Lages possuía várias naus comerciais, como o Flor do Jardim. Jornal do Recife 5 de Janeiro de 1875. Nº3. p.3.

⁹³⁸ **IAHGP**. Caixa 20. Doc 0810. Livro de actas do Club do Cupim. Acta da 7ª sessão do Club Cupim em 12 de novembro de 1884. 1º Ano da libertação do Ceará e Amazonas. Presidencia de Matto Grosso (chefe interino). **IAHGP**. Caixa.21, maço 2, doc. 0828. Documentos do Clube do Cupim: The Western And Brazilian Telegraph Company, Limited. João José da Cunha Lages (Amazonas) a Numa Pompílio (Mato Grosso) telegrama informando a chegada de 34 ingleses no Ceará. 17 de novembro de 1884.

as embarcações mais utilizadas para dar prosseguimento às fugas rumo aos territórios livres. Os nomes de Guerra de ambos (Amazonas e Rio Grande do Norte) tanto nos dão uma indicação sobre a ligação comercial que estabeleceram com estas províncias quanto sinalizam os principais lugares e portos para onde eles deveriam levar os cativos.

Como o Cupim era uma instituição em constante processo de formação e reorganização, conseguimos acompanhar algumas mudanças nos rituais ao longo de cada reunião. Sebastião Grande Arruda pediu que fossem criados sinais para as ocasiões de trabalho.⁹³⁹ João Ramos e Cunha Lages criaram cartões para poderem enviar mensagens aos auxiliares responsáveis por comprar as passagens dos ingleses.⁹⁴⁰ Segundo Carneiro Vilela, os cupins também se inspiraram na Carbonária e se utilizaram de táticas e meios secretos e conspiratórios, algo que já apontamos sobre a *Sociedade Cearense Libertadora*, que como sabemos, era a “irmã mais velha” do Cupim no Ceará.⁹⁴¹ Todavia, apesar de todo medo e perigo que àquelas reuniões pudessem ocasionar, precisavam reunir todo o apoio possível e, por isso, não podiam se esconder tanto.

Na reunião de 21 de novembro de 1884, o acesso, que antes era restrito aos sócios fundadores, passou a ser permitido aos auxiliares internos também, inclusive, nesta sessão, estavam presentes mais auxiliares do que fundadores, sendo ainda apresentados mais três capitães: Cosme Damião (Jaboatão), Juvêncio Barbosa (Nazareth) e um cidadão que passou a se chamar Riachuelo (desconhecido).⁹⁴² Ainda nesta reunião, Campo Grande (desconhecido)

⁹³⁹ **Idem.**

⁹⁴⁰ Já em agosto de 1884, Manoel Joaquim Pessoa, Leonor Porto, Numa Pompílio, Barros Sobrinho, Antônio de Faria, José Mariano, José Maria, Deodato. F. da Silva, Francisco de Paula Mafra, Dr. Raymundo Bandeira, todos futuros membros do Cupim, possuíam assinaturas telefônicas da empresa Telephonica Bougard. Em determinado momento, provavelmente, este novo recurso tecnológico deve ter sido utilizado por eles em favor da causa. Mas como o Clube exigia discrição, as mensagens telegráficas, telefônicas, orais ou por escrito deveriam ser transmitidas através de códigos de comunicação. **HDBN**: Jornal do Recife. 10 de agosto de 1884. Nº184. p.2. Diário de Pernambuco. 02 de agosto de 1884. Nº177. p.3. **IAHGP**. Caixa 20. Doc 0810. Livro de actas do Club do Cupim. Acta da 5ª sessão do Club Cupim em 4 de novembro de 1884. 1º Ano da libertação do Ceará e Amazonas. Presidência de Ceará.

⁹⁴¹ VILELA, Joaquim Maria Carneiro. O Clube do Cupim. **Op. Cit.** pp. 419-420. A Carbonária foi uma sociedade secreta e revolucionária que atuou na Itália, França, Portugal, Espanha, Brasil e Uruguai nos séculos XIX e XX. Fundada na Itália por volta de 1810, a sua ideologia assentava-se em valores patrióticos e liberais, além de se distinguir por um marcado anticlericalismo. Apesar de não compartilharem de unidade política, já que reuniam monarquistas e republicanos, assim como os cupins, nem linha de ação definida, os carbonários atuavam em toda a Itália, tendo participado ativamente das revoluções que precederam a Unificação Italiana. Os carbonários se reuniam secretamente nas cabanas dos carvoeiros, derivando daí seu nome. GALT, Anthony H. The Good Cousins' Domain of Belonging: Tropes in Southern Italian Secret Society Symbol and Ritual, 1810-1821 **Man New Series**, Vol. 29, No. 4 (Dec., 1994), pp. 785-807. LEONIDIO, Adalmir. CARBONÁRIOS, MAÇONS, POSITIVISTAS E A QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL NA VIRADA DO SÉCULO XIX. **Revista de História e Estudos Culturais**. Vol. 5. Nº3. p.1.

⁹⁴² Estavam presentes 7 sócios: João Ramos, Numa Pompílio, Alfredo Ferreira Pinto, Antônio de Farias, Luiz Gonzaga do Amaral, Nuno Alves da Fonseca e Guilherme Ferreira Pinto e 8 auxiliares. **IAHGP**. Caixa 20. Doc 0810. Livro de actas do Club do Cupim. Acta da 8ª sessão do Club Cupim em 21 de novembro de 1884. 1º Ano da libertação do Ceará e Amazonas. Presidência de Ceará.

falou que havia acionado as autoridades policiais para resolver um caso de um escravo que estava preso ao tronco no Engenho Novo (Cabo). João Doudo e João Canella receberam ordens para coordenarem a mudança de 2 “cidadãos”.⁹⁴³ Como podemos ver, os auxiliares se destacavam na atuação mais direta do Clube, executando as missões mais “perigosas”.

No final de novembro, enquanto alguns sócios fundadores pediam licença para se ausentar por alguns meses e outros estavam sendo criticados por não fazerem nada,⁹⁴⁴ Juvenal Machado se dirigiu ao Chefe de Polícia para pedir providências contra um senhor que buscava enviar uma escrava para fora da província.⁹⁴⁵ Após rápida ação da polícia, a cativa foi retirada do navio e passou a “gozar de sua liberdade”, visto que, para além da tentativa de ser enviada para fora, ela estava “ilegal e imoralmente escravizada”. Participaram desta operação, os sócios auxiliares: João Doudo, João Canella, Rufino Pereira, Dionísio Bastos e Humaitá (desconhecido), homens do povo, em sua maioria negros, homenageados nas atas do Clube pela sua coragem e ação.⁹⁴⁶

Os chefes do cupim, muitas vezes, ocupados demais com suas outras atividades, no comércio, nas instituições onde trabalhavam e estudavam, não conheciam tão bem quanto os auxiliares o cotidiano da população livre pobre e escrava, nem estavam por dentro de tudo que acontecia nas ruas e nos engenhos distantes do centro da cidade. Os conhecimentos práticos de homens do povo como Juvenal Machado, Sebastião Grande de Arruda, Rufino Pereira da Costa, de catraieiros como José Mathias, João Canella, João Doudo, José Luís Napoleão, davam a eles muito mais condições de enfrentarem diretamente os problemas imediatos com os quais os cupins se deparavam.

No dia 28 de novembro de 1884, quando o sócio auxiliar Camussim (desconhecido) propôs o nome de Luiz Feliciano (Geriquity) para auxiliar, Juvenal Machado se levantou contra o homem, acusando-o de “ser contrário, segundo alguns fatos mostravam, a ideia que

⁹⁴³ **Idem.**

⁹⁴⁴ Antônio Farias (RS) e Alfredo Pinto Vieira de Mello (MG) pediram licença, sem deixarem de se comprometer com suas mensalidades. Wenceslau Guimarães (PR) e Octaviano (SE), ambos acadêmicos à época, abandonaram o Clube. Talvez não tivessem tempo suficiente devido as suas obrigações acadêmicas e também receavam sofrerem represálias por parte das autoridades. Ao menos, esta foi a justificativa de Wenceslau Guimarães ao pedir demissão do Clube. **IAHGP**. Caixa 20. Doc 0810. Livro de actas do Club do Cupim. Acta da 9ª sessão do Club Cupim em 27 de novembro de 1884. 1º Ano da libertação do Ceará e Amazonas. Presidência de Matto Grosso. Presidente interino.

⁹⁴⁵ Os cativos que possuíam família estável não poderiam ser separados de acordo com a lei de 15 de setembro de 1869 (decreto nº1695). Decreto n. 1695, de 15 de setembro de 1869. Mas esta lei como muitas outras não era observada ao pé da letra. SENADO FEDERAL. 1823-1888. **A Abolição no Parlamento: 65 anos de lutas**. Brasília: Senado Federal, 1988, Vol. 1, p. 327.

⁹⁴⁶ Segundo Felipe Azevedo, na narrativa dos liberais os escravos também foram incluídos entre o “povo”, ao lado dos demais livres e libertos principalmente no que diz respeito às eleições de 1884, os escravos também foram incluídos no conceito de povo, e mesmo de forma de “lampejo”, participaram não somente do processo da eleição como dos momentos seguidos da abolição. SOUZA, Felipe Azevedo e. A participação política. **Op. Cit.** p.50.

defendemos”. Acarape disse ter ciência que Luiz Feliciano atuou outras vezes como capitão do mato. Dirimido o conflito, o aspirante à auxiliar foi aceito, ficando “a sua vida sujeita a severa vigilância”.⁹⁴⁷ Apesar de terem sido avisados por Machado - que deveria conhecer bem o sujeito - não podiam recusar a ajuda, tinham muito a fazer. No dia seguinte, 29 de novembro de 1884, embarcaram vários ingleses. João Ramos pediu, no mesmo dia, que corressem atrás de mais ajudadores e quando Guilherme Pinto pediu para que os auxiliares contribuíssem com 500 réis mensais, a petição foi rejeitada pelos membros, pois, concordaram que os capitães já “trabalhavam demais”.⁹⁴⁸

Entre 5 de novembro e 5 de dezembro de 1884, os cupins devem ter enviado aproximadamente algo em torno de 50 a 100 pessoas fugidas para o Ceará.⁹⁴⁹ Cunha Lages recebeu 213\$00 mil réis, referente a passagens, e Guilherme Pinto, que comandou a missão do dia 29 de novembro de 1884, recebeu 94\$000 mil réis para tratar dos detalhes. Com comedorias, os cupins gastaram 44\$500 mil réis, com o aluguel de uma casa esconderijo 8\$000 mil réis, 6\$000 mil réis com um bote, 2\$600 mil réis com telegramas, 10\$000 mil réis de uma restituição de passagem, 12\$000 mil réis com o aluguel da sala de sessões, sobrando de 393\$900 somente 3\$800 mil réis.⁹⁵⁰ Contrariando as acusações dos senhores, segundo estas contas, os cupins papavam a mão de obra da lavoura e não os pecúlios dos escravizados, pois, não restava muito dinheiro após estas operações, elas eram, além de perigosas, onerosas em vários sentidos.⁹⁵¹

⁹⁴⁷ **IAHGP**. Caixa 20. Doc 0810. Livro de actas do Club do Cupim. Acta da 10ª sessão do Club Cupim em 28 de novembro de 1884. 1º Ano da libertação do Ceará e Amazonas. Presidência de Ceará.

⁹⁴⁸ **IAHGP**. Caixa 20. Doc 0810. Livro de actas do Club do Cupim. Acta da 11ª sessão do Club Cupim em 5 de dezembro de 1884. 1º Ano da libertação do Ceará e Amazonas. Presidência de Ceará.

⁹⁴⁹ O valor das passagens e das comedorias dos imigrantes no mês de novembro totalizou 351\$500 mil réis. Se levamos em consideração os valores das passagens (307\$000) e dividimos pelo preço que eles diziam cobrar por elas (5\$000) podemos sugerir que os cupins enviaram pelo menos 60 imigrantes para a terra dos livres. Tudo isso dentro de um mês, com o grosso dos valores bancado pelos próprios escravizados. Cada embarque bem sucedido deveria significar uma vitória muito grande, uma apunhalada nos proprietários, que estavam perdendo significativas indenizações e além disso parte de sua mão de obra. **IAHGP**. Caixa.21, maço 2, doc. 0828. Documentos do Clube do Cupim: Receita e despesa do Club Cupim, de 5 de novembro a 5 de dezembro de 1884. O tesoureiro: Matto Grosso. [sic] “O cidadão que desejasse embarcar [...] deveria oferecer 5\$000 mil réis ao Club”, para cuidar dos preparativos do embarque.” **IAHGP**. Caixa 20. Doc 0810. Livro de actas do Clube do Cupim. Acta da 1ª sessão do Club “Relâmpago” em 8 de outubro de 1884. 1º Anno da Libertação total do Ceará e Amazonas.

⁹⁵⁰ **IAHGP**. Caixa.21, maço 2, doc. 0828. Documentos do Clube do Cupim: Receita e despesa do Club Cupim, de 5 de novembro a 5 de dezembro de 1884. O tesoureiro: Matto Grosso. [sic]

⁹⁵¹ Ver Abaixo-assinado de proprietários de escravos do município de Ipojuca, comarca do Cabo, solicitando providências ao Presidente da Província de Pernambuco no sentido de obstar a ação dos abolicionistas do Recife. **APEJE**, Série de documentos Avulsos, 17 de abril de 1883. **HDBN**: Diário de Pernambuco. 26 de julho de 1884. Nº171. p.3. Segundo Ricardo Tadeus Caíres, vários senhores acusavam na justiça os abolicionistas de estarem seduzindo seus escravos, roubando os seus pecúlios e se utilizando deles para fins privados, quando conseguiam depositar os litigantes pela liberdade em suas casas. O que poderia acontecer, ou não, tendo em vista a própria agência dos escravos e seus “cálculos de liberdade” e os perigos que os abolicionistas sofriam ao se envolverem com estas causas. CAÍRES, Ricardo Tadeu. Caminhos e descaminhos da abolição. **Op. Cit.** pp.229-233.

Todavia, nem todos os escravizados procuravam ajuda para fugir. Na prévia das eleições de 01 de dezembro de 1884, para deputação geral, José Mariano enviou uma carta a João Ramos, no dia 27 de novembro de 1884, pedindo ajuda ao preto Cosme, escravo de Antônio Neto Carneiro Leão. O escravo disse a Mariano que havia vindo ao Brasil depois da lei do tráfico e sendo assim procurava se libertar. Mariano perguntava a Ramos: “caso se pudesse provar, não seria conveniente levantar essa questão?” Acrescentando a informação de que Cosme tinha pecúlio.⁹⁵² O homem não havia procurado ajuda para fugir, mas para tentar uma ação de liberdade na justiça, sabendo disso, o político pediu para ver o que seria possível fazer. Se nada fosse possível, melhor seria “desengana-lo”.⁹⁵³ Porque não ajudar Cosme a fugir? Para não ir contra seu senhor? Membro de uma família poderosa e tradicional em Pernambuco. Não cremos, pois, como sabemos, os cupins não tinham medo de gente grande.⁹⁵⁴ É muito mais provável que não fosse uma opção de Cosme fugir para o Ceará. Estas dúvidas resumem o quanto eram complexas as visões de liberdade dos escravizados. Uns desejavam fugir, outros desejavam se alforriar, outros desejavam negociar e sabiam a quem recorrer naquele momento, às vésperas de uma eleição marcada por discursos calorosos propagadores de ideias que poderiam ajudar nas suas causas pela liberdade.⁹⁵⁵

5.1 COM O APOIO DA POPULAÇÃO: O PARTIDO ABOLICIONISTA VS O PARTIDO DO CHICOTE.

Um dos grandes momentos de radicalização abolicionista em Pernambuco, na década de 1880, aconteceu nas eleições do dia 01 de dezembro de 1884. Nesse dia, decisivo para Nabuco e Mariano - respectivamente candidatos pelo 1º e 2º distritos - as eleições foram amparadas por muita luta e por um forte apoio por parte do povo aos candidatos abolicionistas-liberais.⁹⁵⁶ A eleição, que culminou no conflito de São José, segundo Felipe Azevedo, “não se

⁹⁵² **IAHGP**. Caixa 21. Maço 2. Doc. 827. Correspondência do João Ramos. Carta de José Mariano a João Ramos. 27 de novembro de 1884. 1 página.

⁹⁵³ **Idem**.

⁹⁵⁴ Antônio Neto Carneiro Leão já aparece como suplente de subdelegado do 2º distrito do Cabo em 1864. **HDBN**: Almanak: Administrativo, Mercantil, Industrial e Agrícola da Província de Pernambuco para o anno de 1864. p.33.

⁹⁵⁵ NABUCO, Joaquim. Campanha abolicionista. **Op. Cit.** p. 170

⁹⁵⁶ Manoel Gomes de Mattos, juntamente com Antônio Carlos e outros diretores da Comissão Central Emancipadora, organizaram as conferências oficiais de Nabuco e todo o processo logístico da campanha. Ainda Nabuco, que teve todo o apoio da Comissão Emancipadora, ao longo da campanha, não se resumiu somente em falar as classes políticas e abastadas. Em 26 de outubro, num meeting onde José Mariano se apresentou no terreno abolicionista, Nabuco falou também ao povo e foi ovacionado. Em 5 de novembro, falou em um meeting popular em São José aos trabalhadores, “empolgando e conquistando as massas populares.” No dia 9 de novembro, na

dividiu entre os candidatos do partido conservador e os do liberal, mas entre os abolicionistas e os que pertenciam ao “partido do chicote”.⁹⁵⁷

Antes mesmo do 2º Congresso Agrícola do Recife, já havia uma forte campanha das associações abolicionistas contra candidatos que pudessem representar o “partido do chicote” nas eleições daquele ano. Numa sessão, em 11 de junho de 1884, o *Club Abolicionista* conclamou “as demais sociedades abolicionistas da província no sentido de obstem a escolha do Sr. Dr. Ambrósio Machado Cavalcante para deputado da Assembleia Geral pelo 2º distrito, visto ser o S. S. infenso as ideias abolicionistas.”⁹⁵⁸ Após o 2º Congresso Agrícola, esse movimento político só se intensificou. O presidente do *Club Abolicionista*, o Dr. Barros Sobrinho convocou “todos os membros das sociedades abolicionistas do Recife a comparecerem em sessão extraordinária, no dia 31 de agosto, para tratarem da atitude que devem tomar os abolicionistas na eleição geral.”⁹⁵⁹

No dia 14 de setembro de 1884, na sede da SNE, vários membros de diversas associações abolicionistas, reuniram-se para apresentar um candidato à Assembleia Geral nas próximas eleições, “a fim de que possa o Congresso prestar-lhe seu apoio.”⁹⁶⁰ Nos jornais monárquicos tanto os nomes dos candidatos quanto os seus distritos foram censurados, todavia, nas folhas republicanas, os nomes de Joaquim Nabuco e José Mariano foram divulgados.⁹⁶¹ Os republicanos pediam votos para os candidatos abolicionistas por meio das reuniões nas sociedades emancipadoras e da sua imprensa, lançando o apoio aos seus nomes num evento intitulado: “Congresso Abolicionista”.⁹⁶² Uma resposta direta ao Congresso Agrícola de 1884.

O próprio Nabuco anotou no seu diário, no dia 04 de outubro, “candidatura pelo primeiro distrito em via de arranjo”.⁹⁶³ Verdadeiramente, a disputa pelo 1º e 2º Distrito foi vista como

festa da Sociedade Monte Pio Pernambucano, Nabuco falou em nome da Comissão Central. No dia 16 de novembro, falou na Madalena às classes ricas discursando sobre “Abolicionismo e a riqueza particular”. Em 28 de novembro, foi a vez do meeting no Corpo Santo, falando para o comércio levantou o tema “Escravidão e Comércio”. MATTOS, Gomes Manoel de. A campanha abolicionista em Pernambuco. **Op. Cit.** p.9.

⁹⁵⁷ SOUZA, Felipe Azevedo e. A participação política das classes populares. **Op. Cit.** p.41.

⁹⁵⁸ HDBN: Jornal do Recife. 11 de junho de 1884. Nº134. p.1.

⁹⁵⁹ HDBN: Diário de Pernambuco. 26 de agosto de 1884. Nº196. p.1; Jornal do Recife 26 de agosto de 1884. Nº196 p.2.

⁹⁶⁰ HDBN: Diário de Pernambuco. 13 de setembro de 1884. Nº210. p.4.

⁹⁶¹ No jornal A Crise, os republicanos chamaram ambos de “deputados franca e intransigentemente abolicionistas”. **CEPE Digital:** A Crise. 02 de novembro de 1884. Nº1. A Ideia: Semanário abolicionista-republicano. 02 de janeiro de 1885. Nº1.

⁹⁶² HDBN: Diário de Pernambuco. 13 de setembro de 1884. Nº210. p.4.

⁹⁶³ NABUCO. Joaquim. **Joaquim Nabuco Diários**. Edição de textos, prefácios e notas Evaldo Cabral de Mello. Editora Bem-Te-Vi. 2006. p.236.

um choque entre os membros do “partido do Chicote e do partido abolicionista” e não mais uma querela entre conservadores e liberais.⁹⁶⁴

Outra prova que os eventos de São José podem nos dar, acerca da forma de como a política era feita e enxergada naquele momento, é que não somente das instituições oficiais e dos eleitores dependiam os resultados dos pleitos, mas também de todo um jogo micropolítico travado no dia da eleição nas ruas, que envolvia diversos grupos sociais.⁹⁶⁵ Segundo Susana Cavani Rosas, “uma rica gama de personagens, geralmente saídos do meio do povo sem direitos políticos, tinham uma determinada influência nas urnas.”⁹⁶⁶ Para a historiadora, “o caceteista, o rusguento, o gritador e o cerca igreja” são alguns dos personagens, que desempenhavam funções importantes no dia das eleições. Neste sentido, quando as pessoas iam às ruas “espancar, constranger, e dependendo do andar da carruagem, fazer confusão na matriz, com vista à suspensão e anulação do pleito em andamento”, como em 1884, conseguiam atingir direta ou indiretamente as suas intenções.⁹⁶⁷

Segundo Felipe Azevedo, o próprio Joaquim Nabuco reconheceu que “nós e não os eleitores representamos a opinião, as esperanças do povo do Recife.”⁹⁶⁸ Ou seja, nesse nós estava implícito um conjunto de pessoas alheias aos direitos políticos formais. Para Azevedo, “essa sentença ganhou ares de presságio para o pleito que não seria decidido pelos votos jogados nas urnas, mas, pela intervenção violenta de uma população ávida por defender “o mandato do abolicionista”. ”⁹⁶⁹

Temos provas de que, até mesmo os homens que faziam parte dos canais políticos oficiais sabiam desta situação. Fernando de Castro Paes Barreto, por exemplo, pediu, na última reunião do ano, em 5 de dezembro de 1884, que registrassem nas atas do Cupim os acontecimentos de São José, e um fato posterior que teve relação direta com as conturbações da eleição, envolvendo diversos membros do Clube. Para o redator dos acontecimentos, Alfredo

⁹⁶⁴ **HDBN**: Diário de Pernambuco. 18 de setembro de 1884. Nº213. p.3. Quando em 1885 os republicanos anunciaram os deputados eleitos por Pernambuco afirmaram: “temos, portanto, eleitos certos 7 liberais abolicionistas e 4 conservadores escravocratas”. **CEPE Digital**: A Ideia: Semanário abolicionista-republicano. 10 de janeiro de 1885. Nº2. p.3.

⁹⁶⁵ Os republicanos fizeram da imprensa e das associações abolicionistas canais para convocar as pessoas às ruas conceder apoio aos candidatos abolicionistas.

⁹⁶⁶ ROSAS, Suzana Cavani. Eleição, cidadania e cultura política no Segundo Reinado. **Revista Clio**. Série história do Nordeste, Recife, v. 20, 2004. pp. 89-90. ROSAS, Suzana Cavani. **Cidadania, trabalho, voto e antilusitanismo no Recife em 1860: os meetings no bairro popular de São José**. Fortaleza, ANPUH – XXV Simpósio Nacional de História, 2009.

⁹⁶⁷ **Idem**.

⁹⁶⁸ NABUCO, Joaquim. Campanha abolicionista do Recife. **Op. Cit.** p. 27. Apud. SOUZA, Felipe Azevedo e. A participação política das classes populares em três movimentos. **Op. Cit.** p.45.

⁹⁶⁹ Ainda segundo Azevedo, a atuação política destes homens era uma premissa para o sucesso eleitoral de importantes lideranças partidárias na província, provavelmente no Império. **Idem**. p.45 e 54.

Vieira Pinto de Mello, o evento deveria ser interpretado como o “vulcão da consciência popular”, que se revoltava contra o “peso de instituições iníquas” e que, por não suportar mais tanta pressão, explodiu da forma mais natural possível, “lançando suas lavas sobre as cabeças dos inimigos de suas aspirações”.⁹⁷⁰ Os cupins justificavam que o povo havia se revoltado após ser informado de uma possível fraude, indo à paróquia de São José para evitar o mal maior, a derrota de Nabuco para o candidato “conservador-escravista”, Machado Portela.⁹⁷¹ Vejamos um pouco mais sobre o que aconteceu naquele dia.

José Mariano, que já estava bem resolvido no 2º distrito, decidiu verificar uma suposta fraude na apuração dos votos em São José. Segundo a versão dos liberais, o “povo”, tendo conhecimento de que na paróquia de São José havia entre os mesários homens ligados diretamente ao candidato conservador Machado Portela, saiu juntamente com José Mariano para ver como andava a apuração dos votos naquela localidade.⁹⁷² Ao chegar na porta da igreja, o povo foi recebido à bala, tendo José Mariano levado um tiro na mão. Seu cocheiro Nicolau Rosendo, que saiu em sua defesa, também foi ferido e Manoel Joaquim Ferreira Esteves, um conservador que fiscalizava a apuração dos votos em São José, após ter disparado diversas vezes contra os seguidores de Mariano, foi assassinado a facadas.

⁹⁷⁰ **IAHGP**. Caixa 16. Doc 0810. Livro de actas do Club do Cupim. Acta da 11ª sessão do Club Cupim em 5 de dezembro de 1884. 1º anno da Libertação do Ceará e Amazonas. Presidência de Ceará. Os acontecimentos eleitoraes de 1º dezembro de 1884 na cidade do Recife.

⁹⁷¹ **Idem**.

⁹⁷² **IAHGP**. Caixa 16. Doc 0810. Livro de actas do Club do Cupim. Acta da 11ª sessão do Club Cupim em 5 de dezembro de 1884. 1º anno da Libertação do Ceará e Amazonas. Presidência de Ceará. Os acontecimentos eleitoraes de 1º dezembro de 1884 na cidade do Recife.

Imagem 24: José Mariano (Deputado pelo 2º Distrito)



Fonte: Col. Francisco Rodrigues; FR-1530 (A. Ducasble) e Col. Francisco Rodrigues; FR-1532 (E. Labadie) disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/ResultadoPesquisaObraForm.do> acessado em 04 de maio de 2021 às 15:45.

A notícia de que Mariano havia sido assassinado correu e tanto o adversário de Nabuco, Machado Portella, quanto João Alfredo, líderes do partido conservador em Pernambuco, foram se refugiar no Arsenal da Marinha com medo da fúria popular.⁹⁷³ O próprio José Mariano enviou um telegrama à Corte informando o que havia se passado no dia 01 de dezembro de 1884. Todas estas informações afluíram rapidamente até a Corte.⁹⁷⁴

Segundo Mariano, ao ser atacado com repetidos tiros pelo major Ferreira Esteves, fiscal de Portella, o povo reagiu em sua defesa, após vê-lo ferido e manchado de sangue de “um homem do povo que foi ferido defendendo-me”.⁹⁷⁵ Espalhada a notícia de que Mariano havia morrido, o povo correu para saquear o estabelecimento do sr. Joseph Krause, um apoiador de Machado Portella, que comprava votos para ele, tendo a cavalaria e os próprios amigos de Mariano evitado os saques.⁹⁷⁶ Segundo outro telegrama, enviado à redação da *Gazeta de Notícias* (RJ), informaram que o sobrinho do Major, Lisboa Esteves, também morreu após ser baleado e

⁹⁷³ HDBN: Jornal do Commercio (RJ). 04 de dezembro de 1884. Nº337. p.1.

⁹⁷⁴ HDBN: Jornal do Commercio (RJ). 03 de dezembro de 1884. Nº 336. p.1.

⁹⁷⁵ Idem.

⁹⁷⁶ Joseph Krause, um joalheiro judeu que vivia no Recife, foi acusado pelos republicanos que redigiam o jornal O Rebate de estar comprando votos para os conservadores. Ao que parece as acusações chegaram aos ouvidos do povo que correu para saquear sua loja e linchá-lo. Teria sido o próprio Mariano o responsável por conter a “fúria do povo”. NABUCO, Joaquim. Campanha Abolicionista no Recife. Op. Cit. pp. XXXIV-XXXV

esfaqueado logo em sequência, com o saldo do conflito sendo mais de vinte feridos, dois mortos, listas e atas inutilizadas.⁹⁷⁷

Imagem 25: Manoel do Nascimento Machado Portella



Fontes: Col. Francisco Rodrigues; FR-05866 (Alberto Henschel & Cia) e Col. Francisco Rodrigues; FR-05867 (Guimarães) disponível em: <http://www.dominipublico.gov.br/pesquisa/ResultadoPesquisaObraForm.do> acessado em 04 de maio de 2021 às 15:49.

Já na versão de Machado Portella, que assumiu estar refugiado no Arsenal da Marinha com João Alfredo, o povo seguiu Mariano uma hora e meia depois de ter sido publicado o resultado, agredindo a Matriz de São José, matando Bodé e seu sobrinho, ferindo mais nove pessoas, inclusive quatro mesários, saindo ilesos os “assaltantes”. Portella, que não contava com a anulação do pleito, finalizou o telegrama afirmando: “estou eleito”.⁹⁷⁸

O *Diretório Conservador de Pernambuco* também enviou telegramas para desfazer a versão dos liberais. Segundo os conservadores, havia um plano para inutilizar a eleição se esta fosse desfavorável a Nabuco ou a Mariano e, segundo ele, enquanto trabalhavam pacificamente pela campanha, os liberais armavam o povo. Afirmaram que no dia 01 de dezembro, no pátio do Palácio, avistaram “uma multidão de desordeiros e escravos armados.”⁹⁷⁹ Alegaram que José Mariano, ao saber da derrota de Nabuco, correu para São José, esperando o povo chegar, para

⁹⁷⁷ **Idem.** HDBN: Jornal do Commercio (RJ). 04 de dezembro de 1884. Nº337. p.1.

⁹⁷⁸ HDBN: Jornal do Commercio (RJ). 04 de dezembro de 1884. Nº337. p.2.

⁹⁷⁹ HDBN: Jornal do Commercio (RJ). 11 de dezembro de 1884. Nº344. p.3.

quebrar com tudo e assassiná-los.⁹⁸⁰ O próprio Imperador, ao ficar ciente dos acontecimentos, a partir da imprensa e das correspondências oficiais, disse a Dantas que “o ex-deputado José Mariano bem podia deixar de andar capitaneando o povo ou antes a população”, diferenciando, provavelmente, aqueles a quem considerava povo (homens livres, fossem eles brancos ou negros) da população (escravos, libertos, livres pobres, etc).⁹⁸¹

Os aliados de Portella ainda desferiam suas críticas ao presidente da província, o liberal Sancho de Barros Pimentel, por demorar no socorro que foi pedido pela redação do jornal conservador *O Tempo*.⁹⁸² Segundo eles, nem José Mariano nem os seus foram feridos, alegando até mesmo que o candidato liberal havia se ausentado da luta. Todas as “vítimas eram mesários, inclusive um liberal, poucos conservadores estavam presentes e as balas vieram de fora para dentro”.⁹⁸³ Afirmaram também que o cocheiro de José Mariano, Nicolau Rosendo, havia assassinado a facadas o major Bodé. Sem poupar ninguém, os conservadores acusavam até a polícia, controlada pelos liberais, de estar querendo encobrir o crime, não fazendo corpo de delito nas testemunhas, utilizando no inquérito pessoas suspeitas, etc.⁹⁸⁴

Na conferência do pleito de São José, Nabuco recebeu 77 votos e Portela 95, totalizando ambos, respectivamente, 819 e 838 votos. Portanto, a partir desse resultado apertado, conseguimos entender toda a ação popular. Percebemos que a apuração das urnas, em São José, poderia ter mudado o resultado do pleito. O apoio popular, no sentido de procurar preservar a apuração correta dos votos ou de prejudicar a sua contagem, era de extrema importância, visto que, mesmo sem poder votar, se realmente estivesse acontecendo uma fraude na paróquia, a ação do povo poderia garantir ao menos um segundo pleito, ou uma segunda contagem. Mesmo não tendo o direito de votar no candidato abolicionista, os envolvidos, convocados ou não por líderes políticos, sabiam que naquele momento deveriam ir para o tudo ou nada e que foram.

⁹⁸⁰ **Idem.**

⁹⁸¹ Aqui há um reconhecimento do próprio Imperador de que às eleições em Pernambuco sofriam com a influência das camadas populares. Pessoas negras, pardas, mulatas e brancas pobres se destacavam nestes movimentos de rua. Em carta a Silvio Romero, Tobias Barreto reconheceu a violência das eleições de 1884: “Temos tido por aqui muita retórica. O Nabuco deu variados concertos de palavra no Santa Isabel, terminando a comédia por uma cena de sangue, na qual foi herói o grande José Mariano. Dois assassinatos apenas e alguns ferimentos!!!... Que me diz a isto? Estou suspirando pela ascensão dos conservadores. Só eles podem vir restabelecer a ordem perturbada. Em Pernambuco, pelo menos, não há segurança; as facadas estão na ordem do dia. Posso lhe garantir que os deputados liberais desta província levam sangue nas unhas; fuja deles. NABUCO, Joaquim. Campanha Abolicionista no Recife. **Op. Cit.** p. L. MACHADO, Maria Helena P. T. O Plano e o Pânico. **Op. Cit.** p.147. DOCUMENTOS DE INTERESSE AUTOBIOGRÁFICO CORRESPONDÊNCIA. Tobias Barreto a Silvio Romero. Recife (Afogados), 24 de janeiro de 1885. In: **Tobias Barreto (1839- 1889) bibliografia e estudos críticos**. Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro, p.84. Disponível em: http://www.cdpb.org.br/tobias_barreto.pdf. Acessado em 19 de abril de 2020 às 12:59.

⁹⁸² NABUCO, Joaquim. Campanha Abolicionista no Recife. **Op. Cit.** p. L. **HDBN: Jornal do Commercio (RJ)**. 04 de dezembro de 1884. N°337. p.2; 11 de dezembro de 1884. N°344. p.3.

⁹⁸³ **Idem.**

⁹⁸⁴ **Idem.** Ibidem.

Imagem 26: Joaquim Nabuco



Fonte: Joaquim Nabuco [bacharel em 1870, embaixador, abolicionista, escritor]. (Col. Francisco Rodrigues; FR-732) (A. Ducasble) Disponível em: http://www.dominipublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=63884 acessado em 04 de maio de 2021 às 15:52.

Numa resposta ao *Directório Conservador*, Fernando de Castro, que escreveu sob o pseudônimo Gladstone, assumiu um tom moderado para defender os liberais das acusações. Para ele, “essa história de escravos armados indica só que, pela primeira vez durante toda a vida imperial deste paiz, os escravos já chegaram ao ponto de reconhecer que devem pela resistência procurar a sua liberdade. Verdade ou não, há perigo nisso.”⁹⁸⁵ [sic] O abolicionista, apesar de reconhecer a agência das pessoas escravizadas, manteve, oficialmente, um discurso moderado, salientando que a sublevação e a ação direta daquelas pessoas não era o melhor caminho.

Já no discurso de Alfredo Pinto Vieira de Melo, escrito nas atas do *Cupim*, aquelas pessoas apareceram descritas como parte de uma “turba que não medita às vezes para querer, que faz, 1793 em França, 1817, 1824 e 1848 em Pernambuco, valer os seus direitos extorquidos”. Retomando toda uma tradição republicana e aludindo a participação das classes populares nos movimentos revolucionários, para ele, o povo, incluindo nesta categoria livres, libertos e escravizados, reconhecia em Joaquim Nabuco o seu representante e, desprezando o candidato da oposição, não aceitaria sua eleição, muito menos após as suspeitas de fraude.⁹⁸⁶ O conflito de São José entre “escravocratas e abolicionistas” entrou para as atas do *Clube Cupim* com direito a louvor pela ação das classes populares que:

⁹⁸⁵ HDBN: Jornal do Recife. 24 de dezembro de 1884. Nº298. p.2.

⁹⁸⁶ Para saber mais sobre as eleições de São José veja: SOUZA, Felipe Azevedo e. A participação política das classes populares em três movimentos. *Op. Cit.* pp.40-51.

com a sua bandeira revolucionária e intransigente, não pode furta-se ao dever de congratular ao povo que manifestou no dia 1º de dezembro e lavrar no livro de suas actas um voto de louvor aos beneméritos cidadãos abolicionistas que em alguns minutos estavam dispostos a sacrificar as suas próprias vidas contanto que um milhão de homens escravizados tivessem como defesa a palavra do Dr. Joaquim Nabuco, o vulto mais eminente da pátria brasileira.⁹⁸⁷

Ainda no calor dos acontecimentos, no mesmo dia da eleição, alguns sócios auxiliares do Clube, que estavam na Várzea - freguesia rural que fazia parte do 2º Distrito - ficaram sabendo que no Engenho São João, do Barão de Muribeca, um “pobre homem escravo estava preso a um tronco”. Juvenal Machado e mais cinco auxiliares se dirigiram para lá livrando o homem do “bárbaro castigo”.⁹⁸⁸ Levaram o cativo para o Recife acompanhado de “setenta e tantos companheiros que não quiseram mais sujeitar a esse senhor”. Dois votos de louvores foram dados, um pela morte de dois conservadores-escravocratas, outro pela liberdade e fuga de pelo menos 70 pessoas, que poderiam ser tanto escravizadas quanto trabalhadores livres pobres, do Engenho São João da Várzea.

Segundo o *Diretório Conservador de Pernambuco*, quem mandou tirar os escravos do Barão de Muribeca foi o tenente-coronel Torres⁹⁸⁹, tesoureiro das lotéricas, chefe liberal ligado a José Mariano, dando ordem publicamente quando os votos da Várzea foram apurados, confirmando a vitória de Mariano, para que libertassem os escravos do barão.⁹⁹⁰ As vias radicais estavam sendo acionadas abertamente.

Manuel Francisco de Paula Cavalcanti, o Barão de Muribeca, foi surpreendido pelos “assaltantes” que dispararam tiros contra sua residência. Os cupins estavam saindo dos buracos e agindo às claras. Como afirmou Azevedo, “a senzala não estava tão alienada da política.”⁹⁹¹

⁹⁸⁷ **IAHGP**. Caixa 16. Doc 0810. Livro de actas do Club do Cupim. Acta da 11ª sessão do Club Cupim em 5 de dezembro de 1884. 1º anno da Libertação do Ceará e Amazonas. Presidência de Ceará. Os acontecimentos eleitoraes de 1º dezembro de 1884 na cidade do Recife.

⁹⁸⁸ **Idem**.

⁹⁸⁹ Segundo Ozanam, o tenente-coronel Francisco Gonçalves Torres era ligado politicamente a José Mariano, os adversários políticos de Mariano chamavam ele de Chico Torres ou Chico Torrão e acusavam este homem, juntamente com outros partidários de Mariano de comandar o povo em seus desmandos eleitorais e de serem organizadores, no pós abolição, de uma Guarda Negra em Recife. OZANAM, Israel. Capoeira e Capoeiras. **Op. Cit.** pp. 36-37

⁹⁹⁰ **HDBN**: Jornal do Commercio (RJ). 11 de dezembro de 1884. Nº344. p.3.

⁹⁹¹ O historiador associa os acontecimentos do dia 01 de dezembro de 1884 à Revolta do Vintém de 1880, no Rio de Janeiro. Segundo ele, a Revolta do Vintém, que é apontada por Sandra Grahman e Jeffrey Needell como o estopim de uma nova cultura política do povo, fundou os métodos de mobilização das campanhas eleitorais de 1884, culminando no conflito de São José. “Os cidadãos em negativo”, homens e mulheres ausentes da macro política, sem direito ao voto, pegaram em armas para fazer valer suas intenções políticas mais imediatas. Daí também a comparação que Alfredo Vieira de Mello fez com os movimentos de 1793, 1817, 1824 e 1848. SOUZA, Felipe Azevedo e. A participação política das classes populares em três movimentos. **Op. Cit.** pp. 50 e 78. Ver também: GRAHAM, Sandra Lauderdale. “O Motim do Vintém e a cultura política do Rio de Janeiro 1880”. **Revista**

O povo, composto por escravos, livres e libertos, estava presente, associado e ligado ao movimento, movendo a frente das ruas e dos engenhos, entrando em defesa do que consideravam seus direitos.

A comoção da derrota de Nabuco foi registrada por Manoel Gomes de Mattos. Segundo ele, Antônio Carlos contava as notas na rua estreita do Rosário e, após dar a notícia de que haviam perdido a eleição, um momento de terror se levantou. Mattos afirmou que saiu triste, aborrecido, contrariado, para o seu armazém no Recife. Era a angústia de perder “uma batalha tão bem combatida”.⁹⁹² Tinham a opinião pública, mas não o eleitorado, este era do Portella. Após os acontecimentos de São José, tendo o primeiro pleito sido cancelado e um segundo escrutínio convocado - ao qual Machado Portella se recusou a disputar - Nabuco venceu sem a concorrência do conservador. Em 19 de janeiro de 1885 foi à Corte. No Recife, todos aguardavam a confirmação do seu diploma.⁹⁹³

Assim que Nabuco chegou ao Rio, a *Confederação Abolicionista* telegrafou a “João Ramos, o distinto chefe abolicionista da capital, a *Comissão Central Emancipadora do Recife*, a José Mariano, João Cordeiro e ao *Diário da Bahia*.”⁹⁹⁴ Gomes de Mattos seguiu para o Rio para assistir e reportar os trabalhos de reconhecimento de Nabuco na Câmara, a qual teve acesso como jornalista, graças ao ingresso que Afonso Celso o concedeu. Relatou que se a opinião do povo era pelos abolicionistas, as posições oficiais eram dos escravocratas. Conservadores e liberais escravocratas acirravam a oposição a Dantas. Enquanto isso, Mattos se reuniu com Clapp, Ruy Barbosa, Patrocínio, Bocaiúva e Nabuco, apoiando Dantas e assistindo conferências no teatro *Polytheama*, esperando os votos da diplomação. Após todo esse esforço, Portella foi reconhecido, “estava perdida a campanha”.⁹⁹⁵ Era um balde de água fria nas aspirações dos que queriam transformar o Parlamento no principal campo da luta.

Antes da depuração de Nabuco⁹⁹⁶, um grupo de senhoras abolicionistas pernambucas organizaram, no dia 25 de março de 1885, uma Conferência no teatro Santa Isabel, que teve como palestrante principal o cupim Fernando de Castro Paes Barreto. A Conferência foi

Brasileira de História, São Paulo, vol. 10, n° 20, ago. 1991. NEEDELL, Jeffrey D. "O chamado às armas. **Op. Cit.**

⁹⁹² MATTOS, Gomes Manoel de. A campanha abolicionista em Pernambuco. **Op. Cit.** pp.11-12.

⁹⁹³ **Idem.**

⁹⁹⁴ **HDBN**: Jornal do Recife. 05 de fevereiro de 1885. N°28. p.2.

⁹⁹⁵ MATTOS, Gomes Manoel de. A campanha abolicionista em Pernambuco. **Op. Cit.** p.12.

⁹⁹⁶ A depuração aconteceu com após a queda de Dantas em 04 de maio de 1885. No dia 12, Nabuco escreveu em seu diário, “consummatum est! Foi-se o Dantas e logo depois fui eu degolado. Três meses toda a verificação de poderes esteve sujeita à tramoia principal de degolar-se o deputado do Recife. sete intitulados liberais (três sebastianistas e quatro mineiros) junto aos conservadores, reconheceram deputado um homem [o candidato conservador Manuel Portella] contra o qual a maioria do eleitorado pronunciou-se solenemente numa eleição legal. No Recife, a notícia fez explosão. NABUCO. Joaquim. Joaquim Nabuco Diários. **Op. Cit.** p.242.

realizada no dia do “1º aniversário da libertação integral do Ceará”, tendo sido dedicada ao candidato abolicionista. Patrocinada por várias associações abolicionistas e publicada pela Sociedade *Ave Libertas*, o tema da conferência foi “a escravidão brasileira”.⁹⁹⁷

Paes Barreto falou abertamente às senhoras, representantes do “sexo affectivo”, fazendo um apanhado da escravidão no Brasil, dos vícios que dispersou no seio da família (“prostituição, pobreza, vagabundagem e ignorância”). Tentou, com este discurso moralista, elogiar a ação das mulheres em prol da Abolição e reafirmar o apoio das senhoras à causa.⁹⁹⁸ Para ele, a escravidão era a “imagem da miséria andando”⁹⁹⁹ e o abolicionismo seria uma “onda construtiva”, a junção das três raças, que se uniram para dar fim à miséria em que viviam, tudo isto com o apoio efetivo da “mulher brasileira”.¹⁰⁰⁰ Esta onda seria composta, também, pelo “proletariado brasileiro”, pela “geração moderna”, o “pequeno lavrador rural”, a “indústria”, pela “raça selvagem dos índios” e por fim “pela raça de cor”.¹⁰⁰¹

Conhecedor das teorias do darwinismo social e positivista, citou Darwin (*A origem das espécies*), Haeckel (*História da Criação*), Comte (*Catecismo Positivista*) e o Dr. Clavel (*A moral positiva*) para justificar suas intenções. Não foi em vão que Fernando de Castro colocou os maiores interessados na Abolição como o último corpo que comporia a onda construtiva (os escravos, a “raça de cor”). Amparava suas ideias abolicionistas sobre as teorias que pregavam a degeneração e a desordem das raças na sociedade brasileira, fruto da escravidão e do “contato sexual desregrado” entre os povos que fundaram o país. Percebemos que Fernando de Castro não escolheu somente uma teoria para poder expor sua visão, adaptava darwinismo social e positivismo à realidade brasileira, amalgamando os dois pensamentos para um só fim. O Abolicionista, defensor do direito natural à liberdade, era também influenciado pelas teorias darwinista social e positivista, tendo uma visão específica do lugar que o negro liberto deveria ocupar no Brasil do futuro. Para ocupar os postos de trabalho seriam úteis, para administrar o futuro da nação não.

Seguindo a ótica do darwinismo social, para Castro, os abolicionistas deveriam resguardar a sociedade futura “das leis vitais da hereditariedade e adaptação”, procurando

⁹⁹⁷ Participaram membros da Sociedade 28 de Setembro, da Ave Libertas, da SNE, do Clube Abolicionista, da Comissão Redentora do Recife, que mesclava vários destes. Estas pessoas se reuniram para homenagear o primeiro ano da libertação do Ceará e Joaquim Nabuco que acabava de ser elevado à Câmara dos Deputados. Estavam presentes ainda nesta conferência os cupins, Numa Pompílio, Alfredo Pinto Vieira de Mello, Adolpho Guedes e Phaelante da Câmara. Jornal do Recife. **HDBN**: 24 de março de 1885. N°68. p.1.

⁹⁹⁸ BARRETO, Fernando de Castro Paes. **Conferência Abolicionista no Teatro de Santa Isabel a 25 de março de 1885 mandada publicar pela Ave Libertas**. Pernambuco: Tip. Apolo, 1885. p.35. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/3868> acessado em 22 de julho de 2022 às 10:33.

⁹⁹⁹ **Idem**. p.28.

¹⁰⁰⁰ **Idem**. p.26.

¹⁰⁰¹ **Idem**. pp.28-32.

anular “o cruzamento constante das raças, que trouxe tantos males.”¹⁰⁰² Em seguida, valendo-se das correntes positivistas, afirmou que na sociedade escravista “o indivíduo transformado em escravo seria obrigado a isolar-se e a lutar, sozinho, contra a natureza em sua totalidade”, permanecendo num estágio primário de civilização.¹⁰⁰³ O ex-escravo, o cidadão negro liberto, certamente teria seu lugar no país livre que estava por vir, imaginada pelo positivista, mas deveria cumprir seus deveres para com a “ordem social”, caso contrário, seria um fardo, forjado pela escravidão, que, na visão de Fernando de Castro deveria ser combatido, para não ser carregado pelas gerações futuras. Muito embora esta não fosse a visão de todos, era a principal imagem dos republicanos positivistas sobre a escravidão e, conseqüentemente, sobre o lugar dos negros no Brasil pós-Abolição.

Após os discursos das senhoras e de Fernando de Castro, vários títulos de manumissão adquiridos pela *Comissão Redentora*, depois pela sociedade 28 de Setembro e pela *Sociedade Ave Libertas* foram entregues. Poemas de Ignez Sabino Pinho Maia ainda foram recitados por Ismenia Dos Santos.¹⁰⁰⁴ Segundo Flávia Braga, o discurso de Fernando de Castro simbolizava, naquele momento, o movimento republicano, abolicionista e positivista em Pernambuco e tinha um caráter radical pois “reunir em um único momento, abolicionismo, republicanismo e a presença feminina no maior teatro da capital era uma mensagem ousada.”¹⁰⁰⁵ Revolucionária e conservadora ao mesmo tempo.

Na Corte, Nabuco, apesar de ter se defendido, afirmando que “falava a consciência e não às paixões do povo”, devido ao “radicalismo abolicionista” do povo pernambucano, teve seu diploma depurado pela Câmara, no dia 12 de maio de 1885, logo após a queda de Dantas.¹⁰⁰⁶ Foi visto como cúmplice do amigo que o acompanhava em todas as conferências (José Mariano) e do povo, que foi defendê-lo em São José.¹⁰⁰⁷ Era a derrota temporária do movimento. Era o início do “Eclipse do abolicionismo” que passageiramente esconderia o sol da Abolição.¹⁰⁰⁸

¹⁰⁰² *Idem*. p.35.

¹⁰⁰³ *Idem*. p.37.

¹⁰⁰⁴ HDBN. Diário de Pernambuco. 24 de março de 1885 nº68.

¹⁰⁰⁵ BRAGA, Flávia Bruna Ribeiro da Silva. “DITADURA”, ABOLIÇÃO E REPÚBLICA. *Op. Cit.* p.146.

¹⁰⁰⁶ A depuração de Nabuco veio na sequência da queda de Dantas em abril de 1884, simbolizando o expurgo do movimento abolicionista no campo parlamentar.

¹⁰⁰⁷ Nabuco foi eleito, em segundo escrutínio, após a anulação das eleições de São José, mas, como Machado Portella absteve-se de se candidatar novamente, a Câmara Geral decidiu não diplomá-lo, pois, consideraram o processo ilegítimo passando o mandato a Machado Portela. SOUZA, Felipe Azevedo e. A participação política das classes populares em três movimentos. *Op. Cit.* p.44

¹⁰⁰⁸ Após ser depurado, Nabuco escreveu três artigos contra a política eleitoral conservadora e a postura adotada pelo Imperador perante o movimento abolicionista naquele momento ao trocar o Gabinete Dantas por um Gabinete mais conservador (primeiro Saraiva depois Cotegipe). Era o “Eclipse do abolicionismo”. Segundo Jeffrey Needell, foi justamente neste momento que o discurso de Nabuco se radicalizou, havendo por parte do líder abolicionista um “chamado às armas”. A exclusão de Nabuco do processo macropolítico, de fato, o lançou às ruas, o aproximou ainda mais dos republicanos na Corte e dos liberais radicais em Pernambuco. A partir de então, Nabuco assumiu

5.2 AS DIVERSAS VISÕES PARA A LIBERDADE: DISCORDÂNCIAS ENTRE ABOLICIONISTAS E ESCRAVIZADOS.

Após a derrota nas eleições de 1884 e a depuração de Nabuco, o Clube do Cupim pararia suas reuniões oficiais por alguns meses, reflexo do que estava acontecendo naquele momento. O movimento, que estava avançando rapidamente, sofreu uma refrega, mas não se abalou por completo. Se não conquistaram o Parlamento, continuaram a lutar nas ruas, na linha de frente.

Em 22 de janeiro de 1885, João Ramos, sua mulher, seu filho (Frederico Ramos) e um criado fizeram uma viagem ao Ceará.¹⁰⁰⁹ Ainda na “terra da Redenção”, Ramos recebeu a notícia de que ele foi novamente aceito como membro da *Nova Emancipadora*. Ao ser empossada a nova diretoria, desta vez sob a presidência do guarda livros e comerciante-professor Antônio Carlos Ferreira da Silva – amigo do Cupim – Ramos regressou, oficialmente, ao movimento abolicionista pernambucano.¹⁰¹⁰

Antônio Carlos Ferreira da Silva, que também ingressou no Cupim, demarca um pouco mais o posicionamento do grupo composto em sua maioria por republicanos-abolicionistas mais atrelados ao grupo liderado pelos republicanos-liberais de Pernambuco do que aos republicanos-positivistas. Assumir a ideologia republicana, não significava que estes homens deveriam estar vinculados estritamente aos positivistas, que ainda não podiam dar o que eles precisavam. Em termos políticos-partidários, as redes de relações, naquela sociedade do favor, estavam relacionadas diretamente com as necessidades de apadrinhamento e da troca de favores, por isso, acreditamos que o republicanismo destes homens estava mais próximo da ideia de uma República liberal, federativa e parlamentarista, do que de uma possível “Ditadura Republicana” com suas características elitistas e centralizadoras.¹⁰¹¹

a bandeira do Clube do Cupim em diversos momentos. NEEDELL, Jeffrey D. O chamado às armas. **Op. Cit.** NABUCO, Joaquim. O Erro do Imperador. In: MELLO, Evaldo Cabral de (Org). **Essencial Joaquim Nabuco**. São Paulo: Companhia das Letras, Penguin, 2010b. NABUCO, Joaquim. O Eclipse do Abolicionismo. In: MELLO, Evaldo Cabral de (Org). **Essencial Joaquim Nabuco**. São Paulo: Companhia das Letras, Penguin, 2010c.

¹⁰⁰⁹ **HDBN**: Jornal do Recife: 22 de janeiro de 1885. Nº17. p.2.

¹⁰¹⁰ **HDBN**: Jornal do Recife. 22 de fevereiro de 1885. Nº 67. p.1; Jornal do Recife. 10 de março de 1885. Nº56. p.1.

¹⁰¹¹ Segundo Marc Jay Hoffnagel, um republicanismo mais vinculado aos grupos urbanos surgiu em Pernambuco, na década de 1870, constituído inicialmente por profissionais liberais e pequenos e médios comerciantes que idealizavam, de forma diferente dos republicanos paulistas, “a promoção e a distribuição mais justa e igualitária de medidas voltadas ao bem estar do pequeno proprietário trabalhador.” Já na década de 1880 um novo grupo republicano se formou, provenientes também das classes médias urbanas, este era composto principalmente por bacharéis em direito. Para Hoffnagel este grupo era “mais elitista do que os republicanos do período anterior e o seu ideário político tendia a girar em torno da concepção comtiana de uma Ditadura Republicana, forma de governo que colocava a direção social nas mãos de uma elite escolhida de acordo com a capacidade de compreender as leis científicas que governava a evolução da sociedade”. Já na segunda metade da década de 1880, com o movimento abolicionista como plataforma, este grupo de “republicanos começaram a tomar medidas visando à transformação de seu movimento numa força política viável”. HOFFNAGEL, Marc Jay. “Rumores de Republicanismo em

O apoio político de profissionais liberais como Antônio Carlos, João Ramos, Numa Pompílio, Barros Sobrinho, Guilherme Pinto, todos líderes dos cupins, era de José Mariano e de Joaquim Nabuco, tendo todos eles servidos como importantes cabos eleitorais dos últimos e organizado as campanhas de Nabuco e Mariano entre os anos de 1884 e 1889.¹⁰¹² Naquela sociedade, estes homens precisavam de representantes dos seus interesses nas instituições políticas, afinal de contas, para além das causas públicas, as particulares também demandavam apoio.

Na cidade de Fortaleza, João Ramos foi visitado por muitos “ingleses pernambucanos”, listando o nome e fazendo anotações sobre a situação de 121 fugitivos.¹⁰¹³ Conseguimos acompanhar, mesmo que de forma limitada, algumas informações sobre estas pessoas. Pelo que podemos entender, a partir da análise do documento, a maior parte dos fugitivos não estavam atrás de agradecer a João Ramos, muito menos este estava em busca de reconhecimento, antes,

Pernambuco”. In: SILVA, Leonardo Dantas. **A República em Pernambuco**. Recife: Editora Massangana, 1990. p. 164 e 170. É sobre este último grupo que Flávia Braga se ocupa mais detidamente na sua dissertação, na qual a autora mostra que, em alguns momentos, os grupos lutavam juntos e outras vezes separados, não formando um núcleo homogêneo. BRAGA, Flávia Bruna Ribeiro da Silva. “DITADURA”, ABOLIÇÃO E REPÚBLICA... **Op. Cit.** Em 30 de agosto de 1881, José Correia do Amaral – vice-presidente da SCL - chegou a dizer a Joaquim Nabuco que os membros da libertadora estavam em luta contra os escravagistas e que o movimento também enfrentava as “dificuldades urdidas pelos positivistas”. FUNDAJ. Correspondência de Joaquim Nabuco. Doc. 6382,2. **Carta de José Correia do Amaral a Joaquim Nabuco**. Fortaleza, 30 de agosto de 1881.

¹⁰¹² Luís de Andrade reconhece a importância de homens como José Mariano, Costa Ribeiro, Antônio Carlos, Gomes de Mattos e João Ramos para que Nabuco pudesse não somente se candidatar, mas ter chances de vencer as eleições que disputava em Pernambuco. **IAHGP**. Caixa 21. Maço 2. Doc. 827. Correspondência do João Ramos. Carta de Luís de Andrade a João Ramos, Rio de Janeiro. 26 de maio de 1886. Antônio Carlos Ferreira da Silva representava o Comércio do Recife como intérprete da praça desde pelo menos 1869, era professor de Alemão do Ginásio Pernambucano, tendo feito parte também de comissões como a que organizou a fundação do Banco Comercial Agrícola e Hipotecário, vinculado a Associação Comercial Agrícola. **HDBN**: Jornal do Recife. 20 de setembro de 1883. Nº216. p.1; Jornal do Recife. 03 de outubro de 1883. Nº227. p.2. Segundo Nabuco, Antônio Carlos foi “um simples guarda-livros em uma casa comercial de Recife”, que, no entanto, fez todas as eleições abolicionistas do tribuno. Em termos locais, o abolicionista chega a considerar ele como o espírito que movia tudo a seu favor. Homem “sincero, leal, dedicado, inteligente, hábil, todo coração, sem posição, sem fortuna, sem status político, sem ligação de partido”. Apesar de ser republicano e filiado, era mais um dos que colocava a abolição à frente da República. NABUCO, Joaquim. Minha formação. **Op. Cit.** pp. 213-215. Talvez, o que esteja subentendido neste elogio a Antônio Carlos seja o fato dele ter colocado não somente a Nova Emancipadora, mas também o Clube do Cupim a disposição de Nabuco nas próximas campanhas que o tribuno travou em Pernambuco nos anos de 1886 e 1887. Segundo Flávia Braga, nas campanhas de 1887 em Pernambuco, além de receber o auxílio de José Mariano e Costa Ribeiro, seus fiéis amigos, recebeu total apoio por parte dos republicanos Barros Sobrinho, Manoel Gomes de Mattos e Numa Pompílio. BRAGA, Flávia Bruna Ribeiro da Silva. “DITADURA”, ABOLIÇÃO E REPÚBLICA. **Op. Cit.** p.83 e 149. Futuramente, Nabuco chegou a escrever a José Mariano, “que a retirada do Antônio Carlos da política tirou-me a vontade de também continuar nela.” Eram estes homens do meio, os principais representantes do movimento em Pernambuco, organizando as condições necessárias para as vitórias parlamentares de Mariano e Nabuco e que também coordenavam as fugas dos escravos em Recife. Apesar de Joaquim Nabuco ter chamado Antônio Carlos de “um simples guarda-livros”, assim como Gomes de Mattos, ele possuía uma liderança efetiva no comércio em Pernambuco. Foi inclusive Antônio Carlos quem em 1887 se propôs a comprar o Jornal do Recife para transformá-lo num jornal do Partido Abolicionista de Pernambuco. **HDBN**: Jornal do Recife. 20 de julho de 1886. Nº163. p.1; Jornal do Recife. 28 de julho de 1886. Nº170. p.1. **HDBN**: Revista Ilustrada. 2 de fevereiro de 1889. Nº534. p.3. NABUCO, Joaquim. **Joaquim Nabuco Diários...** **Op. Cit.** p.250.

¹⁰¹³ **IAHGP**. Caixa.21, maço 2, doc. 0828. Anotações sobre os “ingleses pernambucanos” que visitaram João Ramos quando da sua ida ao Ceará em 1885. 3 folhas.

o que mais motivava aquelas pessoas era a demanda por notícias da terra natal, de seus familiares e informações acerca do que se passava no Ceará e em Pernambuco. As poucas anotações não nos dão condições de analisar a trajetória deles, mas nos indicam o quanto lutaram para chegar onde estavam e clareiam alguns dos seus interesses.

Começamos pela pequena história de fuga de Benedicto. Esse homem escravizado fugiu da propriedade de Antônio Batista Silveira, morador no engenho Rosário do Cabo, e informou a Ramos que sua mãe morava na rua Santa Cecília nº6, pedindo para lhe enviar notícias suas.¹⁰¹⁴ Alguns casos chamavam atenção até mesmo do abolicionista, como o de Maria, escrava de Josino, que caminhou meses de Leopoldina em Ouricuri até chegar ao Ceará. Caetano, escravo de Américo de Sá, fugiu num burro que lhe foi proporcionado pela própria mãe do seu senhor, viajando por terra até o Ceará.¹⁰¹⁵ Algumas daquelas pessoas não procuraram os cupins para fugir, antes seguiram viagem sozinhos, mas, por que estavam ali falando com João Ramos? Pelo que percebemos, a partir das anotações do abolicionista, elas buscavam saber de notícias dos amigos, dos familiares e reconheciam em João Ramos o homem que poderia dar-lhes estas informações.

O cupim-chefe deu detalhes de algumas redes mantidas entre os fugitivos e a população livre, até mesmo com pessoas de respeito na sociedade pernambucana e cearense. Bruno, escravo do finado Joaquim de Sá, foi entregue para ser embarcado pelo Bispo D. José de Ramos, o principal prelado de Pernambuco. O preto Felisberto, do padre Joaquim Arco Verde, era uma pessoa de confiança da polícia no Ceará e chegou a se tornar inspetor de quartelão.¹⁰¹⁶ Provavelmente foi deste homem que João Cordeiro falou em carta a João Ramos.¹⁰¹⁷

Manuel Francisco de Paula Cavalcanti, o Barão de Muribeca, o mesmo senhor que sofreu a investida dos membros do Cupim, em 01 de dezembro de 1884, foi o maior lesado segundo a lista de João Ramos. Lembremos que, naquele dia, os cupins organizaram uma ação para tirar um escravo do tronco e auxiliaram na fuga de pelo menos 70 trabalhadores do engenho São João da Várzea. Segundo um relato, publicado no *Jornal do Recife*, uma porção de gente foi ao engenho impelir os escravos com “enganosas palavras”, dizendo-lhes que se apresentassem ao Presidente da Província, Sancho de Barros Pimentel, para receberem suas

¹⁰¹⁴ **Idem.** Folha 1.

¹⁰¹⁵ **Idem.** *Ibidem.*

¹⁰¹⁶ **Idem.** Folha 2. Segundo João Cordeiro, 3 criados “ingleses” haviam sido empregados tanto no palácio do governo quanto na polícia e era do conhecimento do Presidente da Província (Sátiro de Oliveira Dias) e do Chefe de Polícia, que aqueles três eram fugitivos, porém devido a suas habilidades, nenhum dos dois queriam os despedir. **IAHGP.** Caixa 21. Maço 2. Doc. 827. Correspondência do João Ramos. Carta de João Cordeiro a João Ramos. 22 de fevereiro de 1884.

¹⁰¹⁷ **Idem.**

cartas de alforria. Depois de soltar o homem, que estava preso ao tronco, rumaram para o Palácio do Governo, sendo detidos e mandados recolher presos no quartel do corpo de polícia, onde esperariam seu senhor vir reavê-los.¹⁰¹⁸

O que aconteceu com estes escravos não sabemos, mas, sabemos que aparecem listados 14 fugitivos da propriedade do Barão, talvez, alguns destes pudessem ter fugido antes dos acontecimentos, ou, então, todos tivessem fugido durante aquele momento de radicalização abolicionista. Gervázio, Gerôncia e uma filha fugiram em família. Fugiram também Roberto, Martinho, Castor, Bernardo, Berenícia, Henrique, Maximiano, Antero, Theophila, Antão e Domingos.¹⁰¹⁹ Ressignificando o termo, podemos chamar essas pessoas de malungos¹⁰²⁰, sabendo que não eram companheiros de embarcações negreiras, mas companheiros de fuga que se mantiveram juntos no Ceará e foram se apresentar coletivamente, confirmando a importância da manutenção dos laços familiares e/ou de amizade para poderem sobreviver e se manter como “livres” numa sociedade escravocrata. Estas pessoas nos dão evidências de que as comunidades de senzala não se separavam na liberdade, pelo contrário, entrelaçavam-se ainda mais, procurando acessar formas improvisadas e provisórias de acesso ao trabalho livre, à terra, reordenando as condições de trabalho a seu favor e procurando controlar suas redes clientelísticas e familiares em busca de autonomia.¹⁰²¹

Quando da abertura do inventário da Baronesa de Muribeca, Dona Maria da Conceição Francisca de Paula Cavalcanti de Albuquerque, em 1887, foram arrolados como fugidos: Luisa, Leonor, Cecília, Paulo, Leonor Damásio, Martinha, Bertolesa, Constantino, Luisa, Theodora, Casemiro e Angélica.¹⁰²² Como os inventariantes não sinalizaram no documento os nomes dos cativos que foram se encontrar com João Ramos em Fortaleza, no ano de 1885, acreditamos

¹⁰¹⁸ **HDBN**: Jornal do Recife. 2 de dezembro de 1884. N°278. p.1. **IAHGP**. Caixa 16. Doc 0810. Livro de actas do Club do Cupim. Acta da 11ª sessão do Club Cupim em 5 de dezembro de 1884. 1º anno da Libertação do Ceará e Amazonas. Presidência de Ceará. Os acontecimentos eleitoraes de 1º dezembro de 1884 na cidade do Recife.

¹⁰¹⁹ **IAHGP**. Caixa.21, maço 2, doc. 0828. Anotações sobre os “ingleses pernambucanos” que visitaram João Ramos quando da sua ida ao Ceará em 1885. 3 folhas.

¹⁰²⁰ Malungos era um termo usado para designar companheiros de embarcação negreira, pessoas que formavam novos laços a partir do compartilhamento de uma mesma situação de miséria e de dificuldade. LINEBAUGH, Peter e REDIKER, Marcus. **A hidra de muitas cabeças: marinheiros, escravos, plebeus e a história oculta do Atlântico revolucionário**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. Tradução de Berilo Vargas. Carlos Eugênio Líbano Soares se apropria do termo para tratar da formação dos grupos de capoeiras no Rio de Janeiro do século XIX. SOARES, Carlos Eugênio Líbano. **A negregada instituição. Os capoeiras no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1994. p.47

¹⁰²¹ Algumas destas estratégias das comunidades de senzala foram observadas por Flávio Gomes e Helena Machado para o caso dos fugitivos do eixo Rio-São Paulo. GOMES, Flávio dos Santos. MACHADO, Maria H. T. **Atravessando a liberdade: Deslocamentos, migrações e comunidades volantes na década da Abolição**. (Rio de Janeiro e São Paulo). In: Política da Raça: experiências e legados da Abolição e Pós-Emancipação no Brasil. Org. Flávio Gomes e Petrônio Domingues. São Paulo. Selo Negro Edições. 2014.

¹⁰²² **IAHGP**. Inventário da Baronesa de Muribeca. 1887. Agradecemos a Paulo Henrique Fontes Cadena o apontamento deste documento.

que o Barão e sua esposa se deram por vencidos, afinal, já fazia dois anos ou mais que aquelas pessoas haviam escapado. O Barão de Muribeca, Manoel Francisco de Paula Cavalcanti, membro de uma das famílias mais proeminentes de Pernambuco¹⁰²³, sofreu não somente com a perda de sua propriedade, mas também com a desmoralização de sua pessoa, sendo atacado diretamente pelos abolicionistas e, de certa forma, pelos seus próprios trabalhadores escravizados.

O Barão de Amaragi, Antônio Alves da Silva, falecido em 1873, também foi outro que perdeu muitos escravos para os cupins, ou melhor, os seus herdeiros perderam. Antônio, Francisca, Anacleto, Nathalia, Joaquina e Crispim, que também foram visitar João Ramos juntos, mostraram que mesmo fora de cativeiro continuavam ligados. Ambrósio Machado, líder do Clube da Lavoura de Ipojuca, chefe liberal e um dos principais escravocratas da província,¹⁰²⁴ sofreu a perda de Ezequiel, que também foi visitar João Ramos.¹⁰²⁵

Com este documento, conseguimos salientar ainda mais o que já pontuamos, que os cupins não faziam diferença entre acoitar e auxiliar escravos dos senhores de engenho mais poderosos de Pernambuco ou de pequenos proprietários. Outra questão é que nem todos procuravam o Clube para fugir, mas sabiam que poderiam contar com algum favor da parte de João Ramos, como é o caso de Maria e Caetano que fugiriam sozinhos por terra até o Ceará e deveriam estar ali para procurar informações e não para agradecer a ajuda, pois não precisaram dela.

Com João Ramos no Ceará, Numa Pompílio tomou a frente do Cupim em Pernambuco. No dia 28 de fevereiro de 1885, ele escreveu ao chefe informando sobre a ida de 12 “ingleses”

¹⁰²³ CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de. Cavalcantis e cavalgados: a formação das alianças políticas em Pernambuco, 1817-1824. *Rev. bras. Hist.* vol. 18 n. 36 São Paulo. 1998. CADENA, Paulo Henrique Fontes. **Ou há de ser Cavalcanti, ou há de ser cavalgado: trajetórias políticas dos Cavalcanti de Albuquerque (Pernambuco, 1801-1844)**. Dissertação de mestrado. UFPE, Recife. 2011.

¹⁰²⁴ Segundo Maria Emília Vasconcelos dos Santos, Dr. Ambrósio foi deputado geral do Império por Alagoas nas legislaturas de 1864-1866 e 1867-1868. Ambrósio Machado teve duas passagens pelo governo de Pernambuco, uma em 1890, nessa ocasião foi nomeado, mas deixou o cargo no mesmo ano. Na segunda passagem, assumiu a vice-presidência em 1892 e permaneceu até 1896. Em Pernambuco, no ano de 1880, esteve envolvido em uma disputa política entre liberais na véspera das eleições para vereadores e juizes de paz na Cidade de Vitória, tal fato ficou conhecido como a Hecatombe de Vitória. Nesse evento, entraram em conflito por conta de interesses políticos divergentes entre os integrantes da família Souza Leão e o Barão de Escada, cunhado de Ambrósio Machado. 16 pessoas morreram e os ânimos se acirraram também no Recife. Logo em seguida, Ambrósio Machado se tornou o dono do Engenho Gaipió, mudando-se para lá com sua família, no dia 25 de maio de 1882. Esse engenho tinha como atividade principal a produção de açúcar e, em 1886, contava com 85 escravos, quase todos destinados ao serviço da indústria canavieira. SANTOS, Maria Emília Vasconcelos dos. **Os significados do 13 de maio: A abolição e o imediato pós-abolição para os trabalhadores dos engenhos da Zona da Mata Sul de Pernambuco (1884-1893)**. Tese de Doutorado, Unicamp – IFCH, Campinas, SP, [s.n.], 2014. p. 52 e 175. HOFFNAGEL, Marc Jay. O PARTIDO LIBERAL DE PERNAMBUCO. **Op. Cit.**

¹⁰²⁵ **IAHGP**. Caixa.21, maço 2, doc. 0828. Anotações sobre os “ingleses pernambucanos” que visitaram João Ramos quando da sua ida ao Ceará em 1885. 3 folhas.

para o Ceará.¹⁰²⁶ Pompílio entrou em contato novamente em 09 de março de 1885, afirmando que o movimento dos cupins em Pernambuco havia diminuído. “Desaparecendo o movimento público da grande causa” sofriam os abolicionistas com as autoridades policiais sob o comando do novo presidente da província, Dr. Augusto de Sousa Leão (Conservador), que estava “prestando auxílio aos capitães de campo”.¹⁰²⁷ Era a desforra dos escravocratas do Clube da Lavoura, anti-dantistas e anti-abolicionistas.

Segundo Pompílio, só estavam trabalhando em Pernambuco: José Mariano, Antônio Carlos, os dois Pintos (Alfredo Ferreira Pinto e Guilherme Pinto), Juvenal Machado, João Canela, Rufino Pereira e ele. O que, na sua opinião, significava que o Clube estava “praticamente extinto”. Apesar disso, os “poucos que restão vão fazendo o que podem”. (sic).¹⁰²⁸ Afirmou ainda que seria interessante tratarem logo do embarque dos escravos que estavam escondidos, devido as despesas destes “depósitos”. Até então, os cupins deviam 180\$000 mil réis de aluguéis e de outros gastos “concernentes à libertação”.¹⁰²⁹

O cirurgião dentista explicou ao amigo que os senhores de engenho da Zona da Mata Norte estavam pedindo auxílio a eles para contratar a mão de obra, que os cupins iam buscar nos engenhos da Mata Sul, e vice versa. Segundo ele, essa espécie de “câmbio estava dando um resultado magnífico”, pois, apesar de estarem saindo de um eito para trabalhar em outro, iam com um salário acertado e continuavam a receber a proteção de um senhor. Todavia, nem todos fugitivos aceitavam estas condições. Os escravizados da praça do Recife, os que viviam no perímetro urbano, não queriam estes trabalhos e preferiam rumar para a “terra da Redenção”. Estavam com uns “10 ou 12 querendo embarcar, mas, sem recursos, nada podiam fazer”.¹⁰³⁰

A desunião da elite senhorial, em momento de crise econômica e em disputa por mão de obra barata, também contribuía para as fugas dos escravizados, que aproveitavam a demanda por braços para renegociar suas condições de trabalho. E, apesar da mediação destes homens

¹⁰²⁶ **IAHGP**. Caixa 21. Maço 2. Doc. 827. Correspondência do João Ramos. Carta de Numa Pompílio a João Ramos. Recife. 28 de fevereiro de 1885.

¹⁰²⁷ **IAHGP**. Caixa 21. Maço 2. Doc. 827. Correspondência do João Ramos. Carta de Numa Pompílio a João Ramos. Recife. 09 de março de 1885. Dr. Augusto de Souza Leão, futuro Barão de Caiará, governou como vice-presidente entre 26 janeiro a 8 abril 1885. BARBOSA, Virgínia. **GOVERNADORES E PRESIDENTES DA PROVÍNCIA DE PERNAMBUCO**. Compilação e organização Bibliotecária da Fundação Joaquim Nabuco Disponível em: http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/images/stories/pdf/gov_imperio.pdf acessado em 22 de julho de 2022 às 11:03.

¹⁰²⁸ **IAHGP**. Caixa 21. Maço 2. Doc. 827. Correspondência do João Ramos. Carta de Numa Pompílio a João Ramos. Recife. 09 de março de 1885.

¹⁰²⁹ **Idem**.

¹⁰³⁰ **Idem**. **Ibidem**. Segundo Jacob Goredner, o comportamento comum dos ex-escravos foi o de rejeição do trabalho nas plantações e de preferência pela constituição de explorações camponesas dedicadas a gêneros de subsistência. GORENDER. Jacob. A escravidão reabilitada. **Op. Cit.** p. 136.

livres, que também negociavam com os agricultores, a escolha do melhor destino a seguir, segundo os cupins reconheciam, era dos próprios escravizados.¹⁰³¹

Segundo Guilherme Pinto informou a Ramos, Numa Pompílio conhecia um “senhor de engenho abolicionista” que lhe pedia gente para trabalhar pagando 500 réis diários, dando boa alimentação, ao que os abolicionistas respondiam mandando os fugitivos que não conseguiam embarcar para o Ceará.¹⁰³² A tática dos abolicionistas, segundo ele, agora seria essa: “reencaminhar os fugitivos dos engenhos para outras áreas agrícolas, com salário acertado e roubar os escravos urbanos que mais fizessem falta aos seus senhores”, embarcando-os para o Ceará, como fizeram com o boleiro do Dr. Pitanga e o copeiro do Dr. João de Oliveira, “homens que fariam falta”.¹⁰³³

Numa Pompílio e Guilherme Pinto expuseram uma das principais estratégias dos cupins sobre o que fazer para que os escravos pudessem fugir e alcançar o que os abolicionistas consideravam ser a “liberdade”, arranjar um trabalho e mudar de senhor ou empregador. Era o que eles poderiam fazer naquele momento, a forma como procuravam agenciar as fugas dos cativos, destinando-os a empregadores que demandavam mão de obra barata. Enquanto estes

¹⁰³¹ Segundo Célia Maria Marinho de Azevedo, os caifazes, e aqui podemos citar também os cupins, trabalharam pelo controle social, ao tentar integrar negros fugidos, livres e libertos no mercado de trabalho, seguindo muitos dos fugitivos de São Paulo para outras fazendas com a promessa de assalariamento. E, por mais que os abolicionistas enxergassem estes projetos como uma “Revolução” ou como algo radical, muitos escravizados não deveriam enxergar com bons olhos a ideia de continuar trabalhado no eito para grandes ou médios proprietários de terra. Sabemos, pelos relatos dos cupins, que ao menos os que viviam nas áreas urbanas não aceitavam fugir para trabalhar nas fazendas. Acreditamos que para muitas daquelas pessoas essas condições eram entendidas mais como um retrocesso do que como conquistas. AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. *Onda Negra, Medo Branco*. **Op. Cit.** pp.216-219.

¹⁰³² Segundo Peter Eisenberg, as médias dos salários dos trabalhadores rurais livres de Pernambuco, entre 1886 e 1888, era de 580 réis. Já Marcelo Mac Cord, ao analisar a fábrica de chapéus de Antônio José Maia e Cia, afirma que 500 réis diários era o valor recebido por alguns aprendizes da fábrica. Para o historiador, em meados do século XIX, por exemplo, um mestre-pedreiro pernambucano, homem pardo bem sucedido, chegava a gastar, só com pães, em média 12\$000 mensalmente. Se um empregado da chapelaria conseguisse serviço por 30 dias, ou um destes escravizados conseguissem trabalhar 30 dias de sol a sol, receberiam 15\$000 mil réis. Mesmo recebendo alimentação, a remuneração não era tão gratificante. Mas o cálculo era individual, alguns devem ter aceitado, outros não. EISENBERG, Peter. *Modernização sem Mudança*. **Op. Cit.** p.208. MAC CORD, Marcelo. *Francisco José Gomes de Santa Rosa: experiências de um mestre pedreiro pardo e pernambucano no oitocentos*. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 49, p. 220, 2014. MAC CORD, Marcelo. *Operários e operárias da fábrica a vapor de chapéus de Antônio José Maia & Cia.: gênero, idade, qualificação profissional e nacionalidade*. Recife, década de 1880. **Mundos do Trabalho**, Florianópolis v. 12. 2020. pp.18-19.

¹⁰³³ **IAHGP**. Caixa 21. Maço 2. Doc. 827. Carta de Guilherme Pinto a João Ramos. Recife, 09 de março de 1885. Interessante notar que, segundo o relato de Antônio Manoel Bueno de Andrada, escrito 30 anos após a Abolição, Antônio Bento havia “revolucionado o movimento abolicionista” quando, a partir de 1886, buscou integrar negros fugidos no mercado de trabalho e nos cafezais paulistas. Para Bueno de Andrada, a ideia de Antônio Bento de lutar pelo assalariamento do escravo era algo original e nunca antes feito por nenhum grupo abolicionista, colocando os Caifazes como os mais progressistas de sua época. O que sabemos que não aconteceu desta forma. Os cupins, os membros da Cearense Libertadora e também os da Confederação Abolicionista já utilizavam este tipo de recurso antes dos Caifazes e bem antes do movimento se alastrar para o interior da Província de São Paulo. ANDRADA, Antônio Manuel Bueno de. *Páginas esquecidas: A Abolição em São Paulo*. In: **Revista do Arquivo Municipal**, vol. 71, São Paulo, jun/jul, 1941. AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. *Onda Negra, Medo Branco*. **Op. Cit.** pp.216-219.

abolicionistas trabalhavam pela abolição, também afirmavam suas intenções de controle social, buscando integrar as pessoas fugidas ao mercado de trabalho. Todavia, os próprios abolicionistas reconheciam que nem todos queriam se submeter aquelas condições.

No dia 25 de novembro de 1884, José Alexandre Soares, um comerciante da praça de Belém¹⁰³⁴, informou a João Ramos que o preto Damião, ao qual Ramos havia enviado uma carta, disse não poder seguir viagem pois estava muito em cima, “partindo sem falta no vapor seguinte”. Damião ainda disse que não tinha dinheiro e que só poderia viajar com a ajuda dos abolicionistas.¹⁰³⁵ O preto deveria seguir viagem para a “terra dos livres”, talvez passando por Pernambuco, mas não tinha pressa, nem dinheiro para tanto, esperando que os abolicionistas desembolsassem recursos para ajudá-lo.

O médico Antônio da Silva Ramos enviou uma mensagem para João Ramos, em 1 de dezembro de 1884, avisando que havia saído do Ceará com destino a Pernambuco, levando consigo “4 moleques” do Maranhão.¹⁰³⁶ Todos os quatro deveriam ser remetidos para João Ramos mas, ao saber que um “malvado mandara telegrama para ahi” [sic], resolveu adiar o negócio, ficando na Paraíba. Aqui o “médico-abolicionista” começa a explicar um pouco mais sobre as fugas. Afirmou que ficaria com um “moleque” para ser seu “criado”, enviando outros três para Pernambuco.¹⁰³⁷ Raymundo, um cozinheiro remetido por João Cordeiro, outro que segundo ele foi trazido para “arrumá-lo em casa de Manoel Nicolau” e um que “o amigo terá a bondade de arranjar um bom patrão”. Além disso, informou que, um “moleque”, que ele tentou trazer escondido do Maranhão, foi retirado do poder dele antes de zarpar daquela terra.¹⁰³⁸

Todos receberam ajuda para fugir do cativeiro, mas deveriam retribuir esta ajuda em forma de trabalho, que poderia ser remunerado ou não. O criado, o cozinheiro do João Cordeiro, o que já veio com um emprego arranjado e o que João Ramos deveria “arranjar”. Estes

¹⁰³⁴ José Alexandre Soares era um comerciante da praça de Belém que em março de 1877 assumiu uma firma após a dissolução da mesma por parte do seu irmão José Antônio Soares. Tinha uma espécie de firma de escrituração mercantil, sendo também acionista da Companhia de Bonds paraense. Alexandre Soares tinha condições financeiras suficientes para fazer uma excursão pelos Estados Unidos e pela Europa no ano de 1887. Em 1888, envolvido com o comércio de Manaus, incentivado na segunda metade do século pelo negócio da borracha, Alexandre recebeu o valor de 10:000\$000 dez contos de réis em nome de sua firma José Alexandre Soares & Cia recursos provindos dos seus negócios na capital do Amazonas. Os lucros obtidos com o comércio desta capital eram tão elevados que Alexandre chegou a retirar-se para Manaus para tratar de negócios pessoalmente. **HDBN**: Diário de Belém: Órgão Especial do Comércio. Folha Política, Noticiosa e Litteraria. 22 de março de 1877. Nº65. p.3; 16 de setembro de 1883. Nº209. p.1; 1 de abril de 1887. Nº73. p.3. **HDBN**: O Liberal: Órgão do Partido Liberal. 9 de novembro de 1882. Nº248. p.3. **HDBN**: Diário de Belém: Órgão especial do Commercio. Folha Política, Noticiosa e Litteraria 26 de janeiro de 188. Nº21. p.1; 6 de março de 1888. Nº53. p.53.

¹⁰³⁵ **IAHGP**. Caixa.21, maço 2, doc. 0828. Documentos do Clube do Cupim: Carta de José Alexandre Soares para João Ramos, informando a situação do preto Damião. 25 de novembro de 1884.

¹⁰³⁶ **IAHGP**. Caixa 21. Maço 2. Doc. 827. Correspondência do João Ramos. Carta de Antônio da Silva Ramos ao irmão João Ramos. 01 de dezembro de 1884. 1 folha.

¹⁰³⁷ **Idem**.

¹⁰³⁸ **Idem**. **Ibidem**.

abolicionistas forneciam ajuda as pessoas que desejavam sair da escravidão, mas não sem estabelecerem uma relação de troca. Na visão deles, a liberdade não deveria vir sem o trabalho.¹⁰³⁹ O médico disse que no Ceará se fez passar por João Ramos, tendo sua casa invadida por muita gente, ressaltando que os fugitivos não compareceram em grande número e que os visitantes eram em sua maioria “patrícios”, homens e mulheres livres que mantinham contato com a rede abolicionista e patrocinavam as migrações dos fugitivos. Finalizou a carta em tom romântico, dizendo que se “a inércia dos restantes (escravos) reduzem à escravidão aqueles que tanto presam o azorrague, eu por aí vou preparar barcaças que sou disposto a sacrificar-me por eles.”¹⁰⁴⁰ Sacrifício com ganhos, pois, como vimos, o médico ficou com um criado para si. A “benevolência abolicionista” também obedecia à lógica do favor, apesar dos sacrifícios, eram raras as vezes que os interesses privados não se misturavam com as causas públicas.

José Correia do Amaral, o maior aliado de João Ramos nesta “empreitada abolicionista”, remeteu a ele um cozinheiro, que seguiu no vapor Ceará, pagando 16\$000 mil réis: 12\$000 da passagem e 4\$000 para embarque.¹⁰⁴¹ Ramos havia encomendado o homem para si. Correia do Amaral declarou “espero que ele melhore até satisfazer sua expectativa”.¹⁰⁴² Parece que a procura por este tipo de trabalhador era alta. Em 19 de outubro de 1885, José Correia do Amaral informou: “um amigo de Maranguape pede-me uma preta de boa conduta, sem filhos e que saiba cozinhar. Se nestas condições encontrar mande-m’a, avisando-me as despesas para eu receber de quem me fez encomendar.” [sic]. Finalizou com um discurso romântico dando sentido ao que acreditava que estavam fazendo: “mande gente para o Ceará e descanse que daqui não sahirão. Sua obra humanitária não será destruída [sic].¹⁰⁴³ Cooperar nas fugas e arranjar emprego para os fugitivos, eis a obra humanitária pensada por estes abolicionistas.

Da Corte, João Clapp enviou um cozinheiro chamado Benjamin Montenegro, remetendo-o a João Ramos como “um homem que iria tratar de assuntos familiares”. Montenegro não foi somente encaminhado por Clapp à proteção do chefe dos cupins, como foi recomendado por Raymundo Pereira de Souza, que também escreveu a Ramos falando das “aptidões de Montenegro, um cozinheiro digno de nota e do serviço que o senhor José Correia

¹⁰³⁹ **IAHGP**. Caixa 21. Maço 2. Doc. 827. Correspondência do João Ramos. Carta de Antônio da Silva Ramos ao irmão João Ramos. 01 de dezembro de 1884. 1 folha.

¹⁰⁴⁰ **Idem**.

¹⁰⁴¹ **IAHGP**. Caixa 21. Maço 2. Doc. 827. Correspondência do João Ramos. Carta de José Correia do Amaral a João Ramos. 17 de junho de 1885.

¹⁰⁴² **IAHGP**. Caixa 21. Maço 2. Doc. 827. Correspondência do João Ramos. Carta de José Correia do Amaral a João Ramos. 1 de julho de 1885.

¹⁰⁴³ **IAHGP**. Caixa 21. Maço 2. Doc. 827. Correspondência do João Ramos. Carta de José Correia do Amaral a João Ramos. 19 de outubro de 1885.

do Amaral precisava”.¹⁰⁴⁴ A empreitada abolicionista conectava os fugitivos do Rio de Janeiro a Pernambuco e ao Ceará.

Em 19 de setembro de 1885, o maranhense Raymundo Pereira de Souza, amanuense da Secretaria de Agricultura¹⁰⁴⁵, outro abolicionista que manteve contato com o cupim chefe até o fim da escravidão, escreveu-lhe novamente, informando-o que seu irmão, Nuno Álvares, e ele foram à casa do Dr. Ennes de Souza e conversaram sobre os grandes serviços que o abolicionista estava prestando

a todo momento aos nossos patrícios escravizados, com uma coragem e valentia, que só podem ser aproximadas do João Clapp, o homem de ação por excelência, o único que possui uma organização tão extraordinária como a sua.¹⁰⁴⁶ [sic]

Segundo Raymundo Pereira, ele tentava imitar o seu comprovinciano no Rio de Janeiro, e estava entrando em contato para tratar do envio de “ingleses” ao Recife. Em sua visão, ninguém era melhor do que João Ramos para recepcioná-los e para conectar as redes abolicionistas. A carta foi entregue pessoalmente pelo Sr. Anastácio, um dos fugitivos que seguiu viagem ao Recife. A resposta foi dada e a conexão estabelecida. João Ramos disse ao Pereira que estava “montado na lei e trepado na justiça”, ao que o comprovinciano respondeu, “estamos ligados para sempre, para a vida e para a morte”.¹⁰⁴⁷ Agradeceu pela proteção que os seus recomendados estavam recebendo e informou ao cupim chefe que estava tratando com o João Clapp das cartas de alforria dos fugitivos.

Todavia, disse que Clapp só trabalharia pelas alforrias caso recebesse atestado de bom comportamento dos “ingleses”, como faziam os amigos de São Paulo.¹⁰⁴⁸ Falava de Antônio Bento e dos caifazes. Informou que estava se expondo a todos os perigos, assim como o amigo em Pernambuco, dizendo que Coelho Bastos, “o chefe da polícia negreira”, havia o chamado para prestar depoimento. Assim como os abolicionistas, a polícia escravocrata também tinha seus informantes e suas cartas nas mangas, porém, a imprensa caiu em cima e o intimado saiu

¹⁰⁴⁴ **IAHGP**. Caixa 21. Maço 2. Doc. 827. Correspondência do João Ramos. Carta de João Clapp a João Ramos. 9 de agosto de 1885. Caixa 21. Maço 2. Doc. 827. Correspondência do João Ramos. Carta Raymundo Pereira a João Ramos. 9 de agosto de 1885.

¹⁰⁴⁵ Raymundo Pereira e Souza era funcionário da Secretaria de Agricultura do Império desde 23 de abril de 1875, tornando-se Amanuense em 8 de maio de 1878 e 2º oficial em 4 de dezembro de 1889, quando da proclamação da República. **HDBN**: Relatório Apresentado ao Chefe do Governo Provisório por Francisco Glicério. Imprensa Nacional. 1890. p.140. **HDBN**: Diário de Pernambuco. 6 de julho de 1894. Nº151. p.1.

¹⁰⁴⁶ **IAHGP**. Caixa 21. Maço 2. Doc. 827. Correspondência do João Ramos. Carta de Raymundo Pereira de Souza a João Ramos. Secretaria da Agricultura. 19 de setembro de 1885. 2 folhas.

¹⁰⁴⁷ **IAHGP**. Caixa 21. Maço 2. Doc. 827. Correspondência do João Ramos. Carta Raymundo Pereira de Souza a João Ramos. Secretaria da Agricultura. 29 de outubro de 1885. 4 folhas.

¹⁰⁴⁸ **Idem**.

do interrogatório ileso, protegido pelos jornais e pelos amigos. Terminou a carta dizendo que Ennes de Souza, Ismael Falcão¹⁰⁴⁹ e João Clapp, mandaram abraços.¹⁰⁵⁰

Para que o leitor possa ter uma pequena noção de quem foi Raymundo Pereira de Souza, uma homenagem a ele foi publicada no *Cidade do Rio*, em 2 de junho de 1888. No artigo, provavelmente escrito por José do Patrocínio, o homem foi descrito como alguém que prestou os mais relevantes serviços aos míseros foragidos, que procuravam a *Confederação Abolicionista*, “um dos que não era abolicionista fora de hora”,

Raymundo nunca teve dificuldades para amparar o escravizado. Não tinha relógio para medir o tempo. De madrugada, ou de noite, ao sol, ao a chuva, lá ia o Raymundo, com a boca cheia de sorrisos, agradecendo o trabalho que se lhe distribuía, descobrir um lugar onde o evadido do cativoiro pudesse abrigar.¹⁰⁵¹

Segundo o artigo, Raymundo não descansava, como um missionário, fazia visitas aos quilombos para ouvir queixas, para remediar os infortúnios, para decidir as questões. Era membro da “liga patriótica de internação dos retirantes da escravidão”, grupo da *Confederação Abolicionista* responsável pelo trabalho de internação e envio de escravos fugidos para os quilombos da Corte e para outras províncias.¹⁰⁵² Dentre estes quilombos urbanos que se destacaram na Corte, das muitas casas de famílias abolicionistas, escritórios comerciais, redações de jornais, hotéis, padarias, fábricas, segundo Patrocínio, destacaram-se três, o do Leblon, o do Senna e o quilombo do Raymundo.

Sem sombra de dúvidas, o primeiro se tornou símbolo do movimento abolicionista na Corte, um dos mais conhecidos quilombos urbanos do Brasil.¹⁰⁵³ O Leblon, segundo Patrocínio, era mantido pelo português José de Seixas Magalhães, procurador da CA, e ficava localizado na praia do Leblon, além do Jardim Botânico. O posto de interconexão, o refúgio ligado a ele, estava localizado na rua Gonçalves Dias nº50 e sua direção interna era responsabilidade da francesa Mme. Elisa Betzba. Os quilombolas do Leblon ficaram conhecidos por cultivarem as

¹⁰⁴⁹ Ismael Marinho Falcão era engenheiro Agrimensor formado pela Escola Polytechnica do Rio e chegou a pedir proteção a João Ramos para um escravizado enviado do Rio de Janeiro em maio de 1885. **IAHGP**. Fundo FIA, Cx.21, maço 2. Cartão de Ismael Marinho Falcão para João Ramos. Maio de 1885.

¹⁰⁵⁰ **Idem.**

¹⁰⁵¹ **HDBN**: Cidade do Rio. (RJ) 2 de junho de 1888. Nº125. p.1.

¹⁰⁵² **Idem.**

¹⁰⁵³ O Quilombo do Leblon serviu como principal centro de refúgio dos escravizados da Corte, mas a distribuição dos fugitivos não estava concentrada somente neste endereço, como poderemos ver. Eduardo Silva estuda o movimento abolicionista extralegal tomando como exemplo o Quilombo do Leblon e sua ligação com a Confederação Abolicionista. SILVA, Eduardo. As camélias do Leblon. **Op. Cit.**

famosas camélias brancas – símbolo do movimento abolicionista da Corte - que foram oferecidas em 3 de maio de 1888 à princesa Isabel, pelo filho mais novo de João Clapp.¹⁰⁵⁴

O quilombo do Senna, localizado nos limites da Quinta Imperial, também servia como um dos principais esconderijos para os refugiados da escravidão. Mantido pelo redator da *Gazeta da Tarde*, Ernesto Senna, que chegou a escrever um relato sobre o conjunto de quilombos abolicionistas do Rio, este era administrado internamente por sua esposa, D. Henriqueta de Senna.¹⁰⁵⁵ O elemento feminino estava constantemente presente nessas aglomerações de pessoas fugidas, fazendo, provavelmente, até mais pelos escravizados acoitados do que os homens que se tornaram símbolos do movimento.

Por último, Patrocínio citou o menos conhecido, mas não menos importante, quilombo do Raymundo. A partir deste relato sabemos que o maranhense administrava um quilombo urbano localizado no Engenho Novo, com sucursais por toda a cidade do Rio de Janeiro. Segundo Patrocínio, Raymundo Pereira de Souza trabalhou de 1883, ano de fundação da CA, até 1888, “contando os dias pelo número de escravizados que ajudou”, arriscando sua posição de empregado da *Secretaria de Agricultura*. O abolicionista era o principal responsável, incumbido por Clapp, por embarcar os fugitivos para as províncias, ou por remover eles de um refúgio a outro. Histórias que podemos acompanhar a partir da própria versão de Raymundo Pereira de Souza nas cartas que enviou ao seu comprovinciano João Ramos.¹⁰⁵⁶

Em 9 de outubro de 1885, ele escreveu, pedindo em nome de José Mariano, que o cupim chefe colocasse sob sua proteção o sr. Augusto Pereira Lisboa e as sras. Maria Guilhermina da Conceição, Constança Maria de Jesus, Eugênia Soares de Souza e Bemvinda Maria da Conceição. Pediu proteção a todos, a quem chamou de “nossos amigos”.¹⁰⁵⁷ E, de fato, alguns cativos eram mesmo amigos do abolicionista. Como no caso de Bemvinda que, segundo Pereira de Souza, era filha do Maranhão e sua amiga de infância, pedindo atenção e proteção especial para ela, pois estava doente.

¹⁰⁵⁴ **HDBN**: Cidade do Rio. (RJ) 8 de julho de 1889. Nº150. p.2.

¹⁰⁵⁵ Os nomes de José do Patrocínio e Luiz de Andrade são apontados por Evaristo, a partir de uma relação que fez Ernesto Sena, como acoitadores de escravos, mas, tanto o quilombo de Raymundo Pereira de Souza quanto o seu nome não aparecem na lista. MORAES, Evaristo. A Campanha abolicionista. **Op. Cit.** pp.36-38.

¹⁰⁵⁶ Raymundo Pereira de Souza assinou a subscrição popular para a compra da pena de ouro que foi doada a Princesa Isabel para assinatura da Lei Áurea. **HDBN**: Cidade do Rio. (RJ) 11 de maio de 1888. Nº108. p.1 Recebeu uma medalha de prata da Sociedade Abolicionista Cearense da Corte pelos serviços prestados à causa da Abolição na comemoração do 13 de maio de 1889. Medalhas de ouro, prata e bronze foram distribuídas a diversas pessoas, incluindo, José Correia do Amaral, Antônio Bento, João Ramos, Luiz de Andrade, Joaquim Nabuco, Ennes de Souza, Manoel Gomes de Mattos, João Cordeiro, Maria Thomazia, André Rebouças, o Dragão do Mar, entre outras. **HDBN**: Cidade do Rio. (RJ) 13 de maio de 1889. Nº106. p.2. **HDBN**: *Gazeta de Notícias* (RJ). 27 de maio de 1889. Nº147. p.2.

¹⁰⁵⁷ **IAHGP**. Caixa 21. Maço 2. Doc. 827. Correspondência do João Ramos. Carta Raymundo Pereira de Souza a João Ramos. Secretaria da Agricultura. 9 de outubro de 1885. 2 folhas.

Em 19 de novembro de 1885, Raymundo informou que estava enviando para Recife, no vapor *Espírito Santo*, o sr. Juvêncio Pereira da Silva e sua esposa D. Lucrécia Pereira da Silva, “excelentes trabalhadores, ambos com aptidões que o meo nobre amigo reclama para o serviço doméstico do Engenho Central” [sic]. Segundo o abolicionista, os dois responderiam por si, negociariam suas condições de trabalho. Por último, pediu ainda notícias de Bemvinda, que já havia chegado, dizendo que o seu parceiro, Horácio, vivia inconsolável sem notícias suas.¹⁰⁵⁸ Uma amiga de Bemvinda, outra maranhense protegida de Raymundo, Alice Teixeira da Costa, seguiu viagem no dia 29 de novembro “a fim de fazer-lhe companhia”.¹⁰⁵⁹

Apesar de enviar estes homens e mulheres para trabalhar fora de suas zonas de cativeiro, alguns homens, como Raymundo Teixeira, estavam preocupados com a situação dos fugitivos, mesmo após a fuga. Em suas cartas, ele chegou a chamar os escravizados de “nossos patrícios”, declarando sua amizade com alguns, escrevendo sempre os seus nomes por completo, sem utilizar termos depreciativos, tratando-os com intimidade e procurando saber notícias dos fugitivos.

Numa outra carta, o amanuense disse que andava conversando com o Doelinger sobre a ação de João Ramos em Pernambuco, dizendo-lhe estar ciente de que o abolicionista queria conhecê-lo. Informou estar enviando pelo vapor *Espírito Santo* mais trabalhadores, “gente de sua confiança”: Rufino Gomes Moreira, Deolindo da Silva e Augusto Gomes de Aguiar, pretendendo enviar outros trabalhadores nos próximos dias.¹⁰⁶⁰ No dia 29 de novembro de 1885, mandou para Recife, Manoel Marques de Souza e Fernando da Costa Ferraz, “ambos escrupulosamente escolhidos [...] bons trabalhadores”¹⁰⁶¹.

Em dezembro de 1885, o abolicionista voltou a escrever, informando sobre sua saúde, que não estava nada boa. Raymundo sofria com uma dor de cabeça crônica há pelo menos oito anos.¹⁰⁶² Declarou a ida de Juvêncio, que não pôde acompanhar sua “cara metade”, D. Lucrécia, junto com José Eduardo dos Santos e sua companheira D. Gertrudes de Oliveira Santos, “excelente cozinheira e boa pessoa”. Nesta carta, Raymundo de Souza demonstrou preocupação com Alice e com a possível ideia que poderia surgir nela de voltar para a Corte, algo que em

¹⁰⁵⁸ **IAHGP**. Caixa 21. Maço 2. Doc. 827. Correspondência do João Ramos. Carta Raymundo Pereira de Souza a João Ramos. Secretaria da Agricultura. 19 de novembro de 1885. 2 folhas.

¹⁰⁵⁹ **IAHGP**. Caixa 21. Maço 2. Doc. 827. Correspondência do João Ramos. Carta Raymundo Pereira de Souza a João Ramos. Secretaria da Agricultura. 29 de novembro de 1885. 3 folhas.

¹⁰⁶⁰ **IAHGP**. Caixa 21. Maço 2. Doc. 827. Correspondência do João Ramos. Carta Raymundo Pereira de Souza a João Ramos. Secretaria da Agricultura. 19 de novembro de 1885. 2 folhas.

¹⁰⁶¹ **Idem**.

¹⁰⁶² Raymundo aparece recebendo licenças para cuidar de sua saúde em São Paulo desde 1881. **HDBN**: gazeta de Notícias. 6 de janeiro de 1881. Nº6. p.2.

sua visão, “traria problemas para os que a tinham ajudado fugir”. Pediu novamente notícias de Bemvinda, pois, “Horácio estava com muitas saudades e tinha muito interesse nela”¹⁰⁶³.

Bemvinda regressou ao Rio de Janeiro, provavelmente em 1886. Em 19 de fevereiro de 1887, o amanuense disse que ela mandava cumprimentos e estava querendo saber de notícias da sua comadre Eugenia, que havia fugido com ela em 1885. Podemos perceber, a partir das cartas de Raymundo, que a conexão entre os abolicionistas de Norte ao Sul do Império, e a rede abolicionista estava - apesar de toda perseguição fomentada pelas autoridades durante o Ministério Cotegeipe - extremamente ativa. Também notamos, a partir do conteúdo das correspondências que, para aquelas pessoas, fugir não era o suficiente, e apesar destas cartas não conseguirem exprimir o que muito dos evadidos sentiam, as constantes cobranças por notícias deixam claro que havia muito mais a fazer além do processo logístico de auxiliar alguém a fugir. As obrigações sociais e as demandas afetivas faziam parte do mundo micropolítico dos abolicionistas e dos escravizados e influenciavam suas decisões.

Phamphilo da Santa Cruz, presidente da *Sociedade Libertadora Baiana*¹⁰⁶⁴ e proprietário da *Gazeta da Tarde* (BA)¹⁰⁶⁵ também foi outro que entrou em contato com João Ramos, a quem ele chamou de “distinto chefe abolicionista” e, após cumprimentar o homem pela “brilhante posição que estava assumindo na vanguarda abolicionista”, pediu proteção ao senhor Manoel Antônio dos Santos, “que ai vai (Pernambuco) em busca de melhorar sua sorte.”¹⁰⁶⁶ Em 3 de novembro de 1885, um empregador baiano escreveu a João Ramos dizendo que “teve de mandar embora alguns infelizes trabalhadores”, enviados por Ramos e contratados

¹⁰⁶³ **IAHGP**. Caixa 21. Maço 2. Doc. 827. Correspondência do João Ramos. Carta Raymundo Pereira de Souza a João Ramos. Rio de Janeiro. 9 de dezembro de 1885. 2 folhas.

¹⁰⁶⁴ A Sociedade Libertadora Baiana, além de Santa Cruz (jornalista), tinha como representantes Eduardo Carigé (rábula e jornalista), Raimundo Bizarria, José Teixeira Barros, Frederico Lisboa (advogado), Sérgio Cardozo, Manoel Roque (sapateiro), Luís Anselmo da Fonseca (médico) e Luís Álvares dos Santos, entre outros profissionais liberais. Segundo Ricardo Caíres, a Libertadora Baiana envolveu-se de maneiras distintas na luta abolicionista, promovendo, por exemplo, festas e espetáculos abolicionistas, fugas e acoitamentos de escravos e ações de liberdade. Segundo Walter Fraga, Carigé, Cesário Ribeiro Mendes e Phamphilo da Santa Cruz atuavam em pelo menos outras três organizações que auxiliavam na fuga de escravos: o Clube dos Saveiristas, o Clube Luís Gama e o Clube Luís Álvares. SILVA, Ricardo Tadeu Caíres. “INDUSTRIOSOS ABOLICIONISTAS”. **Op. Cit.** pp. 100-101. FRAGA, Walter. *Encruzilhadas da Liberdade*. **Op. Cit.** pp. 99-100.

¹⁰⁶⁵ Segundo Ricardo Caíres, o núcleo da agremiação encontrava-se na redação da *Gazeta da Tarde*, periódico francamente abolicionista, de propriedade de Phamphilo da Santa Cruz, o qual, aliás, era presidente da agremiação. Durante toda a campanha abolicionista o núcleo de jornalistas da *Gazeta da Tarde* se manteve unido em torno da causa. Contudo, logo após o 13 de maio alguns dos antigos companheiros de luta começaram a estranhar-se. Assim como outros intelectuais, Eduardo Carigé, um dos principais redatores do periódico, preferiu manter suas convicções republicanas e seguiu a propaganda pela mudança de regime – talvez almejando o sucesso na carreira política. Já Phamphilo, que também pertencia ao Club republicano, optou por mudar de lado e apoiar o regime monárquico. Teria pesado para tal as homenagens e condecorações recebidas da monarquia. Aliás, seriam estas as razões para tão duro desentendimento entre os antigos companheiros de luta. SILVA, Ricardo Tadeu Caíres. “INDUSTRIOSOS ABOLICIONISTAS”. **Op. Cit.** p.8. CAÍRES, Caminhos e descaminhos da abolição. **Op. Cit.** p.235

¹⁰⁶⁶ **IAHGP**. Cx.21, maço 2. Cartão de Phamphilo da Santa Cruz para João Ramos.

junto ao “redator da Gazeta da Tarde” – o próprio Phamphilo da Santa Cruz - pois soube, pelo desembargador Rocha Vianna, que os senhores dos fugitivos estavam empregando muitos esforços para capturá-los. Pediu ainda que João Ramos interrompesse a remessa de trabalhadores por pelo menos 20 dias.¹⁰⁶⁷

Como podemos perceber, os cupins não auxiliaram somente os fugitivos de Pernambuco a pararem nos territórios mais ao Norte, como cooperavam com alguns conhecidos abolicionistas, como João Clapp, Raymundo Pereira de Souza, Dr. Ennes de Souza, Pamphilo da Santa Cruz e José Correia do Amaral, recepcionando imigrantes fugidos da Corte, da Bahia e até mesmo do Ceará de volta a Pernambuco. Conseguimos observar também que o contato dos abolicionistas se fortalecia através da ação em conjunto entre as várias instituições consideradas radicais pelos escravocratas como a *Confederação Abolicionista* (RJ), a *Cearense Libertadora* (CE), a *Libertadora Baiana* (BA), a *Libertadora Northeriogrاندense* (RN), o *Clube do Cupim* (PE), entre outras associações.

Este abolicionismo interprovincial¹⁰⁶⁸, que se fortaleceu a partir da crescente abolicionista em 1884 e, apesar da refrega que sofreu no ano de 1885, continuou existindo, foi fundamental para a realização dos projetos tanto dos abolicionistas quanto dos escravizados, uma rede que representou um poderoso movimento social nacional, baseado na desobediência civil e na ação extralegal dos envolvidos.¹⁰⁶⁹ Os respectivos líderes destas sociedades encaminharam pessoas às várias localidades do Império, confiando que os seus amigos poderiam auxiliar os fugitivos arranjando trabalho, “apadrinhando-os”, distanciando-os dos olhares atentos das autoridades locais de onde fugiam.¹⁰⁷⁰ E, por mais que existisse uma

¹⁰⁶⁷ **IAHGP**. Caixa 21. Maço 2. Doc. 827. Correspondência do João Ramos. Carta de um empregador baiano a João Ramos. 3 de novembro de 1885. 3 páginas.

¹⁰⁶⁸ Celso Castilho chamou de abolicionismo transregional e radical, mas deu ênfase mais ao contato entre Pernambuco e o Ceará. Através da documentação trabalhada até aqui conseguimos demonstrar que a extensão dessa rede abolicionista estava além do eixo Pernambuco-Ceará e Rio-São Paulo, interconectando diversas províncias do Império através da ação de líderes do movimento radical do que podemos chamar de abolicionismo interprovincial ou nacional. CASTILHO, Celso Thomas. *Slave Emancipation and Transformations*. **Op. Cit.** p. 82

¹⁰⁶⁹ Ao defender a imagem de Carlos Lacerda - abolicionista de Campos - nos relatórios da Confederação Abolicionista de 1885-1886, João Clapp elencou o nome de alguns destes líderes e abolicionistas pontes que interligavam o movimento entre as províncias. Segundo ele, “batem-se heroicamente nos postos mais arriscados os honrados abolicionistas Drs. José Mariano e João Ramos, em Pernambuco; Dr. Antônio Bento e Dr. Fernando de Albuquerque, em São Paulo; Dr. Carijé e Dr. Frederico Lisboa, na Bahia; Dr. Baltasar Carneiro, em Campinas; Dr. Leopoldo de Bulhões, em Goiás, e muitos outros, cujos nomes seria longo enumerar. ESTRADA, Osório Duque. *A Abolição*. **Op. Cit.** p.160.

¹⁰⁷⁰ Flávio dos Santos Gomes e Maria Helena T. Machado, estudando este movimento dos fugitivos entre as províncias de São Paulo e do Rio de Janeiro, chamaram o processo de “quilombos volantes”. Estamos vendo como este trânsito de fugitivos se dava entre as diversas províncias do Império do Brasil, começando no Norte e se expandiu para o Sul do Império, causando a corrosão do sistema escravista. GOMES, Flávio dos Santos. MACHADO, Maria H. T. **Atravessando a liberdade: Deslocamentos, migrações e comunidades volantes na década da Abolição**. (Rio de Janeiro e São Paulo). p.70 In: *Política da Raça: experiências e legados da Abolição e Pós-Emancipação no Brasil*. Org. Flávio Gomes e Petrônio Domingues. São Paulo. Selo Negro Edições. 2014.

intenção, nem sempre recíproca, nas “trocas de favores”, não podemos negar que alguns abolicionistas arriscaram seus empregos, suas vidas e suas imagens ao se envolverem neste processo.

Melchior B. Dallas, um comerciante cearense, agradeceu pelo recebimento de um inglês, pois, “parece um bom trabalhador e estou satisfeito com elle, se vossa mercê conhece alguns outros iguais tenho serviço para elles” [sic].¹⁰⁷¹ Algumas criadas assim que chegavam no Ceará e ficavam “prontas” eram remetidas para trabalhar na casa de senhoras de respeito como D. Floretina Justa, que recebeu uma trabalhadora “a qual até hoje tem dado demonstração de muito boa criada, de maneira que D. Florentina está muito satisfeita com ella.”¹⁰⁷² Como podemos ver, muitos fugitivos tinham a sua frente, como ponto de chegada da liberdade, o trabalho. Esta era a principal visão de liberdade que os abolicionistas tinham. O próprio Nabuco chegou a afirmar, em uma de suas conferências para os recifenses, no *Monte Pio Pernambucano*, em 9 de novembro de 1884, que “a liberdade sem o trabalho não pode salvar o país da bancarrota social da escravidão, nem tampouco merece o nome de liberdade: é a escravidão da miséria.”¹⁰⁷³

A possibilidade de trabalhar para outros empregadores, as vezes era vista como uma das melhores perspectivas para alguns que se evadiam do cativeiro. Em 20 de junho de 1884, um escravo que fugiu para o Ceará e tomou o nome do chefe dos cupins, escreveu agradecendo pela sua nova condição. Ele estava empregado na chácara Benfica¹⁰⁷⁴ e dizia estar muito satisfeito com o patrão, José Correia do Amaral. Mandou lembranças as suas “manas” e aos “patrícios”.¹⁰⁷⁵

¹⁰⁷¹ **IAHGP**. Caixa 21. Maço 2. Doc. 827. Correspondência do João Ramos. Carta de Izabel Pinto a João Ramos. 14 de junho de 1881.

¹⁰⁷² **IAHGP**. Caixa 21. Maço 2. Doc. 827. Correspondência do João Ramos. Carta de Melchior B. Dallas a João Ramos. 30 de julho de 1885.

¹⁰⁷³ NABUCO, Joaquim. Campanha Abolicionista no Recife. **Op. Cit.** p. XXXVI.

¹⁰⁷⁴ Como sabemos, segundo Raimundo Girão, os irmãos, Isaac e José Correia do Amaral, transformaram suas propriedades, uma chácara no Benfica e os sítios dos Barreiros e Porangabuçu, em verdadeiros quilombos abolicionistas. Isaac do Amaral, que era construtor e conhecia muitos operários e encarregados de obras ficava responsável por fazer o trabalho de alocar os escravos fugidos nas propriedades e provavelmente em lhes dar ocupação. O contato de José Correia com João Ramos e seu interesse em receber pessoas fugidas do cativeiro em Pernambuco passava pela tentativa de empregá-los neste lugar e em outras áreas, dependendo da especialização e do bom desenvolvimento do trabalho prestado pelos sujeitos em troca da liberdade. **IAHGP**. Caixa 21. Maço 2. Doc. 827. Correspondência do João Ramos. Carta de José Correia do Amaral a João Ramos. 18 de novembro de 1885. 1 folha. O deputado provincial, Antônio Paiva, chamou o sítio no Benfica de “um valhacouto de escravos roubados”, tendo perdido alguns de seus escravos para os abolicionistas cearenses. **HDBN**: Gazeta do Norte (CE). 5 de julho de 1881.

¹⁰⁷⁵ **IAHGP**. Caixa 21. Maço 2. Doc. 827. Correspondência do João Ramos. Carta do inglês João Ramos a João Ramos. 20 de junho de 1884. 1 folha.

Na mesma carta, o João Ramos abolicionista escreveu: “este inglês tomou para si meu nome e tem a petulância de escrever-me divertindo-se comigo.”¹⁰⁷⁶ Talvez ele tenha levado em tom de brincadeira, talvez não tenha gostado da atitude do fugitivo. Na perspectiva do escravizado a ideia de se autonegar poderia ser tanto uma homenagem quanto uma forma de se afirmar livre ao trocar de nome.¹⁰⁷⁷ Já a atitude de João Ramos reafirma o que falamos no começo deste capítulo. Apesar de muitos homens e mulheres negros(as) terem sido auxiliados(as) pelos abolicionistas, as formas como as pessoas nascidas livres e autoidentificadas como brancas enxergavam os escravizados e os libertos se baseavam em valores hierárquicos e desiguais. A atitude do Cupim-chefe, que se considerava branco e não queria ser comparado com homens pretos, é um exemplo disso.

Os próprios adversários dos abolicionistas se utilizavam da proximidade destes homens com a “população de cor”, escravizada ou livre, para depreciar sua imagem e reputação. Certa vez, João Ramos recebeu um bilhete, de alguém que se autointitulou “A mulata do Maranhão”, chamando-o de “negro, moleque, safado, cabra, ladrão”.¹⁰⁷⁸ A redação do jornal *O Tempo*, respondeu uma ofensiva dos cupins com uma acusação contra João Ramos, associando-o ao furto de escravos e a um possível desregramento moral e sexual da sua pessoa, por ser próximo demais da população negra.

Pelo telefone

O moleque do Cupim
Esse tísico negreiro,
Que, por andar entre negras,
Tem de negras o máo cheiro;
Que, enfesado, fino, magro,
De sífilis corroído,
Anda pelos alcouces,
Pelos cortiços mettido;
Que, p’ra ter dos seus consócios
Applausos, vivas e bravos,
Como si fosse pirata,
Deu para furtar escravos;
Veio também atacar-nos,
Sahindo d’algum alcouce,
E, quando menos pensamos,

¹⁰⁷⁶ **IAHGP**. Caixa 21. Maço 2. Doc. 827. Correspondência do João Ramos. Carta do inglês João Ramos a João Ramos. 20 de junho de 1884. 1 folha.

¹⁰⁷⁷ Segundo Ira Berlin, a mudança de nome para se autoafirmar livre e também para homenagear grandes líderes foi muito comum nos EUA nos anos pós guerra civil. BERLIN, Ira. **Gerações de cativo: uma história da escravidão nos Estados Unidos**. Rio de Janeiro, Record, 2006. pp. 307-308.

¹⁰⁷⁸ **IAHGP**. Caixa 21. Maço 1. Doc. 816. “A mulata do Maranhão” a João Ramos.

Elle atirou-nos um couce.

Ora, não pensa que é gente?
Esse pobre vil diabo,
O qual, coitado! Nem póde
Com um gato pelo rabo!
Temos pena ás tuas costas,
Dá couce p´ra ahi, jumento...
Não te daremos resposta,
Tosna p´ara ahi, lazarento...¹⁰⁷⁹

Apesar de todo desprezo da imprensa escravocrata, conseguimos perceber que a população negra, fosse ela escravizada ou livre, com a qual os abolicionistas mantinham contato, não correspondia às imagens de desregramento moral e anomia que procuravam passar deles. O fugitivo que se autodonominou João Ramos, em outra carta, pediu para o chefe dos cupins avisar ao João Canella, auxiliar interno do cupim, que a mulher dele estava no Pará, perguntando se deveria entregar o corte de fazenda (peças de tecido) que ele havia mandado para ela.¹⁰⁸⁰

Não sabemos o que separava João Canella de sua mulher - talvez a escravidão -, todavia, o fato dele ter pedido um favor a um fugitivo, confiando que seria atendido, atesta tanto a confiança no fugitivo quanto a agência dele. A desenvoltura daquele homem, em estado de fuga, chama-nos atenção. A forma como se correspondeu diretamente com João Ramos, escrevendo muito bem, o fato de ter se renomeado, adaptado-se a um emprego rapidamente, ter ido atrás de informações sobre a situação ou a localização de uma mulher em outra província, dão-nos prova da sua inteligência e capacidade de ação. Tudo isso sem esquecer também dos seus familiares que haviam ficado em Pernambuco, pois, pediu, no final da carta, que Ramos fosse atrás da benção de sua mãe.¹⁰⁸¹ Pela forma como tratou João Ramos e João Canella nas correspondências, percebemos que conhecia muito bem a ambos, relacionando-se tanto com os cupins de cima quanto com os de baixo.

Outro fugitivo, que escreveu a Ramos, de próprio punho, foi Benedito João Evangelista dos Santos. Este homem avisou ao abolicionista que, “até o presente momento da carta (20 de julho de 1885) estava empregado e não tenho passado mal nesta terra.”¹⁰⁸² Segundo João Evangelista, quando ele estava na casa de João Ramos em aflição, o abolicionista prometeu

¹⁰⁷⁹ **IAHGP**. Caixa 21. Maço 1. Doc. 816. Poema retirado do jornal *O Tempo*.

¹⁰⁸⁰ **IAHGP**. Caixa 21. Maço 2. Doc. 827. Correspondência do João Ramos. Carta do inglês João Ramos a João Ramos. 20 de junho de 1884. 2 folhas.

¹⁰⁸¹ **Idem**.

¹⁰⁸² **Idem**. **Ibidem**.

mandar cartas a sua irmã, avisando da sua situação e procurando saber como ela estava, “o que até agora não tenho respostas”. “Eu queria e vossa mercê me dava, eu lhi pedia e vossa mercê dizia, eu queria a minha liberdade e vossa mercê me dava”.¹⁰⁸³ [sic] Mas, para Evangelista ainda faltava algo tão importante quanto a liberdade e um emprego, informações sobre sua irmã. O fugitivo primeiro elogiou João Ramos, para depois cobrar dele dizendo, “vossa mercê mande a resposta sem falta, neste primeiro vapor pois eu estou a espera e no mais vamos indo graças a Deus.”¹⁰⁸⁴ Demandava com urgência informações prometidas sobre seus familiares.

Todos estes exemplos servem como contrapontos às previsões negativas dos escravistas que previam catástrofes após a libertação, afirmando que estas pessoas se lançariam na vagabundagem, no ócio, na criminalidade.¹⁰⁸⁵

Todavia, nem todos os libertos desejavam vender sua força de trabalho para terceiros, visualizando provavelmente uma nova escravidão, alguns almejavam se tornar donos do seu próprio destino e decidirem por si mesmos o que deveriam fazer após a fuga. Sabemos que o jogo de interesses por trás das relações entre abolicionistas e escravizados iam além das narrativas românticas do abolicionismo. Como vimos mais acima, os desejos de alguns abolicionistas como Fernando de Castro era o de que, após a abolição, os libertos pudessem ingressar na engrenagem da nação como trabalhadores, ou melhor, continuar sendo o que eram, só que desta vez com a condição de serem “livres e remunerados”.¹⁰⁸⁶ A liberdade para muitos destes abolicionistas estava atrelada ao trabalho, só que, para muitos escravizados, trabalhar para terceiros, em certas circunstâncias, continuava sendo sinônimo de escravidão.

Maria Helena Machado, ao tratar dos movimentos sociais dos escravos e dos abolicionistas no sudeste escravista, atentou para a complexidade da questão, abordando a transição do trabalho escravo ao livre como um momento de enfrentamento pelas diversas visões da liberdade. De um lado, senhores e abolicionistas que, apesar de discordarem acerca da indenização ou não, acordavam em alguns aspectos acerca da posterior utilização da mão de obra liberta. Muitos abolicionistas, segundo ela, eram pregadores de um novo projeto de civilização que passaria pela proletarização da mão de obra escrava. Preparar os escravos para o “novo mundo” que lhes queriam impor não seria fácil. Do outro lado da disputa, muitos

¹⁰⁸³ **Ibidem.**

¹⁰⁸⁴ **Ibid.**

¹⁰⁸⁵ Segundo Cláudia Regina, “a ideia segundo a qual seria impossível contar com o liberto na economia pós-escravista afirmou-se, pouco a pouco, como argumento central nos debates que acompanharam o processo de dissolução da ordem escravista. Em torno desse argumento, reuniam-se os defensores da emancipação gradual, os adeptos da imigração como solução para o “problema da mão-de-obra” e os propagadores da necessidade de medidas coercitivas no pós-abolição.” SANTOS, Cláudia Regina Andrade dos. **ABOLICIONISMO E VISÕES DE LIBERDADE. Op. Cit.**

¹⁰⁸⁶ BARRETO, Fernando de Castro Paes. Conferência Abolicionista no Teatro de Santa Isabel. **Op. Cit.**

escravizados que buscavam preservar as suas margens de acomodação e os seus direitos tradicionais¹⁰⁸⁷, expressando evidentes repulsas a sua integração aos projetos de proletarianização.¹⁰⁸⁸ Buscando viver sobre si, conquistar um pedaço de terra, garantir suas relações familiares, enfim, alcançar sua liberdade pouco a pouco, sendo a alforria somente o primeiro passo.¹⁰⁸⁹

Em Pernambuco, conseguimos observar pelo menos dois projetos abolicionistas mais oficiais sobre o futuro dos libertos. O que seguia mais a direção dos novos liberais,¹⁰⁹⁰ como Rebouças e Nabuco, que em Pernambuco era encabeçada por José Mariano e pelo próprio Nabuco e o projeto dos republicanos positivistas, representados localmente por Aníbal Falcão e Martins Júnior.

Cabe lembrar que, embora ambos os grupos fossem abolicionistas, eles divergiam sobre como iria ser organizado o trabalho após a abolição. Como vimos, apesar de ter sido assinado por José Maria de Albuquerque Mello, deputado liberal aliado de José Mariano, o projeto de Martins Júnior, em vários de seus artigos, por exemplo, chegou a agradar os agricultores

¹⁰⁸⁷ Segundo Ira Berlin, ao estudar os projetos de liberdade dos ex-escravos norte americanos, as regras que governavam os negros nas senzalas, nos anos de cativeiro, seus costumes, também iriam orientar suas perspectivas de liberdade. BERLIN, Ira. *Gerações de Cativeiro*. **Op. Cit.** p. 300.

¹⁰⁸⁸ MACHADO, Maria H. P. T. *O Plano e o Pânico*. **Op. Cit.** p. 84.

¹⁰⁸⁹ Notemos que a visão de liberdade dos escravizados não estava tão distante da de alguns abolicionistas, que inclusive eram os mais populares entre eles. O Projeto de lei do Sexagenário, como já vimos, propunha além da liberdade dos escravos acima de 60 anos, a distribuição de terras, inclusive privadas, para trabalhadores e também a criação de colônias de libertos nas quais os colonos poderiam adquirir progressivamente o título de propriedade da terra. Quando da queda do Gabinete Dantas, José do Patrocínio afirmou que o apoio dos abolicionistas, ao Gabinete Saraiva, só seria possível com a inclusão de um artigo referente à instalação do liberto enquanto "pequeno lavrador e pequeno proprietário, através da criação de um fundo para os libertos: "nesse caso estaremos com o governo, porque o liberto não será mais uma labareda para alimentar as forjas (...) um perigo contra o qual se levanta a máquina destrutora da colônia militar, mas um trabalhador contendo um pequeno lavrador e pequeno proprietário. Libertar para destruir é arruinar duas vezes a nação (...) O país que não regateia proteger o europeu que nada vem fazer na lavoura, não pode negar-se a proteger o ex-escravo, que tudo tem feito. Eis os termos do nosso pacto com o governo. Sabemos que ele não o aceitará (...) Não há pois aliança possível." Portanto, a Abolição era enxergada por alguns abolicionistas mais progressistas e pelos próprios escravos como algo além da liberdade. – **HDBN**: Conferência pública do jornalista José do Patrocínio, Teatro Polytheana, 17 de maio de 1885, Rio de Janeiro, Typographia Central, s.d., p.10-38.

¹⁰⁹⁰ Apesar de apontarmos os liberais, Cláudia Regina dos Santos mostra que assim como haviam liberais contrários aos projetos Dantistas, a razão da aliança que une os abolicionistas aos fundadores da Sociedade Central de Imigração, como o Visconde de Taunay, conhecido imigrantista e membro do partido conservador era o projeto de Reforma Agrária que visaria atrair mão de obra estrangeira e alimentar o setor produtivo nacional. João Clapp, o republicano comerciante, um dos grandes chefes da Confederação Abolicionista também era favorável ao projeto Dantista de conceder terras aos libertos, portanto, o projeto de democratização do solo não era algo exclusivamente liberal. SANTOS, Cláudia Regina Andrade dos. *ABOLICIONISMO E VISÕES DE LIBERDADE*. **Op. Cit.** p. 327. Aníbal Falcão chegou a dizer acerca das campanhas de 1884 que, "Com efeito, eles [o povo] é que realizaram essa difícil operação de congregar em torno da candidatura do ilustre orador, todos os abolicionistas, liberais, conservadores e republicanos, unindo-os na mesma aspiração e disciplinando-lhes os esforços. A Comissão Central Emancipadora, presidida por um conservador e, em sua maioria composta de republicanos, foi, a par do diretório liberal do Recife, recentemente organizado, o mais poderoso núcleo de adesões à candidatura de Nabuco. FALCÃO apud NABUCO, Joaquim. *Campanha Abolicionista no Recife*. **Op. Cit.** p.XI.

presentes no 2º Congresso Agrícola de 1884.¹⁰⁹¹ Recusando-se estes a aceitarem somente a proposta de abolição imediata e sem indenização, única medida que foi considerada radical, sofrendo até pecha de “comunista”.¹⁰⁹²

O projeto de Martins Júnior apresentava um conjunto de medidas contra a vagabundagem e discorria sobre a implantação de colônias militares para obrigar os libertos a trabalharem e não saírem da linha nos anos seguintes.¹⁰⁹³ Enquanto isso, podemos dizer que o grupo de abolicionistas liberais-democratas estava um pouco mais próximo das “visões de liberdade” da população livre pobre e escravizada.

Segundo Hebe Mattos, o liberto que trabalhava no campo associava sua liberdade com a possibilidade de se tornar roceiro, de possuir seu próprio pedaço de terra e não precisar trabalhar mais para os latifundiários sob a vigilância de feitores que geralmente não distinguiam homens livres pobres, escravizados e libertos.¹⁰⁹⁴ Já para o escravizado que trabalhava nas cidades, Sidney Chalhoub apontou que as visões de liberdade se construíam a partir da experiência do “viver sobre si.” Ou seja, quanto mais independente fosse o escravizado em relação as imposições senhoriais, podendo morar sozinho, amearhar recursos, usar as roupas que desejasse, adquirir seus próprios meios de subsistência, contratar seus serviços com quem quisesse, mais próximos de suas “visões da liberdade” eles se sentiriam. Ao romper de vez com os laços senhoriais, geralmente com a compra da própria alforria, estes homens e mulheres,

¹⁰⁹¹ Para fazer à oposição dos agricultores no Congresso de 1884, Martins Júnior apresentou um projeto Substitutivo buscando: Artigo 1º Que o parlamento trate quanto antes de resolver o problema nacional do trabalho, votando a lei, que deve abolir imediatamente a escravidão no Brasil; Artigo 2º Que essa lei consagre a par do princípio da não indenização dos senhores a salutar disposição da adstrição do escravo ao solo, instituindo-se assim ainda que por um curto prazo a servidão da gleba, a qual contituiu na evolução geral o modo de transição natural; Artigo 3º Que, ao lado da disposição, que estabeleça definitivamente a locação de serviços; Artigo 4º Que imediatamente depois se trabalhe nas leis e regulamentos secundários sobre a repressão da vagabundagem, sobre a obrigatoriedade geral do trabalho, sobre o estabelecimento de colônias militares e sobre a imigração; Artigo 5º Finalmente, que os representantes da nação discutam em seguida a conveniência ou inconveniência, possibilidade ou impossibilidade de (não a título de indenização, mas de simples protecção a indústria agrícola) poder ou não o governo repartir pelos proprietários rurais um quantum em dinheiro ou títulos, que os autorize a organizar o trabalho em suas fábricas. Recife, 17 de julho de 1884. Assignado: José Izidoro Martins Júnior, José Maria de Albuquerque Mello, Phaelante da Câmara. **HDBN**: Diário de Pernambuco. 30 de julho de 1884. Nº174. p.4.

¹⁰⁹² **HDBN**: Diário de Pernambuco. 30 de julho de 1884. Nº174. p.4.

¹⁰⁹³ Izidoro Martins Júnior chegou a estabelecer planos para organizar colônias agrícolas organizadas pelo exército, para que os ex escravos pudessem aprender as virtudes do trabalho livre, daí que José Mariano aproveitava para incutir na mente das pessoas o problema da reescravização ao criticar o grupo positivista. OZANAM, Israel. Capoeira e Capoeiras entre a Guarda Negra e a educação física no Recife. **Op. Cit.** p.85. Segundo Ira Berlin, durante a Guerra de Secessão dos EUA (1861-1865), foram criados, pelas forças da União, vários acampamentos de libertos, porém com o andamento da Guerra vários destes acampamentos foram sendo abandonados pelos libertos, que buscavam outros meios de vida e haviam entendido que estavam trabalhando obrigados de toda forma, só que para outros senhores. BERLIN, Ira. Gerações de Cativo. **Op. Cit.** pp.301-310.

¹⁰⁹⁴ CASTRO, Hebe Maria Mattos de, **O Estranho e o Estrangeiro**, in SILVA, Jaime, da (org.), Cativo e Liberdade, Rio de Janeiro, UERJ, 1988.

agora libertos, trabalhariam oferecendo seus serviços, ou para si próprios, procurando definir as suas condições sempre que possível.¹⁰⁹⁵

A partir da idealização de uma democratização territorial, os liberais-democratas, reformistas, buscavam apoio no Parlamento para que fosse aprovado um imposto territorial, a distribuição de terrenos ociosos, medida que, segundo eles, sustentaria e atrairia uma corrente de imigração europeia para o Brasil e, principalmente, permitiria aos próprios brasileiros o acesso à terra. Estes “novos liberais” queriam criar uma camada camponesa que incluísse os libertos no processo de reestruturação econômica do país no pós-abolição.¹⁰⁹⁶

Em quatro dos seus 23 discursos, para pessoas de várias classes, Nabuco propagou a ideia da “lei agrária que, por meio do imposto territorial ou da desapropriação, faça voltar para o domínio público toda a imensa extensão de terras que o monopólio escravista não cultivava nem deixa cultivar,” afirmando que não separaria mais a causa da “emancipação dos escravos e da democratização do solo.”¹⁰⁹⁷ Os liberais reformistas estavam longe de defender o comunismo, como acusavam os seus inimigos políticos, muito menos a anarquia. O próprio Nabuco se defendeu destas acusações, afirmando que não eram comunistas, mas proclamavam o princípio

¹⁰⁹⁵ CHALHOUB, Sidney, *Visões da liberdade*. **Op. Cit.** pp.28-29. Não somente os escravizados enxergavam que ser livre seria trabalhar para si mesmo, como os trabalhadores livres também. Alguns livres, que se consideravam “escravizados livres” assumiam que ser livre era trabalhar para si mesmos. Marcelo Badaró aponta para isso, ao tratar de um grupo de homens livres padeiros que lutavam juntos com escravizados até 1888 e que após a abolição procuraram reafirmar sua condição de livres ao criarem uma Sociedade Cooperativa dos Empregados em Padarias no Brasil. O lema deles era “Trabalhar para nós mesmos”. O grupo chegou a reunir 400 sócios, segundo Badaró, e tinha a intenção de adquirir padarias para os filiados poderem tocar sua vida sem a necessidade de trabalhar para ninguém. MATTOS, Marcelo Badaró, **Experiências comuns: escravizados e livres no processo de formação da classe trabalhadora no Brasil**. Disponível em: <http://snh2007.anpuh.org/resources/content/anais/Marcelo%20Badar%F3%20Mattos.pdf> Acessado em 25 de março de 2020 às 18:40.

¹⁰⁹⁶ “A propaganda abolicionista (...) compreende duas grandes reformas sociais: 1) Abolição imediata, instantânea e sem indenização alguma, em dinheiro ou em prestação de serviços por prazo determinado. 2) A destruição do monopólio territorial, a terminação dos latifúndios; a eliminação da landocracia ou da aristocracia rural dos exploradores da raça africana. O primeiro combate reúne no Partido abolicionista todos os verdadeiros filantropos; (...) todos os que compreendem que a cor negra não é um estigma (...) O segundo escopo é o de todos os Democratas e de todos os Financeiros, dignos desses nomes (...) Ora, tudo depende, em nossa pátria, da organização da Democracia rural; impossível por certo, enquanto a terra estiver monopolizada em latifúndios de léguas quadradas (...) O trabalho democrático atual deve ser, pois, duplo: cumpre libertar a terra e restituir a Liberdade à raça africana. Em nosso estandarte deve ler-se – Abolição e Democracia rural.” REBOUÇAS, André, **Abolição imediata e sem indenização**, Rio de Janeiro, Typ. Central E. R. da Costa, 1883. 25-26. SANTOS, Cláudia Regina Andrade dos. **ABOLICIONISMO E VISÕES DE LIBERDADE**. **Op. Cit.** p.327.

¹⁰⁹⁷ Segundo Robert Conrad, José Bonifácio de Andrada e Silva e Tavares Bastos já haviam afirmado a necessidade de se fomentar no Brasil uma reforma agrária que pudesse fazer da população livre pobre e dos futuros libertos pequenos camponeses proprietários de terra, na intenção de dirimir os problemas econômicos e sociais derivados da grande propriedade. Não é a toa que Joaquim Nabuco trata das visões destes homens na sua obra de 1883. Todavia, apesar de já ter sido teorizado por aqueles homens, Nabuco e Mariano, em 1884, propagaram estas ideias para milhares de pessoas, que os assistiram em praça pública e em teatros. Boa parte da população urbana ouviu entre o dia 01 de novembro e 30 de novembro estes tribunos proporem a reforma agrária. Conferências dos dias 1,5,16 e 30 de novembro de 1884. CONRAD, Robert. Os últimos anos da escravidão no Brasil: 1850-1888. **Op. Cit.** p.195. NABUCO, Joaquim. **O Abolicionismo**. **Op. Cit.**

da inviolabilidade da propriedade humana, incluindo aí o direito natural a liberdade, um dos princípios do jusnaturalismo liberal. Defendendo-se também da acusação de niilista, afirmou que a escravidão era o pior niilismo que existia, pois, atingia a própria personalidade da nação.¹⁰⁹⁸

Segundo os liberais-democratas, a Abolição não poderia vir sem o seu complemento: a divisão das terras públicas devolutas e a valorização do trabalho.¹⁰⁹⁹ Em um dos discursos de rua, nas campanhas de 1884, em frente do Palácio do Governo, Nabuco falou para vários artistas e profissionais acerca do trabalho manual, procurando elogiar esta categoria e exaltar os ofícios mecânicos. Criticou a ociosidade e o parasitismo da aristocracia, que aviltava o trabalho se agarrando na escravidão e no latifúndio. Defendeu também a educação técnica para o povo, criticando o foco dado ao ensino do bacharelismo, que concentrava os melhores cargos para a mesma elite “ociosa e parasitária.”¹¹⁰⁰ Com esse discurso buscou atrair o apoio dos grupos de artistas mecânicos e liberais, como eram chamados os trabalhadores livres, em sua maioria homens pardos e negros.

Os abolicionistas da “democracia rural” rejeitavam os projetos de formação de colônias militares, propalados pelos republicanos-positivistas, tendo Patrocínio acusado esta medida, chamando-a de “máquina destruidora da colônia militar”, que enxergava “o liberto como uma labareda para alimentar as forjas”.¹¹⁰¹ Segundo afirmou Claudia Regina dos Santos, estes

¹⁰⁹⁸ NABUCO, Joaquim. Campanha Abolicionista no Recife. **Op. Cit.** p. XXVII. Segundo Cláudia dos Santos, as ideias e projetos dos liberais vinculados a Nabuco e Rebouças estavam muito mais de acordo com o capitalismo disseminado, em torno da propriedade privada, do que do capitalismo concentrado, sendo, portanto, um projeto liberal. As acusações de comunismo e anarquismo estavam fora da realidade das ideias promovidas por estes homens. Estas acusações, segundo Maria Helena Machado, diziam muito mais a respeito pela forma como os abolicionistas levaram estes debates para os meios público. Por terem espalhado estas ideias, nos meetings, nos jornais, nos saraus, nos debates públicos, teriam atraído a atenção não só dos representantes políticos da nação e dos “homens de bem”, mas das camadas populares, “jogando baixo”, tirando o processo da alçada parlamentar e lançando às ruas. SANTOS, Cláudia Regina Andrade dos. **ABOLICIONISMO E VISÕES DE LIBERDADE. Op. Cit.** pp.340-351. MACHADO, Maria Helena. O Plano e o Pânico. **Op. Cit.** p. 164.

¹⁰⁹⁹ Essas propostas não eram originais, Nabuco estava em dia com toda discussão liberal europeia sobre a questão do trabalho, da extensão do voto, das reformas agrárias na Irlanda, da Escócia, da própria Inglaterra e da Rússia de Alexandre II. Gladstone elaborou, no ano de 1886 e apresentou o projeto de autonomia da Irlanda e da reforma agrária do país, que veio a sofrer muita resistência nas duas Câmaras e não saiu do papel. Na Rússia de Alexandre II, a emancipação dos servos veio acompanhada de uma reforma agrária que mais prejudicou do que ajudou os servos a se restabelecerem. Segundo Tom Kemp, durante o processo de emancipação, o campesinato foi expropriado de uma parte de suas terras, as quais, chamadas de *otrezki*, passaram aos senhores, deixando os camponeses com terra insuficiente (cerca de três quartos deles dispunham de menos de 25 acres) e sem a possibilidade de usar a maior parte das florestas e das terras comuns. O objetivo da medida era justamente obrigá-los a trabalhar nas terras dos senhores para garantir sua subsistência. **HDBN: Jornal do Recife.** 2 de fevereiro de 1882. Nº27. p.1. **HDBN: Diário de Pernambuco.** 12 de outubro de 1882. Nº207. p.3. **HDBN: Jornal do Recife.** 17 de março de 1886. Nº60. p.2. **HDBN: Diário de Pernambuco.** 26 de agosto de 1883. Nº196. p.3. KEMP, Tom. **A Revolução industrial na Europa do século XIX.** Tradução de José Marcos Lima, Lisboa: Edições 70, 1987. p.153.

¹¹⁰⁰ NABUCO, Joaquim. Campanha Abolicionista no Recife. **Op. Cit.** pp. XLIX-XLV.

¹¹⁰¹ PATROCÍNIO, José do. **Conferência pública do jornalista José do Patrocínio**, Teatro Polytheana, 17 de maio de 1885, Rio de Janeiro, Typographia Central, s.d. pp.10-38.

homens faziam parte de um movimento que não se contentava em exigir somente a emancipação jurídica do escravo, sabendo que estes também não desejavam só a liberdade.¹¹⁰² Neste sentindo, os projetos de homens como Nabuco, Patrocínio e Rebouças, devem ser associados às reformas liberais e não ao comunismo ou o anarquismo como acusavam os latifundiários.¹¹⁰³ E, naquele momento, suas visões acerca da organização do trabalho, da distribuição de terras e da reestruturação do Brasil após a Abolição se aproximava um pouco mais das necessidades e das visões de liberdade dos libertos do que o futuro proposto pelos republicanos-positivistas.¹¹⁰⁴

Outra questão que dividia opiniões era como os abolicionistas enxergavam a população negra. Para Flávia Braga, a ideia evolucionista dos positivistas era diferente, pois, estava mais ligada a uma questão cultural do que biológica, apontando Tobias Barreto e Silvio Romero como os verdadeiros evolucionistas¹¹⁰⁵. Já Israel Ozanan afirmou que o preconceito dos republicanos positivistas - muitos deles saídos das academias de Direito - com a população

¹¹⁰² **Idem.** p.327.

¹¹⁰³ Podemos citar, para afirmar o caráter ainda mais liberal destas propostas, o envolvimento de Nabuco como consultor da Central Sugar Factories of Brazil. Representantes da empresa contrataram uma consultoria com Nabuco, em fevereiro de 1884, acerca de como conseguir melhores negócios no Brasil. Este, por sua vez, ao mesmo tempo em que aconselhou a empresa sobre hipotecas, impostos, empréstimos, etc. falou do quão importante seria para a Central Sugar adquirir terras em torno dos engenhos centrais, para dividi-las em pequenos lotes a serem repassados aos rendeiros, fornecendo a eles dinheiro e implementos agrícolas. Arrematava Nabuco, “a prosperidade da Companhia depende do desenvolvimento dos interesses do pequeno lavrador de cana. Segundo os atuais contratos a Companhia não pode tratar com eles mas somente com os senhores de engenho.” Considerava esta cláusula nociva aos interesses da empresa, pois tiraria dela o poder de negociar com os melhores preços. Ao mesmo tempo que falava sobre questões mais burocráticas, Nabuco buscava convencer os empresários a comprarem terras ao redor dos engenhos centrais, dos engenhos banguês, para parcela-las e arrendá-las, sendo isso, segundo ele, de grande vantagem para o país, para as companhias e para os investidores. O abolicionista estava tentando convencer os representantes da empresa a fundarem uma companhia fundiária, aconselhando as empresas a se utilizarem do seu potencial financeiro para de certa forma realizarem o repartimento, ainda que privado, das terras que estavam concentradas nas mãos dos latifundiários. NABUCO. Joaquim. Joaquim Nabuco Diários. **Op. Cit.** pp.231-232. Afirmava Nabuco que esta Companhia Fundiária não seria boa somente para a empresa, mas para o país em geral, devendo tratar de alguns detalhes para que os senhores de engenho, os maiores opositores dos engenhos centrais, não ficassem tão insatisfeitos e prejudicassem de alguma forma os negócios. NABUCO. Joaquim, Joaquim Nabuco Diários. **Op. Cit.** p.234. Cinco Companhias Britânicas receberam permissão para construir 32 engenhos centrais, que fracassaram por falta de capital e pelo interesse de conquistar lucros a curto prazo. Segundo Alexandro Trindade, a Central sugar Factores of Brazil Limited fundou em 1881 o primeiro engenho central de Pernambuco, mas entrou em liquidação em 1886, devido a problemas com o maquinário obsoleto e com o interesse dos diretores de lucrarem a curto prazo. E foi somente com a República que os engenhos centrais tiveram um determinado sucesso em Pernambuco. Segundo Eisenberg, tanto o subsídio, baseado em empréstimos diretos, como a condição das pessoas que o receberam, “agricultores brasileiros interessados em fabricar açúcar e não em especular, foram as condições para que o negócio vingasse. TRINDADE, Alexandro Dantas. André Rebouças: da Engenharia Civil. **Op. Cit.** p.277. Eisenberg, 119-122.

¹¹⁰⁴ O Próprio Aníbal Falcão se posicionou contra a proposta de Democracia Rural, sendo muito mais favorável a ideia de integração do liberto no mercado de trabalho urbano e industrial. Falcão também era contrário aos projetos de imigração europeia, pois acreditava que no Brasil já havia mão de obra suficiente para acessar os postos de trabalho urbanos e rurais. NABUCO, Joaquim. Campanha Abolicionista no Recife. **Op. Cit.** pp. XIII-XVI. ALONSO, Angela. **Apropriação de ideias no Segundo Reinado.** In: Keila Grinberg; Ricardo Salles. (Org.). Coleção O Brasil Império Vol III(1870-1889). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p.104-110.

¹¹⁰⁵ BRAGA, Flávia Bruna Ribeiro da Silva. “DITADURA”, ABOLIÇÃO E REPÚBLICA. **Op. Cit.** p.54.

negra, infundido até mesmo nas mentes de abolicionistas radicais como Aníbal Falcão - que escreveu sobre o caráter fetichista da inteligência do negro - afastava estes do povo e o povo destes.¹¹⁰⁶ Podemos ratificar esta versão também a partir da perspectiva de Fernando de Castro, que se utilizou tanto das ideias positivistas quanto do darwinismo social para justificar o seu posicionamento. Algo que não acontecia com o grupo liberal democrata apoiado por José Mariano, mais associado aos “homens de cor” e ao comércio em Pernambuco, de quem recebia apoio popular.¹¹⁰⁷

Israel Ozanam e Felipe Azevedo afirmam que a racialização do debate político no pós-abolição pelos republicanos foi assumida como uma forma de marginalizar e excluir especificamente a população negra e pobre. A adesão de alguns antigos conservadores e liberais escravocratas da província ao Partido Republicano, principalmente no Centro-Sul, as alianças formadas, por exemplo, entre Martins Júnior¹¹⁰⁸ e Ambrósio Machado, que podiam ser vistos por todos andando juntos, de certa forma, deu aos “novos liberais” mais chances de negociar e receber o apoio do povo, homens negros livres e libertos e brancos pobres, que em Recife ficaram conhecidos como “a guarda negra de José Mariano”.¹¹⁰⁹ Assunto que ainda será abordado por nós no último capítulo desta tese.¹¹¹⁰

¹¹⁰⁶ Flávia Braga fala que, os positivistas buscavam propagar ideias de assimilação cultural e não de integração. Para Aníbal Falcão, por exemplo, os negros progrediriam, na medida em que assimilassem a cultura do homem branco, europeu, superando os estágios fetichistas da sua evolução cultural. BRAGA, Flávia Bruna Ribeiro da Silva. **Idem**. p.52-53. FALCÃO, Aníbal. **Fórmula da civilização brasileira**. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1933. p.96.

¹¹⁰⁷ OZANAM, Israel. Capoeira e Capoeiras. **Op. Cit.** p.85.

¹¹⁰⁸ Segundo Felipe Azevedo, Martins Júnior, em 1887, passou a defender que a principal Reforma deveria ser a política (proclamação da República) e não a Social (a Abolição). SOUZA, Felipe Azevedo e. A participação política das classes populares em três movimentos. **Op. Cit.** p.134.

¹¹⁰⁹ Os projetos dos liberais dissidentes eram mais democráticos do que os dos republicanos positivistas, que desejavam uma República Ditatorial e centralizada nas mãos das elites intelectuais e econômicas. Para os republicanos somente uma camada seleta da população, formada por homens doutos poderiam administrar o Estado. Os “elementos degenerados” e a expansão democrática poderiam causar mais danos do que trazer benefícios ao Brasil. SOUZA, Felipe Azevedo e. A participação política das classes. **Op. Cit.** pp.78-88. OZANAM, Israel. Capoeira e Capoeiras. **Op. Cit.** p.18.

¹¹¹⁰ Segundo Flávia Braga, logo após a Abolição (1888) e a proclamação da República (1889), José Mariano e seu grupo sofreram uma certa marginalização da política devido as rixas com o grupo republicano positivista em Pernambuco, chegando a acusar estes de “republicanos escravocratas”, por terem aceitado a filiação de alguns potentados rurais nas fileiras republicanas. Braga e Ozanam apontam para a hipótese de que Mariano, ao perceber que poderia se tornar secundário na política pernambucana, sendo preterido pelas figuras de Aníbal Falcão e Martins Júnior, decidiu retomar a propaganda abolicionista e a imagem de político do povo para poder competir com os republicanos “martinistas”. Enquanto os positivistas acusavam José Mariano de saudosista monárquico e abolicionista de evento, divulgando a imagem de que ele só havia aderido ao projeto como uma pauta de propaganda política o grupo dos “marianistas” acusavam os republicanos de terem se aliados aos escravistas para poderem conquistar votos e apoio político dos ex-proprietários de escravos, acusando-os de quererem “reescravizar” o povo pobre. Enquanto uns eram vistos como heróis da abolição, outros se envolviam com os ex senhores de escravos famosíssimos no cenário político local, perdendo o apoio das camadas destituídas. OZANAM, Israel. Capoeira e Capoeiras entre a Guarda Negra e a educação física no Recife. **Op. Cit.** pp. 77-78. BRAGA, Flávia Bruna Ribeiro da Silva. “DITADURA”, ABOLIÇÃO E REPÚBLICA. **Op. Cit.** pp. 158-159.

Partindo do pressuposto de que, tanto os escravizados quanto a população livre pobre estavam, senão muito, bem informados sobre os projetos políticos acerca do seu futuro, conseguimos entender, em parte, o porquê, tanto José Mariano quanto Nabuco, ligados aos projetos Dantistas e as ideias de democratização do solo, eram considerados os tribunos mais populares do Recife nos últimos anos da escravidão. Principalmente a partir das campanhas de 1884 com seus meetings públicos¹¹¹¹, que atingiram muita gente livre pobre, liberta e escravizada, conseguimos entender o motivo de todo apoio dado a estes líderes pela população destituída de direitos políticos.¹¹¹²

Acerca da visão dos cupins, não encontramos associação de João Ramos com os projetos das colônias militares nem com um posicionamento favorável ao processo de democracia rural - provavelmente por ser ele um homem ligado aos meios urbanos e comerciais - todavia, podemos dizer que os interesses do chefe dos cupins era de que os libertos se tornassem assalariados urbanos ou rurais, como podemos perceber a partir das correspondências entre o abolicionista e os empregadores dos fugitivos, sendo ele mesmo um dos grandes agenciadores de empregos para estes fugitivos.¹¹¹³

Em 29 de agosto de 1885, um amigo de João Ramos enviou-lhe uma carta falando sobre o problema que teve com 4 ingleses. Após receber quatro cartas de Ramos e um telegrama acerca da chegada deles a Fortaleza, o comerciante foi buscá-los no porto no dia acordado. Depois de haver pago as despesas do desembarque, mandou as três criadas para a sua casa, para dar determinações sobre onde e quando elas iriam trabalhar. As três senhoritas e um “cidadão preto que as vinha comandando” disseram que não iriam seguir para casa alguma, mas que “iriam alugar juntos uma casa e viverem de agências”. Logo em seguida saíram de lá, “inculcadas por mais um conhecido que encontraram na praia por ocasião do desembarque.” O empregador tentou fazer com que as criadas percebessem que havia sido ele quem os tinha encomendando a João Ramos, pagando as despesas de suas passagens e de todo resto, ao que o

¹¹¹⁰ Num debate pela imprensa, antes da proclamação da República, Ambrósio Machado e José Mariano, replicavam acusações, o primeiro era chamado de republicano escravista e o segundo de abolicionista eleitoreiro. OZANAM, Israel. Capoeira e Capoeiras. **Op. Cit.** pp.77-78. Na visão de Braga, a questão não pode ser resumida a quem se manteve “puro” e “íntegro” após a Abolição, mas de focar nas estratégias políticas utilizadas para manter-se ou conquistar poder. Para isso, ambos os grupos se transformaram. BRAGA, Flávia Bruna Ribeiro da Silva. “DITADURA”, ABOLIÇÃO E REPÚBLICA. **Op. Cit.** p.159.

¹¹¹¹ NABUCO, Joaquim. Campanha abolicionista do Recife. **Op. Cit.**

¹¹¹² CONRAD, Robert. Os últimos anos da escravatura. **Op. Cit.** pp.198-199. SANTOS, Cláudia Regina Andrade dos. ABOLICIONISMO E VISÕES DE LIBERDADE. **Op. Cit.**

¹¹¹³ O posicionamento de Aníbal Falcão é muito mais próximo da ideia que João Ramos deveria ter do que seria o complemento da liberdade. Segundo Alonso, para o republicano positivista, a liberdade, na sociedade moderna industrial e urbana, era representada muito mais pelo direito ao salário e pelas conquistas sociais para o ex-escravo do que por terra no campo. ALONSO, Angela. Flores, votos e balas. **Op. Cit.** p.272. NABUCO, Joaquim. Campanha Abolicionista no Recife. **Op. Cit.** p. XIII.

“comandante preto respondeu que nada me devia, pois que a passagem d’elle e das 3 raparigas foram pagas a custa d’elles que desembolçou a vossa mercê ahi e falando sempre com arrogância sumiram-se.” [sic]. O negociante ficou sabendo que eles haviam alugado uma casa na rua Santa Tereza em fora de portas. Para o empregador, a atitude seria uma expressão de ingratidão com o “benefício” que estava querendo lhes dar. O que para ele já não era mais estranho, segundo expôs a Ramos, pois, “vários ingleses estavam fazendo o mesmo.”¹¹¹⁴ Os fugitivos, num processo de transição entre a escravidão e o trabalho livre, que poderia se mostrar movediço, reafirmavam seus valores de independência e autodefesa.

Em outra carta, após falar sobre negócios de vinhos e calçados que mantinha com João Ramos, o comerciante atualizou o abolicionista acerca da situação das “três criadas e do tal companheiro.” Ramos havia confirmado ao negociante que o dinheiro enviado só pagou a passagem de uma das três mulheres e o preto estava “quase certo”, ao afirmar que ninguém devia nada a ninguém ali, dizendo que nenhuma delas ficaria na casa do comerciante. “Sophia, a inglesa, era uma das mais resistentes em não querer sujeitar-se a casa de família. Talvez pensasse ella assim por ocasião do moleque ahi”. [sic] Além de terem comprado suas passagens, uma das criadas era mãe e havia deixado seu filho em Pernambuco. Sabemos que a fuga não poderia ser tão boa a ponto de fazer as pessoas esquecerem de tudo que haviam deixado para trás, os empregadores também reconheciam a relevância que os fugitivos davam aos seus filhos, irmãos, mães, tanto que o comerciante desistiu de tentar alguma coisa com as três mulheres, reconhecendo que havia perdido seu “investimento nas passagens e comedorias”.¹¹¹⁵

Segundo Eugene Genovese, viver o tempo do trabalho de acordo com o que os homens brancos, livres, senhores ou empregadores queriam, para alguns libertos, era como continuar na escravidão.¹¹¹⁶ Podemos afirmar que a visão dos abolicionistas sobre os libertos era conservadora, já que o trabalho, na visão deles, era o complemento para a liberdade. Apesar de serem auxiliados por aqueles homens, muitos fugitivos desejavam administrar o seu tempo, seu trabalho e suas vidas de acordo com os seus interesses pessoais, portanto, ao serem considerados “insolentes”, “vadios”, “arrogantes”, pelos empregadores, podemos entender que só estavam

¹¹¹⁴ **IAHGP**. Caixa 21. Maço 2. Doc. 827. Correspondência do João Ramos. Um comerciante a João Ramos. Fortaleza, 29 de agosto de 1885.

¹¹¹⁵ **Idem**.

¹¹¹⁶ Ainda segundo Genovese, durante o período da Reconstrução nos EUA (o período após a guerra civil que culminou com o fim da escravidão no país) os negros tentavam conquistar sua própria terra e quando conseguiam trabalhavam diligentemente nela, resistindo para não voltarem a trabalhar coletivamente para os brancos. GENOVESE, Eugene D. A terra prometida. **Op. Cit.** pp. 472, 444-445.

procurando realizar sua própria vontade, querendo trabalhar de acordo com os seus interesses ou, como disse o preto que acompanhava as três criadas, “viver de suas agências”.¹¹¹⁷

Generalizavam os empregadores que associavam aquelas pessoas à vagabundagem, visto que, como estamos acompanhando, a única coisa que eles queriam era reafirmar sua liberdade, ao tentarem viver sobre si, não desejando que ninguém os arranjassem, pois, eles mesmos arranjariam algo para fazer. Enquanto os escravocratas acusavam os abolicionistas de estarem enviando os escravos para o Ceará não para se libertarem, mas para entrarem numa nova escravidão¹¹¹⁸ e os empregadores-abolicionistas começavam a reclamar da atitude dos “novos libertos”, estes iam se arranjando como podiam e como queriam. Somente fugir para um “território livre” não era garantia de liberdade. Já haviam fugido da escravidão uma vez e, provavelmente, se entrassem em situações desagradáveis tinham experiência suficiente para tentar escapar novamente.

Este conflito de interesses entre abolicionistas e escravizados também surtia efeitos entre os próprios abolicionistas, revelando discordâncias que nos dão mais detalhes sobre a complexidade do movimento. Segundo o auxiliar interno Juvenal Machado escreveu a João Ramos, em 08 de março de 1885, não estavam ocorrendo diligências e os fugitivos não estavam sendo enviados para o Ceará, pois o presidente substituto do Cupim, o sr. Numa Pompílio, estava mandando para o mato “todos quanto tem tidos (recebidos)” [sic]. Machado não concordava com esta prática e afirmou que um fugitivo chamado Davi só viajou porque ele lhe arranjou a passagem. O auxiliar era a favor do envio de fugitivos, não das trocas de um senhor por outro. Porém, Juvenal Francisco Machado não estava escrevendo uma carta somente para informar o seu superior do prosseguimento das ações dos cupins em Pernambuco, antes, estava se defendendo de uma acusação. Alguns membros do Clube o acusavam de ter roubado um baú que uma fugitiva deixou para ser encaminhado ao Ceará.¹¹¹⁹

O tenente de João Ramos, que era um dos principais homens responsáveis por recolher os recursos dos fugitivos¹¹²⁰, defendeu-se apontando o fato de já ser conhecido de longa data,

¹¹¹⁷ **IAHGP**. Caixa 21. Maço 2. Doc. 827. Correspondência do João Ramos. Um comerciante a João Ramos. Fortaleza, 29 de agosto de 1885.

¹¹¹⁸ *N’O Tempo*, os conservadores atacavam os abolicionistas, acusando o fato deles estarem mandando escravos fugidos para o Ceará na intenção de empregá-los por lá, demonstrando terem ciência da situação. NABUCO, Joaquim. Campanha Abolicionista no Recife. **Op. Cit.** p. XLI.

¹¹¹⁹ **IAHGP**. Caixa 21. Maço 2. Doc. 827. Carta de Juvenal Francisco Machado. O caso do roubo do baú de uma negra. Recife, 8 de março de 1885. 4 folhas.

¹¹²⁰ Como já mostramos, Juvenal Machado entre novembro e dezembro de 1884 só não pegou mais dinheiro do que o sócio Antônio de Farias, que arrecadou 100\$000 mil réis para passagens. Juvenal ficou em segundo lugar recolhendo 75\$500 mil réis. **IAHGP**. Caixa.21, maço 2, doc. 0828. Documentos do Clube do Cupim: Receita e despesa do Club Cupim, de 5 de novembro a 5 de dezembro de 1884. O tesoureiro: Matto Grosso. [sic] **IAHGP**.

afirmando: “não tenho costume de ficar com os objetos alheios.” Acusou um “negro safado”, chamado Lino, de tê-lo entregado a chave do baú, dizendo que poderia ficar com os objetos para ele. Todavia, logo após ter desembarcado, um tal de “José gordo” havia perguntado se “Aquilino (Lino) tinha deixado a chave para ele.” Ao que Juvenal respondeu que não, que a chave havia sido deixada para sua pessoa, sofrendo ameaças, preferiu entregar a chave nas mãos de José na presença de outros homens que viram tudo.¹¹²¹

Guilherme Pinto e Numa Pompílio informaram João Ramos sobre o baú e sobre outros pertences que não haviam chegado ainda no Ceará. Guilherme Pinto, que conversou com Juvenal, ficou sabendo que o baú estava em poder de José “gordo” e que um alfinete de ouro da preta do Barão de Muribeca havia sido entregue a ela antes de viajar, ainda quando estava acoitada na casa dos estudantes. Comunicou também que, pelo mesmo vapor que seguia a carta, viajavam três ingleses: Vicente, Carlota e Estefânia. Sobre um baú de couro branco e outro baú, da escrava Maria, de Bento de Freitas, ambos estavam na casa de D. Leonor Porto e seguiriam viagem com João Doudo, que foi junto com os fugitivos para o Ceará. Para além de enviar os ingleses e prestar um serviço de informações, os cupins tinham a responsabilidade e obrigação de remeter os pertences dos fugitivos, algo que fazia parte do pacote de serviços prestados.¹¹²²

Acerca da preta Conceição, propriedade da viúva do Barão de Amaragi, Guilherme Pinto informou a João Ramos que apesar dos pedidos de sua filha, para que ela embarcasse, a preta resistia e não queria viajar. Esta preta, segundo Pompílio, se recusava a embarcar e dizia que estava muito bem por aqui. Era das que “rejeitava o direito à liberdade.”¹¹²³ Como podemos ver, para alguns cativos, como esta senhora, a fuga não era vista como uma boa alternativa de saída do cativeiro, cabendo aos cupins a tarefa de tentar convencer as pessoas do que poderiam ganhar, enquanto eles também deviam pensar no que poderiam perder, ou deixar pra trás. Outro ponto importantíssimo dessa situação é que a pessoa que buscou agenciar a fuga de Conceição era a sua própria filha, que provavelmente já havia fugido há algum tempo e estava estabelecida no ceraá com condições de recepcionar sua mãe de quem não queria abrir mão.

Guilherme Pinto pediu para que João Ramos informasse a duas pretas no Ceará, que ele, Juvenal Machado e Rufino Pereira haveriam de empregar todos os meios possíveis para restituir suas duas filhas, tentando convencê-las a não voltar para Pernambuco. Pediram ainda que

Caixa 20. Doc 0810. Livro de actas do Club do Cupim. Acta da 9ª sessão do Club Cupim em 27 de novembro de 1884. 1º Ano da libertação do Ceará e Amazonas. Presidência de Matto Grosso. Presidente interino.

¹¹²¹ **IAHGP**. Caixa 21. Maço 2. Doc. 827. Carta de Juvenal Francisco Machado a João Ramos. O caso do roubo do baú de uma negra. Recife, 8 de março de 1885. 4 folhas.

¹¹²² **IAHGP**. Caixa 21. Maço 2. Doc. 827. Correspondência do João Ramos. Carta de Guilherme Pinto a João Ramos. Recife, 09 de março de 1885.

¹¹²³ **Idem**.

informasse ao inglês Sabino sobre a tentativa de conseguir a carta de alforria de sua mãe, tendo em vista que ele também queria voltar para Pernambuco, para perto de sua velha. Adriana Maria da Conceição, juntamente com seu companheiro, Benedito Cipriano do Sacramento perguntaram a João Ramos quando ele cumpriria a sua promessa de enviar a irmã de Adriana (“mana Maria”) e a filha de ambos para o Ceará. Pediam ao abolicionista que não se esquecesse de sua promessa e a cumprisse o quanto antes.¹¹²⁴ Severino, segundo José Correia do Amaral, chegou em abril de 1887 e estava trabalhando para Figueiredo de Aracaty, mas não esqueceu de sua mulher e filho. Em outubro, do mesmo ano, pediu para João Ramos enviar Severina e Zacarias, de 15 anos, o mais rápido possível.¹¹²⁵ De que valia a liberdade longe daqueles que amavam? Alguns estavam dispostos mesmo a voltar para Pernambuco, correndo o risco de serem reescravizados, só para reverem seus filhos, suas mães, suas parceiras(os) etc. Ajustar a fuga dos familiares era fundamental para que os sentimentos de liberdade e segurança dos fugitivos fossem satisfeitos.

Além do mais, a fuga não significava uma liberdade plena e aquelas pessoas também sabiam disso. Antônio dos Santos Neves escreveu a Ramos, em 28 de abril de 1885, para informá-lo do interesse da mulata Antônia, de João de Azevedo, em se tornar livre. A escrava queria saber se o cupim havia conseguido negociar com seu senhor a sua alforria. Queria voltar para Pernambuco e, para tanto, tinha 150\$000 mil réis guardado na Caixa Econômica, dinheiro que queria usar para comprar sua carta de alforria.¹¹²⁶ Numa outra carta de 19 de maio de 1885, Santos Neves autorizou, em nome de Antônia, que João Ramos retirasse o valor e indenizasse seu senhor, que parece ter aceito a proposta.

O senhor, provavelmente, deu-se por vencido e participou da negociação para não ter que ficar sem nenhuma recompensa monetária pela fuga de Antônia. Ou seja, sua fuga foi o início do processo de liberdade, que para ela só estaria completo com a compra da alforria. Antônia pediu a João Ramos que enviasse o quanto antes sua carta de alforria para que pudesse voltar a Pernambuco, sem ter que sofrer problemas com as autoridades ou com o seu ex-proprietário.¹¹²⁷ Antônia, mesmo depois de ter fugido, sabia da importância daquele tipo de documento, sabia que sem ele sua liberdade de jure não estava completamente efetivada. Se

¹¹²⁴ **IAHGP**. Caixa 21. Maço 2. Doc. 827. Correspondência do João Ramos. Carta dos ingleses Adriana Maria da Conceição e Benedito Cipriano do Sacramento a João Ramos. Fortaleza. 10 de outubro de 1885.

¹¹²⁵ **IAHGP**. Caixa 21. Maço 2. Doc. 827. Correspondência do João Ramos. Carta de José Correia do Amaral a João Ramos. 10 de outubro de 1887. Fortaleza.

¹¹²⁶ **IAHGP**. Caixa 21. Maço 2. Doc. 827. Correspondência do João Ramos. Carta de Antônio dos Santos Neves a João Ramos. 28 de abril de 1885.

¹¹²⁷ **IAHGP**. Caixa 21. Maço 2. Doc. 827. Correspondência do João Ramos. Carta de Antônio dos Santos Neves a João Ramos. 19 de maio de 1885.

não podia ir e vir livremente, sem problemas, em sua visão, não era livre e estava correta quanto a isto.

Antônia era uma mulher negra que tinha noção da precariedade de sua liberdade, mesmo estando em “território livre”. Rebecca Scott e Jean Hébrard discutiram a importância que a população negra dava aos documentos escritos e emitidos por instituições oficiais que confirmassem sua condição.¹¹²⁸ Mesmo sendo muitas vezes analfabetos, e aqui podemos afirmar isso em relação a Antônia, que procurou um homem livre e alfabetizado para intervir por ela, os escravizados sabiam da importância de obter documentos que confirmassem sua liberdade jurídica. Estes homens e mulheres tinham consciência de sua situação, viviam em um campo minado, onde a suspeição da sua condição estava associada a sua cor. Provavelmente, muitas pessoas, mesmo que estivessem em um território teoricamente livre, não iriam confiar somente nisto. Antônia, assim como outros fugitivos, sabia que precisaria provar sua condição caso fosse presa, por exemplo. Sabiam que não havia garantia plena de que uma pessoa livre de cor não fosse reescravizada, pois a fronteira entre escravidão e liberdade era bem mais tênue para a população negra e aquelas pessoas estavam mais cientes disso do que qualquer homem branco.¹¹²⁹

Para além das “visões de liberdade” dos abolicionistas, atreladas muitas vezes a ideia do trabalho livre e remunerado, percebemos que, longe de constituir um ideal único e homogêneo, a liberdade para os cativos passava pela esperança de segurança na (re)constituição das relações afetivas (amigáveis e/ou familiares). Observamos que tanto os fugitivos que foram visitar João Ramos quanto os que se recusaram a trabalhar para os empregadores e foram morar juntos, ou os que procuraram informações sobre os seus amigos/familiares, demonstraram a importância da manutenção das redes de amizade e dos laços familiares, afirmando a necessidade de continuarem mantendo os seus canais de solidariedade para se manterem “livres”. Muitas daquelas pessoas sabiam que, desta forma, conquistariam melhores condições para permanecer e enfrentar o mundo dos livres e suas presunções sobre a população negra. As visões de liberdade deles pode ser definida a partir da possibilidade de escolher para quem trabalhar ou de trabalhar para si próprio, mas, também era conquistada na medida que conseguiam realizar seus interesses mais pessoais, como trazer seu familiares para perto de si,

¹¹²⁸ SCOTT, Rebecca J. HÉBRARD, Jean M. Joscelyne, Vera. Provas de liberdade. **Op. Cit.**

¹¹²⁹ Para saber mais sobre o debate acerca da precarização da liberdade da população negra no Brasil do XIX veja: CHALHOUB, Sidney. **A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. GRINBERG, Keila. **Reescravização, direitos e justiça no Brasil do século XIX**, in: Sílvia Hunold Lara e Joseli Maria Nunes Mendonça. Campinas: Editora da Unicamp, 2006, p. 101- 128. MAMIGONIAN, Beatriz G. Africanos livres. **Op. Cit.**

enviar informações e recursos para casa, tentar alforriar seus parentes, pertencer a um determinado grupo, etc.¹¹³⁰

Neste sentido, entendemos que as noções de liberdades eram variadas, plurais e indissociáveis da escravidão, ultrapassando o sentido jurídico pensado pelos abolicionistas, em sua maior parte homens brancos que não tiveram de enfrentar as precariedades econômicas, políticas e sociais ligadas ao estigma da escravidão e da descendência negra. Para muitos homens e mulheres que se afastaram do cativeiro naqueles anos, as “liberdades” poderiam ser associadas ao livre deslocamento, a livre escolha de moradia, a negociação na hora de arranjar um emprego, a possibilidade de inserção econômica, ao lazer, a posse de bens e ao pecúlio, ao acesso judiciário e às autoridades constituídas em benefício próprio, entre outros exemplos.

Conseguimos observar ainda a variedade das atividades dos cupins. As minúcias nos mostram que as questões não se resumiam em remeter os fugitivos aos territórios livres e arranjar-lhes emprego. Outras tarefas como o envio de pertences dos escravizados, o envio de parentes “por encomenda”, de cartas, de recursos, de ambos os lados, estava sob responsabilidade dos cupins e correspondia aos interesses dos fugitivos. Realmente, o processo se baseava numa relação de troca de favores e, mesmo que muitas vezes as relações se estabelecessem de forma vertical, os autoemancipados também administravam seus interesses junto aos cupins, negociando tanto com as lideranças quanto com os auxiliares. A organização da rede dos cupins foi fundamental para corresponder a necessidade por serviços e informações demandados pelos escravizados, que procuravam manter os laços familiares ou cuidar dos seus e tratavam estas questões mais imediatas juntamente com os abolicionistas. Por outro lado, por que ajudar os fugitivos mesmo após terem chegado na terra dos livres? Receberiam alguma compensação pecuniária por isso? Não queriam que os escravizados voltassem para evitar problemas com os seus proprietários? Vimos que as duas coisas fizeram parte dos cálculos dos cupins. Afinal de contas, haviam interesses econômicos, políticos e sociais, que justificavam os riscos que estavam correndo.

Os cupins precisavam dar notícias do que acontecia com os embarcados, negociar com senhores e atender aos interesses dos fugitivos, além de evitar os problemas com as autoridades locais que começaram a contra-atacar a partir de 1885. Estes homens estavam envolvidos em

¹¹³⁰ Segundo Chalhoub não podemos imaginar que os escravos fugiam para as cidades em busca do mercado de trabalho livre, ou que procuravam por um emprego que lhe desse a possibilidade de vender seu trabalho. Para ele, se todos os escravizados pensassem desta forma teria sido um escravo, para inveja dos empresários, que criaram o concurso de operário padrão. Os escravizados agiam de acordo com premissas próprias, elaboradas na experiência do cativeiro, nos embates cotidianos, nas negociações com os senhores e com os agentes fiscalizadores. CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade*. **Op. Cit.** p. 70 e 98.

tramas tão complexas que não podem ser resumidas em nenhuma generalização, pois, assim como cada escravizado tinha sua concepção de liberdade, os homens livres, envolvidos com o movimento abolicionista, também compartilhavam de visões múltiplas e complexas acerca da escravidão e da liberdade.

6 A CAPITULAÇÃO ESCRAVISTA E O RECRUDESCIMENTO ABOLICIONISTA.

A partir do ano de 1885, cada vez mais afastado do Parlamento, o movimento abolicionista recuou oficialmente, mas, espalhou-se, ilegalmente, como faísca, causando alvoroço nas fazendas e nas ruas. Após a depuração de Nabuco, em Pernambuco, houve apedrejamento no prédio do jornal conservador *O Tempo* e os cupins ainda mandaram uma mensagem pelo telefone dizendo: “se o *Club Cupim* quisesse fazer no *Tempo* um mingão, era só metter o pão, na faminta legião, e não descançar a mão, em quanto perfeito houvesse mesas, tinteiros, papés, trovador de quatro pés.” [sic].¹¹³¹ Luís de Andrade, ao comentar a desorganização do movimento abolicionista na Corte, pediu a João Ramos que não deixasse o Cupim morrer, que lutasse pela instituição. Segundo Andrade, apesar da ideia estar ganhando terreno, o momento era de indefinição e, portanto, demandava maiores sacrifícios. Para ele, ou Saraiva caía deploravelmente ou fazia alguma coisa a favor da Abolição, mas somente se fosse do agrado dos escravocratas.¹¹³²

O Gabinete Saraiva subiu em 6 de maio de 1885, com a proposta de reformar o projeto Dantas, missão muito bem cumprida com o apoio dos conservadores e dos liberais que se mantiveram fieis aos ideais escravocratas no Parlamento.¹¹³³ Caso o projeto Dantas fosse aprovado, a libertação viria aos 60 anos. Com Saraiva, aplicada uma medida de indenização por tempo de serviço, estenderam o prazo para entre 63 e 65 anos. Os valores dos escravos foram inflacionados e os senhores poderiam trocá-los por títulos que valeriam até 50% do valor dos seus “bens” e que lhes renderiam 5% ao ano. Poderiam contar ainda com esta mesma mão de obra, pois, os escravos que assim fossem libertados teriam que permanecer trabalhando para seus antigos donos por 5 anos em troca de alimentação e de um salário de 5 réis por dia, correndo o risco de serem presos como vagabundos se saíssem do termo onde haviam sido registrados.

Acerca do Fundo de Emancipação, o projeto Saraiva acrescentou taxas e impostos sobre transações financeiras, menos as de exportação. O projeto Dantas previa que 100% destes impostos fossem utilizados para a libertação dos escravos, o Saraiva autorizou 1/3 para a

¹¹³¹ **HDBN**: Jornal do Recife, 20 de maio de 1885. Nº113. p.2

¹¹³² **IAHGP**. Caixa 21. Maço 2. Doc. 827. Correspondência do João Ramos. Carta de Luís de Andrade a João Ramos, 29 de maio de 1885.

¹¹³³ A lei dos sexagenários foi aprovada na Câmara dos deputados, no dia 13 de agosto de 1885, por 73 votos contra 10. Nabuco escreveu a Allen, “os dois antigos partidos, formados principalmente por donos de escravos e representantes do poder político da escravidão, dão apoio ao Gabinete Saraiva, com receio de legislação mais avançada e votaram a favor do seu projeto para evitar a apresentação de alguma medida realmente franca e honesta. NABUCO, José Thomaz. **O Arresto do Windhuk**, 2º edição. Rio de Janeiro, 2003. p.77.

libertação dos que estivessem próximos dos 60 aos, 1/3 para indenizar os senhores que alforriassem toda sua propriedade escrava e 1/3 para incentivar a imigração. Medidas que visavam beneficiar os grandes proprietários de escravos, principalmente aqueles do Centro-Sul, que conseguiam financiar melhor a transição do trabalho escravo para o livre. O projeto era uma prova da capitulação escravista, segundo Rui Barbosa¹¹³⁴, atendendo, muito mais, aos interesses dos proprietários de terras das novas áreas exportadoras do Oeste paulista, do que o Vale do Paraíba fluminense, a Zona da Mata pernambucana e o Recôncavo baiano.¹¹³⁵

Além de propor a liberdade dos escravos acima de 60 anos, por omissão de matrícula ou pelo Fundo de Emancipação, o projeto Dantas, discutia a distribuição de terras, inclusive privadas, para trabalhadores livres e libertos. Em seu projeto original, Dantas previu a criação de colônias de libertos nas quais os colonos poderiam adquirir progressivamente o título de propriedade da terra. Para Francisco Carlos Teixeira, foi essa proposta a verdadeira causa da enorme reação ao projeto, e não a questão da liberdade de escravos sexagenários sem indenização. A possibilidade de distribuição de terras devolutas, após a libertação dos escravos, gerou toda uma oposição por parte de liberais e conservadores, escravocratas e latifundiários, que não queriam perder seus latifúndios, fossem estas terras utilizadas por eles ou não (devolutas).¹¹³⁶

¹¹³⁴ Criticando o dispositivo da lei que autorizava a prisão dos acoitadores de escravos fugidos, Rui Barbosa dirá: Quem nos definirá, por uma fórmula honesta e segura, o que seja açoitar escravos? A fuga, no escravo, é um crime? Não: é a defesa natural: é o exercício de um direito que nenhuma lei, neste mundo, ousaria negar, e cujo sentimento não conseguiríamos extinguir, ainda quando pudéssemos degradar a natureza humana até a bestialidade absoluta [...] pois ainda na pura animalidade a fuga é a incoercível revolta do instinto. Franqueardes a hospitalidade do vosso lar ao oprimido, que se vos prostrou aos pés com a lividez do terror nas faces, será incorrer em delito? A indigna lei que o declarasse, não vigoraria um momento na menos viril das sociedades humanas. Mas não é só ao negro, ao cativo que esta lei ameaça: é também ao cidadão livre, nas mãos do feudalismo que monopoliza a nossa riqueza agrícola, nas mãos dos partidos, da polícia, dos tiranetes locais. [...] Em comparação dessa arma perseguidora, que era dantes a guarda nacional e o recrutamento? Disse o nobre Presidente do Conselho que o seu projeto constitui uma transação liberal. Nunca! O Projeto 15 de Julho era uma transação abolicionista; o Projeto 12 de Maio é uma capitulação escravista. [...] BARBOSA, Rui. **Abolicionismo**. Rio de Janeiro. Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988. p. LXXXIV.

¹¹³⁵ Diferentemente do projeto Dantas, a liberdade passava a ser concedida aos escravos de sessenta e cinco anos; fixavam-se os preços dos escravos para indenização com valores que iam de 1:000\$000, para os menores de 20 anos, até 200\$000 para os de cinquenta a sessenta anos. Também seria feita uma nova matrícula, sem declaração da naturalidade, atacando implicitamente a lei de 7 de novembro de 1831, que havia abolido o tráfico e que tanto estava contribuindo para a liberdade alcançada em juízo. Por fim, o projeto previa uma multa de 500 a 1.000 réis para as pessoas que acoitassem escravos fugidos. A inflação dos preços dos escravos, pela lei Saraiva-Cotegipe, tinha ao menos duas intenções: frear o movimento emancipacionista, dificultando a compra das alforrias e, caso a abolição viesse com a indenização, pagar, à preço de mercado, os valores que os senhores deveriam receber por sua propriedade escrava. CONRAD, Robert. Os últimos anos da escravatura no Brasil. **Op. Cit.** pp. 270-272. MELLO, Evaldo Cabral de. O norte agrário e o império. **Op. Cit.** pp.37-40. Para uma análise detalhada desta lei ver: MENDONÇA, Joseli M. N. Entre a mão e os anéis. **Op. Cit.**

¹¹³⁶ TEIXEIRA, Francisco Carlos, "Terra e política no Rio de Janeiro. **Op. Cit.** pp. 61-83. De fato, a questão da abolição e da reforma agrária, propalada por alguns liberais dissidentes, causava receios em algumas lideranças escravocratas, como no caso de Luiz Felipe de Souza Leão. Quando chamado por Mariano para tentar conciliar os interesses dos dissidentes liberais com o grupo dos leões (liberais tradicionais em sua maioria escravocratas), o Senador encarou as propostas dos dissidentes liderados por Dantas, que em 1886 apresentou um novo projeto

O Projeto Saraiva, em uma de suas cláusulas, ainda procurou atingir em cheio o movimento crescente de acoitamento e fugas de escravos. Ruy Barbosa comparou esta lei ao *Fugitiv Slave Act* norte-americano. Neste primeiro momento de discussão do projeto, a “lei do escravo fugido” no Brasil previa multas entre 500 a 1.000 réis a quem ajudasse ou abrigasse fugitivos, tendo ainda na lei final, reformulada no Senado, entrado o acoitamento de escravos para o rol de crimes elencados no Art. 260 do Código Criminal, retirando a multa, mas criando a possibilidade de prender o acoitador por até 2 anos.¹¹³⁷

O movimento no Parlamento conseguiu suspirar um pouco antes de se afogar, pois, em junho de 1885, com uma nova oportunidade aberta, devido a morte de Antônio Epaminondas de Mello, Ermírio Coutinho, candidato liberal, concorrendo pelo 5º distrito (Nazareth e Bom Jardim), juntamente com outro candidato, Joaquim Francisco de Mello Cavalcanti, que estavam disputando a vaga, desistiram de concorrer em favor de Nabuco, lançando-o de volta à Câmara e a tribuna. Segundo Marc Jay Hoffnagel, esta atitude não se deu pelo sentimento abolicionista dos liberais, mas, pelo receio de enfraquecimento do Partido, que tinha como líder Luiz Fellipe de Souza Leão, ministro de Saraiva naquele ano.¹¹³⁸ Em pleno calor do momento, o *Clube do Cupim*, juntamente com o *Club dos Mineiros Pernambucanos*, o *Clube Relâmpago* e o *Clube do Cacete*, anunciou um agradecimento ao “brioso eleitorado do 5º distrito”.¹¹³⁹

estabelecendo um prazo máximo de cinco anos para a extinção da escravidão, como “soluções extremadas”. Para o chefe liberal de Pernambuco, o problema servil estava resolvido pela lei dos Sexagenários de Saraiva e Cotegipe, que ele ajudou a aprovar, e o problema da terra “pode[ria] obrigar a um desenvolvimento que roce pelos raios de que me conservo muito distanciado”. HOFFNAGEL, Marc Jay. O PARTIDO LIBERAL DE PERNAMBUCO. **Op. Cit.** p.18. Para os abolicionistas como Nabuco, Rebouças, Patrocínio, os libertos (trabalhadores nacionais) seriam fundamentais na reconstrução de um país sem escravidão. Estes homens pensavam os nacionais dentro dos projetos de futuro da nação. Rebouças, com a democratização do solo, contestava o latifúndio que marcava o Brasil e se alinhava com os membros da elite política e econômica. Na visão política deles, os problemas estruturais do Brasil estavam associados diretamente ao latifúndio que gerava males para além da escravidão, por isso, não adiantaria somente acabar com a escravidão, mas iniciar um trabalho para derrubar todas as instituições construídas por ela. SALLES, Ricardo. **Nostalgia Imperial: A Formação da Identidade Nacional no Brasil do Segundo Reinado**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996. SANTOS, Cláudia. ABOLICIONISMO E DESIGUALDADES SOCIAIS. **Op. Cit.** Cotegipe chegou a associar a discussão do direito natural à liberdade ao direito natural à posse da terra, criticando os abolicionistas que queriam a liberdade justificada pelo Direito Natural, mas não aceitavam a justificativa do Direito a propriedade privada como algo natural. **HDBN**: Diário de Pernambuco. 28 de setembro de 1887. Nº221. p.8. Veremos mais a frente que na situação liberal formada pelo gabinete Ouro Preto (07 de junho de 1888), as discussões sobre a distribuição de terras devolutas, por parte de membros dissidentes do Partido Liberal, após a Abolição, geraram novamente tensões entre o Governo e os grandes latifundiários, patrocinadores diretos do Golpe de 15 de novembro de 1889. SANTOS, Cláudia Regina Andrade dos. **O ativismo político da Confederação Abolicionista antes e depois do 13 de maio de 1888**. In: Instituições nefandas [recurso eletrônico] : o fim da escravidão e da servidão no Brasil, nos Estados Unidos e na Rússia / organizadores Ivana Stolze Lima, Keila Grinberg, Daniel Aarão Reis. – Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2018.

¹¹³⁷ CONRAD, Robert. Os últimos anos. **Op. Cit.** p.272. ALONSO, Angela. Flores, Votos e Balas. **Op. Cit.** p.244. BRASIL. Lei n. 3.270, de 28 de setembro de 1885. Regula a extinção gradual do elemento servil. **Coleção das leis do Império do Brasil**, Rio de Janeiro, v. 1, p. 14, 1886. Artigo 4. Parágrafo 3.

¹¹³⁸ HOFFNAGEL, Marc Jay. O PARTIDO LIBERAL DE PERNAMBUCO. **Op. Cit.** pp.17-18.

¹¹³⁹ **HDBN**: Jornal do Recife. 9 de junho de 1885.

Em seguida, a diretoria do Cupim convidou os “seus consócios e a todos os homens de cor, que quiserem acompanhar ao Dr. Joaquim Nabuco, no dia de sua chegada, a comparecerem no largo do Arsenal de Marinha, às seis e meia da manhã.”¹¹⁴⁰ O deputado escreveu em seu diário no dia 08 de junho de 1885, após confraternizar com os amigos no Hotel dos Estrangeiros no Rio, “o povo vem saudar-me à casa.”¹¹⁴¹ A volta de Nabuco tirou os cupins do esconderijo, ganharam coragem para aparecer novamente às claras, mas isso não aconteceu por muito tempo.

Imagem 27: Dr. Antônio Epaminondas de Mello.



Fonte: IAHGP. Gaveta 6. Doc. 1028

Nabuco se utilizou da tribuna para condenar o Projeto Saraiva e acusar o líder liberal por não ajudar o movimento abolicionista e o Gabinete Dantas “senão com o seu silêncio ou com a sua tolerância.”¹¹⁴² No que foi seguido por Frederico Borges, deputado pelo Ceará, que afirmou, “isto é incontestável. A ideia tinha triunfado, tinha-se imposto aos espíritos”.¹¹⁴³ A estas acusações Saraiva respondeu que, “Ninguém contesta que S. Ex^a e outros tenham

¹¹⁴⁰ **HDBN**: Jornal do Recife sábado 13 de junho de 1885. No seu Diário, Joaquim Nabuco atribui sua vitória a Antônio Carlos Ferreira da Silva, fala da maioria de 110 votos e do imenso regozijo no Recife. NABUCO. Joaquim. Joaquim Nabuco Diários. **Op. Cit.** p.244. Interessante notar mais uma vez a importância de Antônio Carlos Ferreira da Silva para a vitória de Nabuco. Antônio Carlos foi definido como um homem “dotado de um gênio muito original, não gozando de um grande nome, em todo nosso país. Na ação e no combate, todas as vistas se fixavam nele, como num chefe em quem se confia. Obtida a vitória, porém ninguém mais o via, e em vão o procuravam. Nas últimas eleições renhidas de Pernambuco (1885 e 1887) ele foi denominado: “o organizador da vitória.” José Mariano para o movimento popular e Antônio Carlos para o trabalho subterrâneo, eis as duas forças que produziram as eleições estrondosas de Joaquim Nabuco, no 5º distrito (1885) e a 14 de setembro (1887), decidindo, em grande parte, da causa da abolição.” **HDBN**: Revista Ilustrada. 2 de fevereiro de 1889. Nº534. p.3.

¹¹⁴¹ **Idem.**

¹¹⁴² Senado Federal. A Abolição no Parlamento. **Op.Cit.** p.191.

¹¹⁴³ **Idem.**

adiantado a ideia; mas é que eu não posso fazer as coisas senão segundo o meu modo de entender e o meu caráter: não sou homem de agitação de ruas.”¹¹⁴⁴ Após sua fala, Nabuco afirmou que o projeto Saraiva era,

no estado presente do Brasil, nada menos de uma humilhação para os bríos e dignidade nacional, e infelizmente para nós, liberais, é ele uma lei que reduz o nosso partido a coveiro dos escravos de 65 anos e a capitão-do-mato dos escravos fugidos!¹¹⁴⁵

Fez ainda previsões visionárias de alguém que entendia que, pela forma como o movimento estava agindo e avançava nas ruas e na opinião pública não poderia ser freado ou contido por um projeto conservador como aquele. Para ele,

no ponto a que chegamos, é de toda a probabilidade, que o prazo da escravidão em nosso País, agitada a consciência nacional pública e privada, levado o país em uma onda de entusiasmo, que parece crescer ao passo que nos aproximamos do centenário dos Direitos do Homem (1889), acredito que o prazo da escravidão seria menor do que o projeto; que ela acabaria espontaneamente, pela convergência de todos os elementos e de todas as forças, que nós, abolicionistas, por assim dizer, despertamos – porque fomos nós que despertamos o poder da imprensa, o poder da opinião pública, o poder da associação, e que estamos começando a despertar um novo poder, que é o poder da província.¹¹⁴⁶

Do Ceará, Correia do Amaral escreveu falando sobre o reconhecimento de Nabuco e a dissolução da *Cearense Libertadora*, já que não havia mais sentido de existir uma sociedade abolicionista numa “terra sem escravos”. Todavia, o Projeto Saraiva “ressuscitou *O Libertador*” e também os interesses dos abolicionistas cearenses. Avisou a Ramos que um tal de Figueiredo, do Macapá, um homem “cheio de vida, força e coragem, tem a capacidade para refugiar um milheiro d’ingleses”. Ao falar sobre a intenção da lei Saraiva em penalizar quem acoitasse escravos fugidos, Amaral afirmou que

aqui (no Ceará) nenhum senhor se atreverá de vir buscar sua nota falsa, se por muita presunção assim o fizer cousa alguma conseguirá. Nos afastamos da luta porque não

¹¹⁴⁴ **Idem.** pp.191-192.

¹¹⁴⁵ **Idem.** p.195.

¹¹⁴⁶ Grifos nossos. Nabuco chegou a reconhecer que a escravidão poderia não passar do ano de 1889 e que o Projeto Saraiva previa a libertação total do país para no máximo 16 anos e no mínimo entre 10 e 12 anos. Algo que, segundo ele, naquele momento seria inaceitável pelo avanço da opinião pública e do movimento abolicionista em favor da libertação imediata e sem indenização. **Idem.** pp.199-200. Segundo Tobias Monteiro: “O Abolicionismo recebeu a derrota do Ministério Dantas como um desafio da reação conservadora. O que até ali ele aceitaria como uma concessão satisfatória passou desde logo a ser considerado uma migalha desprezível, e a ânsia da vitória definitiva, a Abolição imediata, começou a dominar os espíritos.” MONTEIRO, Tobias Apud. VIANA, Oliveira. **O ocaso do Império.** Brasília: Senado Federal, 2004. p.69.

tivemos mais contra quem batalhar. Outra vez chamados a campo, lá estaremos descansados das lutas para combatermos novamente o fraco inimigo!¹¹⁴⁷ [sic]

Assumindo um discurso mais combativo, José Correia do Amaral incentivou João Ramos a não temer nem os senhores, nem as autoridades policiais que estavam ameaçando buscar os fugitivos no Ceará. Segundo ele, “quem quer que se apresentar com este pensamento voltará desmoralizado”.¹¹⁴⁸ Chegava a indagar qual o chefe de polícia que executaria estas ordens mesmo partindo do governo. Segundo ele, poucos seriam os homens que desejavam assumir as funções de algozes naquele momento. A ideia do abolicionista era a de que, apesar do Estado ser dominado pelos interesses escravistas, a opinião pública estava com o movimento, portanto, os abolicionistas deveriam se aproveitar deste fator. Finalizou a carta avisando ao amigo: “não acredite nestas histórias de chefe de polícia que venha tirar escravos do Ceará.”¹¹⁴⁹ João Ramos devia estar escrevendo a Amaral com receio de ser preso, afinal de contas, as coisas começaram a esquentar para os abolicionistas-acoitadores.¹¹⁵⁰

Ramos avisou a Correia do Amaral, que alguns senhores estavam buscando informações sobre os fugitivos, procurando meios de caçarem eles no Ceará, provavelmente renovados de confiança após os debates e o andamento do Projeto Saraiva no Parlamento. Pediu então para que o amigo avisasse a um pardo, de nome Dagualberto, que o seu senhor andava atrás dele. Amaral disse que não sabia do paradeiro dele, mas, que fazia dois meses estava trabalhando na *Companhia Americana de Cavalinhos*, com o nome mudado para Clemente, tentando tranquilizar o amigo, disse que não se preocupasse, pois “o pardinho de cá não sahiria como nenhum refugiado por meu nome com elle e por minha promessa. Deixe de ouvir as cantigas dos senhores, quero ver o que se atreve a vir cá buscar algum”. [sic]¹¹⁵¹

¹¹⁴⁷ **IAHGP**. Caixa 21. Maço 2. Doc. 827. Correspondência do João Ramos. Carta de José Correia do Amaral a João Ramos. Fortaleza. 1 de julho de 1885.

¹¹⁴⁸ **IAHGP**. Caixa 21. Maço 2. Doc. 827. Correspondência do João Ramos. Carta de José Correia do Amaral a João Ramos. Fortaleza. 17 de junho de 1885.

¹¹⁴⁹ **Idem**.

¹¹⁵⁰ No dia 1 de junho de 1885, segundo relata Duque Estrada, foi violentamente preso e encarcerado em Campos, o abolicionista Carlos de Lacerda, acusado pelas autoridades policiais como acoitador de escravos. Basicamente, Lacerda atuava em Campos através de uma rede integrada com a CA que encaminhava escravos fugidos da região açucareira para outras áreas do Império. Os abolicionistas enviaram, ao Tribunal da Relação da Corte, uma petição de habeas corpus, firmada por toda a diretoria da Confederação Abolicionista. Não satisfeita com a soltura de Carlos de Lacerda, a CA encarregou a Sizenando Nabuco de ir a Campos, a fim de promover a defesa dos companheiros de Carlos de Lacerda, que estavam sendo processados. Feita a defesa pelo grande advogado, foram todos absolvidos. No dia 6 de maio de 1886 foi assaltada, novamente em Campos, pelo Alferes Corte Real, acompanhado de capangas, a casa de residência de Carlos de Lacerda, que conseguiu fugir pelos fundos. Estas notícias corriam soltas pelo Império. DUQUE ESTRADA, Osório. *Abolição*. **Op. Cit.** pp.158 e 162.

¹¹⁵¹ **IAHGP**. Caixa 21. Maço 2. Doc. 827. Correspondência do João Ramos. Carta de José Correia do Amaral a João Ramos. Fortaleza. 9 de julho de 1885.

Por mais corajosas e reconfortantes que pudessem ser as palavras do amigo, Amaral não poderia assegurar proteção caso João Ramos se enredasse em algum problema com a polícia em Pernambuco, o maranhense sabia que todo cuidado de agora em diante era pouco. O próprio Correia do Amaral reconheceu a insegurança que a população negra sofria naquele momento, enviando um pedido de proteção para um amigo dele, um pardo de nome Inhamuns, que foi a Pernambuco tratar de assuntos particulares. “Inhamuns é livre e filho desta terra mesmo, mas como sua cor possa ser motivo de suspeita, peço para protege-lo se for necessário me comunicando pelo telegrapho, qualquer coisa para eu providenciar com brevidade.”¹¹⁵² [sic] João Clapp também pediu proteção a dois trabalhadores que estavam indo procurar emprego em Pernambuco, pois no “Rio estava bem difícil de arranjá-los.” Custódio Acácio da Silva e José Francisco de Paula e Oliveira embarcaram para Pernambuco com carta de recomendação remetida a João Ramos. Estes dois homens, na realidade, eram fugitivos que estavam migrando da zona de perigo na Corte para tentar a sorte no Norte.¹¹⁵³

O cenário político nacional, com a queda do gabinete Dantas, renovou as forças dos escravocratas e os senhores de escravos procuraram fazer valer os seus direitos de propriedade com o aval das instituições oficiais. A partir de então, os abolicionistas precisaram tomar mais cuidado, até mesmo nas trocas de informações por correspondências. Luís de Andrade, escrevendo da Corte, reconheceu que o único meio que tinham de lutar naquele momento era através das vozes minoritárias de Joaquim Nabuco e de José Mariano, no Parlamento, que andavam às turras com “sessões tempestuosas, o projeto e o diabo”, o *Clube do Cupim* nas ruas e alguns homens na imprensa, fora disso, “tudo era vácuo e incerteza.”¹¹⁵⁴

Apesar dos cupins não se reunirem oficialmente desde dezembro de 1884, as fugas não pararam. Através do pacote *Camélia*, Arthur de Mattos recebeu seis “huguenotes” remetidos para Aracati com destino a Fortaleza e avisou que estavam todos bem, pedindo para que o *Clube do Cupim* continuasse com suas atividades, muito embora as dificuldades aumentassem.¹¹⁵⁵ As operações secretas haviam se tornado rotina e deviam ser organizadas rapidamente. Ignácio Von Doelinger, um dos diretores da *Confederação Abolicionista*, escreveu a João Ramos perguntando se tinha encontrando mais “facilidades na exportação de ingleses” e informando

¹¹⁵² **IAHGP**. Caixa 21. Maço 2. Doc. 827. Correspondência do João Ramos. Carta de José Correia do Amaral a João Ramos. Fortaleza. José Correia do Amaral. 10 de julho de 1885.

¹¹⁵³ **IAHGP**. Caixa 21. Maço 2. Doc. 827. Correspondência do João Ramos. Carta de João Clapp para João Ramos. Rio de Janeiro 29 de agosto de 1885.

¹¹⁵⁴ **IAHGP**. Caixa 21. Maço 2. Doc. 827. Correspondência do João Ramos. Carta de Luís de Andrade a João Ramos. Rio de Janeiro. 14 de julho de 1885. 4 páginas.

¹¹⁵⁵ **IAHGP**. Caixa 21. Maço 2. Doc. 827. Correspondência do João Ramos. Carta de Arthur de Mattos a João Ramos. Aracati. 27 de julho de 1885.

que apesar da forte opressão do atual Chefe de Polícia do Rio de Janeiro – Coelho Bastos - “que é nem mais nem menos um cão”, continuavam com a “propaganda pacífica de roubar escravos.”¹¹⁵⁶

No dia 13 de agosto de 1885, um morador da Torre, José da Silveira pediu a João Ramos que tentasse negociar com o senhor deo cativo Antônio a compra de sua alforria, ou que tentasse libertar ele através de uma ação de liberdade.¹¹⁵⁷ No mesmo dia foi respondido. Após desiludir Silveira de comprar a alforria ou mover uma ação de liberdade, o que demandaria muito mais despesas e tempo, João Ramos aconselhou encaminhar Antônio para Fortaleza com carta de recomendação. Ao que Silveira respondeu positivamente, arcando com os gastos e pedindo agilidade, pois queria que o jovem fosse embarcado rapidamente no vapor brasileiro, que estava para chegar do Sul, no dia 16 de agosto de 1885, qualquer demora poderia ser prejudicial à missão.¹¹⁵⁸

Silveira informou a João Ramos que nunca tinha visto o rapaz, mas que havia recebido um pedido de um conhecido para ajudar ele de alguma forma, afirmando que “era preciso aos adeptos da grande causa carregarem a sua pedrinha para a redenção da pátria”.¹¹⁵⁹ Segundo declarou, não tinha outras intenções a não ser a de ajudar o fugitivo. O que de certa forma poderia ser feito com o financiamento da fuga, que não custava mais do que a passagem e alguns poucos gastos com os preparativos. Fugir para o Ceará era menos oneroso e mais eficaz, segundo a lógica que seguiam os cupins. O patrocinador da fuga disse que não poderia acomodar Antônio em sua casa, pois não havia espaço suficiente, portanto, perguntou se ele poderia se esconder em qualquer parte se apresentando somente ao “chefe do Club no dia e hora aprasados para o embarque.” [sic] Reflexos do medo de acoitar escravos, resultado da legislação que estava sendo utilizada contra abolicionistas, escravizados e acoitadores.

¹¹⁵⁶ **IAHGP.** Caixa 21. Maço 2. Doc. 827. Correspondência do João Ramos. Carta de Ignácio Von Doelinger a João Ramos. 29 de abril de 1885. Já sabemos que João Ramos era muito conhecido pelos abolicionistas da Corte e, que mantinha contato direto com o grupo da CA. Em 20 de abril de 1885, ele recebeu da Sociedade Abolicionista Cearense da Corte uma homenagem pelos seus serviços prestados a causa da Abolição em Recife. Os grupos abolicionistas da Corte reconheciam em João Ramos a liderança principal no movimento das ruas na província de Pernambuco. Em 16 de abril de 1885, o Clube Abolicionista Pernambucano, também da Corte, incluiu o nome e o retrato de João Ramos, “o chefe do abolicionismo em Pernambuco”, no quadro de honra dos sócios honorários. IAHGP. Caixa.21, maço 2, doc. 0828. Documentos do Clube do Cupim: Medalha comemorativa da redenção do Ceará. Sala da sessão da S. Abolicionista Cearense na Corte em 20 de abril de 1885. Diploma de Sócio Honorário do Clube Abolicionista Pernambucano concedido a João Ramos. Rio de Janeiro. 16 de abril de 1885.

¹¹⁵⁷ **IAHGP.** Caixa 21. Maço 2. Doc. 827. Correspondência do João Ramos. Carta de José Silveira a João Ramos. Recife. 13 de agosto de 1885.

¹¹⁵⁸ **Idem.**

¹¹⁵⁹ **Ibidem.**

Após aprovação do Projeto na Câmara, Saraiva saiu de cena em 15 de agosto de 1885 e os conservadores entraram novamente para aprovar uma nova “lei emancipadora” que, na visão deles, deveria decidir de vez a questão do elemento servil.¹¹⁶⁰ Coube ao Barão de Cotegipe, João Maurício Wanderley, após a renúncia de Saraiva, fazer aprovar a lei no Senado. O conservador baiano assumiu o cargo de chefe do gabinete ministerial, em 20 de agosto de 1885, e se manteve no poder até 7 de março de 1888. Cotegipe reagiria violentamente contra o movimento abolicionista. José Mariano resumiu seu governo com a seguinte frase: “é o regime do cacete”.¹¹⁶¹ De fato, Cotegipe se mostrou alérgico ao movimento abolicionista e enérgico em combatê-lo.

Já o *Clube do Cupim* voltou a se reunir oficialmente, no dia 22 de agosto de 1885, logo em seguida a ascensão do Gabinete Cotegipe. No começo da reunião lavraram um voto de desprezo contra “o projeto anti-abolicionista do fazendeiro Saraiva e contra a resistência dos miseráveis escravocratas que hypocritamente procuram obstar a marcha progressiva da remissão dos captivos.”¹¹⁶² [sic] Numa iniciativa corajosa, saíram das tocas e anunciavam no *Jornal do Recife*: “da ordem do presidente comunico que este Club, não tendo cor política, trata exclusivamente da libertação dos escravos. Reunião hoje no Pão de Pinho.”¹¹⁶³ [sic] A causa, segundo os cupins, não era política partidária, era uma causa da humanidade. Buscavam afirmar a sua posição plural e atrair a atenção para a opinião pública, angariar apoio na sociedade, apelando inclusive para os escravizados. Já que as instituições se fechavam e se negavam a

¹¹⁶⁰ Segundo Conrad, foi justamente sob a pressão das organizações escravocratas e de plantadores, que mantinham seus interesses através de uma poderosa facção de liberais e conservadores na Assembleia, que o projeto Dantas foi substituído, reformado pelos conservadores, agradando os líderes pró-escravatura a Lei Saraiva-Cotegipe, retroagia e buscava imobilizar o movimento abolicionista e por fim as discussões sobre abolição. CONRAD, Robert. Os últimos anos. **Op. Cit.** p.256.

¹¹⁶¹ Segundo Angela Alonso, Rebouças já havia dito, em 1875, quando Cotegipe se tornou ministro da Fazenda do ministério Duque de Caxias, que o poder estava efetivamente nas mãos dele, “homem alérgico a abolicionistas”. ALONSO, Angela. Flores, Votos e Balas. **Op. Cit.**

¹¹⁶² **IAHGP**. Caixa 20. Doc 0810. Livro de actas do Clube do Cupim. 1º sessão do Clube Cupim em 22 de agosto de 1885. 2º ano da redempção do Ceará e Amazonas.

¹¹⁶³ **HDBN**: Jornal do Recife. 23 de agosto de 1885. Nº191. p.2. Acerca da afirmação de que o Club do Cupim não possuía cores ou bandeiras políticas, podemos entendê-la no sentido que Joaquim Nabuco dá ao “Partido Abolicionista”. Segundo Ricardo Salles, analisando a perspectiva de Nabuco sobre o Partido, “o abolicionismo tinha um poder de dissolução sobre o quadro partidário do Império, deixando em segundo plano as divisões entre conservadores, liberais e republicanos. Ele era, segundo Nabuco, “uma concepção nova em nossa História política, e dele [resultaria] a desagregação dos atuais partidos.” Portanto, apesar dos cupins chefes assumirem principalmente o republicanismo como posicionamento político, a abolição deveria estar acima das divergências político-partidárias. A disputa deveria ser, como foi, principalmente a partir de 1884, entre escravistas e abolicionistas. Portanto, a ideia era possibilitar a “união” entre membros dos diversos partidos políticos do Império em nome da Abolição para fragilizar ainda mais a união escravocrata. SALLES, Ricardo. **ABOLIÇÃO NO BRASIL: RESISTÊNCIA ESCRAVA, INTELECTUAIS E POLÍTICA (1870-1888)**. **Revista de Indias**, 2011, vol. LXXI, n.º 251, 259-284. Salles, Ricardo, Joaquim Nabuco. Um pensador do Império, Rio de Janeiro, Topbooks, 2002.

cumprir os interesses da “nação”, diversos abolicionistas entenderam que deveriam levar, de uma vez por todas, a política e a abolição para as ruas.¹¹⁶⁴

Na reunião do dia 30 de agosto de 1885, reafirmaram algumas coisas. Permaneceram na presidência João Ramos, na vice presidência Numa Pompílio, o secretário continuou sendo Antônio Vieira de Mello, para tesoureiro foi escolhido um novo membro, o Dr. Antônio Joaquim de Barros Sobrinho. O mesmo ocupava em outras instituições cargos importantes e era um conhecido abolicionista. Barros Sobrinho era presidente do *Clube Abolicionista* e da *Comissão Central Emancipadora do Recife*, como já vimos. O procurador continuou sendo Guilherme Pinto. Outra personagem crucial, que entrou oficialmente nesta ocasião, foi o comerciante Antônio Ferreira Baltar Sobrinho, tomando o nome de Santa Catarina. Logo, ele substituiria João Ramos, tornando-se o próximo presidente do Cupim.

A entrada do médico Barros Sobrinho¹¹⁶⁵, oficialmente no Clube, aclara-nos ainda mais sobre o momento de ruptura entre o movimento abolicionista legal e o extralegal. Diversos homens e mulheres, que prezavam por um ideal emancipacionista-legalista, provavelmente, sentiram-se derrotados com a substituição do projeto Dantas pelo Saraiva e pela ascensão de Cotegepe. Alguns, até então muito ligados ao movimento legalista, devem ter percebido que não havia espaço para negociarem com o Estado. Podemos citar o exemplo do acadêmico Salles Barbosa, que também entrou para o Clube em 1885.¹¹⁶⁶

¹¹⁶⁴ Elciene Azevedo afirma que, após a sanção da lei dos Sexagenários, em 1885, as questões de liberdade nos tribunais foram dificultadas pelas autoridades, cerrando ainda mais as possibilidades de conquistar a alforria pela via legal. Para a autora, fechando-se as instituições, as ruas se tornaram a única opção e a ilegalidade o caminho a ser trilhado. AZEVEDO, Elciene. O direito dos escravos. **Op. Cit.** pp. 211-212. Segundo Angela Alonso, McAdam, Tarrow e Tilly argumentam que política institucional (como uso de partidos), não institucional (como movimentos sociais) e quebras do status quo (como revoltas) conformam um continuum de formas de “política confrontacional”, que varia em grau de violência e institucionalização, mas não em natureza. São formas de ação distintas, a que os mesmos atores podem recorrer em situações diversas. Suas escolhas são conjunturais, conforme a posição em que se encontram no conflito político (se no governo ou fora dele), de suas alianças e do quantum de repressão podem vir a sofrer. Assim, as formas de ação dependeriam não dos princípios morais dos atores, e sim das possibilidades conjunturais com que deparam e das opções de seus adversários. No momento da subida de Cotegepe ao poder, muitos abolicionistas, que procuravam lutar pelos meios institucionais, ao serem expulsos e proibidos de combater dentro deste campo, foram combater nas margens, fora do Parlamento, com o apoio dos que já estavam há muito tempo excluídos da representação política. ALONSO, Angela. O ABOLICIONISMO COMO

MOVIMENTO SOCIAL. **Op. Cit.** nota 15.

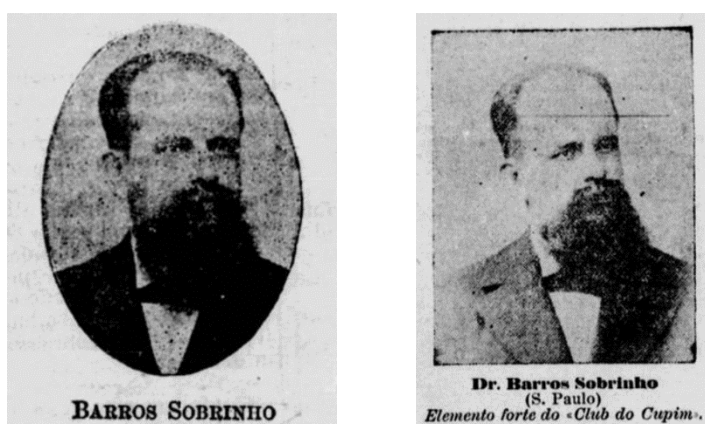
¹¹⁶⁵ **HDBN**: Jornal do Recife. 8 de março de 1880. Nº55. p.2. Barros Sobrinho atendia profissionalmente no hospital Pedro II, mas atendia pacientes também em sua casa.

¹¹⁶⁶ Salles Barbosa era orador do Clube Ferreira França, Numa Pompílio, Alfredo Pinto Vieira de Mello e Cirydão Durval também faziam parte deste Clube. Era muito comum encontrar os acadêmicos - membros da elite intelectual - em sua maior parte republicana e positivista, envolvidos com pelo menos uma associação abolicionista emancipadora na província. **HDBN**: Jornal do Recife. 31 de agosto de 1884. Nº201. p.1. Barbosa foi o orador da festa de instalação da Sociedade Ave Libertas no dia 08 de setembro de 1884. **HDBN**: Diário de Pernambuco. 6 de novembro de 1884. Nº256. p.2. Os membros do Club Libertador Ferreira França, entregaram 4 cartas de liberdade no dia 24 de novembro de 1884. No ato de entrega das cartas falaram Salles Barbosa e Alfredo Pinto Vieira de Mello. Em 3 meses de existência o Clube conseguiu distribuir quatro cartas. **HDBN**: Diário de Pernambuco. 25 de novembro de 1884. Nº272. p.1.

Em agosto de 1884, quando Dantas ainda estava no Ministério e Nabuco concorria a uma vaga para a Câmara dos Deputados, Barbosa afirmou que algumas pessoas andavam envenenando suas crenças abolicionistas, espalhando que havia dado gritos na varanda da casa de Numa Pompílio, no dia 25 de março, clamando para os escravos assassinar seus senhores e conquistarem dessa forma a liberdade. Segundo o acadêmico, que naquele momento saiu a se defender nos jornais, a abolição deveria passar pelo Parlamento, ser obtida pela força do direito e não pelo direito da força.¹¹⁶⁷ Dada a sua entrada no Cupim, juntamente com a de Barros Sobrinho, podemos observar que houve uma mudança na percepção de como deveriam lutar a partir daquele momento contra o sistema escravista. O próprio Nabuco também sentiu essa necessidade. Provavelmente, aqueles representantes das associações emancipadoras entenderam que lutar somente pelas vias legais não traria o resultado que esperavam. Perceberam que o poder e as instituições estavam corrompidas pelos interesses escravocratas, pela força da escravidão e aceitaram que somente pela força da ação direta contra o sistema poderiam fazer alguma coisa.

O Clube continuou com os 21 sócios efetivos, mas excluíram os que se ausentaram das atividades, confiando aos fundadores um conjunto de imediatos. A palavra de passe escolhida foi “Amor e Pátria”.¹¹⁶⁸ Da Bahia, Numa Pompílio enviou a João Ramos um inglês, pedindo toda consideração e proteção ao negro, pois o homem era uma “pérola”, esta ajuda “Deus e a Pátria lhe recompensarão”.¹¹⁶⁹

Imagem 28: Dr. Barros Sobrinho (S. Paulo)



Fonte: HDBN. *Jornal Pequeno*. 15 de maio de 1905. Nº108. p.1. *Jornal do Recife*. 13 de maio de 1914. Nº128. p.3.

¹¹⁶⁷ HDBN: *Jornal do Recife*. 5 de agosto de 1884. Nº179. p.2.

¹¹⁶⁸ IAHP. Caixa 20. Doc 0810. Livro de actas do Clube do Cupim. 2ª sessão do Clube Cupim em 22 de agosto de 1885. 2º anno da redempção do Ceará e Amazonas.

¹¹⁶⁹ IAHP. Caixa 21. Maço 2. Doc. 827. Correspondência do João Ramos. Carta de Numa Pompílio a João Ramos. Bahia. 14 de setembro de 1885.

Enquanto procuravam uma casa para servir de sede, os sócios levantaram a ideia de fundar uma “filial do Clube”, um quilombo no Poço da Panella, território de José Mariano, mandando para lá os ingleses que estavam escondidos esparsamente nas casas de conhecidos que não queriam mais acoitar os fugitivos. Procuravam a proteção de Mariano contra a polícia. Barros Sobrinho foi o escolhido para organizar essa filial. Na mesma reunião, no dia 03 de setembro de 1885, João Ramos deixou a presidência do Cupim, passando-a para Antônio Ferreira Baltar Sobrinho.¹¹⁷⁰

Baltar Sobrinho foi mais um comerciante do Recife que ingressou nas fileiras dos cupins, era um dos diretores da *Associação Comercial Beneficente*, membro da Comissão de Contas da instituição e também representava, juntamente com outros membros do Cupim, os interesses do comércio e dos setores urbanos contra a escravidão no país, dentre outros interesses privados.¹¹⁷¹ Apesar de não sabemos dos argumentos de João Ramos, acreditamos que o contexto de perseguição, de incertezas e as suas outras ocupações,¹¹⁷² tenham-no motivado à abandonar o cargo de presidente.

¹¹⁷⁰ Antônio Ferreira Baltar Sobrinho era um famoso comerciante da praça do Recife. Foi conselheiro do Club Commercial Euterpe. **HDBN**: Diário de Pernambuco. 8 de fevereiro de 1881. Nº30. p.2. Negociava com açúcar, na década de 1870, enviando milhares de quilos de açúcar branco e mascavado para portos nacionais e internacionais. **HDBN**: Jornal do Recife. 12 de fevereiro de 1874. Nº35; Jornal do Recife. 17 de fevereiro de 1874. Nº38. p.3; 28 de fevereiro de 1874. Nº43. p.3. Fazia parte do corpo de júris populares da freguesia de São Frei Pedro Gonçalves do Recife. **HDBN**: Diário de Pernambuco. 2 de julho de 1881. Nº147. p.3. Assim como Manoel Gomes de Mattos fazia parte da Associação Comercial Beneficente e esteve envolvido com as discussões e o projeto de criação do Banco Mercantil do Recife pela mesma associação. **HDBN**: 21 de agosto de 1886. Nº191. p.5. Falecido em 1889 não chegou a receber a medalha que os membros do Club distribuíram em comemoração ao 1º aniversário da Abolição em Pernambuco, tanto ele quanto o Dr. Salles Barbosa já haviam falecido. **HDBN**: Diário de Pernambuco. 11 de maio de 1889. Nº106. p.3; Jornal do Recife. 5 de janeiro de 1889. Nº03. p.4.

¹¹⁷¹ **HDBN**: Jornal do Recife. 15 de julho de 1883. Nº161. p.2; Jornal do Recife. 7 de agosto de 1883. Nº180. p.1. Antônio Ferreira Baltar Sobrinho certa vez saiu em defesa, juntamente com outros membros da Associação Comercial Beneficente do Recife, dos comerciantes de açúcar em Pernambuco, que, segundo uma lei orçamentária provincial de 1883, teriam que pagar mais 100 réis por cada saco de açúcar, fabricado em algodão, que fosse feito fora da província. **HDBN**: Jornal do Recife. 27 de julho de 1883. Nº171. p.2.

¹¹⁷² Em 1886 João Ramos, juntamente com seu amigo, Adolpho Guedes Alcoforado foram nomeados pela Junta Comercial para fazer parte da comissão fiscal da Companhia de trilhos urbanos do Recife à Olinda e Beberibe. **HDBN**: Jornal do Recife. 11 de maio de 1886. Nº106. p.2. Filiado ao Centro Republicano de Pernambuco, Ramos saiu candidato à Juiz de Paz pela freguesia da Graça em 1886. Esta foi uma das poucas vezes que encontramos João Ramos vinculado a uma tentativa de assumir um cargo político em Pernambuco. Ele já tinha assumido a função de Cônsul do Paraguai desde pelo menos 1873. **HDBN**: Diário de Pernambuco. 11 de junho de 1873. Nº133. p.1. Diário de Pernambuco. 16 de junho de 1886. Nº136. p.2. Neste mesmo ano, João Ramos esteve envolvido diretamente numa tentativa de fundar o primeiro Banco Mercantil de Pernambuco, disputando com Francisco Augusto Pacheco a iniciativa. O primeiro propôs na Associação Comercial a fundação do Banco do Recife com capital de 1.000 contos de réis, mas além de reconhecer seus limites em estipular as bases e os estatutos para a instituição, só conseguiu reunir 250 contos de réis. Pacheco, que chegou a acusar João Ramos de querer roubar a sua ideia, foi mais feliz na iniciativa e com a ajuda dos membros da Associação Comercial do Recife e o engajamento de mais comerciantes conseguiu reunir 400 contos de réis já na apresentação da proposta do Banco, tendo a Associação Comercial se decidido por apoiar o seu projeto. Enquanto a proposta de Pacheco fazia referência principalmente a necessidade dos grandes comerciantes, segundo ele mesmo disse, João Ramos procurava beneficiar o pequeno comércio a retalho de Santo Antônio, mudando sua ideia ao saber do projeto de

Todavia, mesmo entregando a presidência, João Ramos não deixou o Clube.¹¹⁷³ E, apesar de toda tensão, continuou participando das reuniões, agindo em cooperação com a organização e com os escravizados. Na reunião do dia 10 de setembro de 1885, Ramos apresentou um novo sócio, que entrou para o número dos efetivos, tomando o nome de Rio de Janeiro¹¹⁷⁴ e foi iniciado nos “mistérios do Cupim”.

Nesta mesma reunião, Fernando de Castro Paes Barreto pediu que se utilizassem de toda energia contra um tal Marcolino, “capitão de campo”, ficando autorizados os auxiliares a darem uma lição no homem em ocasião oportuna. O auxiliar João Canella informou aos membros presentes que os auxiliares queriam “tirar uma escrava do Sr. Vice-Presidente da Província”¹¹⁷⁵, no que foi felicitado e autorizado pela diretoria a realizar a ideia. Roubar uma escrava da maior autoridade de Pernambuco, o vice presidente Luiz Correia de Queiróz Barros- que estava ocupando a presidência interina- , não seria tarefa para qualquer um.

O conservador recebeu a presidência da província no dia 09 de setembro de 1885, das mãos do desembargador João Rodrigues Chaves, num processo de transição conturbado envolvendo um problema entre o desembargador, então presidente da província e a *Associação Comercial Beneficente*, acerca da questão do imposto sobre consumo (importações).¹¹⁷⁶ O presidente da província tinha em suas mãos a polícia, tornando a tarefa ainda mais audaciosa.¹¹⁷⁷ Todavia, os cupins, pelo visto, não queriam saber. O homem acabava de assumir o comando da

Pacheco. Para saber mais sobre esta questão: **HDBN**: Diário de Pernambuco. 21 de agosto de 1886. Nº 191. p.1; Diário de Pernambuco. 10 de agosto de 1886. Nº181. p.2; Diário de Pernambuco. 11 de agosto de 1886. Nº182. p.4. **HDBN**: Jornal do Recife. 05 de agosto de 1886. Nº177. p.2. **HDBN**: Libertador: órgão da Sociedade Cearense Libertadora. 26 de agosto de 1886. Nº 193. P.2.

¹¹⁷³ **IAHGP**. Caixa 20. Doc 0810. Livro de actas do Clube do Cupim. 3º sessão do Clube Cupim em 03 de setembro de 1885. 2º anno da redempção do Ceará e Amazonas.

¹¹⁷⁴ Na primeira lista de 1884, quem aparece com o nome de Rio de Janeiro é Gaspar Vicente da Costa, um dos fundadores do Clube. O que nos faz acreditar que o quadro de sócios fundadores estava em constante recomposição, sendo muito difícil saber quem eram alguns dos membros, pois, não aparecem em listas posteriores. **IAHGP**. Caixa.21, maço 2, doc. 0828. Documentos do Clube do Cupim: Lista de membros.

¹¹⁷⁵ **HDBN**: Diário de Pernambuco. 3 de outubro de 1885. Nº 225. p.2.

¹¹⁷⁶ Problemas com a cobrança dos impostos sobre o consumo levaram o desembargador João Rodrigues Chaves a abrir mão do cargo de presidente da Província em favor de Queiróz de Barros. **HDBN**: 10 de setembro de 1885. Nº 205. p. 2. Esta questão do imposto de consumo (uma espécie de imposto sobre importações) causava problemas para os comerciantes da praça do Recife. Aproveitando-se destas pautas mais emblemáticas, os republicanos criticavam o sistema de representação monárquico centralizador que desfavorecia as províncias, propagandeavam então as dificuldades impostas pelos interesses políticos da Corte e divulgavam os princípios federalistas, como sendo a solução para estes problemas. **CEPE Digital**: Lanterna Mágica: periódico livre e humorístico. 30 de agosto de 1882. Nº23.

¹¹⁷⁷ Os cargos de comando da polícia eram ocupados por nomeação pessoal das autoridades do executivo, desequilibrando e criando novos arranjos de poder na Província. Na prática, assim que liberais substituíam conservadores no poder, ou vice e versa, ocorriam demissões em massa e uma reorganização das forças policiais que seria crucial nas eleições. Tudo isso contribuía para o que Felipe Azevedo chamou de “fulanização da polícia”. Ou seja, a personalização da instituição que obedecia muito mais as relações pessoais entre indivíduos comprometidos por laços políticos do que aos códigos e recursos jurídicos. SOUZA, Felipe Azevedo e. A participação política das classes populares em três movimentos. **Op. Cit.** pp.57-58.

Província e já teria que lidar com eles. Segundo o relato de Carneiro Vilela, os cupins decidiram roubar a única escrava de Queiróz de Barros, devido a repressão que o Vice-Presidente estava montando contra as ações do Clube, proibindo que pessoas de cor embarcassem sem o competente passaporte para evitar fugas, com isso, terminou perdendo sua única escrava, que fugiu auxiliada pelos abolicionistas¹¹⁷⁸ Uma resposta ousada.

Quanto mais as autoridades, representantes dos interesses escravistas, batiam, mais o movimento abolicionista crescia. Como muito bem interpretou Flávia Braga, a exposição, pública ou privada destes homens e mulheres, era parte essencial do jogo de retroalimentação, “o frisson incitava adesões, que por sua vez gerava mais frisson”.¹¹⁷⁹ Ao iniciar um processo de repressão sistemática e se fechar para as demandas do movimento abolicionista, o Gabinete Cotegepe criou um inimigo que reformulava suas táticas de luta e crescia a cada investida contrária aos seus interesses. A hidra da escravidão, por mais que detivesse os espaços de poder, teria que competir contra a hidra da abolição, cujas cabeças (a imprensa, as academias de Direito e Medicina, o Comércio, o “povo das ruas”, os quilombos urbanos, etc.) não paravam de crescer e se fortalecer a cada ataque.¹¹⁸⁰

6.1 “AS PANELAS DOS CUPINS”: OS QUILOMBOS ABOLICIONISTAS E A AGÊNCIA NEGRA.

Os cupins tiveram muitas dificuldades em alugar casas para dar abrigo aos refugiados, Guilherme Pinto havia encontrado uma, mas era “úmida demais”, Baltar Sobrinho queria alugar um prédio no Pátio do Carmo, que trazia algumas vantagens, mas nada ficou resolvido. Barros Sobrinho encontrou uma casa para alugar por 25\$000 mensais, esta seria utilizada também como sede do Clube, mas nada foi feito. Segundo Vilela, o Clube teve sua sede social invadida várias vezes pela polícia e então passou a não ter mais um lugar específico para reuniões, cumprindo o dever de passar as informações entre os membros em todos os ambientes públicos

¹¹⁷⁸ VILELA, Carneiro. O Clube do Cupim. **Op. Cit.** pp. 423-424.

¹¹⁷⁹ BRAGA, Flávia Bruna Ribeiro da Silva. “DITADURA”, ABOLIÇÃO E REPÚBLICA. **Op. Cit.** p.154.

¹¹⁸⁰ O exemplo da Hidra abolicionista foi utilizado em dois trabalhos analisados por nós: BARBOZA, Edson Holanda Lima. **A hidra cearense: rotas de retirantes e escravizados entre o Ceará e as Províncias do Norte. 1877-1884.** 2013. 254f. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013. SILVA, Lucian Souza da. **Esmagando a cabeça da Hidra: escravidão, liberdade e abolição na Paraíba do Norte, 1877-1888.** 2021. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2021.

e privados onde pudessem se encontrar e acoitar escravos em suas próprias casas ou em casas de amigos.¹¹⁸¹

Através de um documento posterior à Abolição, escrito por Fernando de Castro Paes Barreto, conseguimos ter noção do quão extensa era a rede de “panellas”¹¹⁸² que os cupins formaram em Pernambuco. Esta lista de refúgios nos evidencia que, apesar da perseguição, o movimento não retrocedeu, pelo contrário, expandiu-se e se alastrou pelos arrabaldes de Pernambuco.

No dia 23 de maio de 1888, em comemoração pela abolição, o *Clube do Cupim* promoveu no Recife uma passeata de despedida com o objetivo de saudar, na passagem pelas respectivas ruas, os legendários coutos de escravos da rua da Moeda, do Largo do Corpo Santo, da rua do Vigário, da rua do Bom Jesus, da rua do Brum e da rua do Pilar, todas estas no bairro do Recife. Do Recife, seguiram para o escritório de José Mariano, oficina do Praxedes, sede da *Nova Emancipadora*, árvore da rua do Imperador (defronte da *Nova Emancipadora*) onde, “nas noites de perseguição o Club fazia suas sessões extraordinárias”, cocheira do Paula Mafra, oficina [do jornal] *A Província*, casa de D. Leonor Porto, do Pátio do Paraíso, da esquina da rua da Florentina, da casa da mulata Gertrudes (auxiliar interna) na rua de São Francisco, casa da Vera, casa do Andrade Pinto na rua Estreita do Rosário, do Pátio do Carmo, da casa da Sérgia na rua de Hortas, casa dos Falcões na rua do Alecrim, do Passo da Pátria¹¹⁸³, do inabalável cortiço da rua da Detenção, da cocheira do Visconde de Campo Alegre na rua das Flores, da casa de Numa Pompílio, da república de Salles Barbosa, da casa do Dr. Alfredo Pinto, e da rua do Calabouço, todas estas “panellas” situadas nos bairros de Santo Antônio e São José. Também

¹¹⁸¹ VILELA, Joaquim Maria Carneiro. **Op. Cit.** p.420. Reuniam-se ora sobre as gameleiras da Lingueta, na Rua do Imperador, no meio das pontes, no fundo de qualquer armazém ou venda, nas lojas de cabelereiro, no meio das ruas, em frente a secretaria de polícia, no jardim do Campo das Princesas. Estas reuniões foram divulgadas nos jornais algumas vezes: Club cupim: De ordem do chefe communico que este club, não tem côr política trata exclusivamente da libertação dos escravos. Reunião hoje no Pão de Pinho. [sic] **HDBN**: Jornal do Recife. 23 de agosto de 1885. p.3. N.53. Club Cupim. De ordem do chefe convoco reunião para amanhã no Pão do Pinho, no intuito de tratar-se de negócios urgentes. Recife, 2 de setembro de 1885. 53. Secretário. De ordem do chefe, convido os sócios ns. 1311, 985, 802, 29 e 2 a comparecerem no Pão de Pinho a primeira reunião, para dar conta das comissões de que foram encarregados. Recife, 17 de outubro de 1885. 53, Secretário. **HDBN**: Jornal do Recife. 16 de julho de 1886. Nº160. p.4.

¹¹⁸² Por vezes, aparece como um nome geral associado aos quilombos urbanos organizados pelos cupins. Especificamente este nome deveria fazer referência ao quilombo que funcionava na casa de José Mariano, no Poço da Panella.

¹¹⁸³ Encontramos um documento fazendo referência a um endereço na rua da Pátria nº14. Numa Pompílio serviu como fiador de Genuíno José de Oliveira, morador na casa que pertencia a Manoel Antônio de Jesus. A casa foi alugada por 5 meses e 25 dias e, após abrir uma ação de despejo, o proprietário cobrou a Numa Pompílio 204\$850 mil réis. **IAHGP**. Caixa.21, maço 2, doc. 0828. Documentos do Clube do Cupim: O senhor Numa Pompílio deve a Manoel Antônio de Jesus. 25 de setembro de 1885.

em Santo Antônio passaram no escritório dos chefes do Clube, João Ramos e Barros Sobrinho.¹¹⁸⁴

Finalmente a passeata seguiu para a casa do Coronel Silveira na rua da Aurora, da árvore que fica defronte da Secretaria de Polícia, também local de sessão muda e de guarda permanente, da casa de Guedes Alcoforado, do cais do Capibaribe, da casa do Ganches, da casa do Guilherme Pinto, casa do Dr. Pitanga, casa do Lemos Duarte, a casa do Dr. Pontual na rua da União, casa de D. Maria Amélia de Queiroz, na rua Velha, da legendária e inspiradora casa do Beco do Veras onde se acoitou o primeiro inglês que o Clube embarcou, casa de Dona Francisca Roma e a casa do ‘chefe comissário’ Manoel Joaquim Pessoa na rua da Conceição, finalizando a passeata neste endereço no bairro da Boa Vista.”¹¹⁸⁵

Como podemos ver, os endereços de acolhimento dos escravos fugidos eram diversos. Sabemos por este relato que várias mulheres como Dona Francisca Roma, D. Guilhermina Falcão, Gertrudes Maria de Jesus, Vera, Maria Amélia de Queiroz e D. Sérgio acoitavam os escravizados em suas próprias casas.

Leonor Porto¹¹⁸⁶, presidente da *Ave Libertas*, também apareceu listada como uma das mulheres que se envolveu diretamente no acolhimento de escravos fugidos.¹¹⁸⁷ A despeito do

¹¹⁸⁴ **HDBN**: Jornal Pequeno. 16 de julho de 1901. Nº158. p.2.

¹¹⁸⁵ Club do Cupim. “Passeata em despedida, quarta-feira, 23 [de maio de 1888]”. In: Leonardo Dantas Silva, org. A abolição em Pernambuco. **Op. Cit.** pp.66-68.

¹¹⁸⁶ Nascida em 17 de dezembro de 1840, Pernambucana, filha de Fortunato Pereira da Fonseca Bastos e Carolina Bastos, Leonor Porto era uma conhecida modista pernambucana que se tornou uma das grandes líderes do movimento abolicionista, participando ativamente tanto do movimento no campo legal quanto no extralegal. Atuou ao lado de homens como João Ramos, Joaquim Nabuco, Barros Sobrinho, José Mariano, Numa Pompílio, juntamente com outras mulheres que fundaram a Ave Libertas. Dela chegou a dizer o jovem republicano Galdino Loreto, “Leonor Porto é hoje uma esperança brilhante do alargamento dos direitos das mulheres; e amanhã – uma das estrelas que abrilhantarão a nossa galeria de heroínas pernambucanas”. Outro admirador escreveu um poema em sua homenagem comparando-a a grandes mulheres da história francesas:

*Judith ferio de morte a Holofernes,
Joanna d’Arc salvou uma nação,
Leonor, porem vae ter mais viva glória
Esmagando a vil serpente – escravidão.
Só vejo igual a ela uma heroína
(depois de procurar com grande afan)
E vou dizê-lo ao mundo em voz bem alta:
É da brava França a varonil Rohan.*

HDBN: Diário de Pernambuco. 19 de agosto de 1885. Nº187. P.4. **CEPE Digital**. A Academia. 13 maio de 1888.

HDBN: Jornal do Recife. 10 de julho de 1884. Nº157. p.2. **CEPE Digital**: “Uma mulher notável”. In: A Ideia: Semanário republicano-abolicionista. 13 de agosto de 1885. Nº24.

¹¹⁸⁷ A Ave Libertas também manteve uma ligação com a Sociedade Nova Emancipadora, pois em sua fundação pediu emprestada a Sociedade os salões de sua sede para a primeira sessão ocorrida no dia 20 de abril de 1884. Assinaram esta petição: Elvira Ramos (esposa de João Ramos), Corbiniana Guedes Alcoforado, Flora Guedes Alcoforado, Julitta Mello, Urcicina Alcoforado, Maria Albertina Lins Do Rego, Odila Pompílio (esposa de Numa Pompílio), Ernestina Palmyra Lopes de Barros (esposa de Barros Sobrinho) e Rita Uchôa Gomes de Mattos (esposa de Manoel Gome de Mattos). Em 12 de setembro de 1884 as senhoras agradeceram a cessão da sede e informavam aos membros da SNE que, conseguiram se instalar em sede própria, na rua Larga do Rosário, nº22, 2º andar.

estatuto da sociedade da qual fazia parte, escrito em 1884, que estabeleceu o caminho legal como o meio pelo qual as senhoras lutariam pela Abolição, no momento de perseguição, as vias da desobediência civil também foram acionadas por elas.

Em 1884, quando a *Ave Libertas* foi fundada, os objetivos principais da entidade foram formalmente estabelecidos com a intenção de: 1) “promover a libertação de todos os escravos do município do Recife por todos **os meios lícitos e legais** ao seu alcance”; 2) “proteger a sorte dos mesmos, impetrando de seus senhores, por todos os **meios brandos e suasórios**, a cessação de maus-tratos, castigos e torturas”.¹¹⁸⁸

Estas limitações legais, meramente formais, não impediram - naquele momento de perseguição - que mulheres como Leonor Porto, Elvira Ramos, Ernestina Barros, Maria Amélia de Queiroz, Francisca Drescher, Francisca Roma, Emília Ferreira Pinto, Carlota Villela, Odila Pompílio, agissem em segredo com os cupins.¹¹⁸⁹ O que para Eduardo Silva foi visto como um “contraponto natural”, no sentindo de que muitas membras da *Ave Libertas* eram esposas dos abolicionistas vinculados à *Nova Emancipadora* e ao *Clube do Cupim*¹¹⁹⁰, constituía-se, a nosso ver, um ponto de ligação entre o movimento abolicionista e o movimento republicano feminino, de demandas próprias, tendo em vista que nem todas mulheres estavam ligadas ao movimentos

IAHGP. Caixa 20. Maço 2. Doc. S/n. Ofícios da Ave Libertas para o presidente da Sociedade Nova Emancipadora. Recife. 12 de abril de 1884 e 12 de setembro de 1884.

¹¹⁸⁸ “Estatutos da Sociedade Abolicionista Ave Libertas” (1884). In: Luzilá Gonçalves Ferreira; Ivya Alves; Nancy Rita Fontes et al. *Suave amazonas*. **Op. Cit.** p.205-209. Avisos eram publicados pelas senhoras nos jornais pedindo justiça aos escravizados e aos ingênuos que sofriam castigos físicos injustos. Estas mulheres acabaram participando do debate abolicionista diretamente e sua ação, principalmente nos anos de perseguição ao movimento, foi fundamental para a proteção e acolhimento não somente dos escravizados como dos homens livres que se reuniam em suas casas. Segundo Flávia Braga, a presença feminina no abolicionismo pernambucano e a suas tímidas participações no republicanismo não são um ponto fora da curva do resto do país, mas evidencia um novo cotidiano nacional, onde as mulheres buscam seu espaço. Apesar dos republicanos positivistas, por exemplo, não prever para as mulheres qualquer tipo de participação política, elas estavam presentes, lutando como podiam e pelo que acreditavam. BRAGA, Flávia Bruna Ribeiro da Silva. “DITADURA”, ABOLIÇÃO E REPÚBLICA. **Op. Cit.** pp.102-103. As membras da Ave Libertas fizeram um apelo aos bacharéis formados em 1886, pedindo que concorressem com recursos para libertar escravizados que precisavam de 50\$000 e 100\$000 mil réis somente para se alforriarem. As senhoras tentavam atrair a atenção dos bacharéis que, recém formados, poderiam contribuir com estas quantas “irrisórias” para muitos deles. **HDBN:** Diário de Pernambuco. 14 de novembro de 1886. Nº262. p.3.

¹¹⁸⁹ Em elogio as abolicionistas pernambucanas, “um abolicionista caldeireiro” lembrou estas mulheres e criticou a tentativa de ofuscar as suas pessoas em nome dos grandes personagens políticos. “Será na verdade uma injustiça, e enorme ingratidão do abolicionismo, ofuscar no meio das suas glórias, o brilho das Pernambucanas heroicas de abnegação e amor a grande causa; combatiam ao nosso lado, empunhando as armas para defesa, com verdadeiro entusiasmo feminino, as armas da caridade! As lágrimas do sentimentalismo que fazem vergar os corações de aço! As armas da liberdade! Sorrisos meigos e travessos, que seduzem e atraem, convencendo a resistência da ignorância e do egoísmo. Pois bem; é justo inscrever, aqui a nobreza do abolicionismo pernambucano, as heroínas da magnânima ideia: Leonor Porto, Olegaria Gama Carneiro da Cunha, Odila Pompílio, Carlota Villela, Ernestina Barros Sobrinho. Adelaide Porto e Amélia Queiroz.” [sic] **CEPE Digital.** Sylphorama anno. 1. Nº7. 1892. 21 de maio de 1892. p.4.

¹¹⁹⁰ Albertina Porto apresentou para sócios honorários Joaquim Nabuco, João Ramos, Manoel Gomes de Mattos, Barros Sobrinho e José Mariano no mesmo dia. **HDBN:** Jornal do Recife. 8 de novembro de 1884. Nº258. p.1.

por laços conjugais. Como nos casos da própria líder da *Ave Libertas*, Leonor Porto, da sua irmã, Albertina Porto e da professora Maria Amélia de Queiroz.¹¹⁹¹

No primeiro aniversário da *Ave Libertas*, em setembro de 1885, o relatório apresentado pela secretária Odila Pompílio¹¹⁹², esposa de Numa Pompílio, apontou que a sociedade ajudou em mais de duzentas libertações. No dia da festa foram entregues 17 cartas. Geralmente, as cartas eram compradas pelos próprios escravizados com a ajuda de terceiros, como foi o caso de Marciano Joaquim da Motta, que ajudou a preta Romana a se libertar, auxiliando-a com 200\$000 mil réis, passando a carta a *Ave Libertas* para que Romana pudesse a receber das mãos das senhoras¹¹⁹³. Quando Francisco Ribeiro Pinto Guimarães libertou sete escravos, Caetano, Julião, Manoel, Rodolpho, João de Deus, Manoel e Benedicto, todos “moços e sadios”, também passou as cartas para que as mulhere entregassem.¹¹⁹⁴ Mas para além destas libertações com seus rituais paternalistas de concessão, aquelas mulheres também atuavam diretamente contra a escravidão.

Quando o movimento ainda lutava pela libertação do Recife, a *Ave Libertas* aprovou, por unanimidade, uma proposta apresentada pela Sra. D. Urcicina Alcoforado, envolvendo-se no projeto de libertação da capital. Procuraram adotar o sistema de libertação parcial de cada rua, começando pela rua Princesa Isabel, “em atenção a S. A. Imperial”.¹¹⁹⁵ As abolicionistas procuraram fazer com que os proprietários e moradores das ruas libertadas se comprometessem a não admitir em suas casas, “a pretexto algum, pessoas escravas”.¹¹⁹⁶ As mulheres ainda acompanhavam e requisitavam a baixa das matrículas dos libertos, para que ficasse sendo do conhecimento do Governo Imperial que aquelas pessoas eram livres.¹¹⁹⁷

¹¹⁹¹ SILVA, Eduardo. “Sinhás e sinhazinhas avançadas no tempo”. **Op. Cit.** Flávia Braga e Celso Castilho também apontaram para a utilização do movimento abolicionista como o caminho pelo qual estas mulheres procuraram, associadas ao movimento republicano, expandir os seus direitos e as suas conquistas. BRAGA, Flávia Bruna Ribeiro da Silva. “DITADURA”, ABOLIÇÃO E REPÚBLICA. **Op. Cit.** pp.104-106. CASTILHO, Celso Thomas. *Slave Emancipation and Transformations*. **Op. Cit.** p. 162-3.

¹¹⁹² Odila Pompílio também foi presidente da *Ave Libertas*. As mulheres se revezavam nos cargos com mais frequência do que os homens, quando ela foi presidente, em 8 de junho de 1884, Leonor Porto era tesoureira da sociedade. Todavia, ainda em 1884, Leonor Porto se tornou presidente, Ernestina Palmira Lopes de Barros, esposa de Barros Sobrinho, vice, Odila Pompílio, 1º secretária, D. Carlota Vilella dos Santos, 2º secretária e Flora Guedes Alcoforado tesoureira. **HDBN**: Diário de Pernambuco. 11 de junho de 1884. Nº134. p.4; Diário de Pernambuco. 26 de agosto de 1884. Nº196. p.2.

¹¹⁹³ **HDBN**: Diário de Pernambuco. 16 de dezembro de 1884. Nº289. p.1

¹¹⁹⁴ **HDBN**: Diário de Pernambuco. 14 de novembro de 1884. Nº263. p.1.

¹¹⁹⁵ **HDBN**: Jornal do Recife. 6 de maio de 1884. Nº104. p.1.

¹¹⁹⁶ **Idem**.

¹¹⁹⁷ **HDBN**: Diário de Pernambuco. 20 de dezembro de 1884. Nº293. p.1.

Imagem 29: D. Leonor Porto



Fonte: HDBN: Ave Libertas (edição comemorativa de aniversário) 8 de setembro de 1885. p.1. CEPE Digital: A Ideia: Semanário abolicionista-republicano. 13 de agosto de 1885. Nº24.

Durante o cerco às ações do movimento abolicionista, as táticas das senhoras abolicionistas também tiveram que se adaptar ao momento, passando elas a agirem subterraneamente, conectando-se não somente com os abolicionistas pernambucanos, mas com o de outras áreas do Império e enviando escravos para fora de Pernambuco. No dia 15 de outubro de 1885, Clapp enviou uma carta informando que os 10 ingleses remetidos pela *Ave Libertas* ainda não haviam chegado no Rio de Janeiro.¹¹⁹⁸

A casa de Leonor Porto era mais um quartel general do abolicionismo em Pernambuco, lugar onde as informações eram trocadas e os cupins decidiam sobre alguns procedimentos. No dia 28 de setembro de 1885, um correspondente de João Ramos, chamado José Francisco da Silva Lima, informou-lhe que havia deixado de frequentar a casa de D. Leonor Porto assim que soube que espalhavam notícias naquele lugar sobre ele ser capitão de campo. A fim de evitar problemas com os cupins, que “frequentavam muito o lugar”, afirmou sua posição, dizendo que não capturava escravos por dinheiro nem por favores.¹¹⁹⁹ Como sabemos, os cupins eram

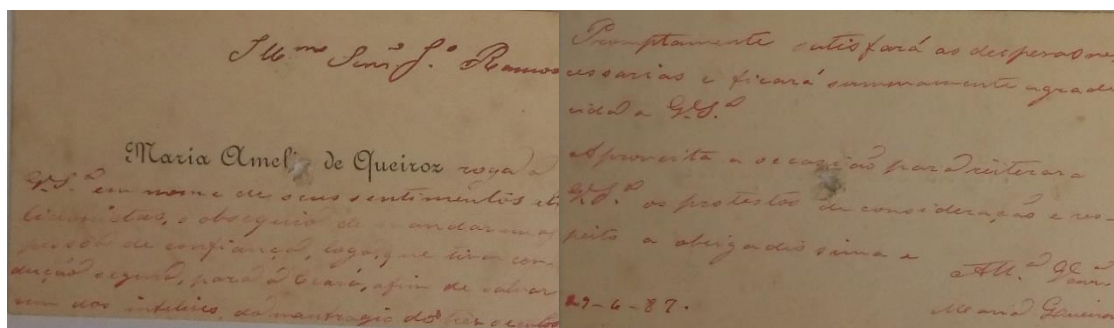
¹¹⁹⁸ **IAHGP**. Caixa 21. Maço 2. Doc. 827. Correspondência do João Ramos. Carta de João Clapp a João Ramos. Rio. 15 de outubro de 1885. Numa das sessões da Ave Libertas, no dia 07 de novembro de 1884, João Ramos recebeu o título de sócio honorário da instituição pelos seus serviços prestados a causa. **IAHGP**. Caixa 21. Maço 2. Doc. 827. Correspondência do João Ramos. Título de Sócio honorário concedido a João Ramos. Sala de sessões da Ave Libertas, 07 de novembro de 1884. Odila Pompílio, secretária da Ave libertas. BRAGA, Flávia Bruna Ribeiro da Silva. “DITADURA”, ABOLIÇÃO E REPÚBLICA. **Op. Cit.** pp.50-51.

¹¹⁹⁹ A carta veio com um selo cunhado em sinal de amizade, como que para afirmar as intenções do correspondente. **IAHGP**. Caixa 21. Maço 2. Doc. 827. Correspondência do João Ramos. Carta de José Francisco da Silva Lima a João Ramos. Espinheiro. 28 de setembro de 1885.

acostumados a dar lições nos capitães de campo que procuravam prejudicar as suas missões e, como deixou claro o correspondente, não deveria ser algo bom figurar na lista de inimigo dos cupins.

A casa da professora abolicionista, Maria Amélia de Queiroz, oradora da *Ave Libertas*, na rua Velha, como vimos, também constou na lista de quilombos urbanos. Sabemos que a própria professora, no dia 29 de abril de 1887, pediu ajuda a João Ramos, através de um cartãozinho, para enviar uma pessoa de sua confiança ao Ceará, prontificando-se a pagar todas as despesas necessárias.¹²⁰⁰

Imagem 30: Cartão de Maria Amélia de Queiróz para João Ramos.



Fonte: *Documentos do Clube do Cupim*. IAHGP, Fundo CIA, Cx.21, maço 2. Cartão de Maria Amélia de Queiroz para João Ramos.¹²⁰¹

Tratando-se dos Falcões, também citados por Fernando de Castro, segundo Flávia Braga, a família estava ligada diretamente ao *Club do Cupim*. A casa de D. Guilhermina Falcão vivia cheia de gente e de fato era um dos principais pontos abolicionistas do Recife. Todos os irmãos “cresceram em uma casa pobre que seria palco de inúmeros acoitamentos de escravos e reuniões republicanas.”¹²⁰² A autora afirma que Dona Guilhermina causou impressão até mesmo em Silva Jardim, o notório propagandista republicano, expressando ele o fato de que sua casa

¹²⁰⁰ *Documentos do Clube do Cupim*. IAHGP, Fundo FIA, Cx.21, maço 2. Cartão de Maria Amélia de Queiroz para João Ramos.

¹²⁰¹ Fortunato Pinheiro, comerciante e proprietário do jornal *O Rebate*, Prisciano de Barros Accioli Lins, proprietário do engenho Tinoco, Ismael Marinho Falcão, engenheiro agrimensor e Vicente Ferrer de Barros Wanderley Araújo, advogado, foram outros acoitadores que pediram ajuda e se comunicaram com João Ramos através de cartõezinhos em diferentes momentos entre 1885 e 1888. Esta amplitude de contribuintes, certamente contribuiu para a formação dos quilombos urbanos no Recife e para a crescente abolicionista após 1885. *Documentos do Clube do Cupim*. IAHGP, Fundo FIA, Cx.21, maço 2. Cartão de Fortunato Coelho Pinheiro a João Ramos pedindo que João Ramos desse destino a um “infeliz portador do mesmo cartão”. Cartão de Prisciano de Barros Accioli Lins. Goiana. 03 de fevereiro de 1888. Cartão de Ismael Marinho Falcão a João Ramos. Maio de 1885. Cartão do Dr. Vicente Ferrer de Barros Wanderley Araújo a João Ramos. S/d.

¹²⁰² BRAGA, Flávia Bruna Ribeiro da Silva. “DITADURA”, ABOLIÇÃO E REPÚBLICA. **Op. Cit.** p.61

“tornou-se quartel-general dos abolicionistas” e que ela foi “fundamental para o patriotismo dos filhos”.¹²⁰³

Membros de uma classe média urbana, os irmãos Falcão não tiveram condições suficientes para ingressarem na *Faculdade de Direito do Recife*, mas estavam ligados a instituições políticas e educacionais tão importantes quanto a Academia de Direito, conquistando tanta influência local e nacional, no caso de Aníbal¹²⁰⁴, quanto os outros republicanos positivistas que se tornaram bacharéis.¹²⁰⁵ Argemiro (membro do Cupim) e Aníbal Falcão, o irmão mais famoso, cursaram as primeiras letras juntos em 1868.¹²⁰⁶ Ambos também se tornaram taquígrafos, mas foi outro irmão, Alcides, quem seguiu a profissão.¹²⁰⁷ Os Falcões usaram dos seus conhecimentos e da sua influência política local para auxiliar o movimento abolicionista. Argemiro Falcão (Piauí) não só era operador da estação telegráfica do Recife, em 1883, como foi nomeado para o cargo de “fiel” (gerente) da mesma estação, o que corresponde a dizer que era ele quem controlaria as atividades por lá.¹²⁰⁸ Sua posição foi muito útil ao Clube, pois, era ele quem enviava as informações dos cupins, por meio das “descargas elétricas”, para as outras províncias. A família Falcão, sem sombra de dúvidas, merece um estudo específico que não caberia nesta tese.

Todavia, estes fugitivos não eram escondidos somente nas casas de pessoas de melhores condições e status social. Podemos ver na lista de Fernando de Castro, por exemplo,

¹²⁰³ **Idem.**

¹²⁰⁴ Aníbal Falcão era tido como artista e foi o candidato mais votado pelo Partido Republicano de Pernambuco, em 1889, tendo recebido mais votos do que o famoso negociante Manoel Gomes de Mattos. BRAGA, Flávia Bruna Ribeiro da Silva. “DITADURA”, ABOLIÇÃO E REPÚBLICA. **Op. Cit.** pp.171-175.

¹²⁰⁵ Aníbal Falcão foi eleito deputado por Pernambuco à Assembleia Nacional Constituinte em 15 de setembro de 1890. Tomou posse em 15 de novembro seguinte, participou da elaboração da primeira Constituição republicana do Brasil, promulgada no dia 24 de fevereiro de 1891, e com o início em junho da legislatura ordinária, passou a ocupar uma cadeira na Câmara dos Deputados até dezembro de 1893.

¹²⁰⁶ Silva Jardim chegou a dizer que os dois principais líderes do movimento abolicionista em Pernambuco eram João Ramos e Aníbal Falcão, apontando a diferença em suas orientações políticas. OZANAM, Israel. Capoeira e Capoeiras entre a Guarda Negra e a educação física no Recife. **Op. Cit.** p.52. Segundo Flávia Braga, Aníbal Falcão e Isidoro Martins Júnior eram os dois principais líderes do movimento republicano positivista em Pernambuco, e apesar de suas diferenças os dois trabalharam juntos pela instituição da República e pela divulgação das ideias positivistas. Braga deixa-nos ver que Aníbal se tornou uma liderança em termos nacionais, um propagandista ao nível de Silva Jardim, enquanto Martins Júnior fazia sua parte em Pernambuco, chegando a afirmar que o pensamento de Falcão era mais radical do que o do grupo liderado por Martins Júnior. BRAGA, Flávia Bruna Ribeiro da Silva. “DITADURA”, ABOLIÇÃO E REPÚBLICA. **Op. Cit.** pp. 78, 72, 17, 103-104.

¹²⁰⁷ O nome de Alcides não aparece no rol da família que Flávia Braga apresenta em sua dissertação. A autora cita os nomes de Aníbal, Alfredo, Alberto, Júlio, Carlos, Sylvia, Argemiro e Euclides Falcão. BRAGA, Flávia Bruna Ribeiro da Silva. “DITADURA”, ABOLIÇÃO E REPÚBLICA. **Op. Cit.** p. 61. Na notícia da morte de Alcides, que foi o primeiro dos irmãos a falecer, encontramos os nomes de Guilhermina Falcão (Mãe), Alfredo Falcão, Carlos Falcão, Argemiro Falcão, Aníbal Falcão, Euclides Falcão, Alberto Falcão, Sylvia Falcão Cassal casada com João de Barros Cassal. Júlio não apareceu. HDBN: Jornal do Recife. 24 de maio de 1887. Nº116. p.4. Alcides morreu aos 29 anos no dia 21 de maio de 1887, à 1 hora da madrugada de parada cardíaca (assistolia). HDBN: Jornal do Recife. 22 de maio de 1887. Nº115. p.2. HDBN: Jornal do Recife: 15 de abril de 1877. Nº86. p.2. HDBN: Diário de Pernambuco. 16 de junho de 1877. Nº137. p.3; 11 de setembro de 1879. Nº208. p.3.

¹²⁰⁸ HDBN: Diário de Pernambuco. 2 de março de 1883. Nº50. p.1 e 3.

o nome da “mulata Gertudres”, figurando enquanto acoitadora e líder de um “quilombo urbano”. O nome completo dela era Gertudres Maria de Jesus, como podemos perceber por meio de uma fotografia comemorativa, onde Gertrudes não só aparece no centro, sendo a única mulher no meio de vários membros da associação, como tem seu nome escrito por completo, coisa que o redator das listas de membros do Clube, muito provavelmente João Ramos, não fez, nem na hora de listar ela como agente interna, nem na hora de listar ela como ganhadora da medalha do Cupim.¹²⁰⁹

Ao observarmos que Gertrudes não foi citada somente na notícia de despedida as panellas dos cupins, como apareceu na foto do Instituto Histórico, ganhou a medalha comemorativa, fez parte do corpo de agentes internos do Cupim ao lado de vários homens e ainda teve seu nome escrito na peça de Thomaz Espiuca, *O Clube do Cupim e a Lei 13 de maio* (1889), podemos considerar que ela exerceu um importante papel como liderança feminina negra e popular no meio de uma sociedade escravista-paternalista, buscando romper algemas em ambos os sentidos. Infelizmente, a ação dela só pode ser por nós recuperada em poucos fragmentos, pois encontramos poucos registros sobre sua pessoa.¹²¹⁰

Podemos ver, numa fotografia tirada no *Instituto Archeológico*, Gertrudes Maria de Jesus, Juvenal Machado, Sebastião Grande de Arruda e outros agentes do Cupim reunidos no pós-abolição para comemorar mais um aniversário da lei Áurea. Infelizmente, muito da história dos cupins auxiliares não nos pode ser revelado, pois, como sabemos, sofremos com os lapsos documentais, com a destruição e a não preservação de documentos e artefatos históricos e também com a perda da memória a longo prazo, sendo que esta fotografia pode nos dar um exemplo do que estamos dizendo.¹²¹¹ Ainda assim, é extremamente significativo e

¹²⁰⁹ **IAHGP**. Fundo CIA, Cx.21, maço 2. Documentos do Clube do Cupim: Lista de membros.

¹²¹⁰ **HDBN**: Jornal Pequeno, 14 de maio de 1910. Nº106. p.2. ESPÍUCA, Thomaz. O Cupim e a Lei 13 de maio. Op. Cit. **IAHGP**. Caixa 16 Manuscritos – 1884. Doc. 0809 Manuscritos relativos ao Club do Cupim. Pertenceram a João Ramos e por morte deste foram entregues ao Instituto pelo seu filho Frederico Ramos. Pessoas que figuram na lista de auxiliares internos do Clube.

¹²¹¹ Numa homenagem dos estudantes de Direito do Recife aos abolicionistas pernambucanos temos a confirmação de que o símbolo dos cupins, “a barcaça de João Ramos” foi entregue ao Instituto Archeológico para ser guardado e preservado, todavia, infelizmente não encontramos o artefato histórico no acervo de peças do IAHGP. Segue a prova literária, para além da fotografia, de que o artefato foi entregue ao Instituto. “Amanhã a geração futura risonha, agradecida, contemplando a destemida barcaça entre as relíquias da grande causa, no Instituto Archeologico, commentará o heroísmo do abençoado exportador, que mandava seguir por sobre as vagas os captivos, em busca da terra santa, enquanto vacilavam perplexos os retrógrados perseguidores, perdidos, abstractos nas vagas procelosas do mysterio.” **CEPE Digital**. A Academia: homenagem dos estudantes de Direito ao Dia 13 de maio. Outros artefatos históricos, que aparecem registrados no catálogo do aniversário de 50 anos da Abolição em Pernambuco, pertencentes ao IAHGP como, as bandeiras da Sociedade Abolicionista Nova Emancipadora e do Clube Abolicionista também não foram encontradas no Instituto. Restaram ainda as bandeiras da Sociedade Ave Libertas, outra bandeira com as siglas SULA ou SLUA com a palavra liberdade e uma imagem de um aperto de mão entre um liberto e um homem branco livre. E, como já vimos, o espeto de ferro que, provavelmente, serviu para o juramento de ingresso no Clube do Cupim. No jornal *A Província* encontramos uma crítica de Sebastião Grande de Arruda sobre a preservação da barquinha do Cupim. Segundo ele, a barquinha, juntamente com outras

surpreendente que esta mulher tenha se destacado no meio de vários homens em meio a uma sociedade escravocrata e paternalista. Sendo ainda mais surpreendente o fato dela ser uma liderança feminina negra combatendo a escravidão numa das principais províncias escravistas do Império.

Imagem 31: A Barcacinha do Club do Cupim.



Fonte: HDBN: Jornal Pequeno, 14 de maio de 1910. Nº106.

Nessa foto, tirada nas primeiras décadas de 1900, conseguimos ver uma miniatura da barcaça dos cupins, doada ao *Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano* e que já não existe mais no acervo de peças da instituição.¹²¹² Ao lado da barcaça do João Ramos,

reliquias do Cupim, que faziam parte dos bens do Instituto Arqueológico, foram sequestrados por ordem do governo do Estado e depositadas num quintal e em outras dependências de um estabelecimento público, o Ginásio Pernambucano. A barquinha do Cupim era um artefato feito a partir da redução de uma das barcaças do coronel Manoel Joaquim Pessoa e estava “guardada” num espaço aberto, levando sol e chuva. Com diversas peças desaparecidas, sendo outras estragadas e apodrecidas, Sebastião Grande de Arruda se ofereceu para fazer os consertos e guardar o artefato em depósito até o dia da ressurreição do Instituto. **HDBN: A Província**. 22 de abril de 1911. Nº109. p.1.

¹²¹² Sabemos que no dia 15 de maio de 1888, aproximadamente dez mil pessoas foram às ruas, com direito a carros alegóricos, num deles uma jangada com o jangadeiro Nascimento, representando o Ceará, noutro homens carregavam a Barcaça “Cupim”, representando o instrumento de luta e fuga dos libertos e dos seus aliados abolicionistas. Um anunciante dá o trajeto do cortejo que passou por ruas e pelar frente das casas dos principais membros do Club. Dentre eles Numa Pompílio, que morava na Rua Nova, passando pela Rua do Imperador onde morava Leonor Porto o momento foi de grande ovação. Seguindo para as direções do Jornal do Recife e voltando a redação do *A Província*, onde falou José Mariano, dispersando os acompanhantes da marcha. Duraram as festas algo em torno de um mês até 14 de junho. No dia 15 de maio aproximadamente dez mil pessoas foram às ruas. Seguindo uma convocação da Sociedade Pernambucana Contra a Escravidão os cupins saíram às ruas com sua barcaça estandarte chamada: Barcaça João Ramos. Carregada por quatro libertos a barquinha foi acompanhada

podemos ver os auxiliares internos, em sua maioria homens negros, que haviam ajudado os escravizados nas fugas e agora se reuniam algumas vezes nas comemorações do 13 de maio pelas ruas do Recife ou no próprio Instituto.¹²¹³

O título da fotografia já incorre num erro simples, os auxiliares fotografados não eram externos, mas sim internos. Representavam a linha de frente na coordenação das fugas. Estão listados na fotografia Juvenal Machado, Israel Benedicto da Costa, Manoel Francisco dos Santos, Genuíno José de Oliveira, Gertrudes Maria de Jesus, Luiz da Silva Galvão, Ascenço José de Sant'Anna, João Clemente Chaves, José Diogo dos Passos e Sebastião Grande Arruda.¹²¹⁴

Quatro anos depois, na comemoração de 12 de maio de 1914, no mesmo *Jornal Pequeno*, a fotografia foi reproduzida novamente, todavia, as memórias acerca dos membros já estavam em processo de confusão. Israel Benedicto da Costa é tido por Israel de Barros (Cametá), auxiliar interno do Clube, podendo mesmo ter mudado de sobrenome nos anos que se seguiram a Abolição.¹²¹⁵ Já Sebastião Grande Arruda foi confundido com o “memorável Acarape (Juvenal Machado).”¹²¹⁶ Apesar da confusão, comemorando a Abolição em Pernambuco, o *Jornal Pequeno* ainda homenageava os auxiliares, membros das classes populares. A fotografia, muito provavelmente, teve como motivação reproduzir a influência dos cupins junto ao povo, ao retratar somente os membros auxiliares do Clube, elogiando o caráter popular do abolicionismo em Pernambuco, trazendo ao centro da comemoração homens negros e uma mulher negra, descendentes de africanos, que participaram ativamente do processo de destruição do cativeiro.

segundo o anúncio por uma multidão de mais de duas mil pessoas. **HDBN**. Diário de Pernambuco. 11 de maio de 1888; 12 e 17 de maio de 1888.

¹²¹³ Desde o dia 11 de maio de 1888 que as festas estavam sendo articuladas e algumas já haviam começado. Várias sociedades abolicionistas tomaram as ruas seguindo uma convocação de passeata da Sociedade Pernambucana Contra a Escravidão. **HDBN**: Diário de Pernambuco 11 de maio de 1888; 12 de Maio de 1888; 13 de Maio de 1888; 14 de Maio de 1888 e 15 de Maio de 1888.

¹²¹⁴ **HDBN**: *Jornal Pequeno*, 14 de maio de 1910. Nº106.

¹²¹⁵ Segundo Walter Fraga, a mudança ou a ocultação do nome foi muito comum após a abolição e refletia a insegurança e incertezas dos primeiros anos após a passagem da lei 13 de maio. Segundo ele, os libertos tinham em mente a perspectiva de que não haviam garantias que a lei realmente pegasse, tendo em vista o movimento parlamentar pela indenização, a perspectiva de re-escravização não estava fora de questão. Muita gente continuou a construir táticas de sobrevivência e resistência nos primeiros anos republicanos, principalmente devido aos novos desafios impostos pela questão racial à população negra e a mudança de nome, para se afastar do estigma da escravidão, foi uma das muitas estratégias de homens e mulheres negros nascidos sob o regime escravidão. FRAGA, Walter. **O cotidiano movediço do pós-Abolição: ex-escravizados na cidade de Salvador, 1889-1890**. In: Políticas da Raça: Experiências e legados da Abolição e da Pós-Emancipação no Brasil. Org: Flávio Gomes e Petrônio Domingues. São Paulo. Selo Negro. 2014. p.159.

¹²¹⁶ **HDBN**. *Jornal Pequeno*. 12 de maio de 1914. Nº 103. Folha 3.

Voltemos a passeata de 23 de maio de 1888. Depois de percorrer pelos quatro principais bairros de Pernambuco, segundo Fernando de Castro, o *Clube do Cupim* se escusou e pediu

perdão por não ir em passeata saudar os longínquos quilombos de abacaxis do João Ramos nos Aflitos, quilombo Mater, também nos Aflitos, - **onde hoje encontramos somente a lápide comemorativa, a casa não mais** - do Porto do Jacobina, do Jeriquity, do Dr. José Maria no Beco do Corrimboque, do Dr. José Mariano no Poço (da Panela), do Mergulhão, do Arraial, do Mariz, na Tamarineira, do Moraes em Apipucos, do Pinto em Água Fria, do Antônio Carlos, em Fernandes Vieira, do Major Silveira, no Fundão, do Barata, em Afogados, do Rocha no Peres, e do Costa em Santo Amaro.¹²¹⁷

Imagem 32: O Celebre Club do Cupim (Tela de Telles Júnior)



Fonte: HDBN. Jornal Pequeno. 29 de julho de 1939. Nº162. p.1¹²¹⁸

Tudo isso sem contar os quilombos maiores, as chamadas “panelas-mães” na linguagem dos membros. Não conseguiram visitar e homenagear os quilombos rurais, que ficavam em áreas ainda mais distantes da província. Na zona rural, a situação de confronto parecia mais forte do que na área urbana, como podemos observar, por exemplo, a partir dos nomes de alguns desses refúgios de escravos fugidos: quilombo de Pau do Pinho, do Fura-bucho, do Capa-Preta, das Duas Lâminas, do Engole-Fogo, do Engenho Tinoco, em Sirinhaém,

¹²¹⁷ Rememorando as comemorações do 13 de maio de 1888. Diário de Pernambuco, 29 de novembro de 1950. E “Passeiata em despedida, quarta-feira, 23 [de maio de 1888]”. **Op. Cit.** pp.66-68.

¹²¹⁸ Esta casa ficava situada na Estrada dos Aflitos, hoje Avenida Rosa e Silva e atualmente não existe mais, pois foi demolida, existindo somente a lápide onde podemos ler os dizeres: “Esta casa serviu de azylo aos infelizes escravizados desta Província, que tinham de ser embarcados para terras onde ião gosar de sua liberdade.” [sic] No tempo da campanha pertencia ao farmacêutico José Braz da Conceição Silva e João Ramos alugou-a por 25\$000 mil réis mensais, estabelecendo Rufino Pereira (Apipucos), capitão de Luiz Gonzaga do Amaral, como morador. **IAHGP**, Caixa 21. Maço 2. Recibo de pagamento do aluguel da casa dos cupins situada na Estrada dos Aflitos nº20 A. Recife. 03 de outubro de 1887. SILVA, Leonardo Dantas. A Abolição em Pernambuco. **Op. Cit.** p.23.

e, finalmente, o quilombo que funcionava como uma espécie de “receptáculo central”, orgulho do abolicionismo radical pernambucano, “o grande e memorável” quilombo da Caverna dos Macacos.¹²¹⁹ Subterrâneos e invisíveis da História que, apesar de aparecerem somente como rastros na documentação oficial, evidenciam a grande rede criada, mantida e gerenciada pelos escravizados e pelos membros do Cupim.

A formação dessa rede de “quilombos abolicionistas”, provavelmente, foi uma das opções e imposições no momento de maior perseguição sofrido pelo movimento, a partir do ano de 1885. Ao invés de centralizarem suas ações, instituindo uma sede única e um corpo fechado de membros, os cupins tiveram que se espalhar e, com isso, cresceram.

Segundo Eduardo Silva,

Enquanto o quilombo tradicional se esconde, o quilombo abolicionista procura uma outra estratégia de sobrevivência e tem na boa localização uma de suas características mais marcantes. Sabiam os quilombolas tirar vantagem da moderna rede de transportes urbanos que se implantou na segunda metade de século XIX. Não é certamente por acaso que tanto o quilombo do Jabaquara, na cidade portuária de Santos, como o quilombo do Leblon, na periferia da cidade do Rio de Janeiro – os dois quilombos abolicionistas clássicos – surgiram exatamente nas proximidades de estações terminais de bondes puxados a burro. A boa rede de comunicação e transporte facilitou muito a articulação dos quilombos ao movimento político abolicionista.¹²²⁰

Para nós, estes lugares e endereços pernambucanos não eram propriamente quilombos urbanos, no sentido estrito do termo.¹²²¹ Estes escravizados eram acoitados e permaneciam naqueles endereços somente até o momento em que pudessem prosseguir com sua fuga pra outras regiões do Império. Estes “quilombos abolicionistas” de Pernambuco parecem muito mais com centros de acolhimento passageiros de escravizados em fuga. Afirmamos isso a partir do que nos ensina Clóvis Moura acerca do conceito de quilombagem.¹²²² Para ele, a quilombagem, ou a formação de quilombos representou, historicamente, um “movimento de

¹²¹⁹ **Idem.**

¹²²⁰ Para Silva, este novo modelo de resistência surgiu na última década da escravidão e contou com “lideranças bem conhecidas, cidadãos prestantes, com documentação civil em dia, e, principalmente, muito bem articulado politicamente.” Nestes quilombos “os contatos com a sociedade seriam tantos e tão essenciais que o quilombo encontra-se já internalizado, parte do jogo político da sociedade mais ampla.” SILVA, Eduardo. As camélias do Leblon. **Op. Cit.** pp.11-13 e 19.

¹²²¹ Tomamos o conceito de quilombo proposto por Clóvis Moura e entendido como um “movimento de rebeldia permanente organizado e dirigido pelos próprios escravos.” MOURA, Clóvis. (org): **Os Quilombos na Dinâmica Social do Brasil**. Maceió: EDUFAL, 2001.

¹²²² Para Moura, a quilombagem simbolizava “um processo radical permanente de desgaste do sistema que se articula durante todo o percurso histórico da escravidão no Brasil com a sua dinâmica radical permanente.” *Idem.* p. 110

rebeldia permanente organizado e dirigido pelos próprios escravos que se verificou durante o escravismo brasileiro em todo o território nacional”¹²²³.

Todavia, parece-nos que a autonomia dos cativos ou a autogestão e a criação de zonas próprias para que estas pessoas pudessem reproduzir sua vida livremente não constituía questão central nestes endereços. Como afirmamos, estas casas serviam muito mais como entrepostos, onde os fugitivos poderiam ser acoitados inicialmente, para depois prosseguirem viagem, quando as condições permitissem.

Espalhados pelo Recife e pela Zona da Mata pernambucana, estes “quilombos” não se restringiram a capital nem possuíam a centralidade dos quilombos que se formaram no Leblon-RJ (liderado por Seixas Magalhães) e em Jabaquara-SP (liderado por Quintino de Lacerda).¹²²⁴ Os cupins estabeleceram, como podemos evidenciar, a ligação entre os diversos pontos de recepção e acolhimento de escravos fugidos em Pernambuco, mandando-os para outras províncias e também recepcionando-os de outras regiões do Império, criando um sistema de fugas coordenadas que, devido à sua pulverização social, deveria ser mesmo muito difícil reprimir.

Em termos de compração com os quilombos do Leblon e do Jabaquara, podemos afirmar que os cupins também se aproveitavam de toda uma rede logística que havia se constituído na segunda metade do século XIX. Telégrafos, telefones, carros de transporte urbano, barcas, navios a vapor usados pelos abolicionistas e pelos escravizados em fuga.

Diferentemente do que pensou Eduardo Silva que, apesar de analisar o mesmo documento escrito por Fernando de Castro, afirmou ser “o batalhão de choque na luta antiescravista, a turma da pesada que promovia fugas e quilombos em Recife, composto exclusivamente por homens negros.” E, ainda, no mesmo trabalho, disse que, “nenhuma mulher parece figurar nesse nível mais duro e perigoso da luta”,¹²²⁵ conseguimos mostrar que, a organização dos quilombos urbanos e das fugas escravas contava tanto com homens negros e brancos, influentes ou não, quanto com mulheres negras e brancas.

¹²²³ MOURA, Clóvis. **História do Negro no Brasileiro**. São Paulo: Editora Ática, 1992. p. 22-23

¹²²⁴ Estes quilombos abolicionistas se tornaram receptáculos finais e destinos de grande parte dos escravizados fugidos das regiões cafeeiras do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo. Administrados por homens e mulheres livres e libertos estes quilombos promoviam além do acoitamento a ocupação de boa parte dos refugiados dentro mesmo de suas terras ou próximos aos abrigos. No caso do quilombo do Jabaquara provavelmente boa parte dos fugitivos que paravam naquele lugar deveriam procurar emprego na cidade e no porto de Santos. GOMES, Flávio dos Santos. MACHADO, Maria H. T. Atravessando a liberdade. **Op. Cit.** p.79. SILVA, Eduardo. As camélias do Leblon. **Op. Cit.**

¹²²⁵ Contradizendo-se, um pouco adiante no mesmo texto, o historiador afirma: “eis o que a passeata revela em primeiro lugar: a participação-chave das classes mais populares do velho Recife, compostas basicamente por homens e mulheres livres de cor. Torna-se evidente a base social que sustentou nos ombros o Underground pernambucano.” SILVA, Eduardo. “Sinhás e sinhazinhas avançadas no tempo”: **Op. Cit.**

Tratando-se ainda das mulheres, o papel da negra Gertrudes Maria de Jesus, listada como líder de um quilombo urbano, deve ter sido tão importante quanto o de alguns dos mais ativos auxiliares internos que aparecem constantemente na documentação como Sebastião Grande de Arruda, João Canella e Juvenal Machado. Acreditamos que foi justamente esta pulverização social que contribuiu para o crescimento do movimento, dificultando a repressão.

Ao finalizar seu discurso, Fernando de Castro demonstrou não somente a extensão local dos “quilombos dos cupins”, mas também o seu alcance nacional e internacional. Saudou os portos de Fortaleza, Aracati, Camucin, todos no Ceará, Mossoró, Macau, Natal, Macahyba, portos do Rio Grande do Norte, Belém (PA), Manaus (AM), Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Montevideu, capital da República do Uruguai, deixando-nos a informação de que a rede dos cupins estava para além das fronteiras do Império do Brasil.¹²²⁶

A organização dessa rede de acolhimento nos mostra mais uma vez a aliança que mantinham com os escravizados, com libertos, com pessoas das classes populares, descendentes de africanos, que sustentavam a formação e manutenção destes centros de acatamento.¹²²⁷ Tanto os da área urbana, mais próximos dos abolicionistas, que estavam envolvidos diretamente, quanto os rurais, que apresentavam nomes indicativos da luta movida pelos escravizados no interior da província e seu caráter mais violento, foram cruciais para que a atividade abolicionista do Clube se disseminasse pela província e colhesse bons frutos. Concordamos assim com Eduardo Silva e Maria Helena Machado que também apontam a fundamental ligação dos cativos e populares com homens da elite econômica e política para dar prosseguimento aos projetos de fugas em massa. Sem essa ligação, talvez o projeto abolicionista não tivesse o êxito representado pela abolição imediata e sem indenização, prolongando ainda mais a luta pelo fim da escravidão no Brasil.¹²²⁸

No dia 23 de setembro de 1885, como um bom guarda-livros¹²²⁹, João Ramos avisou aos amigos que haviam acabado de mandar mais 10 ingleses para a terra dos livres, completando assim o número de 1.649 imigrantes, pedindo Guilherme Pinto um voto de louvor aos

¹²²⁶ “Passeiata em despedida, quarta-feira, 23 [de maio de 1888]”. **Op. Cit.** p.68.

¹²²⁷ O problema em alugar casas para dar refúgio aos “ingleses” foi solucionado realmente no improviso de abrigar os fugitivos temporariamente em suas próprias casas. Atesta Carneiro Vilella que os locais escolhidos para “hibernar os ingleses eram a casa de José Mariano, no Poço da Panela, as casas de Barros Sobrinho e Francisco de Paula Mafra, a casa de Leonor Porto e o Hotel Oriental”. E segundo o relato do filho de Aníbal Falcão a casa de dona Guilhermina Falcão e da sua filha Sylvia também serviam de esconderijo. VILELLA, Joaquim Maria Carneiro. O Clube do Cupim. **Op. Cit.** p.421-425. FALCÃO, Luiz Aníbal. **Aníbal Falcão**. In: FALCÃO, Aníbal. *Fórmula da Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1933. pp.22-23.

¹²²⁸ SILVA, Eduardo. *As camélias do Leblon e a abolição da escravatura*. **Op. Cit.** p.8. MACHADO, Maria Helena. *O Plano e o Pânico*. **Op.Cit.**

¹²²⁹ Lembramos que Guarda-Livros era uma espécie de contador.

auxiliares, Juvenal Machado, João Canella e Luiz Napoleão, por terem sido cruciais no último embarque, uma operação que só custou aos cofres do Clube 12\$500 mil réis.¹²³⁰

Este Luiz Napoleão provavelmente era o “Antônio José (Luiz) Napoleão”¹²³¹, um dos líderes jangadeiros que, segundo Isaac do Amaral, teve maior participação do que o Dragão do Mar nas greves dos jangadeiros e conteve o embarque de escravos em Fortaleza em 1881.¹²³² Napoleão tomou no Cupim o nome de Guararapes e o lugar de capitão de Santa Catarina (Baltar Sobrinho). A sua ação, em conjunto com o grupo de jangadeiros pernambucanos e cearenses – o Dragão do mar também participou das operações - representados por homens negros como João Canella, José Mathias, Joaquim Cambraia, João Doudo, entre outros, demonstra mais uma vez a centralidade destes personagens para a execução dos planos de fuga marítima, servindo os constantes votos de louvor nas atas do Clube como prova de seus esforços e reconhecimento.

¹²³³ Inclusive, nesta mesma reunião, Juvenal Machado e Luiz Napoleão apresentaram mais seis auxiliares para trabalhar pela causa. Foram aceitos sem discussões, pois já haviam sido iniciados nos mistérios do Cupim.¹²³⁴

¹²³⁰ **IAHGP**. Caixa 20. Doc 0810. Livro de actas do Clube do Cupim. 6º sessão do Clube Cupim em 23 de setembro de 1885. 2º anno da redempção do Ceará e Amazonas.

¹²³¹ Provavelmente ou o nome do jangadeiro liberto - chefe das capatazias da casa Boris Frères – era José Antônio Luiz Napoleão ou João Ramos confundiu seu nome no momento da escrita das atas. Outra hipótese é que, por se tratar de um liberto, Napoleão possa ter trocado de nome pelo menos uma vez na vida. **HDBN**: O Nordeste. (Ceará). 09 de janeiro de 1933. N 3218. p.3.

¹²³² “José (Antônio) Luiz Napoleão” era capataz da Alfândega e Francisco José do Nascimento era práctico-mor. Segundo Isaac do Amaral, “nas greves da praia em 1881 tivemos, como principal mentor dos jangadeiros, o liberto Antônio José Napoleão, caráter adamantino de abolicionista e de altruísmo fora do comum. Com seu titânico esforço conseguiu, vintém a vintém, juntados avarentamente, até com o sacrifício da alimentação, obter carta de alforria. Longe, todavia, de gozar mais folgadoamente os foros da cidadania conquistada, Antônio Napoleão continuou a quebrar os grilhões de seus irmãos de cativo, fazendo de seu pé-de-meia os fundos necessários para ir indenizando novas alforrias. Mas era de tal modéstia que ninguém o pôde fazer líder oficial da classe marítima, em cujo meio se tomou venerado. Dizia-nos sempre: 'para esse lugar, seus moços, só um homem novo e forte como o Chico da Matilde, que é também jangadeiro muito sério e amigo dos colegas da praia'. Daí nasceu a escolha deste, cujo o nome próprio era Francisco José do Nascimento ...” GIRÃO apud. SOBRINHO, José Hilário Ferreira. "Catirina minha nega, Teu sinhô ta te querendo vende. **Op. Cit.** pp.155-156. **HDBN**: O Nordeste. (Ceará). 09 de janeiro de 1933. N 3218. p.3.

¹²³³ Para saber mais sobre ele: ALBUQUERQUE, Wlamira e FILHO, Walter. Uma História do Negro no Brasil. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais: Fundação Cultural Palmares, 2006. p.188. MOREL, Edmar. Vendaval da Liberdade: A luta do povo pela abolição. 3. ed. São Paulo:Global, 1988, p.115. Só para se ter uma noção da quantidade de auxiliares envolvidos com o transporte de fugitivos para o Ceará, a partir da lista de membros do Clube conseguimos identificar o nome de vários homens envolvidos com os transportes marítimos, são eles: Francisco Raymundo de Carvalho (Comandante do vapor Pirapama) Francisco Alves da Costa (Comandante do vapor Jaguaribe), João Raymundo (despenseiro do vapor Pernambuco), Joaquim Honório (mestre do iate Jeriquity) , Manoel Antônio (mestre do iate Camélia), Joaquim Bazílio (mestre do iate João Valle), Clementino de Macedo (mestre do iate Bom Jesus), Joaquim Felipe (mestre o iate Rainha dos Anjos), Luiz F. de Moura (mestre da barça Apody), Antônio Martins (mestre do iate (?) Jeriquity, Joaquim Félix do Nascimento (mestre do iate Jaguarary), Florippe Moura (mestre da barça Adelina dos Anjos), José de Matias (catraieiro) (Lingueta – [Capitão de Alagoas]) (almirante), Manoel José da Rosa (catraieiro) e Joaquim Ferreira de Andrade (catraieiro). **IAHGP**. Caixa.21, maço 2, doc. 0828. Documentos do Clube do Cupim: Lista de membros.

¹²³⁴ No dia 15 de outubro Juvenal apresentaria mais cinco homens, Gyro (Cordeiro), Fortunato (Chacon), João (Cabocó), Antônio (Estrada Nova) e Vicente (Lucca), deixando claro que quem estava a cargo destas nomeações mais práticas eram os capitães, auxiliares internos do Clube. **IAHGP**. Caixa 20. Doc 0810. Livro de actas do Clube

Como já conseguimos observar, em termos econômicos e práticos, as fugas se mostravam uma opção muito melhor do que qualquer outra tentativa de libertação pelas vias legais e o recurso a este tipo de saída só aumentou a partir de 1885. As diferenças nos valores dispendidos com as fugas, por parte dos escravizados e dos abolicionistas era gritante. Estes gastos ficavam bem abaixo das alforrias compradas ou dos custos com as causas judiciais.

Guilherme Pinto, em 30 de junho de 1887, fez algumas anotações sobre quanto deveriam pagar para enviar fugitivos ao Ceará. Ao mestre do “hiate Geriquity” - Joaquim Honório - pagaram 6\$660 réis pela passagem de dois “americanos”, ao mestre do “cutter Geriquity” - Antônio Martins - 3\$300 réis pela passagem de um americano, ao mestre do “hiate Rainha dos Anjos” - Joaquim Felipe - 6\$660 réis pela passagem de dois americanos. Ao total, 16\$650 mil réis foram entregues a Joaquim Pessoa, proprietário das embarcações, pelo embarque de 5 fugitivos. Cada fugitivo embarcado arcou com 3\$300 mil réis. Pagaram ainda 2\$000 mil réis pela diferença da passagem do americano Bernardo ao mestre do “hiate Deus te guie”, entregando 500 réis a Bernardo para sua alimentação e 1\$000 mil réis ao guarda Verissimo para o serviço da “caverna misteriosa”.¹²³⁵ Os cupins usaram somente 20\$150 mil réis para enviar 6 fugitivos ao Ceará.

Para termos uma noção comparativa entre o custo benefício das libertações indenizadas e da liberdade adquirida pela fuga, sabemos que, entre os anos de 1880 e 1884, o Fundo Geral de Emancipação contribuiu com 791:157\$310 e os escravizados com 54:535\$904 para a libertação de 1.863 pessoas em todo Império, sendo gasto, ao todo 845:693\$214.¹²³⁶ Cada libertação custou, em média, 453\$941 mil réis.¹²³⁷ Enquanto que, se levarmos em consideração os 3\$300 mil réis que cada cativo pagou pela sua própria passagem, excluindo alguns gastos menores com “comedorias”, temos que, com as 1.649 fugas até 1885, os escravizados e os abolicionistas dispenderam algo em torno de 5:441\$700 mil réis. Um valor, pelo menos, 150 vezes menor.

do Cupim. 6ª sessão do Clube Cupim em 23 de setembro de 1885. 2º ano da redenção do Ceará e Amazonas; **IAHGP**. Caixa 20. Doc 0810. Livro de actas do Clube do Cupim. 8ª Sessão do Clube Cupim em 15 de outubro de 1885. 2º ano da redenção do Ceará e Amazonas.

¹²³⁵ **IAHGP**. Caixa 21. Maço 2. Doc. s/n. Guilherme Pinto. Pagamento de passagens de Americanos e outros gastos. Recife. 30 de junho de 1887.

¹²³⁶ **HDBN**: Diário de Pernambuco. 10 de abril de 1886. Nº82. p.1.

¹²³⁷ Carlos Rafael Viera Caxilê aponta números parecidos para a década de 1870. Antes da grande seca que atingiu o Ceará, entre 1877-1879, a primeira cota do Fundo de Emancipação, que demorou cinco anos para ser aplicada naquela província, libertou 110 cativos, num valor total de 48:116\$983 réis, uma média de 420\$000 a 437\$000 mil réis por pessoa. CAXILÊ, Carlos Rafael Vieira. **Olhar para além das Efemérides: Ser liberto na Província do Ceará**. Dissertação de Mestrado. PUC-SP. 2005. p.27.

Quadro 1: Valores e Libertações pelo Fundo de Emancipação Geral Aplicado entre 1880-1884.

Ano	Quotas	Pecúlios	Libertações
1880	307:665\$406	26:371\$977	517
1881	151:291\$904	9:887\$362	274
1882	200:000\$000	7:230\$851	410
1883	120:000\$000	6:164\$489	312
1884	122:000\$000	4:881\$225	350
Total:	791:157\$310	54:535\$904	1.863

Fonte: HDBN: Diário de Pernambuco. 10 de abril de 1886. Nº82. p.1.

Sem querer resumir todo esse parágrafo a números e estatísticas, podemos afirmar que o Cupim realmente desenvolveu um trabalho de libertação, em conjunto com os escravizados, muito mais efetivo do que o promovido pelo Estado, representado tanto pelo Governo Geral quanto pelo Provincial, ou pelas associações emancipadoras e que, a contundência deste movimento, demarcou uma mudança radical no processo de conquista da liberdade, servindo de repertório para os movimentos de fugas em massa dos escravizados em São Paulo, no Rio de Janeiro, dentre outras províncias cujos cativos conquistaram para si a liberdade.¹²³⁸

Segundo as estimativas de Peter Eisenberg, o Fundo de Emancipação Imperial libertou, em Pernambuco, 2.600 pessoas até maio de 1888, enquanto o Fundo de Emancipação da Província, criado em maio de 1883, libertou apenas 150 escravos.¹²³⁹ Já Castilho calculou, em

¹²³⁸ Já foi evidenciado por nós que o movimento abolicionista radical da Corte, conduzido pela Confederação Abolicionista, manteve ligações diretas com o movimento no Norte, principalmente com as Províncias do Ceará e de Pernambuco. Participaram ativamente do envio de escravos fugidos para estas províncias, incentivaram e buscaram reproduzir as mesmas táticas e formas de lutas que estavam sendo ativadas no Norte. Por isso, aqui, tomamos a liberdade de utilizar o conceito de repertório de Charles Tilly. Segundo Angela Alonso, a palavra repertório identifica um conjunto limitado de rotinas que são aprendidas, compartilhadas e postas em ação por meio de um processo relativamente deliberado de escolha. Para Tilly, repertórios são criações culturais aprendidas, mas eles não descendem de filosofia abstrata ou tomam forma como resultado da propaganda política; eles emergem da luta. [...] Em qualquer ponto particular da história, contudo, elas [as pessoas] aprendem apenas um pequeno número de maneiras alternativas de agir coletivamente. O repertório surge do conflito de interesses e da inovação das forças contrárias umas às outras. Baseando nosso pensamento neste conceito, podemos afirmar que houve uma virada no movimento abolicionista entre os anos de 1885-1888. Os abolicionistas e os escravizados tiveram que reformular os seus repertórios de luta, que já vinham sendo praticado desde pelo menos o começo da década de 1880 no Ceará, posteriormente em Pernambuco e que se expandiu para outras áreas do Império, Corte, Campos (RJ), Santos, São Paulo. ALONSO, Angela. REPERTÓRIO, SEGUNDO CHARLES TILLY: HISTÓRIA DE UM CONCEITO. *Revista sociologia&antropologia* | v.02.03: 21–41, 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2238-38752012000300021 acessado em 18 de maio de 2020 às 13:49.

¹²³⁹ EISENBERG, Peter L. *A abolição da escravatura: o processo nas fazendas de açúcar em Pernambuco*. Revista Estudos econômicos, v. 2, n. 6, São Paulo: Dez. 1972, p. 181-205. O Fundo de Emancipação Geral, instituído pela lei do ventre livre (1871), libertou mais de 32 mil escravos em todo o Império durante a sua vigência

“estimativas conservadoras”, que, enquanto o Fundo de Emancipação provincial ajudou na alforria de 135 pessoas entre 1883-1885 e as Associações Emancipadoras auxiliaram 1.100 escravizados a se libertarem entre 1884-1885, o Cupim, entre 1883 e 1888, deve ter chegado a mandar, para o Ceará, algo em torno de 3 mil escravizados, sendo que sabemos, pelas contas de João Ramos, que até setembro de 1885 eles já haviam enviado 1.649 fugitivos para territórios livres do Império.¹²⁴⁰

Castilho acertou em definir suas estimativas como conservadoras. Provavelmente esse número tenha sido inferido a partir de uma notícia, com o título *Colonização*, que saiu no *Diário de Pernambuco*, no dia 27 de maio de 1888. As autoridades provinciais informaram que existiam na cidade de Fortaleza “cerca de três mil libertos, que desejam ardentemente voltar a esta província”.¹²⁴¹ Segundo informações, aquelas pessoas estavam habituadas ao trabalho na lavoura e passando dificuldades no Ceará, para onde emigraram e poderiam servir como “bons colonos e de fácil acomodação”.¹²⁴² Os lavradores que quisessem empregar os serviços destes libertos deveriam pagar a passagem e declarar à presidência da Província quais as condições de trabalho eles forneceria. Ainda segundo a notícia, a escolha em vir ou não dependeria da negociação com os libertos.¹²⁴³

Encontramos evidências de que os cupins tenham enviado algo em torno de 5 a 7 mil pessoas para fora de Pernambuco. João Ramos recebeu uma carta, de Demétrio de Gusmão Coelho, subdelegado do 1º distrito da Graça, da qual infelizmente não temos data, mas acreditamos ter sido escrita entre 1887 e 1888, informando ao “general” que estavam sob o seu comando “os 5 mil homens que desampararam o acampamento da desgraça”, sendo preciso, segundo o subdelegado, dar-lhes destino conveniente a fim de não serem descobertos. O que,

(1872-1888). A maior parte destas libertações aconteceu, justamente, nos últimos anos, pois até 1883 o Fundo só havia libertado 12.898 escravos. Apesar de ser mais um instrumento na luta pela liberdade, o Fundo de Emancipação acabou por confirmar mais os anseios senhoriais por uma liberdade indenizada e gradual, desfavorecendo um grande número de pessoas escravizadas que recorreram a ele. A opção pela solução radical, pela ruptura com o cativeiro através da fuga, pode ser lida como uma resposta direta dos escravizados que não conseguiram a alforria negociada com os senhores ou que não foram contemplados pelos Fundos de Emancipação. DAUWE, Fabiano. **A Libertação gradual e a saída viável: os múltiplos sentidos da liberdade pelo fundo de emancipação de escravos**. Dissertação. UFF. Niterói. 2004.

¹²⁴⁰ As estimativas de Castilho são hipotéticas, tendo em vista que ele não encontra registros para todas as Associações Emancipadoras e que estes dados estatísticos são muito difíceis de serem reunidos. O historiador, que fez este levantamento quantitativo, utilizou-se dos registros oficiais, como relatórios dos presidentes da Província e do Ministério da Agricultura, de algumas informações recolhidas dos jornais, das atas do Clube do Cupim e da Nova Emancipadora e também do estudo de Peter Eisenberg. Num trabalho hercúleo de recolhimento destes números, ele chegou à conclusão de que a pressão do movimento abolicionista e da ação dos escravizados em Pernambuco gerou muito mais resultados imediatos e práticos do que os programas do governo. CASTILHO, Celso Thomas. *Slave Emancipation and Transformations*. **Op. Cit.** 170.

¹²⁴¹ HDBN: *Diário de Pernambuco*. 27 de maio de 1888. Nº120. p.2.

¹²⁴² **Idem.**

¹²⁴³ **Idem.**

segundo Demétrio, não seria difícil por estarem distribuídos em casas próximas (as panellas dos cupins) e pelas pesquisas que estavam sendo procedidas pela polícia.¹²⁴⁴ Ora, Demétrio poderia estar blefando, ao escrever esse bilhete, trabalhando com a hipótese de ludibriar a polícia caso a mensagem fosse interceptada, mas, se levarmos em consideração a veracidade destes números, somando os 5 mil citados por ele com mais os 1.649 fugitivos que já haviam sido enviados pelos cupins, temos um número próximo de 7.000 mil pessoas que fugiram da escravidão em Pernambuco, entre 1880 e 1888.

Acerca dos embarques dos fugitivos, conseguimos acompanhar alguns detalhes, a partir de fragmentos documentais e relatos posteriores, já que os cupins não deixaram registrados nas atas, detalhadamente, os procedimentos que poderiam prejudicá-los, caso os papéis caíssem em mãos erradas. Todavia, apesar dessa dificuldade, tentaremos reconstruir um pouco dos momentos de tensão e da articulação que havia entre os envolvidos.¹²⁴⁵

Na reunião do dia 23 de setembro de 1885, o secretário, Alfredo Vieira Pinto de Melo pediu para que fossem nomeadas novas comissões de embarque, ficando estas compostas pelos sócios efetivos: Numa Pompílio, João José da Cunha Lages, João Ramos, Guilherme Pinto, Alfredo Vieira Pinto de Melo e Antônio de Farias e outra, formada por Juvenal Machado, Lino Falcão, Januário e Luiz Napoleão.¹²⁴⁶

Anos depois da abolição, no necrológio de José Joaquim da Cunha Lages (Amazonas), um autor desconhecido, ao fazer um elogio ao homem que segundo ele, “prestou os mais assinalados serviços à Campanha abolicionista”, deixou-nos uma memória acerca do embarque de 170 escravos que saíram com destino ao Ceará em 1884. Segundo o narrador dos fatos, dentre os fugitivos, encontrava-se um da “estima e confiança de Félix Pereira da Silva, antigo negociante nesta praça”. O senhor, pela fortuna e conhecimentos solicitou junto a Santos Neves (Zeca¹²⁴⁷), subdelegado ativo de polícia, uma busca no hiato *João Valle* e a apreensão do seu

¹²⁴⁴ **IAHGP**. Caixa 21. Maço 2. Doc. 827. Correspondência de João Ramos. Carta do subdelegado Demétrio de Gusmão Lobo a João Ramos. Sem data.

¹²⁴⁵ Carneiro Vilela narra algumas fugas memoráveis que os cupins organizaram juntamente com os escravizados. Episódios que não aparecem nas atas e que, provavelmente, foram passados a Vilela oralmente por parte de algum ex-membro do Clube. O próprio Vilela era contemporâneo dos cupins e amigo de muitos deles, sendo seu relato memorialístico um “panegírico” do Clube, como ele mesmo diz em sua introdução. O autor narra em seu ensaio: “A primeira fuga (a negra do Jaboatão mascarada), O fato do mulato Mathias, A família de Luto, A mulata caída, A negra do Barão de Aguas Belas e o último embarque.” Todos estes acontecimentos são listados, sem maiores detalhes, na última ata oficial do Cupim do dia 1 de novembro de 1885, o que nos faz crer na veracidade dos fatos. VILELA, Joaquim Maria Carneiro. O Clube do Cupim. **Op. Cit.** pp.421-426. **IAHGP**. Caixa 20. Doc 0810. Livro de actas do Clube do Cupim. 10º sessão do Clube Cupim em 01 de novembro de 1885. 2º anno da redempção do Ceará e Amazonas.

¹²⁴⁶ **IAHGP**. Caixa 20. Doc 0810. Livro de actas do Clube do Cupim. 6º sessão do Clube Cupim em 23 de setembro de 1885. 2º anno da redempção do Ceará e Amazonas.

¹²⁴⁷ O subdelegado Zeca foi alvo das acusações dos republicanos em 1887. Segundo eles, apesar de ser ele pobre, havia recusado um cargo melhor para continuar sendo subdelegado do Recife, “sendo este cargo mais rendoso”

cativo. Antes de fazer a diligência, Santos Neves revelou seus planos a seu parente, Antônio Ferreira Baltar Sobrinho, sem saber que o “cupim roedor” era membro do Clube. Baltar Sobrinho procurou Guilherme Pinto para avisar a Lages sobre a diligência. Lages seguiu para bordo do hiate, na barcaça *Constança*, também de sua propriedade, enquanto Guilherme Pinto preparou um bote sob o comando do catraieiro cearense, Joaquim Ferreira de Andrade.¹²⁴⁸ Ao chegar no *João Valle*, Lages confirmou com o mestre do hiate, Joaquim Bazilio, “a resistência armada contra quem quer que pretendesse abordá-lo”.

Guilherme Pinto, “sem querer derramamento de sangue”, procurou Alfredo Pinto Viera de Mello, que era sobrinho do Chefe de Polícia da Província, para lhe pedir que intercedesse junto ao seu tio, pedindo que este anulasse a diligência para evitar um mal maior. Horas depois, o subdelegado “Zeca” recebeu uma ordem para que não desse prosseguimento a diligência e também foi recomendado que não procurasse mais perseguir escravos fugidos. Por fim, os cativos seguiram viagem para a “Terra dos livres”.¹²⁴⁹

Esta história narrada anos depois da Abolição apesar de suscitar algumas dúvidas, tem fortes evidências de ter sido verdadeira¹²⁵⁰ e nos revela algumas questões de ordem sobre a organização e ação dos membros do alto escalão do Clube. Estes homens trabalhavam com as influências que tinham, assim como os contrários à causa também se beneficiavam dos seus contatos. Se Alfredo Pinto Vieira de Mello não fosse sobrinho do Chefe de Polícia, o Dr. Antônio Domingos Pinto,¹²⁵¹ e secretário do Cupim, certamente a história a contar seria outra.

Segundo o relato, de caráter elogioso, naquele momento (provavelmente Dantas ainda estava no poder) nem todos concordavam em utilizar a violência. Podemos observar que,

apesar de não receber ordenado nem rendimentos por ele. O subdelegado ligado aos conservadores, segundo os republicanos, garantia seu emprego devido as suas ações bem sucedidas nas eleições. Tanto ele quanto o chefe de Polícia, o comendador João Pinto Lemos, “o chefe Pintinho”, sofriam constantes críticas pelas penas dos republicanos abolicionistas. **CEPE Digital**. Lanterna Mágica. 20 de fevereiro de 1887. nº180. p.3.

¹²⁴⁸ Catraieiro auxiliar do Clube. **IAHGP**. Caixa.21, maço 2, doc. 0828. Documentos do Clube do Cupim: Lista de membros.

¹²⁴⁹ A Província, Órgão do Partido Liberal, 13 de outubro de 1897. Apud. **HDBN**. Jornal Pequeno, 14 de maio de 1910. Nº106.

¹²⁵⁰ Encontramos este embarque registrado nas atas e nos telegramas enviado por Lages e Pompílio a João Ramos com vários dos detalhes citados pelo autor do necrológico. **IAHGP**. Caixa 20. Doc 0810. Livro de actas do Club do Cupim. Acta da 7ª sessão do Club Cupim em 12 de novembro de 1884. 1º Ano da libertação do Ceará e Amazonas. Presidencia de Matto Grosso (chefe interino). **IAHGP**. Caixa.21, maço 2, doc. 0828. Documentos do Clube do Cupim: The Western And Brazilian Telegraph Company, Limited. João José da Cunha Lages (Amazonas) a Numa Pompílio (Mato Grosso) telegrama informando a chegada de 34 ingleses no Ceará. 17 de novembro de 1884.

¹²⁵¹ Festas em Baependy, Ao chegar naquele lugar, Minas Gerais a notícia de que a lei abolira a escravidão no império, o distinto promotor público Dr. Alfredo Pinto Vieira de Mello promoveu entusiásticas manifestações populares. O talentoso moço teve de orar por várias vezes sendo sempre aplaudido pelos circunstantes que conheciam a convicção abolicionista do orador. O Dr. Alfredo Pinto, nosso comprovinciano foi em seus tempos de acadêmicos secretário do famoso Club do Cupim ao qual prestou relevantíssimos serviços. Era então chefe de polícia desta província o se tio, Dr. Antônio Domingos Pinto. **HDBN**: Diário de Pernambuco. 22 de maio de 1888. Nº116. p.2

enquanto João Lages buscou montar a resistência armada, Guilherme Pinto seguia a ideia de “resistir sem matar”. Este não entendia o enfrentamento armado como uma forma legítima naquele momento. Amigos de diligência, Guilherme Pinto e João José da Cunha Lages, pensavam diferentes em como dar prosseguimento ao ideal do Clube.¹²⁵² Porém, nem sempre poderiam dispensar o recurso das armas. Os cupins tiveram que reformular as suas ações, principalmente, após a repressão cerrada que tiveram de enfrentar com a subida de Cotegipe ao poder em 1885. Lembremos que as fugas e os acoitamentos de escravos passaram a ser combatidas com mais veemência pelos escravocratas, incluindo-se na repressão o famoso Regulamento Negro,¹²⁵³ que imitou o Fugitive Slave Act norte-americano de 1850.¹²⁵⁴ Por esta lei, qualquer um que fosse tido por acoitador de escravos ou incitador de fugas seria penalizado com ações cíveis e criminais com condenação máxima de até dois anos de prisão.¹²⁵⁵

A partir de outro relato, intitulado *O último embarque de escravos*, que foi descrito no *Jornal A Província*, em 21 de maio de 1918, ou seja, 30 anos após a Abolição, ficamos cientes sobre mais expedientes dos embarques e da atuação dos cupins já às vésperas da Abolição. Novamente asseveramos que, apesar das informações terem sido rememoradas num momento de comemoração e em homenagem a alguns abolicionistas - *A Província* era um ograço do Partido Liberal liderado por José Mariano – o relato confirma, com minúcia de detalhes, algumas informações que, quando comparadas com a documentação primária coetânea, fazemos acreditar na sua veracidade.¹²⁵⁶

Segundo o memorialista, quando José Mariano soube que sua casa seria varejada pela polícia, com a intenção de prender escravos fugidos, ele e sua esposa convocaram seus amigos e começaram a distribuição dos escravizados pelas casas dos cupins, frustrando a ação da

¹²⁵² Lages e Guilherme, juntamente com Wenceslau Guimarães costumavam ser nomeados por João Ramos para saírem juntos em diligências. “O Sr. Tesoureiro pede ainda a palavra e expõe a casa que em uma das ruas desta capital existe um homem escravizado cujo pretensão senhor o traz agrilhado e castiga o barbaramente; e pede ao club que tome em consideração o exposto. O sr. Presidente ouvindo as palavras do valente abolicionista nomeia uma comissão composta de Amazonas, Goyaz e Paraná no intuito de livrar o infeliz cidadão das garras do abutre escravocrata.” *IAHGP*. Caixa 16. Doc 0810. Livro de actas do Club do Cupim. Acta da 4ª sessão do Club Cupim em 29 de outubro de 1884. 1º Anno da libertação total do Ceará e Amazonas.

¹²⁵³ Regulamento Negro foi o nome dado ao procedimento que regulamentava a lei dos Sexagenários (Saraiva-Cotegipe). Foram expedidos pelo Ministério da Agricultura de Antônio Prado, um em 14 de novembro de 1885 (decreto nº 9.517) e outro em 12 de junho de 1886 (decreto nº 9.602). Segundo Evaristo de Moraes, “a lei cominava a pena de um mês a dois anos de prisão com trabalho, identificando a hipótese à do art. 260 do Cód. Criminal, que cogitava de quem achasse a coisa alheia e não a manifestasse ao juiz de paz, ou ao inspetor de quartelão.” MORAES, Evaristo. *A campanha abolicionista*. **Op. Cit.** pp.131-132.

¹²⁵⁴ Temos os exemplos dados pelos grupos formados em algumas províncias escravistas do Império, como no caso de Pernambuco: o Club do Cupim fundado por João Ramos, em São Paulo: Os Caifazes de Antônio Bento, no Maranhão o Clube dos Mortos. Para mais ver: ALONSO, Ângela. Flores, votos e balas. **Op. Cit.** pp.307-315.

¹²⁵⁵ *Idem*. p.291.

¹²⁵⁶ Ao seguirmos os rastros dos nomes das pessoas envolvidas neste último embarque, podemos ver que elas estavam associadas direta ou indiretamente com o Clube do Cupim. Para tanto, o leitor deve observar bem as próximas notas de rodapé.

polícia que, no dia seguinte, não encontrou nada. Todavia, foi necessária a organização de um embarque para dar destino aquelas pessoas, em torno de 119 escravizados. Joaquim de Andrade (o Dragão do mar Pernambucano)¹²⁵⁷, José de Mathias (o Almirante)¹²⁵⁸ e Guilherme Pinto, “armado de um revólver” seguiram com suas embarcações a remo, levando os cativos, da casa de José Mariano (no Poço da Panela), através do rio Capibaribe até a Graça, onde o pessoal desembarcou, ficando parte sob a guarda de José Dativo dos Passos¹²⁵⁹ e outros membros que estavam na Panela do Cupim na Estrada dos Aflitos.¹²⁶⁰ Como que para não comprometer o subdelegado do 1º distrito da Graça, o cupim Demétrio de Gusmão Coelho¹²⁶¹, o embarque foi

¹²⁵⁷ Joaquim Ferreira de Andrade aparece listado como ganhador da medalha do Cupim em 1889 e é designado como catraieiro. **IAHGP**. Caixa.21, maço 2, doc. 0828. Documentos do Clube do Cupim: Lista de membros.

¹²⁵⁸ José de Matias também catraieiro, tinha o codinome Lingueta era Capitão de Alagoas, Nuno Alves da Fonseca e possuía também o título de almirante. **IAHGP**. Caixa.21, maço 2, doc. 0828. Documentos do Clube do Cupim: Lista de membros.

¹²⁵⁹ José Dativo dos Passos também aparece listado como ganhador da medalha dos cupins. **IAHGP**. Caixa.21, maço 2, doc. 0828. Documentos do Clube do Cupim: Lista de membros. José Dativo dos Passos Basto aparece era Alferes e, em 1880, recebeu 219 votos para vereador pela Freguesia da Graça, concorrendo com José Mariano Carneiro da Cunha, que recebeu 329, com o negociante João Joaquim Alves (425 votos), negociante José Ferreira Baltar (327 votos), negociante Francisco Gonçalves Torres (325 votos), entre outros homens importantes da freguesia. **HDBN**: Jornal do Recife. 05 de julho de 1880. Nº150. p.1. José Dativo era morador no largo da Graça nº9, na freguesia de mesmo nome. **HDBN**: Jornal do Recife. 01 de março de 1883. Nº49. p.2. Prestou exames no Arsenal da Marinha e obteve a aprovação unânime dos examinadores para servir de 4º maquinista de barcos a vapor. **HDBN**: Diário de Pernambuco. 20 de agosto de 1880. Nº191. p.1.

¹²⁶⁰ O vereador Tito Lívio Soares, comissário de polícia, apresentou a proposta de mudança de nome da Estrada dos Aflitos para Estrada da Liberdade em julho de 1888 na Câmara do Recife. Segundo ele, a mudança de nome se devia aos serviços prestados por Demétrio de Gusmão Coelho à causa da abolição. Demétrio de Gusmão Coelho era subdelegado da freguesia da Graça e segundo Tito Lívio, durante o seu exercício, na subdelegacia do 1º distrito policial da freguesia da Graça, os escravizados encontraram sempre por parte dele proteção e guarida. Devido a este fato, o vereador propôs que a Estrada dos Aflitos que separava o 1º distrito policial do 2º distrito na Graça passasse a se chamar Estrada da Liberdade. O redator do artigo deixou claro que a deliberação foi apertadíssima, talvez por terem encontrado dificuldades para fazer aprovar o projeto. **HDBN**: Diário de Pernambuco. 26 de julho de 1888. Nº168. p.3.

¹²⁶¹ Demétrio de Gusmão Coelho aparece como ex subdelegado da freguesia da Graça na lista de ganhadores da medalha do Cupim em 1889. **IAHGP**. Caixa.21, maço 2, doc. 0828. Documentos do Clube do Cupim: Lista de membros. Foi juiz popular da mesma freguesia. **HDBN**: 14 de julho de 1880. Nº159. p.3. Demétrio Gusmão Coelho era filho do Barão da Vitória (Tenente general e conselheiro de guerra) e serviu 11 anos no Exército. Após pedir e conseguir sua demissão das forças armadas, Demétrio foi nomeado lançador do Consulado em 4 de fevereiro de 1861 e em 19 de setembro de 1874, com a morte do serventuário, passou a função de tesoureiro da mesma repartição. Segundo ele, por ser conservador, tendo subido ao poder o Partido Liberal e vendo muitos de seus correligionários sendo demitidos, recorreu ao presidente da Província, Dr. Adolpho de Barros, para saber se podia se aposentar com o ordenado que recebia após ter servido por 25 anos e 4 meses no Consulado. Recebeu uma resposta negativa. Esperando completar os 30 anos de serviço, Demétrio foi surpreendido em 1882, tendo somado 29 anos de serviço no Consulado, com sua aposentadoria. Ao que recorreu, pois não havia pedido e sabia que perderia parte dos seus vencimentos de funcionário público se fosse demitido antes de completar os 30 anos de serviço. Ao tentar tratar com o vice-presidente da Província, sobre seu caso, recebeu a resposta: “ora, Sr. Coelho, o senhor está ainda bem moço e pode dedicar-se a outra vida”. Foi aposentado a contragosto. Segundo Demétrio, “dizem que o meu lugar era preciso para recompensar-se com elle serviços eleitorais, prestados pelo meu sucessor ao Sr. Deputado José Marianno Carneiro da Cunha, e no lugar de fiel tesoureiro, que o meu sucessor deixou vago, aquinhoar-se a um parente do mesmo Sr. Deputado que assim também se vingou de mim em razão de haver-lhe recusado o meu voto nas últimas eleições, apesar da insistência de amigos comuns para eu lh’o dar.” [sic]. Buscava o conservador acusar publicamente José Mariano pela sua aposentadoria compulsória. **HDBN**: 04 de fevereiro de 1882. Nº28. p.2. Demétrio foi demitido no dia 24 de janeiro de 1882 e Antônio Augusto Ferreira Lima assumiu em seu lugar. No ano de 1885, quando o Partido Conservador regressou ao poder, Demétrio de Gusmão foi nomeado subdelegado do 1º distrito da paróquia da Graça. O conservador conseguiu inclusive voltar ao cargo de

resolvido às pressas.¹²⁶² José Mariano tomou emprestado 300\$000 mil réis de José Adolfo de Oliveira Lima¹²⁶³ e com esse dinheiro fretou o iate Flor do Jardim, de João José da Cunha Lages (Amazonas). João Ramos e Juvenal Machado estavam esperando, à 1:00 hora da madrugada do dia 23 de abril de 1888, para fiscalizar o embarque e assegurar que ele acontecesse sem problemas. Joaquim de Andrade e José de Mathias apareceram no local marcado e pegaram os 119 “ingleses”, embarcando-os no iate de Lages às 4:00 horas da madrugada. Lages, Guilherme Pinto e mais 119 escravizados em fuga seguiram para o Ceará no episódio que ficou conhecido, anos mais tarde, como “o último embarque”.¹²⁶⁴

Não havia sido a primeira vez que a polícia havia procurado pegar os cupins no flagra. João Ramos pediu, no dia 08 de outubro de 1885, que fosse admitido como sócio auxiliar o cocheiro Deodato, “pelo comportamento altamente nobre que teve na ocasião de serem refugiados alguns ingleses”.¹²⁶⁵ Após o louvor, nada mais encontramos sobre o cocheiro nas atas do Clube. 33 anos depois, um pouco da história de Deodato foi narrada no jornal *A Província*. Deodato Francisco da Silva¹²⁶⁶ possuía uma cocheira na rua das Flores e ajudou os

tesoureiro do Consulado Provincial no ano de 1886, retomando seu emprego das mãos de funcionários ligados aos liberais, devendo perceber seus vencimentos e sua aposentadoria ao mesmo tempo. **HDBN**: Diário de Pernambuco. 15 de março de 1882. Nº51. p.1; 11 de setembro de 1885. Nº206. p.2; 04 de abril de 1886. Nº77. p.5. Com o título de ação louvável, aparece um comunicado informando que pelo aniversário de sua filha primogênita, D. Christina Coelho, Demétrio de Gusmão Coelho e sua mulher, D. Maria Augusta de Almeida Coelho libertaram gratuitamente a sua escrava Rogéria de 30 anos de idade. **HDBN**: Jornal do Recife. 26 de julho de 1884. Nº171. p.1; 29 de junho de 1886. Nº146. p.2; 10 de agosto de 1886. Nº181. p.1.

¹²⁶³ José Adolfo (Adolpho) de Oliveira Lima foi um homem forte do comércio em Pernambuco, tendo uma carreira comercial invejável, seu nome estava ligado a importantes instituições como, a Associação Comercial Beneficente, o Banco de Crédito Real, a Fábrica de fiação de tecidos de algodão, entre outras. José Adolfo também se vinculou ao movimento abolicionista de alguma forma. Fez parte do Conselho da Comissão Central Emancipadora em 1884. E quando os pernambucanos comemoraram o 25 de março, José Adolpho de Oliveira Lima doou 200\$000 mil réis para a organização das festas, sendo o segundo maior benfeitor, perdendo somente para os irmãos Gomes de Mattos que doaram 500\$000 mil réis. **HDBN**: Diário de Pernambuco. 03 de julho de 1884. Nº151. p.2. Já em 1881, aparece como um dos conselheiros e benfeitores da Sociedade Propagadora do Poço da Panela. Esta instituição funcionava com uma escola no Monteiro, atendendo no ano de 1880 a 108 alunos. **HDBN**: Diário de Pernambuco. 25 de fevereiro de 1881. Nº45. p.2. Adolpho de Oliveira tinha um armazém de fazendas no Recife. **HDBN**: Diário de Pernambuco. 28 de setembro de 1882. Nº221. p.4. Chegou a ser tesoureiro da Associação Comercial Beneficente, fazendo parte da Junta Comercial. **HDBN**: Diário de Pernambuco. 01 de setembro de 1882. Nº199. p.3. Fez parte do corpo de júri do Recife pela freguesia do Poço da Panela, onde residia. **HDBN**: Diário de Pernambuco. 14 de maio de 1882. Nº110. p.1. Tanto ele quanto Manoel Gomes de Mattos eram diretores de companhias de seguro de pequena cabotagem. Gomes de Mattos era diretor da CIA Phenix Pernambucana e José Adolpho, que entretinha relações comerciais e provavelmente amigáveis com o primeiro da CIA Amphitrite. Estas companhias cobriam principalmente o comércio à cabotagem feito por iates. **HDBN**: Diário de Pernambuco. 24 de junho de 1883. Nº144. p.5. **HDBN**: Jornal do Recife. 22 de março de 1884. Nº69. p.1. Em 1885, investiu 20:000\$000 vinte contos de réis em ações na Fábrica de Fiação e Tecidos de Pernambuco. **HDBN**: Jornal do Recife. 21 de janeiro de 1885. Nº16. p.2.

¹²⁶⁴ **HDBN**: A Província. 21 de maio de 1918. Nº137. p.1

¹²⁶⁵ **IAHGP**. Caixa 16. Doc 0810. Livro de actas do Club do Cupim. Acta da 7ª sessão do Club cupim em 8 de outubro de 1885. 2º anno da redempção do Ceará e do Amazonas.

¹²⁶⁶ Perscrutando um pouco mais sobre a vida do cocheiro, encontramos uma defesa que José Maria de Albuquerque Mello, Phaelante da Câmara, Albino Meira de Vasconcellos e José Mariano fizeram do homem na Assembleia Provincial de Pernambuco em 30 de outubro de 1888. Segundo José Maria, um cabo da polícia,

cupins a esconderem os cativos quando a polícia estava para dar uma batida na “panella” de Mariano. Neste dia partiram seis carros, com destino ao Poço da Panela¹²⁶⁷, comandados por Guilherme Pinto e Numa Pompílio, que fingiram estar em um préstito, simulando a condução de um cadáver. Deodato deu abrigo aos “mortos” que os cupins carregavam, mostrando, segundo Ramos, “grande engajamento na causa”, sendo por isto admitido como sócio auxiliar do Clube.¹²⁶⁸

Conseguimos perceber também que a tensão destes embarques não se dava somente entre as autoridades públicas, a serviço dos senhores, e os abolicionistas. A agência escrava, por vezes, também estava além dos limites dos cupins e de seus “cuidados” para não serem descobertos. Quando eles embarcaram vinte ingleses na *barcaça Apody*, com destino a Mossoró, e a última hora apareceu o escravo boleiro do Dr. Francisco Beltrão¹²⁶⁹, Mathias, este quis “por força seguir naquela viagem”, tendo João Ramos negado seu embarque, temendo que a fuga de Mathias fosse descoberta e prejudicasse assim os outros vinte. O medo, segundo consta do relato, era por ser Mathias “filho de Mossoró”, podendo entregar a empreitada se o reconhecessem. Todavia, Mathias enganou os que se opuseram à sua fuga e embarcou mesmo

protegido do Chefe de Polícia conservador, Dr. Ribeiro Vianna, atentou contra a vida do cocheiro em Boa Viagem e só não foi bem sucedido porque o Dr. José Osório salvou a vida do homem ao interceder na hora. Após o ocorrido, Deodato foi ter com os Drs. Fulgêncio de Albuquerque, Ignácio Joaquim e com Ribeiro Vianna para tentar resolver o problema, tendo suas tentativas todas frustradas, pois o cabo tinha proteção de “gente grande”. Ora, aqui conseguimos ver um belo exemplo da “sociedade do favor”. Em meio as disputas entre conservadores e liberais, Deodato precisava assegurar sua vida apelando para seus amigos e conhecidos, enquanto o cabo se valia da mesma proteção para cometer seus “desmandos”. Segundo Flávia Braga Inácio Joaquim de Souza Leão era liberal e inimigo de José Mariano. 115. Enquanto Felipe de Azevedo acerta ao dizer que Inácio Joaquim era um representante do Partido Conservador, tendo sido eleito deputado em 1881. 174. Foi eleito e reconhecido como Deputado Geral por Pernambuco, juntamente com Manoel Trindade Perreti e o Barão de Araçagy em 1882. **CEPE Digital**: O Brasil Agrícola. 31 de janeiro de 1882. Nº10. p.8. O homem que chegou por diversas vezes a ser eleito deputado, vice-presidente da Província, era Fidalgo Cavaleiro da Casa Imperial e Cavaleiro da Imperial Ordem da Rosa, tendo recebido o título de barão em 18 de maio de 1889. José Maria chega a chama-lo de “um dos donatários desta terra”. **HDBN**: Diário de Pernambuco. 13 de janeiro de 1889. Nº10. p.1; https://pt.wikisource.org/wiki/Arquivo_nobiliarchico_brasileiro/Souza_Le%C3%A3o_%28Bar%C3%A3o_de%29 acessado em 11 de março de 2021 às 15:57.

¹²⁶⁷ A casa de José Mariano no Poço da Panela situava-se muito próxima à margem do rio Capibaribe, o que facilitava a fuga dos escravos em barcas, muitas vezes cobertas de capim. Disfarçados passavam pela rua da Aurora, para irem embarcar no Lamarão, no Cais da Lingueta, no Forte do Matos, que segundo Fernando de Castro, “foi um dos mais célebres e antigos portos de embarque dos escravos fugidos com destino ao Ceará”, entre outros pontos estratégicos. SALES. Maria Letícia Xavier. O Clube do Cupim e a memória Pernambucana. **Op. Cit.** Convocação da autoria de Fernando de Castro, “o Maranhão do Club Cupim para a passeata de despedida que o mesmo Club, realizaria na quarta-feira 23 de maio de 1888 no Recife. In: SILVA, Leonardo Dantas, org. A abolição em Pernambuco. **Op. Cit.** pp.66-68.

Revista do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano. Recife. v. 40. Nº43. p.168. outubro 1990. p.113.

¹²⁶⁸ **HDBN**. A Província. 21 de maio de 1918. Nº137.

¹²⁶⁹ A família Beltrão entretinha importantes relações na província de Pernambuco, mantendo contatos com as autoridades religiosas como o Bispo de Olinda, D. José e também com instituições econômicas como a Companhia Pernambucana de Vapores onde Francisco Beltrão tinha pelo menos 3:000\$000 (três contos de réis) investidos. Este mesmo senhor recebeu 129 votos no 5º distrito da província para deputado provincial em 1881. **HDBN**: Jornal do Recife. 25 de janeiro de 1882. Nº20. p.2; Jornal do Recife. 01 de janeiro de 1882. Nº1. p.2; Jornal do Recife. 03 de março de 1885. Nº50. p.2.

assim. Seu suposto dono, Francisco Beltrão, irmão de João Beltrão, morador em Mossoró, deu por falta e soube que Mathias havia fugido numa embarcação com outros cativos e que a fuga fora organizada pelo *Clube do Cupim*. Beltrão passou uma mensagem telegráfica ao seu irmão pedindo que capturasse Mathias na barra de Areia Grande, tendo o telegrafista, Júlio Falcão, avisado aos cupins que “os mouros estavam na costa” - sinal de perigo - era urgente que resolvessem logo o problema. Rapidamente, João Ramos, com a ajuda de Falcão, enviou outra mensagem a Mossoró, informando: “Mathias apareceu, sem efeito despacho anterior. Assinado Francisco Beltrão.”¹²⁷⁰ E uma mensagem telegráfica falsificada auxiliou não só Mathias, mas vinte outros fugitivos, que seguiriam com ele para o Ceará.

Podemos perceber que estas ações subterrâneas não eram nada fáceis, exigiam paciência, recursos e muita articulação. José Correia do Amaral escreveu a Ramos em 30 de outubro de 1885, dizendo que “o hortelão Antônio José da Silva e a cozinheira Sebastiana de Jesus ainda se achão a bordo do Ceará, mas conto retirá-los até 3 horas da tarde.” [sic] Segundo Amaral, “o Chefe de Polícia tem recebido cargas elétricas (telegramas) de Pernambuco a respeito da vinda dos ingleses e por este motivo tem havido muita vigilância.”¹²⁷¹ Antônio e Sebastiana não haviam desembarcado porque disseram ao amanuense da polícia serem passageiros para o Maranhão e que desejavam saltar no Ceará. Não sendo consentido o desembarque, Amaral prometeu ao amigo que “se consentirá d’aqui a algumas horas mais.” Por não se tratar de um telegrama, mas sim de uma carta, que chegaria as mãos de João Ramos dias depois, acreditamos que Amaral estava deixando-o ciente do que fazer de agora em diante, ensinando que, “presentemente não faça embarque nos vapores brasileiros. Mas através dos da *Companhia Pernambucana*¹²⁷² - uma empresa especializada no comércio de cabotagem

¹²⁷⁰ VILELA, Carneiro. O Clube do Cupim. **Op. Cit.** pp.421-422.

¹²⁷¹ **IAHGP**. Caixa 21. Maço 2. Doc. 827. Correspondência do João Ramos. Carta de José Correia do amaral a João Ramos. Fortaleza. 30 de outubro de 1885.

¹²⁷² Segundo Bruno Dourado, a Companhia Pernambucana de Navegação a Vapor figurou entre as principais empresas no ramo de navegação de cabotagem ao Norte, tendo sido uma empresa bastante longa. Atuou entre os anos 1852 a 1908, estando entre as maiores companhias regionais com atividades subsidiadas, recebendo além das subvenções imperiais, subsídios de várias outras províncias, destacando-se os valores recebidos da província de Pernambuco e do Ceará, 40:000\$000 e 10:000\$000 respectivamente. O que nos faz perceber o quanto esta Companhia era importante para a ligação comercial entre as duas vizinhas. Existem algumas ironias históricas sobre a Companhia que precisamos apontar. Por exemplo, seu quadro fundador era composto por vários negociantes que haviam traficado escravos para a província de Pernambuco como, Francisco Antônio de Oliveira, Elias Baptista da Silva e João Pinto Lemos. Para além disso, ela foi fundada, em julho de 1854, pelo mais influente dos irmãos Cavalcanti, Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque que, nem de longe imaginaria os escravos da sua família fugindo através dos navios da Companhia. DOURADO, Bruno. **Os primórdios da navegação a vapor no Brasil: cabotagem e privilégios**. XII Congresso Brasileiro de História Econômica & 13ª Conferência Internacional de História de Empresas. pp. 9-11. Disponível em: <http://www.abphe.org.br/uploads/ABPHE%202017/38%20Os%20prim%C3%B3rdios%20da%20navega%C3%A7%C3%A3o%20a%20vapor%20no%20Brasil%20cabotagem%20e%20privil%C3%A9gios.pdf> acessado em 26 de abril de 2020 às 13:12.

regional entre Aracaju e Fortaleza - que demoravam de 2 a 3 dias no porto, dando mais tempo para o desembarque.

As ações pediam mais atenção do que em 1884. João Ramos disse que, um “inspector de quarteirão”, um “mequetrefe político e desprezível onze letras do escravagismo, teve a petulância de indagar” acerca dos nomes dos moradores do prédio da rua da Moeda nº11, que estava ocupado por “soldados do Club”. Afirmou então, ter sido ríspido com o inspetor e suas palavras foram recebidas com ânimo pelos amigos que lavraram um louvor a ele.¹²⁷³ Juvenal Machado deixou os membros cientes de que um tal “Manoel Major,¹²⁷⁴ célebre alcoviteiro dos nossos adversários, falara a respeito do último embarque”, tendo o Clube autorizado a maior vigilância e no caso de “dúvidas, a manobra de suas armas”.¹²⁷⁵

Manoel Ferreira Júnior, conhecido como “Manoel Major”, era considerado pelos redatores do jornal *A Província* como um “desordeiro, alcoviteiro e criminoso” aliado dos conservadores nas suas ações contra os liberais. José Mariano chegou a chamá-lo de “espoleta eleitoral, capanga dos chefes de polícia conservadores em Pernambuco.”¹²⁷⁶ Segundo o deputado, em 1879, Manoel foi tirado da Casa de Detenção somente para auxiliar o Chefe de Polícia de Pernambuco nos seus desmandos políticos.¹²⁷⁷ O conflito aberto, a manobra das

¹²⁷³ **IAHGP**. Caixa 16. Doc 0810. Livro de actas do Club do Cupim. Acta da 7ª sessão do Club Cupim em 08 de Outubro de 1885. 2º Anno da libertação total do Ceará e Amazonas.

¹²⁷⁴ O subdelegado da freguesia de Santo Antônio tentou prender Manoel Major no dia 02 de julho de 1881, acusando-o de ladrão de cavalos, porém o Chefe de Polícia da Província, Costa Ribeiro, “devido a sua amizade” com o acusado não permitiu que ele fosse preso. **HDBN**: Jornal do Recife. 06 de julho de 1881. Nº150. p.1; Jornal do Recife. 05 de julho de 1881. Nº149. p.2. Em 20 de agosto de 1881 ele foi preso junto com Luiz Francisco de Oliveira por distúrbios. **HDBN**: Jornal do Recife. 21 de agosto de 1881. Nº189. p.1. Após as eleições para Deputado Geral em 1886, com a vitória de José Mariano, os liberais satirizaram os conservadores na pessoa de Manoel Major cantando: “E viva o Mané Major, dos medonho ornamento, viva a bela rapaziada, comprada pelo orçamento.” **CEPE Digital**: O Medonho. 22 de fevereiro de 1886. Nº7.

¹²⁷⁵ **IAHGP**. Caixa 16. Doc 0810. Livro de actas do Club do Cupim. Acta da 6ª sessão do Club Cupim em 23 de setembro de 1885. 2º Anno da libertação total do Ceará e Amazonas. As reuniões eram anunciadas na imprensa, mas cheia de códigos e segredos como podemos ver: “são convidados as diversas falanges esparsas do Club Cupim a se congregarem na Panella **R+R** amanhã 17, às 7 horas da noite. Por ordem da diretoria. Assinado Capa Preta.” **HDBN**: Jornal do Recife. 16 de julho de 1885. Nº160. p.4.

¹²⁷⁶ **HDBN**: Jornal do Recife. 28 de março de 1874. Nº67. p.5; Jornal do Recife. 29 de agosto de 1879. Nº198. p.1. Segundo Felipe Azevedo, “a atuação política destes homens era uma premissa para o sucesso eleitoral de importantes lideranças partidárias na Província.” O Próprio José Mariano era acusado de liderar alguns capangas para fins eleitorais, os mais conhecidos eram Nicolau Duarte e Manoel Rosendo. Estes “dois homens pardos” estavam vinculados aos liberais e chegaram a ser defendidos em juízo por partidários como o deputado José Maria de Albuquerque Mello. Segundo Azevedo, Mariano chamava Nicolau de “o liberto da minha casa”. Eram homens como Manoel Major, Nicolau Duarte e Manoel Rosendo que promoviam a “política das ruas.” **SOUZA**, Felipe Azevedo e. A participação política das classes populares em três movimentos. **Op. Cit.** pp.55-57.

¹²⁷⁷ Personagens como Manoel Major ajudavam os homens do poder a executar as suas ações mais diretas no campo político através da violência e da intimidação. Segundo Felipe Azevedo, após 1881, ainda que o número de casos de fraude e violência tenham sido menores que em outras eleições do Império, é bom lembrar que antes da Reforma Eleitoral de 1881 a maior parte das irregularidades aconteciam na primeira fase das eleições, onde o eleitorado era muito numeroso. E onde estes “capangas eleitorais” faziam a sua parte, patrocinados pela força pública que era acionada a favor do Partido mandante. Segundo Azevedo, na segunda votação, com o eleitorado mais restrito, os casos de violência eram mais raros. **Idem**. p.179.

armas, poderia não ser desejado, mas era uma prática política comum e deveria ser utilizado quando a ocasião assim necessitasse como foi na eleição de 1884 em São José, nos embarques dos fugitivos ou na labuta cotidiana contra os interesses dos escravocratas.¹²⁷⁸

Apesar de toda organização institucional contrária aos interesses abolicionistas, os cupins agiram com eficácia e chamavam a atenção até mesmo dos abolicionistas da Corte, que passavam por uma situação mais complicada, estando no centro do poder político do Império e enfrentando mais severamente os escravocratas da situação. João Clapp, assim que retomou os contatos com Ramos, avisou que estavam organizando as forças dispersas pelo “maldito Parlamento”, que desrespeitou o desejo público com a “lei da abolição gradual do elemento servil”. Segundo o comerciante republicano, “os negreiros daqui tentaram abafar os nossos esforços, logo que subiram e para esse fim nomearam um fazendeiro, Chefe de Polícia (Coelho Bastos conhecido também como “Rapa cocos”), mas tal tem sido a berreira que fizemos na imprensa, que o inutilizamos.”¹²⁷⁹ Pediu a João Ramos que continuasse a animar a “valente falange pernambucana que muito tem feito e estou certo continuará a fazer para chegarmos ao fim da jornada”.¹²⁸⁰

Segundo o abolicionista, na Corte, todo mundo estava de olhos atentos no que se passava em Pernambuco e no Rio Grande do Sul, “se afrouxarmos estamos perdidos”. “Até aqui temos operado milagres com nossa propaganda fora da política imperial”, que tudo mistifica e corrompe, “porque não havemos de seguir no mesmo terreno?”¹²⁸¹ E finalizou dizendo que, estavam em trabalho ativo de reorganização dos clubes e sociedades abolicionistas. Sociedades e clubes que, haviam se fechado, como a *Sociedade Cearense Libertadora*, por acreditarem que em 1884 conseguiriam colocar um fim na escravidão com o Projeto Dantas, tiveram que ser reavivadas a partir de 1885.

¹²⁷⁸ Na passeata final promovida pelos cupins, no dia 23 de maio de 1888, falando em nome do Clube, Fernando de Castro concedeu “o perdão, que não merecem, aos capitães de Campo: Marcolino, Manoel Major, J. Pestana, parda Cyrilla e preta Carolina.” “Passeiata em despedida, quarta-feira, 23 [de maio de 1888]”. In: Leonardo Dantas Silva, org. A abolição em Pernambuco. **Op. Cit.** Citação à p.68.

¹²⁷⁹ Segundo Carlos Eugênio Líbano Soares, quando o Chefe de Polícia da Corte, o desembargador Coelho Bastos, braço direito do Barão de Cotegipe assumiu em 1885, ele estava desesperadamente procurando um meio de comprometer os líderes da *Confederação Abolicionista*, reunidos permanentemente na *Gazeta da Tarde*, com o roubo de escravos. SOARES, Carlos Eugênio Líbano. A negregada instituição. **Op. Cit.** pp.246-247. Segundo Eduardo Silva, o Chefe de Polícia também era conhecido pelo apelido de “rapa-coco”, pelo hábito que tinha de mandar raspar as cabeças dos escravos fugidos independentemente se fossem homens ou mulheres. SILVA, Eduardo. As Camélias do Leblon. **Op. Cit.** p.27.

¹²⁸⁰ **IAHGP**. Caixa 21. Maço 2. Doc. 827. Correspondência do João Ramos. Carta de João Clapp a João Ramos. Rio de Janeiro. 15 de outubro de 1885. 3 folhas.

¹²⁸¹ **Idem**.

Com o interesse de conectar ainda mais o movimento da Corte ao Norte, Clapp enviou um representante da *Confederação*, Ignácio Von Doellinger¹²⁸², ao Recife. Doellinger participou da sessão do Cupim no dia 22 de outubro de 1885. Não sabemos, de fato, o que incentivou a vinda do presidente do *Clube Abraham Lincoln*, porém, tendo em vista que Doellinger era agente da CA¹²⁸³ deve ter ido ao Recife para tratar de assuntos referentes a organização das fugas dos escravos.¹²⁸⁴ Lembramos que o abolicionista já havia mandado cartas perguntando se João Ramos havia encontrando mais “facilidades na exportação de ingleses”, chegando a dizer também que no Rio de Janeiro a CA continuava com a “propaganda pacífica de roubar escravos.”¹²⁸⁵

Após João Ramos ler algumas cartas chegadas do Ceará, sobre “boatos infundados acerca da recaptura de ingleses”, Baltar Sobrinho informou aos cupins que, tendo ido juntamente com Numa Pompílio e João Ramos tratar da liberdade de uma escravizado, o “pretenso senhor” resolveu não libertá-lo de jeito algum, não se importando com a vida dele, “que terá o direito de procurar reaver sua própria vida”.¹²⁸⁶ Como podemos ver, os cupins ainda tentavam negociar com alguns senhores, porém, a intransigência destes fazia com que só restasse uma última alternativa para alguns escravizados, “procurar sua própria vida” fugindo, como disse Baltar.

Na penúltima reunião oficial do Cupim podemos ver que a decisão de encerrar os trabalhos foi uma consequência da perseguição do governo que crescia dia após dia. No dia 01 de novembro de 1885, Baltar Sobrinho, João Ramos, Numa Pompílio, Guilherme Pinto, José

¹²⁸² Ignácio Von Doellinger fazia parte da loja Maçonica Regeneração, tendo sido eleito secretário da Loja em 1878. Boletim do Grande Oriente do Brasil. Jornal Oficial Maçonaria Brasileira. Publicação mensal. Nº6. 7º Anno. Typographia do Grande Oriente do Brasil. 1878. p. 244. Chegou a trabalhar como escriturário da Estrada de Ferro D. Pedro II. **HDBN**: A Folha Nova. (RJ) 5 de setembro de 1884. Nº651. p.1.

¹²⁸³ **HDBN**: Gazeta de Notícias. 14 de maio de 1884. Nº135. p.2. Gazeta de Notícias. 2 de julho de 1888. Nº 183. p.1. Doellinger também era membro do Clube Abolicionista Gutenberg. Esta associação reunida, no dia 6 de maio de 1888, resolveu que acabada a Campanha Abolicionista, “cujo termo final está prestes”, reabriria o curso noturno para adultos e analfabetos, que foi interrompido para dar maior incremento a causa da liberdade dos infelizes cativos. Ignacio Von Doellinger estava responsável, juntamente com outros membros do Clube, para formar uma comissão e recolher donativos para os devidos fins. Doellinger, que fazia parte da classe tipográfica fluminense, recebeu elogios de alguns membros presentes, como Luiz Marat, Coelho Netto e José do Patrocínio. **HDBN**: Revista Typographica. 12 de maio de 1888. Nº10. p. 3.

¹²⁸⁴ **IAHGP**. Caixa 16. Doc 0810. Livro de actas do Club do Cupim. Acta da 9ª sessão do Club cupim em 22 de Outubro de 1885. 2º anno da redempção do Ceará e do Amazonas.

¹²⁸⁵ **IAHGP**. Caixa 21. Maço 2. Doc. 827. Correspondência do João Ramos. Carta de Ignácio Von Doellinger a João Ramos. 29 de abril de 1885. Já sabemos que João Ramos era muito conhecido pelos abolicionistas da Corte, que mantinha contato direto com o grupo da CA. Em 20 de abril de 1885 ele recebeu da *Sociedade Abolicionista Cearense da Corte* uma homenagem pelos seus serviços prestados a causa da Abolição em Recife. Os grupos abolicionistas da Corte reconheciam em João Ramos a liderança principal no movimento das ruas da província de Pernambuco. **IAHGP**. Caixa.21, maço 2, doc. 0828. Documentos do Clube do Cupim: Medalha comemorativa da redenção do Ceará. Sala da sessão da S. Abolicionista Cearense na Corte em 20 de abril de 1885.

¹²⁸⁶ **IAHGP**. Caixa 16. Doc 0810. Livro de actas do Club do Cupim. Acta da 10ª sessão do Club cupim em 01 de novembro de 1885. 2º anno da redempção do Ceará e do Amazonas.

Mariano e Alfredo Pinto Vieira de Mello decidiram pela dissolução do Clube, prometendo tomar algumas decisões em consideração à causa.¹²⁸⁷

José Correia do Amaral, ao ser avisado do fechamento do sociedade, rebateu dizendo, “o amigo fala em lei como se lei fosse alguma couza quando os patifes da situação querem calcá-las aos pés.”[sic]. Pregava a desobediência civil dizendo: “nossas leis não tem o valor de um tratado particular e muitas vezes este é mais certo quando feito por pessoas que tem dignidade”, contestando o Ministério, na pessoa de Cotegipe, perguntou: “de que serve um artigo do código se seu executor é um homem corrupto e só procura satisfazer os seus caprichos?!”,¹²⁸⁸ [sic].

Na mesma carta, provou que as ações dos cupins não haviam parado, avisando que o José de Almeida desembarcou livre e já estava trabalhando em sua chácara no Benfica.¹²⁸⁹ No dia 19 de dezembro de 1885, Amaral avisou: “os três americanos saltaram em paz [...] graças a perícia do Dragão do Mar (Francisco José do Nascimento) e todos os três já estavam empregados.”¹²⁹⁰

No dia seguinte, 20 de dezembro de 1885, a *Comissão Redentora*¹²⁹¹, um grupo formado pelos líderes das principais sociedades abolicionistas de Pernambuco¹²⁹², reuniu-se no *Teatro de Variedades*¹²⁹³ para entregar 83 cartas de alforria. A cerimônia foi marcada para iniciar às 13:00 horas, mas, ao meio dia, o teatro já estava lotado, “repleto de cidadãos de todas

¹²⁸⁷ **IAHGP**. Caixa 16. Doc 0810. Livro de actas do Club do Cupim. Acta da 10ª sessão do Club cupim em 01 de novembro de 1885. 2º anno da redempção do Ceará e do Amazonas.

¹²⁸⁸ **IAHGP**. Caixa 21. Maço 2. Doc. 827. Correspondência do João Ramos. Carta de José Correia do Amaral a João Ramos. Fortaleza. 17 de novembro de 1885.

¹²⁸⁹ *Idem*.

¹²⁹⁰ **IAHGP**. Caixa 21. Maço 2. Doc. 827. Correspondência do João Ramos. Carta de José Correia do Amaral a João Ramos. Fortaleza. 19 de dezembro de 1885.

¹²⁹¹ Em outubro de 1884 o Governo da Província, na presidência de Sancho de Barros Pimentel, anunciou que os senhores, Barros Sobrinho, Gomes de Mattos, João Barbalho Uchoa Cavalcanti, Antônio Carlos Ferreira da Silva e João de Oliveira ficavam responsáveis por formarem uma Comissão Redentora para se encarregarem das alforrias passadas pelo Fundo Provincial de Emancipação. Desde então as libertações que recebiam a contribuição do Fundo Provincial passaram a ser administradas por estes representantes. **HDBN**: Jornal do Recife. 23 de outubro de 1884. Nº245. p.1 Fundo Provincial de Emancipação especificação da lei. 18 de outubro de 1884. Artigo 3º do regulamento de 13 de agosto de 1884. **HDBN**: Jornal do Recife. 5 de novembro de 1884. Nº255. p.1. Em agosto de 1885, Manoel Gomes de Mattos, João Barbalho, Barros Sobrinho, Antônio Carlos e João de Oliveira responderam uma acusação feita no jornal o Tempo. Alguns senhores foram ao jornal acusar os abolicionistas de beneficiarem seus aliados políticos e amigos nas libertações, prejudicando os seus interesses “emancipadores”. **HDBN**: Jornal do Recife. 7 de agosto de 1885. Nº178. p.2.

¹²⁹² Estavam presentes Manoel Gomes de Mattos (presidente da Comissão Central Emancipadora do Recife), Dr. Barros Sobrinho (Presidente do Clube Abolicionista), Antônio Carlos Ferreira da Silva (Presidente da Sociedade Nova Emancipadora), Joaquim Nabuco, José Mariano, Isidoro Martins Júnior, como oradores e muitos outros. **HDBN**: Jornal do Recife. 22 de dezembro de 1885. Nº292. p.1

¹²⁹³ O Teatro de Variedades ficava nas dependências da fábrica Nova Hamburgo do empresário alemão Augusto Kruss, que preferia publicar anúncios sobre a sua fábrica nos jornais republicanos. Este teatro foi escolhido pelos republicanos como o principal ponto de suas conferências e foi muito utilizado pelos abolicionistas após terem sido proibidos de dar conferências no teatro Santa Isabel. BRAGA, Flávia Bruna Ribeiro da Silva. “DITADURA”, ABOLIÇÃO E REPÚBLICA. **Op. Cit.** pp.40-42.

as classes” e muitos tiveram que assistir à cerimônia, ou ouvir, do lado de fora. O *Variedades* não era tão grande quanto o *Santa Isabel*, todavia, Gomes de Mattos expôs as razões porque não puderam entregar as cartas neste, razões que não aparecem escritas, mas, que envolvia a proibição de se utilizar o principal teatro da Província para conferências abolicionistas.¹²⁹⁴

Gomes de Mattos informou aos presentes que seriam distribuídas 27 cartas, com o auxílio da última quota do fundo de emancipação provincial, e que mais 50 cartas seriam entregues naquela ocasião com os recursos que o Visconde de Mecejana ofereceu à Comissão para este fim. Outras quatro foram conseguidas pela *Ave Libertas* e duas foram dadas de forma gratuita. Em seguida foi a vez de Martins Júnior, inscrito como orador da *CCER*, falar. Elogiou o Visconde de Mecejana, oferecendo um diploma de sócio honorário da *CCER* e logo começaram as distribuições das 83 cartas de alforria. Não satisfeito, o público pediu que Joaquim Nabuco subisse ao palco para discursar, o que ele fez e no que foi muito aplaudido. Subiu também José Mariano e mais alguns homens que recitaram poemas e exaltaram os ânimos do público. Muito embora esta festa abolicionista possa parecer paternalista e tradicional, aos moldes legais, naquele momento de perseguição política, ela deve ter sido vista como um desafio as autoridades públicas que tentavam conter o movimento.¹²⁹⁵

Para alguns historiadores, que analisaram os acontecimentos no sentindo mais macropolítico, como Robert Conrad e Fernando da Cruz Gouveia, o movimento se imobilizou no final de 1885 e só voltou em fins de 1886.¹²⁹⁶ Já Robert Toplin afirmou que, ao perceber a insuficiência das leis, o movimento partiu para os meios clandestinos, com a incitação e o

¹²⁹⁴ Em agosto de 1887, na volta de Nabuco da Europa para disputar uma vaga na Câmara contra o seu adversário político tradicional, Machado Portela, a polícia seria colocada no encalço dos abolicionistas e de seus partidários. O Teatro Santa Isabel foi novamente fechado para as conferências do candidato para que ele não pudesse repetir os feitos de 1884. Após assumir o Governo da Província os conservadores buscaram manter o cerco as organizações abolicionistas de toda espécie, legais e ilegais, algo que, como podemos observar, já começou no final do ano de 1885. **HDBN**: Diário de Pernambuco. 10 de maio de 1938.

¹²⁹⁵ **HDBN**: Jornal do Recife. 22 de dezembro de 1885. Nº292. p.1 Segundo Angela Alonso, os abolicionistas brasileiros se inspiraram nos movimentos antiescravistas estrangeiros e, a partir disso, adaptaram o seu estilo de luta em formas de organização (associações específicas), espaços de expressão (parlamento, espaço público, clandestinidade) e estratégias de ação (manifestações públicas coletivas, iniciativas institucionais, ações de confrontação) que encontraram disponíveis. Porém, em momentos como este, de oposição total (expulsão do Parlamento, fechamento de espaços públicos, perseguições policiais) os abolicionistas foram obrigados a ajustar e a transpor o seu repertório de ações. Como estamos tentando demonstrar, são nestes momentos de crise, onde os canais de expressão e de ação legais se tornam restritos aos movimentos sociais, que há uma expansão das atividades para fora das margens políticas comuns, vistas como legais pelo Governo. Podemos dizer que, o próprio Estado, controlado e administrado pelos representantes dos escravocratas, terminou forçando alguns atores sociais, excluídos institucionalmente do processo, para suas margens ou para fora do sistema, criando condições ideais para o desenvolvimento de novas ações, não reconhecidas ou consideradas como extralegis. ALONSO, Angela. O ABOLICIONISMO COMO MOVIMENTO SOCIAL **op. Cit.** p.124.

Revista Brasileira de Ciência Política, nº 3. Brasília, janeiro-julho de 2010, pp. 133-160. ALONSO, Angela. REPETÓRIO, SEGUNDO CHARLES TILLY. **Op. Cit.**

¹²⁹⁶ CONRAD, Robert. Os últimos anos da escravidão. **Op. Cit.** p.256. GOUVÊA. Fernando da Cruz. Abolição: A liberdade veio do Norte. **Op. Cit.** p.133.

auxílio às fugas em massa das fazendas, acelerando o processo de libertação.¹²⁹⁷ O ano de 1885 foi, oficialmente, o último do *Clube do Cupim*. Não existem mais atas após esse ano e a documentação referente a 1886 realmente é mais escassa até 1888. Todavia, a ausência de evidência não evidencia a ausência da ação dos escravizados e dos abolicionistas. Os cupins tornaram a agir como melhor sabiam fazer, no escuro, as escondidas e, infelizmente, isso se reflete na penumbra documental com a qual nos deparamos, a partir do ano de 1886.

6.2 “A ÚLTIMA BASTILHA DO IMPÉRIO”: REPUBLICANOS E MONARQUISTAS UNIDOS PELA ABOLIÇÃO.

Apesar da rarefeita documentação, conseguimos acompanhar algumas ações coordenadas entre os cupins e os fugitivos entre 1886 e 1888. No dia 03 de março de 1886, Carneiro Monteiro, um caixeiro, avisou a João Ramos que a irmã de Benedito havia chegado sem problemas e já estava na companhia do seu irmão e da sua mãe.¹²⁹⁸ No dia 02, o próprio Benedito Santos do Sacramento enviou uma carta agradecendo ao abolicionista. Afirmou que não poderia estar mais grato por tantos favores recebidos e disse ainda que se Ramos precisasse de qualquer coisa poderia contar com ele. “Suas ordens serão sempre cumpridas.”¹²⁹⁹ Benedito e sua mãe haviam embarcado do Recife para o Ceará e estavam à espera do último embarque que lhes interessava, o da sua irmã. José Correia do Amaral avisou a João Ramos que “a pretinha desembarcou e foi para a casa do Carneiro Monteiro”, enquanto um outro preto, “o Paschoa recebeu sua carta de alforria e já teve seu nome publicado no *Libertador*”.¹³⁰⁰ Estas mensagens são provas de que os cupins continuavam com o envio de escravos fugidos entre as províncias mesmo após o fim oficial do Clube.

No dia 25 de março de 1886, em comemoração ao segundo aniversário da Libertação do Ceará, a *Comissão Redentora do Recife* organizou, juntamente com a *Ave Libertas*, uma festa no teatro *Variedades*¹³⁰¹ para entregar 50 cartas de alforria adquiridas com os donativos

¹²⁹⁷ TOPLIN, Robert Brent. **The Abolition of Slavery in Brazil. (Studies in American Negro Life.)** New York: Atheneum. 1972. pp.182-185.

¹²⁹⁸ **IAHGP**. Caixa 21. Maço 2. Doc. 827. Correspondência do João Ramos. Carneiro Monteiro a João Ramos. 03 de março de 1886.

¹²⁹⁹ **IAHGP**. Caixa 21. Maço 2. Doc. 827. Correspondência do João Ramos. Benedito Santos do Sacramento a João Ramos. 02 de março de 1886.

¹³⁰⁰ **IAHGP**. Caixa 21. Maço 2. Doc. 827. Correspondência do João Ramos. José Correia do Amaral a João Ramos. 03 de março de 1886.

¹³⁰¹ O Teatro Santa Isabel continuava sendo recusado para as solenidades abolicionistas, os organizadores do evento agradeciam ao senhor A. Kruss a oferta do Theatro Variedades. **HDBN**: Jornal do Recife. 24 de março de 1886. N°68. p.2.

do Visconde de Mecejana¹³⁰² e mais 4 cartas conseguidas pelos esforços das senhoras.¹³⁰³ O *Binóculo*, jornal conservador, aproveitou a ocasião para ironizar o número de alforrias conquistadas pelas senhoras, “somente 4”. Os redatores do jornal conservador indagaram se “esta sociedade só pôde alforriar 4 escravos, o que fazem os seus sócios? Acaso renegariam a santa causa da abolição?” Ao que as mulheres responderam que “a Ave Libertas compõe-se somente de senhoras, a maior parte delas que não dispõe de fortuna.” Com pouco menos de 50 sócias e uma mensalidade de 1\$000 mil réis, não poderiam alforriar muita gente, tendo em vista que os preços dos escravos havia aumentado, devido a nova tabela do projeto Saraiva-Cotegipe. Segundo elas, depois de “desmanchado o Partido Liberal, o movimento abolicionista retrocedeu o passo”, chegando ao ponto do conselheiro “Costa Pereira negar o teatro Santa Isabel para qualquer festa de abolicionismo”.¹³⁰⁴

Para as senhoras, o problema não estava nas poucas alforrias que conseguiam naqueles dias, estava na intenção dos escravocratas, que procuravam “abafar a consciência nacional”, julgando a abolição um roubo ao direito de propriedade, quando eram eles quem haviam espoliado e continuavam a espoliar as pessoas dos seus direitos de liberdade.¹³⁰⁵

Ao rebater a folha conservadora e comentar sobre o “desmanche do Partido Liberal”, as membras da *Ave Libertas* mostravam que, apesar de não possuírem direitos políticos, estavam cientes dos acontecimentos recentes e por dentro do debate político. Parece que, tanto elas quanto José Correia do Amaral, já anteviam o que poderia acontecer. Este, em carta a João Ramos, seguiu elogiando o movimento em Pernambuco, que apesar das perseguições do governo havia eleito um deputado abolicionista (José Mariano) para a Câmara dos Deputados,

¹³⁰² O Visconde de Mecejana já havia ofertado um valor, no ano de 1885, que foi utilizado para a compra de 50 alforrias. Em 1886, o cearense Antônio Cândido Antunes de Oliveira forneceu recursos para adquirir mais 50 cartas. Antunes de Oliveira foi definido no seu necrológio como um “abastado capitalista”. Em 1866, foi condecorado cavaleiro da Imperial Ordem da Rosa devido aos serviços prestados ao Império durante a guerra do Paraguai. Ele fez diversas doações ao governo, oferecendo também recompensas em dinheiro para homens que se apresentassem como voluntários da pátria. Mudou-se para Pernambuco após a morte de seu genro e de sua filha, vítimas de uma epidemia de varíola entre 1877-1878. Em 25 de julho de 1885, foi agraciado com o título de Barão de Mecejana. **HDBN**: Diário de Pernambuco. 3 de janeiro de 1892. p.3. **HDBN**: Jornal do Recife. 11 de abril de 1886. Nº83. P.1; 13 de abril de 1892. p.3. **STUDART**, Guilherme (Barão). **Dicionário bio-bliográfico cearense (3 volumes)**. Fortaleza, Typo-lithographia a vapor, 1910. Edição Fac-simile, Fortaleza, Edições UFC, 1980.

¹³⁰³ Falaram neste dia, Manoel Gomes de Mattos, Barros Sobrinho, Carlota Villela, Phaelante da Câmara, Martins Júnior, Alfredo Pinto Vieira de Mello, Salles Barbosa, Francisco Campello e Maria Amélia de Queiroz, todos republicanos(as). Seguindo as indicações de Flávia Braga, abolicionismo e republicanismo, principalmente a partir de 1886, quando os liberais democratas são expulsos do Parlamento, tornam-se sinônimos. **HDBN**: Jornal do Recife. 27 de março de 1886. Nº70. p.2.

¹³⁰⁴ Segundo Osório Duque Estrada, Esse Conselheiro Costa Pereira, que exerceu também toda a sorte de violências na eleição de José Mariano, mandando a polícia fazer exercício de cavalaria na hora do pleito, veio também a ser depois ministro do Império no gabinete libertador do Sr. João Alfredo. **ESTRADA**, Osório Duque. 161.

¹³⁰⁵ **HDBN**: Diário de Pernambuco. 8 de abril de 1886. Nº80. p.3.

enquanto o Ceará, “uma província livre, não conseguiu tal feito.” Como que já prevendo o que iria acontecer perguntou, “se os carneiros tinham chance de depurar Mariano?”¹³⁰⁶ Dito e feito.

Após Cotegipe dissolver a Câmara, em 15 de janeiro de 1886, houve eleições e a casa se tornou mais conservadora do que a que fez passar a lei Saraiva.¹³⁰⁷ Em um país de 15 milhões de pessoas, devido a reforma eleitoral de 1881, segundo Osório Duque Estrada, naquela eleição, somente 96.666 homens votaram.¹³⁰⁸ O chefe do ministério, o Barão de Cotegipe, fez o que pôde para assegurar uma maioria conservadora na Câmara, mas não só isso, fez de tudo para assegurar que nenhuma voz estivesse contrária aos interesses dos escravocratas.¹³⁰⁹ Nabuco não conseguiu se eleger pelo Recife e José Mariano, eleito em 01 de dezembro de 1884 e confirmado no dia 15 de janeiro de 1885¹³¹⁰, foi depurado, pela maioria conservadora e pelos liberais que não comungavam de seu abolicionismo.¹³¹¹

¹³⁰⁶ **IAHGP**. Caixa 21. Maço 2. Doc. 827. Correspondência do João Ramos. Carta de José Correia do Amaral a João Ramos. Fortaleza. 22 de agosto de 1883. 02 de março de 1886.

¹³⁰⁷ GOUVÊA. Fernando da Cruz. Abolição: A liberdade veio do Norte. **Op. Cit.** p. 123. CONRAD, Robert. Os últimos anos. **Op. Cit.** p.282.

¹³⁰⁸ ESTRADA, Osório Duque. Abolição. **Op. Cit.** p. 159. Segundo Felipe Azevedo, até o ano de 1881 o eleitorado brasileiro era bastante amplo para os padrões da época, mais de um milhão de pessoas votavam, todavia, o sistema eleitoral era indireto e a maior parte dos votantes não votavam nos candidatos, mas em uma pequena parcela de eleitores e eram esses os que selecionavam os candidatos. Com a reforma de 1881, o voto passou a ser direto, mas o eleitorado foi reduzido a cerca de 140 mil pessoas. As restrições foram impostas em torno de dificuldades burocráticas para a comprovação de renda, além da eliminação dos analfabetos a partir das qualificações eleitorais de 1882, eliminando mais de 90% dos votantes. Segundo Azevedo, “as parcelas mais afetadas com a perda do direito de voto foram as populações que viviam nas zonas rurais e os indivíduos das classes pobres das cidades, principalmente os analfabetos, antes maioria, foram quase que completamente suprimidos do eleitorado.” SOUZA, Felipe Azevedo e. A participação política das classes populares em três movimentos. **Op. Cit.** p.32. SOUZA, Felipe Azevedo e. **O eleitorado imperial em reforma**. Recife, Editora Massangana, 2014. LESSA, Renato. **A invenção republicana: Campos Sales e a decadência da Primeira República brasileira**. 3ªEd. Rio de Janeiro: Topbooks. 2015. pp. 63-75.

¹³⁰⁹ Cotegipe começou seu governo promovendo eleições para a Câmara de Deputados em janeiro de 1886, as quais removeram todos os políticos abolicionistas do parlamento – inclusive Joaquim Nabuco e José Mariano, do Recife. CASTILHO, Celso. COWLING, Camillia. BANCANDO A LIBERDADE. **Op. Cit.** de 1881, o Ministério Cotegipe conseguiu eleger mais de 80% deputados conservadores. LESSA, Renato. A invenção republicana. **Op. Cit.** p.74.

¹³¹⁰ José Mariano bateu o conselheiro Theodoro Machado duas vezes. No segundo escrutínio, venceu com 887 votos, contra 863 do conselheiro. Joaquim Nabuco perdeu as eleições de 1886, mas, possivelmente se tivesse vencido o pleito também teria sido rejeitado pela Câmara. **CEPE Digital**: O Medonho. 22 de fevereiro de 1886. Nº7. Revistinha: Pequena Encyclopédia Quinzenal: Especialmente crítica, noticiosa e litteraria. 22 de maio de 1886. Nº1. pp.9-10.

¹³¹¹ Segundo Osório Duque Estrada, José Mariano foi eleito em 1º escrutínio, por uma maioria de dois votos sobre o total alcançado pelos outros candidatos. A Junta Apuradora, porém, mandou a segundo escrutínio os dois candidatos mais votados. José Mariano foi novamente eleito mas a Câmara, que só permitiu a entrada de 19 liberais, anulou-lhe o diploma, conferido por unanimidade. O corpo eleitoral do Brasil, naquele tempo, compunha-se apenas de 145.000 eleitores. Pelo resultado do pleito de 15 de janeiro, um terço desses eleitores deixou de comparecer às urnas, reduzindo assim a 96.666 o número de sufrágios que concorreram para a eleição da nova Câmara. Deduzida a parte que recaiu na oposição (admitindo um terço), segue-se que toda a Câmara (125 deputados) foi feita por 64.444 votos, para uma população que era, já naquela época, superior a 15 milhões de habitantes. Ou seja, o Parlamento não representava a opinião da maior parte da população brasileira, mas de uma rígida minoria, que além de tudo controlava o sistema eleitoral através das fraudes e da repressão. ESTRADA, Osório Duque. Abolição. **Op. Cit.** p. 159.

Por 60 votos contra 27, Mariano teve sua cadeira negada, mais um sinal para os abolicionistas de que o Parlamento não os admitiria e que estes teriam que lutar fora dele. Segundo Conrad, esta depuração gerou uma nova onda de protestos abolicionistas, que estavam silenciados até então, devido as perseguições dos escravocratas no poder, instigando ainda mais o povo a ir às ruas. Para ele, a depuração de Mariano significou uma afronta muito grande do Governo Geral, não somente contra o abolicionismo, mas contra os direitos políticos e os interesses econômicos da Província de Pernambuco, tendo até mesmo alguns membros das classes agrícolas, como Pedro Afonso Ferreira¹³¹² – genro do Barão do Rio Branco - reclamado da espoliação eleitoral.¹³¹³

Joaquim Nabuco foi a público para falar contra a ação da monarquia naquele momento. Para ele, o problema havia começado no ano de 1884, quando o Imperador cometeu o “erro” de chamar Saraiva para substituir Dantas pois, “na véspera estava a emancipação no poder, no dia seguinte estava a escravidão.” Segundo Nabuco, “paralisaram o movimento nacional a partir daquele momento.”¹³¹⁴ Pois “o eclipse do abolicionismo na reação conservadora era inevitável, também a prostituição eleitoral, a perseguição dos escravos, a paralisia da lei.”¹³¹⁵ Chamou D. Pedro II de “o primeiro vassalo da escravidão”.¹³¹⁶ Criticou o sistema eleitoral reformado em

¹³¹² O dono do engenho Japaranduba, localizado no município de Palmares, enviou telegramas ao Imperador e ao Barão de Cotegipe, reclamando do presidente da Província e dizendo que esta “iniquidade revoltava o súdito leal”. Leonardo Dantas Silva, org. *A abolição em Pernambuco*. **Op. Cit.** p.62.

¹³¹³ Miriam Dolhnikoff apontou que “A legislação provincial, inclusive a referente a temas fiscais, ficava dessa forma sob o controle da elite da província através dos seus deputados.” Segundo Evaldo Cabral de Mello, que analisa a crise e a desigualdade econômica gerada pelos impostos provinciais, o advogado do comércio de Pernambuco, na Câmara dos Deputados, principalmente no que dizia respeito aos impostos provinciais, foi José Mariano. O deputado procurou angariar apoio na Assembleia Geral para revogar os impostos provinciais, sobre produtos importados do exterior e interprovincialmente, os chamados “impostos sobre o consumo”, sendo a favor de um imposto único de 10% (conhecido como imposto adicional) para todas as províncias. Fato que desagradou diversos políticos de outras áreas. Segundo Mello, a tentativa de José Mariano de dar a estas medidas econômicas ares abolicionistas, já que ele procurou fazer com que parte dos impostos provinciais fosse utilizado pelo Fundo de Emancipação Geral, terminou gerando alguns inconvenientes e a rejeição da proposta. Mariano, que atuou na Câmara como representante do comércio e do movimento abolicionista, foi também, nas suas campanhas em Pernambuco, muito apoiado pelas camadas populares. Cabral de Melo enxerga em José Mariano um “condottiere” destes dois grupos, “um dos primeiros líderes populistas da história política brasileira.” Apesar de alguns historiadores acusarem Cabral de Mello de anacrônico – no entendimento destes críticos o populismo foi um fenômeno político do século XX- , a ligação de José Mariano com o Clube do Cupim, com pessoas das mais diversas categorias sociais, escravizados e livres, por exemplo, e com homens como José Adolpho de Oliveira Lima e Manoel Gomes de Mattos, representantes da Associação Comercial Beneficente, a mais alta classe comercial da Província, endossam a ideia que Mello descreveu sobre a sua pessoa política. José Mariano era, e isso é inegável, um dos políticos mais populares de Pernambuco. ZACARIAS, Audenice Alves dos Santos. **LEGALIDADE E AUTORIDADE: A IMPLANTAÇÃO DA REPÚBLICA NO ESTADO DE PERNAMBUCO (1889-1893)**. Dissertação de mestrado. Recife. UFPE, 2009. p.25. DOLHNIKOFF, Miriam. **O pacto imperial – origens do federalismo no Brasil**. São Paulo: Globo, 2005, p. 106. MELLO, Evaldo Cabral de. *O norte agrário e o Império: 1871-1889*. **Op. Cit.** p. 246-281.

¹³¹⁴ NABUCO, Joaquim. **A Abolição e a República**. Org. Manuel Correia de Andrade. Recife. Editora Universitária. UFPE. p. 26.

¹³¹⁵ **Idem.** p.34.

¹³¹⁶ **Idem.** p.35.

1881, pois, segundo ele, “o eleitorado atual, [era] censitário e escravocrata como está constituído”¹³¹⁷ e finalizou contra as eleições diretas afirmando, “não é mais essa arma que servirá para ganhar nenhum combate popular; agora em diante ela só pode prestar para garantir as candidaturas oficiais.”¹³¹⁸ O homem dava sinais que desacreditava nas instituições monárquicas e no sistema, ganhando e agregando o apoio das fileiras republicanas.

No Rio de Janeiro, no dia 13 de julho de 1886, “mais de dez mil pessoas” encheram o teatro *Polytheama* e os seus jardins para assistir a um meeting, organizado pela *Confederação Abolicionista*. Dentro do teatro, “mais de seis mil pessoas” acompanharam o evento. Era o “clamor do público abolicionista contra a opinião do Estado escravista e quem esteve presente àquela reunião não pôde duvidar que há mesmo nesta cidade os elementos de um grande movimento popular.”¹³¹⁹

Neste dia, falaram Nabuco, que também ficou de fora da Câmara¹³²⁰, Mariano, que chamou o Parlamento de “necrotério nacional” e Patrocínio, que expressou suas ideias sobre Cotegipe, acusando-o de contrabandista de escravos. Interessante notar também uma pergunta que foi feita a Nabuco pelo Dr. Lisboa, indagando se Mariano e ele ainda eram liberais ou republicanos, tendo em vista o apoio explícito dos republicanos a ambos, tanto em Pernambuco¹³²¹ quanto na Corte, ao que ele respondeu serem ambos liberais e defendendo que os liberais poderiam fazer as reformas necessárias que o país precisava.

¹³¹⁷ Afirmou que, “o mais considerável elemento de nossas eleições [era] o dinheiro”. Esse sentimento só aumentou após a reforma de 1881, com o crescimento do número de funcionários públicos nas sessões eleitorais. Segundo a visão de Nabuco, a disputa eleitoral acontecia entre os que “tinham empregos que perder ou ganhar”. *Idem*. pp.55-57.

¹³¹⁸ *Idem*. p.57.

¹³¹⁹ *HDBN*: O Paiz. (RJ) 13 de julho de 1885. Jornal do Recife. 28 de julho de 1886. Nº 170. p.2.

¹³²⁰ Luís de Andrade escreveu cartas a João Ramos pedindo para que ele falasse com Antônio Carlos, Costa Ribeiro, José Mariano e Gomes de Mattos na tentativa de reunir esforços para lançar Joaquim Nabuco à Câmara pelo 3º Distrito do Rio Grande do Sul. Segundo ele, Nabuco voltaria na legislatura seguinte a se candidatar pelo Recife, pois “não pode ficar de fora da Câmara num quadro como esse.” Os homens que organizavam as candidaturas de Nabuco, os seus cabos eleitorais em Pernambuco, para além de serem em sua maioria republicanos, eram representantes do comércio, como é o caso de João Ramos, Antônio Carlos e Gomes de Mattos e faziam parte do Clube do Cupim. Asseveramos então a importância que o Cupim, assim como as outras associações abolicionistas, teve para as vitórias dele por Pernambuco. A carta de Luís de Andrade evidencia isso. *IAHGP*. Caixa 21. Maço 2. Doc. 827. Correspondência do João Ramos. Luís de Andrade a João Ramos. Rio de Janeiro. 26 de maio de 1886.

¹³²¹ Em 4 de maio de 1886 foi formado o Centro Republicano de Pernambuco. Segundo Flávia Braga, a composição do Centro era diversa, filiando-se desde positivistas ortodoxos até liberais federalistas, o que para ela demonstra que, a divisão do grupo não faz sentido com base na ideologia/escola de pensamento. Nas assinaturas dos fundadores podemos encontrar, João Ramos, Adolpho Guedes, João Fonte, Ricardo Guimarães, Felício Buarque, Rangel Sobrinho, Fortunato Pinheiro, Pardal Mallet, Francisco Campello, Cussy do Rego, Argemiro Aroxa, Martins Júnior, Alfredo Falcão e muitos outros homens que em determinado momento apoiaram e estiveram unidos pelo abolicionismo com Joaquim Nabuco e José Mariano. O que os aproximava, ao menos aparentemente, do republicanismo em Pernambuco. BRAGA, Flávia Bruna Ribeiro da Silva. “DITADURA”, ABOLIÇÃO E REPÚBLICA. *Op. Cit* p.146.

Uma contradição naquele momento exemplificada tanto pelo apoio dos liberais na queda do Ministério Dantas quanto na depuração de Mariano, já que ambos eram considerados dissidências dentro do partido. Mas, em sua conclusão, Nabuco proferiu,

este meeting exprime os sentimentos e simpatia com o povo pernambucano na grande provação por que elle está passando, e espera que dos esforços unidos dos dois povos (os fluminenses e os pernambucanos) venha a resultar o governo do povo pelo povo, que torne impossível a substituição dos deputados eleitos pelos nomeados do governo. [sic].¹³²²

Era uma crítica direta à forma como as instituições estavam organizadas no Império, ao sistema eleitoral, aos favores políticos em troca de empregos e cargos públicos, enfim, ao que ele considerava a corrupção política no regime monárquico.¹³²³ A ação do Parlamento favorecia ainda mais os republicanos que se embasaram nestes argumentos para criticar o regime. Aproveitando o acontecido, os partidários da República promoveram dois meetings a favor de Mariano, nos dias 13 e 15 de julho, e se serviram, como Nabuco e o Dr. Lisboa observaram, dos comícios para comemorar dois grandes acontecimentos do seu calendário, a queda da Bastilha e a proclamação da República francesa.¹³²⁴

¹³²² **HDBN**: Transcrito do jornal O Paiz do dia 13 de julho de 1885. Jornal do Recife. 28 de julho de 1886. Nº 170. p.2.

¹³²³ Segundo Celso Castilho, para Nabuco, em 1886, o Imperador não separava a soberania da nação da soberania da escravidão. CASTILHO, Celso Thomas. *Slave Emancipation and Transformations*. **Op. Cit.** p.141. Joaquim Nabuco escreveu a Allen criticando o jogo da política no Império, informou ao correspondente, “a maioria que obteve o candidato conservador é devida inteiramente à pressão do governo sobre os empregados públicos, que formam uma grande parte do pequeno eleitorado desta cidade, e às promessas de emprego distribuídas profundamente entre as classes pobres do nosso povo, enquanto os grandes senhores de escravos obrigam a todos que deles dependessem a votar contra mim; e os pretos, que são numerosos, não eram todos fieis a nossa causa e votaram em grande número pela bandeira da escravidão [...] Mas ao mesmo tempo esse desinteresse dos pretos [livres] do Brasil pela questão da escravidão penetrou profundamente no espírito e no coração dos escravos e da dificuldade com que o movimento abolicionista luta contra isso no Brasil. Aqui, de fato, em vez de um sólido voto negro, como nos Estados Unidos [...] podíamos ver os pretos, com algumas exceções de valor, seguindo a bandeira do partido dos seus donos, como restos de uma alma escrava ainda viva neles. NABUCO, José Thomaz. *O Arresto do Windhuk*. **Op. Cit.** pp. 79-80. Segundo Felipe Souza, a prática da compra de votos, da utilização de forças policiais a favor do partido no poder, nomeações, exonerações, transferências de agentes do judiciário e alistamento ilícito de eleitores eram denunciadas com frequência pelos opositores políticos na imprensa do Império. SOUZA, Felipe de Azevedo e. **DIREITOS POLÍTICOS EM DEPURAÇÃO: A Lei Saraiva e o eleitorado do Recife entre as décadas de 1870 e 1880**. Dissertação de mestrado. UFPE. 2012. Susana Cavani vai atestar a dependência do eleitorado urbano dos empregos públicos. Segundo a historiadora, muitos votos eram trocados por favores políticos ou por dinheiro e apesar da prática ser condenada pelo código penal acontecia frequentemente. ROSAS, Suzana Cavani. *Eleição, cidadania e cultura política no Segundo Reinado*. **Op. Cit.** pp. 86-87.

¹³²⁴ Apesar de afirmar que procurava evitar as reuniões a favor de Mariano na Corte, por estarem atraindo muitos republicanos e entender que não deveria concorrer com suas ideias moderadas à explosão da massa subterrânea, Joaquim Nabuco não deixou de participar dos comícios organizados em favor do seu amigo e em sua defesa subiu nos palcos lado a lado com os republicanos. **HDBN**: Jornal do Recife, 28 de julho de 1886. Nº170. p.2 Em Pernambuco, a comissão executiva do Centro Republicano formada por Martins Júnior, Coelho dos Reis, Bellarmino Carneiro, Dr. Albino Meira e João Ramos, convidavam os habitantes e os representantes da província a assistirem uma sessão literária em comemoração a tomada da Bastilha pelo povo francês. O evento aconteceria no Teatro Variedades, o principal lugar de atividades públicas republicanas. **HDBN**: Jornal do Recife. 14 de julho

Realmente, os republicanos exploraram o acontecido para fins políticos: criticar a monarquia, as suas instituições e associar o regime à escravidão não só do povo negro, mas dos homens livres brancos que tinham acabado de ser enxotados do Parlamento. Em 20 de janeiro de 1887, após lançarem, no jornal crítico e humorístico *Lanterna Mágica*¹³²⁵, um artigo com o título *A política corrompe*, onde acusaram o sistema monárquico e os seus partidos de serem corruptos e mentirosos, tudo em nome da “conveniência política”, os republicanos ainda reverberavam a depuração de Mariano em 1886.¹³²⁶

Neste momento, passaram a apoiar o candidato dissidente do partido liberal e se aproximar ainda mais dele, talvez por acreditarem que, insatisfeito com a monarquia, José Mariano pudesse se converter ao republicanismo.¹³²⁷ Após o meeting promovido pelas sociedades abolicionistas em Nova Hamburgo, no dia 16 de janeiro de 1887, onde foi entregue a José Mariano um diploma de ouro – homenagem do “povo da Corte” – o tribuno agradeceu e disse que se fosse a festa de Paris em 1889 (comemorar os 100 anos da Revolução Francesa) e D. Pedro II aparecesse por lá, juntamente com outros brasileiros abolicionistas, obstaria a entrada do Imperador dizendo-lhe: “não podeis entrar, porque a festa é da liberdade e vós sois representante de um povo de escravos!” Os republicanos, que na mesma folha ironizavam o político em 1884¹³²⁸, declararam: “José Mariano foi além da nossa expectativa, esteve sublime em seu discurso”.¹³²⁹

Para maior desprezo dos abolicionistas, em 12 de junho de 1886, foi aprovado o regulamento tachado pelos abolicionistas de “Regulamento Negro”. Idealizado pelo cabeça dos agricultores paulistas no Parlamento, Antônio Prado, ministro da agricultura de Cotegipe, o regulamento confirmou o que a lei Saraiva-Cotegipe previa. Procurou combater o furto, acoitamento e o emprego de escravos fugidos. Quem soubesse de alguma informação, teria 15 dias para denunciar a polícia ou ao juiz competente, sob pena de prisão por omissão. Fora isso,

de 1886. Nº158. p.2. BRAGA, Flávia Bruna Ribeiro da Silva. “DITADURA”, ABOLIÇÃO E REPÚBLICA. **Op. Cit.** p.145.

¹³²⁵ A propriedade do *Lanterna Mágica* era de Luiz Antônio da Silva Távora e o seu principal ilustrador era Epaminondas Mariano de Sousa Gouveia. Segundo Flávia Braga, Rodolfo Lima, Abelardo Maia, Mariano de Sousa e Luiz Távora se reversavam nas litografias de jornais republicanos, tais como *O Recife Ilustrado*, *A América Ilustrada*, *O Diabo a Quatro*, *Lanterna Mágica*, *A Exposição* e *O Etna*, utilizando suas penas em favor da causa abolicionista e do movimento republicano em Pernambuco estes homens orientaram seus projetos gráficos de acordo com aquelas duas causas. BRAGA, Flávia Bruna Ribeiro da Silva. “DITADURA”, ABOLIÇÃO E REPÚBLICA. **Op. Cit.** p.38. NASCIMENTO, Luiz do. História da imprensa de Pernambuco. **Op. Cit.** pp.112-114.

¹³²⁶ **CEPE Digital:** *Lanterna Mágica*: periódico livre e humorístico. 20 de janeiro de 1887. Nº177. p.3.

¹³²⁷ Numa troça que fizeram intitulada “perguntas feitas pelo Costa Gomes e respondidas pelo vigário Pedregosa”, os republicanos escreveram: “- porque é que o liberal se parece com o conservador? – Porque ambos querem a mesma coisa: o rei.” **CEPE Digital:** *Lanterna Mágica*: periódico livre e humorístico. 20 de janeiro de 1887. Nº177. p.6.

¹³²⁸ **CEPE Digital:** *Lanterna Mágica*: periódico livre e humorístico. 10 de outubro de 1884. Nº98.

¹³²⁹ **CEPE Digital:** *Lanterna Mágica*: periódico livre e humorístico. 20 de janeiro de 1887. Nº177. p.3.

o Regulamento, ainda alterou as regras para o registro dos escravos e previa que a queda nos preços só deveria começar após a matrícula. Uma clara tentativa de adiar a desvalorização da mão de obra escrava. Era a desforra dos escravocratas contra o movimento abolicionista.¹³³⁰

Tanto o Regulamento Negro quanto a depuração de Mariano foram acontecimentos que serviram para agitar o movimento nas ruas. Fora do Parlamento¹³³¹ era então à opinião pública e ao povo das ruas que os abolicionistas deveriam recorrer.¹³³² Patrocínio, segundo Luís de Andrade, entregou a redação da *Gazeta da Tarde* a ele, dedicando-se à luta em campo, nas ruas e na Câmara Municipal do Rio de Janeiro, para a qual foi eleito. Andrade, que estava com a redação da *Revista Illustrada* e da *Gazeta da Tarde*, “órgão oficial do abolicionismo”, só aceitou a missão de administrar o jornal porque “percebi que o movimento estava saindo do marasmo no qual havia caído.” Segundo ele, “o movimento começava a levantar novamente a cabeça.” Segundo suas informações, na Corte, em São Paulo e em Campos começavam a aparecer os sintomas de renascimento do abolicionismo, finalizando a carta pediu ao amigo, “veja se as cousas opor ahi também aparecem. Consta que o Dantas está muito animado.”¹³³³ [sic]

¹³³⁰ CONRAD, Robert. Os últimos anos da escravatura. **Op. Cit.** p.184.

¹³³¹ No Parlamento alguns políticos mais ligados ao abolicionismo, como o Senador Dantas, passaram a apresentar projetos que visavam ir além do que havia sido estabelecido pela lei Saraiva-Cotegipe. Mas muito destes projetos não saíram do papel. Dantas, que em 1884 não falava em prazos, ou contra a indenização, apresentou no Senado, em 1 de junho de 1886, um projeto que visava pôr fim a escravidão em 5 anos, libertando escravos e ingênuos das amarras das leis anteriores sem falar em indenização. Este projeto continha também as assinaturas de Silveira Martins, José Bonifácio, Pelotas, Silveira da Mota, Franco de Sá, Francisco Otaviano, Henrique d’Ávila, Delamare e Castro Carreira. Referindo-se a ele, cinco dias depois, no discurso que proferiu no teatro Recreio Dramático, em resposta à manifestação promovida pela Confederação Abolicionista, disse o Conselheiro Dantas: “Esta questão não pode parar: a lei que passou, a ninguém satisfaz, porque é um sofisma, uma mentira e um crime. Apresentando no dia 1º um projeto com o prazo de cinco anos, fi-lo apenas para atender aos diversos matizes da opinião, pois se consultasse somente a minha, pediria antes cinco meses, ou cinco dias, ou cinco minutos, ou cinco instantes!” As mudanças de opiniões políticas efervesciam àquela altura. Em 1887 pediu mais ainda, considerava o seu próprio projeto atrasado. Queria a extinção para o dia 31 de dezembro de 1889, providenciando, a partir do ano seguinte, a criação de colônias às margens dos rios navegáveis, das estradas de ferro e do litoral, destinadas à educação dos ingênuos e ao trabalho dos libertos. ESTRADA, Osório Duque. Abolição. **Op. Cit.** p.162.

¹³³² Segundo Manuel Pinto Aguiar, já nos últimos meses de 1885 recrudescia a campanha abolicionista, inicialmente na imprensa, na qual se distinguia a *Gazeta da Tarde*, de José do Patrocínio; depois, no seio do eleitorado, como expressavam as retumbantes vitórias de Patrocínio para vereador no Rio de Janeiro, e José Mariano para deputado, em Pernambuco, na massa popular, nas manifestações de apoio a esses dois grandes lutadores contra a escravidão; e, ainda, entre os escravos, que abandonavam em grandes grupos as fazendas e eram abrigados pelos que os protegiam, a despeito das penalidades da lei. As fugas das fazendas, que sempre fora comum na vida brasileira, vinham ocorrendo com mais frequência em 1886, tendo-se acelerado durante os primeiros meses de 1887 e criado, em junho desse ano uma ampla crise na Província de São Paulo. A atitude pró-escravatura do Ministério Cotegipe — aparente na sua interpretação da nova lei - talvez tenha sido o mais poderoso fator no rápido reflorescimento do abolicionismo. Sob a direção do Ministro da Agricultura de Cotegipe, Antônio Prado, a nova lei foi implementada com pouca consideração pela opinião pública, pois, cada nova decisão do governo parecia favorecer os interesses somente dos proprietários de escravos. AGUIAR, Manuel Pinto. Prefácio. In: BARBOSA, Rui. **Abolicionismo**. Rio de Janeiro. Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988. pp.p. XCV.

¹³³³ **IAHGP**. Caixa 21. Maço 2. Doc. 827. Correspondência do João Ramos. Carta de Luís de Andrade a João Ramos. 12 de julho de 1886.

Atendendo aos pedidos, os pernambucanos fizeram sua parte. O retorno de Mariano ao Recife fez com que o movimento abolicionista em Pernambuco ganhasse novo fôlego, tendo até mesmo Joaquim Nabuco, que mantinha um discurso legalista e moderado, até a passagem da lei de 28 de setembro de 1885, radicalizado seus discursos e ações nesse período de retorno dos escravocratas ao poder.¹³³⁴ Conhecido pelo seu modelo parlamentarista/legalista de fazer política, Nabuco chegou a afirmar numa das conferências no *Polytheama*,

A verdade é que José Mariano na Câmara não podia ser útil ao seu partido e as ideias como na província. Da Câmara não há o que esperar. Ela só podia servir-lhe como tribuna. Essa mesma cercada de embaraços e limitações. O país está precisando de alguma coisa mais do que palavras, por mais brilhantes que essas sejam: está precisando de homens de ação. Em Pernambuco, José Mariano pode organizar o elemento popular.¹³³⁵

Em Pernambuco, representantes do comércio - nacionais e estrangeiros - convocaram a categoria, em nome do “corajoso tribuno parlamentar”, que tanto vinha lutando pelos direitos do comércio do Recife na Câmara, a fecharem seus negócios para lhe prestar homenagem.¹³³⁶ A *União Federal Abolicionista*¹³³⁷, representantes do segundo distrito, eleitores da Várzea e do Poço da Panela, um grupo denominado os “conservadores abolicionistas” e uma comissão acadêmica convocaram as pessoas a irem recepcioná-lo. Os republicanos aproveitaram para ir aos jornais pedir que as falanges abolicionistas fossem às ruas como no dia da tomada da

¹³³⁴ NEEDELL, Jeffrey D. "O chamado às armas. **Op. Cit.**

¹³³⁵ **HDBN**. O Paiz. 16 de julho de 1886. **HDBN**: Jornal do Recife. 29 de julho de 1886. Nº171. p.2.

¹³³⁶ **HDBN**: Jornal do Recife, 28 de julho de 1886. Nº170. p.2 José Mariano, desde pelo menos a legislatura de 1881, defendia os interesses dos comerciantes de Pernambuco na Câmara. Em 1884, quando a Câmara Geral negou o auxílio as províncias, que passavam por uma crise financeira desde 1873, José Mariano fez de tudo para que aquele projeto fosse aprovado. Para saber mais sobre a questão dos impostos provinciais: MELLO, Evaldo Cabral de. O norte agrário e o Império. **Op. Cit.** p. 256 e 260. Em 1884, José Mariano recebeu, pela sua defesa do interesse das classes comerciais, os agradecimentos públicos da Associação Comercial Beneficente, que procurou informar os “fatos para servir de lição”. A partir deste ano, 1884, o político só cresceria na opinião das classes comerciais de Pernambuco. **HDBN**: Jornal do Recife. 13 de agosto de 1884. Nº186. p.2. A ligação de José Mariano com o comércio lhe rendeu um palacete de presente, que atraíram críticas das quais Joaquim Nabuco o defendeu na conferência abolicionista pronunciada no teatro Santa Isabel em 26 de outubro de 1884: NABUCO, Joaquim. Campanha abolicionista no Recife. **Op. Cit.** p.36. Os republicanos que ilustravam a Revista Lanterna Mágica em plena campanha abolicionista de 1884 ironizaram a relação entre José Mariano e o comércio. Segundo eles, José Mariano “o homem do palacete” havia garantido o presente por representar o comércio na questão do imposto sobre consumo. **CEPE Digital**: Lanterna Mágica: periódico livre e humorístico. 10 de outubro de 1884. Nº98. p.1-3.

¹³³⁷ A União Federal Abolicionista foi criada no ano de 1886 no intuito de coligar as diversas Sociedades Emancipadoras de Pernambuco que estavam de certa forma enfraquecidas após toda repressão montada pelo Governo contra o movimento abolicionista. Na prática a ideia era promover a união dos membros das diversas associações para tentarem fazer alguma coisa pelo movimento. **HDBN**: Jornal do Recife. 30 de julho de 1886. Nº172. p.1. A sede da União ficava na rua do Imperador nº77. 1º andar. Barros Sobrinho era seu secretário. **HDBN**: Diário de Pernambuco. 8 de abril de 1886. Nº80. p.5.

Bastilha, chamando Mariano de o “Gambetta nacional.”¹³³⁸ Enquanto Nabuco gostava de se aproximar de homens como o abolicionista britânico William Wilberforce ou o Primeiro Ministro inglês, William Gladstone¹³³⁹, os republicanos associaram Mariano a um representante da república francesa, que havia sido um dos maiores opositores do Segundo Império de Napoleão III.¹³⁴⁰ Aqueles homens aproveitavam estes acontecimentos para colocar em cheque, não somente a escravidão, mas o Império e suas instituições, não dissociavam mais uma causa da outra.¹³⁴¹ Em meio a todas estas convocatórias para a recepção, encontramos uma do *Clube do Cupim*, “hoje às sete horas da noite haverá reunião de todos os membros do Clube, no Pão do Pinho, para resolver acerca da recepção do abolicionista Dr. José Mariano.”¹³⁴² [sic] Estavam vivos, ativos e agindo às claras novamente.

Mariano foi recepcionado por membros das sociedades abolicionistas, da FDR, da *Associação Comercial Beneficente*, onde proferiu um discurso, seguido de Fernando de Castro e Argemiro Aroxa. Partiu dali a pés, acompanhado por grande número de pessoas, para o escritório do jornal *A Província*, na rua do Imperador, onde falaram Maria Amélia de Queiroz, Martins Júnior e José Maria, para em seguida ir ao Poço da Panella. Em plena quinta feira, comércio fechado e festa abolicionista, com expressiva participação popular no Recife.¹³⁴³ O movimento voltou às ruas e se massificou de uma vez por todas, recebendo adesões de todas as partes.

No dia 01 de agosto de 1886, Jovino César Paes Barreto, enviou uma mensagem a Ramos, a partir de Natal. O comerciante, que havia sido presidente da SNE entre 1882 e 1884

¹³³⁸ Léon Gambetta (Cahors, 2 de abril de 1838 — Sèvres, 31 de dezembro de 1882) foi um político francês. Ocupou o cargo de primeiro-ministro da França, de 14 de novembro de 1881 a 30 de janeiro de 1882.

¹³³⁹ Wilberforce e Gladstone representavam bem os interesses conservadores dos abolicionistas ingleses. Segundo Seymour Drescher, “os líderes do movimento abolicionista na Inglaterra eram relutantes ou não tinham poder para buscar o recrutamento da massa. Concentravam-se sobre planos de abolição (submetidos ou comissionados pelo governo central), acomodando previsões elaboradas de controle de trabalho e compensações após a emancipação. Eles tentaram agir frequentemente como mediadores entre grupos de pressão externa (inclusive os abolicionistas britânicos) e os próprios senhores de escravos de seu país. A discussão pública estava restrita à capital ou ao principal centro comercial. Os abolicionistas do continente, em outras palavras, preferiam trabalhar em silêncio por dentro e por cima. Eles quase nunca foram considerados fanáticos, mesmo por seus adversários.” DRESCHER, Seymour. *A ABOLIÇÃO BRASILEIRA*. Op. Cit. p.134.

¹³⁴⁰ Segundo John Bury, Gambetta é considerado por muitos como um parlamentar tático e astuto e um dos maiores oradores da França moderna. O político se considerava um representante das emergentes classes médias baixas em destaque político, daí, talvez, a associação que os republicanos fizeram entre ele e José Mariano, que representava, por exemplo, as “classes populares” e o comércio em Pernambuco. Assim como Mariano, Gambetta também chegou a sofrer muitas críticas na França, sendo acusado de oportunista político. BURY, J. P. T. (John Patrick Tuer), *Gambetta's final years: 'the era of difficulties,' 1877-1882*. London; New York: Longman, 1982.

¹³⁴¹ HDBN: Jornal do Recife, 28 de julho de 1886. N°170. p.2

¹³⁴² HDBN: Jornal do Recife 23 de Agosto de 1885. N°191. p.2.

¹³⁴³ HDBN: Jornal do Recife. 30 de julho de 1886. N°172. p.2.

e tinha defendido durante este tempo a solução através das vias legais¹³⁴⁴ escreveu, “aceito a sua oferta do pretinho, talvez filho de Cotegipe. Procure o sr. Pedroza no escriptório e peça-lhe para vir com elle no vapor a 5 – como criado – arranje isso como costuma, documentos, embarques, tudo, etc.”¹³⁴⁵ Pediu ainda que João Ramos prevenisse o rapaz que “não poderá ter aqui grandes salários, mas o necessário para viver decentemente – diga-lhe mais que se não quizer ser bom trabalhador não venha”. Jovino foi outro que se rendeu ao movimento subterrâneo de envio de escravos fugidos com um “viva ao contrabandista da liberdade”.¹³⁴⁶

Em julho de 1886, a condenação de quatro escravos, acusados de matar um capataz, à pena de 300 açoites resultou na morte de dois deles e veio a fomentar um novo debate sobre a proibição deste tipo de punição por parte do Estado. O ocorrido foi utilizado por Joaquim Nabuco, que fez do jornal *O Paiz*¹³⁴⁷ o seu palanque, na falta de um mandato político.¹³⁴⁸ A imprensa se incumbiu de espalhar a notícia pelo território nacional, dando ciência de acontecimentos que eram bastante comuns e, até mesmo, visíveis nos jornais há um bom tempo, mas que passaram a ser instrumentalizados com muito mais força, naquele ano de 1886, junto à opinião pública pelos que se contrapunham ao Governo.¹³⁴⁹

¹³⁴⁴ Dentre as vezes que Jovino faz uma defesa da legalidade do movimento, uma delas, que trabalhamos nesta tese, chama-nos atenção justamente por se contrapor a propostas de dois futuros membros do Cupim, Antônio Carlos e João Ramos. O que nos dá a entender que, Paes Barreto era contra qualquer tipo de atividade ilícita pelo menos até 1883-84, mudando de posição e opinião em 1886. Este exemplo nos mostra justamente um crescimento na aceitação da opinião pública não somente pela abolição da escravidão como pelo apoio prestado às fugas coordenadas. Processualmente falando a ação dos abolicionistas radicais em disseminar as ideias da ilegalidade e ilegitimidade da escravidão e novas formas de lutar contra a instituição são aspectos que devem ser observados como processos históricos de choque das mentalidades e criação ou aceitação de novas práticas de luta. Podemos inferir, portanto, que quando os abolicionistas faziam a crítica ao Ministério Cotegipe e levantavam a ideia de que a maior parte da opinião pública nacional, já a partir de 1884-1885, era favorável à abolição, tinham razão. **IAHGP**. Caixa 20. Maço 2. Doc. 815. Acta da sessão ordinária em 15 de abril de 1883. Presidência do Senhor Cel. Décio de Aquino Fonseca.

¹³⁴⁵ O escrivão Antônio Lins da Costa Wanderley, ao ser pronunciado na justiça acusado de ter ficado com o valor de 400\$000 mil réis que recebeu da liberta Rita pela liberdade de suas filhas, disse que havia passado o valor ao senhor das ditas escravas e que não havia dado documentos ou recibos falsos como fazem muitos abolicionistas, que recebem dinheiro de escravos e os remetem para o Ceará. **HDBN**: Diário de Pernambuco. 17 de julho de 1887. Nº 161.

¹³⁴⁶ **IAHGP**. Caixa 21. Maço 2. Doc. 827. Carta de Jovino César Paes Barreto. Natal. 01 de agosto de 1886.

¹³⁴⁷ **HDBN**: *O Paiz*. 29 de julho de 1886. Em carta particular para Allen, em 1887, Nabuco escreveu: “Ano passado eu não estava no Parlamento, mas nas colunas da imprensa diária de *O Paiz* foi feito provavelmente mais por nossa causa do que eu poderia ter feito como deputado. Na realidade foi através da imprensa que nós forçamos o gabinete conservador a aprovar a lei abolindo as chicotadas, que se nós tivéssemos juizes e se as leis que dizem respeito aos escravos fossem realidade, equivaleria praticamente ao fim da escravidão.” Nabuco para Dear Mr. Allen, Londres, abr. 1887, em BETHELL, Leslie e CARVALHO, José Murilo de. **Joaquim Nabuco e os Abolicionistas Britânicos: Correspondência 1880-1905**. Topbooks. 2009. p.116.

¹³⁴⁸ Derrotado na eleição de 1886, Nabuco viu José Mariano ser eleito e não assumir, voltando-se ao jornalismo, indo fazer campanha pela abolição n’*O Paiz* ao lado dos republicanos liderados por Quintino Bocayuva.

¹³⁴⁹ Um outro ocorrido, em princípios do ano de 1886, impressionou toda a população do Rio de Janeiro. Tratava-se do caso de duas escravizadas, Eduarda de 15 anos e Joana de 17, foram deformadas pelas sevícias, que se viam por todo corpo de ambas, sendo que Joana, enfraquecida por uma tuberculose, morreu pouco depois de ter sido tirada das mãos de sua senhora. O povo aglomerou-se em frente à Gazeta da Tarde e exigiu a punição dos criminosos. Os membros da Confederação Abolicionista, liderados por Clapp e Patrocínio, levaram as duas

Segundo Ricardo Pirola, que estudou especificamente a abolição da pena de açoites, existem pelo menos três interpretações para a criação da lei de 15 de outubro de 1886, que, ao invés de se excluírem, só se complementam. Para ele, “os autores que trataram da lei de abolição da pena de açoites, em 15 de outubro de 1886, tenderam a associar o processo de sua criação à própria marcha abolicionista.”¹³⁵⁰ Segundo ele, Robert Conrad entendeu a proibição da pena de açoites no Brasil como uma resposta à abolição da escravidão em Cuba, ocorrida naquele mesmo ano (7 de outubro de 1886), chegando ao exagero de afirmar que, a proibição dos açoites representou “quase que a abolição da própria escravatura.”¹³⁵¹ Já Alexandra Brown “associou a abolição dos açoites e as comutações de pena capital, a mando de D. Pedro II, a uma tentativa do Imperador de criar uma imagem mais civilizada sua e do Brasil perante as nações europeias.”¹³⁵² E, por último, “Jeffrey Needell destacou que a criação da lei de 15 de outubro de 1886 resultou do fortalecimento momentâneo da oposição no Senado, capitaneada por Manoel Dantas, frente ao gabinete ministerial do barão de Cotegipe.”¹³⁵³ Este teve de acatar a passagem da lei para não ceder mais aos abolicionistas naquele momento, tendo em vista que, vários projetos de abolição estavam sendo discutidos no Parlamento.

infelizes em procissão pelas ruas e, depois de conduzi-las às redações de vários jornais, antes de entregarem as moças à proteção da Justiça, confiando mais essa causa a Sizenando Nabuco. A criminosa, D. Francisca da Silva Castro, amasiada com José Joaquim de Magalhães, após gastar “uma fortuna”, chegando a ser defendida pelo senador Inácio Martins e pelo conselheiro Cândido de Oliveira, foi absolvida. Apesar disso, todo o sacrifício serviu aos abolicionistas como mais armas para a propaganda contra o Governo. MORAIS, Evaristo de. A Campanha Abolicionista. **Op. Cit.** pp. 139-141. ESTRADA, Osório Duque. Abolição. **Op. Cit.** pp.158-159.

¹³⁵⁰ PIROLA, Ricardo F. O CASTIGO SENHORIAL E A ABOLIÇÃO DA PENA DE AÇOITES NO BRASIL: JUSTIÇA, IMPRENSA E POLÍTICA NO SÉCULO XIX. **rev. hist.** (São Paulo), n.176, 2017. pp.3-4. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rh/n176/2316-9141-rh-176-a08616.pdf> acessado em 30/07/2020 às 15:37.

¹³⁵¹ Segundo Robert Conrad, a abolição dos açoites representava o fim legal da instituição, pois, se não houvesse mais o poder de punir os escravizados, não havia necessidade de respeitar o cativo. É certo que isso ajudou na maximização dos movimentos abolicionistas, mas a lei não dizia respeito à punição privada e sim a estatal. Apesar disso, Conrad afirma que esta lei estabeleceu uma virada geral do movimento abolicionista. Algo que é ilustrado por Joaquim Nabuco em sua correspondência com os ingleses. Para Conrad, mesmo que os abolicionistas não ajudassem os escravizados, a partir da proibição da lei dos açoites, eles continuariam a abandonar as fazendas em massa, já que a tradição da fuga estava bem estabelecida e o principal obstáculo a elas havia sido eliminado. CONRAD, Robert. Os últimos anos da escravatura no Brasil. **Op. Cit.** pp. 287-301. Luís Anselmo da Fonseca acusa os senhores, em 1887, de ainda se utilizarem dos castigos físicos, principalmente contra escravos que procuravam fugir, mesmo após a lei de 1886. FONSECA, Anselmo Luís. **A Escravidão, o Clero e o Abolicionismo**. Bahia. Imprensa Econômica. 1887. pp. 680-681.

¹³⁵² PIROLA, Ricardo F. O CASTIGO SENHORIAL. **Op. Cit.** pp.3-4. De fato, alguns atribuíam a ação do Imperador uma relevância primordial na questão da abolição da pena de açoites. Um articulista escreveu que em toda a propaganda da abolição cabia algo em parte a imprensa, que estava influenciado a opinião, que por sua vez influenciou as classes dirigentes, mas “as vitórias que ella alcançou foram unicamente no terreno que o Imperador quis conceder.” [sic] **HDBN: Jornal do Recife**. 7 de novembro de 1886. Nº 256. pp.1-2.

¹³⁵³ Para além da Alexandra Brown, o próprio Nedeel também assume que, “Nabuco e outros jornalistas radicais passaram a usar casos de crueldade extraordinária para dramatizar a barbaridade inerente à escravidão. Tais notícias mobilizaram a opinião pública argumentando que a escravidão não tinha lugar em uma nação moral ou civilizada; também serviram para deslegitimar os defensores da escravidão no gabinete e no parlamento por associá-los a tal barbarismo.” PIROLA, Ricardo F. O CASTIGO SENHORIAL. **Op. Cit.** p.4.

De fato, quem levou o projeto ao Parlamento foi Dantas, responsabilizando o governo conservador de Cotegipe pelas mortes. No Senado, Dantas não discutiu apenas a reforma da pena de açoites, mas a própria extinção da escravidão¹³⁵⁴, sendo o tom do debate modificado para a abolição dos açoites pelo próprio governo. Em apenas 2 meses e meio a lei foi aprovada. E, apesar de ter apoiado a lei para esvaziar a força da oposição abolicionista e atrair as atenções para o Ministério, Cotegipe deixou claro que a abolição não dizia respeito ao direito dos senhores de fazerem o que quisessem com os cativos em suas propriedades privadas, pois, a lei apenas reformava o que dizia respeito ao Estado.¹³⁵⁵

Ao analisar este processo, Jeffrey Needel afirmou que,

A reforma em si não foi tão significativa quanto a sua percepção política e social por toda a monarquia – observadores a consideravam como parte de um declínio fatal e rápido do controle moral e efetivo dos cativos por seus senhores. Ao final, a campanha abolicionista de pressão pública, iniciada por Nabuco e seus aliados em 1885 e 1886, ajudou a mobilizar um movimento nas ruas e nos campos que, por sua vez, finalmente alcançaria de volta a imprensa e o parlamento para forçar a renúncia de Cotegipe.¹³⁵⁶

Efetivamente a lei agradou, temporariamente, a gregos e a troianos. O Ministério procurou persuadir a opinião pública que haviam cedido algo¹³⁵⁷, os abolicionistas sentiam que cumpriram com o dever de fazer passar mais um dispositivo legal contrário à escravidão¹³⁵⁸ - não podiam retirar o apoio à lei para não serem tachados de hipócritas - e o Imperador pôde divulgar sua imagem no exterior momentaneamente como um líder benevolente.¹³⁵⁹

Apesar de não ter proibido os senhores de praticarem o que quisessem em suas propriedades, após a aprovação da lei, os escravizados começaram a interpretar a lei a seu favor, entendendo que os castigos físicos haviam sido proibidos e, como seus senhores desobedeciam a lei, eles não tinham porque respeitar a sua condição. Assim como a lei de 1831, a lei de 1886

¹³⁵⁴ Ele já havia apresentado um projeto, no dia 01 de junho de 1886, propondo o fim da escravidão em cinco anos. MORAIS, Evaristo de. A Campanha Abolicionista. **Op. Cit.** pp. 133-134. ESTRADA, Osório Duque. Abolição... **Op. Cit.** p.162.

¹³⁵⁵ NEEDELL, Jeffrey D. O chamado às armas. **Op. Cit.** pp. 304-305.

¹³⁵⁶ **Idem. Ibidem.** Para não esquecer de citar as previsões negativas dos que se opuseram a lei, mesmo com o apoio do Ministério, alguns conservadores chegaram a falar no Parlamento que a lei traria no seu bojo a abolição e que causaria a desorganização da mão de obra. CONRAD, Robert. Os últimos anos da escravatura no Brasil. **Op. Cit.** p.288. A Câmara aprovou a abolição da pena de açoites, contra somente dois votos dos Deputados Lourenço de Albuquerque, liberal e Lacerda Werneck, conservador. **HDBN: Jornal do Recife.** 29 de outubro de 1886. Nº249. p.1.

¹³⁵⁷ **HDBN: Jornal do Recife.** 27 de novembro de 1886. Nº273. p.2.

¹³⁵⁸ **HDBN: Jornal do Recife.** 7 de novembro de 1886. Nº256. p.2.

¹³⁵⁹ A Revista Illustrada narrou como um grande desfecho teatral a aprovação da lei de abolição dos açoites, e apesar de apontar as contradições do Ministério Cotegipe e seu aferramento escravista saudou a passagem da lei. **HDBN: Revista Illustrada.** 23 de outubro de 1886. Nº441. p.2. D. Pedro II, no ano de 1886, andava pelas províncias escravistas a entregar pessoalmente cartas de liberdade. “Sua majestade tem feito expurgar as cadeias sempre que as encontra reduzidas a prolongamentos de troncos de senzala, abrindo também seu bolsinho para resgatar os cativos que o merecerem”. **HDBN: Jornal do Recife.** 27 de novembro de 1886. Nº273. p.2.

também foi ressignificada por eles. O movimento de fugas coletivas das fazendas nunca foi tão grande como depois de abolida a pena de açoites.¹³⁶⁰ De novembro de 1886 a maio de 1888 houve uma onda crescente de evasões em vários territórios do Império e até mesmo Joaquim Nabuco cedeu à prática dos mais radicais, chegando a acoitar um escravo, como anotou em 1 de novembro de 1886, “Cassiano, com 19 anos, aparece com sinais de ferro ao pescoço e todo o corpo, acoito-o.”¹³⁶¹

Outro acontecimento, a morte de José Bonifácio, o moço, em 26 de outubro de 1886 e o seu velório, no dia 28, foi utilizado pelos abolicionistas como mais uma oportunidade de divulgar a pauta da Abolição. Em São Paulo, mais de quatro mil pessoas acompanharam o funeral. Antônio Bento, Joaquim Nabuco, Quintino Bocaiúva foram alguns dos que se despediram daquele que, junto com Dantas, era visto como um dos chefes de um possível Partido Liberal renovado: Abolicionista, progressista, federalista, etc.¹³⁶² Em Pernambuco, a *União Federal Abolicionista* não deixou passar em branco a morte do Senador liberal. Reuniram-se no dia 25 de novembro de 1886, no teatro Santa Isabel, “cedido pelo presidente da província, para a comemoração promovida pela *União Federal Abolicionista* em honra ao grande patriota José Bonifácio de Andrada e Silva, no 30º dia do seu falecimento.”¹³⁶³

Os envolvidos reinterpretaram a morte de José Bonifácio e o clima não foi de luto, mas sim de festa, republicana e abolicionista. Era um processo de ressignificação dos funerais na tentativa de ocupar espaços proibidos, como o teatro Santa Isabel, e de comover ainda mais a opinião pública. Como resumiu Costa Ribeiro, aquele era um momento onde a memória da vida de José Bonifácio no momento de sua morte “se erguia para governar os vivos”.¹³⁶⁴

Segundo o *Jornal do Recife*, concorreram para a cerimônia pessoas dos “dois credos políticos” e aqui já não se tratava de liberais e conservadores, mas de republicanos e

¹³⁶⁰ Na verdade, segundo Rui Barbosa, as fugas das fazendas, algo comum na vida brasileira, vinham ocorrendo com mais frequência em 1886, tendo-se acelerado durante os primeiros meses de 1887 e criado, em junho desse ano uma ampla crise na Província de São Paulo. A atitude pró-escravatura do Ministério Cotegepe — aparente na sua interpretação da nova lei - talvez tenha sido o mais poderoso fator no rápido reflorescimento do abolicionismo. Sob a direção do Ministro da Agricultura de Cotegepe, Antônio Prado, a nova lei foi implementada com pouca consideração pela opinião pública. Cada nova decisão parecia favorecer os interesses dos proprietários de escravos e não da maior parte da opinião pública nacional nem dos maiores interessados na abolição. BARBOSA, Rui. *Abolicionismo*. **Op. Cit.** p. XCV.

¹³⁶¹ NABUCO, Joaquim. *Joaquim Nabuco Diários*. **Op. Cit.** p.248. Segundo Angela Alonso, Nabuco condenava a política das ruas. Condenava o terrorismo e o assassinato político, chamando os radicais de niilistas, termo que seria associado a sua atuação no movimento abolicionista entre 1884-1888. Apesar das suas intenções de tirar o movimento das ruas para o Parlamento, até mesmo ele, ainda que por um breve momento, teve de se render às fugas escravas, quando as instituições estavam cerradas para os seus ideais. ALONSO, Angela. *Joaquim Nabuco: os salões e as ruas*. **Op. Cit.** pp. 142 e 184.

¹³⁶² ESTRADA, Osório Duque. *A Abolição*. **Op. Cit.** p.163.

¹³⁶³ **HDBN**: *Jornal do Recife*. 26 de fevereiro de 1887. Nº46. p.1.

¹³⁶⁴ **HDBN**: *Jornal do Recife*. 27 de novembro de 1886. Nº273. p.1.

monarquistas. Muito embora a festa fosse em homenagem a um homem que havia sido Deputado e Senador durante boa parte de sua vida por um partido monarquista (o Liberal), ela tomou ares republicanos. Por trás do retrato de José Bonifácio todos podiam observar os estandartes das sociedades abolicionistas, *Comissão Central Emancipadora*, *Nova Emancipadora*, *Club Abolicionista* entre outras. Duas piras foram dispostas nas laterais do palco, em uma delas podiam ver a bandeira da *Ave Libertas* e na outra as bandeiras republicanas de 1817 de Pernambuco e de 1821 do Rio Grande do Sul. A mesa foi composta por membros da *União Federal Abolicionista*, Costa Ribeiro¹³⁶⁵ (presidente), Gomes de Mattos (vice), Barros Sobrinho e Belarmino Carneiro (secretários). Falaram, Martins Júnior, pela *Comissão Central Emancipadora*, Thomaz Espiuca, pelo *Gabinete Português de Leitura*, José Mariano, pelo partido liberal, Azevedo Tavares pelo *Centro Republicano*, Phaelante da Câmara, Nylo Peçanha, Cassiano Lopes, Argemiro Aroxa, representando a FDR e muitos outros oradores.¹³⁶⁶ Os discursos versavam sobre abolição, sobre república e sobre tudo aquilo que o atual governo combatia e hostilizava.

Do Rio de Janeiro, em 19 de dezembro de 1886, João Ramos soube por Raymundo Pereira de Souza, que os abolicionistas estavam recebendo intimações policiais sem conta”, estando todos desassossegados e inquietos, temendo pela vida dos “ingleses”. O abolicionista falou da abertura de uma nova frente de territórios livres, avisando que, “a corrente ou a verdadeira torrente de ingleses que procuravam o Norte, procura agora São Paulo e Santos, cursos mais rápidos e menos dispendiosos para nós e eles”.¹³⁶⁷ Era o início das fugas em massa das zonas cafeeiras e açucareiras de São Paulo e do Rio de Janeiro. Muitos dos escravizados, que saíam da Corte para Pernambuco ou para o Ceará entre 1883-1886, iriam acompanhar a corrente de fugas por lá mesmo, procurando estacionar em algum quilombo urbano como o do Jabaquara em Santos ou o do Leblon na Corte. Todavia, os “ingleses” não pararam de procurar abrigo em Pernambuco. A rede abolicionista nacional permanecia ativa e ligada.

Em 29 de dezembro de 1886, Raymundo enviou o sr. Francisco Machado, para trabalhar de cozinheiro enquanto a cozinheira que João Ramos queria contratar não chegava.¹³⁶⁸ Em 19 de fevereiro de 1887, Raymundo encaminhou mais dois trabalhadores: José Ramos da Costa e José Gonçalves à proteção do cupim, enviando-lhe sua tão requisitada cozinheira. Os

¹³⁶⁵ Um dos chefes do Partido Liberal em Pernambuco.

¹³⁶⁶ **HDBN**: Jornal do Recife. 27 de novembro de 1886. Nº273. p.1.

¹³⁶⁷ **IAHGP**. Caixa 21. Maço 2. Doc. 827. Correspondência do João Ramos. Carta Raymundo Pereira de Souza a João Ramos. Rio de Janeiro. 19 de dezembro de 1886. 1 folha.

¹³⁶⁸ **IAHGP**. Caixa 21. Maço 2. Doc. 827. Correspondência do João Ramos. Carta Raymundo Pereira de Souza a João Ramos. Rio de Janeiro. 29 de dezembro de 1886. 1 folha.

dois homens, segundo ele, preferiram migrar para o Recife devido ao “clima seco e seguro da terra.”¹³⁶⁹

No começo de 1887, Nabuco veio ao Recife, mas como sempre não para ficar por muito tempo. O abolicionista foi incumbido pela redação do jornal *O Paiz* de reportar notícias sobre D. Pedro II¹³⁷⁰, que viajou à Europa, em junho de 1886, para tratar da saúde. Antes de partir, Nabuco vivenciou alguns acontecimentos tão intensamente, que confessou sentir saudades dos poucos dias que passou na sua terra natal. Provavelmente, aquela foi a primeira vez que viajou à Europa com má vontade ou com desejo de voltar logo.¹³⁷¹ De fato, de sua chegada, em 22 de fevereiro de 1887, até sua partida, em 21 de março, os dias dos abolicionistas foram agitados.

Em 26 de fevereiro de 1887, uma comissão da *União Federal Abolicionista*, composta por ele, Barros Sobrinho, Pereira Simões, Antônio Carlos e Numa Pompílio, foi ofertar ao *Instituto Arqueológico* o retrato de José Bonifácio, que havia sido exposto na cerimônia fúnebre.¹³⁷² O Instituto, nas pessoas de José Hygino, orador da instituição, Lopes Machado, Vicente Férrer, Barreto Sampaio, João de Oliveira, Pinto Júnior, dentre outros, agradeceu a doação e Hygino falou que “a associação se ufanava em abrir espaço da sua galeria para legendário paulista”.¹³⁷³ Os membros do Instituto, muitos deles bacharéis e professores da FDR, como José Hygino, compartilhavam também dos sentimentos abolicionistas dos seus pares.

No dia 28 de fevereiro de 1887, os abolicionistas deram uma conferência no teatro *Variedades*¹³⁷⁴, o tema foi “o estado atual da questão da emancipação servil”. Em Pernambuco, Nabuco se vinculou de vez aos cupins. Barros Sobrinho, Numa Pompílio, Antônio Carlos, José Mariano e João Ramos foram seus principais companheiros antes de partir.¹³⁷⁵ Enquanto esteve

¹³⁶⁹ **IAHGP**. Caixa 21. Maço 2. Doc. 827. Correspondência do João Ramos. Carta Raymundo Pereira de Souza a João Ramos. Rio de Janeiro. 19 de fevereiro de 1887. 1 folha.

¹³⁷⁰ As notícias sobre a doença do Imperador causavam um certo espanto, segundo um telegrama recebido pela redação da Província e repassado ao Jornal do Recife, ele estava acometido de uma congestão do fígado, acompanhada de forte febre e o seu estado era grave. **HDBN**: Jornal do Recife. 1 de março de 1887. Nº48. p.1.

¹³⁷¹ Nabuco declarou no dia de seu embarque (21 de março) “sinto um vazio dentro de mim. É muito difícil passar de uma vida como tive este último mês para a quietação absoluta a bordo”. **NABUCO**. Joaquim. Joaquim Nabuco Diários. **Op. Cit.** p. 252.

¹³⁷² **HDBN**: Jornal do Recife. 26 de fevereiro de 1887. Nº46. p.1.

¹³⁷³ **Idem**.

¹³⁷⁴ Segundo Flávia Braga, o Teatro Variedades, assim como o Gabinete Português de Leitura e o Teatro Santo Antônio formavam os lócus principais das conferências republicanas. Tendo em vista a ligação de Joaquim Nabuco com este grupo e todo o apoio que receberá em sua campanha no ano de 1887, podemos confirmar o que a autora afirma, que abolicionismo e republicanismos se confundiam. Todavia, Nabuco tem uma outra visão do cenário político. O que ele procurava encaminhar era justamente a reforma do Partido Liberal, tentando fazer com que o partido se tornasse de fato abolicionista, acreditava que dessa forma ele poderia contribuir mais para o futuro da monarquia e das reformas sociais necessárias do que o Partido Conservador ou do que os próprios republicanos. BRAGA, Flávia Bruna Ribeiro da Silva. “DITADURA”, ABOLIÇÃO E REPÚBLICA. **Op. Cit.** p.31.

¹³⁷⁵ Assim que chegou no dia 22 de fevereiro, Numa Pompílio e Barros Sobrinho foram o recepcionar a bordo, almoçaram na casa de Antônio Carlos onde ele ficou hospedado. Estavam no almoço, José Mariano, Costa Ribeiro, Pompílio e Gomes de Mattos. No dia 23 de fevereiro acompanhou o carnaval na companhia de Numa Pompílio.

fora do Parlamento, assumiu um posicionamento visto como perigoso pela elite política, ligando-se cada vez mais aos representantes do abolicionismo radical pernambucano. As conferências pronunciadas por ele e Mariano neste período buscavam fazer uma separação entre os membros do partido liberal que representavam o abolicionismo e os que representavam a escravidão. Os dois buscavam dar um tom mais progressista ao partido, criticando elementos conservadores ainda presentes, como Ambrósio Machado e o Barão de Arariba (João Luís Gonçalves Ferreira). Na verdade, os abolicionistas, ainda eram dissidência dentro do próprio partido e a aproximação dos republicanos não lhes dava muitas condições de barganhar com os chefes liberais que os enxergavam com desconfiança.¹³⁷⁶

Nabuco tinha a ideia de que, somente expurgando o partido liberal destes homens, que “se aproveitavam dos votos para interesses privados”, é que os liberais poderiam se tornar um partido democrático. A intenção dele era a de que o partido liberal apoiasse a lei da abolição, não entregando, novamente, os créditos da “reforma” aos conservadores. Nabuco e Mariano tentavam atrair os interesses do partido, tentando convencer seus líderes de que a abolição era a principal pauta política da vez. Desejavam conseguir a exclusão dos contrários, eliminando-os das chapas eleitorais e, talvez, até do próprio partido. Acreditava Nabuco que só assim um Terceiro Reinado seria possível, com o apoio de um partido forte, coeso e propenso a reformas.¹³⁷⁷

Após a conferência do dia 28 no variedades jantou com Barros Sobrinho e Numa Pompílio, sendo ainda visitado por Antônio Carlos e Pedro Afonso. No dia 1 de março, jantou com João Ramos e Gomes de Mattos. Estes homens vão ser associados aos liberais democratas e podem ser considerados republicanos liberais, em divergência com os republicanos positivistas liderados por Martins Júnior e Aníbal Falcão, que apesar de divergirem acerca da forma de governo compartilhavam com uns o republicanismo e com outros o abolicionismo. NABUCO. Joaquim. **Joaquim Nabuco Diários**. Edição de textos, prefácios e notas Evaldo Cabral de Mello. Editora Bem-Te-Vi. p.249. Barros Sobrinho e Phaelante da Câmara serão apresentados como “democratas” pela redação do Jornal do Recife, quando da “excursão abolicionista” deles com Mariano e Nabuco. **HDBN**: Jornal do Recife. 16 de março de 1887. Nº61. p.1. Grosso modo, conseguimos identificar pelo menos quatro grupos políticos distintos em Pernambuco no final da década de 1880: Conservadores e Liberais escravocratas (associados pelos abolicionistas como pares), liberais abolicionistas ou liberais democratas, republicanos liberais e republicanos positivistas. Num “jantar político” promovido por José Mariano, no Poço da Panella, em homenagem a Joaquim Nabuco, o tema foi “o elemento puro e decidido contra a escravidão.” Quando o champagne foi servido, os brindes foram trocados entre os convivas. Mariano saudou logo Nabuco, e este D. Olegária. O Dr. Montenegro e o Dr. Miguel Castro, saudaram o povo do 2º distrito. José Mariano saudou o Clube do Cupim representado na mesa por Barros Sobrinho, Numa Pompílio e Antônio Carlos Ferreira da Silva. Antônio Carlos brindou o Cupim. E antes que acabasse o jantar, às 9 horas da noite ainda se ouviram brindes a Confederação Abolicionista e ao conselheiro Dantas, “o mais adiantado e valente dos senadores atuais”. **HDBN**: Jornal do Recife. 19 de março de 1887. Nº64. Assim que Nabuco venceu as eleições de 1887, os acadêmicos, liderados por Salles Barbosa, saíram numa passeata, indo cumprimentar o vencedor. Passaram pela praça D. Pedro II e foram até a rua do Imperador onde saudaram as redações dos jornais *A Província e Jornal do Recife*, seguindo para a rua Barão da Vitória pararam no prédio de Numa Pompílio, onde se achava o Dr. Nabuco, que foi cumprimentado por Salles Barbosa e seus amigos. **HDBN**: Jornal do Recife. 16 de setembro de 1887. Nº210. p.2.

¹³⁷⁶ **HDBN**: Jornal do Recife. 1 de março de 1887. Nº48. pp.1-2.

¹³⁷⁷ **Idem**. É isso que ele vai expressar a Costa Ribeiro, por exemplo, pedindo ajuda ao amigo para convencer Luiz Felipe de Souza Leão, chefe do partido liberal de Pernambuco e Senador do Império, a aceitar esta difícil missão de reorganizar o partido. A intenção de Nabuco era fazer com que o partido liberal apresentasse somente candidatos

A viagem do abolicionista não foi muito do agrado dos seus amigos da Corte, pois, segundo Luís de Andrade escreveu a Ramos em 04 de março de 1887, “num momento em que tudo estava vacilando e em que grandes acontecimentos poderiam se dar, seria bom tê-lo no Brasil para disputar as eleições caso Cotegipe caísse.” Segundo ele, “muito se falava de um ministério João Alfredo, com apoio de Dantas e dos abolicionistas, marcando curto prazo à escravidão”.¹³⁷⁸ Para ele, a doença do Imperador estava protelando a queda de Cotegipe, todos estavam com suas atenções voltadas para esta questão e só se falava no que poderia acontecer caso ele morresse. Segundo informações de Antônio Pinto, Andrade soube que João Alfredo estava decidido até a fazer a abolição imediata. Lafayette também e até Saraiva “disse que só havia uma hipótese de ser governo e essa seria para assinar o decreto da abolição”.¹³⁷⁹ Como um bom observador político, Andrade afirmava que as coisas não estavam tão abjuradas mais e que a qualquer momento a abolição poderia se tornar lei.

Antes de viajar à Europa, no dia 10 de março, Nabuco saiu em uma “excursão abolicionista” com destino a Palmares. Viajaram com ele: José Mariano, Barros Sobrinho, Phaelante da Câmara e Fernando de Castro para visitarem o “distinto abolicionista Dr. Pedro Affonso Ferreira no engenho Japaranduba.”¹³⁸⁰ Ao passarem pelas estações de Gameleira e Ribeirão, o povo saudou os abolicionistas com “flores, foguetes e largas demonstrações de regozijos”, nada se disse sobre a estação da Escada. Em Palmares, “comissões abolicionistas acompanhadas de crescido número de povo, apinhavam-se na plataforma da estação aguardando a chegada do comboio.” Da estação, seguiram para o *Club Literário Palmareense*, onde o negociante Chagas pediu que fizessem ao povo de Palmares uma conferência, chamado que os abolicionistas atenderam.¹³⁸¹

Na noite do dia 11, sexta feira, foi organizado um meeting abolicionista, ao qual muitos escravos assistiram. Receberam no engenho Japaranduba, além de muitos homens ilustres, “provas de apreço da gente rústica, de pés descalços, pobres cavadores da terra que, segundo os nossos costumes, estão perfeitamente ao nível dos escravos”. Os homens e mulheres livres do interior, segundo ele, assemelhavam-se aos escravizados. Mariano e Nabuco falaram de abolição e de federação, para gente poderosa e humilde. A bandeira dos abolicionistas naquele momento era dupla, liberdade jurídica para os escravizados e liberdade econômica para as

abolicionistas ou propensos à abolição em sua chapa. **IAHGP**. Caixa 16. Doc. 838. Carta de Joaquim Nabuco a Costa Ribeiro. 6 de dezembro de 1887. 3 páginas.

¹³⁷⁸ **IAHGP**. Caixa 21. Maço 2. Doc. 827. Correspondência do João Ramos. Carta de Luís de Andrade a João Ramos. Rio de Janeiro. 4 de março de 1887.

¹³⁷⁹ **Idem**.

¹³⁸⁰ **HDBN**: Jornal do Recife. 16 de março de 1887. Nº61. p.1.

¹³⁸¹ **Idem**.

províncias e, apesar de vários republicanos estarem presentes na excursão, não falaram de república. Phaelante chegou a falar que o abolicionismo havia crescido tanto que estava em família, outro republicano também falou aos palmarenses.¹³⁸²

No dia 12, na volta, pararam um pouco em Escada, onde ficaram hospedados na casa do negociante, capitão Deodato Monteiro.¹³⁸³ Na hora do almoço afluíu a casa muita gente do povo e muitos escravos, na sobremesa, levantaram brindes a Pernambuco, ao “Partido Abolicionista”, aos escravos e a emoção foi tanta que o anfitrião “concedeu sem ônus a alforria da sua escrava Sorianna.” Segundo Nabuco, Monteiro foi obrigado a fazer isso, por tê-los recebido, não teve outra opção.¹³⁸⁴ Outro homem, Bernadino de Senna Cavalcanti, pobre e com 12 filhos declarou que tinha alforriado os seus dois escravos, Felix e Luiz. Manoel Florentino da Costa e a mãe alforriaram Delphina. Na verdade, os abolicionistas, após abrirem uma subscrição, conseguiram o valor para libertar Delphina, que não queria fugir, pois sua senhora era cega, “sendo ela mais filha da mulher do que seu filho” que se contrapôs à libertação gratuita.¹³⁸⁵ À uma hora da tarde foram a praça da feira e começaram a falar ao povo que ali se encontrava, em sua grande maioria “trabalhadores da enxada de ombros largos, tostados pelos sol.”¹³⁸⁶ A corrente abolicionista buscava angariar apoio popular na Zona da Mata Sul, a região mais escravocrata de Pernambuco.

Um anônimo fez uma descrição do meeting em Escada. Segundo ele, assistiram a conferência vários homens pertencentes “à plebe, como chamam os fidalgos da terra”. Plebe que recebeu com prazer as palavras dos oradores, o que para ele provava “a boa índole do povo escandense”. Alguns mandões da aldeia haviam, segundo ele, preparado pessoas contra os propagandistas da remissão, mas não foram atendidos, pois o povo da Escada “está preparado para arvorar o seu pavilhão tendo por legenda a liberdade ou a morte”.¹³⁸⁷ Ao apelar para a moral daquela gente negra, pobre e humilde, Mariano conclamou-os a reagirem contra os fortes para terem suas propriedades e honra respeitadas.¹³⁸⁸ No primeiro contato de Nabuco e Mariano com o povo dos canaviais, muitos deles negros livres, libertos e escravizados, podemos dizer que o tom do discurso assumiu ares subversivos, tendo em vista os lugares e o teor das

¹³⁸² **Idem. Ibidem.**

¹³⁸³ Segundo Angela Alonso, Mariano e Nabuco foram à Escada para se encontrar com Tobias Barreto, mas, nas notícias que foram divulgadas e até mesmo no Diário de Nabuco, eles não falam desse encontro. Sabemos que Tobias havia sido “expulso” da cidade, por volta de 1881, por ter alforriado os escravos do seu sogro, João Félix dos Santos. ALONSO, Angela. Joaquim Nabuco: os salões e as ruas. **Op. Cit.** p.215. BARRETO, Luiz Antônio. Tobias Barreto. **Op. Cit.** p.13.

¹³⁸⁴ NABUCO, Joaquim. Joaquim Nabuco Diários. **Op. Cit.** p.250.

¹³⁸⁵ **Idem.** p. 251.

¹³⁸⁶ **HDBN:** Jornal do Recife. 16 de março de 1887. Nº61. p.1

¹³⁸⁷ **HDBN:** Jornal do Recife. 17 de março de 1887. Nº62. p.2.

¹³⁸⁸ **Idem.**

conferências. Foi uma excursão abolicionista ousada e a mensagem foi passada. A maior prova disso foram as fugas que acompanhavam suas saídas destas cidades e vilas, como em Nazaré, no dia 19 de março, diversos escravos seguiram os abolicionistas até a estação, fugindo e causando transtornos aos senhores e trabalho aos capitães de campo.¹³⁸⁹

Ao chegarem em Recife, José Mariano, Nabuco, Barros Sobrinho e Phaelante da Câmara levaram ao presidente da província, Pedro Vicente de Azevedo, um escravo, de nome Domingos, que afirmava pertencer ao tenente-coronel Pedro Osório de Cerqueira. Este havia açoitado Domingo, que tinha marcas de chicote nas costas e nas nádegas e estava completamente abalado, defecando sangue e com a espinha dorsal muito prejudicada pelo castigo, de modo que mal conseguia andar. Após apresentarem o escravizado ao presidente da província, foram até o juiz do 5º Distrito criminal pedir a nomeação de um curador. Foram nomeados, Antônio de Souza Pinto, como curador e Barros Sobrinho como depositário.¹³⁹⁰ Procuravam conseguir da justiça a liberdade de Domingos, apelando para a lei de proibição dos açoites, que, como sabemos, não interferia no domínio privado, mas foi instrumentalizada juridicamente pelos abolicionistas como mais um artifício jurídico a favor da liberdade.

Devido as tentativas de negociar com as lideranças do partido liberal uma remodelação dos seus quadros e devido a publicidade de sua excursão abolicionista, Joaquim Nabuco foi acusado de “ter vindo dividir o partido liberal” e, para se defender, armou outra conferência, com a ajuda dos seus amigos republicanos,¹³⁹¹ falando sobre isso no *Variedades* em 20 de

¹³⁸⁹ NABUCO, Joaquim. Joaquim Nabuco Diários. **Op. Cit.** p.252. Interessante notar que, um dos maiores estudiosos do movimento abolicionista em Pernambuco, Fernando da Cruz Gouvêa tenha dito que “sendo menor a população escrava dos engenhos do que nas fazendas de café do centro-sul, e devido a certas circunstâncias advindas do regime patriarcal, não se registravam fugas em grupo do elemento servil dos eitos”, quando o próprio Nabuco anotou em seu diário alguns movimentos que contradizem o autor. GOUVÊA, Fernando da Cruz. Abolição: A liberdade veio do Norte. **Op. Cit.** p.147. É certo que em comparação com os movimentos de fugas em massa que se deram entre São Paulo, Cubatão e Santos, os episódios de fugas das províncias ao Norte possam parecer proporcionalmente menores, mas não foram menos importantes para o processo. Robert Conrad também supervalorizará o movimento de fugas em massa de escravos em 1887, principalmente o de São Paulo a Santos. Todavia, queremos ressaltar novamente que, todo esse movimento já acontecia muito antes da radicalização do processo em 1887, antes mesmo de 1884 e que os escravizados foram muito ativos nestas empreitadas. Fugiam com ou sem a proteção dos abolicionistas e patrocinavam suas fugas e suas liberdades com recursos próprios. CONRAD, Robert. Os últimos anos da escravidão no Brasil. **Op. Cit.** pp.291-294.

¹³⁹⁰ **HDBN**: Jornal do Recife. 16 de março de 1887. Nº61. p.2. NABUCO, Joaquim. Joaquim Nabuco Diários. **Op. Cit.** p.252.

¹³⁹¹ Nabuco e Mariano, que foram satirizados pelos republicanos redatores da Revista Lanterna Mágica, ligados a apoiadores de Martins Júnior, por volta de 1884, foram elogiados e aclamados pelos mesmos, como “legítimos representantes dos interesses da Pátria”. Havia, segundo Flávia Braga, uma aliança de conveniências políticas entre republicanos e liberais dissidentes em Pernambuco pelo menos até maio de 1888. Lutavam lado a lado, pela abolição, alguns desde 1884, mas não se confundiam. Todavia, podemos ver que alguns republicanos, principalmente os mais vinculados ao comércio, como Gomes de Mattos, João Ramos, Antônio Carlos e médicos como Barros Sobrinho e Numa Pompílio, não só se confundiam como estabeleceram ligações políticas muito mais com os liberais dissidentes como Nabuco e Mariano do que com os positivistas liderados por Martins Júnior. Enfim, acreditamos que o grupo de pessoas que formavam o Clube do Cupim estavam muito mais atrelados aos liberais dissidentes, do que aos positivistas. BRAGA, Flávia Bruna Ribeiro da Silva. “DITADURA”, ABOLIÇÃO

março. Segundo ele, “não era sua intenção dividir por dividir o partido liberal, mas que, sendo forçoso aceitar os efeitos naturais dos princípios liberais, que tem adotado, cumpria-lhe afirmar solenemente que por força desses princípios o partido liberal estava realmente dividido.”¹³⁹² Para ele, a divisão não era superficial, resultado de interesses pessoais, mas profunda, pois era imposta pelas novas ideias, impossíveis de se conciliarem com a escravidão.

Nabuco assumiu a divisão do partido liberal justamente na questão da escravidão. Segundo ele, seu abolicionismo não era para fins pessoais, como falavam seus opositores, mas em prol de “uma raça explorada e oprimida e do interesse nacional, sacrificando alguns cômodos e todas as vantagens, que podem naturalmente seduzir os liberais, que esperam cada dia subir ao governo do paiz”.¹³⁹³ Nisto, ele estava sendo muito coerente, pois, somente com o nome que tinha e a partir da influência política do seu pai, provavelmente, caso Nabuco não tivesse aderido ao abolicionismo, não teria tido os inconvenientes políticos e econômicos que teve ao longo de sua vida, conseguindo, quem sabe, até chegar a postos elevados com muito mais facilidade. Para ele, o partido liberal só tinha razão de ser, se, de fato, assumisse a proposta da Abolição, ou então, seria forçado novamente, pela fraqueza de sua divisão interna, a ver os conservadores aprovarem a lei e conquistarem os créditos e a popularidade.¹³⁹⁴

E REPÚBLICA. **Op. Cit.** p.21. **CEPE Digital.** Lanterna Mágica. 30 de março de 1887. Nº184. p.2. Após a abolição, ainda no ano de 1888, o Centro Republicano de Pernambuco organizou algumas conferências nas áreas com o maior número de agricultores da Província. A primeira foi realizada em Goiana e a 2ª conferência foi convocada para o dia 2 de dezembro de 1888 em Escada. Segundo a convocatória, eles tinham interesse em alistar nas suas fileiras “especialmente os senhores agricultores, para cuja desprotegida e infeliz classe voltam-se hoje os olhos de todos os que se interessam pela prosperidade do Brasil.” O Centro tinha consciência de que a classe agrícola de Pernambuco possuía o maior número de cidadãos aptos ao processo eleitoral e era “a mais interessada em que não perdesse por longo tempo este triste estado de cousas em que se afunda o paiz”, apelando para o ressentimento com a Coroa, buscavam apoio dos agricultores. **HDBN:** Diário de Pernambuco. 30 de novembro de 1888. N274. p.3. A comissão executiva do Centro era formada por: Izidoro Martins Júnior, João Cardozo, Antônio Martiniano Veras, Dr. Albino Meira, Dr. Pinto Pessoa, Dr. Balthazar da Silveira, Francisco Campello e João Ramos. Segundo Celso Castilho, os republicanos históricos liderados por Izidoro Martins Júnior aceitaram homens como Ambrósio Machado porque compartilhavam de um objetivo político em comum, “remover a monarquia do poder e mudar o regime de governo.” A aliança com os plantadores indenizistas, os considerados revanchistas, se foi positiva num primeiro momento, em sequência se mostrou prejudicial aos republicanos históricos em Pernambuco e no Brasil. Nos rótulos dos charutos, produzidos pelos republicanos, encontravam-se os dizeres: “indenização e república”, tendo sido muitos destes homens acusados de se aliarem aos escravocratas, os liberais democratas passaram a chamá-los de republicanos escravistas. **CASTILHO,** Celso Thomas. *Slave Emancipation and Transformations*. **Op. Cit.** pp. 186-187.

¹³⁹² **HDBN:** Jornal do Recife. 22 de março de 1887. Nº66. p.1. O Major Afonso de Albuquerque Mello chegou a defender Nabuco para chefe do Partido Liberal de Pernambuco, pois, segundo ele, os leões, liderados por Felipe de Souza Leão e os conservadores eram a mesma coisa, só sabiam fazer hecatombes com as armas do Governo. Segundo Mello, os chefes não deveriam ser servidos, mas sim servir. “O chefe é o que mais possui a ideia, e que mais capaz é de lhe dar o movimento possível. O chefe político não é servido, serve. Serve com amor, paixão, paciência, sacrifício, porque nos serviços públicos pelas batalhas das ideias, só há sacrifício.” **HDBN:** Diário de Pernambuco. 24 de setembro de 1887. Nº218. p.3.

¹³⁹³ **HDBN:** Jornal do Recife. 22 de março de 1887. Nº66. p.1.

¹³⁹⁴ Segundo Nabuco, Saraiva só aceitaria subir novamente como chefe de um Gabinete Ministerial se fosse para ver seu nome gravado em letras de ouro, como o de Rio Branco, e não para ser ludibriado pelos conservadores como em 1885. **Idem.**

Ainda nesta conferência, Nabuco criticou a ilusão da lei que extinguiu a pena de açoites que, segundo ele, estava sendo ludibriada assim como a lei de 1831 havia sido. Em sua visão, assim como a lei anti-tráfico de 1831, a lei de proibição dos açoites também estava sendo reinterpretada pelos próprios escravizados. Segundo ele, apesar de abolida a pena, “os bárbaros senhores ainda infligiam com ostentação e por despeito o chicote contra seus escravizados”¹³⁹⁵ e “se o açoite estava condenado, é, pois, um criminoso o senhor, que açoita escravo”, havendo senhores mais cruéis e mais bárbaros que castigavam propositalmente seus cativos somente para afrontar as leis criminais e as leis da humanidade, impondo a todos os abolicionistas “o dever de ser mais ativos e mais enérgicos, o dever de empregar meios igualmente extraordinários para proteger aos miseráveis, que só têm o nosso amparo!”¹³⁹⁶ Haviam acabado de ajudar Domingos, brutalmente castigado pelo seu senhor. Na retórica de Nabuco, o que os senhores tomavam por abolicionismo radical era culpa deles mesmos. Se os escravos fugiam, rebelavam-se, assassinavam, era culpa dos “loucos, que provocam a reação”.¹³⁹⁷ Enquanto, para ele, os abolicionistas eram os apaziguadores da situação, os senhores eram

esses loucos que nos ensinam a infringir a lei, que proíbe o acoitamento dos escravos que desesperam! Esses loucos nos ensinam a imitar o procedimento dos abolicionistas da Índia Inglesa, que ensinaram os escravos a resistir passivamente à lei do cativo, por um modo simples: não servindo aos seus senhores. Loucos, esses senhores reacionários e provocadores, que não veem, que estão lutando com homens resolutos, que podem num dia quebrar-lhes nas mãos esses instrumentos de trabalho, que se lhes tornar inútil de repente!¹³⁹⁸

Nabuco assumiu publicamente a sua vinculação ao movimento de auxílio extralegal ou, como os senhores chamavam, “radical”. Mas fez a ressalva de que a culpa era deles mesmos, que o caminho pacífico estava sendo trilhado pelos abolicionistas, enquanto a classe senhorial trilhava o caminho mais perigoso do embate, deixado claro que poderiam sofrer com isso, caso os abolicionistas e os escravizados quisessem. A ameaça, ainda que somente retórica, era utilizada como uma tática de combate. Que os senhores pagassem para ver.

Antes de finalizar o discurso, disse ainda que, apesar de ir à Europa e depois aos EUA, estaria em constante contato com os abolicionistas Pernambucanos, os quais estavam para constituir uma forte associação – falava da *Sociedade Pernambucana Contra a Escravidão* – levando consigo a convicção de que Pernambuco,

¹³⁹⁵ **HDBN**: Jornal do Recife. 22 de março de 1887. Nº66. p.1. Diário de Pernambuco. 24 de setembro de 1887. Nº218. p.3.

¹³⁹⁶ **Idem.**

¹³⁹⁷ **Idem. Ibidem.**

¹³⁹⁸ **Ibid.**

a província legendaria, que sempre tem estado na vanguarda dos grandes movimentos, não deixaria certamente agora de ser a coluna de fogo destinada a servir de guia a todas as suas irmãs ao único caminho que os fatos estão apontando.¹³⁹⁹

No dia que partiu, 21 de março de 1887, Nabuco escreveu para *O Paiz* sua impressão sobre o movimento abolicionista na Província. Vale muito a pena trazermos este seu escrito na íntegra para que os leitores possam ter uma ideia do que se passou durante a sua estadia em terras pernambucanas, num dos principais momentos de alteração do seu posicionamento político.¹⁴⁰⁰

Ao entrar em contato com problemas mais imediatos naquele momento - expulsos tanto ele quanto José Mariano e outras lideranças liberais abolicionistas do Parlamento - não havia condições de agirem dentro dos limites da política partidária, nem como recorrerem as negociatas do palacianismo. Nabuco entendeu, ainda que por um breve momento que, naquelas condições, somente um movimento abolicionista popular e forte, que pressionasse no campo da desobediência civil, poderia conquistar alguma coisa.¹⁴⁰¹ Ninguém melhor do que ele para resumir esta situação:

Partindo hoje para a Europa, eu levo a certeza de que o movimento abolicionista vai renascer em Pernambuco, e é a mais grata esperança que eu podia levar comigo. A situação quando eu aqui cheguei era má para o abolicionismo, hoje está tudo mudado, que me faz condenar pela ortodoxia liberal, a qual o club da rua do Ouvidor fez crer que ao partido bastava unir-se para subir. Quando eu cheguei estava convocada uma reunião para eleger-se o directorio liberal. Liberais de todos os matizes deviam tomar parte nessa festa de partido. Era a reconciliação geral. Abolicionistas e senhores de escravos, **acoitadores e açoitadores** iam encontrar-se, abraçar-se e votar em uma só lista de directores, José Mariano, cujo abolicionismo está acima de qualquer suspeita, tinha dado a sua aprovação a ideia de união, na esperança de conquistar para o abolicionismo o partido liberal inteiro. Os meus amigos abolicionistas **republicanos**

¹³⁹⁹ **HDBN**: Jornal do Recife. 22 de março de 1887. Nº66. p.1. Diário de Pernambuco. 24 de setembro de 1887. Nº218. p.3. *O Paiz* (RJ) 19 de abril de 1887 n.926.

¹⁴⁰⁰ A análise acerca dos posicionamentos políticos de grupos e de indivíduos devem considerar, segundo Moutoukias, a fluidez das posições políticas, próprias do processo político e a construção das relações sociais que são inconstantes. MOUTOUKIAS, Zacarías. **Narración y analisis en la observación de vínculos y dinámicas sociales: el concepto de red personal en la historia social y económica**. In: BJERG, María & OTERO, Hernán. *Inmigración y redes sociales en la Argentina moderna*. Tandil: CEMLA –IEHS, 1995. pp.231-232.

¹⁴⁰¹ René Remond, ao analisar o liberalismo na Europa, principalmente o caso da Inglaterra e da França, diz que os liberais como oposição são subversivos e combativos, mas, basta subirem ao poder para que seu aspecto conservador e legalista fundamente suas ações. No caso de Nabuco é bem isso que podemos ver em suas ações ao longo da sua trajetória política como abolicionista. Historicamente falando, o liberalismo, como corrente filosófica burguesa, insiste no aspecto subversivo e revolucionário ideologicamente, mas na prática, os princípios liberais são aplicados dentro dos limites legais. Estudando o liberalismo no XIX, Remond afirma que os liberais, em sua maioria, grandes empresários e/ou grandes proprietários de terras não entregam o poder ao povo, nem promovem grandes reformas democráticas, servindo mais aos interesses de concentração do poder por parte de uma elite econômica, política e intelectual do que aos anseios democráticos. RÉMOND, René. **O século XIX (1815 – 1914)**. São Paulo: Cultrix, 2002, pp. 31-32.

estavam desanimados. Logo, porém, no primeiro encontro que tivemos, José Mariano e eu ficamos de acordo, porque sempre estamos. O que ele estava fazendo era na intenção de apanhar os retardatários na rede liberal. Em um golpe político. **Está visto que ele não antepunha o partido liberal a ideia abolicionista, porque isto seria a última coisa em que havia de pensar um homem cuja casa está sendo sempre procurado por escravos que pedem socorro.** O que ele queria é tomar conta da organização chamada partido liberal, para o fim da abolição. Esse diretório era um verdadeiro cavalo de troia que entrava na cidadela puxado pela rédea por senhores de escravos, mas que ia cheio de abolicionistas. Era um estratagema. Hoje deve-se dizer isto mesmo, porque não há mais perigo de uma falsa união e porque essa é a defesa e justificação de José Mariano. Como plano de guerra podia ser habil, mas ele mesmo viu logo que não valia a pena recorrer a tal expediente. **A ideia tem caminhado demais para fazermos cumprimentos ao partido liberal com o chapéu da abolição.** A insinceridade da reconciliação era flagrante. **Como se podem unir no mesmo diretório político um importante senhor de escravo, chefes liberais que ainda hoje estão a comprar escravos a preço barato e aqueles que aconselham abertamente aos seus escravos que fujam!** Era praticamente impossível. Isto José Mariano, que é exatamente o representante desse abolicionismo ativo, viu imediatamente e o diretório, desde que ele retirou-lhe a sua sanção, desfez-se como um nevoeiro batido pelo sol! O resultado foi que José Mariano disse ao senador Luiz Felipe, mais ou menos, o seguinte: “Eu estou pronto para ir a reunião, mas os meus amigos não... **o Nabuco, apresentará uma moção dizendo que é um tanto tarde para o partido liberal de Pernambuco ter medo ou reserva de declara-se abolicionista, e eu votarei a moção e a sustentarei. Se ela passar, os senhores terão que retirar-se da reunião, ou sujeitar-se, nós não retiraremos, porque não nos sujeitaríamos nunca!** E assim acabou a ideia de unir o partido liberal, adiando para mais tarde a ideia abolicionista. Sou eu o atacado por esse naufrágio em todos os círculos do liberalismo oficial. A isso me resigno facilmente. Eu ontem mesmo confessei em uma conferência que divido o partido liberal no sentido em que a ideia abolicionista o divide, e me honro com esse papel, que foi o de José Bonifácio e que é o do senador Dantas. Mas é essa divisão que vai dar nova força ao movimento abolicionista na província, acentuando-o.”¹⁴⁰²

Nabuco e José Mariano, com o descrédito dos seus aliados republicanos, tentaram, em vão, fazer com que o *Diretório Liberal de Pernambuco* apoiasse os interesses abolicionistas. O cavalo de troia do qual ele falava, dizia respeito a nomeação de candidatos favoráveis ao abolicionismo e a exclusão dos contrários, mas, este não saiu do campo das ideias, reconhecendo abertamente que o partido liberal não poderia ser o arauto da Abolição, pois, dentro dele existiam muitos contrários à causa. Passou a acreditar então que, “não bastava um partido”, antes, era necessário penetrar nas classes que ainda não entraram na vida política. Procuraram, a partir de mais um fracasso político institucional, democratizar o processo com a excursão abolicionista, falando ao povo, “a gente humilde de pés descalços”. A ideia era obrigar o poder através da força da opinião pública e da ação direta contra a escravidão.¹⁴⁰³

¹⁴⁰² **HDBN:** O movimento abolicionista em Pernambuco. Jornal do Recife. 2 de setembro de 1887. Nº199. **HDBN:** O Paiz (RJ) 19 de abril de 1887 n.926. Grifos nossos.

¹⁴⁰³ Há uma mudança de posicionamento política em comparação com o ano de 1883, quando ele escreveu no Abolicionismo que: “A propaganda abolicionista, com efeito, não se dirige aos escravos. Seria uma cobardia, inepta e criminosa, e, além disso, um suicídio político para o partido abolicionista, incitar à insurreição, ou ao

O abolicionismo não tem sido um movimento de partido, e sempre que os abolicionistas desconfiam que estão sendo aproveitados para fins de partido o seu zelo arrefece. **Eu fui com José Mariano a Palmares, a Escada, a Nazareth; onde chegávamos os escravos vinham a nós, e em muitos lugares consta-me que eles fugiram depois de nossa partida. Isso é inevitável d'ora em diante. O abolicionismo vai ser organizado como já está a navegação submarina e quando em todos os pontos da província funcionar o chamado Club do Cupim, como poderá a escravidão, sobretudo a escravidão desumana e bárbara das sevícias, viver em contato com o abolicionismo?** Em uma palavra entrou-se aqui em outra fase. Fundamos ontem a Sociedade Pernambucana Contra a Escravidão que vai impulsionar extraordinariamente a propaganda. **Os abolicionistas desta província são todos francamente acoitadores de escravos, e eu hontem na conferência tive ocasião de dizer que o acoitamento de escravos, hoje que o açoite foi proibido por lei, mas continua a ser empregado como dantes, é o único meio de fazer executar a lei que o aboliu. A ideia de partido cedeu lugar a de abolição.** Diante da tragédia da escravidão é ridículo chorar pelo ostracismo liberal. O paiz, o povo, sentem que somente com um dos velhos partidos nada se fará por ele. Um provérbio alemão, disse eu em uma das últimas conferências, diz que, quando um navio está para afundar os ratos o abandonam. Ora, não é quando os ratos o abandonam. Ora, não é quando os ratos da desistência estão abandonando o casaco velho do esclavismo que os liberais verdadeiros hão de embarcar nele. **O partido liberal, em suas extensas camadas populares, está, pelo contrário, com a abolição. Mas não basta um partido. É preciso fazermos novas conquistas e mesmo penetrar nas classes que ainda não entraram na vida política. É isto o que é o abolicionismo, e em Pernambuco ele está admiravelmente apto para preencher a sua missão pelo consiência que dela tem.** Quando minha viagem a Europa este ano não devesse dar outro resultado senão o que já deu e há de dar nesta província, eu, que antes de tudo sou pernambucano, ficaria satisfeito com essa esplendida promessa e radiante esperança da libertação de minha província. **A jangada cearense correu mais veloz sobre os mares verdes do norte do que a barça pernambucana, mas esta também há de chegar breve ao porto!** No entanto eu espero que este ano de ausência dê ainda outros resultados.¹⁴⁰⁴

Nabuco discursou abertamente sobre o *Clube do Cupim* e as “fugas submarinas”, termo que basicamente fazia referência ao processo de fugas coordenadas que acompanhamos até aqui. Ele sabia que os escravizados eram levados ao Ceará, não estava alheio ao processo e concluiu que do jeito que as coisas andavam, com todo desrespeito pelas leis e com as instituições sendo controladas pelos interesses dos escravocratas, era impossível que a luta não

crime, homens sem defesa, e que a lei de Lynch, ou a justiça pública, imediatamente haveria de esmagar. Cobardia, porque seria expor outros a perigos que o provocador não correria com eles; inépcia, porque todos os fatos dessa natureza dariam como único resultado para o escravo a agravação do seu cativeiro; crime, porque seria fazer os inocentes sofrerem pelos culpados, além da cumplicidade que cabe ao que induz outrem a cometer um crime; suicídio político, porque a nação inteira — vendo uma classe, e essa a mais influente e poderosa do Estado, exposta à vindita bárbara e selvagem de uma população mantida até hoje ao nível dos animais e cujas paixões, quebrado o freio do medo, não conheceriam limites no modo de satisfazer-se — pensaria que a necessidade urgente era salvar a sociedade a todo o custo por um exemplo tremendo, e este seria o sinal de morte do abolicionismo de Wilberforce, Lamartine, e Garrison, que é o nosso, e do começo do abolicionismo de Catilina ou de Spartacus, ou de John Brown.” O Nabuco de 1887 conseguiu entender que “o mandato dos abolicionistas” não poderia prescindir da ação dos escravizados, caso contrário, eles nunca teriam tido força suficiente para negociar com as autoridades políticas e para levar ao Parlamento as discussões sobre a emancipação. Ainda assim, segundo sua percepção, cabia aos homens livres, aos abolicionistas, organizarem o processo para que ele não desembocasse numa “guerra de raças”. Ver: O mandato da raça negra. In: NABUCO, Joaquim. O Abolicionismo. **Op. Cit.** Ver: A Abolição. NABUCO, Joaquim. Minha formação. **Op. Cit.** pp.205-206.

¹⁴⁰⁴ **HDBN:** O movimento abolicionista em Pernambuco. Jornal do Recife. 2 de setembro de 1887. Nº199. **HDBN:** O Paiz (RJ) 19 de abril de 1887 n.926.

se desse no campo da desobediência civil. Quando os próprios senhores desobedeciam a lei e se serviam os escravizados, não poderiam reclamar de acoitamentos, das fugas ou de reveses mais violentos. Somente a força das ações “ilegais” poderia combater toda ilegalidade forjada pelo Estado para sustentar a escravidão.

A bandeira se unificou em torno das fugas em massa. Em comemoração ao dia 25 de março, *O Libertador* anunciou que as redações da *Gazeta da Tarde*, *d'O Paiz* e toda a imprensa abolicionista do Império escravizado agradeciam a João Ramos, a Carlos Lacerda e a todos os patriotas que colocam o interesse e o amor da pátria acima do bem estar seu e da sua própria família. Aplaudiam os homens que, segundo eles, “ajudavam os que tiveram menos sorte do que o Barão de Cotegipe em nascer de ventre escravo e ainda permanecerem em cativeiro”, fazendo uma clara alusão a cor do ministro e a sua descendência africana.¹⁴⁰⁵

Em 29 de março de 1887, João Clapp entrou novamente em contato com João Ramos, avisando-o sobre João de Oliveira, que estava indo a Pernambuco “tratar de assuntos familiares.” Não podiam vacilar nas correspondências, mas as fugas e os contatos haviam retomado.¹⁴⁰⁶ João de Oliveira chegou sem problemas em Pernambuco. No Rio de Janeiro, a *Confederação* recomeçou a propaganda de libertação da Corte e João Clapp afirmou que, “agora não estamos mais resolvidos a esperar a acção negativa dos nossos governos, venham eles d’onde vierem”.¹⁴⁰⁷ [sic]

Na Corte, os abolicionistas organizaram uma assembleia popular e apresentaram uma moção para saberem a opinião dos presentes sobre a libertação do município neutro, tendo o resultado sido positivo. A moção foi apresentada à Câmara no intuito de angariar apoio para a libertação dos mais de 7 mil escravizados matriculados na capital do Império. A intenção era “libertar os centros populosos e fazer roer o cupim no interior”.¹⁴⁰⁸ Assim como os abolicionistas faziam no Norte, a estratégia de furtar escravos dos senhores mais renitentes continuava sendo a melhor alternativa para o fim da escravidão.¹⁴⁰⁹

¹⁴⁰⁵ **HDBN**: *Libertador*: órgão da Sociedade Cearense Libertadora. 25 de março de 1887. Nº 84. p.1

¹⁴⁰⁶ **IAHGP**. Caixa 21. Maço 2. Doc. 827. Correspondência do João Ramos. Carta João Clapp a João Ramos. Rio de Janeiro. 29 de março de 1887. 1 folha.

¹⁴⁰⁷ **Idem**.

¹⁴⁰⁸ **IAHGP**. Caixa 21. Maço 2. Doc. 827. Correspondência do João Ramos. Carta João Clapp a João Ramos. Rio de Janeiro. 26 de abril de 1887. 3 folhas.

¹⁴⁰⁹ No Rio de Janeiro, Carlos Lacerda promovia a fuga de escravos da zona açucareira de Campos, representando também a opinião pública abolicionista através do seu jornal *Vinte e cinco de março*. Lacerda era o cabeça por fazer o cupim roer no interior do Rio de Janeiro. ALONSO, Angela. Flores, votos e balas. **Op. Cit.** p.304.

6.3 “VIVEMOS EM UM PAÍS DE NEGROS”: O IMPACTO POLÍTICO E MORAL DAS FUGAS EM MASSA.

Em Pernambuco, apesar do reavivamento do movimento, as coisas continuavam tensas e as ameaças à ação dos cupins, juntamente com a repressão às fugas dos escravos, continuaram.¹⁴¹⁰ O coronel Manoel Siqueira Cavalcanti recebeu o preto Cosme em suas terras e avisou a João Ramos que o pretense senhor do cativo estava ciente da sua presença por lá e que havia prometido matar Cosme assim que o encontrasse, jurando também se vingar dos seus acoitadores. Perguntou a João Ramos se não era melhor mandar Cosme para fora?¹⁴¹¹

Toda esta crescente de violência contra abolicionistas e escravizados não deixou de atingir também a população negra livre de Pernambuco, contra a qual pairava a constante suspeição da escravidão. A violência contra a população “de cor” saiu do âmbito privado e foi parar nas discussões públicas dentro da própria Assembleia Provincial, que se dividia não mais entre liberais e conservadores, mas entre os que defendiam os direitos de propriedade dos senhores e os que o recusavam e acusavam o auxílio prestado pelas instituições públicas aos desmandos provocados pelas autoridades públicas.

No dia 31 de março de 1887, Costa Ribeiro, deputado liberal - aliado de José Mariano e José Maria e presidente da *União Federal Abolicionista* - levou para a Assembleia uma discussão sobre a violência policial contra quatro homens negros. No caso, Costa Ribeiro procurava explicações sobre a prisão de 4 indivíduos, considerados pela polícia escravos fugidos. O deputado queria saber se existia algum requerimento dos senhores que legitimasse a captura dos possíveis escravizados e, se houvesse, pedia que a polícia remetesse não somente esta documentação como as que comprovassem o domínio dos senhores. O deputado criticou a conivência da presidência da província e da polícia com “a recaptura dos suspeitos de serem escravos fugidos”, mesmo sem provas que atestasse tal fato, e também denunciou a violência policial impetrada nestas ações.¹⁴¹² Segundo ele, as autoridades não sabiam ao certo se os quatro homens eram ou não escravos fugidos, não tinham documentos que comprovassem isso, sendo

¹⁴¹⁰ O Chefe da Polícia de Pernambuco, Comendador João Pinto de Lemos, ou como os republicanos gostavam de chama-lo ironicamente “o chefe Pintinho”, era associado aos capoeiras pelos republicanos. **CEPE Digital:** Lanterna Mágica. 20 de fevereiro de 1887. nº180. p.1 e 6.

¹⁴¹¹ **IAHGP.** Caixa 21. Maço 2. Doc. 827. Correspondência do João Ramos. **Carta do Coronel Francisco Manoel Siqueira Cavalcanti a João Ramos.** 5 de maio de 1887. 1 folha.

¹⁴¹² **Annaes da Assembleia Provincial de Pernambuco anno de 1888.** Recife, Tipografia de Manuel Figueiroa e Filhos, 1887. Apêndice, pp.112-113. Setor de documentação da Assembleia Legislativa de Pernambuco.

a ação ilegal motivada somente pelo fato deles serem negros. O deputado ainda acusou a polícia de ter agido por conta própria, sem requerimento nem requisição de pessoa alguma.¹⁴¹³

Costa Ribeiro escancarou na tribuna mais uma das tantas ilegalidades que o Estado cometia contra pessoas negras há muito tempo. A apreensão, muitas vezes ilícita, de “pessoas de cor”, tornou-se prática regular da polícia, principalmente após a Revolta dos Malês em 1835 na Bahia.¹⁴¹⁴ Neste mesmo ano, Eusébio de Queiróz - então chefe de polícia da Corte - ao ser interrogado pelo ministro da justiça, Limpo Abreu, sobre as formas de conhecer se um “preto” seria um homem livre ou liberto, andando altas horas da noite, ou um escravo em fuga, respondeu que “seria mais razoável a respeito dos pretos presumir a escravidão, enquanto por assento de batismo, ou carta de liberdade não mostrarem o contrário...”¹⁴¹⁵ O então chefe de polícia da Corte, em 1835, não pensava diferente do chefe de polícia de Pernambuco, o Comendador João Pinto de Lemos, ou da Corte (Coelho Bastos) no final do Império. A doutrina de Eusébio de Queiróz virou jurisprudência da polícia senhorial-escravista. O Estado lançava o ônus da prova à pessoa negra, independente de sua condição jurídica.

Todavia, alguns representantes do abolicionismo, que ainda estavam dentro das instituições oficiais, cobravam que isso deveria ser resolvido pelos senhores e pelas autoridades, que não poderiam prender pessoas somente pelo fato de serem negras. Para o deputado, as autoridades não poderiam ser coniventes com a doutrina dos escravocratas de que a liberdade tinha cor e a escravidão também. Algo muito prejudicial para a sociedade, segundo o próprio deputado, tendo em vista que “vivemos num país de negros”.¹⁴¹⁶

Segundo Costa Ribeiro, quando os quatro indivíduos foram perseguidos, três deles fugiram, tendo um sido assassinado após ter ferido gravemente um soldado. Costa Ribeiro perguntou qual crime eles haviam cometido? Justificativa que não havia sido dada pela polícia nos seus relatórios. Ainda que fossem escravos fugidos, só poderiam ser presos pela polícia se tivessem ordem de captura expedida por um juiz. Acusou a polícia de estar prendendo e constrangendo “homens de cor” simplesmente pelo fato de os considerarem como suspeitos de

¹⁴¹³ **Idem.**

¹⁴¹⁴ FERRETTI, Sérgio Figueiredo. **Revoltas de Escravos na Bahia em início do século XIX**. Disponível em [http://www.pppg.ufma.br/cadernosdepesquisa/uploads/files/Artigo%205\(5\).pdf](http://www.pppg.ufma.br/cadernosdepesquisa/uploads/files/Artigo%205(5).pdf). Acessado em 20 de julho de 2021 às 22:10. REIS, João José. **Rebelião Escrava no Brasil: A História do Levante dos Malês em 1835**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. CARVALHO, Marcus de. GOMES, Flávio dos Santos. REIS, João José. O Alufá Rufino. **Op. Cit.**

¹⁴¹⁵ CHALHOUB, Sidney. A força da escravidão. **Op. Cit.** p.107.

¹⁴¹⁶ **Annaes da Assembleia Provincial de Pernambuco anno de 1888**. Recife, Tipografia de Manuel Figueiroa e Filhos, 1887. Apêndice, pp.112-113. Setor de documentação da Assembleia Legislativa de Pernambuco. Perdígão Malheiro declarava a “repugnância notória à escravidão de gente clara” e concluía que: “se não for a cor escura, os nossos costumes não toleravam mais a escravidão.” PERDIGÃO MALHEIRO apud. CUNHA, Manuela Carneiro da. CUNHA, Manuela Carneiro da. Negros, estrangeiros. **Op.Cit.** p. 112.

serem escravos fugidos, agindo a favor dos interesses escravocratas. Reconhecendo-se como “abolicionista intransigente”, afirmou que isso era um fato criado pelas próprias autoridades públicas, que estavam agindo ilegalmente, motivando as ações extralegis dos abolicionistas e dos escravizados. Ou seja, Ribeiro confirmava a ideia de que eram as ações arbitrárias e ilegais que incentivavam as fugas em massa e a desobediência civil.¹⁴¹⁷

José Maria de Albuquerque e Mello endossou os argumentos de Costa Ribeiro. Segundo ele, ainda que assumissem a hipótese de que os homens fossem escravos fugidos e houvesse solicitação do senhor com todos os documentos comprovando a questão, “não havia honra em constituir a polícia em capitães de campo, com a mira na gorjeta, com a mira na paga”.¹⁴¹⁸ José Maria apontou a contradição na violência cometida contra pessoas negras, meramente pela sua cor, pois, segundo ele, “vivemos em um país de negros, muitos dos quais tem subido a altura mais elevada a que pode chegar um cidadão neste país,”¹⁴¹⁹ apontando o próprio Barão de Cotejipe como prova do que falava.

Segundo Celso Castilho, a questão da “fuga de escravos” tornou-se um problema político que levantou debates sobre a legitimidade do Estado nas Assembleias provinciais e imperiais.¹⁴²⁰ A própria acusação, por parte de homens que representavam a oposição ao Estado escravocrata, das ações praticadas pelas instituições oficiais contra a população negra, contra os escravizados e os efeitos conjuntos das fugas em massa contribuíram para o crescimento da opinião pública abolicionista e legitimaram as ações dos escravizados contra o Estado e contra seus senhores. Se as ações dos “homens da lei” eram ilegais, não havia motivos para que a sociedade cumprisse as obrigações que o Estado a infligia. As acusações de ilegalidade eram lançadas de ambos os lados, justificando a desobediência civil.¹⁴²¹

¹⁴¹⁷ Apesar de uma lei geral ter proibido a pena de açoites desde outubro de 1886, o Estado continuava a atuar como um forte aliado dos interesses senhoriais. No ano de 1887, a Assembleia Provincial de Pernambuco aprovou um projeto de lei orçamentária que, em seu parágrafo 39, estabeleceu um valor de 10\$000 mil réis para qualquer senhor que quisesse mandar seu escravo para a Casa de Detenção e, após o depósito, 6\$000 mil réis nos meses seguintes. **Annaes da Assembleia Provincial de Pernambuco anno de 1887**. Recife, Tipografia de Manuel Figueiroa e Filhos, 1887. Setor de documentação da Assembleia Legislativa de Pernambuco. pp.6-8.

¹⁴¹⁸ **Idem**. pp.162-165.

¹⁴¹⁹ **Idem. Ibidem**.

¹⁴²⁰ CASTILHO, Celso Thomas. *Slave Emancipation and Transformations*. **Op. Cit.** p.138.

¹⁴²¹ Segundo Emília Viotti da Costa, “a Lei dos Sexagenários foi uma tentativa desesperada daqueles que se apegavam à escravidão para deter a marcha do processo. Mas era tarde demais. O povo arrebatara das mãos da elite a direção do movimento. A abolição tornara-se uma causa popular e contava com apoio não só de amplos setores das camadas populares, como também de importante setores das classes médias e, até mesmo, de alguns representantes das elites. Tinha também o apoio da princesa e do imperador. O movimento era agora incontável (...). O golpe final na escravidão seria dado pelos escravos que, auxiliados pelos abolicionistas e contando com o apoio e a simpatia da maioria da população, começaram a abandonar as fazendas, desorganizando o trabalho e tornando a situação insustentável. A rebelião nas senzalas foi ponto culminantes do movimento abolicionista.” COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia a República*. **op. cit.**, 2008, p. 90-91.

No dia 04 de maio de 1887, José Maria retornou à tribuna da Assembleia Provincial para denunciar mais uma ação ilegal da polícia contra homens, mulheres e crianças. Segundo ele, um estabelecimento industrial na rua do Imperador foi invadido pela polícia, sem as formalidades legais, com o pretexto de apreender escravos foragidos. A polícia, novamente, prendeu as pessoas sem apresentar os documentos, invadindo um prédio particular sem o mandato de busca e apreensão, abusando da lei outra vez.¹⁴²² José Maria, ao falar que a polícia era paga pelos cofres públicos para manter a ordem, garantir a vida e a propriedade dos cidadãos, defendeu que ela não deveria ser usada para prender escravos.

Enquanto os abolicionistas se utilizavam de argumentos baseados no jusnaturalismo e na desobediência civil, os escravocratas se aferravam no direito positivo construído pelas instituições do Império. O Visconde de Tabatinga afirmou que a polícia “tem competência para proteger a propriedade” e continuou defendendo a propriedade escrava, afirmando que enquanto a lei garantisse o direito ele estava de pé.¹⁴²³

O deputado liberal voltou a se utilizar de argumentos jusnaturalistas para defender a desobediência civil. Segundo ele, os escravizados tinham o direito natural de defesa, de fuga e de procurar reaver sua liberdade e, como o código criminal não condenava esta resposta à escravidão, caberia ao senhor provar a sua propriedade por meio de matrícula para poder legitimar as apreensões. Caso contrário, “por gorjetas”, a polícia prenderia pessoas livres e as condenaria ao cativeiro.¹⁴²⁴ Diferentemente do caso dos quatro homens acima, sabia-se do status jurídicos de algumas das pessoas, mas os deputados abolicionistas contestavam o fato da polícia ter entrado num terreno particular, sem mandato, somente para apreender escravos fugidos. Ou seja, se o Estado descumpria suas formalidades e suas próprias leis, não havia porque a sociedade civil, vendo o exemplo das instituições, respeitarem-nas.

¹⁴²² **Annaes da Assembleia Provincial de Pernambuco anno de 1887.** Recife, Tipografia de Manuel Figueiroa e Filhos, 1887. Setor de documentação da Assembleia Legislativa de Pernambuco. pp.292-295.

¹⁴²³ **Idem.**

¹⁴²⁴ **Idem. Ibidem.**

Imagem 33: José Maria de Albuquerque Mello



Fonte: Col. Francisco Rodrigues; FR-3243. (F. Labadie) Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=68577 acessado em 05 de maio de 2021 às 16:07.

O deputado-abolicionista disse que se os fugitivos tivessem o procurado para se abrigarem em sua casa também teria ajudado e, enquanto João de Oliveira afirmou que já havia acoitado escravos, Costa Ribeiro fez coro dizendo que, “o tal crime de acoitamento não mete medo a ninguém”.¹⁴²⁵ Segundo José Maria, alguns presos eram crianças e menores de 14 anos de idade, sendo uma mulher livre presa com seu filho, achando-se ela na Casa de Detenção, estando a polícia incorrendo também no crime de reduzir pessoas livres à escravidão. Novamente, apontaram para o fato de não haver requerimento senhorial para apreender os escravos, que os “senhores nem sabiam onde estavam e nem eram da capital”.¹⁴²⁶

O deputado conservador Gomes Parente, que defendeu a ação a polícia, quando perguntado por José Maria acerca de qual lei autorizava a polícia a servir como capitão do mato, respondeu que a lei Saraiva-Cotegipe dispunha sobre esta questão. Ao que José Maria retrucou que a lei de 1885 autorizava punir o indivíduo que acoitasse o fugitivo e não o próprio escravizado. João de Oliveira acrescentou que a lei só puniria as pessoas que se utilizassem dos serviços do escravo fugido e não as que dessem abrigo. Os abolicionistas defendiam abertamente a desobediência civil e procuravam as brechas legais para estimular as ações

¹⁴²⁵ **Ibid.**

¹⁴²⁶ **Annaes da Assembleia Provincial de Pernambuco anno de 1887.** Recife, Tipografia de Manuel Figueiroa e Filhos, 1887. Setor de documentação da Assembleia Legislativa de Pernambuco. pp. 292-296.

escravas e justificar suas próprias ações, mas, mais do que isso, naquele momento, contradiziam e estimulavam a crítica às instituições imperiais.

Gomes Parente defendeu então que a lei fosse executada fielmente, pedindo a prisão aos acoitadores ao invés dos escravos. Após isso, José Maria mandou o amigo deputado ir falar com o Chefe de Polícia de Pernambuco para procurar prendê-lo, confessando ser ele mesmo um acoitador de escravos de longa data. José Maria informou aos seus pares que acoitava escravos desde pelo menos 1875, ou seja, fazia 11 anos que cometia o “crime de acoitar escravos”, defendendo o deputado que “todos os meios eram bons e decentes, contanto que o fito fosse moral, grandiosos e puro”.¹⁴²⁷

Com estes argumentos jusnaturalistas, pregando a desobediência civil em defesa da honra e de fins filantrópicos, os abolicionistas justificavam as suas ações e as ações dos próprios escravizados. Este tipo de defesa pública das fugas só confirmou ainda mais a força e a disseminação do movimento subterrâneo que solapava a escravidão, quando as instituições lutavam para perpetuá-la, mesmo que ilegalmente.

Podemos perceber que os proprietários de escravos em Pernambuco não estavam inertes ao crescimento das fugas, nem muito menos jogariam o pano para o movimento abolicionista. A resistência foi renhida. Em 25 de maio de 1887, os produtores de Pernambuco lançaram no *Diário de Pernambuco* um protesto contra o imposto sobre o açúcar e aproveitaram para condenar o abolicionismo intransigente mais uma vez.¹⁴²⁸ Eles queriam o fim do imposto ou sua diminuição drástica devido aos motivos que elencaram para a crise na produção açucareira, como a moléstia que prejudicou a produção, a taxa cambial que, apesar de compensar as vezes a queda do preço do açúcar, variava de acordo com os empréstimos adquiridos com o estrangeiro, a concorrência do açúcar de beterraba europeu¹⁴²⁹ – principal motivo da queda do preço do açúcar de cana - da falência dos engenhos centrais que prejudicou a venda interna do produto¹⁴³⁰ e a inflação dos gêneros de primeira necessidade, como o charque platino, devido a epidemia de cólera que ocorreu naquela região na década de 1880.¹⁴³¹

¹⁴²⁷ **Idem. Ibidem.**

¹⁴²⁸ Segundo Evaldo Cabral de Mello, “era vedado as províncias criarem impostos sobre importação, domínio do Governo Geral, para evitar problemas diplomáticos e econômicos com outras nações”. MELLO, Evaldo Cabral de. *O norte Agrário e o Império*. **Op. Cit.** p.246.

¹⁴²⁹ Segundo Eisenberg o ressentimento dos produtores de cana de açúcar com o mercado europeu foi tão grande que eles se recusaram a participar da exposição de Berlim em 1886. EISENBERG, Peter. *Modernização sem mudança*. **Op. Cit.**

¹⁴³⁰ A falência dos engenhos centrais da Companhia Inglesa era um dos grandes motivos da crise açucareira segundo os agricultores. A especulação estrangeira era um grande mal aos interesses da lavoura em sua visão. **HDBN**: Jornal do Recife. 9 de agosto de 1887. Nº179. p.2.

¹⁴³¹ Eiseberg trabalha especificamente esta questão da crise na produção açucareira no segundo capítulo do seu livro: *Crise econômica: o declínio das exportações*. Todavia, os agricultores em 1887, elencaram mais motivos

Não obstante, toda reclamação, os números de exportação do açúcar para a década são os maiores do século XIX e até do começo do XX.¹⁴³² Todavia, isso só foi possível devido a constante desvalorização do preço do produto no mercado internacional. Para que fosse possível escoar a produção e não gerar prejuízos ainda maiores, o açúcar precisava ser vendido a preços baixos e os impostos gerais cobrados sobre o produto não alegavam os produtores pernambucanos. Ao final, após reclamarem sobre tudo isso, deram destaque a crescente evasão da mão de obra escrava.¹⁴³³

Podemos observar, a partir da comparação de alguns dados estatísticos, a diminuição do número de pessoas escravizadas na década de 1880, ressalvadas as imperfeições destas fontes. Em 1882, a população escrava de Pernambuco totalizava 84.700 mil pessoas, em 1883 era de 83.835 mil, no ano de 1886, foram registrados ainda 79.803 mil cativos, caindo esse número abruptamente, em 1887, para 41.122 mil pessoas.¹⁴³⁴ Para Peter Eisenberg, essa queda brusca

para a crise de produção e venda pela qual passavam. EISENBERG, Peter. Modernização sem mudança. **Op. Cit.** p.42. **HDBN**: Diário de Pernambuco. 25 de maio de 1887. Nº118. p.1.

¹⁴³² EISENBERG, Peter. Modernização sem mudança. **Op. Cit.** p.42

¹⁴³³ Peter Eisenberg diz que os senhores de engenho de Pernambuco não precisavam tanto da mão de obra escrava, pois, desde pelo menos as grandes secas da década de 1870, a população sertaneja e agrestina livre e liberta migrava para o litoral a procura de trabalho e sobrevivência, oferecendo sua mão de obra barata e concorrendo com a mão de obra escravizada. Baseado em relatos de filhos de senhores de engenho saudosistas, como Júlio Bello e José Maria Bello, Eisenberg acredita que não houve uma grande evasão das zonas produtoras de açúcar para outras áreas como a urbana do Recife e a do Oeste do Brasil que, justamente, já fazia o caminho inverso, segundo ele. Em suas palavras, “o abandono dos engenhos não significa, portanto, fuga em massa do açúcar. E, apesar de concordamos que não houve uma mudança profunda nos quadros das relações sociais e trabalhistas no Brasil no imediato pós abolição, principalmente para as áreas rurais do Brasil, não podemos acreditar, como quer o filho de senhor de engenho, Júlio Bello, que, “com a abolição, os escravos de Tentúgal, como os dos outros engenhos, abandonaram as antigas terras dos senhores, dispersando-se pelas aldeias e pequenas cidades mais próximas e até para o Recife. A alforria, para suas mentalidades primitivas era a libertação da enxada e do eito, o vadiar sem destino, famintos e bêbados de cachaça. Pouco tempo depois voltava a maior parte, batida pela miséria, para a sombra protetora das casas-grandes.” O grande número de escravizados fugidos para outras áreas do Império, que se instalaram em espaços urbanos ou foram empregados em outras regiões rurais, não deve ter optado por voltar aos seus antigos senhores, ou ao eito, como disse o saudoso memorialista e senhor de engenho, glorificando o paternalismo dos senhores da Zona da Mata pernambucana. Os escravizados que foram parar em terras cearenses, amazonenses, norterio-grandenses, etc. e conseguiram se afastar, individualmente ou com suas famílias, das suas antigas zonas de cativeiro não devem ter regressado, apesar das dificuldades que encontraram pela frente. Uma possível reescravização opcional não deveria estar nos planos dessas pessoas. Ou como diz o próprio Bello, só se tivessem de optar entre a extrema miséria e fome, por uma situação subserviente, mas que lhes garantisse mínimas condições de subsistência. Ou seja, somente dentro de condições extremas é que as pessoas retornavam para suas antigas zonas de escravização. EISENBERG, Peter. Modernização sem mudança. **Op. Cit.** ver Capítulo 8: Transição para o trabalho livre. Cotegipe chegou a relatar, com a confirmação do Senador Luiz Felliipe de Souza Leão, que um senhor de Pernambuco libertou algo em torno de 140 a 150 escravos com a condição de servirem por mais alguns anos, sendo que lhe restaram somente 8 libertos em sua fazenda. Mesmo que algumas dessas pessoas pudessem voltar posteriormente para estas fazendas, não acreditamos que fosse pelo tratamento paternalista ou pela propalada bondade desses senhores, mas sim por uma necessidade extrema. **HDBN**: Diário de Pernambuco. 28 de setembro de 1887. Nº221. p.8.

¹⁴³⁴ SILVA, Rodrigo Augusto da. **Relatório apresentado à Assembleia Geral na terceira sessão da vigésima legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado Interino dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1888. PRADO, Antônio da Silva. **Relatório apresentado a assembleia geral na primeira sessão da vigésima legislatura pelo Ministro e secretário de estado dos negócios da agricultura, comércio e obras públicas, 1886**. **HDBN**: Diário de Pernambuco. 27 de março de 1885. Nº70; Diário de Pernambuco. 29 de janeiro de 1886. Nº23.

da população escrava, registrada entre 1886 e 1887, não pode ser atribuída as fugas em massa, salientando ele a dificuldade e imprecisões advindas dos registros.¹⁴³⁵

Quadro 2: População escravizada do Brasil em relação à idade (1888)

Províncias	Menores de 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 55	De 56 a 60	Total
Pará	6.065	2.619	1.315	411	125	10.535
Maranhão	16.666	8.184	5.423	1.892	1.281	33.446
Piauí	5.287	2.014	1.172	359	138	8.970
Ceará	70	23	6	9		108
Rio Grande do Norte	1.827	771	409	126	34	3.167
Paraíba do Norte	5.084	2.174	1.486	455	249	9.448
Pernambuco	20.112	10.533	7.114	2.107	1.256	41.122
Alagoas	7.437	3.889	2.640	867	436	15.269
Sergipe	8.168	4.198	2.927	1.083	499	16.875
Bahia	40.051	18.511	11.489	4.022	2.765	76.838
Espírito Santo	6.817	3.416	2.053	650	445	13.381
Rio de Janeiro	67.138	45.915	28.668	10.427	10.273	162.421
Município neutro	3.759	1.755	1.167	460	347	7.488
São Paulo	44.781	33.867	19.679	5.520	3.382	107.329
Paraná	2.018	813	489	128	65	3.513
Santa Catarina	2.939	1.185	547	139	67	4.927
Rio Grande do Sul	5.233	2.090	792	207	120	8.442
Minas Gerais	88.696	51.534	33.342	11.206	7.174	191.952
Goiás	2.683	1.270	681	237	84	4.955
Mato Grosso	1.343	965	598	245	82	3.233

¹⁴³⁵ Para Eisenberg, somente os registros de 1873 e 1887 são confiáveis, sendo as cifras dos anos posteriores e anteriores a estes dois anos forjadas a partir de deduções dos escravos mortos, alforriados e das saídas legais (vendidos para fora da província). EISENBERG, Peter L. A abolição da escravidão. **Op. Cit.** p. 190.

Total	336.174	195.174	122.097	40.600	28.822	723.419

Fonte: Relatório apresentado à assembleia geral na terceira sessão da vigésima legislatura pelo ministro e secretário de estado dos negócios e obras públicas, Rodrigo Augusto da Silva, 1888.

Ao resumir os fatores que reduziram o tamanho legal da população escrava em Pernambuco após 1850, Peter Eisenberg colocou em primeiro lugar as elevadas taxas de mortalidade, a abolição final, que libertou em Pernambuco algo em torno de 41.000 mil escravos registrados, a lei do ventre livre e o fim do tráfico. Em seguida elencou os motivos de decréscimo da população cativa na seguinte ordem: o tráfico interprovincial, as alforrias privadas, a lei dos sexagenários¹⁴³⁶ e os dois fundos de emancipação.¹⁴³⁷ Em suas palavras:

Dados disponíveis não nos permitem quantificar o número de escravos que fugiram de seus donos após 1850. No entanto, não podemos concordar com interpretações recentes de que essas fugas, além de manumissões em grande escala, foram as grandes responsáveis pelo rápido declínio da população escrava na década de 1880, ou pela precipitação da abolição final. Pelo menos em Pernambuco, nem a imprensa nem as autoridades noticiaram fugas em massa, tais como ocorreram em São Paulo.¹⁴³⁸

Para ele, o movimento organizado das fugas escravas, que passou a ser frequentemente denunciado nos jornais pelos senhores desde pelo menos 1882-1883¹⁴³⁹, incentivou a criação dos Clubes da Lavoura em Pernambuco¹⁴⁴⁰, foi motivo de pauta no 2º Congresso Agrícola em 1884 e chegou a ser reconhecido na Assembleia Legislativa Provincial e Geral entre 1885-1887 como mostramos, não contribuiu para a expressiva queda da população escrava nos anos finais do Império.

Sem desprezar a análise do esforçado trabalho de Eisenberg, acreditamos que essa queda abrupta, entre 1886 e 1887, deveu-se, principalmente, às fugas em massa dos escravizados. Ao

¹⁴³⁶ Segundo Eisenberg a lei dos Sexagenários libertou não mais que 9.600 escravos em Pernambuco, fazendo todas as ressalvas do tipo de liberdade que estas pessoas recebiam, pois eram ainda obrigadas a diversas arbitrariedades legais, como não sair do local de registro, trabalhar para os senhores por mais 3 ou 5 anos como pagamento, etc. EISENBERG, Peter L. Modernização sem mudança. **Op. Cit.** p.179.

¹⁴³⁷ Eisenberg calcula que foram passadas privadamente e com subsídios dos Fundos de Emancipação Geral e Provincial 7.500 alforrias entre outubro de 1873 e junho de 1886. **Idem.** p.180.

¹⁴³⁸ **Idem.** p.190.

¹⁴³⁹ Numa conferência, mandada publicar a pedido do Club da Lavoura da Escada, pronunciada pelo deputado Dr. Coelho Rodrigues em novembro de 1883, este advogado dos interesses da lavoura fez um apanhado do movimento abolicionista no Ceará, informando aos presentes que este movimento já se espalhava pelo Norte, “insuflando os escravos à insurreição”. Muitos escravizados, segundo ele, estavam fugindo em grupo das províncias do Piauí e de Pernambuco, onde “os abolicionistas tem dado transporte para o Ceará a escravos fugidos, que tem embarcado no próprio porto do Recife.” **HDBN: Diário de Pernambuco.** 25 de dezembro de 1883. Nº296. p.3.

¹⁴⁴⁰ Ver Abaixo-assinado de proprietários de escravos do município de Ipojuca, comarca do Cabo, solicitando providências ao Presidente da Província de Pernambuco no sentido de obstar a ação dos abolicionistas do Recife. APEJE, Série de documentos Avulsos, 17 de abril de 1883. **HDBN: Diário de Pernambuco.** 26 de julho de 1884. Nº171. p.3.

contrário do que o historiador afirmou, tanto os abolicionistas quanto os próprios senhores de engenho asseveravam isso, como sendo uma das muitas causas para o prejuízo da lavoura açucareira naqueles anos finais da escravidão. Segundo os próprios agricultores, em 1887,

o abolicionismo, qual onda inquebrantável e irresistível, ameaça inundar a cada momento o solo agrícola com suas águas lustraes, e nada se há feito e preparado para depois do dilúvio, o que traz em contínuo sobressalto os agricultores, que vêm impotentes e sem recursos rarearem dia a dia as fileiras dos trabalhadores escravos por causa das largas deserções que a propaganda abolicionista tem promovido.¹⁴⁴¹

Em outubro de 1887, antes que se encerrassem os trabalhos do Parlamento, o Barão de Lucena chegou a enviar uma mensagem ao Barão de Cotegipe confirmando a desorganização das fazendas em função das fugas em massa. Segundo ele,

Raro é o proprietário de escravos que não tenha a maior parte deles fugidos. Não há meio, por mais violentos que sejam, que não empregaram os corifeus do abolicionismo, para forçarem os senhores a libertarem seus escravos.¹⁴⁴²

Ainda que não passasse de retórica senhorial, para angariar incentivos do Estado para a colonização e para a lavoura, não podemos acreditar que a expressiva queda no número de 79.803 mil cativos, em 1886, para 41.122 mil, em 1887, tenha sido obra da morte, da benevolência senhorial, dos fundos de emancipação ou de erros estatísticos. Desconsiderar a forte evidência de que foi a ação conjunta entre os próprios escravizados e os abolicionistas que massificou as evasões e a consequente diminuição do número de cativos na Província, entre esse anos, é desmerecer toda a agência escrava e a ação do movimento abolicionista em Pernambuco, que, como podemos ver, era bastante proativo.¹⁴⁴³

Entendemos que o autor estava mais preocupado em demonstrar que a Abolição não alterou profundamente as relações de dependência entre proprietários e seus empregados, principalmente na Zona da Mata açucareira de Pernambuco¹⁴⁴⁴, mas, não podemos desprezar a importância e o impacto que o movimento abolicionista e as ações dos escravizados tiveram para acelerar a abolição, que, certamente, veio antes do que a elite senhorial previa e foi aprovada da maneira que ela não queria, de forma imediata e sem indenização.

¹⁴⁴¹ **HDBN**: Diário de Pernambuco. 25 de maio de 1887. Nº118. p.1.

¹⁴⁴² HOFFNAGEL, Marc Jay. O PARTIDO LIBERAL DE PERNAMBUCO. **Op. Cit.** p.19.

¹⁴⁴³ Num documento já trabalhado por nós neste capítulo, o subdelegado do 1º distrito da Graça, Demétrio Gusmão Coelho informou a João Ramos que o Cupim precisava dar destino rápido aos 5 mil homens que abandonaram o acampamento da desgraça, pois, os senhores estavam procurando reavê-los. **IAHGP**. Caixa 21. Maço 2. Doc. 827. Correspondência do João Ramos. Carta do subdelegado Demétrio de Gusmão Lobo a João Ramos. Sem data.

¹⁴⁴⁴ EISENBERG, Peter L. Modernização sem mudança. **Op. Cit.** pp. 182-191. SANTOS, Maria Emília Vasconcelos dos. Os significados do 13 de maio. **Op.Cit.**

Em outro artigo, intitulado *O abolicionismo, a lavoura e o governo*, escrito em 13 de julho de 1887, um produtor começou a esgrimir seus argumentos citando Thomas Henry Huxley, biólogo britânico membro da Sociedade Real de Londres.¹⁴⁴⁵ Mais especificamente um discurso seu, posterior a emancipação dos escravos nos EUA, no qual Huxley dava a questão da escravidão por resolvida através da força das armas como sendo algo muito prejudicial aos proprietários sulistas. O britânico, arvorando-se em argumentos racistas fez suas previsões negativas sobre o futuro pós abolição nos EUA. Segundo ele, “os resultados imediatos (da abolição) não corresponderam as esperanças dos emancipadores e irão talvez além de todos os terrores do partido vencido”.¹⁴⁴⁶

Para Huxley, “os vencidos ficaram reduzidos a miséria e expelidos de suas fazendas e de seus lares pelos seus ex-escravos.” Apesar de falar que “alguns negros valem mais que certos brancos”, Huxley afirmou: “nenhum homem de bom senso, com experiência dos factos, pode acreditar que em geral o homem de cor preta valha o homem de cor branca e muito menos lhe seja superior.” Disse ainda que os negros, após receberem a igualdade civil e terem pela frente abertas as portas das carreiras, “poderiam lutar com vantagem contra seus rivais mais favorecidos pelo lado da inteligência, posto que as queixadas destes não sejam tão fortemente desenvolvidas, sendo a luta daqueles as que se efetuam pelas ideias e não por meio de dentadas”.¹⁴⁴⁷

Segundo o agricultor, que se esforçou para comparar um possível cenário pós abolição no Brasil com o dos EUA, caso estas ideias racistas fossem professadas em praça pública no Recife, “quando todos os afetos do mais entranhado humanitarismo se voltam em favor dos nossos irmãos prognatas, com certeza seríamos apedrejados e até queimados vivos.”¹⁴⁴⁸ Ou seja, não é que aquele senhor de escravos pernambucano não concordasse com Huxley, apenas tinha medo de expressar as mesmas ideias publicamente.

Nas vésperas da abolição, os proprietários de escravos percebiam que as coisas não andavam como eles queriam e, apesar de não levantarem abertamente a bandeira da segregação racial, a partir de argumentos racistas para se protegerem dos abolicionistas radicais e dos escravos, estes homens já reconheciam que precisavam de novos instrumentos e recursos para poder legitimar a submissão da população negra após a abolição. Muitos, com medo de perderem suas prerrogativas e status senhoriais no pós-abolição, instrumentalizariam,

¹⁴⁴⁵ **HDBN:** Diário de Pernambuco. 17 de julho de 1887. N°161. p.3.

¹⁴⁴⁶ **Idem.**

¹⁴⁴⁷ **Idem. Ibidem.**

¹⁴⁴⁸ **Ibid.**

politicamente, ideologias como o darwinismo social e o racismo científico em favor dos seus interesses. Mais pra frente voltaremos a tratar sobre este assunto.

O agricultor, que ironicamente agradeceu a Deus pela forma como a emancipação no Brasil estava sendo feita, disse que os plantadores brasileiros estavam em condições muito diferentes. Passou então a defender a ideia de que no Brasil não haviam lutas de raças, devido a miscigenação no país, afirmando que a escravidão foi se tornando cada dia mais branda e suportável para os pobres escravos. Um típico adepto do que mais tarde seria chamado de “Democracia racial”, ideia professada principalmente pelos membros das camadas senhoriais e pelas elites brasileiras na tentativa de pintar um quadro para si de paternalismo, justificando que não mereciam as “ingratidões dos escravos e as acusações dos abolicionistas”.¹⁴⁴⁹ O articulista, que preferiu não assinar eu nome, fez ainda um apanhado das medidas que os senhores do Norte do Brasil criaram para melhor a vida dos escravos, dando-lhes autonomia, terras para plantarem para si, empréstimos em dinheiro, o que na visão dele abrandava a escravidão.¹⁴⁵⁰

Em sua visão, os abolicionistas de Pernambuco, “intransigentes e radicais”, estavam percebendo que não era possível revoltar os escravos contra os senhores na província, conseguindo no máximo iludir os mais fracos, fazendo-os abandonar as fazendas. Mas não conseguiam fazer com que seguissem os seus conselhos de saques, incêndios e assassinatos, que se repetiam nos clubes e na imprensa abolicionista, pois, pregavam a abolição mais por ódio do senhor do que por amor ao escravo¹⁴⁵¹.

A intenção do homem foi diferenciar o sistema escravista do Brasil daquele dos EUA, que para ele era o exemplo da separação completa entre as raças, “que tanto ódio causava entre os senhores brancos e os escravos de origem africana.” O agricultor, temendo que suas pretensões e prerrogativas senhoriais fossem destruídas, buscava fazer crer que a escravidão no Brasil, e mais especificamente no Norte do Império, era mais maleável do que nos EUA ou do que em Cuba, que havia abolido a escravidão um ano antes (1886), afirmando que não era necessário anarquizar o país para acabar com a instituição, deixou claro que, “o país estava desorganizado pelas fugas escravas e pela campanha abolicionista radical.”¹⁴⁵²

¹⁴⁴⁹ Alguns clássicos que contestaram essa ideia atribuída a Gilberto Freyre, que se baseou na visão paternalista senhorial da elite escravocrata pernambucana, foram: COSTA, Emília Viottida. *Da senzala à colônia*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 3 ed., 1998 [1966]; OCTAVIO, Ianni. *As metamorfoses do escravo*. Op. Cit. e CARDOSO, F. H. *Capitalismo no Brasil Meridional*. Op. Cit.

¹⁴⁵⁰ **HDBN**: Diário de Pernambuco. 17 de julho de 1887. Nº161. p.3.

¹⁴⁵¹ **Idem**.

¹⁴⁵² **HDBN**: Diário de Pernambuco. 17 de julho de 1887. Nº161. p.3.

Para ele, a lei não estava sendo cumprida e quando cumprida servia somente em favor do abolicionismo. Invertendo a retórica dos abolicionistas, afirmou que “as autoridades protegiam a fuga de nossos escravos”. Certamente estava atento aos debates parlamentares de então. Defendeu ainda Cotegipe, como um legítimo representante dos interesses da lavoura, acusando D. Pedro II, que se achava doente e fora do Brasil, de ser o culpado pela desorganização das instituições e pelo apoio dado aos abolicionistas. Chegou a chamar o Imperador de “o príncipe usurpador”, afirmando que D. Isabel estava disposta a tudo para fazer valer a vontade do pai, fazendo dos lavradores tochas funerárias para iluminar a glória do segundo reinado no mortuário de D. Pedro II, o imperador morto de um país “livre”.¹⁴⁵³

Mesmo aceitando a tese de Einseberg de que a abolição em Pernambuco não criou uma crise de mão de obra, pois, “as zonas da mata estavam bem abastecidas de mão de obra livre” - em sua maior parte migrantes sazonais fugindo da seca - isso não significa que “a abolição foi quase indolor” como afirmou o autor.¹⁴⁵⁴ Ainda nas vésperas do evento, a maior parte dos homens, que se utilizavam em massa do trabalho escravo, demonstravam estar disposto a lutar até as últimas circunstâncias e, até mesmo depois de abolida a escravidão, procuraram reaver alguma coisa do que acreditavam ser seu direito de propriedade. Aqueles homens, membros de uma sociedade composta por ideias aristocratizantes desde o período colonial e solidários historicamente com a exclusão, não aceitariam de bom grado as mudanças que estavam acontecendo. Protestavam, lutavam e resistiam como podiam à onda abolicionista.

Em suma, não acreditamos que os senhores não sentiram o prejuízo econômico e moral que as ações dos escravizados e do movimento abolicionista estavam provocando.¹⁴⁵⁵ Boa parte

¹⁴⁵³ **Idem.**

¹⁴⁵⁴ EISENBERG, Peter L. Modernização sem mudança. **Op. Cit.** p.193.

¹⁴⁵⁵ “Um agricultor” voltou a acusar as medidas abolicionistas no Jornal do Recife de 9 de agosto de 1887. Segundo ele, além da problemática suscitada pela libertação de mais de 40.000 mil escravos utilizados na lavoura açucareira em Pernambuco – “uma respeitável força de trabalho” - ainda em 1887, dispersada do dia para a noite, vagando sem querer trabalhar pelas cidades e vilas, os senhores não poderiam, apesar do baixo salário do trabalhador livre, custear as despesas totais da produção nestas condições. Pois, o preço do açúcar não compensaria as despesas que teria com a mão de obra livre. Segundo ele, só os agricultores que tinham o maior número de escravos, gozavam de certa posição e fortuna naquele momento, os que não tinham e que pagavam salários não conseguiam juntar pecúlio nem viver em abundância e com certeza seriam os mais prejudicados pela abolição da escravidão não podendo competir com os agricultores ricos pela mão de obra livre. Fazia então uma defesa da prorrogação da abolição ao máximo possível para socorro destes. O agricultor acusou a posição do chefe do partido liberal em Pernambuco, Luiz Felipe de Souza Leão que, segundo ele, contribuiu com Dantas para não ver a divisão do Partido Liberal na província. Para ele, tanto Luiz Felipe quanto João Alfredo estavam dispostos a discutir a abolição total da escravidão no Brasil sem antes discutir sobre as suas consequências, pois almejavam “galgar poder, porque, quem os governa a todos (D. Pedro II) deseja acabar já com isto, sofra quem sofrer, padeça quem padeecer.” Elogiou Cotegipe que estava fazendo de tudo para adiar os males que lhe parecem inevitáveis, acusando João Alfredo de tramar contra Cotegipe e contra a Lavoura meramente para ter o poder em suas mãos. Por último fez previsões contra o Império, pedindo aos agricultores que abandonassem os homens políticos e a monarquia que não tiveram coragem de repelir o espólio, o roubo da nossa propriedade. Deixava sinais claros de insatisfação contra o sistema monárquico, segundo ele, “o chefe da grei, o sacerdos magnus, já não erve, é retrógrado, deve

dos “senhores benevolentes”, que alforriavam seus escravos nestes anos finais de cativeiro, foram forçados a fazê-lo, para não perderem parte de sua mão de obra, do seu investimento e/ou para não serem desmoralizados publicamente por pessoas que, em sua visão, deveriam ser submissas as suas vontades.¹⁴⁵⁶ Suas ações foram mais baseadas nos interesses econômicos e na moral senhorial do que em atitudes filantrópicas como muitas vezes buscaram fazer crer nos jornais.¹⁴⁵⁷ E sim, as fugas escravas na década de 1880, além de os obrigarem a agirem desta forma, precipitaram a abolição.

A análise das libertações pagas com recursos públicos pela sétima cota do Fundo de Emancipação do município da Escada, um dos principais redutos do escravismo em Pernambuco¹⁴⁵⁸, deixa-nos um exemplo claro do acordo tácito entre as autoridades para se beneficiarem das indenizações, mas também nos dá evidências de que muitos destes senhores e senhoras, ditos “paternalistas”, “concederam” alforrias para não perderem mais do que poderiam perder. Apesar de contarem, segundo Eisenberg, com abundante mão de obra livre e liberta que dependiam de suas terras e recursos, eles não deixavam de fazer questão dos valores de sua propriedade escrava nem dos seus requisitos senhoriais.¹⁴⁵⁹

ceder a lugar a outro de ideias mais adiantadas, de novos e grandes commettimentos.” [sic]. Provavelmente, este agricultor foi mais um dos tantos que abandonou a monarquia e se filiou ao republicanismo pós 13 de maio, ou antes mesmo desta data. **HDBN**: Jornal do Recife. 9 de agosto de 1887. Nº179. p.2.

¹⁴⁵⁶ A legislação contra a vagabundagem que vinha sendo desenvolvida pelo menos desde o fim do tráfico de escravos em 1850, muito discutida nos anos de 1870 e 1880, e amplamente executada nos anos seguintes à Abolição demonstra a tentativa dos plantadores e ex-senhores de escravos de continuarem submetendo a população negra recém liberta e livre. A SAAP, por exemplo, além de insistir na indenização, pedia mais policiamento rural para controlar os trabalhadores livres. EISENBERG, Peter L. Modernização sem mudança. **Op. Cit.** p.186. Martins Júnior, no Congresso Agrícola de 1884, já havia apresentado um projeto que previa leis trabalhistas rígidas, repressão a vagabundagem, colônias militares e medidas que estimulassem a imigração. **HDBN**: Diário de Pernambuco. 30 de julho de 1884. Nº174. p.3.

¹⁴⁵⁷ Segundo Eisenberg, somente nos primeiros quatro meses e meio do ano de 1888 foram registradas 700 alforrias no Diário de Pernambuco. EISENBERG, Peter L. Modernização sem mudança. **Op. Cit.** p.180. Machado de Assis fez uma crítica a estes senhores abolicionistas de última hora, “depois do gato morto”, narrando a história do jovem Pancrácio que recebeu sua alforria, mas não deixou de ser tratado como um escravizado pelo seu ex senhor e pretendido benfeitor. CHALHOUB, Sidney. Visões da liberdade. **Op.Cit.** pp. 95-100. MACHADO, Maria Helena. O Plano e o Pânico. **Op.Cit.** pp.157-158. No capítulo 1, abordamos o caso de D. Francisca que publicou no Jornal do Recife com o título “acto humanitário” a libertação de José, mas que foi desmentida por João Ramos, pois que a liberdade foi alcançada por força da lei.

¹⁴⁵⁸ O primeiro Clube da Lavoura de Pernambuco foi criado em 1883 por proprietários da Escada. Este Clube, cabeça do 2º Congresso Agrícola da Província de Pernambuco, reunia em suas fileiras 88 proprietários de terras, 13 arrendatários, um advogado e um médico. **HDBN**. Diário de Pernambuco. 25 de janeiro de 1883. Nº20. p.4; Diário de Pernambuco. 15 de março de 1883. Nº61. p.3.

¹⁴⁵⁹ Mesmo que alguns proprietários pudessem contar com mão de obra suficiente, sabemos que estes senhores não queriam abrir mão da indenização. A questão moral, de fazer o que quisessem com sua propriedade e não de serem obrigados a fazer o que o movimento ou o Estado obrigava, estava dentro dos princípios senhoriais. Galloway, concordando com Eisenberg e Evaldo Cabral, vai um pouco além ao fazer da crise que a abolição gerou no Norte. Para ele, a abolição representou “um problema financeiro, político e emocional, mas não um problema de mão de obra.” GALLOWAY apud. MELLO, Evaldo Cabral de. O norte agrário e o império. **Op. Cit.** pp.30-32.

O senhor das escravas Martinha e Francisca, José Henrique Teixeira, conseguiu 700\$000 mil réis pela libertação das duas. Martinha, uma preta de 45 anos de idade, era casada com um homem livre chamado Luiz. Sua filha Francisca, descrita como fula, tinha 18 anos de idade. Ambas foram libertadas após Teixeira aceitar receber por elas, respectivamente, 300\$000 e 400\$000 mil réis.¹⁴⁶⁰

Antônio, pertencente ao capitão Emílio Pereira de Araújo, preto de 38 anos de idade, casado com uma mulher livre, também foi libertado e além de receber a verba do Fundo, o seu senhor recebeu mais 15 mil réis de seu pecúlio.¹⁴⁶¹ A Baronesa da Escada, em 19 de julho de 1887, requisitou ao juiz municipal que lhe fosse paga a quantia de 550\$000 mil réis pela liberdade de Clemente, homem preto de 43 anos, casado com mulher livre, no que foi atendida.¹⁴⁶² Recebeu ainda 400\$000 mil réis pela cativa Paula. Apesar de ter tentado conseguir mais na justiça, preferiu não arriscar, aceitando o valor definido em arbitramento.¹⁴⁶³

O doutor Antônio Epaminondas de Barros Correia aceitou receber por Honorata, preta com 45 anos de idade, casada com João, homem livre, com o qual tinha 3 filhos, o valor de 380\$000 mil réis.¹⁴⁶⁴ Aquilino Gomes Porto, senhor do escravo Antônio, preto de 22 anos, casado com uma mulher livre, recebeu 850\$000 mil réis de indenização.¹⁴⁶⁵ João, um preto com 33 anos de idade, casado com mulher livre, foi libertado por 650\$000 mil réis. Valor pago ao doutor Henrique Marques de Holanda Cavalcante.¹⁴⁶⁶ Este mesmo senhor, nesta época, Deputado Geral por Pernambuco, ainda recebeu 200\$000 mil réis por Antônio, pardo de 50 anos de idade e 420\$000 mil réis por Maria da Paixão de 27 anos, resolvendo ainda sobre a liberdade de diversos outros escravos seus e de seus parentes, que também foram alforriados pelo Fundo. Simplício por 300\$000 mil réis; Gregório, preto de 45 anos casado com mulher

¹⁴⁶⁰ MEMORIAL DA JUSTIÇA DE PERNAMBUCO. (MJPE). Juízo Municipal do Termo da Escada. Acordo. **Autoamento do Termo de acordo dos escravos Martinha e Francisca pertencente a Jose Henrique Teixeira, como abaixo se declara.** Escada, 6 de julho de 1887; Escada, 23 de setembro de 1887.

¹⁴⁶¹ MJPE. Juízo Municipal do Termo da Escada. **Autoamento do termo de acordo do escravo Antônio, pertencente ao capitão Emílio Pereira de Araújo.** Escada, 18 de abril de 1887.

¹⁴⁶² MJPE. **Autoamento do termo de acordo do escravo de nome Clemente pertencente a Baronesa da Escada como abaixo se declara.** Escada 15 de julho de 1887. Escada, 19 de julho de 1887.

¹⁴⁶³ MJPE. Juízo Municipal do Termo da Escada. **Autoamento do termo de acordo da escrava de nome Paula pertencente à Baronesa da Escada como abaixo se declara.** Escada, 1 de agosto de 1887; Escada, 12 de agosto de 1887.

¹⁴⁶⁴ MJPE. Juízo Municipal do Termo da Escada. Acordo. **Autoamento do termo de acordo da escrava Honorata, pertencente ao doutor Antonio Epaminondas de Barros Correia como abaixo se declara.** Escada, 6 de julho de 1887.

¹⁴⁶⁵ MJPE. Juízo Municipal do Termo da Escada. **Autoamento do Termo de acordo do escravo Antônio pertencente ao doutor Aquilino Gomes Porto.** Escada 17 de abril de 1887.

¹⁴⁶⁶ MJPE. Juízo Municipal do Termo da Escada. Acordo. **Autoamento do termo de acordo do escravo Joao pertencente ao doutor Henrique Marques de Holanda Cavalcante, como abaixo se declara.** Escada, 6 de julho de 1887.

livre, por 550\$000 mil réis; Fusto, preto de 49 anos de idade casado com mulher livre; Mônica, esposa de Antônio, da qual não sabemos o valor.¹⁴⁶⁷

Manoel, um preto de 38 anos, casado com mulher livre, pertencente ao coronel Marcionilo da Silveira Lins, foi libertado, tendo este senhor recebido 650\$000 mil réis por sua alforria. No dia 10 de junho de 1887, Manoel estava “livre” e seu senhor um pouco mais rico.¹⁴⁶⁸ O Barão de Araçagy, um grande proprietário de Rio Formoso e também Deputado Geral, recebeu por seu escravo Fiel, após uma ação de liberdade para arbitramento do valor do preto de 42 anos de idade, 500\$000 mil réis.¹⁴⁶⁹

A maior parte destes senhores disputaram causas de liberdade com seus escravos, a partir do final de 1886 e durante o ano de 1887, alcançando elevados valores pelas alforrias, cedendo à pressão pela abolição, provavelmente para não perderem pelo pé nem os valores, nem os seus escravizados. Muitos dos quais devem ter ficado nas terras dos seus ex-senhores, não por opção, mas por necessidade, pois, a maior parte deles já tinham famílias constituídas naquelas localidades há algum tempo, como vimos sobre os libertos acima.¹⁴⁷⁰ Estas pessoas, apesar de não terem escolhido a liberdade pelo caminho da fuga, foram, de certa forma, auxiliadas pela tensão causada naquele momento entre a população escravizada, o movimento abolicionista e a camada senhorial.

Conseguimos observar também que o Estado manteve o padrão das indenizações, privilegiando a categoria dos proprietários de escravos mais bem relacionados e que detinham o controle político local e nacional.¹⁴⁷¹ Quanto melhor a posição social e econômica dos

¹⁴⁶⁷ MJPE. Juízo Municipal de Pernambuco. Acordo. **Autoamento de acordo dos escravos Antônio Simplício e [...] Maria, pertencente ao coronel Antônio Marques de Holanda Cavalcante como abaixo se declara.** Juízo Municipal do Termo da Escada. **Autoamento do termo de acordo do escravo Fausto pertencente ao coronel Antônio Marques de Holanda Cavalcante.** Juízo Municipal do Termo da Escada. **Autoamento do Termo de acordo do escravo Gregório, pertencente ao doutor Henrique Marques de Holanda Cavalcante.** Escada, 6 de julho de 1887. Escada, 19 de abril de 1887.

¹⁴⁶⁸ MJPE. Juízo Municipal do Termo da Escada. **Autoamento do Termo de acordo do escravo Manoel pertencente ao coronel Marcionilo da Silveira Lins.** Escada, 19 de abril de 1887. Escada, 27 de maio de 1887.

¹⁴⁶⁹ MJPE. Juízo Municipal do Cível do Termo da Escada. **Ação de liberdade por via de arbitramento pelo fundo de emancipação, do escravo Fiel, pertencente ao Barão de Araçagy como abaixo se declara.** Escada, 16 de fevereiro de 1887. Escada, 9 de março de 1887. **HDBN: Jornal do Recife.** 29 de novembro de 1881. Nº272. p.1.

¹⁴⁷⁰ Diversos estudos já demonstraram o potencial transformador e regulador causado pela constituição familiar entre os escravizados. Sabemos que enquanto alguns senhores tentavam utilizar as famílias como uma estratégia de controle, os escravizados constituíam suas comunidades familiares para fortalecer ainda mais a luta pela sobrevivência, pela alforria, enfim, por todo um conjunto de valores e vontades próprias. FLORENTINO, Manolo. **A paz das Senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c**

1790-1850. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1997. SLENES, Robert W. **Na senzala, uma flor: Esperanças e recordações na formação da família escrava - Brasil Sudeste, século XIX.** RJ, Ed. Nova Fronteira, 1999. REIS, João José. SILVA, Eduardo. **Negociação e Conflito. Op. Cit.**

¹⁴⁷¹ Segundo Peter Eisenberg, um grupo de oito famílias, inter-relacionadas, dominava Escada. A mais proeminente família, os Lins, descendiam de um imigrante português que chegou ao Brasil, no início do século XVIII. O filho deste conseguiu terras em Sirinhaém, a sudeste de Escada, em 1813, e dez anos depois Henrique

indivíduos, suas relações com as autoridades, maiores eram as somas pagas com dinheiro público. Mulheres como a Baronesa da Escada, Maria de Jesus Souza da Silveira Lins¹⁴⁷² e homens como Marcionilo da Silveira Lins¹⁴⁷³, Henrique Marques Holanda Cavalcante (segundo Barão de Suassuna)¹⁴⁷⁴ e o Barão de Araçangy (futuro Visconde de Rio Formoso)¹⁴⁷⁵, membros

Marques Lins, neto do patriarca, recebeu uma sesmaria. Concessão oficial, embora ilegal, segundo Eisenberg. Em 1841, adquiriu o engenho Conceição, em Escada, e também mais terras sobre as quais construiu o engenho Matapiruma, que iniciou suas operações com açúcar já em 1842. Henrique Marques Lins recebeu o título de Barão e depois Visconde de Utinga e juntamente com seus 9 filhos e noras acumularam por volta de 30 engenhos localizados em Escada. Em 1877 e 1881, Henrique Marques de Holanda, neto de Utinga, futuro Barão de Suassuna, construiu as modernas Usinas Mameluco e Limoeirinho, e em 1895, o filho de Utinga, Marcionilo da Silveira Lins inaugurou a Usina de Massauassú. Já em 1861, Henrique Marques Lins e seu filho Belmiro da Silveira Lins (futuro Barão da Escada) detinham dois dos sete cargos de vereadores em Escada, sendo o delegado, Henrique Marques de Holanda Cavalcante e o primeiro subdelegado Francisco Antônio de Barros e Silva genros do patriarca da família Lins. Henrique Marques Lins, em 1860, já era Tenente-Coronel da Guarda Nacional pelo 24º Batalhão. Em 1863, o editor do jornal O Escadense, que só teve uma única edição, acusou os Utinga de corrupção, de transformarem Escada no seu feudo e de controlarem, com o apoio político de José Bento da Cunha Figueiredo (presidente da província entre 1853-1856), a política, a justiça, a polícia, enfim todos os aparelhos de poder na ainda Vila. EISENBERG, Peter. Modernização sem Mudança. **Op. Cit.** pp.152-153.

¹⁴⁷² O Barão da Escada, Belmiro da Silveira Lins foi assassinado em 27 junho de 1880 no conflito que ficou conhecido como hecatombe de Vitória, numa disputa eleitoral entre liberais liderados pelo Luiz Felipe de Souza Leão e conservadores com o apoio dos liberais dissidentes. Segundo telegramas lidos por João Alfredo no Senado a Baronesa da Escada estava quase louca após o ocorrido. Todavia, após o falecimento do seu marido a Baronesa assumiu os negócios da família. Por procuração ela firmou um acordo com o governo imperial e com os representantes da estrada de ferro São Francisco Railway Company que cruzou as terras do engenho Limoeiro, de sua propriedade. **HDBN**: Diário de Pernambuco. 2 de julho de 1880. Nº149. p.5; Diário de Pernambuco. 13 de julho de 1880. Nº158. p.1. **HDBN**: Jornal do Recife. 20 de agosto de 1880. Nº191. pp.1-2. Diário de Pernambuco. 28 de janeiro de 1881. Nº22.

¹⁴⁷³ Segundo Fernando da Cruz Gouvêa, o Barão de Araripe, Ambrósio Machado e Marcionilo da Silveira Lins foram os principais articuladores dos Clubes da Lavoura em Pernambuco, contrários à abolição imediata e incondicional da escravidão. GOUVÊA, Fernando da Cruz. Abolição. **Op. cit.**, p.242. Marcionilo da Silveira Lins, chegou a chamar os abolicionistas de comunistas no 2º Congresso Agrícola de Pernambuco. Ele era irmão do Barão de Escada, Belmiro da Silveira Lins e filho de Henrique Marques Lins, o Visconde de Utinga. A família Silveira Lins, a mais rica dentre a oligarquia açucareira de Escada, comandava não somente os seus homens e suas terras, como também a política, a justiça e a polícia em Escada. Segundo Eisenberg, em 1861, na Câmara Municipal de Escada tanto o pai quanto o irmão de Marcionilo eram vereadores. O delegado de Escada no começo da década de 1860 era genro de Henrique Marques Lins, que era Tenente-Coronel e comandava o 24º batalhão da Guarda Nacional. EISENBERG, Peter. Modernização sem Mudança. **Op. Cit.** pp.153-155.

¹⁴⁷⁴ Em 1876, Henrique Marques era membro da Assembleia Provincial e já estava empregado na secretaria da presidência da Província. **HDBN**: 7 de agosto de 1876. Nº177. p.2. Em 22 de outubro de 1881, casou-se com Maria Lins Cavalcanti, filha de Belmiro da Silveira Lins e de sua esposa Maria de Jesus Souza Lins, barões da Escada. O casal não teve filhos. Nesse mesmo ano foi eleito deputado geral pelo 6º distrito da província de Pernambuco, na chapa do partido conservador, apresentada pelo conselheiro João Alfredo. Dissolvida a câmara em julho de 1886 pelo barão de Cotegipe, que inaugurou então uma situação conservadora, no mesmo ano voltou à câmara pelo mesmo distrito. Em fevereiro de 1888, recebeu a autorização de introduzir de acordo com as disposições em vigor, 10 famílias de agricultores europeus no seu engenho Mameluco. Em 23 de fevereiro de 1889 recebeu o título de Barão de Suassuna, provavelmente como recompensa pelas suas ações “filantrópicas” no ano anterior à respeito das libertações sem condições. Com a última câmara dissolvida após o advento da república se afastou da política por vários anos. Mas em 1897, foi eleito senador estadual a 8 de março do mesmo ano, foi escolhido para presidir o senado. **HDBN**: Diário de Pernambuco. 12 de fevereiro de 1886. Nº34. p.2. **HDBN**: Jornal do Recife. 13 de fevereiro de 1886. Nº35. p.1; Jornal do Recife. 4 de outubro de 1882. Nº226. p.2. **HDBN**: Diário de Pernambuco. 13 de janeiro de 1882. Nº10. p.8. **HDBN**: Jornal do Recife. 13 de fevereiro de 1886. Nº35. p.1. **HDBN**: Diário de Pernambuco. 9 de fevereiro de 1889. Nº32. p.1; 24 de fevereiro de 1889. Nº45. p.1.

¹⁴⁷⁵ Deputado Geral pela 20ª legislatura de 1886 a 1889, Francisco de Caldas Lins, o Barão de Araçagy, posteriormente Visconde de Rio Formoso (23 de fevereiro de 1889), foi um dos 9 deputados que votou contra o art. 1º do Projeto de Extinção da Escravidão no País. BARÃO DE LUCENA (Presidente), Rio de Janeiro (Henrique Pereira de Lucena) Votação do Art. 1º do Projeto de Extinção da Escravidão no País. Aprovado, contra os votos

da elite senhorial produtora de açúcar em Pernambuco, que se mostraram refratários à abolição da escravidão, foram os principais beneficiários dos Fundos de Emancipação em Escada.¹⁴⁷⁶ Dois destes homens, citados mais acima, eram deputados gerais e nomes fortes do Partido Conservador em Pernambuco. Henrique Marques de Hollanda Cavalcante e Francisco Caldas Lins (Barão de Araçagy) ainda receberam títulos de grandeza no imediato pós abolição. Compensações do governo imperial. Espécie de indenização moral em detrimento das perdas materiais.¹⁴⁷⁷

Nem todo mundo poderia contar com as boas relações e com as condições favoráveis para receber vultuosas indenizações. Talvez, por restringir sua análise, principalmente, as elites açucareiras de Escada, que, como vimos, entretinham fortes ligações com o aparelho administrativo imperial, Peter Eisenberg não conseguiu enxergar que a abolição representou sim um problema de mão de obra para senhores menos abastados e que estes acusavam o movimento abolicionista de ser o responsável pela suadesgraça. Nem todo mundo tinha condições de fazer uma “transição” para o trabalho livre de forma economicamente viável.

“Um agricultor” voltou a acusar as medidas abolicionistas no *Jornal do Recife* de 9 de agosto de 1887. Segundo ele, além da problemática suscitada pela libertação de mais de 40.000 mil escravos utilizados na lavoura açucareira em Pernambuco – “uma respeitável força de trabalho” - ainda em 1887, dispersada do dia para a noite, vagando sem querer trabalhar pelas cidades e vilas, os senhores não poderiam, apesar do baixo salário do trabalhador livre, custear

dos Srs. Barão de Araçagy, Bulhões de Carvalho, Castrioto, Pedro Luiz, Bezamat, Alfredo Chaves, Lacerda Werneck, Andrade Figueira e Cunha Leitão. Sessão 09. 05. 1888 / ACD 09.05.1888, p. 60. <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/125-anos-da-lei-aurea/1888-2013-a-abolicao-da-escravatura> acessado em 11 de agosto de 2020 às 15:48. Segundo o deputado José Maria, o Barão de Araçagy, que votou a favor da reacionária lei dos sexagenários, era uma grande escravagista. **Annaes da Assembleia Provincial de Pernambuco anno de 1888. Recife, Tipografia de Manuel Figueiroa e Filhos, 1887.** pp. 294-295.

¹⁴⁷⁶ No Diário de Pernambuco, de 1 de outubro de 1887, ficamos sabendo que foram libertados pela sétima cota do Fundo de Emancipação municipal 22 escravizados, sendo que quatro deles, Fiel, Antônio, Herculano e Anna não estavam matriculados na cidade da Escada, precisando os senhores provarem suas matrículas antes de receberem os valores acordados. **HDBN:** Diário de Pernambuco. 1 de outubro de 1887. Nº224. p.1. Já as vésperas da Abolição, em 28 de abril de 1888, um artigo saiu no *Jornal do Recife* com o título: “Duzentas e cinco libertações”. A Baronesa da Escada, D. Othília Cavalcante, Henrique Marques de Hollanda Cavalcante, major João Correia de Quiróz Monteiro e o capitão Luiz de Oliveira Lima concederam liberdade incondicional, a todos os seus escravos em número de 205, sendo que 65 pertenciam a primeira, 22 a segunda, 17 ao terceiro, 94 ao quarto e 7 ao quinto. **HDBN:** *Jornal do Recife*. 28 de abril de 1888. Nº98. p.2.

¹⁴⁷⁷ Segundo José Murilo de Carvalho, o aumento progressivo da concessão de títulos hierarquicamente baixos foi impulsionado nos anos de 1871, 1885 e 1888, em função da promulgação das leis emancipacionistas e da abolição da escravidão. Entre 1860-1864 foram conferidos 51 baronatos sem grandeza, entre 1870-1874, 120 títulos e nos últimos cinco anos de vida do Império, 238 baronatos, 173 somente entre os anos de 1888 e 1889. Para José Murilo, “a Coroa tentava devolver em símbolo de status o que retirava em interesse material”, tentando angariar também um determinado apoio dos proprietários rurais para garantir a estabilidade do Império. CARVALHO, José Murilo de Carvalho. **A construção da ordem e Teatro de Sombras.** Rio de Janeiro, Editora UFRJ/Relume Dumará, 1996. pp. 257-258.

as despesas totais da produção nestas condições. Segundo ele, o preço do açúcar não compensaria as despesas que teria com a mão de obra livre.¹⁴⁷⁸

Em sua crítica, somente os agricultores que tinham o maior número de escravos e gozavam de certa posição e fortuna naquele momento poderiam se sustentar. Os que não tinham e que pagavam salários, não conseguiriam juntar dinheiro nem viver em abundância e, com certeza, seriam os mais prejudicados pela abolição da escravidão, não podendo competir com os agricultores ricos pela mão de obra livre. O homem fez uma defesa da prorrogação da abolição ao máximo possível para socorro destes, acusando a posição do chefe do partido liberal em Pernambuco, Luiz Felipe de Souza Leão que, segundo ele, contribuiu com Dantas para não ver a divisão do partido liberal na província. Para ele, tanto Luiz Felipe quanto João Alfredo estavam dispostos a discutir a abolição total da escravidão no Brasil, sem antes discutir sobre as suas consequências, pois, almejavam “galgar poder, porque, quem os governa a todos (D. Pedro II) deseja acabar já com isto, sofra quem sofrer, padeça quem padecer.”¹⁴⁷⁹

Elogiou Cotegipe que estava fazendo de tudo para adiar os males que lhe parecem inevitáveis, acusando João Alfredo de tramar contra o Ministério daquele e contra a lavoura, meramente para ter o poder em suas mãos. Por último, fez previsões contra o Império, pedindo aos agricultores que abandonassem os homens políticos e a monarquia, que não tiveram coragem de repelir o espólio, o roubo da nossa propriedade. Deixava sinais claros de insatisfação contra o sistema monárquico. Segundo ele, “o chefe da grei, o sacerdos magnus, já não erve, é retrógrado, deve ceder a lugar a outro de ideias mais adiantadas, de novos e grandes commettimentos.”¹⁴⁸⁰ [sic] Provavelmente, esse agricultor foi mais um dos tantos que abandonou a monarquia e se filiou ao republicanismo, após o 13 de maio, ou antes mesmo dessa data.¹⁴⁸¹ Provando-nos também, com seus argumentos, que a única coisa, em sua visão, que ainda sustentava a Monarquia no Brasil, era a defesa da escravidão.

¹⁴⁷⁸ **HDBN:** Jornal do Recife. 9 de agosto de 1887. Nº179. p.2.

¹⁴⁷⁹ **Idem.**

¹⁴⁸⁰ **Idem. Ibidem.**

¹⁴⁸¹ Desconfiamos que esses artigos tenham sido escritos por Ambrósio Machado.

7 A PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO NEGRA NAS ELEIÇÕES DE 1887.

Podemos ver que os escravocratas fizeram de tudo para protelar o avanço do abolicionismo, até as vésperas da abolição. A elite senhorial de Pernambuco estava aferrada à sua propriedade escrava e vinculada à ilegalidade. No ano de 1887, quando o movimento abolicionista já estava bastante avançado, os escravocratas, membros do partido liberal, assumiram a redação do *Jornal do Recife* com a intenção de repudiar o “abolicionismo intransigente” em Pernambuco e convencer a opinião pública de que estavam sendo prejudicados com as ações ilegais dos abolicionistas.

Em março de 1887, a folha foi posta à venda e Nabuco, que chegou a tratar com Antônio Carlos Ferreira da Silva sobre a compra do jornal para transformá-lo num órgão do Partido Abolicionista, viajou para a Europa antes de fechar negócio, tendo sido o periódico adquirido pelos representantes liberais mais ligados aos interesses dos proprietários de escravos.¹⁴⁸² Segundo Celso Castilho, após essa compra, a redação do *Jornal do Recife* passou a abordar os assuntos referentes ao abolicionismo com menor intensidade. As notícias sobre o movimento, que foram circuladas na folha e divulgadas até 1886, tornaram-se rarefeitas em 1887. Já não apareceriam mais os anúncios das reuniões dos cupins, notícias das conferências abolicionistas, denúncias contra o sistema, etc. os escravocratas perseguiram e censuraram como puderam a opinião pública abolicionista.¹⁴⁸³

A venda do *Jornal do Recife* foi um acontecimento digno de nota à época, tendo sido muito criticada pela imprensa republicana e abolicionista.¹⁴⁸⁴ A folha, que eles davam por neutra, foi comprada por 40 contos de réis pelos liberais alcunhados “leões”.¹⁴⁸⁵ Segundo os

¹⁴⁸² Antônio Carlos chegou a arranjar o dinheiro para comprar o Jornal, mas, ao que parece, os “liberais Leões” ou chegaram primeiro ou então foram preferidos no processo da compra devido a intervenção do Senador Luiz Felipe de Souza Leão. NABUCO. Joaquim. Joaquim Nabuco Diários. **Op. Cit.** p.236 e 250. Ver Dias 02 de março e 04 de março de 1887. Nabuco pedia a Numa Pompílio, desde 1886, que ajudasse Antônio Carlos na fundação de um Jornal pernambucano de caráter abolicionista e federalista. Carta de Joaquim Nabuco a Numa Pompílio, Rio de Janeiro. 07 de fevereiro de 1886. In: Leonardo Dantas Silva, org. A abolição em Pernambuco. Recife: Massangana, 1988. p.71.

¹⁴⁸³ CASTILHO, Celso Thomas. Slave Emancipation and Transformations. **Op. Cit.** p.149.

¹⁴⁸⁴ **CEPE Digital:** Lanterna Mágica. 30 de março de 1887. Nº184.

¹⁴⁸⁵ O grupo dos liberais dissidentes, liderado por José Mariano, era conhecido como “cachorros”, enquanto o grupo liberal que representava os interesses dos escravocratas era chamado de “leões”. Segundo Marc Jay Hoffnagel, assim que Luiz Felipe de Souza Leão, chefe do Partido Liberal de Pernambuco, adquiriu o Jornal do Recife, as notícias e os artigos passaram a refletir a ideia de que os liberais só aceitariam o emancipacionismo gradual e legal e que o Partido não sucumbiria às exigências do povo. HOFFNAGEL, Marc Jay. O PARTIDO LIBERAL DE PERNAMBUCO. **Op. Cit.** p.19

republicanos, a partir de então, o periódico representaria a divisão do partido liberal em dois grupos, “liberais abolicionistas federalistas e em liberais leões escravocratas”.¹⁴⁸⁶

Os primeiros passaram a ser anunciados pelos republicanos como “soldados da democracia, que defendem os direitos da humanidade e o bem estar da pátria” e os segundos como “liberais sem princípios, atrasados, que sustentam os interesses de uma família, cujo mérito que tem é ter dinheiro.”¹⁴⁸⁷ Previam que, a partir daquele momento, a luta política seria “gigante.” E assim foi. Se o grupo leonino tinha em seu favor o dinheiro, diziam eles, “nós os abolicionistas temos elementos muito mais poderosos: temos a justiça e santidade de nossa causa; temos o auxílio da civilização; temos finalmente o patriotismo dentro d’alma.”¹⁴⁸⁸

De fato, cerca de 60 a 70% dos membros do partido liberal de Pernambuco eram proprietários de terras, em sua maior parte oriundos de zonas açucareiras e, segundo Marc Jay Hoffnagel, “não eram indiferentes, muito menos favoráveis, a medidas que visassem a extinção legal da escravidão”.¹⁴⁸⁹ Os republicanos, no ano de 1887, amalgamaram-se, até maio de 1888, com os liberais dissidentes para fortalecer a causa abolicionista e proclamavam, “os abolicionistas sinceros caem na luta, porém não rendem-se ao dinheiro leonino.”¹⁴⁹⁰

Importante salientar que ambos os grupos, republicanos e liberais dissidentes, também tinham seus interesses próprios, cedendo uma trégua naquele momento em favor da questão

¹⁴⁸⁶ Os republicanos fizeram críticas a José Maria que, apesar de ser amigo pessoal de José Mariano e favorável ao abolicionismo, continuou a trabalhar no Jornal do Recife após a compra deste pelos Liberais leoninos, acusando de já ter sido republicano, cachorro e de ser agora um leão. Apesar de professor apoio a Nabuco, mesmo sem ser eleitor do 1º distrito, José Maria, que era conhecido pela sua ousadia na política declarou que esta não seria uma disputa pela qual ele daria a sua vida ou colocaria ela em risco. **CEPE Digital:** Lanterna Mágica. 30 de março de 1887. Nº184. **HDBN:** Jornal do Recife. 31 de agosto de 1887. Nº197. p.2

¹⁴⁸⁷ **Idem.**

¹⁴⁸⁸ **Idem. Ibidem.**

¹⁴⁸⁹ **HOFFNAGEL,** Marc Jay. O PARTIDO LIBERAL DE PERNAMBUCO. **Op. Cit.** p.18.

¹⁴⁹⁰ **CEPE Digital:** Lanterna Mágica. 30 de março de 1887. Nº184. No Anti-Rebate, Ricardo Guimarães fez uma homenagem a Joaquim Nabuco e José Mariano na *Coluna dos Versos* com dois poemas, um intitulado “Ave!” e outro intitulado “José Mariano”. Neste, Guimarães defendeu a popularidade de José Mariano, a sua luta junto com Nabuco e citou também as práticas de corrupção eleitoral dos conservadores e liberais. São dele as palavras: “Elle, o bravo leão, da capital do Norte, o eterno defensor da causa popular, a ponto de afrontar por ela a própria morte, nas lutas sociais, em que tenha de entrar; É da pátria natal, o defensor mais forte, o mais trabalhador, o mais belo exemplar, do patriotismo são, que faz essa corte, que o cerca de poder, que o vive acompanhar. Por isso, com certeza, a bem de Pernambuco, o seu torrão natal, unido com Nabuco, hão de o pleito vencer por grande maioria. Embora em proteção ao ministro do império, empregue-se o terror, o ouro – o vitupério, com que tentam comprar a vossa simpatia.” Além de jornalista republicano, Ricardo Guimarães era representante da comunidade de comerciantes portugueses em Pernambuco. Como dissemos, estes homens permaneceram unidos pelo menos até maio de 1888. Após a abolição, os grupos monarquistas e republicanos se dividiram e disputaram o poder político com muita violência. Em setembro de 1889, Ricardo Guimarães foi assassinado por João de Paula Nery, guarda fiscal do Poço da Panela, reduto de José Mariano. Após esfaquear o português, Nery foi se abrigar na redação d’A *Província* para evitar ser linchado, o que fez com que os republicanos associassem o assassinato a José Mariano e seus “brabos”. **BRAGA,** Flávia Bruna Ribeiro da Silva. “DITADURA”, ABOLIÇÃO E REPÚBLICA. **Op. Cit.** pp. 114, 136 e 189.

abolicionista.¹⁴⁹¹ Em termos políticos, conseguimos entender esta união a partir do conceito de ação coletiva de Paulo César Garré Silva. Segundo Garré Silva,

a ação coletiva não é uma via de mão única, muito menos de mão dupla. Há interesses múltiplos que permeiam as interações sociais no interior das ações coletivas, muito embora, frequentemente, as ações coletivas sejam apresentadas como um conflito em torno de duas posições antagônicas: de um lado, os desafiantes; do outro, os desafiados. Porém nenhum dos lados tem interesse homogêneo, mas em alguns momentos do conflito é possível que os interesses de cada lado se sincronizem e formem uma unidade, mesmo que seja provisória.¹⁴⁹²

No caso da amalgama dos republicanos com os monarquistas liberais dissidentes, veremos que esta aliança foi até o 13 de maio, reascendendo, nos dias seguintes, as disputas pelo espólio da Abolição e pelo poder político local. Neste capítulo focaremos mais na união. No próximo, discutiremos mais sobre a cisão e a derrota dos projetos abolicionistas no pós-abolição.

Toda tensão política entre abolicionistas e escravocratas, em Pernambuco, acirrou-se ainda mais quando Machado Portella foi chamado por Cotegepe para assumir a Pasta do Império. Em 21 de julho de 1887, Manoel do Nascimento Machado Portella, então Deputado Geral por Pernambuco, passou a ocupar a pasta do Império, todavia, o cargo só seria confirmado se Portella fosse reeleito para a Câmara dos Deputados. Prescindindo de autorização pública, a eleição foi marcada para 14 de setembro de 1887.¹⁴⁹³

O cargo de deputado pelo 1º Distrito foi disputado entre Portella e Nabuco e este evento eleitoral foi mais um daqueles que, pelo menos desde 1884, vinha sendo marcado pela disputa entre o bloco abolicionista (republicanos e liberais dissidentes) e escravocratas (liberais e conservadores) na imprensa e nas ruas. Com uma diferença adicional, a participação da população alijada dos canais de representação, livres, libertos e escravos, não só foi muito ativa, como em 1884, como foi amplamente divulgada, incentivada pelo grupo abolicionista e denunciada pelos escravocratas.

Segundo José Mariano, os liberais organizaram um complô contra a candidatura de Joaquim Nabuco. Para ele, Ulysses Viana, Sigismundo Gonçalves, o Barão de Arariba e Luiz Felipe de Souza Leão, todos “leões”, representantes do *Jornal do Recife*, atravancavam a

¹⁴⁹¹ HOFFNAGEL, Marc Jay. O PARTIDO LIBERAL DE PERNAMBUCO. **Op. Cit.** BRAGA, Flávia Bruna Ribeiro da Silva. “DITADURA”, ABOLIÇÃO E REPÚBLICA. **Op. Cit.**

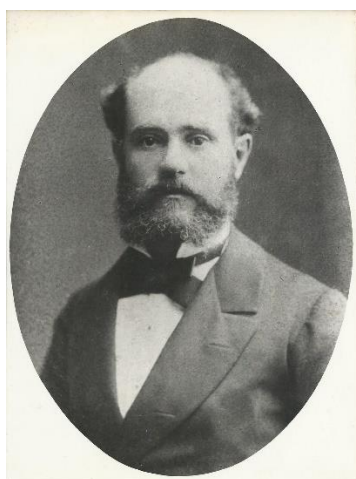
¹⁴⁹² SILVA, Paulo César Garré. A AÇÃO COLETIVA: O DESAFIO DA MOBILIZAÇÃO. **Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais**, Recife, V. 7, N. 2, 2018. p.63.

¹⁴⁹³ **HDBN**: Jornal do Recife. 9 de agosto de 1887. Nº179. p.1; Diário de Pernambuco. 9 de agosto de 1887. Nº180. p.1.

propaganda abolicionista a partir da censura imposta a Nabuco. Apesar de poder disputar o cargo, a *Coluna Liberal* e o apoio dos chefes do partido não estavam disponíveis para o candidato. Os liberais leoninos não permitiram que os dissidentes falassem por eles, e não se sentiam representados por Nabuco exatamente no tocante a questão abolicionista.¹⁴⁹⁴

O Barão de Arariba, João Luís Gonçalves Ferreira, deixou sua opinião, sobre a candidatura de Nabuco, muito clara. Apesar de reconhecer no candidato um dos abolicionistas que “não procuram tirar vantagens pessoais”, o Barão não o apoiava por ter tido problemas pessoais com os abolicionistas intransigentes com os quais ele se uniu. Segundo ele, os abolicionistas ameaçaram requerer a liberdade de 48 escravos de sua propriedade, que estavam matriculados com filiação desconhecida, “adquiridos todos por meios muito lícitos, e que é meu direito manter enquanto os poderes competentes de meu paiz não resolverem a sua libertação.” [sic]¹⁴⁹⁵

Imagem 34: João Luís Gonçalves Ferreira (o Barão de Arariba)



Fonte: FUNDAJ. Fotógrafo: Guilherme Berzin, (1903-1979, Recife). Realizada a partir de uma fotografia original. Foto do Acervo Guilherme Auler; cortesia Pedro Auler.

O problema era pessoal e público ao mesmo tempo. Um dos maiores representantes do partido liberal em Pernambuco, um homem bem estabelecido social e politicamente estava sendo acusado pelos abolicionistas de manter pessoas ilegalmente escravizadas e de tentar continuar com sua propriedade ilegal. Estes mesmos abolicionistas ameaçavam “arrancar sua propriedade na justiça”. Devido ao seu escravismo empedernido, ao invés de pedir votos para o candidato do seu partido, Arariba se utilizou de suas redes para pedir votos para o Conselheiro

¹⁴⁹⁴ **HDBN:** Jornal do Recife. 30 de agosto de 1887. Nº196. p.2.

¹⁴⁹⁵ **HDBN:** Jornal do Recife. 31 de agosto de 1887. Nº197. p.2.

Portella, o que, em sua visão, poderia fazer em seu nome e não do partido, visto que Portella era conservador. Segundo ele,

a Coluna Liberal envolve a nossa responsabilidade, e nós não queríamos tê-la pela candidatura do Sr. Dr. Nabuco, que representa antes de tudo o abolicionismo, com o qual, como é feito em Pernambuco, não nos podemos conformar.¹⁴⁹⁶

O chefe liberal, o Senador Luiz Felipe, concordou que o candidato abolicionista não falasse, desde que não houvesse hostilidade a sua candidatura pelos liberais. Algo que não foi atendido. Ao serem enxotados de representarem sua opinião na principal folha do partido, os liberais dissidentes tinham somente *A Província*, para poderem divulgar as suas intenções e as folhas republicanas para apoiá-los. Como não encontramos exemplares disponíveis para consulta do primeiro, tivemos que recorrer as respostas dadas pelo *Jornal do Recife* e pelo *Diário de Pernambuco* à primeira folha e aos jornais republicanos.¹⁴⁹⁷ Destes, o principal analisado por nós foi o *Lanterna Mágica*, uma espécie de revista ilustrada republicana¹⁴⁹⁸, humorística e crítica, aos moldes da *Revista Illustrada* da Corte, seguido do jornal *Anti-Rebate*, um semanário abolicionista e republicano redigido por Ricardo Guimarães e Rangel Sobrinho com a possível colaboração de Martins Júnior, Madeira Filho e Pardal Mallet.¹⁴⁹⁹

A leitura dos artigos da *Lanterna Mágica* e do *Anti-Rebate*, a análise das ilustrações e o discurso anti-Nabuco e anti-abolicionista evidenciam o caráter popular de mais uma campanha eleitoral no Recife, com grande destaque para a participação da população negra, de todas as categorias sociais, nestas disputas.

Os republicanos iniciaram suas publicações, sobre as eleições de 1887, acusando e desacreditando a forma como estava organizado o regime eleitoral no Império, pois, segundo eles,

¹⁴⁹⁶ **Idem.**

¹⁴⁹⁷ Enquanto o Diário de Pernambuco e um grupo do partido Liberal, vinculado ao Jornal do Recife, fizeram campanha e defenderam o candidato do governo a folha ligada a José Mariano (A Província) e os jornais e revistas republicanos fizeram coro em favor da candidatura de Nabuco. **HDBN**: Diário de Pernambuco. 23 de agosto de 1887. Nº191. p.3; 30 de agosto de 1887. Nº197. p.4. **HDBN**: Partido Liberal: A eleição do 1º distrito. Jornal do Recife. 4 de setembro de 1887. Nº201. p.2.

¹⁴⁹⁸ Segundo Luiz do Nascimento, o Diretor-proprietário da Lanterna Mágica era Luiz Antônio da Silveira Távora, um ilustrador cearense a quem Flávia Braga lista no rol de republicanos. NASCIMENTO, Luiz do. História da imprensa de Pernambuco. **Op. Cit.** pp.112 e 229-231.

BRAGA, Flávia Bruna Ribeiro da Silva. “DITADURA”, ABOLIÇÃO E REPÚBLICA. **Op. Cit.** p. 246. **CEPE Digital**: Lanterna Mágica: periódico livre e humorístico. 10 de agosto de 1889. Nº265. pp. 3-4.

¹⁴⁹⁹ De acordo com Luiz do Nascimento, nem Martins Júnior nem Pardal Mallet assinaram artigos no jornal. A partir do seu número 6, publicado no dia 6 de agosto de 1887, os redatores do *Anti-Rebate* anunciaram que não tratariam mais em seus artigos editoriais do redator do Rebate, Fortunato Pinheiro. Utilizando-se da sua folha para publicar duas colunas, uma Republicana e uma Abolicionista. O clima da campanha abolicionista pela eleição de setembro deve ter motivado os jornalistas a impulsionarem este debate. **CEPE Digital**: Anti-Rebate. 6 de agosto de 1887. Nº6. p.1. NASCIMENTO, Luiz do. História da imprensa de Pernambuco. **Op. Cit.** p.112.

o nosso povo, educado no fatal princípio político de subir e descer, entendendo que o único fim dos partidos é a distribuição dos empregos, pouco se importa com as ideias. Todo o seu empenho é saber quem é o delegado, quem é o subdelegado, e quanto ganha por dia um guarda da Casa de Detenção.¹⁵⁰⁰

Sendo assim, como poderiam os abolicionistas, fora do poder, contar com este eleitorado para o triunfo do seu candidato? Na visão daquele grupo, distanciando dos canais políticos institucionais, “os homens presos aos partidos por favores eleitorais eram muitos, os de progresso poucos”.¹⁵⁰¹ Já que não podiam contar somente com o eleitorado, preso aos favores políticos que o obrigava a votar pelo candidato da ordem, a resposta viria no apoio que as classes destituídas de direitos políticos poderiam dar nas ruas, no dia da eleição e na escolha dos eleitores negros, que desequilibrariam a disputa.

Os partidários da abolição associavam, mais uma vez, a eleição a uma disputa entre a civilização e o obscurantismo, liberdade contra escravidão. Para eles, “a Europa inteira e o Brasil estavam de olhos fixados no Recife” e aquela era uma grande oportunidade para os eleitores do primeiro distrito mostrarem o seu valor ao mundo, pois, “votar em Portella seria não ter coração, não ter consciência, não ser humano, não ser cristão.”¹⁵⁰²

Além dos argumentos morais, os republicanos somaram suas justificativas contra as presunções raciais de Portella e dos seus apoiadores.¹⁵⁰³ Segundo eles, era do interesse de Machado Portella incentivar a imigração italiana, belga e malteza “para melhorar o sangue de nossa raça”.¹⁵⁰⁴ Os críticos do “candidato escravocrata” instrumentalizavam e moralizavam

¹⁵⁰⁰ Essa crítica feita pelos republicanos aos eleitores era invertida pelos liberais representantes do *Jornal do Recife*, que apontavam para a corrupção das lideranças conservadoras. Acusavam Machado Portella e o Barão de Cotegipe de distribuírem de cargos públicos para amigos, afilhados e apaniguados políticos, que prejudicava obviamente os aliados e filiados aos liberais. **HDBN**: A reeleição do Sr. Portella. *Jornal do Recife*. 24 de agosto de 1887. Nº191; Governo Corruptor. *Jornal do Recife*. 23 de agosto de 1887. Nº190. p.2. Segundo Felipe Azevedo, no Brasil, a reforma de 1881 foi executada no sentido contrário (a democratização do sufrágio) e contou ainda com um agravante, as alterações nas exigências para o acesso ao título eleitoral deram margem a um aumento considerável no número proporcional de funcionários públicos alistados. Categoria profissional tradicionalmente vinculada a tramas clientelísticas que capitalizavam os cargos do funcionalismo em transações de barganha eleitoral. A nova composição do eleitorado veio a potencializar eleições ainda mais controladas pelo governo, principalmente pautadas na negociação de cargos públicos. SOUZA, Felipe Azevedo e. A participação política das classes populares em três movimentos. **Op. Cit.** pp.34-36.

¹⁵⁰¹ **CEPE Digital**: Lanterna Mágica: 10 de setembro de 1887 Nº200. p.2.

¹⁵⁰² **Idem**.

¹⁵⁰³ Segundo Felipe Azevedo, mesmo diante de uma questão racial candente, em 1884, antes e após o conflito, termos ligados a raça não foram evocados nos artigos de jornais, como a cor da pele dos participantes, por exemplo. Porém, houve um esforço, ainda que implícito, dos conservadores em utilizar termos e categorias imbuídas de um sentido racial, como por exemplo quando citaram “a exaltação de todas as paixões ruins”. SOUZA, Felipe Azevedo. DE REPENTE “POVO”. **Op. Cit.** pp.41-42. O que foi “implícito em 1884”, tornou-se arma nas mãos dos abolicionistas em 1887 contra os candidatos “escravocratas”, pois, a racialização do debate político foi instrumentalizada abertamente dos dois lados, mas teve muito mais força contra o candidato do partido conservador.

¹⁵⁰⁴ **CEPE Digital**: Lanterna Mágica: 10 de setembro de 1887 Nº200. p.2.

estes argumentos para conseguir o apoio dos eleitores negros, disparando contra os aliados do conservador, “faça bom proveito dos engraxates belgas do sr. Portella: leve-os para sua casa para melhorar a raça de suas parentas [...] para tirar algum louro com elas.” E arremataram: “nós, como brasileiros, temos orgulho do sangue que corre nas veias, e assim pensam todos os brasileiros que amam a sua pátria”.¹⁵⁰⁵

Segundo Marcelo Mac Coord, Machado Portella - que chegou a ser sócio honorário da *Sociedade Imperial dos Artistas Mecânicos e Liberais* e era irmão de um dos seus diretores e fundadores (Joaquim Pires Machado Portella) -¹⁵⁰⁶ tinha a fidelidade de muitos artífices e dos seus líderes vinculados àquela instituição, ligados historicamente ao partido conservador.¹⁵⁰⁷ A *Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais* representava boa parte da mão de obra livre profissionalizada de Pernambuco, formada em sua maioria por “homens de cor”. A *Sociedade* controlava o acesso ao *Liceu de Artes e Ofícios* de Pernambuco, sendo a instituição que fazia funcionar o sistema de reprodução das atividades artísticas em Pernambuco.¹⁵⁰⁸ Tanto

¹⁵⁰⁵ Provavelmente havia nessa denúncia uma tentativa de atrair o eleitorado negro para as fileiras abolicionistas, apelando para a defesa da população negra os republicanos tentavam associar os conservadores não somente à escravidão, mas a princípios racistas prejudiciais aquela parcela da população. **CEPE Digital**: Lanterna Mágica: 10 de setembro de 1887 Nº200. p.2. Encontramos este posicionamento de um eleitor que ao declarar seu voto em Portella defendeu o sistema de colonização, que segundo ele buscava promover o candidato conservador em Pernambuco, trazendo belgas, italianos e malteses para apurar o sangue africano e aborígine que “quase exclusivamente nos corre nas veias, legando-nos os vícios da escravidão dessas raças selvagens.” Segundo este eleitor, Machado Portella fazia muito bem em tentar melhorar a nossa raça. **HDBN**: Diário de Pernambuco. 30 de agosto de 1887. Nº197. p.5.

¹⁵⁰⁶ MAC CORD, Marcelo. **Andaimes, casacas, tijolos e livros: uma associação de artífices no Recife, 1836-1880**. Tese (Doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. SP, 2009. Joaquim Pires Machado Portella “foi referido como doutor, tinha 33 anos, residia na Rua Nova e ocupava a Direção Geral da Instrução Pública50. No mesmo período em que se tornou associado, o político conservador acumulou muito poder. Em 1862, estava na presidência do Conselho Diretor da Instrução Pública, na 2ª Vice-Presidência da província e em uma das cadeiras da Assembleia Provincial de Pernambuco.” MAC CORD, Marcelo. Redes de sociabilidade e política: mestres de obras e associativismo no Recife oitocentista. **Revista Mundos do Trabalho**, vol. 2, n. 4, agosto-dezembro de 2010, p. 109-125.

¹⁵⁰⁷ Em 1875, Machado Portella se tornou diretor da Sociedade Imperial dos Artistas Mecânicos e Liberais, abocanhando, neste mesmo ano, o mais importante cargo da sociedade. CORD, Marcelo Mac. A “união artística”: CONSTRUÇÃO E LEGITIMIDADE DE UMA ENTIDADE DE CLASSE, RECIFE, DÉCADA DE 1870. **Revista Perseu**. Nº 4, Ano 3, 2009. pp.48-52. Disponível em: <https://revistaperseu.fpabramo.org.br/index.php/revista-perseu/article/view/179> acessado em 17 de setembro de 2020 às 18:04. Izabel Marson apontou que a freguesia de São José, onde boa parte dos artífices trabalhavam e dos sócios moravam, era o principal reduto político de Machado Portella. Portanto, a aproximação política dele com a Sociedade e com os artistas era uma estratégia política fundamental para angariar votos. MARSON, Izabel Andrade. **Política, História e Método em Joaquim Nabuco: tessituras da revolução e da escravidão**. Uberlândia: EDUFU, 2008.

¹⁵⁰⁸ Segundo Mac Cord, com a assinatura do consórcio entre a associação e a escola profissionalizante, parece evidente que os trabalhadores vinculados a ambas as instituições utilizaram sua hegemonia associativa para auferir mais status fora da rua da Imperatriz. Isso posto, da mesma forma que a casa e seus principais empregados foram socialmente beneficiados pelos mandatários conservadores, a economia do favor exigia que demonstrassem fidelidade àqueles que os protegiam. Segundo o historiador, a sociedade ficou contra os movimentos públicos liderados pelos liberais radicais e pelos republicanos em 1873, como a questão religiosa, que envolveu diretamente José Mariano. Forjada na tradição corporativa, que pressupunha hierarquia e disciplina, a Sociedade Imperial dos Artistas Mecânicos e Liberais serviu como trampolim para que seus membros conquistassem mobilidade social ascendente, sendo imprescindível que tivessem posses, deveriam defender o direito de propriedade e lutar pela

as questões sobre o abolicionismo quanto a questão da imigração, e da possível substituição da mão de obra nacional pela estrangeira, foram utilizadas pelos abolicionistas, contra Portella, para buscar o apoio dos artistas naquele momento.

E foi nessas condições que, em setembro de 1887, um grupo chamado *Núcleo Artístico Abolicionista* foi formado por artistas negros como David Francisco Gentil (carpinteiro e cocheiro)¹⁵⁰⁹, Eleutério José dos Santos (marceneiro)¹⁵¹⁰, Luiz Francisco das Chagas (alfaiate)¹⁵¹¹ e por acadêmicos e professores negros como Manoel da Motta Monteiro Lopes¹⁵¹², Feliciano André Gomes¹⁵¹³ e Euthimio Manoel do Bomfim.¹⁵¹⁴ Estes sujeitos, com uma vasta experiência associativa e mutualista, abriram mais uma frente contra a escravidão em Pernambuco, dividindo o apoio político que os conservadores tinham por parte da classe dos artistas e dos homens negros. Todos os membros do corpo administrativo dessa instituição, que também se propunha a “libertar escravizados”, estavam alistados como eleitores e, certamente, nem seu apoio nem seus votos foram dados ao candidato do Governo.¹⁵¹⁵

Luiz Francisco das Chagas, um afamado alfaiate pernambucano, em 1875, além de figurar como conselheiro da *Sociedade Beneficente dos Artistas Alfaiates*,¹⁵¹⁶ era ligado ao partido liberal através do *Clube Popular*, que tinha por lema: *Liberdade, Igualdade e*

estabilidade da ordem em seus mais amplos sentidos, incluindo a propriedade escrava. COORD, Marcelo Mac. A “união artística”. **Op. Cit.** pp.48-50.

¹⁵⁰⁹ **HDBN**: Jornal do Recife. 13 de julho de 1884. Nº160. p.2.

¹⁵¹⁰ **HDBN**: Jornal Pequeno. 12 de outubro de 1904. Nº229. p.2.

¹⁵¹¹ Luiz Francisco das Chagas tinha duas lojas de alfaiataria, uma na rua das Trincheiras nº27 e outra no Largo de São Pedro nº1. **HDBN**: Diário de Pernambuco. 10 de agosto de 1882. Nº181. p.5; 17 de outubro de 1884. Nº240. p.4. Ele era membro do Monte Pio Popular Pernambucano. **HDBN**: Jornal do Recife. 18 de novembro de 1884. Nº266. p.1. Com o advento da República Chagas se tornou subdelegado. **HDBN**: Jornal do Recife. 12 de outubro de 1889. Nº232. p.2

¹⁵¹² Para saber mais sobre Monteiro Lopes ver: DANTAS, Carolina Vianna. "Monteiro Lopes (1867-1910): um 'líder da raça negra' na capital da República". Salvador, **Afro-Ásia**, nº 41, 2010. DOMINGUES, Petrônio. "Vai ficar tudo preto": Monteiro Lopes e a cor na política. **Novos estud.** - CEBRAP. Nº 95. São Paulo, março de 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002013000100004&lng=pt&nrm=iso acessado em 18 de setembro de 2020 às 19:45.

¹⁵¹³ SILVA, José Bento Rosa da. SOUZA, Arthur Danilo Castelo Branco. Doutor Feliciano André Gomes [1859-1927]: Notas preliminares sobre um tribuno negro em Pernambuco. **SÆCULUM – Revista de História** [v. 26, n. 44]. João Pessoa, p. 190-207, jan./jun. 2021

¹⁵¹⁴ Os representantes do Núcleo Artístico Abolicionista eram: Presidente: Sabino José Santos Júnior, vice Luiz Francisco das Chagas, 1º secretário: David Francisco Gentil; 2º secretário, Manoel da Motta Monteiro Lopes; 1º orador, Feliciano André Gomes; 2º orador, professor Euthimio Manoel do Bomfim; Tesoureiro, Eleutério José dos Santos e Procurador, Benedicto Augusto dos Santos. **HDBN**: Jornal do Recife. 13 de setembro de 1887. Nº207. p.2; 14 de setembro de 1887. Nº209. p.1.

¹⁵¹⁵ David Gentil e Luiz das Chagas aparecem alistado como eleitores do 1º Distrito em 1885. **HDBN**: Diário de Pernambuco. 23 de outubro de 1885. Nº242. p.3. **HDBN**: Jornal do Recife. 11 de janeiro de 1885. Nº8. p.2. Eleutério José dos Santos já aparece como eleitor desde 1882. **HDBN**: Diário de Pernambuco. 18 de junho de 1882. Nº138. p.3.

¹⁵¹⁶ **HDBN**: A Província: órgão do Partido Liberal. 5 de setembro de 1875. Nº674. p.2.

*Fraternidade*¹⁵¹⁷ e “por fim doutrinar o povo nos princípios políticos e sociais.”¹⁵¹⁸ Esses homens também aparecem como membros de importantes irmandades negras do Recife. Tanto David Francisco Gentil quanto Francisco das Chagas foram secretários da confraria de São Benedito, que funcionava no convento de São Francisco,¹⁵¹⁹ tendo ainda Gentil atuado como secretário e tesoureiro da *Confraria de Nossa Senhora do Rosário* e Chagas como procurador geral da mesma irmandade.¹⁵²⁰ Na verdade, quase todos os membros do *Núcleo Artístico Abolicionista* fizeram parte das irmandades de *Nossa Senhora do Rosário* e de *São Benedito*, duas das mais importantes confrarias de homens negros no Brasil.¹⁵²¹

Na ausência de apoio do próprio partido, o *Núcleo Artístico Abolicionista* foi mais um dos grupos dissidentes que apoiaram Nabuco. Consumada a abolição, essas lideranças negras readequaram as suas demandas, transformando o *Núcleo Artístico Abolicionista* em *Núcleo Artístico Instrutivo*, tomando como exemplo o movimento abolicionista¹⁵²², continuaram a utilizar o repertório do associativismo negro¹⁵²³ para melhorar suas condições de vida e trabalho.¹⁵²⁴

Antes do dia das eleições, os republicanos ainda comemoraram a saída do Chefe de Polícia de Pernambuco, o Comendador João Pinto de Lemos. Segundo eles, o “Club da Pua, os

¹⁵¹⁷ **HDBN**: Jornal do Recife. 15 de maio de 1875. Nº110. p.2.

¹⁵¹⁸ Eram duas as obrigações para se tornar membro do Club Popular, o pagamento da mensalidade e que o indivíduo fosse “reconhecidamente liberal”. Estatutos do Club Popular do Recife, Recife, Typographia Mercantil – de C. E. Muhlert & Cia, 1869. **APEJE**, Setor de Folhetos Raros, Caixa 16. Uma lista com o nome de 456 membros do Club Popular saiu no Jornal do Recife do dia 15 de maio de 1875. **HDBN**: Jornal do Recife. 15 de maio de 1875. Nº110. p.2.

¹⁵¹⁹ **HDBN**: Diário de Pernambuco. 5 de junho de 1880. Nº128. p.4; 31 de outubro de 1882. Nº249. p.5.

¹⁵²⁰ **HDBN**: Diário de Pernambuco. 16 de junho de 1881. Nº136. p.3. Almanak Administrativo, Mercantil, Industrial e Agrícola da Província de Pernambuco para o Anno de 1881. Nº1. p.113.

¹⁵²¹ Segundo Felipe Azevedo, David Gentil e Eleutério José dos Santos participaram da fundação e da articulação das ações da Liga Operária de Pernambuco. SOUZA, Felipe Azevedo. A blusa e a urna: metamorfoses do associativismo de trabalhadores em Pernambuco entre o Império e a República. **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis. v. 12. 2020. p.10. Eleutério José dos Santos, David Gentil, Luiz Chagas, Benedicto Augusto dos Santos aparecem constantemente como membros eleitos para os cargos administrativos das Irmandades de São Benedito e do Rosário. **HDBN**: Diário de Pernambuco. 16 de junho de 1881. Nº136. p.3; 22 de outubro de 1889. Nº240. p.3. **HDBN**: Almanak Administrativo, Mercantil, Industrial e Agrícola da Província de Pernambuco para o Anno de 1881. Nº1. p.113. **HDBN**: Jornal do Recife. 20 de outubro de 1891. Nº238. p.3. REGINALDO, Lucillene. **Os rosários dos angolas – irmandades de africanos e crioulos na Bahia setecentista**. São Paulo: Alameda, 2011; MAC CORD, Marcelo. **O rosário de D. Antônio: irmandades negras, alianças e conflitos na história social do Recife, 1848-1872**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2005;

¹⁵²² Uma das primeiras ações do Núcleo em 1889 foi organizar uma festa em homenagem ao 13 de maio. **HDBN**: 28 de abril de 1889. Nº95. p.3.

¹⁵²³ Petrônio Domingues cunhou o termo “associativismo negro” para definir a atuação da “população de cor” nas associações fundadas e administradas pela população negra do Rio de Janeiro. Domingues demonstrou que as instituições tinham ideias parecidas, voltadas, muitas delas, para o enfrentamento do racismo, servindo como espaço de ampliação de acesso aos direitos da cidadania, tão negados à população negra associada a um passado escravista. DOMINGUES, Petrônio. “Cidadania por um fio: o associativismo negro no Rio de Janeiro (1888-1930)”. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 34, n. 67, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/rbh/v34n67/a12v34n67.pdf> acessado em 18 de setembro de 2020 às 19:08.

¹⁵²⁴ **HDBN**: Diário de Pernambuco. 29 de agosto de 1888. Nº196. p.2.

capoeiras e os escravocratas”, em homenagem a proteção que receberam do ex-chefe, iriam lhe fazer uma manifestação de apreço, entregando-lhe “um serrote, uma pua, um punhal, um revolver, um compasso, um quiry, um tronco, uma corrente e um chicote em retribuição aos serviços prestados pelo chefe como capitão de campo.”¹⁵²⁵ A homenagem seria realizada por volta da meia noite “com receio de que não seja perturbada pelo Club do Cupim”. Ironias à parte, os republicanos enxergavam nos cupins, representados por homens negros, a base de apoio e a linha de frente nas disputas eleitorais e cotidianas contra as autoridades escravocratas da província. Deixaram isso bem claro numa das ilustrações que fizeram. A legenda dizia: “Grande manifestação de apreço do Club Cupim ao popular chefe do partido liberal Arariboia! (Não levão flores por causa da estação que só produz ortigas...)”¹⁵²⁶

Imagem 35: O Club do Cupim contra o Barão de Arariba.



Fonte: CEPE Digital: Lanterna Mágica. 10 de setembro de 1887 N°200. p.4.

Na ilustração podemos ver, ao fundo, a representação do Barão de Arariba fugindo de homens negros descalços, provavelmente libertos e escravizados, representantes do Cupim, portando cipós de urtigas e correndo atrás do liberal-escravocrata. Mais uma vez, os abolicionistas reconheciam a importância que aqueles indivíduos tinham naquelas circunstâncias.

O próprio Barão de Arariba, num artigo endereçado a Joaquim Nabuco, falou sobre a ação dos escravizados contra sua pessoa. Segundo ele, os abolicionistas tentaram aliciar seus

¹⁵²⁵ **Idem.** p.3.

¹⁵²⁶ **Idem.** p.4.

escravos, mas não conseguiram, “apesar das ameaças e dos esforços empregados, como com outros têm feito, servindo-se para isso até dos escravos fugidos.”¹⁵²⁷ Os redatores do *Anti-Rebate*, asseverando ainda mais o tom conflitivo da ocasião, proclamaram,

por nossa parte entendemos que Nabuco deve ser eleito, embora para isso se faça preciso o auxílio do bacamarte, o prestígio do cacete ou da faca de ponta. Alertem -se os eleitores do 1º distrito e façam descarregar todos os seus votos sobre Nabuco que assim terão cumprido o seu dever.¹⁵²⁸

Em resposta à violência policial contra um meeting abolicionista em Afogados, no dia 04 de setembro¹⁵²⁹, Ricardo Guimarães, Rangel Sobrinho, Madeira Filho e J.J Figueiredo Júnior aconselharam:

Pernambucanos [...] em vista do inqualificável procedimento que o governo tem tido é necessário que cada um de vós, no dia 14 do corrente, ao sair de casa para a eleição, muna-se primeiro de uma boa arma para com ela poder resistir aos ataques prováveis dos servos do governo [...] Se o governo é uma emanção do povo e tem o desplante de armar-se contra o seu criador, cabe a este o direito de anulá-lo por todos os meios a seu alcance.¹⁵³⁰

Era necessário que os eleitores fossem sufragar Nabuco no dia 14 de setembro, mas eles sabiam que sem o apoio das armas, tanto por parte destes quanto pelo “povo das ruas”, talvez, fosse impossível conter a união entre os conservadores e os liberais leoninos que estavam contra a candidatura do abolicionista. Sem poder contar com o próprio partido, o candidato precisava

¹⁵²⁷ Arariba se utilizava do espaço no Jornal do Recife para defender a legalidade de sua propriedade, contestada pelos abolicionistas, dizendo ser agricultor há 27 anos, possuindo escravos com propriedade reconhecida pela lei, tendo-os comprado a alto preço, como provam as escrituras que possuía, que estaria a disposição dos abolicionistas para confirmar o que ele dizia. Gonçalves Ferreira afirmou: “representando os meus escravos o que herdei de meus pais e o fruto muito lícito do meu trabalho, julgo-me com o direito de mantê-los contra as rapinagens dos falsos apóstolos do abolicionismo, que parece terem feito dele meio de vida, como poderei provar. Enquanto a lei do país não emancipar os escravos, tenho o direito de defender a minha propriedade servil, e qualificar a tirada dos escravos dos seus senhores um furto, e a usufruição, que muitos fazem, dos escravos furtados uma infâmia.” **HDBN**: Jornal do Recife. 13 de setembro de 1887. Nº207. p.2.

¹⁵²⁸ **CEPE Digital**: Anti-Rebate: Semanário Abolicionista e Republicano. 3 de setembro de 1887. Nº10. p.1.

¹⁵²⁹ Segundo Angela Alonso, Nabuco nem se fez presente no local, tendo a polícia conservadora agido contra as pessoas que gritaram seu nome em público. Nesta ação, a polícia matou um eleitor conservador e o seu caixão foi carregado por Nabuco e Mariano, “a contragosto da família”. Nos braços do povo e, literalmente, carregando o povo pelos braços, Nabuco saía das ruas para os salões do Parlamento novamente em 1887. ALONSO, Angela. Joaquim Nabuco: os salões e as ruas. **Op. Cit.** p.221.

¹⁵³⁰ Na mesma edição os republicanos ainda comemoraram o naufrágio do cruzador Imperial Marinheiro, que afundou ao sul do Rio Doce. Segundo eles, este navio estava vindo a Pernambuco a serviço de Machado Portella. **CEPE Digital**: Anti-Rebate. Semanário Abolicionista e Republicano. 10 de setembro de 1887. Nº11. p.1-2. A violência do dia 4 de setembro foi tão grande que até os liberais no Jornal do Recife denunciaram os desmandos da polícia sob comando dos conservadores. **HDBN**: *Mais violências*. Jornal do Recife. 7 de setembro de 1887. Nº203. p.1. Pedro da Cunha Beltrão, deputado liberal, pediu na câmara dos deputados informações sobre a concessão gratuita de passagens e comedorias a eleitores que seguiram para Pernambuco a fim de votarem na eleição de 14 de setembro no conselheiro Portella. **HDBN**: Jornal do Recife. 1 de setembro de 1887. Nº198. p.1. Reconheciam todos que havia a interferência direta do governo para confirmar a candidatura do seu Ministro.

dos eleitores, mas não poderia prescindir do “povo das ruas” nem mesmo da violência política para poder vencer o pleito. A ação política daquelas pessoas era crucial para a vitória de Nabuco.

Alguns críticos, na tentativa de desestabilizar o apoio que os eleitores negros estavam dando ao candidato abolicionista, escreveram no *Diário de Pernambuco* que Joaquim Nabuco “preferia ter que ficar na Inglaterra do que vir a conversar com os negros e pobres de Pernambuco” e disseram ainda que ele havia afirmado, numa conferência no teatro *Variedades* que, “após a abolição todos os negros deveriam ser lançados para a Costa d’África.”¹⁵³¹ Acusavam os abolicionistas de usarem de “meios mais profícuos do que os votos da maioria do eleitorado” para conquistarem a vitória no dia 14 com violência.¹⁵³²

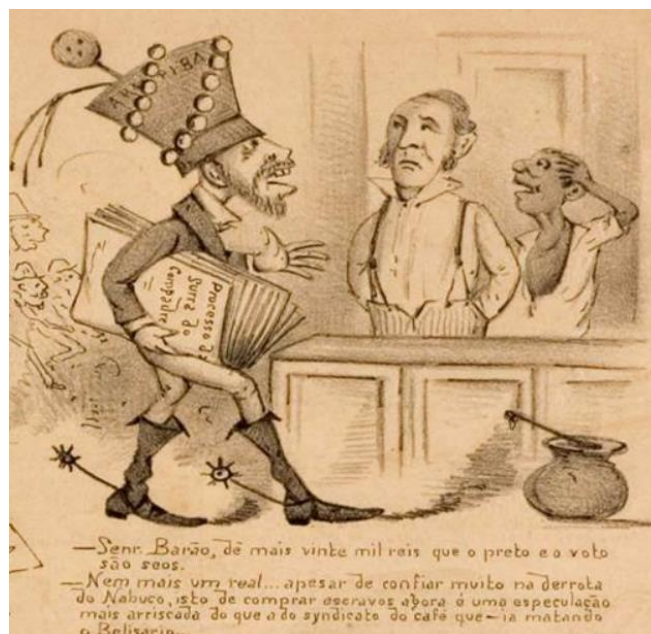
Os abolicionistas, além de denunciarem a violência policial praticada pelos conservadores, indicaram a possível compra de votos para Portella por parte do Governo.¹⁵³³ No final, apesar de terem criticado os eleitores do primeiro distrito, fizeram previsões positivas para as eleições do dia 14 de setembro 1887, acreditando que, apesar de todos os artifícios legais e ilegais dos donos do poder, Nabuco sairia vencedor, “não valendo de nada o consórcio dos ratos (conservadores) e leões (liberais)” contra os abolicionistas.

¹⁵³¹ **HDBN:** *A apresentação do Sr. Joaquim Nabuco ao eleitorado do 1º Distrito*. Diário de Pernambuco. 31 de agosto de 1887. Nº198. p.2; Diário de Pernambuco. 1 de setembro de 1887. Nº199. p.3; Diário de Pernambuco. 6 de setembro de 1887. Nº203. p.4.

¹⁵³² **HDBN:** *A explicação do Sr. Nabuco*. Diário de Pernambuco. 10 de setembro de 1887. Nº206. p.3. Afirmavam os conservadores: “É o governo quem especula com a desordem, mas é o Sr. Nabuco e os seus que aconselham nas praças públicas e na imprensa que o povo se arme para que se vença a eleição de 14 de setembro!” O Manifesto do Sr. Joaquim Nabuco. **HDBN:** Diário de Pernambuco. 10 de setembro de 1887. Nº206. p.3. Chamaram os abolicionistas de amotinadores e turbulentos e acusaram eles de estarem convocando o povo a irem às ruas portando facas e cacetes para vencer as eleições. **HDBN:** 11 de setembro de 1887. Nº207. p.3. Procuravam trazer à tona os acontecimentos de São José em 1884, associando os abolicionistas à violência política e pedindo que seus eleitores, “negros e pobres” fossem às urnas rejeitar o “candidato forasteiro”, o “Gladstone Mirim.” **HDBN:** Diário de Pernambuco. 13 de setembro de 1887. Nº208. p.3.

¹⁵³³ Conseguimos acompanhar alguns relatos do jornal *A Província* que foram respondidos no *Jornal do Recife*. José Mariano acusou o Barão de Arariba de ter escravos matriculados e adquiridos ilegalmente, como no caso de Marciano, que foi libertado pelo Barão, pois seus advogados o aconselharam a fazer isso devido a propriedade não poder ser provada de forma legítima. Mariano também o acusava de comprar votos para os conservadores. **HDBN:** *Jornal do Recife*. 3 de setembro de 1887. Nº200. p.2. **CEPE Digital.** Lanterna Mágica. 10 de setembro de 1887 Nº200. p.5.

Imagem 36: O Barão de Arariba vendendo seu voto a Cotegipe.



Fonte: CEPE Digital: Lanterna Mágica. 10 de setembro de 1887 N°200. p.4.

Ambos os grupos demonstravam estar cientes da importância do voto do eleitorado negro e da participação da população negra sem direitos políticos para a vitória do candidato abolicionista. Os republicanos e os abolicionistas liberais convocavam-nos a irem às urnas e as ruas para representar a abolição, o cristianismo, a civilização, defendendo-os de possíveis ataques racistas vinculados ao candidato do governo, procurando relacionar constantemente Portella à escravidão. Já os opositores de Nabuco, procuravam manchar sua imagem com a população negra, afirmando que todo o seu discurso abolicionista não passava de retórica para conquistar o poder e que ele não cumpriria suas promessas, requerendo o auxílio da população somente quando precisava de votos. Segundo eles, Nabuco não se preocupava com as consequências da abolição, cogitando até mesmo enviar a população negra para fora do Brasil, acusavam-no de representar os interesses estrangeiros dos ingleses, não os interesses dos nacionais.¹⁵³⁴

¹⁵³⁴ Os escravocratas acusavam também *A Província*, José Mariano, Joaquim Nabuco e a imprensa republicana de convocar o povo às armas, como fez em 1884. **HDBN**: Jornal do Recife. 13 de setembro de 1887. N°207. p.2. **HDBN**: A eleição e os candidatos. Diário de Pernambuco. 1 de setembro de 1887. N°199. p.3; Diário de Pernambuco. 10 de setembro de 1887. N°206. p.4.

Imagem 37: “Consórcio Hybrido. Um leão e um rato!”



Fonte: CEPE Digital: Lanterna Mágica 10 de setembro de 1887 Nº200. p.4 Os republicanos ilustraram a união entre liberais e conservadores, representados como um rato (guabiru) e um leão, que se utilizavam da Coluna Liberal no Jornal do Recife para fazer campanha a favor de Portella.

Antes das eleições, no dia 07 de setembro de 1887, o *Centro Republicano* organizou um Congresso com a presença de Martins Júnior, Albino Meira de Vasconcellos, Martiniano Veras, Pinto Pessoa e, o ainda acadêmico, Nilo Peçanha, que manifestou sua indignação com o governo monárquico e sua conivência com a escravidão.

Nas palavras de Peçanha, a monarquia era o regime que “reduzia pessoas livres à escravidão”, protestando também contra a proibição de se organizarem meetings republicanos e abolicionistas.¹⁵³⁵ Tratando-se das eleições do dia 14 de setembro, o *Centro Republicano de Pernambuco*, após receber um telegrama de Saldanha Marinho, afirmou não poder apresentar Nabuco como candidato oficial, “em vista de suas opiniões monárquicas, mas atendendo-se que também é uma aspiração republicana a extinção da escravidão no Brasil” aconselhou aos eleitores republicanos do 1º Distrito a votarem no “chefe abolicionista”.¹⁵³⁶

¹⁵³⁵ **HDBN:** Jornal do Recife. 10 de setembro de 1887. Nº205. p.2.

¹⁵³⁶ Assinaram esta moção: Martins Júnior, Nilo Peçanha, Martiniano Veras, Dr. Pinto Pessoa e Dr. Albino Meira. **HDBN:** Jornal do Recife. 11 de setembro de 1887. Nº206. p.1. Segundo Flávia Braga, apesar de apoiar Nabuco, o Centro Republicano lançou a candidatura de Balthazar da Silveira. BRAGA, Flávia Bruna Ribeiro da Silva. “DITADURA”, ABOLIÇÃO E REPÚBLICA. **Op. Cit.** p.151.

Imagem 38: Eleições do dia 14 de setembro de 1887.



Fonte: CEPE Digital: Lanterna Mágica. 10 de setembro de 1887 N°200. p.7. De um lado, o Barão de Arariba, do outro, o Conselheiro Machado Portella representando a Coluna Liberal do Jornal do Recife. Ao fundo, eleitores brancos e negros correndo e carregando a chapa com o nome de Joaquim Nabuco.

O *Anti-Rebate* abriu sua edição, no dia 17 de setembro de 1887, com o título: *Apotheose ao eloquente orador e chefe abolicionista Dr. Joaquim A. Nabuco de Araújo pela esplêndida vitória de 14 de setembro de 1887.*¹⁵³⁷ Apesar de toda chicana e cabala política do candidato conservador e dos liberais escravocratas, Nabuco foi eleito com 1.407 votos, enquanto Portella obteve 1.270, uma diferença significativa à época, tendo em vista o pequeno número de eleitores no Império e o fato de estar disputando contra um Ministro de Cotegeipe.¹⁵³⁸ A confirmação da opinião pública abolicionista nas urnas foi uma grande vitória, política e moral, para o movimento contra o Governo escravocrata, tendo ambos os lados deixado patente que o auxílio dos cupins, tanto da base quanto do topo, foi crucial para a vitória de Nabuco.¹⁵³⁹

A partir da análise dos artigos e das ilustrações publicadas naquelas folhas, entendemos que a participação da população negra, livre e liberta pobre e também escravizada, associadas ou não ao *Clube do Cupim*, foi crucial para a vitória de Nabuco contra um Ministro do Império em 1887. A sensação do momento era a de uma grande vitória popular contra os interesses da

¹⁵³⁷ CEPE Digital. *Anti-Rebate*. 17 de setembro de 1887. N°12. p.1.

¹⁵³⁸ NABUCO, José Thomaz. *O Arresto do Windhuk*. **Op. Cit.** p.91.

¹⁵³⁹ *A Província*, em sua edição de 03 de junho de 1888, ao tratar da vitória de Nabuco em 1887, disse que este não foi eleito, mas antes guerreado pela aristocracia que dominava o Partido Liberal, sendo o seu mandato conferido pela parte democrática do partido e pelas classes pobres e sofredores. Reconhecia e atribuía-se a Nabuco e Mariano a representação das classes pobres e sofredoras de Pernambuco, todavia, ao mesmo tempo os liberais dissidentes reconheciam a importância daquela parcela da população na vitória do candidato abolicionista. GOUVÊA, Fernando da Cruz. *Abolição: A liberdade veio do Norte*. **Op. Cit.** p.233.

elite escravocrata.¹⁵⁴⁰ Para tanto, precisamos evidenciar ao leitor as duas justificativas que atestam esses nossos argumentos.

Primeiramente, Nabuco não estava no Brasil, quando da abertura da disputa, estava na Europa¹⁵⁴¹, portanto, sua campanha não foi iniciada por ele, mas pelos seus amigos republicanos e liberais dissidentes, Antônio Carlos, José Mariano, Costa Ribeiro, João Ramos, Numa Pompílio, Barros Sobrinho, Aníbal Falcão, Martins Júnior, entre outros.¹⁵⁴² As lideranças abolicionistas em Pernambuco novamente se moveram para lançar Nabuco à Câmara dos Deputados. Naquele mesmo ano, quando da visita do escritor português Ramalho Ortigão a Pernambuco, Joaquim Nabuco reconheceu a ação dos seus amigos, apresentando ao escritor alguns líderes do movimento abolicionista, como Antônio Carlos e Gomes de Mattos, “dois homens que não medem sacrifícios a ideia abolicionista, e ao primeiro dos quais eu devo aclamar acima de qualquer outro, acima mesmo de José Mariano.” Apesar de ter conhecido estes dois abolicionistas, Ortigão não conheceu João Ramos,

cujo nome, enquanto houver escravos em Pernambuco, é melhor deixar na sombra modesta em que ele o quer manter, mas cuja biografia por isso mesmo será ainda mais brilhante no dia em que se puder escrever a história da barcaça pernambucana, como se pode escrever a da jangada cearense.¹⁵⁴³

Nabuco reconheceu que o Cupim lhe ajudou a alcançar o posto de deputado naquele ano. Citou Antônio Carlos como seu principal cabo eleitoral e João Ramos como um homem modesto e receoso, principal líder do movimento da barcaça pernambucana.¹⁵⁴⁴ Apesar das

¹⁵⁴⁰ Certa vez, nas eleições de 2022, devido a ascensão da violência política legitimada por parte do candidato do Partido Liberal, e impretada pelos seus seguidores, ouvi uma tia minha falar que ele “queria ganhar as eleições na capoeira”. Quando perguntei a ela quando e onde ela tinha ouvido isso pela primeira vez, sua resposta foi, “era assim que os antigos falavam quando eu era pequena”. Minha tia tinha 56 anos. Não encontrei nenhuma referência a esse “ditado popular”. Todavia, achei interessante sua fala num cenário de evidente violência política por parte do candidato da situação, que estava em segundo lugar nas pesquisas e que havia perdido o primeiro turno das eleições de 2022.

¹⁵⁴¹ Nabuco chegou no dia 23 de agosto de 1887, faltando menos de um mês para a eleição. **HDBN**: Diário de Pernambuco. 24 de agosto de 1887. Nº192. p.2 Segundo os redatores do Anti-Rebate mais de mil pessoas de todas as classes acompanharam o desembarque de Joaquim Nabuco dia 23 de agosto de 1887. Torciam e apoiavam a candidatura do liberal contra Portella. **CEPE Digital**: Anti-Rebate: Semanário Abolicionista e Republicano. 27 de agosto de 1887. Nº9. p.1.

¹⁵⁴² Uma nova Prhase do Sr. Nabuco. Alguns eleitores liberais foram na folha conservadora, Diário de Pernambuco, acusar Joaquim Nabuco de se converter ao republicanismo ao procurar dividir o partido liberal e promover a ascensão de um novo partido liberal e progressista em Pernambuco. Acusavam Nabuco de traição contra os próprios chefes do partido liberal de Pernambuco. **HDBN**: Diário de Pernambuco. 31 de agosto de 1887. Nº198. p.2.

¹⁵⁴³ **HDBN**: O Paiz. 3 de dezembro de 1887. Nº1154. P.1

¹⁵⁴⁴ Quando em 27 de abril de 1889, Antônio Carlos visitou o Rio de Janeiro, a imprensa fluminense o cumprimentou como um do mais notável e destemido chefe do abolicionismo em Pernambuco. Também citaram o fato de que ele, juntamente com Mariano e João Ramos, “sustentou a mais formidável batalha elitoral contra a escravidão, trabalhando pela eleição de Joaquim Nabuco, em oposição ao Ministro do Império”. **HDBN**: Diário de notícias. (RJ) 27 de abril de 1889. Nº1413. p.1

perseguições do Ministério Cotegepe, que ainda gerava receios, o movimento das barcaças já havia se tornado o principal meio de lutar contra os interesses dos escravocratas em Pernambuco.¹⁵⁴⁵

A segunda justificativa é que, sem o apoio das ruas, os conservadores, que controlavam os aparatos burocráticos e policiais naquele momento e contavam também com o apoio das lideranças liberais escravocratas contra o candidato abolicionista, talvez tivessem conseguido vencer as eleições. Utilizando-se da violência estatal e das chicanas eleitorais tão denunciadas pela imprensa republicana-abolicionista, os escravocratas até tentaram conter a crescente abolicionista, mas falharam.¹⁵⁴⁶ Foi uma eleição difícil de ser vencida. Nabuco não contou com o apoio do próprio partido, que apoiou o seu adversário, entendendo ele que poderia contar somente com o apoio dos republicanos, dos liberais dissidentes e das classes populares.¹⁵⁴⁷ Devido as circunstâncias, assim que chegou em Pernambuco, o candidato abolicionista fez uma campanha bastante diferente das anteriores que disputou entre 1878 e 1886. Foi não somente às ruas, mas as casas dos eleitores, bateu de porta em porta, viu e ouviu a miséria e os problemas das pessoas com os próprios olhos e ouvidos.

¹⁵⁴⁵ Os próprios conservadores publicaram em 14 de outubro de 1887 um artigo com o título *Cabala Eleitoral*, informando sobre uma viagem de José Mariano a Limoeiro. Nesta o político foi acompanhado pelos seus amigos do Club do Cupim, segundo o redator, que haviam ajudado o seu líder a vencer as eleições de 14 de setembro de 1887. Associando José Mariano e o Club do Cupim à população negra de Limoeiro, o redator, em tom irônico, disse que ao proferir sua conferência no lugar, José Mariano foi chamado pelo povo de zambiapungo, “uma espécie de rei do Congo”. **HDBN**: Diário de Pernambuco. 14 de outubro de 1888. Nº235. p.2.

¹⁵⁴⁶ Antes das eleições houve uma dispersão de um meeting abolicionista em Afogados no dia 04 de setembro, que, segundo os republicanos, foi impetrado pelas forças públicas com muita selvageria. Ao criticarem a ação violenta da polícia no dia 4 afirmaram que, “o escravo quando é castigado injustamente reage contra o senhor, porém os livres, os leões do Norte, apanham injustamente, pelo simples fato de não votarem no governo, e retiram-se dizendo: tenho muita honra em ser pernambucano!” Na mesma edição eles fizeram troça dos cabos eleitorais conservadores com a poesia intitulada “Receios”: “Poesia recitada pelo Samico na presença do Juca, chefe da Imperial freguesia de São José”. A poesia faz referência as ilegalidades cometidas pelos conservadores para alcançar a vitória nas eleições. “A cousa não está boa, fique certo, assim, Juca, me diz o coração: O que será de nós e da política se Nabuco triunfar nesta eleição? Como não ficará o nosso chefe, sem a sua cadeira e o seu fardão? O que não dirá de nós o Cotegepe, se perdemos, meu Juca, a eleição? Se Nabuco for eleito, que desgraça! Perdidos ficaremos e sem valor: você perderá todo o prestígio, por certo não serei comendador! Ando, sim desconfiado, não é medo, um homem como eu não tem pavor; o que sinto na barriga, meu amigo, não é medo, fique certo, é rancor. Toda, toda prevenção é inda pouca, devemos dobrar nossa cabala, o triunfo há de ser do conselheiro, embora custe ele muita bala! A coisa não está boa, fique certo, tenho sérios receios da eleição: Para nossa garantia e do ministro, é bom que requisite um batalhão.” **CEPE Digital**: Lanterna Mágica. 10 de setembro de 1887 Nº200. p.1-3. Os conservadores, por meio do Diário de Pernambuco, defenderam-se das acusações de violência dizendo que os liberais dissidentes procuravam se aproveitar instigar violências públicas, pois desobedeceram a ordem de dispersão da autoridade policial, com o fim de desestabilizar a imagem do candidato conservador para prejudicá-lo no pleito do dia 14. **HDBN**: Diário de Pernambuco. 7 de setembro de 1887. Nº204. p.3.

¹⁵⁴⁷ Quando Antônio Carlos viajou ao Rio de Janeiro, no começo de 1889, seus amigos republicanos elogiaram o homem que foi um “dos mais extremos chefes do movimento abolicionista do Recife – companheiro de José Mariano, Nabuco, João Ramos, Barros Sobrinho e outros”. Segundo os redatores da Revista Ilustrada a participação de Antônio Carlos, nas eleições de 1884, 1885 e 1887, foi crucial, sendo ele o “organizador da vitória”. Enquanto José Mariano organizou o movimento popular, Antônio Carlos organizou o trabalho subterrâneo, “duas forças que produziram as eleições estrondosas de Joaquim Nabuco, no 5º Distrito e a 14 de setembro. Provavelmente ao falarem desta ação subterrânea. **HDBN**: Revista Ilustrada. 2 de fevereiro de 1889. Nº534. p.3

Esta atitude mudou a percepção do candidato abolicionista sobre os eleitores. Na eleição anterior, em janeiro de 1886, ao reclamar da sua depuração, com seu amigo, secretário da Anti-Slavery Society, Charles Allen¹⁵⁴⁸, Nabuco criticou o governo e o eleitorado, alegando que a maioria dos votos que obteve o candidato conservador foi devida à pressão do governo sobre os empregados públicos,

que formam uma grande parte do pequeno eleitorado desta cidade, e às promessas de emprego distribuídas profusamente entre as classes pobres do nosso povo, enquanto os grandes senhores de escravos obrigavam a todos aqueles que deles dependessem a votar contra mim; e os pretos, que são numerosos, não eram todos fieis a nossa causa e votaram em grande número pela bandeira da escravidão [...]¹⁵⁴⁹

Em 1887, ao visitar a casa de muitos destes eleitores pobres, em sua maioria homens negros, Nabuco alterou seu entendimento. Ao entrar “em contato direto com a parte mais necessitada da população”, percebeu que havia interesses políticos, mas que estes não correspondiam aos interesses escravocratas e sim aos cálculos sobre as necessidades imediatas de sobrevivência. Percebeu que votar no candidato conservador-escravocrata não significava ser favorável à escravidão, mas a própria sobrevivência. O candidato chegou a dissuadir alguns eleitores, como no caso de Jararaca, de votar nele para não perder seu emprego.

Jararaca tinha quatro filhos, uma esposa e ainda por cima estava cuidando de uma criança que fora abandonada na porta de sua casa. Empregado do Arsenal da Marinha, portava uma chapa de caixão - uma cédula marcada - que o obrigava a votar em Portella, caso contrário perderia seu emprego. Mesmo assim, Jararaca estava disposto a negociar o seu voto com Nabuco, caso este conseguisse contactar Floriano Peixoto.¹⁵⁵⁰ O homem mostrou que entendia muito bem como funcionava a sociedade do favor e, apesar de ter vontade de votar no candidato abolicionista, não poderia correr o risco de ver sua família passar fome, a não ser que alguém garantisse que seu sustento estivesse mantido.

Ao analisarmos o processo micropolítico em torno das campanhas eleitorais dos anos de 1884, de 1886 e 1887, percebemos que, apesar da historiografia ter destacado demais as

¹⁵⁴⁸ BETHELL, Leslie. CARVALHO, José Murilo de. Joaquim Nabuco e os abolicionistas britânicos. **Op. Cit.**

¹⁵⁴⁹ NABUCO, José Thomaz. O Arresto do Windhuk, **Op. Cit.** pp.79-80.

¹⁵⁵⁰ NABUCO, Joaquim. Minha formação. **Op. Cit.** p.209. Felipe Azevedo trabalha mais detalhadamente o caso de Jararaca, analisando a história e os interesses do eleitor baseado na Economia política do favor. SOUZA, Felipe Azevedo e. A participação política das classes populares em três movimentos. **Op. Cit.** pp. 36-40. O próprio Machado Portella escreveu um artigo no Diário de Pernambuco para se defender das acusações de haver demitido, removido ou obrigado qualquer empregado público de votar na sua pessoa. **HDBN**: Diário de Pernambuco. 30 de agosto de 1887. Nº192. p.5.

peessoas e a participação de Mariano e Nabuco,¹⁵⁵¹ nos bastidores da política, o *Clube do Cupim*, contando tanto com os seus membros de cima quanto com os de baixo, serviu como uma válvula propulsora, um trampolim para que estes tribunos pudessem assumir os seus mandatos abolicionistas, que, de fato, foram conquistados pelo “povo”: por pessoas livres, libertas e escravizadas. Os cupins ajudaram Nabuco e Mariano a conquistarem votos, a serem eleitos e, simultaneamente, continuaram com suas ações ousadas promovendo fugas e movimentando as ruas e as senzalas.¹⁵⁵²

A vitória reverberou de Norte a Sul do Império. José Correia do Amaral, ao parabenizar Nabuco pelo pleito conquistado, afirmou: “ainda bem que o povo pernambucano, esse herói sublime, soube mais uma vez vingar os brios da pátria, deitando por terra uma parte do ministério negreiro. Mil parabéns”.¹⁵⁵³ Afastado do cotidiano micropolítico de Pernambuco, Ângelo Agostini chegou a retratar a vitória de Nabuco na capa da *Revista Illustrada*, com a legenda: “Derby político-pernambucano: onde ficou demonstrado que em Pernambuco os bois da junta do coice não podem com um puro sangue!” Na imagem aparecem Mariano, na arquibancada, torcendo pelo seu amigo, Portella caído no chão derrotado e Nabuco vencendo a corrida contra a “junta do coice”, fazendo referência à coligação dos escravocratas liberais e conservadores em Pernambuco.¹⁵⁵⁴

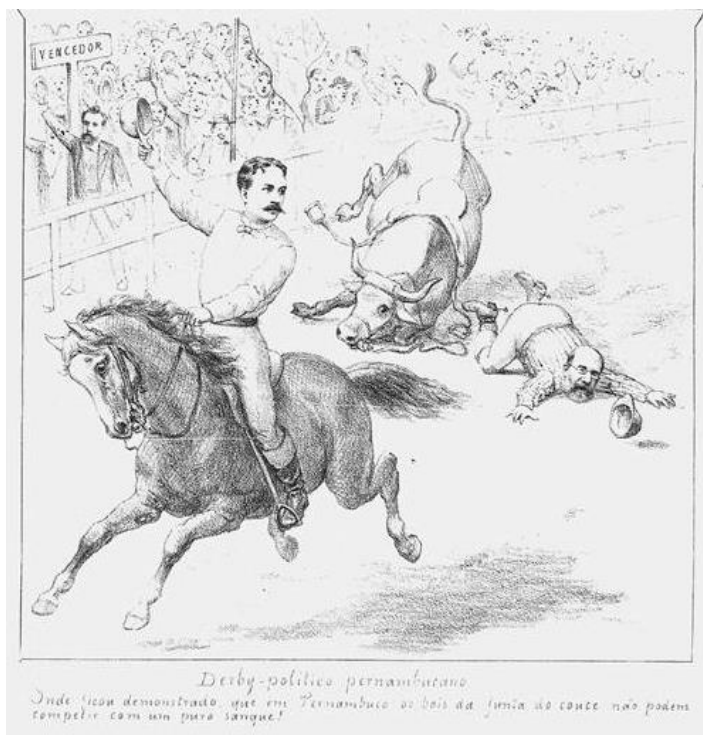
¹⁵⁵¹ Ver: CONRAD, Robert. Os últimos anos da escravatura no Brasil. **Op. Cit.** p.256. GOUVÊA, Fernando da Cruz. Abolição: A liberdade veio do Norte. **Op. Cit.** p.133. TOPLIN, Robert Brent. The Abolition of Slavery in Brazil. **Op. Cit.** HOFFNAGEL, Marc Jay. O PARTIDO LIBERAL. **Op. Cit.** COSTA, Emília Viotti da. Da Monarquia a República. **op. cit.**, 2008.

¹⁵⁵² Numa Pompílio escreveu a Joaquim Nabuco para relatar sobre o estado das coisas em Pernambuco, em julho de 1887, falando que o Clube do Cupim, liderado pelo Antônio Carlos, enfrentava os opositores políticos de Nabuco e Mariano. Segundo Pompílio, a presença de Joaquim Nabuco, que estava na Europa cobrindo a viagem do Imperador, na província seria indispensável para o agigantamento das ações de libertações. Ainda segundo ele, as ações dos cupins “convenceram” os senhores “mais emperrados” de que seria melhor libertarem os cativos, com cláusulas de prestação de serviços por dois anos, do que perderem de vez sua mão de obra. Avisou a Nabuco que espalhavam boatos em Pernambuco de que seus interesses estavam na Europa e não no Brasil, para sujar seu nome com o povo brasileiro, e que estavam fazendo o possível para convencer a sociedade pernambucana de que a volta de Nabuco era iminente para representar o abolicionismo na província. **FUNDAJ**. Correspondências de Joaquim Nabuco. Doc. 6778. Carta de Numa Pompílio a Joaquim Nabuco. Recife. 13 de julho de 1887.

¹⁵⁵³ **FUNDAJ**. Correspondências de Joaquim Nabuco. Doc. 6813. Carta de José Correia do Amaral a Joaquim Nabuco. Ceará, 20 de setembro de 1887.

¹⁵⁵⁴ **HDBN**: Revista Illustrada. 30 de setembro de 1887. N°466. p.4.

Imagem 39: “Derby Político Pernambucano.”



Fonte: HDBN. Revista Illustrada. 30 de setembro de 1887. Nº466. p.1.

A chegada de Nabuco no Rio de Janeiro, no dia 29 de setembro de 1887, transformou-se em mais um grande evento abolicionista. Apesar das reuniões estarem proibidas pelo Governo, das 9:00 às 11:00 horas da manhã, pelo menos cinco meetings reuniram algo em torno de 5.000 mil pessoas, que foram ouvir o eleito falar das janelas d’*O Paiz*, da *Cidade do Rio*, da *Revista Illustrada* e da *Escola Polytechnica*. O “sr. Marcial”, redator da *Revista Illustrada*, afirmou que a vitória de Nabuco, humilhante para Cotegipe e Portella, estava transformando os últimos emancipadores em abolicionistas, proclamando Pernambuco a “sentinela avançada da civilização no Brasil”.¹⁵⁵⁵

¹⁵⁵⁵ HDBN. Revista Illustrada. 30 de setembro de 1887. Nº466. p.4.

Imagem 40: Meeting de Nabuco, em 29 de setembro de 1887.



Fonte: HDBN. Revista Illustrada. 30 de setembro de 1887. Nº466. p.4.

Os republicanos, que escreviam na *Revista Illustrada*, analisaram que tanto João Alfredo quanto Antônio Prado, assim como outras lideranças – Saraiva, Taunay e Dantas - estavam dispostos a aprovar uma lei abolicionista que pudesse solucionar o problema da agitação social, todavia, argumentavam que Cotegipe protelava a situação e que, sem se preocupar com o cenário de desorganização da mão de obra, deixava a questão intocada, pelo menos por sete meses, já que o Parlamento entraria em recesso em outubro e só voltaria em abril de 1888.¹⁵⁵⁶ Os republicanos faziam referência aos projetos que foram apresentados, por deputados conservadores e liberais, que reconheciam no estado atual das coisas o clima de desorganização e desordem, afirmando que diversos parlamentares queriam resolver o problema.

De fato, antes da lei de 1888, diversos representantes do Império propuseram alternativas para a Abolição. Em 04 de maio de 1887, o deputado liberal Affonso Celso Júnior apresentou um projeto que visava libertar todos os escravos desde que servissem mais dois anos a seus ex-senhores. Em seu artigo 1º § 5º, o projeto dispunha:

§ 5º Os libertos, durante o período da prestação de serviços, têm direito a salário, além do vestuário, alimentação e tratamento em suas enfermidades. § 6º Os ex-senhores que não cumprirem as obrigações impostas no parágrafo antecedente perderão o direito aos ditos serviços. § 7º As taxas e rendas destinadas ao fundo de emancipação

¹⁵⁵⁶ **HDBN:** Revista Illustrada. 30 de setembro de 1887. Nº466. pp.2 e 4.

serão empregadas em estabelecimento do ensino profissional para os ingênuos e em asilos para os libertos valetudinários e inválidos.¹⁵⁵⁷

No mesmo dia, o conservador, Domingos José Nogueira Jaguaribe Filho apresentou um projeto propondo que os escravos que se achassem matriculados até 28 de setembro de 1887 fossem libertos com a condição de prestarem serviços por cinco anos,¹⁵⁵⁸ estabelecendo em seu artigo 4º que,

O governo criará no Império as colônias militares agrícolas necessárias, devendo estas colônias servir de preparo para divisão de lotes de terra, que serão vendidos em hasta pública, precedendo anúncios em dias determinados em cada ano.” “Parágrafo único. Os libertos, em virtude das Leis nos 2.040 e 3.270 de 28 de setembro de 1871 e 1885, que não tiverem contrato de locação de serviços, ou forem considerados vagabundos, serão enviados para tais colônias; devendo os seus salários ser pagos mensalmente.¹⁵⁵⁹

Em junho, o senador Dantas apresentou um *projeto de lei B*, propondo cessar a escravidão em 31 de dezembro de 1889. A proposta reconhecia, em seu artigo 1º parágrafo 1º, que, segundo a lei de 7 de novembro de 1831, a condição dos escravizados ainda existentes no Império era ilegal, pedindo também a liberdade para os ingênuos em seu parágrafo 2º. No terceiro parágrafo, o projeto procurou tratar da condição dos libertos após a consumação da lei, estabelecendo que,

O governo fundará colônias agrícolas para educação de ingênuos, e trabalho de libertos, a margem dos rios navegados, das estradas ou do litoral. Nos regulamentos para essas colônias, se proverá à conversão gradual do foreiro ou rendeiro do Estado em proprietário dos lotes de terra que utilizar a título de arrendamento.¹⁵⁶⁰

Este projeto tocava novamente no outro grande medo das classes agrícolas, a redistribuição das propriedades para a fundação de colônias agrícolas e a transformação dos libertos em rendeiros e foreiros. Tudo isso era considerado perigoso pelos “landlords”¹⁵⁶¹

¹⁵⁵⁷ Senado Federal. A Abolição no Parlamento. **Op. Cit.** p.444.

¹⁵⁵⁸ O referido projeto foi apresentado no dia 4 de maio e lido apenas no dia 23, não tendo sido levado em consideração pela câmara. **Idem.** pp.445-446.

¹⁵⁵⁸ **Idem.** p.446.

¹⁵⁵⁹ **Ibidem.**

¹⁵⁶⁰ O projeto foi assinado por: Dantas. – Afonso Celso. – G. S. Martills. – Franco de Sá. – J. R. de Lamare. – F. Otaviano. – C. de Oliveira. – Henrique d’Avila. – Lafayette Rodrigues Pereira. – Visconde de Pelotas. – Castro Carreira. – Silveira da Motta. – Inácio Martins e Lima Duarte. **Idem.** p.448.

¹⁵⁶¹ Landlord foi um termo cunhado por André Rebouças e muito utilizado na imprensa abolicionista por José do Patrocínio para se referir aos latifundiários brasileiros, principalmente aos que propunham o fim da escravidão somente após uma indenização. **HDBN:** Cidade do Rio (RJ). 07 de julho de 1888. Nº150. p.1; 10 de julho de 1888. Nº152. p.1; 13 de novembro de 1888. Nº255. p.1.

conservadores e liberais escravocratas, que tentavam depreciar a ideia associando-a ao “comunismo, ao socialismo e a anarquia”.¹⁵⁶²

O Senador Floriano de Godoy apresentou o *Projeto O*, em 24 de setembro de 1887, visando extinguir a escravidão e obrigar os libertos a prestarem serviços por mais três anos, impondo multa de 100\$000 mil réis e prisão de até 30 dias para os que saíssem do serviço sem a permissão dos seus ex senhores.¹⁵⁶³ No parágrafo 3º deste projeto conseguimos observar mais uma tentativa legal de frear o movimento de fugas em massa dos escravizados e de combater os abolicionistas,

§ 3º Todo o indivíduo que tentar aliciar os libertados para abandonar os serviços agrícolas, doméstico ou qualquer outro a que estiver obrigado em virtude desta lei, será processado pelo juiz municipal do respectivo termo, com recurso para o juiz de direito, devendo-lhe ser imposta a multa de 500\$ até 1000\$ e pena de prisão de 30 a 60 dias, observando-se o processo estabelecido no art. 128 do reg. nº 120 de 31 de janeiro de 1842.¹⁵⁶⁴

Ainda em setembro, o Senador Escragnolle Taunay apresentou ao Senado um projeto de lei pedindo o fim da escravidão para o dia 25 de dezembro de 1889, com a obrigação dos libertos, de estabelecimentos agrícolas, trabalharem mais um ano, ou seja, até 25 de dezembro de 1890.¹⁵⁶⁵

Como podemos observar, estas propostas, apresentadas em 1887, não visavam o fim imediato e sem indenização da escravidão, como ocorreria no ano seguinte, antes mesmo do que os parlamentares mais envolvidos com a causa esperavam. Todavia, alguns como o de Dantas e Taunay, também discutiam outros pontos que não foram levados em consideração na lei do 13 de maio, como “a criação de colônias agrícolas para educação dos ingênuos e para trabalho dos libertos, à margem dos rios navegados, das estradas ou do litoral”¹⁵⁶⁶, medida necessária à inclusão dos trabalhadores que foi totalmente rejeitada pelo projeto Conservador formulado por Rodrigo Silva e João Alfredo em 1888.

Na sua última fala, antes do recesso parlamentar, Cotegipe resumiu suas intenções em assegurar a propriedade privada e a obediência à lei de 1885, acusando os abolicionistas de insuflarem, por meio de propaganda ilegal, as fugas em massas e os crimes que os escravizados

¹⁵⁶² Idem. p.64. HOFFNAGEL, Marc Jay. O PARTIDO LIBERAL DE PERNAMBUCO. **Op. Cit.** p.18. CONRAD, Robert. Os últimos anos de escravatura no Brasil. **Op. Cit.** pp.260-263. ALONSO, Angela. Flores, Votos e Balas. **Op. Cit.** pp.242-243. TEIXEIRA, Francisco Carlos, "Terra e política no Rio de Janeiro na época da abolição". **Op. Cit.** pp 61-83.

¹⁵⁶³ Senado Federal. A Abolição no Parlamento. **Op. Cit.** pp. 448-449.

¹⁵⁶⁴ Idem. Ibidem.

¹⁵⁶⁵ Idem. p.450.

¹⁵⁶⁶ Ibidem.

estavam praticando contra os senhores nas fazendas.¹⁵⁶⁷ Enquanto o movimento de fugas em massa dos escravizados e a desobediência civil recrudescia, o Governo nada fazia e os abolicionistas, principalmente os republicanos, aproveitavam-se para acusá-lo de negligenciar a principal questão do Brasil naquele momento, incluindo em suas críticas, o abandono dos senhores de escravos pela monarquia e a desmoralização que as forças armadas vinham sofrendo ao serem colocadas no encalço dos escravos fugidos.

Imagem 41: Fuga em massa dos escravos.



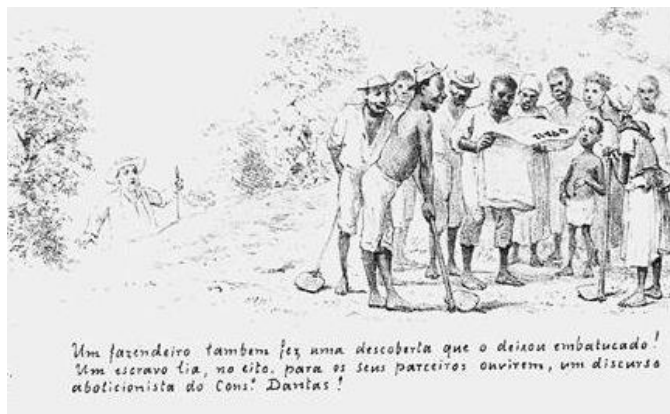
Fonte: HDBN. Revista Illustrada. 30 de setembro de 1887. Nº466. p.4.

O grau de politização dos escravizados naquele momento da luta e suas estratégias foram apontados pelos abolicionistas, que indicaram a ciência dos primeiros sobre as condições do país. Os cativos sabiam o que estava acontecendo a partir das conversas entre eles, da leitura coletiva das folhas, dos discursos abolicionistas, mas, principalmente através das ações dos seus pares. Acreditamos que o convencimento, para prosseguirem com as fugas coletivas, partia muitas vezes deles mesmos. Estas pessoas tomaram para si, de uma vez por todas, as rédeas do processo, pressionando as autoridades e a opinião públicas por uma “solução” que não poderia mais esperar.¹⁵⁶⁸

¹⁵⁶⁷ **HDBN:** Revista Illustrada, 22 de outubro de 1887. Nº468. pp. 2 e 4. **HDBN:** Diário de Pernambuco, 28 de setembro de 1887. Nº221. p.8.

¹⁵⁶⁸ **HDBN:** Revista Illustrada, 15 de outubro de 1887. Nº467. p.4 e 22 de outubro de 1887. Nº468. p.4.

Imagem 42: Um escravizado lendo uma edição do jornal *O Paiz* com seus companheiros.



Fonte: HDBN. Revista Illustrada. 15 de outubro de 1887. Nº467. p.4.

A pedra da abolição deslanchou de vez no final de 1887 e, dia após dia, os escravos fugiam em massa das regiões agrícolas mais renitentes de São Paulo, Minas e do Rio de Janeiro. Segundo Seymour Drescher, as fugas coletivas no Brasil, entre 1886-1888, foram mais intensas do que nos Estados Unidos antes de 1865. De Norte a Sul do Império, os escravos migravam das zonas urbanas e rurais escravistas para os territórios livres. Plantações inteiras foram abandonadas simultaneamente naqueles anos.¹⁵⁶⁹

Um dos casos, que mais transtornou a opinião pública, começou com uma fuga em massa de aproximadamente 150 escravizados, em 15 de outubro de 1887.¹⁵⁷⁰ Liderados por um liberto chamado Pio¹⁵⁷¹, diversas pessoas fugiram de Capivary, passando por Salto de Itú, rumando algumas para São Paulo e outras para o quilombo do Jabaquara, liderado por Quintino de Lacerda e para o de Pai Felipe, ambos em Santos. O acontecimento foi retratado e instrumentalizado pelos republicanos-abolicionistas como uma *greve de escravizados* que procuravam a liberdade, “uma força que poder algum poderia conter.”¹⁵⁷²

No meio do caminho, em Itú, os fugitivos foram atacados por uma tropa de linha de 10 praças de polícia e, segundo relatos, estes foram despidos e castigados com chibatadas, ficando

¹⁵⁶⁹ DRESCHER, Seymour. A ABOLIÇÃO BRASILEIRA EM PERSPECTIVA COMPARATIVA. **Op. Cit.** p.150. Segundo afirmaram já outros autores, os cativos aderiram à campanha abolicionista, da década de 1880, com entusiasmo crescente e passaram a fugir em massa, numa escala nunca antes registrada na História do Brasil. SILVA, Eduardo, “Domingo, dia 13: o Underground Abolicionista. **Op. Cit.** pp.32-34. TOPLIN, Robert Brent. The Abolition of Slavery in Brazil. **Op. Cit.** ver capítulo 9. CONRAD, Robert. Os Últimos Anos da Escravatura no Brasil. **Op. Cit.** Ver capítulo 15.

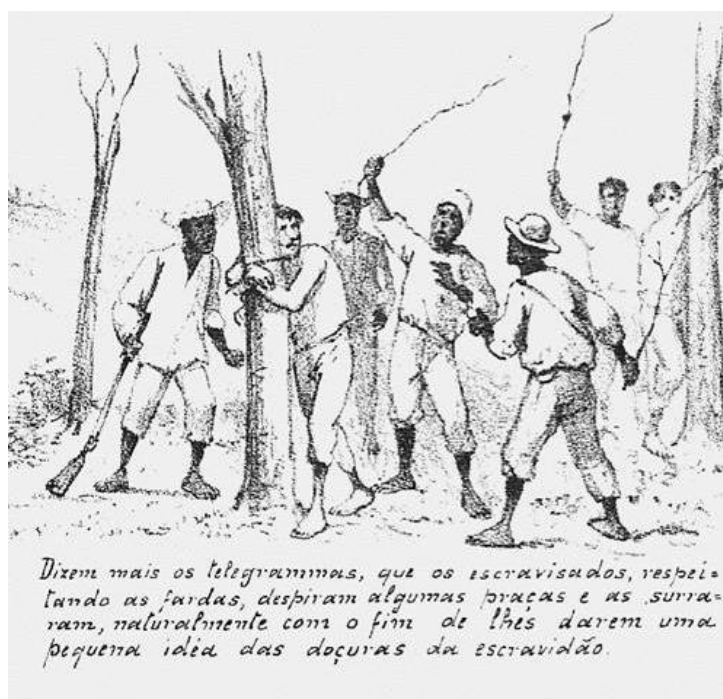
¹⁵⁷⁰ Alguns relatos falam em 60 escravizados, outros 150 e até em 400 refugiados. Provavelmente, os fugitivos, que saíram de Capivary, foram convencendo outras pessoas a seguirem com eles rumo ao quilombo do Jabaquara, ao de Pai Felipe em Santos e a São Paulo. **HDBN: Revolta de escravos.** Diário Popular (SP). 18 de outubro de 1887. p.2.

¹⁵⁷¹ MACHADO, Maria Helena. O Plano e o Pânico... **Op. Cit.** p.231.

¹⁵⁷² **HDBN: Revolta de escravos.** Diário Popular (SP). 18 de outubro de 1887. p.2.

três deles gravemente feridos.¹⁵⁷³ Apesar de atravessarem Itu “sem praticar violências alguma”, algo digno “de exércitos civilizados, respeitando a propriedade particular”¹⁵⁷⁴ como defendeu Rui Barbosa e Luís Anselmo da Fonseca. As autoridades mandaram de São Paulo mais 20 praças de cavalaria ao encontro dos refugiados.¹⁵⁷⁵ Ao se encontrarem em Santo Amaro houve conflito, mas, esta tropa também foi rechaçada, pelo menos um soldado e alguns fugitivos morreram, inclusive o líder Pio. Este ataque conseguiu fazer com que o grupo se dispersasse, rumando para as matas do Cubatão e para Santos.¹⁵⁷⁶

Imagem 43: Escravos fugidos castigando soldados da polícia.



Fonte: HDBN. Revista Illustrada. 22 de outubro de 1887. N° 468. p.4.

¹⁵⁷³ **Idem.**

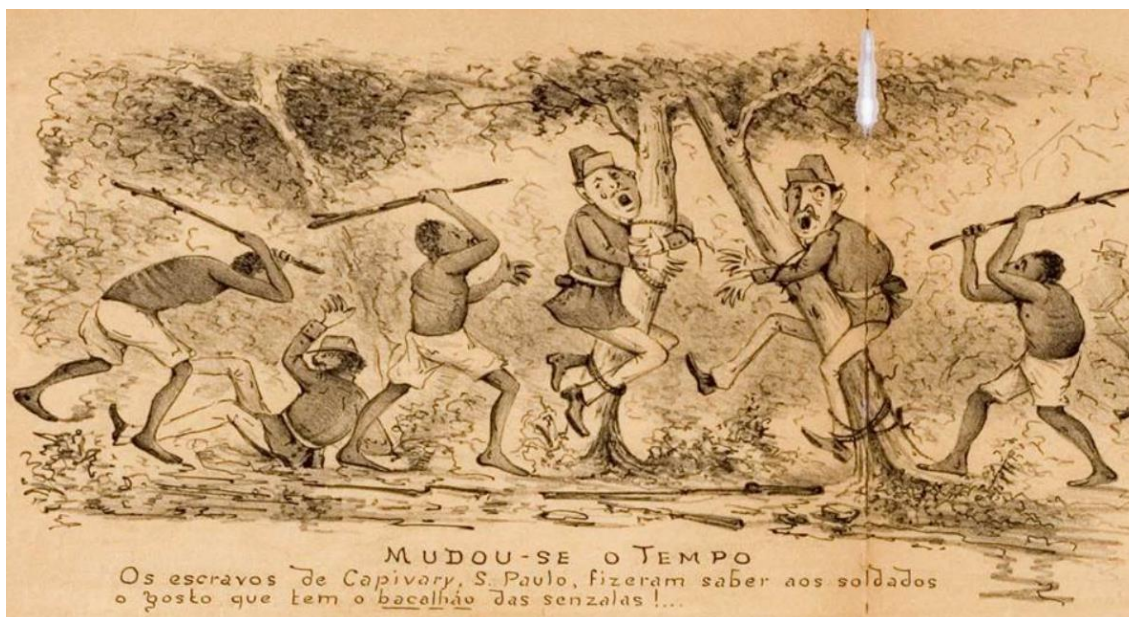
¹⁵⁷⁴ BARBOSA, Ruy. **O anno politico de 1887.** Rio de Janeiro: Typ. da Gazeta de Noticias. 1888. pp.108-109. Disponível em <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/222311> acessado em 15 de setembro de 2020 às 14:11.

FONSECA. Anselmo Luís. A Escravidão, o Clero e o Abolicionismo. **Op.Cit.** pp. 603-604.

¹⁵⁷⁵ **HDBN: Revolta de escravos.** Diário Popular (SP). 18 de outubro de 1887. p.2.

¹⁵⁷⁶ MACHADO, Maria Helena. O Plano e o Pânico. **Op. Cit.** p.231.

Imagem 44: Escravos castigando a polícia.



Fonte: CEPE Digital. Lanterna Mágica. 30 de outubro de 1887. Nº200. p.4.

Imagem 45: Conflito entre a cavalaria e os escravos fugidos



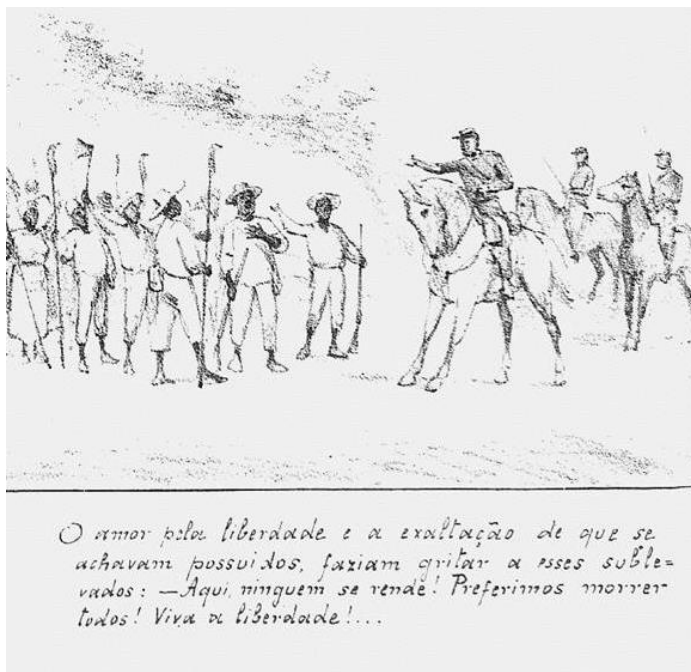
Fonte: Revista Illustrada. 22 de outubro de 1887. Nº 468. p.4.

Segundo informações transmitidas pelo jornal *A Província de São Paulo*, os escravos estavam armados de revólveres, espingardas e foices e eram dirigidos por dois indivíduos de cor branca.¹⁵⁷⁷ Ao chegarem na cidade de Cotia fizeram um grande meeting dando “vivas a liberdade”. Novos confrontos aconteceram e, ao voltar a Santo Amaro, a polícia viu um grupo

¹⁵⁷⁷ **HDBN:** Diário de Pernambuco. 30 de outubro de 1887. Nº249. p. 2. Segundo Marial Helena Machado a participação de estrangeiros, homens livres, brancos e negros pobres, nas fugas de escravos organizadas em São Paulo causou uma tensão ainda maior nos senhores de escravos. MACHADO, Maria Helena. O Plano e o Pânico. **Op. Cit.** pp.229-232. Para Drescher, a população livre do Brasil fez mais do que recusar-se a desculpar a violência dos fazendeiros e tolerar a formação de guetos livres nas periferias. Os não-proprietários de escravos agiram como emissários na zona rural, encorajando fugas em larga escala, tornando impossível que os senhores de escravos e seus prepostos pudessem resistir pelo policiamento comum ou pelos métodos de patrulha. DRESCHER, Seymour. A ABOLIÇÃO BRASILEIRA EM PERSPECTIVA COMPARATIVA. **Op. Cit.** p.153.

de 40 negros e negras armados atravessarem a vila sem causar distúrbios. Quando os escravizados se depararem com a cavalaria novamente gritaram “Liberdade ou morte! Viva a liberdade! Aqui ninguém se rende preferimos morrer todos!”¹⁵⁷⁸

Imagem 46: O amor pela liberdade.



Fonte: Revista Ilustrada. 22 de outubro de 1887. Nº 468. p.4.

A intenção dos fugitivos, que não aparece nas folhas dos jornais, era forçar os senhores a respeitarem suas demandas. Procuravam conquistar para além de liberdade, salários, terras, moradia, entre outras coisas que faziam parte dos seus cálculos de vida. Segundo o relatório que Rodrigues Alves, presidente da província de São Paulo à época, escreveu, vários fazendeiros de Itu, Capivary e Piracicaba informaram que estavam sendo intimados pelos próprios escravizados a passarem cartas de liberdade e a pagarem salários.¹⁵⁷⁹ Como observou Célia Azevedo, Rodrigues Alves reconheceu que as fugas em massa estavam alterando as políticas senhoriais no interior da Província, deixando claro que os escravizados aceleravam o processo abolicionista na prática.¹⁵⁸⁰

¹⁵⁷⁸ HDBN: Diário de Pernambuco, 30 de outubro de 1887. Nº249. p.2.

¹⁵⁷⁹ Relatório apresentado ao Ilmo Sr. Dr. Francisco de Paula Rodrigues Alves, Presidente da Província de São Paulo pelo Chefe de Polícia interino, o Juiz de Direito Salvador Antônio Moniz Barreto de Aragão, 1887. Anexo ao Relatório apresentado à Assembleia Legislativa da Província de São Paulo pelo Presidente da Província Exmo Sr. Dr. Francisco de Paula Rodrigues Alves em 10 de janeiro de 1888. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/1032/index.html> acessado em 22 de julho de 2021 às 15:31.

¹⁵⁸⁰ AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. Onda Negra, Medo Branco. Op. Cit. pp.208-209.

Outro grande senhor de terras e escravos, Antônio Prado, já havia abandonado o seu cargo ministerial no Gabinete Cotegepe em maio de 1887, tirando o veto de São Paulo à Abolição.¹⁵⁸¹ A província, que no ano de 1886 viu desembarcar 9.500 imigrantes, em 1887 recebeu 32 mil e no ano de 1888 recepcionou 92 mil, na maior parte trabalhadores para as lavouras.¹⁵⁸² Pressionados pelas fugas em massa, os fazendeiros paulistas iniciaram o processo das alforrias coletivas, libertando seus escravos geralmente com a condição de servi-los por mais um ou dois anos. Neste mesmo período, como podemos observar, incentivaram à vinda de imigrantes e buscaram recursos, junto ao Governo Imperial e Provincial, para trazerem trabalhadores europeus, muitos dos quais substituiriam a mão de obra liberta. Esta prática dos proprietários paulistas pode muito bem ser interpretada como uma vingança dos fazendeiros aos movimentos grevistas e às fugas em massa dos escravizados naqueles anos, uma espécie de revanche contra a abolição forçada pelos cativos.¹⁵⁸³

Enquanto em São Paulo, os escravizados de Capivary planejavam sua epopeia, um articulista do Vinte e cinco de março reconhecia e defendia que a onda de manumissões que acontecia em Pernambuco era devida à atuação do Clube do Cupim e dos próprios escravizados. Segundo ele,

Quase diariamente A Província [...] registra centenas de manumissões, que, apesar de serem em grande parte condicionadas por prazo, representam hercúlea vitória da ativíssima propaganda iniciada pelo Clube do Cupim. [...] ou os emperrados proprietários procedem assim e têm garantia de trabalho de seus escravos por mais

¹⁵⁸¹ A questão das fugas em massa em São Paulo também foi parar na Câmara Alta, tendo sido amplamente discutida do Senado por Antônio Prado, Dantas e Cotegepe. Prado afirmou que o governo da Província e os senhores de escravos estavam reunindo forças para trazer de volta os escravos aquilombados em Santos. Segundo ele, as manumissões em massa deviam ser entendidas como um sentimento de generosidade e da humanidade dos senhores de escravos, sendo ilusória a ideia de que estas libertações eram forçadas pela propaganda dos anarquistas e pela agitação pública. Em sua visão, os senhores emancipadores de São Paulo estavam tratando da transição do trabalho escravo para o livre da maneira correta, convencidos da superioridade do trabalho livre e não vencidos pelas circunstâncias. Todavia, pediu apoio ao governo para que medidas mais urgentes fossem aprovadas, não se limitando a lei dos sexagenários, chegando a afirmar que caso a Província não fosse auxiliada pelo Governo a bancada paulista retiraria o “fraco apoio” ao Gabinete. Na mesma sessão, Cotegepe reconheceu que os fazendeiros alforriavam seus escravos por coação da “propaganda anarquista”. Para ele, “não se pode[ria] negar que a propaganda subterrânea tem sido a causa da desorganização do trabalho.” **HDBN: Gazeta da Tarde (RJ)**. 15 de junho de 1887. Nº135. p.2. Nº214. p.2; **Gazeta de Notícias (RJ)** 14 de setembro de 1887. Nº257. p.1. **Correio Paulistano (SP)** 11 de janeiro de 1888. Nº9408. p.1. **O Paiz. (RJ)** 19 de outubro de 1887. Nº 1109. p.1. **HDBN: Jornal do Recife**. 20 de setembro de 1887. Nº213. p.1. KOWARICK. Lúcio. **TRABALHO E VADIAGEM: A origem do trabalho livre no Brasil**. Brasiliense, São Paulo, 1987. GORENDER. Jacob. *A escravidão reabilitada*. **Op. Cit.** pp.199-200.

¹⁵⁸² SCHULZ, John. *A crise financeira da Abolição*. **Op.Cit.** pp.141 e 145-146.

¹⁵⁸³ As entradas de imigrantes pelo porto de Santos aumentaram bastante a partir de abril de 1888. Entraram neste mês, pelo porto de Santos, 8.474 imigrantes, sendo 7.174 italianos, 1.201 portugueses e pessoas de outras nacionalidades. A notícia toma ainda ares racialistas/racistas ao declarar que “dentro em pouco a colônia italiana naquela província tomará uma densidade e predomínio entre a raça branca, que necessariamente influirá em nossos costumes e ideias.” A notícia informava ainda que, os libertos de algumas fazendas estavam sendo demitidos e substituídos por estes imigrantes. **HDBN: Jornal do Recife**. 2 de junho de 1888. Nº124. p.2. GORENDER, Jacob. **Op.Cit.** pp. 199-200.

algun tempo, ou então resistem e veem-se abandonados, porque os pretinhos põem-se em caminho das redentoras plagas cearenses... não há para onde apelar.¹⁵⁸⁴

Até mesmo um defensor da propriedade escrava, que publicou um artigo no Jornal do Recife, relacionou as alforrias coletivas às fugas dos escravizados que estava causando “grandes prejuízo aos senhores e a lavoura”. O escravocrata criticou “as libertações sob condições de serviço por um prazo marcado”, defendendo que elas causavam “o desassossego de espírito, as inquietações, e os sustos do senhor de escravos no meio dessa propaganda de um abolicionismo torpe e especulador que [...] seduz, ilude e saqueia”.¹⁵⁸⁵

O cupim não cansava de roer a escravidão. Em 10 de outubro de 1887, José Correia do Amaral avisou João Ramos da saída de 96 pessoas ao Ceará, vindos de Mossoró no navio *Liberdade*. Para além disso, o remetente apresentou ao amigo o problema que os produtores cearenses estavam enfrentando. Segundo ele, a mão de obra cearense estava sendo levada para os seringais amazonenses num fluxo contínuo e muito rápido. Os empregadores estavam perdendo milhares de braços para os seringais.¹⁵⁸⁶ Devido a isto, pediu a Ramos que mandasse gente de “todas as classes porque precisamos de quem queira trabalhar”, chegando a afirmar que, “raro era o trabalhador que queria voltar tendo pisado este abençoado solo”.¹⁵⁸⁷

¹⁵⁸⁴ **HDBN**: Vinte e cinco de Março (RJ), 7 de agosto de 1887.

¹⁵⁸⁵ **HDBN**: Jornal do Recife. 08 de julho de 1887.

¹⁵⁸⁶ Evaldo Cabral de Mello nos informa que, na década de 1880, o Amazonas drenou boa parte da mão de obra do Ceará. Enquanto a oferta de mão de obra livre em Pernambuco era mais regular, como já provam os estudos de Eisenberg e do próprio Mello, a estagnação da produção algodoeira para exportação no Ceará e a abertura do “Novo Norte” - a área amazonense da borracha - deslocou parte importante da mão de obra cearense para o Amazonas. Durante este momento de “transição do trabalho escravo ao livre”, ter trabalho não significou uma modificação radical na condição de vida destas pessoas. A liberdade de trabalho nestas zonas estava longe demais da igualdade e se aproximava muitas vezes de uma escravidão disfarçada. Tanto o trabalhador livre do agreste pernambucano que vinha para o litoral no período da safra quanto os seringueiros, sofriam com as “novas condições” de trabalho. Os senhores de engenho e os usineiros, segundo Eisenberg, não tratavam sua mão de obra contratada de forma muito diferente dos escravos mesmo após a abolição, enquanto que os seringueiros também sofriam com relações abusivas e com o adicional das condições degradantes do meio físico amazonense, tendo que lidar com surtos de doenças, como a malária e a febre amarela. A borracha e a cana de açúcar atraíram muita gente do sertão e do agreste, pessoas que sofriam com as intermitentes secas e migravam para tentar a vida nestes novos postos de trabalho, podendo a situação destes homens e mulheres ser comparada à escravidão. Devemos entender que, este não era o tipo de liberdade que muitos desejavam. MELLO, Evaldo Cabral de. O norte agrário e o império. **Op.Cit.** pp. 29-36. EISENBERG, Peter. Modernização sem Mudança. **Op.Cit.** pp. 202-203. BARBOZA, Edson Holanda Lima. A hidra cearense. **Op.Cit.**

¹⁵⁸⁷ Apesar de se proclamarem como moradores de um território livre da escravidão, segundo Robert Conrad, um relatório do Ministério da Agricultura, datado de um dia após a abolição (14 de maio de 1888), registrava que ainda existiam 108 pessoas escravizadas oficialmente no Ceará. Muito embora, isso não tirasse deles o orgulho de terem libertado a maior parte de sua população cativa, 22.660 pessoas, entre o final de 1882 e o começo de 1884, segundo o relatório do Ministério da Agricultura deste ano. Para se ter uma noção do feito, Conrad compara as 18.900 libertações realizadas em doze anos e meio pelo fundo de Emancipação Imperial criado pela Lei Rio Branco (1871) com as libertações da província do Ceará. CONRAD, Robert. Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888. **Op. Cit.** pp.229-230.

A necessidade de mão de obra no Ceará em 1887 alterou a percepção de Amaral sobre as qualificações dos trabalhadores. Alguns anos antes, em 18 de novembro de 1885, ele escreveu a Ramos dizendo que o novo “hortelão não dá para a coisa, e bem assim o José de Almeida que nem ao menos sabe tocar uma bomba”, portanto, iria tentar “arranjar ocupação no campo para ambos porque no Benfica foram experimentados e derão resultados negativos”.¹⁵⁸⁸ [sic] Dois anos depois, sofrendo a concorrência dos seringais amazonenses, procurava trabalhadores, fossem eles capacitados ou não, pois, os braços estavam se tornando escassos devido ao fluxo de pessoas que migravam para o “Novo Norte”.

José Correia do Amaral expressou o seu interesse na mão de obra dos fugitivos, todavia, como sabemos, nem todos os homens e mulheres que saíam do cativeiro optavam por trabalhar no serviço do campo ou aceitavam as condições de trabalho ofertadas pelos empregadores cearenses.

Naquele momento de tensão e reconfiguração das relações sociais, aquelas pessoas estavam cientes de suas condições e souberam negociar seus direitos. Em 17 de novembro de 1887, após o desembarque das pessoas que fugiram no navio *Liberdade*, Amaral reclamou de alguns problemas causados pelos autoemancipados. O João de Oliveira, alcunhado “Modesto”, negou-se, por exemplo, pagar as despesas da passagem, alegando que o Dr. José Mariano¹⁵⁸⁹ lhe dissera que não teria de pagar nada. Já sobre um fugitivo chamado Mariano, Amaral acusou: “o pretinho é a cousa mais ruim que eu já vi, também não pagou a passagem.”¹⁵⁹⁰ Finalizou a carta dizendo: “tenho perdido todas as despesas feitas por minha conta”.¹⁵⁹¹ O abolicionista disse que não queria mais ingleses, pois eles fugiam logo que tomavam conhecimento da praça.

¹⁵⁸⁸ **IAHGP**. Caixa 21. Maço 2. Doc. 827. Correspondência do João Ramos. Carta de José Correia do Amaral a João Ramos. 18 de novembro de 1885. 1 folha.

¹⁵⁸⁹ Segundo Felipe Azevedo, Celso Castilho, Israel Ozanan e Flávia Braga confirmam, em termos de acesso ao povo, o tribuno mais popular que existia no Recife neste tempo era mesmo José Mariano Carneiro da Cunha. Tanto o seu posicionamento a favor do abolicionismo e das reformas necessárias à expansão dos direitos das camadas populares como o seu alinhamento com o Ministério Dantas, colocava-o no centro das atenções das camadas populares. Enquanto que os projetos dos republicanos positivistas, por exemplo, como o de Martins Júnior, apresentando no Congresso Agrícola de 1884, terminavam por afastar as camadas livres pobres e os próprios escravizados deste grupo. O braço do povo estava a favor de José Mariano e segundo Flávia Braga e Israel Ozanam mostraram, tanto os opositores conservadores quanto os republicanos consideravam uma prática “suja” convocar escravos e capoeiras para tentar alterar a ordem das eleições. Estas críticas a José Mariano se deram tanto nas eleições de 1884 quanto nas de 1887-89. De fato, José Mariano administrava o medo como um fator potencial para suas conquistas políticas, como mostram os autores, angariando apoio popular e se tornando um ícone das massas no final do século XIX e início do XX. OZANAM, Israel. Capoeira e Capoeira. **Op. Cit.** pp. 32-33, BRAGA, Flávia Bruna Ribeiro da Silva. “DITADURA”, ABOLIÇÃO E REPÚBLICA. **Op. Cit.** pp.33-34. SOUZA, Felipe Azevedo e. A participação política das classes populares em três movimentos. **Op. Cit.** pp.44-50. CASTILHO, Celso. O ‘25 de março’ e a radicalização dos embates abolicionistas no Recife... **Op. Cit.**

¹⁵⁹⁰ **IAHGP**. Caixa 21. Maço 2. Doc. 827. Correspondência do João Ramos. Carta de José Correia do Amaral a João Ramos. Fortaleza. 17 de dezembro de 1887.

¹⁵⁹¹ **Idem**.

Ou seja, os fugitivos estavam se utilizando do seu direito de ir e vir e da sua liberdade para escolher para quem, onde e em quê trabalhar, reafirmando os valores de independência e autodefesa. Sabemos que, muitos destes fugitivos pagavam as suas passagens, mas, João de Oliveira e Mariano não pagaram as suas em Pernambuco, tendo as despesas sido pagas por José Correia do Amaral, que perdeu seu “investimento”, pois, eles se recusaram a trabalhar para o empregador e optaram por oferecer seus serviços para outros empregadores.

Imagem 47: Escravos fugidos de Capivary em confronto com a Polícia.



Fonte: HDBN. Revista Illustrada. 22 de outubro de 1887. Nº468. p.4.

Todo este clima de desorganização social, além de ter sido muito bem retratado pelos jornais abolicionistas e utilizado pelos republicanos como uma arma contra o Governo, gerou revolta e medo na população livre. Assim como Costa Ribeiro e José Maria fizeram na Assembleia Legislativa, Nabuco se utilizou do espaço que ainda tinha n'ó *Paiz* para acusar o Governo de utilizar os militares como capitães do mato, obrigando-os a correrem atrás de escravos fugidos¹⁵⁹². Um morador de Santos fez coro a estas acusações. Com o título *A polícia negreira*, o articulista criticou o conflito entre escravos e a polícia, argumentando que a polícia deveria cumprir outras tarefas e outras ordens, não podendo ser desviada de suas atribuições cotidianas para defender os interesses dos proprietários de escravos de outras localidades.¹⁵⁹³

Aquelas ações, condenadas pelos civis e pelos políticos abolicionistas, tornaram-se prejudiciais também aos soldados que, em menor número, geralmente saíam feridos ou mortos dos conflitos. O cidadão defendeu também a classe militar, pedindo ao público, "tenhamos em devida conta a vida dos nossos poucos soldados, cuja divisa é nobre, e cujos corações sabem

¹⁵⁹² HDBN: Jornal do Recife. 30 de outubro de 1887. Nº248. p.1.

¹⁵⁹³ HDBN: Diário Popular. 22 de outubro de 1887. p.2.

sentir para [...] impor a uma ordem que, quanto à perseguição de escravos, deve ser totalmente abolida".¹⁵⁹⁴ Apelavam para o medo e para a moral dos próprios perseguidores.

Esta estratégia se revelou eficaz, pois, no dia 25 de outubro de 1887, Deodoro da Fonseca, presidente do *Club Militar*, enviou uma mensagem ao Marechal Visconde da Gávea, a quem caberia encaminhar o pedido a D. Isabel, buscando eximir o Exército da obrigação de caçar escravos fugidos. O Visconde da Gávea não chegou a enviar a mensagem à princesa Imperial, todavia, parte do Exército deixou patente que a instituição não estava mais disposta a defender o direito de propriedade baseado na escravidão. A pecha de capitão do mato não poderia recair, em sua visão, sobre homens sérios e sobre a instituição que não tinha esta função.¹⁵⁹⁵

Naquele momento crítico de aumento das fugas coletivas, a Polícia e o Exército comprovaram a incapacidade de conter a crescente abolicionista. Dando-nos provas também de que a indisposição dos oficiais brasileiros em mobilizar as forças de coerção do Estado foi imposta pelo de baixo para cima, pelos escravizados e pelo movimento. Os escravos, ajudados ou não por abolicionistas, viram na deserção em massa das fazendas a maneira mais eficaz de acabar com a escravatura. Abolicionistas como João Ramos, Antônio Bento, Eduardo Carigé, João Clapp, Carlos de Lacerda, seus amigos e seguidores, certamente tiveram muita influência no processo, mas, como já disse Robert Conrad, foi a decisão pessoal do escravo individual, multiplicada muitas vezes, que trouxe o rápido fim do cativo brasileiro.¹⁵⁹⁶

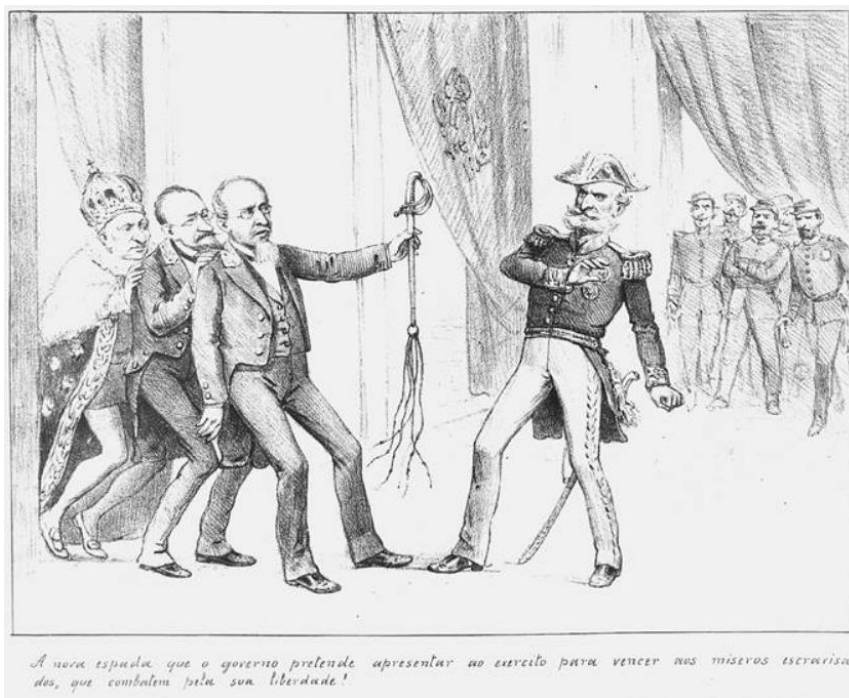
¹⁵⁹⁴ **Idem.**

¹⁵⁹⁵ Veja: "O Exército não é de capitães-do-mato" in: JÚNIOR, Raimundo Magalhães. **Deodoro - a espada contra o Império**. Volume I. Aprendiz de Feiticeiro. (Da revolta praieira ao Gabinete Ouro Preto). Edição ilustrada. Companhia Editora Nacional. São Paulo. 1957. pp. 302-320. Acessado em: <https://bdor.sibi.ufrj.br/handle/doc/452> 14 de novembro de 2020 às 11:19.

317-318. BARBOSA, Ruy. O ano político de 1887, **Op. Cit.** pp.107-108. DRESCHER, Seymour. A ABOLIÇÃO BRASILEIRA. **Op. Cit.** p.527. SCHULZ, John. A crise financeira. **Op. Cit.** p.142.

¹⁵⁹⁶ CONRAD, Robert. Os últimos anos... **Op. Cit.** p.301.

Imagem 48: O Gabinete Cotegeipe vs o Marechal Deodoro da Fonseca



Fonte: Revista Illustrada. 22 de outubro de 1887. Nº 468. p.7.

7.1 UM POUCO ANTES DO 13 DE MAIO: ABOLICIONISTAS E PROJETOS DE ÚLTIMA HORA.

“A lei que extinguiu a escravidão foi um dever e não um favor.”

(A. Carvalho de Azevedo)

“Os ladrões de ontem, os petroleiros, os que afinal nada possuíam para perder, são hoje os beneméritos da pátria, honrando-a com a lei 3.353. Amanhã os mesmos irão trabalhar pela liberdade das províncias.” (A.F)

“O cupim foi o agente mais enérgico que Pernambuco empregou para atacar pela raiz o pinheiro secular da escravidão, até derrubar e fazê-lo desaparecer no pó.” (Leal)¹⁵⁹⁷

Como vimos, a estratégia mais comum dos proprietários de escravos, que ainda dependiam da mão de obra escravizada ou que se prendiam as suas prerrogativas senhoriais, foi a das alforrias coletivas com cláusula de prestação de serviços. O jornal *A Província* abriu o ano de 1888 informando que os senhores José Ignácio Cunha Rabello, Feliciano Cavalcanti Cunha Rego e Luiz Guedes Correria Gondim, todos de Goiana, libertaram seus escravos com a obrigação de prestação de serviços até 1889.¹⁵⁹⁸ No Rio de Janeiro, o comendador Karitof libertou mais de 300 escravos, contratando os serviços deles por três colheitas, em troca de salário. O coronel João Maximino Pereira Vianna libertou todos os seus escravos, um deles incondicionalmente e outros 39 sob condição de prestação de serviços. Estes teriam que trabalhar até 31 de dezembro de 1889. O major Bento Severiano da Fonseca libertou todos os seus escravos, com a condição de trabalharem por mais dois anos. A família Ferreira, de Campinas, negociou a libertação de 1.600 escravos com a condição de trabalharem até dezembro de 1889. Dona Thereza Ferreira Sampaio libertou 40 escravos com a condição de lhe

¹⁵⁹⁷ Todos estas epígrafes podem ser encontradas na edição. **CEPE Digital**: A Academia: homenagem dos estudantes de Direito ao dia 13 de maio. 13 de maio de 1888. p.1.

¹⁵⁹⁸ Como não encontramos exemplares do Jornal *A Província* para o ano de 1888 tivemos que recorrer à transcrições das notícias no mesmo jornal só que para anos posteriores. As informações sobre alforrias condicionais ou sem ônus passaram a ser publicadas em quase todos os jornais do Império, mas *A Província* fez um trabalho quase que diário de recolhimento e transmissão destas informações, retirando notícias de alforrias coletivas de vários jornais e transcrevendo nas suas edições até maio de 1888. **HDBN**: *A Província*. 13 de maio de 1905. N°108. pp.5-6.

servirem até dezembro de 1888. Campos Salles, Antônio Prado e Antônio Moreira de Barros libertaram seus escravos e se reuniram com os fazendeiros paulistas em janeiro de 1888 para lhes aconselharem a fazer o mesmo.¹⁵⁹⁹

Em Pernambuco, as sociedades abolicionistas ainda trabalhavam, a *Comissão Redentora do Recife* conseguiu, entre o final de 1887 e o início de 1888, 238 libertações. 138 com recursos mistos, da associação e dos escravizados e 100 com a ajuda do Visconde de Mecejana. Impulsionada pelo movimento abolicionista, a ideia de libertação imediata e sem indenização se fortaleceu ainda mais, principalmente após a queda de Cotegipe e a ascensão do Gabinete João Alfredo, em 10 de março de 1888. Naquele momento, as libertações voluntárias e a posição do governo foram apontadas cada vez mais como hipócritas.¹⁶⁰⁰

No último romance de Machado de Assis, *Memorial de Aires* (1908), o autor buscou retratar a tentativa de protesto dos senhores contra o Estado e a situação abolicionista. Ou melhor dizendo, a insinceridade da filantropia senhorial. O Barão de Santa Pia - pai de uma das personagens principais: Fidélia - homem orgulhoso e intransigente, libertou todos os seus escravos em abril de 1888, “deixando provado que julgo o ato do governo uma espoliação, por intervir no exercício de um direito que só pertence ao proprietário e do qual uso com perda minha, porque assim quero e posso.”¹⁶⁰¹ Segundo o romancista e observador coetâneo dos eventos que culminaram com o fim da escravidão no Brasil, era muito mais o ressentimento e a tentativa de resguardar o orgulho, a moral senhorial, que motivavam as libertações em massa, do que a filantropia dos senhores de escravos.¹⁶⁰²

Muitos destes homens, inclusive, receberam da Coroa, numa tentativa de resguardar a aliança com a classe senhorial, títulos de nobreza pelas suas “ações abolicionistas”. Segundo José Murilo de Carvalho, a concessão de títulos hierarquicamente baixos foi impulsionada nos anos de 1871, 1885 e 1888, justamente como contrapeso à promulgação das leis emancipacionistas e da abolição da escravidão. Nos últimos cinco anos de vida do Império, D.

¹⁵⁹⁹ **Idem.** GOMES, Flávio dos Santos. MACHADO, Maria Helena T. Atravessando a liberdade. **Op. Cit.**

¹⁶⁰⁰ João Alfredo também alforriou seus últimos escravizados, em julho de 1887, mediante a condição de prestação de serviço por dois anos. **HDBN: O Monitor** (PB). 14 de julho de 1887. **HDBN: A Província**. 13 de maio de 1905. Nº108. pp.5-6. SCHULZ, John. A crise financeira da Abolição. **Op. Cit.** p. 143.

¹⁶⁰¹ ASSIS, Machado. **Memorial de Aires**. 3º Edição. São Paulo. Martin Claret, 2013. Coleção Obra-Prima de Cada Autor; 163. pp.45-45.

¹⁶⁰² Walter Fraga apontou esta tentativa de conter a mão de obra e o respeito senhorial também por parte dos senhores baianos, algo que ele chamou de “liberdade no apagar das luzes”. Maria Helena T. Machado e Flávio dos Santos Gomes também citaram estas liberdades concedidas e alforrias coletivas como uma tática dos senhores para assegurar a prestação de serviço dos seus ex-cativos por mais algum tempo, participando ativamente destas iniciativas Campos Salles e Antônio Prado que, como representantes do Clube da Lavoura-SP aconselhavam os seus correligionários a fazerem o mesmo. FILHO, Walter Fraga. *Encruzilhadas da Liberdade*. **Op. Cit.** Campinas: Editora da Unicamp, 2006, p.107. GOMES, Flávio dos Santos. MACHADO, Maria H. T. Atravessando a liberdade. **Op. Cit.** p.73.

Pedro II e a Regente concederam 238 baronatos, 173 somente entre 1888 e 1889. Na visão de Carvalho, “a Coroa tentava devolver em símbolo de status o que retirava em interesse material”¹⁶⁰³, tentando reafirmar o apoio das classes agrícolas para garantir a estabilidade do Império.¹⁶⁰⁴

Alguns liberais pernambucanos, opositores do Gabinete João Alfredo, acusavam-no de recompensar mais seus aliados políticos do que os homens que, segundo eles, mereciam os títulos pelo seu abolicionismo.¹⁶⁰⁵ Manoel Gomes de Mattos, por exemplo, chegou a receber uma comenda da Rosa, a qual renunciou¹⁶⁰⁶, algo que se tornou também motivo de discussão. Apesar de reconhecerem os serviços prestados por Gomes de Mattos, os abolicionistas perguntaram se João Ramos, Antônio Carlos Ferreira da Silva, Barros Sobrinho, Numa Pompílio e outros não mereciam também títulos e comendas.¹⁶⁰⁷ Provavelmente, estes homens não receberam títulos de grandeza porque não faziam parte dos grupos políticos monárquicos, eram todos republicanos e mesmo os que receberam, como Gomes de Mattos, tenderam a recusar.¹⁶⁰⁸ As disputas políticas pelo espólio da Abolição iniciaram antes mesmo do fato se consumir.

¹⁶⁰³ CARVALHO, José Murilo de Carvalho, A construção da ordem. **Op. Cit.** pp. 257-258.

¹⁶⁰⁴ Joaquim Nabuco chegou a criticar a distribuição de títulos de nobreza para pessoas que libertavam seus escravos “condicionalmente”, no caso específico de senhores que alforriaram cativos para lutar na Guerra do Paraguai. Segundo Nabuco, não seria justo igualar pessoas que prestaram verdadeiros serviços ao país com homens que compravam escravos para servir na guerra, alimentando o mercado das casas de comissões de escravos. Por mais que Nabuco criticasse especificamente estas condições, podemos supor que boa parte dos abolicionistas mais radicais não fossem favoráveis às distribuições de títulos aos senhores de escravos que libertavam sua propriedade condicionalmente. Orçamento da Agricultura. Sessão de 10 de agosto de 1880. In: NABUCO, Joaquim. Joaquim Nabuco: perfis parlamentares. **Op. Cit.** pp. 340-341.

¹⁶⁰⁵ **HDBN**: Jornal do Recife. 01 de abril de 1888. Nº75. p.1.

¹⁶⁰⁶ BRAGA, Flávia Bruna Ribeiro da Silva. “DITADURA”, ABOLIÇÃO E REPÚBLICA. **Op. Cit.** p.153.

¹⁶⁰⁷ **Idem**.

¹⁶⁰⁸ João Ramos também recusou um título honorífico e recebeu várias distinções: uma medalha de bronze da princesa Isabel, cinco medalhas de associações libertadoras de Pernambuco e de outras Províncias, tendo recebido uma homenagem da Câmara Municipal, que mudou o nome da rua em que ele morava para seu nome. A rua das Crioulas foi renomeada para rua João Ramos. Na mesma rua das Crioulas, no antigo beco do Corimboque, existia um dos quilombos urbanos dos cupins. **HDBN**: Jornal do Recife. 24 de maio de 1888. Nº117. p.1. **HDBN**: Gazeta da Tarde. (RJ) 21 de maio de 1889. Nº136. p.2; **HDBN**: Cidade do Rio. (RJ) 21 de maio de 1889. Nº113. P.2; **HDBN**: Gazeta de Notícias. (RJ) 27 de maio de 1889. N 147. p.2; **HDBN**: Almanach de Pernambuco ano 1913. pp.168-172. Edição 15.

Imagem 49: Alforrias em troca de títulos

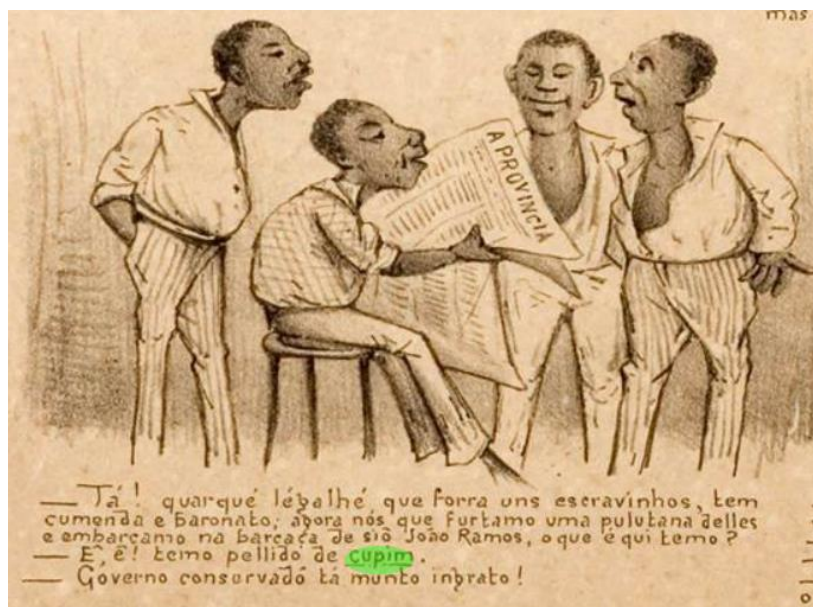


Fonte: CEPE Digital: Lanterna Mágica. 20 de abril de 1888. Nº220. p.3. “Agora os presidentes estão fazendo concessões, a gente forra quatro ou cinco negrinhos, e recebe em paga uma comenda. – Homem, eu obteria alguma coisa se alforriasse minha sogra?”

Os republicanos também apontaram, como podemos ver em algumas ilustrações na *Lanterna Mágica*, a política da distribuição de títulos como recompensa ao “abolicionismo dos senhores”. Indo além da defesa dos abolicionistas mais conhecidos, procuraram retratar a falta de reconhecimento dos abolicionistas negros que auxiliavam os escravizados em detrimento dos libertadores de última hora, denunciando a prática como uma tentativa da Monarquia de conciliar seus interesses com a elite escravocrata, ao invés de recompensar quem realmente havia lutado, pioneiramente, em favor da causa. Além de tentar angariar o apoio da população negra livre e liberta favorável à abolição, os republicanos já procuravam tirar da monarquia a imagem de solucionadora do problema. Numa das ilustrações da *Lanterna Mágica*, podemos ver alguns homens negros fazendo uma leitura coletiva do jornal liberal dissidente *A Província*, criticando justamente o fato do governo conservador distribuir comendas e baronatos a qualquer senhor que forrasses seus escravos, enquanto eles, “que furtavam uma pulutana deles e embarcavam na barcaça do sr. João Ramos recebiam somente o apelido de cupim.”¹⁶⁰⁹ A crítica confirmava também o reconhecimento, por parte de homens letrados e bem informados, de que, quem mais cooperou com os escravizados foi a própria população negra associada ao Cupim.

¹⁶⁰⁹ **CEPE Digital.** Lanterna Mágica. 20 de abril de 1888. Nº220. p.4.

Imagem 50: Os Cupins negros



Fonte: CEPE. Lanterna Mágica. 20 de abril de 1888. Nº220. p.4.

No dia 03 de maio de 1888, a regente do Império, D. Isabel, abriu a terceira sessão da 20ª legislatura da Assembleia Geral com uma fala que recomendava aos parlamentares a ação pelo fim da escravidão. Devido as circunstâncias e ao estado atual das coisas, a lei dos Sexagenários, enxergada por muitos reacionários como a última tentativa de protelação da escravidão no Império, não conseguiu atingir o seu objetivo e Cotegipe caiu agarrado com ela.

Segundo Maria Luiza de Carvalho Mesquita, a ocasião, para que a Regente desse um novo passo em direção aos seus objetivos, apresentou-se no começo de março de 1888. Após a prisão de um militar reformado da Marinha, o alferes Baptista, o ministério Cotegipe se viu, outra vez, enredado num conflito com os militares. Esta outra questão militar, desembocou numa luta nas ruas entre marinheiros e policiais. Os militares exigiram a libertação do preso e a demissão do Chefe de Polícia, Coelho Bastos. Cotegipe, que se recusou a demitir o Chefe de Polícia, afundou junto com o barco e ofereceu a sua demissão, aceitando-a prontamente D. Isabel.¹⁶¹⁰

¹⁶¹⁰ Segundo Maria Luiza de Carvalho Mesquita, a ocasião para que D. Isabel desse um novo passo em direção aos seus objetivos apresentou-se no começo de março de 1888. Após a prisão de um militar reformado da Marinha, que provocou, mais uma vez, um conflito entre o gabinete Cotegipe e os militares. Um outro capítulo da questão militar, que desembocou numa luta nas ruas entre marinheiros e policiais. Os militares exigiram a libertação do preso e a demissão do Chefe de Polícia, Coelho Bastos. Cotegipe, que se recusou a demitir o Chefe de Polícia, afundou junto com o barco e ofereceu a demissão do Ministério, que a Regente prontamente aceitou. MESQUITA, Maria Luiza de Carvalho. **O “TERCEIRO REINADO”: ISABEL DE BRAGANÇA, A IMPERATRIZ QUE NÃO FOI**. Dissertação de mestrado. Universidade Severino Sombra. Vassouras. 2009. pp.98-99. 1

Na visão dos representantes do abolicionismo, o Ministério só duraria até maio de 1888, “para quando se lhe preparava uma execução parlamentar no terreno do abolicionismo”, fazendo referência à formação do Parlamento pelas eleições de 1887 e a ascensão de deputados favoráveis à Abolição. Para eles, se o governo quisesse sustentar a versão de que não havia crise entre as Forças Armadas e o Ministério, ele deveria reconhecer que este não sucumbiu somente devido à prisão do alferes Baptista, deixando claro que “tudo proveio da vasa que nos dias agitados sobe a tona da sociedade, a consequência é que foi pela navalha do capoeira que o Sr. Cotegipe sucumbiu.”¹⁶¹¹

Ao Governo restou reconhecer, tardiamente, que era necessária uma nova lei para resolver a principal demanda social dos últimos anos. As palavras de D. Isabel buscavam a conciliação entre o Estado e a sociedade civil, a Regente não citou todo clima de tensão provocado pelo choque entre o Governo e a sociedade entre 1885-1887. Segundo ela,

*A extinção do elemento servil, pelo influxo do sentimento nacional e das liberalidades particulares, em honra do Brasil, adiantou-se pacificamente de tal modo que é hoje aspiração aclamada por todas as classes, com admiráveis exemplos de abnegação da parte dos proprietários. Quando o próprio interesse privado vem espontaneamente colaborar para que o Brasil se desfaça da infeliz herança que as necessidades da lavoura haviam mantido, confio que não hesitareis em apagar do direito pátrio a única exceção que nele figura em antagonismo com o espírito cristão e liberal das nossas instituições. Mediante providências que acautelem a ordem na transformação do trabalho, apressem pela imigração o povoamento do país, facilitem as comunicações, **utilizem as terras devolutas**, desenvolvam o crédito agrícola e avivem a indústria nacional. Pode-se asseverar que a produção sempre crescente tomará forte impulso e nos habilitará a chegar mais rapidamente aos nossos auspiciosos destinos. Augustos e Digníssimos Senhores Representantes da Nação, muito elevada é a missão que as circunstâncias atuais vos assinalam. Tenho fé de que correspondereis ao que o Brasil espera de vós. Está aberta a sessão. Isabel. Princesa Imperial Regente.*¹⁶¹²

Na visão da Princesa, a abolição havia se tornado uma bandeira política proeminente e isso estava expresso pelas liberalidades particulares e pela opinião pública. Todavia, a realidade era que, para acalmar os ânimos da sociedade e frear a desobediência civil, as fugas em massa e toda “anarquia” propalada pelos escravocratas, o partido Conservador e os homens comprometidos com a resolução do problema receberam a missão de fazer passar uma lei definitiva sobre a questão. Algo esperado pelos abolicionistas desde pelo menos 1884.¹⁶¹³

¹⁶¹¹ **HDBN**: Jornal do Recife. 15 de março de 1888. Nº62. p.1

¹⁶¹² “Fala com que Sua Alteza, a Princesa Imperial, regente em nome de sua majestade, o Imperador, abriu a terceira sessão da 20ª legislatura da assembleia geral, no dia 3 de maio de 1888.” Senado Federal. *A Abolição no Parlamento*. **Op. Cit.** pp.454-455.

¹⁶¹³ Em 1886 aconteceu a abolição da escravidão em Cuba e o Brasil se tornou o último país escravista das Américas, algo que isolou ainda mais o Brasil, em relação aos países “civilizados” à época. Já no ano de 1887, as fugas em massa, a desorganização das lavouras em todo país, as ameaças à segurança pública e a retirada do apoio das forças armadas ao procedimento de perseguir escravos fugidos desestruturou a escravidão no Brasil de forma

Assim que o Gabinete João Alfredo foi formado e formalizou o seu interesse na abolição da escravidão, com uma proposta de libertação imediata e sem indenização e alguns liberais contrariados decidiram criticar o fato da missão ter sido dada a um conservador, Joaquim Nabuco, membro da dissidência liberal-abolicionista, antes de ir para o Rio de Janeiro, em 12 abril de 1888, fez uma última conferência no teatro Santa Isabel, para um público de pelo menos 4.000 mil pessoas¹⁶¹⁴, saindo em defesa do Ministério João Alfredo no que tocava à proposta de pôr fim a escravidão o quanto antes.¹⁶¹⁵

No dia 7 de maio de 1888, às vésperas da apresentação da proposta que se tornaria a lei da Abolição, Nabuco fez um discurso declarando total apoio ao Gabinete João Alfredo no tocante à Abolição, reclamando dos liberais que só pensavam em cargos políticos e em ganhos pessoais, afirmou que ao escravo não importava se a lei fosse sancionada por conservadores ou liberais, importava a libertação e a complementação das reformas. Elogiou a princesa Isabel e afirmou que entre a Ditadura monárquica, que estava fazendo algo naquele momento pelo povo, e a Ditadura republicana, que estava se associando aos interesses dos ressentidos, preferia ficar com aquela que estava se inspirando “nas necessidades do nosso povo até hoje privado de teto, educação e de garantias”.¹⁶¹⁶

Como monarquista convicto, Nabuco buscou garantir para a Monarquia os louros da conquista. Ele já enxergava um movimento de ressentimento político das classes dos agricultores, principalmente do Rio de Janeiro, mas também de Minas, de São Paulo, de Pernambuco e da Bahia, que reconheciam na abolição imediata e sem indenização uma intervenção arbitrária e prejudicial aos seus interesses.¹⁶¹⁷ Por isso, o deputado comparou as duas ditaduras escolhendo a primeira. Afirmou que todo seu esforço visava convencer a Monarquia que a nação brasileira era composta por diversas classes, que se fazem representar

alarmante. SCOTT, Rebecca. Emancipação Escrava em Cuba: a transição para o trabalho livre... **Op. Cit.** TOPLIN, Robert Brent. The Abolition of Slavery in Brazil. **Op. Cit.** pp.182-185. DRESCHER, Seymour. A ABOLIÇÃO BRASILEIRA EM PERSPECTIVA COMPARATIVA. **Op. Cit.** pp.115-162. ALONSO, Angela. Flores, votos e balas. **Op. Cit.** pp.435-446.

¹⁶¹⁴ Segundo a Gazeta do Norte (CE), pelo menos 4.000 mil pessoas acompanharam a conferência, sendo impressionante o número de senhoras, algo em torno de 500 se fizeram presentes. Os republicanos que redigiam a Lanterna Mágica também apontaram para a forte presença de mulheres nesta conferência. **HDBN: Gazeta do Norte: Órgão Liberal.** (CE) 26 de abril de 1888. Nº93. p.2. **CEPE Digital.** Lanterna Mágica. 20 de abril de 1888. Nº220. p.4.

¹⁶¹⁵ **CEPE Digital.** Lanterna Mágica. 20 de abril de 1888. Nº220. pp. 2-3.

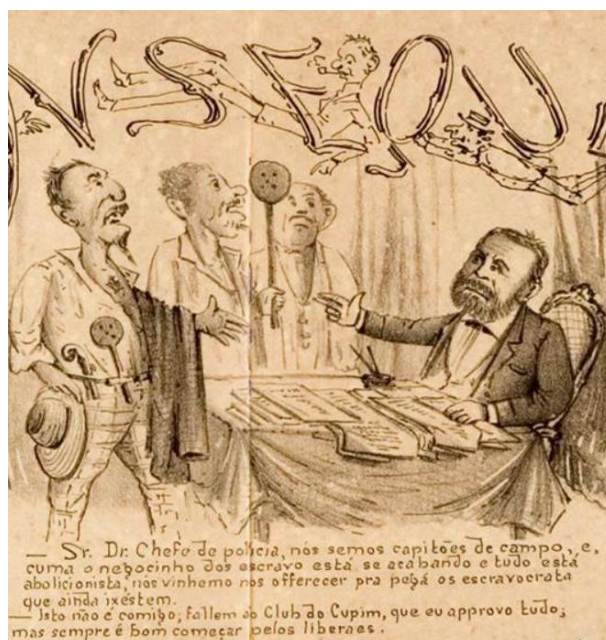
¹⁶¹⁶ Discurso de Joaquim Nabuco, em 7 maio de 1888, na véspera da apresentação da proposta que veio a se transformar na Lei Áurea. Senado Federal. A Abolição no Parlamento. **Op. Cit.** pp.455-465.

¹⁶¹⁷ **FBN.** Doc. 64.02. 002. Nº14. Divisão de Manuscritos. Projeto de lei abolindo a escravidão no Brasil. Autoria de Antônio da Silva Prado enviado a João Alfredo Correia de Oliveira pelo seu cunhado Elias Antônio Pacheco e Chaves. 20 de abril de 1888. BARICKMAN, Bert. J. Até a véspera: o trabalho escravo e a produção de açúcar nos engenhos do Recôncavo Baiano (1850-1881). **Afro-Ásia.** 21-22. 1998-1999, pp.177-238. STEIN, Stanley. **Vassouras. Um município brasileiro do café, 1850 – 1900.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

e tomam interesse na vida do país e por uma vastíssima camada inferior que formava “o nosso povo”, com suas necessidades morais e materiais, “das quais a abolição é a primeira, sem dúvida alguma.”¹⁶¹⁸

Para os republicanos, a ação de Nabuco era coerente com o sentimento abolicionista, pois, ao invés de se prender as rixas entre liberais e conservadores, o deputado colocou a abolição acima dos interesses do partido. Segundo o narrador, que acompanhou a reunião, Nabuco não via problema em João Alfredo “corporificar seus princípios, realizar seu ideal, desempenhar seu compromisso e coroar sua dedicação para completar a obra da abolição.”¹⁶¹⁹ O grupo de abolicionistas republicanos de Pernambuco, como podemos ver, aproveitavam-se das rixas entre conservadores e liberais para criticar ambos os lados do jogo, na tentativa de desestabilizar o tabuleiro e entrarem no páreo. Criticavam os conservadores pela distribuição de títulos aos seus aliados e os liberais pela inveja e pela oposição renhida aos conservadores, principalmente no que dizia respeito à lei da abolição. Procuravam pintar a maior parte dos monarquistas como abolicionistas de ocasião e escravocratas de fato. Dessa forma, associavam diretamente a Monarquia à Escravidão, apontando a contradição do regime que pedia urgentemente, segundo eles, para além de uma reforma social, uma reforma política.

Imagem 51: Capitães de campo e o chefe de polícia.



Fonte: CEPE. Lanterna Mágica. 20 de abril de 1888. Nº220. p.4.

¹⁶¹⁸ Discurso de Joaquim Nabuco, em 7 maio de 1888, na véspera da apresentação da proposta que veio a se transformar na Lei Áurea. Senado Federal. A Abolição no Parlamento. **Op. Cit.** pp.455-465.

¹⁶¹⁹ **Idem.**

A posição dos liberais dissidentes, ou como se autointitulavam do “Partido abolicionista”, era a mesma dos republicanos naquele momento. Não acreditavam que a abolição pudesse ter dono. Segundo Nabuco, D. Isabel havia deixado bem claro que, naquele momento, somente a abolição importava e, caso os conservadores não aceitassem a condição, o poder seria transferido para os liberais. Tanto Nabuco quanto os republicanos apontavam os liberais escravocratas e suas rixas políticas como o principal entrave para a abolição imediata. Estes mesmos liberais, segundo eles, juntaram-se para derrubar o Ministério Dantas em 1884 e para apoiar Machado Portella nas eleições de 1887. A obrigação dos abolicionistas, segundo enxergavam em tom paternalista, “era salvar os escravos que não são liberais nem conservadores e não fazem questão de quem sejam os seus salvadores”.¹⁶²⁰ Para Nabuco, João Alfredo não era um abolicionista com sentimento represado, não estava convencido de que seu abolicionismo fosse sincero e nostálgico a ponto de se comparar com o de “João Ramos e das barcaças do Cupim”, mas sabia que os conservadores haviam se rendido “a marcha inelutável do movimento”.¹⁶²¹

Antes de analisarmos tudo que foi discutido no Parlamento brasileiro, em maio de 1888, precisamos ainda demonstrar o emperramento da elite senhorial. Sabemos que alguns senhores de escravos ainda tentaram aprovar uma lei que, apesar de garantir a abolição imediata, exigia dos libertos e dos ingênuos indenização em forma de serviços prestados e outras obrigações.¹⁶²² O cunhado do conselheiro Antônio da Silva Prado, Elias Antônio da Silva e Chaves, político e cafeicultor paulista¹⁶²³, chegou a enviar ao Ministro João Alfredo uma proposta de abolição que beneficiava muito mais a sua classe do que os libertos e/ou os ingênuos.

¹⁶²⁰ Transcrição d’A Província. 13 de abril de 1888. **HDBN**: Gazeta do Norte: Órgão Liberal. (CE) 26 de abril de 1888. Nº93. p.2.

¹⁶²¹ **Idem**. N’A Província de 11 de março de 1888, os liberais-abolicionistas acusaram que nas poucas vezes que João Alfredo subiu na tribuna do Senado suas falas acusavam os cupins de ladrões de escravos. GOUVÊA. Fernando da Cruz. Abolição: A liberdade veio. **Op. Cit.** p. 177. Já o grupo liberal dos leões afirmaram que João Alfredo teria tomado parte na batalha com o seu silêncio e com os seus votos, mas a onda abolicionista o levou e o senador pernambucano se apresentou devido a popularidade que acompanharia qualquer estadista que se propusesse a dar o último golpe na escravidão. **HDBN**: Jornal do Recife. 15 de março de 1888. Nº62. p.1.

¹⁶²² Segundo os liberais propalavam, ainda em março de 1888, espalhava-se “um boato” de que o projeto seria no sentido da abolição imediata, ficando os libertos sujeitos à prestação de serviços por um certo prazo e recebendo salário. “Boatos que não damos valor”. Pareciam não acreditar na possibilidade do Parlamento aprovar uma lei imediata com condições, “não conseguindo, qualquer Ministério” fazer a reforma naquelas condições. **HDBN**: Jornal do Recife. 15 de março de 1888. Nº62. p.1.

¹⁶²³ Silva e Chaves esteve diretamente envolvido na política de café que guiava o país naquela época. Ao lado de Antônio da Silva Prado, seu cunhado, foi sócio da Companhia Prado e Chaves, importante exportadora de café brasileiro, investindo também no setor imobiliário. BRANQUINHO, Evânio dos Santos. **Campos Elíseos no centro da crise: a reprodução do espaço no centro de São Paulo**. Tese de doutorado. USP. São Paulo. 2007. pp. 54-67.

Segundo Silva e Chaves, o projeto era de autoria de Antônio Prado¹⁶²⁴ e este “só fazia questão do artigo 1º”, que dizia: “Fica abolida a escravidão no Brasil.”¹⁶²⁵ Todavia, a proposta tinha ainda mais seis artigos que diziam respeito à condição de vida dos libertos e dos ingênuos e das suas obrigações para com seus ex-senhores. Ainda que Antônio Prado “não fizesse questão”, vários senhores de escravos ainda faziam. Este modelo de “projeto vencido” demonstra um pouco mais sobre as vontades da classe senhorial e de sua tentativa de preservação material e moral. Vale à pena analisar este documento para podermos entender que, até às vésperas, a abolição imediata e sem indenização foi combatida pelas classes senhoriais.

Já no seu 2º artigo, o projeto estabelecia que “os libertos continuarão a prestar serviços aos seus ex-senhores, mediante salário, até o dia 25 de dezembro de 1888 e terão residência obrigada, por mais dois anos, nos municípios em que estiverem matriculados.”¹⁶²⁶ Esta disposição procurava solucionar o grande problema que enfrentavam naquele momento. Devido as fugas em massa, muitos senhores não estavam podendo contar mais com a mão de obra destes trabalhadores que migravam de suas zonas de escravidão. Eram vários os fugitivos que não desejavam trabalhar para seus ex-senhores nas mesmas terras onde haviam servido como escravos. Esta necessidade de aprovar uma lei de fixação da residência dos libertos, com penas para quem abandonasse o serviço, era mais um reconhecimento da situação.

O liberto que deixasse o serviço do seu ex-senhor, antes do prazo estabelecido, seria preso e entregue de volta ao seu empregador, descontando-se do seu salário os dias de falta e acrescentando estes mesmos dias no prazo de prestação dos serviços.¹⁶²⁷ Os salários seriam arbitrados pelos próprios senhores, sendo pagos por meses vencidos, não podendo ser menos do que 6\$000 mil réis para os homens e 4\$000 para as mulheres. Receberiam ainda alimentação,

¹⁶²⁴ Antônio Prado, em carta a Ferreira Viana, procurou acabar com o temor do deputado fluminense de que a Abolição imediata e sem indenização seria a ruína da província paulista. Nesta carta, ele revelou que os senhores paulistas não temiam estas previsões porque estavam em negociações com a firma A. Fiorita e Cia acertando questões para trazer imigrantes para substituir os escravos. Disse ainda que depois de firmado o contrato entraria para o Ministério. Ambos os fatos aconteceram, assim que o contrato foi assinado, Antônio Prado entrou para chefiar a pasta do Ministério dos Estrangeiros. ARGON, Maria de Fátima Moraes. e CERQUEIRA, Bruno da Silva Antunes de. Alegrias e Tristezas. **Op. Cit.** p.331. O conselheiro Prado na Itália. **HDBN: Jornal do Recife.** 26 de maio de 1891. Nº117. p.2. De Lisboa, em 30 de março de 1891, André Rebouças vai enviar uma carta a Antônio Prado, a quem ele chama de “traficante de brancos”, acusando-o de ter traído a monarquia e de se manter como um oligarca “monopolizador de terras e escravocrata” liderando uma “república militar-escravocrata”. Rebouças acusou Antônio Prado de estar enviando imigrantes para o Brasil para trabalhar em condições precárias e de não ligar nem mesmo para as fortes epidemias de febre amarela que atingiam boa parte dos estrangeiros. Ao final da carta, desacreditado da justiça terrena, Rebouças apela para a intervenção divina e diz que existe “um Deus para julgar e condenar os milionários monopolizadores de léguas de terras e exploradores de centenas de homens.” **HDBN: Jornal do Recife.** 16 de junho de 1891. Nº134. p.3.

¹⁶²⁵ **FBN.** Doc. 64.02. 002. Nº14. Divisão de Manuscritos. Projeto de lei abolindo a escravidão no Brasil. Autoria de Antônio da Silva Prado enviado a João Alfredo Correia de Oliveira pelo seu cunhado Elias Antônio Pacheco e Chaves. 20 de abril de 1888.

¹⁶²⁶ **Idem.** Artigo 2º.

¹⁶²⁷ **Idem.** Artigo 2º parágrafo 1º.

vestuário e tratamento no caso de enfermidades.¹⁶²⁸ Ou seja, o sustento primário, as necessidades básicas, seriam ainda fornecidas pelos seus ex senhores, em mais uma tentativa de perpetuar os laços de dependência mesmo após a abolição.

O liberto que se ausentasse sem licença do município de sua residência ficava sujeito a pena de prisão de 8 dias, em caso de reincidência pagaria 30 dias de prisão e trabalharia, de preferência, em obras públicas. O liberto que não tivesse ocupação seria intimado¹⁶²⁹ para arranjar emprego dentro do prazo de 8 dias, se não conseguisse, estaria sujeito a pena de 8 dias de prisão, sendo solto, teria mais 8 dias para arranjar serviço, não conseguindo, seria preso por 30 dias tendo que servir, de preferência, em obras públicas.¹⁶³⁰ Os senhores buscavam cerrar as oportunidades e dificultar cada vez mais a vida dos egressos do cativeiro. Como homens e mulheres recém saídos da escravidão poderiam arranjar serviço em um prazo tão curto? Dentre as poucas alternativas que lhes restavam, eles deveriam aceitar trabalhar para qualquer um, de qualquer forma a qualquer custo para não serem presos e ou obrigados ao trabalho de todo jeito. E, ainda mais, como poderiam depois de serem presos, encontrar serviço tão facilmente? A malícia senhorial estava impregnada nesse projeto de lei em cada um de seus artigos e parágrafos.

No artigo 3º, o projeto falava sobre os ingênuos, afirmando que o direito aos seus serviços ou à indenização em títulos de renda, como dispunha a lei 28 de setembro de 1871, cessaria no dia 25 de dezembro de 1888, ficando os senhores sem os seus serviços, mas desobrigando-os também de alimentá-los e vesti-los. Os órfãos ficariam, de preferência, à serviço dos ex-senhores de suas mães.¹⁶³¹ Os libertos maiores de 60 anos ainda seriam obrigados a trabalhar até o dia 25 de dezembro de 1888.¹⁶³²

A lei que foi apresentada na Câmara dos Deputados, no dia 08 de maio de 1888, pelo Ministro da Agricultura e Deputado Rodrigo Augusto da Silva, foi muito mais seca do que o projeto de Antônio Prado e objetivou somente a abolição imediata, nada declarando sobre indenizações nem sobre as condições de vida e trabalho dos libertos após a abolição. Resumia-se nestes dois artigos: “1º É declarada extinta a escravidão no Brasil” e “2º Revogam-se as disposições em contrário.”¹⁶³³ Joaquim Nabuco, após um elogioso discurso, requisitou que uma

¹⁶²⁸ **Idem.** Artigo 2º parágrafo 2º.

¹⁶²⁹ As intimações caberiam aos juízes de órfãos nas sedes dos termos, aos delegados e subdelegados de polícia nos seus distritos. **Idem.** Artigo 2º parágrafo 7º.

¹⁶³⁰ **Idem.** Artigo 2º parágrafos 3º e 4º

¹⁶³¹ **Idem.** Artigo 3º parágrafo 1º.

¹⁶³² **Idem.** Artigo 4º.

¹⁶³³ *projeto de lei do Deputado Rodrigo Augusto da Silva (Ministro da Agricultura), que veio a transformar-se na Lei nº 3.353, de 13-5-1888.* Senado Federal. A Abolição no Parlamento. **Op. Cit.** pp. 469-470.

Comissão especial fosse formada para dar parecer urgente e dispensar a impressão do projeto para que este pudesse ser aprovado na Câmara e levado ao Senado o mais rápido possível. A comissão formada por Duarte de Azevedo, Joaquim Nabuco, Afonso Celso Júnior, Gonçalves Ferreira e Alfredo Correia, deu parecer favorável a proposta

convencida de que nesta matéria não é possível retardar um momento só a longa aspiração do povo brasileiro no sentido de satisfazer uma necessidade social e política, que é ao mesmo tempo um preito de homenagem prestado à civilização do século e à generosidade do coração de todos aqueles que amam o bem da humanidade.¹⁶³⁴

Andrade Figueira, deputado pelo Rio de Janeiro, discursou contra a pressa da Comissão em aprovar o projeto e em dispensar a sua impressão. No dia 09 de maio de 1888, o projeto entrou em discussão na Câmara, recebeu somente uma alteração, ao invés de redigirem “é declarada extinta a escravidão no Brasil no artigo 1º, acrescentaram, a pedido do deputado Araújo Góes: “desde a data desta lei está extinta a escravidão no Brasil.”¹⁶³⁵ Araújo Góes justificou seu pedido informando que a legislação estabelecia que a lei não poderia vigorar na Corte após oitos dias e nas províncias três meses depois da publicação, deste modo a ementa era necessária para que a escravidão fosse extinta de imediato. O Deputado César Zama pediu que a votação fosse nominal e que fossem gravados os nomes daqueles que disseram sim e não à abolição.¹⁶³⁶

¹⁶³⁴ PARECER Nº 1/1888. SENADO FEDERAL. 1823-1888. A Abolição no Parlamento. **Op. Cit.** p.470.

¹⁶³⁵ O Sr. Presidente remete a emenda à Comissão Especial para redigir o Projeto a fim de poder entrar em 3ª discussão. A redação do Projeto nº 1-A, de 1888, fica assim: “A Assembleia Geral decreta: Art. 1º (Substitutivo). É declarada extinta, desde a data desta lei, a escravidão no Brasil. Art. 2º (Como na proposta). Sala das Comissões, em 9 de maio de 1888. Duarte de Azevedo, Joaquim Nabuco, Afonso Celso Júnior, Gonçalves Ferreira, Alfredo Corrêa.” **Idem. Ibidem.**

¹⁶³⁶ Respondem **sim** os Srs. Passos Miranda, Clarindo Chaves, Cantão, Costa Aguiar, Leitão da Cunha, MacDowell, João Henrique, Dias Carneiro, Coelho Rodrigues, Jaime Rosa, Torres Portugal, Alencar Araripe, Barão de Canindé, Rodrigues Junior, Jose Pompeu, Ratisbona, Jaguaribe Filho, Álvaro Caminha, Tarquínio de Souza, Joao Manoel, Carneiro da Cunha, Soriano de Souza, Elias de Albuquerque, Joaquim Nabuco, Theodoro da Silva, Felipe de Figueiroa, Juvêncio de Aguiar, Pedro Beltrão, Henrique Marques, Alcoforado Filho, Rosa e Silva, Bento Ramos, Goncalves Ferreira, Alfredo Correia, B. de Mendonca Sobrinho, Luiz Moreira, Teófilo dos Santos, Mariano da Silva, Lourenco de Albuquerque, Luiz Freire, Olympio Campos, Coelho e Campos, Barão do Guahy, Freire de Carvalho, Jose Marcelino, América de Souza, Araújo Góes, Barão de Geremoabo, Junqueira Ayres, Fernandes da Cunha Filho, Zama, Mattoso Câmara, Ferreira Vianna, Fernandes de Oliveira, Rodrigues Peixoto, Lemos, Custodio Martins, Afonso Penna, Pacifico Mascarenhas, Cesário Alvim, Mourão, Henrique Salles, Mata Machado, Joao Penido, Barros Cobra, Olympio Valadão, Carlos Peixoto, Affonso Celso Junior, Almeida Nogueira, Rodrigues Alves, Duarte de Azevedo, Cochrane, Geraldo de Rezende, Xavier da Silva, Marcondes Figueira, Esperidião Marques, Pinto Lima, Paulino Chaves, Maciel, Seve Navarro, Silva Tavares, Miranda Ribeiro e Rodrigo Silva. Total – 83. Respondem **não** os Srs. Barão de Araçagy, Bulhões Carvalho, Castrioto, Pedro Luiz, Bezamat, Alfredo Chaves, Lacerda Werneck, Andrade Figueira e Cunha Leitão. Total – 9. 9 de maio de 1888 – Entra em 2ª discussão o art. 1º do Projeto nº 1, de 1888. Discurso do Deputado Andrade Figueira contra o Projeto. **Idem.** pp.474-475. Segundo Emília Viotti da Costa, a fala de Andrade Figueira “era o último protesto da lavoura fluminense, a mais duramente atingida pela abolição e que defendia até os últimos instantes sua posição”. COSTA, Emília Viotti da. **A abolição.** 9. ed. São Paulo: Unesp, 2010.

Em 10 de maio de 1888, Affonso Celso apresentou um projeto de lei para considerar dia de festa nacional o dia em que fosse sancionada a lei que declararia extinta a escravidão no Brasil.¹⁶³⁷ Em apenas três dias, o projeto havia sido apresentado, emendado, discutido, aprovado e enviado para o Senado. Mais do que pressa, acreditamos que ambos os grupos tinham intenções na celeridade do processo. Os abolicionistas queriam evitar possíveis embargos que pudessem surgir dos escravocratas, principalmente no tocante a indenização. Já alguns representantes da grande propriedade, provavelmente, procuravam fugir da discussão sobre as reformas complementares à abolição naquele momento, empurrando esta questão para o futuro.

No dia 11, após a leitura do projeto no Senado, Dantas pediu a nomeação de uma Comissão especial para dar um parecer sobre a proposta. Aprovado o requerimento sem debate, a Comissão foi composta pelo próprio Dantas, Afonso Celso, Teixeira Júnior, Visconde de Pelotas e Escragnolle Taunay, oferecendo parecer favorável. No parecer, os senadores ainda consideraram que a lei aboliria igualmente todas as obrigações de prestação de serviço provenientes da legislação em vigor ou de libertações condicionalmente conferidas.¹⁶³⁸ Mais um golpe contra a renitência e pseudofilantropia senhorial.

Alguns representantes dos interesses agrícolas ainda pediram a palavra para discutir o projeto. Cotegipe, contumaz defensor do direito de propriedade dos senhores, foi o primeiro. Apesar de “rendido”, o senador fez sua crítica a abolição imediata e sem indenização. Segundo sua lógica, a questão não consistia em dividir o país entre escravocratas e abolicionistas, mas entre aqueles que queriam precipitar os acontecimentos e aqueles que buscavam resguardar o futuro de inconvenientes econômicos e políticos. Para ele, o projeto só reconhecia um fato já existente, pois, a extinção da escravidão já era uma realidade devido à ausência da força pública no combate as fugas em massas e a falta de apoio das autoridades para com os proprietários. A lei 3.353 serviria para “acabar com esta anarquia não havendo mais pretextos para tais movimentos, para ataques contra a propriedade e contra a ordem pública”¹⁶³⁹, reconhecendo assim que a sociedade civil, os escravizados e o movimento abolicionista, a partir das suas lutas e da desobediência civil, impuseram ao Parlamento a solução extraordinária.

¹⁶³⁷ 10-5-1888 – O Deputado Affonso Celso Junior apresenta projeto de lei nos seguintes termos. “A Assembleia Geral resolve: Art. 1º Será considerado de festa nacional o dia em que for sancionada a lei que declara extinta a escravidão no Brasil. Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.” *Idem*. p.476.

¹⁶³⁸ Paco do Senado, 11 de maio de 1888 – *Dantas – Afonso Celso – Teixeira Junior – Visconde de Pelotas – Escragnolle Taunay*.” *Idem*. p.479.

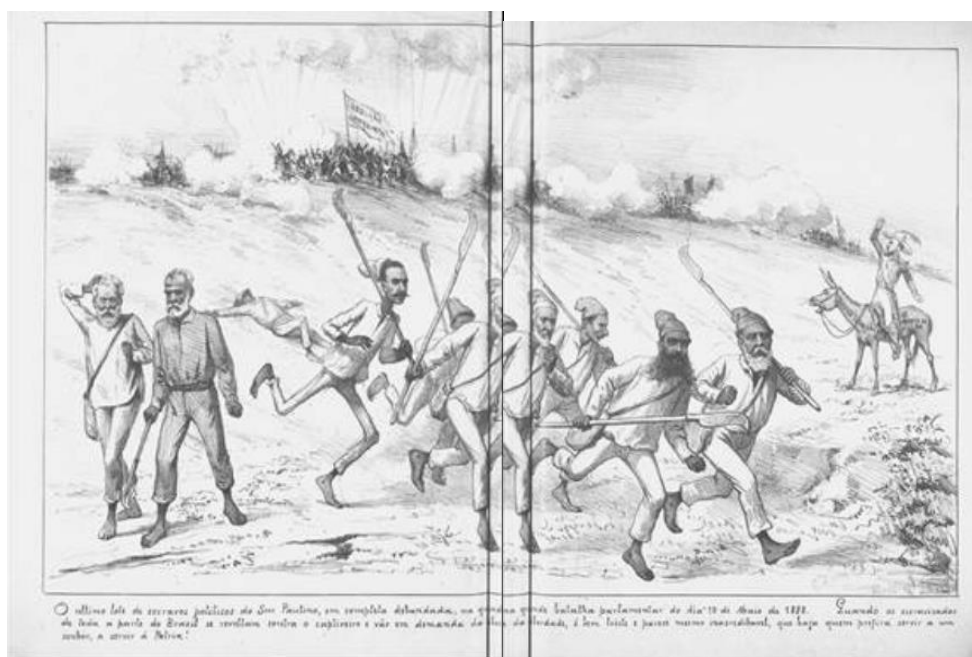
¹⁶³⁹ Discurso do Barão de Cotegipe declarando que não colocará obstáculo “à rápida passagem da proposição do governo”, mas manifestando suas preocupações relativamente à posição dos proprietários de escravos – e dos próprios escravos – em face da extinção da escravidão- no Império. Faz, ainda, um histórico das matérias correlatas, já votadas em 1831, 1850, 1855 e 1871. *Idem*. pp. 480-494.

Ao fazer algumas previsões econômicas, afirmou que não respeitar o direito à propriedade escrava era dar espaço, abrir precedentes, para a reforma agrária, para os pedidos de divisões das terras, podendo o Estado decretar a expropriação sem indenização. Já em termos políticos, o problema se asseverava na sua visão, pois, após a Abolição viria a República e a federalização do território brasileiro, consequências da perda de apoio dos proprietários que migravam para as fileiras republicanas.¹⁶⁴⁰

O senador pelo Rio de Janeiro e também representante dos interesses da lavoura, Paulino José Soares de Sousa também não deixou de se pronunciar e fez coro a Cotegipe. Segundo ele,

a solução está dada, e o trânsito pressuroso que vai tendo neste recinto a proposta do governo, não é senão um trâmite mais, com que se quer dar aparência de legalidade a uma medida, na concepção e no alcance, francamente *revolucionária*.¹⁶⁴¹

Imagem 52: Escravos do Senador Paulino fugindo.



Fonte: HDBN. Revista Illustrada (RJ). 13 de maio de 1888. Nº497. p.6 A legenda diz: O último lote dos escravos políticos do Snr. Paulino, em completa debandada, na grande batalha parlamentar do dia 10 de maio de 1888. Quando escravizados de toda parte do Brasil se revoltam contra o captivo e vão em demanda da liberdade, é bem triste e parece mesmo inacreditável, que haja quem prefira servir a um senhor, a servir à Pátria. [sic]

Paulino reconheceu que a lei havia chegado antes da hora desejada pelos proprietários, ao menos por aqueles que representavam as províncias do Rio de Janeiro, de Minas Gerais e da

¹⁶⁴⁰ **Idem. Ibidem.**

¹⁶⁴¹ Discurso do Senador Paulino de Sousa analisando os problemas que advirão com a aprovação da proposta e a atuação dos partidos (Liberal e Conservador) no Senado a esse respeito. **Idem.** pp.495-506.

Bahia, citados também por Cotegipe, que não podiam contar com tantos colonos quanto os senhores de São Paulo.¹⁶⁴² Aqueles, segundo o senador, sofreriam mais o impacto da abolição do que estes. Para ele, a “realeza, por amor a popularidade, por motivos de sentimentalismo, ou por cálculo político” procurava atender a propaganda popular, sacrificando além das classes interessadas na sua manutenção, o seu próprio poder. Paulino também citou o apoio que a imprensa da capital, “inimiga da grande propriedade territorial e adepta da pretensões exageradas da democracia”¹⁶⁴³, estava dando ao atual Gabinete e a sua proposta, enxergando nisso uma contradição, pois, segundo ele, “a índole, os hábitos e os interesses do feudalismo patriarcal” não condiziam com a democracia exagerada pregada pela imprensa.¹⁶⁴⁴ Para o conselheiro, após a abolição, essa mesma imprensa abolicionista proporia e tentaria obrigar o Ministério a aprovar outras pautas.¹⁶⁴⁵ Na sua visão, a proposta de abolição, como estavam querendo passar, era “inconstitucional, antieconômica e desumana”.

desumana, porque deixa expostos a miséria e a morte os inválidos, os enfermos, os velhos, os órfãos e crianças abandonadas da raça que quer proteger até hoje nas fazendas a cargo dos proprietários, que, hoje arruinados e abandonados pelos trabalhadores válidos, não poderão manter aqueles infelizes, por maiores que sejam os impulsos de uma caridade, que é conhecida e admirada por todos os que frequentam

¹⁶⁴² Dois grandes historiadores brasileiros apontaram a clássica divergência entre os interesses e as condições políticas e econômicas dos agricultores do Oeste Paulista e do Vale do Paraíba. A adesão dos fazendeiros paulistas, longe de se constituir em ação espontânea e benévola, foi crucial para que o movimento abolicionista alcançasse a lei em 1888. Algo que desagradou os representantes das elites cafeeiras de Minas e do Rio de Janeiro e também os plantadores de açúcar da Bahia e de Pernambuco. HOLANDA, Sérgio Buarque de, **Raízes do Brasil** (21ª ed.). Rio de Janeiro: José Olympio, 1989, pp. 128-131. COSTA, Emília Viotti da, **“O movimento republicano em Itu. Os fazendeiros do Oeste Paulista e os pródromos do movimento republicano (notas prévias)”**, Brasil, pp. 174, 176. COSTA, Emília Viotti da. Da Senzala à Colônia... Op. Cit. pp.41-42. Segundo Stanley Stein, às vésperas do 13 de maio, quando um senhor sugeriu - numa reunião de fazendeiros em Vassouras - que os presentes emancipassem seus escravos como forma de realizar com eles alguma negociação, como os fazendeiros de São Paulo faziam, este indivíduo quase foi linchado. STEIN, Stanley. Vassouras. Um município brasileiro do café. **Op. Cit.**

¹⁶⁴³ Senado Federal. A Abolição no Parlamento. **Op. Cit.** pp.500-501

¹⁶⁴⁴ **Idem. Ibidem.**

¹⁶⁴⁵ Paulino se referia a Cidade do Rio e as publicações favoráveis a pequena propriedade no jornal de José do Patrocínio. De fato, dentro dos programas sociais complementares dos abolicionistas mais “radicais”, como Patrocínio, Rebouças, Nabuco, entre outros, como sabemos, estava a proposta de democratização do solo, ou redistribuição das terras, que passava pelo imposto territorial e que foi tão pedido e pregada nas conferências e na imprensa abolicionista, atormentando os senhores. **CEPE Digital**: Columna Abolicionista IV: O Anti-Rebate. 03 de setembro de 1887. Nº10 p.1. **HDBN**: O programa social: os mártires da liberdade. Cidade do Rio (RJ). 17 de janeiro de 1888. Nº13. p.3. Pequena Propriedade. Cidade do Rio (RJ). 04 de julho de 1888. Nº147. p.1. Provavelmente escrito por Patrocínio, a publicação chamada *Pequena Propriedade* saiu em várias edições do Cidade do Rio contestando justamente os argumentos do Senador Paulino e da sua aristocracia territorial. O abolicionista demonstrava ter um grande conhecimento sobre a História da Inglaterra e da França, dentre outras nações europeias, que haviam promovido reformas territoriais, com o fim de diminuir o poder dos seus landlords e de redistribuir a riqueza nacional. Em uma de suas edições Patrocínio, citando o economista Joseph Garnier disse que: “depois da Liberdade, nada há mais benéfico, mais moralizador, do que a Propriedade Territorial. Dai uma nesga de terra a esses Libertos e o benefício ficará completo. A propriedade da terra, a choupana, a família, eis ahi tudo. (sic). **HDBN**: Cidade do Rio (RJ). 07 de julho de 1888. Nº150. p.1. Segundo ele, “bastou a Abolição, para os senhores que se diziam produtores de toda riqueza nacional e os sustentáculos do trono e do altar se metamorfosearem em republiquistas, ou em pedintes de indenização e de hipotecas. (sic). **HDBN**: Cidade do Rio (RJ). 10 de julho de 1888. Nº152. p.1; 13 de novembro de 1888. Nº255. p.1.

o interior do País. Antieconômica, porque desorganiza o trabalho, dando aos operários uma condição nova, que exige novo regimen agrícola; e isto, Sr. Presidente, ao começar-se uma grande colheita, que aliás poderia, quando feita, preencher apenas os desfalques das falhas dos anos anteriores. Ficam, e certo, os trabalhadores atuais; mas a questão não é de número, nem de indivíduos, e sim de organização, da qual depende principalmente a efetividade do trabalho, e com ela a produção da riqueza. É inconstitucional, porque ataca de frente, destrói e aniquila para sempre uma propriedade legal, garantida, como todo o direito de propriedade, pela lei fundamental do Império entre os direitos civis de cidadão brasileiro, que dela não pode ser privado, senão mediante previa indenização do seu valor.¹⁶⁴⁶

Afirmou que “os perigos que se antolham com este precedente, já foram assinalados, do modo o mais claro e positivo, pelo meu ilustre amigo, que me precedeu na tribuna”, fazendo referência ao precedente que, na visão deles, facilitaria uma expropriação territorial. Aqui podemos ratificar, como já viemos frisando, que a preocupação dos representantes da lavoura não estava somente na indenização da propriedade escrava. O medo de que outras propostas de reformas viessem após a abolição, principalmente uma reforma agrária, era real.¹⁶⁴⁷ E, mais ainda, os senhores temiam que ela chegasse da mesma forma que a abolição, através da pressão da opinião pública, de greves em massa de trabalhadores camponeses, dos protestos operários, etc.¹⁶⁴⁸

Segundo Dantas, os senadores que haviam previsto catástrofes após a abolição pareciam estar temendo, diante do fato de se aprovar uma reforma tão radicalmente liberal, “porque isso servirá de incitamento para que outras reformas, igualmente liberais, se possam empreender e

¹⁶⁴⁶ SENADO FEDERAL. A Abolição no Parlamento. **Op. Cit** pp.502-503.

¹⁶⁴⁷ Para os projetos de reforma agrária e inserção tanto da população negra quanto dos imigrantes veja: URBINATTI, Inoã Pierre C. **Ideias e Projetos de Reforma Agrária no Final do Império (1871-1889): Uma Análise de seu Sentido Político e Social**. Dissertação de mestrado. UERJ, Rio de Janeiro, 2008.

¹⁶⁴⁸ A questão do Imposto Territorial entrou em discussão na Câmara durante o Ministério Sinimbu (1878-1879), mas saiu de discussão rapidamente. O Imposto territorial era uma das pautas dos Liberais dissidentes que apoiaram a Abolição imediata e sem indenização. Os representantes da lavoura sabiam que este debate não estava encerrado e que poderia voltar, e voltou, à tona justamente após a Abolição. SCHULZ, John. A crise financeira da Abolição. **Op. Cit.** p.128. “A lei agrária”. **CEPE Digital: Jornal do Povo (PE)**. 31 de dezembro de 1884. Nº3. Os medos de Paulino e de outros proprietários rurais, que segundo Patrocínio não chegavam a ser 5.000 homens, refletia-se sobre as demandas dos abolicionistas considerados mais radicais, que pediam, além da igualdade perante a lei, a Democracia Rural. **HDBN: Cidade do Rio (RJ)**. 10 de julho de 1888. Nº152. p.1. A Democracia Popular e Rural se resumia na redistribuição das terras, na criação de uma camada de produtores diretos e desvinculados dos latifúndios, na expansão dos direitos sociais como a educação primária dos libertos que consequentemente lhes daria condições futuras de alcançar direitos políticos. Tudo isso, segundo Patrocínio era necessário após a Abolição para poder complementar a obra, o “ômega atual e salutar da evolução monárquica”. Ou seja, o apoio dado a Monarquia, após o 13 de maio, era na intenção de que esta continuasse sancionando e patrocinando os programas e as reformas sociais necessárias e caras aos interesses abolicionistas. Segundo Patrocínio, “o que a Democracia Rural quer é que cada um seja livre de adquirir a porção de terra necessária a sua subsistência, ao progresso do bem estar da sua família. O que ela condena é o latifúndio imenso, enorme; sem proporção alguma com as forças produtivas do monopolizador.” E era contra tudo isso, que os proprietários rurais estavam lutando, sendo representados no Parlamento pelos srs. Paulino e Cotegipe. **HDBN: Cidade do Rio (RJ)**. 12 de julho de 1888. Nº154. p.1. CHACON, Vamireh. O GOLPE REPUBLICANO CONTRA O ABOLICIONISMO. Revista Ciência e Trópico, Recife, vol 17. Nº2. pp.171-178. jul.dez, 1989. Disponível em: <https://periodicos.fundaj.gov.br/CIC/article/download/434/320> acessado em 03 de junho de 2021 às 20:07.

realizar em nossa pátria”.¹⁶⁴⁹ Apesar de terem seus argumentos, suas lamúrias e seus protestos registrados nas atas do Parlamento, não houve jeito, a lei 3.353 foi assinada num domingo, dia 13 de maio de 1888 às 15:15 horas, pela Princesa Regente Isabel. Neste dia, o Estado Imperial brasileiro reconheceu o direito à liberdade jurídica a algo em torno de 700.000 mil pessoas escravizadas e 400.000 mil ingênuos. Todavia, longe de se constituir o fim das lutas por cidadania e direitos no Brasil, esta lei, apesar de ser comemorada como uma grande vitória, foi apenas mais um começo.

Imagem 53: Homenagem da Revista Illustrada ao 13 de maio de 1888.



Fonte: HDBN. Revista Illustrada (RJ). 19 de maio de 1888. n°498. p.5.

¹⁶⁴⁹ 13-5-1888 – Discurso do Senador Dantas afirmando que a abolição “nao marcara para o Brasil uma epoca de miseria, de sofrimentos, uma epoca de penurias” como alguns parlamentares pensavam, porque, em 17 anos, 800.000 escravos tinham desaparecido do Brasil e, neste periodo, se notou “maior riqueza no Pais, grande aumento de trabalho e com ele maior producao e, como consequencia considerável aumento na renda publica”. Defende, ainda, as reformas liberais. SENADO FEDERAL. A Abolição no Parlamento. **Op. Cit** p. 506.

7.2 AS FESTAS DA ABOLIÇÃO: RUPTURAS E PERMANÊNCIAS DA ESCRAVIDÃO.

O povo que estava nas ruas da Corte, desde a aprovação da lei na Câmara dos Deputados, no dia 10 de maio, emendou a comemoração.¹⁶⁵⁰ Em Pernambuco, cuja capital já havia sido considerada livre no dia 04 de maio de 1888¹⁶⁵¹, o clima era de festa geral. A barcaça dos cupins, símbolo do abolicionismo pernambucano, podia ser vista nas ruas antes mesmo do 13 de maio. Segundo a comunicação d'O Paiz,

a barcaça recordava a evasão dos milhares de escravos arrancados pelos abolicionistas às senzalas dos mais emperrados e bárbaros senhores, e que eram enviados para as províncias vizinhas, aonde recebiam agasalho e emprego, dados pelas sociedades abolicionistas e emissários abolicionistas. [sic]¹⁶⁵²

Os dois principais jornais monarquistas, o *Diário de Pernambuco* (conservador) e o *Jornal do Recife* (liberal) fizeram uma cobertura das festas nas ruas, principalmente das comemorações oficiais, elogiando a Princesa Regente, o Ministério 10 de março, João Alfredo, deputados, senadores e as autoridades provinciais. O povo apareceu nas entrelinhas, eles não podiam esconder que essa vitória era, afinal, das ruas e das diversas camadas sociais que haviam lutado pela abolição.¹⁶⁵³

No final da tarde do dia 13, chegaram os telegramas e os telefonemas dando a notícia de que a lei havia sido sancionada. O primeiro a divulgar a informação ao público, segundo o *Diário de Pernambuco*, foi José Mariano, que deu vivas a João Alfredo, ao Ministério, ao presidente da província, Joaquim José de Oliveira e Andrade e a Princesa Regente. O povo veio logo em seguida, não nos vivas de Mariano, mas nas ruas. Uma aglomeração se formou na rua do Imperador, onde se ouviam músicas e brados de vitória. Da tipografia da *Província*, falaram Mariano, Martins Júnior e João Teixeira, para um público superior a 6.000 mil pessoas.¹⁶⁵⁴

No dia 14 de maio, o presidente da província remeteu ordens para que os magistrados municipais e as autoridades locais pudessem se encarregar de cumprir a lei imperial. Das matrizes das freguesias de São Frei Pedro Gonçalves do Recife, Santo Antônio, São José e Boa

¹⁶⁵⁰ **HDBN**: “O Povo.” Revista Ilustrada (RJ). 13 de maio de 1888. Nº497. p.6. **HDBN**: Diário de Pernambuco. 17 de maio de 1888. Nº111. p.8. Para saber sobre as festas do 13 de maio no Rio de Janeiro veja:

¹⁶⁵¹ **HDBN**: Diário de Pernambuco. 05 de maio de 1888. Nº 104. p.2.

¹⁶⁵² **HDBN**: O Paiz. 12 de maio de 1888. Nº1314. p.1.

¹⁶⁵³ O Diário de Pernambuco publicou as suas impressões sobre as festas da Abolição em Pernambuco cinco dias depois de ocorridos os acontecimentos, fazendo um resumo de como foram os dias 13,14,15,16 e 17. Os tipógrafos receberam alguns dias de “folga”, mas na verdade boa parte deles estavam nas ruas, recolhendo informações e festejando juntamente com a população. **HDBN**: Diário de Pernambuco. 17 de maio de 1888. Nº111. p.10

¹⁶⁵⁴ **HDBN**: Diário de Pernambuco. 17 de maio de 1888. Nº111. p.10

Vista saíram, ao meio dia, acompanhadas “por muito povo”, bandas marciais e filarmônicas desfilando pelas ruas da cidade. No dia 15 de maio, as manifestações foram mais salientes.¹⁶⁵⁵

Uma passeata saiu da rua do Bom Jesus, no Recife, às 18:30, acompanhada por cinco bandas de música, reunindo cerca de 20.000 pessoas que caminharam por diversas ruas da cidade se dispersando às 22:00 horas. Um carro alegórico, carregado por quatro corcéis, desfilou pelo Recife. Nele o povo podia ver uma jovem que simbolizava *Libertas*, “a deusa da Liberdade”, mais quatro homens que, sentados aos seus pés, representavam os libertos. No carro, os transeuntes e seguidores da passeata podiam observar inscritas as seguintes datas: 1831, 1871 e 1888. A lei conservadora e retrógrada de 1885, aprovada por Saraiva e Cotegipe não mereceu nem elogios, nem rememoração. Após esse carro, seguiam os estandartes das sociedades abolicionistas, todos podiam ver as bandeiras do *Clube Abolicionista*, *Ave Libertas*, *Comissão Central Emancipadora*, *Nova Emancipadora*, *União Liberal Abolicionista*, *União Abolicionista Comercial e Sociedade Pernambucana Contra a Escravidão*. Esses estandartes eram seguidos e carregados por mais de 300 cavalheiros, todos vestidos de branco, levando nos bonés e chapéus de palha de Itália fitas com as cores verde e amarelo com a palavra Abolição gravada neles. Apesar de não fazerem menção as mulheres, elas deviam estar neste desfile, pois o estandarte da *Ave Libertas* foi identificado.¹⁶⁵⁶

Em seguida, as pessoas presentes conseguiram ainda ver passar uma jangada, que era carregada por libertos e tripulada por dois jangadeiros de madeira. A embarcação tinha na sua vela as inscrições *25 de março de 1884 – Nascimento – Ceará Livre*. Logo após a Jangada de Nascimento, vinha sendo carregada a Barcaça do João Ramos, “o afamado emblema do *Club do Cupim*, que por sua vez prestava há anos relevantes serviços a liberdade, enviando os escravizados para livres terras.”¹⁶⁵⁷ Várias pessoas fizeram questão de carregá-la no ombro, “num desfile triunfal”. Fechava o préstito um grande número de pessoas de todas as classes sociais, com uma “marche aux flambeaux”.¹⁶⁵⁸ Festa digna do grande evento.

Com um discurso apaziguador e conciliatório, os redatores do jornal conservador, *Diário de Pernambuco*, que tanto haviam criticado a marcha do movimento, anunciado em suas páginas muitas vezes como radical, intransigente, anarquista, escreveram que “o povo pernambucano mostrou-se como esperávamos, tão digno e nobre em festejar a sanção da lei da Abolição, como o fora nos meios que empregar a em ordem a conseguir esse desideratum.”¹⁶⁵⁹

¹⁶⁵⁵ **Idem.**

¹⁶⁵⁶ **Ibidem.**

¹⁶⁵⁷ **Ibid.**

¹⁶⁵⁸ **HDBN:** Diário de Pernambuco. 17 de maio de 1888. Nº111, p.10

¹⁶⁵⁹ **Idem.**

Após o 13 de maio, muita gente virou “abolicionista”. Eram os chamados “abolicionistas do 14 de maio”.

No dia 16 de maio, os festejos continuaram na mesma intensidade. Estudantes de preparatórios, sociedades musicais, poetas, oradores, artistas, além de percorrem as ruas da cidade, tocando música e recitando poesias e brados de vitória durante o dia, reuniram-se à noite para acompanhar a sessão cívica no teatro Santa Isabel, às 20:00 horas. No dia 17, os estudantes da Faculdade de Direito do Recife saíram da praça Pedro II em passeata, percorrendo as principais ruas da cidade e até mesmo alguns professores os acompanharam. Às 16:00 horas, os estandartes das sociedades abolicionistas foram levados em procissão para serem guardados no *Instituto Archeologico e Geográfico Pernambucano*, onde “deveriam ficar depositados para atestar aos pósteros os esforços feitos praticados pelos pernambucanos para a libertação da pátria”.¹⁶⁶⁰ Infelizmente, já sabemos que não podemos encontrar todos estandartes no IAHGP.¹⁶⁶¹ Também foi depositado no Instituto naquele dia, a Barcaça de João Ramos, símbolo dos cupins e um livro de ouro com o nome dos abolicionistas que comemoraram as festividades do 25 de março de 1884 em Pernambuco, outros artefatos que não existem mais no acervo da instituição.¹⁶⁶²

Sobre o futuro dos libertos, as representantes da *Ave Libertas* foram as únicas a publicarem um anúncio no *Diário de Pernambuco*, salientando que, apesar de terem vencido a “grande causa”, ainda restava a tarefa de olhar para a sorte daqueles que haviam recebido a liberdade. Segundo as abolicionistas, “a abolição do estado escravo é um corolário lógico da evolução social porque ultimamente tem passado o Brasil, e a consagração da lei eterna – nada há que resista contra as leis da natureza.”¹⁶⁶³ No mais, no *Diário de Pernambuco* tudo era elogioso, os nomes de João Alfredo, da Princesa Isabel, de Nabuco e de José Mariano foram os mais citados e glorificados pelos redatores e pelos correspondentes do jornal e da sua edição comemorativa em homenagem a lei Áurea de 1888. Sobre a passeata dos africanos que percorreram a cidade do Recife no dia 18, pouco escreveram.

Segundo a redação do jornal, a comunidade africana e de descendentes de africanos foram representados pelos acadêmicos negros Manoel da Mota Monteiro Lopes e Feliciano André Gomes, que enviaram um telegrama saudando João Alfredo. Ao qual o conselheiro

¹⁶⁶⁰ **Ibidem.**

¹⁶⁶¹ Dos nove estandartes que foram depositados: Club Abolicionista, Ave Libertas, Comissão Central Emancipadora, Nova Emancipadora, União Liberal Abolicionista, União Abolicionista Commercial, Sociedade Pernambucana Contra a Escravidão, Acadêmica de 1888 e Club Ceará Livre, restaram somente os da União Liberal Abolicionista e o da Ave Libertas.

¹⁶⁶² **HDBN:** Diário de Pernambuco. 19 de maio de 1888. Nº113. p.3.

¹⁶⁶³ **HDBN:** Diário de Pernambuco. 17 de maio de 1888. Nº111. p.11.

respondeu: “aos acadêmicos André Gomes e Monteiro Lopes, agradeço cordialmente felicitações dirigidas pelos africanos dessa cidade – João Alfredo”.¹⁶⁶⁴

No *Jornal do Recife*, a passeata foi melhor descrita, com o título de “Regozijo popular”. Ficamos sabendo que além de enviarem telegramas a João Alfredo, os africanos foram cumprimentar o presidente da província, sendo representados por Feliciano André Gomes e Monteiro Lopes. Do palácio da presidência, seguiram para a rua do Vigário, onde João Ramos tinha um escritório e Barros Sobrinho um consultório, para agradecerem aos dois abolicionistas. Barros Sobrinho recebeu as palavras de Feliciano André Gomes e Monteiro Lopes com um outro agradecimento, mas disse que aquela homenagem “competia mais ao Sr. João Ramos, pois havia ele trabalhado destemidamente em prol da causa dos captivos”.¹⁶⁶⁵

Os representantes da Faculdade de Direito do Recife prestaram sua homenagem ao dia 13 de maio, lançando uma edição especial do jornal *A Academia*. A edição de 13 de maio iniciou com um elogio de Tobias Barreto ao trabalho livre, “condição fundamental da saúde de qualquer Estado, principalmente de uma democracia”.¹⁶⁶⁶ Bianor de Medeiros escreveu em homenagem a João Ramos, afirmando que

ontem a tirania perscrutava admirada o segredo inviolável do Club do Cupim, hoje a mocidade se emociona entusiasticamente, no meio do festim, erguendo estrepitosos vivas ao **chefe do abolicionismo ilegal**.¹⁶⁶⁷

Apesar de também descreverem o movimento em alguns momentos como algo que se encerrou de forma ordeira e pacífica, sem derramamento de sangue, como na França em 1893 e nos EUA entre 1861-1865¹⁶⁶⁸, lembravam que nem tudo na jornada tinha sido flores. Para Bianor, que considerou o *Club do Cupim* um exemplo de civismo,

amanhã a geração futura risonha, agradecida, contemplando a destemida barça entre as relíquias da grande causa, no Instituto Archeologico, comentará o heroísmo do abençoado exportador, que mandava seguir os por sobre as vagas os captivos, em busca da terra santa, enquanto vacilam perplexos os retrógrados perseguidores, perdidos, abstratos nas vagas procelosas do mistério.¹⁶⁶⁹

¹⁶⁶⁴ **HDBN**: Diário de Pernambuco. 25 de maio de 1888. N°118. P.2.

¹⁶⁶⁵ **Idem**.

¹⁶⁶⁶ **CEPE Digital**: A Academia: homenagem dos estudantes de Direito ao dia 13 de maio. 13 de maio de 1888. p.1.

¹⁶⁶⁷ **Idem**. p.2.

¹⁶⁶⁸ **Idem**. p.2. **HDBN**: Jornal do Recife. 17 de maio de 1888. N°111. p.1. **HDBN**: Diário de Pernambuco. 17 de maio de 1888. N°111. pp.10-11.

¹⁶⁶⁹ **CEPE Digital**: A Academia: homenagem dos estudantes de Direito ao dia 13 de maio. 13 de maio de 1888. p.2.

Acerca de Barros Sobrinho escreveu que foi ele “o piloto inabalável da barcaça do Cupim; é o cupim intransigente e incorruptível, a ação arseniosa do escravagismo.”¹⁶⁷⁰ Entendiam o Cupim como uma instituição que havia contribuído para a Abolição de maneira direta, secreta, ilegal, arseniosa (venenosa), e agora, que o fato tinha se consumado, sentiam-se livres para poder elogiar os seus líderes abertamente.

Em homenagem a Leonor Porto, Sergio Loreto escreveu, “Leonor porto é uma esperança brilhante do alargamento dos direitos das mulheres; e amanhã, uma das estrelas que, abrilhantarão a nossa galeria de heroínas pernambucanas.”¹⁶⁷¹ Sobre o republicano Maciel Pinheiro, falaram que o juiz jornalista, ou jornalista juiz, auxiliou os escravos com seus luminosos artigos que apareciam como sentenças em favor dos escravizados, “mais um dos trabalhadores obscuros da causa da Liberdade”. Acerca de José do Patrocínio, disseram que ele era um dos poucos cidadãos que ocupava o 1º plano na galeria do abolicionismo. Humildemente, João Ramos respondeu as homenagens com poucas palavras afirmando, “o Cupim justifica-me”.¹⁶⁷²

Imagem 54: Abolicionistas pernambucanos.



Fonte: HDBN: Jornal Pequeno. 12 de maio de 1914. Nº105. p.1.

¹⁶⁷⁰ **Idem.**

¹⁶⁷¹ **Ibidem.**

¹⁶⁷² **CEPE Digital:** A exposição. Revista crítica e humorística. Nº27. Anno. 2º. 13 de maio de 1888. p.3

Os acadêmicos elogiaram e lembraram primeiramente dos homens e das mulheres que estavam mais ligados ao que eles acreditavam ser o verdadeiro abolicionismo, ao movimento das ruas, do povo, de fora das instituições monárquicas. Enquanto os jornais monarquistas privilegiavam e homenageavam os homens e a mulher – a Princesa Regente – que representavam o sistema, a juventude republicana exaltava mais as ações e os representantes do abolicionismo radical, ilegal, homens e mulheres em sua maioria também republicanos.

Ainda que tenham prestado em seus jornais homenagens a Rio Branco, João Alfredo, Antônio Prado, Joaquim Nabuco, José Mariano, “o Povo” foi mais lembrado e saudado nos jornais republicanos. José de Castro e Silva, por exemplo, disse que foi “o povo” que,

ergueu-se para a luta, e intrépido venceu. Sua alma agora exulta, entoa alegremente hinos da vitória, o povo, sim o povo, o Hércules da guerra. Audaz mais que o leão que ruga lá na serra, depois de batalhar vai descansar na história.¹⁶⁷³

Um articulista desconhecido elogiou a ação “do povo sem nome” como sendo a principal motivadora da Abolição no Brasil. A declaração dele pode ser comparada ao poema de Bertold Brecht, publicado em 1935, “Perguntas de um operário que lê”,¹⁶⁷⁴ 47 anos antes do teatrólogo e poeta marxista, ele afirmou,

como e por quem foi feita a abolição dos escravos? É inútil investigar. Ela foi feita pelo povo brasileiro, pela coletividade, como todas as grandes cousas, que não perecem na humanidade. O que forma a avalanche, que rola do cimo das montanhas? Os flocos de neve, que se acumulam. Quem fez as grandes catedrais góticas e as pyramides, que se elevam nas planícies vastas e desertas do Egito? O povo, que não tem nome. É esta a história da abolição no Brasil.¹⁶⁷⁵

Em outro periódico comemorativo da Abolição, *A Exposição: Revista crítica e humorística*, José Mariano, Phaelante da Câmara e Francisco de Paula Mafra proferiram palavras defendendo a federação. Após a Abolição, a autonomia das províncias se tornou a nova bandeira dos liberais dissidentes pernambucanos. Na visão deles, “libertamos os negros, precisamos libertar agora os brancos”.¹⁶⁷⁶ Segundo Mariano, “feita a Abolição, a nossa bandeira

¹⁶⁷³ **CEPE Digital:** A Academia: homenagem dos estudantes de Direito ao dia 13 de maio. 13 de maio de 1888. p.3

¹⁶⁷⁴ BRECHT, Bertold. "Perguntas de um Operário que Lê": Disponível em: <https://www.recantodasletras.com.br/poesias-patrioticas/3265594> acessado em 26 de abril de 2021 às 21:56.

¹⁶⁷⁵ **HDBN:** Jornal do Recife. 17 de maio de 1888. Nº111. p.1

¹⁶⁷⁶ **CEPE Digital:** A exposição. Revista crítica e humorística. Nº27. Anno. 2º. 13 de maio de 1888. p.3.

deve ser Federação ou separação.”¹⁶⁷⁷ O deputado conservador Gaspar Drumond escreveu, “a abolição está realizada, mas tudo ainda não está feito. É preciso educar o liberto, para que ele tenha a noção da dignidade humana, que a escravidão aviltou e ame o trabalho, que a escravidão fê-lo odiar.”¹⁶⁷⁸

Imagem 55: Francisco Phaelante da Câmara Lima



Fonte: Col. Francisco Rodrigues; FR-2669. (Hermina Costa) disponível em:
http://www.dominipublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=68266
 acessado em 04 de maio de 2021 às 16:11.

Essas palavras, publicadas num momento de comemoração, demonstram também que nem todo mundo enxergava a Abolição como algo pacífico ou como um fim em si mesmo. Para os companheiros de Mariano e Nabuco, liberais dissidentes, a continuidade das reformas era necessária para dar prosseguimento aos seus interesses políticos e econômicos. Para monarquistas conservadores como Drumond, eram necessárias agora novas leis para tratar do controle dos libertos. Ao enfatizar o caráter conflituoso e o fim conciliador do movimento, Francisco Moraes escreveu, “o que ontem era um crime, é hoje uma das maiores glórias nacionais.”¹⁶⁷⁹ Arthur Fenelon seguiu o coro e disse, “o que ontem era uma utopia, hoje é uma

¹⁶⁷⁷ **Idem.** A autonomia das províncias e dos municípios e os estabelecimento da pequena propriedade era vista pelos liberais dissidentes e por alguns republicanos como conquistas que deveriam vir como consequências da Abolição. **HDBN:** Cidade do Rio (RJ). 27 de agosto de 1888. N192. p.1.

¹⁶⁷⁸ **Idem.**

¹⁶⁷⁹ **Idem.**

verdade, o que ontem era um sacrilégio, hoje é uma virtude”.¹⁶⁸⁰ As visões e previsões acerca da Abolição estavam sendo construídas a partir de múltiplos olhares.

As comemorações pela abolição não pararam no mês de maio, em julho de 1888, em homenagem à lei Áurea e ao aniversário da Princesa Isabel, os homens pretos do Recife organizaram um *Te Deum* na igreja de Nossa Senhora do Rosário em Santo Antônio. Estiveram presentes Feliciano André Gomes, Manoel da Mota Monteiro Lopes, Barros Sobrinho, Leonor Porto, a colônia africana, representada pelos srs. Frederico Albadeth e Cassiano Fernando, membros do *Monte Pio Popular Pernambucano* e da *Sociedade dos Artistas Mechanicos e Liberais*.¹⁶⁸¹

O povo do Poço da Panela chegou a publicar um jornal em edição especial, em comemoração ao 13 de maio e em homenagem a José Mariano, chamado *Victoria*.¹⁶⁸² A homenagem, que saiu no dia 03 de junho de 1888, buscava associar a imagem do político ao abolicionismo popular, elogiar o seu caráter democrata e combater os abolicionistas de última hora. Segundo uma publicação, que saiu no jornal, assinada por Genorina Paz, “quem não quererá hoje a glória? Quem não dirá, eu trabalhei, eu pedi. Tendo feito mesmo o contrário?”¹⁶⁸³ Na visão da senhora, a glória só era merecida pelos que haviam trabalhado pela causa e nessa categoria estavam, em sua visão, Joaquim Nabuco e José Mariano.

No jornal comemorativo já podemos ver a construção de uma narrativa onde José Mariano era endeusado, como abolicionista, em detrimento de outros batalhadores.¹⁶⁸⁴ Quem escreveu o editorial de apresentação, fazendo uma espécie de apologia ao abolicionismo de Mariano, foi ninguém menos que o professor da *Faculdade de Direito do Recife*, membro do *Instituto Archeológico* e um dos maiores historiadores de Pernambuco na virada do século XIX

¹⁶⁸⁰ **Idem. Ibidem.**

¹⁶⁸¹ **HDBN:** Diário de Pernambuco. 10 de julho de 1888. N°172. p.2.

¹⁶⁸² **CEPE Digital:** Victoria. Número único. Homenagem dos habitantes da Freguezia do Poço da Panela ao batalhador incansável, ao benemérito democrata, ao tribuno do povo Dr. José Mariano Carneiro da Cunha em honra ao dia da victoria abolicionista. 13 de maio de 1888. 4 páginas.

¹⁶⁸³ **Idem.** p.3. José Correia do Amaral escreveu a João Ramos, em 22 de maio de 1888, informando que na sessão da Perseverança e Porvir o seu nome havia sido muito saudado e lembrado e que os membros da Cearense Libertadora haviam escrito uma ata com o nome dos “abolicionistas sinceros”, para que os abolicionistas de última hora, inimigos do Gabinete 25 de março de 1884, não fossem esquecidos. **IAHGP.** Caixa 21. Maço 2. Doc. 827. Correspondência do João Ramos. Carta de José Correia do Amaral a João Ramos. 22 de maio de 1888.

¹⁶⁸⁴ Flávia Braga afirma que é um caso digno de estudo o porquê de José Mariano ter ganhado tanta força na memória pernambucana como líder do movimento abolicionista. Para além da sua trajetória como uma liderança política popular, tanto no Império quanto na República, sugerimos que a ligação de José Mariano com os intelectuais pernambucanos, que controlavam espaço de produção de memória como a FDR e o Instituto Archeológico e Geográfico Pernambucano, seja uma das respostas. BRAGA, Flávia Bruna Ribeiro da Silva. “DITADURA”, ABOLIÇÃO E REPÚBLICA. **Op. Cit.** p.13.

para o XX, José Hygino Duarte Pereira.¹⁶⁸⁵ Além de amigo pessoal de Mariano¹⁶⁸⁶, José Hygino também se apresentou como morador do Poço da Panela e conhecedor dos mistérios do Cupim.

¹⁶⁸⁵ José Hygino Duarte Pereira nasceu na cidade do Recife em 22 de janeiro de 1847, filho de Luiz Duarte Pereira e de Carlota de Miranda Duarte. Em 1862, ingressa no Curso de Ciências Jurídicas da Faculdade de Direito do Recife. Interrompeu seus estudos no 3º ano para fazer parte dos voluntários que iriam lutar na Guerra do Paraguai. Serviu como praça (qualquer militar não graduado ou sem posto) no Rio de Janeiro e não foi à luta de campo por ser considerado de constituição física fraca. Voltou para o Recife e concluiu o curso jurídico em 1867. Na mesma faculdade obteve o grau de doutor em 1876. Em 1874, casa-se com Margarida da Câmara Duarte Pereira, com quem teve seis filhos. Iniciou sua carreira política como deputado provincial na cidade de Desterro (atual Florianópolis), em 1876, onde também exerceu o cargo de juiz municipal. Foi reconduzido ao Recife por ter sido eleito Deputado à Assembleia Provincial de Pernambuco, nomeado Juiz Substituto do Estado (1876) e Secretário da Presidência da mesma província (16 abr. 1878 a 28 dez. 1879). Em 1878, obteve honrosa classificação em concurso da Faculdade de Direito do Recife para professor substituto e, quatro anos depois, foi nomeado professor catedrático. Em 1884, seguiu para a Holanda, incumbido pelo Presidente da província, o desembargador Jose Manoel de Freitas, sob proposta do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano, e aprovação do governo imperial a fim de examinar e estudar os documentos referentes ao período da invasão holandesa em Pernambuco. Dois anos depois, foi forçado a retornar ao Brasil por perseguição dos monarquistas pernambucanos, já que Hygino manifestara no Jornal da Tarde sua posição contra o regime monárquico. Nesse mesmo ano, 1886, publica um relatório de pesquisas na Holanda e durante algum tempo traduziu os textos que copiara dos arquivos holandeses. No governo do presidente Deodoro da Fonseca, Hygino foi eleito como um dos parlamentares que formavam a comissão responsável pelo parecer sobre o projeto da Constituição. Quando o Congresso foi arbitrariamente dissolvido por Deodoro, Hygino rebelou-se contra essa ação presidencial. No início do governo do marechal Floriano Peixoto, José Hygino foi eleito senador ao Congresso Constituinte da República. Exerceu as funções de ministro da Justiça (23 nov. 1891 a 10 fev. 1892) e, simultaneamente, por um ano, comandou os Ministérios do Interior e da Instrução Pública. Em 1893, deixou o ministério da Justiça e foi nomeado Ministro do Supremo Tribunal Federal. Quando da instalação da República, José Hygino deixa a vida pública e se estabelece como advogado no Rio de Janeiro. Paralelamente, retoma o trabalho de historiador. Em 1899, publicou sua tradução do Tratado de direito penal alemão, de Franz Von Liszt. Na gestão do presidente Campos Salles, 1901, José Hygino representou o Brasil como Delegado Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário e Vice-Presidente da Segunda Conferência Panamericana, na cidade do México. Foi sua a proposta de codificação do Direito internacional público e privado, elaborada ombro-a-ombro com juristas americanos e europeus, que não viu conclusa devido ao seu falecimento que ocorreu aos onze dias do mês de dezembro de 1901, na cidade do México. http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=888%3AJose-hygino-duarte-pereira&catid=45%3Aletra-j&Itemid=1 acessado em 28 de novembro de 2020 às 14:29.

¹⁶⁸⁶ Segundo Tobias Barreto, José Hygino, contra quem ele travou duros debates nos anos finais de sua vida, era protegido e amigo de José Mariano. Afirmou que muitas das respostas às suas críticas saíam no *Diário de Pernambuco* e na *Província*, sobre as coberturas de Mariano. Segundo Tobias Barreto, José Mariano queria fazer de Hygino uma notabilidade científica, “como pode fazer deste ou daquele tipo – fiscal da Câmara”. Ou seja, explicitava mais uma vez as relações políticas da Sociedade do Favor. Nesta mesma missiva, ele explicou a Silvio Romero, que Martins Júnior, a quem prestou auxílio quando do concurso para lente da FDR, conversava com José Hygino, seu desafeto, sobre sua pessoa. Carta de Tobias Barreto a Silvio Romero. Recife, 18 de outubro de 1888. In: Tobias Barreto (1839- 1889). **Op. Cit.**

Imagem 56: José Hygino Duarte Pereira.



Fonte: Col. Francisco Rodrigues; FR-4145. Disponível em:
http://www.dominipublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=69142
 acessado em 04 de maio de 2021 às 16:06.

Os combates pela história e pelas narrativas acerca da abolição começaram, como já falamos, antes do 13 de maio e não se encerraram até hoje.¹⁶⁸⁷ Como diz Michael Pollak,

essas memórias subterrâneas que prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível afloram em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbadas. A memória entra em disputa. Os objetos de pesquisa são escolhidos de preferência onde existe conflito e competição entre memórias concorrentes.¹⁶⁸⁸

¹⁶⁸⁷ Dentre as várias análises historiográficas sobre o movimento abolicionista e as várias interpretações sobre o 13 de maio, antes, durante e após a Abolição, podemos destacar alguns trabalhos: MACHADO, Maria Helena. O Plano e o Pânico. **Op. Cit.** MACHADO, Maria Helena. O Plano e o Pânico... **Op. Cit.** TOPLIN, Robert Brent. The Abolition of Slavery in Brazil. **Op. Cit.** ALONSO, Angela. Flores, Votos e Balas. **Op. Cit.** COSTA, Emília Viotti da. **A abolição**. 9. ed. São Paulo: Unesp, 2010. GOUVÊA, Fernando da Cruz. Abolição: A liberdade veio do Norte. **Op. Cit.** ARGON, Mária de Fátima Moraes. e CERQUEIRA, Bruno da Silva Antunes de. Alegrias e Tristezas. **Op. Cit.** Veja principalmente a parte: Teoria e história da historiografia nos estudos isabelistas.

¹⁶⁸⁸ POLLAK, Michel. Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos Históricos**. Vol 2. Rio de Janeiro: 1989. p.4. Segundo Jacob Gorender, alguns historiadores monarquistas como Nabuco e Pedro Calmon e outros ensaístas não monarquistas, movidos pelo propósito ideológico de apagar da memória nacional o conteúdo revolucionário-popular das lutas abolicionistas, terminaram afirmando e enaltecendo a ação da Coroa como a principal agente da Abolição. Ao elencar uma série de trabalhos analisados, segundo Gorender, enquanto Octávio Ianni, representante da chamada escola Sociológica de São Paulo, deu maior ênfase na ação dos produtores paulistas “progressistas”, entendendo que foi por meio da ação destes homens poderosos que a abolição da escravidão se tornou lei, Robert Conrad, Ronaldo Marcos dos Santos e Lana Lage Lima foram os primeiros a se utilizarem da perspectiva de que a ação social e política dos escravos e dos abolicionistas de classe média e dos setores populares urbanos foi crucial para a derrocada do regime. Ao aproveitarmos esta “crítica-dica” de Gorender a uma história mais oficial, podemos dizer que os processos macropolíticos que levaram ao fim da escravidão no Brasil foram instigados e forçados pelo processo revolucionário popular do movimento. Como veremos neste trabalho, a ilegalidade e a desobediência civil foram utilizadas como recursos e meios por escravizados, abolicionistas, senhores e pelo Estado em diversos momentos do processo. GORENDER, Jacob. A escravidão reabilitada. **Op. Cit.** pp. 143-145.

Mariano, certamente, sabia da importância política de ser considerado o principal tribuno da abolição em Pernambuco e reivindicava para si esse título. Hygino começou elogiando não somente sua pessoa, mas o povo do Poço da Panela, perguntando “quantas vezes aqueles não haviam ajudado os escravos que procuravam a liberdade pela fuga?”¹⁶⁸⁹ Segundo ele, todo mundo conhecia a tradição e o nome daquele pequeno canto de Pernambuco,

onde o bemfeitor dos escravos havia erigido um asilo para os que tivessem a coragem e a fortuna de transpor as porteiras do engenho no intuito de reaver, por seu próprio esforço, a liberdade de que os esbulhara o grande crime da escravidão.¹⁶⁹⁰

Para Hygino, Mariano era uma pessoa que “via no outro não o escravo, mas o homem escravizado, e assegurava-lhe proteção para que, legal ou ilegalmente, voltasse a sua condição de criatura livre e racional”.¹⁶⁹¹ Os escravizados eram atraídos pelas histórias e pelo prestígio de José Mariano, “confiando no seu amparo, fugiam de dia ou de noite, escondiam-se nas matas, percorriam na calada da noite caminhos difíceis, nus, seminus, trazendo as vezes ferros ao pescoço ou aos pés, chegavam a Terra da Redenção”. Ao chegarem no Poço e perguntarem pelo homem, mulheres e crianças indicavam a casa dele. Se o tribuno não estivesse presente, estava presente para acoitá-los

a esposa, a mãe, o anjo de caridade, que sem cogitar na glória, alheia a toda ideia política, obedecendo somente ao impulso dos seus sentimentos generosos, erguia o escravo, enxugava-lhe as lágrimas quentes e repartia com ele o alicio do lar doméstico.¹⁶⁹²

Após alguns dias, o abrigo ficava cheio de fugitivos e era necessário dar-lhes destino. O rio Capibaribe, “grande cúmplice na obra da redenção”, ficava perto da casa de Mariano. Geralmente às dez horas da noite, segundo Hygino, eles eram embarcados, deixando na terra da escravidão (Pernambuco) “todos os entes que lhe eram caros, para serem transportados ao porto do Recife, onde os esperava a barcaça salvadora, mediante dous mil réis por cabeça, preço do transporte para o Ceará.” [sic] Valor pago muitas vezes com os recursos adquiridos após as conferências abolicionistas.¹⁶⁹³

¹⁶⁸⁹ **CEPE Digital:** Victoria. Número único. Homenagem dos habitantes da Freguezia do Poço da Panela ao batalhador incansável, ao benemérito democrata, ao tribuno do povo Dr. José Mariano Carneiro da Cunha em honra ao dia da victoria abolicionista. 13 de maio de 1888. p.2.

¹⁶⁹⁰ **CEPE Digital:** Victoria. Número único. Homenagem dos habitantes da Freguezia do Poço da Panela ao batalhador incansável, ao benemérito democrata, ao tribuno do povo Dr. José Mariano Carneiro da Cunha em honra ao dia da victoria abolicionista. 13 de maio de 1888. pp.2-3.

¹⁶⁹¹ **Idem.**

¹⁶⁹² **Idem. Ibidem.**

¹⁶⁹³ **Ibid.**

Percebemos que José Hygino tinha informações privilegiadas sobre os procedimentos dos cupins, talvez tenha recebido as informações do próprio José Mariano ou de outros membros do Clube. Podemos até conjecturar que o professor de Direito também estivesse envolvido direta ou indiretamente com o Clube, tendo em vista que os seus membros frequentavam as instituições as quais ele estava ligado, a FDR, o *Instituto Archeologico*, os teatros recifenses, as associações abolicionistas e que muitos dos cupins haviam sido ou eram seus alunos e amigos.¹⁶⁹⁴

Segundo ele, “os defensores do direito constituído e inimigos da anarquia” gritavam que José Mariano possuía um valhacouto de escravos em suas terras. E ao criticar a posição desses homens, como bom jurista, Hygino executou uma defesa em favor do direito de desobediência civil. Explicou que numa sociedade fundada sobre a escravidão como direito positivo, educada por ela e para ela, acolher escravos fugidos era um atentado contra a inviolabilidade da propriedade, um roubo, um crime infamante. Todavia, bem sabia Mariano e seus companheiros que “nenhuma transformação social que fazem época na história da humanidade se operou por meios rigorosamente legais”.¹⁶⁹⁵ Na luta do direito novo contra o direito velho, a ação valia mais que a palavra. Para Hygino era a ação, “de força moral positiva” que constituía a agência dos abolicionistas radicais. Agência que “iluminou e dominou a consciência nacional, é legítima perante a história, embora criminosa perante a lei caduca.”¹⁶⁹⁶

Também no dia 13 de junho, a colônia portuguesa em Pernambuco realizou uma festa em homenagem à Abolição. Os representantes da colônia em Pernambuco, em sua maior parte grandes negociantes,¹⁶⁹⁷ entregaram a José Mariano uma pena de ouro e uma escrivanhinha de prata e ouro, cravejada de brilhantes e rubis, com um cartão inscrito: “a colônia portuguesa de Pernambuco oferece ao defensor da abolição, Dr. José Mariano – 13 de maio de 1888. Decreto nº3353.” Após a cerimônia, que se deu na sede da *Associação Comercial Agrícola*, um grupo

¹⁶⁹⁴ Segundo Arthur Muniz, Tobias Barreto e José Hygino eram considerados “portadores de ideias subversivas, anarquistas no seio da mocidade”. MUNIZ apud. BRAGA, Flávia Bruna Ribeiro da Silva. “DITADURA”, ABOLIÇÃO E REPÚBLICA. **Op. Cit.** p.76. Sabemos que Hygino era ligado a Tobias Barreto pela FDR. Também tinha vínculos com José Mariano, tornando-se conhecedor dos segredos dos cupins, considerado abolicionista radical e que também lecionava aulas de Direito Natural para os alunos do 1º ano da FDR. Suas aulas provavelmente chamavam atenção do alunado, alguns deles decidiram, inclusive, taquigrafar os ensinamentos dados pelo professor. **HDBN: O Propulsor: órgão de interesses abolicionistas, industriais, agrícolas, literários, etc.** 09 de abril de 1883. Nº01. p.3. BARRETO, Tobias. **Vários escritos.** Aracaju, Estado de Sergipe, 1926. (Obras completas, 2). pp. 285-286.

¹⁶⁹⁵ **CEPE Digital:** Victoria. Número único. Homenagem dos habitantes da Freguezia do Poço da Panela ao batalhador incansável, ao benemérito democrata, ao tribuno do povo Dr. José Mariano Carneiro da Cunha em honra ao dia da victoria abolicionista. 13 de maio de 1888. p.2.

¹⁶⁹⁶ **Idem.**

¹⁶⁹⁷ José Maria de Andrade, Visconde de Loyo, comendadores Miguel José Alves e Francisco Ribeiro Pinto Guimarães, Antônio Joaquim Barboza Vianna, Manoel Nunes da Fonseca, Dr. José de Albuquerque e o cônsul de Portugal. **HDBN: Diário de Pernambuco.** 13 de junho de 1888. Nº133. p.3.

de três esquadrões: lanceiros, patrióticos e comerciantes, seguiram pelas ruas da cidade. Ao passarem pelo *Gabinete Português de Leitura*, as pessoas podiam ver estampadas na sua fachada, desenhadas a ouro, as seguintes inscrições: Joaquim Nabuco, José Mariano, D. Leonor Porto, Barros Sobrinho, João Ramos, Gomes de Mattos, Paula Mafra, Numa Pompílio, Antônio Carlos e Club do Cupim.¹⁶⁹⁸

As homenagens aos abolicionistas não pararam por aí. O vereador Clímaco da Silva pediu e a Câmara dos vereadores do Recife aprovou que os nomes dos abolicionistas figurassem em algumas ruas da capital. A rua do Progresso passou a se chamar rua Dr. Barros Sobrinho, a do Príncipe, rua do Dr. Gomes de Mattos, a da Amizade na Capunga, rua de Antônio Carlos.¹⁶⁹⁹ Já o vereador Deodato Torres, propôs à Câmara que a rua das Crioulas passasse a ser chamada rua de João Ramos. O tenente-coronel Ferreira da Costa propôs que a rua e a praça da Detenção passassem a se chamar rua e Praça da Abolição. Local onde anos mais tarde, em 1915, foi erigida uma estátua em homenagem a Joaquim Nabuco.¹⁷⁰⁰

¹⁶⁹⁸ **Idem.** p.3.

¹⁶⁹⁹ Ainda no ano de 1889, no primeiro aniversário da Abolição, algumas ruas na Capunga receberam os nomes de Guilherme Pinto, Numa Pompílio, Porto da Redenção e nos Aflitos, Travessa dos Cupins. **HDBN:** Jornal do Povo: publicação à tarde. 15 de maio de 1889. Nº96. p.2. A antiga rua Ventura passou a se chamar, rua Dr. Joaquim Nabuco, a rua das Creoulas, rua Numa Pompílio, a rua da Amizade, Rua Antônio Carlos e a Travessa da Ventura, Travessa Guilherme Pinto. **HDBN:** Almanach de Pernambuco. 13º anno. 1911. p.83.

¹⁷⁰⁰ **HDBN:** Jornal do Recife. 24 de maio de 1888. Nº117. p.1. O granito infelizmente não eternizou os principais batalhadores da causa, eternizou José Mariano e Joaquim Nabuco, que na nostalgia do momento chegou a prever, erroneamente, “mais tarde o granito eternizará vários abolicionistas.” **HDBN:** Diário de Pernambuco. 17 de maio de 1888. Nº111. p.10. Uma estátua da Liberdade foi construída em Olinda, em comemoração ao primeiro aniversário do 13 de maio em 1889. **HDBN:** Jornal do Povo: publicação à tarde. 15 de maio de 1889. Nº96. p.2. Alguns representantes do comércio de Pernambuco mandaram construir uma estátua em homenagem a José Mariano no ano de 1920. Esta estátua contou com o auxílio de 5:000\$000 (cinco contos) concedidos pela Câmara Estadual, um projeto apresentado pelo deputado André Gomes, abolicionista negro que participou de diversos eventos associados aos cupins e à Abolição na Primeira República. **HDBN:** Diário de Pernambuco. 03 de junho de 1920. Nº148. p. 3. Jornal Pequeno. 05 de julho de 1920. Nº152. p.1. A primeira pedra do passeio público, que fica em frente à Faculdade de Direito do Recife, cha mado à época de “jardim 13 de maio” também foi colocada no ano de 1889 em razão do primeiro aniversário da lei. Todavia, o “parque treze de maio” só teve sua construção iniciada na gestão de Barbosa Lima, sendo inaugurado em 30 de agosto de 1939, 51 anos após a abolição. **HDBN:** Jornal do Povo: publicação à tarde. 15 de maio de 1889. Nº96. p.2. FRANCA, Rubem. **Monumentos do Recife.** Recife: Governo do Estado de Pernambuco / Secretaria de Educação e Cultura, 1977.

Imagem 57: Cartão postal da Estátua Joaquim Nabuco



Fonte: FUNDAJ (Coleção Josebias Bandeira) disponível em:
<https://villadigital.fundaj.gov.br/index.php/cartoes-postais/item/4926-jb-001111-estatua-joaquim-nabuco>
 acessado em 04 de maio de 2021 às 16:20.

E onde estavam os libertos naqueles dias? Quais foram suas primeiras impressões sobre o 13 de maio? São poucos os documentos que encontramos falando sobre a situação e dando-nos evidências sobre como eles enxergaram àquele momento.¹⁷⁰¹ Sabemos através de alguns relatos que eles estiveram presentes e festejaram a lei com “o riso nos lábios e quase que eletrizados pelo influxo da liberdade, tomando parte na festa”.¹⁷⁰² No dia 20 de maio, os libertos adornaram as ruas da cidades com folhas de palmeiras, arcos e flores e saíram às 15:00 numa passeata carregando estandartes que diziam: “Viva a Liberdade”, “viva a Princesa Imperial, Joaquim Nabuco e José Mariano”. Enquanto andavam, tocavam suas “legendárias músicas” com pífanos, caixa e zabumba, percorrendo as ruas da cidade e parando à porta das autoridades e dos abolicionistas para dar vivas. A passeata só terminou no outro dia (21) às 02:00 da manhã.¹⁷⁰³

Apesar de estarem presentes naqueles momentos, a participação dos libertos nas festas do 13 de maio foi muito pouco divulgada. Já as mensagens e os anseios da classe senhorial e dos abolicionistas sobre sua sorte estiveram em evidência. Na comemoração do dia 15 de maio, às 19:00 horas, no *Gabinete Português de Leitura*, os libertos presentes tiveram que ouvir o sr.

¹⁷⁰¹ O Jornal do Recife, por exemplo, só irá tocar no assunto dos libertos até o dia da aprovação da lei áurea. Após a assinatura da lei, notícias sobre os libertos só aparecerão novamente nas páginas da folha no ano de 1889.

¹⁷⁰² **HDBN**: Diário de Pernambuco. 20 de maio de 1888. Nº114. p.3.

¹⁷⁰³ **HDBN**: Diário de Pernambuco. 31 de maio de 1888. Nº123. p.1.

Baixa Lins falar sobre sua dívida com o Gabinete 10 de março, sobre a necessidade de continuarem trabalhando, sobre a devida deferência aos ex- senhores, aconselhando os que estavam ali fugidos a regressarem para “o lar de onde haviam saído, visto que não era incompatível a continuação de suas vidas junto aos seus antigos donos”. Para se prosseguirem em liberdade, segundo Baixa Lins, eles deveriam trabalhar e de modo algum se entregarem a vagabundagem. Quem assim não procedesse, sofreria com as sanções das autoridades.¹⁷⁰⁴

Do Ceará, no dia 11 de maio de 1888, José Correia do Amaral escreveu perguntando se a escrava fugida Francisca deveria voltar para Pernambuco após a assinatura da lei. Todavia, apesar de perguntar a João Ramos o que fazer, explicou que ela não queria voltar de jeito nenhum, afirmando que se lançaria no mar caso a colocassem a bordo.¹⁷⁰⁵ Deveria ter seus medos e motivos. No dia 22 de maio, ao comemorar com Ramos a Abolição da escravatura, informou “Francisca não voltará a Pernambuco”.¹⁷⁰⁶ Não saberemos se ela não regressou por opção própria, ou se foi forçada a ficar no Ceará, a serviço do comerciante-abolicionista.

Amaral tornou a escrever a João Ramos sobre uma outra liberta, que queria regressar a Pernambuco, por motivos justos. Uma crioula, que fugiu para o Ceará com dois filhos, em março de 1888, desejava voltar, pois havia deixado uma filhinha. Nas palavras de Correia do Amaral, ela e os filhos não eram “más criaturas”, mas “trabalhadores e obedientes, servem bem e por isso, e por prever mesmo o que irão sofrer naquele escasso sertão aconselhei-a a ficar até o fim do ano, gerando algum peculiozinho para poder regressar”.¹⁷⁰⁷ Segundo ele, a crioula concordou com seus termos, mas queria conversar com João Ramos sobre os companheiros que vieram com ela e também consultá-lo a fim de trazer sua filha para o Ceará. José Correia do Amaral não queria abrir mão do serviço daquela mulher e dos seus filhos, portanto, procurava ajudá-la de alguma forma. Mesmo assim, ela ainda não havia dado uma resposta definitiva ao seu empregador, para ela, muita coisa estava em jogo, sua filha havia ficado em Pernambuco, queria ter informações dela e de outras pessoas. O homem reconhecia isso como sendo um dos maiores empecilhos para sua permanência. Os cálculos de liberdade, como sabemos, eram individuais e agora que essa mulher sabia que estava livre poderia fazer o que quisesse com sua liberdade.

¹⁷⁰⁴ **Idem.**

¹⁷⁰⁵ **IAHGP.** Caixa 21. Maço 2. Doc. 827. Correspondência do João Ramos. Carta de José Correia do Amaral a João Ramos. Fortaleza. 11 de maio de 1888.

¹⁷⁰⁶ **IAHGP.** Caixa 21. Maço 2. Doc. 827. Correspondência do João Ramos. Carta de José Correia do Amaral a João Ramos. Fortaleza. 22 de maio de 1888.

¹⁷⁰⁷ **IAHGP.** Caixa 21. Maço 2. Doc. 827. Correspondência do João Ramos. Carta de José Correia do Amaral a João Ramos. Fortaleza. 31 de maio de 1888.

Sabemos também, segundo uma publicação da *Comissão de Colonização*, que cerca de 3.000 libertos “desejavam ardentemente voltar a esta província”.¹⁷⁰⁸ A publicação, certamente, fazia referência às pessoas que haviam fugido do cativeiro, muitas delas auxiliadas pelos cupins. Provavelmente, algumas tinham mesmo reais intenções de regressar a Pernambuco, não para trabalhar como “bons colonos”, como queria o anunciante¹⁷⁰⁹, mas para reatar os laços, fragmentados nos momentos da fuga, com seus amigos e familiares. Se tomarmos como exemplo, os dois casos acima, de Francisca e da crioula que não sabemos o nome, o interesse ou o desinteresse dos libertos pelo trabalho era mais uma preocupação dos possíveis empregadores e ex-senhores. Para aquelas cerca de 3.000 pessoas, outras tantas histórias poderiam ser contadas se tivéssemos os registros dos seus verdadeiros anseios de regresso.

Também encontramos notícias nos dias seguintes como as que informavam alguns projetos de “Escolas para libertos”. O professor Júlio Soares de Azevedo, proprietário de um colégio na rua Velha nº36, anunciou a abertura de aulas primárias gratuitas para ingênuos e libertos, no dia 02 de junho de 1888. As aulas aconteceriam à noite, tendo em vista que boa parte dos alunos deveriam trabalhar durante a manhã e à tarde.¹⁷¹⁰ As aulas iniciaram antes do dia previsto, em 25 de junho, no colégio Emulação, todavia, o professor Júlio Soares de Azevedo teve dificuldades para conseguir concretizar aquilo que ele via como uma missão.¹⁷¹¹ O professor chegou a escrever uma obra em prosa e verso, com o título *Amor a Caridade*, dedicada à Princesa Isabel, oferecendo-a ao corpo acadêmico de Pernambuco e ao público em geral pelo preço de 1\$000 mil réis. A intenção era angariar recursos para poder aplicá-los no funcionamento da instituição.¹⁷¹²

Alguns alunos de escolas públicas do Recife, nos dias de festa, entregaram um ofício ao inspetor de Instrução Pública pedindo que fosse instituída uma escola noturna para libertos cuja regência das aulas ficaria a cargo do professor João Laudelino Dornellas Câmara. A escola se chamaria “Escola Nocturna Central Princesa Isabel” e teria como patrono João Alfredo.¹⁷¹³ A iniciativa foi mais bem sucedida, devido ao apoio dado pelas autoridades, na pessoa do próprio Conselheiro João Alfredo e do inspetor de instrução pública, Dr. João Barbalho Uchôa Cavalcante.¹⁷¹⁴

¹⁷⁰⁸ **HDBN**: Diário de Pernambuco. 27 de maio de 1888. Nº120. p.2.

¹⁷⁰⁹ A Comissão de Colonização, ficaria responsável por tratar com os possíveis empregadores as condições e as garantias de trabalho que os libertos receberiam. **Idem**.

¹⁷¹⁰ **HDBN**: Diário de Pernambuco. 25 de maio de 1888. Nº116. p.2. **HDBN**: Jornal do Recife. 25 de maio de 1888. Nº118. p.1.

¹⁷¹¹ **HDBN**: Diário de Pernambuco. 25 de maio de 1888. Nº118. p.1.

¹⁷¹² **HDBN**: Diário de Pernambuco 26 de junho de 1888. Nº143. p.4.

¹⁷¹³ **HDBN**: Diário de Pernambuco. 26 de maio de 1888. Nº119. p.3.

¹⁷¹⁴ **HDBN**: Diário de Pernambuco. 17 de junho de 1888. Nº136. p.5.

A Escola foi fundada no dia 02 de julho com o nome de *Externato Central Nocturno Princesa Isabel*.¹⁷¹⁵ Os libertos e os ingênuos podiam contar com aulas de leitura, escrita, gramática, aritmética, sistema métrico, instrução moral, religiosa e cívica, noções de geometria e desenho linear e com o ensino de noções de Geografia e História.¹⁷¹⁶ Após estarem habilitados, nos três primeiros graus de instrução primária, os alunos poderiam, se quisessem, estudar francês, geografia física, geometria plana, aritmética complementar, teorias de câmbios, descontos e reduções de moeda, escrituração mercantil por partidas dobradas e simples, noções de agricultura, agrimensura e nivelamentos.¹⁷¹⁷

Seguindo a mesma ideia, o acadêmico Pedro Cordeiro recebeu autorização do Presidente da Província para fundar na rua Marquês de Olinda nº38, 2º andar, um curso gratuito de instrução primária e secundária para ingênuos e libertos. O nome da escola? *Externato Noturno João Alfredo*. As matérias de português e matemática seriam ensinadas pelo próprio diretor, Pedro Cordeiro, francês e retórica por Ribeiro da Silva, “o moreno” presidente da *Emancipadora Pernambucana*, latim e inglês por Gonçalves Lima e filosofia pelo acadêmico Miguel Tinôco.¹⁷¹⁸

Os membros do *Núcleo Artístico Abolicionista* decidiram continuar existindo para proporcionar instrução aos ingênuos e libertos, por meio da fundação de escolas públicas. Monteiro Lopes, Eleutério dos Santos, Feliciano André Gomes e outros bacharéis e professores estavam à frente do projeto.¹⁷¹⁹

Apesar de algumas “escolas para libertos” terem sido organizadas, na prática, as dificuldades impostas a este grupo de pessoas eram maiores do que as possibilidades de inclusão social. O próprio Ministro da Agricultura, o sr. Rodrigo Silva, numa sessão da Câmara dos Deputados, no dia 30 de maio de 1888, reconheceu que muitos ingênuos estavam abandonados, sem abrigo e vagando pelas cidades enquanto que os libertos mais velhos imploravam pela caridade pública.¹⁷²⁰ O governo os queria na lavoura, mas nem todo mundo queria mais trabalhar para seus ex-senhores.

Em São Bento do Una, segundo algumas denúncias feitas, vários ingênuos menores de 21 anos de idade estavam sendo submetidos a uma nova escravidão, a um “cativeiro disfarçado de tutela”. Segundo a denúncia, muitos ex-senhores estavam conseguindo, na justiça, a tutela

¹⁷¹⁵ **HDBN**: Diário de Pernambuco. 3 de julho de 1888. Nº150. p.3.

¹⁷¹⁶ **HDBN**: Diário de Pernambuco. 10 de junho de 1888. Nº131. p.2.

¹⁷¹⁷ **Idem. HDBN**: Diário de Pernambuco. 13 de junho de 1888. Nº133. p.4; 15 de junho de 1888. Nº134. p.1.

¹⁷¹⁸ **HDBN**: Diário de Pernambuco. 7 de julho de 1888. Nº152. p.4.

¹⁷¹⁹ **HDBN**: Diário de Pernambuco. 19 de maio de 1888. Nº 113. p.3.

¹⁷²⁰ **HDBN**: Diário de Pernambuco. 12 de junho de 1888. Nº132. p.2.

dos libertos, pagando a quantia de 7\$000 mil réis, usufruindo depois disso do serviço de rapazes e moças por longos anos.¹⁷²¹ Em outra denúncia, o mesmo autor dizia “com certeza não está extinta a escravidão no Brasil, porque as autoridades judiciárias, ao menos neste termo (São Bento do Una), procuram plantar um novo regime escravista com a invenção das tutelas!”. Crianças e adolescentes eram arrancados de suas mães pela justiça para serem entregues a um tutor que teria direito aos serviços deles até os 21 anos de idade. Existiam 1.000 ingênuos no município, pelos quais, nas contas do denunciante, a justiça receberia 7:000\$000 (sete contos de réis). Prática ilegal, não somente porque a tutela do ex-senhor sobre o ingênuo era proibida pela lei de 1871, salvo se a mãe permitisse, como também porque a lei de 13 de maio revogou todas as leis e disposições contrárias à liberdade jurídica de libertos e ingênuos.¹⁷²²

Em janeiro de 1889, o delegado de polícia de Igarassú, Francisco Joaquim Cavalcante Galvão, utilizou as páginas do *Jornal do Recife* para se defender das acusações, lançadas pelo pedreiro Eleutério da Rocha Wanderley, de estar escravizando os libertos e ingênuos de sua fazenda. Segundo o delegado,

alguns ingênuos e libertos de menor idade, que depois da lei de 13 de maio ficaram em minha companhia, tem sido seduzidos pelos falsos abolicionistas, que já não podendo especular com os serviços dos escravos alheios, porque escravos já não existem mais, querem e estão especulando com os serviços dos libertos e ingênuos menores, que aliciam para deixar a companhia dos seus naturais tutores e protetores.¹⁷²³

Ainda em sua defesa, Galvão afirmou que o pedreiro Eleutério tinha entrada livre a sua fazenda, chegando a prestar-lhe alguns serviços mas, após ter “fugido com duas libertas, que havia levado para a cidade e certamente estão trabalhando em outra lavoura”, o delegado fechou as portas da sua propriedade para o pedreiro na intenção de não perder mais trabalhadores.¹⁷²⁴ Ora, se os ingênuos fossem tratados com “zelo de um bom tutor” e os libertos “não sofressem o menor constrangimento em sua liberdade” por qual razão o delegado tinha medo de perder mais trabalhadores? Por que as duas libertas decidiram fugir com Eleutério? As contradições da sua defesa eram diversas e, por meio de sua própria narrativa, ficamos sabendo que as fugas das fazendas e a manutenção de pessoas em condições de cativeiro continuaram a acontecer depois do 13 de maio.

¹⁷²¹ **HDBN:** Jornal do Recife. 21 de junho de 1888. Nº139. p.2.

¹⁷²² **HDBN:** Jornal do Recife. 22 de junho de 1888. Nº140. p.2.

¹⁷²³ **HDBN:** Jornal do Recife. 13 de janeiro de 1889. Nº10. p.1. **HDBN:** Diário de Pernambuco. 13 de janeiro de 1889. Nº10. p.1.

¹⁷²⁴ **Idem.**

Em 10 de março de 1889, os libertos Isidoro Pereira da Costa e Cyriaco, ambos armados de pistolas, cacetes e facas, entraram na casa de vivenda da fazenda Recanto em São Bento do Una -propriedade de Elias Coelho Cintra¹⁷²⁵ - e “arrebatarem três ingênuos”, tutelados de Cintra, incluído uma menina com 13 anos “quase moça”. Elias Coelho Cintra entrou na justiça contra os dois libertos, conseguindo a condenação de ambos pelo artigo 210 do código penal.¹⁷²⁶ Ao tomarem o acontecimento como algo generalizado, as autoridades de São Bento do Una entraram em defesa do regime de controle dos “cidadãos do 13 de maio”, alegando que os libertos deveriam “abraçar uma profissão honesta, já que até agora têm levado a vida como verdadeiros vagabundos, ocupados somente na rapinagem e trouxeram para a prostituição um contingente respeitabilíssimo.”¹⁷²⁷ Afirmaram que, apesar do aumento da demanda por criados para servir, “os novos cidadãos não querem de modo algum sujeitarem-se ao trabalho, por mais simples que seja” e defenderam a criação de colônias militares e o transporte dos vadios para o Pará ou para qualquer outra província a fim de “fomentar a colonização nacional”.¹⁷²⁸

Num Congresso Agrícola, reunido no Rio de Janeiro, após o 13 de maio, alguns senhores discutiram a situação da lavoura no país e debateram, dentre tantas coisas, sobre crédito, bancos agrícolas e hipotecários, tipo de mão de obra a ser utilizada e como se adaptar a mão de obra livre assalariada. O Dr. Coelho Campos afirmou que durante a colheita do açúcar, em julho de 1888, na província de Sergipe – segundo ele, a segunda província exportadora de açúcar do país - não houve falta de braços. Apesar de não ter acontecido grandes problemas na colheita, Coelho Campos afirmou: “não me fio, porém, nos libertos”.¹⁷²⁹ Nas palavras do agricultor, aconteceram várias tentativas de dispersão das lavouras, mas o delegado de polícia iniciou um processo de

¹⁷²⁵ Provavelmente este senhor era filho homônimo de Elias Coelho Cintra, um dos maiores traficantes de escravos de Pernambuco na primeira metade do XIX. Para saber um pouco mais sobre a comunidade de traficantes de escravos e suas ações em Pernambuco veja: CARVALHO, Marcus J. M. de. **Liberdade: Rotinas e Rupturas do Escravismo**. Recife, 1822-1850. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2010. Ver principalmente o Capítulo 7: Tráfico e política pernambucana. CARVALHO, Marcus J. M. de. GOMES, Flávio dos Santos. REIS, João José. O Alufá Rufino. **Op. Cit.** ALBUQUERQUE, Débora de Souza Leão; VERSIANI, Flávio Rabelo e VERGOLINO, José Raimundo Oliveira. Financiamento e Organização do Tráfico de Escravos para Pernambuco no Século XIX. **Economia**, Brasília, v.14, n.1, p. 220, jan/abr 2013. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=16473 acessado em 29 de junho de 2021 às 15:17.

¹⁷²⁶ LEI DE 16 DE DEZEMBRO DE 1830. Manda executar o Código Criminal. D. Pedro por Graça de Deus, e Unanime Acclamação dos Povos, Imperador Constitucional, e Defensor Perpetuo do Brazil: Fazemos saber a todos os Nossos subditos, que a Assembléa Geral Decretou, e Nós Queremos a Lei seguinte. **CODIGO CRIMINAL DO IMPERIO DO BRAZIL**. PARTE PRIMEIRA Secção VI do Código Penal do Império: Entrada na casa alheia. Art. 210. Entrar na casa de dia, fóra dos casos permittidos, e sem as formalidades legaes. Penas - de prisão por um a tres mezes, e de multa correspondente á metade do tempo. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm acessado em 29 de junho de 2021 às 15:02. **HDBN**: Diário de Pernambuco. 13 de março de 1889. Nº58. p.2.

¹⁷²⁷ **HDBN**: Diário de Pernambuco. 13 de março de 1889. Nº58. p.2.

¹⁷²⁸ **Idem**.

¹⁷²⁹ **HDBN**: Diário de Pernambuco. 18 de julho de 1889. Nº159. p.2.

recrutamento forçado de vadios, “cessando a debandada”. Para Coelho Campos, não seria necessária uma lei do trabalho, “utopia senhorial”, pois, o recrutamento forçado, aplicado aos “vadios indisciplinados”, era muito melhor, aconselhando o estabelecimento de medidas policiais para obter o restabelecimento do trabalho.¹⁷³⁰

A obrigatoriedade de permanecer trabalhando para os ex-proprietários de suas mães, no caso dos ingênuos, ou dos seus ex-senhores, tratando-se dos libertos, não deveria estar nos planos daquelas pessoas legalmente libertadas do trabalho forçado. Muitos desses homens e mulheres, apesar de conseguirem empregos somente nos serviços agrícolas, devem ter preferido sair das suas antigas zonas de escravização na intenção de oferecer seus serviços em outros estabelecimentos agrícolas, como as próprias autoridades reconheciam.¹⁷³¹ De fato, aos libertos, muitas das vezes, das saídas que lhes eram apresentadas, o trabalho na lavoura se destacava. Mas deveria haver uma diferença, significativa, entre trabalhar em uma lavoura ditante da sua zona de escravização e trabalhar para seus ex-senhores.

Uma publicação específica para libertos dizia: “precisa-se de um homem de meia idade, cor preta, solteiro ou casado, que entenda de lavoura e queira trabalhar de parceria, dando-se-lhe também um pequeno salário.”¹⁷³² Havia nessas condições a possibilidade de negociação. Todavia, a possibilidade de reescravização ou da manutenção das relações senhoriais-escravistas era real e por mais que a classe senhorial afirmasse, em tom paternalista, que estava

¹⁷³⁰ **Idem.** Criminalizar e divulgar as ações dos libertos foi uma prática comum das autoridades públicas para manter a população pobre presa ao trabalho e consequentemente aos seus antigos senhores. O Diário de Notícias da Bahia relatou que em Caravelas aconteceram distúrbios promovidos por uma malta de libertos, que estavam promovendo roubos e outras violências na cidade. **HDBN:** Diário de Pernambuco. 23 de julho de 1889. Nº163. p.2. De Amparo, na província de São Paulo, os senhores informaram que alguns libertos, membros da *Irmandade das Almas*, promoveram assaltos na fazenda do Sr. João Godoy Moreira, com o fim de matar ele e o administrador Francisco Henrique, que repeliu os libertos e matou o caboclo José Bento. **HDBN:** Diário de Pernambuco. 03 de setembro de 1889. Nº198. p.2. Em Santa Catarina, no dia 04 de janeiro de 1891, João e Luiz, ambos libertos, dirigiram-se para a casa de Augusto Frederico para vingar a morte do seu amigo, José Januca, que foi assassinado a pauladas. **HDBN:** Diário de Pernambuco. 16 de janeiro de 1891. Nº12. p.2. Em 1898, o deputado estadual Francisco Corrêa defendeu a criação de colônias correcionais para vagabundos e criminosos, afirmando que após o 13 de maio, “grande parte dos libertos abandonaram as fazendas e seguiram para os centros mais populosos onde a vida lhes era mais fácil”. O deputado defendeu que, “somente cultivando o solo e forçando os vagabundos e criminosos ao trabalho conseguiremos a regeneração”. **HDBN:** Diário de Pernambuco. 11 de junho de 1898. Nº127. pp.2-3. Muitas destas disputas e conflitos escondem, na retórica das autoridades, as verdadeiras motivações das ações das pessoas libertas. No caso de Luiz e João, por exemplo, conseguimos ver que o motivo da ação foi a vingança pelo assassinato do companheiro que, infelizmente, não sabemos o porquê ter sido assassinado tão violentamente. Estas pessoas, virtualmente afastadas do poder e dos recursos políticos e econômicos necessários para fazer-lhes justiça, coagidas pelos poderes públicos e obrigadas a prestação de serviços forçados, procuravam manter seus direitos e sua honra com base nas suas visões de justiça.

¹⁷³¹ **HDBN:** Diário de Pernambuco. 13 de junho de 1888. Nº133. p.2.

¹⁷³² **HDBN:** Jornal do Recife. 3 de janeiro de 1889. Nº1. p.5. Encontramos para o período posterior a Abolição diversas publicações que discutem acerca da utilização do liberto e da sua vontade ou não vontade para o trabalho livre assalariado, mostrando que as discussões sobre o fim do cativo e a provável crise da lavoura não deixaram de ser instrumentalizadas pelas elites no pós-abolição. **HDBN:** Diário de Pernambuco. 03 de janeiro de 1889. Nº1. p.3. **HDBN:** Jornal do Recife. 06 de janeiro de 1889. Nº4. p.1.

tratando da melhor forma possível ingênuos e libertos, contradizia-se ao pedir às autoridades disposições legais para continuar forçando a população liberta, pobre e negra ao trabalho.¹⁷³³

Devemos lembrar também que, logo após a assinatura da lei da Abolição, alguns parlamentares, representantes dos interesses escravocratas, não se deram por vencidos e apresentaram projetos que visavam o recebimento da indenização por parte dos senhores lesados. O deputado Coelho Rodrigues apresentou o Projeto de nº10, na sessão de 24 de maio de 1888, pedindo indenização em títulos da dívida pública para os senhores prejudicados pela abolição. Queria ele que os senhores, hipotecários ou pignoratícios fossem pagos com base nos valores tabelados pela lei de 1885.¹⁷³⁴

Em 19 de junho de 1888, Cotegipe também apresentou um projeto no Senado, fundamentando seu pedido com argumentos em favor do direito positivo que garantia a proteção da propriedade privada, afirmando que sem essa garantia, “nenhum governo poderia subsistir”. Citou, dentre várias leis, a própria legislação emancipacionista desde 1871 a de 1885 e o artigo 179 da Constituição para embasar seus argumentos pró indenização, considerando que o “silêncio da Lei nº3.533 não pode ser interpretado como revogação das leis e da Constituição – que garantem a indenização da propriedade.”¹⁷³⁵

Em seu projeto, pediu que o governo emitisse apólices da dívida pública no valor de 200.000:000\$00 (Duzentos mil contos de réis), divididos em valores de 1\$000\$000 (um conto), 500\$000 e 200\$000 mil réis, vencendo a juros anuais de 3%, pagos em semestres.¹⁷³⁶ Os pagamentos seriam feitos com base nos valores que a tabela da lei de 1885 estabeleceu. Cotegipe, assim como muitos senhores, não se dava por vencido. A indenização seria deduzida inicialmente dos depósitos provenientes do fundo de emancipação, que, sendo insuficientes, o Governo poderia suprir “o déficit com bilhetes do Tesouro até obter, do poder Legislativo, os fundos indispensáveis.”¹⁷³⁷ Apesar de ter sido discutido, esse projeto não saiu do campo das ideias.¹⁷³⁸

¹⁷³³ No primeiro aniversário da abolição em Escada, a comissão organizadora cumprimentou os libertos, que estavam presentes, com a seguinte frase: “trabalhar, trabalhar e trabalhar sempre, a fim de que possais viver com independência, a vossa própria custa...” **HDBN**: Diário de Pernambuco. 16 de maio de 1889. Nº109. p.1.

¹⁷³⁴ Na sessão de 24 de maio de 1888 foi lido, na Câmara dos Deputados, o Projeto nº 10, de 1888, que mandava o Governo indenizar, em títulos da dívida pública, os prejuízos resultantes da extinção do elemento servil. (ACD, V, I, p. 113-114). O Projeto era de autoria do Deputado A. Coelho Rodrigues e não foi julgado objeto de deliberação, mas representa uma última tentativa de beneficiar os ex-senhores de escravos. **SENADO FEDERAL. A Abolição no Parlamento. Op. Cit.** pp.515-517. .

¹⁷³⁵ Projeto “C”, de 1888, do Barão de Cotegipe (antecedido de fundamentação) autorizando “o governo a emitir apólices da dívida pública para indenização dos ex-proprietários de escravos” (19-6-1888). **Idem.** pp.517-519.

¹⁷³⁶ **Idem.** p.519.

¹⁷³⁷ **Idem.** pp.519-520.

¹⁷³⁸ Alguns ex-senhores, como o Barão de Cantagalo no ano de 1890, pediram ao Ministério da Agricultura que os indenizasse pelos seus escravos libertos antes e depois da lei 13 de maio de 1888. O Ministro da agricultura,

Os agricultores de Pernambuco, representados pela *Sociedade Auxiliadora da Agricultura*, enviaram uma petição ao Parlamento exigindo a indenização da “ex-propriedade servil, desapropriada pelo seu valor legal no 13 de maio”.¹⁷³⁹ Esses homens queriam a emissão de notas do tesouro e a criação de uma polícia rural e também subiram nas costas da legislação emancipacionista e da Constituição de 1824 para fundamentar seus pedidos. Os proprietários pernambucanos não queriam indenização somente para os que libertaram os escravos pela força da lei de 13 de maio, mas aos que haviam concedido alforrias condicionais, pressionados pelo movimento abolicionista.¹⁷⁴⁰ Pediam então 2/3 dos valores da “propriedade expropriada”, sendo que o outro 1/3 poderia ser aplicado para a fundação de bancos rurais. Sobre a polícia rural, disseram que esta era necessária, pois, “de nada adianta plantar sem colher” e que se antes da lei de 13 de maio

o furto agrícola opunha sério obstáculo ao desenvolvimento da produção, o que será hoje, que aos muitos ociosos vivendo a custa do trabalho alheio, acrescentou a mesma lei não menos de um milhão de duzentos mil ingênuos e ex escravos desconhecedores das obrigações que incumbem cidadãos livres e atirados de chofre, sem tutela nem proteção alguma ao seio da sociedade civil.¹⁷⁴¹

E não foi somente a classe dos agricultores que veio a público pedir a indenização da sua propriedade. No *Diário de Pernambuco*, do dia 5 de fevereiro de 1889, encontramos um produtor e comerciante de cigarros, Manoel Luiz de Santos Júnior, proprietário da firma *Santos & Cia* registrando uma marca de cigarro interessante. Quem adquirisse uma caixa de cigarro da sua marca poderia ver nas suas laterais os emblemas do comércio e da agricultura e na frente, além do nome da Fábrica *Veneza*, o endereço do estabelecimento. Mas, certamente, o que mais chamava atenção do público era o lema da caixa: “Indenização ou República” escrito em letras azuis escuras.¹⁷⁴² Essa ameaça explicitava a intenção dos escravocratas “lesados”, que consideravam a indenização como condição fundamental para apoiarem novamente a Monarquia ou trocaram-na pela República.

Francisco Glicério, teve de responder a este e a outros pedidos por indenização. HDBN: Diário de Pernambuco. 06 de março de 1890. Nº53. p.1. HDBN: Jornal do Recife. 06 de março de 1890. Nº53. p.2.

¹⁷³⁹ HDBN: Diário de Pernambuco. 5 de agosto de 1888. Nº177. p.2.

¹⁷⁴⁰ Idem. EISENBERG, Peter. Modernização sem Mudança. Op. Cit. p.186.

¹⁷⁴¹ Idem. O deputado Antônio Coelho Rodrigues - o famoso “Súdito fiel”, defensor dos direitos da Lavoura - apesar de votar sim pela Abolição na Câmara, também fez suas declarações indenizistas, procurando defender o *status quo* senhorial logo em seguida à Abolição. Membro do Partido Conservador, Coelho Rodrigues se tornou mais um dos conservadores que se desligaram da liderança de João Alfredo após o 13 de maio. Discurso pronunciado na sessão de 7 de junho de 1888. Da discussão da fixação de forças navais, abolição e indenização. HDBN: Jornal do Commercio. (RJ) 24 de junho de 1888. Nº175. p.1. RODRIGUES, Antônio Coelho. Manual do súdito fiel. Op. Cit.

¹⁷⁴² HDBN: Diário de Pernambuco. 05 de fevereiro de 1889.

A todo esse alarde do movimento indenizista, o *Clube do Cupim*, representado por João Ramos, Numa Pompílio e o Dr. Barros Sobrinho, respondeu publicamente, enviando também uma petição a Assembleia Geral.¹⁷⁴³ Os abolicionistas disseram estar ofendidos profundamente em seus sentimentos de homens e cidadãos ao verem que “a ideia infeliz da indenização aos ex-senhores de escravos, apesar de muito antipática a grande maioria da população nacional” havia encontrado um esforçado defensor parlamentar na pessoa do Barão de Cotegipe, apresentando este

inqualificáveis pretensões de indivíduos que desarrazoadamente se julgaram prejudicados nos seus interesses, com a promulgação da civilizadora e humanitária lei de 13 de maio de 1888.¹⁷⁴⁴

Ao se mostrarem atentos aos projetos de indenização, esses homens comprovavam seu engajamento pela causa, provando que seus interesses não se resumiam apenas na liberdade dos cativos, mas também nas lutas políticas contra a classe dos agricultores, que acusaram os abolicionistas de ignorarem o direito de propriedade.¹⁷⁴⁵ Apelando para a moral cristã, eles afirmavam que a extinção da escravidão não violou direitos senhoriais de pessoa alguma porque “em nosso século nenhum homem civilizado e cristão se pode dizer impunemente e sem desonra proprietário de seu semelhante.”¹⁷⁴⁶

Revertendo o pedido de Cotegipe em favor dos escravizados, agora libertos, disseram que “só devem ser indenizados o que sofreu injusto prejuízo e nesse caso estavam as vítimas de três séculos de cativo e principalmente os africanos importados depois da lei de 1831 e seus desventurados descendentes.”¹⁷⁴⁷ Os abolicionistas demonstravam receio de que uma lei indenizadora fosse aprovada e tinham motivo para isso. Em sua visão, caso a Câmara fosse formada, nas próximas eleições, por mais candidatos representantes dos proprietários rurais do que por representantes das “cidades do litoral”, as consequências poderiam resultar na aprovação de alguma lei indenizadora prejudicial às finanças públicas e aos interesses da maior parte da nação.¹⁷⁴⁸ Receavam que os impostos para sanar as custas do processo pudessem recair

¹⁷⁴³ Joaquim Nabuco chegou a publicar esta petição na crônica parlamentar d'O Paiz em 25 de julho de 1888. **HDBN:** O Paiz (RJ) 25 de julho de 1888.

¹⁷⁴⁴ **HDBN:** Diário de Pernambuco. 7 de agosto de 1888. nº178. p.3.

¹⁷⁴⁵ **HDBN:** Diário de Pernambuco. 11 de agosto de 1888. Nº182. p.4.

¹⁷⁴⁶ **HDBN:** Diário de Pernambuco. 7 de agosto de 1888. Nº178. p.3.

¹⁷⁴⁷ **Idem.**

¹⁷⁴⁸ **Idem. Ibidem.**

sobre o Comércio.¹⁷⁴⁹ Ao adiantarem uma solução para o problema, requisitaram à Câmara dos Deputados que legislassem,

como justa medida de prevenção que os livros das matrículas de. escravos de todos os municípios do Império sejam cancelados ou inutilizados, para que em tempo algum possam servir de base as indicadas pretensões.¹⁷⁵⁰

O Cupim, representado por Barros Sobrinho, João Ramos e Numa Pompílio buscou, dois anos antes de Rui Barbosa¹⁷⁵¹ e três anos antes de Alencar Araripe¹⁷⁵², a inutilização dos documentos de matrícula para que as pretensões dos senhores não pudessem ser efetivadas.

¹⁷⁴⁹ A lei Saraiva-Cotegipe de 1885, por exemplo, instituiu um imposto de 5% sobre as transações, exceto sobre as de exportação, atingindo áreas com menos escravos ou já sem mão de obra cativa. Esta disposição atingia diretamente a população urbana, principalmente os comerciantes e desagradava, provavelmente, a todo mundo que não tinha escravos, mas que deveria pagar o imposto para indenizar os proprietários de terra e gente. MELLO, Evaldo Cabral de. O norte agrário e o império. **Op. Cit.** pp.64 e 86. Segundo Jonh Schulz, os comerciantes criticavam as tarifas alfandegárias que representavam 75% das receitas públicas e toda esta insatisfação se refletia na relação entre o comércio e a lavoura, pois, boa parte destes impostos dizia respeito às importações, eximindo os exportadores. No ano de 1887, o açúcar foi isentado dos impostos de exportação, uma forma de corresponder as demandas dos produtores e as suas reclamações pela baixa do preço do produto no mercado internacional e pela “crise financeira da Abolição.” SCHULZ, John. A crise financeira da Abolição. **Op. Cit.** pp. 127-128 e 139.

¹⁷⁵⁰ **Idem.**

¹⁷⁵¹ Rui Barbosa quando da sua passagem pelo Ministério dos Negócios da Fazenda ordenou a queima dos arquivos referentes às matrículas de escravos, dentre outros, alegando que a República estava obrigada a destruir os vestígios por honra da pátria, em homenagem aos deveres de fraternidade e solidariedade para com a grande massa de cidadãos que pela abolição do elemento servil entraram na comunhão brasileira.

A ordem de Rui Barbosa foi expressa em dois artigos: 1º Serão requisitados de todas as Tesourarias da Fazenda todos os papeis, livros e documentos existentes nas repartições do Ministério da Fazenda, relativos ao elemento servil, matrícula dos escravos, dos ingênuos, filhos livres de mulher escrava e libertos sexagenários, que deverão ser sem demora remetidos a esta Capital e reunidos em lugar apropriado na Recebedoria. 2º Uma comissão composta dos Srs. Joao Fernandes Clapp, presidente da confederação abolicionista, e do administrador da Recebedoria desta Capital, dirigira a arrecadação dos referidos livros e papeis e procedera a queima e destruição imediata deles, que se fara na casa da máquina da Alfandega desta Capital pelo modo que mais conveniente parecer a comissão. Capital Federal, 14 de dezembro de 1890. Senado Federal. A Abolição no Parlamento. **Op.Cit.** pp. 523-524.

¹⁷⁵² A decisão de Rui Barbosa surgiu após a apresentação de um requerimento formulado por José Rodrigues de Vasconcelos e outros, apresentando as bases para fundação de um banco encarregado de indenizar os ex-proprietários de escravos ou seus herdeiros, dos prejuízos causados pela Lei de 13 de maio de 1888, deduzidos 50% de seu valor em favor da República. O despacho não se fez esperar, sendo proferido a 11 de novembro de 1890. Na resposta do Ministério foi considerada que mais justo seria, e melhor se consultaria o sentimento nacional, se pudesse descobrir meio de indenizar os ex-escravos, não onerando o Tesouro. Indeferido. (Diário Oficial de 12. XI. 1890. p. 5.216.) A repercussão de tal despacho foi sensível, e, tocado, naturalmente, por um misto de receio e de mal-estar, cerca de um mês depois proferia a decisão de que tanto se fala, mas notando-se que se cogitava, naqueles dias, de um movimento de reivindicação, de ressarcimento de prejuízos oriundos de promulgação da Lei de 13 de maio – pretensão que não tinha amparo alguma em direito positivo, mas poderia suscitar problemas. Apesar da primeira ordem oficial para a queima dos arquivos referentes à escravidão ter partido de Rui Barbosa, atribui-se a ele um fato equivocado. Não foi durante a administração dele que os arquivos foram queimados, mas na do seu sucessor, o Conselheiro Tristão de Alencar Araripe. A Circular de nº 29, de 13 de maio de 1891 (Diário Oficial de 13 de maio, 1891. p. 2.037-8), autorizava a incineração em presença da Junta da Fazenda, e disto se lavrará uma ata minuciosa, da qual se remeterá cópia a este Ministério. Sem atentar para as futuras necessidades da História e da memória sobre a escravidão no Brasil, a ação destes homens do fisco, estava muito mais baseada num cálculo político e econômico, se nem a Monarquia, que já havia caído e era a principal culpabilizada pelo regime escravista, indenizou os proprietários de escravos, não seria a República com todos os problemas econômicos e políticos de sua gênese que o faria. **Idem.** pp.525-527.

Ação política ousada e necessária para frear os interesses senhoriais, afinal de contas, as coisas ainda eram incertas, muita coisa poderia ter acontecido.

Para além das rixas entre indenizistas e abolicionistas, Richard Graham sinalizou que o temor dos proprietários, contra uma possível reforma agrária, foi decisivo para a vinculação de alguns setores agroexportadores ao republicanismo, no fim do Império.¹⁷⁵³ De acordo com ele, ao focarem no ressentimento dos ex-senhores de escravos como um elemento chave para se compreender a queda da Monarquia, algumas análises deixaram de lado a temida questão da Reforma Agrária. Segundo o historiador,

Há outra explicação para o apoio dos latifundiários ao republicanismo [...] e apresento uma sugestão para ulterior pesquisa em arquivos brasileiros ou em documentos privados dos latifundiários. Eles aderiram ao movimento republicano não tanto por despeito e amargura, mas para evitar aquilo que lhes parecia um desastre até maior do que aquele da abolição: a reforma agrária. Havia descoberto que nem eles nem as estruturas políticas do Império eram suficientemente fortes para impedir a abolição, e sabiam que a reforma agrária era parte do “saco” abolicionista. Tendo recuado diante de uma questão, procuravam agora defender-se contra outra. Sentiam que o Imperador era demasiado fraco e a estrutura partidária muito caótica para evitar o sucesso daqueles que organizavam a investida abolicionista.¹⁷⁵⁴

A questão da reforma territorial acompanhou o movimento abolicionista desde as campanhas de 1884, como já conseguimos entender a partir dos discursos de Joaquim Nabuco¹⁷⁵⁵ e das

¹⁷⁵³ Não somente ele, mas outros historiadores como Jocelice Jucá e Robert Conrad entenderam que, após a Lei Áurea, o Imperador passou a apoiar reformas complementares que poderiam conceder propriedade da terra tanto aos imigrantes quanto aos libertos. JUCÁ, Joselice, A questão abolicionista na visão de André Rebouças. **Cad. Est. Soc.** Recife, 4.n.2, pp. 207-218, jul/dez. 1988. CONRAD, Robert. Os últimos anos de escravatura. **Op. Cit.** pp. 195-199.

¹⁷⁵⁴ Ver: Escravocratas, latifundiários e o fim do Império in: GRAHAN, Richard. Escravidão, Reforma e Imperialismo. **Op. Cit.**

¹⁷⁵⁵ NABUCO, Joaquim. Campanha Abolicionista no Recife: Eleições de 1884. **Op. Cit.** Conferências dos dias 1,5,16 e 30 de novembro de 1884. PATROCÍNIO, José do. Manifesto da Confederação Abolicionista. **Op. Cit.** 26p. CONFEDERAÇÃO ABOLICIONISTA. Abolição imediata e sem indenização. **Op. Cit.** pp.1-10. SANTOS, Cláudia Regina Andrade dos. ABOLICIONISMO E DESIGUALDADES SOCIAIS. **Op. Cit.** pp.319-334.

ideias de André Rebouças¹⁷⁵⁶ e de José do Patrocínio¹⁷⁵⁷ que discutimos no capítulo 3. Para Graham, a intenção desses abolicionistas não se resumiu em destruir a base legal da escravidão, pois, eles buscaram dar continuidade ao projeto e solapar “a soma de todo o poder, influência, capital e sistema de dependência dos senhores.”¹⁷⁵⁸ Pressionado pela força da opinião pública abolicionista, na década de 1880, o Governo se viu na necessidade de lançar, ainda que timidamente, a pauta da Reforma Territorial nos discursos oficiais, pelo menos nas *Fallas do Trono*. A partir do ano de 1886, acompanhando a radicalização do movimento abolicionista, começaram a aparecer, no discurso da Coroa, algumas previsões de quais seriam os próximos passos que o Parlamento deveria tomar para satisfazer as demandas políticas da nação.

Em 1886, D. Pedro II discursou sobre a política de incentivo à Imigração, asseverando a necessidade de se proporcionar, aos imigrantes, “meios de empregarem-se como pequenos proprietários do solo, ou como trabalhadores agrícolas”.¹⁷⁵⁹ Na Fala do Trono de 1887, lida pelo

¹⁷⁵⁶ Rebouças chegou a publicar diversos artigos defendendo a Divisão territorial e demonstrando como seria necessário, para a Coroa, dar continuidade às reformas no pós-Abolição, caso esta quisesse assegurar uma base de apoio não mais associada à oligarquia territorial e escravista brasileira, ressentida com a abolição. A partir de junho de 1888 encontramos diversos artigos escritos que tentam explicar como poderia ser feita esta união entre a Coroa e o povo. Nas palavras do engenheiro abolicionista: “Existe uma reforma democrática tão urgente, tão oportuna, tão momentosa como a Abolição: é a reconstituição da propriedade territorial pelo cadastro e pelo imposto. Se vossa República é de Liberdade, Igualdade e Fraternidade, é preciso, é necessário, é indispensável que ela principie extinguindo o monopólio territorial; o patriarcado feudal; o poderoso elemento da propriedade rural, como diz o Sr. Paulino. Se, porém, a tal República de ambiciosos vulgares e de escravocratas despeitados admite o Sr. Paulino com seu landlordismo, então é infinitamente melhor a Monarquia Popular e Democrática de Joaquim Nabuco; opulenta de aspirações nobres e altruístas; bem ciente e muito consciente; de que não deve haver Irlandas no Continente Americano.” Para o abolicionista amigo da Coroa e experimentado no trato com a elite senhorial brasileira era “mais fácil democratizar um rei ou uma rainha do que um parlamento aristocrático, oligárquico e plutocrático. **HDBN**: Cidade do Rio (RJ) 20 de junho de 1888 e 25 de junho de 1888. No “Programa de evolução para depois do dia 13 de maio”, elaborado por ele como um projeto de dez pontos da Confederação Abolicionista para ser entregue a Coroa, Rebouças defendia, no segundo ponto, que o governo deveria: “Cumprir escrupulosamente o sacrossanto legado da Confederação Abolicionista impedindo a reescravização da raça africana; assegurando a sua libertação pela independência e pelo bem-estar; promovendo a educação e a instrução dos libertos; facilitando-lhes a aquisição da propriedade da terra em que trabalham, constituindo-os lavradores proprietários.” O terceiro dizia respeito ao voto: “Decretar o sufrágio universal para todos os cidadãos, só excluindo os analfabetos e os sentenciados.” E o quarto, novamente voltava a tratar da Reforma Agrária: Promover a nacionalização do solo pelo Imposto Territorial e pela liberdade de comércio de terra. Facilitar a todos os nacionais e imigrantes a aquisição de um lote de terra com propriedade garantida pelo sistema Torrens; com apólice transmissível por endosso e livre de litígios, demandas e complicações judiciais pela segurança do Registro do Cadastro Nacional.” **VERÍSSIMO**, Ignácio José. **André Rebouças através de sua autobiografia**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1939, p.213-216. **TRINDADE**, Alexandro Dantas. André Rebouças: da Engenharia Civil a Engenharia Social. **Op. Cit.** pp.268-270.

¹⁷⁵⁷ José do Patrocínio vai se utilizar novamente de sua posição destacada na imprensa fluminense para contratar os senhores ressentidos com a abolição, os republicanos do 13 de maio, fazendo de seu jornal Cidade do Rio um dos maiores baluartes de resistência contra a opinião contrária à Monarquia. Na edição do dia 18 de maio de 1888, Patrocínio explica por que aderiu à causa da Monarquia Democrática Popular. **HDBN**: Cidade do Rio (RJ). 18 de maio de 1888.

¹⁷⁵⁸ GRAHAM, Richard. Escravidão, Reforma e Imperialismo. **Op. Cit.** p.189

¹⁷⁵⁹ FALA DO TRONO POR OCASIÃO DA ABERTURA DA 1ª SESSÃO DA 20ª LEGISLATURA EM 3 DE MAIO in: Falas do trono: desde o ano de 1823 até o ano de 1889: acompanhadas dos respectivos votos de graça da Câmara Temporária : é [sic] de diferentes informações e esclarecimentos sobre todas as sessões extraordinárias, adiamentos, dissoluções, sessões secretas e fusões, com um quadro das épocas e motivos que deram lugar a reunião das duas Câmaras e competente histórico / coligidas na Secretaria da Câmara dos Deputados ; prefácio de João

Ministro do Império, Barão de Mamoré, no dia 3 de maio, dentre tantos assuntos, o discurso também versou sobre imigração e apoio à colonização nacional, “para conseguir o povoamento e cultura das terras devolutas do Estado”.¹⁷⁶⁰ Ainda em 1887, outra fala, desta vez lida Por D. Isabel - que assumiu novamente como regente do Império entre 1886 e 1888, devido à viagem de Dom Pedro à Europa - fez uma pequena alusão à “reforma da lei de terras públicas”.¹⁷⁶¹ Colocações todas elas muito tímidas, ao menos até a abolição.

Ao abrir a sessão do ano de 1888, no dia 3 de maio, além da fala sobre a necessidade de uma lei final que extinguisse de uma vez por todas a escravidão, D. Isabel fez referência à necessidade de se tomarem providências para promover a utilização das terras devolutas do Império.¹⁷⁶² Ainda em 1888, no dia 20 de novembro, após retornar ao Brasil, o Imperador encerrou os trabalhos legislativos falando que o governo deveria agilizar o povoamento das terras do Império.

A última Fala do Trono, lida pelo Imperador, em 3 de maio de 1889, tocou mais veementemente na questão e deu maior visibilidade à intenção do governo em promover uma política de Reforma Agrária. As previsões dos proprietários rurais de que, após a Abolição, a Reforma Agrária seria a próxima medida não era algo utópico.¹⁷⁶³ De fato, provavelmente

Bosco Bezerra Bonfim e Pedro Calmon. -- Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2019. pp. 647-650. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/562127/Falas_do_Trono_1823-1889.pdf acessado em 10 de junho de 2021 às 21:20.

¹⁷⁶⁰ FALA COM QUE SUA MAJESTADE O IMPERADOR MANDOU ABRIR A 2ª SESSÃO DA 20ª LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA GERAL NO DIA 3 DE MAIO... in: Falas do trono: desde o ano de 1823 até o ano de 1889. **Idem.** pp. 655-657.

¹⁷⁶¹ **Idem. Ibidem.**

¹⁷⁶² FALA COM QUE SUA ALTEZA IMPERIAL A PRINCESA REGENTE ABRIU A 3ª SESSÃO DA 20ª LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA GERAL NO DIA 3 DE MAIO... in: Falas do trono: desde o ano de 1823 até o ano de 1889... **Op. Cit.** pp.663-665.

¹⁷⁶³ Francisco do Rego Barros Lacerda, candidato a deputado pelo 5º Distrito nas eleições de agosto de 1889, membro do Partido Conservador, fez uma crítica feroz ao então destituído ministério João Alfredo, que cometeu, segundo ele, “um grave atentado a prosperidade reconhecida pela nossa legislação, e pode ser chamada uma verdadeira lei de espoliação.” Perguntou também “se o partido conservador é o primeiro a violar a constituição política do Império, quem defenderá o direito à propriedade territorial, também nela consagrado, e todas as garantias individuais”? O candidato fez da crítica à Abolição e à Fala do Trono de 1889, da qual disse ser “um misto de promessas injustificáveis e ameaças ridículas” a sua bandeira partidária, batendo de frente com o ex-ministro conservador, líder do seu partido na província, salientando inclusive que o *Diário de Pernambuco* não aceitou publicar seu artigo que foi lançado no jornal *A Época*, um novo “órgão do partido conservador”, fundado justamente para se contrapor às políticas reformistas, fossem elas apoiadas por conservadores ou liberais. O jornal *A Época* representou os interesses dos agricultores de Pernambuco criticando constantemente a abolição da escravidão e as possíveis futuras reformas sociais. Só para o leitor ter uma noção, a circular de Francisco do Rego Barros Lacerda foi repetida nas 18 primeiras edições do periódico, como uma fiel representação dos interesses dos mais empedernidos. **HDBN:** *A Época: Órgão do Partido Conservador*. 08 de agosto de 1889. Nº1. p.1 até 31 de agosto de 1889. Nº18. p.1. No *Lanterna Mágica*, os republicanos-abolicionistas afirmaram: “Os escravocratas de ontem, os aristocratas de todos os tempos, os fidalgos sem era são os republicanos de hoje! Maldito despeito, quantas mudanças tem causado!” Para eles, a circular de “Xico Lacerda” era um “perfeito carro de boi” da antiga “junta do coice”. **CEPE Digital:** *Lanterna Mágica: periódico livre e humorístico*. 10 de agosto de 1889. Nº265. pp. 1 e 3. Segundo Bruno Cerqueira e Maria de Fátima Argon, “a Reforma Agrária anunciada na Fala do Trono de maio de 1889 foi completamente renegada e impedida pela República que se instalou com a quartelada de 15

atendendo aos anseios mais liberais da opinião pública e às necessidades de se confirmar com uma nova base de apoio, ao menos em teoria, D. Pedro II postulou a possibilidade da Reforma Agrária naquela que foi sua última fala do trono. Em suas palavras,

Para fortalecer a imigração e aumentar o trabalho agrícola, importa que seja convertida em lei, como julgar de vossa sabedoria, a proposta para o fim de regularizar a propriedade territorial e facilitar a aquisição e cultura de terras devolutas. Nessa ocasião resolveis sobre a conveniência de conceder ao Governo o direito de desapropriar, por utilidade pública, os terrenos marginais das estradas de ferro, que não são aproveitados pelos proprietários e podem servir para núcleos coloniais.¹⁷⁶⁴

O programa de governo, chefiado por Afonso Celso de Assis Figueiredo, futuro Visconde de Ouro Preto¹⁷⁶⁵, em 7 de junho de 1889, de acordo com Richard Graham, contribuiu ainda mais para acirrar os ânimos. A Câmara dos Deputados, composta em sua maioria por membros do partido conservador e por liberais que não aceitavam a passagem de determinadas reformas, rejeitou a política proposta pelo Ministro que solicitou, e conseguiu do Imperador, a dissolução do Parlamento. A eleição do dia 31 de agosto consagrou a vitória do Partido Liberal, inclusive de figuras favoráveis à continuidade das reformas, como Joaquim Nabuco. A nova composição do Parlamento havia criado melhores condições para a aprovação do programa reformista, sendo marcado o dia 20 de novembro de 1889 como a data de abertura dos trabalhos da nova Câmara.¹⁷⁶⁶

de novembro. Bem ao contrário, foi com a promessa de indenização aos antigos senhores de escravos pela Abolição que o novo regime ganhou milhares de adeptos na “lavoura”, como então se dizia.” ARGON, Maria de Fátima Moraes e CERQUEIRA, Bruno da Silva Antunes de. Alegrias e Tristezas. **Op. Cit.** p.788.

¹⁷⁶⁴ FALA DO TRONO POR OCASIÃO DA ABERTURA DA 4ª SESSÃO DA 20ª LEGISLATURA EM 3 DE MAIO... in: Falas do trono: desde o ano de 1823 até o ano de 1889. **Op. Cit.** pp. 671-674.

¹⁷⁶⁵ Ouro Preto não disfarçou que o seu programa de reformas serviria a intenção de frear a expansão da propaganda republicana, no dia 11 de junho de 1889 apresentou à Câmara o seu programa que incluía as seguintes propostas: Ampliação da representação, considerando-se como prova de renda legal o fato de o cidadão saber ler e escrever desde que provasse o exercício de qualquer profissão lícita e estivesse no gozo dos direitos civis e políticos. Plena autonomia dos municípios e províncias. Eleição dos administradores municipais e nomeação dos presidentes e vice-presidentes sob lista organizada pelo voto dos cidadãos alistados, mantendo-se o sistema de alistamento vigente. Liberdade de culto. Temporariedade do Senado. Liberdade de Ensino e seu aperfeiçoamento. Máxima redução possível dos direitos de exportação. Lei de Terras que facilitasse sua aquisição, respeitando os direitos dos proprietários. Redução de fretes e desenvolvimento dos meios de rápida comunicação de acordo com um plano previamente assentado. Animar e promover estabelecimentos de crédito. Elaborar um Código Civil. Conversão da dívida externa, amortização do papel-moeda. Equilíbrio da receita pública com a despesa, pelo menos ordinária. Fundação de estabelecimento de emissão e crédito, especialmente dedicado ao estímulo da produção. Propunha ainda a reforma do Conselho de Estado, retirando-lhe o aspecto político e conservando apenas o caráter administrativo. A única resistência do Ministério foi relativa à Federação, no que sofreu duras críticas da parte de Nabuco e Rui Barbosa. Segundo Viotti da Costa, quando Pedro Luiz Soares de Souza, deputado pelo Rio de Janeiro, ouviu as propostas do Ministro exclamou: “É o começo da República” e ouviu de Ouro Preto: “Não, é a inutilização da República”. COSTA, Emília Viotti da. Da monarquia à república. **Op. Cit.**

¹⁷⁶⁶ Segundo Lynch, “antes que o novo primeiro-ministro liberal, Visconde de Ouro Preto, pusesse em execução seu plano de reforma pela descentralização e alargamento do sufrágio, um pronunciamento militar apoiado pelas oligarquias das grandes províncias do sul derrubou a monarquia e exilou Dom Pedro II e sua família.” LYNCH, Christian Edward Cyrill. **Da Monarquia à Oligarquia. História Intelectual e Pensamento Político Brasileiro (1822-1930)**. São Paulo: Alameda, 2014, p. 80

Tudo isso, segundo Graham, fez com que os latifundiários apoiassem a derrubada do regime, que aconteceu em 15 de novembro, por via de um golpe civil-militar liderado, ao menos nominalmente, pelo Marechal Deodoro da Fonseca.¹⁷⁶⁷ Era a desforra dos escravocratas-latifundiários contra as possibilidades reformistas, ou melhor dizendo, era a contrarrevolução dos fazendeiros contra a Revolução da Abolição.

O movimento abolicionista, como disse Ricardo Salles, desferiu um golpe mortal e impediu a reprodução e a expansão do regime escravista, mas não foi suficiente forte para remover, como queria Nabuco e outros abolicionistas mais sinceros, o restante do edifício escravocrata.¹⁷⁶⁸ Esse permaneceu durante os primeiros anos republicanos resistindo às reformas, às mudanças, mantendo a exclusão material, intelectual e moral como forma de organização social, tirando do povo brasileiro a sua cidadania formal, contaminando as instituições políticas, judiciárias, educacionais, religiosas, etc.¹⁷⁶⁹

As consequências do fim da escravidão no Brasil e da contenção das possíveis reformas sociais, com o advento da República, asseveraram a naturalização da desigualdade social, que, embora não tenha sido associada, a partir do período republicano, à condição jurídica da pessoa

¹⁷⁶⁷ Segundo Oliveira Viana, ao tentar “dissipar essa crença de que após a abolição o Império vivia um ambiente nada favorável à estabilidade e ao prestígio das instituições então vigentes, o Ministério Ouro Preto “formulou e pôs em prática um brilhante programa de reformas econômicas. Refundiu a organização bancária. Chamou para o país vastos capitais estrangeiros. Reorganizou o crédito rural e o crédito hipotecário. Distribuiu aos fazendeiros abalados copiosos auxílios pecuniários. Tentou, em suma, por todos os meios, atenuar os males da abolição imediata. Ele bem sabia que, a não ser a reparação econômica, nada, nenhuma outra medida, por mais liberal que fosse, seria capaz de restabelecer, na sua antiga intensidade, os laços de simpatia existentes entre a aristocracia rural e a velha dinastia.” VIANA, Oliveira. O ocaso do Império. **Op. Cit.** p.80. GRAHAM, Richard. Escravidão, Reforma e Imperialismo. **Op. Cit.** pp. 180-193. Robert Conrad também já havia enxergado desta forma a queda do Regime Monárquico no Brasil. Para ele, “enfrentando exigências de mais mudança social, a elite tradicional conservou seu poder e autoridade e, depois, varreu o movimento democrático no golpe de estado que provocou o desaparecimento de D. Pedro II e estabeleceu uma república conservadora”. CONRAD, Robert. Os últimos anos de escravatura. **Op. Cit.** p. 336. Para Conrad, o fato disto não ter ocorrido não foi culpa dos líderes do abolicionismo, que se recusaram a debandar da Confederação Abolicionista depois de seu principal objetivo ter sido alcançado em 1888, tendo mantido a organização como um centro para a promoção de novas reformas. Foi o resultado, sim, de uma poderosa reação dos antigos proprietários de escravos nos meses que se seguiram à abolição, da dispersão do movimento de forma radical depois da queda do Império em 1889 e da reconsolidação, nos anos seguintes, de disposições tradicionais e da conservação de grande parte do espírito e da organização do antigo regime. **Idem.** pp. 193-194. Concordamos com as afirmações do conceituado historiador, todavia, fazemos a ressalva de que o Golpe de 15 de novembro não se deu contra o 2º Reinado de D. Pedro II, mas sim contra um possível 3º Reinado com D. Isabel I como Imperatriz e contra todo o apoio popular que este terceiro período monárquico brasileiro poderia ter. Acreditamos que foi o temor das possíveis novas reformas que poderiam ser engendradas com o apoio popular e a força da opinião pública que fez com que boa parte das elites conservadoras cindissem com a Coroa e migrassem para as fileiras republicanas. Um dos principais trabalhos a analisar esta e outras questões sobre o fim do Império e um possível 3º Reinado é organizado por ARGON, Mária de Fátima Moraes. e CERQUEIRA, Bruno da Silva Antunes de. Alegrias e Tristezas. **O.Cit.**

¹⁷⁶⁸ Nabuco ao defender a monarquia como a principal forma de governo para complementar a obra da Abolição, criticando o regime republicano no ano de 1890, afirmou: “Não ha maior paradoxo do que pretender-se que uma revolução social como a de 13 de Maio podia ficar feita num dia.” NABUCO, Joaquim. **Resposta às Mensagens de Recife e Nazareth.** p. 7, disponível em <http://www.fundaj.gov.br>. Acessado em 05 de janeiro de 2021 às 00:09.

¹⁷⁶⁹ SALLES, Ricardo. Nostalgia Imperial. **Op. Cit.** Ver a introdução.

escravizada, continuaria associada à cor dos descendentes da população afro-brasileira e aos conceitos de raça adaptados à realidade brasileira pela elite intelectual e política da época.

Foi esse tipo de discurso político que passou a marcar os debates e as disputas em torno da Abolição, antes mesmo do início do período republicano. A quem cabia a glória pelo fim da escravidão? Quem eram os autores do feito? Quais projetos econômicos, políticos e sociais deveriam ser levados à frente agora que a escravidão havia sido extinta legalmente? Quem deveria governar o Estado e quais pessoas deveriam ser excluídas do processo? Essas disputas políticas em torno do espólio da Abolição iniciaram antes mesmo do 13 de maio, como sabemos, mas se fortaleceram mesmo após os dois principais acontecimentos que culminaram com o fim do Império: a Abolição e a Proclamação da República.

Esse fortalecimento foi gerado pelo clima de incertezas que pairavam no cenário político-econômico e social no imediato pós-abolição, com o adicional da raiva e do clima de revanchismo dos fazendeiros, “zelosos de sua propriedade”, prejudicados pela abolição sem indenização e com medo das seguintes reformas. Homens que passaram a se unir e a compartilhar, com alguns adptos da República, um discurso político-racial discriminatório que passou a imperar não somente nas disputas pela indenização e pelas receitas do Estado, como pelo controle total do aparelho administrativo.

8 REPÚBLICA E RACISMO: AS DISPUTAS E CONSTRUÇÕES DO IMAGINÁRIO POLÍTICO-RACIAL NO IMEDIATO PÓS-ABOLIÇÃO.

Ao mesmo tempo que lutava contra os projetos indenizistas dos ex-proprietários de escravos, João Ramos procurou, antes e imediatamente após a Abolição, angariar apoio para alguns dos seus projetos de vida, envolvendo nos seus pedidos de favores a causa abolicionista como parte do seu currículo político.

Numa carta a Nabuco, às vésperas da Abolição, em 27 de abril de 1888, o Cupim chefe pediu a ajuda do deputado para conseguir junto ao Almirante Jaceguay um emprego para ele como agente de alguma Companhia de Navegação no porto do Recife. João Ramos disse a Nabuco que “aceitava” de bom grado um emprego na Agência Brasileira de Navegação a Vapor, poderia também ser “gerente de banco, agente de qualquer empresa boa, rendosa”. Finalizou a carta sinalizando a sua participação no movimento abolicionista afirmando que caso Nabuco quisesse recompensar os seus serviços com essas indicações, “aqui está o homem do barco libertador”, pois “é tempo de fazer-se voltar a paz econômica da minha família pela proteção daqueles que querem dar ao pouco que fiz, do quase nada que valho algum, algum não, um valor enorme.”¹⁷⁷⁰

Barros Sobrinho, em janeiro de 1889, escreveu a Joaquim Nabuco para lembrar do pedido feito pelo líder do Cupim ao Deputado.

O nosso amigo João Ramos pede-me não só para lembrar-lhe o pedido que lhe fiz em favor dele sobre a agência de vapores transatlântica do Jaceguay, como também para dizer-lhe que ele, muito antes de ser abolicionista, já era republicano, pois não quer que o julgue no rol dos despeitados republicanos de 13 de maio.¹⁷⁷¹

Ramos, não só tentou angariar apoio político do seu amigo e Deputado Geral como procurou a Assembleia Provincial de Pernambuco na intenção de conquistar recursos para montar uma companhia e construir no Recife e nos subúrbios da cidade “prédios de todos os gêneros e valores para serem alugados a operários e aos menos abastados por preços fixos, divididos em quatro classe de habitações.”¹⁷⁷² Era o início do projeto das Evonias, casas para famílias “menos abastadas”. O abolicionista-negociante articulava como podia. Sabia que poderia conseguir algum favor de Nabuco na Corte, dos seus amigos deputados em Pernambuco

¹⁷⁷⁰ **FUNDAJ**. Correspondências de Joaquim Nabuco. Doc. 6887. Carta de João Ramos a Joaquim Nabuco. Recife, 27 de abril de 1888.

¹⁷⁷¹ **FUNDAJ**. Correspondências de Joaquim Nabuco. Carta de Barros Sobrinho a Joaquim Nabuco. 12 de janeiro de 1889.

¹⁷⁷² **HDBN**: Diário de Pernambuco. 11 de novembro de 1888. Nº258. p.3.

para investir na construção de casas de aluguel. Provavelmente a sua “clientela” havia aumentado com a abolição e isso também lhe serviria como meio de vida.¹⁷⁷³

João Ramos teve que fazer escolhas naquele momento e estas nem sempre eram harmônicas.¹⁷⁷⁴ Filiado ao *Centro Republicano de Pernambuco* que, além de ter como líder Isidoro Martins Júnior, contava com homens como João Cardozo, Martiniano Veras, Albino Meira, Pinto Pessoa, Balthazar da Silveira e Francisco Campelo, o líder dos cupins teve seu nome associado ao chamado do Centro para a 2ª Conferência Republicana, que aconteceria na cidade da Escada no dia 02 de dezembro de 1888.¹⁷⁷⁵ Qual a contradição no envolvimento de João Ramos com este chamado? Na convocatória dos republicanos, ansiosos e esperançosos de alcançarem o apoio dos agricultores, aqueles homens apelaram para o ressentimento dos plantadores com a Monarquia, justamente no tocante à abolição.¹⁷⁷⁶ Segundo eles, a categoria que estava “desprotegida e infeliz com toda situação econômica eram os principais convidados”.¹⁷⁷⁷ Ao mesmo tempo que brigavam com alguns representantes da lavoura, contra

¹⁷⁷³ Baseados nas sugestões do antropólogo Gilberto Velho, pensamos o contexto do pós-abolição como um “campo de possibilidades”, um espaço aberto para (re)formulação e implementação de projetos individuais e coletivos. Segundo Velho, os projetos individuais sempre interagem com outros dentro de um campo de possibilidades. Não operam num vácuo, mas sim a partir de premissas e paradigmas culturais compartilhados por universos específicos. Por isso mesmo são complexos e os indivíduos, em princípio, podem ser portadores de projetos diferentes, até contraditórios. Suas pertinência e relevância serão definidas contextualmente”. Ainda pensando com o autor, para ele, tanto “os projetos, como as pessoas, mudam. Ou as pessoas mudam por meio de seus projetos. A transformação individual se dá ao longo do tempo e contextualmente”. VELHO, Gilberto. **Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999., pp. 46-48.

¹⁷⁷⁴ A nova biografia, se assim se pode chamá-la, entende que homens e mulheres são dotados de racionalidade própria, ainda que limitada, possuem horizonte de expectativas e possibilidades em constante mudança e, acima de tudo, que a vida deles não está dada desde o início; ou seja, a vida, seja ela de quem for, é marcada por indeterminismos resultantes de situações políticas, econômicas, religiosas, comunitárias, etc. que fogem ao controle pessoal, mas é com base nessas situações que eles, sujeitos históricos, devem fazer suas escolhas. KARSBURG, Alexandre. A micro-história e o método da microanálise. **Op. Cit.** p.33.

¹⁷⁷⁵ **HDBN**: Diário de Pernambuco. 30 de novembro de 1888. Nº 274. p.3

¹⁷⁷⁶ Flávia Braga reconhece que as dificuldades econômicas para custeio da propaganda e das eleições foi um grande problema dos republicanos em Pernambuco. Segundo ela, este foi o motivo principal para que eles tivessem aceitado o apoio e a adesão dos agricultores e ex-senhores de escravos. Braga, Flávia. 26. De um total de 125 republicanos listado pela historiadora entre 1875-1889, 63 deles habitavam as Zonas da Mata pernambucana, principalmente as regiões açucareiras de Goiana e Escada, onde os republicanos fizeram suas duas primeiras conferências respectivamente, Palmares, Vitória de Santo Antão, etc. Apesar de vários destes serem bacharéis, filho de agricultores, esse número continua refletindo a força econômica e política que a categoria possuía. BRAGA, Flávia Bruna Ribeiro da Silva. “DITADURA”, ABOLIÇÃO E REPÚBLICA. **Op. Cit.** p.28 e 91.

¹⁷⁷⁷ Segundo Flávia Braga apenas quatro agricultores se empenharam ativamente na campanha republicana em Pernambuco, Ignácio Rabello (Goiana), Francisco Campello (Cabo), este bacharel em Direito só entrava para a categoria por ter herdado propriedades da família, Leonardo Cavalcanti de Albuquerque (Escada) e Ambrósio Machado. Braga considerou, a princípio, que os agricultores tivessem esperança na indenização por seus ex-escravos, apostando no fim do regime monárquico com a iminente morte de Dom Pedro II, entretanto, segundo ela, o órgão oficial do Partido Republicano de Pernambuco, *O Norte*, declarava repetidamente que “a indenização é impossível” e que o Partido Republicano “não pode usar a indenização para conseguir adeptos”. Para a autora, talvez, por isso mesmo a adesão dos agricultores ao Partido Republicano de Pernambuco tenha sido baixa. **Idem**. pp.168-169.

a possibilidade da indenização, o grupo republicano sabia da importância do apoio político que aqueles homens poderiam fornecer.

Vários autores já trabalharam a questão das disputas políticas pelos “despojos da abolição” em Pernambuco, principalmente entre os liberais democratas liderados por José Mariano e os Republicanos positivistas ligados a Aníbal Falcão e a Martins Júnior. Os primeiros, acusados de se utilizarem da memória do abolicionismo para continuarem conquistando postos e recursos junto à Monarquia, os segundos, acusados de recorrerem ao ressentimento dos agricultores para angariar apoio político e conseguirem se firmar enquanto um grupo forte para disputar o poder político na Província.¹⁷⁷⁸

Não queremos nos alongar numa discussão que já foi muito bem desenvolvida pela historiografia política acerca destas disputas políticas¹⁷⁷⁹, queremos, entretanto, enxergar qual o posicionamento dos cupins naqueles dias e quais as imagens que foram construídas por eles e contra eles naqueles anos de incertezas para os partidários monarquistas e republicanos.

Durante a análise dos discursos de ambos os grupos, veremos que, em diversos momentos, os debates políticos assumiram um discurso racializante, principalmente da parte dos republicanos, na tentativa de descaracterizar as ações e intenções políticas de grupos historicamente mais vinculados à população negra.¹⁷⁸⁰

Há muita dificuldade em se apreender os verdadeiros interesses dos envolvidos nestas disputas entre a Abolição da escravidão e a proclamação da República, as contradições foram várias, como esta apontada mais acima: um grupo de republicanos abolicionistas, considerados

¹⁷⁷⁸ BRAGA, Flávia Bruna Ribeiro da Silva. “DITADURA”, ABOLIÇÃO E REPÚBLICA. **Op. Cit.** Ver especialmente o Capítulo 5. OZANAM, Israel. *Capoeira e Capoeiras*. **Op. Cit.** HOFFNAGEL, Marc Jay. *From monarchy to republic*. **Op. Cit.** HOFFNAGEL, Marc Jay. **Recife entre a monarquia e a república**. Anais da XXV Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica (SBPH). Rio de Janeiro, 2005. CASTILHO, Celso Thomas. *Slave Emancipation and Transformations*. **Op. Cit.** SOUZA, Felipe Azevedo e. A participação política das classes populares em três movimentos. **Op. Cit.** GOUVÊA, Fernando da Cruz. *Abolição*. **Op. Cit.**

¹⁷⁷⁹ **Idem.**

¹⁷⁸⁰ Aníbal Falcão apresentou sua interpretação do positivismo em 1883. Para ele essa doutrina era diferente do debate racial entre o monogenismo e o poligenismo, não incluindo Darwin ou Spencer na sua discussão. Sem deixar de considerar a subdivisão da raça humana em três grandes raças (Branca, Amarela e Negra), Falcão atribuía essa diferença, inicialmente, às influências do meio natural e posteriormente às relações sociais. E, apesar de admitir uma distinção fundada na constituição cerebral dos indivíduos das três raças, predominando na branca o intelecto, na amarela uma predisposição para as atividades e na negra a afetividade, para Falcão isso dizia mais respeito aos fatores sociológicos, que se refletiam no ritmo de desenvolvimento histórico das raças do que a condicionamentos biológicos inatos. Portanto, ainda que ele considerasse que os negros estivessem atrasados na marcha do progresso e da civilização, reconhecia que “isso de modo algum denota uma inaptidão social e intelectual intrínseca” à raça deles. Por mais que consideremos a visão de Aníbal Falcão “a melhor versão possível” para o positivismo no Brasil, o reconhecimento de diferentes níveis de desenvolvimento humano que colocavam negros e brancos em patamares distantes, atribuindo para cada grupo funções específicas, certamente não ajudou os republicanos positivistas na hora de angariar apoio popular e, certamente, os aproximou muito mais da elite política que já detinha poder político desde o Império. FALCÃO, Aníbal. *Fórmula da civilização brasileira*. **Op. Cit.** pp.95-96.

radicais, alguns deles lutando contra os interesses indenizistas, como no caso de João Ramos, convocando para as fileiras republicanas os mesmos agricultores que foram combatidos pelo movimento abolicionista e anti-indenizista.¹⁷⁸¹

Os caminhos políticos, apresentados naquele momento, exigiram que muitas pessoas envolvidas com o movimento abolicionista tomassem decisões baseadas nas alianças e nas experiências desenvolvidas entre os anos de 1880-1888, não sendo estranho a reformulação de alianças e de partidos. Seguindo as ideias de Giovanni Levi, não pensamos as pessoas analisadas por nós nesta tese, nem o movimento abolicionista, como algo homogêneo e cronologicamente disposto. As personalidades e suas decisões nem sempre foram coerentes e estáveis, as ações nem sempre se apresentam como claras e muitas escolhas tiveram de se equilibrar entre as convicções e as incertezas, entre uma forma de fazer política mais idealista e outra mais realista.¹⁷⁸²

Segundo Felipe Azevedo e Flávia Braga, em Pernambuco, os projetos dos novos liberais eram vistos como mais democráticos do que o dos republicanos positivistas, que desejavam uma República Ditatorial e centralizada politicamente nas mãos das elites econômicas e intelectuais.¹⁷⁸³ Estes dois autores mostram que a influência eleitoral dos republicanos era muito pequena até 1888 e que, mesmo durante os primeiros anos republicanos, os antigos liberais-abolicionistas, liderados por José Mariano, e alguns republicanos convertidos a um monarquismo popular de última hora, como no caso de vários membros dos cupins, conseguiram disputar os postos de comando no início da Primeira República.¹⁷⁸⁴

Para Israel Ozanam e Felipe Azevedo, a racialização do debate político, assumida pelos republicanos no imediato pós-abolição, serviu como uma forma de excluir e marginalizar ainda mais a população negra e pobre de Pernambuco. O que, de certa forma, deu ao grupo marianista mais chances de negociar e receber o apoio desta parcela da população, que em Recife ficou

¹⁷⁸¹ Aliar-se aos liberais entre 1884-1888 foi uma forma de sobrevivência e convivência política para os republicanos, um mal necessário para o crescimento da propaganda. Mais uma vez, aceitar as adesões de antigos proprietários de escravos seria um mal necessário para o fortalecimento do partido e para a conquista do ideal político mor daqueles homens, a proclamação da República. BRAGA, Flávia Bruna Ribeiro da Silva. “DITADURA”, ABOLIÇÃO E REPÚBLICA. **Op. Cit.** p.178.

¹⁷⁸² LEVI, Giovanni. **Usos da biografia**. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. Usos & abusos da história oral. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 169.

¹⁷⁸³ Segundo Braga, o positivismo caía como uma luva para essa geração que não pensava em inverter a ordem, mas em justificá-la com um novo tempo. Buscavam colocaram-se como os principais líderes do futuro, uma geração que encontrou no positivismo um tom moderado em prol da Revolução política, elevando suas almas para com os trabalhadores, ao invés de dar-lhes autonomia. O positivismo, diferente do marxismo, era conservador ou reestruturador da ordem. BRAGA, Flávia Bruna Ribeiro da Silva. “DITADURA”, ABOLIÇÃO E REPÚBLICA. **Op. Cit.** pp. 34, 42-46 e 87.

¹⁷⁸⁴ SOUZA, Felipe Azevedo e. A participação política das classes populares em três movimentos. **Op. Cit.** pp.78-80. BRAGA, Flávia Bruna Ribeiro da Silva. “DITADURA”, ABOLIÇÃO E REPÚBLICA. **Op. Cit.**

conhecida como “a Guarda Negra de José Mariano”.¹⁷⁸⁵ Para os republicanos, somente uma camada seleta de homens doutos poderiam administrar o Estado. Os “elementos degenerados” e a expansão dos direitos políticos poderiam, em sua visão, causar mais danos do que benefícios à futura República.¹⁷⁸⁶ Para além das acusações de corrupção, beneficiamento político e econômico pela manutenção de cargos durante a Monarquia, a questão racial passou a ser uma das justificativas mais hostis para diferenciar ambos os grupos no imediato pós-abolição.

Segundo Ozanam, a Guarda Negra de José Mariano foi uma construção retórica de alguns republicanos, imaginada como sucessora do *Clube do Cupim* em Pernambuco.¹⁷⁸⁷ Na construção do adversário político¹⁷⁸⁸, os republicanos representavam os seguidores de Mariano como incivilizados, bárbaros, capoeiras, capangas, analfabetos políticos, acusando-os de serem também “degenerados”, adaptando esse termo biológico ao repertório político.¹⁷⁸⁹ Como veremos, os adversários de Mariano não usaram destes argumentos somente contra a população pobre e negra, mas contra os próprios líderes políticos e abolicionistas, em sua maioria homens

¹⁷⁸⁵ OZANAM, Israel. Capoeira e Capoeiras. **Op. Cit.** p.18 e SOUZA, Felipe Azevedo e. A participação política das classes populares em três movimentos. **Op. Cit.** pp. 84-85.

¹⁷⁸⁶ SOUZA, Felipe Azevedo e. A participação política das classes populares em três movimentos. **Op. Cit.** p. 88.

¹⁷⁸⁷ Felipe Azevedo diz que a Guarda Negra no Recife era uma coletividade inventada, porque, diferente da “Guarda Negra da Redentora”, criada no Rio de Janeiro, com estatutos próprios e membros conhecidos, em Recife, a associação só existia enquanto categoria de acusação, geralmente atribuída por republicanos à pessoas negras que apoiavam José Mariano. **Idem.** p.91

¹⁷⁸⁸ Ozanam cita o conceito koselleckiano de “Pares Assimétricos” para explicar que “quando uma unidade de ação política define a si própria por meio de um conceito, executa simultaneamente um recorte que exclui outras, recusando-lhes os predicados vinculados a esse conceito.” Segundo ele, Kosselleck chama de assimétricos os atributos utilizados para designar o adversário sem que este se reconheça neles. No caso dos republicanos, toda a construção em relação à associação dos liberais democratas à população negra, à corrupção e aos desmandos políticos. Na designação de grupos, um deles pode constituir a si próprio por meio, por exemplo, da propaganda, baseando-se numa dualidade em relação a outro grupo, situado numa posição de desvantagem nesse discurso. Por meio da imprensa, ambos os grupos criavam imagens e narrativas acerca dos seus adversários políticos, mas foi uma marca dos republicanos a associação dos liberais democratas à Guarda Negra, ligando ambos os grupos a atributos negativos como corrupção, roubo, degeneração (política e biológica), etc. KOSELLECK, Reinhart. Apud. OZANAM, Israel. Capoeira e Capoeiras. **Op. Cit.** p.34

¹⁷⁸⁹ Tomamos também emprestado os conceitos de Judith Butler de enquadramento/reconhecimento e normatividade. Segundo a filósofa, a normatividade define o que é uma vida, os detentores do poder podem definir o que é a vida e quem tem ou não tem direito a ela. Enquanto o ser enquadrado num determinado grupo é algo crucial para poder ser considerado não somente vivo, mas passível de viver. Para Butler é necessário ser aceito para ser considerado vivo e o não ser enquadrado ou ser enquadrado em alguns grupos, como no caso da Guarda Negra, poderia significar que aquele grupo ou determinada pessoa não teria direito a estar vivo ou em viver. Ao pensarmos neste sentido, notamos também que os argumentos levantados contra “o povo de José Mariano e a Guarda Negra” se baseavam no que Achile Mbembe chamou de Necropolítica. Princípio que pode ser encontrado nas acusações dos republicanos contra os partidários marianistas, fundamentados, ainda que implicitamente, em discursos racistas pseudocientíficos que foram utilizados como instrumentos políticos de discriminação e segregação para com a população negra pela elite política brasileira. Para Butler, o reconhecimento é um aparato que produz discursivamente sujeitos como humanos (ou desumanos, sub-humanos, menos que humanos) por termos normativos e disciplinares como os de gênero, sexualidade, raça e classe. Quando uma vida, que não figura como normativamente humana, é violada, essa violação permanece não reconhecida, mal reconhecida ou reconhecida de forma injuriosa, através de termos que permitem a desrealização da violência. BUTLER, Judith. **Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015. Ver introdução: Vida precária, vida passível de luto.

considerados brancos, tentando remodelar a imagem dos seus adversários, associando o depauperamento do Estado, a corrupção política e moral dos seus adversários a um possível enegrecimento da classe política que mantinha vínculos com as classes populares.¹⁷⁹⁰

A “Guarda Negra da Redentora” (GNR) foi o nome dado a uma associação de negros livres e libertos no Rio de Janeiro que tinham interesse na defesa da Monarquia e na continuidade das reformas políticas necessárias à expansão dos direitos políticos e sociais no imediato pós-abolição.¹⁷⁹¹ Em tese, a GNR foi fundada em 09 de julho de 1888, na casa do abolicionista Emilio Rouède, conforme Patrocínio faz anunciar no *Cidade do Rio*. Seus fundadores foram os “pretos libertos Hygino, Manoel Antonio, Jason, Gaspar e Theocrito”. Nos pontos quatro e cinco de sua fundação, a Guarda Negra informava que entre os seus objetivos estavam:

4 - Pedir à Confederação Abolicionista o seu apoio, para que esta sociedade se ramifique em todo o Império;

5 - Pedir à imprensa que participa desse sentimento [o abolicionista] o seu valioso concurso.¹⁷⁹²

A Guarda Negra do Rio de Janeiro foi criada como uma resposta às adesões dos fazendeiros do Centro-Sul ao Partido Republicano e, num momento crucial de disputas políticas entre monarquistas e republicanos, representou um braço de apoio popular à Monarquia no final do Império, conseguindo, durante algum tempo, o apoio de abolicionistas negros ilustres como

¹⁷⁹⁰ OZANAM, Israel. Capoeira e Capoeiras. **Op. Cit.** pp. 37 e 50-51. SOUZA, Felipe Azevedo e. A participação política das classes populares em três movimentos. **Op. Cit.** p.89.

¹⁷⁹¹ Para saber mais sobre a Guarda Negra veja: SOARES, Carlos Eugênio Líbano. A negregada instituição. **Op. Cit.** GOMES, Flávio dos Santos. No meio das águas turvas (Racismo e cidadania no alvorecer da República: a Guarda Negra na Corte – 1888-1889). **Revista Estudos Afro-asiáticos**, Rio de Janeiro, nº. 21, 1991. DOMINGUES, Petrônio. “Cidadania por um fio: o associativismo negro no Rio de Janeiro (1888-1930)”. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 34, n. 67, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbh/v34n67/a12v34n67.pdf> acessado em 18 de setembro de 2020 às 19:08. DOMINGUES, Petrônio. “Cidadania levada a sério: os republicanos de cor no Brasil”, in Flávio Gomes e Petrônio Domingues (orgs.), **Políticas da raça: experiências e legados da abolição e da pós-emancipação no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2014. MESQUITA, Maria Luiza de Carvalho. O “TERCEIRO REINADO”. **Op. Cit.** SANTOS, Cláudia Regina Andrade dos. ABOLICIONISMO E DESIGUALDADES SOCIAIS. **Op. Cit.** pp.1-10. SANTOS, Cláudia Regina Andrade dos. ABOLICIONISMO E VISÕES DE LIBERDADE. **Op. Cit.** pp.319-334. DAIBERT JUNIOR, Robert. **Isabel, a “Redentora” dos Escravos. Uma história da Princesa entre olhares negros e brancos (1846-1988)**. São Paulo: Edusc / Fapesp, 2004, 286 p. MACHADO, Humberto Fernandes. ABOLIÇÃO E CIDADANIA: A GUARDA NEGRA DA REDENTORA NO RIO DE JANEIRO. **Passagens. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica**, vol. 5, núm. 3, septiembre/diciembre, 2013, pp. 505-524. Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, Brasil. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3373/337328460008.pdf> acessado em 05 de junho de 2021 às 12:35. ANTUNES, Livia de Lauro. **SOB A GUARDA NEGRA: Abolição, raça e cidadania no imediato pós-abolição**. Tese de Doutorado. UFF, Niterói, 2019.

¹⁷⁹² **HDBN**: Cidade do Rio (RJ), 10 de julho de 1889, p. 2

o próprio José do Patrocínio.¹⁷⁹³ Segundo Petrônio Domingues, acredita-se que a guarda negra foi a primeira instituição que utilizou o termo “negro” no sentido positivo e político da palavra.¹⁷⁹⁴ No Rio de Janeiro, o momento mais radical do conflito entre a Guarda Negra e os republicanos foi instrumentalizado por estes, e também por conservadores e liberais opositores do Ministério João Alfredo, para culpar o Governo, acusando-o de incentivar uma “guerra entre as raças”.¹⁷⁹⁵

O *Jornal do Recife*, editado pelo grupo de liberais mais conservadores, noticiou o conflito com o título: *Acontecimento graves*.¹⁷⁹⁶ Segundo a folha, Silva Jardim, um dos principais propagandistas republicanos, foi alvo de pedradas e tiros na conferência que organizou no salão da *Sociedade Francesa de Ginástica*, em 30 de dezembro de 1888.¹⁷⁹⁷ Após

¹⁷⁹³ José do Patrocínio, um pouco antes da abolição afirmou: “Nós somos republicanos, aderimos às manifestações das câmaras municipais e ao meeting de Santos e pensamos que o terceiro reinado há de ser uma calamidade nacional.” **HDBN**: Cidade do Rio (RJ). 10 de fevereiro de 1888. Todavia, logo após o início das adesões dos ex-escravocratas liberais e conservadores ao Partido Republicano Paulista, o abolicionista se reposicionou politicamente a favor da Monarquia. Patrocínio saiu do Partido Republicano antes da Abolição, declarando que “de uma vez por todas não confio no atual partido republicano, que não me subordino à sua atual orientação, que não aceito nenhuma solidariedade com ele, que me servirei de todas as armas para combatê-lo enquanto ele entender que a liberdade, a igualdade e a fraternidade, para com a raça negra deve ser entendida como preceituam o Congresso Republicano de São Paulo e a gazeta Nacional, Órgão republicano. O partido republicano atual espera recolher agora, como em 1871, a escória do escravismo, o rebutalho da consciência humana, para dominar, e juro, em face da minha pátria, em face de Deus, com a alma cheia do pensamento de minha consorte e de meus filhos, que hei de combatê-lo até destruí-lo. **HDBN**: Cidade do Rio (RJ) 28 de abril de 1888. A resposta do Partido Republicano foi dada a Patrocínio numa publicação intitulada: *José do Patrocínio e a República*. **HDBN**: Gazeta Nacional: Órgão Republicano. 04 de junho de 1888. Nº122. p.1. (RJ) MATTOS, Augusto Oliveira. **A proteção multifacetada: as ações da guarda negra da Redemptora no ocaso do Império (1888-1889)**. Dissertação de mestrado, 2006. Programa de Pós Graduação do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília. Segundo Carl Von Koseritz - um alemão que chegou no Brasil em 1830 como mercenário contratado por Sebastião do Rego Barros para lutar contra Rosas nas guerras do Sul - o movimento abolicionista popular não passava de uma reunião de “capoeiras (negros escravos amotinados) e indivíduos catilínarios,” tendo Patrocínio “nos seus capoeiras um mau elemento e deles se aproveita a propaganda revolucionária dos abolicionistas, sublevando os homens de cor.” KOSERITZ, Carl von. **Imagens do Brasil** (tradução de Afonso A. de Melo Franco) Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1980. p.243.

¹⁷⁹⁴ DOMINGUES, Petrônio. **ASSOCIATIVISMO NEGRO**. In: Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos/Organização: Lília Moritz Schwarcz e Flávio dos Santos Gomes (Orgs.) - 1ªed. São Paulo: Companhia das Letras. 2018. p.114.

¹⁷⁹⁵ Em diversos municípios de Minas Gerais, incluindo a capital Ouro Preto, os conflitos armados, entre libertos e republicanos, foram violentíssimos, com ataques a jornais, assassinatos, empastelamento de conferências e o envolvimento de pelo menos 400 pessoas “de cor” que correram para queimar os livros de registro civil nas freguesias de Joanezia, Anta, Herval, Araponga, Bagres, São José e Pedra Bonita. **HDBN**: Jornal do Recife. 19 de fevereiro de 1889. Nº40. p.1. 02 de março de 1889. Nº50. p.1. 28 de abril de 1889. Nº95. p.1. 15 de maio de 1889. Nº108. p.1. Diversos artigos de crítica aos ataques de libertos contra os republicanos e suas reuniões passaram a surgir na imprensa como uma tática muito comum, inclusive dos jornais liberais contrários ao Ministério João Alfredo e as autoridades conservadoras. Podemos dizer que, as disputas políticas entre liberais e conservadores - uma cisão que foi acirrada ainda mais no imediato pós abolição - tiveram o seu grau de contribuição para o crescimento da propaganda republicana e para o fim do regime.

¹⁷⁹⁶ Segundo Flávia Braga, como os jornais que possuíam uma maior circulação e tiragem eram monarquistas, a maior parte deles, incluindo o *Jornal do Recife*, o *Diário de Pernambuco* e *A Província*, faziam propaganda contrária e tendenciosa, visando diminuir a importância de Silva Jardim no Norte. Braga, Flávia. BRAGA, Flávia Bruna Ribeiro da Silva. “DITADURA”, ABOLIÇÃO E REPÚBLICA. **Op. Cit.** p.180.

¹⁷⁹⁷ **HDBN**: Jornal do Recife. 3 de janeiro de 1889. Nº01. P.1.

30 minutos de intenso conflito, com a chegada da polícia, a Guarda Negra se dispersou e Silva Jardim voltou ao palco para terminar sua palestra. Pouco depois, novos conflitos ocorreram. Os guarda negros, que gritavam “viva a Princesa, viva João Alfredo, viva Joaquim Nabuco, viva José do Patrocínio”, ao passarem na frente da redação do jornal republicano *O Paiz*, jogaram pedras e atiraram contra o prédio.¹⁷⁹⁸ O saldo do conflito, segundo alguns relatos, foi de 80 pessoas feridas e muita destruição. A oposição buscava fazer crer que a polícia, o Ministério, a Coroa e José do Patrocínio, com seu jornal *A Cidade do Rio*, estavam incentivando os “capoeiras da Guarda Negra”, utilizando-se destas pessoas para fomentar uma guerra de raças, como se a questão não fosse entre monarquistas e republicanos, mas entre brancos e negros”.¹⁷⁹⁹

Dias antes, no dia 12 de dezembro, data de aniversário de João Alfredo, um grupo de representantes da Guarda Negra acompanhou o 10º batalhão de infantaria e o corpo de polícia até a casa do ministro para felicitá-lo. Ele recebeu os membros da Guarda, que lhe entregaram flores artificiais além dos vivas dados por Clarindo Alves, que declarou ser a Guarda Negra: “a reunião dos ex-cativos que deviam à princesa Imperial, ao ministério 10 de março e ao conselheiro João Alfredo a sua liberdade e a da raça no Brasil”.¹⁸⁰⁰ Ao que João Alfredo agradeceu e, confraternizando com eles, chegou a dizer que, “desejava que a Guarda Negra aumentasse mas sempre para a garantia das instituições, de S. M o Imperador e de S. A. a Princesa Imperial.”¹⁸⁰¹

Para os republicanos, ao permitir a organização de uma “banda de turbulentos, com o sustentáculo do trono, operando por atos brutais”, a Monarquia havia chegado numa degradação política que deveria ser combatida até a sua destruição. Na visão de alguns ressentidos com a abolição, o regime monárquico havia se separado das classes conservadoras e estava se aliando à “Guarda Negra” e às classes populares, ameaçando a ordem política e econômica do Império. As felicitações que João Alfredo recebeu e devolveu no dia do seu aniversário caíram como uma luva nas mãos dos críticos do regime, que viam esta aliança entre o trono e os libertos, a “população de cor”, como um incentivo ao “ódio de raça”.¹⁸⁰² A questão era que alguns homens,

¹⁷⁹⁸ **HDBN**: Jornal do Recife. 08 de janeiro de 1889. Nº5. p.1.

¹⁷⁹⁹ **HDBN**: Jornal do Recife. 08 de janeiro de 1889. Nº5. p.2.

¹⁸⁰⁰ **HDBN**: Diário de Pernambuco. 21 de dezembro de 1888. Nº291. p.2.

¹⁸⁰¹ **Idem**.

¹⁸⁰² **HDBN**: Jornal do Recife. 03 de janeiro de 1889. Nº1. p.1. Não somente os republicanos fizeram a crítica às possíveis alianças entre o Ministério João Alfredo e a Monarquia aos Guardas negros. Os conservadores e os liberais, muitos insatisfeitos com a abolição, também procuravam desestabilizar o Gabinete com seus argumentos. Para alguns liberais, quando João Alfredo falou que a Guarda Negra poderia servir a garantia das instituições, ele desmereceu as Forças Armadas, que tinham esta função. Numa tentativa clara de jogar novamente os militares contra um Ministério como havia acontecido com Cotegipe, levando a sua renúncia. **HDBN**: Jornal do Recife. 04 de janeiro de 1889. Nº2. p.1. Os liberais viam na possível aliança entre João Alfredo e a Guarda Negra um motivo a mais para poder criticar o Ministério, que na opinião deles menosprezava e desdenhava perigosamente da

associados ou não ao republicanismo, começaram a disseminar um discurso para contra-atacar o suposto ódio de raça com a mesma moeda, afirmando que somente através da força das armas a ordem poderia ser restabelecida. Comparando a situação do Brasil a dos EUA, um articulista chegou a dizer que

é infalível e indispensável que os brancos, já que foram provocados, armem-se para a defensiva, e em breve veremos a reprodução de cenas havidas nos Estado do Sul da União Americana, onde depois da abolição da escravatura, os negros eram mortos a cada canto e por insignificância.¹⁸⁰³

Até mesmo enquanto alguns abolicionistas negros, como José do Patrocínio¹⁸⁰⁴, viam na Guarda Negra um braço de apoio popular à Monarquia no caminho das reformas que deveriam continuar após a Abolição, outros, como Quintino de Lacerda¹⁸⁰⁵, enxergavam na criação desta instituição, o princípio de uma justificativa para uma guerra civil que oporia negros e brancos, independentemente de posicionamentos políticos.

No dia 13 de janeiro de 1889, Lacerda se reuniu no Jabaquara com algo em torno de 300 homens de cor que debateram e votaram a seguinte moção:

1º reconhecem a abolição da escravatura no Brasil como feita pelos esforços populares, que se impuseram energeticamente à coroa e 2º que se consideram do povo e pelo povo em todas as suas manifestações tendentes à reorganização da pátria, protestando contra aqueles que aliciam os seus irmãos de raça, formando uma verdadeira farsa a que intitolam Guarda Negra, em qualquer parte que ela seja formada, porque enxergam nessa infâmia o início de uma guerra civil produzida pelo ódio de duas raças.¹⁸⁰⁶

propaganda republicana que ganhava força. **HDBN**: Jornal do Recife. 20 de janeiro de 1889. Nº16. p.1; 25 de janeiro de 1889. Nº20. p.1.

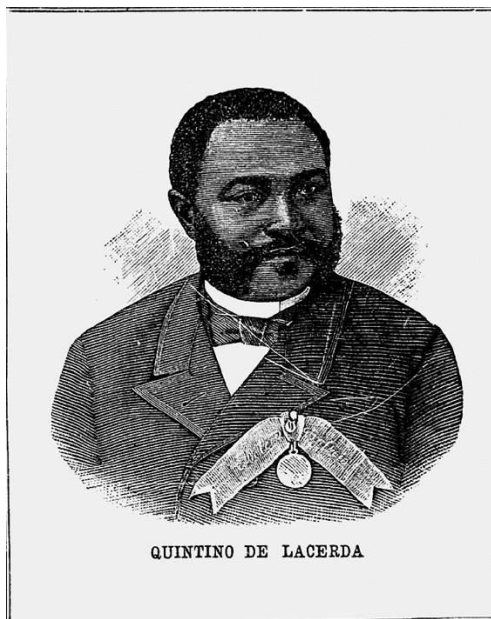
¹⁸⁰³ **HDBN**: Jornal do Recife. 11 de janeiro de 1889. Nº8. p.1.

¹⁸⁰⁴ Segundo uma notícia que circulou na Gazeta da Tarde e que foi transcrita no Jornal do Recife, José do Patrocínio, considerado pelos seus adversários políticos, “chefe de um grupo sedicioso, composto de inimigos do trabalho, chefe ostensivo da repulsiva Guarda Negra” foi preterido pelo Imperador para um cargo de Cônsul na Europa. **HDBN**: Jornal do Recife. 01 de junho de 1889. Nº122. p.1.

¹⁸⁰⁵ Quintino de Lacerda (Itabaiana, 8 de junho de 1839 - Santos, 10 de agosto de 1898) foi um ex-escravo que se tornou herói abolicionista, líder do Quilombo do Jabaquara, primeiro vereador negro do Brasil, recebeu, após a proclamação da República, a patente de Major honorário do Exército Nacional. Primeiro líder político negro de Santos, participou ativamente de, pelo menos, dois grandes eventos nacionais: a Revolta da Armada e o processo de desestruturação do sistema escravista no Brasil, considerado o mais atuante fomentador da abolição no litoral paulista. https://pt.wikipedia.org/wiki/Quintino_de_Lacerda acessado em 06 de fevereiro de 2021 às 13:56. PEREIRA, Matheus Serva. **Uma viagem possível: da escravidão à cidadania. Quintino de Lacerda e as possibilidades de integração dos ex-escravos no Brasil**. Niterói, Dissertação de Mestrado em História, UFF, 2011.

¹⁸⁰⁶ **HDBN**: Jornal do Recife. 29 de janeiro de 1889. Nº23. p.1.

Imagem 58: Quintino de Lacerda



Fonte: HDBN: Revista Illustrada (RJ) agosto de 1898 nº739. p.3

Quintino de Lacerda afirmou que os negros ali presentes deviam sua liberdade ao povo e não ao governo. Como abolicionista e republicano, acreditava que a Monarquia não poderia ser elogiada ou agraciada com as bençãos da população negra, pois, foi ela, “quem sustentou a escravidão e se valeu dela por três séculos.” Lembrou aos presentes os acontecimentos de Cubatão (1887) e finalizou: “nós nos fizemos livres, auxiliados pelo povo que nos sustentava contra as forças do governo”.¹⁸⁰⁷ Ao mesmo tempo que Lacerda falou contra o incentivo ao ódio de raças, outro negro, Eugênio Wansuit, ex-militar, “com quatro anos de guerra do Paraguai”, discursou contra o recrutamento forçado e disse que o governo pretendia conservar os libertos nas fazendas dos seus ex-senhores, criando para isso possíveis leis re-escravizadoras. A luta, reconheciam eles, não havia terminado.¹⁸⁰⁸

Para muitos homens negros, como os do Jabaquara, serem associados a uma instituição que era frequentemente apontada pelos opositores da Monarquia como uma associação de capoeiras desordeiros mantidos pelas autoridades públicas, talvez não fosse a melhor forma de dar continuidade à vida no pós-abolição.¹⁸⁰⁹ Para os representantes liberais do *Jornal do Recife*, o acontecimento da *Sociedade Francesa de Ginástica* aumentou ainda mais a simpatia pela causa republicana e, ao invés de enfraquecê-la, ao se utilizar da força da Guarda Negra, o

¹⁸⁰⁷ **Idem.**

¹⁸⁰⁸ **Idem. Ibidem.** Em Mogi Mirim realizou-se uma grande reunião dos homens de cor para protestar contra a organização da Guarda Negra e contra o recrutamento. **HDBN:** Jornal do Recife. 28 de fevereiro de 1889. Nº48. p.1.

¹⁸⁰⁹ **HDBN:** Jornal do Recife. 9 de fevereiro de 1889. Nº32. p.1

Governo dava motivos de sobra para fazer as elites dirigentes acreditarem que a Monarquia não representava mais os seus interesses.¹⁸¹⁰

Até mesmo uma das principais lideranças da Confederação Abolicionista, o pernambucano Luiz de Andrade, sob o pseudônimo de Júlio Verim,¹⁸¹¹ criticou um número de libertos que acompanharam “inconscientemente” uma visita do Imperador a Minas Gerais, em 1889, e que ajoelhados cobriram de flores o chão para que os seus supostos libertadores pudessem passar. Na visão de Andrade, um desgosto profundo teria ferido o coração de todos os abolicionistas, que lutaram durante tão longos e áspersos anos, vendo que os libertos comemoravam com quem menos fez pela abolição. Segundo o autor,

massas enormes de libertos, congregadas para a passagem do Imperador, não tiveram uma saudação para Nabuco, Patrocínio, João Cordeiro, Clapp, Antonio Bento, José Mariano e João Ramos.¹⁸¹²

É interessante notar que os críticos de João Alfredo e da Coroa não destilavam sua raiva somente com argumentos contra a corrupção do Ministério e contra o que eles consideravam a anuência do trono à escravidão.¹⁸¹³ Era bem evidente que João Alfredo beneficiava grupos políticos familiares e que estava envolvido com certas negociatas escusas, sem contar o nepotismo do ministro, escancarado na imprensa pelos seus opositores.¹⁸¹⁴ Mas, dentre os tantos desvios constitucionais cometidos pelo ministro e pela Coroa, a ligação de ambos à Guarda Negra, ao menos informalmente - pelo fato de João Alfredo ter se declarado favorável a ela na defesa das instituições monárquicas – foi apontada como um dos principais erros do Gabinete e da Monarquia.

A possibilidade de um Terceiro Reinado governado por uma Imperatriz associada à população em sua maior parte composta de negros(as) livres e libertos(as), tanto para os liberais e conservadores ressentidos quanto para muitos republicanos, era vista mais do que como uma

¹⁸¹⁰ **HDBN**: Jornal do Recife. 13 de fevereiro de 1889. Nº35. p.1.

¹⁸¹¹ SOUZA, Aneglio Santos de. **ESCRavidão e Abolição sob o Olhar de Julio Verim: Uma Análise da Revista Ilustrada (1887-1888)**. TCC. Universidade Federal de Uberlândia. 2017. 69p.

¹⁸¹² **HDBN**: Revista Ilustrada. 7 de agosto de 1889.

¹⁸¹³ **HDBN**: Jornal do Recife. 23 de abril de 1889. Nº90. p.1.

¹⁸¹⁴ Ruy Barbosa chegou a listar um conjunto de ações consideradas corruptas levadas a cabo pelo governo João Alfredo: engenhos centrais em terras próprias, iluminação de Manaus distribuída a um Loyo, contrato de imigrantes, Engenho Central de Água Preta concedido a um representante do Barão de Araçangi, sogro de seu filho deputado, usina de açúcar em Gameleira, interior de Pernambuco, a um primo-irmão, empréstimo a Pernambuco, contrato do Porto do Recife, empréstimo de dez mil contos de réis ao comendador Loyo que, depois de assinar o contrato, fora para Petrópolis, hospedando-se na residência do Presidente do Conselho, João Alfredo. Ruy Barbosa apud GOUVEA, Fernando da Cruz. **Abolição. Op. Cit.** pp.235-236. ALONSO, Angela. Joaquim Nabuco: os salões e as ruas. **Op. Cit.** 238-239.

ameaça à segurança e a ordem do país, pois poderia representar o fim da legitimidade do Estado Monárquico e dos privilégios de uma sociedade elitista e patriarcal.¹⁸¹⁵

O próprio José Mariano, juntamente com José Maria, chegou a criticar a Guarda Negra do Rio de Janeiro, como forma de atingir o moral do Ministério. Eles apontavam a utilização desta “força paramilitar” por João Alfredo que, segundo os liberais abolicionistas, foi o “criador da Guarda Negra”, com vistas a deslegitimar o adversário político.¹⁸¹⁶ Mal sabia José Mariano que a mesma estratégia seria investida contra ele e seus aliados pouco tempo depois.

Joaquim Nabuco, em carta a Mariano – datada em 23 de julho de 1888 – alertou o amigo sobre isso e explicou o motivo de ainda estar apoiando João Alfredo - após ser acusado pelos liberais de ter traído o partido - buscando reafirmar sua relação e o apoio de José Mariano.¹⁸¹⁷ O deputado disse que combatia João Alfredo nos “negócios dos bancos hipotecários”, que passava a conferir crédito à grande lavoura, porque queria a pequena propriedade, “a dignidade do lavrador, do morador e do liberto”.¹⁸¹⁸ Todavia, justificou que não poderia auxiliar a derrubar o Ministério porque isso seria o mesmo que se aliar aos conservadores e aos liberais escravocratas que foram contrários à abolição. Também deixou alguns sinais de que seria necessário formar uma nova força política para poder assegurar a continuidade das reformas, pois, segundo ele, os partidos, tanto os monarquistas quanto o republicano, eram todos compostos por “plutocratas”.¹⁸¹⁹ Apesar de acreditar que o povo não poderia fazer muita coisa,

¹⁸¹⁵ **HDBN**: Jornal do Recife. 3 de janeiro de 1889. Nº01. p.1. **HDBN**: Jornal do Recife. 4 de janeiro de 1889. Nº02. p.1. **HDBN**: Jornal do Recife. 8 de janeiro de 1889. pp.1-2. **HDBN**: Jornal do Recife. 11 de janeiro de 1889. Nº8. p.1. Francisco do Rego Barros de Lacerda, candidato a deputado provincial pelo 5º distrito em 1889, escreveu um artigo que foi rejeitado pelo Diário de Pernambuco chamado: “A província de Pernambuco e especialmente a classe agrícola e aos meus amigos do 5º distrito.” Neste artigo, ele acusava João Alfredo de ter dividido o partido Conservador por conta da lei 3.353 e de ser um dos principais responsáveis pela debandada dos conservadores para o Partido Republicano. Falou contra a Guarda Negra, “ameaça constante aos ex-senhores de escravos e instigação insensata a uma luta de raças” e também acusou a Coroa de ter se precipitado demais com a fala do trono de 1889, na qual a questão da reforma territorial foi colocada em pauta. **HDBN**: A Época: órgão do partido conservador. 08 de agosto de 1889. Nº1. p.2. Ao que parece este jornal foi criado justamente num momento onde as publicações dos conservadores contra João Alfredo estavam sendo rejeitadas pelo Diário de Pernambuco, órgão oficial do Partido em Pernambuco. A Época representava os conservadores que não apoiavam o Ministério por ter aprovado a lei da abolição sem indenização e por não ter garantido aos plantadores pernambucanos os recursos necessários para o restabelecimento da lavoura, tendo como principais representantes: Francisco do Rego Barros de Lacerda, Ambrósio Machado, Domingos Francisco de Sousa Leão (Visconde de Tabatinga), entre outros agricultores.

¹⁸¹⁶ **HDBN**: Jornal do Recife. 20 de junho de 1889. Nº138. p.2

¹⁸¹⁷ **IAHGP**. Caixa.22, maço 1, doc. 0842. Carta de Joaquim Nabuco a José Mariano. 23 de julho de 1888. 12 folhas.

¹⁸¹⁸ **Idem**. Segundo John Schulz, diversos bancos foram autorizados a emprestar dinheiro aos fazendeiros, a juros baixos, e esta estratégia serviu como uma espécie de indenização para alguns senhores. SCHULZ, John. A crise financeira da Abolição. **Op. Cit.** p.147.

¹⁸¹⁹ **Idem**. Nabuco já falava de uma necessidade de união do Partido Abolicionista antes mesmo da lei de 13 de maio de 1888. Para ele, o Partido Abolicionista não poderia ser confundido com o Conservador, com o Liberal ou até mesmo com o Republicano, pois os abolicionistas “pediam mais do que estes podiam dar”. Nabuco enxergava o Partido Abolicionista como um novo modelo de organização política, uma amalgama dos diversos interessados na causa dos libertos e nas reformas sociais subseqüentes à Abolição, que segundo ele, não seriam aprovadas pelas

“por não conseguir ainda balbuciar a linguagem dos seus direitos políticos”, Nabuco deixou implícito que a agência deste era fundamental naquele momento e que tanto ele quanto Mariano poderiam representar a vontade das classes populares como líderes dos movimentos na Corte e na Província, respectivamente.¹⁸²⁰

Numa outra carta, ao Barão de Penedo, em 23 de maio de 1888, além de reconhecer a Princesa Regente como a “Augusta acoitadora de escravos que fez do trono um quilombo”, Nabuco afirmou: “a Monarquia está popular, mas hoje é odiada dos antigos senhores que se tornaram republicanos, em muitos lugares em massa.”¹⁸²¹ Em 02 de janeiro de 1889, ao comentar os eventos da *Sociedade Francesa de Ginástica*, ele procurou convencer José Mariano a não se aproximar mais dos republicanos em Pernambuco afirmando: “qualquer que seja o caráter democrático do movimento no Norte, no Sul ele é uma explosão de despeito e rancor contra a lei de 13 de maio”¹⁸²², dizendo ainda que os sulistas “falam abertamente em matar negros como se matam cães”.¹⁸²³

Nabuco sabia que José Mariano havia associado a Guarda Negra ao Ministério João Alfredo e procurou dissuadir o colega de criticar a instituição por considerá-la um braço armado

lideranças de nenhum dos partidos do Império. **HDBN**: Vinte e cinco de março. (RJ) 03 de maio de 1888. N°33. p.3.

¹⁸²⁰ Idem. Nabuco queria convencer José Mariano a formar um partido político parecido com o abolicionista, só que desta vez a principal pauta da vez seria a Federação, a busca pela autonomia provincial e a continuidade das reformas liberais, como a expansão da instrução pública, do voto e uma possível reforma agrária. A ideia de um partido monarquista federativo imaginado, ou de um “Partido Popular Monarquista”, foi apontada pelos republicanos como uma contradição. Todavia, os liberais, pelo menos desde o lançamento do seu Manifesto em 1868, já falavam em projetos federativos, antes mesmo do Manifesto Republicano de 1870. Nabuco apresentou, em 1885, um projeto de Federação, que foi assinado por 38 deputados liberais, o qual não foi aprovado e a Federação, desconsiderada pelo último Ministério Liberal do Império, só veio mesmo com a República. **HDBN**: Jornal do Recife. 06 de outubro de 1885. **CEPE Digital**: A exposição. Revista crítica e humorística. N°27. Anno. 2°. 13 de maio de 1888. **CEPE Digital**: O descrente. Anno 1. N°1. BRAGA, Flávia Bruna Ribeiro da Silva. “DITADURA”, ABOLIÇÃO E REPÚBLICA. **Op. Cit.** pp.152-153. COSTA, Emília Viotti da. Da monarquia à república. **Op. Cit.** pp. 471-474. LESSA, Renato. A invenção republicana. **Op. Cit.** p.86. VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. **Unidos perderemos: a construção do federalismo republicano brasileiro**. Curitiba: CRV, 2017. pp.32-35. Caso o Terceiro Reinado tivesse se confirmado, certamente Joaquim Nabuco desempenharia funções importantes na engrenagem política do sistema. Num texto de Rebouças, o engenheiro reconheceu que: “A Monarquia Popular e Democrática de Joaquim Nabuco é o Ômega atual da salutar evolução monárquica iniciada pelo Marquês de Pombal; e tudo pressagia que ele será para Isabel I o que foi o Maior dos Portugueses para D. José. Muito mais nobre e generosa foi a contribuição do magnânimo Pombal, dando combate à estulta e boçal aristocracia portuguesa e firmando o trono de D. José no coração do povo.” **HDBN**: Cidade do Rio. (RJ) 23 de junho de 1888. Provavelmente, era da intenção de Rebouças e Nabuco a reformulação do modelo monárquico parlamentarista brasileiro, buscando torná-lo similar ao inglês, no qual, desde 1688, o rei reinava, mas não governava. Caso isso viesse a acontecer, provavelmente, Nabuco seria o melhor nome do Partido Abolicionista para se tornar Primeiro Ministro, após ser eleito e confirmado Senador ou até mesmo como Deputado.

¹⁸²¹ **FBN** Arquivo Barão de Penedo. Doc. 63,3,5. n° 65. Autor: Joaquim Nabuco. Título: Carta ao Barão de Penedo. Rio de Janeiro, 23 de maio de 1888. 2 folhas.

¹⁸²² Segundo ele, José Mariano defendeu, na Assembleia Provincial de Pernambuco, Martins Júnior e Maciel Pinheiro das acusações de quererem reescravizar os libertos. CHACON, Vamireh. **Joaquim Nabuco: revolucionário conservador: sua filosofia política**. Senado Federal, Conselho Editorial, 2000. pp.135-136.

¹⁸²³ Idem.

dos conservadores no poder. Para o Deputado abolicionista, as previsões não poderiam ser outras, a disputa entre os que queriam conservar o *status quo* senhorial, a partir do domínio do Estado e aqueles que propunham novas reformas sociais seria resolvida como uma verdadeira guerra. O que Nabuco enxergava, não estava somente nas páginas dos jornais ou nos debates dentro das Assembleias provinciais e Geral naqueles dias, estava nas ruas também. Como um bom observador dos fatos, o cabeça do *Partido Abolicionista* afirmou:

Eu nunca pensei que tivéssemos no Brasil a guerra civil depois, em vez de antes, da Abolição. Mas havemos de tê-la. O que se quer hoje é o extermínio de uma raça e como ela é a que tem mais coragem, o resultado será uma luta encarniçada.¹⁸²⁴

A ideia de Nabuco, forjada e compartilhada em conjunto com outros abolicionistas como André Rebouças e José do Patrocínio, era a de que após a abolição viessem as reformas sociais tão necessárias para libertar verdadeiramente o Brasil do “landlordismo”, ou seja, do poder centralizador das elites agrárias e das outras mazelas nascidas e sustentadas pela obra da escravidão.¹⁸²⁵ Para tanto, seria necessário ter o apoio da Monarquia, que deveria ser sustentada, num possível Terceiro Reinado, por uma base popular e pelo *Partido Abolicionista*.¹⁸²⁶ Os

¹⁸²⁴ **Idem.** Segundo Lynch, Nabuco permaneceu monarquista por julgar que o advento do regime republicano, nas condições propostas, viria a prejudicar e não a favorecer o advento de uma sociedade autenticamente republicana, liberal e democrática entre nós. Por outro lado, considerações de ordem estritamente prática levavam-no a ver, na Monarquia preexistente, um instrumento que permitiria promover mais efetivamente o civismo, o liberalismo e a democracia, capaz de preparar a sociedade brasileira para uma República que fosse além do mero rótulo, ou seja, sem desnível entre forma e conteúdo; entre o país legal e o país real. LYNCH, Christian Edward Cyril. O Império é que era a República: a monarquia republicana de Joaquim Nabuco. **Revista Lua Nova**, São Paulo, nº85. 2012. p.284. O próprio Nabuco explica seu posicionamento em alguns textos pós 1889, onde faz acusações contra o regime republicano implantado no Brasil. Veja: *Resposta às mensagens de Recife e de Nazaré, Por que continuo a ser monarquista, Balmaceda, A intervenção estrangeira na revolta de 1893 e O dever dos monarquistas*, publicando também a sua obra máxima sobre a história do Império: *Um estadista do império*. Obras Disponíveis em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/>

¹⁸²⁵ MESQUITA, Maria Luiza de Carvalho. O “TERCEIRO REINADO”. **Op. Cit.** Assim que Patrocínio explicou o motivo de sua conversão à causa da Monarquia Democrática Popular no seu jornal, Cidade do Rio em 18 de maio de 1888, as folhas republicanas do Rio de Janeiro acusavam-no de ser um homem movido pelos seus impulsos e não pela razão, pela “irritabilidade do seu temperamento”, procurando desprezar o posicionamento do abolicionista e tentando associá-lo à atitudes irracionais, acusando-o ainda de nunca ter sido republicano de verdade. **HDBN**: Gazeta da Tarde. (RJ) 05 de junho de 1888. Nº126. p.3.

¹⁸²⁶ Segundo Alexandro Trindade, “para Rebouças, as republicas eram mais aristocráticas, mais oligárquicas e mais plutocráticas do que as monarquias. Diferentemente de Nabuco, que valorizava a ação Parlamentar e institucional, Rebouças concebia a monarquia como o equilíbrio de três forças, propondo uma “monarquia Popular e democrática” que pudesse combater a “aristocracia territorial”, um inimigo maior que a escravidão. Para ele existem nas monarquias três forças que se equilibram, a monárquica (dinástica, real ou imperial), a aristocrática (oligárquica e plutocrática) e a democrática (a reação natural dos elementos de produção pelo cérebro e pelos músculos). Estas forças deveriam equilibra-se, deveriam ser iguais e contrárias a resultante de todas as outras só que, segundo ele, a força aristocrática, quase sempre, rompia o equilíbrio pela insubordinação, contra os princípios gerais da Moral, de Justiça e de Equidade, pelo parasitismo, pela ganância e pela gula insaciável de prazeres brutais. Neste momento a Monarquia precisava “inclinarse para a Democracia, nos momentos críticos é necessária a superposição das duas forças, para produzirem uma resultante máxima, que infalivelmente vence todos os esforços aristocráticos, oligárquicos e plutocráticos.” Monarquia e Povo deveriam se unir contra a Oligarquia para poder conseguir realizar as reformas necessárias à democratização e ao enquadramento do Brasil no rol de países

chefes parlamentares desta possível Monarquia Democrática seriam Dantas e ele.¹⁸²⁷ Para o *Partido Abolicionista*, a forma ideal de governo até poderia ser a República, mas a prática, naquele momento, não. Antes de alcançar o ideal político republicano - o qual pode ser sintetizado como o regime no qual o Estado se constitui de modo a atender o interesse geral dos cidadãos - havia um caminho intermediário a ser trilhado e reformas a serem aprovadas como,

a liberdade de ação e autonomia das províncias, a disseminação da instrução pública, o desenvolvimento da nossa via férrea, a efetividade do sorteio militar sem isenções, o estabelecimento de política internacional de arbitramento, a reforma do Senado - acabando com a vitaliciedade e com a desigualdade de representação - e, principalmente, a educação do povo pela escola e pela indústria.¹⁸²⁸

Tudo isso formaria, lentamente, os costumes públicos, “civilizando a população para” só então, gradativamente, passar o Brasil à forma republicana de governo. Apesar de reconhecer que “o verdadeiro liberal tem um fermento republicano”, Nabuco, assim como outros abolicionistas, acreditava que somente após estas reformas, e de maneira gradativa, a República poderia ser estabelecida.¹⁸²⁹ Segundo ele, fosse isso visto como uma questão de política ou de

modernos, desenvolvidos e civilizados, aos moldes europeus. TRINDADE, Alexandro Dantas. André Rebouças: da Engenharia Civil. **Op. Cit.** pp.302-303.

¹⁸²⁷ *A Monarquia Democrática*. **HDBN**: Diário de Notícias (RJ). 15 de julho de 1888. Nº1128. p.1. Respondendo ao discurso de Nabuco do dia 26 de junho de 1888, os republicanos contestaram a existência do Partido Abolicionista, “um partido que ninguém conhece, que não existe senão na cabeça do Sr. Nabuco e do Sr. Patrocínio e que estes senhores querem tornar permanentes e perpétuo para terem a glória de ser os seus chefes”. Para eles, como a escravidão havia acabado, o abolicionismo, como política militante, havia deixado de ter explicação. Segundo os republicanos, os interesses da República contrariavam os “manobreiros do Terceiro Reinado”, entre eles, Patrocínio e Nabuco, que esperavam a união de todos os abolicionistas, “de todos os partidos e de todas as cores para formar um partido para cerca o trono e inclinar-se diante da Princesa Imperial”. Afirmavam que a abolição nada devia à Princesa, antes foi imposta pelo medo do Exército, da Armada, do Sr. Antônio Prado e dos negros. *O Sr. Nabuco e os republicanos*. **HDBN**: Jornal do Commercio. (RJ) 01 de agosto de 1888. Nº213. p.3.

¹⁸²⁸ **Idem**. Nabuco chegou a defender estas reformas abertamente na Câmara dos Deputados em 04 de junho de 1888. **HDBN**: Jornal do Commercio. (RJ) 05 de junho de 1888. Nº156. p.1.

¹⁸²⁹ Para alguns representantes do Partido Abolicionista, como Rebouças e Nabuco, o Terceiro Reinado poderia ser visto como um período de transição para a um regime republicano “ideal”. Nas palavras de Rebouças: “a nossa República Ideal virá com o tempo; quando não houver mais landlords, quando tiver desaparecido os monopolizadores da terra; quando tiverem acabado os exploradores de seus semelhantes, quando for impossível a impunidade feudal”. **HDBN**: Cidade do Rio (RJ). 19 de junho de 1888. Nabuco, em 12 de março de 1890, descreveu sua versão dos fatos, explicando aos eleitores de Recife e Nazareth o que ele entendia como a melhor via para a transição, “O caminho para o ideal republicano é a república, dir-se-á. De acordo, de certo ponto da estrada em diante, do ponto em que entram na marcha as raças consideradas até então inferiores, em que os escravos e senhores da véspera começam a formar uma só fileira democrática. Daí em diante o caminho para o ideal republicano é a república, mas somente daí.” E continua, “Para habilitar um país nascente a bem governar-se a si mesmo, o melhor regime será o que fizer crescer em condições morais e materiais mais favoráveis e zelar mais honestamente por seu patrimônio. Eu desejava um dia completássemos a unidade exterior da forma Americana de governo, mas quando essa forma correspondendo ao nosso desenvolvimento o garantisse e ampliasse, para que não se desse conosco a disparidade que se nota em tão grande parte da América Latina entre a democracia efetiva e a nominal. Fui denunciado pelos zelotas da monarquia, hoje quase todos aderentes, como sendo um aliado da república pelo meu programa “Abolição, Federação, Arbitramento”. Não há dúvida que as três reformas eram todas passos para o ideal republicano, mas também eu nunca sustentei que a monarquia não tivesse outro papel senão o de conduzir a nação àquele ideal.” NABUCO, Joaquim. **Resposta às Mensagens de Recife e Nazareth**. p. 16, disponível em <http://www.fundaj.gov.br>. Acessado em 09 de junho de 2021 às 18:41. Sabemos

matemática (lógica) – provavelmente para responder ao evolucionismo dos republicanos positivistas - o Brasil não poderia pular as etapas do desenvolvimento político e social da nação.¹⁸³⁰ O *Partido Abolicionista* queria a manutenção das instituições vigentes, com a aprovação das devidas reformas através de uma Monarquia popular e democrática.¹⁸³¹

Ao responder um artigo do *Novidades*, de 22 de março, no qual diziam que “o *Partido Abolicionista*, com exceção dos românticos, sonhadores e venais, estava trabalhando pela República”, João Clapp desmentiu estas afirmações que, segundo ele, advinham dos órgãos e sindicatos escravistas.¹⁸³² Segundo Clapp, que como sabemos era um republicano histórico, ao invés de apoiar abertamente a República, o *Partido Abolicionista* queria “tranquilizar a pátria e obter as reformas democráticas, de acordo com o patriótico e humanitário acto de 13 de maio, é a nossa única preocupação”.¹⁸³³ Dava como obra antipatriótica a ação dos republicanos do 14 de maio, não podendo esta contar com os abolicionistas sinceros, “operários da maior reforma que se realizou neste paiz”.¹⁸³⁴ [sic] Para Clapp, não haveria como os verdadeiros abolicionistas se unirem aos homens que instigaram a morte contra muitos deles e que agora se alistavam, por despeito e por vingança, na “Guarda Branca” em nome da República.¹⁸³⁵

Nabuco confraternizou e agradeceu a Clapp pelo seu posicionamento dizendo:

Deixe-me abraçá-lo pelo seu protesto que acabo de ler nos jornais. Seria uma nódoa eterna na reputação dos abolicionistas juntarem-se à propaganda escravagista que se disfarça sob a máscara republicana. Para nós, abolicionistas, hoje acusados de estarmos especulando com a desgraça e a inconsciência da raça negra em favor da monarquia mais perversamente do que os antigos traficantes e os recentes negreiros só há um dever: “**Tranquilizar a pátria e obter as reformas democráticas de acordo com o patriótico e humanitário ato de 13 de Maio**”. São essas as suas

que esta carta foi endereçada a Barros Sobrinho para publicar nos jornais de Recife. **HDBN**: Diário de Pernambuco. 15 de junho de 1890. Nº135. p.3.

¹⁸³⁰ BRESCIANI, Maria Stella M. O cidadão da República. Liberalismo vs positivismo Brasil: 1870-1900. **Revista USP**. Nº17. 1993. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/25973> acessado em 28 de junho de 2021 às 13:08. pp.127-128.

¹⁸³¹ *A Monarquia Democrática*. **HDBN**: Diário de Notícias (RJ). 15 de julho de 1888. Nº1128. p.1.

¹⁸³² Patrocínio também fala contra as publicações dos republicanos que passam a sair no jornal *Novidades*, acusando o Partido Abolicionista de romantismo. Para ele, melhor seria fazer parte de um Partido romântico do que de um despeitado, acusando no caso o Partido Republicano de indenizista. **HDBN**: Cidade do Rio. (RJ). 17 de outubro de 1888. Nº233. p.1.

¹⁸³³ *A nossa atitude*. **HDBN**: Diário de Notícias. 24 de março de 1889. Nº1379. p.3.

¹⁸³⁴ *Idem*. Num artigo que foi publicado na *Gazeta de Notícias* do dia 06 de julho de 1888, alguns abolicionistas do Rio de Janeiro acusaram o delegado de polícia de São João do Príncipe de prender e mandar para a capital da província, como recrutas, alguns libertos que se recusavam a trabalhar para ele em sua fazenda mediante o salário de 60 réis por dia. Segundo os abolicionistas, várias autoridades policiais do Rio de Janeiro estavam se constituindo em caudilhos e aproveitavam os seus cargos para animar a propaganda republicana, insultar a Princesa Regente e convencer seus seguidores de que a escravidão ainda voltaria. Vários homens, com cargos de confiança nos seus municípios, declaravam-se republicanos, “em ódio ao 3º Reinado” e ainda mantinham pessoas na escravidão em despeito à lei de 13 de maio. **HDBN**: *Gazeta de Notícias*. (RJ) 06 de julho de 1888. Nº187. p.3.

¹⁸³⁵ *Idem*. Já em 13 de dezembro de 1887, João Clapp reconhecia, em carta a Nabuco que, “A Abolição está virtualmente realizada. Nós precisamos terminar esta campanha e começar a próxima.” BERGSTRESSER, R.B. Apud. MACHADO, Maria Helena. O Plano e o Pânico. **Op. Cit.** p.173.

palavras e eu as subscrevo. Mas seria tão covarde tranquilizar a pátria entregando ao ódio negro a cabeça da Princesa Imperial e a reputação dos príncipes abolicionistas, quanto seria inepto pensar que as reformas democráticas consequentes do ato de 13 de Maio podem ser outras senão as reformas sociais populares, profundamente repugnantes ao gênio e aos compromissos da nova Liga republico-negreira. Fiquemos unidos e o partido abolicionista de ontem será o grande partido nacional de amanhã. Com a maior simpatia e amizade, seu velho amigo e correligionário, Joaquim Nabuco.¹⁸³⁶

André Rebouças, aproveitando para comemorar a Libertação do Ceará e o mês do aniversário de Clapp, também o felicitou pelo seu posicionamento, escrevendo: “tua declaração vale um hino ao nosso Ceará e a sacrossanta abolição. Espero abraçar-te esta semana.”¹⁸³⁷ João Lopes, redator d’*O Libertador*, afirmou que assim como Antônio Martins - membro da Sociedade Cearense Libertadora - e Antônio Bento, declarava-se solidário com a direção dada pelo chefe João Clapp ao abolicionismo, dando quatro “hurras”, por Clapp, pelo abolicionismo, pela democracia e pela pátria.¹⁸³⁸

Antônio Bento, líder dos caifazes e membro do Partido Conservador paulista, ao ser perguntado se tinha interesse na Guarda Negra, por ser esta uma criação dos abolicionistas, retrucou que a Guarda Negra era coisa do Patrocínio, “que lá tem suas razões para defender o Governo. Quanto a mim, nada tenho com tal instituição e nem creio que ramifique nesta província.”¹⁸³⁹ Declaração que deu em janeiro de 1889. No mês de março do mesmo ano, após as acusações que Gaspar da Silva, redator do *Mercantil*, sofreu por parte do jornal satírico-republicano *O Platéia*, que apoiava o Partido Republicano paulista, Bento declarou que estava fundado a Guarda Negra, “para garantir o trono e a ordem”, recebendo uma “ruidosa ovação”.¹⁸⁴⁰ Antônio Bento confirmou sua presença no *Partido Abolicionista* após a Abolição, ao lado dos que queriam a defesa das instituições e o complemento das reformas sociais.¹⁸⁴¹

Estes telegramas nos mostram que o *Partido Abolicionista* não foi somente uma ideia da cabeça de Patrocínio, Nabuco e Rebouças, mas foi apoiado por outras lideranças do movimento, inclusive por muitos republicanos como João Cordeiro, João Clapp, João

¹⁸³⁶ *Solidariedade abolicionista: honra a João Clapp*. HDBN: Cidade do Rio. (RJ). 26 de março de 1889. Nº68. p.1.

¹⁸³⁷ *Idem*.

¹⁸³⁸ *Idem*.

¹⁸³⁹ HDBN: A Província de São Paulo. (SP). 13 de janeiro de 1889. No Diário de Pernambuco de 12 de janeiro de 1889 saiu o aviso seguinte: O Dr. Antônio Bento declarou pela imprensa não ter aconselhado qualquer manifestação política dos libertos. HDBN: Diário de Pernambuco. 12 de janeiro de 1889. Nº9. p.2.

¹⁸⁴⁰ HDBN: A Província de São Paulo. (SP). 06 de março de 1889.

¹⁸⁴¹ HDBN: A Província de São Paulo. (SP). 08 de março de 1889. SANTOS, Francisco Martins dos. *Abolição e República in História de Santos: 1532-1936*. São Paulo: **Revista dos Tribunais**. 1937. Disponível em: <https://archive.org/details/Santos.FranciscoMartinsDos.HistoriaDeSantosV>, acessado em 10 de junho de 2021 às 14:41.

Ramos¹⁸⁴² dentre outros que se converteram, após o 13 de maio, ao projeto da Monarquia Democrática Popular e idealizaram, em conjunto, as reformas necessárias para complementar a obra da Abolição com o advento do Terceiro Reinado.

No primeiro aniversário da lei, em 13 de maio de 1889, o *Partido Abolicionista*, representado por Joaquim Nabuco, Dantas e José do Patrocínio, reuniu-se no teatro imperial D. Pedro II. O evento contou com a presença de pessoas “de todas as classes da nossa sociedade”, incluindo o Imperador, “que assistiu pela primeira vez a um festival abolicionista”.¹⁸⁴³ O Senador Dantas falou ao público que esperava todo o apoio, “de todo homem, seja qual for o partido”, às reformas instada pela opinião pública e inseridas no programa do Governo.¹⁸⁴⁴ Dantas ainda afirmou que o Ministério João Alfredo havia feito muito, mas “ainda restava muito a fazer” e avaliou as dificuldades oriundas da nova era, que “só poderiam ser resolvidas com o tempo, com trabalho metódico e perseverante e com conhecimentos especiais.”¹⁸⁴⁵

Já Nabuco procurou demonstrar a impotência dos partidos políticos que se faziam adversários do governo, incluindo no seu rol de acusações o próprio partido liberal. Acusou liberais e conservadores de abandonarem a Princesa Imperial e de renegarem sua causa e declarou que a *Confederação Abolicionista* não poderia parar os seus trabalhos pois “era mais necessária agora do que nunca”. Patrocínio falou diretamente a D. Pedro II, jurando, perante ele e o público, lealdade a sua filha D. Isabel e ao Terceiro Reinado.¹⁸⁴⁶

Em 01 de junho de 1889, Luiz de Andrade, que havia criticado, meses antes, a formação da Guarda Negra, saiu em defesa do complemento das reformas sociais no pós-abolição, num artigo intitulado *A Anarquia*.¹⁸⁴⁷ Segundo Andrade, no dia 14 de maio de 1888, o despeito e a vingança geraram o fermento que dissolveu os partidos, “desmembrando o liberal, rachando o conservador, dividindo o abolicionista e aumentando o republicano”. Afirmou que a escravidão era a base onde os partidos monarquistas se sustentavam, explorando o trabalho escravo, os representantes do Estado conseguiram se organizar de forma conservadora, com os dois partidos dividindo os proventos que advinham da manutenção do poder. Após o racha provocado pelo 13 de maio, segundo Andrade, uma “tumultuosa corrente de adesões se dirigiu

¹⁸⁴² Até mesmo após a proclamação da República, João Ramos aparece como chefe do Partido Abolicionista do Estado de Pernambuco. **HDBN**: Revista Ilustrada. Outubro de 1892. Nº651. p.2.

¹⁸⁴³ **HDBN**: Cidade do Rio. (RJ) 15 de maio de 1889. Nº108. p.1.

¹⁸⁴⁴ Provavelmente Dantas falava da Fala do trono do ano de 1889. FALA DO TRONO POR OCASIÃO DA ABERTURA DA 4ª SESSÃO DA 20ª LEGISLATURA EM 3 DE MAIO in: Falas do trono: desde o ano de 1823 até o ano de 1889. **Op. Cit.** pp. 671-674. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/562127/Falas_do_Trono_1823-1889.pdf acessado em 10 de junho de 2021 às 21:20.

¹⁸⁴⁵ **HDBN**: Cidade do Rio. (RJ) 15 de maio de 1889. Nº108. p.1.

¹⁸⁴⁶ **Idem**.

¹⁸⁴⁷ *A Anarquia*. **HDBN**: Revista Ilustrada. (RJ) 01 de junho de 1889. Nº551. p.2.

para o lado republicano, por ódio à Coroa, que classificavam de libertadora”, anarquizando a sociedade. Para combater esta desorganização, “somente a bandeira do progresso e das reformas poderiam, após a promoção do bem estar e da satisfação e tranquilidade da grande massa da população indiferente, trazer novamente a ordem às instituições.”¹⁸⁴⁸

As escaramuças entre republicanos, conservadores e liberais, “escravocratas” ou abolicionistas, estavam longe de se resumirem à Corte. Um ano após a abolição, todo discurso conciliatório e pacífico disseminado na imprensa, imediatamente após o 13 de maio, foi colocado à prova. O aniversário do 13 de maio, em 1889, serviu como motivo de disputas entre as facções abolicionistas – liberais democratas e republicanas - tendo os cupins, em nome do “verdadeiro Partido Abolicionista”, tomado a frente das comemorações em Pernambuco. Era o momento de separar o trigo do joio, aqueles que lutaram pela Abolição e procuravam continuar lutando pelas reformas e aqueles que resumiam seus interesses na troca do regime político.

No dia 06 de abril de 1889, os representantes do Clube convocaram seus membros para discutir, no escritório do Dr. Barros Sobrinho, sobre o recebimento de uma das medalhas comemorativas da abolição.¹⁸⁴⁹ Entre sócios fundadores e auxiliares, o Clube teria pelo menos umas 300 pessoas listadas em suas fileiras, ainda em 1889, segundo constava de uma numeração dos sócios que não compareceram a uma reunião em 11 de abril de 1889.¹⁸⁵⁰ Todavia, somente algumas pessoas, selecionadas a dedo pelas lideranças, receberam a medalha dos cupins.¹⁸⁵¹ Além de não haver dinheiro suficiente para mandar cunhar medalhas para todo mundo¹⁸⁵², essa seleção serviu como uma forma de disputar as honrarias, conferindo o Cupim, para si, o título de principal associação abolicionista da província, podendo não somente ditar quem era

¹⁸⁴⁸ **Idem.**

¹⁸⁴⁹ **HDBN:** Jornal do povo: publicação à tarde. 6 de abril de 1889. Nº67. p.2

¹⁸⁵⁰ **HDBN:** Diário de Pernambuco. 13 de abril de 1889. p.3. Segundo Carneiro Villela, cada sócio “fundador” (ao todo 20 homens) - os mais letrados do Clube receberam este título – comandava um auxiliar interno, ou capitão que, por sua vez, comandava um sub-capitão e este organizava um grupo de 20 pessoas que trabalhavam sob suas ordens. O que por si só constituiu um total de 460 pessoas. VILELA, Joaquim Maria Carneiro. O Clube do Cupim. **Op. Cit.** pp. 418-419. Na listagem presente no anexo nº, conseguimos elencar um total de 208 pessoas cujos nomes foram citados nas anotações de João Ramos, que encontramos na documentação dos cupins. O que, se levarmos em conta somente a documentação consultada, diminui drasticamente o número de membros citado pela notícia de 13 de abril de 1889 encontrada no Diário de Pernambuco. Mas, se nós pensarmos que cada subcapitão comandava um número de 10 auxiliares externos, ao invés de 20 como disse Vilela, teremos um número muito próximo de 240 pessoas.

¹⁸⁵¹ **HDBN:** Jornal do povo: publicação à tarde. Nº79. 24 de abril de 1889. p.1 Diário de Pernambuco. 9 de maio de 1889. p.6.

¹⁸⁵² Em História numismática pernambucana, Francisco Augusto Pereira da Costa fala da medalha do Club do Cupim. Segundo o historiador, a medalha era de níquel prateado e foi cunhada em Viena em 1888 numa tiragem de 120 exemplares com a inscrição: “O Club Cupim aos seus fieis adeptos de Pernambuco” e no reverso “13 de maio de 1888, liberdade aos escravos.” As medalhas mediam quarenta e dois milímetros de diâmetro e deveriam ser levadas pendente no peito, por uma fita verde e amarela. As cores da dinastia de Bragança. **HDBN:** Jornal do Recife. 6 de janeiro de 1897.

merecedor de ser lembrado e esquecido como quem eram, na visão deles, os “falsos e os verdadeiros abolicionistas”.¹⁸⁵³

Imagem 59: Medalhas do Cupim e da campanha abolicionista de 1880 a 1888



Fonte: Acervo do Museu do IAHGP. Fotografias: George Cabral.

No dia 11 de maio de 1889, os representantes do Clube marcaram a comemoração para entregar as medalhas e festejar o 1º aniversário da Abolição em Pernambuco. A entrega das medalhas aconteceu no teatro Santa Isabel às 11:00 horas, no dia 12 de maio, dia da Abolição no Recife.¹⁸⁵⁴ De lá, eles saíam, acompanhados de membros de outras sociedades abolicionistas e do “povo da capital”, em procissão cívica até a Avenida Liberdade, antiga

¹⁸⁵³ Argemiro, Lino e Júlio Falcão receberam a medalha comemorativa dos cupins, já o maior nome da família, Aníbal Falcão, uma proeminente liderança do abolicionismo e do movimento republicano positivista ficou de fora, assim como Martins Júnior. Para Flávia Braga, estes homens certamente participaram das ações de acoitamento e integraram o Clube do Cupim, todavia, foram apagados no momento em que as lideranças do Cupim, João Ramos, Barros Sobrinho e Numa Pompílio – muito mais ligados a José Mariano - iniciaram o processo de construção da memória sobre o movimento abolicionista no imediato pós abolição. Os republicanos mais ligados a Martins Júnior também fizeram sua parte, ao comemorarem a Abolição em 13 de maio de 1891, homenagearam somente nomes que permaneceram fiéis ao Partido como Quintino Bocaiúva, Silva Jardim, Gomes de Mattos e João Cordeiro. **HDBN**: Jornal do Recife. 13 de maio de 1891. Nº106. p.2.

¹⁸⁵⁴ **HDBN**: Jornal do Povo: publicação à tarde. 15 de maio de 1889. Nº96. p.2.

estrada dos Aflitos. Terminaram o dia assentando uma lápide comemorativa na casa que havia sido “a grande panella de abrigo a centenas de fugitivos da escravidão que tinham de seguir, oceano fora, a longínqua estrada do Canadá Brasileiro.”¹⁸⁵⁵

Imagem 60: Cartão comemorativo do 13 de maio de 1888.



Fonte: FUNDAJ. Correspondências de Joaquim Nabuco. Doc. 6895.

Nem todos os membros compareceram, alguns pelo fato de já não estarem entre os vivos, como foi o caso do Dr. Salles Barbosa e de Antônio Ferreira Baltar Sobrinho, cujas famílias receberam suas medalhas, outros por não estarem em Pernambuco como Jovino César Paes Barreto (Natal), João Cordeiro (Ceará), Francisco do Nascimento (Ceará), José Correia do Amaral (Ceará), Antônio Bezerra (Ceará), Arthur Gomes de Mattos (Acarati-CE), Antônio Rodrigues da Silva Figueiredo (Acarati-CE), Sebastião da Costa Pinheiro (Macau-RN), José Avelino Bezerra de Vasconcelos (Natal) e Belarmino Carneiro (Corte). Ao todo, foram entregues 119 medalhas, 115 a membros associados ao Clube e 4 a colecionadores particulares, incluindo o *Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano*.¹⁸⁵⁶

Enquanto no *Jornal do Recife*, as festas abolicionistas de 1889 foram descritas mais pela versão da oficialidade,¹⁸⁵⁷ no *Jornal do Povo*, a comemoração do Cupim foi descrita como uma festa popular. O povo pernambucano foi elogiado por ser a principal força que obrigou a Coroa a não mais resistir à abolição. Para os articulistas, a data 13 de maio era uma data verdadeiramente nacional, porque foi criada pelos obreiros desconhecidos, “trabalhando nela heróis obscuros”. José Francisco do Nascimento, o *Dragão do Mar*, foi citado como um dos

¹⁸⁵⁵ O Clube do Cupim mandou colocar uma pedra comemorativa na casa dos Aflitos, que servia de principal esconderijo para os escravos foragidos. **HDBN**: *Jornal do povo*: publicação à tarde. 2 de maio de 1889 n°86. p.2. Infelizmente a casa foi destruída, restando somente a lápide que ainda pode ser encontrada num endereço próximo da casa original.

¹⁸⁵⁶ A medalha do Instituto Histórico e Geográfico Pernambucano foi recebida por José Hygino em 14 de maio de 1889. **HDBN**: *Diário de Pernambuco*. 13 de abril de 1889. p.3 e 25 de maio de 1889. p.2.

¹⁸⁵⁷ **HDBN**: *Jornal de Recife*. 10 de maio de 1889.

desconhecidos que se tornou herói nacional, devido a sua participação no movimento abolicionista. Um homem negro “que com uma pequena jangada construiu uma ponte no caminho da liberdade” e fez com que outros seguissem o seu exemplo.¹⁸⁵⁸

Na quinta feira, 16 de maio de 1889, foi exibida, pela primeira vez no Santa Isabel, a peça: *O Club Cupim e a Lei 13 de Maio*, uma comédia dramática produzida pelo português Thomaz Espiuca.¹⁸⁵⁹ O autor ofereceu a peça ao irmão de João Ramos, Francisco Ramos, e afirmou que havia sido procurado pelo cupim chefe, em fevereiro de 1889, para realizar tal trabalho. Chamou João Ramos de “o mais endemoniado inimigo que a escravidão encontrou nesta capital e quíça em todo o Brasil”¹⁸⁶⁰, afirmando que ele tudo sacrificou, nada poupou e dizendo que as províncias limítrofes a Pernambuco poderiam atestar isso a partir do número de escravizados enviados para fora. Cada grupo tentava, como podia, assegurar a divulgação do seu trabalho durante a campanha e, como a escravidão já havia sido abolida, certamente estas produções e publicações: peças, jornais, artigos, conferências, serviam como propaganda política a favor dos seus promotores.¹⁸⁶¹

Em uma sessão, no dia 23 de maio de 1889, o 13 de maio reverberou nas discussões da *Assembleia Provincial*. José Mariano e José Maria iniciaram uma discussão sobre quem aboliu a escravidão no Brasil. Representantes de um partido monárquico, o liberal, apesar de dissidentes, fizeram da Abolição causa política partidária, elogiando principalmente a ação dos liberais, secundarizando os republicanos.¹⁸⁶² José Mariano afirmou que foram os liberais os principais propugnadores da abolição em Pernambuco, citando o *Clube do Cupim*, como que para não esquecer de todo o apoio que receberam das lideranças republicanas.¹⁸⁶³ Contestando

¹⁸⁵⁸ **HDBN**: Jornal do povo 25 de abril de 1889. Nº80 p.1

¹⁸⁵⁹ **HDBN**: Jornal de Recife 4 de junho de 1889. ESPÍUCA, Thomaz. O Cupim e a Lei 13 de maio. **Op.Cit.**

¹⁸⁶⁰ ESPÍUCA, Thomaz. O Cupim e a Lei 13 de maio. **Op.Cit.** pp.3-5.

¹⁸⁶¹ Interessante notar que, numa das últimas falas da peça, atribuída ao Deputado José Mariano, este proferiu um discurso afirmando que “a victoria civilizadora que acabamos de vencer, não deve nada aos partidos, nem as dissensões políticas! Foi unicamente a vontade tenaz e enérgica do povo brasileiro, que varreu do seu solo abençoado, esse entrave repugnante que lhe tolhia os passos na senda do progresso e da vida laboriosa!! De hoje em diante que de nossos peitos saia n’um grito uníssonos este brado: Viva a Liberdade! Viva a Princeza Imperial! Viva a Nação brasileira!” De fato, na obra, fica patente a valorização da participação do povo, dos libertos e dos próprios escravizados como agentes promotores da Abolição. **Idem.** p.146.

¹⁸⁶² **HDBN**: Jornal de Recife. 20 de junho de 1889.

¹⁸⁶³ Alguns partidários republicanos acreditavam que havia chances de José Mariano migrar para o lado deles, deixando isso bem expresso nas suas publicações como a que saiu no Jornal da Tarde e falou sobre o primeiro aniversário da Abolição. Segundo o autor, José Mariano abriu a sessão de entrega da medalha dos cupins e no seu discurso revelou, “a nosso ver, o grande sentimento republicano de que é dotado o seu temperamento.” **HDBN**: Jornal do Povo: publicação à tarde. 15 de maio de 1889. Nº96. p.2. Como veremos os desentendimentos entre o grupo dos liberais democratas liderados por Mariano e os republicanos positivistas liderados por Martins Júnior, terminou por dividir os representantes dos cupins no pós-Abolição, colocando em confronto os homens que lutaram juntos pela Abolição.

o partido da ordem, que estava no poder naquele momento,¹⁸⁶⁴ para eles, a História iria provar que, “quem levou adiante a causa da abolição foi o Partido liberal e não o conservador”.¹⁸⁶⁵

Para os republicanos, presentes nas comemorações de 1889, como Ovídio Filho¹⁸⁶⁶, a Abolição não havia sido obra de nenhum dos dois partidos monárquicos, muito menos da Coroa, afirmando a ação popular como o principal motor da lei. O bacharel resumiu o que para ele havia sido o movimento abolicionista com um belíssimo poema:

[...] Filhos dilectos da luz
Surgiu o 13 de Maio,
Como um perdão, doce raio,
Desceu o christo da cruz!

Mas, quem foi que fez o dia,
Quem faz a aurora surgir?!
Pobre raça condenada
Quem fez o sol redimir?!
Seriam os sábios, doutores,
Aristocratas senhores,
A fidalguia feudal?!
Seriam os réus do delicto
Os algozes do proscripto
O throno, o sceptro real?!

Não sei! Mas, quando da Pátria
Pulsa forte o coração,
Quando glorias disputadas
Pertencem e só a Nação;
Não tem ninguém o direito
De arvorar-se em autor do feito
De dizer – eu fiz a lei,
Quando na grande cruzada
Pela pátria escravizada
Quem menos fez foi o REI! [...]

Fosteis vós, os deserdados
Dos oropeis, dos brasões,
Vós, o povo, este vesúvio
De incandescentes clarões!
Fosteis vós, feroz Otelo!
Scipiões de Riachuelo!

¹⁸⁶⁴ O Gabinete João Alfredo foi apresentado no dia 10 de março de 1888 e destituído no dia 07 de junho de 1889.

¹⁸⁶⁵ **HDBN**: Jornal de Recife 20 de junho de 1889.

¹⁸⁶⁶ Ovídio Ferreira da Silva Filho, nascido em 08 de agosto de 1860 se formou em Direito pela FDR no ano de 1888. O acadêmico, e também republicano, contribuiu para diversos jornais como *O Etna*, *Jornal Incentivo*, *Folha do Recife*, *O Estímulo*, *Correio da Noite*, *Gazeta de Notícias*, *Romeiro das Letras*, *A Arte Dramática*, escrevendo poemas, livretos e artigos de opinião sobre literatura, direito e arte, sendo tido como um grande literato pelos seus pares. O homem que publicava textos juntamente com Tobias Barreto, Pereira da Costa e Izidoro Martins Júnior nos deixou um dos poemas mais belos sobre a Abolição, intitulado: “Veni, vide, vice!”. Este foi recitado no teatro Santa Isabel por ocasião da distribuição das medalhas pelo Clube do Cupim, em comemoração ao 13 de maio de 1889. BRAGA, Flávia Bruna Ribeiro da Silva. “DITADURA”, ABOLIÇÃO E REPÚBLICA. **Op. Cit.** pp. 245-246. Lista do livro de certidão de idade. FDR. Disponível em: <https://www.ufpe.br/documents/590249/2933445/CIO33+-+1884.pdf/1db6afb0-a1cc-430e-9e0d-bf6ee786adb1> acessado em 07 de março de 2021 às 15:53. **HDBN**: O Phonographo: periódico crítico e literário. 3 de junho de 1883. Nº4. p.2.

Os grachos de Tuyuty!
 Quem deu a pátria abatida
 O novo sangue na vida,
 Quem disse ao mundo, Venci!¹⁸⁶⁷

Já no 1º aniversário da lei 13 de maio, os republicanos entendiam que os representantes do Estado:

pretendiam desnaturar o esforço, a parte ativa e fatora de um povo que trabalhou por si, arcando com todos os preconceitos e lutando com todas as hostes inimigas, para se conceder ao governo e a Princesa Imperial a glória imperecível da libertação dos escravos.¹⁸⁶⁸

Segundo ele, à Princesa Regente coube “ceder a imposição das massas sublevadas e agitadas por uma propaganda valente”. Foi nesse clima de disputas políticas em nome da Abolição que, em junho de 1889, Silva Jardim viajou ao Norte para fazer a propaganda republicana no mesmo navio em que viajava o Conde D’Eu que intencionava, além de procurar conhecer melhor o território do Império, fazer alianças para um possível Terceiro Reinado.

Na Bahia, segundo as folhas conservadoras, enquanto Silva Jardim foi recebido a tiros e teve que se abrigar e ser protegido pelo polícia, o Conde D’Eu foi recebido com muita festa pela população.¹⁸⁶⁹ O propagandista republicano chegou em Pernambuco no dia 18 de junho de 1889 e, ao menos na sua recepção, as coisas não foram tão pesadas quanto na Bahia.¹⁸⁷⁰ Mas, só na recepção mesmo, porque a presença do propagandista na província se tornou motivo de disparates, tensão e conflito entre monarquistas e republicanos.

A primeira conferência de Silva Jardim foi marcada para o Teatro Santo Antônio, no dia 20 de junho de 1889.¹⁸⁷¹ Segundo o *Diário de Pernambuco*, esta conferência aconteceu apesar de pequenos incidentes.¹⁸⁷² Fortunato Pinheiro nos deixou algumas pistas do que podem ter sido estes “pequenos incidentes”. Segundo ele, em algum momento, um indivíduo, que diziam

¹⁸⁶⁷ “Veni, vide, vice!” Poema de Ovídio Filho recitado no teatro Santa Isabel por ocasião da distribuição das medalhas pelo Club do Cupim em comemoração ao 13 de Maio). **HDBN**: Jornal do povo: Publicação à tarde. 15 de maio de 1889. N.96.

¹⁸⁶⁸ **CEPE Digital**: Gazeta da Tarde. 01 de maio de 1889. N.º110. p.2.

¹⁸⁶⁹ **HDBN**: Diário de Pernambuco. 16 de junho de 1889. N.º135. p.1; 23 de junho de 1889. N.º140. p.2. A conferência de Silva Jardim na Faculdade de Medicina da Bahia foi marcada por intensos conflitos entre a polícia, os republicanos e a população afro-baiana. O conflito ficou conhecido como o Massacre de Taboão. Segundo Wlamyra Albuquerque, neste episódio também houve um empenho “dos republicanos em racializar as interpretações do conflito”, que “servia para desqualificar a monarquia e seus defensores. **ALBUQUERQUE, Wlamyra de. A exaltação das diferenças: racialização, cultura e cidadania negra (Bahia, 1880-1900)**. Tese. 2004. UNICAMP. Campinas, p.138. Esta tese foi publicada como livro: **ALBUQUERQUE, Wlamyra R. O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

¹⁸⁷⁰ **HDBN**: Diário de Pernambuco. 19 de junho de 1889. N.º137. p.3.

¹⁸⁷¹ **HDBN**: Diário de Pernambuco. 20 de junho de 1889. N.º138. p.2.

¹⁸⁷² **HDBN**: Diário de Pernambuco. 22 de junho de 1889. N.º139. p.2.

ser irmão do Paula Maфра, buscou provocar desordem no meio do auditório, tendo Fortunato Pinheiro chamado a atenção do sujeito que logo se ausentou do local.¹⁸⁷³ Ora, Paula Maфра era um dos aliados de José Mariano e imputar a seu irmão uma possível intervenção na conferência republicana era de certa forma associar Mariano e seus aliados aquela situação.¹⁸⁷⁴

Segundo Flávia Braga, “durante todos quase 40 dias que Silva Jardim permaneceu em Recife, não houve paz política”.¹⁸⁷⁵ Assim como havia acontecido na Corte, as disputas pelo poder em Pernambuco não ficaram somente nos jornais, extrapolando para as ruas e dividindo ainda mais os grupos políticos.

“República ou morte” escreveram os republicanos no *Clarim*, um jornal que saiu em edição única para homenagear o centenário da Revolução Francesa e Silva Jardim, mandado publicar pelo *Club Republicano Acadêmico*.¹⁸⁷⁶ Em sua primeira página, os acadêmicos, lançaram uma canção poema com o título “Às armas” inspirado na Marselhesa. Buscavam atizar o povo a lutar contra a coroa, proclamando dizeres contra o “trono vil de Bragança [...] Abaixo Isabel I, abaixo Pedro Segundo [...] o negro já está liberto! Liberte-se agora o branco!”¹⁸⁷⁷

Estas eram as palavras de ordem dos republicanos animados pela vinda de Jardim a Pernambuco. Estava patente, pela forma ofensiva do jornal, que a intenção dos republicanos

¹⁸⁷³ **HDBN**: Diário de Pernambuco. 23 de junho de 1889. Nº140. p.3.

¹⁸⁷⁴ Segundo Felipe Azevedo, que estudou um pouco das relações entre Paula Maфра e José Mariano, aquele foi acusado pela oposição em diversas ocasiões como sendo a figura que dava suporte às ações do grupo de José Maria e José Mariano. SOUZA, Felipe Azevedo e. A participação política das classes populares em três movimentos. **Op. Cit.** p.70. Francisco de Paula Maфра foi um proprietário de casas funerárias que buscou, segundo Felipe Azevedo, o apoio político dos liberais para poder fazer o seu negócio funcionar, tendo me vista que foi muito perseguido durante os governos conservadores em Pernambuco. Flávia Braga ainda mostra que Paula Maфра tinha mudado de lado, uma vez que já havia se reconhecido republicano. BRAGA, Flávia Bruna Ribeiro da Silva. “DITADURA”, ABOLIÇÃO E REPÚBLICA. **Op. Cit.** p.85.

¹⁸⁷⁵ Flávia Braga estudou especificamente este momento de tensão entre os republicanos representados em Pernambuco por Martins Júnior e monarquistas representados por José Mariano. Veja capítulo 5.3: MARTINISTAS VS. MARIANISTAS: A REPÚBLICA NASCE NUM BARRIL DE PÓLVORA. Segundo ela, no período em que esteve em Pernambuco, entre junho e julho de 1889, o Partido Republicano de Pernambuco recebeu um número enorme de novos adeptos e os conflitos entre martinistas e marianistas foi um dos fatores chave para isto. Para a historiadora, estes conflitos e a disseminação das informações acerca deles geravam uma espécie de catarse social, “o frisson incitava adesões, que por sua vez gerava mais frisson.” BRAGA, Flávia Bruna Ribeiro da Silva. **Idem.** p.184.

¹⁸⁷⁶ O Clube Republicano Acadêmico foi organizado no Recife em 1889, seus primeiros membros foram: Amaro Rabello; José Ferreira Teixeira; Wladimir Cavalcante; Janúncio da Nóbrega; Cruz Saldanha; Braz de Mello; Eneas Martins; Antônio Martins Pinheiro; Graciliano de Sousa; Antônio da Costa; Mário Chaves; Thaumaturgo Sotero Vaes; Vítor de Sá Barreto Júnior; Emygdio G. Pedreira; José Eusébio Carvalho de Oliveira; Alberto Magno da Rocha; João Barbosa de Paula Pessoa; Elias Viana; João Branco Pinheiro; Theophilo de Paula; João E. Correia de Miranda Filho; Alberto Dias; Alberto Frederico Moraes Lamego; Martim Francisco; Lafayette Chagas; F. Camillo de Assis; Braz de Melo. **Idem.** p. 262.

CEPE Digital: O Clarim: mensagem do Club Republicano Acadêmico ao denodado propugnador de nossa liberdade política: Dr. Antônio da Silva Jardim em sua chegada ao Recife. Edição Única. 16 de junho de 1889.

¹⁸⁷⁷ **Idem.** pp.1-2.

era convencer a sociedade de que um possível “terceiro reinado seria uma desgraça”.¹⁸⁷⁸ Para tanto, falavam diretamente contra D. Isabel, a quem chamaram de Isabel I – reconhecendo a iminência da sucessão - e contra o seu marido, o Conde D’Eu, afirmando que nunca consentiriam na implantação do Terceiro reinado.¹⁸⁷⁹

Interessante notar que os republicanos buscavam depreciar a imagem de D. Isabel, acusando-a de beatices, apontando sua religiosidade extremada, enquanto chamavam Conde D’Eu de “príncipe dos zuavos”, fazendo referência direta às tropas francesas coloniais, compostas de Argelinos e outros árabes do Norte, mas que indiretamente também poderia ser associada aos batalhões de negros baianos que foram lutar na Guerra do Paraguai.¹⁸⁸⁰

Chamado pelos republicanos do Rio de Janeiro, depreciativamente, de “o príncipe dos cortiços”, o Conde D’Eu foi acusado de especular “com a miséria do proletariado da corte” alugando casas urbanas, o que lhe dava uma certa popularidade com as classes menos abastadas da sociedade na Corte, apesar de estar “explorando as pessoas com estes aluguéis”.¹⁸⁸¹ Outros adjetivos depreciativos foram utilizados contra o príncipe na tentativa de atacar sua personalidade e seu moral como futuro representante do Império. Ele foi chamado de “agiota do pequeno comércio do Rio de Janeiro, usurário, proprietário de cortiços alugados a inquilinas prostitutas”.¹⁸⁸²

Podemos ver que os adversários do Conde D’Eu tentavam associar sua imagem às “classes menos abastadas da sociedade”, aos marginalizados, à “população”. Tanto quando apontavam o seu possível envolvimento com alugueis de cortiços, quanto ao chamarem-no de o príncipe dos Zuavos, os republicanos intencionavam associar o príncipe à população negra, pobre e marginalizada do Império, como se somente isso constituísse um crime por parte dele e da família imperial, sendo necessária a aniquilação dos seus interesses de formar um Terceiro Reinado com o apoio dessas pessoas. As classes populares, a população negra, a Guarda Negra, etc. estavam sendo usadas para fins difamatórios nas entrelinhas destas acusações.

¹⁸⁷⁸ **Idem. Ibidem.**

¹⁸⁷⁹ **Ibidem.**

¹⁸⁸⁰ SOUSA, Jorge Prata de. “**Escravidão ou morte: os escravos brasileiros na Guerra do Paraguai**”. MAUAD C&P Ed. Ltda, 1996. KRAAY, Hendrik. Os companheiros de Dom Obá: Os zuavos baianos e outras companhias negras na Guerra do Paraguai. **Afro-Ásia** nº46. Salvador, 2012.

¹⁸⁸¹ **Idem.** pp.2-3. DORATIOTO, Francisco. **Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

¹⁸⁸² O jornal o combate o chamou de “alteza dos cortiços”. **CEPE Digital**: O combate: jornal republicano jocoso-sério. 10 de julho de 1889. Ano I. nº2. p.2. No verbete referente a sua pessoa, Ronaldo Vainfas aponta que ele era constantemente atacado pela imprensa republicana, que o acusava de envolver-se em negociatas e exploração de cortiços no Rio de Janeiro VAINFAS, Ronaldo. **Dicionário do Brasil Imperial**. Objetiva, 2002.

Ao mesmo tempo que difamavam seus adversários, os republicanos pernambucanos se autodenominavam “os filhos não degenerados da pátria”.¹⁸⁸³ O que poderia ser lido como uma construção retórica no sentido político-racial. Pois, dentre tantas acusações, como a de corrupção, a de especulação com a miséria do proletariado, até mesmo a uma possível renegação em seu país natal, os republicanos também fizeram acusações baseadas em argumentos raciais contra os príncipes consortes. Enquanto comparavam Gastão de Orleans e D. Isabel aos seus antepassados, como se os crimes e os vícios destes tivessem passado para ambos hereditariamente, associavam Silva Jardim a Tiradentes, fazendo analogias biológicas. Afirmavam que o “sangue de Tiradentes espalhado na terra da liberdade, percorrendo a escalada das transmutações sucessivas porque passa a matéria, veio afinal recompor-se nas veias de Silva Jardim, enriquecido de novos princípios de vitalidade e vigor.”¹⁸⁸⁴ Mesmo sem ter nenhum grau de parentesco com Tiradentes, a comparação entre Jardim e aquele foi feita a partir de uma metáfora biológica.

O republicano Cruz Saldanha, fazendo novamente comparações entre os príncipes consortes e seus antepassados, chegou a dizer que o Terceiro Reinado seria governado por “um casal mais que degenerado, conluio de duas raças degeneradas, a orleânica e a bragantina.” Como podemos ver, os argumentos raciais não eram usados somente contra a população negra, mas contra a própria família real de ascendência europeia e branca.¹⁸⁸⁵ O que para nós constitui uma das expressões mais acentuadoras do racismo no Brasil. Ao procurarem enegrecer homens e mulheres brancos, apontando as possíveis alianças ou apoio que eles poderiam receber da população negra e pobre, os republicanos não buscavam tirar a legitimidade da Monarquia e das pessoas mais associadas às classes populares somente pela via dos argumentos políticos e morais, mas também pela via racial.¹⁸⁸⁶

¹⁸⁸³ **CEPE Digital:** O Clarim: mensagem do Club Republicano Acadêmico ao denodado propugnador de nossa liberdade política: Dr. Antônio da Silva Jardim em sua chegada ao Recife. Edição Única. 16 de junho de 1889. p.3.

¹⁸⁸⁴ **Idem.** p.4.

¹⁸⁸⁵ **Ibidem.**

¹⁸⁸⁶ Um articulista, que escreveu com o pseudônimo Antônio Pinheiro de Castro, tentou fazer uma associação de parentesco entre um assassino, chamado José Gomes Cabeleira e José Mariano. Afirmou precisar da informação para acrescentar no seu livro sobre pernambucanos célebres. Ficou evidente que, ao buscar associar José Mariano a um homem “negro e assassino”, “degenerado”, os republicanos se utilizavam do discurso racial para tentar prejudicar os seus inimigos políticos, condenando os cupins e o que eles chamavam de “o povo de José Mariano” não somente por se associarem a negros, arrumar emprego para negros e se utilizarem dos negros para fins políticos, mas por serem possivelmente descendentes destes mesmos homens negros “degenerados”. **HDBN:** Diário de Pernambuco. 27 de março de 1890. Nº70. p.4. Sobre a visão das elites intelectuais e políticas acerca da população negra no pós-abolição veja: AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. Onda Negra, Medo Branco. **Op. Cit.** pp.208-209. VENTURA, Roberto. Viagem Incompleta. A Experiência Brasileira. In. Um Brasil Mestiço. **Op. Cit.** DOMINGUES, Petrônio. “Cidadania por um fio. **Op. Cit.** DOMINGUES, Petrônio. “Vai ficar tudo preto”. **Op. Cit.** GOMES, Flávio. DOMINGUES, Petrônio. Política da Raça. **Op. Cit.**

Outro jornal, também lançado pelos republicanos, quando da estadia de Silva Jardim em Pernambuco, foi o joco-sério *O Combate*.¹⁸⁸⁷ Já no seu primeiro número, os republicanos chamaram o ministro João Alfredo do “Ministério da Guarda Negra”,¹⁸⁸⁸ apelidando os seus membros de “garotos da monarquia”, a quem acusavam de ter apedrejado as janelas da casa do senhor Ribeiro de Brito, que acolheu Silva Jardim quando de sua chegada ao Recife. Segundo os republicanos, a imprensa pernambucana não deu notícias do ocorrido, não divulgou “a selvageria dos futuros representantes da Guarda Negra”, fazendo referência aos apoiadores de José Mariano.¹⁸⁸⁹

O propagandista Silva Jardim comemorou os cem anos da queda da Bastilha em Recife, indo assistir no dia 15 de julho, no Teatro Santo Antônio, a peça “A tomada da Bastilha”.¹⁸⁹⁰ Após a apresentação, Jardim recebeu um jantar e uma edição especial do jornal *O Rebate* de Fortunato Pinheiro juntamente com o *Diretório Republicano*.¹⁸⁹¹ O Escritório Industrial Francês em Recife (“Comptoir Industriel Français”), representando o comércio e a indústria, também solenizou o 14 de julho com uma festa que iniciou às 15:00 horas no seu prédio, com direito a champagne para os 600 convidados “das classes mais elevadas da sociedade”, dentre os quais estavam Silva Jardim, Gomes de Mattos representando o comércio e Martins Júnior representando a imprensa.¹⁸⁹² Logo após as duas primeiras conferências feitas em Recife, Silva Jardim saiu em missão propagandística as zonas agrícolas da província como, Nazaré, Timbaúba, Goiana, Palmares e Escada.¹⁸⁹³

Segundo *O Norte*, principal folha republicana em circulação na Província, as conferências em Nazaré e Escada contaram com a presença de muitos “homens de cor”, que inicialmente se mostraram desconfiados, mas depois estiveram “francamente adeptos ao orador e aos republicanos em geral”.¹⁸⁹⁴ Flávia Braga afirmou que os republicanos destacaram a

¹⁸⁸⁷ **CEPE Digital:** *O Combate*. 6 de julho de 1889. Ano I número I.

¹⁸⁸⁸ **Idem.** p.2.

¹⁸⁸⁹ **Ibidem.** Segundo Licínio de Macedo, no dia 22 de julho, após o cancelamento do meeting republicano, diversos homens saíram em uma passeata organizada pela Guarda Negra, armados de grossos cacetes, erguendo vivas descompassados à Monarquia, ao Conde D’Eu e a José Mariano. **HDBN:** Diário de Pernambuco. 07 de maio de 1890. Nº103. p.3.

¹⁸⁹⁰ **HDBN:** Diário de Pernambuco. 12 de julho de 1889. Nº154. p.5.

¹⁸⁹¹ **HDBN:** Diário de Pernambuco. 13 de julho de 1889. Nº155. p.2.

¹⁸⁹² **HDBN:** Diário de Pernambuco. 16 de julho de 1889. Nº157. p.3.

¹⁸⁹³ **CEPE Digital:** O combate. 10 de julho de 1889. Ano I. nº2. p.3. Os republicanos acusaram o vice-presidente da Província, Augusto de Sousa Leão, o Barão de Caiará de ter ido em Escada fazer campanha para José Maria de A. Mello. Segundo Flávia Braga, essa visita, a cidade de Escada, deu-se por medo dos liberais de perderem os votos no 6º Distrito para os republicanos. BRAGA, Flávia Bruna Ribeiro da Silva. “DITADURA”, ABOLIÇÃO E REPÚBLICA. **Op. Cit.** p.182.

¹⁸⁹⁴ Quanto a conferência republicana em dezembro de 1888, o próprio presidente da província, Joaquim de Oliveira Andrade, reconheceu que “era falso que as autoridades de Escada tentassem impedir que se realizasse uma conferência republicana”, dizendo ainda que “é pura invenção a notícia de haverem as autoridades armado libertos, insinuando-lhes haver da parte dos conferentes trama de reescravizá-los, assim como aos homens de cor,

presença de homens de cor como uma estratégia, “tanto para dar uma resposta aos liberais democratas que os acusavam de trair os libertos”, como para não tornar a população de cor contrária ao movimento, “já que os republicanos falavam da Guarda Negra de Mariano com tom pejorativo”.¹⁸⁹⁵

Todavia, a conferência em Escada não parece ter sido tão pacífica como quis a folha republicana. Ao contrário do que se disse no *Norte* – “que apenas 50 pobres homens de cor, ingênuos e libertos deram vivas a Pedro II” - segundo um articulista, autointitulado “monarquista de 02 de dezembro de 1889”, as coisas só não descambaram para a violência generalizada devido a ação do delegado de polícia (Romão Populo de Andrade Lima) que foi enérgico em convencer a população, “desarmando algumas pessoas, aconselhando outras a se retirarem e atemorizando os mais exaltados.”¹⁸⁹⁶

Segundo o “monarquista”, cerca de mil pessoas esperavam Silva Jardim, entre a rua do Rio e a estação de Escada, com a intenção de hostilizá-lo, reconhecendo o próprio vigário Pedrosa que, devido a ação da polícia, não sucederam na cidade terríveis acontecimentos. Apesar de percebemos que a provável intenção do artigo era a de divulgar o nome e os serviços do delegado da cidade - para quem o próprio vigário Pedrosa teria pedido um “salário digno dos seus serviços” - na opinião do “monarquista”, as coisas não haviam mudado desde a conferência de 02 de dezembro de 1888.¹⁸⁹⁷ Havia indícios de que as tensões entre os libertos, a população “pobre de cor” e os propagandistas republicanos continuavam acontecendo.¹⁸⁹⁸

nascido livres e até os brancos pobres”. Segundo o presidente a conferência aconteceu sem maiores perturbações. **HDBN**: Diário de Pernambuco. 12 de janeiro de 1889. Nº9. p.1.

¹⁸⁹⁵ BRAGA, Flávia Bruna Ribeiro da Silva. “DITADURA”, ABOLIÇÃO E REPÚBLICA. **Op. Cit.** p.182. A participação dos libertos nos meetings republicanos era divulgada como uma forma de contestar a ideia de que os republicanos procuravam reescravizar a população negra. Sobre uma conferência que Martins Júnior fez no engenho Gaipió e no pátio da feira de Ipojuca, os divulgadores do evento disseram que a maior parte do público era composta de libertos, aos quais Martins Júnior explicou “em termos os mais simples e convincentes quais os fins da propaganda republicana”. **HDBN**: Jornal do Recife. 16 de janeiro de 1889. Nº12. p.2. Quando Nilo Peçanha realizou sua conferência republicana em Campos, além dos elogios a sua pessoa e eloquência, a Gazeta de Notícias (RJ), noticiou que os libertos vitoriam o orador e que houve muitas adesões naquele dia, com vivas à República e a Revolução. **HDBN**: 22 de janeiro de 1889. Nº17. p.1. Todavia, em abril do mesmo ano, após realizar uma conferência em Lajes (MG), Nilo Peçanha e seus correligionários foram “atacados por 200 libertos liderados pelo delegado de polícia local”. Nilo Peçanha foi ferido na perna, Pereira Azevedo levou um tiro de garrucha e foi levado para a cadeia, onde foi colocado no tronco e castigado durante toda madrugada por ter ferido o subdelegado Primo. O comandante do destacamento de polícia espancou o juiz de paz local e alguns soldados também saíram feridos. **HDBN**: Jornal do Recife. 28 de abril de 1889. Nº95. p.1.

¹⁸⁹⁶ *Conferência Republicana*. **HDBN**: Jornal do Recife. 12 de julho de 1889. Nº154. p.2.

¹⁸⁹⁷ **Idem**.

¹⁸⁹⁸ Enquanto as notícias sobre as conferências republicanas noticiavam possíveis atritos entre a população negra e os propagandistas, as notícias sobre a excursão do Conde D’Eu ao Norte buscavam sustentar a imagem do grande apoio popular e oficial que a família imperial tinha na Província. Diversos chefes liberais acompanharam o príncipe consorte pelo interior da Província, Luiz Felipe de Souza Leão, Ulysses Viana, José Mariano e Costa Ribeiro falaram em algumas paradas em homenagem ao príncipe prometendo a defesa da Monarquia e das instituições. O redator d’*A Província*, Pereira Júnior também acompanhou a excursão. **HDBN**: Diário de Pernambuco. 09 de julho de 1889. Nº151. p.2. 21 de agosto de 1889. Nº187. p.1. **HDBN**: Jornal do Recife. 30 de agosto de 1889. Nº195.

Nas memórias escritas por Samuel Campelo, provavelmente passadas oralmente pelo seu tio Ernesto Carneiro Campello - que fez parte do grupo de adesistas republicanos em Escada após o 13 de maio - a Guarda Negra e a população negra liberta foram citadas como causadoras de distúrbios e de ferimentos, que levaram até mesmo uma personalidade ilustre da cidade, o coronel Marcionilo Lins (filho do Visconde de Utinga), à morte.

Escadense, nascido no dia 12 de outubro de 1889, Samuel Campelo cresceu ouvindo as histórias familiares sobre a Guarda Negra e lançou a culpa das desordens causadas no dia da conferência de Silva Jardim na população negra, formada, principalmente, pelos libertos do Barão de Utinga, “antigos escravos, armados e insuflados a praticar aqueles distúrbios por monarquistas inescrupulosos que lhes asseguravam que os republicanos queriam fazê-los voltar à escravidão”.¹⁸⁹⁹

Segundo Campelo, na conferência do dia 2 de dezembro de 1889, que aconteceu na casa do Dr. Antônio Hermenegildo de Castro – situada no engenho Mangueira, de propriedade do agricultor Manuel Cavalcanti Barreto Lins - diversas personalidades republicanas foram atacadas, incluindo Ambrósio Machado, José Jance, Ernesto Carneiro Campello (tio de Samuel) e Marcionilo Lins¹⁹⁰⁰, “que recebeu grande pedrada no pescoço, ferimento do qual veio a falecer no ano seguinte, apesar de ter se submetido a uma operação na Europa.”¹⁹⁰¹ Apesar de todo “motim”, a conferência republicana em Escada deu frutos. Segundo Campelo, 43 cidadãos escadenses aderiram à causa, “querendo dar a sua fé republicana a expressão do mais puro sentimento patriótico, renunciavam abertamente a toda e qualquer indenização de prejuízos causados pela abolição”.¹⁹⁰²

Logo em seguida, um meeting republicano no Recife, que visava responder a algumas acusações do grupo marianista publicadas n’*A Província*, foi cancelado. Os republicanos, tendo marcado a reunião para o dia 22 de julho, foram avisados pelo delegado do primeiro distrito, Manoel Francisco do Rego Barros, de que a polícia não poderia garantir a tranquilidade da

p.1. SANTOS, Magno Francisco de Jesus. UM PASSEIO EM DIAS DE TORMENTAS: A VIAGEM DO CONDE D’EU ÀS PROVÍNCIAS DO ANTIGO NORTE DO BRASIL. **Revista História** (São Paulo) v.36, Ed.6, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/his/a/wvtpd3FJHR6PfjrksMRrYs/?lang=pt> acessado em 03 de julho de 2021 às 16:09.

¹⁸⁹⁹ CAMPELO, Samuel. **Escada e Jaboatão: Pequenos dados históricos e geográficos**. Memória apresentada ao VI Congresso de Geographia, que se reuniu em Bello-Horizonte, a 7 de setembro de 1919. Typ. Pernambucana. Recife. 1919. Facsimile. p.16.

¹⁹⁰⁰ Marcionilo era proprietário do engenho Massaussu em Escada. BRAGA, Flávia Bruna Ribeiro da Silva. “DITADURA”, ABOLIÇÃO E REPÚBLICA. **Op. Cit.** p.136.

¹⁹⁰¹ Idem.

¹⁹⁰² O discurso de Samuel Campelo estava marcado pela retórica racista. Ao procurar tecer elogios ao deputado provincial, Dr. Leonardo Cavalcante de Albuquerque, que, segundo Campelo, criticou os acontecimentos da conferência em Escada, o memorialista disse que apesar do deputado ser um “homem de cor preta, era possuidor de talento e dignidade.” CAMPELO, Samuel. Escada e Jaboatão. **Op. Cit.** p.17.

conferência.¹⁹⁰³ José Mariano foi acusado de ser o principal responsável pelas ameaças, fazendo ele da tribuna, na Assembleia Provincial, o seu palco para a resposta, afirmando que não era dever do governo impedir reuniões populares nem defender oradores “contra o povo que desaprova”.¹⁹⁰⁴

Ou seja, José Mariano tomava para si a iniciativa de falar pelo povo, afirmando que este desaprovava a propaganda republicana e que tinha todo direito de ameaçá-la. Para ele, os republicanos que afirmavam ter o povo a seu lado não tinham nada a temer, nem deveriam cancelar sua reunião por “medo deste mesmo povo”.¹⁹⁰⁵

O deputado procurou se defender dizendo que o governo não poderia defender Silva Jardim da “explosão do sentimento popular”. Segundo ele,

o povo pernambucano é contra qualquer manifestação de autocracia, tome ela a forma de monarquia ou de república, e nestas condições como o partido liberal, que sempre estava ao lado da democracia, ia proteger uma propaganda que marcha para o absolutismo?¹⁹⁰⁶

Mariano trabalhava com as ideias de Democracia e de República. Para ele, a Democracia era a verdadeira representação da vontade popular e o partido liberal, ao menos na parte representada pelo seu grupo, era mais fiel do que os republicanos positivistas - que falavam em “Ditadura científica” - à vontade do povo, associando estes à autocracia e ao absolutismo. Segundo sua visão política, “absolutismo por absolutismo era preferível o da multidão ao do indivíduo”, apesar de ele mesmo se arvorar como representante desta multidão.¹⁹⁰⁷ Posicionando-se contra a Ditadura Positivista, Mariano afirmou num discurso em 1890,

nada, pois, de ditadura, qualquer que ela seja. Principalmente de ditadura científico-positivista. A ciência não anda a mercê de todo mundo. Não é distribuída por todo o povo. É antes o privilégio de poucos. Daí a consequência de que o poder não saíria nunca de certas mãos. De que não saíria nunca, pelo menos, de certas classes. O povo propriamente dito, ficaria eternamente sob uma tutela, impossível de ser sucedida.¹⁹⁰⁸

¹⁹⁰³ **HDBN**: Diário de Pernambuco. 23 de julho de 1889. Nº163. p.3.

¹⁹⁰⁴ **HDBN**: Jornal do Recife. 23 de julho de 1889. Nº163. p.1.

¹⁹⁰⁵ **Idem**.

¹⁹⁰⁶ **Ibidem**.

¹⁹⁰⁷ **Idem**. Críticas ao republicanismo positivista eram divulgadas n’A Província, principalmente por José Mariano, para quem aquele regime era “a negação da soberania popular”. José Mariano chegou a defender que seria melhor “um rei por direito divino, honesto e sábio, justo e bom, do que um ditador científico, despótico e pai de muitos filhos”, contradizendo o regime republicano positivista justamente no seu sentido restritivo representativo, “nada pois de ditadura, qualquer que seja ela”. **HDBN**: A Província. 08 de abril de 1890. Nº78. p.1 12 de abril de 1890. Nº82. p.1. 19 de abril de 1890. Nº88. p.1.

¹⁹⁰⁸ **HDBN**: A Província. 08 de abril de 1890. Nº78. p.1

Era essa a imagem que ele tinha dos republicanos positivistas, “homens ávidos por se tornarem tutores perpétuos do povo”.¹⁹⁰⁹ Como muito bem demonstrou Flávia Braga, num primeiro momento, os republicanos tinham esperanças de que José Mariano, José Maria, Joaquim Nabuco, dentre outros liberais abolicionistas, pudessem vir a se unir a eles pela causa da República.¹⁹¹⁰ Todavia, as questões políticas individuais mudaram a ordem do jogo no pós-Abolição. Para a autora, ninguém estava mais certo que ninguém. José Mariano se agarrou à Monarquia devido a conveniência política, pois possuía cargos importantes que o permitia negociar com as várias categorias sociais da Província, onde era visto como um herói por muita gente: comerciantes, artistas, profissionais liberais, gente “de cima e de baixo”. Aliar-se aos republicanos, portanto, deixaria ele numa posição secundária, pois, Aníbal Falcão e Martins Júnior eram os chefes históricos desse partido em Pernambuco.¹⁹¹¹

Os próprios conservadores, opositores de Mariano em Pernambuco, apontavam uma possível aproximação entre este e os republicanos. Afirmavam no *Diário de Pernambuco*, com o título de *Mystério político*, que existia uma declaração protocolizada entre José Mariano e os republicanos para que aquele aderisse à República logo fosse eleito Deputado provincial em 1889.¹⁹¹² Enquanto os conservadores procuravam manchar a imagem de um dos seus principais adversários, acusando-o de traidor da monarquia, para Hoffnagel e Braga, o que inflamava a disputa entre os republicanos positivistas em Pernambuco e o grupo marianista era justamente a ideia de que Mariano havia traído seus ideais ou posicionamentos republicanos.¹⁹¹³ Segundo

¹⁹⁰⁹ **Idem.**

¹⁹¹⁰ Durante a década de 1880 vários jornais republicanos prestavam homenagens a José Mariano. Elogiavam-no como um político coerente com as causas populares e como um representante digno de sua cadeira no Parlamento. Todavia, salientavam a contradição em fazer ele parte de um dos partidos monárquicos, o que limitava sua ação, apontando para a necessidade dele se converter ao republicanismo. **CEPE Digital**: Mephistopheles: periódico semanário. 17 de novembro de 1882. Nº37. O Ensaio: Periódico Científico e Litterario. 20 de novembro de 1882. Nº2. pp.1-2. A Baroneza Rabugenta: Periódico Crítico, Noticioso e Joco-Sério. 28 de setembro de 1883. Nº10. p.3. O Falla Tudo: jornal crítico e noticioso. 05 de outubro de 1883. Nº1. A Crise. 02 de novembro de 1884. Nº1. A Ideia: Semanário abolicionista-republicano. 02 de janeiro de 1885. Nº1. **HDBN**: Jornal do Povo: publicação à tarde. 15 de maio de 1889. Nº96. p.2.

¹⁹¹¹ José Vicente Meira, deputado conservador, acusou José Mariano, em 11 de outubro de 1889, de ter criado cadeiras de magistério no interior da Província, em localidades onde não existiam freguesias, somente para prover cargos aos seus amigos e aliados, “pessoas não habilitadas”. Departamento de Arquivo e Preservação Histórico do Legislativo (DAPPH). Anais da Assembleia Legislativa da Província de Pernambuco, 11 de outubro de 1889. Os republicanos acusavam Mariano de ter sido republicano, liberal, cachorro contra os leões e orleanista - termo pejorativo - contra os republicanos, mudando de posicionamento político de acordo com o que lhe convinha. **HDBN**: Diário de Pernambuco. 08 de dezembro de 1889. Nº280. p.3. BRAGA, Flávia Bruna Ribeiro da Silva. “DITADURA”, ABOLIÇÃO E REPÚBLICA. **Op. Cit.** pp.171-172.

¹⁹¹² **HDBN**: Diário de Pernambuco. 23 de julho de 1889. Nº163. p.4. José Mariano disputou com Manoel Gomes de Mattos o cargo de deputado pelo 2º Distrito de Pernambuco em 1889. Joaquim Nabuco foi adversário de Machado Portela (conservador) e de Aníbal Falcão (republicano) pelo 1º Distrito. Martins Júnior disputou com José Maria e com o Barão de Suassuna o cargo de deputado pelo 6º Distrito de Pernambuco.

¹⁹¹³ De fato, era evidente para muita gente que José Mariano, durante o Ministério João Alfredo, estava muito mais crítico à Monarquia e absorto em um republicanismo de ocasião que logo mudaria para o que os republicanos acusavam de “monarquismo de ocasião” com a ascensão do Gabinete Ouro Preto, em junho de 1889. Ainda em

eles, José Maria e Joaquim Nabuco, por exemplo, eram muito mais coerentes em suas posturas políticas do que o líder do Poço da Panella.¹⁹¹⁴

Segundo Israel Ozanam e Fernando da Cruz Gouvêa, os republicanos acusavam Mariano de ter centralizado as ações da Guarda Negra através de uma instituição monarquista chamada *União Nacional*.¹⁹¹⁵ Felício Buarque, utilizando o pseudônimo Licínio de Macedo, reconheceu que a organização da Guarda Negra não passava de conjecturas, “fundadas em boatos e em ameaças”, todavia, a criação da *União Nacional* despertou um medo real nos

02 de janeiro de 1889, Nabuco tentava convencer José Mariano a não debandar de vez para as fileiras republicanas escrevendo-lhe: “Tu estás neste momento, meu caro Amigo, numa posição difícil. És, positivamente, a esperança dos republicanos e o teu pronunciamento teria a importância de uma batalha perdida para a monarquia e ganha para a república. Eu, tu sabes, não tenho ambição política, nada quero nem espero da política hoje, que a missão de minha vida está terminada, mas deixa-me dizer-te: Não te enganes! A causa do povo não é a república. Eu vi os teus apartes na Assembléia Provincial na tua antiga veia republicana e fizeste muito bem em defender homens como Maciel Pinheiro e Martins Júnior da suspeita de quererem reescravizar os libertos! Mas qualquer que seja o caráter democrático do movimento no Norte, no Sul ele é uma explosão de despeito e de rancor contra a lei de 13 de maio.” Os críticos do liberal deixavam claro, na imprensa, o seu posicionamento trânsfuga após a subida de Ouro Preto: “Antes, tudo eram trevas na monarquia e a república era a luz; agora mudado o cenário político, a luz vem da monarquia e a república é a treva, vem da nuvem negra do despeito”. CHACON, Vamireh. Joaquim Nabuco: revolucionário conservador. **Op. Cit.** pp.135-136. **HDBN**: Diário de Pernambuco. 23 de junho de 1889. p.3. Posteriormente, provavelmente por ter procurado manter sua posição política - em meio ao momento revolucionário de conformação da República em Pernambuco - os adversários de José Mariano acusaram ele de ter traído Joaquim Nabuco e a Monarquia também. Ao citarem o apoio de Numa Pompílio “a Nabuquice até o último furo”, no caso o apoio à Monarquia, os republicanos afirmam que “num belo dia o Sr. Mariano puxou os cordéis e rodou o quincas com bigode e tudo”. Demonstrando que os planos de José Mariano não eram tão claros e que o seu monarquismo cedeu a sua busca por posições na República. **HDBN**: Diário de Pernambuco. 26 de fevereiro de 1890. N.º46. p.4. Nabuco ainda se corresponde com Numa Pompílio após a Abolição e a Proclamação da República. Numa das cartas ele escreve sobre seu desapontamento com os amigos que estavam procurando algo do novo regime. Nabuco assim se exprime: Meu caro Numa [...] estou distanciado de todos os meus amigos e de minha geração que espera na república e quero dar-lhes o tempo de se desiludirem para depois conversarmos sem que o seu otimismo e a minha desesperança se choquem. Em todo caso porém preparemo-nos para não deixar que o predomínio do Sul definitivamente firmado pela república, não seja a ruína total do Norte. Não nos deixemos barbarizar por ódios de facções e bandeiras pessoais que são o símbolo das raças degeneradas. Muitas saudades aos seus e creia-me sempre, ainda quando as ideias nos separem, o seu velho e dedicado amigo da abolição. Carta de Joaquim Nabuco a Numa Pompílio. Paquetá. 28 de agosto de 1890. Em setembro de 1890, Nabuco viajaria mais uma vez a Londres, autoexilando-se, durante os primeiros anos republicanos. BETHELL, Leslie. Nabuco e O Brasil entre Europa, Estados Unidos e América Latina. Dossiê Joaquim Nabuco. **Novos estud.** CEBRAP, Dez 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/JT5d8zCPZMZ8fDbTtHP5tQP/?lang=pt> acessado em 20 de junho de 2021 às 13:46.

¹⁹¹⁴ Braga diz que foi com a ajuda dos republicanos positivistas que José Mariano se tornou o herói imortalizado do abolicionismo em Pernambuco. Em nossa visão, os cupins cumpriram esse papel e sabemos que nem todos os cupins eram positivistas, apesar de fazer parte do núcleo republicano de Martins Júnior e Aníbal Falcão. Em sua maioria eram republicanos, mas alguns seguiam uma tendência mais liberal-federalista do republicanismo e se aliaram a José Mariano e a Nabuco por questões políticas e econômicas diversas do ideal positivista. Como no caso de João Ramos, Numa Pompílio, Barros Sobrinho, dentre outros líderes que vão ser colocados na lista de traidores da república posteriormente ao golpe de 15 de novembro de 1889. BRAGA, Flávia Bruna Ribeiro da Silva. “DITADURA”, ABOLIÇÃO E REPÚBLICA. **Op. Cit.** p.173. HOFFNAGEL, Marc. From monarchy to republic. **Op. cit.**, p.191.

¹⁹¹⁵ São encontradas poucas referências a União Nacional, provavelmente pela sua breve existência, já que esta instituição aparece na documentação no mesmo ano da proclamação da República (1889) e foi mais uma tentativa frustrada de apoio a um possível 3º Reinado. A relação entre essas duas instituições foi veiculada de diversas formas, como na modinha de carnaval jocosamente atribuída ao povo de Mariano: “a coragem decisiva/da princesa Imperiá, / fez criar-se a Guarda Negra/ e a União nacioná.” **HDBN**: Diário de Pernambuco. 20 de fevereiro de 1890. OZANAM, Israel. Capoeira e Capoeiras. **Op. Cit.** p.43. GOUVEA, Fernando da Cruz. Abolição. **Op. cit.** p.265-266.

republicanos de ter que disputar os espaços políticos violentamente com os liberais-democratas, muito melhor acomodados nas instituições naquele momento.¹⁹¹⁶

Este medo fez com que os republicanos saíssem em defesa dos seus interesses acusando o “povo de José Mariano” de ser a “ralé popular, a lama do fundo da caldeira, que sempre ferve de um momento para outro”, chegando a dizer que os seus seguidores eram, “uma grande canalha, amalgamada em um bolo, bestificada em sua entidade moral, arruinada pela educação e pelo desleixo, a gentinha, que é sempre a mesma em todas as manifestações é quem aclama o senhor José Mariano”. Segundo Felício Buarque, “é a esta casta família que chamam, por grossa hipérbole “povo” no Recife”.¹⁹¹⁷ Todavia, diferentemente do que afirmava o republicano em suas críticas, a única publicação da *União Nacional*, que tivemos acesso, mostra-nos que ela não era formada somente por pessoas “da ralé popular.”¹⁹¹⁸

No dia 29 de julho de 1889, em comemoração aos 43 anos de D. Isabel, vários militares, políticos e letrados publicaram agradecimentos e felicitações num jornal chamado *Império do Brasil*.¹⁹¹⁹ Em sua capa, qualquer pessoa poderia ver o retrato de D. Isabel ao centro, com uma coroa pairando sobre sua cabeça, como se estivesse prestes a cair sobre ela. Ao redor dela estavam as frases: “Ave Libertas, Ave Patria e Ave Popule”, saudando o povo, a pátria e a liberdade. Além do seu nascimento, duas outras datas foram comemoradas: 28 de setembro de 1871 e 13 de maio de 1888, representando a lei do ventre livre e a lei áurea, ambas sancionadas por ela, o que lhe conferia o título de “a Redentora”. Logo abaixo, poderia ser visto o nome da instituição que havia patrocinado a publicação: “União Nacional”.¹⁹²⁰

¹⁹¹⁶ Gouvêa não chegou a identificar o autor, mas somente o seu pseudônimo, Licínio de Macedo, já Israel Ozanam revelou a sua verdadeira identidade. Foi Felício Buarque, autor de diversos artigos publicados alguns no *Diário de Pernambuco* com o título “A Verdade (documentos para a História)” e O Sr. José Mariano e a sua conferência (viver às claras)” e outros no jornal fluminense *A República Brasileira (RJ)*. Ainda segundo Ozanam, Felício Buarque aparece também como redator do jornal *A Época*, periódico conservador que, segundo a Lanterna Mágica, era mais ligado ao partido conservador que anda para trás, representando o sr. Paulino José de Sousa, do que a João Alfredo, salientando a dissidência conservadora após a Abolição. GOUVEA, Fernando da Cruz. Abolição. **Op. cit.** pp.265-266 e OZANAM, Israel. Capoeira e Capoeiras. **Op. Cit.** pp.45-48. **HDBN:** Diário de Pernambuco. 07 de dezembro de 1889. Nº279. p.3; Diário de Pernambuco. 08 de dezembro de 1889. Nº280. p.3. **HDBN:** A Época: Órgão do Partido Conservador. 13 de agosto de 1889. Nº4. **CEPE Digital:** Lanterna Mágica: periódico livre e humorístico. 10 de agosto de 1889. Nº265. p.4.

¹⁹¹⁷ Gouvêa. 265. Apresentada como um braço armado da União Nacional, na visão dos republicanos, a Guarda Negra seria responsável por “suplantar as tendências republicanas e obedecer instintivamente às ordens do seu chefe supremo”. **HDBN:** Diário de Pernambuco. 18 de dezembro de 1889. Nº288. p.4.

¹⁹¹⁸ Muito provavelmente, a União Nacional foi a tentativa de construir um “partido abolicionista” apoiador do Terceiro Reinado que Nabuco queria convencer José Mariano a formar. As principais pautas deste partido, que reuniria liberais-democratas e republicanos-liberais seriam: a Federação, a busca pela autonomia provincial, a continuidade das reformas liberais no pós-abolição, sendo conjecturada até mesmo uma idealização de transição do regime monárquico para o republicano após a realização destas reformas. **IAHGP.** Caixa.22, maço 1, doc. 0842. Carta de Joaquim Nabuco a José Mariano. 23 de julho de 1888. 12 folhas.

¹⁹¹⁹ **CEPE Digital:** Império do Brasil. 29 de julho de 1889. Capa.

¹⁹²⁰ **Idem.**

Imagem 61: Homenagem da União Nacional à Princesa Isabel



Fonte: CEPE Digital: Império do Brazil. 29 de julho de 1889.

Para Antônio Gomes Pereira Júnior, aliado de José Mariano e redator da *Província* considerado o “chefe da União Nacional”¹⁹²¹, a princesa Isabel havia atrelado ainda mais a Monarquia ao povo no momento que sancionou a lei da Abolição, dando “ouvido às ideias democráticas.”¹⁹²² José Mariano fez coro a ele, dizendo que a Abolição havia tornado o trono popular, dando provas de que a Monarquia poderia atender as “reformas democráticas e liberais”.¹⁹²³ Apareceram também poemas de diversos autores e textos de Joaquim Nabuco, Arthur Orlando, Carneiro Vilela, em defesa das mesmas ideias, mas, o que mais chama a atenção foi a grande quantidade de pessoas com patentes militares discriminadas que publicaram no jornal.

José Cerqueira de Aguiar Lima (Coronel Comandante das armas), Feliciano Calíope de Mello (Tenente Coronel do 14 ° Batalhão), Antônio Francisco da Costa (Tenente Coronel Comandante do 2º Batalhão), João Justiniano da Rocha (Comandante da Cavalaria), Feliciano de Azevedo Mello e Francisco de Paula Mafra, ambos tenentes honorários do Exército.¹⁹²⁴ Em

¹⁹²¹ Pereira Júnior, redator da *Província*, era acusado de ser o chefe da Guarda Negra do Recife e de ter se vendido a Ouro Preto por uma promessa de que ocuparia uma vaga de professor na Escola Normal de Engenharia. **HDBN**: Diário de Pernambuco. 20 de dezembro de 1889. Nº290. p.3; 19 de março de 1890. Nº64. p.3. 18 de abril de 1890. Nº87. p.3.

¹⁹²² **CEPE Digital**: Império do Brazil. 29 de julho de 1889. p.2.

¹⁹²³ **Idem**. Na narrativa de Felício Buarque, a União Nacional, criada em 29 de julho de 1889, tinha como presidente honorário José Mariano, “o chefe do orlenismo no Norte” e “principal defensor da causa do 3º Reinado” nessa parte do Império. **HDBN**: Diário de Pernambuco. 07 de dezembro de 1889. Nº279. p.3.

¹⁹²⁴ **Idem**. pp.2-3.

suas mensagens, estes homens asseguraram que honrariam seus postos como “voluntários da pátria” para defender a princesa e as instituições.

Não podemos desconsiderar o fato de que, de todos os contribuintes do jornal, somente os homens com títulos e patentes militares tiveram seus postos designados ao assinarem suas publicações. A *União Nacional* mostrava que não era uma instituição formada pela “ralé popular”, afirmando sua posição de defensora da Monarquia, servindo esta publicação, provavelmente, não só para comemorar o aniversário da Regente, mas como um aviso aos republicanos de que, se preciso fosse, eles usariam a força para defender o trono.¹⁹²⁵

Em 31 de agosto de 1889, um pouco mais de um mês após a fundação da *União Nacional*, aconteceram as eleições para a Câmara Geral. No jornal *A Eleição*, de edição única, mandado publicar pelo grupo marianista, saíram acusações contra os conservadores e contra os republicanos. Apesar de não terem votações expressivas nas eleições anteriores, os republicanos se tornaram uma pedra muito maior no sapato dos liberais após a abolição.¹⁹²⁶ Isso é marcante quando observamos o discurso liberal que buscou, em vários momentos, amalgamar os dois grupos de adversários políticos. Os liberais-democratas sabiam que teriam dificuldades em vencer a “união de republicanos e monarquistas conservadores e liberais ex-escravocratas”, ou “neorrepublicanos”, assim como os conservadores e liberais escravocratas não puderam vencê-los nas eleições de 1887, quando os republicanos estavam lutando ao lado dos liberais democratas.¹⁹²⁷

¹⁹²⁵ A Gazeta de Notícias republicou um artigo da Gazeta da Tarde de Pernambuco com a seguinte notícia: “Nova Associação, com o fim de defender a Monarquia ou as instituições monárquicas e propagar a instrução aos analfabetos em escolas noturnas e por iniciativa do Sr. Pereira Júnior, fundou-se no Monte Pio dos Voluntários da Pátria uma nova associação. O presidente da associação, indicado por Pereira Júnior, foi José Mariano. Falaram ainda na reunião de fundação João Ramos e José de Castro e Silva. O grupo marianista procurava preservar a imagem da Monarquia contra o avanço do republicanismo em Pernambuco através da fundação de diversas instituições. Gazeta de notícias. 7 de agosto de 1889. Nº 219. p. 1.

¹⁹²⁶ Saíram candidatos pelo Partido Republicano de Pernambuco: Aníbal Falcão (artista), Manoel Gomes de Mattos (negociante), João Carlos Balthazar da Silveira (Médico), Luiz Ferreira Maciel Pinheiro (Jornalista), José Isidoro Martins Júnior (Bacharel), Ambrósio Machado da Cunha Cavalcante (agricultor de Ipojuca), Bernardo José da Câmara (Médico – agricultor de Cuyambuca), Francisco Campello (agricultor do Cabo) e Leonardo Cavalcante de Albuquerque (agricultor da Escada). BRAGA, Flávia Bruna Ribeiro da Silva. “DITADURA”, ABOLIÇÃO E REPÚBLICA. **Op. Cit.** pp.173. 171-172

¹⁹²⁷ O Lanterna Mágica também apontou “o despeito” que os escravocratas, principalmente conservadores, tinham com a abolição e a não indenização como uma das principais causas de dissidência entre os membros do Partido Conservador. Essa dissidência, segundo eles, chegou a formar em Pernambuco dois grupos, “os conservadores seguidores de Paulino, que andam pra trás” e os seguidores de João Alfredo que “andam com as reformas”. O principal representante do primeiro grupo era “Xico Lacerda”, Francisco do Rego Barros Lacerda, fundador do jornal *A Época*. Criticavam também o fato do Partido Republicano de Pernambuco aceitar em suas fileiras antigos escravocratas, liberais ou conservadores. **CEPE Digital**: Lanterna Mágica. 10 de agosto de 1889. Nº265. p.3. Segundo Marc Hoffnagel, não mais do que 100 senhores de engenho ingressaram no Partido Republicano de Pernambuco no período de 1888 a 15 de novembro de 1889. HOFFNAGEL, Marc Jay. **“Rumores de Republicanismo em Pernambuco”**. In: SILVA, Leonardo Dantas. *A República em Pernambuco*. Recife: Editora Massangana, 1990. p.174.

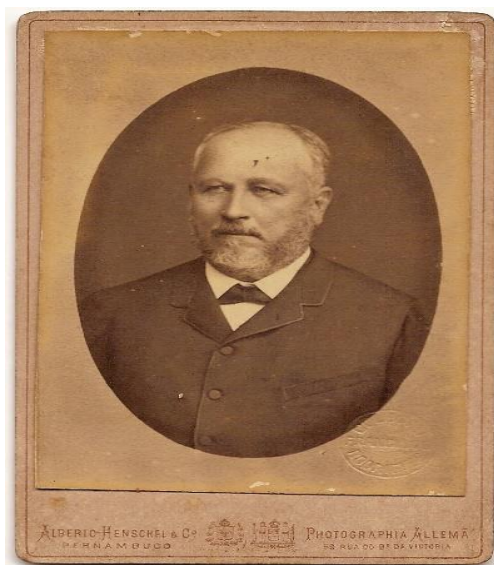
Ao pedirem votos para Mariano e Nabuco, candidatos pelo 1º e 2º Distritos, os liberais disseram que seria justo votar nestes dois homens por terem “lavado da bandeira nacional a escravidão e nunca consentirem se assentar na mesa de escravocratas”.¹⁹²⁸ Ora, do outro lado da disputa estavam Manoel Gomes de Mattos e Aníbal Falcão, abolicionistas e republicanos históricos que lutaram lado a lado com os dois liberais pela Abolição.¹⁹²⁹ Todavia, não era a estes dois que os liberais se referiam especificamente, caindo as acusações, principalmente, contra a candidatura de Ambrósio Machado da Cunha Cavalcante, ex-líder liberal e fundador do Clube da Lavoura de Ipojuca, que se associou aos republicanos após o 13 de maio.¹⁹³⁰

¹⁹²⁸ **CEPE Digital**: A Eleição, jornal único. 31 de agosto de 1889. p.1.

¹⁹²⁹ Enquanto Manoel Gomes de Mattos organizou, juntamente com Antônio Carlos, as eleições de Nabuco em 1884, 1886 e 1887, Aníbal Falcão chegou a escrever o prefácio do livro que publicou as conferências abolicionistas do candidato abolicionista. NABUCO, Joaquim. Campanha abolicionista do Recife. **Op. Cit.** MATTOS, Gomes Manoel de. A campanha abolicionista em Pernambuco. **Op. Cit.** CASTILHO, Celso Thomas. Slave Emancipation and Transformations. **Op. Cit.** p.186.

¹⁹³⁰ Nabuco disputava com Aníbal Falcão e José Mariano com Manoel Gomes de Mattos. Apesar de não fazer muito sentido as acusações contra alguns republicanos, por terem eles lutado ao lado dos liberais e liderado o movimento abolicionista nas ruas e nas associações da Província, os liberais não perdoavam as alianças estabelecidas entre o grupo de Martins Júnior e alguns agricultores escravocratas, saídos do seu partido ou do conservador, como Ambrósio Machado, que foi o principal alvo de José Mariano naquelas disputas eleitorais. **HDBN**: Diário de Pernambuco, 04 de agosto de 1889; 09 de agosto de 1889; 31 de dezembro de 1889. Nº298. p.4. **CEPE Digital**: Lanterna Mágica. 10 de agosto de 1889. Nº265. pp.3 e 7. **HDBN**: Diário de Pernambuco. 25 de agosto de 1889. Nº191. p.2. Segundo Braga, “não era de 1889 que os republicanos demonstravam-se abertos para desertores dos partidos monárquicos, antes essa foi uma conduta ininterrupta desde 1880.” Todavia, apesar de muitos agricultores terem “aberto mão da indenização” para aderir ao Partido Republicano de Pernambuco, os liberais-democratas e o próprio povo, como afirma Israel Ozanam, viam com maus olhos as alianças estabelecidas entre os republicanos e os agricultores, alguns poderosos senhores de escravos, como Ambrósio Machado. E o fato é que, o grupo marianista se aproveitou desta brecha para depreciar os republicanos, enquanto estes optaram por depreciar os liberais-democratas associando-os à corrupção do Estado e moral, incluindo também em sua retórica o discurso sobre a degeneração racial da clientela deste grupo. BRAGA, Flávia Bruna Ribeiro da Silva. “DITADURA”, ABOLIÇÃO E REPÚBLICA. **Op. Cit.** pp.169-173. OZANAM, Israel. Capoeira e Capoeiras. **Op. Cit.** 37-40; 45-48; 61-64. *A República da Escravidão*. **HDBN**: A Província. 06 de agosto de 1889, transcrito por GOUVÊA, Fernando da Cruz. Abolição. **Op. cit.**, pp.273-274.

Imagem 62: Ambrósio Machado da Cunha Cavalcanti



Fonte: FUNDAJ. Coleção Francisco Rodrigues; FR-06443.

Os liberais-democratas continuaram pedindo para que os eleitores não votassem nos “republicanos escravocratas, que querem a república por despeito, para ver se conseguem nos escravizar” e, para além da retórica abolicionista, evocaram e legitimaram mais uma vez o uso da violência eleitoral por parte do “povo”. A convocação feita ao povo para que ele assegurasse violentamente, se preciso fosse, a vitória dos candidatos “liberais abolicionistas” foi mais uma vez utilizada como instrumento político.¹⁹³¹

Podemos conjecturar que os republicanos não temiam em vão por suas vidas naquelas eleições, conheciam muito bem a violência que poderiam ter de enfrentar e os homens que organizavam estas ações, apontando “a Guarda Negra” e a “União Nacional”, ou seja, o grupo de pessoas que faziam parte da clientela política de José Mariano e dos liberais-democratas como os principais agentes dos distúrbios políticos em Pernambuco.¹⁹³²

¹⁹³¹ **CEPE Digital:** A Eleição, jornal único. 31 de agosto de 1889. pp.2-3.

¹⁹³² Já apontamos, no capítulo 3, uma carta que Tobias Barreto escreveu a Silvio Romero, após as eleições de 1884. Nela, o professor da FDR afirmou: “em Pernambuco, pelo menos, não há segurança; as fachadas estão na ordem do dia. Posso lhe garantir que os deputados liberais desta província levam sangue nas unhas; fuja deles.” Ou seja, até mesmo Tobias Barreto, de opiniões republicanas, partidário liberal (moderado), reconhecia que os liberais-dissidentes, alcunhados pelos seus adversários políticos de cachorros, faziam política de forma violenta, utilizando-se do apoio material das classes populares sempre que fosse preciso para desequilibrar os pleitos a seu favor. José Mariano chegou, inclusive, a reconhecer isso publicamente, afirmando que, “foi o povo que nos ajudou a fazer a abolição, amparando nas urnas o nosso direito e até nos ajudando a fazer a resistência material”. **DOCUMENTOS DE INTERESSE AUTOBIOGRÁFICO CORRESPONDÊNCIA. Tobias Barreto a Silvio Romero.** Recife (Afogados), 24 de janeiro de 1885. In: Tobias Barreto (1839- 1889) bibliografia e estudos críticos. Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro, p.84. Disponível em: http://www.cdpb.org.br/tobias_barreto.pdf. Acessado em 19 de abril de 2020 às 12:59. **HDBN:** Diário de Pernambuco. 25 de agosto de 1889. Nº191. p.2.

Assim como havia feito em 1884 e 1887, nas eleições de 1889, o grupo marianista chamou o “povo às armas”. Segundo eles, “o povo brasileiro teria o dever de exigir do eleitorado o cumprimento de sua missão e caso o eleitorado transige-se o povo deveria lhe chamar a contas”.¹⁹³³ Ora, reconheciam que poderiam perder em alguns distritos, apelando explicitamente para o uso da força, chamando, assim como na campanha abolicionista, os excluídos do processo político oficial às ruas e às armas. Seria “o povo que quer caminhar para a frente” o responsável pela vitória se “barreiras fossem impostas” pelas urnas.¹⁹³⁴ Nabuco e Mariano venceram em agosto de 1889, mas, aquela legislatura monárquica, da qual fariam parte, nem chegou a acontecer de fato.

Em 15 de novembro de 1889, o Visconde de Ouro Preto informou ao Imperador que, “o 1º e o 9º regimentos de cavalaria e o 2º batalhão de artilharia, a pretexto de que iam ser atacados pela Guarda Negra e de ter sido preso o Marechal Deodoro, armaram-se e mandaram prevenir o chefe do Quartel General de que viriam desagrar o general.”¹⁹³⁵ A Guarda Negra foi invocada, segundo ele, como um dos motivos para o golpe civil-militar do dia e, consequentemente, para o fim do Império.

Em Pernambuco, após o Golpe de 15 de novembro, os republicanos escreveram no *Norte* que “a orgia política e econômica dos liberais havia acabado”, afirmando que a Guarda Negra havia ido junto. Na folha, resumiram seu programa: “somos conservadores, aptos a respeitar as leis e as liberdades cívicas,” argumentando que a Ditadura militar era apenas o início necessário para se alcançar a Ditadura científica.¹⁹³⁶

O *Diário de Pernambuco*, mantendo a sua tradição conservadora, passou a aceitar diversos artigos de crítica a José Mariano e a seus aliados políticos, incluindo muitos dos líderes abolicionistas do Cupim, afirmando que a queda da Monarquia era culpa da ascensão do

¹⁹³³ **Idem.**

¹⁹³⁴ Segundo Braga, não aconteceram atritos nas zonas eleitorais dos Distritos urbanos, mas em Escada houve movimentação. O Norte, folha oficial do Partido Republicano, acusou que “os liberais convencidos de que estão em minoria na Escada, pretendem perturbar o processo eleitoral na cidade!”. A disputa ali se dava entre José Maria e Isidoro Martins Júnior, e segundo o jornal, foram enviados mais de 40 praças para a cidade na tentativa de impedir a derrota de José Maria para o líder republicano. BRAGA, Flávia Bruna Ribeiro da Silva. “DITADURA”, ABOLIÇÃO E REPÚBLICA. **Op. Cit.** p. 172.

Contraditoriamente na mesma folha os liberais diziam que “é uma falsidade as acusações publicadas no Diário de Pernambuco afirmando que eles usavam de ameaças e do emprego da força pública para passar por cima dos eleitores numa eleição livre”. **Idem.** pp.3-4.

¹⁹³⁵ A República brasileira: O Visconde de Ouro Preto aos seus concidadãos. HDBN: A Província: Órgão do Partido Liberal. 8 de janeiro de 1890. Nº5. pp.1-3. Através de um golpe de Estado, liderado pelo Marechal Deodoro da Fonseca, foi derrubado, em 15 de novembro de 1889, o Gabinete Ouro Preto e com ele a Monarquia. A partir do primeiro decreto constitutivo Deodoro impôs uma nova República com regime ditatorial provisório, fechando a Câmara dos Deputados e abolindo o Conselho de Estado e o Senado vitalício. SAES, Guillaume Azevedo Marques de. **A República e Espada: a primeira década republicana e florianismo.** Tese de Doutorado. USP. São Paulo, 2005. p.17.

¹⁹³⁶ “Boletim do Norte.” HDBN: Diário de Pernambuco. 24 de novembro de 1889. Nº268. p.3.

Gabinete Ouro Preto e que a República surgiu como uma reação conservadora àquele Ministério.¹⁹³⁷

Ao contrário do que diz Emília Viotti da Costa, em seu estudo clássico sobre a proclamação da República, a propaganda republicana e a propalada crise do regime monárquico não fizeram com que a “nação aceitasse tranquilamente a forma republicana de Governo.”¹⁹³⁸ Podemos conjecturar que, assim como em Pernambuco, aconteceu em todo território nacional não somente movimentos restauracionistas¹⁹³⁹, mas conflitos de interesses entre os próprios republicanos (divididos em florianistas, liberais, positivistas, etc.) entre monarquistas e ex-monarquistas e entre a população e as novas autoridades constituídas pelo governo provisório.¹⁹⁴⁰

Naquele momento inicial da República em Pernambuco, as disputas pelo controle político do Estado foram ainda mais acirradas e alguns representantes dos cupins, ligados a José Mariano por motivos diversos, mas principalmente por interesses econômicos e políticos, tiveram seus nomes associados explicitamente à Guarda Negra e foram associados a doenças, pragas e problemas que precisavam ser sanados pelo bem da República.

¹⁹³⁷ Já no dia 21 de novembro de 1889, os conservadores publicam adjetivações contra o grupo político de José Mariano afirmando que a “sociedade que ainda tem seu espírito conservador abalado” deveria reconhecer “os elementos conservadores, tirados do seio do antigo Partido Conservador”, como “a parte sã da sociedade” uma vez que só eles poderiam “imprimir seu cunho característico, dando à República estabilidade, firmeza e prestígio”, além de proteger “as instituições republicanas” contra o perigo “da natureza perturbadora do desrespeito aos interesses públicos”. Segundo seus críticos no Diário de Pernambuco, José Mariano representava “a putrefação da monarquia” e, portanto, não deveria ser assimilado pela República, “sob pena de envenenar o seu organismo puro e são”. **HDBN: Diário de Pernambuco.** 21 de novembro de 1889. 7 de dezembro de 1889. Nº279. p.3; 8 de dezembro de 1889. Nº280. p.3

¹⁹³⁸ A historiadora só faltou parafrasear a frase de Aristides Lobo na qual ele afirmou que “o povo assistiu àquilo bestializado, atônito, surpreso, sem conhecer o que significava.” COSTA, Emília Viotti da. Da monarquia à república. **Op. Cit.** p.484. Anos mais tarde uma outra historiadora vai se aproveitar da ideia de Viotti da Costa para elaborar seu estudo sobre a “República Consentida”. Segundo a ideia geral do trabalho de Maria Tereza Chaves de Mello, a ampliação do debate público sobre a forma de governo e as críticas ao Império e ao próprio imperador, divulgadas e disseminadas pelas associações, nas conferências, na imprensa, nas livrarias, nas confeitarias, clubes, mobilizações populares, dessacralizou a Monarquia, contribuindo para o consentimento da população à proclamação da República e a instauração da nova forma de Governo. MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A República Consentida*. **Op. Cit.** Já Renato Lessa afirma que, apesar da popularidade que a Abolição trouxe a Coroa, a Reforma Eleitoral (1881) tirou, de boa parte da população nacional (98.5% da população), o direito ao voto e a representatividade junto as instituições monárquicas. O historiador enxerga nisso uma das principais causas do “pouco apoio” à Monarquia e ao 3º Reinado “que coroaria um Monarca estrangeiro”, afirmando que o 3º Reinado não conseguiu lastro social suficiente para se sustentar. LESSA, Renato. *A invenção republicana*. **Op. Cit.** p.63.

¹⁹³⁹ MARTINS, Helio Leôncio. **A Revolta da Armada**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1997. ARGON, Mária de Fátima Moraes. e CERQUEIRA, Bruno da Silva Antunes de. *Alegrias e Tristezas*. **Op. Cit.** Veja principalmente a parte: *Teoria e história da historiografia nos estudos isabelistas*.

¹⁹⁴⁰ Os primeiros anos republicanos, seus problemas sistêmicos e os principais conflitos que aconteceram naquele período são muito bem trabalhados em: LESSA, Renato. *A invenção republicana*. **Op. Cit.** GATO, Matheus. **O Massacre dos Libertos: sobre Raça e República no Brasil (1888-1889)**. Edª Perspectiva. 2020. CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Cia das Letras, 1987. CARVALHO, José Murilo de. **A formação das Almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

Israel Ozanam considerou que os líderes do Clube, como João Ramos, Numa Pompílio, Barros Sobrinho, Guilherme Pinto, entre outros, geralmente foram atingidos “em tom mais leve” pelo fato de serem republicanos históricos.¹⁹⁴¹ Todavia, por mais que os principais alvos, na troca de acusações, fossem José Mariano e Martins Júnior, a disputa pelo poder político nos primeiros anos republicanos colocaram os cupins em maus lençóis e na boca, ou melhor, nas penas dos neorepublicanos.

Ao estabelecerem relações mais próximas com José Mariano, relações que, diga-se de passagem, fortaleceram-se, como vimos, com a campanha abolicionista nos anos 1880, alguns representantes do Clube foram acusados de traidores da República. Foram chamados pela imprensa neorepublicana de “homens sem ideais políticos, loucos, corruptos”, servindo também a proximidade dos cupins com a população negra, com os escravizados e libertos, como justificativa para depreciá-los.¹⁹⁴²

Segundo os “republicanos conservadores”, que escreviam no *Diário de Pernambuco*, circulavam boatos de que José Mariano tencionava formar um partido Restauracionista com João Alfredo para fazer oposição à República em Pernambuco. Afirmaram que o tribuno explorava o abolicionismo,

essa grande aspiração passada e vencida, única que no ferrenho domínio da Monarquia teve força para levantar tréguas nos arraiais republicanos, indo os soldados mais intransigentes dar o seu voto ao abolicionista.¹⁹⁴³

De fato, no dia 15 de dezembro de 1889, no próprio *Diário de Pernambuco*, saiu um aviso convocando o povo pernambucano para uma “Manifestação Abolicionista” que iria acontecer na recepção de João Alfredo. A comissão era formada por José Mariano, João Ramos, Guilherme Pinto, Numa Pompílio e Barros Sobrinho e tinha como fim entregar a medalha da campanha abolicionista ao homem que presidiu o “Ministério da Abolição”. Para os

¹⁹⁴¹ OZANAM, Israel. Capoeira e Capoeiras. **Op. Cit.** pp.51-52. No artigo *A última prova IV*, o autor identifica João Ramos, Barros Sobrinho e Numa Pompílio como os verdadeiros abolicionistas, enquanto José Mariano é retratado como um aproveitador político. Todavia, os quatro são identificados como pertencentes ao mesmo grupo de apoio político a Joaquim Nabuco. **HDBN**: Diário de Pernambuco. 01 de janeiro de 1890. Nº1. p.3.

¹⁹⁴² Conseguimos demonstrar que não havia homogeneidades no Clube do Cupim, o grupo social dos líderes foi composto, em sua maioria, por Republicanos-liberais, representantes do comércio e de outras atividades liberais como a medicina, o direito, a docência, a imprensa, etc.; Republicanos-positivistas, formado principalmente por estudantes e professores de Direito, por políticos Liberais Democratas e até mesmo, em alguns momentos, como nos anos finais, por “conservadores e liberais-moderados”. Seguindo as indicações de Sabina Loriga, percebemos as incoerências que existiam “entre as diferentes normas e na maneira pela qual os indivíduos, ‘façam’ eles ou não a história, moldaram e modificaram as relações de poder no imediato pós-abolição, expondo as contradições dos projetos políticos para o futuro do país. E entendemos que, desta disputa presente, pelo controle do poder, muitos passaram a ser relegados ao esquecimento histórico. LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In: REVEL, Jacques (org). Jogos de escalas. **Op. Cit.** p. 249.

¹⁹⁴³ **HDBN**: Diário de Pernambuco. 07 de dezembro de 1889. Nº 275. pp.3-4.

republicanos, essa manifestação era mais do que contraditória, tendo em vista que João Alfredo, conservador, era cotidianamente criticado pelos liberais n'A *Província* e na Assembleia Provincial, com isso, os republicanos afirmavam: “a Guarda Negra perdeu a cabeça.”¹⁹⁴⁴

Após o aviso da recepção de João Alfredo, os ataques contra José Mariano e seus aliados passaram a ocorrer com uma frequência fora do normal.¹⁹⁴⁵ Em 17 de dezembro de 1889, o “Major A. Affonso Leal”¹⁹⁴⁶ acusou João Ramos de ser “sócio de Mariano em contratos de pequenas casas (Evonias).¹⁹⁴⁷ Afirmou que Numa Pompílio buscava uma indenização, junto a Assembleia Provincial, de 30 contos de réis por seus serviços prestados no Hospital Pedro II.¹⁹⁴⁸ Chamou Guilherme Pinto de “inexperiente em negócios políticos” e contra Barros Sobrinho acusaram sua “amizade pessoal com Nabuco”. Para deslegitimar a recepção de João Alfredo pelos cupins, disseram que aqueles homens só queriam garantir seus interesses políticos e econômicos, fazendo do povo “instrumento passivo para fins inconfessáveis”.¹⁹⁴⁹

Para o Major Leal, estes homens eram membros “do Partido da Praia, vulgo Guarda Negra” e só queriam, com aquela manifestação, fundar um novo partido “o partido do

¹⁹⁴⁴ **HDBN**: Diário de Pernambuco. 15 de dezembro de 1889. Nº286. p.4.

¹⁹⁴⁵ **HDBN**: Diário de Pernambuco. 24 de novembro de 1889. Nº268; 7 de dezembro de 1889. Nº279. p.3; 8 de dezembro de 1889. Nº280. p.3; 15 de dezembro de 1889. Nº286. p.4; 17 de dezembro de 1889. Nº287. p.4; 19 de dezembro de 1889. Nº289. p.3; 20 de dezembro de 1889. Nº290. p.3; 22 de dezembro de 1889. Nº292. pp.3-4; 24 de dezembro de 1889. Nº293. p.3; 25 de dezembro de 1889. Nº294. p.3; 27 de dezembro de 1889. Nº295. p.3; 28 de dezembro de 1889. Nº296. p.3; 29 de dezembro de 1889; 31 de dezembro de 1889. Nº298. p.4;

¹⁹⁴⁶ Essa pessoa se propôs a entregar todo o rancho da Guarda Negra, acusando diretamente os membros e líderes do Clube do Cupim e os seguidores de José Mariano com apelidos e difamações diversas. Não chegamos a identificar quem foi o autor dos artigos assinados com o pseudônimo Major Antônio Afonso Leal, ou Major A. A Leal. Todavia, pelo conteúdo divulgado neles, sabemos que o homem era alguém próximo do grupo Marianista e dos Cupins, como ele mesmo chega a afirmar. Por mais exagerado que pudessem ser suas acusações, ele conhecia bem o grupo ao qual acusava.

¹⁹⁴⁷ Sabemos que em 1888, João Ramos procurava conseguir recursos junto a Assembleia Provincial e autorização para construir casas para operários chamadas Evonias. Neste sentido, provavelmente ele procurava conseguir dos seus amigos e aliados políticos liberais José Mariano e José Maria apoio para seu projeto. **HDBN**: Diário de Pernambuco. 11 de novembro de 1888. Nº258. p.3. Em 09 de dezembro de 1890, João Ramos conseguiu a concessão do governo do Estado para construir os prédios “com todas as condições de higiênicas destinadas à residência das classes pobres”. O comerciante deveria construir casas que seriam alugadas a valores entre 8\$000 e 30\$000 mil réis, oferecendo iluminação a gás ou a energia elétrica, estabelecendo um sistema de esgoto e o fornecimento de água e gás. **HDBN**: Libertador: órgão da Sociedade Cearense Libertadora. (CE). 29 de dezembro de 1890.

¹⁹⁴⁸ Sabemos que Numa Pompílio chegou a trabalhar no Hospital voluntariamente por alguns anos: **HDBN**: Jornal do Recife. 09 de novembro de 1880. Nº259. p.1; Jornal do Recife. 20 de abril de 1881. Nº88. p.1; Jornal do Recife. 23 de outubro de 1883. Nº 244. p.1.

¹⁹⁴⁹ **HDBN**: Diário de Pernambuco. 17 de dezembro de 1889. Nº287. p.4 De todos os lados a questão das adesões políticas por troca de favores era muito bem expressa, até mesmo nos jornais havia quem confessasse sua adesão aos partidos monárquicos ou à República como sendo fruto dos seus interesses privados. Na publicação *Adeshão a Ré...* o homem que se identifica como Tenente A. Befá, foi chamado por Pereira Júnior a dar esclarecimentos do motivo pelo qual de conservador e liberal aderiu à República. O mesmo diz que quando subia um ministério conservador votava pelos candidatos deste, negociando com homens como Portella, subindo os liberais mudava o voto. Afirmou ainda que no momento em que o Conde D'Eu chegou a Pernambuco, por pretender um cargo de Capitão, sendo ele Tenente da Guarda Nacional, acompanhou o príncipe com a intenção de conseguir a promoção. No momento republicano, “na hora em que a República está de cima eu acompanho e já disse ao Cazuza (cabeleira) deixai-vos de agoniação”. **HDBN**: Diário de Pernambuco. 25 de dezembro de 1889. Nº294. P.3.

orçamento” para abocanhar as finanças públicas, os empregos e fazer do abolicionismo causa privada,¹⁹⁵⁰ afirmando conhecer muito bem os cupins - dizia ser “amigo de muitos deles” - o articulista procurou construir uma imagem negativa daqueles homens que formavam a liderança do grupo, associado a José Mariano e à população negra, para poder deslegitimar as suas capacidades de administração do novo Estado, acusando-os de serem corruptos e corruptores.

Segundo Leal, em junho, quando Ouro Preto subiu ao poder, José Mariano o procurou para comemorar as datas abolicionistas de 1871 e 1888, “não julgando o Cabeleira – um dos apelidos pejorativos de José Mariano – tivesse a audácia de me envolver em um Clube que havia de ter como resultado a Guarda Negra.” Para ele, este partido tinha a intenção de “abocanhar o poder na Província, com o apoio do chefe ministerial e controlar as economias ou melhor, o orçamento provincial, em benefício próprio, sendo o partido chamado de “federalista da praia ou Guarda Negra”.¹⁹⁵¹ Para fundamentar suas acusações, o major lançou diversas acusações, satíricas e joco-sérias, contra o “Zé povo” que formava a Guarda Negra.¹⁹⁵²

Associou João Ramos, José Mariano, Francisco de Paula Mafra, Pereira Júnior aos “brabos e capoeiras”, nas suas definições, como Nicolau da Gama (oficial de diversos defuntos, compadre de Mariano do Poço), Francisco de Paula Neves (acusado do assassinato de Ricardo Guimarães), Praxedes do Gás (perito afiadador de violões¹⁹⁵³), entre outros nomes.¹⁹⁵⁴

Precisamos de uma pausa para explicar a(o) leitor(a) que a nossa intenção, nesta parte do trabalho, não é a de analisar se realmente existiu ou não uma Guarda Negra em Pernambuco, nem mesmo ir a fundo nas disputas políticas entre os grupos de José Mariano e Martins Júnior,

¹⁹⁵⁰ **HDBN**: Diário de Pernambuco. 20 de dezembro de 1889. Nº290. p.3.

¹⁹⁵¹ Ambos os lados tinham razão ao acusar estas práticas clientelísticas e os apadrinhamentos políticos. Era assim que funcionava a sociedade na qual eles estavam inseridos. Só para citarmos o exemplo de um dos homens citados como Guarda Negra, aliado de José Mariano, Francisco de Paula Mafra era um antigo comerciante do ramo funerário. Segundo Felipe Azevedo, que investigou parte de sua trajetória e sua ligação com os liberais, Mafra, na década de 1870, teve que lidar com as perseguições dos conservadores que controlavam as estruturas políticas naqueles anos. Assim que os liberais subiram ao poder, entre 1881-1884, Francisco de Paula Mafra viu seus negócios prosperarem, recebendo concessões não só para reabrir sua funerária como para prestar os serviços de carros de praças e carros de tração animal, “isento do pagamento de impostos provinciais e municipais devido ao privilégio recebido dos aliados políticos”. SOUZA, Felipe Azevedo e. A participação política das classes populares em três movimentos. **Op. Cit.** pp. 66-68. Ver capítulo 3, nota 197.

¹⁹⁵² **Idem**. Os republicanos procuraram disseminar notícias contra José Mariano afirmando que sua intenção, logo após o dia 16-17 de novembro de 1889, era dar um golpe em cima do golpe, com os brabos da Várzea e a Guarda Negra ou o “Partido do orçamento”. Os homens que haviam tomado o poder recentemente na Província, temiam que José Mariano pudesse se utilizar de toda sua popularidade para contra-atacar o governo provisório e sabiam que o tribuno contava com o apoio de pessoas das mais diversas categorias sociais em Pernambuco. O medo de que uma guerra civil pudesse ser deflagrada a qualquer momento pairava no cenário político pernambucano após a proclamação da República.

¹⁹⁵³ Como chamavam os seguidores de Martins Júnior.

¹⁹⁵⁴ Aparecem também os nomes de Pedro Valente, Inocêncio de tal, vulgo Bico-Doce, Tenente Anselmo e Menna da Costa, antigo republicano, proprietário da Lanceta e fotógrafo “de bobage”. **HDBN**: Diário de Pernambuco. 20 de dezembro de 1889. Nº290. p.3; 29 de dezembro de 1889. Nº297. p.3.

algo que, como já dissemos, foi muito bem feito por alguns historiadores que se dedicaram ao tema.¹⁹⁵⁵ Todavia, como os nomes dos cupins aparecem constantemente associado à Guarda Negra e a José Marino, precisamos, ao menos, ater-nos aos ataques e as defesas que foram feitas relativas ao Clube e aos seus membros.¹⁹⁵⁶

A nossa hipótese é a de que, tendo o grupo de abolicionistas históricos se dividido entre as lideranças de José Mariano e Martins Júnior no imediato pós abolição, o movimento popular abolicionista em Pernambuco, que havia sido liderado pelos liberais democratas e pelos republicanos históricos, foi colocado em questão, prejudicando o processo de continuidade das reformas sociais tão sonhadas pelo grupo mais progressista dos abolicionistas.¹⁹⁵⁷ Pejorado como “causa política” de última hora, o movimento reformista sofreu, com a divisão dos seus representantes, uma espécie de contenção e um posterior ostracismo histórico, com o surgimento de diversas narrativas políticas que procuravam deslegitimar a ação e a participação popular no movimento abolicionista.¹⁹⁵⁸

¹⁹⁵⁵ Marc Jay Hoffnagel, Israel Ozanam, Flávia Braga e Felipe Azevedo realizaram análises muito profícuas sobre estes temas, o que nos levaria somente a repetição de acontecimentos e disputas já muito bem estudadas e discutidas pela historiografia pernambucana. HOFFNAGEL, Marc Jay. From monarchy to republic. **Op. Cit.** OZANAM, Israel. Capoeira e Capoeiras. **Op. Cit.** BRAGA, Flávia Bruna Ribeiro da Silva. “DITADURA”, ABOLIÇÃO E REPÚBLICA. **Op. Cit.** SOUZA, Felipe Azevedo e. A participação política das classes populares. **Op.Cit.**

¹⁹⁵⁶ Pelo menos 10 nomes que encontramos nas listas dos cupins são evocados constantemente pelos críticos de Mariano: o nome do próprio, João Ramos, Numa Pompílio, Guilherme Pinto, Barros Sobrinho, Fernando de Castro, Francisco de Paula Maфра, Phaelante da Câmara. Francisco Gonçalves Torres e Nicolau Duarte. **HDBN: Diário de Pernambuco.** 20 de dezembro de 1889. Nº290. p.3; 21 de dezembro de 1889. Nº291. p.4; 21 de janeiro de 1890. Nº46. p.4.

¹⁹⁵⁷ Sidney Chalhoub, analisando o Golpe do 15 de novembro, afirmou, “na verdade, talvez seja possível sugerir que um dos sentidos da proclamação da República foi tentar por um dique e anular, ou pelo menos disciplinar, a influência cada vez mais decisiva que as agitações nas ruas da corte estavam a desempenhar nos rumos que tomavam os conflitos no interior da classe dominante.” CHALHOUB, Sidney. Medo Branco de Almas Negras: Escravos, libertos e republicanos na Cidade do Rio. **Revista Brasileira de História**, São Paulo. Vol.8, nº16, 1988, p. 86. Compartilhando desta visão, Renato Lemos asseverou que, o golpe de 1889 foi entendido por lideranças republicanas populares, como uma contrarrevolução preventiva aos seus anseios e contra o perigo das reformas monarquistas. LEMOS, Renato. **A alternativa republicana e o fim da monarquia.** In: GRINBERG, Keila. SALLES, Ricardo (orgs.). **O Brasil Imperial. Volume III: 1870-1889.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 432. Podemos dizer que, após o 15 de novembro e os dois primeiros governos militares, um grupo de republicanos liberais assumiu o poder e governou durante o primeiro regime republicano, ininterruptamente, até 1930. René Remond, estudando o século XIX europeu, já chamou atenção para o caráter conservador da prática liberal. Segundo ele, os representantes liberais, ainda que cheguem ao poder pela revolução (ou golpe), mantêm a desigualdade sociais. Os liberais derrubam uma determinada elite política e econômica, não para alterar toda ordem do Estado, modificando mais a parte de cima do que a de baixo, contendo, assim que chegam ao poder, a ascensão das classes e dos anseios populares. Dessa forma é a burguesia quem reserva para si o poder político pelos censos eleitorais, pelo controle dos cargos de comando do Estado, pela restrição aos direitos civis, sociais e políticos, etc. RÉMOND, René. **O Século XIX: 1815 –1914**, 8. ed., São Paulo: Cultrix, 2002. pp.30-31. BRESCIANI. Maria Stella M. O cidadão da República. **Op. Cit.**

¹⁹⁵⁸ Os primeiros anos republicanos foram disputados pelos seguidores das correntes positivista e do Jacobinismo, advindas do modelo francês e também por homens inspirados no modelo Federalista americano, o qual predominou após 1894. No entanto, as elites políticas articularam um modelo federalista desigual com ênfase na modernização somente dos direitos políticos, excluindo o povo, analfabetos, muitos ex-escravos, mulheres, indígenas, sertanejos, etc. do processo político. Por conseguinte, a criação do estado e a modernização quanto aos direitos continuou a traçar características paternalistas que vinham do período imperial, tendo em vista que os primeiros governantes

O grupo marianista, ao qual estavam associados João Ramos, Barros Sobrinho, Numa Pompílio, Phaelante da Câmara, Francisco de Paula Mafra e muitos outros homens listados como membros do Cupim, passou a publicar suas defesas e acusações contra o grupo martinista não somente na *Província*, mas num outro jornal chamado *A Lanceta: jornal de crítica, humorismo e sátira política*.¹⁹⁵⁹

Segundo a oposição, era neste jornal onde “deputados, professores e cônsules, cavaleiros ilustres e sérios, segundo atestados do Clube do Cupim e da Guarda Negra falavam”.¹⁹⁶⁰ Ao compararem as práticas corruptas dos homens d’*A Lanceta* a doenças infectocontagiosas, para alguns republicanos, só havia duas alternativas possíveis de exterminá-los: “a lâmina e o thermocautério”. Afirmavam, “queimemos a Guarda Negra com ferro em brasa, essa pústula maligna que não convém se inocule no valente organismo da República”. Ao invocar termos biológicos e conceitos das ciências da Natureza, os adversários da “Guarda Negra” representavam os homens ligados a ela como um contra povo, a quem de tudo deveria ser tirado e negado. Inclusive, se preciso fosse, o direito a própria vida, sendo necessário combatê-los com ferro e fogo.¹⁹⁶¹

O homem que escrevia com o pseudônimo do Major Antônio Afonso Leal chegou a dizer que a Guarda Negra, fundada pelo Clube do Cupim, seria beneficiada com a volta da Monarquia. Segundo ele, Phaelante da Câmara se tornaria redator perpétuo da *Lanceta*, João

da Primeira República foram formados e eram membros da elite intelectual do império. CARVALHO, José Murilo de. Os Bestializados. **Op. Cit.** FREITAS, Marcos Cezar (org.). **Historiografia Brasileira em Perspectiva**. In: **O Diálogo convergente: Políticos e Historiadores no início da República**. 6. Ed. 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2010.

¹⁹⁵⁹ Este periódico é um dos poucos que não foram analisados por Israel Ozanam, Flávia Braga, Felipe Azevedo e por Marc Hoffnagel. Talvez pela dificuldade de acesso a ele, ou por opção mesmo. Na *Lanceta* encontramos as respostas do grupo marianista contra os martinistas num tom de sátira política. Acreditamos que *A Província*, representante dos interesses do grupo de José Mariano, foi o escolhido para as análises daqueles historiadores por ser um jornal mais oficial. A primeira edição d’*A Lanceta* surgiu no dia 11 de dezembro de 1889, com quatro páginas a três colunas de composição. O redator chefe era Phaelante da Câmara e o gerente Francisco de Paula Mafra. A tipografia na qual produziam o jornal, inicialmente, era a mesma d’*A Província*. NASCIMENTO, Luiz do. História da imprensa. **Op. Cit.** p.276.

¹⁹⁶⁰ Ao completar os ataques contra os representantes da *Lanceta*, os seus acusadores disseram que, “os revolucionários, abolicionistas respeitáveis, republicanos antigos, médicos (Barros Sobrinho), tribunos (José Mariano, José Maria), dentistas (Numa Pompílio), Guarda Livros (João Ramos, Antônio Carlos), jurisconsultos, perderam o equilíbrio e envolveram-se na bandeira negra do servilismo hipócrita tocados da influenza. **HDBN**: Diário de Pernambuco. 21 de dezembro de 1890. Nº116. p. 4.

¹⁹⁶¹ **HDBN**: Diário de Pernambuco. 21 de janeiro de 1890. Nº16. p.4. Ao procurarem transformar homens de todas as categorias sociais, que podiam ser considerados brancos, em negros, um grupo de republicanos instituiu uma forma de racismo ativo no nível da percepção, tendendo a produzir visões icônicas de um grupo político que, além de serem “lamentáveis”, não teriam o seu direito a vida respeitado, poderiam ser extirpados a ferro e fogo, por terem se associado a pessoas negras e a um determinado povo. “O povo de José Mariano”, para tomar um conceito de Judith Butler, não era digno de ser enlutado ou respeitado, podendo ser exterminados para que fins políticos se concretizassem, para que a República não retrocedesse e se concretizasse. Os homens de progresso deveriam destruir os partidários do que eles consideravam por regresso, a volta da Monarquia e o aparelhamento do Estado por pessoas das diversas categorias sociais. BUTLER, Judith. Quadros de guerra. **Op. Cit.** p.45.

Ramos “mordomo de José Mariano, empreiteiro de todas as Evonias”, Barros Sobrinho médico particular de Nabuco, Numa o dentista do Cupim, Francisco Torres o chefe da Guarda Negra, entre outros cargos fictícios atribuídos a diversas pessoas das mais variadas classes sociais.¹⁹⁶²

Israel Ozanam percebeu muito bem que, tanto em artigos satíricos, quanto em outros mais sérios, essa fusão entre homens que deveriam manter um padrão de moralidade condizente com as funções públicas, principalmente José Mariano e homens do “povo”, foi a principal estratégia de difamação que os republicanos utilizaram, chegando alguns artigos a “retratá-los incorporando os divertimentos, os trabalhos e o vocabulário atribuídos à população negra da cidade” como algo negativo.¹⁹⁶³

Em outra publicação, o “Major” afirmou que Phaelante da Câmara, Palú, Gambá, Bico Doce e Aleixo, juntamente “com seu quilombo”, nomeavam-se “ingleses”, fazendo uma referência ao nome dado pelo Cupim aos escravos fugidos, “não enxergando quem eram, sendo uma desgraça ter-se um cabelinho melhor!” Ou seja, numa linguagem muito restrita – a qual só poderia partir de alguém que conhecia os dizeres dos abolicionistas – o homem acusava os aliados de José Mariano – considerados por ele como pessoas “brancas” – de se autoproclamarem “ingleses” e se passarem por negros. O major ironizou afirmando que eles poderiam ser ingleses de Cuba ou do Congo como quisessem e terminou sua acusação com uma frase que misturava termos em Iorubá e em Latim, como que para denotar a tentativa de miscigenação cultural e biológica praticada pelos membros dos grupos marianistas: “Acú ô! Acú bába Palú lêre, nibá! Guimbê larei qua.”¹⁹⁶⁴

Ao que parece, essa sentença foi uma tentativa de xingamento desejando a morte dos seguidores de José Mariano. Akú se refere a uma obrigação funerária, separadamente “a kú ô” pode ser traduzido por “ele está morto” ou “matem ele”. Interessante notar que o termo “Palú”, que é utilizado para se referir a um “guarda negra de José Mariano”, pode ser traduzido do iorubá (Palù) como: “bater, massacrar, agitado e violento” e Lèrè- Lèrèrè como rato-sujo.¹⁹⁶⁵ Ou

¹⁹⁶² **HDBN**: Diário de Pernambuco. 09 de fevereiro de 1890. Nº33. p.3.

¹⁹⁶³ Como quando os republicanos ironizaram o grupo marianista como dançantes de Maracatu: A figura da *rainha* será confiada ao elegante Phaelante, que de saíote curto (...) e empunhando um grande e bem enfeitado *maracá*, fará as delícias da festa, mostrando-se insigne sambeira. (...) Tocarão os pandeiros as distintas baianas: Chico Torrão, Pedro Valente, Rames (Ramos), Nunes (Numa?), Agostinho (...) A santa preta, padroeira do maracatu, será conduzida cuidadosamente em uma salva, pelo artista Anselmo *Befa*, que prestar-lhe-á toda a reverência. *O maracatu do Major Affonso Leal*. Diário de Pernambuco, 16 de fevereiro de 1890. OZANAM, Israel. **Capoeira e Capoeiras**. pp. 51-52.

¹⁹⁶⁴ **HDBN**: Diário de Pernambuco. 03 de abril de 1890. Nº76. p.3. Ele iniciou e finalizou a publicação com termos em latim, como “Date lucem” que pode ser traduzido por “dar luz”, demonstrando ter um pouco de conhecimento também do iorubá.

¹⁹⁶⁵ A tradução livre é do Babalorixá Ronnei Prado, mestre em História pela UFPE. LIMA, Ronei Prado. **TRANSITORIEDADES NO ATLÂNTICO YORUBANO: Bábálóriyà Claudionor Antônio de Oliveira e o peculiar rito de Ògún dançar com a serpente**. Dissertação de mestrado. UFPE. 2020.

seja, nos dizeres do “Major”, Palú (Francisco de Paula Mafra)¹⁹⁶⁶ seria um rato sujo que morava (Gbé), ou cavava (Gbe), em qualquer lugar (Larei qua).¹⁹⁶⁷ Provavelmente o autor da frase considerava que a Guarda Negra de José Mariano era formada por trãsufugas e traidores da República que não mereciam respeito ou espaço no novo regime e que deveriam ser exterminados para o bem da República.

Num artigo específico sobre João Ramos e Numa Pompílio, o primeiro foi descrito como “um rapaz que descamba para a velhice, amigo do ébano”, fundador do Clube do Cupim, “foi abolicionista, mas na hora da provação abandonou o Sr. Joaquim Nabuco pelo Sr. José Mariano, questão de Evonias”. Novamente, os adversários políticos do chefe dos cupins acusavam o seu abolicionismo de interesseiro e situavam, negativamente, sua ligação com a população negra chamando-o de “amigo do ébano”. Disseram ainda que João Ramos, “firme em política, marombou entre o Conde D’Eu e o Silva Jardim” e que Numa Pompílio “o puxou para a Guarda Negra e ele ficou”, tornando-se um sebastianista, como o Pereira Júnior, o Gambá e o Palú, acreditando na volta de D. Isabel, bandeira do Cabeleira. “De resto, um comerciante aproveitável. E só! Em política, cruze! Muda como o vento!”¹⁹⁶⁸

Numa Pompílio também foi acusado de sebastianismo, salientando um possível apoio dos republicanos históricos ligados ao Cupim a ideia restauracionista da monarquia e de um possível Terceiro Reinado.¹⁹⁶⁹ Afirmaram que ele era um dos Guardas Negras, membro do Clube do Martelo, que vivia indo da (redação) *Província* à cocheira do Paula Mafra, “inimigos ontem, aliados hoje, ligados a José Mariano por favores políticos”.¹⁹⁷⁰

¹⁹⁶⁶ Numa resposta dada a Pereira Júnior – redator d’A *Província*, d’A *Lanceta* e do jornal comemorativo do aniversário da Princesa Isabel - o homem que se identifica como “Tenente A Befá” indica que Palú deve cuidar dos seus caixões e Cazuzu deve ser abandonado. Cazuzu é mais um dos apelidos colocados em José Mariano e Palú se refere ao Francisco de Paula Mafra. O aliado de Mariano era conhecido por ser proprietário de uma loja funerária e de uma cocheira que também foi citada como sede do *Clube do Martelo*. **HDBN**: Diário de Pernambuco. 28 de dezembro de 1889. Nº296. p.3.

¹⁹⁶⁷ **Idem**.

¹⁹⁶⁸ **HDBN**: Diário de Pernambuco. 26 de fevereiro de 1890. Nº46. p.4. De fato, conseguimos acompanhar alguns indícios de que João Ramos, antes do 15 de novembro de 1889, estava convocando os libertos e a “população de cor” a seguirem-no e a apoiarem o partido republicano, porquanto, em suas palavras, “a República é o complemento da Abolição”. Tudo isso no aniversário de um dos principais líderes do movimento republicano em Pernambuco e no Brasil, Aníbal Falcão. **HDBN**: Gazeta de notícias. (RJ) 27 de abril de 1889. Nº 117. p.2

¹⁹⁶⁹ A alusão ao Sebastianismo, uma espécie de mística portuguesa que envolvia a ideia do retorno do rei D. Sebastião para restaurar a monarquia portuguesa, foi levantada pelos republicanos contra o grupo marianista, que era enxergado e tido como monarquista e Restauracionista. OZANAM, Isarel. Capoeiras e Capoeiras. **Op. Cit.** p.55. N’A *Lanceta*, apesar de sempre respeitarem a imagem da família imperial, a restauração é vista e apontada como algo utópico e nem mesmo dentro do campo retórico ela foi defendida pelos redatores do jornal. **HDBN**: A *Lanceta*. 18 de janeiro de 1890. Nº10 p.1.

¹⁹⁷⁰ **Idem**. A questão dos interesses políticos e econômicos daqueles personagens era levantada constantemente para desmerecê-los e manchar a imagem deles como pessoas que não poderiam participar da nova forma de governo, pois, segundo eles, não havia espaço na República para aquelas negociatas políticas. A máxima da Guarda Negra, segundo seus críticos, seria “viver por nós, destruir corrompendo, o orçamento por princípio, a faca de ponta por base e a capangagem por fim.” **HDBN**: Diário de Pernambuco. 19 de março de 1890. Nº64. p.4.

Essas acusações de favorecimentos políticos e da utilização da máquina pública para dar apoio aos seus aliados iam e vinham dos dois lados.¹⁹⁷¹ Ao analisar os primeiros anos republicanos, baseando-se ainda na ideia de sociedade do favor, Felipe Azevedo afirmou “que o empenho em ocupar as cadeiras da intendência justificava-se, principalmente, pela possibilidade de interferir nos regulamentos tributários e em áreas de atividade comercial, no transporte de mercadorias e relativas ao porto.” Práticas comuns ao Império que continuaram a ser reproduzidas na Primeira República.¹⁹⁷²

N’A *Lanceta*, os principais alvos dos marianistas eram Martins Júnior (“chefe dos violões”), Carlos Falcão (“Carlos Doudo”), Argemiro Falcão (“o forte”) e Albino Meira, todos estes representantes de uma facção dos republicanos históricos e Francisco Rego Barros de Lacerda (Chico Lacerda), Ambrósio Machado, Domingos Francisco de Sousa Leão (Visconde de Tabatinga), Ulysses Viana e Sigismundo Gonçalves, “novos republicanos” já posicionados nas altas esferas da política e do Estado durante o Segundo Reinado, homens que, em sua maior parte, defenderam até o fim o direito à propriedade escrava.

Enquanto estes dois grupos, representados pelas folhas conservadoras e republicanas do *Diário de Pernambuco*, d’A *Época*, do *Jornal do Recife* e do *Norte* associavam o grupo marianista à Guarda Negra e às práticas de capoeiragem política, que “impediam o progresso da República”, os redatores d’a *Lanceta* e d’a *Província* amalgamavam os supracitados,

¹⁹⁷¹ O *Diário de Pernambuco* passou a publicar artigos de alguns trabalhadores da estrada de ferro de Caruaru que acusavam Mariano de haver empregado quase todo mundo por lá. Os funcionários partidários de Martins Júnior, segundo o articulista sofriam com a perseguição da Guarda Negra e eram demitidos constantemente. Alguns aliados de João Alfredo já se queixavam do “monopólio” que José Mariano tinha para empregar sua gente na alfandega, nas obras de melhoramento do porto e nas estradas de ferro, acusando que aquele lugares eram viveiros de eleitores marianistas”. O próprio Chefe da Polícia à época chegou a dizer que [...] é necessário que José Mariano não continue a sustentar sua clientela a custo dos cofres públicos, e para isso mister que não disponha, como até agora de obras em repartições que mais se prestam a arrumações dos melhoramentos do porto e prolongamento da estrada de ferro. Têm sido desalojados de outras repartições alguns bravos do grande tribuno, e em ato contínuo arrumados com uma das repartições que acima mencionei. Há poucos dias foi demitido da Alfandega um empregado, por má conduta e como era do bando foi logo arrumado no prolongamento. V. Exc. sabe que para conseguir os fins é preciso empregar os meios e é preciso que o séquito de José Mariano se convença que ele não tem a sua disposição empregos para dar-lhes. Enquanto isso A *Província* e A *Lanceta* acusavam o grupo martinista. **HDBN**: *Diário de Pernambuco*. 4 de maio de 1890. Nº101; 10 de maio de 1890. Nº 106. p.3; 25 de junho de 1890. Nº143. p.3. **Biblioteca Central da UFPE**. Coleção João Alfredo, Secção de correspondências recebidas. CR_000.148 – 6/12/1885 - José Fernandes da Costa Pereira Junior. CR_000.192 – 22/10/1885 – Antonio Domingos Pinto. **CEPE Digital**: A *Lanceta*: 11 de dezembro de 1889. Nº1; 14 de dezembro de 1889. Nº2. p.1; 24 de dezembro de 1889. Nº6. p.3. **HDBN**: A *Província*. 08 de abril de 1890. Nº78. p.1 12 de abril de 1890. Nº82. p.1. 19 de abril de 1890. Nº88. p.1.

¹⁹⁷² Azevedo, Felipe. A participação política das classes populares em três movimentos. **Op. Cit.** p. 118. Em 17 de abril de 1885, João Cordeiro entrou em contato com Joaquim Nabuco, por meio de uma carta, pedindo uma ajuda para que o Dr. Jerônimo Furtado de Mendonça conseguisse um emprego em alguma estrada de ferro do Império. Afirmou que era indispensável um protetor de alto valimento para conseguir o emprego. **FUNDAJ**. Correspondências de Joaquim Nabuco. Doc. 6579. Carta de João Cordeiro a Joaquim Nabuco. Ceará, 17 de abril de 1885.

buscando associar constantemente os republicanos positivistas aos ex defensores da escravidão.¹⁹⁷³

Ao ironizar a ação de “Chico Lacerda”, redator e proprietário do jornal *A Época*, os redatores d’*A Lanceta* disseram que seu republicanismo era obra da não indenização, buscando ele, além da reparação,

a prisão de João Alfredo, a morte dos cupins, a restauração do tronco, a volta de todos os pelintras que foram residir no Ceará e a deportação de João Ramos, Barros Sobrinho e Numa Pompílio para Angola para só assim conseguir a tranquilidade da Lavoura.¹⁹⁷⁴

Disseram ainda que Chico Lacerda representava bem a nobreza republicana carregando um brasão com o chicote e a gargalheira no peito, tendo sido um abolicionista de última hora, que figurou “na heroica navegação subterrânea do Sr. João Ramos, bem a contragosto”.¹⁹⁷⁵

Para defender João Ramos, das acusações lançadas contra ele, os redatores d’*A Lanceta* publicaram um artigo sobre suas três lojas, situadas na Praça da Independência, elogiando-o como um grande comerciante do Recife. Ao invés de divulgarem o que havia na loja de Ramos, como em outros anúncios¹⁹⁷⁶, preferiram elogiar a sua personalidade “invencível desde o Cupim, desde o tempo em que mandava escravos de certos barões assinalados para o Ceará”, afirmando que João Ramos era um “perfeito lutador pela vida honesta”.¹⁹⁷⁷

Quanto a Martins Júnior - nomeado chefe de polícia do Estado de Pernambuco em 19 de novembro de 1889¹⁹⁷⁸- acusavam-no de censura e perseguição, afirmando que ele se utilizou da polícia para perseguir e proibir a circulação d’*A Lanceta*. Ao elencar os irmãos Falcão no rol de “republicanos puros”, disseram que Carlos “doudo” e Argemiro “o forte” envergonhavam o irmão Aníbal, ao negociarem cargos políticos em Pernambuco.¹⁹⁷⁹

Os redatores d’*A Lanceta* acusavam o grupo martinista de não colocarem os seus ideais republicanos em prática, fechando os olhos para tudo aquilo que acusavam na Monarquia: o patronato, a ditadura, a afilhadagem, os esbanjamentos, desrespeitando seus princípios e seus

¹⁹⁷³ Na *Lanceta* o grupo marianista chega a dizer que o jornal de Francisco Rego Barros de Lacerda, *A Época*, ligado aos interesses dos indenizistas “é cuspidada e escarrada O Norte de hontem com o mesmo Meira e Martins.” **CEPE Digital:** *A Lanceta*. 12 de abril de 1890. Nº35. p.4

¹⁹⁷⁴ **CEPE Digital:** *A Lanceta*: 14 de dezembro de 1889. Nº2 .p.2.

¹⁹⁷⁵ **CEPE Digital:** *A Lanceta*. 11 de dezembro de 1889. Nº1 e 14 de dezembro de 1889. Nº2. p.1. 17 de maio de 1890. Nº42. p.3.

¹⁹⁷⁶ *Jornal do Recife* 6 de junho de 1890. Nº152. P.1 *Jornal do Recife* 20 de julho de 1890. Nº164. P.2

¹⁹⁷⁷ **CEPE Digital:** *A Lanceta*. 19 de abril de 1890. Nº37. p.4.

¹⁹⁷⁸ Brasil. Decreto-Lei nº 12, de 23 de novembro de 1889. Dispunha ao Governo Provisório o controle das nomeações de Chefes de Estado, Comandantes de Armas e Chefes de Polícia. In: BONAVIDES, Paulo & AMARAL, Roberto. **Textos políticos da História do Brasil**. Volume 03, Senado Federal, 1996. p. 122.

¹⁹⁷⁹ **CEPE Digital:** *A Lanceta*. 21 de dezembro de 1889. Nº4.

fins. Afirmavam que havia uma contradição na defesa que Martins Júnior fazia do regime militar imposto com o Manifesto Republicano, de dezembro de 1888, “ou uma coisa ou outra, ou a ditadura militar de Deodoro da Fonseca ou o Manifesto de Aníbal Falcão”.¹⁹⁸⁰

Ao mesmo tempo que combatiam os interesses martinistas, os “lanceteiros” elogiavam o governo do general José Simeão de Oliveira, informando que este, diferentemente do que queria Martins Júnior e seu grupo, não perseguiu a imprensa oposicionista e evitou um derramamento de sangue, uma guerra civil. Na tentativa de comprometerem Martins Júnior com o general Simeão, acusavam o primeiro de estar tramando a deposição dele para fazer subir ao governo um dos seus, já que o general “tem o mal costume de não fazer o que o chefe manda.”¹⁹⁸¹

A estratégia de defesa do governo do general Simeão, provavelmente, acontecia menos por concordância política e mais por segurança mesmo. Caso este governador fosse deposto, havia a possibilidade de Ambrósio Machado assumir interinamente o governo, como assumiu por poucos dias anos depois.¹⁹⁸² Quem chegou antes dele ao poder foi outro aliado de Martins Júnior, Albino Meira. Com a intervenção do seu compadre político, o comando do Estado de Pernambuco no ano de 1890 passou para suas mãos.¹⁹⁸³ Após a subida de Meira ao governo, o grupo marianista afirmou que Martins Júnior se tornou “o donatário de Pernambuco”, mandando e desmandando, perseguindo opositores.¹⁹⁸⁴ Estes apontavam que não havia nada de novo em termos de cultura política naquele momento de transição do Império para a República. Pelo contrário, para muitos a situação era mais perigosa do que poderiam imaginar, tendo em vista que estavam sob o comando de um regime ditatorial.

¹⁹⁸⁰ No manifesto, o regime defendido era o de uma ditadura científica e não militar, entretanto os republicanos argumentavam que a ditadura militar servia ao processo “revolucionário” que seria o caminho para a ditadura científica, por fim. O que de certa forma não tinha contradição com o ideal positivista de “ordem e progresso”. **CEPE Digital:** A Lanceta. 19 de março de 1890. Nº27. p.1. HOFFNAGEL, Marc. From monarchy to republic. **Op. Cit.** p.168-172.

¹⁹⁸¹ **Idem. CEPE Digital:** A Lanceta. 09 de abril de 1890. Nº34. p.4.

¹⁹⁸² Segundo A Lanceta, o nome de Albino Meira foi apresentado por Martins Júnior em detrimento do de Ambrósio Machado. **CEPE Digital:** A Lanceta. 21 de maio de 1890. Nº43. p.2. Eleito vice-governador de Pernambuco, Ambrósio Machado da Cunha Cavalcanti governou o Estado de 7 até 20 de abril de 1892. OZANAM, Isarel. Capoeiras e Capoeiras. **Op. Cit.** p.102.

¹⁹⁸³ Segundo Costa Porto, por não ter “nenhuma tarimba política (o general José Simeão de Oliveira) deixou-se envolver pela facção de José Mariano”, obrigando Martins Junior a buscar a mudança do governador do Estado. Martins Júnior negociou com Quintino Bocaiuva, “seu protetor”, até conseguir a demissão do general-governador fazendo com que fosse nomeado o seu amigo Albino Gonçalves Meira, “muito inteirado na vida pernambucana e de inteira confiança de Martins e seu grupo”. PORTO, Costa. **Os tempos de Barbosa Lima.** Recife: Coleção Concórdia, 1966. p. 15-18.

¹⁹⁸⁴ **CEPE Digital:** 19 de abril de 1890. Nº37. Segundo Israel Ozanam, após conseguir aquiescência do Barão de Lucena para a substituição de Simeão por Albino Meira, Martins Júnior e o novo governador quiseram implantar o seu projeto de República controlando todas as nomeações e substituindo aliados de proeminentes políticos imperiais por jovens bacharéis republicanos em cargos jurídicos e outras posições. 125-126.

Meira e Martins foram acusados pelos marianistas de perseguirem funcionários públicos, de mandar pessoas sem padrinhos políticos para Fernando de Noronha, não respeitando as liberdades individuais, nomeando para cargos na justiça somente seus aliados, praticando a mesma política dos favores dos partidos monárquicos.¹⁹⁸⁵ Apesar de Israel Ozanam – que analisou os livros da Casa de Detenção do período - afirmar que não havia sinais de uma onda de repressão em massa por capoeiragem, como acontecia no Rio de Janeiro naquele momento, o mesmo autor confirmou que Albino Meira e o grupo martinista se aproveitaram dos instrumentos fornecidos pelo Código Penal de 1890 - principalmente do seu Capítulo XIII: “Dos Vadios e Capoeiras” - para perseguirem opositores políticos transmutados em “vadios, capoeiras, vagabundos”, entre outros termos.¹⁹⁸⁶

Este novo ordenamento jurídico previa a prisão e o banimento de pessoas consideradas vadias, dedicando três artigos especificamente à capoeira. Atividades de agilidade e destreza corporal estavam legalmente proibidas nos espaços públicos, com agravante para quem integrasse algum bando ou malta, especialmente para seus líderes. O reincidente sofria a ampliação da pena, assim como aqueles que provocassem algum distúrbio ou fossem flagrados portando armas.¹⁹⁸⁷ As disputas retóricas/discursivas entre os republicanos positivistas e os antigos liberais democratas extrapolaram os jornais e passaram a representar ações políticas diretas, colocando em risco iminente um grupo de pessoas, em sua maior parte associadas à população negra, egressa ou não do cativeiro, que foram perseguidas nos primeiros anos republicanos.¹⁹⁸⁸

Da parte de José Mariano, os seus aliados foram defendidos pela imprensa e sua posição, antes e depois da proclamação da República, foi a de assumir como positiva as imagens que os seus adversários construíam contra ele e seu grupo de apoio. Assumir a identidade que lhe imputavam e positivá-la para enfraquecer o discurso moralista e racista dos seus adversários foi uma das suas principais estratégias.

Em 25 de agosto de 1889, Mariano publicou no *Diário de Pernambuco* uma resposta ao que ele chamou de “difamações do Sr. Ambrósio Machado”.¹⁹⁸⁹ O tribuno, que nas campanhas

¹⁹⁸⁵ **CEPE Digital**: A Lanceta. 21 de maio de 1890. Nº43. p.2.

¹⁹⁸⁶ Segundo Ozanam, “o próprio Meira, ao criticar a abolição incondicional, afirmara que antes dela o governo deveria ter promulgado leis de trabalho compulsório, além de outras medidas compensatórias para os senhores.” Projeto este que estava de acordo com as mesmas medidas apresentadas por Martins Júnior no 2º Congresso Agrícola do Recife em 1884. OZANAM, Israel. Capoeira e Capoeiras. **Op. Cit.** pp.127-136 e p.84.

¹⁹⁸⁷ SOARES, Carlos Eugênio Líbano. A negregada instituição. **Op. Cit.** p.338.

¹⁹⁸⁸ Segundo Israel Ozanam, o próprio Meira, ao criticar a abolição incondicional, afirmara que antes dela o governo deveria ter promulgado leis de trabalho compulsório, além de outras medidas compensatórias para os senhores. OZANAM, Israel. Capoeira e Capoeiras. **Op. Cit.** p.85.

¹⁹⁸⁹ **HDBN**: Diário de Pernambuco. 25 de agosto de 1889. Nº191. p.2.

de 1884, 1886 e 1889 chegou aos mais altos cargos devido aos esforços populares, afirmou que os seus adversários tinham medo da força das classes com os quais ele havia se misturado durante sua trajetória política e que não era a escória social que o Sr. Ambrósio Machado e os seus sócios de República imaginam e apregoam.

Ao enaltecer a participação popular nas suas campanhas eleitorais, José Mariano afirmou que as estrondosas conquistas, em tempos nos quais seu partido estava fora do poder, e, portanto, não poderia distribuir cargos, nem livrar os anarquistas e ociosos da perseguição da polícia, foram obras do “Povo pernambucano, alma, sangue, amantes da liberdade e inimigos dos déspotas e ditadores.”¹⁹⁹⁰

José Mariano prezou por fortalecer sua imagem de “homem do povo” e reconheceu que foi com esse povo “de ignorantes e assassinos, que tanto horror inspira ao Sr. Ambrósio Machado e aos seus apaniguados, que ajudei a levar ao fim a grande campanha do bem que se chamou abolição!”.¹⁹⁹¹ Ao criticar “os distintos chefes abolicionistas”, que se aliaram a Ambrósio Machado e permitiram que ele pudesse disputar os votos republicanos¹⁹⁹², José Mariano reconheceu que “foi o povo que nos ajudou a fazer a abolição, amparando nas urnas o nosso direito e até nos ajudando a fazer a resistência material”, transmutando as acusações dos adversários, na folha conservadora do *Diário de Pernambuco*, chegou a dizer: “Bendito povo de ignorantes e de perversos que até hoje se tem empenhado nas santas cruzadas do bem, da justiça, do direito e da liberdade!”¹⁹⁹³

Já na República, Mariano continuou a defender sua posição de tribuno popular e de líder abolicionista. Num discurso publicado n’*A Província*, segundo ele, “todos os grandes batalhadores da santa cruzada da abolição e as vítimas que foram libertadas do cativeiro” eram chamados desdenhosamente de Guarda Negra.¹⁹⁹⁴ Ou seja, abolicionistas, da elite política ou das classes populares e escravizados (agora libertos) eram colocados num mesmo patamar, numa mesma categoria: a “Guarda Negra de José Mariano”. Mas, longe de constituir uma vergonha, aquela união foi considerada como um dos pontos mais positivos do movimento abolicionista, pois, revelava a democratização do processo. Para ele, estes guardas negros nada mais eram do que

¹⁹⁹⁰ **Idem.**

¹⁹⁹¹ Enquanto alguns veículos republicanos optavam por ridicularizar a possibilidade de homens pretos de origens pobres se tornarem intelectualmente independentes e úteis à sociedade, José Mariano fazia o caminho inverso, elogiava e reconhecia a importância que eles assumiram durante as lutas políticas que travaram. OZANAM, Israel. Capoeira e Capoeiras. **Op. Cit.** p.58.

¹⁹⁹² BRAGA, Flávia Bruna Ribeiro da Silva. “DITADURA”, ABOLIÇÃO E REPÚBLICA. **Op. Cit.** pp. 169-173. OZANAM, Israel. Capoeira e Capoeiras. **Op. Cit.** pp. 37-40; 45-48; 61-64.

¹⁹⁹³ **HDBN**: Diário de Pernambuco. 25 de agosto de 1889. Nº191. p.2.

¹⁹⁹⁴ **HDBN**: A província: 19 de abril de 1890. Nº88. Pp.1-2.

os denodados cidadãos que concorreram para que se apagasse a mais negra mancha da frente de nossa pátria, quando muitos que se diziam republicanos ou que se fizeram por amor da escravidão, queriam a sua conservação.¹⁹⁹⁵

Para os republicanos, José Mariano e seu grupo queriam controlar o povo, alimentando suas vontades mais imediatas, manobrando-os como uma massa irracional, meros fantoches políticos. Todavia, dentro das visões de mundo de sujeitos que vivenciavam a precariedade da vida e da liberdade, numa sociedade marcada por hierarquias políticas, sociais e raciais fundadas na escravidão, podemos assumir que o cálculo político de boa parte da população pobre, inclusive dos recém egressos do cativeiro, baseava-se na troca de favores e se realizava através do apoio que eles davam a determinados grupos. Aquelas pessoas formaram suas experiências nas lutas contra o sistema escravocrata e tinham condições de entender quem poderia auxiliá-los ou prejudicá-los nos seus projetos imediatos de vida.¹⁹⁹⁶ Além de perceberem, com seus próprios olhos e ouvidos, que alguns plantadores, ex-escravocratas, até mesmo seus ex----senhores passaram para as fileiras republicanas após o 13 de maio.¹⁹⁹⁷

Associados pelos republicanos ao monarquismo restauracionista “sebastianista” – nesse caso Isabelista¹⁹⁹⁸ –, à barbárie, à desordem e à irracionalidade, estes grupos entendiam que, enquanto os republicanos os rejeitavam como aliados importantes no jogo político ou dificultavam sua vida, outros estavam dispostos a corresponderem às suas necessidades e demonstravam orgulho em ter trabalhado junto com eles pela abolição.¹⁹⁹⁹

¹⁹⁹⁵ **Idem.**

¹⁹⁹⁶ Segundo Israel Ozanam, os republicanos associavam o povo de José Mariano ao princípio político primo vivere, que era uma espécie de referência ao termo Hobbesiano “primum vivere, deinde philosophari” (primeiro viver, depois filosofar). E, enquanto os republicanos positivistas pensavam em lapidar o Estado para poder formar um povo com ideais e vontades baseados em princípios filosóficos, científicos, o povo buscava primeiro conservar a sua sobrevivência. OZANAM, Israel. Capoeira e Capoeiras. **Op. Cit.** pp.59-60.

¹⁹⁹⁷ Segundo Flávia Braga, “para a elite conservadora da segunda metade do século XIX, o liberto não tinha hábitos de vida familiar, não se preocupava em acumular bens, era um retardado mental e apresentava tendência para o ócio.” Segundo a autora, “este pensamento foi bastante explorado pelos primeiros governos republicanos que viam os libertos com a mesma percepção preconceituosa, fundada no medo.” BRAGA, Flávia Bruna Ribeiro da Silva. (IM)PROVÁVEIS RELAÇÕES: O POVO E OS REPUBLICANOS ENTRE O FINAL DO IMPÉRIO E O INÍCIO DO SÉCULO XX. **MONÇÕES**. UFMS/CPCX - V. 3, N. 3 – ABRIL - SETEMBRO 2015: DOSSIÊ HISTÓRIA URBANA. p.206. Disponível em: <https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/4895> acessado em 22 de junho de 2021 às 11:53.

¹⁹⁹⁸ Nos “novos documentos para a História”, os redatores da Província eram acusados de ser restauradores e apoiadores do 3º Reinado, sendo utilizado até mesmo o fato da manutenção do nome do jornal na República - que se manteve como *A Província* e não *O Estado* – como argumento para fundamentar as críticas dos republicanos. O grupo marianista era descrito como um partido político retrógrado e incoerente, uma vez que, na visão dos seus críticos, queria a volta do regime monárquico, mas agia durante o período republicano para conquistar espaço político. *A política da incoerência VII*. **HDBN**: Diário de Pernambuco. 29 de dezembro de 1889. Nº297. p.3.

¹⁹⁹⁹ Segundo Israel Ozanam, enquanto Mariano apostava naquelas pessoas para concretizar os seus projetos de poder, entendendo-as como peças decisivas no jogo político do país, vários líderes republicanos pareciam não apenas concedê-las pouco crédito nesse sentido, como também ser indiferentes à possibilidade de que elas tomassem conhecimento disso. Da mesma forma, enquanto Mariano tentava atrair a parcela dessas pessoas “de

Podemos conjecturar que, ainda que a fidelidade política estivesse somente pautada na troca de favores, aquelas pessoas não eram manobradas, mas negociavam e formavam alianças com quem poderia ajudá-las e por mais que os republicanos considerassem suas motivações rasteiras, básicas demais, as demandas políticas de uma boa parte da população, que tinha de lutar constantemente pela sobrevivência e contra a presunção de serem escravos (antes da abolição) e de serem criminosos, vadios e capoeiras (antes e depois da abolição) deveria ser bem diferente mesmo das demandas de homens brancos bem formados e posicionados.²⁰⁰⁰

Como repetidas vezes já informamos ao leitor, muitos trabalhos já analisaram esse período conturbado dos primeiros anos republicanos em Pernambuco e, apesar de não haver encerrado a discussão, nossa contribuição neste sentido pretende ser complementar. A nossa intenção nesta última parte do trabalho foi a de enxergar os líderes abolicionistas que tiveram seus nomes associados aos cupins neste processo, tendo em vista que o nosso tema de pesquisa visou, mais especificamente, analisar o Cupim e os seus membros ao longo da campanha abolicionista e no imediato pós abolição.

cor”, era sobretudo ela que os republicanos de Pernambuco não costumavam ver como o seu público. OZANAM, Isarel. Capoeiras e Capoeiras. **Op. Cit.** p.85.

²⁰⁰⁰ Salientamos que este tipo de pensamento sobre as necessidades imediatas, ou micropolíticas, do povo não estavam alheias aos homens que discutiam a política e a sociedade pernambucana e brasileira do século XIX. Tobias Barreto escreveu, em 1875, um texto intitulado: *Sobre a magna questão dos tempos atuais*. Neste, pensou e relatou as necessidades micropolíticas do povo afirmando que era “preciso que nos convençamos: a magna questão dos tempos atuais não é política, nem religiosa, é toda social e econômica. O problema a resolver não é achar a melhor forma de governo para todos, porém a melhor forma de viver para cada um; não é tranquilizar as consciências, porém tranquilizar as barrigas. Que importa ao homem do povo que lhe deem o direito de votar em quem quiser, se ele não tem o direito de comer o que quiser? Que lhe aproveita a liberdade de vir ao templo, quando queira, e orar a Deus, como lhe aprouver, se ele não tem o poder de ir ao mercado, quando lhe apraz, e comprar o que precisa?” De fato, Tobias Barreto, assim como outros observadores políticos do seu tempo, entendia que os debates macropolíticos não eram postulados pela maior parte dos brasileiros que viviam alheios ao processo oficial e institucional da política no Império. A maior parte destas pessoas, nascidas, crescidas e experimentadas numa sociedade escravista-paternalista e excludente, precisavam resolver questões mais imediatas como: alimentação, moradia, saúde, formação e proteção da família, liberdade e garantia de liberdade, etc. Barreto de Menezes continua sua explanação afirmando que: “Nada há de menos político e religioso do que a fome. O peito aguenta meia dúzia de pancadas em ar de contrição, os joelhos suportam longas horas de posição devota em cima do tijolo, mas a barriga... oh! É uma libertina, não sofre com paciência dez minutos de necessidade. Assim, o que convém mais que tudo, é dar ao povo os meios de passar melhor e não enchê-lo de contínuo incenso, chamando soberano a esse pobre João-sem-terra, como justamente o qualificou Proudhon. LIMA, Hermes. Tobias Barreto (A Época e o Homem). **Op. Cit.** p.33. Um dos grandes líderes do Partido Liberal, Antônio Carlos Ribeiro de Andrade, afirmou que existia no Império dois tipos de lealdade política, por compressão e por amor. A primeira era aquela forçada ao povo, que muitas vezes se fazia valer da violência, da perseguição e da indisposição política, enquanto a segunda acontecia, na visão do político por gratidão. Aqui, podemos expandir a interpretação de Ribeiro de Andrade e afirmar que a lealdade “por amor” simbolizava muito mais uma troca de favores e que a gratidão era uma consequência da realização destes favores. Tanto para a lealdade por compreensão quanto por amor, o que estava realmente em jogo eram os interesses políticos cotidianos da maior parte da população, que perdeu, em partes, o potencial negociador com a Reforma Eleitoral de 1881, mas que se valeu de outros expedientes – como vimos para as eleições de 1884-1887 - para se fazer ouvir e representar. LESSA, Renato. A invenção republicana. **Op. Cit.** p.66.

Conseguimos perceber que o grupo marianista, ao qual estavam ligados muitos dos líderes cupins, homens associados pelo movimento abolicionista ao povo negro, foi acusado não somente de corrupção e de traição à República, mas de serem degenerados, termos que foram utilizados tanto no sentido político quanto biológico. Em resumo, era como se o contato e a associação com a população negra, principalmente com os conhecidos capoeiras políticos e com os recém egressos do cativeiro, tivessem tornado aqueles homens - em sua maior parte tidos e autodeclarados como brancos – “degenerados”, “corruptos” e “incapazes” de governar na “nova República”.²⁰⁰¹

²⁰⁰¹ Esse tipo de argumento se baseava numa ideia de necropolítica, que pode ser encontrada nos discursos da virada do século XIX para o século XX, fundamentados num discurso racista pseudocientífico que foi utilizado como instrumento político de discriminação e segregação entre a população negra e a elite política brasileira, em sua maioria composta por homens brancos saídos das universidades de direito e medicina, que se associaram nos primeiros anos republicanos aos ex-proprietários de escravos, donos das fazendas de café e de engenhos e usinas de cana de açúcar.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A semente plantada pelas associações abolicionistas mais radicais, como a *Sociedade Cearense Libertadora*, a entrada na luta da mocidade acadêmica, dos comerciantes, do proletariado e dos escravizados, encontrou o meio próprio para sua germinação, no início da década de 1880. A árvore da escravidão foi corroída pelo povo, ao mesmo tempo em que a nova árvore, a da abolição, foi semeada e cresceu pela ação dele.²⁰⁰²

Foi o povo que fez a abolição. Mas quem foi esse povo? Como vimos, o que impôs, pela opinião e pela luta nas ruas, que o Exército desobedecesse ao Governo. Também os escravizados fugidos e aquilombados no Ceará, em Pernambuco, no Rio de Janeiro, nas matas de Cubatão, em Santos e em outros rincões do Império. As pessoas que provocaram os incêndios nos canaviais e nos cafezais de Campos e do Vale do Paraíba, os caifazes de Antônio Bento, “o acoitador dos escravos fugidos” e os cupins de João Ramos, “o destemido embarcador de negros”. Os promotores das arruaças, dos meetings, das vaías e das eleições abolicionistas de 1884 e 1887. Foi a este conjunto de ações e de agentes que a oposição escravocrata, estabelecida como governo, cedeu. O mesmo povo que no Recife, em 1887, derrotou um ministro do Império para eleger Joaquim Nabuco, foi o operador principal da obra, o herói da epopeia nacional, “o Vesúvio irrisitível”.²⁰⁰³

Longe de ser um movimento somente das elites intelectuais, dos homens brancos livres e de negros livres com melhores condições de vida, o movimento abolicionista brasileiro, como vimos, também foi um movimento da população negra escravizada que lutou, individual e/ou coletivamente, pelo fim imediato da escravidão. Essa população comemorou o 13 de maio como uma conquista pessoal, subjetiva – pois era interesse individual de muita gente – e também objetiva - tendo em vista que a maior parte da opinião pública nacional já não aceitava mais a instituição. Sim, o 13 de maio, para aquelas pessoas, foi visto como um dia de preto, ou melhor, um dia esperado e conquistado pela população negra.²⁰⁰⁴

A importância dada ao 13 de maio de 1888, enxergado como uma vitória, provavelmente partia da ideia de que, pela vontade senhorial, pelas políticas do Estado e até mesmo pelas

²⁰⁰² **CEPE Digital**: Gazeta da Tarde. 01 de maio de 1889. Nº110. p.2.

²⁰⁰³ **Ibidem**.

²⁰⁰⁴ Na Umbanda, o dia 13 de maio é celebrado como o Dia do Preto Velho. Os Pretos Velhos representam o espírito de superação e transcendência de toda a tortura e sofrimento vividos por escravos no passado; o dia de Preto Velho é um dos grandes indícios de que o 13 de maio não foi visto pela população negra como um dia perdido, falso, mas como um dia de conquista e realização pessoal e coletiva. Walter Fraga discute um pouco sobre como os libertos baianos comemoram a vitória final, no 13 de maio de 1888 e como alguns senhores, do Reconcavo baiano, sentiram aquele dia com um gosto amargo de derrota e previsões desastrosas. FILHO, Fraga Walter. (2023). O 13 de maio e as celebrações da liberdade, Bahia, 1888-1893. **História Social**, (19), 63–90.

previsões de abolicionistas, como Joaquim Nabuco, a Abolição poderia ter acontecido bem depois de 1888. Vimos que Nabuco cogitou que o fim da escravidão poderia se dar nos anos de 1903 e 1908²⁰⁰⁵ e, provavelmente, se o movimento de coordenação das fugas escravas e de desobediência civil às leis e às instituições imperiais não tivessem forçado o adiantamento do fato, suas previsões poderiam ter se concretizado.

O próprio Nabuco reconheceu isso em uma carta, escrita no dia 22 de maio, ao barão de Penedo:

Está feita a abolição! **Ninguém podia esperar tão cedo tão grande fato** e também nunca um fato nacional foi comemorado tanto entre nós. Há vinte dias vive esta cidade um delírio. Suspende-se tudo e portanto também a correspondência entre os amigos. Mas é tempo de voltar [...] Isabel ficou como a última acoitadora de escravos que fez do trono um quilombo. A monarquia está mais popular do que nunca.²⁰⁰⁶

Apesar da dimensão da conquista, os abolicionistas e os libertos, que ansiavam por mais reformas sociais, mal podiam imaginar o que haveriam de enfrentar pela frente.²⁰⁰⁷ Naquele momento “de delírio”, como considerou Machado de Assis, os abolicionistas e os libertos não poderiam cogitar que uma Ditadura civil-militar, liderada por escravocratas ressentidos, por militares do Exército e até por alguns republicanos históricos, colocaria em risco não somente a vida de muitos deles, como os projetos de futuro para o Brasil, que incluíam as reformas sociais complementares à abolição. A República oligárquica e racista solapou, não somente os sonhos dos reformadores da nação, mas muitos dos projetos da própria população negra, tanto da parte egressa do cativeiro, quanto da que havia, ainda durante o Império, nascido livre.

Como afirmou Matheus Gato, após a proclamação da República, “a honra de ser libertado através da pena de ouro de uma princesa transformara-se num estigma”.²⁰⁰⁸ A população negra, como observamos nos debates entre republicanos e monarquistas, passou a ser identificada, pela ótica racial, como uma população inferior, de segunda classe e incapaz de contribuir para o desenvolvimento da nação e muito menos para a administração do novo

²⁰⁰⁵ NABUCO, Joaquim. O Abolicionismo. **Op. Cit.** pp.173-174

²⁰⁰⁶ SCHWARCZ, Lília Moritz. **As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos**. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.p. 437.

²⁰⁰⁷ Enquanto Nabuco correu risco de vida no Rio de Janeiro, durante a Revolta da Armada, José do Patrocínio foi exilado, após publicar as cartas dos almirantes que comandaram a Revolta. Além deles, já sabemos que Floriano Peixoto mandou prender José Mariano, João Ramos, Alfredo Pinto, entre outros abolicionistas. Rebouças seguiu para o exílio com D. Pedro II, tendo um fim trágico, suicidando-se em Funchal, na Ilha da Madeira, em maio de 1898. NABUCO, Joaquim. **A Intervenção estrangeira durante a revolta de 1893**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2010. MAIA, J. Gonçalves. Horas de prisão (Notas Históricas). **Op. Cit.** pp.43-68. **BNDigital/André-rebouças**. Acessado em 09 de junho de 2023.

²⁰⁰⁸ GATO, Matheus. “NINGUÉM QUER SER UM TREZE DE MAIO”: Abolição, raça e identidade nacional nos contos de Astolfo Marques (1903–1907). **Novos estud.** CEBRAP, SÃO PAULO, V37 n° 01, 117-140, JAN.–ABR. 2018

Estado. Como muito bem percebeu Wlamyra Albuquerque, a estigma, não somente do cativo, mas da inferioridade racial, lançou muitas pessoas negras à “vala comum da raça”.²⁰⁰⁹

A singularidade da perversidade do racismo brasileiro, que muitas pessoas, ainda, afirmam não existir, para nós, foi e é o principal fator de perpetuação desse tipo de prática, até os dias atuais. Excluir e silenciar os excluídos, ou os projetos que foram vencidos, constituiu-se algo corriqueiro do racismo brasileiro. Sabemos também que a construção do debate político e sua racialização, no período de transição entre o Império e a República, procurou atingir não somente pessoas das classes populares, em sua maioria homens e mulheres negros(as). Diversos propagandistas e adesistas da República tentaram forjar uma ideia, por meio dos principais jornais da época e de debates públicos, que homens e mulheres reconhecidos, socialmente, como brancos, letrados, membros da elite política da época, eram negros e negras e que somente por isso, ou por estarem associados a pessoas negras, não poderiam governar o país. Desde representantes da família real, como a Princesa Isabel e o Conde D’Eu, a comerciantes, como João Ramos, Francisco de Paula Mafrá, médicos, como Barros Sobrinho e Numa Pompílio, políticos, como José Mariano, enfim, diversas pessoas bem posicionadas na sociedade Imperial sofreram acusações de serem degeneradas e corruptas, somente por estarem associadas à Abolição e a população negra, quando não foram pejorativamente categorizadas como “negras e negros”.

Para conseguirem deslegitimar não somente a participação política do “povo”, mas a capacidade de administração de alguns membros da elite, mais vinculados às classes populares e favoráveis às possíveis reformas sociais, o discurso republicano foi pautado pela tentativa de enegrecimento daquelas pessoas. O racismo se tornou munição para o discurso político, naquele momento de reformulação do Estado, estando esse tipo de discurso mais presente no lado dos novos representantes do governo Republicano, principalmente do lado dos positivistas e dos seus novos aliados políticos – muitos deles antigos representantes dos interesses escravocratas – os quais não eram somente desinteressados pelo futuro do povo afro-brasileiro, como queriam uma espécie de revanche contra o povo negro, pela Abolição da escravidão.

O Estado republicano instrumentalizou o racismo, justificando as práticas de violência contra a maior parte de sua população com base numa jurisprudência exclusiva e discriminatória.²⁰¹⁰ Nos primeiros anos republicanos, para atender as demandas da elite política

²⁰⁰⁹ ALBUQUERQUE, Wlamyra. A vala comum da raça emancipada: abolição e racialização no Brasil, breve comentário. *História Social*, 2010. Nº19, 91–108.

²⁰¹⁰ Baseando-se nos ensinamentos de Michel de Foucault, Achille Mbembe segue essa linha de interpretação. Para ele, racismo e raça são conceitos construídos pelo Estado e utilizados como argumentos legais para a violência propagada pelas instituições que são forjadas pelo próprio Estado. MBEMBE, Achille. **A crítica da Razão Negra**.

e econômica, o racismo brasileiro e a ideia de raça foi sendo adaptada e adequada aos interesses deles, que podiam dizer: “o Estado somos nós”. Em 28 de junho de 1890, o Decreto nº590 - elaborado pelo Ministro da Agricultura, Francisco Glicério - instaurou políticas imigrantistas discriminatórias e propugnadoras da ideia de branqueamento. Mesmo não atendendo aos pedidos dos fazendeiros por indenização, Glicério aprovou uma política imigrantista que excluía, quase totalmente, africanos e asiáticos. O decreto afirmava, em seu 1º artigo,

É inteiramente livre a entrada, nos portos da Republica, dos indivíduos válidos e aptos para o trabalho, que não se acharem sujeitos á acção criminal do seu paiz, exceptuados os indígenas da Ásia, ou da Africa que somente mediante autorização do Congresso Nacional poderão ser admittidos de acordo com as condições que forem estipuladas.²⁰¹¹

O governo proibiu expressamente a entrada no Brasil de africanos e asiáticos que não tivessem autorização do congresso. Se a indenização não veio em forma de dinheiro, veio em forma de privilégios, econômicos e políticos, garantidos. Embraquecer a cor e melhorar a raça, era a tópica principal do “progresso republicano”.²⁰¹² Ainda no ano de 1890, a capoeira e a vadiagem foram tratadas como crimes, punidos pelo Código Penal. Com o Título: “Dos vadios e capoeiras, o capítulo XIII, trazia a seguinte interpretação:

Fazer nas ruas e praças públicas exercício de agilidade e destreza corporal conhecida pela denominação Capoeiragem: andar em carreiras, com armas ou instrumentos capazes de produzir lesão corporal, provocando tumulto ou desordens, ameaçando pessoa certa ou incerta, ou incutindo temor de algum mal; Pena -- de prisão celular por dois a seis meses. A penalidade é a do art. 96. Parágrafo único. É considerada circunstância agravante pertencer o capoeira a alguma banda ou malta. Aos chefes ou cabeças, se imporá a pena em dôbro. Art. 403. No caso de reincidência será aplicada ao capoeira, no grau máximo, a pena do art. 400. Parágrafo único. Se fôr estrangeiro, será deportado depois de cumprida a pena. Art. 404. Se nesses exercícios de capoeiragem perpetrar homicídio, praticar alguma lesão corporal, ultrajar o pudor público e particular, perturbar a ordem, a tranqüilidade ou segurança pública ou for encontrado com armas, incorrerá cumulativamente nas penas cominadas para tais crimes.²⁰¹³

Tradução de Marta Lança. Lisboa: Antígona, 3. ed, 2014. pp.65-67. Silvio Luiz de Almeida, no capítulo 4 do seu livro: *Racismo Estrutural*, trabalha com essa perspectiva de Mbembe, demonstrando que o direito é o principal instrumento utilizado pelo Estado para dar legalidade às condutas racistas. ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019. Ler principalmente o capítulo 4: Racismo e direito, III do direito como poder. ALMEIDA, Silvio Luiz de. Estado e direito: a construção da raça. In: SILVA, M. L.; FARIAS, M.; OCARIZ, M. C.; STIEL NETO, A. (org.). **Estado e direito: a construção da raça**. São Paulo: Escuta, 2018, v. 1, p.81-96.

²⁰¹¹ FRAZÃO, M. Samira. Política (i)migratória brasileira e a construção de um perfil de imigrante desejado: lugar de memória e impasses. *Antíteses*, v. 10, n. 20, p. 1103-1128, jun./dez. 2017.

²⁰¹² SCHWARCZ, Lilia Moritz. O espetáculo das raças. **Op. Cit.** DOMINGUES, Petrônio. **Uma história não contada. Negro, racismo e branqueamento em São Paulo no pós-abolição**, São Paulo, SENAC, 2004. SKIDMORE, Thomas E. **Preto no Branco: Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. Tradução Donaldson M. Garschagen. 1ª.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

²⁰¹³ Lei de Proibição da Capoeira :: Capoeira OCEC (webnode.com.br) acessado em 10 de junho de 2023.

Apesar da historiografia, da virada do século XIX e de boa parte do século XX²⁰¹⁴, excluir das suas análises a participação popular no movimento abolicionista e até mesmo de muitos negros “silenciarem sua cor”²⁰¹⁵ - na tentativa de se protegerem das políticas da exclusão ou para tentar burlar o preconceito racial - alguns sujeitos, que participaram ativamente do movimento abolicionista pernambucano e nacional, como Sebastião Grande de Arruda²⁰¹⁶, David Francisco Gentil²⁰¹⁷, Eleutério José dos Santos²⁰¹⁸, Luiz Francisco das Chagas,²⁰¹⁹ Manoel da Motta Monteiro Lopes²⁰²⁰, Feliciano André Gomes²⁰²¹ e Euthimio Manoel do Bomfim, continuaram se afirmando como negros e comemorando a Abolição como uma grande feito nacional.

Feliciano André Gomes, o primeiro deputado estadual negro de Pernambuco²⁰²² e Sebastião Grande Arruda, um dos maiores batalhadores pela preservação da memória dos cupins²⁰²³, assumiram a identidade de abolicionistas, mesmo depois da Abolição, frequentando os túmulos dos seus companheiros de campanha e se associando a antigos membros do Clube do Cupim, durante o resto de suas vidas.²⁰²⁴

No terceiro aniversário da abolição da escravidão, em uma celebração realizada pelo *Núcleo Artístico e Instrutivo*, lá estava Feliciano como orador oficial do Núcleo.²⁰²⁵ No dia 13 de maio de 1913, 25 anos depois da Abolição, o deputado se juntou a uma comissão

²⁰¹⁴ Ver a discussão historiográfica na introdução.

²⁰¹⁵ CASTRO, Hebe Maria da Costa Mattos Gomes de. **Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista: Brasil Século XIX**. 3.ed. rev. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2013.

²⁰¹⁶ Axiliar interno dos cupins e grande entusiasta da Abolição após 1888, quando assumiu o posto de guarda da Igreja Conceição dos Militares.

²⁰¹⁷ **HDBN**: Jornal do Recife. 13 de julho de 1884. Nº160. p.2.

²⁰¹⁸ **HDBN**: Jornal Pequeno. 12 de outubro de 1904. Nº229. p.2.

²⁰¹⁹ Com o advento da República Chagas se tornou subdelegado. **HDBN**: Jornal do Recife. 12 de outubro de 1889. Nº232. p.2 Tanto David Francisco Gentil quanto Francisco das Chagas foram secretários da confraria de São Benedito, que funcionava no convento de São Francisco, tendo ainda Gentil atuado como secretário e tesoureiro da Confraria de Nossa Senhora do Rosário e Chagas como procurador geral da mesma irmandade. Duas das mais importantes confrarias de homens negros no Brasil. **HDBN**: Jornal do Recife. 20 de outubro de 1891. Nº238. p.3. REGINALDO, Lucillene. Os rosários dos angolas. **Op. Cit.** MAC CORD, Marcelo. O rosário de D. Antônio. **Op. Cit.**

²⁰²⁰ DANTAS, Carolina Vianna. "Monteiro Lopes (1867-1910). **Op. Cit.** DOMINGUES, Petrônio. "Vai ficar tudo preto". **Op. Cit.**

²⁰²¹ SILVA, José Bento Rosa da. SOUZA, Arthur Danilo Castelo Branco. Doutor Feliciano André Gomes [1859-1927]. **Op. Cit.**

²⁰²² **Idem.**

²⁰²³ Sebastião Grande de Arruda era um homem muito preocupado com a preservação da memória do movimento abolicionista. Chegou a criticar o governo do Estado por não cuidar bem dos artefatos históricos doados pelo Cupim ao Instituto Arqueológico e também doou 5\$000 mil réis, sendo o maior doador, quando o Jornal Pequeno abriu uma subscrição popular para a construção de uma herma em homenagem a Joaquim Nabuco. **HDBN**: A Província. 22 de abril de 1911. Nº109. p.1. **HDBN**: Jornal Pequeno. 25 de janeiro de 1910. Nº19. p.1.

²⁰²⁴ **HDBN**: Jornal do Recife. 14 de maio de 1913. Nº129. p.2.

²⁰²⁵ **HDBN**: Jornal do Recife. Recife. Edição n. 116. Ano: 1891, p. 02

representada pelo “antigo grupo de abolicionistas” de Recife e, junto com Sebastião Grande de Arruda, Guilherme Pinto, João Ramos e Alfredo Pinto, caminhou até o Campo Santo para depositar grinaldas de flores naturais sobre os túmulos de Joaquim Nabuco, José Mariano, Maciel Pinheiro, João Teixeira, Martins Júnior e José Maria.²⁰²⁶

Sebastião Grande de Arruda, durante o pós-Abolição, continuou a ganhar a vida como guarda (zelador) da Igreja Conceição dos Militares e se tornou mesário de São José, função pela qual não recebia salário ou ganhos econômicos imediatos.²⁰²⁷ No ano de 1915, o deputado Rodolpho Gomes apresentou à *Assembleia Legislativa de Pernambuco* um projeto de lei para conceder uma pensão mensal de 100\$000 mil réis a Arruda, “pelos serviços prestados no movimento abolicionista e à democracia”.²⁰²⁸ Segundo o deputado, o abolicionista e democrata, cheio de serviços prestados ao Estado, “estava inválido aos 73 anos, quase cego e tinha dificuldades para levar o pão para casa trabalhando como guarda da Igreja Conceição dos Militares.” Apelou então para os seus pares que não deixassem um homem como ele morrer na miséria. O projeto foi discutido e enviado à Comissão de Fazenda e Orçamento do Estado, sendo aprovado pela Comissão que concedeu a Sebastião Grande de Arruda, “pelos inolvidáveis serviços prestados à abolição dos escravos e à democracia pernambucana, cem mil réis mensais”.²⁰²⁹

Todavia, Grande de Arruda não se beneficiou durante muito tempo dessa pensão, pois faleceu em 27 de março de 1918,²⁰³⁰ vitimado por uma “congestão cerebral” (edema cerebral),²⁰³¹ deixando esposa: Carlota Vieira de Mello Arruda e três filhos: Bertholdo Grande

²⁰²⁶ **HDBN**: A Província. 14 de maio de 1911. Nº131. p.4.

²⁰²⁷ **HDBN**: Jornal do Recife. 15 de janeiro de 1904. Nº12. p.1. Jornal do Recife. 1 de setembro de 1891. Nº197. p.4. Sebastião Grande de Arruda continua aparecendo como mesário ainda no ano de 1912. Lá estava ele, suplente de mesário para as eleições de Deputado e Senador. **HDBN**: Jornal do Recife. 26 de março de 1912. Nº84. p.3. Segundo a Lei Rosa e Silva, Lei nº 1.269, de 15 de novembro de 1904, os mesários seriam escolhidos a partir de uma lista de candidaturas de eleitores para a função. O que nos leva a entender que Sebastião Grande de Arruda era eleitor do 1º Distrito, votando e trabalhando como mesário no bairro de São José. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleitor/glossario/termos/lei-rosa-e-silva?fbclid=IwAR1ZOGcMDkKqB96WVA-ZNQRg0N029MbmOb4odIxHo7re5iQ7IUj74oNjaIM> acessado em 08/10/2020.

²⁰²⁸ **HDBN**: Jornal do Recife. 19 de maio de 1915. Nº135. p.4. A memória do 13 de maio e da participação de Sebastião Grande de Arruda ajudou o abolicionista na hora de conquistar a pensão por parte do Estado de Pernambuco. O projeto foi apresentado no dia 19 de maio, seis dias após a comemoração da Abolição naquele ano.

²⁰²⁹ **HDBN**: Jornal do Recife. 26 de maio de 1915. Nº142. p.5; Jornal do Recife. 18 de junho de 1915. Nº163. p.4.

²⁰³⁰ **HDBN**: Jornal do Recife. 31 de março de 1918. Nº86. p.5. Inclusive não era tão fácil receber esta pensão concedida pelo Estado, Grande de Arruda enviava petições e tinha que lutar para receber seu direito algumas vezes. **HDBN**: Diário de Pernambuco. 12 de dezembro de 1917. Nº341. p.3.

²⁰³¹ **HDBN**: A Província. 22 de março de 1918. Nº79. P.2.

de Arruda, Dulce Grande de Arruda e Eupreprio Grande de Arruda.²⁰³² A missa foi rezada na Igreja Conceição dos Militares, onde ele trabalhou até o fim de sua vida.²⁰³³

No necrológio do Cupim, publicado n' *A Província*, o homem foi tido como “um dos fundadores do tradicional *Club do Cupim*, especialmente criado para furtar e amparar os escravos. Os seus serviços nesse ponto foram relevantíssimos”.²⁰³⁴ O *Diário de Pernambuco* também falou sobre “o homem pobre de origem mestiça” que se uniu a Nabuco e José Mariano contra a escravatura, “cabendo-lhe quase sempre a tarefa de furtar os escravos que eram depositados no Poço da Panella, na casa de José Mariano para serem embarcados ao Ceará”.²⁰³⁵ Sebastião Grande de Arruda foi enterrado no cemitério de Santo Amaro, próximo aos túmulos de Joaquim Nabuco e José Mariano, sendo seu jazigo visitado por estudantes e professores nos aniversários da abolição subsequentes a sua passagem.²⁰³⁶

Apesar de provavelmente ter morrido pobre, sabemos que pelo menos um dos filhos de Sebastião, Bertholdo Grande de Arruda, conseguiu se formar em odontologia pela *Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro*.²⁰³⁷ Bertholdo era tido como um “moço aplicado e inteligente”²⁰³⁸, tornando-se um conceituado cirurgião dentista em Recife, na década de 1920. O Dr. Bertholdo Grande de Arruda publicou felicitações aos aniversários de sua mãe e de seus irmãos, lembrando também a memória do seu pai.²⁰³⁹ Ainda na década de 1920, ele apareceu como um dos sócios fundadores do *Instituto de Ciencias e Letras*, instalado no dia 24 de maio de 1921. Trabalhou ao lado de homens como o historiador Mário Mello, que era secretário do

²⁰³² Sebastião Grande de Arruda, antes de falecer, chegou a perder três filhos. Sebastião Grande de Arruda (filho), Thucydides Grande de Arruda e Nicéas Grande de Arruda. Os dois últimos de maneira trágica. Nicéas foi encontrado morto em dezembro de 1909, boiando no rio Capibaribe. Segundo a matéria que deu notícia sobre o achamento do seu corpo, ele era epilético e estava inconformado com a reprovação no exame de madureza - exames de conclusão do Ginásio - os legistas não identificaram a causa mortis, pois o corpo de Nicéas estava muito debilitado devido ao inchaço e a degradação causada pelos crustáceos e por outros animais aquáticos. Mas, provavelmente tenha sido suicídio. O próprio Sebastião Grande de Arruda, ao dar sua versão dos fatos, levantou a hipótese de que ele tenha se jogado no rio. Em seguida, no ano de 1911, Thucydides Grande de Arruda, 22 anos de idade, trabalhando a bordo do paquete Ceará se lançou ao mar, suicidando-se. Este já havia tentando outra vez contra a própria vida, mas foi impedido pelos seus colegas de trabalho. Falecimentos: Necrologio de Sebastião Grande de Arruda. **HDBN**: Jornal Pequeno. 22 de março de 1918. Nº68. p.3. **HDBN**: A província. 5 de janeiro de 1910. Nº3. p.2; A Província. 30 de dezembro de 1909. Nº294. p.1. **HDBN**: Jornal Pequeno. 22 de julho de 1911. Nº163. p.4. **HDBN**: Diário de Pernambuco. 30 de dezembro de 1909. Nº294. p.1. **HDBN**: Diário de Pernambuco. 4 de dezembro de 1891. Nº277. p.2.

²⁰³³ **HDBN**: Jornal do Recife. 31 de março de 1918. Nº86. P.5

²⁰³⁴ **HDBN**: A Província. 22 de março de 1918. Nº79. P.2.

²⁰³⁵ **HDBN**: Falecimentos. Diário de Pernambuco. 23 de março de 1918. Nº80. p.2.

²⁰³⁶ A Província. 13 de maio de 1921. Nº127. p.3. O Clube do Cupim mandou rezar missas em homenagem ao consócio benemérito major Sebastião Grande de Arruda, convocando os correligionários, parentes e amigos para prestar homenagem a Mucuripe. **HDBN**: Diário de Pernambuco. 22 de abril de 1918. Nº108. p.2.

²⁰³⁷ A província. 20 de março de 1910. Nº64. P.1. Bertholdo começou com escritório de dentista na rua do Hospício nº222, Rio de Janeiro. **HDBN**: Jornal Pequeno. 18 de novembro de 1913. Nº264. p.2.

²⁰³⁸ **HDBN**: Jornal Pequeno. 29 de março de 1905. Nº71. p.2.

²⁰³⁹ **HDBN**: Jornal do Recife. 20 de janeiro de 1929. Nº17. p.3. Jornal do Recife. 2 de novembro de 1926. Nº255. p.3.

Instituto, “pelo avanço da ciência e da cultura no Estado de Pernambuco”.²⁰⁴⁰ Quando da eleição para a diretoria da *Irmandade da Conceição dos Militares*, em 11 de dezembro de 1932, Bertholdo foi eleito para secretário da confraria que funcionava na Igreja onde seu pai havia sido guarda.²⁰⁴¹ Bertholdo ainda se matriculou no curso de Direito da *Faculdade do Recife* e cursou seu primeiro ano em 1934, tornando-se e sendo considerado um dos personagens mais eruditos da sociedade pernambucana na primeira metade do século XX.²⁰⁴² Um homem de ciências e letras.

Por mais que os ganhos de Sebastião Grande de Arruda, no pós-Abolição, não tivessem sido tão imediatos, como conseguimos observar, acreditamos que sua relação com alguns membros do Cupim, como Numa Pompílio que, como seu filho, era cirurgião dentista, tenha servido na hora de estabelecer um futuro para sua família. A abolição lhe rendeu frutos, ainda que a longo prazo. Como vimos, Sebastião precisou recorrer ao auxílio do Estado para poder sobreviver nos anos finais de sua vida, não tendo, provavelmente, condições de arcar com os custos da educação do seu filho Bertholdo, sendo assim, podemos levantar a hipótese de que sua rede abolicionista – provavelmente Numa Pompílio e sua esposa, D. Odila Pompílio, eram padrinhos de Bertholdo²⁰⁴³ - tenha sido útil para estruturar alguns de seus descendentes.²⁰⁴⁴

Falecido em 1911, com 64 anos de idade, Francisco das Chagas foi lembrado como pertencente a “falange dos antigos abolicionistas, dos muito estimados”.²⁰⁴⁵ E, enquanto o carpinteiro David Francisco Gentil foi o primeiro presidente da *Liga Operária Pernambucana*, fundada em junho de 1886,²⁰⁴⁶ José Eleutério dos Santos lutava, desde a década de 1880, junto com outros artistas, pela nacionalização do comércio de cabotagem, controlado pelas

²⁰⁴⁰ HDBN: A província. 28 de abril de 1921. Nº113. p.3.

²⁰⁴¹ HDBN: Jornal do Recife. 20 de dezembro de 1932. Nº283. p.4.

²⁰⁴² HDBN: Diário de Pernambuco. 10 de novembro de 1934. N247. p.2.

²⁰⁴³ Sabemos que Sebastião Grande de Arruda morava no endereço de nº98, num segundo andar na rua das Flores e que um dos seus filhos, Eutrópio Grande de Arruda, sofreu um acidente num desabamento do telhado de um prédio na rua Barão da Vitória nº 47. Sabemos também que Numa Pompílio tinha um depósito na rua Barão da Vitória nº54, em um 1º andar e que morava na mesma rua no nº58, também um primeiro andar. Talvez os filhos de Sebastião Grande de Arruda, assim como o pai, prestassem serviços para o dentista. HDBN: A Província. 18 de abril de 1874. Nº271. p.2. Segundo Eustórgio Wanderley, nos primeiros anos do século XX, Bertholdo possuía um consultório na Rua Nova, (antiga rua Barão da Vitória) tida como uma das mais elegantes da cidade e até o ano de 1894, Numa Pompílio atendia com escritório nesta mesma rua. WANDERLEY, Eustórgio. **Tipos populares do Recife antigo**. 1ª série. Recife: Colégio Moderno, 1953. p.31. HDBN: Almanak Administrativo, Mercantil, Agrícola e Industrial do Estado de Pernambuco. Ano 1894. p.286. HDBN: Jornal do Recife. 29 de março de 1884. Nº74. p.2. Jornal do Recife. 15 de janeiro de 1904. Nº12. p.1.

²⁰⁴⁴ No cinquentenário da Abolição em Pernambuco, ao serem expostas várias fotografias no Teatro Santa Isabel entre 13 e 31 de maio de 1938, as fotos de Sebastião Grande de Arruda, D. Odila Pompílio e Numa Pompílio foram concedidas por Bertholdo de Arruda, proprietário das três fotografias. Cinquentenário da Abolição em Pernambuco: Catálogo da exposição realizada no Teatro Santa Isabel de 13 a 31 de maio de 1938. In: SILVA, Leonardo Dantas. *A Abolição em Pernambuco*. Op. Cit. pp.15-18.

²⁰⁴⁵ HDBN: Jornal Pequeno. 20 de março de 1911. Nº64. p.2.

²⁰⁴⁶ HDBN: Jornal do Recife. 15 de junho de 1886. Nº135. p.1.

companhias estrangeiras, que, na visão de Eleutério, tanto prejudicava os interesses dos “trabalhadores nacionais”.²⁰⁴⁷ Segundo Felipe Azevedo, David Gentil e Eleutério José dos Santos participaram da fundação e da articulação das ações da Liga Operária de Pernambuco.²⁰⁴⁸ O movimento abolicionista foi uma das escolas na qual esses homens aprenderam a lutar pelos seus direitos e a conquistarem seus interesses e espaços.

Podemos parafrasear o que Petrônio Domingues afirmou sobre Manoel da Motta Monteiro Lopes, que também esteve envolvido no movimento abolicionista e em disputas políticas em torno da questão racial, e dizer que, longe de constituírem uma imagem de alienação, subalternidade e anomia social, “estes representantes negros do abolicionismo mostraram como os descendentes da diáspora africana foram versáteis” e, dentro do possível, “apropriaram-se da retórica republicana – e abolicionista - de direitos universais, cidadania e igualdade para fazer valer seus projetos, anseios e ideais, e conquistar direitos, redefinindo sua posição na sociedade.”²⁰⁴⁹

Os combates pela História e pela reafirmação de narrativas históricas silenciadas continuam. Assim como as lutas pelas diversas “abolições” e a busca por melhores condições de vida para a maioria da população brasileira, que é formada hoje por 56.1% de pessoas autodeclarada negras e pardas.²⁰⁵⁰ A aprovação de políticas públicas, como a Lei nº 12.711/2012 (Lei de Cotas), sancionada em agosto de 2012, que garante o acesso a jovens de baixa renda, estudantes de escolas públicas, reservando-os 50% das matrículas nas universidades federais e institutos federais, pode ser considerada o início de um caminho longo e nem sempre fácil de trilhar.

A associação da reserva de vagas e de políticas afirmativas, temporárias e equiparativas, com a origem étnico-racial, embora prescindida do critério socioeconômico, é geralmente mais criticada por pessoas que partem de falsas interpretações e tentam ligar, hipocritamente, políticas afirmativas a ideias preconceituosas e segregacionistas.²⁰⁵¹ Pessoas que geralmente associam a equiparação de direitos à exclusão dos seus privilégios, assim como faziam os senhores de escravos.

²⁰⁴⁷ **HDBN**: Diário de Pernambuco. 18 de junho de 1882. Nº138. p.3.

²⁰⁴⁸ SOUZA, Felipe Azevedo. A blusa e a urna. **Op. Cit.** p.10.

²⁰⁴⁹ DOMINGUES, Petrônio. "Vai ficar tudo preto". **Op. Cit.** p.81.

²⁰⁵⁰ Censo IBGE (2022) disponível em: Censo Demográfico 2022 - PGI (ibge.gov.br) acessado em 11 de junho de 2023. Petrônio Domingues realizou uma análise sobre o pós-abolição e a luta da população negra, que se utilizou dos jornais, da Frente Negra Brasileira, do Teatro Experimental do Negro, dentre outras instituições, por direitos e para ocupar espaços políticos, acadêmicos e econômicos no Brasil. O nome da obra reforça o sentido das demandas da população negra no período republicano: *A Nova Abolição*, fazendo-nos lembrar que a luta contra o racismo, contra a desigualdade econômica, social e cultural, continua até os dias atuais. DOMINGUES, Petrônio. **A Nova Abolição**. São Paulo: Selo Negro, 2008, 182p.

²⁰⁵¹ Os dez mitos sobre as cotas | Universidade Federal Fluminense (uff.br) acessado em 11 de junho de 2023.

Como disse Millôr Fernandes: “O Brasil tem um enorme passado pela frente”. As disputas políticas acerca de questões como as cotas são muito mais polêmicas e conflitivas quando envolvem, como sujeitos de direitos, a população negra e pobre do Brasil do que quando privilegiam a população branca. Podemos citar, como exemplo desse processo, a “Lei do Boi”, aprovada em 03 de julho de 1968, pelo ditador Costa e Silva, que reservava 50% das vagas, nos cursos de Agricultura e Medicina Veterinária, a candidatos agricultores ou filhos de proprietários de terras que residissem em áreas rurais e 30% aos que residissem em cidades ou vilas que não possuísem ensino médio.²⁰⁵²

Essa lei, que só foi revogada em 1985, beneficiou os filhos de grandes fazendeiros, que, na prática, teriam mais condições de entrar em escolas agrícolas sem a ajuda do Estado. Além disso, a “Lei do Boi” representou os interesses dos latifundiários, associados ao governo militar, que queriam impedir a passagem de uma Reforma Agrária que, de fato, redistribuísse terras e desapropriasse grandes proprietários.²⁰⁵³ As pautas reformistas, que já eram discutidas desde fins do século XIX pelos abolicionistas, como o acesso à instrução, ao mercado de trabalho e o acesso à terra, por parte da população pobre, negra, camponesa, indígena, etc. ainda causam incômodos na elite política brasileira, que provavelmente deseja ver a maioria da população necessitada, submetida e subserviente aos seus interesses.

O movimento abolicionista nos ensina que a conquista de direitos, pela população negra brasileira, não veio de graça e sem sacrifícios, e que o Estado, seja na representação da Monarquia pela Princesa Imperial, seja nas pessoas dos considerados heróis nacionais (monarquistas e republicanos), não foi o construtor da igualdade, muito menos da equidade, mas sim, aquele que reconheceu as conquistas no momento em que não pôde mais resistir às demandas sociais. Como contraponto às conquistas do movimento abolicionista, o Estado serviu às elites como o principal condutor das política de exclusão no pós-abolição. Dentre as várias lições que o movimento abolicionista brasileiro nos deixou, a maior delas é a prova de que, quando necessário, é possível ao povo, trabalhando coletivamente como os cupins, corroer instituições poderosas e combater injustiças. Se ainda há muito o que se fazer, lutemos como nossos antepassados por um presente e um futuro melhor para nós e nossos descendentes, como dizia João Ramos, se preciso for: “de todas as formas possíveis.”

²⁰⁵² Decreto nº 63.788, de 12 de Dezembro de 1968. [Portal da Câmara dos Deputados \(camara.leg.br\)](http://portal.da.camara.br) acessado em 11 de junho de 2023. ALMEIDA, Silvia Maria Leite de (2010). “Acesso à educação superior no Brasil: direito ou privilégio?”. **Revista HISTEDBR On-line** (38): 169–185.

²⁰⁵³ MAGALHÃES, Wallace Lucas. A “lei do boi” e a relação entre educação e propriedade, **Tempos Históricos**, 2017. pp.434-464. MAGALHÃES, Wallace Lucas. REFORMA AGRÁRIA SE FAZ COM OS HOMENS, NÃO COM A TERRA: A “LEI DO BOI” E A QUALIFICAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO, p. 102-120, **Veredas da História**, 2015.

LISTA DE ARQUIVOS E FONTES

Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin

BARRETO, Frenando de Castro Paes. Conferência abolicionista : Theatro Sta. Isabel a 25 de março de 1885. Mandada publicar pela sociedade Ave Libertas.

NABUCO, Joaquim. Resposta às mensagens de Recife e de Nazaré. Rio de Janeiro : Typ. de G. Leuzinger & Filhos. 1890.

APEJE – Arquivo Público Jordão Emerenciano

AMGM – Arquivo Manoel Gomes de Matos. MATTOS, Gomes Manoel de. A campanha abolicionista em Pernambuco.

Estatutos do Club Popular do Recife, Recife, Typographia Mercantil – de C. E. Muhlert & Cia, 1869. Setor de Folhetos Raros, Caixa 16.

Série de documentos Avulsos, 17 de abril de 1883.

CRS – Center of Research Libraries

Relatórios Presidenciais Provinciais: Ceará

Relatório apresentado á Assembléa Legislativa do Ceará na sessão ordinária de 1881 pelo presidente da província, senador Pedro Leão Velloso.

Relatórios Presidenciais Provinciais: Pernambuco

Biblioteca do IBGE

Recenseamento do Brazil em 1872.

HDBN – Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

25 de Março (Edição de ocasião publicada pela Caixa Emancipadora Pedro Pereira)

Almanak: Administrativo, Mercantil, Industrial e Agrícola da Província de Pernambuco para o anno de 1864.

Almanak Administrativo, Mercantil, Industrial e Agrícola da Província de Pernambuco para o anno de 1870. 1869. Nº03.

Almanak: Administrativo, Mercantil, Industrial e Agrícola da Província de Pernambuco para o anno de 1881. Recife. Typographia Mercantil.

Almanach de Pernambuco. 1924. Anno XXVI.

A Folha Nova. (RJ)

A Província, Orgão do Partido Liberal. (PE)

Ave Libertas (Edição de Ocasião)

Cidade do Rio. (RJ)

Conferência pública do jornalista José do Patrocínio, Teatro Polytheana, 17 de maio de 1885, Rio de Janeiro, Typographia Central.

Diário de Belém: Orgão Especial do Commércio. Folha Política, Noticiosa e Litteraria. (PA)

Diário de Notícias (RJ).

Diário de Pernambuco (PE)

Diário Popular (SP)

Folha do Nordeste (PE)

Gazeta de Notícias (RJ)
 Gazeta do Norte: Órgão Liberal. (CE)
 Gazeta da Tarde (RJ)
 Gazeta Nacional: Órgão Republicano. (RJ)
 Jornal do Commercio (RJ)
 Jornal do Povo: publicação à tarde (PE)
 Jornal do Recife (PE)
 Jornal Pequeno. (PE)
 Libertador (PE).
 O Abolicionista. (RJ)
 O Binóculo: Publicação Semanal (PE)
 O Ceará Livre (edição de ocasião)
 O Cearense. (CE)
 O Eco de Palmares (PE)
 O Incentivo (edição de ocasião)
 O Liberal: Órgão do Partido Liberal. (PE)
 O Libertador: Órgão da Sociedade Cearense Libertadora (CE)
 O Nordeste. (Ceará)
 O Paiz. (RJ)
 O Phonographo: periódico crítico e literário. (PE)
 O Rebate (PE)
 Partido Liberal: A eleição do 1º distrito. (PE)
 Revista Illustrada. (RJ)
 Revista Typographica. (RJ)
 Vinte e Cinco de Março. (RJ)

MJPE – Memorial de Justiça de Pernambuco

Juízo Municipal do Termo da Escada. Acordo. **Autoamento do Termo de acordo dos escravos Martinha e Francisca pertencente a Jose Henrique Teixeira, como abaixo se declara.** Escada, 6 de julho de 1887; Escada, 23 de setembro de 1887.

Juízo Municipal do Termo da Escada. **Autoamento do termo de acordo do escravo Antônio, pertencente ao capitão Emilio Pereira de Araújo.** Escada, 18 de abril de 1887.

Juízo Municipal do Termo da Escada. **Autoamento do termo de acordo do escravo de nome Clemente pertencente a Baronesa da Escada como abaixo se declara.** Escada 15 de julho de 1887. Escada, 19 de julho de 1887.

Juízo Municipal do Termo da Escada. **Autoamento do termo de acordo da escrava de nome Paula pertencente à Baronesa da Escada como abaixo se declara.** Escada, 1 de agosto de 1887; Escada, 12 de agosto de 1887.

Juízo Municipal do Termo da Escada. Acordo. **Autoamento do termo de acordo da escrava Honorata, pertencente ao doutor Antonio Epaminondas de Barros Correia como abaixo se declara.** Escada, 6 de julho de 1887.

MJPE. Juízo Municipal do Termo da Escada. **Autoamento do Termo de acordo do escravo Antônio pertencente ao doutor Aquilino Gomes Porto.** Escada 17 de abril de 1887.

Juízo Municipal do Termo da Escada. Acordo. **Autoamento do termo de acordo do escravo Joao pertencente ao doutor Henrique Marques de Holanda Cavalcante, como abaixo se declara.** Escada, 6 de julho de 1887.

Juízo Municipal de Pernambuco. Acordo. **Autoamento de acordo dos escravos Antônio Simpício e [...] Maria, pertencente ao coronel Antônio Marques de Holanda Cavalcante como abaixo se declara.**

Juízo Municipal do Termo da Escada. **Autoamento do termo de acordo do escravo Fausto pertencente ao coronel Antônio Marques de Holanda Cavalcante.**

Juízo Municipal do Termo da Escada. **Autoamento do Termo de acordo do escravo Gregório, pertencente ao doutor Henrique Marques de Holanda Cavalcante.** Escada, 6 de julho de 1887. Escada, 19 de abril de 1887.

Juízo Municipal do Termo da Escada. **Autoamento do Termo de acordo do escravo Manoel pertencente ao coronel Marcionilo da Silveira Lins.** Escada, 19 de abril de 1887. Escada, 27 de maio de 1887.

Juízo Municipal do Cível do Termo da Escada. **Ação de liberdade por via de arbitramento pelo fundo de emancipação, do escravo Fiel, pertencente ao Barão de Araçagy como abaixo se declara.** Escada, 16 de fevereiro de 1887. Escada, 9 de março de 1887.

IAHGP – Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico de Pernambuco - Fundo FIA

Caixa 16. Doc. 838. Carta de Joaquim Nabuco a Costa Ribeiro. 6 de dezembro de 1887. 3 páginas.

Caixa 20. Maço 2. Doc. S/n. Ofícios da Ave Libertas para o presidente da Sociedade Nova Emancipadora. Recife. 12 de abril de 1884 e 12 de setembro de 1884.

Caixa 20. Maço 2. Doc. 815. Actas das sessões Ordinárias, gerais e extraordinárias da Nova Emancipadora.

Caixa 20. Maço 2. Doc. S/n. Carta do Club Abolicionista Escadense. 21 de março de 1883.

Caixa 20. Maço 1. doc 0809. Manuscritos relativos ao Club do Cupim.

Caixa 20. Doc 0810. Livro de actas do Clube do Cupim.

Caixa 20. Maço 2. Doc. S/n. Visita Abolicionista. 27 de março de 1883.

Caixa 21. Maço 2. Doc. S/n. Carta do deputado Vicente de Vasconcelos a Virgílio Sampaio, 1º secretário da Nova Emancipadora. 30 de abril de 1883.

Caixa 21. Maço 2. Recibo de pagamento do aluguel da casa dos cupins situada na Estrada dos Aflitos nº20 A. Recife. 03 de outubro de 1887.

Caixa 21. Maço 1. Doc. 816. Correspondências do João Ramos.

Caixa 21. Maço 2. Doc. 827. Correspondências do João Ramos.

Caixa 21. Maço 2. Doc. 828. Repartição Geral dos Telegraphos. Estação do Recife.

Caixa.21, maço 2, doc. 0828. The Western And Brazilian Telegraph Company, Limited.

Caixa 21. Maço 2. Doc. 829. Escravos embarcados na barcaça Apody no dia 04 de abril de 1884. 2 Folhas.

Caixa 21. Maço 2:

Cartão de Fortunato Coelho Pinheiro a João Ramos pedindo que João Ramos desse destino a um “infeliz portador do mesmo cartão”.

Cartão de Prisciano de Barros Accioli Lins. Goiana. 03 de fevereiro de 1888.

Cartão de Ismael Marinho Falcão a João Ramos. Maio de 1885.

Cartão do Dr. Vicente Ferrer de Barros Wanderley Araújo a João Ramos. S/d.

Cartão de Maria Amélia de Queiroz para João Ramos

Caixa 21. Maço 1. Doc. 816. “A mulata do Maranhão” a João Ramos.

Caixa 21. Maço 1. Doc. 816. Poema retirado do jornal O Tempo.

Caixa 21. Maço 2. Doc. S/n. Carta de Joaquim Francisco a João Ramos. 27 de abril de 1883.

Caixa 21. Maço 2. Doc. s/n. Autos de processo, 25 de junho de 1884. Autoamento de João Ramos e da parda Maria de propriedade de Agostinho Santos sobre o roubo praticado por escravas de Coronel Sebastiano Alves.

Caixa.21, maço 2, doc. 0828. Documentos do Clube do Cupim: The Western And Brazilian Telegraph Company, Limited. João José da Cunha Lages (Amazonas) a Numa Pompílio (Mato Grosso) telegrama informando a chegada de 34 ingleses no Ceará. 17 de novembro de 1884.

Caixa.21, maço 2, doc. 0828. Documentos do Clube do Cupim: Lista dos sócios fundadores.

Caixa.21, maço 2, doc. 0828. Documentos do Clube do Cupim: Lista de membros.

Caixa 21. Maço 2. Doc. s/n. Guilherme Pinto. Pagamento de passagens de Americanos e outros gastos. Recife. 30 de junho de 1887.

Caixa .21, maço 2. Recibo de pagamento do aluguel da casa dos cupins situada na Estrada dos Aflitos nº20 A. Recife. 03 de outubro de 1887.

Caixa.21, maço 2, doc. 0828. Anotações sobre os “ingleses pernambucanos” que visitaram João Ramos quando da sua ida ao Ceará em 1885. 3 folhas.

Caixa.21, maço 2. Cartão de Ismael Marinho Falcão para João Ramos. Maio de 1885.

Caixa.21, maço 2. Cartão de Phamphilo da Santa Cruz para João Ramos.

Caixa 21. Maço 2. Doc. 827. Carta de Juvenal Francisco Machado. O caso do roubo do baú de uma negra. Recife, 8 de março de 1885. 4 folhas.

Caixa.21, maço 2, doc. 0828. Documentos do Clube do Cupim: Receita e despesa do Club Cupim, de 5 de novembro a 5 de dezembro de 1884. O tesoureiro: Matto Grosso.

Caixa.21, maço 2, doc. 0828. Documentos do Clube do Cupim: Medalha comemorativa da redenção do Ceará. Sala da sessão da S. Abolicionista Cearense na Corte em 20 de abril de 1885.

Caixa.21, maço 2, doc. 0828. Diploma de Sócio Honorário do Clube Abolicionista Pernambucano concedido a João Ramos. Rio de Janeiro. 16 de abril de 1885.

Caixa.22, maço 1, doc. 0842. Carta de Joaquim Nabuco a José Mariano. 23 de julho de 1888. 12 folhas.

Inventário da Baronesa de Muribeca. 1887.

Espeto dos juramentos do Clube do Cupim.

Setor de documentação da Assembleia Legislativa de Pernambuco.

Annaes da Assembleia Provincial de Pernambuco anno de 1887. Recife, Tipografia de Manuel Figueiroa e Filhos, 1887.

Annaes da Assembleia Provincial de Pernambuco anno de 1888. Recife, Tipografia de Manuel Figueiroa e Filhos, 1887.

SETOR DE OBRAS RARAS DA BIBLIOTECA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

ESPÍUCA, Thomaz. **O Cupim e a Lei de 13 de maio: comédia-drama em 4 atos.** Recife: Tipografia do Comércio, 1889.

Biblioteca do Senado Obras Raras

BARBOSA, Ruy. **O anno politico de 1887.** Rio de Janeiro: Typ. da Gazeta de Noticias.

CODIGO CRIMINAL DO IMPERIO DO BRAZIL. LEI DE 16 DE DEZEMBRO DE 1830.

Falas do trono: desde o ano de 1823 até o ano de 1889: acompanhadas dos respectivos votos de graça da Câmara Temporária : é [sic] de diferentes informações e esclarecimentos sobre todas as sessões extraordinárias, adiamentos, dissoluções, sessões secretas e fusões, com um quadro das épocas e motivos que deram lugar a reunião das duas Câmaras e competente histórico / coligidas na Secretaria da Câmara dos Deputados ; prefácio de João Bosco Bezerra Bonfim e Pedro Calmon.

FONSECA. Anselmo Luís. **A Escravidão, o Clero e o Abolicionismo.** Bahia. Imprensa Econômica. 1887.

Nabuco. Joaquim. **Balmaceda.** Typ. Leuzinger, Rio de Janeiro, 1895. 225p.

_____. **O dever dos monarchistas : carta ao Almirante Jaceguay.** Typ. Leuzinger. Rio de Janeiro. 1895. 35p.

_____. **Um estadista do Imperio : Nabuco de Araujo : sua vida, suas opiniões, sua época.** H. Garnier. Rio de Janeiro, 1899. 3 v. : front. (ret.)

_____. **A intervenção estrangeira na revolta de 1893.** Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial; 2003. 147 p.

REBOUÇAS, André, **Abolição imediata e sem indenização**, Rio de Janeiro, Typ. Central E. R. da Costa, 1883.

PATROCÍNIO, José do. **Conferência pública do jornalista José do Patrocínio**, Teatro Polytheana, 17 de maio de 1885, Rio de Janeiro, Typographia Central, s.d.

Relatório do Estado e das Operações da Confederação Abolicionista apresentado à Assembleia Geral anual de seus membros em 12 de maio de 1884. Rio de Janeiro: Typ. Central. 1884.

RODRIGUES, Antônio Coelho. Manual do súbdito fiel, ou Cartas de um lavrador a sua Magestade o Imperador sobre a questão do elemento servil. Rio de Janeiro: Typ. e Lith. de Moreira, Maximino & C., 1884.

Biblioteca da Câmara dos Deputados – Obras Raras

PRADO, Antônio da Silva. **Relatório apresentado a assembleia geral na primeira sessão da vigésima legislatura pelo Ministro e secretário de estado dos negócios da agricultura, comércio e obras públicas, 1886.**

SILVA, Rodrigo Augusto da. **Relatório apresentado à Assembleia Geral na terceira sessão da vigésima legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado Interino dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1888.

BRASIL. Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871. **Coleção de Leis do Império do Brasil - 1872**, Vol. 2 pt. II (Publicação Original)

BRASIL. Lei n. 3.270, de 28 de setembro de 1885. Regula a extinção gradual do elemento servil. **Coleção das leis do Império do Brasil**, Rio de Janeiro, v. 1, p. 14, 1886.

FBN – Fundação Biblioteca Nacional

Doc. 64.02. 002. Nº14. Divisão de Manuscritos. Projeto de lei abolindo a escravidão no Brasil. Autoria de Antônio da Silva Prado enviado a João Alfredo Correia de Oliveira pelo seu cunhado Elias Antônio Pacheco e Chaves. 20 de abril de 1888.

Arquivo Barão de Penedo. Doc. 63,3,5. nº 65. Autor: Joaquim Nabuco. Título: Carta ao Barão de Penedo. Rio de Janeiro, 23 de maio de 1888. 2 folhas.

FUNDAJ – Fundação Joaquim Nabuco

Correspondências de Joaquim Nabuco.

Doc. 6628. Carta de José Correia do Amaral a Joaquim Nabuco. Ceará. 9 de julho de 1885.

Doc. 6522,2. Carta de José Correia do Amaral a Joaquim Nabuco. Ceará, 11 de fevereiro de 1884. 2 páginas.

Doc. 6383,2. Bilhete reservado de José Correia do Amaral a Joaquim Nabuco. Fortaleza, 30 de agosto de 1881.

Doc. 6526. Carta de José Correia do Amaral a Joaquim Nabuco. Ceará, 22 de março de 1884.

Doc. 68. Carta de Joaquim Nabuco a José Correia do Amaral. Rio de Janeiro, 23 de maio de 1884. Londres, 07 de abril de 1884.

Doc. 6534. Carta de José Correia do Amaral a Joaquim Nabuco. Fortaleza, 04 de maio de 1884.

Doc. 6778. Carta de Numa Pompílio a Joaquim Nabuco. Recife. 13 de julho de 1887.

Doc. 6813. Carta de José Correia do Amaral a Joaquim Nabuco. Ceará, 20 de setembro de 1887.

Doc. 6887. Carta de João Ramos a Joaquim Nabuco. Recife, 27 de abril de 1888.

Doc. 6579. Carta de João Cordeiro a Joaquim Nabuco. Ceará, 17 de abril de 1885.

NABUCO, Joaquim. **Porque continuo a ser monarchista [monarquista]: carta ao Diário do Commercio.** 1890.

Compilação e organização Bibliotecária da Fundação Joaquim Nabuco

BARBOSA, Virgínia. **GOVERNADORES E PRESIDENTES DA PROVÍNCIA DE PERNAMBUCO.**

Rótulos de Cigarros:

http://digitalizacao.fundaj.gov.br/fundaj2/modules/busca/listar_projeto.php?cod=26&from=351

Fundação Casa de Rui Barbosa: Acervo On-line.

UA. CR. 62 – 04-03-1880. Carta de Américo Braziliense de Almeida e Melo para Ubaldino do Amaral Fontoura informando-lhe a lista de correligionários solicitada. Assunto: Partido Republicano. São Paulo (SP). Data: 04-03-1880.

UA. CR. 62 – 27-03-1880. Carta de Américo Braziliense de Almeida e Melo para Ubaldino do Amaral Fontoura pedindo para que não descuide dos negócios do partido republicano. Assunto: Partido Republicano. São Paulo (SP). Data: 27-03-1880.

UA. CR 87 – 22-02-1887. Carta de Campos Sales para Ubaldino do Amaral Fontoura, na qual comenta a conferência de Ubaldino do Amaral Fontoura no Clube Republicano e oferece hospedagem em sua casa. Assunto: Clube Republicano. Campinas (SP).

BARBOSA, Rui. **Abolicionismo.** Rio de Janeiro. Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988.

Fundação Biblioteca Nacional /MSS

Arquivo Barão de Penedo.

Doc. 63,3,5.27. Autor: Joaquim Nabuco. Título: Carta ao Barão de Penedo. Rio de Janeiro, 08/10/1881.

Doc.I02,19,001. Autor: Joaquim Nabuco. Título: Carta a Ubaldino do Amaral. Londres, 31/05/1883.

Fundação Vingt-Un Rosado. Acervo Virtual Osvaldo Lamartine de Faria.

A saga da Abolição Mossoroense. Livro III

CEPE Digital

A Academia: homenagem dos estudantes de Direito ao dia 13 de maio. (PE)

A Crise. (PE)

A Eleição, jornal único. (PE)

A exposição. Revista crítica e humorística. (PE)

A Ideia: Semanário abolicionista-republicano. (PE)

A Tribuna Acadêmica. (PE)

Anti-Rebate: Semanário Abolicionista e Republicano. (PE)

Império do Brazil. (PE)

Jornal do Povo (PE)

Lanterna Mágica: periódico livre e humorístico. (PE)

O Brazil Agrícola. (PE)

O Ceará Livre: 3ª edição em homenagem aos escravos.

O Certamem: jornal litterario e satyrico (PE)

O Clarim: mensagem do Club Republicano Acadêmico ao denodado propugnador de nossa liberdade política: Dr. Antônio da Silva Jardim em sua chegada ao Recife. Edição Única. (PE)

O combate: jornal republicano joco-sério. (PE)

O descrente. (PE)

O Ensaio: Periódico Scientifico e Litterario. (PE)

O Medonho. (PE)

O Polichinello: Illustração e Crítica (PE)

O Telegrapho: periódico satyrico, joco sério e noticioso (PE)

O Porvir: órgão da Sociedade Ensaio Jurídico e Litterario. (PE)

O Propulsor: órgão de interesses abolicionistas, industriais, agrícolas, literários, etc. (PE)

Mephistopheles: periódico semanário. (PE)

Revistinha: Pequena Encyclopedia Quinzenal: Especialmente crítica, noticiosa e litteraria. (PE)

Sylphorama (PE)

Victoria. Número único. Homenagem dos habitantes da Freguezia do Poço da Panela ao batalhador incansável, ao benemérito democrata, ao tribuno do povo Dr. José Mariano Carneiro da Cunha em honra ao dia da victoria abolicionista. (PE)

Repositório UFPE

João Alfredo- Coleção João Alfredo_Correspondências Recebidas. JA_CR_000.397 Carta enviada por Manoel do Nascimento Machado Portela para o conselheiro João Alfredo Correia de Oliveira. 07 de julho de 1888.

Coleção João Alfredo, Secção de correspondências recebidas. CR_000.148 – 6/12/1885 - José Fernandes da Costa Pereira Junior.

Coleção João Alfredo, Secção de correspondências recebidas. CR_000.192 – 22/10/1885 – Antonio Domingos Pinto.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Débora de Souza Leão; VERSIANI, Flávio Rabelo e VERGOLINO, José Raimundo Oliveira. Financiamento e Organização do Tráfico de Escravos para Pernambuco no Século XIX. **Economia**, Brasília, v.14, n.1, p. 220, jan/abr 2013. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=16473
- ALBUQUERQUE, Wlamyra de. **A exaltação das diferenças: racialização, cultura e cidadania negra (Bahia, 1880-1900)**. Tese. 2004. UNICAMP. Campinas.
- _____. **O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- _____. A vala comum da raça emancipada: abolição e racialização no Brasil, breve comentário. **História Social**, 2010. Nº19
- ALGRANTI, Leila Mezan. **O feitor ausente estudo sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro**. Petrópolis, Vozes, 1988, 224 p.
- ALONSO, Angela. **Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil Império**, São Paulo. 2002. Paz e Terra.
- _____. **JOAQUIM NABUCO: OS SALÕES E AS RUAS**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- _____. **Apropriação de ideias no Segundo Reinado**. In: Keila Grinberg; Ricardo Salles. (Org.). Coleção O Brasil Império Vol III(1870-1889). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- _____. A teatralização da política A propaganda abolicionista. **Tempo Social, revista de sociologia da USP**, v. 24, 2012. n. 2.
- _____. REPERTÓRIO, SEGUNDO CHARLES TILLY: HISTÓRIA DE UM CONCEITO. **Revista sociologia&antropologia** v.02.03: 21–41, 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2238-38752012000300021
- _____. O ABOLICIONISMO COMO MOVIMENTO SOCIAL. **Revista Novos Estudos**. Nº100. Novembro. 2014.
- _____. **Flores, votos e balas. O movimento abolicionista brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- ALMEIDA, Sílvia Maria Leite de (2010). “Acesso à educação superior no Brasil: direito ou privilégio?.” **Revista HISTEDBR On-line** (38): 169–185.
- ALMEIDA, Sílvia Luiz de. Estado e direito: a construção da raça. In: SILVA, M. L.; FARIAS, M.; OCARIZ, M. C.; STIEL NETO, A. (org.). **Estado e direito: a construção da raça**. São Paulo: Escuta, 2018, v. 1,
- _____. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.
- AMANTINO, Márcia. **O Mundo dos Fugitivos: Rio de Janeiro na Segunda Metade do Século XIX**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em História Social, 1996.
- ANDRADA, Antônio Manuel Bueno de. Páginas esquecidas: A Abolição em São Paulo”. In: **Revista do Arquivo Municipal**, vol. 71, São Paulo, jun/jul, 1941.
- ANTUNES, Livia de Lauro. **SOB A GUARDA NEGRA: Abolição, raça e cidadania no imediato pós-abolição**. Tese de Doutorado. UFF. Niterói, 2019.
- ARGON, Maria de Fátima Moraes e CERQUEIRA, Bruno da Silva Antunes de. **Alegrias e Tristezas: estudos sobre a autobiografia de D. Isabel do Brasil**. São Paulo. Lenotipo Digital. 2019.
- ASSIS, Machado de. **Obra Completa**, Vol III. 3ª edição. José Aguilar, Rio de Janeiro. 1973.
- AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. **Onda Negra, Medo Branco: O Negro no Imaginário das Elites - Século XIX**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987. 267 p.

- _____. Irão ou inimigo: o escravo no imaginário abolicionista dos Estados Unidos e do Brasil. **REVISTA USP**, SÃO PAULO (28):96 - 109, DEZEMBRO/FEVEREIRO 95/96.
- _____. Quem precisa de São Nabuco?. **Estud. afro-asiát.** [online]. 2001, vol.23, n.1.
- AZEVEDO, Elciene. **Orfeu de Carapinha: a trajetória de Luís Gama na imperial cidade de São Paulo**. Campinas: Editora da Unicamp / Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 1999.
- _____. **O direito dos escravos: lutas jurídicas e abolicionismo na província de São Paulo**. Campinas, SP; Editora da Unicamp, 2010.
- BALABAN, Marcelo. **Poeta do Lápis. Sátira e política na trajetória de Angelo Agostini no Brasil Imperial (1864-1888)**. São Paulo: Editora da UNICAMP, 2009.
- BARBOSA, Rui. **Abolição no Brasil : discurso pronunciado pelo Sr. Conselheiro Ruy Barbosa no meeting convocado pela Confederação Abolicionista no Theatro Polytheama a 28 de agosto de 1887 e mandado publicar pelos alumnos da Escola Militar da Corte**. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/174478>
- BARBOZA, Edson Holanda Lima. **A hidra cearense: rotas de retirantes e escravizados entre o Ceará e as Províncias do Norte. 1877-1884**. 2013. 254f. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.
- _____. COLÔNIA-QUILOMBO: Retirantes cearenses e abolicionismo na Colônia Benevides (Pará, 1877-1884). **Outros Tempos**, vol. 12, n.19, 2015.
- BARICKMAN, Bert. J. Até a véspera: o trabalho escravo e a produção de açúcar nos engenhos do Recôncavo Baiano (1850-1881). **Afro-Ásia**. 21-22. 1998-1999.
- BARRETO, Luiz Antônio. **Tobias Barreto: A abolição da escravatura e a Organização da Sociedade**. FUNDAJ. Recife. 1988.
- _____. **Tobias Barreto**. SOCIEDADE EDITORIAL DE SERGIPE. 1994.
- BARROS, José D'Assunção. Duas fases de Capistrano de Abreu: em torno de uma produção historiográfica. São Paulo. 2010. Projeto História: **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/6549/4748>
- BEIGUELMAN, Paula. **A formação do povo no complexo cafeeiro: aspectos políticos**. São Paulo: Edusp, 2005. (1º ed. 1967).
- BERBEL, Marcia; MARQUESE, Rafael; PARRON, Tâmis. **Escravidão e política: Brasil e Cuba, c.1790-1850**. São Paulo: Hucitec, 2010.
- BERLIN, Ira. **Gerações de cativeiro: uma história da escravidão nos Estados Unidos**. Rio de Janeiro, Record, 2006.
- BETHELL, Leslie e CARVALHO, José Murilo de. Joaquim Nabuco e os Abolicionistas Britânicos: Correspondência 1880-1905. Topbooks. 2009.
- _____. Nabuco e O Brasil entre Europa, Estados Unidos e América Latina. Dossiê Joaquim Nabuco. **Novos estud.** CEBRAP, Dez 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/JT5d8zCPZMZ8fDbTtHP5tQP/?lang=pt>
- BEVILAQUA, Clóvis. **História da Faculdade de Direito do Recife**. 2ª ed. Brasília: Instituto Nacional do Livro, Conselho Federal de Cultura, 1977.
- BEZERRA, Antônio. **O Ceará e os cearenses**. Fortaleza: Typ. Minerva. 1906.
- BIASE, Aline Emanuelle de. CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de. Os desembarques de cativos africanos e as rotinas médicas no Porto do Recife antes de 1831. **Almanack**. Guarulhos, 2016. n.12
- BLACKBURN, R. **A queda do escravismo colonial**. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- _____. **The American Crucible: Slavery, Emancipation, and Human Rights**. London; New York: Verso, 2011.

- BONAVIDES, Paulo & AMARAL, Roberto. **Textos políticos da História do Brasil**. Volume 03, Senado Federal, 1996.
- BRAGA, Flávia Bruna Ribeiro da Silva. **ROENDO A MADEIRA DA ESCRAVIDÃO: O Club do Cupim como espaço de luta política (Pernambuco, 1884-1888)** Anais Caravana Anpuh 2015. Disponível em: https://www.pe.anpuh.org/conteudo/view?ID_CONTEUDO=2129&impressao
- _____. (IM)PROVÁVEIS RELAÇÕES: O POVO E OS REPUBLICANOS ENTRE O FINAL DO IMPÉRIO E O INÍCIO DO SÉCULO XX. **MONÇÕES**. UFMS/CPCX - V. 3, N. 3 – ABRIL - SETEMBRO 2015: DOSSIÊ HISTÓRIA URBANA. p.206. Disponível em: <https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/4895>
- _____. **“DITADURA”, ABOLIÇÃO E REPÚBLICA: A propaganda da geração positivista em Pernambuco (1875-1889)**. Dissertação de mestrado. UFPE. 2017.
- BRANQUINHO, Evânio dos Santos. **Campos Eliseos no centro da crise: a reprodução do espaço no centro de São Paulo**. Tese de doutorado. USP. São Paulo. 2007.
- BRECHT, Bertold. "Perguntas de um Operário que Lê": Disponível em: <https://www.recantodasletras.com.br/poesias-patrioticas/3265594>
- BRESCIANI, Maria Stella M. O cidadão da República. Liberalismo vs positivismo Brasil: 1870-1900. **Revista USP**. Nº17. 1993. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/25973>
- BROOKSHAW, David. **Raça e cor na literatura brasileira**. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1983.
- BURY, J. P. T. (John Patrick Tuer), **Gambetta's final years: 'the era of difficulties,' 1877-1882**. London; New York: Longman, 1982.
- BUTLER, Judith. **Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- CADENA, Paulo Henrique Fontes. **Ou há de ser Cavalcanti, ou há de ser cavalgado: trajetórias políticas dos Cavalcanti de Albuquerque (Pernambuco, 1801-1844)**. Dissertação de mestrado. UFPE, Recife. 2011.
- CALMON, Pedro. **História Social do Brasil. 2º Tomo: Espírito da Sociedade Imperial**. Série 5.ª Editora Brasileira. Vol. 88.
- _____. **HISTÓRIA DA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA**. Coleção Biblioteca Básica Brasileira. Brasília. 2002.
- CAMPELO, Samuel. **Escada e Jaboatão: Pequenos dados históricos e geográficos**. Memória apresentada ao VI Congresso de Geographia, que se reuniu em Bello-Horizonte, a 7 de setembro de 1919. Typ. Pernambucana. Recife. 1919. Facsimile.
- CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul**. 5ª edição revista. Civilização Brasileira. 2003.
- CARMO, Jefferson Gonçalo do. **“AO TEATRO, POIS, TODOS OS ABOLICIONISTAS”: O TEATRO ABOLICIONISTA E MOVIMENTO ANTIESCRAVISTA EM RECIFE ENTRE 1880 E 1886**. Dissertação de mestrado. Recife, UFPE. 2020.
- CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Cia das Letras, 1987.
- _____. **A formação das Almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 1990.
- _____. **A construção da ordem e Teatro de Sombras**. Rio de Janeiro, Editora UFRJ/Relume Dumará, 1996.
- CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de. Cavalcantis e cavalgados: a formação das alianças políticas em Pernambuco, 1817-1824. **Rev. bras. Hist.** vol. 18 n. 36 São Paulo. 1998.
- _____. **Liberdade: Rotinas e Rupturas do Escravismo**. Recife, 1822-1850. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2010.

- _____. O Desembarque nas Praias: o Funcionamento do Tráfico de Escravos Depois de 1831. **Revista de História**. Nº167. (2012). Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/49091>
- CASTAN, **Scenas da Abolição e Scenas Várias Imprensa Methodista**, 1ª edição, 1924.
- CASTILHO, Celso. Agitação Abolicionista, Transtornos Políticos: O Recife na véspera da campanha abolicionista in: JACKSON, Kenneth David; ALBUQUERQUE, Severino João (Orgs.). **Conferências sobre Joaquim Nabuco – Joaquim Nabuco e Wisconsin**. Centenário da Conferência na Universidade. Ensaio comemorativo. Rio de Janeiro: Bem-Te-Vi Produções Literárias Ltda., 2010.
- _____. **O ‘25 de março’ e a radicalização dos embates abolicionistas no Recife**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011.
- _____. e COWLING, Camillia. BANCANDO A LIBERDADE, POPULARIZANDO A POLÍTICA: ABOLICIONISMO E FUNDOS LOCAIS DE EMANCIPAÇÃO NA DÉCADA DE 1880 NO BRASIL. **Afro-Ásia**, 47 (2013).
- _____. Performing Abolitionism, Enacting Citizenship: The Social Construction of Political Rights in 1880s Recife, Brazil. **Hispanic American Historical Review**. Nº93, 2013. Duke University Press.
- _____. “Já é lei no Brasil nascer-se livre!”: a politização da lei de 1871 em Pernambuco. p.27. in: **Políticas da Raça: experiências e legados da abolição e da pós-abolição no Brasil**. Org. GOMES, Flávio e DOMINGUES, Petrônio. São Paulo: Selo Negro Edições. 2014.
- _____. e MACHADO, Maria Helena P. T. (Org.), **Tornando-se livre. Agentes históricos e lutas sociais no processo de abolição**, São Paulo, Edusp, 2015.
- _____. **Slave Emancipation and Transformations in Brazilian Political Citizenship**. University of Pittsburgh, Pittsburgh. 2016.
- CASTRO, Hebe Maria da Costa Mattos Gomes de. **O Estranho e o Estrangeiro**, in SILVA, Jaime, da (org.), **Cativeiro e Liberdade**, Rio de Janeiro, UERJ, 1988.
- _____. **Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista: Brasil Século XIX**. 3.ed. rev. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2013.
- CAXILÉ, Carlos Rafael Vieira. **Olhar que Enxerga além das Efemérides: o movimento abolicionista na Província do Ceará (1871-1884)**. Anais do XVII Encontro Regional de História. Campinas: Unicamp, 2004.
- _____. **Olhar para além das Efemérides: Ser liberto na Província do Ceará**. Dissertação de Mestrado. PUC-SP. 2005.
- _____. “Abolição do Ceará.” In: HOLANDA, Cristina Rodrigues. (org.) **Negros no Ceará, história, memória e etnicidade**. Fortaleza: Museu do Ceará, 2009.
- CHACON, Vamireh. O GOLPE REPUBLICANO CONTRA O ABOLICIONISMO. *Revista Ciência e Trópico*, Recife, vol 17. Nº2. pp.171-178. jul.dez, 1989. Disponível em: <https://periodicos.fundaj.gov.br/CIC/article/download/434/320>
- _____. **Joaquim Nabuco: revolucionário conservador: sua filosofia política**. Senado Federal, Conselho Editorial, 2000.
- CHALHOUB, Sidney. Medo Branco de Almas Negras: Escravos, libertos e republicanos na Cidade do Rio. **Revista Brasileira de História**, São Paulo. Vol.8, nº16, 1988
- _____. **Machado de Assis, Historiador**. São Paulo: Cia da Letras, 2003.
- _____. **Visões de Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte**. São Paulo: companhia das letras, 2011.
- _____. **A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- _____. Precariedade estrutural: o problema da liberdade no Brasil escravista (século XIX). **História Social**, (19), 33-62. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/rhs/article/view/315>

CONGRESSO Agrícola do Recife, 1878. Trabalhos. Introdução de Gadiel Perruci. Recife: Fundação Estadual de Planejamento Agrícola de Pernambuco – CEPA-PE, 1978. (Edição facsimilar reproduzida do original publicado em 1879 pela Sociedade Auxiliadora da Agricultura de Pernambuco).

CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravidão no Brasil: 1850-1888**. 1978. Trad. de Fernando de Castro Ferro, 2. ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

COSTA, Emília Viottida. **Da senzala à colônia**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 3 ed., 1998 [1966]

_____. **Da monarquia à república: momentos decisivos** – 9.ed. – São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 2010.

_____. **Coroas de Gloria, Lagrimas de Sangue — A rebelião em Demerara em 1823**. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

_____. **A dialética invertida e outros ensaios**. São Paulo. UNESP, 2014. 239p.

_____. **A abolição**. 9. ed. São Paulo: Unesp, 2010, 144p.

COSTA, Francisco Augusto Pereira da. **Pernambuco ao Ceará: o dia 25 de março de 1884**. Secretaria de Cultura e Desporto. Fortaleza, 1984.

COSTA, Vivian Chieregati & DANTAS, Monica Duarte. O “pomposo nome de liberdade do cidadão”: tentativas de arregimentação e coerção da mão-de-obra livre no Império do Brasil. **ESTUDOS AVANÇADOS**. 30 (87), 2016.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Negros, estrangeiros: os escravos libertos e sua volta à África**. São Paulo: Companhia das Letras, 2ª edição, 2012.

DAIBERT JUNIOR, Robert. **Isabel, a "Redentora" dos Escravos. Uma história da Princesa entre olhares negros e brancos (1846-1988)**. São Paulo: Edusc / Fapesp, 2004.

DANTAS, Carolina Vianna. "Monteiro Lopes (1867-1910): um 'líder da raça negra' na capital da República". Salvador, **Afro-Ásia**, n° 41, 2010.

DARNTON, Robert. **O Grande Massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa**. Rio de Janeiro: Graal, 1996.

DAUWE, Fabiano. **A Libertação gradual e a saída viável: os múltiplos sentidos da liberdade pelo fundo de emancipação de escravos**. Dissertação. UFF. Niterói. 2004.

DOCUMENTOS DE INTERESSE AUTOBIOGRÁFICO CORRESPONDÊNCIA. In: **Tobias Barreto (1839- 1889) bibliografia e estudos críticos**. Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro, Disponível em: http://www.cdpb.org.br/tobias_barreto.pdf.

DOSSE, François. **O Desafio Biográfico: escrever uma vida**. Tradução Gilson César Cardoso de Souza. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

_____. **O renascimento do acontecimento: Um desafio para o historiador: entre Esfinge e fênix**. São Paulo, Editora UNESP, 2013.

DOMINGUES, Petrônio. **Uma história não contada. Negro, racismo e branqueamento em São Paulo no pós-abolição**, São Paulo, SENAC, 2004.

_____. **A Nova Abolição**. São Paulo: Selo Negro, 2008, 182p.

_____. "Vai ficar tudo preto": Monteiro Lopes e a cor na política. **Novos estud.** - CEBRAP. Nº 95. São Paulo, março de 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002013000100004&lng=pt&nrm=iso

_____. "Cidadania por um fio: o associativismo negro no Rio de Janeiro (1888-1930)". **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 34, n. 67, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbh/v34n67/a12v34n67.pdf>

_____. “Cidadania levada a sério: os republicanos de cor no Brasil”, in Flávio Gomes e Petrônio Domingues (orgs.), **Políticas da raça: experiências e legados da abolição e da pós-emancipação no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2014.

_____. **ASSOCIATIVISMO NEGRO**. In: Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos/Organização: Lilia Moritz Schwarcz e Flávio dos Santos Gomes (Orgs.) - 1ªed. São Paulo: Companhia das Letras. 2018.

DOURADO, Bruno. **Os primórdios da navegação a vapor no Brasil: cabotagem e privilégios**. XII Congresso Brasileiro de História Econômica & 13ª Conferência Internacional de História de Empresas. pp. 9-11. Disponível em: <http://www.abphe.org.br/uploads/ABPHE%202017/38%20Os%20prim%C3%B3rdios%20da%20navega%C3%A7%C3%A3o%20a%20vapor%20no%20Brasil%20cabotagem%20e%20privil%C3%A9gios.pdf>

DORATIOTO, Francisco. **Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

DRESCHER, Seymour. A ABOLIÇÃO BRASILEIRA EM PERSPECTIVA COMPARATIVA. Tradução de Jaime Rodrigues. **Revista de HISTÓRIA SOCIAL**. Campinas – SP. N.º2. 1995.

_____. **Abolição: uma história de escravidão e do antiescravismo**. Tradução: Antonio Penalve Rocha. São Paulo: Editora Unesp, 2011. 736p.

DUQUE ESTRADA, Osório. **Abolição. Um esboço histórico**. Brasília: Editora do Senado Federal, 2005.

EISENBERG, Peter L. **A abolição da escravatura: o processo nas fazendas de açúcar em Pernambuco**. Revista Estudos econômicos, v. 2, n. 6, São Paulo: Dez. 1972,

_____. **Modernização sem Mudança: a indústria açucareira em Pernambuco 1840-1910**. Rio de Janeiro, Paz e Terra; Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 1977.

ELTIS, David, e RICHARDSON, David. **Atlas of the Transatlantic Slave Trade**. New Haven & Londres: Yale University Press, 2010.

FALCÃO, Aníbal. **Fórmula da civilização brasileira**. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1933.

FARIA, João Roberto. Teatro romântico e escravidão. **Teresa revista de Literatura Brasileira** [12|13]: São Paulo, pp. 94-111, 2013. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/teresa/article/view/99061>

FERNANDES, Florestan. **A integração do Negro na sociedade de classes**. Dominus Editora. São Paulo, 2 vols.1965.

FERREIRA. Lusirene Celestino, “**Cruzando o Atlântico: os ecos da abolição do Ceará no mundo atlântico (1884)**”, in XIII Encontro de História da Anpuh-Rio, Identidades (Rio de Janeiro: Anpuh, 2008).

FERREIRA. Luzilá Gonçalves; ALVES, Ivia; FONTES, Nancy Rita. **Suaves amazonas: mulheres e abolição da escravatura no Nordeste**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1999.

FERRETTI, Sérgio Figueiredo. **Revolutas de Escravos na Bahia em início do século XIX**. Disponível em [http://www.pppg.ufma.br/cadernosdepesquisa/uploads/files/Artigo%205\(5\).pdf](http://www.pppg.ufma.br/cadernosdepesquisa/uploads/files/Artigo%205(5).pdf).

FILHO, Venceslau Tavares Costa. Antônio Coelho Rodrigues: um súdito fiel? Ruptura e continuidade na transição da monarquia para a república no Brasil. **Revista de Informação Legislativa**. Brasília. Ano 51, nº203. Jul/Set 2014. Senado Federal: Secretaria de editoração e publicações. Disponível em: https://www.academia.edu/9725926/Ant%C3%B4nio_Coelho_Rodrigues_um_s%C3%BAdit_o_fiel_Ruptura_e_continuidade_na_transi%C3%A7%C3%A3o_da_monarquia_para_a_rep%C3%BAblica_no_Brasil

FILHO, Walter Fraga. **Encruzilhadas da liberdade**. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

_____. O 13 de maio e as celebrações da liberdade, Bahia, 1888-1893. **História Social**, (19), 2023. 63–90.

- FLORENTINO, Manolo. **A paz das Senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c 1790-1850**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1997.
- FONSECA, Anselmo Luís. **A Escravidão, o Clero e o Abolicionismo**. Bahia. Imprensa Econômica. 1887.
- FORTUNA, Cristina Maria Mascarenhas. **MEMÓRIAS HISTÓRICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DA BAHIA 1916 - 1923 - 1925 – 1941**. ANEXO 1 Memórias da Participação da FMB em Acontecimentos Notáveis do Século XIX. Abolicionismo. Salvador – Bahia – Brasil 2012.
- FRANCA, Rubem. **Monumentos do Recife**. Recife: Governo do Estado de Pernambuco / Secretaria de Educação e Cultura, 1977.
- FRAZÃO, M. Samira. Política (i)migratória brasileira e a construção de um perfil de imigrante desejado: lugar de memória e impasses. **Antíteses**, v. 10, n. 20, p. 1103-1128, jun./dez. 2017.
- FREITAS, Marcos Cezar (org.). **Historiografia Brasileira em Perspectiva**. In: **O Diálogo convergente: Políticos e Historiadores no início da República**. 6. Ed. 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2010.
- GALT, Anthony H. The Good Cousins' Domain of Belonging: Tropes in Southern Italian Secret Society Symbol and Ritual, 1810-1821 **Man New Series**, Vol. 29, No. 4 (Dec., 1994), pp. 785-807.
- GATO, Matheus. “NINGUÉM QUER SER UM TREZE DE MAIO”: Abolição, raça e identidade nacional nos contos de Astolfo Marques (1903–1907). **Novos estud.** CEBRAP, SÃO PAULO, V37 nº 01, 117-140, JAN.–ABR. 2018
- _____. **O Massacre dos Libertos: sobre Raça e República no Brasil (1888-1889)**. Edª Perspectiva. 2020.
- GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.
- GENOVESE, Eugene. **A terra prometida: O mundo que os senhores de escravos criaram**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- GINZBURG, Carlo. O nome e o como: Troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo. **A Micro-história e outros ensaios**. Lisboa: Difel, 1989
- _____. “Sinais: raízes de um paradigma indiciário” In: **Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, pp. 143-179.
- _____. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- GIRÃO, Raimundo. A Abolição no Ceará. In: **Das Senzalas para os Salões**. Fortaleza. Secretaria de Cultura, Turismo e Desporto. 1988.
- GOMES, Alessandro Filipe de Meneses. **DAS DOCAS DE COMÉRCIO AO CAIS CONTÍNUO: as tentativas frustradas de melhoramento do porto do Recife no Oitocentos**. Tese de Doutorado. UFPE. 2016.
- GOMES, Amanda Barlavento. **A TRAJETÓRIA DE VIDA DO BARÃO DE BEBERIBE, UM TRAFICANTE DE ESCRAVOS NO IMPÉRIO DO BRASIL (1820 – 1855)**. Dissertação de mestrado. UFPE. Recife, 2016.
- GOMES, Flávio dos Santos. No meio das águas turvas (Racismo e cidadania no alvorecer da República: a Guarda Negra na Corte – 1888-1889). **Revista Estudos Afro-asiáticos**, Rio de Janeiro, nº. 21, 1991.
- _____. **Histórias de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro - século XIX**. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1995.
- GONÇALVES, Adelaide e FUNES, Eurípedes. Abolição - manifestação e herança. A Abolição da Escravatura no Ceará: uma abordagem crítica - **Cadernos do NUDOC**. N° 1 - Departamento de História / UFC. 1988.

- GORENDER, Jacob. **A escravidão reabilitada**. São Paulo: Editora Ática, 1990.
- GOUVÊA, Fernando da Cruz. **Abolição: A liberdade veio do Norte**. Recife: Massangana, 1988.
- _____. **Joaquim Nabuco entre a Monarquia e a República**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Edit. Massangana, 1989.
- GRAHAN, Richard. **Escravidão, Reforma e Imperialismo**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1979.
- _____. Nos tumbeiros mais uma vez: o comércio interprovincial de escravos. **Afro-Ásia**, n. 27, 2002.
- GRAHAM, Sandra Lauderdale. "O Motim do Vintém e a cultura política do Rio de Janeiro 1880". **Revista Brasileira de História**, São Paulo, vol. 10, n° 20, ago. 1991.
- GRINBERG, Keila. "Escravidão e liberdade na fronteira entre o Império do Brasil e a República do Uruguai: notas de pesquisa", **Cadernos do CHDD**, v.6. número especial. 2007.
- _____. **Reescravização, direitos e justiça no Brasil do século XIX**, in: Silvia Hunold Lara e Joseli Maria Nunes Mendonça. Campinas: Editora da Unicamp, 2006
- _____. **Escravidão, direito e alforria no Brasil oitocentista: reflexões sobre a lei de 1831 e o "princípio da liberdade" na fronteira sul do Império brasileiro**. In: CARVALHO, José Murilo de (org.). **Nação e cidadania no Império**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p.267-287.
- HANDELMANN, Heinrich. **História do Brasil**. 4a ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1982.
- HOFFNAGEL, Marc. **From monarchy to republic in northeast Brazil: the case of Pernambuco, 1868-1895**. Indiana University, PHD, 1975.
- _____. **"Rumores de Republicanismo em Pernambuco"**. In: SILVA, Leonardo Dantas. **A República em Pernambuco**. Recife: Editora Massangana, 1990.
- _____. O Partido Liberal de Pernambuco e a questão abolicionista, 1880-88. **Clio: revista de pesquisa histórica**, Recife, n. 23, p. 7-24, 2005.
- _____. **Recife entre a monarquia e a república**. Anais da XXV Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica (SBPH). Rio de Janeiro, 2005.
- HUGO, Victor. **Os Miseráveis**. São Paulo: Cosac & Naif, 2002.
- IANNI, Octávio, **As metamorfoses do escravo**, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1962.
- _____. **Escravidão e racismo**. São Paulo. Hucitec, 1978.
- IGLÉSIAS, Francisco. **Historiadores do Brasil: capítulos de historiografia brasileira**. Rio de Janeiro & Belo Horizonte: Nova Fronteira & UFMG. 2000.
- JARDIM, Antônio da Silva. **Memórias e viagens: campanha de um propagandista (1887-1890)**. Lisboa: Tipografia da Cia. Nacional, 1891.
- JUCÁ, Joselice, A questão abolicionista na visão de André Rebouças. **Cad. Est Soc.** Recife, 4.n.2, pp. 207-218, jul/dez. 1988.
- JÚNIOR, Raimundo Magalhães. **Deodoro - a espada contra o Império**. Volume I. Aprendiz de Feiticeiro. (Da revolta praieira ao Gabinete Ouro Preto). Edição ilustrada. Companhia Editora Nacional. São Paulo. 1957.
- KARASCH, Mary. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro 1808-1850**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- KARSBURG, Alexandre. A micro-história e o método da microanálise na construção de trajetórias. In: **Micro-história, trajetórias e imigração**. / Organizadores Máira Ines Vendrame, Alexandre Karsburg, Beatriz Weber e Luis Augusto Farinatti. – São Leopoldo: Oikos, 2015.
- KEMP, Tom. **A Revolução industrial na Europa do século XIX**. Tradução de José Marcos Lima, Lisboa: Edições 70, 1987.
- KOSERITZ, Carl von. **Imagens do Brasil** (tradução de Afonso A. de Melo Franco) Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1980.

- KOWARICK, Lúcio. **TRABALHO E VADIAGEM: A origem do trabalho livre no Brasil**. Brasiliense, São Paulo, 1987.
- KRAAY, Hendrik. Os companheiros de Dom Obá: Os zuavos baianos e outras companhias negras na Guerra do Paraguai. **Afro-Ásia** nº46. Salvador. 2012.
- LARA, Silvia Hunold. **Campos da violência**. São Paulo, Paz e Terra, 1988, 384 p.
- LEONIDIO, Adalmir. CARBONÁRIOS, MAÇONS, POSITIVISTAS E A QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL NA VIRADA DO SÉCULO XIX. **Revista de História e Estudos Culturais**. Vol. 5. Nº3
- LEMOES, Renato. **A alternativa republicana e o fim da monarquia**. In: GRINBERG, Keila. SALLES, Ricardo (orgs.). **O Brasil Imperial. Volume III: 1870-1889**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009
- LESSA, Renato. **A invenção republicana: Campos Sales e a decadência da Primeira República brasileira**. 3ªEd. Rio de Janeiro: Topbooks. 2015.
- LEVI, Giovanni. **Sobre a micro-história**. In: BURKE, Peter (org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Ed. UNESP, 1992p.
- _____. **A herança imaterial. Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- _____. **Usos da biografia**. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. Usos & abusos da história oral. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- LIMA, Hermes. **Tobias Barreto (A Época e o Homem)**. Série 5, Brasiliana. Vol. 140. Biblioteca Pedagógica Brasileira. CIA EDITORA NACIONAL. São Paulo - Rio - Recife - Porto-Alegre. 1939.
- LIMA, Oliveira. **O Império brasileiro:1822-1928**. Nova ed., com texto atualizado baseado na 1. ed. de 1927. Brasília. Ed. Universidade de Brasília, 1986.
- LIMA, Ronei Prado. TRANSITORIEDADES NO ATLÂNTICO YORUBANO: Bábálóriyà Claudionor Antônio de Oliveira e o peculiar rito de Ògún dançar com a serpente. Dissertação de mestrado. UFPE. 2020.
- LINEBAUGH, Peter e REDIKER, Marcus. **A hidra de muitas cabeças: marinheiros, escravos, plebeus e a história oculta do Atlântico revolucionário**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. Tradução de Berilo Vargas.
- LOPES, Nei. **Novo Dicionário Banto do Brasil: contendo mais de 250 propostas etimológicas acolhidas pelo dicionário Houassiss**. Rio de Janeiro: Pallas, 2003
- LOUREIRO, Antônio. O Amazonas na época imperial. Manaus: T. Loureiro LTDA, 1989.
- LYNCH, Christian Edward Cyril. O Império é que era a República: a monarquia republicana de Joaquim Nabuco. **Revista Lua Nova**, São Paulo, nº85. 2012
- _____. **Da Monarquia à Oligarquia. História Intelectual e Pensamento Político Brasileiro (1822-1930)**. São Paulo: Alameda, 2014.
- MAC CORD, Marcelo. **O rosário de D. Antônio: irmandades negras, alianças e conflitos na história social do Recife, 1848-1872**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2005
- _____. **Andaimes, casacas, tijolos e livros: uma associação de artífices no Recife, 1836-1880**. Tese (Doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. SP, 2009.
- _____. A “união artística”: CONSTRUÇÃO E LEGITIMIDADE DE UMA ENTIDADE DE CLASSE, RECIFE, DÉCADA DE 1870. **Revista Perseu**. Nº 4, Ano 3, 2009. Disponível em: <https://revistaperseu.fpabramo.org.br/index.php/revista-perseu/article/view/179>
- _____. Redes de sociabilidade e política: mestres de obras e associativismo no Recife oitocentista. **Revista Mundos do Trabalho**, vol. 2, n. 4, agosto-dezembro de 2010.
- _____. A década de 1870 e as políticas de “instrução popular”: a complexa arquitetura do Liceu de Artes e Ofícios do Recife. **Revista UNIABEU Belford Roxo** V.1 Número 1 setembro-dezembro 2010.

- _____. Francisco José Gomes de Santa Rosa: experiências de um mestre pedreiro pardo e pernambucano no oitocentos. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 49. 2014.
- _____. Operários e operárias da fábrica a vapor de chapéus de Antônio José Maia & Cia.: gênero, idade, qualificação profissional e nacionalidade. Recife, década de 1880. **Mundos do Trabalho**, Florianópolis v. 12. 2020
- MACEDO, Joaquim Manuel de. **As Vítimas-Algozes: Quadros da escravidão**. 3º Ed. Fundação Casa de Rui Barbosa. Editora Scipione.
- MACHADO, Humberto Fernandes. ABOLIÇÃO E CIDADANIA: A GUARDA NEGRA DA REDENTORA NO RIO DE JANEIRO. **Passagens. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica**, vol. 5, núm. 3, septiembre/diciembre, 2013, pp. 505-524. Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, Brasil. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3373/337328460008.pdf>
- MACHADO, Maria Helena Machado, **O plano e o pânico. Os movimentos sociais na década da abolição**. São Paulo: Rio de Janeiro: Edusp/Editora da UFRJ, 1994.
- MAGALHÃES JR., Raimundo de. **A vida turbulenta de José de Patrocínio**. 2ª edição revista pelo autor. São Paulo. LISA; Rio de Janeiro: INL, 1972.
- MAGALHÃES, Wallace Lucas. REFORMA AGRÁRIA SE FAZ COM OS HOMENS, NÃO COM A TERRA: A “LEI DO BOI” E A QUALIFICAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO, p. 102-120, **Veredas da História**, 2015.
- _____. A “lei do boi” e a relação entre educação e propriedade. **Tempos Históricos**, 2017.
- MAIA, América Fernandes Rosado. **A saga da Abolição Mossoroense**. Livro III. Fundação Vingt-Un Rosado. Acervo Virtual Osvaldo Lamartine de Faria. pp.16-18. Disponível em: <https://colecaomossoroense.org.br/site/>
- MAIA, J. Gonçalves. **Horas de prisão (Notas Históricas)**. 2ª edição. Recife. Imprensa universitária. 1967.
- MAMIGONIAN, Beatriz G. O direito de ser africano livre: os escravos e as interpretações da lei de 1831. In: LARA, Silvia H.; MENDONÇA, Joseli N. (orgs.). **Direitos e justiça no Brasil: ensaios de História Social**. Campinas: Ed. da Unicamp, 2006.
- _____. O Estado nacional e a instabilidade da propriedade escrava: a Lei de 1831 e a matrícula dos escravos de 1872. **Almanack**. Guarulhos, n.02, p.20-37, 2º semestre de 2011.
- _____. **Africanos Livres: a abolição do tráfico de escravos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- MARQUESE, Rafael de Bivar. “Estrutura e agência na historiografia da escravidão: a obra de Emília Viotti da Costa. In: FERREIRA, Antônio Celso; BEZERRA, Holien Gonçalves; DE LUCA, Tania Regina. **Os historiadores e seu tempo**. São Paulo: UNESP, 2008.
- _____. “As desventuras de um conceito: capitalismo histórico e a historiografia sobre a escravidão brasileira”. **Revista de História**, 169: 223-253, jul./dez. 2013.
- _____. Capitalismo, Escravidão e a Economia Cafeeira do Brasil no longo século XIX. **Saeculum (UFPB)**, v. 29, 2013.
- _____. A Guerra Civil dos Estados Unidos e a crise da escravidão no Brasil. **Afro-Ásia**, 51. (2015),
- _____. & Ricardo Salles (org.), **Escravidão e capitalismo histórico no século XIX: Cuba, Brasil e Estados Unidos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- MARSON, Izabel Andrade. **Política, História e Método em Joaquim Nabuco: tessituras da revolução e da escravidão**. Uberlândia: EDUFU, 2008.
- MARTINS, Helio Leôncio. **A Revolta da Armada**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1997.
- MARTINS, Paulo Henrique. "A sociologia de Marcel Mauss: dádiva, simbolismo e associação". **Revista crítica de Ciências Sociais**, n°73, 2005.

MARTINS, Paulo Henrique de Souza. **Abolição e Pós-Abolição no Ceará: sobre silêncios e memórias de uma história laureada (1881-1934)**. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 17-22 jul. 2011, São Paulo. Anais. São Paulo: Associação Nacional de História, 2011.

_____. **Escravidão, Abolição e Pós-Abolição no Ceará: sobre histórias, memórias e narrativas dos últimos escravos e seus descendentes no Sertão cearense**. Dissertação de mestrado. UFF, Niterói. 2012.

MATTOS, Augusto Oliveira. **A proteção multifacetada: as ações da guarda negra da Redemptora no ocaso do Império (1888-1889)**. Dissertação de mestrado, 2006. Programa de Pós Graduação do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília.

MATTOS, Marcelo Badaró, **Experiências comuns: escravizados e livres no processo de formação da classe trabalhadora no Brasil**. Disponível em: <http://snh2007.anpuh.org/resources/content/anais/Marcelo%20Badar%F3%20Mattos.pdf>

MBEMBE, Achille. **A crítica da Razão Negra**. Tradução de Marta Lança. Lisboa: Antígona, 3. ed, 2014.

MCADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. Para mapear o confronto político. **Lua Nova**, São Paulo, n. 76, 2009.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**. São Paulo, Cosac Naify, 2003.

MEDEIROS, Coriolano. **O movimento da Abolição no Nordeste**. In: O livro do Nordeste. Recife, Arquivo Público Estadual, 1952.

MELLO, Evaldo Cabral de. Notas. NABUCO, Joaquim. **Diários de Joaquim Nabuco (1873-1910)**. Edição de texto, prefácio e notas de Evaldo Cabral de Mello. Rio de Janeiro: Bem-Te-Vi, 2006.

MELLO, Evaldo Cabral de. **O norte agrário e o Império: 1871-1889**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

_____. O fim das casas-grandes. In: **História da vida privada no Brasil. Vol. 2 Império: a corte e a modernidade nacional**. Org. Luiz Felipe de Alencastro, Companhia das Letras. 2008.

_____. **Essencial Joaquim Nabuco**. São Paulo: Companhia das Letras, Penguin, 2010b.

_____. **Entre a mão e os anéis: a lei dos sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil**. São Paulo: Unicamp, 1999.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. **A República Consentida: cultura democrática e científica do final do Império**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2007.

MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. **EVARISTO DE MORAES: O JUÍZO E A HISTÓRIA. ANPUH – XXII. SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – João Pessoa**, 2003.

MENDONÇA, Renato. **Um diplomata na Corte da Inglaterra: O Barão de Penedo e sua época**. Edições do Senado Federal – Vol. 74. Brasília – 2006.

MESQUITA, Maria Luiza de Carvalho. **O “TERCEIRO REINADO”: ISABEL DE BRAGANÇA, A IMPERATRIZ QUE NÃO FOI**. Dissertação de mestrado. Universidade Severino Sombra. Vassouras. 2009.

MINTZ, SIDNEY W. E PRICE, RICHARD. **O NASCIMENTO DA CULTURA AFRO-AMERICANA: UMA PERSPECTIVA ANTROPOLÓGICA**. TRAD. VERA RIBEIRO. RIO DE JANEIRO:PALLAS/UNIVERSIDADE CÂNDIDO MENDES, 2003, 138p.

MONNERAT, Taniza do Couto Costa. **ABOLICIONISMO EM AÇÃO: O JORNAL VINTE E CINCO DE MARÇO EM CAMPOS DOS GOYTACAZES (1884 – 1888)**. Dissertação de mestrado. UNIRIO. 2013.

MORAES, Evaristo de, **Escravidão africana no Brasil (das origens à extinção)**. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1933.

_____. **A Campanha abolicionista (1879-1888)**. 2ª edição, Brasília, Universidade de Brasília, 1986.

- MORAES, Renata Figueiredo. **Os maíos de 1888. História e Memória na escrita da História da Abolição. O caso de Osório Duque-Estrada**. Dissertação de Mestrado. UFF, Niterói. 2007.
- _____. OS DIFERENTES 13 DE MAIO. HISTÓRIA, MEMÓRIA E FESTA DA ABOLIÇÃO. **OPIS**, vol. 7, nº 9, jul-dez 2007.
- MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. Joana Guedes, uma Mina de Jesus: trajetórias africanas do cativo a liberdade. **Nuevo Mundo Mundos Nuevos**: Debates, 2005. Disponível em: <https://journals.openedition.org/nuevomundo/1039>
- MOREL, Edmar. **Venda da Liberdade: a luta do povo pela abolição**. 3ª edição. São Paulo: Global, 1988.
- MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro de. **Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003
- MORRÁ, Eunice Martins. **O LÉXICO NO SÉCULO XVI: UM ESTUDO DO IDIOMA BRASILEIRO**. Dissertação. PUC- SP. 2006.
- MOTA, Leonardo de Araújo e. "Dádiva e sociabilidade no Brasil". **Revista Antropológica**, v. 13, nº 2, 2002.
- MOURA, Clóvis. **História do Negro no Brasileiro**. São Paulo: Editora Ática, 1992.
- _____. (org): **Os Quilombos na Dinâmica Social do Brasil**. Maceió: EDUFAL, 2001.
- MOUTOUKIAS, Zacarías. **Narración y analisis en la observación de vínculos y dinámicas sociales: el concepto de red personal en la historia social y económica**. In: BJERG, María & OTERO, Hernán. *Inmigración y redes sociales en la Argentina moderna*. Tandil: CEMLA – IEHS, 1995.
- NABUCO, Carolina. *Obras Completas de Joaquim Nabuco*. VOL XIII. **CARTAS A AMIGOS: Coligidas e anotadas por Carolina Nabuco**. Vol I. Instituto Progresso Editorial. São Paulo. 1949.
- NABUCO, Joaquim. **Minha Formação**. São Paulo: Martin Claret, 2004. [1900].
- _____. **Campanha abolicionista no Recife: eleições 1884**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005.
- _____. **Joaquim Nabuco Diários**. Edição de textos, prefácios e notas Evaldo Cabral de Mello. Editora Bem-Te-Vi. 2006.
- _____. **O Abolicionismo**. Rio de Janeiro. BestBolso, 2010.
- _____. **A Abolição e a República**. Org. Manuel Correia de Andrade. Recife. Editora Universitária. UFPE.
- _____. **Joaquim Nabuco: perfis parlamentares**. Seleção e introdução de Gilberto Freyre, prefácio de Munhoz da Rocha Netto. 3ª ed. Brasília. Câmara dos Deputados. Edições Câmara. 2019.
- NABUCO, José Thomaz. **O Arresto do Windhuk**, 2ª edição. Rio de Janeiro, 2003.
- NASCIMENTO, Luiz do. **História da imprensa de Pernambuco**. Recife: Imprensa Universitária, 1966. v.6.
- NEEDELL, Jeffrey D. O chamado às armas: o abolicionismo radical de Nabuco em 1885-1886. *The Call to Arms: Nabuco's Radicalized Abolitionism of 1885-1886*. Tradução: Flavia Uliana Lima. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 33, nº 65, 2013.
- NETO, José Maia Bezerra. **Por todos os meios legítimos e legais: as lutas contra a escravidão e os limites da abolição. (Brasil, Grão-Pará: 1850-1888)**. 2009. Tese de Doutorado. UFPA.
- NOGUEIRA, Marco Aurélio. **As desventuras do Liberalismo**. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1984.
- OLIVEIRA, Júlia de Carvalho Almeida de. **NAVIO NEGREIRO: IDEALIZAÇÃO, LIBERDADE E IDENTIDADE**. **Revista Mackenzie**. 2016. Disponível em: <http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/cpgl/article/viewFile/9606/5891>

- OLIVEIRA, João Hipólito C. de. “Cronologia da abolição no Ceará”. In: **Revista do Instituto Histórico** – Tomo especial, 1984 - (1º Centenário da Abolição dos Escravos no Ceará). Fortaleza, 1984.
- ORICO, Osvaldo. **O Tigre da Abolição**. Ediouro, s/d.
- OTSUKA, Alexandre Ferro. **Antônio Bento: discurso e prática abolicionista na São Paulo da década de 1880**. Dissertação de mestrado. USP. 2015.
- OZANAM, Israel. **Capoeira e Capoeiras entre a Guarda Negra e a educação física no Recife**. Dissertação de mestrado em História, PPGH-UFPE, 2013.
- _____. **Quem era o Doutor Anísio? O desafio da ficção étnica à história social do Rio de Janeiro (1889-1916)**. Tese de Doutorado. UNICAMP. 2018.
- PARRON, Tâmis. **A política da escravidão no Império do Brasil, 1826-1865**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- PATROCÍNIO, José do. **Manifesto da Confederação Abolicionista do Rio de Janeiro**. Typographia da Gazeta da Tarde. Rio de Janeiro, 1883. 26p. Disponível em <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/174454>
- _____. **Os Retirantes, 2 vs.** São Paulo, Editora Três, 1973 (1ª ed. 1879).
- PENA, Eduardo Spiller. **Pajens da Casa Imperial: juriconsultos, escravidão e a Lei de 1871**. São Paulo: UNICAMP, 2001.
- PEREIRA, Matheus Serva. **Uma viagem possível: da escravidão à cidadania. Quintino de Lacerda e as possibilidades de integração dos ex-escravos no Brasil**. Niterói, Dissertação de Mestrado em História, UFF, 2011.
- PINA, Patrícia Kátia da Costa. O jornal o leitor e a leitura no Oitocentos brasileiro. In: **Labirintos: revista eletrônica do núcleo de estudos portugueses**, n.8, 2º sem, 2010.
- PINTO, Ana Flávia Magalhães. **Fortes laços em linhas rotas: literatos negros, racismo e cidadania na segunda metade do século XIX**. 2014. Tese de doutorado - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. 2014.
- PINTO, Ferreira. A Faculdade de Direito e a Escola do Recife. **Revista de informação legislativa**, v. 14, n. 55, p. 5-20, jul./set. 1977. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/181024>.
- PIROLA, Ricardo F. O CASTIGO SENHORIAL E A ABOLIÇÃO DA PENA DE AÇOITES NO BRASIL: JUSTIÇA, IMPRENSA E POLÍTICA NO SÉCULO XIX. **rev. hist.** (São Paulo), n.176, 2017. pp.3-4. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rh/n176/2316-9141-rh-176-a08616.pdf>
- POEMAS DE VICTOR HUGO TRADUZIDOS NO BRASIL. Tradução em **Revista. Puc-Rio**. 2013. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/22592/22592.PDFXXvmi=>
- POLLAK, Michel. Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos Históricos**. Vol 2. Rio de Janeiro: 1989.
- PORTO, Costa. **Os tempos de Barbosa Lima**. Recife: Coleção Concórdia, 1966.
- REGINALDO, Lucillene. **Os rosários dos angolas – irmandades de africanos e crioulos na Bahia setecentista**. São Paulo: Alameda, 2011.
- REIS, Arthur César Ferreira. **História do Amazonas**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1989.
- REIS, Dennys da Silva. SILVA, Jocileide da Costa. NOTAS HISTORIOGRÁFICAS DOS
- REIS, João José. SILVA, Eduardo. **Negociação e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- _____. **Rebelião Escrava no Brasil: A História do Levante dos Malês em 1835**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- _____. GOMES, Flávio dos Santos; CARVALHO, Marcus Joaquim de. **O Alufá Rufino: tráfico, escravidão e liberdade no Atlântico negro (1822-1853)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- RÉMOND, René. **O Século XIX: 1815 –1914**, 8. ed., São Paulo: Cultrix, 2002.

- REVEL, Jacques (org.) **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- ROBB, Graham. Victor Hugo, uma biografia. São Paulo: Record, 2000. GALLO, Max. **Victor Hugo**. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2006.
- RODRIGUES, Eylo Fagner Silva. PEDRO PEREIRA E O EMANCIPACIONISMO: OS “TRÊS PONTOS CARDEAIS”. CONTRAPONTO – **Revista Eletrônica de História**, Teresina, n. 1, v. 1, jun. 2011.
- ROMERO, Silvio. **História da literatura brasileira**. tomo 1. Rio de Janeiro: José Olympio, 1953.
- ROSAS, Suzana Cavani. Eleição, cidadania e cultura política no Segundo Reinado. **Revista Clio**. Série história do Nordeste, Recife, v. 20, 2004.
- _____. **Cidadania, trabalho, voto e antilusitanismo no Recife em 1860: os meetings no bairro popular de São José**. Fortaleza, ANPUH – XXV Simpósio Nacional de História, 2009.
- SAES, Guillaume Azevedo Marques de. **A República e Espada: a primeira década republicana e florianismo**. Tese de Doutorado. USP. São Paulo, 2005.
- SALES, Maria Letícia Xavier. O Clube do Cupim e a memória Pernambucana. **Revista do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano**. Recife. v. 40. Nº43. P.168. outubro de 1990.
- SALLES, Ricardo. **Nostalgia Imperial: A Formação da Identidade Nacional no Brasil do Segundo Reinado**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.
- _____. **E o Vale era o escravo. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- _____. A ABOLIÇÃO REVISITADA: ENTRE CONTINUIDADES E RUPTURAS. **Rev. hist.** (São Paulo), n.176, 2017.
- SANTOS, Cláudia Regina Andrade dos. ABOLICIONISMO E DESIGUALDADES SOCIAIS. ‘Usos do Passado’ — XII Encontro Regional de História ANPUH-RJ 2006.
- _____. ABOLICIONISMO E VISÕES DE LIBERDADE. **Revista IHGB**, Rio de Janeiro, a. 168 (437): 319-334, out./dez. 2007. pp.319-334.
- _____. “Na rua, nos jornais e na tribuna: a Confederação Abolicionista do Rio de Janeiro, antes e depois da abolição”. In CASTILHO, Celso e MACHADO, Maria Helena P. T (Org.) *Tornando-se livre: agentes históricos e lutas sociais no processo de abolição*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.
- _____. **O ativismo político da Confederação Abolicionista antes e depois do 13 de maio de 1888**. In: Instituições nefandas [recurso eletrônico] : o fim da escravidão e da servidão no Brasil, nos Estados Unidos e na Rússia / organizadores Ivana Stolze Lima, Keila Grinberg, Daniel Aarão Reis. – Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2018.
- SANTOS, Francisco Martins dos. *Abolição e República in* História de Santos: 1532-1936. São Paulo: **Revista dos Tribunais**. 1937. Disponível em: <https://archive.org/details/Santos.FranciscoMartinsDos.HistoriaDeSantosV>.
- SANTOS, Magno Francisco de Jesus. UM PASSEIO EM DIAS DE TORMENTAS: A VIAGEM DO CONDE D’EU ÀS PROVÍNCIAS DO ANTIGO NORTE DO BRASIL. **Revista História** (São Paulo) v.36, Ed.6, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/his/a/wvtpd3FJHR6PfrksMRrfYs/?lang=pt>
- SANTOS, Maria Emília Vasconcelos dos. **Os significados do 13 de maio: A abolição e o imediato pós-abolição para os trabalhadores dos engenhos da Zona da Mata Sul de Pernambuco (1884-1893)**. Tese de Doutorado, Unicamp – IFCH, Campinas, SP, [s.n.], 2014.
- _____. ANTES DO 13 DE MAIO: O 25 DE MARÇO NO CEARÁ E O MOVIMENTO ABOLICIONISTA EM PERNAMBUCO. **Afro-Ásia**, 53 (2016).
- SCOTT, James C. **A dominação e a arte da resistência: discursos ocultos**. Lisboa: Livraria Letra Livre, 1ª edição, tradução de Pedro Serras Pereira, 2013.

- SCOTT, Rebecca J.; HÉBRARD, Jean M. **Provas de liberdade: uma odisseia atlântica na era da emancipação**. Trad. Vera Joscelyne. Campinas: Ed. Unicamp, 2014.
- SCHMIDT, Benito B. História e biografia. In: Ronaldo Vainfas e Ciro Flamarion Cardoso. (Org.). **Novos domínios da História**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 2011
- SCHULZ, John. **A crise financeira da Abolição**. Tradução Denis Augusto Fracalossi. 2º Ed. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo. 2013.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo. Companhia das Letras. 2001.
- _____. **As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos**. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro**, São Paulo, Duas Cidades, 1977.
- SENADO FEDERAL. 1823-1888. **A Abolição no Parlamento: 65 anos de lutas**. Brasília: Senado Federal, 1988, Vol. 1.
- SILVA, Eduardo, **As camélias do Leblon e a abolição da escravidão**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- _____. **“Domingo, dia 13: o Underground Abolicionista, a Tecnologia de Ponta e a Conquista da Liberdade**. In: Martha Abreu e Matheus Serva Pereira (Org.). Caminhos da liberdade: histórias da abolição e do pós-abolição no Brasil. Niterói: PPG História – UFF, 2011.
- _____. **“Sinhás e sinhaszinhas avançadas no tempo”: a participação de mulheres brancas e negras no underground abolicionista**. In: **Instituições nefandas [recurso eletrônico] : o fim da escravidão e da servidão no Brasil, nos Estados Unidos e na Rússia** / organizadores Ivana Stolze Lima, Keila Grinberg, Daniel Aarão Reis. – Rio de Janeiro : Fundação Casa de Rui Barbosa, 2018 .
- SILVA, Leonardo Dantas. **A Abolição em Pernambuco**. Recife: Editora Massangana, FUNDAJ. 1988.
- SILVA, Pedro Alberto de Oliveira. **História da escravidão no Ceará: das origens à extinção**. 2º Ed. Fortaleza: Instituto do Ceará, 2011.
- SILVA, Ribeiro da. **Córa, A filha de Ágar**. Drama abolicionista em 4 atos. Pernambuco. 1884. Disponível em: https://digital.bbm.usp.br/bitstream/bbm/5258/1/016894_COMPLETO.pdf
- CAÍRES, Ricardo Tadeu. **Caminhos e descaminhos da abolição: escravos, senhores e direitos nas últimas décadas da escravidão (Bahia 1850-1888)**. Tese de Doutorado. Curitiba, UFPR, 2007.
- _____. **EDUARDO BARAÚNA CARIGÉ (1851-1905): O ANTÔNIO BENTO BAIANO**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História. ANPUH. São Paulo, julho 2011.
- _____. **INDUSTRIOSOS ABOLICIONISTAS”: LUTAS POLÍTICAS E OUTROS INTERESSES ENVOLTOS NA CAMPANHA ABOLICIONISTA (1880-1888)**. 7º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, Curitiba (UFPR). 2015. disponível em <http://www.escravidaoeliberdade.com.br/>
- SILVA, Jaime (org.), **Cativeiro e Liberdade**, Rio de Janeiro, UERJ, 1989.
- SILVA, José Bento Rosa da. SOUZA, Arthur Danilo Castelo Branco. Doutor Feliciano André Gomes [1859-1927]: Notas preliminares sobre um tribuno negro em Pernambuco. **SÆCULUM – Revista de História** [v. 26, n. 44]. João Pessoa, p. 190-207, jan./jun. 2021
- SILVA, Lucian Souza da. **Esmagando a cabeça da Hidra: escravidão, liberdade e abolição na Paraíba do Norte, 1877-1888**. 2021. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2021.
- SILVA, Paulo César Garré. **A AÇÃO COLETIVA: O DESAFIO DA MOBILIZAÇÃO**. **Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais**, Recife, V. 7, N. 2, 2018.
- SILVA, Roger Anibal Lambert da. JOAQUIM NABUCO, OS “INSURRECIONADOS” E OS “ANARQUISTAS”: BATALHAS NA IMPRENSA E O PROCESSO POLÍTICO DA

- ABOLIÇÃO. Passagens. **Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica**. Rio de Janeiro: vol. 6, no .3, setembro-dezembro, 2014.
- SKIDMORE, Thomas E. **Preto no Branco: Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. Tradução Donaldson M. Garschagen. 1ª.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- SLENES, Robert. **Demography and economics of brazilian slavery: 1850-1888**. Doutorado, Stanford University, 1975.
- _____. **Na senzala, uma flor: Esperanças e recordações na formação da família escrava - Brasil Sudeste, século XIX**. RJ, Ed. Nova Fronteira, 1999.
- SMITH, George H. **William Lloyd Garrison e Frederick Douglass sobre desunionismo**. Disponível em: <https://www.libertarianism.org/columns/william-lloyd-garrison-frederick-douglass-disunionism>.
- SOARES, Carlos Eugênio Líbano. **A negregada instituição. Os capoeiras no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1994.
- SOBRINHO, José Hilário Ferreira. **"Catirina minha nega, Teu sinhô ta te querendo vende, Pero Rio de Janeiro, Pero nunca mais ti vê, Amaru Mambirã": O Ceará no tráfico interprovincial 1850-1881**. Dissertação de Mestrado. UFC, Fortaleza. 2005.
- SOUZA, Aneglio Santos de. **ESCRavidÃO E ABOLIÇÃO SOB O OLHAR DE JULIO VERIM: UMA ANÁLISE DA REVISTA ILLUSTRADA (1887-1888)**. TCC. Universidade Federal de Uberlândia. 2017.
- SOUZA, Arthur Danilo Castelo Branco de. **CARAPUÇA A QUEM SERVIR: Fugas, roubos e tráfico de escravos no Pernambuco Imperial (1850-1873)**. Dissertação de mestrado. Recife, UFPE. 2019.
- SOUZA, Felipe de Azevedo e. **DIREITOS POLÍTICOS EM DEPURAÇÃO: A Lei Saraiva e o eleitorado do Recife entre as décadas de 1870 e 1880**. Dissertação de mestrado. UFPE. 2012.
- _____. **O eleitorado imperial em reforma**. Recife, Editora Massangana, 2014.
- _____. **A participação política das classes populares em três movimentos, Recife (c. 1880 – c. 1900)**. Tese de Doutorado. UNICAMP, 2018.
- _____. DE REPENTE “POVO”: maneiras de pensar a participação política a partir da campanha abolicionista de 1884. **Revista Clio** (UFPE) v. 34, n. 1 (2016).
- _____. A blusa e a urna: metamorfoses do associativismo de trabalhadores em Pernambuco entre o Império e a República. **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis. v. 12. 2020.
- _____. **Huguenotes, ingleses, abacaxis: associativismo abolicionista e escravizados nas rotas de fuga entre Pernambuco e Ceará na década de 1880**. Topoi (Rio J.), Rio de Janeiro, v. 23, n. 50, p. 408-431, maio./ago. 2022 | www.revistatopoi.org.
- SOUZA, Laura de Mello e. **O Escravismo Brasileiro nas Redes do Poder: comentário de quatro trabalhos recentes sobre escravidão colonial**. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewFile/2272/1411>. Acessado em 17/05/207 às 18:05
- STEIN, Stanley. **Vassouras. Um município brasileiro do café, 1850 – 1900**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- STUDART, Guilherme (Barão). **Diccionario bio-bliográfico cearense (3 volumes)**. Fortaleza, Typo-lithographia a vapor, 1910. Edição Fac-simile, Fortaleza, Edições UFC, 1980.
- TEIXEIRA, Francisco Carlos, **"Terra e política no Rio de Janeiro na época da abolição"**, in
- THEOPHILO, Rodolpho. **História da Secca do Ceará (1877-1880)**. Rio de Janeiro, Imprensa Inglesa, 1922.
- THOMPSON, Edward Palmer. **Senhores e caçadores**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987.

- _____. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006
- TOBIAS MONTEIRO, **Pesquisas e Depoimentos para a História**, p. 170, Rio, 1913. Disponível em: <https://bibdig.biblioteca.unesp.br/handle/10/6623>
- TOMICH, Dale. **Pelo prisma da escravidão: trabalho, capital e economia mundial**. Trad. Port. São Paulo: EDUSP, 2011
- TOPLIN, Robert Brent. **The Abolition of Slavery in Brazil. (Studies in American Negro Life.)** New York: Atheneum. 1972.
- TORRES, João Camilo de Oliveira, 1915-1973. **A democracia coroada [recurso eletrônico]: teoria política do Império do Brasil**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2017.
- TRINDADE, Alexandro Dantas. **André Rebouças: da Engenharia Civil à Engenharia Social**. Tese de Doutorado. UNICAMP. 2004.
- URBINATTI, Inoã Pierre C. **Ideias e Projetos de Reforma Agrária no Final do Império (1871-1889): Uma Análise de seu Sentido Político e Social**. Dissertação de mestrado. UERJ, Rio de Janeiro, 2008.
- VAINFAS, Ronaldo. **Dicionário do Brasil Imperial**. Objetiva, 2002.
- VELHO, Gilberto. **Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- VENTURA, Roberto. **Um Brasil Mestiço: Raça e Cultura na Passagem da Monarquia à República** in: Viagem Incompleta. A Experiência Brasileira. In., SENAC, São Paulo, 1999.
- VERÍSSIMO, Ignácio José. **André Rebouças através de sua autobiografia**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1939.
- VIANA, Oliveira. **O ocaso do Império**. Brasília: Senado Federal, 2004.
- VILELA, Joaquim M.C. O Clube do Cupim. **Revista do IAHGP**. V. 27, n. 127-130, p. 416-427, jan./dez. 1925.
- VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. **Unidos perderemos: a construção do federalismo republicano brasileiro**. Curitiba: CRV, 2017.
- WANDERLEY, Eustórgio. **Tipos populares do Recife antigo**. 1ª série. Recife: Colégio Moderno, 1953.
- XAVIER, Patrícia Pereira. **O Dragão do Mar na “Terra da Luz”: a construção do herói jangadeiro (1934-1958)**. Dissertação de mestrado. PUC-SP. 2010.
- YOUSSEF, Alain El. Nem só de flores, votos e balas: abolicionismo, economia global e tempo histórico no Império do Brasil. **Revista Almanack**. Guarulhos, n.13, p. 205-209. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/alm/a/YXWgYBgsydBMjtMfWY3bdTK/?format=pdf&lang=pt>
- ZACARIAS, Audenice Alves dos Santos. **LEGALIDADE E AUTORIDADE: A IMPLANTAÇÃO DA REPÚBLICA NO ESTADO DE PERNAMBUCO (1889-1893)**. Dissertação de mestrado. Recife. UFPE. 2009.